



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. “A” AO Nº 147 – TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL			
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)		3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)		4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)		1º - Magno Malta - (PR-ES)	
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)		2º - Jayme Campos - (DEM-MT)	
		3º - João Durval - (PDT-BA)	
		4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)	

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....	004	
Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2013.....	026	
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2013.....	038	
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2013.....	065	
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2013.....	082	
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2013.....	093	
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de agosto de 2013.....	114	
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....	158	
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2013.....	171	
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....	178	
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de setembro de 2013.....	197	
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2013.....	213	
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2013.....		223
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2013.....		236
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2013.....		254
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2013.....		282
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2013.....		312
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2013.....		330
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....		340
Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2013.....		364
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2013.....		389
Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de setembro de 2013.....		407
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2013.....		424
1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....		447
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....		459
1.1.8.1 – Subcomissão Temporária para a Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil		
Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2013.....		490

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Alfredo Nascimento e Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em missão política no exterior, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, João Vicente Claudino e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 47ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, é apresentado o parecer vencedor pela rejeição do projeto, elaborado pelo Senador Blairo Maggi, ao Projeto de Lei do Senado nº 99 de 2009, nos termos do art. 132, § 5º, do R.I.S.F. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura do parecer, que é dada como aprovada. A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado Federal. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Vieira Reis, que “declara os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 56 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador

Pedro Taques, que “institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20 que apresenta. Em 13/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. Em 19/8/2013, foi apresentada a Emenda nº 21, do Senador Armando Monteiro. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Anunciada a Matéria, o relator, Aloysio Nunes Ferreira, apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20 que apresenta, e contrário à Emenda nº 21. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20, renumeradas como Emendas nºs 1-CAE a 7-CAE, e contrário à Emenda nº 21, apresentada pelo Senador Armando Monteiro. Abstém-se de votar a Senadora Kátia Abreu. **Item 3-** Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, tendo como relator “ad hoc” o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 13/8/2013, foi concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto e à Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 4-** Projeto de Lei da Câmara nº 43 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008”, tendo como relator o Senador Aníbal Diniz, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos e Ricardo Ferraço. É solicitada vista pelas Senadoras Vanessa Grazziotin e Kátia Abreu. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Sérgio Souza, concede Vista

Coletiva, nos termos regimentais. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 472 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo). A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que “altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, para incluir os automóveis utilitários no rol de veículos isentos”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles relator “ad hoc” da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como re-

lator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Alvaro Dias. É solicitada vista pelo Senador Armando Monteiro. O Presidente em exercício da Comissão concede ao Senador Armando Monteiro, nos termos regimentais. **Item 10-** Projeto de Lei do Senado nº 571 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Vital do Rêgo, Cyro Miranda e Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 2-CAS-CAE (Substitutivo) por dezessete votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicados o Projeto e a Emenda a ele oferecida. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F., a matéria será submetida a turno suplementar. **Item 11-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 49 de 2013, de iniciativa do Senador José Pimentel, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº 44 de 2013, a inclusão como convidados da audiência pública para instruir o PDS nº 275/2012 de um representante da Advocacia-Geral da União e um representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 49 de 2013-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 12-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 50 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que “requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 48 de 2013-CAE, de autoria da Senadora Ana Amélia, a realização de audiência pública com a presença do presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, para debater os seguintes temas: I – perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013-2016; II – balanço do desempenho operacional e financeiro do BNDES; III – perspectivas de financiamento de longo prazo no Brasil e papel do BNDES”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 50 de 2013-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 51 e 52 de 2013. O Requerimento nº 51 de 2013, de iniciativa do Senador Jayme Campos, requer, em aditamento ao Requerimento nº 12 de 2012-CAE, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para incluir entre os convidados na audiência pú-

blica destinada a debater o PLC nº 113 de 2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, a Dra. Miraci Mendes Astun, Coordenadora Geral da Resolução e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde; e o Dr. João Baptista Optiz Júnior – Médico do trabalho, Doutor e Mestre em Medicina pela USP. E o Requerimento nº 52 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, requer a realização do seminário “Tributação e Sustentabilidade”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social, na segunda quinzena de outubro, para debater os seguintes temas: i) Desafios para construção do desenvolvimento sustentável; ii) Aliança para uma política tributária justa e sustentável; iii) O papel da tributação na sustentabilidade de setores críticos; e iv) Política tributária e desenvolvimento sustentável: boas práticas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, residente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 47ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com a aprovação da ata queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Anibal. Pela ordem, na sequência, Senador Benedito de Lira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aproveitando a boa vontade dos Srs. Senadores presentes à CAE, poderíamos inverter a ordem, trazendo o item 4 para o primeiro da fila?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vou consultar o Plenário. Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, tendo em vista eu ter um compromisso daqui a pouco no Ministério da Educação e ser Relator do item 10, vou pedir a V. Exª, se fosse possível, submeter ao Plenário a inversão da pauta, para que eu pudesse relatar logo esse processo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Benedito, nós estamos aguardando completar o quórum, e o item 10 é terminativo, precisa de quórum para nós aprovarmos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Mas vou fazer a leitura e, na hora do voto, quando houvesse quórum, faríamos, porque vou precisar ter esse compromisso, Presidente. É uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vou submeter ao Plenário a sugestão do Senador Benedito de Lira que, primeiramente, fará a leitura do relatório do item 10. Abriremos as discussões. Se não houver quórum ainda, suspendemos para votar quando houver quórum. E o segundo item da pauta será o item 4, da relatoria do Senador Anibal Diniz. Então, vamos direto ao item 10.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Antes de entrar na pauta, Presidente Sérgio Souza, nós aqui reclamamos, com razão, que somos mal atendidos, ou não somos atendidos – porque não ser atendido é ser mal atendido – por Ministros ou por Secretários Executivos do Governo. Então, quando somos bem atendidos, eu acho que vale a pena registrar. Eu acabei de ligar e prontamente fui atendida pelo Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, o Secretário Dyogo Henrique de Oliveira. Então, eu queria fazer esse registro como reconhecimento à forma pronta, competente e respeitosa com que o Secretário Dyogo atendeu imediatamente a uma demanda que é de interesse dos produtores rurais do meu Estado. Então, faço questão, na Comissão de Assuntos Econômicos, de fazer esse registro e esse reconhecimento, agradecendo publicamente ao Secretário.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado a V. Exª, Senadora. A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Senador Benedito de Lira, na reunião anterior foi apresentado o parecer vencedor, que é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2009, que determina a inclusão automática na malha fina das declarações de Imposto de Renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.

Foi elaborado o parecer pela rejeição do projeto, que é o parecer vencedor, pelo Senador Blairo Maggi. Eu proponho a dispensa da leitura desse parecer e submeto às Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam – tendo em vista que o parecer já foi distribuído a todos – que queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela rejeição.

A matéria será encaminhada ao Plenário para as devidas providências.

Passamos, então, ao item 10.

ITEM 10 **PROJETO DE LEI DO SENADO** **Nº 571, DE 2011**

– Terminativo –

Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1. *A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH;*

2. *A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo).*

Com a palavra, o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, que altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para

conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do Imposto de Renda pago a maior. Análise.

À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes a tributos e normas gerais de direito tributário, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal. No tocante à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do tema, a teor dos arts. 24, I, 48, I, e 153, III, todos da Constituição Federal (CF). A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF).

Quanto à juridicidade, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos está autorizado. O PLS também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal. Revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Não há renúncia de receita, estando o projeto adequado em termos orçamentários e financeiros.

Em sua tramitação, o PLS seguiu o Regimento Interno desta Casa. Em termos de técnica legislativa, concordamos com as sugestões realizadas pela CAS por meio do substitutivo apresentado, que aperfeiçoam a proposição, inclusive no que diz respeito à terminologia utilizada para identificar as pessoas com deficiência. Nesse sentido, o substitutivo já incorpora completamente, inclusive, a Emenda nº 1 – CDH. Deve ser frisado, também, que, ao indicar como beneficiária a *pessoa com deficiência* ao invés de os *portadores de deficiência física*, como consta do projeto original, o substitutivo aumenta a abrangência do incentivo, pois inclui outros tipos de deficiência, como a mental, que merecem atenção do Poder Legislativo.

A medida buscada pela proposição merece o nosso apoio, por ser justa e legítima. Em última análise, privilegia o princípio da capacidade contributiva, aplicável ao imposto de renda, conforme art. 145, § 1º, da CF. Isso porque as pessoas com deficiência certamente possuem gastos maiores que as demais. Contudo, grande parte deles não é considerada para fins de cálculo do Imposto de Renda. Ou seja, os gastos não são dedutíveis da base de cálculo do tributo. Portanto, a menor disponibilidade econômica do contribuinte com deficiência é ignorada pela legislação. O recebimento prioritário do montante a que têm direito a título de restituição do Imposto de Renda não resolve esse problema, mas propiciará às pessoas com deficiência um alívio financeiro que não pode ser desprezado.

Deve ser destacado que o projeto mantém a prioridade do recebimento da restituição do Imposto de Renda para o idoso, consoante previsto no art. 3º,

parágrafo único, inciso IX, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Finalmente, ressaltamos que a Emenda nº 2 – CAS incorpora, com aperfeiçoamentos, a Emenda nº 1 – CDH, estando o objetivo principal dessa última abrangido pelo substitutivo, razão pela qual ela está sendo rejeitada.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, nos termos da Emenda nº 2 – CAS (Substitutivo), e pela rejeição da Emenda nº 1 – CDH.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Está em discussão o Projeto de Lei nº 571, de 2011.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Sérgio Souza, eu queria cumprimentar o relatório do Senador Benedito de Lira, mas, sobretudo, exaltar a iniciativa do Senador Vital do Rêgo neste projeto de alto alcance social.

O Governo, hoje, arrepia cada vez que se fala em desoneração, em isenção tributária, em qualquer coisa que mexa na área fiscal. Esse é um projeto que não faz nada disso. Não mexe, não altera valores, nada. Apenas e com um alcance social enorme dá, na restituição do Imposto de Renda pago a mais, um ordenamento de receber primeiro as pessoas portadoras de deficiência.

Eu acho que não há nenhuma dúvida a respeito da grande validade, oportunidade e grau de justiça que faz o Senador Vital do Rêgo com esse projeto. Apenas a Receita Federal deve se organizar, porque quando há identificação dos contribuintes, já vem a designação da condição da pessoa portadora de deficiência. Então, eu queria exaltar o mérito e a qualidade do relatório do Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. De fato, é um projeto inteligente.

Continua em discussão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero só agradecer à Senadora Ana Amélia a intervenção muito pertinente e justa aos portadores de deficiência, mas sobretudo a diligência do Senador Benedito de Lira, que, tão logo recebeu esse projeto,

apresentou uma relatoria rápida e concisa, trazendo consigo os conceitos da Comissão de Assuntos Sociais, que é a comissão de mérito que tratou da matéria e que analisou a fundo e a miúdo o processo.

Esta Comissão, efetivamente, nas palavras da Senadora Ana Amélia, mostra que não há nenhuma interferência sob o ponto de vista econômico e orçamentário. No lote da restituição do Imposto de Renda, nós haveremos de dar prioridade às pessoas portadoras de deficiência para receberem a sua restituição, até porque elas precisam, efetivamente, desses recursos para ações que possam prover de melhorias a sua saúde.

É o projeto, é a iniciativa. E conto com o apoio dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Continua em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo, porque ele faz desse projeto aquela nossa máxima: não se pode tratar igual os desiguais. Então, ele foi de uma coerência... Parabéns.

E parabéns ao Senador Benedito de Lira pela supressão da emenda da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é apenas para louvar a apresentação do projeto pelo Senador Vital e a relatoria do Senador Benedito e dizer que ele não representa nenhum custo adicional ao Erário. Portanto, vou votar favoravelmente ao projeto, que favorece aqueles que têm condições econômicas menos favoráveis. Vou votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo com a Emenda nº 2, da CAS, apresentada ao projeto.

A votação é nominal.

Passamos à votação.

Senadora Vanessa Grazziotin, como vota V. Ex^a?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vota “sim” quem vota com o Relator. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Vital do Rêgo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Senador não vota? Vota. É substitutivo. O Senador Vital do Rêgo vota, porque se trata de um substitutivo.

Senador Francisco Dornelles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Voto com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira. Voto conhecido.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – “Sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 2, da CAE, substitutivo oferecido ao PLS 571, de 2011, ficando prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1, da CDH, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, com 17 votos favoráveis.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Passamos agora ao item 4, de relatoria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para um esclarecimento. Quanto ao item 1, do qual sou Relator, peço encaminhamento a V. Exª para que possa proceder ao meu Parecer. O item 1 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ferraço, nós tínhamos deliberado no início da sessão que votaríamos, a pedido do Senador Anibal; e foi deliberado pelo Plenário, primeiramente o item 4 da pauta. Na sequência, retornaremos, então, ao item 1, com a concordância de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Houve uma inversão de pauta, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Uma inversão de pauta no início de reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E após a apreciação e deliberação desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Do item 4, retornaremos ao item 1.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... nós retornaremos à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Passamos, então, ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 43, de 2013 (nº 3.078, de 2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidenta da República, que restabelece os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, que haviam sido alterados pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

O autor dessa Lei, o então Senador Tião Viana, motivou sua iniciativa por prejuízos econômicos, sociais e culturais decorrentes do atraso de duas horas do fuso horário aplicado ao Estado do Acre em relação ao fuso horário das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do País. O atraso era anualmente aumentado para três horas na vigência do horário de verão.

Tal situação apresentava-se difícil de ser justificada, uma vez que quando da sanção pelo Presidente Hermes da Fonseca do Decreto nº 2.784, de 1913, que estabeleceu os fusos horários no Brasil, o Acre ainda não existia como Estado, ainda não possuía a devida representação no Parlamento Brasileiro. Os meios de comunicação e transporte eram rudimentares. A título de exemplo, uma simples viagem do Rio de Janeiro, à época nossa Capital Federal, para Rio Branco, consumia meses de navio e outras embarcações adequadas para navegação nos rios amazônicos.

Por tudo isso, os argumentos apresentados pelo proponente da matéria, o Senador Tião Viana, revelaram-se tão consistentes que conquistaram a unanimidade dos votos do Congresso Nacional e a sanção da Lei pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 24 de abril de 2008.

Assim, a necessária mudança do fuso horário reduziria os prejuízos, os contratempos e os desconfortos que o povo acriano sofria há anos com a disparidade de fusos horários entre a região mais ocidental e o restante do Brasil.

Inicialmente, o projeto de lei propunha alteração dos fusos horários apenas para o Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas, duas únicas regiões do País onde a diferença de fuso horário era de duas horas em relação à Hora Oficial de Brasília. Na Câmara dos Deputados, foi incluída a unificação da hora legal do Estado do Pará.

Sr. Presidente, está um barulho muito grande nesta Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Peço às senhoras e aos senhores silêncio para que o Senador Anibal consiga fazer o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Inicialmente, o projeto de lei propunha alteração dos fusos horários apenas para o Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas, duas únicas regiões do País onde a diferença de fuso horário era de duas horas em relação à Hora Oficial de Brasília. Na Câmara dos Deputados, foi incluída a unificação da hora legal do Estado do Pará para coincidir com a Hora Oficial de Brasília. Antes da Lei, vigiam nesse Estado dois fusos horários: um coincidente com a Hora Oficial de Brasília, e outro com uma hora de atraso.

A Lei entrou em vigor em junho de 2008. Tão logo a população acriana foi submetida à mudança de fuso horário, iniciaram-se acalorados debates em torno da sua conveniência, refletindo clara divisão de opiniões no seio da sociedade em torno do tema.

Partidários e críticos da alteração do fuso horário sustentaram o debate, que culminou com a aprovação, no Congresso Nacional, do Decreto Legislativo nº 900, de 2009, que dispunha sobre a realização de referendo para decidir sobre a alteração da hora legal do Estado do Acre. Em 2010, concomitantemente ao segundo turno da eleição presidencial, realizou-se o referendo para que os 470.560 eleitores inscritos à época manifestassem sua opinião. O resultado mostrou que 39,2% dos eleitores votaram pelo retorno ao fuso horário antigo e 29,7% votaram pela manutenção do fuso horário vigente. Houve 28,6% de abstenções, 2,2% de votos nulos e 0,3% de votos em branco. Portanto, com a apuração dos votos válidos, prevaleceu a defesa do retorno ao fuso horário antigo, com 56,87% dos votos, ao passo que 43,13% dos acrianos optaram pela manutenção do horário atual.

Para que o resultado do referendo produzisse efeitos seria necessária uma nova lei. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 91, de 2011, levado à sanção presidencial no mesmo ano, previa o retorno dos fusos horários dos Estados do Acre, do Amazonas e do Pará à situação vigente antes da edição da Lei nº 11.662, de 2008.

A Senhora Presidenta da República, entretanto, vetou integralmente a proposição sob o argumento de que o Projeto extrapolava o resultado da consulta realizada e trazia inconvenientes para outras unidades da Federação. Ato contínuo, encaminhou ao Congresso Nacional, pela Mensagem nº 595, de 21 de dezembro de 2011, o presente projeto de lei, promovendo o retorno apenas da hora legal dos Estados do Acre e do Amazonas e mantendo a alteração feita pela Lei nº 11.662, de 2008, para o Estado do Pará.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada sem emendas e remetida a esta Casa em 24 de junho de 2013, na forma do PLC nº 43, de 2013, que ora analisamos. A proposição foi despachada inicialmente para esta Comissão e seguirá para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, antes da manifestação definitiva do Plenário desta Casa. Não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

Compete a esta Comissão opinar, entre outros temas, sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

A mudança de fuso horário no Estado do Acre, promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, teve como uma das principais motivações os prejuízos econômicos decorrentes da diferença entre a hora legal vigente naquele Estado e a Hora Oficial de Brasília. Durante a vigência dos quatro meses do horário de verão, esta diferença chegava a três horas.

É inegável que a redução da diferença do fuso horário trouxe os benefícios econômicos desejados na justificativa da citada lei. De fato, a vigência do novo horário oficial do Acre tem propiciado uma maior integração com o sistema financeiro do resto do País. Com a globalização, o acesso à rede mundial de computadores e às novas tecnologias de informação foi facilitado. A atual grade horária de nossa programação televisiva enfim responde aos anseios da sociedade, e o transporte aéreo está em sintonia com os outros Estados, resultando numa maior participação da população acriana na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos do País.

Não custa lembrar que os transtornos ocasionados pelo retorno do fuso horário anterior serão significativos. Nova adaptação ao expediente funcional e comercial, bem como ao horário escolar será necessária. Mais uma alteração na rotina da vida da popula-

ção acriana, após cinco anos de vigência da lei atual, certamente terá impacto considerável.

Entretanto, houve uma consulta à população nas eleições de 2010, e a maioria dos votantes optou pela volta do antigo fuso horário.

Desta forma, ainda que o instrumento de consulta – o referendo – não tenha sido apropriado e que não tenha havido o devido esclarecimento à população sobre a sua forma de implementação, e, ainda que a questão do fuso horário do Acre tenha sido excessivamente politizada durante aquelas eleições, nunca esteve em questionamento a soberania do povo acriano e o seu direito à tomada de decisões. Por isso, o resultado deve ser respeitado, razão pela qual, defendendo a aprovação do projeto que ora analisamos.

Ante o exposto, Sr. Presidente, ainda que considere que o referendo não tenha sido o instrumento apropriado e que tenha havido excessiva politização do tema durante as eleições de 2010, e que a volta ao antigo fuso horário significará invariavelmente mais prejuízos para a população, que hoje se encontra adaptada ao horário atual, ainda que todos esses aspectos sejam levados em consideração e ainda que eu faça todas essas ressalvas, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 2013, da Câmara dos Deputados, porque esta foi a decisão da maioria do povo acriano expressa nas eleições de 2010, com 56% a favor da volta do antigo fuso horário.

Então, se essa foi a vontade do povo acriano, que essa vontade seja feita.

Dessa forma, voto pela aprovação do PLC nº 43, de 2013.

É como voto, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço vistas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, vou conceder a palavra ao Senador Petecão, mas já dizendo que entrará em vista, com o pedido...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se ele vai discutir, então depois dele eu quero discutir também. Não existe discussão após pedido de vista. Mas se ele vai discutir, eu quero falar também.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, eu falei primeiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Pediu vista, não há discussão da matéria, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas antes de ela pedir vista eu pedi a palavra para discutir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Então o senhor tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Petecão e à Senadora Vanessa Grazziotin.

Depois, será deferido o pedido de vista à Senadora Vanessa.

Com a palavra, o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, na verdade, a nossa fala aqui é no sentido primeiramente de agradecer ao Senador Anibal por ter tido a sensibilidade em dar o seu parecer favorável.

O Senador Anibal conhece essa situação como todos nós acrianos conhecemos. Estamos aqui apenas corrigindo uma injustiça que foi feita com o povo do Acre.

Para que os Srs. Senadores entendam, o nosso horário, o horário do povo acriano, através de um projeto do então Senador Tião Viana, foi mudado, sem que se consultasse o povo do Acre, para saber se queria ou não a mudança de horário.

O horário foi mudado, e essa mudança trouxe prejuízos à população do nosso Estado. E hoje o Deputado Federal Flaviano Melo aprovou, na Câmara federal, um referendo. O povo acriano foi às urnas e disse que não aceitava a mudança de horário.

Então, nós entramos numa discussão de que essa mudança de horário já deveria ter acontecido, por conta da decisão popular, da decisão do referendo. Entendemos que na democracia não existe um instrumento mais democrático que um referendo. Infelizmente lá no meu Estado não foi cumprido, mas, graças a Deus, hoje nós temos aqui na CAE a grande oportunidade de corrigir essa injustiça que foi feita com o povo do Acre.

Assim, agradeço ao Senador Anibal. Entendemos que está passando da hora esta decisão. O povo do Acre não pode conviver com essa situação, com uma decisão em que o povo do Acre não foi consultado. Eu só queria pedir a todos os Senadores desta Comissão que possamos acompanhar o relatório do Senador Anibal, que é favorável, um parecer favorável para que possamos fazer valer a vontade do povo acriano.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Petecão.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Acaba de chegar aqui o Deputado Federal

Flaviano Melo, que foi o autor do referendo ao qual me referi agora, que deu oportunidade para que o povo acriano fosse às urnas dizer que não aceitava a mudança de horário. Deputado Federal e ex-Senador desta Casa também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Registramos a presença de V. Ex^a.

Senadora Vanessa, vou conceder vistas a V. Ex^a e consulto se, mesmo assim, V. Ex^a quer utilizar a palavra para discutir.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, até para esclarecer alguns pedidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra V. Ex^a. Será concedida vista logo na sequência a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu considero necessário falar, primeiro, para cumprimentar a Bancada parlamentar do Acre. Eu acho que o Acre, a partir do parecer e do relatório do Senador Anibal, chega a um consenso. Claro, mantendo as devidas opiniões, mas chega a um consenso quanto ao conteúdo, que é favorável ao retorno do horário anterior para o Estado do Acre. Entretanto, Sr. Presidente, nós aqui não estamos discutindo só o Acre. Eu lamento muito. No projeto anterior, relatado pelo Senador Taques, eram Acre, Pará e Amazonas.

Então, veja bem V. Ex^a a confusão que se cria em torno da matéria, porque houve um projeto de lei aprovado mudando o fuso horário nesses três Estados. O.k. Só o Estado do Acre se rebelou contra isso. Foi feito um referendo só no Estado do Acre e não no Pará nem no Amazonas. Só no Estado do Acre.

O que aconteceu? O projeto foi aprovado, foi vetado e, agora, há outro projeto, que retira o Pará, mas mantém Acre e parte do Amazonas. Eu aqui leio os Municípios do Amazonas – que estão inseridos nesse projeto: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Einurepé, Envira, Ipixuna e Tabatinga.

Ocorre, Sr. Presidente, que, diferente do Acre, no Amazonas não houve plebiscito. O povo de lá não teve a oportunidade. Está aqui, no relatório do Senador Anibal, o resultado do referendo no Acre: 39 contra a mudança, 29 a favor e quase 29 se abstiveram porque não sabiam. Houve uma abstenção muito alta.

Mas, no Amazonas, Sr. Presidente, nem isso teve. Então, não é justo que o Estado do Amazonas seja levado ou direcionado por decisões ocorridas lá pelo povo do Acre ou pela Bancada do Acre.

Então, eu peço vistas, Senador Petecão. Sei que V. Ex^a me compreende, Senador Anibal, porque nós já fizemos uma consulta, no debate anterior, aos Municípios. Solicitamos que os prefeitos e as câmaras municipais ouvissem, mesmo que rapidamente, a população. E a população do meu Estado, Sr. Presidente, não quer voltar ao que era antes, quer continuar como está. Então eu acho que, assim como a vontade do Acre tem que ser respeitada, a do Amazonas também.

Então, vistas para que, nesse período, Senador Petecão, vejamos a fórmula que a gente pode encontrar para retirar o Amazonas desse projeto e deixar só o Acre, para cumprir a vontade do Acre, que não é a vontade nem do Pará nem do Estado do Amazonas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Senadora Vanessa, não temos dúvida de que, com a sua sapiência, vamos achar uma solução que seja boa para o Acre e para o Amazonas.

Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

Está concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Vistas coletivas, Sr. Presidente. Eu também gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vistas coletivas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tendo superado a deliberação desse projeto com o pedido de vista, há sobre a mesa requerimentos para que tenhamos, aqui na Comissão, o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, assim como o Dr. Arno Augustin.

Eu indago de V. Ex^a se já temos as datas previstas e programadas e formalizadas para que, com a presença dessas duas importantes autoridades do Poder Executivo, nós possamos fazer as nossas audiências públicas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ricardo, já temos as datas. Só vai haver, hoje, o aditamento de um requerimento do convite ao Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, assinado pela Senadora Ana Amélia, para estender também os assuntos. Mas, no dia 27 deste mês, vem a esta Comissão o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e no dia três de outubro, o Sr. Arno Augustin. Já está agendado pela Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dia 27 de agosto, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – É 27 de setembro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Setembro, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Próxima terça-feira, 27 de agosto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dia 27 de agosto, Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E três de setembro, Arno Augustin.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria. PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, há sobre a mesa requerimento de minha autoria pedindo aditamento para uma audiência. Eu gostaria, se possível, que V. Ex^a o lesse. É importante, até regimentalmente, que o autor do requerimento esteja presente.

É muito importante esse aditamento para essa audiência pública proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Jayme, temos agora o item 1, requerido já para darmos preferência e, na sequência, vamos ler todos os requerimentos, que não precisam de quórum qualificado para aprovação.

Temos um quórum bom na Comissão e vou submeter à consulta dos membros desta Comissão se podemos, Senador Vital e Senador Ricardo Ferraço, logo após o item 1, que não é terminativo, passar para os itens terminativos. Assim que terminarmos os itens da pauta, passamos aos requerimentos que não dependem de quórum qualificado.

Passamos ao item 1, de relatoria do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 28, DE 2011

– Não Terminativo –

Declara os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.

Autoria: Deputado Vieira Reis

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: 1. *A Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto;*

2. *A Matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

Com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria. PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto define os Centros de Inclusão Social – CID, também conhecidos como *lan houses*, como entidades prestadoras de serviços de multipropósitos e os declara como de especial interesse social para fins da universalização do acesso à rede mundial de computadores.

O art. 2º estabelece os serviços oferecidos pelos CID, destacando, além da locação de computadores para o acesso à internet, os serviços de multipropósito que:

- disponibilizem programas que permitam o acesso à pesquisa e ao estudo com o objetivo de estimular o desenvolvimento educacional e cultural do cidadão;

- possibilitem o uso da internet para o exercício da cidadania, bem como para fins sociais, profissionais e para o entretenimento.

Em seu art. 3º, o projeto define requisitos técnicos e diretrizes para o Centro de Inclusão Social: (i) orientar e alertar menores de 18 anos quanto a jogos e conteúdos que não sejam adequados para a sua faixa etária; (ii) garantir o sigilo dos dados do usuário e do conteúdo acessado (salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal); (iii) assegurar acessibilidade às pessoas com deficiência e; (iv) registrar o nome e documento de identidade do usuário.

Os usuários têm o direito de serem informados acerca dessas diretrizes, enquanto os proprietários e gestores têm o dever de implementá-las. Caso contrário, serão punidos com o descredenciamento automático do Centro de Inclusão Social dos programas de apoio público e com a perda dos benefícios.

O projeto estabelece que seja dada prioridade aos Centros de Inclusão Social nas linhas de financiamento especiais, ofertadas por órgãos e bancos públicos, para aquisição de computadores.

De acordo com a proposição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão implantar parcerias com os Centros de Inclusão Digital para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração. Essas parcerias devem visar à universalização do acesso à internet, especialmente em

programas de complementação pedagógica, bem como assegurar acessibilidade a pessoas com deficiência.

A proposição busca utilizar, Sr. Presidente, a estrutura e a capilaridade das *lan houses*, estimulando a criação de ambientes adequados, e contribuindo para a universalização do acesso à internet, com o objetivo de garantir o exercício da cidadania.

Atualmente, o Estado oferece ao cidadão muitos serviços em portais eletrônicos. Por exemplo, é possível fazer a declaração de imposto de renda, obter certidão de quitação eleitoral e declaração de nada consta em diversos órgãos públicos, sem precisar se deslocar até o respectivo órgão. Com a internet, o cidadão passou a ter acesso a mais informações e condições de economizar tempo.

Entretanto, faz-se cada vez mais necessário o acesso facilitado à Internet para que se exerça plenamente a cidadania. E, nesse sentido, a proposição busca estimular a conversão das chamadas popularmente *lan houses* em Centros de Inclusão Digital, que contribuirão para o desenvolvimento educacional e cultural e para o exercício da cidadania. Para tanto, define um conjunto de diretrizes e regras a serem obedecidas por esses estabelecimentos. Tais diretrizes dizem respeito às regras que envolvem aspectos relacionados à privacidade do usuário, ao controle moral do conteúdo acessado, à identificação do usuário por meio de cadastro e à garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência.

Um dos méritos do projeto está no uso de um conjunto de três incentivos para alcançar o seu objetivo, sem a necessidade de aumentar os gastos do Estado. O primeiro incentivo consiste em dar prioridade aos Centros de Inclusão Digital nas linhas de financiamento público para a aquisição de computadores. O segundo é a possibilidade de o Estado estabelecer parcerias com os Centros de Inclusão Digital para desenvolver, em especial, atividades educacionais e culturais. A certificação, na forma de selos de qualidade, é o terceiro incentivo que pode ser usado para direcionar o bom uso das *lan houses* a adotar as diretrizes propostas.

Esses incentivos dão liberdade para que as pessoas e os governos escolham a forma de atuação que seja mais adequada à sua realidade. Ou seja, cria incentivos no marco legal, cria ambiente e desenvolvimento para as *lan houses*, mas também estabelece um conjunto de deveres de casa para que essas estruturas, que estão presentes hoje nas cidades brasileiras, possam, de alguma forma, ampliar o seu espaço de interação com as nossas comunidades.

É fato que as pessoas e as famílias brasileiras, cada vez mais, têm acesso a computadores e acesso à Internet, o que é uma porta e uma janela de oportu-

nidade extraordinária para ascensão social, cultural, educacional e pedagógica. Dessa forma, nós estamos regulamentando o exercício e a funcionalidade dessas *lan houses*.

Por isso tudo, Sr. Presidente, nós opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Passamos agora aos itens terminativos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 169, DE 2008

– Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CMA.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, altera a legislação federal para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, de fabricação em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), se

adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações, para emprego exclusivo em processos de reciclagem.

O benefício será concedido na forma de regulamento e ficará condicionado à permanência na propriedade do adquirente por no mínimo três anos – salvo na alienação para pessoas jurídicas beneficiadas pela proposição – e à comprovação de uso dos bens em processos de reciclagem. Além do mais, a isenção será concedida uma única vez em relação a veículos, máquinas e equipamentos (parágrafo único do art. 2º).

A proposta assegura, ainda, a manutenção do crédito do IPI relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados nos bens e produtos objeto da isenção (art. 4º). No concernente ao cálculo da estimativa da renúncia de receita, o projeto delega ao Poder Executivo essa atribuição. E, em referência aos efeitos da isenção, esses ocorrerão a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que forem implementadas as medidas de adequação orçamentária e financeira prevista no art. 5º (parágrafo único do art. 6º).

Justificou-se a proposta como meio de incentivar a reciclagem no País, que, apesar de incipiente, é um setor promissor para geração de emprego e renda. Por isso, seria fundamental o estímulo à instalação de indústrias recicladoras.

Este projeto de lei tramitou em conjunto com outras proposições (em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 903, de 2010, e 1.428, de 2011) pela Comissão de Assuntos Sociais. Nessa Comissão foi objeto de Relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do PLS nº 718, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresentou, e pela rejeição dos PLS nºs 169, de 2008, 494, de 2009, e 148, de 2011, que tramitavam em conjunto. No entanto, o parecer não chegou a ser votado pela Comissão, em função da aprovação do Requerimento nº 493, de 2012, que acarretou o desapensamento do PLS nº 169, de 2008, que é o projeto que está em discussão.

Após aprovação desse Requerimento, este projeto, o PLS nº 169, de 2008, voltou a tramitar de forma autônoma e seguiu ao exame das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e agora está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão terminativa.

No que concerne à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados ao Presidente da República (art. 61, §1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a redução do tributo, conforme previsto no §6º do art. 150 da CF. Foram também observadas, de modo geral, as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Contudo, seriam necessárias modificações nos arts. 1º e 3º.

O PLS isenta do IPI os veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos. Essa discriminação dos produtos sujeitos à isenção (art. 1º do PLS) está muito ampla e genérica, o que não corresponde à necessidade de especificação presente na TIPI. Afinal, da forma como redigido o projeto de lei, não é possível identificar quais seriam os produtos químicos, veículos e equipamentos que se enquadrariam no processo de reciclagem e que teriam direito à isenção. Cabe destacar que diversos produtos químicos já contam com alíquota zero de IPI, de modo que para esses insumos não haveria interesse na alteração legislativa.

Em relação ao art. 3º, a redação deve ser aprimorada na forma da emenda aprovada pela Comissão de Meio Ambiente. Além do mais, o parágrafo único do art. 3º limita a isenção para veículos, máquinas e equipamentos em apenas uma vez. A redação desse dispositivo gera ambiguidade, pois não é possível saber se a isenção ocorrerá uma vez em relação a todos esses itens ou uma única vez para cada item considerado isoladamente. Além do que, uma isenção que só pode ser concedida uma única vez terá baixíssima repercussão para o contribuinte.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão.

Há mecanismos mais eficientes de incentivo para a indústria da reciclagem do que a desoneração do IPI na forma proposta, em função do modo de cálculo não-cumulativo e de grande parte dos que atuam no processo de reciclagem não serem contribuintes do imposto. Dessa forma, o alcance dos beneficiários é extremamente reduzido.

Além do mais, haverá uma enorme dificuldade na operacionalização e fiscalização desse benefício fiscal, pois o PLS vincula a isenção de modo exclusivo aos processos de reciclagem. O órgão fiscalizador necessitará de uma estrutura – atualmente inexistente – para acompanhar o processo a fim de se evitar desvios. Desse modo, há uma desproporção entre o benefício criado e os encargos que serão gerados para a Receita Federal. Provavelmente, o custo administrativo será superior à redução do tributo, de maneira que a Fazenda Pública perderá não somente a arre-

cação, mas também elevará suas despesas com o controle administrativo.

Relativamente à arrecadação, a diminuição do IPI reduzirá diretamente a disponibilidade financeira da União, o que poderá comprometer os gastos com a manutenção das despesas estatais. Além da redução de recursos federais, haverá decréscimo de receitas transferidas aos Estados e Municípios, em virtude de a arrecadação do imposto compor os Fundos de Participação (FPE, FPM, FCE e Fundos Regionais – arts. 158 e 159 da Carta Magna).

Outra falha do PLS refere-se ao art. 5º, que autoriza indevidamente o cálculo de renúncia de receita ao Poder Executivo. A demonstração da renúncia deve acompanhar o projeto de lei, por se tratar de política fiscal, para que os Parlamentares avaliem se a redução de tributo apresenta uma relação custo-benefício vantajosa. O próprio inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), exige que a demonstração seja realizada pelo proponente, de modo que se a proposição tiver origem no Senado Federal, cabe ao autor do projeto sua exposição, para fins de avaliação do Legislativo, de conhecimento da sociedade e dos órgãos de controle, atendendo ao princípio da transparência fiscal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 169, de 2008.

É como voto, Sr. Presidente, pela rejeição do projeto em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A matéria está em discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Senador Armando Monteiro e Senador Alvaro Dias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vistas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vistas concedidas ao Senador Armando Monteiro.

Senador Alvaro, eu consulto para sabe se quer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Um registro rápido, Sr. Presidente.

Eu creio que temos que cuidar dos Municípios brasileiros e dos Estados. Toda proposição que retire recursos dos Municípios, sem a necessária compensação, devem ser rejeitadas por esta Casa.

O discurso de que os Municípios estão sobrecarregados é verdadeiro, mas a prática tem que ser compatível com o discurso, tem que acompanhar o

discurso. O Relator foi feliz, Senador Anibal Diniz, ao focalizar as incongruências do projeto no aspecto constitucional e a afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, creio que a rejeição é o melhor caminho para essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vistas concedidas, então, ao Senador Armando Monteiro.

Passamos ao item 6, de relatoria do Senador Benedito de Lira, que teve que se ausentar da Comissão e vou designar o Senador Dornelles como Relator *ad hoc* em comum acordo com o Senador Benedito de Lira.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 145, DE 2008
– Terminativo –

Altera o art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para elevar a idade dos dependentes para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Neuto De Conto

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e precisa de quórum qualificado.

Solicito a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que permaneçam na Comissão.

A palavra está com o Relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de lei do Senador Neuto De Conto, composto de dois artigos, tenciona estender o limite de idade de dependência econômica para efeitos de imposto de renda de pessoa física.

O art. 1º altera a redação de incisos anteriores, a fim de que filho, filha, enteado, enteada, irmão, neto, bisneto e menor pobre dependente do contribuinte tenham aumentada a idade limite de dependência para 28 anos.

Caso estejam cursando curso superior ou escola técnica de segundo grau, a condição poderá estender-se até os 32 anos de idade.

Na justificção, o autor invoca a mudança de paradigmas de expectativa de vida e a maior necessi-

dade de especialização para que um indivíduo possa competir no mercado de trabalho.

Segundo ele, a proposta seria uma decorrência lógica da evolução social, que retém os jovens por mais tempo sob a dependência econômica dos seus pais ou mantenedores.

Análise.

A competência da CAE para opinar sobre a matéria está amparada pelo Regimento Interno do Senado.

No tocante à constitucionalidade, a competência da União decorre dos arts. 24, I, e 153, III, ambos da Constituição Federal.

Em relação ao mérito, a Lei nº 9.250, ao estabelecer uma idade limite baixa, a partir da qual, mesmo subsistindo de fato a dependência econômica, os gastos realizados pelo contribuinte não mais poderão ser deduzidos da base de cálculo de seu imposto de renda, conduz a uma injustiça.

A limitação imposta pela legislação tem evidente efeito arrecadador, pois reduz o universo de despesas dedutíveis, ampliando a base de cálculo do imposto, desconsiderando o princípio da capacidade contributiva.

Evidentemente, a medida só beneficiará aqueles que, de fato, arquem com as despesas com a manutenção do filho, enteado ou pessoa juridicamente pobre.

Dessa forma, caso o dependente aufera receita própria, a declaração de dependência econômica só será benéfica ao contribuinte caso os valores recebidos pelo dependente sejam inferiores às deduções permitidas.

Voto.

Diante dos argumentos expostos, o voto do Senador Benedito de Lira é pela aprovação do projeto nos termos da seguinte emenda:

Emenda nº – CAE

Dê-se aos incisos IV e V do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do PLS 145, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 35.

.....

IV – pessoa pobre, até 28 anos, que o contribuinte crie e eduque e:

a) se menor de 18 anos, do qual detenha a guarda judicial; ou

b) se maior de 18 anos, do qual detinha a guarda judicial desde quando menor de idade, comprovada a dependência econômica ininterrupta;

V – o irmão, o neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho, ou até 28 anos, desde que:

a) se menor de 18 anos, o contribuinte detinha a guarda judicial; ou

b) se maior de 18 anos, o contribuinte detinha a guarda judicial desde quando menor de idade, comprovada a dependência econômica ininterrupta;

..... ” (NR)

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1. A votação é nominal.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Francisco Dornelles. Voto conhecido.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – “Sim”.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com 13 votos SIM, a Comissão aprova o projeto com a Emenda nº 1 da CAE.

Comunico ao Plenário que o item nº 7 será retirado da pauta a pedido da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, e o item nº 5 será retirado pela Presidência, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 472, de 2012, que é o item nº 5 da pauta, e o Projeto de Lei nº 401, de 2012, tratam do mesmo assunto. Em conversa com o Relator, Senador Aloysio Nunes, e com o autor, Senador Antonio Carlos, está retirado o item nº 5.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 472, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 231, DE 2012

– Terminativo –

Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo).

Observações: 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo);

2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT-CAS – Substitutivo.)

Passemos também ao item nº 8 da pauta, que é terminativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Apenas para obter uma informação. Do item 3 da pauta, do qual eu sou o Relator, foi mudada alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Humberto, nós estamos votando preferencialmente os terminativos, dado o quórum, e retornamos ao item 3 assim que finalizarmos os terminativos.

O item 8 também é da Relatoria do Senador Benedito de Lira, que teve que se ausentar da Comissão por alguns momentos.

Vamos designar o Senador Francisco Dornelles também como Relator, a pedido do Senador Benedito de Lira. O item 8.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente, para um esclarecimento. O item 5 foi tirado de pauta por que razão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – O item 5, a pedido do Senador Antonio Carlos, que é autor de outro projeto anterior ao Projeto nº 401, que é anterior ao Projeto nº 402, para que haja a unificação desses dois projetos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O apensamento, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Apensamento. E retorna à pauta assim que forem apensados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) –

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 51, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, para incluir os automóveis utilitários no rol de veículos isentos.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: 1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, o parecer do Senador Benedito de Lira foi amplamente distribuído e é de conhecimento dos membros desta Casa, e o seu voto é pela rejeição do projeto. Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação. A votação é nominal.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quem vota com o Relator vota “não”. Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Então eu voto não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela rejeição do projeto. Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Francisco Dornelles, voto conhecido.

Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO)

– Voto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Voto não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Voto não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Treze votos NÃO.

A Comissão rejeita o projeto.

Retomamos à ordem da pauta. O item 1 já foi apreciado.

Passamos ao item 2, não terminativo.

Anuncio também que na sequência temos ainda os itens nº 2 e 3, que são não terminativos, depois três requerimentos para serem apreciados pela Comissão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 56, DE 2012

– Não Terminativo –

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 14 a 20 que apresenta.

Observações: 1. *A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;*

2. *Em 13/8/2013, foi concedida Vista Coletiva.*

Com a palavra, o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já apresentei o meu voto na reunião anterior, e houve um pedido de vista por parte do Senador Armando Monteiro, que apresentou uma emenda.

Sr. Presidente, o impossível acontece. E o impossível aconteceu nesse caso: eu divergi do Senador Armando Monteiro. Mas uma vez só não gera precedente, de modo que eu divirjo da emenda apresentada pelo ilustre representante de Pernambuco, por uma razão.

O Senador Armando Monteiro, na sua emenda, pretende que a sanção que consiste na classificação de uma empresa como inidônea para contratação tenha efeito apenas na esfera do governo, na esfera da federação em que houve essa declaração.

Eu entendo, diferentemente, e na linha do que propôs o Senador Pedro Taques, que, uma vez declarada inidônea uma empresa para a contratação com o Poder Público, ela é inidônea. Essa decretação, no Estado, vale para o Município e vice-versa; da União vale para o Estado. Eu não vejo fronteiras federativas para a declaração de inidoneidade.

Então, eu divirjo nesse ponto do Senador Armando Monteiro e voto pela rejeição da emenda, esclarecendo que não gera precedente essa divergência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio.

Eu lembro que o relatório já foi lido na reunião anterior, na 47ª Reunião, realizada no último dia 13 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

O Senador Aloysio Nunes deu parecer pela rejeição da Emenda nº 21, apresentada pelo Senador Armando Monteiro.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Eu gostaria apenas de tratar de uma questão de procedimento.

Nós estamos com uma Comissão Especial debatendo a Lei nº 8.666. Nós estamos, inclusive, aproveitando todos os projetos dos colegas, que foram debatidos durante anos aqui, nas audiências públicas. Estamos discutindo esse aproveitamento.

Neste caso, este projeto será apensado àquela Comissão? Qual será o procedimento? Porque ele praticamente trata dos mesmos pontos, e nós já estamos há quase nove audiências públicas ouvindo nove, dez

entidades, e de repente está havendo uma duplicidade de trabalho.

Em termos do Regimento, como é o procedimento, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu, isso é muito comum. Inclusive, foram discutidos aqui, na última reunião, amplamente, que foram rejeitados projetos na Comissão de Constituição e Justiça por evidente vício de inconstitucionalidade, mas eles continuam tramitando.

Há pouco, o item nº 5 da pauta... Foi até indagado pelo Senador Vital do Rêgo qual a razão da sua retirada, mas é porque há item idêntico que tramita nesta Comissão e que também não entrou na pauta. Eu acho que realmente o Regimento é a solução.

Antes de responder, vou conceder a palavra ao Relator.

Na sequência, para discutir, Senador Pedro Taques.

Senador Aloysio, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tem razão a Senadora Kátia Abreu, no sentido de pretender que todos os projetos que dizem respeito à modificação da Lei nº 8.666 sejam encaminhados à Comissão Especial.

Acontece que, desta proposição especificamente, Senadora, o seu objeto não é a modificação da Lei nº 8.666, que é a lei que rege as licitações. O objeto desta lei, embora ela tangencie a Lei nº 8.666, é estabelecer normas de execução e fiscalização; controle e recebimento, quer dizer, eventos que ocorrem depois da licitação.

Agora, nada impede que, mediante deliberação do Plenário, essa proposição seja remetida à Comissão em que V. Ex^a atua tão bem como Relatora. Mas o projeto do Senador Pedro Taques visa a disciplinar eventos que ocorrem depois da licitação e depois da contratação.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Senador Aloysio, se me permite, a Lei nº 8.666 é de Licitações e Contratos. Ela também trata das questões posteriores. Eu li atentamente o projeto e acho que ele contribui muito. É apenas uma questão de procedimento e não de querer exclusividade no debate, absolutamente. É apenas para que nós pudéssemos reunir todas as contribuições.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não vejo objeção.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Mas a lei trata também de contratos, o que é posterior à licitação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, esse tema já foi trazido na semana passada e nada impede que ele possa ser novamente aqui debatido. Mas o projeto trata de gestão de obras e serviços de engenharia. A Lei de Licitação trata até a adjudicação que recebe o nome de contrato. Está correta a Senadora do Estado do Tocantins. Mas o projeto é mais abrangente do que a Lei de Licitação, a 8.666, que nós todos aqui conhecemos. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto. Nós estamos aqui buscando a segurança jurídica para as partes no momento da entrega da obra. Então, eu não vejo... Com todo o prejuízo desse projeto ser lá juntado na Comissão ou não, regimentalmente ele não tem a abrangência da Comissão. Mas se os membros desta Comissão assim entenderem, eu não vejo nenhum prejuízo para o projeto, porque eu parto da premissa, Sr. Presidente, que os membros da Comissão que estão a mudar a Lei de Licitação, como todos os Senadores, são Senadores que querem uma legislação melhor para que a nossa sociedade seja uma sociedade livre de corrupção. Eu parto desta premissa. Confio nos Senadores que estão nesta Comissão e estão fazendo um trabalho decente lá naquela Comissão, alterando a Lei de Licitação, que precisa realmente receber uma nova roupagem hoje.

Mas o projeto aqui trata também, por exemplo, de RDC, que não está na Lei de Licitação. Ele é mais abrangente do que aquilo que a Comissão lá está a debater. Eu como autor do projeto, não vejo nenhum prejuízo de que este projeto lá seja também debatido, mas tecnicamente não tem absolutamente nada a ver com aquela comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Considerando que nós não estamos deliberando em caráter terminativo, porque este projeto ainda será submetido à Comissão de Constituição e Justiça, o encaminhamento que faço a V. Ex^a e o compartilhamento que socializo com as Sr^{as} e os Srs. Senadores é para que nós possamos deliberar, tendo em vista o aperfeiçoamento, o aprimoramento, a segurança jurídica entre as partes. Que nós possamos aprovar, Senadora Kátia, nesta Comissão, e debateremos na Comissão de Constituição e Justiça, para fazermos tramitar.

É o encaminhamento que faço a V. Ex^{as}, na direção de votarmos o projeto pelo mérito, pelo aperfeiçoamento que ele traz à estabilidade jurídica entre contratado e contratante no setor público.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado Senador. Muito prudente a colocação de V. Ex^a, Senador Ricardo.

Eu sugiro, então, que nós terminemos a votação deste item nesta Comissão. Ele ainda vai à Comissão de Infraestrutura e depois à Comissão de Constituição e Justiça.

Senadora Kátia Abreu, a regra, quando se cria uma Comissão Especial para tratar de determinado termo, como é a Comissão para fazer a atualização e reforma da Lei de Licitações, como é a Comissão de Reforma do Código Penal, do Código de Execuções Penais, é de que o Presidente do Senado determine o agrupamento de todas as matérias afins e o envio àquela Comissão, para análise. Isso não tendo sido feito, V. Ex^a como Presidente da Comissão pode requerer, inclusive o apensamento desse projeto. Como qualquer Senador pode também requerer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Regimentalmente, a Presidência deveria determinar o apensamento sem requerimento. O que tem acontecido na Casa é que a Presidência, é que a Mesa Diretora não tem assim procedido.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O Regimento determina expressamente isso, desde que exista a chamada pertinência temática entre os projetos. Este projeto é mais abrangente, mas não há nenhum prejuízo. Eu, como Relator, sobre esse projeto ser analisado lá não tenho nenhuma objeção em relação a isso, porque confio no trabalho que está sendo feito naquela Comissão, que é importantíssima; e este projeto pode sim contribuir. Mas é interessante que seja aprovado aqui, para que ele já passe por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – De fato, a Presidência, nos termos do Regimento, determina o apensamento de todos e o encaminhamento a essas Comissões – Presidência do Senado – e a Assessoria do Senado analisa o projeto para ver qual que é a pertinência temática de cada um dos itens e encaminha...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – À Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito!

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas n^{os} 14 a 20, renumeradas como Emendas n^{os} 1 a 7, da CAE. E pela rejeição da Emenda n^o 21.

A matéria vai à Comissão de Infraestrutura.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Apenas por uma questão de consciência, pois estou debatendo essa matéria profundamente com todos os segmentos do País, com parte do projeto do Senador Pedro Taques eu concordo plenamente. Mas existe parte com a qual discordo totalmente. Portanto, queria registrar a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Registrado o voto de V. Ex^a pela abstenção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, graças a Deus existem pessoas que discordam, porque ninguém é dono da verdade. Então, essa contribuição da Senadora Kátia Abreu vai ser bem-vinda, porque muitas vezes o projeto tem equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Taques. Passamos ao item 3 da pauta.

Vou designar o Senador Humberto Costa como *ad hoc*. Já o foi, inclusive, na reunião anterior.

O relatório já foi lido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N^o 51, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1^o do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Observações: 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

2. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, sendo posteriormente retirada em 29/5/2012;

3. Em 29/5/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

4. Em 13/8/2013, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa... Item 3 continua em discussão.

Para discutir, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tinha intenção de fazer andar a emenda que apresentei, mas uma vez o projeto sendo rejeitado, não há como fazer andar a emenda, que é um assessorio do projeto.

A minha emenda, só para lembrar aos colegas, previa a prestação de contas, por parte das confederações, tanto das categorias econômicas quanto dos empregados e também das centrais sindicais, do dinheiro que recebem, por conta do chamado imposto sindical. No entanto, o projeto sendo rejeitado, como propõe o Senador Humberto Costa – e eu não discordo dele nesse ponto de vista –, não há como fazer subsistir a emenda.

Eu vou apresentar essa minha proposta como um projeto autônomo, embalado até pela simpatia que o Senador Humberto Costa manifestou pela ideia. Então, devolvo a proposição à Comissão, não apresentarei nenhuma emenda e não tomarei nenhuma iniciativa nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aloysio.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto e à Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Vamos passar agora ao item nº 11, o requerimento. Temos ainda um requerimento extrapauta que será

apreciado, que trata do adendo ao Requerimento nº 48, da vinda do Presidente do BNDES a esta Comissão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles. Na sequência, Senador Blairo Maggi.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu apresentei o Requerimento nº 47, para que fosse convidado o presidente da Eletrobras para analisar operação de empréstimo do BNDES à Eletrobras e a distribuição de dividendos. Gostaria de saber se já foi marcada essa audiência, se houve alguma resposta, se já foi um convite ao diretor da Eletrobras?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu vou consultar a assessoria da mesa e respondemos na sequência a V. Ex^a. Mas já foi aprovado, só precisamos saber se foram encaminhados os expedientes do convite ao presidente.

Não foi marcada uma data. Mas já foi o expediente? *(Pausa.)*

Já está informado e estamos aguardando o retorno por parte do convidado.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado. Eu tinha um relatório do vencido, para falar sobre o Projeto de Lei nº 99, do Senador Cristovam Buarque. Parece-me que no início já foi dado como lido.

Só gostaria, Presidente, de reforçar a tese de que, em reunião anterior, nós rejeitamos esse Projeto de Lei do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Relatório como vencedor, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Relatório vencedor, não?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É. Relatório do vencido. Eu fiz do vencido, nós vencemos a discussão e foi aprovado. Então, naquele momento, discutia-se uma malha fina para os políticos. Eu recebi muitas observações nas redes sociais e também pessoalmente: “Por que não aprovamos alguma coisa mais contra o político?” E eu, naquele dia, disse que não era favorável só aos políticos, porque todos nós somos contribuintes e todos nós devemos passar pela malha fina da Receita Federal. Ninguém deve ter nada escondido, ninguém deve ter privilégios sobre ninguém.

E sobre esse aspecto, eu tenho um projeto de lei que está nesta Comissão esperando a designação de um relator, o Projeto nº 178, que diz para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes.

Diz o seguinte: A Fazenda Pública disponibilizará anualmente, até o dia 30 de outubro, em sítio próprio da Internet, banco de dados contendo informações de todos os contribuintes do Fisco Federal, seja pessoa física ou pessoa jurídica, relativas ao ano-base imediatamente anterior. E aí o projeto diz como deve ser feito isso.

Mas, em resumo, para o telespectador entender o que eu estou propondo aqui, é a abertura de sigilo fiscal de todos os brasileiros, de todas as empresas, e a Receita Federal brasileira disponibilizará no seu *site* o que cada um recebeu durante o ano e o que ele tem de dívida, para saber se o tipo de vida que ele está levando é compatível com os ganhos que tem.

Então, antes de fazer alguma coisa só contra os Parlamentares, eu quero que todo cidadão brasileiro seja transparente. E a oportunidade está dada ao Congresso Nacional, para a gente discutir isso, começando aqui pela nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que designasse um relator para essa matéria, para que a gente possa colocar em discussão. Pode ser que o projeto não seja aprovado, mas eu vejo isso em outros países acontecendo. E a questão da corrupção, para mim, para ser eliminada começa por aqui, porque corrupção não são só os políticos que fazem, muitos fazem, mas a maioria não. E a corrupção, como dizem, campeia em todos os setores da economia brasileira, quer seja o setor público ou o privado. As relações nossas são defeituosas e talvez, para corrigir, tenhamos que ser transparentes, mas todos e não só alguns.

Obrigado, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Corroborando com o Senador Blairo, quero me oferecer para relator desse projeto. Se V. Ex^a puder me honrar com a designação, eu teria extraordinário prazer em trabalhar para que nós pudéssemos construir uma proposta que atendesse ao necessário e inadiável desejo da ampliação da transparência em todos os segmentos da atividade pública brasileira, Poder Legislativo, Judiciário, Executivo, autarquias e assim por diante, ou seja, uma regra comum a todos aqueles que precisam fazer da transparência uma premissa.

Portanto, se V. Ex^a me honrar com essa designação, eu me comprometo a trabalhar com muita urgência,

para trazer um parecer para enfrentarmos esse debate, para não ficar a impressão de que esta Comissão, na semana anterior, trabalhou contra a transparência. Então apelo que me designe relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Ricardo Ferraço, Senador Blairo Maggi, atendendo a pedido do Senador Blairo e de V. Ex^a, nós vamos colocar isso na reunião administrativa, a próxima reunião, para que o Presidente desta Comissão, o Senador Lindbergh Farias, com os dados retirados desta audiência, desta reunião, possa designar o relator. É de competência do Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a não tem condições de designar, na condição de Presidente em exercício?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Até tenho, mas é por uma questão e respeito ao Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tenho certeza de que o nosso Presidente Lindbergh, de onde estiver, vai aplaudir a decisão de V. Ex^a. Ele não está aqui fisicamente, mas, espiritualmente, está nos acompanhando.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – V. Ex^a é Presidente por inteiro, não pela metade.

O SR. PEDRO TQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Senador Maggi, Senador Ricardinho, o princípio da continuidade do serviço público determina que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Tenham V. Ex^as...

O SR. PEDRO TQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Há solução de continuidade. V. Ex^a é o Presidente de direito, de fato. O café é mais quente para o Presidente do que para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Tão quente que não deu nem para tomar.

De minha parte, não há nenhum problema. V. Ex^a tenho absoluta convicção de que será...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nada pessoal contra a minha pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nenhuma. Mas é um respeito ao Presidente, o Senador Lindbergh. Não tenho dúvida de que será distribuído a V. Ex^a, mas, em respeito ao Presidente de fato e de direito desta Comissão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E confio que V. Ex^a será um militante dessa causa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com toda certeza. Eu também gostaria de ser o relator, mas acho que V. Ex^a terá propriedades para debater. Inclusive, quem está relatando outros projetos, como a questão da maioria penal, tem capilaridade para relatar um projeto tão grandioso como esse.

Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, é só para brincar um pouquinho mais. V. Ex^a é Presidente por inteiro aqui. O Senador Lindbergh não está aqui; o senhor é o chefe da casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Temos que ter prudência.

Mas ele estará aqui ainda hoje. E, ainda hoje, será deliberado com o Presidente, o Senador Lindbergh, sobre a relatoria desse projeto.

Passamos, então, ao item nº 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 49, DE 2013

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2013, a inclusão, como convidados da audiência pública para instruir o PDS nº 275/2012, de um representante da Advocacia-Geral da União e de um representante da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp.

Autoria: Senador José Pimentel

Observações: 1. Em 13/8/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Foi também subscrito por mim o aditamento.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 49, de 2013.

Passamos aos demais requerimentos extrapauta.

Requerimento da Senadora Ana Amélia, também subscrito por mim, com temas além daqueles já previstos no Requerimento nº 48.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 50, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 48 de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, a realização de audiência pública com a presença do presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, para debater os seguintes temas: I – perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013-2016; II – balanço do desempenho operacional e financeiro do BNDES; III – perspectivas de financiamento de longo prazo no Brasil e papel do BNDES
Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 50.

Passamos, agora, à leitura de dois outros requerimentos que, na forma do Regimento, serão incluídos na pauta da próxima reunião da CAE.

Requerimento de autoria do Senador Jayme Campos.

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2013

De iniciativa do Senador Jayme Campos, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 12/2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para incluir entre os convidados na audiência pública destinada a debater o PLC nº 113/2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, a Dra. Miraci Mendes Astun, Coordenadora Geral da Resolução e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde; e o Dr. João Baptista Optiz Júnior – Médico do trabalho, Doutor e Mestre em Medicina pela USP;

Leitura do Requerimento de autoria do Senador Lindbergh Faria e Senador Rodrigo Rollemberg, também subscrito pelo Senador Sérgio Souza.

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2013

De iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, que requer a realização do seminário “Tributação e Sustentabilidade”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social, na segunda quinzena de outubro, para debater os seguintes temas: i) Desafios para construção do desenvolvimento sustentável; ii) Aliança para uma política tributária justa e sustentável; iii) O papel da tributa-

**ção na sustentabilidade de setores críticos;
e iv) Política tributária e desenvolvimento
sustentável: boas práticas.**

Somente a leitura, fica para a pauta da próxima reunião.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio ao Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio ao Governo/PT – SP) – Quais são as pessoas convidadas?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Serão ainda submetidas ao crivo desta Comissão.

Antes de encerrar a presente reunião, comunico que, em atendimento ao Requerimento nº 48, da CAE, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 16/7/2013, aditado pelo Requerimento nº 50, aprovado hoje, será realizada na próxima semana, às 11 horas e 30 minutos, audiência com o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de discutir os seguintes temas: a política de operações creditícias feitas pelo Grupo EBX, do empresário Eike Batista, por parte do BNDES; as perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013-2016; o balanço do desenvolvimento operacional e financeiro do BNDES; e as perspectivas de financiamento de longo prazo no Brasil e o papel do BNDES.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

**ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO,
ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECO-
NÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-
RIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE
AGOSTO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE
REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA,
SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira,

Cyro Miranda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Kátia Abreu, José Agripino, Jayme Campos e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 48ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Resolução do Senado nº 43 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “acrescenta dispositivos ao artigo 9º da Resolução do Senado Federal nº 50, de 1993, para incluir informações de risco político entre aquelas prestadas ao Senado Federal para avaliação de processos de renegociação ou rolagem de dívidas externas”, tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. Em 7/8/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a matéria. **Item 2-** Mensagem (SF) nº 81 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 45,270,000.00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROFISCO’”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3-** Projeto de Lei da Câmara nº 43 de 2013, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece re-

latório favorável ao Projeto. Em 20/8/2013, foi concedida a Vista Coletiva. Em 27/8/2013, é apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Anunciada a matéria, o relator se manifesta favoravelmente à Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Sérgio Petecão, Anibal Diniz e Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 4-** Projeto de Lei do Senado nº 377 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos”, tendo como relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A matéria é retirada de pauta. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite máximo de receita bruta total para opção pelo regime de lucro presumido de tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas”, tendo como relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional”, tendo como relator o Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7-** Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 571 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior”, tendo como relator o Senador Benedito de Lira. Não tendo sido oferecidas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos

termos da Emenda nº 1-CCT-CAS (Substitutivo). A apreciação da matéria é adiada. **Item 9-** Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 10-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 51 de 2013, de iniciativa do Senador Jayme Campos, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº 12 de 2012-CAE, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, para incluir entre os convidados na audiência pública destinada a debater o PLC nº 113 de 2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, a Dra. Miraci Mendes Astun, Coordenadora Geral da Resolução e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde; e o Dr. João Baptista Optiz Júnior – Médico do trabalho, Doutor e Mestre em Medicina pela USP”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 51 de 2013-CAE. **Item 11-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 52 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, que “requer a realização do seminário ‘Tributação e Sustentabilidade’, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social, na segunda quinzena de outubro, para debater os seguintes temas: i) Desafios para construção do desenvolvimento sustentável; ii) Aliança para uma política tributária justa e sustentável; iii) O papel da tributação na sustentabilidade de setores críticos; e iv) Política tributária e desenvolvimento sustentável: boas práticas”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 52 de 2013-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 53 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 22 de agosto de 2013, e de outros veículos de imprensa, bem como os respectivos desdobramentos no âmbito tributário e previdenciário, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Guido Mantega – Mi-

nistro da Fazenda; Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; e Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 48ª Reunião.

Os Srs Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 42, de 7 de agosto 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 025352, de 2012-1, bem como o relatório e a proposta de deliberação que o fundamentam.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 43, DE 2013

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivos ao art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 50, de 1993, para incluir informações de risco político entre aquelas prestadas ao Senado Federal para avaliação de processos de renegociação ou rolagem de dívidas externas.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Observações: 1. Em 7/8/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA – (Bloco Minoria. PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs Senadores, o Projeto de Resolução nº 43, que passo a relatar, acrescenta dispositivos ao art. 9º da Resolução do Senado

Federal nº 50, de 1993, do Senado, que disciplina a atuação do Senado nas operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União.

O art. 9º da Resolução nº 50, de 1993, trata, especificamente, das informações e documentos que obrigatoriamente devem constar dos pleitos de renegociação ou rolagem de créditos da União com entidades estrangeiras de direito público ou privado.

Pretende-se com o projeto em exame acrescentar o inciso VII ao referido artigo, de forma a que, na tramitação das solicitações de autorização para renegociação ou rolagem dessas dívidas externas, sejam prestadas informações de risco político sobre o tomador e beneficiário da operação, além de outras ali já previstas e enumeradas.

Nos termos propostos, as exigidas informações de risco político compreenderiam a instrução do pleito com avaliações internacionais disponíveis, e do próprio governo brasileiro, sobre a qualidade da democracia e da governança do país tomador. Ao governo brasileiro caberia, ainda, disponibilizar sua avaliação sobre os riscos de os benefícios e vantagens concedidas na renegociação ou rolagem da dívida serem aplicados em finalidade diversa da de promoção do desenvolvimento e redução da pobreza do país beneficiário.

Por fim, o projeto acrescenta parágrafo único a esse artigo, para facultar ao Poder Executivo, quando do encaminhamento da Mensagem relativa a essa operação financeira, a solicitação de sigilo quanto aos documentos de risco político enviados. O sigilo requerido somente seria objeto de modificação mediante deliberação do Plenário da Casa.

Nos termos da justificação do projeto, o Senado Federal tem sistematicamente concedido perdão de dívidas de países pobres altamente endividados, em consonância com inúmeras iniciativas internacionais, justificadas, fundamentalmente, como auxílio ao desenvolvimento e à redução da pobreza desses países. E isso sempre embasado em farta informação, de natureza econômica, proveniente do Executivo. No entanto, as circunstâncias de natureza política no país beneficiário têm sido ignoradas nesses processos de ajustes.

Ainda conforme a justificação, cito:

O presente projeto tem por objetivo incluir, no rol das informações examinadas, uma avaliação por parte das instâncias do governo brasileiro acerca desse risco político específico. Isso permitirá que o Senado possa deliberar com segurança acerca desse segundo universo de preocupações que suscitam os projetos de perdão de dívidas.

Naturalmente as informações têm natureza politicamente sensível, o que recomenda possa o Execu-

tivo requerer o tratamento sigiloso do material assim fornecido.

Fim a citação.

No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro, que acrescenta art. 3º ao PRS ora em exame, renumerando-se o atual art. 3º para 4º, para introduzir o § 2º ao art. 23 da Resolução nº 43, que dispõe sobre as operações de crédito do interesse dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

Em razão do acréscimo proposto, a Emenda em tela também altera a ementa da proposição. O novo parágrafo determina que todos os documentos que embasaram as manifestações finais do Poder Executivo, inclusive pareceres e relatórios técnicos de diferentes órgãos intervenientes, integrarão o processado dos pedidos de autorização das operações de crédito de que trata a Resolução nº 43.

Em sua justificativa, o autor argumenta que tem percebido várias lacunas na informação e nas análises técnicas enviadas pelo Executivo e mesmo algumas contradições aparentes, entre os dados informados nos processados e as conclusões de pareceres técnicos.

Do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não há reparo a fazer.

Quanto ao mérito, ao Senado é assinalada a competência privativa para autorizar esse tipo de operação. A Resolução nº 50, de 1993, regulamentou os preceitos constitucionais dispondo sobre esta matéria para, entre outros aspectos, determinar que as operações de renegociação ou rolagem de créditos externos do País, concedidos mediante empréstimo ou financiamento a devedores situados no exterior, sejam submetidos à apreciação do Senado, prestadas todas as informações pertinentes. E assim vem sendo procedido pelo Poder Executivo desde os anos 80.

Vale ressaltar que várias linhas de financiamento concedidas ao amparo do extinto Finex já foram objeto de renegociações pela União no âmbito do chamado Clube de Paris, resultando daí diversas atas de entendimento firmadas com diferentes países como Gabão, Mauritânia, Zâmbia, Guiné, Costa do Marfim, Nigéria, Polônia, Sudão, entre outras.

Essas atas levaram à celebração de acordos bilaterais que visaram à reestruturação dos débitos desses países com o Brasil. No entanto, como bem enfatizado na justificativa do projeto, as análises sobre as reestruturações dessas dívidas são levadas a efeito embasadas e fundadas em documentos de informações que somente incorporam regras e condições de natureza econômica.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A propósito, as condições e os termos das reestruturações de dívidas são acertados e acordados com base em parâmetros e em variações das modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros definidos pelo Comitê de Avaliação de Créditos no Exterior, órgão colegiado integrante do Ministério da Fazenda. Esse é o órgão legalmente competente para tal e é incumbido de remeter ao Senado as informações redigidas na forma do art. 9º.

Neste âmbito, também, talvez em decorrência do próprio enfoque exigido pela referida norma do Senado Federal, prevalece uma abordagem fundada em aspectos econômicos.

O auxílio ao desenvolvimento dos países pobres altamente endividados é outro componente que justifica essas operações, além dos citados aspectos econômicos. Todavia, o projeto de resolução ora em exame busca acrescentar uma nova dimensão a este enfoque meramente econômico da análise a que essas proposições são submetidas.

Essa é a essência do projeto apresentado pelo Senador Pedro Taques e cujo conteúdo já foi suficientemente explanado no relatório.

Quando à Emenda nº 1, da CAE, ela altera, como visto, a Resolução nº 43, que estabelece limites e condições de autorização para as operações de crédito interno e externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive a concessão de garantias. O art. 23 da referida norma trata da documentação complementar, de responsabilidade do Ministério da Fazenda, necessária às operações de crédito.

A concessão de garantia pela União a outras unidades federativas em financiamentos externos, também regulada pela Resolução 43, configura compromisso da União com a adimplência da obrigação financeira a ser assumida pelas referidos entes. Há, portanto, relação entre a emenda e a matéria tratada no texto original do PRS 43.

O seu mérito também é indiscutível, pois, conforme enfatizado pelo Senador Armando Monteiro, a Emenda nº 1 – CAE assegura que as informações completas sobre os pareceres e relatórios técnicos que embasaram as manifestações do Poder Executivo serão disponibilizadas aos Senadores para que possam melhor decidir sobre os pleitos submetidos à apreciação desta Casa.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2013, e da Emenda nº 1 – CAE.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Pedro Taques, que é o autor do projeto de resolução.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Relator e dizer que este projeto de resolução incorpora, junto com a emenda muito bem posta pelo Senador Armando Monteiro, à legislação permanente desta Casa os pontos levantados em nossas emendas ao Ato 01 da CAE e ao nosso projeto, que é este Ato 02.

As modificações no mérito foram consensuais, merecendo, inclusive, apoio de V. Ex^a.

Assim, a aprovação deste projeto com urgência pelo Plenário da Casa se apresenta como o melhor caminho, Sr. Presidente.

Apenas para cumprimentar o Relator e concordar com a emenda apresentada pelo Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CAE.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós temos o item 3 da pauta, salvo engano, que é o projeto de lei relatado pelo Senador Anibal, que trata da mudança do fuso horário, que envolve o Estado do Acre e parte do Estado do Amazonas. Seria possível invertermos a ordem para que analisemos agora, Sr. Presidente? A Presidenta Dilma está vindo para cá, e, nós, mulheres, temos que estar todas com ela para recebê-la. Eu apresentei uma emenda, Sr. Presidente, mas de redação somente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu também gostaria de solicitar que a Comissão recomendasse urgência para a resolução que acabei de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Aloysio Nunes.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só quero apoiar expressamente o pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, que é o autor do projeto de resolução.

Informo aos senhores que a Secretaria do Tesouro Nacional – Senador Pedro Taques, V. Ex^a foi um dos autores do pedido – respondeu àquela solicitação feita por esta presidência da Comissão de Assuntos Econômicos em relação aos questionamentos sobre a dívida dos Estados.

Na última sexta-feira, por ofício-circular, esta Comissão remeteu ao gabinete dos Srs. Senadores o conteúdo do documento por meio digital.

Eu iria fazer a apresentação aqui hoje, mas está meio tumultuado, porque vem a Presidente da República, vamos ter Luciano Coutinho.

Nesta semana, vamos apresentar um estudo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado, vamos mandar para o gabinete de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e, depois, em outra reunião da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, vamos fazer essa apresentação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vale lembrar que terça-feira, também às 11h30, o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, estará aqui para falar sobre o mesmo tema.

Por solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, vamos inverter, vamos ao item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 43, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

2. Em 20/8/2013, foi concedida vista coletiva.

Em 27/8/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O relatório já foi lido pelo Relator, na 48ª Reunião, realizada em 20 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o Relator, para proferir seu parecer em relação à Emenda nº 1.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que nós passássemos a outro item da pauta, porque eu gostaria de tirar dúvida ainda a respeito de essa emenda verdadeiramente ser uma emenda de redação ou se vai alterar o conteúdo do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Houve um problema aqui no som.

A Senadora Vanessa Grazziotin, depois o Senador Petecão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Certo.

Primeiro, eu quero deixar claro que eu não tenho nenhuma intenção de atrasar o projeto. Compreendo, pelas conversas que tive, sobretudo com o Senador Petecão, que durante toda a semana passou tratando do assunto comigo, junto com a Deputada Perpétua, o Deputado Silas Câmara, do meu Estado, enfim, vários Parlamentares, que não tenho mais nenhuma razão, nenhuma intenção de apresentar qualquer emenda de conteúdo, Sr. Presidente, qualquer emenda que faça com que o projeto retorne à Câmara dos Deputados, porque, assim sendo, demoraria ainda algum tempo para ser aprovado.

Então, o que eu estou apresentando? Qual é a saída? Ouvimos os 13 Municípios do Estado do Amazonas que estão sendo afetados. E, nessa confusão de muda a lei, volta a lei, muda a lei, qual foi o resultado? Dos 13 Municípios do Amazonas, dez não querem voltar ao horário antigo, querem permanecer como estão. Três querem voltar ao horário antigo.

Então, qual foi a ideia? Por que apresentei a emenda? Uma emenda de redação, Sr. Presidente. Uma emenda de redação apenas separando, no mesmo artigo, o Amazonas num item e o Acre no outro, exatamente com a mesma redação, sem uma vírgula, que não muda em absolutamente nada o conteúdo, porque permite aos Municípios do Estado do Amazonas, se quiserem, ainda ter a oportunidade de pleitear, junto à Presidenta Dilma, o veto, apenas para o Estado do Amazonas e não mais para o Estado do Acre.

Então, Sr. Presidente, para não ficar qualquer dúvida, eu vou ler aqui o que diz o projeto de lei relatado pelo Senador Anibal.

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', compreende o Estado do Acre e a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea c. Qual é a emenda de redação, Sr. Presidente?

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', compreende: I – o Estado do Acre;

II – e a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea c.

Não há mudança nenhuma, eu apenas mudo a forma. Portanto, é uma emenda de redação para dar essa possibilidade ainda aos Municípios do Estado do Amazonas para que, junto à Presidenta Dilma, possam solicitar o veto.

Digo a todos os representantes do Acre que eu nunca tive a intenção de atrasar nada. Exatamente por isso eu fiz essa redação, para que o Amazonas tenha a oportunidade, caso os Municípios queiram, de junto à Presidenta, numa outra etapa, com o projeto já aprovado, solicitar a mudança. Então, não há prejuízo, não muda em absolutamente nada o conteúdo. Por isso, eu acho que seria possível.

Solicito a compreensão da Bancada do Acre, para que possamos também fazer esse acordo que será muito bom para ambos, sem mudar em nada, porque aprovada a Lei todos nós teremos o retorno ao horário, mas com a possibilidade de solicitação de veto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes, Senador Anibal Diniz, o Senador Sérgio Petecão. Depois eu passo a palavra a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

Na verdade, Presidente, essa nossa angústia... Eu estou aqui com o Deputado Federal Flaviano Melo, que foi o autor do referendo lá no nosso Estado. Houve uma mudança de horário. O Deputado Flaviano Melo – que já foi Senador, foi governador do nosso Estado, foi prefeito da nossa capital, tem toda uma história – apresentou essa proposta de referendo e o povo foi às urnas. O povo foi às urnas e disse que não queria a mudança de horário. Eu não estou entrando no critério de o horário ser bom ou ser ruim. É que nós temos a decisão de um referendo que precisa ser respeitada. Não tenho nada contra o povo do Amazonas, mas essa decisão atinge diretamente o nosso Estado.

Aqui houve um relatório do Senador Anibal. Nós tínhamos divergências nesse sentido, mas graças a Deus o Senador Anibal deu um parecer favorável entendendo a necessidade dessa volta do horário. Eu sugeri à Senadora Vanessa – conversamos a semana toda, é verdade – ouvir o povo do Amazonas. Esse problema aconteceu todinho no meu Estado porque o povo não foi ouvido. Se o então Senador Tião Viana, na época, tivesse feito um plebiscito para ouvir o povo sobre se o povo queria mudar de horário ou não, não estaria acontecendo nada disso. Foi atropelado, de uma forma totalmente confusa. A verdade é que mudaram o nosso horário e o povo foi às urnas e disse que não aceitava.

A proposta da Senadora Vanessa, pelo que eu entendi aqui... Era importante que a assessoria da Mesa me ajudasse, nos ajudasse, até no sentido de esclarecer aos Senadores esse desmembramento – eu acho que ela desmembrou – no sentido de que a Presidente Dilma possa vetar essa parte em que o Amazonas tem interesse.

A verdade, Presidente, é que nós, acrianos – estamos falando aqui em nome do povo acriano, eu e o Senador Anibal –, queremos que o horário do Acre volte. Depois, se quiser mudar de novo, pode mudar. Mas tem que ouvir o povo. Essa decisão do referendo tem que ser respeitada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Anibal, deixe eu dar uma sugestão. Estava conversando com o pessoal da Secretaria, que entende que a emenda é complexa. A sugestão é a seguinte: retirar de pauta, para que V. Ex^a possa analisar, e a gente coloca na pauta de terça-feira novamente. Era esse encaminhamento que eu iria sugerir a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era exatamente...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não Presidente, está com um ano. Vamos para o voto, então.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Na verdade, essa emenda da Senadora Vanessa, Senador Sérgio Petecão, é uma emenda que a Secretaria... Não é uma emenda simples. De fato, é complexo o entendimento do tema.

Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, esse assunto é um assunto complexo, mas de extrema importância para o Estado

do Acre. Vale ressaltar que este ano de 2013 é o ano em que estamos completando cem anos da instituição da convenção do fuso horário no Brasil. E, exatamente por isso, nós temos uma simbologia aqui para resolver.

Sobre a dúvida que eu tinha de tirar a respeito, eu consegui fazer consulta a regimentalistas da Casa e também fiz uma consulta ao Senador Pedro Taques, que se propõe a fazer a defesa da regimentalidade da emenda, se for necessário, em Plenário, pela CCJ, de tal maneira que nós temos realmente a compreensão de que se trata de uma emenda de redação. Por quê? Porque a alínea “e” estabelece o Estado do Acre e o Estado do Amazonas nos seguintes termos:

e) o quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreende o Estado do Acre e a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea “c” (NR).

Quando a gente vai à emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, ela vai fazer a seguinte mudança. A alínea “e” do art. 2º diz o seguinte:

e) o quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreende:

1) o Estado do Acre;

2) a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea “c”.

Dessa maneira, não estamos alterando o conteúdo, estamos apenas separando em, um, Estado do Acre; dois, a parte do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea “c”, de tal maneira que podemos, sim, votar pela aprovação do PLC nº 43, com a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, sem prejuízo da tramitação da matéria, porque temos garantia regimental de que não vai voltar para a Câmara. Essa matéria passará pela Comissão de Relações Exteriores e, depois, irá a plenário, onde, tenho certeza, será aprovada sem a necessidade de voltar para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Se essa é a vontade de V. Ex^a, que é o Relator, vamos colocar em votação. Se os Senadores tiverem...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Tive oportunidade de relatar um projeto parecido com esse no início desta Legislatura. Esse projeto foi aprovado e, logo depois, vetado por Sua Excelência a Presidente da República. Aqui, em uma

topografia legislativa ou topologia legislativa, que vem da legística, Sr. Presidente, para mim, é uma emenda de redação, não vejo nenhum problema, porque estamos dividindo um inciso em alíneas. Não vejo nenhum óbice regimental a que esse projeto seja efetivamente aprovado. Está parecendo um corpo esvaindo em sangue, Sr. Presidente. Há muito tempo precisamos discutir e decidir isso, votando, arquivando, aprovando, para que do corpo pare de sair sangue.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CAE.

Vale dizer que esse projeto vai agora à Comissão de Relações Exteriores, onde terá a oportunidade de ser novamente debatido em profundidade.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a continue a pauta, gostaria de agradecer enormemente à Bancada do Estado do Acre a compreensão. Fizemos um acordo que, sem dúvida, contribui com o Acre e possibilita, como já falei, aos prefeitos dos Municípios de Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Guajará, São Paulo de Olivença, Jutai, Itamarati, Pauini, Lábrea, Tabatinga, Atalaia, Benjamin, ainda se quiserem, porque a maioria não quer voltar a mudar o horário novamente, a pleitear junto à Presidenta a possibilidade de um veto, sem prejudicar, de forma nenhuma, o Estado do Acre.

Eu não aceitaria, Sr. Presidente, mesmo que fosse em prejuízo da emenda, que o projeto fosse adiado, tivesse a votação adiada, porque é um compromisso que fizemos com a Bancada do Acre de votarmos hoje. E assim foi feito. Então, muito obrigada. Agradeço muitíssimo também ao Senador Taques, que desde o início vem colaborando para que resolvamos essa pendência. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, também no sentido de agradecer a esta Presidência, ao Senador Anibal, ao Senador Pedro Taques e à Senadora.

Entendo que esse projeto é como o Senador Pedro Taques acabou de relatar, passou da hora, te-

mos de dar uma satisfação, o povo está esperando, sob pena de a população achar que estamos criando um mecanismo aqui para emperrar o projeto. Acho que, nesta Comissão, foi dado um grande passo. Por isso, agradeço aos Srs. Senadores e também a essa Presidência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Vamos ao item nº 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 45,270,000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Profisco”

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Passo a palavra para o Relator, que irá ler o relatório. Como já acertado no Ato nº 1 da CAE, depois de lido o relatório será concedida vista a todos os Srs. Senadores.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, estamos falando do item, do item...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nº 2.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só um pouquinho porque, na nossa pauta aqui, não está esse relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, aproveitando aí...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ...o tempo, sugiro a V. Ex^a que retire da pauta de hoje o projeto de minha autoria, que tem como Relator o Senador Humberto Costa, por se tratar de um

projeto complexo que, certamente, vai demandar uma discussão mais prolongada e o quórum está esvaziando, em razão da presença da Presidente Dilma. Peço a V. Ex^a que retire e o coloque na pauta da próxima reunião, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido, estamos retirando o item nº 4 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 377, DE 2012
– Terminativo –

Dispõe sobre o sistema de direcionamento de crédito e suas fontes de recursos.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto.)

Com a palavra, sobre o item nº 2, o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com a Mensagem nº 81, de 2013, a Presidente da República propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

Os recursos da operação de crédito, no valor de até US\$ 45.270.000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Profisco”.

O Programa contará com investimentos totais de US\$ 50.300.000,00, sendo US\$ 45.270.000,00 financiados pelo BID e US\$ 5.030.000,00 aportados pelo Estado da Bahia. Segundo o cronograma, tanto as liberações quanto as contrapartidas serão realizadas ao longo dos próximos seis anos, entre 2013-2018.

As condições do empréstimo envolvem a modalidade de empréstimo do Mecanismo Unimonetário do BID, com taxas de juros baseada na LIBOR e custo efetivo médio estimado em 3,96% ao ano, flutuante conforme a LIBOR. A amortização será realizada em 40 parcelas semestrais, entre março de 2018 e novembro de 2037.

O Banco Central do Brasil credenciou o Estado da Bahia a negociar a referida operação de crédito, conforme as condições financeiras inseridas no Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA 641258.

A instrução processual satisfaz os requisitos constantes das normas senatoriais.

Diante do exposto, Sr. Presidente, considerando a aprovação do Banco Central e a concordância das autoridades monetárias nacionais, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado da Bahia para contratar a operação de crédito externo, nos termos seguintes:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 45.270.000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – Profisco”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Bahia;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** até US\$ 45.270.000,00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – **modalidade:** Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR;

VI – **amortização:** em 40 (quarenta) parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, de valores iguais, pagas no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2018 e a última em 15 de novembro de 2037;

VII – **juros:** enquanto o empréstimo não tenha sido objeto de nenhuma conversão, o mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros baseada na Libor e, nesse caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo Banco em data prevista no contrato para cada trimestre, calculada com base na respectiva taxa de juros Libor, mais ou menos o custo de captação do Banco e a margem aplicável para empréstimos do seu capital ordinário;

VIII – **comissão de crédito:** a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, e limitada ao percentual de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

IX – **despesas com inspeção e supervisão gerais:** o Banco não cobrará montante para atender

despesas com inspeção e supervisão geral, sendo que, por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de Conversão de Moeda, para desembolso ou para a totalidade ou parte do saldo devedor, bem como a opção de conversão da taxa de juros baseada na LIBOR para um taxa de juros fixa, a incidir sobre parte ou totalidade do saldo devedor, ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada pelo mutuário e aceita pelo Banco.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento da condição especial prévia ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É como voto, Sr. Presidente, favorável a esse empréstimo ao Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em cumprimento ao Ato nº 1 da CAE, eu concedo vistas coletivas da presente matéria, que volta à pauta na próxima terça-feira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas um registro numérico.

De junho até agora nós aprovamos no Senado Federal empréstimos externos para 69 unidades da Federação, entre Municípios e Estados brasileiros. E a variação cambial ocorrida nesses últimos dias, nessas últimas semanas, implica num aumento de 7,6 bilhões de reais o endividamento desses entes da Federação. O débito, segundo o Banco Central, dessas unidades federativas alcança R\$ 21,6 bilhões. Portanto, a variação cambial proporcionou o impacto em torno de R\$ 7,6 bilhões nas últimas semanas. Dívida a mais para os Municípios e Estados que contraíram empréstimos externos.

Portanto, nós estamos armando uma bomba relógio de efeito retardado. Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, eu, inclusive, aqui no começo da reunião, falei que a Secretaria do Tesouro Nacional respondeu um requerimento dessa Comissão, provocado pelo Senador Pedro Taques e outros Senadores, e eu enviei na sexta-feira para cada Senador as informações que foram apresentadas pelo Tesouro Nacional em resposta ao requerimento.

Ainda essa semana nós vamos remeter para o gabinete dos Srs. Senadores um estudo elaborado pela Consultoria Legislativa do Senado em cima desses números. E eu pretendo na próxima semana também fazer uma apresentação aqui a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero dizer, também, que na próxima terça-feira, às 11h30, nós vamos ter a presença do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para discutir esse mesmo tema. De forma que V. Ex^a toca num tema muito apropriado e que é do interesse de todos os Senadores, que é a preocupação com a dívida, a situação fiscal dos Estados, com a dívida dos Estados.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, existe um requerimento da minha lavra convidando o Ministro da Fazenda para esclarecer os efeitos tributários, fiscais, previdenciários desse acordo da República Federativa do Brasil – se é acordo ou o que é – com a Organização Pan-Americana da Saúde. Se fosse possível colocar extrapauta, para que este Colegiado pudesse se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, a gente tem uma regra aqui dos requerimentos. A gente faz essa leitura...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Vai se fazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... e o voto, sem sombra de dúvida, na próxima terça-feira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A leitura hoje?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A leitura hoje.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós temos aqui alguns itens da pauta que são terminativos. Um é o item nº 4. O item nº 5 é relatado pela Senadora Ana Amélia. Mas nós estamos sem quórum para a votação de itens terminativos.

Eu vou para o item nº 7.

ITEM 7

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 571, DE 2011 – Terminativo –

Ementa do projeto: Altera o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para conceder prioridade aos portadores de deficiência física na restituição do imposto de renda pago a maior.

Autoria do Projeto: Senador Vital do Rêgo

Relatoria do Projeto: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH.

Observações: – Em 20/08/13, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 571 de 2011. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria está sendo submetida a Turno Suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós temos dois requerimentos para serem votados e vou ler o requerimento do Senador Pedro Taques.

Todos os senhores sabem da chegada da Presidente da República, daqui a instantes, ao Senado Federal.

Eu estou querendo aqui estabelecer uma metodologia de trabalho. Nós temos uma outra reunião que está marcada às 11h30, com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Eu não sei, se os senhores acharem... Vou votar esses dois requerimentos. Podíamos suspender a reunião, e a minha sugestão é que eu comesse aqui, independentemente da saída ou não da Presidenta Dilma, ao meio-dia em ponto – atrasar 30 minutos. Nós ligaríamos agora para o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, a gente vota esses dois requerimentos – vou ler o requerimento do Senador Pedro Taques –, a gente suspende e, ao meio-dia em ponto, este Senador estará aqui, independentemente de a Presidente já ter saído ou não desta Casa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu sugiro que não se atrase essa meia hora, que se faça no horário estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª não vai prestigiar a Presidenta Dilma, não?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Já há gente suficiente prestigiando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu sei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quer prestigiar o Luciano Coutinho.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu gostaria que V. Exª cumprisse o horário das 11h30, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu posso cumprir. Para mim, não há problema algum. É que eu acho que, de fato, estaria muito esvaziado o início do Presidente Luciano Coutinho.

Eu faço, então, este apelo, Senador Alvaro, para a gente começar ao meio-dia – a Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

Então, vamos votar aqui os dois requerimentos, o item 10 e o item 11. E vou ler o requerimento do Senador Pedro Taques.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 51, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 12/2012-CAE, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para incluir entre os convidados da audiência pública destinada a debater o PLC 113/2005, que trata da duração de trabalho dos farmacêuticos, a Dr^a Miraci Mendes Astun – Coordenadora Geral da Resolução e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde; e o Dr. João Baptista Optiz Júnior – Médico do trabalho, Doutor e Mestre em Medicina pela USP.

Autoria: Senador Jayme Campos

Observações: 1. Em 20/8/2013, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Ah, esse não é meu, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, é do Senador Jayme Campos. Eu vou ler o seu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Desculpe-me por interromper.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

O Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 52, DE 2013

Requer a realização do seminário “Tributação e Sustentabilidade”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com o Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social, na segunda quinzena de outubro, para debater os seguintes temas: i) Desafios para construção do desenvolvimento sustentável; ii) Aliança para uma política tributária justa e sustentável; iii) O papel da tributação na sustentabilidade de setores críticos; e iv) Política tributária e desenvolvimento sustentável: boas práticas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Observações: 1. Em 20/08/2013, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 52/2013, da CAE.

Vamos ler o Requerimento do Senador Pedro Taques:

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2013

De iniciativa do Senador Pedro Taques, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil, segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 22 de agosto de 2013, e de outros veículos de imprensa, bem como os respectivos desdobramentos no âmbito tributário e previdenciário, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Guido Mantega – Ministro da Fazenda; Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; e Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Está lido o requerimento e votaremos na próxima terça-feira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Senador Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Entendo que essa matéria tem uma relevância indiscutível e já apresentei à Comissão de Assuntos Sociais um requerimento para a presença do representante da Opas no Brasil, que é o responsável pela assinatura desse acordo; e também do Ministro da Saúde.

Como o tema é correlato, e para uma questão de economia, seria – penso – conveniente uma audiência pública conjunta sobre o mesmo tema com as diversas Comissões diretamente envolvidas nessa matéria, não só esse do Senador Pedro Taques, que vai pontualmente nas questões; também essas questões levantadas por eles estão nas questões levantadas pela Opas, que vai fazer a operacionalização.

Queremos ver os termos desse acordo na Comissão de Assuntos Sociais, que é onde se discute as

questões da área de saúde; e também na Comissão de Educação. Agora, pergunto à assessoria da CAE qual a forma de fazer. E também consultar o Senador Pedro Taques, que é o autor do requerimento, como ele também vê isso, o que daria mais peso ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio ao Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, não tenho objeção à realização dessa audiência. O mais importante é que possamos saber o que foi feito. Foi uma conversa entre amigos? Foi um contrato? Foi um acordo? Esse acordo é gravoso? A Constituição, no art. 49, inciso I, diz que o Congresso precisa saber disso. Precisamos saber se mandaram um bilhete, um telegrama, uma missiva, convidando? Precisamos de um documento que expresse a realidade desses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – A secretaria aqui me informa, Senadora Ana Amélia, que já foi lido o requerimento do Senador Pedro Taques, mas podemos, sem prejuízo de a data de votação ser a próxima terça-feira, haver uma modificação para que seja uma convocação conjunta com outras Comissões. É o caso de os senhores se entenderem e apresentarem, aqui, na próxima terça-feira, a alteração.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro encerrada.

Meio-dia, em ponto, começaremos a próxima reunião com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Pedro Taques, Jorge Viana, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Cassido Maldaner, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente

Claudino, Blairo Maggi e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Kátia Abreu, Jayme Campos e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir a política de operações creditícias feitas ao grupo EBX, do empresário Eike Batista, por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; as perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013-2016; o balanço do desempenho operacional e financeiro do BNDES; e as perspectivas de financiamento de longo prazo no Brasil e o papel do BNDES, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 48 e 50 de 2013, ambos de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, tendo como expositor o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Alvaro Dias, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Delcídio do Amaral, Armando Monteiro e José Agripino. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a discutir a política de operações creditícias feitas ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista, por parte do BNDES, as perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013/2016, o balanço do desempenho operacional e financeiro do BNDES, as perspectivas de financiamento de longo prazo no Brasil e o papel do BNDES.

Trata-se dos Requerimentos nº 48 de 2013, de realização de audiência, da Senadora Ana Amélia e outros, e do Requerimento nº 50, de 2013, Senadora Ana Amélia e outros.

Peço aos Senadores Ricardo Ferraço e Cyro Miranda para irem à sala da Secretaria e trazerem o Presidente do BNDES, nosso convidado Luciano Coutinho, para tomar assento à mesa. O Senador Cristovam também. *(Pausa.)*

O convidado já se encontra no plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos.

A lista de inscrição está aqui aberta. Lembro que a primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Temos uma segunda inscrição, do Senador Alvaro Dias. Depois, Senador Francisco Dornelles, Senador Cristovam Buarque, Senador Ricardo Ferraço. A lista de inscrição, repito, está aberta.

Passo imediatamente a palavra ao nosso convidado, Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Ex^{mo} Senador Lindbergh, agradeço à Comissão de Assuntos Econômicos o convite para esta audiência. É sempre uma satisfação participar de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. Estive aqui há pouco tempo, e será sempre um prazer participar. Quero também saudar os Senadores aqui presentes. Atendendo à solicitação dos Senadores, farei uma breve exposição e, depois, terei a satisfação de responder aos questionamentos e indagações dos Srs. Senadores.

Senadora Ana Amélia, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A Senadora Ana Amélia é a autora do Requerimento. Inclusive, antes que o senhor comece a exposição, Presidente, agradeço, porque sempre que há o convite desta Comissão de Assuntos Econômicos, existe por parte do Banco e do senhor rapidez na resposta, na vinda a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A Senadora Ana Amélia inclusive também já fez essa referência. Sempre por parte de V. S^a existe esse tratamento para com esta Comissão de Assuntos Econômicos. Então, Senador Pedro Taques, que acaba de chegar a esta reunião, vamos começar a exposição do nosso Presidente do BNDES.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Muito bem. Vou fazer uma breve exposição sobre a economia, perspectivas e o desempenho do BNDES no primeiro semestre deste ano e as suas perspectivas.

Nós temos, neste momento, uma recuperação da economia global puxada, em grande medida, pelos Estados Unidos. Há uma clara recuperação do índice mais importante, de um índice bastante interessante, o das encomendas das indústrias, das compras das indústrias de insumos produtivos dadas por esse índice PMI. Nós vemos aqui nessa curva uma recuperação desse índice para o caso dos Estados Unidos

e curiosamente uma pequena recuperação também para a Europa.

Aparentemente, essa forte recuperação da economia americana tem levado a mudança de atitude do Federal Reserve americano, que é o Banco Central americano, anunciando o início da desaceleração da injeção de moeda que caracterizou os últimos anos; forte injeção de moeda, através de compras de papéis privados, especialmente de títulos imobiliários pelo Banco Central americano. O mero anúncio de que o Banco Central iria desacelerar essas compras já contribuiu para elevar o juro futuro nos Estados Unidos e modificar corrente de capitais.

Isso tem, então, mudado o quadro global, que tem um cenário razoavelmente favorável quando comparado ao passado. Razoavelmente favorável porque a Europa, até surpreendentemente, dá alguns sinais de melhoria e a China mantém o seu crescimento, embora em um ritmo um pouco mais moderado, mas mantendo a capacidade de crescimento, o que é um fato também importante para a economia mundial.

Resumindo, a economia mundial parece crescer de uma maneira mais balanceada, mais equilibrada, o que é um cenário positivo, muito embora, no curto prazo, tenha produzido efeitos sobre taxa de câmbio, efeitos sobre movimentos de capitais.

Bom, nós temos, no caso nosso do Brasil, neste primeiro semestre, resultados bastante interessantes em termos de recuperação do crescimento da indústria, recuperação do crescimento da produção de bens de capital, recuperação razoavelmente importante, forte da construção civil nos últimos três meses; ou seja, vimos de um processo de recuperação do crescimento. Então, a nossa economia, no primeiro semestre, certamente precisaremos aguardar os números do IBGE para o segundo trimestre, vem em um processo de recuperação econômica.

Do ângulo do financiamento, temos observado que o processo de inadimplência que vinha, em alguma medida, afetando o crédito bancário privado está sob controle. Os índices de inadimplência já cederam e se encontram em processo de redução, apontando eventualmente para a recuperação do crescimento do crédito privado. Neste momento, entretanto, os bancos públicos têm liderado o crescimento do crédito, mas a nossa expectativa é que esse processo venha a convergir nos próximos meses com a recuperação do crédito também por parte dos bancos privados.

Sobre o investimento, a nossa perspectiva é que nós estamos em um processo de recuperação do investimento nessa primeira metade de 2013 e o grande desafio é manter essa tendência de crescimento dos investimentos. O investimento cresceu no primeiro tri-

mestre, cresceu provavelmente no segundo trimestre, a julgar pelos dados de crescimento da construção, fabricação e venda e importação de bens de capital, o nosso grande desafio é manter o crescimento dos investimentos para sustentar o crescimento da economia. Eu falarei um pouco mais sobre esse tema mais adiante.

A nossa pesquisa de intenções de investimentos, que consulta uma parcela relevante dos investimentos da indústria, a quase totalidade dos investimentos de infraestrutura, posto que o BNDES é o principal financiador de longo prazo e recebe um grande volume de consultas, mostra uma expectativa de crescimento dos investimentos no quadriênio 2014/2017, mantendo um volume de investimentos mapeados de quase R\$3,8 trilhões nos próximos anos.

Portanto, os planos de investimentos mapeados através das consultas de outras observações do BNDES mostram o crescimento.

A nossa expectativa é que o ciclo de concessões que se inicia já a partir desse próximo mês de setembro, com os primeiros leilões de rodovias, e mantém-se em outubro e novembro com vários outros lotes, com a entrada dos leilões dos aeroportos e com a continuidade dos grandes leilões na área de energia e de óleo e gás, ajudem a puxar a taxa de investimento da economia brasileira para uma tendência mais firme de forma a nos aproximar de uma formação de capital, uma taxa agregada de investimentos sobre PIB mais alta.

Essa é a nossa expectativa. Nós entendemos que o ciclo de concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos ajudará a impulsionar uma trajetória mais firme de investimento, que é necessária ao País. E esse ciclo de concessões, além disso, tem um papel de aumentar a eficiência da economia como um todo, uma vez que a logística brasileira é deficiente e representa um ônus para a competitividade, para a eficiência do conjunto.

Muito bem. No período recente, quero falar um pouco agora do desempenho do BNDES. O BNDES tem um planejamento corporativo estabelecido, em sintonia com as políticas públicas, com os programas e planos de governo. Dentre as suas principais diretrizes está expandir os investimentos em infraestrutura, fortalecer a competitividade das empresas brasileiras, apoiar o setor privado brasileiro e contribuir para o processo virtuoso de inclusão social e produtiva, tudo isso com respeito à sustentabilidade ambiental e com prioridade no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Com prioridade ao desenvolvimento regional.

Queremos fazer isso, mantendo nossos processos de avaliação de risco, nossa excelência na avaliação dos nossos processos, fortalecendo e mantendo a estrutura patrimonial da instituição, aperfeiçoando

a nossa gestão de risco e retorno. Enfim, mantendo todo o processo de avaliação rigorosa e criteriosa de crédito, que é feita através de vários comitês independentes, tanto a avaliação de risco, quanto a avaliação da consistência e qualidade de planos de negócios, quanto a avaliação das condições de crédito dos proponentes, dos empreendedores, quanto a avaliação final da qualidade dos projetos. Tudo efetuado em diferentes comitês, em decisões colegiadas, chegando até finalmente à diretoria da instituição, o que tem assegurado um processo de controle da concessão de créditos invejável do ponto de vista de termos níveis de inadimplência muito baixos, demonstrando um grande zelo pela utilização de recursos de origem pública.

Queria sublinhar também o grande esforço do BNDES em dar transparência a todas as suas operações.

O BNDES publica, na sua página, no seu *site* amigável, na Internet, todas as suas operações aprovadas, qual o volume de operações, com breve ementa sobre todos os projetos aprovados. Não há nenhuma instituição que eu tenha notícia que faça isso: publique todas as suas operações. Nós só não podemos publicar, obviamente, a intimidade financeira, quanto o cliente sacou, quanto ele não sacou, como ele está, porque isso desrespeita um direito essencial protegido por uma lei complementar: o sigilo bancário. Mas tudo aquilo que eu posso e devo, o BNDES tem publicado. Então, estão na Internet todas as operações. Qualquer um pode consultar.

Além disso, nós prestamos conta ao nosso Conselho de Administração, ao nosso Ministro, aos Ministros que nos supervisionam: Fazenda, Planejamento, Banco Central, que têm obrigação institucional de supervisionar o sistema bancário e supervisionam o BNDES, como todas as outras instituições financeiras.

Prestamos contas ao Congresso Nacional, especialmente ao Tesouro Nacional, de todos os projetos financiados com recursos do Tesouro Nacional. Trimestralmente, todos os recursos e projetos são objeto de relatório detalhado enviado ao Congresso. Além disso, atendemos prontamente a todas as demandas da CGU, do Tribunal de Contas da União.

Temos cooperação com entidades da sociedade civil. Ouvimos entidades e temos buscado reportar todas as demandas por informação que não afetem os direitos essenciais da empresa, da pessoa jurídica protegidos pelo sigilo bancário. Então, o banco é exemplarmente transparente, diferentemente do que alguns têm propalado de forma em grande medida injusta, talvez por desconhecimento.

Muito bem, uma breve comparação do BNDES com outros bancos de desenvolvimento. O BNDES, embora seja um banco importante para o Brasil, relati-

vamente ao Brasil, e tenha um desembolso importante, pois dependendo do ano ele está como segundo ou terceiro entre os maiores bancos, se olharmos o volume total de ativos, o BNDES é inferior, é um terço do banco da China, que tem ativo de US\$1 trilhão, e do KfW alemão, um grande banco de desenvolvimento da Alemanha, que tem ativos na escala de 657 bilhões. São comparações baseadas em dezembro de 2012 mostrando a comparação relativa.

Mas é importante mostrar que ele é um banco que tem uma lucratividade comparável à dos outros bancos, até bastante alta. E dentre os bancos de desenvolvimento tem a inadimplência mais baixa, com um número de funcionários relativamente pequeno para o porte das suas operações. Portanto, é um banco eficiente, lucrativo, que mantém padrões de controle de gestão de risco exemplares.

Ele é um banco que opera em grande medida através de... Metade das operações é direta e a outra metade é indireta, através da rede bancária, que atua como repassadora das operações do BNDES, que inclui nas suas prioridades aumentar a participação das micro e pequenas empresas. Ele também apoia a exportação de serviços e de bens e serviços e tem trabalhado crescentemente para viabilizar formas mais adequadas de project finance, a qual é importante para o círculo de concessões. Então, é um banco múltiplo, que cumpre vários papéis.

O banco tem, nos últimos anos, ampliado e apoiado o crescimento da economia. Os desembolsos cresceram, alcançando – aqui a barra verde – R\$156 bi no fim do ano passado. Mais adiante, nós vamos mostrar o desempenho no primeiro trimestre – primeiro semestre deste ano. E vemos aqui um crescimento importante do volume de aprovações no fim do ano passado.

O Banco também tem buscado destinar os seus recursos de uma maneira sintonizada às políticas do Governo, de uma maneira mais equilibrada. Temos ampliado apoio à área de comércio e serviços, que é uma área importante para a economia. Temos mantido e ampliado apoio ao agronegócio, principalmente a formação de capital da agricultura brasileira. Temos mantido um forte apoio à indústria e à infraestrutura. E temos buscado ampliar a nossa presença e o nosso desembolso nas regiões menos desenvolvidas.

Aqui estão os crescimentos das operações nas Regiões Nordeste e Norte e também nas Regiões Centro-Oeste e Sul. O Banco tem, portanto, apoiado de uma maneira mais equilibrada, do ponto de vista regional, o desenvolvimento da economia.

Eu quero falar um pouco aqui sobre o desembolso por porte de empresa.

Quero mostrar aqui o crescimento nos últimos anos, que muito nos orgulha, do peso das micros, pequenas e médias empresas no desembolso do BNDES. São essas três barrinhas aqui.

Temos conseguido através de várias ferramentas, principalmente do cartão BNDES, mas também das operações indiretas através de vários programas: o Programa PSI, o Programa Progeren. São programas que têm um endereçamento importante para as pequenas empresas. Um aumento relevante da participação das micros e pequenas empresas no desembolso do BNDES.

Se nós excluirmos a infraestrutura, excluirmos a exportação e excluirmos o setor público, onde não cabe praticamente um papel, infelizmente, porque eu acho até que na exportação se a gente pudesse ter empresas menores seria bom, mas a realidade é que na exportação predomina, esmagadoramente, as grandes empresas, na infraestrutura também e setor público é setor público. Se nós excluirmos esses três setores, do conjunto, a micro, pequena e média empresas já têm maioria nos desembolsos do BNDES, conforme as estatísticas aqui.

Eu quero também mostrar o seguinte: que o BNDES é um banco aberto ao financiamento de todas as empresas brasileiras de todos os portes. Dos 100 maiores grupos e empresas, o BNDES financiou 91 delas. Das 500 maiores, 406 – 80%; das 1.000 maiores, 783 – 78,3%. Nós só não financiamos mais porque algumas empresas, uma parte das empresas estrangeiras, a 4.131 não permite, salvo as excepcionalizadas pelo Decreto nº 2.233. Então, existe algum conjunto de empresas que nós não podemos financiar e algumas empresas da área de habitação ou de áreas assim que não é, digamos, da esfera do BNEDS. Mas a pergunta é o contrário. O BNDES financia todos os grupos, grandes, médios e pequenos com base no mérito e na qualidade intrínseca dos seus projetos. Não existe uma política de discriminação; existe uma política isenta e ampla de acesso aos financiamentos.

Aqui mostramos o crescimento tanto do número de operações quanto do volume de desembolso a que eu fiz referência para pequenas empresas, especialmente para o cartão. O BNDES desembolsou no ano passado R\$9,5 bi, e nós vamos superar esse número este ano. Temos hoje quase 590 mil cartões emitidos para pequenas empresas no Brasil inteiro.

Aqui é a exportação de serviços de bens de capital e serviços de engenharia. O BNDES é o principal financiador da exportação de bens de capital de alto valor agregado e de preço elevado. Refiro-me a aeronaves, a material ferroviário, locomotivas, a hidrogeladores, equipamentos de grande porte, máquinas e

equipamentos de grande porte que normalmente, no mundo inteiro, são financiados por agência de exportação com prazos bastante elevados. O BNDES cumpre esse papel. E temos financiado para a América do Sul, para a América do Norte, para a Europa e Ásia, para a África, como está aqui demonstrado, financiando a exportação de bens e de serviços. Muitos dos serviços de engenharia geram emprego e geram a elaboração de projetos no País que depois são concretizados no exterior.

Aqui uma palavra sobre a carteira de renda variável, as ações, a carteira da BNDESPAR, mostrando que nós temos mantido um volume apreciável, fechando o ano passado com R\$100 bilhões na carteira, um número importante. Nós compramos e vendemos. Esse número de empresas varia porque, em vários momentos, nós vendemos para investir em novas empresas. Nós mantemos um grande número de fundos, somos cotistas, junto com o mercado de capitais, de um grande número de fundos de investimentos, tanto fundo de *venture capital*, fundos de *private equity* e fundos de capital semente para ajudar empresas nascentes. Então o BNDES tem uma carteira e trabalha junto com o mercado. Isso aqui é muito importante porque, a cada real do BNDES, é possível alavancar R\$4,00 do setor privado, multiplicando a nossa capacidade de apoio a empresas. Ali estão as empresas diretamente apoiadas.

Outro papel relevante do BNDES tem sido o crescente volume de desembolso para a infraestrutura. No ano passado, chegamos ao valor de R\$24,5 bilhões para a infraestrutura. Neste ano, estaremos chegando a R\$30 bilhões pelo menos de desembolso em infraestrutura.

Eu quero chamar a atenção aqui. Abaixo dessa linha tracejada, está a energia. Energia vai continuar crescendo graças aos leilões e ao crescimento da carteira de projetos em energia em várias regiões do País. Na parte superior da linha tracejada está a logística. Nós podemos ver que os investimentos em logística já vem crescendo e muito provavelmente em logística irão acelerar fortemente nos próximos anos de tal maneira a chegar a um tamanho equivalente aos investimentos em energia. Nós estimamos chegar a um desembolso de R\$40 a R\$45 bilhões/ano nos próximos anos divididos igualmente entre energia e logística, em função do programa de concessões já em curso.

Bom, quero chamar a atenção para duas coisas importantes aqui: o crescimento... Nós não achamos a distribuição, mas eu quero dizer que o BNDES está alinhado a políticas de Governo. Aqui está a distribuição do desembolso para comércio e serviços, agropecuária, infraestrutura, indústria. E aqui o desembolso para a inovação tecnológica, que é outro ponto que também

temos muita satisfação de mostrar resultados muito favoráveis. Esperamos, neste ano, ultrapassar esse número obtido de R\$3,3 milhões obtidos em 2012 de desembolsos à inovação tecnológica.

Quero falar também sobre a evolução do total de ativos do banco, fechando, em dezembro de 2012, mostrando o crescimento dos ativos do banco, mantendo a rentabilidade satisfatória, temos mantido o banco rentável. E quero falar um pouco sobre o desempenho recente. Quero mostrar que o forte crescimento, desde meados do ano passado, dá os enquadramentos e aprovações de projetos, que tem se mantido nos últimos meses num patamar muito elevado. E isso tem resultado num crescimento dos desembolsos do Banco.

No primeiro semestre deste ano, o BNDES desembolsou um recorde de R\$88 bilhões, neste primeiro semestre. Foi o melhor primeiro semestre da história da instituição. Com crescimento de 93% em relação ao primeiro semestre do ano passado, para a indústria; para a infraestrutura, de 36%; comércio e serviços, 35%; agropecuária, graças à boa safra, teve um crescimento de 111% dos desembolsos; totalizando um crescimento de 65% no semestre.

Se nós abrirmos isso, nós vamos ver que várias indústrias foram contempladas praticamente, houve uma distribuição para a indústria e uma distribuição para infraestrutura, de uma forma razoavelmente equilibrada do crescimento dos desembolsos do Banco nesse primeiro semestre do ano.

O primeiro semestre também para micro, pequenas e médias empresas, eu quero mostrar também um primeiro semestre muito satisfatório: R\$32,3 bilhões, para micro, pequenas e médias empresas, representando um crescimento de 57%, em 500 mil operações, beneficiando 178 mil empresas.

Em doze meses, esses números são ainda maiores: R\$62 bilhões, mais de um milhão de operações, beneficiando quase 272 mil empresas – doze meses concluídos em julho deste ano, mostrando um grande esforço de chegar à pequena empresa.

Sobre a inovação tecnológica, quero sublinhar aqui o sucesso do programa Inova Petro, um programa de grande escala do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, um programa onde o BNDES, neste primeiro semestre, já desembolsou R\$1,7 bilhão, mas é um programa que chama o setor privado e oferece crédito e recursos não reembolsáveis para grandes projetos de inovação tecnológica necessários ao desenvolvimento do País.

Aqui está o programa para a indústria sucroalcooleira alcançar o etanol de segunda e terceira geração. É um programa muito bem sucedido. Nós reservamos inicialmente R\$1 bilhão, na estimativa; recebemos ma-

nifestação de interesse de 57 empresas brasileiras e estrangeiras, num total de R\$10 bilhões. Fomos analisar a qualidade desses projetos e qualificamos um demanda de R\$6 bilhões de projetos de alta qualidade. E estamos, na verdade... depois fizemos uma segunda seleção dos projetos com mais alta chance de resultados e estamos, juntamente com os organismos do Ministério da Ciência e Tecnologia – com a Finep – financiando 25 empresas em 35 projetos. Alguns desses são projetos cooperativos entre empresas. Isso já está em curso, com um volume de R\$3 bilhões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Luciano, na penúltima lâmina, há ali um gráfico com os índices de investimentos e há uma coluna colorida de saúde. Em financiamento na área de saúde, aparece um sistema de mecânica, eletrônica e saúde. O que é saúde aí?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Saúde aqui é todo complexo industrial que suporta o sistema de saúde. Nós apoiamos a produção no País de equipamentos hospitalares, equipamentos de diagnóstico e apoiamos toda a indústria de fármacos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A indústria que faz isso?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – A indústria de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não para as instituições que fazem o serviço de saúde, como os hospitais, por exemplo?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Nós apoiamos também hospitais, especialmente os que são centros de excelência e têm capacidade de funcionar como transmissores de conhecimento científico para o conjunto de hospitais. Isso é uma política em conjunto com o Ministério da Saúde. E apoiamos os Estados e o setor público. E através do setor público estadual, muitos projetos de hospitais, sendo inclusive alguns projetos de PPPs em hospitais.

Mas temos interesse grande, Senadora, – e eu estava falando aqui – por exemplo no Inova Saúde, um grande programa de apoio à inovação na área de saúde: novas vacinas, novos medicamentos de rota biotecnológica e também o desenvolvimento da indústria de equipamentos hospitalares e outros equipamentos para a saúde.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*) – Acertar com a Anvisa para melhorar a agilidade.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Então, temos trabalhado em conjunto esperando... Eu tenho expectativa de que os processos sejam mais ágeis. Aqui nós recebemos uma demanda bastante forte. Eu quero mostrar aqui, por exemplo, que recebemos uma demanda de R\$4,9 bi, de projetos. Estamos selecionando. Agora, no início de setembro, vamos passar à etapa de contratação dos planos de negócio.

Eu queria chamar atenção também para o esforço que será feito do projeto Inova Agro, porque pretendemos reforçar a capacidade de inovação do sistema agropecuário brasileiro, fazendo avançar a tecnologia tanto no lado dos equipamentos quanto no lado da química voltada para a agricultura e da genética e da biotecnologia aplicadas à agricultura. E para o desenvolvimento genético de novos plantéis para várias áreas, começando desde a piscicultura até as áreas de grande potencial, porque o Brasil nunca olhou com a devida atenção para a aquicultura e a piscicultura.

Nós temos uma avicultura muito avançada, temos um processo intermediário na pecuária, etc., e temos algumas áreas das proteínas que precisamos impulsionar. Precisamos olhar também toda parte de reforçar e trabalhar em conjunto com os planos para o avanço da genética, para tornar a agricultura brasileira ainda mais competitiva. A agricultura brasileira é um grande ativo ou um setor muito importante.

Quero sublinhar o complexo aeroespacial e de defesa, outro complexo muito importante. O complexo de energia. Enfim, esse é um programa muito importante e há grande empenho e orgulho em melhorá-lo.

Já falei também sobre a nossa manutenção de índices elevados no Norte e Nordeste. O primeiro semestre mostra o Sul e o Centro-Oeste crescendo fortemente, em função da safra agrícola.

Um retrato da situação patrimonial do BNDES, em 30 de junho, no balanço de 30 de junho. O banco alcançou ativos totais de R\$729 bilhões, crescendo em relação a dezembro de 2012. O patrimônio líquido cresceu de R\$49,9 bilhões para R\$55,1 bilhões. O patrimônio de referência, de R\$89 bilhões para R\$96 bilhões. O índice de inadimplência, que já era baixíssimo, caiu ainda mais para 0,02%. O resultado líquido de lucro do banco no primeiro semestre subiu de R\$2,7 bilhões para R\$3,3 bilhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi mantida num patamar muito satisfatório. E o índice de capitalização do banco, medido pelo Índice de Basileia, está num patamar muito confortável de 15,8%, quando o mínimo exigido é 11% e a média do sistema nacional está em torno de 14,5%. Então, nós estamos com índices de capitalização adequados, conforme o nosso balanço recentemente publicado.

Temos também buscado avaliar a efetividade. O banco tem mantido uma metodologia para cálculo da criação de empregos; nós temos mantido uma contribuição importante para a criação de empregos. Temos sido um fator importante para sustentar a formação de capital. A formação de investimento no Brasil está estreitamente correlacionada aos desembolsos do BNDES e até, em certos momentos, o BNDES contribui – como aqui nos períodos de 2009/2010 – para recuperar investimento, como nós estamos contribuindo nesse período para recuperar investimentos.

Fizemos uma série de testes e metodologias para mostrar a adicionalidade do papel do BNDES em termos de investimentos, mostrando, por técnicas de estimação econométrica, que, na ausência do desembolso do BNDES, o investimento seria muito mais baixo e, ao contrário, os desembolsos do BNDES permitem incrementar o investimento no País com efeitos muito positivos. Isso não somos nós apenas que dissemos. Das 16 avaliações independentes publicadas na Academia, no Brasil e no exterior, no período recente, onze dessas mostram impactos positivos; cinco mostram impactos parcialmente positivos. Essa bibliografia está disponível. Ela poderá ser mostrada depois.

Nós fizemos aqui uma avaliação de custos e benefícios da presença do BNDES em relação aos recursos públicos. Tomamos como base um cálculo da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda sobre o volume de subsídios implícitos nos créditos ao BNDES em 2012. Esses subsídios teriam alcançado R\$12,6 bi, representando 0,29 do PIB.

Considerando que o BNDES pagou tributos e dividendos ao Tesouro Nacional, que devem ser deduzidos desse valor, e considerando, numa metodologia muito conservadora, o acréscimo de investimentos viabilizados pela ampliação dos recursos do BNDES, realmente é uma conta muito conservadora, um acréscimo, um adicional de R\$8 bilhões em 2012. Considerando que o investimento gera mais renda, usando um multiplicador muito conservador, um acréscimo de PIB de mais R\$12 bilhões, com uma carga tributária média federal de 20%, arrecadou mais R\$2,4 bilhões. Ou seja, o efeito líquido é positivo para as finanças públicas, considerando todos esses efeitos.

Isso é importante porque a avaliação crítica só considera o lado do custo, não considera o lado dos benefícios, e é preciso considerar o lado dos benefícios também. É preciso considerar custos e benefícios da atuação do BNDES.

Finalmente, queríamos mostrar também a importância do crescimento do setor privado, do crédito privado, do potencial de crescimento do crédito pri-

vado e do potencial de crescimento do mercado de capitais no Brasil.

Veja que o Brasil, em termos de debêntures corporativas ainda ocupa uma posição pequena comparado com países desenvolvidos. O mercado de capitais no Brasil tem um grande potencial para crescer, e nós queremos ser a mola propulsora, incentivadora do mercado de capitais.

O mercado de crédito do Brasil também ainda tem muito chão para crescer, e os bancos privados podem ocupar um lugar crescente.

Infelizmente, o custo do crédito privado, tanto a captação externa em reais ainda é alta como a captação local ainda é alta. Então é preciso criar condições de estímulo ao desenvolvimento financeiro privado para que, no futuro, possamos compartilhar de forma mais equilibrada o papel do financiamento de longo prazo entre BNDES e o sistema financeiro privado.

O BNDES tem sido um fator de desenvolvimento do mercado. Temos buscado trabalhar, propor reformas, propor iniciativas e concretizar iniciativas de trabalho conjunto com o mercado.

Quero lembrar, entretanto, que vários países importantes, inclusive a Alemanha, têm bancos de desenvolvimento. E eu mostrei que o KfW alemão é um banco que tem uma carteira de 15,5% do PIB alemão – é talvez o maior dos bancos em termos de carteira de crédito – e representa 12% do crédito total. O BNDES, em termos de carteira sobre PIB, perde do banco chinês e perde do banco alemão. Em termos de crédito, em termos de participação no crédito, o BNDES é maior porque o sistema bancário privado brasileiro ainda não cresceu o que vai crescer no futuro. À medida que o sistema bancário privado crescer e ocupar o espaço que ele tem em potencial para isso, nós vamos nos aproximar de participações similares ao que ocorre em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento que têm grandes bancos de desenvolvimento.

E esses países que têm grandes bancos de desenvolvimento têm um ativo importante. Ter um grande banco, ter grandes bancos de desenvolvimento significa poderem compartilhar, banco público e banco privado, um *mix* mais eficiente para enfrentar crises cíclicas, enfrentar dificuldades na economia, porque, quando os bancos privados estão, em geral, numa situação defensiva, é possível que os bancos públicos contrabalancem. E vice-versa. Em momentos de forte expansão, os bancos públicos podem manter uma atitude mais moderada e deixar que os bancos privados se expandam.

Então, essa combinação de banco público com banco privado é uma combinação vitoriosa na Ale-

manha, parece vitoriosa também na China, e, para o Brasil, parece uma combinação adequada.

Confiamos que a parcela do mercado de capitais vai poder crescer. Hoje uma parcela importante do financiamento depende do BNDES, que aqui é a parte azul. Lucros retidos, retorno lucro das empresas, BNDES e mercado. Essa é uma combinação que nós queremos compartilhar.

Muito bem. Essa é a agenda da instituição, e eu estou disponível para responder questões dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, e vamos agora à fase dos questionamentos por parte dos Senadores.

Por sugestão do Senador Francisco Dornelles, nós vamos fazer blocos de três Senadores. A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia, depois o Senador Alvaro Dias, depois o Senador Francisco Dornelles. No segundo bloco, estão inscritos o Senador Cristovam Buarque, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Pedro Taques.

Antes, eu queria citar aqui a presença dos Deputados Cesar Colnago, do PSDB do Espírito Santo; e Carlos Roberto, do PSDB também de São Paulo. Obrigado pela presença.

Passo imediatamente a palavra à autora desse requerimento de convite ao Presidente do BNDES, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, caro Presidente Dr. Luciano Coutinho, caros colegas Senadores e Senadoras, Deputados presentes, convidados que vieram assistir a esta audiência, Assessoria do Dr. Luciano Coutinho, que está aqui, eu teria muito a tratar da exposição feita pelo Presidente Luciano Coutinho, mas eu prefiro me ater aos termos do requerimento, em função do interesse da matéria.

Aliás, o requerimento baseava-se nas questões provocadas pela situação do Grupo EBX, e hoje ainda temos mais uma informação sobre a decisão da ANP (Agência Nacional do Petróleo), que rejeitou os planos da OGX, de Eike Batista, para perfurar alguns poços de Tubarão Azul. Segundo fontes do Governo, o plano de desenvolvimento do campo estava sob análise da equipe técnica da agência reguladora para determinar sua viabilidade econômica após uma queda na produção. Após redução significativa da extração de petróleo em Tubarão Azul nos primeiros meses do ano, a OGX informou ao mercado que deixaria de investir no aumento da produção no campo, pedindo autorização da ANP para reduzir o ritmo exploratório.

Apenas para dar a ideia da situação difícil que vive esse Grupo, a produção em mar da OGX ficou estagnada em 10 mil barris por dia na média entre agosto e dezembro de 2012, subindo para 13,2 mil barris em janeiro de 2013, despencando para 1,8 mil barris diários em abril. A companhia amargou prejuízo de R\$4,7 bilhões no segundo trimestre deste ano.

Caro Presidente, as questões que eu vou levantar para V. Exª – e até fui motivada por isso, inspirada por isso – o jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 15 de julho publicou uma matéria denunciando a concessão de alguns privilégios, na visão do jornal, a empresas do empresário Eike Batista. Segundo a publicação, os contratos firmados entre o BNDES e o Grupo EBX foram alterados para beneficiar o devedor. Não foram apenas as alterações posteriores que chamaram a atenção. Entre outros aspectos, a reportagem afirma que foram aceitas garantias em ações das próprias companhias ou bens que ainda seriam adquiridos: penhor de ações das próprias companhias, cartas de fiança assinadas por empresas do grupo e bens que ainda seria comprados estão entre as garantias ofertadas pelo Grupo EBX.

Em resposta, nota do BNDES alega que a estruturação de garantias também foi feita com o rigor usual adotado pelo BNDES em todas as suas operações, obedecendo às melhores práticas bancárias.

Diante dessa resposta do banco, indago a V. Exª: é usual receber como garantias em uma operação ações e cartas de fiança do próprio devedor? Além do BNDES, outras instituições financeiras se valem dessas práticas? Elas são usuais também entre bancos privados ou só os bancos públicos aceitam esse tipo de garantia? Em caso afirmativo, o que aconteceria em caso de inadimplência do devedor, considerando que as ações das empresas do Grupo EBX têm sofrido forte desvalorização na Bolsa de Valores? No seu valor atual, essas ações são capazes de cobrir os valores devidos pelas empresas de Eike Batista ao banco? O que ocorrerá se as perdas se aprofundarem ou se o banco precisar alienar as garantias no mercado acionário? Que outras garantias o banco obteve e qual seria a eficácia dessas garantias em uma situação de inadimplência das empresas do Grupo EBX? A mesma nota à imprensa divulgada pelo BNDES, registra que o investimento total da BNDESPAR em empresas do Grupo EBX representa apenas cerca de 0,6% do total do ativo da subsidiária do BNDES. No entanto, o BNDES efetuou outras operações de crédito em favor das empresas do Grupo EBX no valor que supera R\$10 bilhões. Recentemente, o Governo Federal publicou a Medida Provisória 618, que, entre outras medidas, au-

toriza a capitalização do banco em R\$15 bilhões com recursos do Tesouro Nacional.

Diante desses números tão expressivos, pergunto ao Presidente também: qual é o impacto potencial de eventuais perdas nas operações realizadas com o Grupo EBX nos indicadores de Basileia do BNDES e, portanto, sua capacidade de empréstimo? Há estudos da área de crédito do banco sobre a possível redução do patrimônio de referência do banco? Quais são os resultados dessas simulações, se é que elas foram feitas? Existe algum compromisso do Tesouro Nacional em auxiliar o BNDES em casos de inadimplência das empresas do Grupo EBX, mesmo ao custo de elevar ainda mais o endividamento público federal, como tem acontecido nos últimos anos? Caso a situação das empresas do Grupo EBX se agrave, o banco considera a possibilidade de buscar uma reestruturação societária para evitar um estado de insolvência? Seria viável o afastamento do acionista majoritário Eike Batista do controle e a nomeação de outros sócios diretores para as empresas, num processo, por exemplo, de intervenção? Que alternativas o banco tem para capitalizar e reorganizar as empresas de forma a salvar os recursos públicos investidos nos negócios do Grupo EBX no caso de uma possível falência? O banco teria poderes para exigir essa reestruturação se necessário?

Então, essa é uma das questões que eu levanto a V. Ex^a, lembrando também que houve uma questão, saber se o BNDES, como grande investidor nas empresas do Grupo EBX, se valeu em algum momento das análises de risco feitas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para definir pela concessão desses referidos empréstimos.

Então, eu queria saber de V. Ex^a a respeito dessas questões e deixaria para abordar convenientemente as demais conforme as suas respostas.

Essas são as minhas...

E mais: a questão relacionada à lucratividade. Embora tenha alcançado lucro líquido de R\$3,3 bilhões no primeiro semestre do ano, 20,4% mais do que obteve na primeira metade de 2012, o BNDES vem sendo forçado a absorver os resultados negativos das empresas nas quais aplicou quantias muito altas nos últimos anos, segundo editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado na segunda-feira, 26. A desvalorização das ações dessas empresas está obrigando a BNDESPAR – seu braço para operações de participação no capital de companhias privadas – a registrar pesadas baixas contábeis, o que vem comprimindo seus lucros.

Qual é a estratégia do banco para continuar ampliando os investimentos, atraindo capital externo sem

sobrecarregar o Tesouro Nacional e, em última análise, os contribuintes?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Luciano Coutinho, até por uma questão de ética, eu devo colocar a V. Ex^a a crítica oposicionista em relação ao BNDES para que possa responder.

A oposição tem feito críticas contundentes ao BNDES, denominando-lhe caixa-preta. As dificuldades de acesso a documentos e informações justificam essa afirmação, tanto é que há uma iniciativa no Congresso propondo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Está ao nosso lado o Deputado Cesar Colnago, que participa também dessa providência na Câmara dos Deputados.

Entre as críticas formuladas pela oposição, especialmente e de forma sucinta, há o desvio de finalidade na aplicação dos recursos do BNDES. Nós chegamos a afirmar que seria talvez mais correto alterar a sigla, retirando o “S” final, porque o banco deixou de ser social, já que prioriza grandes empréstimos ao exterior, a outros países através de grandes empreiteiras de obras públicas brasileiras, e em detrimento de médios empresários, sobretudo, que se queixam constantemente das dificuldades de obter financiamento para os seus projetos. São grandes empréstimos a grandes grupos econômicos, como os referidos pela Senadora Ana Amélia, EBX, e eu acrescentaria JBS, já com a indagação se esses empréstimos não são empréstimos de risco e não colocam em perigo a estabilidade financeira do BNDES.

Entre os empréstimos externos, apenas para não ficar na retórica, Cuba recebeu US\$550 milhões até 2012; a Venezuela recebeu, pelo menos, US\$1 bilhão; a América Latina, de modo geral, US\$9,1 bilhões. Os recursos aprovados para projetos em Angola somam US\$5,2 bilhões, dos quais US\$2,2 bilhões já foram desembolsados.

Há algo inusitado, e nós queremos a confirmação ou não do Presidente do BNDES. Divulgou-se que empréstimos concedidos a Cuba e a Angola são empréstimos secretos, com a tarja de secreto, empréstimos sigilosos como se fosse possível a uma instituição financeira pública oferecer empréstimos ao exterior sem transparência alguma, sem nenhuma revelação das razões do empréstimo, do valor do empréstimo, das taxas praticadas, dos objetivos do empréstimo, etc. Só no ano passado, o BNDES financiou 15 países,

US\$2,17 bilhões, e só os casos de Cuba e de Angola teriam recebido o carimbo de secreto.

Não entendemos, quem sabe V. S^a possa nos orientar a respeito, a política creditícia do Governo Federal. Veja que já aprovamos, de junho até agora no Senado, empréstimos externos concedidos a 69 entes federados, Municípios e Estados. Com a variação cambial, nós tivemos, nas últimas semanas, um acréscimo de mais de US\$7 bilhões de dívida a esses entes federados. Segundo o Banco Central, os valores desses empréstimos ultrapassam já 21 bilhões de reais ou de dólares.

Portanto, na relação custo-benefício, fica difícil compreender a política adotada pelo Governo brasileiro. Houve um momento em que o BNDES emprestava recursos a uma empresa norte-americana para a aquisição de uma empresa brasileira no setor de energia elétrica e, ao mesmo tempo, o Governo brasileiro tomava recursos emprestados do exterior para financiar a linha de transmissão de energia elétrica no norte do País. As taxas de juros, é claro, favoreciam a quem tomou empréstimo do BNDES e desfavorecia o Brasil que tomava empréstimo lá fora. Fica difícil entender essa política creditícia do nosso Governo.

Antes de focalizar essa política creditícia, eu faço referência também, até por uma questão de elegância da oposição, à crítica que temos formulado denominando o BNDES de fábrica de superávit primário. O BNDES tem sido utilizado pela contabilidade criativa do Governo Federal como fábrica de superávit primário. Gostaríamos de ouvir também a posição de V. S^a a esse respeito.

É evidente que, quando nós nos referimos a desvio de finalidade com empréstimos a grandes e poderosos grupos econômicos nos preocupamos com a geração de empregos, já que, certamente, o financiamento de projetos micro e pequenos no País proporcionariam a geração de um número de empregos superior.

Enfim, um dos focos mais importantes dessa discussão da política creditícia do Governo é a política de crédito implementada por meio do BNDES e suas implicações fiscais. É uma das questões mais nebulosas, Presidente, e relevantes o custo dessa política para a sociedade brasileira. Pouco se sabe sobre esse custo. A relação entre o Tesouro Nacional e o BNDES está baseada em dois pilares. Cada um deles representa custos elevados ao contribuinte. Um pilar é a concessão do subsídio financeiro ao banco; o outro é a concessão de empréstimos, a subvenção econômica que o Tesouro Nacional concede aos empréstimos do BNDES. Foram mais de 14 medidas provisórias desde 2009 até junho deste ano exatamente atendendo às disposições desses dois pilares referidos.

E indago de V. S^a: a equipe especializada do BNDES efetuou uma estimativa do custo que representará para o País essa política de subsídio de crédito e subvenções econômicas do Tesouro Nacional aos financiamentos do banco? Caso contrário, o BNDES conhece alguma estimativa?

Com base nos custos dessas políticas, a equipe do banco efetuou alguma análise de custo-benefício? Essa contribuição é superior ao custo, sob quais hipóteses e condições?

É possível apresentar números agregados que reflitam a contribuição dessa política creditícia para a economia brasileira?

Apenas mais uma indagação final, Sr. Presidente, a respeito, ainda, das sucessivas medidas provisórias que autorizaram bilionários empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES, recursos repassados sob a forma de títulos públicos. Dessa forma, contornou-se a necessidade de sacar recursos da conta única do Tesouro Nacional do Banco Central, de forma a evitar que o mercado sofresse uma súbita inundação da moeda. Nesse contexto, eu gostaria de saber de que forma ocorreu a transformação dos títulos públicos em moeda por parte do BNDES.

Pergunto: o banco conseguiu alienar todos os títulos no mercado ou o BNDES ainda mantém parte dos títulos originalmente recebidos do Tesouro Nacional? Quem adquiriu esses títulos foram empresas financeiras ou não financeiras? Foram agentes públicos ou privados? Quais foram os valores envolvidos? Foi possível alienar todos os títulos no mercado secundário ou foi necessária a intervenção do Banco Central do Brasil?

Caso o Banco Central tenha adquirido títulos do Tesouro que estavam na carteira do BNDES, quais foram os valores envolvidos? Em que datas foram feitas as operações?

Eu faço essas indagações exatamente porque nós incluímos no contexto da chamada contabilidade criativa adotada pelo Governo para dourar a pílula, em relação às contas públicas no País. Na verdade, são medidas casuísticas que fazem parte de uma política de progressiva estatização do sistema financeiro nacional.

Sr. Presidente, vou parar por aqui, para permitir aos colegas que possam também indagar, mas dando ênfase especial a esses assuntos que são mais populares no nosso dia a dia, em relação aos empréstimos externos, aos empréstimos secretos, consequência de novos empréstimos que advirão em razão do perdão de dívidas a países autoritários da África do Sul, autoritários e extremamente corruptos, com ditadores que esmagam o povo e roubam o Erário. E o Brasil, a pretexto de abrir perspectiva de novos empréstimos a grandes empreiteiras brasileiras que operam naque-

les países, acaba por perdoar dívidas anteriores, para celebrar dívidas posteriores.

Portanto, são essas as questões que nós enca-minhamos ao Sr. Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esta Presidência sempre é muito tolerante com V. Ex^a, uma voz da oposição que tem aqui um espaço, sempre que for necessário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Eu agradeço a V. Ex^a, Presidente, por essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não sei se o Presidente anoto-u, pois foram dezenas de questões, talvez centenas.

Eu passo para o último orador deste bloco, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente Lindbergh Farias, eu quero reiterar ao Presidente Luciano Coutinho a minha maior admiração, no campo pessoal, no campo profissional, e dizer que a sua presença na presidência dá grandeza ao BNDES.

Eu quero colocar três questões. Superávit primário não deve ser meta de política econômica. Ele é um instrumento dessa política. Ele pode ser maior ou menor, de acordo com a conjuntura. Com despesa de juros menor, o superávit primário, às vezes, menor tem o mesmo resultado nominal. Eu não vejo motivo para que seja maquiado o superávit primário.

Recentemente, o BNDES obteve recursos do Tesouro, fez empréstimos à Eletrobras, que pagou dividendos ao Tesouro e ao BNDES. O senhor poderia explicar essa operação?

No período de junho de 2008 até junho de 2013, em cinco anos, o estoque de repasses do Tesouro Nacional ao BNDES foi multiplicado por 18, atingindo quase R\$370 bilhões.

Eu perguntaria: quanto desses recursos repassados pelo Tesouro foi convertido em crédito para empresas estatais? Qual o montante desses recursos repassados pelo Tesouro ao BNDES foi convertido em crédito para empresas estatais?

A terceira e última.

O BNDES detém, entre créditos e participações acionárias da Petrobras cerca de R\$82 bilhões. O patrimônio de referência do banco é de aproximadamente R\$96 bilhões e um patrimônio líquido de R\$55 bilhões. Quer dizer, patrimônio líquido R\$55 bilhões, referência R\$96 bilhões e créditos de participações acionárias da Petrobras R\$82 bilhões. Como o senhor justifica essa exposição de bancos a um único devedor?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT- RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Passamos a palavra imediatamente ao nosso Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, por cinco minutos.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – A Senadora Ana Amélia questionou, fundamentalmente, a respeito do Grupo EBX. Eu queria esclarecer, Senadora, que o Grupo EBX, como é conhecido, é um grupo que se encontra em um processo de reestruturação. Esse é um processo de reestruturação de mercado e o BNDES não tem instrumentos para uma intervenção. Ele não é sócio de nenhuma empresa, não é sócio relevante de nenhuma empresa do grupo. Aliás, a única empresa com a qual o BNDES tinha uma participação já foi alienada para uma grande empresa alemã, como é conhecida, a E.ON. De maneira que é um processo de reestruturação de mercado que está em curso e que certamente permitirá equacionar a situação do grupo. Temos essa expectativa.

Devo esclarecer que os empréstimos efetuados pelo banco ao grupo se concentraram nas empresas de energia e nas empresas de logística em torno a grandes projetos. A empresa de energia é a MPX, essa empresa que hoje é uma empresa em vias de transferência do seu controle para a E.ON, que é uma grande empresa alemã. É uma empresa que dispõe de várias térmicas já concluídas e já em operação. É uma empresa sólida e que foi adquirida em condições e está nesse momento efetuando um processo de aumento de capital. Até por razões de um processo de aumento de capital em curso, devo ser cauteloso em relação aos comentários sobre essa empresa específica.

Como essa empresa concentrava uma parcela expressiva dos créditos não só do BNDES, mas também dos bancos privados – devo esclarecer que o BNDES não foi o único financiador, que houve iniciativa dos bancos privados e também do BNDES financiando esses projetos – esse processo já equacionou uma parcela muito significativa da dívida do grupo, só essa operação.

Concomitantemente, Senadora, é público também que o grupo – isso foi noticiado duas semanas atrás – está em vias de concluir um processo de transferência da LLX, outra grande empresa que tem um Porto do Açu, para outro grande investidor de longo prazo, um fundo de investimento de longo prazo, que pretende assumir esse projeto e concluí-lo. Esse processo também contribuirá para equacionar outra parcela muito relevante das dívidas.

Finalmente, há outro grande empreendimento da empresa MMX – é outra empresa relevante, e tudo o que estou falando aqui é público e tem sido noticiado abundantemente – que se encontra também em processo de reestruturação, e existem várias empresas

interessadas na aquisição dessa empresa. De forma que o que nós acreditamos é que a conclusão desse processo permitirá equacionar uma esmagadora maioria das dívidas do grupo, e certamente a totalidade das dívidas com relação ao BNDES.

Senadora, nós estamos observando e verificando, e é patente, que o grupo tem ativos e projetos consistentes que têm gerado grande interesse privado, e, portanto, o próprio mercado, ao equacionar a situação dessas empresas, resolve a questão do endividamento em relação ao sistema bancário, e não apenas ao BNDES.

Devo esclarecer que é absolutamente normal tomar um conjunto de garantias em qualquer processo de concessão de crédito. Em geral, há um conjunto de garantias que podem ou não incluir garantias reais, hipoteca de terrenos, hipoteca de bens reais; se eles não existirem, podem incluir as ações do empreendimento, e, em geral, no caso, fianças, tanto dos controladores, quanto, dependendo da avaliação de risco de crédito da instituição financeira, outras fianças – fianças bancárias ou outras fianças.

No caso, em todos os empreendimentos e processos, a concessão de crédito no BNDES para os projetos das empresas do grupo tramitaram de forma absolutamente rigorosa, segundo os critérios normais de avaliação de garantias. E o que posso afirmar é que nós temos uma posição extremamente confortável em relação às garantias. Estamos muito bem garantidos em todas essas operações. Dessa forma, não há um risco de impactos numa linha que venha a prejudicar o patrimônio de referência ou que venha a causar impactos sobre o nível de Basileia etc. O banco tem provisionamento de crédito mais do que suficiente, mas ele não será necessário, porque nós confiamos que esse processo de reestruturação será levado a bom termo.

V. Ex^a fez uma pergunta específica sobre a CVM. A CVM não faz uma análise de risco de crédito. Certamente, nós observamos toda a regulamentação da CVM, todas as regras da CVM. Não entendi bem qual era o sentido.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – A pergunta, pela ordem, Sr. Presidente, se deve ao fato de que, em qualquer tipo de operação, mesmo numa aplicação, tratamos isso aqui com a questão dos fundos de pensão, que fazem aplicações de patrimônio que é de participantes do fundo em ações que também estão gerando aí uma série de perdas, que dizer, quando o banco vai olhar a ficha do tomador do empréstimo, se, nesse momento, de alguma forma, a CVM é consultada, porque são empresas de capital aberto com papéis no mercado. A gente está vendo que a CVM é uma autarquia que deveria ter um peso

maior sobre o rigor da análise das ações, do papel em si ou da situação da empresa cujas ações estão no mercado. Nessa medida, não que a CVM vá participar, porque o BNDES tem um corpo técnico que faz essas análises. É nesse sentido de avaliação que a CVM faz com relação às empresas com papéis no mercado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Olha, Senadora, o que posso dizer é que observamos rigorosamente todas as normas da CVM. Buscamos observar e observamos rigorosamente as normas da CVM e as normas do Banco Central em relação à análise cadastral, à análise de risco etc.

No caso específico do grupo, a aquisição de ações do grupo foi feita no mercado em quantidades muito pequenas para compor um índice ETF de sustentabilidade ambiental, mas foi feita no varejo, no mercado, nós não fizemos nenhum investimento relevante no grupo sem tomar todas as providências, sem que todas as normas tenham sido observadas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pelo que o senhor está dizendo, para encerrar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pode falar, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... o BNDES não teve nenhuma perda, nenhum prejuízo – contabilmente falando – com as aplicações feitas, os empréstimos concedidos a essas empresas?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não, até o momento não. Esperamos que o equacionamento, a reestruturação do grupo permita que a dívida bancária dessas empresas seja equacionada satisfatoriamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nem a subsidiária BNDESPAR?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Nem a subsidiária BNDESPAR, porque primeiro a participação na carteira de participações acionárias é muito pequena e ganhamos nas empresas e temos o potencial de ganhar especialmente nas empresas mais sólidas do grupo, onde é a única onde a gente tem uma participação relevante, e os resultados poderão absorver perdas pontuais de pequena escala verificadas em outras empresas que foram para compor um fundo específico. Mas é algo de pequena escala, que representa menos de 0,06%, uma fração muito pequena da carteira.

E, mesmo assim, no balanço, essa perda é teórica; nós esperamos que não aconteça.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Por fim, Sr. Presidente, eu termino...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senadora, em função do sigilo bancário, nós teremos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sei, há um certo cuidado. O senhor está sendo absolutamente cuidadoso e eu entendo como nós todos temos que respeitar a lei.

O senhor insistiu muito, na sua exposição, sobre o papel e a ampliação dos recursos nas pequenas e médias empresas. Sou de um Estado do Rio Grande do Sul em que têm uma grande força essas empresas e a minha pergunta para o senhor é a seguinte: a adimplência das pequenas empresas que tomaram os recursos do BNDES é maior, igual ou menor do que dos grandes grupos que tomam recursos no BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu agradeço à Senadora Ana Amélia. Tento ser muito tolerante aqui, mas a preocupação agora é que ainda faltam cinco Senadores inscritos e estamos tentando acabar até às 14 horas. Não sei se será possível. Então, essa é a última pergunta, Senadora.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Em geral, Senadora, para ser muito sucinto, as operações feitas com pequenas empresas são feitas em grande medida via rede bancária e a rede bancária assume o risco de crédito, ou feitas através do cartão. A inadimplência do cartão é controlada, ela é baixa, e quanto à inadimplência feita através do sistema bancário também buscamos, por regra de prudência, controlar a inadimplência máxima nessas carteiras. Criamos, inclusive, um fundo garantidor desses investimentos que é compartilhado com os bancos privados, que permite reduzir o custo das operações para pequenas empresas.

Temos buscado aperfeiçoar esse mecanismo, mas, em geral, não há razão, há efetivamente um nível mais alto de vulnerabilidade das pequenas empresas em relação às médias e às grandes em termos de níveis de inadimplência. Mas essa inadimplência pode ser tratada de uma forma profissional, de uma forma cautelosa e o nosso grande objetivo é trabalhar para buscar reduzir os *spreads* de risco de crédito, principalmente através do Fundo Garantidor de Investimentos. Nós temos uma grande esperança de que ele possa crescer. Ele é um fundo que hoje está em expansão, mas esperamos que ele possa expandir ainda mais para contribuir, para reduzir o custo de crédito para a pequena empresa. Temos trabalho muito nessa direção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu estou correto quando vejo V. Ex^a sinalizar que o encerramento desta audiência se dará às 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – É uma tentativa minha como Presidente. Eu creio que não vai ser possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se for assim, em que pesem as razões involuntárias do atraso natural em função de o Senado ter recebido hoje Sua Excelência a Presidente Dilma, eu acho que nós talvez devêssemos remarcar esta audiência com o nosso Presidente Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Não, não. Se for necessário, ficaremos até 15 horas. Eu sugeri 14 horas porque esta audiência está sendo televisionada, e, às 14 horas, nós começaremos a Ordem do Dia. É um esforço desta Presidência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É por isso que faço esta sugestão a V. Ex^a de remarcarmos para outra data. A presença aqui do Presidente é motivo de audiência não apenas para o Senado, mas também para a Comissão de Assuntos Econômicos.

É a avaliação que eu quero submeter a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo /PT – RJ) – Adoro acolher as sugestões de V. Ex^a, mas não vou acolher essa. Agradei, no começo, a presença do Presidente do BNDES, porque uma coisa tem acontecido aqui: sempre que esta Comissão o convida, ele prontamente marca a sua vinda, além de ser muito gentil no tratamento com a Comissão. Nem todos agem dessa forma. Então, queremos aproveitar este dia aqui para tentar ultrapassar. Se mais à frente for necessário outro convite para outra discussão com o nosso Presidente do BNDES, vamos convidá-lo novamente. Mas vamos até o fim nesta reunião.

Com a palavra, o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu queria responder ao Ex^{mo} Senador Alvaro Dias. O Senador centrou fundamentalmente o seu questionamento no financiamento à exportação para países da América Latina e da África.

Eu queria dizer, Senador, primeiro, que essas operações são fundamentalmente operações de exportação de bens e serviços. Elas não constituem empréstimo de país. Elas são operações que financiam a produção e a exportação de bens de capital no país, o desenvolvimento de projetos e a exportação dos serviços de engenharia e construção no exterior. Portanto, essas exportações geram um efeito positivo de renda e emprego no país e, inclusive, mobilizam a cadeia produtiva de pequenas e médias no país. Existem estudos mostrando que a exportação de bens e serviços, embora seja feita por grandes empresas, tem

um papel irradiador para cadeias de fornecedores de bens e serviços para essas operações.

As exportações têm sido feitas com garantias suficientes. V. Ex^a sabe que, no âmbito da América do Sul, existe o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), um convênio que permite garantia de liquidez aos pagamentos, uma vez que esses títulos transitam num circuito de liquidez providenciado por bancos centrais, de tal maneira que nós nunca tivemos um inadimplemento em nenhuma dessas operações de financiamento dentro do Convênio de Créditos Recíprocos. Essas garantias, além de tramitarem na sua grande maioria pelo CCR, têm o respaldo do Fundo de Garantia à Exportação.

Essas operações, em geral, são públicas. O BNDES não trata essas operações sigilosamente, salvo em casos como esses dois que V. Ex^a mencionou, porque, por observância à legislação do país de destino do financiamento, os contratos são sujeitos à cláusula de sigilo no país de destino. Agora, o *disclosure* do contrato e das condições está sujeito, em geral, a um tratado ou a uma disposição soberana do país de destino, do país beneficiado pela sua exportação, e não é uma determinação do nosso Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio observar.

A operação em si – não sei os valores etc. – é tornada pública no seu valor global. O BNDES tem dado o conhecimento de todas as suas operações. Essas operações não constituem desvio de finalidade. O BNDES tem, entre as suas missões, a de apoiar a exportação de bens e serviços no País. O Brasil não dispõe, Senador, de uma agência...

Em vários países do mundo existem agências que suportam o financiamento a exportação de bens de capital e serviços. Praticamente todos os países do mundo têm os chamados *eximbanks*, bancos de exportação em vários países do mundo que exatamente financiam essas operações. No caso brasileiro, incumbe ao BNDES esta função. Portanto não é um desvio de finalidade, é uma das funções do BNDES: financiar a exportação de bens e serviços.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas para ficar mais visível dentro dos nossos olhos essa questão do segredo, da tarja de secreto desses empréstimos, não importa o que diga a legislação dos outros países, que iam importar mais do que diz a nossa legislação, que propõe transparência na utilização de recursos públicos. Eu não creio, pelo menos não sei de outros empréstimos secretos. O que se divulgou apenas diz respeito a Cuba e a Angola. Eu não tinha conhecimento, antes disso, de outros empréstimos com tarja de secreto, tanto é que esse fato surpreendeu a todos nós. Creio que esse é

um procedimento que, do nosso ponto de vista, não cabe a um governo democrático como o nosso, que tem uma legislação própria que exige transparência, especialmente no que diz respeito às providências de natureza financeira.

Para concluir, Sr. Presidente, sobre essa questão da exportação, parece que a denominação é essa, mas o objetivo final é outro. Fala-se em exportar tecnologia, e a razão do empréstimo é exportação de tecnologia, mas, na realidade, esses empréstimos dizem respeito a obras que são realizadas nos outros países: hidrelétrica; o metrô de Caracas, na Venezuela; hidrelétrica no outro país. Já há inclusive uma denúncia de que esses empréstimos do BNDES favorecem à corrupção internacional, afrontando, inclusive, tratado celebrado pelo Brasil que propõe o combate à corrupção internacional, já que o que se depreende desses empréstimos é que são obras realizadas, muitas vezes, sem licitação e com o pagamento de propina a servidores públicos de outros países. Essa denúncia foi feita inclusive pela Transparência Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço essa última participação do Senador Alvaro Dias.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu quero reiterar aqui que o BNDES se pauta de forma absolutamente limpa e criteriosa em relação a esses contratos.

Primeiro, esses contratos são decididos sob leis e regimes jurídicos do país que está importando os bens e serviços.

Nós temos que não só respeitar a existência dessas leis e regimes, dada a soberania do país, mas zelar para que o valor dos serviços, dos equipamentos seja compatíveis com o produto ou o serviço que está sendo efetuado. De forma que nós temos trabalhado de forma inteiramente alinhada às regras internacionais; da mesma forma que outros países observam rotinas, observam avaliações, nós fazemos com todo o rigor essas avaliações.

De maneira que não posso, de forma nenhuma concordar com a ilação que V. Ex^a fez a respeito de corrupção nos países a respeito dessas operações. Não há nenhuma indicação nesse sentido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu respeito V. Ex^a, mas penso de outra forma. Eu creio que a questão é: deve o Brasil emprestar nessas condições atendendo às legislações dos países que tomam emprestado e não atendendo a nossa legislação, a nossa história, a nossa tradição de transparência absoluta na atividade pública?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senador, eu queria dizer o seguinte: existe uma lista interna-

cional de empresas suspeitas de práticas irregulares, de lavagem de dinheiro etc. O BNDES segue rigorosamente... A gente checa o cadastro dos importadores, o cadastro dos importadores. Consultamos as listas internacionais, aderimos as boas práticas e zelamos de maneira muito rigorosa, seguimos as leis e temos trabalhado, recentemente, inclusive, junto com a nossa CGU, no aperfeiçoamento desses processos.

De maneira que eu não posso concordar com V. Ex^a quando fez essa ilação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Dornelles.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Ah, Senador Dornelles. Desculpe.

Senador Dornelles, eu queria agradecer a V. Ex^a pelas questões. Primeiro, Senador, V. Ex^a colocou uma questão mais geral a respeito do superávit primário, se ele deve ser uma meta ou uma ferramenta. Eu creio, Senador, esse é um debate macroeconômico, que nós talvez devêssemos aprofundar a discussão sobre se deveríamos, além do superávit primário, considerar, na verdade, o déficit nominal e considerar as tendências para o déficit nominal. Talvez estejamos num momento já de maturidade para discutir outras metodologias, além do superávit primário.

De qualquer maneira, Senador, eu acredito que o zelo pela redução do endividamento público, tanto da dívida bruta quanto da dívida líquida, é o grande objetivo. Manter sob controle os níveis de endividamento público e melhorar a qualidade do passivo público deve ser um objetivo relevante de médio prazo, que V. Ex^a conhece melhor do que ninguém, de maneira que nós podemos discutir isso mais aprofundadamente. Em geral, acredito que devemos aperfeiçoar metodologicamente essa questão.

Sobre a questão da relação do BNDES com o Tesouro...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – A operação do BNDES com o Tesouro e a Eletrobras.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Primeiro, eu gostaria de dizer o seguinte: o BNDES tem contribuído com o pagamento regular de dividendos ao Tesouro nos últimos anos. Desde 1997 até o presente, o BNDES tem pagado, em média, 85% dos seus lucros como dividendos. Isso é uma prática que vem de muito tempo. Como um banco rentável, é um banco que sempre contribuiu com o pagamento de seus lucros para a formação do superávit primário. Claro que o BNDES, ao contribuir, às vezes, ele abre mão de se capitalizar e tem que, em outros momentos, receber capitalização para poder cumprir o seu papel. Mas o

pagamento de dividendos é uma prática regular, está prevista dentro...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Perdão?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – O Tesouro emprestou ao BNDES, o BNDES emprestou à Eletrobras, a Eletrobras pagou dividendos ao Tesouro. Nessa operação, vamos dizer, o BNDES não foi um laranja do Tesouro?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não, Senador. Essa operação foi feita recentemente. Ela foi uma operação feita, do nosso ponto de vista, nós fizemos uma operação de giro para o Sistema Eletrobras sem vinculação ao pagamento de dividendos.

Primeiro, a Eletrobras tem, no momento, no nosso entendimento, *funding* em condições suficientes para dar conta do seu processo de dividendos. O objetivo dessa operação foi dar uma ponte para o Sistema Eletrobras ter capital de giro suficiente para tocar os seus programas nesse período. Não houve de nossa parte a vinculação do nosso empréstimo, inclusive porque o empréstimo que nós fizemos à Eletrobras foi maior do que o volume de dividendos que ela veio a pagar depois. Era um compromisso que a Eletrobras havia assumido com o mercado.

De maneira que não houve essa motivação no que diz respeito ao BNDES, mas sim de regularizar uma situação de fluxo de caixa do Sistema Eletrobras. Nós sabemos que o Sistema Eletrobras está num processo de reestruturação de redução de custos, de redução de custeio, para se tornar mais eficiente diante da perda de concessões, do vencimento de concessões de geração e de transmissão que ela dispunha em função da conclusão efetiva do prazo, do vencimento do prazo dessas concessões e das medidas que o Governo propôs para renovação de concessões. Essas medidas tiveram, como é conhecido, impacto sobre a empresa e esses impactos foram atenuados por esse empréstimo de giro feito pelo BNDES à Eletrobras.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – E a exposição do BNDES com a Petrobras?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – A exposição do BNDES com a Petrobras é uma exposição que está totalmente dentro das regras de prudência recomendadas por normativos do Conselho Monetário Nacional e está lastreada em garantias adequadas e está dividida, dependendo do ativo, da subsidiária a que se faz referência, em atividades distintas, atividades de refino – e tem um determinado conjunto de ativos –, atividades de exploração e produção, que tem como garantia o valor expressivo de reservas de óleo, atividades no exterior, no portfólio da empresa.

Então, essas garantias estão devidamente ponderadas. Portanto, nos dão uma posição de tranquilidade e de regularidade em relação aos normativos vigentes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É evidente que eu não vou pedir que o Presidente Luciano Coutinho responda as questões que formulei que não foram respondidas, já que estamos em uma reunião especial, premidos pelo tempo. Mas, na verdade, questões essenciais não foram respondidas.

Apenas faço esse registro e peço a V. Ex^a que estude a possibilidade de mudarmos esse modelo de questionamento. Temos que formular pergunta e resposta, pergunta e resposta, para produzirmos mais, porque as questões são colocadas e o visitante não tem tempo para responder a todas elas; evidentemente, responde ao que mais interessa.

Acho que nós poderíamos mudar esse modelo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós vamos estudar até essas audiências começando às 11h30. Está marcada para a próxima terça-feira com o Secretário do Tesouro também às 11h30. Vou estudar isso, Senador Alvaro Dias. É claro que hoje houve um comprometimento maior, foi um dia especial também pela visita da Presidenta da República, Dilma Rousseff, aqui, o que acabou atrapalhando e atrasando ainda mais o início dessa audiência. Mas vamos estudar, V. Ex^a tem razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Passo pela ordem, mas faço um apelo ao nosso Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O pela ordem, vai ser curto, conforme diz o Regimento.

Apenas para apoiar o Senador Alvaro Dias, se não nós ficamos aqui numa situação em que as perguntas são feitas e não são respondidas, não, tenho absoluta certeza, em razão da falta de gosto do Presidente do BNDES pelas respostas ou pelo Senador que está a perguntar, mas em razão do próprio tempo. São muitas perguntas, fica muito longe. O ideal seria assim: ele pergunta, ele responde com a educação que vem tendo até agora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, na próxima semana, está marcada às 11h30, mas, depois da próxima semana, estou querendo rever essa tese de marcarmos audiência às 11h30, começarmos mais cedo, às 10h, para termos todo o tempo do mundo para audiências desse porte. V. Ex^a está certo, então,

vamos estudar e ter o cuidado para as próximas audiências públicas aqui.

Começaremos pelo Senador Cristovam Buarque. O próximo inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, que vai ser sucinto como sempre, como de costume.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Ricardo Ferraço, pode ficar tranquilo, porque eu não vou fazer perguntas.

Acho que temos que mudar o rito dessas audiências. Quando a gente convoca uma audiência, a gente convoca porque tem perguntas. Acho que a autoridade deveria se sentar e a gente começar a perguntar, sem precisar de uma longa e bela apresentação. Eu fiz meu dever de casa, preparei minhas perguntas, mas vou preferir escrevê-las e mandar para o senhor, que transmite para o Professor Luciano Coutinho. Se for o caso, um dia pedimos uma audiência, dois, três Senadores para conversar com ele. Eu fico achando que essas perguntas, pelo amor que temos ao BNDES, pelo respeito, eu, especialmente, pela velha amizade, pela pernambucalidade com o Dr. Luciano, que a gente precisava ter um debate maior. Eu, por exemplo, a minha primeira pergunta seria sobre esse imbricamento entre Tesouro e BNDES. Até quando a gente vai conseguir isso: o Tesouro pegar dinheiro a 10% e emprestar a 5% ao BNDES? Mas isso imbrica. Eu gostaria de ver aqui o representante do PT, o Líder do PT, o Líder do Governo, para a gente poder ter um debate muito melhor.

Então, fica aqui a minha sugestão, que eu já havia feito uma vez, de mudar o rito das nossas audiências, às vezes para ouvir, mas às vezes para perguntar, e dizer que enviarei minhas perguntas para o senhor, pedindo que enderece ao Professor Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, de igual forma, quero, na linha do que fez o Senador Cristovam Buarque, solicitar ao Professor Luciano Coutinho que pudéssemos ser recebidos por ele. Que pudéssemos, numa conversa franca, numa conversa aberta dos Senadores que quisessem dialogar com V. S^a a respeito das escolhas que o banco tem feito para sustentar, para suportar o desenvolvimento brasileiro, sobretudo as medidas anticíclicas, nesse período de grande restrição.

Vou fazer minhas perguntas aqui, mas, sinceramente, não tenho expectativa de que aqui possamos fazer o debate. Como conheço V. Ex^a de longa data, sou um admirador do trabalho de V. Ex^a, um professor de elevada reputação e participação na construção de

linhas e ações, com muito conteúdo acadêmico, reflexão acadêmica a respeito do nosso País, vou fazer as minhas perguntas, mas, na mesma linha do Senador Cristovam Buarque, já me candidatando, para, aqui ou no Rio de Janeiro, que V. S^a possa nos receber para conversarmos abertamente, de maneira muito cordial e muito franca a respeito desse posicionamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Totalmente de acordo, quero estar incluído, acho que o Presidente deveria ir e dizer que uma das razões por que não faço pergunta é que eu não poderia ficar para escutar, e seria uma falta de cortesia.

Então, vou pedir licença, porque às 2 horas eu tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque, com relação à sua sugestão, falei aqui de lado com o Presidente Luciano Coutinho, ele está à disposição. Poderíamos tentar marcar uma ida, uma conversa mais prolongada com o Presidente do BNDES. Ele acabou de dizer que está à disposição, na sua agenda também, para organizarmos esse grupo de Senadores que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu jamais cometeria a deselegância, até o desrespeito, como o Senador Cristovam Buarque, como a Senadora Ana Amélia, enfim, como tantos, fiz o meu dever de casa, porque estamos aqui diante de uma referência brasileira, e discutir economia com o Professor é coisa muito complexa, dada a sofisticação do seu raciocínio. Agora, eu fiz o meu dever de casa, procurei estudar algumas questões que me preocupam em relação às escolhas que tem feito o BNDES, sobretudo a capacidade das escolhas que tem feito o banco de produzir os impactos necessários e adequados, mas eu jamais cometeria o desrespeito e a deselegância de fazer as perguntas e de não permanecer aqui.

Então, eu vou, de igual forma, deixar essas perguntas com V. S^a, deixar algumas reflexões que fiz, mas vou aguardar com grande expectativa, em função do inimigo tempo, que hoje não me permite que eu possa ficar aqui além do tempo que gostaria, para fazer este debate, que, quero crer, também é do interesse de V. S^a, que está à frente de uma organização como o BNDES, que se confunde com o próprio processo de desenvolvimento brasileiro, criado lá atrás pelo sempre saudoso Presidente Getúlio Vargas, uma instituição da maior relevância para o nosso País.

Então, eu vou deixar as perguntas com V. S^a e vou aguardar um contato, para que nós possamos ir visitá-lo e fazer uma conversa franca e aberta. Tenho certeza de que V. S^a vai se colocar, como tem se colocado, com absoluta transparência e verdade, para

responder às questões e às dúvidas que são suscitadas não apenas por nós Senadores, mas, dia sim e outro também, em editoriais. Dúvidas e incertezas são suscitadas não apenas em editoriais, por especialistas, como por teses, por estudos, enfim.

Eu agradeço o Senador Lindbergh, meu querido Presidente, mas eu vou deixar com V. S^a as perguntas, porque jamais faria as perguntas se não ficasse aqui para poder dialogar com V. S^a, pelo respeito e pela referência que tem, pela história que V. S^a tem na academia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu quero dizer que esta Mesa recebe essas críticas, e nós temos que estudar uma forma de as outras audiências começarem em outro horário, terem mais espaço. Eu assumo aqui que, de fato, hoje foi um dia conturbado, também pela visita da Presidenta, não foi a melhor forma do debate, mas vamos corrigir isso para as próximas audiências públicas.

Eu passo a palavra para o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Prof. Luciano Coutinho. Também fiz o dever de casa, Sr. Presidente, tenho estudado um pouco sobre isso. V. Ex^a sabe que sou um simples bacharel em Direito, mas eu teria aqui doze perguntas a fazer.

Uma dessas perguntas: nós sabemos que os empréstimos do BNDES são, em sua esmagadora maioria, custeados por recursos orçamentários federais, sendo, então, públicos esses recursos. E o senhor citou a Lei Complementar nº 105, que fala sobre a possibilidade do sigilo bancário. Está lá, nós todos conhecemos a lei. Mas o art. 1º, §3º, da Lei, traz uma exceção. Nós apresentamos aqui uma sugestão, nesta Comissão, por minha sugestão, uma emenda à LDO, que diz mais ou menos o seguinte: toda operação de crédito ou participação acionária do conglomerado BNDES fique condicionada à previsão contratual expressa de consentimento do beneficiário para divulgação da identidade do beneficiário, valor, encargos contratuais, cronogramas de concessão. Eu gostaria de saber a opinião do senhor sobre isso. Seria uma medida positiva? Essa é a primeira indagação.

A segunda, vou ser bem objetivo, Sr. Presidente. O senhor pode mencionar quais os indícios disponíveis de que o crédito subsidiado do BNDES tem elevada taxa de crescimento da produtividade da economia, em lugar de ser apenas um privilégio a algumas empresas que têm acesso aos recursos do Tesouro duplamente subsidiados? Dados sobre isso, que dados concretos permitem afirmar que os resultados atingidos pelo Banco, em termos de elevação da produtividade e do

investimento, não poderiam ser alcançados sem esse duplo subsídio concedido pelo Tesouro – um deles é a remuneração da TJLP, por exemplo.

Existem precedentes internacionais, Prof. Luciano Coutinho, de políticas de financiamento estatal massivo, de simples fusões e aquisições empresariais? O senhor poderia citar isso, por gentileza?

A respeito do caso específico do grupo EBX, qual o valor dos créditos do banco em relação ao ativo total do grupo? Sobre as garantias exigidas pelo banco nessas operações com o grupo EBX, eu gostaria de saber especificamente o seguinte: no valor total dos créditos, qual o valor total das garantias – nós temos isto, o valor total das garantias? –; a natureza das garantias oferecidas, discriminando as proporções sobre o valor total; garantias reais sobre bens físicos dos tomadores – existe isso? –; garantias reais sobre bens financiados; garantias de avais ou fianças bancárias; garantias de avais ou fianças pessoais de terceiros.

E, por fim, uma última indagação. Em vista daquele caso específico, Sr. Presidente, Prof. Luciano Coutinho, a imprensa tem mostrado que os contratos firmados entre o banco e as empresas do grupo EBX vêm sofrendo alterações com dilação de prazos e redução de exigências técnicas. Isso tem sido noticiado pela imprensa. A título de exemplo, a Usina Termoelétrica Parnaíba, que tem a MPX como um dos principais sócios, deveria ter efetuado um pagamento de R\$242 milhões, em setembro de 2012. Mas um aditivo celebrado apenas quatro dias antes da data prevista, se isto é fato, para o pagamento, prorrogou esse prazo para março de 2013. Isto é fato? Ocorreu ou não ocorreu?

Em vista disso, pergunto ao senhor: que critérios foram usados para conceder às empresas do grupo EBX condições mais favorecidas, se a resposta anterior for positiva.

Quem autorizou as alterações dos contratos firmados entre o banco e as empresas do grupo EBX? Foi uma decisão colegiada da diretoria do banco? Houve concordância com os pareceres técnicos internos? Ou alguma das instâncias de análise emitiu recomendação desfavorável? Se isso houve, se não houve, tendo em conta se a resposta anterior for positiva.

Eu quero cumprimentá-lo e expressar o meu respeito ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Nós vamos completar o bloco de perguntas. Tendo em vista que o Senador Cristovam Buarque e o Senador Ricardo Ferraço dispensaram, vou passar a palavra ao Senador Luiz Henrique e vou inscrever também o Senador Delcídio Amaral. Na sequência,

depois do Senador Luiz Henrique, nós vamos ouvir também o Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, destacar a trajetória pública do Prof. Luciano Coutinho.

Caminhamos juntos desde os anos 60, quando ele, como um dos pensadores que lastreavam a luta do MDB velho de guerra, nos ajudou a reconstruir a democracia no País. Então, a primeira questão que eu quero assinalar é que o Prof. Luciano é um grande democrata, uma pessoa devotada à democracia.

O documento que lastreou a luta do antigo MDB, chamado Esperança e Mudança, que foi a bíblia que nos inspirou, principalmente a nós que integrávamos o grupo autêntico do Partido, a bíblia ideológica da oposição ao regime autoritário.

O Prof. Luciano tem, ademais, uma qualidade rara no intelectual. Normalmente, o intelectual é ótimo na formulação e dispersivo na execução. O Prof. Luciano, ao contrário, é bom nas duas pontas: sabe formular e sabe executar.

Eu tive a honra de tê-lo como Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia quando ocupei aquela pasta. Da sua lavra, saíram duas leis muito importantes para o nosso País: a lei de *software* e a nova lei de informática, que substituiu, por sua inspiração, a reserva de mercado por um programa de incentivos fiscais às nascentes empresas de tecnologia.

Eu vou fazer cinco perguntas objetivas ao Prof. Luciano. Não vou repetir aquelas que foram feitas competentemente pelos meus colegas, mas procurarei abordar outros temas que podem enriquecer a presença do Prof. Luciano aqui, nesta Comissão.

Um dos temas cruciais para o País é o da mobilidade urbana e da modernização dos transportes de massa. As prefeituras enfrentam um grande obstáculo à construção de novas avenidas e, principalmente, à duplicação de avenidas que estão saturadas. Eu mesmo verifico isso hoje em Joinville, onde a prefeitura está executando dois financiamentos do BNDES, e as obras não andam, porque os recursos para desapropriação são mais ou menos do tamanho dos recursos para as obras. Eu pergunto ao Prof. Luciano se o BNDES não deveria romper com esse dogma criado há décadas de, ao financiar as obras aos Municípios, não financiar recursos para desapropriação.

A segunda pergunta que eu faço ao Prof. Luciano é se ele pode oferecer um comparativo entre o tamanho do BNDES e de sua carteira em relação ao BID e ao BIRD.

A terceira pergunta é se existe, nos países emergentes ou em algum país em desenvolvimento, um banco com as mesmas características de fomento ao investimento e ao desenvolvimento como o BNDES.

A quarta pergunta que faço é: qual tem sido o papel do BNDES em suprir com financiamentos a baixa capacidade dos Estados em fazerem investimentos em infraestrutura?

Por último, eu pergunto se, na verdade, esse programa de exportação de bens e serviços não é um programa de incentivo ao crescimento industrial ou de combate à desindustrialização. Eu pergunto isso, porque vi, em Cuba, quando lá estive em missão, junto com o Senador Inácio Arruda e o Senador Anibal, no Porto de Mariel, financiado pelo BNDES, que vai ser o grande porto da América Central, tudo que lá havia provinha do Brasil: as máquinas que trabalhavam nas obras rodoviárias, nas obras de aterramento, a consultoria, os serviços, em geral, ou seja, tanto o *software* quanto o *hardware* daquela obra procediam do Brasil. Se esse é, realmente, o objetivo desse programa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Vamos agora ouvir os dois últimos Senadores inscritos: Senador Eduardo Suplicy e Senador Delcídio do Amaral.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, Vice-Presidente Sérgio Souza, prezado Presidente Luciano Coutinho, meus cumprimentos pela sua disposição de sempre vir à Comissão de Assuntos Econômicos para dialogar conosco, seja aqui, na sede do BNDES ou em qualquer outro lugar.

Agradeço se puder nos dizer como podemos analisar o impacto do BNDES no Orçamento da União. Se considerarmos o período 2003/2012, que impacto teria tido o BNDES no Orçamento da União, seja no lado de recursos do Orçamento para o BNDES, de um lado, seja decorrente de eventuais resultados, lucros, da instituição, que eventualmente tenham sido transferidos para o Orçamento da União. Se, em 2013 – por isso destaquei o período 2003/2012 –, para também, se puder, nos dizer uma palavra sobre o período presente, de 2013.

Segundo, se terá o BNDES feito algum estudo a respeito do impacto de suas operações e resultados sobre a distribuição da renda e da riqueza no Brasil. Ou seja, de um lado o BNDES, ao prover recursos com taxas de juros por vezes e normalmente menores do que as de mercado, acaba possibilitando, de um lado, aos responsáveis por essas instituições certa possibilidade de, digamos, terem aumentos de seus patrimônios, mas também, obviamente, para todas

aquelas pessoas que trabalham nessas empresas, os seus empregados, e assim por diante.

Relacionado a isso, V. Ex^a tem, nos quadros que aqui expôs, por exemplo, o apoio às médias, pequenas e microempresas, assim como alguns resultados de gerações de emprego, o que denota evidências positivas a respeito do apoio do BNDES a essas empresas e à geração de emprego. Mas, dada a importância dessas operações para o incremento da renda da população, agradeço se puder nos detalhar exemplos dessas operações e linhas de crédito direcionadas para as micro, pequenas e médias empresas.

E também relacionado a essa preocupação, agradeço se puder nos informar em que medida o BNDES tem realizado empréstimos para as formas solidárias, cooperativas de produção, se as cooperativas estão incluídas, se há, por exemplo, um entrosamento do BNDES com a Secretaria de Economia Solidária, onde o Professor Paul Singer, um grande amigo comum, uma pessoa que vem, ao longo desses anos, desde o governo do Presidente Lula, estimulando muito as formas cooperativas de produção. Por essa razão, agradeço se puder nos informar também eventuais empréstimos e de que natureza e se tem crescido o apoio do BNDES a essas formas cooperativas.

Tenho notícias de que, ao longo da história desses últimos anos, em alguns momentos, até empresas de economias solidárias, que acabaram sendo resultado de trabalhadores que assumiram empresas antes de propriedade apenas de alguns empresários, mas quando estes deixaram as empresas, elas estariam até para serem fechadas, e os trabalhadores, alguns casos dessa natureza no Brasil, resolveram assumir o comando da empresa em forma cooperativa e obtiveram apoio do BNDES.

Então, se há alguns casos sobre os quais V. Ex^a pode nos relatar.

Muito obrigado e meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero cumprimentar nosso Presidente, Senador Lindbergh, e cumprimentar também o nosso Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza, especialmente o Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho, homem competente, intelectual, qualificado e que vem fazendo um excelente trabalho à frente do BNDES, ajudando a alavancar os grandes investimentos, principalmente na logística do Brasil, sem falar em setores industriais, pequenas empresas, como alguns que aqui me antecederam disseram.

Meu caro Presidente Luciano Coutinho, quero dizer também dos bons resultados obtidos em financia-

mento do BNDES para obras no exterior. Isso traz uma série de benefícios para o nosso País, para empresas de engenharia, para fornecedores de equipamentos. Eu mesmo visitei muitas obras em outros países que foram financiadas pelo BNDES e com resultados extremamente pertinentes e com resultados que, sem dúvida nenhuma, trazem benefícios na geração de empregos e na geração de riquezas no Brasil.

Eu vou resumir quatro questões, meu caro Presidente Luciano Coutinho, para ser bem rápido.

Primeiro, em relação ao grupo EBX: o grupo EBX é um grupo que eu conheço bem, sou amigo do empresário Eike Batista, acompanhei a ascensão do Eike ao longo dos últimos anos. O grupo trabalhou, ao longo desses últimos anos, principalmente olhando a questão da logística, olhando a questão da energia, olhando a questão da mineração, da metalurgia e olhando petróleo e gás. Eu conheço relativamente bem os ativos da MMX, são bons ativos – alguns em Minas Gerais, outros em Corumbá, lá na minha cidade, na Serra do Urucum, na fronteira com a Bolívia. Conheço também alguns dos projetos na área de energia, que é o caso da MPX, área de *power*, do Grupo EBX, e também projetos importantes exitosos, que inclusive trouxeram para o Brasil a E.ON, que é uma das principais empresas de energia na Alemanha.

Eu não podia deixar também aqui de citar a LLX, o Porto de Açu, um porto importante, um porto que vem ao encontro dos desejos do Governo Federal, da Presidenta Dilma e do BNDES, no sentido de aliviar esses gargalos logísticos que prejudicam a competitividade dos produtos brasileiros. E também acompanhei o nascimento e a implementação da OGX, a parte de óleo e gás, Tubarão Martelo, Tubarão Azul. Acompanhei esse grande dilema entre o que os geólogos diziam das reservas e também a dificuldade de se extrair óleo – porque aí é engenheiro de reservatório, que normalmente, no setor de petróleo, opina sobre isso –, nem sempre grandes reservas são fáceis de serem extraídas. E muitas coisas que falaram, inclusive de dolo, de projetos que não tinham seriedade – do que discordo: ninguém compra um FPSO ou contrata um FPSO na Ásia, traz para cá, se efetivamente não existisse um projeto de pé.

Então, eu queria de V. Ex^a, que conhece tão bem esse projeto, até pela própria participação do BNDES, dissesse onde é que as coisas se complicaram na construção desses ativos todos do sistema EBX – essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta – voltando a registrar que eu entendo que soluções de mercado vão surgir até em função da importância desses ativos, inegavelmente, mesmo com acertos e erros –, meu caro Presidente Luciano Coutinho, é sobre os leilões,

leilões de rodovias, ferrovias. O BNDES – já falaram em taxas internas de retorno de 4,5%, de 5,5%, já se chegou a 6,5% – considera essas taxas internas de retorno compatíveis com projetos em que o privado vai investir e o risco é todo dele?

E eu quero aqui também destacar o caso das ferrovias, que são *greenfields*, praticamente, quer dizer, projetos que vão começar do zero e que, efetivamente, para os leilões darem certo, têm que ter taxas internas de retorno compatíveis com o risco do negócio. Eu estou sentindo que estão apertando as taxas internas de retorno, daqui a pouco, faz o leilão, e ninguém “bida”, e eventualmente até leilões desertos. Muitos que estão estudando esses projetos todos dizem que os leilões de rodovias têm uma probabilidade de 50% de “bida-rem”, os outros 50%, desertos; e as ferrovias, o risco de dar certo, é zero, em função das taxas internas de retorno e da situação atual desses projetos.

A terceira pergunta, meu caro Presidente Luciano Coutinho – e faço essas perguntas, porque V. S^a é competente, tem absoluta ciência de todos os projetos do BNDES e acompanha muito de perto esses setores que eu estou aqui listando –: se V. S^a considera importante que a Petrobras seja operadora exclusiva do pré-sal, portanto a Petrobras vem a ter obrigatoriamente 30% de todos os campos leiloados nos projetos do pré-sal, uma empresa que precisa de caixa, que precisa buscar novos financiamentos, que tem um plano estratégico, um plano de investimentos ousado, será que seria razoável a Petrobras ser arrastada em 30%, em qualquer *bid* que aparecer do pré-sal feito por outras companhias de petróleo?

E, por último, Sr. Presidente, eu tenho sido procurado, muitas pessoas me perguntando sobre os financiamentos obtidos especialmente para logística por Estados brasileiros, alegando que a utilização desse mecanismo, via BNDES, tornaria frágil a Lei de Responsabilidade Fiscal, alegando que, inclusive, os financiamentos dos Estados normalmente tramitam pela Comissão de Assuntos Econômicos, muito bem presidida pelo Senador Lindbergh, que tem como seu Vice-Presidente o também competente Sérgio Souza, muita gente está encarando isso como uma espécie de dribble na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, acho que essa seria uma oportunidade muito boa, meu caro Presidente Luciano Coutinho, de V. S^a aproveitar esta audiência pública para esclarecer esses questionamentos que, pelo menos, alguns fazem.

Então, são essas as perguntas. E, mais uma vez, quero dizer da nossa honra de tê-lo aqui mais uma vez na Comissão de Assuntos Econômicos, e aqui registrar a oportunidade desse debate comandado pelo Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Senador Armando...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Não poderia deixar de fazer, nosso ilustre conterrâneo, o Presidente Luciano Coutinho, mas serei muito rápido.

Não pude estar aqui desde o começo do encontro, mas queria só transmitir, estimular o Presidente a falar sobre duas questões.

A primeira é uma avaliação sua sobre a política industrial do Brasil, quer dizer, a indústria que foi, seguramente, o setor mais afetado nos últimos anos por esse quadro internacional e por custos crescentes que, de alguma maneira, deslocaram em grande medida a indústria – nós temos vários indicadores que atestam isso.

E desde o início do governo do Presidente Lula nós temos já quatro gerações de propostas de política industrial e de planos de política industrial que foram mudando ao longo do tempo, com algumas correções de rumo.

Eu queria que o Presidente nos dissesse que avaliação ele faz dessas políticas e como ele vê, por exemplo... poderia talvez identificar como uma aparente contradição que é essa tendência de que a produção industrial se fragmente, uma espécie de divisão internacional do trabalho dentro da indústria, ou seja, as cadeias globais de valor, a forma como a produção da indústria se realiza, em termos regionais e globais, com a política de conteúdo local.

Como é que o Presidente vê essas duas coisas. A necessidade de maior inserção nas cadeias globais e regionais e, ao mesmo tempo, uma ênfase na política de conteúdo local, para que se possa ter escala ou pelo menos ganhar certa competência em algumas áreas que propiciem, a partir daí, uma possibilidade de atuação no mercado mais amplamente.

Essa é a primeira questão, Presidente.

A outra tem certa relação com o papel do BNDES, que é a questão da poupança, vista mais amplamente. É claro que o BNDES está, de alguma maneira, sobrecarregado ou o Estado, na medida em que o *funding* do BNDES, em grande medida, resulta de capitalizações que estão sendo feitas pelo Tesouro e que hoje já alcançam uma parcela expressiva até do PIB.

Eu indago, como, olhando o futuro, se pode, efetivamente, estimular a formação de poupança no Brasil? Porque olhando o cenário atual, quando a gente olha a poupança das famílias, verifica que há baixa propensão à poupança, sobretudo também em função das características, por exemplo, do sistema pre-

videnciário brasileiro que não estimula esse processo; quando olha as empresas, que são a principal fonte de formação da poupança, o Brasil tem uma carga tributária extraordinariamente elevada, o que, de alguma maneira, penaliza a formação da poupança nas empresas; quando olha o setor público, a poupança do setor público é pequena; quando olhamos a poupança externa, não vamos ter muita condição de ampliá-la em função da situação das contas externas.

Então, como é que o Presidente Luciano vê essa questão do estímulo à formação de poupança, para que o Brasil possa ser, realmente, um País com maior capacidade de investimento e de garantia de um processo mais dinâmico de crescimento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Agripino, nós já tínhamos encerrado, mas vou abrir para V. Ex^a.

Agora, faço um apelo, que seja breve e sintético porque, na verdade, são duas reuniões da CAE.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Até em nome da fome.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Uma parte dos Senadores está aqui desde as 10 horas da manhã, sem lanche, sem almoço. Uma relação de insalubridade. O Senador Delcídio almoçou e veio para cá depois, de forma inteligente.

Então, eu faço só esse apelo, V. Ex^a é o último inscrito.

Tem a palavra o Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, caro Presidente Luciano Coutinho, eu apresentei ao Senado um projeto de lei, que está tramitando, para obrigar, a exemplo do que faz o Presidente do Banco Central, o Presidente do BNDES – não é para obrigar, é para convocar; convocação pragmática, compulsória –, de três em três meses comparecer ao Senado para prestar contas de sua gestão.

Quando eu fiz o encaminhamento, na discussão da matéria – eu vou repetir aqui o que disse no encaminhamento, quando V. S^a não estava presente –, eu disse que o conhecia, que tinha o maior respeito por V. S^a, que entendia ser o Dr. Luciano Coutinho um brasileiro de qualidade, um homem competente e probo, mas que as instituições é que têm que ser questionadas e o objeto do Parlamento é exercer fiscalização sobre os órgãos do governo e sobre as instituições do governo.

Então, esse projeto está andando, creio que vai ser aprovado, e objetiva fazer que aquilo que ocorre agora, de forma voluntária, por convocação da Comissão, fique sistematizado, para que as ações do BNDES

possam ser acompanhadas, fiscalizadas e questionadas pelo Parlamento brasileiro, no caso pelo Senado.

Qual é a argumentação que eu uso para esse objetivo? O BNDES é um banco. Ocorre que, ultimamente, esse banco tem sido usado – vou forçar aqui a expressão – como uma espécie de caixa único do Governo, que faz captações, estabelece, através de medidas provisórias, créditos extraordinários, capta no mercado dinheiro a uma taxa de juros mais alta do que a taxa de juros praticada nos empréstimos feitos pelo órgão para onde vai transferir esse dinheiro.

Traduzo de forma muito clara, V. S^a sabe: o governo capta, pela emissão de letras, esses recursos no mercado, paga juros de 7%, 8%, repassa ao BNDES, que, de forma subsidiada, repassa esses recursos para tomadores, com o objetivo de financiar a retomada do crescimento ou de financiar o crescimento da economia. Até aí tudo bem.

Só que são recursos públicos. Na medida em que são recursos públicos, porque são da responsabilidade do Tesouro, eu acho que se impõe a fiscalização, por parte do Parlamento, dessas ações do BNDES.

Dito isso, eu queria, só para ser fiel ao que solicitou o Senador Lindbergh Farias, nosso Presidente, fazer um único questionamento. Através de créditos extraordinários, autorizados por medidas provisórias aprovadas, foram autorizados R\$420 milhões de recursos a serem captados pelo Tesouro e transferidos para o BNDES. Ao que me consta, pelos elementos de que disponho, já chegaram ao BNDES, foram aportados ao BNDES R\$300 milhões, desses R\$420 milhões. Desse R\$300 milhões, o Finame aplicou R\$129 milhões, o Finame Agrícola, R\$24 milhões, e para embarque, R\$35 milhões.

E aí a primeira e única indagação para o momento: o Finame objetiva o financiamento de máquinas agrícolas. Até aí tudo bem, máquina agrícola é... Máquinas em si, máquinas em geral. No caso de máquinas agrícolas, foram R\$24 milhões, de máquinas, em geral, R\$129 milhões.

A minha pergunta é: esse dinheiro foi captado e foi transferido para o BNDES, que aplicou esse recurso de forma concentrada, focada no financiamento da indústria mecânica brasileira. Em vez de diversificar, de aplicar de forma mais distribuída, em setores que agregassem ciência, tecnologia, no meu entendimento, que seria, no médio prazo, mais conveniente à economia do País, do que concentrar 80% dos recursos em financiamento de máquinas. Máquinas que até têm outras fontes de financiamento. A rede bancária pode financiar, pode usar essa linha de crédito.

Então, essa é a pergunta que faço a V. S^a, com a manifestação reiterada do meu apreço pessoal, do

meu respeito pela sua competência, mas da necessidade de ações do BNDES, que hoje usa, em grande medida, recursos públicos, serem objeto de prestações de contas ao Parlamento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Vamos passar agora ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Eu quero agradecer aos Srs. Senadores todas essas questões e dizer que lamento não poder ter tido mais tempo, mas estou inteiramente à disposição e acolho a solicitação dos Senadores Cristovam e Ferraço de nos reunirmos para prestar todos os esclarecimentos e com outros Senadores que assim tiverem interesse.

Queria agradecer ao Senador Pedro Taques as perguntas muito competentes. Eu queria, Senador, ser muito objetivo. A questão do sigilo bancário é uma questão protegida por lei e seria opcional, eventualmente, para o mutuário concordar com isso.

Em geral, a operação, no seu valor, a ementa básica da operação, o valor e a linha, portanto a linha dá as condições de crédito da operação, porque as linhas da política operacional do banco são públicas e tal, a isso é dado total transparência. Um passo a mais significaria revelar quanto foi sacado, quanto não foi, quanto do projeto está sendo executado, se está havendo atraso ou não está e tal.

Eu não sei se o mutuário privado, que tem que concorrer com outros, ele vai querer expor a sua intimidade financeira, a execução do projeto ao mercado. Então, digamos, é preciso ter um equilíbrio em relação a isso. As operações do banco são transparentes. O banco publica, está na Internet, quantas operações, para quem, qual foi o valor, qual foi a linha, etc. Essas operações estão definidas. Agora, qual foi o *Racing* de crédito, qual é o cadastro da empresa, que avaliação qualitativa e íntima a gente faz a respeito da qualidade daquele mutuário são coisas delicadas. Eu não sei se o mutuário vai querer expô-las. Então, eu entendo a boa intenção de V. Ex^a e a gente tem, enfim...

Mas eu, o que eu posso lhe assegurar é o seguinte: nós queremos ir ao limite da transparência, respeitando a Constituição, respeitando a lei. Da mesma forma que o cidadão merece respeito a sua privacidade, e isso é um dos pilares do sistema democrático, também a empresa, pessoa jurídica, precisa ter o respeito à sua vida.

A outra pergunta que V. Ex^a fez é uma pergunta geral. Nós temos, sim, estudos e dados sobre impacto na produtividade e impacto de efetividade das ações do banco. Eu mencionei aqui uma coleção de estudos

mostrando que a grande maioria deles apontam impactos positivos, uma parte menor declara impactos parcialmente positivos.

Nós temos todo o interesse, nós estamos ampliando, são estudos independentes, feitos pela academia, alguns são críticos, acho que é preciso que existam estudos.

Nós temos nossos próprios estudos e nós acreditamos que nós precisamos aperfeiçoar os nossos estudos para avaliar a efetividade das nossas políticas.

Temos também estudos do impacto sobre finanças públicas das operações do BNDES. Foi feito por vários Senadores. E nós temos que considerar o seguinte: o apoio do BNDES ao investimento produz um incremento de investimentos. Porque o custo do capital do BNDES é mais baixo, ele induz mais investimento – é uma coisa óbvia. Na ausência do BNDES, o investimento seria menor. Isso pode ser modelado econometricamente.

O aumento de investimento que é atribuído à ação do BNDES gera um aumento de PIB, que gera um aumento de impostos, gera um aumento de emprego, gera um aumento em cadeia.

Esse efeito positivo para as finanças públicas precisa ser considerado no balanço de custos e benefícios para as finanças públicas.

Então, nós temos que considerar; (1) o BNDES recebeu o empréstimo do Tesouro com algum subsídio? (2) quanto o BNDES devolveu em impostos, quanto que o BNDES devolveu em lucros e (3) quanto que a ação do BNDES reverteu positivamente para a economia e para a sociedade em termos de aumento de emprego, de PIB e de impostos?

Essa conta existe e ela aponta para um resultado positivo. Ela mostra que a ação do BNDES neutraliza esses efeitos. Isso sem considerar os efeitos de médio e longo prazo. Quando alguém compra um equipamento, não é apenas no momento da produção daquele equipamento que se gerou mais empregos, que se gerou mais PIB, mas um bem de capital produz, ao longo de sua vida, um fluxo. Tomemos, por exemplo, um caminhão, para ser uma coisa óbvia. Um caminhão, quando é produzido – porque houve mais financiamento –, produz empregos, produz faturamentos, produz impostos; mas, ao longo da sua vida útil, aquele equipamento vai produzir um fluxo de retornos que também deve ser considerado. Se nós considerarmos o efeito intertemporal, os resultados são ainda mais robustos. Nós temos essas metodologias, essas metodologias estão publicadas. Eu gostaria de discuti-las porque acho que é um debate necessário. Elas estão publicadas e, às vezes, são desqualificadas, mas acho muito

importante que possamos debater, porque é relevante considerar todos esses efeitos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nesse ponto, Prof. Luciano Coutinho, fiz referência ao estudo de dois respeitáveis economistas, Sérgio Lazzarini e Aldo Musacchio, que publicaram um artigo na Universidade de Harvard a respeito do estudo empírico das operações do BNDES e deduzem, de forma clara, que o apoio do banco com crédito subsidiado não tem resultado na elevação da produtividade das empresas beneficiárias; ao contrário. É um estudo, como V. Ex^a trouxe e fez referência a outros. Ao contrário, o único efeito claramente discernível desse apoio sobre o desempenho das empresas é a redução das suas despesas financeiras, ou seja, financia-se o crescimento do lucro, não o crescimento da produtividade, da renda e do emprego. É um estudo...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – É um estudo. Como esses, existem outros. A gente trouxe 16 estudos que mostram que são diferentes. Então, não podemos nos basear em um único estudo. Intuitivamente, Senador – e aqui eu aproveito para comentar a resposta ao Senador Agripino Maia. A Finame, Senador, financiou cento e tantos bilhões de máquinas e equipamentos. A Finame, nessa estatística, financia o comprador da máquina. A Finame está financiando a prazo o comprador de máquinas e equipamentos. Ela não está financiando o produtor. A Finame financia o comprador.

Tenho a satisfação de lhe informar que mais de dois terços dos compradores de máquinas e equipamentos no Brasil são micro, pequenas e médias empresas. O que a Finame faz? Ela democratiza o acesso à compra de máquinas e equipamentos financiando em dez anos. O sistema bancário, infelizmente, por várias razões, não está preparado, não tem *funding* para financiar nessas condições.

Então, o que a Finame representa, na verdade, é a possibilidade de tornar acessível uma grande quantidade, a centenas de milhares de empresas brasileiras, micro e pequenas, de equipamentos que aumentam, sim, a sua produtividade. Eu desconfio do resultado do estudo porque é muito intuitivo. Na medida em que se pulveriza e permite o reequipamento de um grande número de empresas, isso resulta em aumento de produtividade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Dr. Luciano, sem interromper, mas acho que é fulcral. Veja como é importante esse debate. Redemocratizar ou democratizar a aplicação do capital com centenas ou até com milhares de pequenos produtores.

Tenho em mãos uma tabela que mostra o percentual dos desembolsos do BNDES entre 2009 e 2013

para as regiões do Brasil. Democratizar é investir na região que precisa mais para propulsionar o seu desenvolvimento. Na Região Norte, foram aplicados 4,4% dos recursos do BNDES – foram muitos milhões –; no Nordeste, 10%; no Sudeste, 47,7%; no Sul, 28,4%; e, no Centro-Oeste, 9,5%. Então, financiar máquina é claro que é importante. São bens de capital, são máquinas que geram desenvolvimento sim. Agora, o BNDES atuou no sentido de propiciar o crescimento de um segmento da economia. Para mim isso é claro.

Não seria lícito, deste Congresso, forçar a que o BNDES, pelas audiências que aqui vão existir, se volte para as regiões que precisam mais? Que induza, como induz o pólo metal-mecânico da região A ou B, ao crescimento também da Região Norte e da Região Nordeste com as suas políticas abrangentes?

Esse é o debate a que eu me refiro.

O corpo técnico do BNDES está lá e recebe a clientela, mas é um braço político importante do Governo que precisa atuar politicamente, no sentido de fazer com que o dinheiro da Nação chegue, pela rede radicular que o BNDES tem com os seus órgãos acessórios, a quem precisa se desenvolver, às Regiões Norte e Nordeste, principalmente, com todos os segmentos.

Ou seja, é a força da indução de quem tem força para induzir.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Senador, o senhor pegou uma média de 1999...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – De 2009 a 2013.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – De 2009 a 2013. O que eu tenho a dizer é o seguinte: nós estamos aumentando fortemente a participação do Nordeste e das regiões menos desenvolvidas no desembolso do BNDES.

Eu, como nordestino, assumi um compromisso com a Bancada Nordestina, no mínimo, de que o BNDES iria desembolsar o equivalente à participação do Nordeste no PIB. E nós estamos honrando esse compromisso. E nós sabemos da relevância, no caso das regiões menos desenvolvidas, de ir além; não é ficar sentado no Rio de Janeiro, esperando os projetos chegarem; é trabalhar em conjunto com a indústria, trabalhar em conjunto com os governos locais, criar as condições, inclusive as condições de investimento em logística, para descentralizar o desenvolvimento.

Então, nós estamos buscando ampliar e melhorar o balanceamento dos recursos do BNDES, considerando as regiões brasileiras. E temos orgulho de dizer que os resultados estão sendo obtidos. Isso significa que o futuro está assegurado? Não, nós temos de trabalhar muito para manter o ciclo atual de crescimento da região nordestina.

Mas me deixe voltar aqui ao ponto..

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, se pudesse citar onde podemos encontrar esses estudos que revelam o impacto do crédito subsidiado na elevação da produtividade.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Sem dúvida. Nós providenciaremos, Senador. O nosso diretor de planejamento...Tomaremos e mandaremos todos os estudos que V. Ex^a quiser. Mandaremos, sim.

Eu queria lhe responder também, Senador, só para concluir, pois V. Ex^a perguntou sobre várias questões relativas às garantias do Grupo EBX.

Eu quero lhe dizer que nós temos todas as garantias bancárias normais e que foram rigorosamente exigidas nos empréstimos ao grupo. Na verdade, nós temos todas as garantias, inclusive as garantias bancárias, fianças bancárias que protegem os créditos do BNDES.

Como eu já tinha me referido antes, em resposta à Senadora Ana Amélia, nós confiamos que, graças à qualidade intrínseca de vários dos ativos do grupo, o processo de reestruturação será satisfatoriamente concluído e essas dívidas serão equacionadas com novos investidores, com novo perfil de investidor.

Mas eu lhe asseguro o seguinte: não houve alteração de contrato; não houve tratamento privilegiado, fora da regra, a qualquer operação do grupo.

Eu lhe afirmo o seguinte: o que aconteceu nesse contrato a que V. Ex^a fez referência é que havia um empréstimo ponte, que é normal em todo projeto – e estamos falando aqui de usinas da MPX, de térmicas da Parnaíba, que estão prontas e funcionando – e, quando o empréstimo definitivo fica pronto, ele substitui o empréstimo ponte. Ao substituir o empréstimo ponte, naturalmente, o ponte, que é o empréstimo de curto prazo, vira um empréstimo de longo prazo.

Não há nada de extraordinário, de mudança de regra, nem de favorecimento. Essa é uma prática absolutamente normal em todos os projetos do banco. Então, não houve isso. Há apenas a elucubração de entender que, ao transformar o ponte no projeto definitivo, isso implicou um favorecimento, o que não é o caso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT. *Fora do microfone.*) –)... submeter isso a uma decisão colegiada...

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Absolutamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) –...não é necessário?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Não, não. E neste caso, a decisão de aprovar o empréstimo definitivo é colegiada e passou por todos os mecanismos normais. A substituição do ponte pelo definitivo é

um ato burocrático simples, feito pela equipe técnica; não há nada de extraordinário nisso. Esta é uma prática absolutamente regular, prevista na política operacional da instituição.

Enfim, eu acho que nós temos todo o interesse em elucidar porque muitas das matérias tomam a nuvem por Juno, olham uma coisa e enxergam outra e nós estamos aqui e temos obrigação de esclarecer.

O Senador Luiz Henrique – quero agradecer Senador as gentis palavras em relação a minha pessoa – fez uma pergunta muito relevante em relação à questão da mobilidade urbana. Realmente o Brasil precisa – e tem sido esse o objetivo da nossa Presidente – acelerar os investimentos em mobilidade urbana e em transporte de massa e o Senador fez uma questão muito importante que eu acho que merece a nossa reflexão. Agradeço a sua sugestão, acredito que nós devemos reestudar essa questão do financiamento a desapropriações quando se trata de melhorar a mobilidade urbana, dado que ela é uma prioridade indiscutível da sociedade brasileira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Pois não. Obrigado, Senador, por ter aguardado.

Quero também dizer, Senador, que o BNDES é um banco importante. Quando V. Ex^a perguntou sobre o BID e o Banco Mundial, esses organismos multilaterais, infelizmente, por falta de capitalização tornaram-se instituições relativamente pequenas. De maneira que hoje o BNDES desembolsa de três a quatro vezes mais que o Banco Mundial ou o BID.

Por isso que estamos comparando o BNDES não com esses bancos, mas comparando com outros grandes bancos de desenvolvimento, fundamentalmente com o KFW alemão, que é um grande banco, é um exemplo importante para nós. E V. S^a perguntou se há algum banco mais parecido com o BNDES. Dos grandes bancos eu diria que é o KFW alemão. Ele é um banco grande, ele é um banco que opera com várias linhas, ele apoia a exportação, ele apoia a indústria, ele apoia várias iniciativas em relação à sustentabilidade ambiental, ele apoia o lado social. Por exemplo, o Banco de Desenvolvimento da China é muito grande, mas é um banco especializado em crédito de longo prazo para infraestrutura, coisa que o BNDES também é. O BNDES é talvez deles o banco mais diversificado, ele é um banco lucrativo, mas nós olhamos o KFW alemão como um banco muito importante e muito pouco conhecido no Brasil.

É preciso que as pessoas lembrem que o sistema bancário alemão é um sistema bancário forte por onde há forte presença de bancos públicos. O KFW e

bancos regionais públicos. É um sistema misto público privado que eu considero um sistema superior a um sistema puro privado ou a um sistema puro público. Eu acho que um sistema misto público privado “a la Alemanha” é uma boa...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Prof. Luciano, o KFW é o banco que financiou a reconstrução da Alemanha?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – A reconstrução da Alemanha.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Por onde passara os ativos do Plano Marshall?

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Sim, exatamente.

O banco foi criado para a reconstrução alemã. Ele foi criado, em 1948, no governo Conrad Adenauer, para a reconstrução alemã. E foi o principal veículo da aplicação do Plano Marshall, na Alemanha.

Bom, sobre o papel dos Estados para infraestrutura, nobre Senador, o BNDES aumentou de maneira muito importante o apoio aos Estados da Federação para investimentos em infraestrutura, redes viárias, saneamento, mobilidade. E esse apoio é muito relevante, a escala dos financiamentos e dos desembolsos para os Estados brasileiros, que era algo inferior a R\$2 bilhões, R\$3 bilhões, hoje, está na escala em torno de R\$14 bilhões/ano – é um volume expressivo. E temos a confiança de que isso está sendo feito dentro de preceitos e de prudências em relação a lei de responsabilidade fiscal. Foi a pergunta feita pelo Senador Delcídio.

Primeiro, porque houve uma inequívoca melhoria das finanças pública ao longo dos 15 anos, 16 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os governos fizeram, na grande maioria, o dever de casa, os índices dos governos estão nos índices de comprometimento de receita, conforme os preceitos da lei, estão sob controle, e a Secretaria do Tesouro Nacional mantém um controle sobre esses limites de endividamento.

Senhores, tenho notícia de que o Ex^{mo} Sr. Secretário do Tesouro virá aqui e ele poderá esclarecer, mas nós temos as nossas próprias avaliações de capacidade de pagamento dos Estados e zelamos por isso e nos preocupamos em compatibilizar o perfil dos empréstimos do BNDES com a efetiva capacidade de pagamento dos Estados, de maneira a respeitar os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Creio que também, Senador, a pergunta sobre a exportação de serviços, V. Ex^a entendeu perfeitamente o seu sentido. É uma política de apoio ao desenvolvimento brasileiro, de apoio ao desenvolvimento industrial também. Se nós não tivéssemos apoiando a exportação de bens e serviços, a exportação de equipamentos,

de máquinas, de máquinas agrícolas, de máquinas de construção, de hidrogeradores, de aeronaves, de caminhões, de locomotivas, de uma grande quantidade de bens de capital de menor escala, de menor valor, mas que são fundamentais para vários países, não teria acontecido e, portanto, em detrimento da nossa indústria. O apoio à exportação é uma das ferramentas de política industrial em todos os países. E todos os bancos de desenvolvimento e agências de exportação no mundo inteiro apoiam a exportação de bens de capital. Não há...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria salientar, Professor, que, nessa política, o tradicional relacionamento do Brasil com os países vizinhos da América Latina e países em desenvolvimento da África, mas principalmente os da América Latina, não é uma posição opressora, não é uma posição dominadora, não é uma posição de se colocar como o líder, mas é uma posição solidária de promover o desenvolvimento dessas regiões.

O Porto de Mariel, eu não tenho dúvida, será o novo dado na logística da América Central.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Ele terá um efeito importante na economia cubana, porque ele significará, na prática, uma abertura da economia cubana, um grande *hub* portuário, que vai maximizar a capacidade de a economia cubana receber, importar e exportar. Além dos efeitos internos para ajudar a abertura da economia, ele tem um efeito de *hub* logístico para a região caribenha.

É um projeto interessante. Eu não quero entrar especificamente no mérito, mas, como V. Ex^a visitou e viu com seus próprios olhos, acho seu depoimento muito valioso. E agradeço aqui o depoimento a respeito disso.

Muito obrigado, Senador.

O Senador Suplicy fez várias perguntas importantes. Respondi uma parte delas. Existem estudos... Acho que já respondi essa primeira parte sobre os estudos. Eu queria também dizer que nós temos um forte interesse em aumentar as operações com micro, pequenas e médias empresas. O cartão BNDES tem sido uma ferramenta excepcional nesse sentido. Estamos chegando a quase 600 mil cartões emitidos, beneficiando centenas de milhares de empresas.

Para se ter uma ideia, a operação média é uma operação de R\$15 mil, operação de crédito, mais de um milhão de operações de pequena escala. O teto do cartão médio está em torno de R\$57 mil, o limite do cartão. É um cartão que ajuda a pequena empresa, com capital de giro mais barato do mercado, a comprar insumos produtivos. O cartão não serve para o empresário comprar um automóvel de passeio. Não,

ele pode comprar insumos para produção da pequena empresa, desde a farinha para a padaria até outros insumos produtivos.

Nós temos buscado qualificar o cartão, buscando agora qualificar fornecedores locais, fornecedores da própria região. Então, temos trabalhado. E esperamos continuar usando essa ferramenta e outras ferramentas.

Quero lhe dizer que nós temos apoiado, sim, as cooperativas. Temos um total, nos últimos quatro anos, de R\$2,3 bilhões de crédito a cooperativas. Entendemos que o cooperativismo é uma grande mola para o desenvolvimento agropecuário, bem como de outras atividades. Temos buscado apoiar o cooperativismo em assentamentos de reforma agrária, em pequenas regiões remotas. Temos buscado disseminar o modelo cooperativo, especialmente no Nordeste e em outras regiões menos desenvolvidas, porque o modelo cooperativista é um modelo vitorioso na Região Sul do País, é um modelo muito bem organizado. Temos, portanto, um grande carinho pelo cooperativismo e pela política de apoio ao cooperativismo.

V. Ex^a também mencionou a questão da autogestão. Temos um relacionamento muito estreito, trabalhamos em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Solidário do Ministério do Trabalho; inclusive o BNDES tem um Departamento de Economia Solidária (Desol), espelhado no trabalho em conjunto com essa política.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. LUCIANO GALVÃO COUTINHO – o Senador Delcídio fez várias perguntas e eu creio que sobre o grupo EBX eu já havia falado, Senador. V. Ex^a me perguntou onde as coisas não funcionaram. Eu creio que é público. A causa dos problemas principais foi o empreendimento em óleo e gás. Foi a OGX – e eu não estou dizendo nada que não seja arquiconhecido pelo mercado –, a forte frustração da perspectiva de produção da OGX, que não se realizou, que levou à depreciação do valor das empresas, do valor das ações e que trouxe a empresa à situação que está hoje.

Quero lembrar que nós, BNDES, especificamente, não apoiamos crediticiamente a OGX. A OGX, aliás, nem os bancos apoiaram. A OGX foi, em grande medida, financiada pela emissão de bônus e pela emissão de ações. Ela foi, de fato; o empreendedor converteu esses recursos em investimentos, e ela foi a fonte de frustração do projeto. Mas os outros empreendimentos do grupo, como V. Ex^a mencionou, têm valor intrínseco, têm mérito intrínseco, tanto é que muitos interessados, o mercado tem mostrado o interesse de vários investidores por esses ativos que têm permitido elevar o equacionamento da situação.

Sobre a questão de leilões de rodovias e ferrovias, Senador, acredito que o modelo ferroviário foi desenhado para que o Governo assumira o risco de demanda através da Valec, de maneira que o objetivo foi exatamente dar segurança ao setor privado para que a gente tenha leilões bem-sucedidos. Podemos discutir, talvez não nessa ocasião, se um aperfeiçoamento desse sistema merece a atenção nossa de forma a viabilizar. O interesse do Governo é viabilizar.

Com relação aos leilões de rodovias, nós temos confiança de que as condições permitirão uma participação importante nos leilões. E o Governo tem – não é a nossa responsabilidade direta – estado sensível, nos canais competentes, na Empresa Brasileira de Logística, o Ministério dos Transportes, o Ministério da Fazenda, tem estado aberto a compreender, a dialogar com o setor privado para melhorar as condições de tornar os leilões atraentes. Eu tenho confiança de que isso acontecerá de forma satisfatória.

Em relação à questão da logística dos Estados, eu creio que já respondi. Em relação à Petrobras, Senador, eu acredito o seguinte: o Congresso Nacional aprovou uma lei tendo em conta a natureza estratégica do pré-sal. Eu creio que esse é um tema que mereceria uma reflexão mais aprofundada tendo em conta a capacidade. Eu acredito que a Petrobras ultrapassará esses desafios de curto prazo e, já no ano que vem, começará a mostrar uma crescente curva de produção. Mas não sou eu aqui a pessoa adequada a falar, mas, sim, a Dr^a Graça que, eu tenho certeza, em outras ocasiões já esteve aqui no Congresso Nacional e poderá responder a essa questão de forma mais competente.

O Senador Armando Monteiro fez perguntas muito importantes sobre a política industrial. Nós tivemos uma política industrial recém-lançada, a PDP. O primeiro governo do Presidente Lula lançou a Política Industrial do Comércio Exterior, depois a PDP. Logo depois da PDP, veio a grande crise internacional e nós tivemos que ajustar a política a uma política contracíclica. Formulamos vários programas importantes, dentre eles, talvez, o PSI, um programa muito importante.

Eu acredito que tanto a política PDP quanto, mais recentemente, o Plano Brasil Maior, que foi um pouco a continuação e um aperfeiçoamento, uma mudança para melhor da PDP, que elas foram políticas bem-sucedidas no sentido de ter evitado que os efeitos negativos da crise internacional se transmitissem para a indústria brasileira de uma maneira muito mais grave.

Buscamos interromper certos ciclos agressivos de desindustrialização, de importação agressiva, por exemplo, na cadeia automotiva. Buscamos apoiar a cadeia produtora de máquinas e equipamentos. Fizemos vários esforços. Acredito que está na hora de, com a

mudança do quadro internacional, ajustar as prioridades da política industrial.

Eu estou convencido de que as novas perspectivas do Brasil, olhando a redução de custos logísticos com o programa de concessões, olhando a redução da taxa de juros, olhando as reduções de custo de energia, nós temos um grande desafio de aumentar muito a produtividade do trabalho, porque não vamos reduzir salários. A política inteligente é aumentar fortemente a produtividade. Nós temos de pensar que uma perspectiva de logística mais eficiente para o País, junto com uma taxa de câmbio muito mais estimulante a médio prazo, deva retomar, na política industrial, uma ênfase à capacidade exportadora brasileira.

Apesar do cenário internacional difícil, acho que é o momento de repensar a nossa política, ajustar a nossa política de acordo com a configuração de desafios que se nos colocam.

Quero dizer que a questão de conteúdo local *versus* cadeias globais é uma questão complexa e que deve ser olhada setorialmente. Gostaria de conversar consigo. Obviamente pensar em uma política de cadeia global de suprimento para um modelo Embraer, que é um modelo muito específico, pois existem cinco ou seis cadeias globais de produção de aeronaves no mundo. Esse modelo não pode ser transportado automaticamente para outros modelos setoriais. Cadeias automotivas têm outra configuração. Se eu olhar as cadeias produtoras de insumos básicos, a configuração será distinta. Se eu olhar a cadeia química, petroquímica, outro modelo...

Então, nós temos de olhar isso de maneira diferenciada. É uma pergunta complexa e quem está vendendo simplismo a respeito disso está, talvez, demonstrando falta de conhecimento a respeito de indústria, a respeito de configuração industrial. Mas eu acho que é um importante debate a ser feito.

Eu concordo consigo sobre a necessidade de aumentar os incentivos no Brasil, o aumento da poupança doméstica. Sou fervorosamente partidário, há muitos anos, de que o Brasil precisa aumentar a poupança doméstica – não por alguma coisa –, porque sempre que a gente fica muito exposto por um déficit em conta corrente mais alto e a depender da poupança externa, ocorre o que vemos agora com as economias: sempre em que há uma mudança no fluxo de capitais, a pressão sobre taxa de câmbio aparece. Então, é importante ter mais poupança doméstica. Essa é uma agenda complexa que eu não conseguiria resolver aqui, mas V. Ex^a tem toda razão.

Por fim, Senador Agripino, agradeço também suas palavras gentis. Quero dizer o seguinte: o BNDES é um banco estrutural, é um banco de desenvolvimento.

Ele não é um banco conjuntural. Vejo uma diferença qualitativa, o Presidente do Banco Central realmente está operando variáveis conjunturais críticas: inflação, taxas, etc. O BNDES está trabalhando com movimentos estruturais, de forma que eu não me nego – sempre compareci e não sei quantas vezes vim aqui – e sempre estarei presente quando convocado, mas acredito que a periodicidade trimestral é desnecessária. Eu acho que a periodicidade deve ser bem menor e, quando necessário, Presidente, eu nunca recusarei nenhum convite da CAE de estar aqui. Acho que é obrigação, como homem público, dar todos os esclarecimentos. Acredito que a instituição nunca se furtará a dar esclarecimentos.

Não quero, porém, entrar nessa discussão, que é interna do Congresso brasileiro; mas, como V. Ex^a pediu minha opinião, eu a transmi.

Muito obrigado pela pergunta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Então, deixe-me dar, então, uma opinião muito franca ao Dr. Luciano Coutinho.

Se V. S^a não fosse o Presidente do BNDES, pode estar certo de que os financiamentos a Eike Batista, a Friboi, teriam repercussão extremamente ruidosa aqui. V. S^a é avalista, pelo seu currículo, pela sua história e pelo seu conceito, mas V. S^a é Presidente circunstancialmente. A instituição vai continuar.

A intenção do meu projeto não é trazer Luciano Coutinho, é trazer o BNDES, de acordo com as circunstâncias econômicas e com os fatos que aconteçam e sejam notícias.

Então, o objetivo da presença do BNDES, sejam quais forem as circunstâncias, é fazer com que o Congresso esteja sempre informado daquilo que pode ser esclarecido pelo bom debate, construtivo, respeitoso, que cabe perfeitamente na relação entre o BNDES e o Congresso Nacional. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Eu sou defensor da tese de que a gente estabeleça a vinda uma vez por ano, para apresentação no começo do ano, não impedindo a possibilidade de outros convites ao Presidente do BNDES vir aqui. Eu sei que foi aprovado na CCJ um acordo de duas vezes por ano, mas vai agora ao Plenário e teremos oportunidade de discutir o assunto.

Agora, o último inscrito, Senador Sérgio Souza, por 30 segundos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente Luciano Coutinho, esse é um debate que travamos de fato na CCJ, uma emenda ao projeto do Senador Agripino, parcialmente acatada pelo

Senador Relator do projeto. Caminhamos, agora, para um segundo momento, que será na Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Mas eu gostaria, Prof. Luciano Coutinho, de dizer que o Brasil passa por um momento importantíssimo. Talvez mais do que aquele pós-guerra mundial ou pós-ditadura, que é o momento de redução de custo interno, de custo Brasil, de otimização deste País, onde os grandes desafios são reivindicados pelos milhões de brasileiros que vão às ruas. São desafios da mobilidade urbana; do preço das mercadorias brasileiras em comparação àquelas que aqui entram produzidas pelo mercado estrangeiro.

Nós precisamos otimizar a nossa indústria com inovação e precisamos realmente transformar este Brasil num País competitivo. E nós vamos fazer isso. Precisamos, por exemplo, da infraestrutura ferroviária necessária, que não temos há décadas.

Então, gostaria de parabenizar V. S^a, que tem conduzido com maestria os grandes investimentos no Brasil para tornar este País mais eficiente, a fim de que derradeiramente reduza o custo Brasil, que deve ser a nossa meta a ser perseguida no dia a dia neste País.

Muito obrigado.

Parabéns, meu caro Presidente Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, agradeço muito. Agradeço aqui a presteza sempre do Presidente Luciano Coutinho. Não é do meu feitio ficar fazendo elogios, mas, de fato, Presidente, como bem falou o Senador Luiz Henrique, nós somos admiradores do trabalho e da história de V. S^a, porque concilia essa grande capacidade intelectual com a capacidade executiva à frente de um banco como esse.

De forma que a Comissão de Assuntos Econômicos hoje teve uma importante audiência pública com o Presidente do BNDES.

Eu lembro que, na próxima terça-feira, teremos uma reunião com o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Arno Augustin, que está marcada às 11h30. Verei se consigo antecipar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos, do dia dez de julho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Justifica ausência o Senador Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2007 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2008 – Não Terminativo – Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador José Agripino. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS, e com a Subemenda nº1-CAS à Emenda nº 2-CCJ-CAS; e Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, de 2011 – Não Terminativo – Disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva aos Senadores Paulo Davim e Jayme Campos, nos termos regimentais. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012 – Não Terminativo – Al-

tera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador José Pimentel. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva às Senadoras Ana Amélia, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senadora Angela Portela. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Angela Portela, em substituição ao Senador Cristovam Buarque. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva à Senadora Ana Rita e ao Senador Paulo Davim, nos termos regimentais. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010 – Terminativo – Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas. Autoria: Deputado Silvinho Peccioli. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Resultado: Adiado. ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2005 – Terminativo – Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”) Autoria: Senador Paulo Paim. TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007 – Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Adiado. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2007 – Terminativo – Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Resultado: Adiado. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2007 – Terminativo – Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Na-

cional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCO-OP). Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, suspensa a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2010 – Terminativo – Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, suspensa a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, suspensa a discussão, fica adiada a votação da matéria. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2013. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a situação das perícias médicas do INSS. Para sugiro sejam convidados: – Sr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales – Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); -Representante do Conselho Nacional da Previdência Social; – Sr. Jarbas Simas – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; – Sr. Geraldo Ferreira Filho – Presidente da Federação Nacional dos Médicos; – Sr. Paulo de Argollo Mendes – Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; – Representante do Ministério Público Federal; – Representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores. Resultado: Aprovado. Às dez horas e sete minutos assume a Presidência a Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, para que o Senador Waldemir Moka relate o ITEM 8, reassumindo a Presidência às dez horas e dezenove minutos. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Paulo Davim, Jayme Campos, José Pimentel, e as Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro projetos não terminativos e seis projetos terminativos.

Em função da presença do Senador José Pimentel, que tem compromissos outros, como a maioria aqui... O Senador José Pimentel é o relator do item 3 da nossa pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu solicito inversão de pauta para o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu ia exatamente, de ofício, pedir a permissão do Plenário, para que a gente pudesse iniciar a nossa pauta pelo item 3.

Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tenho nenhuma objeção e queria também aproveitar, pela ordem, Presidente, na sequência da solicitação do Senador Pimentel, para a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria para audiência pública de perícias...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Já tenho o requerimento aqui, Senadora.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 139, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal, para

proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.**Autoria:** Senador Paulo Davim**Relatoria:** Senador José Pimentel**Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2011.**Observações:** – *Em 14/05/2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública para instrução da matéria.*– *A votação será simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, de autoria do nobre Senador Paulo Davim, profundo conhecedor desse tema, até porque, como médico, é um estudioso desse assunto, ao lado do nosso Presidente Moka, para incluir, entre os locais em que é vedada a comercialização de produtos de tabaco, os seguintes: posto de gasolina, local de venda ou consumo de alimento, supermercado, loja de conveniência e banca de jornal.

O art. 2º do projeto determina que a lei resultante entre em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Segundo o autor da proposição, restringir os locais em que é possível comercializar produtos derivados do tabaco é medida que resultará em maior dificuldade de consumo desses produtos, além de se constituir em uma estratégia efetiva para reduzir a promoção do tabaco e contribuir para o controle do tabagismo no País.

O projeto foi distribuído para ser analisado pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em caráter terminativo, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2013 – CAS, de iniciativa do Senador Paulo Davim, foi realizada, em 14 de maio de 2013, audiência pública para instruir a matéria, na qual foram ouvidos os seguintes convidados: Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida – Advogado da Aliança de Controle do Tabagismo; Luiz Carlos Corrêa da Silva – Coordenador da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Carlos Fernando Costa Galant – Secretário-Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo; e Clayton Faria Machado – Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 139, de 2012.

Análise.

À Comissão de Assuntos Sociais compete, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre matéria legislativa que verse sobre promoção e defesa da saúde.

Esse é o cerne da proposição que ora se examina, uma vez que já está bem estabelecida a associação entre o uso de tabaco, direto ou indireto, e uma enorme gama de problemas de saúde, as chamadas doenças tabaco-dependentes, entre as quais merecem destaque as doenças cardiovasculares e pulmonares.

O PLS trata de restringir os locais em que é permitido comercializar produtos de tabaco, como postos de gasolina, locais de venda ou consumo de alimento, supermercados, lojas de conveniência e bancas de jornal. A restrição proposta, com certeza, produzirá impacto em termos de redução do consumo desses produtos, seja pelo aumento da dificuldade de acesso a eles seja pela redução da propaganda do tabaco, a qual, por determinação legal, atualmente está restrita aos pontos de venda.

Esse é ainda um ponto frágil da política de controle do uso do tabaco no País, pois a proibição da publicidade de produtos de tabaco nos meios de comunicação transferiu a atividade para os pontos de venda, locais em que há grande circulação de crianças e adolescentes, como padarias, lojas de conveniência e supermercados.

Esse aspecto foi bastante ressaltado pelo Sr. Guilherme de Almeida, advogado da Aliança de Controle do Tabagismo, durante a audiência pública realizada no âmbito desta Comissão, quando ele relatou resultados de pesquisas sobre esse tema que evidenciaram fortemente a estratégia adotada pelos estabelecimentos comerciais de dispor os produtos derivados de tabaco próximos a outros produtos de interesse do público infantil. Essa é uma estratégia de *marketing* e propaganda largamente utilizada nos pontos de venda, quando se faz a associação dos produtos derivados de tabaco com outros elementos que têm apelo infantil, como produtos de *bonbonnière* (balas, chocolates e doces), além do uso de cores chamativas. Outro aspecto de relevo mencionado é o dado de que, no Brasil, 85% de todas as vendas são decididas no ponto de venda.

A exposição do público infantojuvenil aos produtos derivados de tabaco nos pontos de venda aumenta a vulnerabilidade desse grupo, uma vez que está bem demonstrada a influência da propaganda e das estratégias de comunicação visual sobre comportamentos e crenças desse público, o que é corroborado pelo fato de que a maioria dos fumantes começa a fumar antes dos dezoito anos de idade.

Creemos que o projeto em tela aperfeiçoa a legislação vigente em relação ao controle do uso do tabaco e, conseqüentemente, poderá contribuir para a melhoria do nível de saúde de nossa população.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012.

São esses Sr. Presidente, o nosso parecer e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Moka, eu quero parabenizar e agradecer ao ilustre Senador José Pimentel pelo brilhante relatório que fez sobre a matéria.

Eu tive muito cuidado na elaboração dessa matéria. Ouvi muitas pessoas, realizei audiência pública, recebi no gabinete grupos de representantes de vários segmentos que lidam com a comercialização do fumo, do cigarro e derivados, mas o fato é que estou embasado em dados absolutamente irrefutáveis do ponto de vista científico.

Nós sabemos que, com a regulamentação da propaganda do cigarro na grande mídia, a indústria do fumo tem trabalhado fortemente a propaganda no local de comercialização, com propagandas até atrativas. É nós sabemos que 85% das decisões de comprar o cigarro ocorrem no ponto de venda. No Brasil, 85% dos compradores decidem nos pontos de venda.

Nós sabemos também que existe um argumento muito forte da Abifumo, Sr. Presidente, de que esse produto é um produto que paga imposto, de que é muito tributado, de que haverá perda de receitas. Trouxeram-me até uma planilha mostrando a perda de receita dos Estados, informaram-me de que o meu Estado vai perder tantos por cento de contribuição do ICMS, de receita e tal.

Mas o que é fato é que temos uma pesquisa da Fiocruz mostrando que, no Brasil, o Governo gasta R\$21 bilhões com a internação de pacientes que tiveram problemas de saúde oriundos do uso do cigarro – R\$21 bilhões! –, entretanto arrecada um pouco mais de R\$6 bilhões, ou seja, essa balança está desequilibrada, porque, embora o Governo capte pouco mais de R\$6 bilhões com a tributação do fumo, gasta três vezes mais. Então, há um equívoco nessa argumentação.

O mundo inteiro e a Organização Mundial da Saúde apontam como um dos principais fatores de diminuição de novos adeptos ao hábito exatamente a restrição de venda do produto. Existem experiências exitosas no mundo inteiro. E sabemos, Sr. Presiden-

te, que o cigarro não faz mal apenas ao organismo de quem faz uso dessas substâncias; sabemos que 90% dos cânceres de pulmão são decorrentes do ato de fumar, que mais de 30% das doenças coronarianas são de responsabilidade direta do uso do cigarro; sabemos que o fumante tem muito mais probabilidade de ter câncer de boca, câncer de esôfago, câncer de bexiga, câncer de estômago. Todos os cânceres têm incidência maior no fumante.

Além dessa medida, desse projeto proteger diretamente a saúde do brasileiro, vai proteger também as parcas finanças da saúde no Brasil. Então, por todas essas razões é que apresentamos esse projeto.

Não acredito que haja dificuldade para que essas empresas da indústria do tabaco façam adequação. Todas as vezes que medidas restringem o uso do cigarro, há sempre a alegação do aspecto social, do prejuízo para as famílias, etc, etc. Esse é um argumento que ouvimos, mas que não é definitivo. Vejam só: em 1960, Sr. Presidente, o uso do cigarro no Brasil passava dos 20%, e as medidas que regulamentaram a propaganda, as leis que proíbem o uso do cigarro em repartições públicas, enfim, com uma nova consciência que se estabeleceu no Brasil, essa estatística caiu muito, caiu para em torno de 16%, em média, no Brasil, e nem por isso a gente viu aumentar o número de famílias pobres e carentes no Brasil. Pelo contrário, nos últimos dez anos, foram incluídas 30 milhões de pessoas na classe C; a miséria no Brasil tem diminuído. Não foi o fato de haver essa restrição e a queda do uso do cigarro no Brasil que levaram ao aumento da pobreza no País.

Então, esse argumento é absolutamente contornável com medidas governamentais de apoio às famílias que dependem do cultivo do fumo.

Enfim, acho que o benefício é bem maior do ponto da saúde pública, até porque, Sr. Presidente, para concluir, no Brasil, o trânsito mata em torno de 42 mil pessoas por ano; o homicídio mata em torno de 50 mil pessoas por ano; mas o tabaco mata 130 mil pessoas por ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Relator, Senador Pimentel, pela qualidade do relatório, e especialmente, pela intensa luta que faz, o nosso colega Paulo Davim em relação à prevenção à saúde.

É uma matéria importante e polêmica essa também. Primeiro, devo dizer que não sou fumante. Estou

ao lado de uma ex-fumante e, se perguntássemos a um Senador que é fumante se ele é impactado pela propaganda, eu tenho certeza de que ele diria não. Ele fuma porque quer fumar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu tenho certeza de que, se perguntarmos para o Senador Jayme Campos se ele é influenciado pela propaganda do cigarro, eu tenho certeza de que ele dirá que não é influenciado pela propaganda e que fuma porque ele quer fumar. Essa é uma questão da vontade das pessoas.

Penso também que a gente valoriza demasiadamente a força da propaganda. Sou da área da comunicação e, se isso fosse verdade inteira... Ela pode ser meia verdade, mas inteira não é, porque a propaganda não existe para *crack*, e o *crack* se alastra de maneira assustadora em nosso País, sem que haja nenhuma propaganda em nenhum lugar. Há apenas notícias trágicas de que *crack* mata rapidamente e de que vicia rapidamente, na primeira pedra de *crack*. Então, se a propaganda realmente fosse fator determinante para você realmente ser um consumidor – eu não sou fumante –, penso que o *crack* não teria consumo no Brasil, porque não há propaganda. É proibido, é uma droga que mata com muita rapidez; e o vício está em todas as classes sociais e não só nas mais pobres.

Então, eu queria, não em nome de produtores de cigarro, mas das entidades que me procuraram e cujos nomes direi, pedir vista, o que é regimental, embora o Senador Paulo Davim tenha se preocupado e tenho promovido audiência pública: Associação Brasileira da Indústria da Panificação; Associação Brasileira de Supermercados; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo; Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação; Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes; Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília; Sindicato dos Distribuidores e Vendedores Jornais e Revistas – Distrito Federal.

Então, em nome dessas entidades que me abordaram, peço vista desse projeto, o que penso ser regimental. Assim a democracia dará pelo menos uma semana ou um pouco mais para fazer a discussão do projeto tão bem relatado pelo Senador José Pimentel.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nos termos do art. 132, concedo vista coletiva ao projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Acho que já houve pedido de vista coletiva para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Houve aqui o pedido para realização de uma audiência pública, o que fizemos. Ouvimos aqui, inclusive, parte dessas entidades que a Senadora Ana Amélia disse que a procuraram. Mas acho que o pedido de vista é regimental, coletivo, regimental e democrático.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Lembro também, Senador Moka, que esta matéria não é terminativa nesta Casa. Ela terá outra ...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não é terminativa. Ela vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde penso que esse debate sobre a questão financeira, tributária, da arrecadação será feito no mérito.

Item extrapauta. Requerimento da Senadora Ana Amélia:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a situação das perícias médicas do INSS. Sugiro sejam convidados: – Sr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales – Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Representante do Conselho Nacional da Previdência Social; Sr. Jarbas Simas – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; Sr. Geraldo Ferreira Filho – Presidente da Federação Nacional dos Médicos; Sr. Paulo de Argollo Mendes – Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Representante do Ministério Público Federal; Representante das Centrais dos Trabalhadores.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Concedo a palavra à Senadora, para que ela possa encaminhar o pedido deste requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero dizer que essa é uma demanda da área médica, especialmente do sindicato médico do meu Estado, preocupado com a situação e com o trabalho exercido pelos peritos do INSS. O requerimento é para que se faça nesta Comissão de Assuntos Sociais, que é o foro adequado, um exame, uma análise sobre o que está acontecendo nessa atividade, nesse setor.

Tenho certeza de que o Senador Paulo Davim dará apoio também a esse requerimento, para examinarmos a situação das perícias médicas realizadas no âmbito do INSS.

É uma questão polêmica, têm acontecido algumas questões.

O Senador José Pimentel, que foi ministro da Previdência, conhece esse problema bastante e, penso, poderá dar uma valiosa contribuição a esse debate.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero começar registrando que também sou favorável à audiência pública. Vou votar com a nossa Senadora Ana Amélia.

Quero registrar que a Previdência Social, até os anos 90, tinha perícia médica. Achamos por bem, nos anos 90, desativar a perícia médica e passamos ter só as coordenações de perícia. Ficamos com aproximadamente trezentos e poucos médicos na perícia da Previdência Social do Brasil; o restante eram prestadores de serviço.

Naquela época, chegamos a ter licenças de cinco, seis anos. Havia pessoas em licença médica no Brasil que iam para o exterior com o salário garantido. Quando o Brasil retomou, em 2004, a recomposição da perícia médica, boa parte dessas pessoas dizia que estava há cinco, seis, dez anos de licença-saúde e que nunca mais havia passado pela perícia médica, embora exercendo outras atividades. Com a decisão, em 2004, de recompor a perícia médica, estamos hoje com aproximadamente 7.100 peritos; saímos de 390 para 7 mil e poucos.

Na fase primeira, por volta de 2005/2006, a grande crítica dos peritos médicos – e era procedente – era a de que as agências antigas não eram adequadas para o trabalho. E é verdade. Não havia consultórios específicos, não havia saídas especiais para o caso de uma agressão por parte de um paciente ou de um contribuinte da Previdência Social que, por distúrbio ou por algum processo, terminava agredindo ou desatando o perito médico.

Em 2008, nós tomamos uma decisão: toda agência nova teria, obrigatoriamente, o consultório médico e também o consultório do assistente social. Todos eles têm saída lateral; é uma planta padrão. Estamos construindo 720 agências no Brasil com esse sistema e, ao mesmo tempo, tomamos outra decisão: reformar todas as agências existentes para poder assegurar esse processo. Nos de 2005 a 2008, a perícia médica

foi concentrada em determinados prédios da Previdência Social, numa determinada localidade, que tratava exclusivamente dos pacientes, ou seja, daqueles que precisavam da perícia. Esse processo, por conta da mobilidade urbana, da dificuldade de deslocamento, particularmente nos grandes centros, passou a ser um processo muito criticado por parte dos contribuintes da Previdência Social, porque, além de estarem precisando da perícia médica, de estarem doentes e estarem lesionados, o seu deslocamento para essa unidade era muito complicado para o contribuinte. Nós passamos a descentralizar os médicos, ou seja, distribuí-los por essa rede.

Nós inauguramos, Sr. Presidente, agora, no final de junho, no dia 29, a Agência nº 1.501, em Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará, onde o nosso Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, e o Presidente do INSS estiveram presentes.

Nesse período, depois que tomamos essa decisão, a organização da perícia médica da Previdência Social passou a questionar a possibilidade de que algum contribuinte, algum paciente pudesse entrar armado para a perícia. A partir daí, nós tomamos uma decisão: toda agência da Previdência Social tem uma porta giratória detectora de metais, e com isso nós conseguimos inibir.

E veio um pedido da Associação dos Peritos Médicos para que nós o autorizássemos a trabalhar armados. Eu fui radicalmente contra. Eu sou daqueles que entendo que não é razoável um médico atendendo o contribuinte e com uma arma dentro da gaveta ou em cima da mesa como forma de proteção. Eu acho que isso não ajuda. Fui radicalmente contra, e houve um protesto forte por parte da associação.

Portanto, Sr. Presidente, há vários temas sobre os quais nós precisamos, sim, dialogar, para dar mais tranquilidade aos peritos médicos e, ao mesmo tempo, ter melhor serviços.

Quero, para finalizar, Sr. Presidente, registrar que os benefícios da Previdência Social são concedidos em até meia hora, exceto a perícia médica. Temos problemas. Por isso parabéns pelo requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer. Eu acho o Senador José Pimentel, por conhecer profundamente essa área, já nos deu sinal da relevância dessa audiência pública pelos vários aspectos abordados por ele.

Há divergências conceituais de ação da perícia médica do INSS que envolvem o interesse de milha-

res de brasileiros que são contribuintes da previdência pública. Isso também aumenta a relevância.

Então, eu queria agradecer muito esses esclarecimentos e essas informações do Senador Pimentel para reforçar a oportunidade desta audiência pública, caro Presidente Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o assunto perícia médica é de fato constante nessa comissão. Já houve audiência pública nesse sentido no ano passado, na Presidência do Senador Jayme Campos. Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, porque esse tema, de fato, continua encravado; por isso a oportunidade da audiência pública.

Eu apenas sugiro – não sei se é possível Senadora Ana Amélia – que nós colocássemos somente um representante dos trabalhadores para que ele desse sua opinião também. Somente um representante, que eu acertaria com as centrais para que haja um na Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quando a gente fez a lista, nós colocamos um representante do Conselho Nacional da Previdência, que já tem incluído um representante dos trabalhadores. E como entram Associação Nacional dos Médicos Peritos, que é a classe laboral, eles também já estão representados.

V. Exª queira um não médico, um trabalhador não médico da perícia?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu traria um representante. Eu combino com as centrais para que elas indicassem um representante das centrais sindicais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acolho a sugestão de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O.k. Eu combino com eles. Tenho um encontro com eles hoje à tarde e pedirei que indiquem um representante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É preciso apenas acrescentar ao requerimento um representante dos trabalhadores da...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Das centrais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... perícia médica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou votar o requerimento...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me manifestar para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho. Quero apenas esclarecer.

Vou votar o requerimento com o pedido do Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... Paim, já incluindo um representante também de trabalhadores.

Como há aqui quatro nomes... É isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós vamos ter uma dificuldade aqui, porque o nosso número aqui é em torno de seis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós temos o Presidente do INSS; o representante do Conselho Nacional da Previdência Social, que está abrigado também e é trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dois.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Associação Nacional dos Médicos e Peritos da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Três.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Presidente da Federação Nacional dos Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quatro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Dr. Paulo de Argollo Mendes, do Sindicato do Rio Grande do Sul; e o representante do Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – São seis. E nós temos aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma norma.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... uma norma de que não haveria mais do que seis representantes na audiência. Fica a sugestão do Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só se fizermos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... se alguém...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não. Eu não vou querer retirar o nome de ninguém, naturalmente. Há uma norma. Só se fizermos o seguinte, Sr. Presidente: eu encaminho o requerimento, e faremos, em seguida, outra audiência pública, porque o tema de fato é polêmico, com seis representantes das centrais sindicais. Pronto! Faremos outra audiência pública para complementar essa, se a Senadora Ana Amélia concordar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu prefiro que V. Exª chame essa pessoa, para que, com a aquiescência do Plenário, depois de ouvir os representantes ou durante a audi-

ência, nós também possamos ouvi-lo, mas na mesma audiência pública, até para estabelecer, se for o caso, o contraditório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a aquiescência do Plenário, se assim determinar.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A minha manifestação, Sr. Presidente, é muito rápida.

Após ouvir as palavras do Senador José Pimentel, eu queira dizer o seguinte: houve muito avanço. Quero testemunhar o avanço que houve em relação à perícia médica do INSS.

Eu, particularmente, conheço todo o Mato Grosso, um Estado de dimensão continental. Para grande surpresa e satisfação minha, eu estive, há poucos dias, na região noroeste do Estado, onde eu tenho uma propriedade, e lá vi uma agência do INSS funcionando a contento. Além do mais, a perícia está moralizada. Antigamente, com todo o respeito, havia muita manipulação, muita jogada. Hoje, Senador Moka, a perícia está moralizada, tanto lá como em outras partes do Estado por onde tenho andado. Inclusive há as construções que o senhor citou aqui de mil e tantas agências, se não me falha a memória...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – São 720.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – São 720 agências. E Mato Grosso já inaugurou, pelo menos, 15 ou 20 agências, que, por sinal, são modernas, bem confortáveis. E eu tenho participado de algumas inaugurações.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Padronizadas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Padronizadas. Eu tenho andado por lá.

Eu não posso deixar de reconhecer aqui o avanço que realmente ocorreu. Não vamos aqui, em hipótese alguma, confundir a parte política com a partidária. Neste caso, está de parabéns o INSS. Está avançando e melhorando, acima de tudo, a qualidade da perícia que está sendo feita – não é a quantidade, mas, sim, a qualidade. Hoje está fazendo o trabalho com seriedade. Se você tem direito, é atendido; se você não tem direito, não vai obter licença nem atestado coisíssima alguma.

Quero me manifestar e cumprimentar o Instituto Nacional do Seguro Social do Brasil pelo avanço significativo, sobretudo porque Mato Grosso, um Estado distante, muitas vezes, não é beneficiado com grandes obras de infraestrutura, com investimentos públicos federais, mas, nesse caso, Mato Grosso avançou muito.

Parabéns ao INSS e à Previdência Social!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou votar já, com a aquiescência.

V. Ex^a fica com a responsabilidade de indicar um representante.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero pedir atenção, porque vou fazer uma convocação para realizarmos reunião extraordinária desta Comissão amanhã, 11 de julho, às 9 horas, destinada à sabatina de autoridades da Anvisa e da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, amanhã, às 9 horas, farei isso para que possamos aproveitar hoje a reunião ordinária e apreciar a pauta e, amanhã, sabatar diretores da Anvisa e também da ANS.

Estou aguardando, evidentemente, o quórum regulamentar para os projetos terminativos. Eu pediria ao Senador Paulo Paim que relatasse, como Relator *ad hoc*, o item 1 da pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de aluguel residencial.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 317, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com a Emenda 1-CCJ; pela aprovação da Emenda 2-CCJ na forma da Subemenda que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, que tramita em conjunto.

Observações:

– Em 18.04.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com as Emendas 1 e 2-CCJ; e pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008.

– Em 03.07.2013, a Presidência concede Vista ao Senador João Alberto Souza nos termos regimentais.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Senador Paulo Paim, o Senador Agripino já fez a leitura desse projeto. Houve até um debate aqui, e foi pedida vista, se não me falha a memória, pelo Senador João Alberto.

Por isso, o projeto está novamente na pauta, mas ele foi debatido aqui. Eu pediria ao Senador Paulo Paim que fizesse uma atualização...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Farei em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... para os Srs. Senadores que, tenho certeza, conhecem o tema, e, assim, pudéssemos colocar em votação a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu e a Senadora Ana Amélia precisamos abrir ali um seminário sobre educação em nível superior. Ela fará a abertura, porque é a Vice-Presidente, e eu vou presidir uma Mesa. Então, vou ser bem objetivo no relatório, já que, só com a leitura da ementa, V. Ex^a já explicou.

Enfim, o projeto é uma bela iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e também do Senador Expedito – prevalece, naturalmente, o mais antigo –, que vai permitir a dedução de despesas com aluguel de imóvel residencial na questão do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Por isso, o nobre Relator, Senador José Agripino, a quem eu rendo as minhas homenagens pelo belo relatório, termina dizendo: “Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 317, de 2008, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 316, de 2007.” E ele explica o porquê.

A intenção dos dois projetos é belíssima, tanto o da Senadora Lúcia Vânia quanto o do Senador Expedito, mas ele diz que prevalece o mais antigo. E está correto mesmo; no meu entendimento está correto, a não ser que o mais atual seja muito mais abrangente,

como já votamos em situações parecidas com esse caso. Mas eu acho que está correta a sua dedução.

Por isso, ele é favorável à aprovação do projeto mais antigo, mediante a seguinte subemenda:

**SUBEMENDA Nº 1 – CAS À EMENDA
Nº 2 – CCJ**

No art. 8º da Lei nº 9.250, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ, substitua-se a referência à alínea “h” por alínea “j” e a expressão “ano-base” por “ano-calendário”.

Então, o projeto merece todo o nosso apoio. Quem não quer que as pessoas que dependem de aluguel possam deduzir do Imposto de Renda, desde que seja um aluguel residencial, objetivo do projeto?!

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Agripino, que foi aqui relatado pelo Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2007, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Sociais; com a Subemenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 2 da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2008, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão que será terminativa.

Item 2 da pauta.

Eu peço à Senadora Vanessa Grazziotin que relate o projeto, cujo Relator, na verdade, é o Senador Eduardo Suplicy.

É o item nº 2 da pauta:

**ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 699, DE 2011**

– Não Terminativo –

Disciplina a utilização de coletes à prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin, relatora *ad hoc*.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011.

Observações: – *A votação será simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir a leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu o faço com muito prazer e agradeço V. Exª.

Passo agora a relatar um projeto cujo relatório foi feito, com muita competência, pelo Senador Eduardo Suplicy.

A proposição do Senador Vital do Rêgo de nº 699, de 2011, estabelece que o comandante da corporação policial poderá autorizar o acompanhamento de operações que envolvam a utilização de armas de fogo por profissionais da imprensa. Em tais casos, os jornalistas deverão receber coletes à prova de balas da polícia e observar a distância mínima definida pelo oficial responsável pela operação.

Entende o Relator que não é razoável que o Estado assuma, por intermédio da Polícia, a responsabilidade e o ônus por possíveis danos causados aos jornalistas que cobrem as ações policiais, com o que eu concordo plenamente, Sr. Presidente.

E, com essa constatação, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista da matéria, para discutir com o autor mais detalhadamente a sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu indago aos Srs. Senadores se algum outro Senador gostaria de fazer pedido de vista. *(Pausa.)*

O Senador Jayme Campos.

Portanto, vista coletiva.

Nos termos do art. 132, eu concedo pedido de vista ao Senador Paulo Davim e Jayme Campos. Portanto, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Item 4 da pauta.

Peço à Senadora Angela Portela que relate o item 4 da pauta.

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria ad hoc: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

– *A votação será simbólica.*

Eu concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos fazer a leitura do relatório do Senador Cristovam Buarque.

A alteração pretendida no projeto determina que a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação seja mandatória para todos os estagiários. No caso dos estágios não obrigatórios, a proposição mantém a obrigatoriedade já prevista de que, além da bolsa ou contraprestação, seja concedido auxílio-transporte.

Na justificativa, o autor argumenta que a citada lei, conhecida como Lei do Estágio, faz uma série de distinções entre os estágios obrigatórios e os não obrigatórios. A mais importante delas seria, justamente, o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação, que hoje só é compulsória no caso dos estágios não obrigatórios. A seu ver, essa diferenciação configura-se discriminatória, ensejando a exploração da mão de obra de estudantes cujos cursos a obrigatoriedade de realização de estágio.

Na análise, conforme dispõe o art. 2º, §1º, da Lei nº 11.788, de 2008, o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Na prática, uma série de cursos técnicos ou superiores exigem a realização de estágio, de modo a contemplar a aprendizagem contextualizada e a realização de atividades típicas da prática profissional na formação dos alunos.

Não temos dúvidas sobre as vantagens que as atividades do estágio obrigatório trazem para os alunos, em termos de aprendizado e preparação para o trabalho. No entanto, essas atividades também trazem ganhos importantes para as partes concedentes, que passam a contar com a mão de obra dos estagiários, sem os encargos trabalhistas derivados do vínculo empregatício.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 424, DE 2012

– Não Terminativo –

Desse modo, os estágios obrigatórios oferecidos a título gracioso, sem qualquer tipo de remuneração para os estagiários, parecem-nos exemplos de exploração inaceitável de mão de obra, que deveriam ser coibidos pela legislação.

A Lei do Estágio já prevê um conjunto importante de benefícios que alcançam os estudantes que fazem tanto estágios obrigatórios quanto não obrigatórios, tais como a contratação de seguro contra acidentes pessoais, a garantia de recesso de 30 dias e a redução da carga horária no período de provas.

Obtidos no passado recente, esses benefícios constituem avanços importantes trazidos pela normatização da matéria. Entendemos que a alteração sugerida pelo ilustre Senador Paulo Paim, por meio do PLS nº 424, de 2012, vem somar-se a esses avanços e, por isso, somos favoráveis à proposta de estender o benefício da bolsa ou outro tipo de contraprestação acordada entre as partes a todos os estudantes que precisem fazer estágios para concluir a formação.

Nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu vejo um projeto altamente meritório. Ele é muito importante, porque beneficia os estudantes que devem fazer estágio, tanto o supervisionado, quanto o não supervisionado.

No entanto, há uma solicitação do MEC no sentido de nos posicionarmos contrariamente ao projeto. Eu queria entender por que o MEC é realmente contrário.

Segundo as informações que eu tenho aqui, é que o estágio, como um ato educativo escolar supervisionado, necessariamente, não precisaria desse benefício.

Eu queria fazer esse debate com o MEC. Vou pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pedido de vista da Senadora Ana Rita.

Eu indago os Srs. Senadores se algum outro Senador gostaria de pedir vista. (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim.

Portanto, vista coletiva.

Nos termos do art. 132, concedo pedido de vista à Senadora Ana Rita e ao Senador Paulo Davim.

Portanto, concedo vista coletiva.

Eu vou pedir à Senadora Vanessa Grazziotin para relatar o item 9, que trata de um projeto é terminativo.

Os Senadores estão já sinalizando que estão vindo para cá e que nós teremos quórum.

Enquanto a Senadora Vanessa Grazziotin faz a leitura do seu relatório e iniciamos a discussão, eu tenho impressão de que teremos condições de votar também os projetos terminativos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 63, DE 2010

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

Observações: – Em 03/08/2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, como V. Exª já leu, o Senador Marcelo Crivella apresentou um projeto que visa a proibir a produção, importação e comercialização bem como a prescrição de anfetaminas, com duas exceções: primeira, utilização do medicamento para pesquisas científicas; e a segunda, para prescrição de substâncias congêneres e assemelhados.

A proposição, Sr. Presidente, estabelece que a lei deve vigorar, se aprovada, decorridos 180 dias.

A análise do projeto.

O Relatório Mundial sobre Drogas publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, reúne os principais dados e análises de tendências sobre a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilegais em todo o mundo.

Em 2009, o relatório situou o Brasil entre os países que apresentaram as maiores taxas anuais de prevalência de consumo de substâncias do tipo anfetamina.

No relatório 2010, Brasil, Venezuela e Argentina continuaram sendo os países da América do Sul com

maior prevalência e número absoluto mais elevado de usuários de anfetaminas.

Não há no relatório 2011 dados atualizados acerca da prevalência anual do uso de substâncias do grupo das anfetaminas na América do Sul. As informações existentes mostram que a taxa no continente continua próxima da média mundial, com estimativas entre 0,5% e 0,7% da população entre 15 e 64 anos de idade.

Porém, de acordo com o último relatório – 2012 –, o uso indevido de medicamentos que contêm opiáceos e estimulantes continua preocupante na América Central e na América do Sul. De fato, além do risco de dependência, o uso não medicinal de estimulantes pode causar arritmia cardíaca, elevação da temperatura corporal e outros efeitos colaterais.

Diversos levantamentos sobre o uso de drogas indicam que os estimulantes de prescrição são utilizados de forma abusiva nas Américas, na América do Sul, em particular.

De fato, além da utilização para fins recreacionais, tem-se observado, nos últimos 40 anos, um consumo elevado de substâncias do tipo anfetamina como anorexígenos, diante do contexto epidemiológico de elevada prevalência de obesidade e sobrepeso no Brasil. Nesse caso, o uso é relatado como sendo mais comum entre mulheres, cujo estereótipo de beleza é o corpo magro.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de reavaliação das políticas de controle e de regulamentação até então adotadas para esses produtos, tema hoje em discussão na Anvisa, que, aliás, já tomou uma decisão acerca da matéria, Sr. Presidente, a partir de inúmeras audiências públicas que realizou no âmbito daquela Agência de Vigilância Sanitária.

A partir daí, no prazo de 60 dias, ocorreu a proibição de três inibidores de apetite derivados de anfetaminas, porque, para a Anvisa, não existe informação científica que sustente a eficácia dessas substâncias no tratamento do excesso de peso.

Portanto, além de considerarmos a iniciativa meritória – e parece que já houve uma mudança, porque já houve uma liberação, não sei se exatamente desses três tipos, por parte da Anvisa – em relação aos demais aspectos previstos na competência terminativa desta Comissão, ressalta-se que o projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente com a União, Estados e Distrito Federal.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que o seu trâmite observou o disposto no Regimento Interno.

Acerca da técnica legislativa, também está tudo de acordo.

Por fim, em relação ao substitutivo ao projeto de lei aprovado na CAE, consideramos que ele apenas reproduz, em lei, o procedimento de controle especial já instituído pela Portaria nº 344, de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Nesse sentido, optamos por rejeitá-lo.

Assim, consideramos mais adequado aprovar a proposição sob análise, apenas acrescentando uma emenda que reforça a competência da Anvisa no tocante à matéria em questão, uma vez que incumbe à Agência, conforme dispõe a Lei nº 9.782, de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providência, regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, notadamente medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias.

Portanto, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, com a emenda proposta abaixo, e pela rejeição da Emenda nº 1 da CAE.

EMENDA Nº – CAS

(Ao PLS nº 63, de 2010)

Dê-se a seguinte redação ao art. 57-A proposto para a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010:

“Art. 1º

Art. 57-A

.....

§ 3º Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a regulamentação, o controle e a fiscalização do disposto neste artigo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu tenho o pensamento de que essas matérias que regulamentam tratamentos, medicamentos, procedimentos de saúde não podem constar em lei, porque a ciência é muito dinâmica. Produtos que há anos foram proibidos, que foram até proscritos do tratamento médico, de uma hora para outra, voltam à baila.

Eu vou dar um exemplo muito presente e quem é da área da saúde sabe disto: anos atrás não se usava heparina para nada. Depois, a heparina voltou com força total. E assim vai. Um produto entra no mercado em função de uma determinada doença; depois ele sai;

descobrem que ele é bom para aquela doença, mas tem um efeito colateral muito grande; retiram e depois volta. Mas é assim, porque há um dinamismo próprio da ciência médica, da ciência de saúde.

Portanto, a lei é muito rígida. E quem regulamenta esse tipo de procedimento são a Anvisa e o Ministério da Saúde. E neste caso em particular a Anvisa já publicou a Resolução nº 52, de 6 de outubro de 2011, que dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.

Essa é uma resolução da Anvisa.

Há também uma portaria do Ministério da Saúde sobre o mesmo tema, dizendo que “ficam proibidas a produção, fabricação, importação, exportação, comércio e uso de substâncias e medicamentos proscritos”. Então, está tudo na portaria do Ministério.

Inclusive, nós fizemos uma audiência pública aqui, outro dia, com a Anvisa, com a Associação Brasileira de Endocrinologia sobre o uso de inibidores de apetite. A Anvisa tinha uma posição fixa e, meses depois, mudou, abriu a liberação da sibutramina. O senhor está entendendo?

Então, na hora em que você coloca isso em lei, ou você coloca para ser cumprida – e se deixam de lado as experiências modernas da ciência –, ou se aprova uma lei para ser descumprida. Então, nesse caso, eu acho que essas medidas, esses controles, essas orientações, do ponto de vista terapêutico, devem ser regulamentadas por portaria.

Por isso eu me coloco contrário à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Nós não temos número. Essa matéria é terminativa nesta Comissão de Assuntos Sociais. O quórum ainda está inferior ao necessário para decisões de projetos terminativos.

Senadora Vanessa Grazziotin, vou suspender a discussão, que é realmente importante. Trata-se de um projeto que precisa ser mais discutido, já que haverá de ter uma deliberação pelo Plenário da Casa, que deverá ser de forma terminativa.

Suspendo a discussão, enquanto aguardamos o quórum.

Senador Vanessa Grazziotin, eu gostaria que V. Ex^a assumisse a Presidência, pois sou Relator do item 8. Embora terminativo, temos informação de que os dois Senadores estão se dirigindo à Comissão.

Enquanto aguardamos o quórum, eu faço a leitura desse relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, estou encaminhando à Mesa, daqui a pouco, requerimento que já vou antecipar. Trata-se de um requerimento que eu gostaria que fosse encaminhado ao Ministério da Saúde para obtermos algumas informações, sobretudo porque recebemos aqui um panfleto do Ministério da Saúde em relação à construção de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Na verdade, eu gostaria de saber – imagino que a maioria dos membros desta Comissão também e a própria sociedade brasileira – de uma informação mais concreta de quantas UPA, de fato já foram construídas no Brasil nesses últimos tempos e quantas delas também estão em operação, na medida em que aqui está sendo anunciado, por esse panfleto, a construção de mais 601 UPA 24 horas, e mais 15.977 Unidades Básicas, a um custo de R\$7.4 bilhões.

Eu gostaria de anunciar, de antemão, que estou encaminhando o requerimento à Mesa, pedindo que, evidentemente, ele seja colocado em votação, seja com V. Ex^a na presidência seja com o próprio Presidente da Comissão, que se encontra presente.

A assessoria está providenciando o encaminhamento do requerimento. Quero saber quantas UPA foram construídas e quantas delas de fato estão em operação, estão atendendo à população brasileira.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem, Senador! Estou na direção apenas para que o nosso Presidente possa ler o relatório. Tenho certeza absoluta de que ele encaminhará o requerimento de V. Ex^a à apreciação desta Comissão.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 637, DE 2007

– Terminativo –

Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007 e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

Com a palavra o relator, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Muito obrigada, Srª Presidente.

Relatório.

Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 637, de 2007, do Senador Renato Casagrande, hoje Governador do grande Estado do Espírito Santo. A iniciativa dispõe sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescooop).

Em defesa de sua iniciativa, o nobre Senador – hoje Governador – registra as finalidades da criação do SESCOOP, entre as quais a instituição de uma estrutura capaz de promover a cultura cooperativista no Brasil, treinando profissionais de forma sistemática e independente do Estado.

Registra, também, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no texto de Recomendação nº 193, sobre a promoção de cooperativas (Conferência Internacional do Trabalho, 90ª sessão, Genebra, 2002), é enfática ao afirmar que “as cooperativas devem beneficiar-se de condições, de acordo com a legislação e práticas nacionais, que não sejam menos favoráveis do que as que se concedam a outras formas de empresa e de organização social”.

Nessas circunstâncias, a destinação da contribuição compulsória, na forma da iniciativa, implicará uma melhor adequação dessa contribuição às suas finalidades, permitindo “ações mais contundentes de formação, desenvolvimento e promoção social do trabalhador autônomo, no âmbito das próprias cooperativas, em consonância com o dispositivo constitucional que determina que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (art. 174, §2º, da Constituição Federal).

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, a matéria foi analisada pelos Senadores Jayme Campos, Osvaldo Sobrinho e Pedro Simon, que subscreveram relatório favorável à aprovação da iniciativa. Nossa orientação é no mesmo sentido, com base nos mesmos argumentos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Analisando o conteúdo da proposição, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art.

61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa aplicáveis à redação de projetos.

A matéria é de competência da Comissão de Assuntos Sociais. Está diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre os quais relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condições para o exercício de profissões.

Quanto ao mérito em si da proposição, consideramos apropriada e oportuna a mudança na destinação da contribuição. É da essência do cooperativismo a solidariedade. Nesse sentido, é justo e razoável que os filiados a cooperativas de transportadores autônomos contribuam para a manutenção do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, e não, como na forma original, para a do Serviço Social do Transporte (Sest) e a do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o ramo de transportes congrega atualmente 1.100 cooperativas. Não se pode desconhecer, portanto, o fenômeno que representa hoje, na sociedade, o “cooperativismo de transporte”, que, apesar de suas dificuldades, exerce papel econômico e social relevante para o transporte de mercadorias e de passageiros.

Concordamos, em todos os sentidos, com os argumentos expostos pelo autor e aqueles constantes dos relatórios apresentados anteriormente, nesta Comissão. Sem dúvida, o cooperativismo representa uma alternativa plenamente válida de combate ao desemprego. Para que a contribuição dessas entidades seja efetiva, é preciso criar uma cultura cooperativista. Isso só será possível com treinamento e reciclagem dos cooperados e com o aprimoramento dos instrumentos jurídicos que regem o cooperativismo.

Ao analisar o art. 2º do PLS e a alteração proposta pelo mesmo ao inciso I do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, consideramos desnecessária a manutenção da expressão “autônomos”, que consta no final da nova redação dada ao referido inciso I, tornando mais claro o alcance da norma para associados de cooperativas de transporte tanto do segmento de cargas quanto de passageiros, eliminando a possibilidade de vinculação apenas aos transportadores autônomos de cargas.

A supressão do termo “autônomos” é mais adequada também para as próprias cooperativas de trans-

portadores de cargas, uma vez que a legislação específica do segmento (Lei 11.442/2007) e Resolução da ANTT 3056/2009 criou categoria específica denominada cooperativas de transporte rodoviário de cargas – CTC, podendo nestas o associado deixar de atuar como transportador autônomo, passando a operar somente através da cooperativa, utilizando-se do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, DE 2007

Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

O Art. 2º do PLS 637, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º O inciso I do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.
I – contribuição mensal compulsória, a ser recolhida, a partir de 1º de janeiro de 1999, pela Previdência Social, de dois vírgula cinco por cento sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas cooperativas e pela contribuição compulsória equivalente a um inteiro por cento do salário de contribuição previdenciária do filiado a cooperativa de transportadores;

..... (NR)”

Srª Presidente, da mesma forma, eu apenas quis adiantar a leitura do relatório. Há informação de que haverá pedido de vista a esse parecer, mas eu quis, aproveitando o tempo, fazer a leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Então, eu coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Vamos tomar a mesma providência do projeto de lei anterior: vamos suspender a discussão da matéria. Continua aberta a discussão até que tenhamos *quorum* na Comissão. Fica assim.

Então, eu devolvo a Presidência ao Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela, da mesma forma, eu queria colocar o item 10 da nossa pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 294, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012.

Observações: – Em 25/04/2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente. O projeto, de autoria do Senador Argello, trata não só de proteção de crianças e de adolescentes, cujo mérito já foi apreciado pela CDH, mas também de proteção e defesa da saúde e de seguridade social, assuntos sobre os quais compete à CAS (Comissão de Assuntos Sociais) opinar.

Uma vez que se trata de decisão terminativa, incumbe a esta Comissão analisar também os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No tocante à constitucionalidade, nada obsta a aprovação do projeto. Ademais, o projeto não contém vícios de juridicidade nem de técnica legislativa.

O projeto em análise visa principalmente a estimular o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis na população que se encontra nas etapas de vida mais adequadas para a aprendizagem e a assimilação duradoura de hábitos: a infância e a adolescência. Essa é a razão que nos leva a considerar a proposição meritória e digna de acatamento por esta Comissão.

Com efeito, a obesidade já é um dos mais graves problemas de saúde pública em vários países, inclusive no Brasil. A gravidade da obesidade está relacionada principalmente com várias doenças que, embora possam estar associadas a outros fatores, podem ser desencadeadas ou agravadas pelo excesso de peso resultante de erros alimentares. Destacam-se entre elas o diabetes tipo 2, a hipertensão arterial, os acidentados

vasculares encefálicos, as doenças cardiovasculares, a gota, as artropatias e algumas neoplasias malignas.

Essas doenças acarretam vários efeitos indesejáveis não só na saúde do paciente, mas também nos vários setores da economia. De fato, os transtornos à saúde causados pela própria obesidade e pelas doenças a ela relacionadas são responsáveis por importante absenteísmo ao trabalho, com repercussões nos sistemas públicos e privados de previdência e na produtividade.

Especificamente em relação a recursos financeiros necessários ao atendimento das necessidades dos doentes acometidos por aquelas doenças, os gastos com medicamentos e com outros cuidados à saúde afetam todos os envolvidos: os próprios pacientes ou os seus familiares; os serviços públicos de saúde; os planos privados de assistência à saúde; e as instituições filantrópicas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, entre 1980 e 2008 a população de obesos mais que dobrou em todo o mundo. Em 2008, cerca de 1,4 bilhão de pessoas tinham sobrepeso, dos quais 200 milhões de homens e 300 milhões de mulheres eram obesos. Ainda segundo a Organização Mundial de Saúde, em 2010, cerca de 40 milhões de crianças menores de cinco anos tinham sobrepeso. A mesma organização atribui à obesidade e ao sobrepeso a responsabilidade por, no mínimo, 2,8 milhões de mortes de pessoas adultas por ano. Essas condições são responsáveis, também, por 44% dos casos de diabetes, 23% das cardiopatias isquêmicas, e entre 7% e 41% dos cânceres.

Em relação à obesidade infantil, a Organização Mundial de Saúde afirma que ela se associa com uma maior probabilidade de morte prematura e incapacidade na idade adulta. Ademais, as crianças obesas estão mais propensas a ter dificuldade respiratória, estão expostas a maior risco de fraturas e hipertensão e apresentam indicadores precoces de doenças cardiovasculares, resistência à insulina e efeitos psicológicos.

No Brasil, a situação da população, no tocante aos transtornos à saúde resultantes de hábitos alimentares não saudáveis, não é diferente do que ocorre na maioria dos países. A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, realizada pelo IBGE nesses anos, mostrou resultados bastante preocupantes: menos de 10% da população consome frutas em quantidades recomendáveis; 61% dos entrevistados referiram consumo excessivo de açúcar; gorduras saturadas são consumidas em excesso por 82% da população; e mais de 70% da população consome sódio em quantidades superiores ao valor máximo tolerável.

Esses dados são um alerta de que os hábitos alimentares da população brasileira não são adequados.

A persistir a tendência evidenciada pelas pesquisas, em poucas décadas seremos um país de obesos, a exemplo do que acontece em alguns países, como os Estados Unidos. Daí a necessidade de que a propaganda de alimentos e bebidas de baixo valor nutricional e excessivamente calóricas, especialmente quando dirigida a crianças e adolescentes, sofra restrições. Contudo, essa restrição de propaganda não é por si suficiente para desenvolver hábitos alimentares saudáveis. É necessário que toda a sociedade, e em especial as autoridades de saúde pública e educação assumam a responsabilidade de educar as crianças e os adolescentes, no sentido de evitar o consumo, mesmo que moderado, de refrigerantes, doces, biscoitos e salgadinhos industrializados, além de outros alimentos que contêm altos teores de gordura, açúcar e sódio.

Ademais, não podemos nos esquecer de que muitos dos alimentos industrializados consumidos pela população brasileira, especialmente pelas crianças e pelos adolescentes, contêm produtos que não aqueles especificados no parágrafo que se propõe acrescentar ao ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que também podem prejudicar a saúde. São os corantes e aromatizantes artificiais, os conservantes, os edulcorantes e os estabilizantes, entre outros.

A promoção da alimentação saudável, conforme proposta pelo PLS nº 294, de 2012, certamente concorrerá para reduzir o consumo de alimentos não saudáveis por crianças e adolescentes em curto e médio prazos e, em consequência, por toda a população, em longo prazo.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012, de autoria do Senador Gim Argello.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Então, com o mesmo procedimento, nós vamos suspender a discussão da matéria, em função de este ser projeto terminativo, para o qual não há quórum para votar.

Senador Jayme Campos, V. Ex^a fez uma colocação a respeito de um requerimento, mas ainda...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas como não chegou ainda, Senador Moka, vou aguardar. Se eventualmente não chegar a tempo, na reunião que está acontecendo, eu vou colocar à disposição da Secretaria, e vamos fazer a leitura na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A nossa pauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a concordar e, evidentemente, com a aquiescên-

cia do colegiado aqui, não vejo nenhuma dificuldade, porque está chegando daqui a pouco. Eu apenas...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou lhe dar uma sugestão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Amanhã haverá a sabatina aqui às 9 horas. Nós, sem prejuízo nenhum...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... vamos aprovar o requerimento de V. Ex^a, que já tem o meu apoio de imediato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu fico muito grato, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós encerramos a pauta.

Eu consulto os Srs. Senadores, se alguém ainda quer fazer alguma colocação. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e um minutos, do dia onze de julho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Romero Jucá e Paulo Bauer, e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM**

(SF) Nº 56, de 2013 – Não Terminativo – Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a indicação do nome do Senhor ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Maurício Ceschin, por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nos termos do artigo 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Jayme Campos assume a Presidência, concedendo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir a leitura do relatório do **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2013 – Não Terminativo – Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Maria Cecília Martins Brito. Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Maria Cecília Martins Brito, por 18 (dezoito) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. Reassume a Presidência o Senador Waldemir Moka. Usam da palavra para sabatar os indicados a Senadora Ana Amélia e os Senadores Humberto Costa e Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à sabatina de autoridades da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a indicação do nome do Sr. ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Maurício Ceschin.

Observações: - *Votação procedida por escrutínio secreto (Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal).*

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo. E concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Waldemir Moka. Caro Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo, candidato indicado pelo Poder Executivo a exercer essa função, cara Senadora Angela Portela, Senador Jayme Campos, vou dispensar os requisitos regimentais e vou direto à biografia do candidato.

O Sr. Elano Figueiredo é brasileiro e tem 36 anos. Sua formação superior inclui graduação em Direito pela

Universidade de Fortaleza, além de pós-graduação em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

O currículo do indicado menciona que o Sr. Elano Figueiredo ocupa, atualmente, o cargo de Diretor-Adjunto da Diretoria de Gestão (Diges) da ANS, para o qual foi indicado em março de 2012. Nessa função, contribuiu para a reestruturação institucional da Agência, trazendo de volta para a Diges as áreas de Recursos Humanos, de Orçamento, de Licitação e Contratos, de Finanças, bem como o gerenciamento da estrutura física da ANS, antes vinculadas à presidência da entidade.

Chamo a atenção exatamente para este aspecto do currículo do indicado.

O indicado foi um dos responsáveis pela implementação de melhorias de gestão na Agência, tais como: a criação, no Portal da ANS, de um espaço virtual destinado a esclarecer o consumidor sobre os atributos dos planos e das operadoras dos planos de saúde, de modo a permitir a avaliação da eficiência dos fornecedores de tais serviços; a realização de pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários dos planos de saúde; a criação de um banco de dados com padrões de termos de referência que obedecem a todos os rigores da lei e possibilitam maior segurança e agilidade no trabalho dos servidores da Agência, entre outras medidas.

Anteriormente à sua atuação na ANS, o indicado trabalhou, entre janeiro de 2006 e janeiro de 2012, como assessor em Direito Regulatório, Direito Empresarial e Direito do Consumidor no escritório Figueiredo Advogados. Foi, também, assessor da Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN) no período de setembro de 2010 a julho de 2011, e gerente jurídico da NOAR Linhas Aéreas, entre julho de 2011 e janeiro de 2012.

O currículo anexado menciona também que o indicado tem qualificações em gestão de departamento de advogados e estratégias jurídicas, na área de saúde; gestão de ações de grande vulto envolvendo saúde; gestão e intermediação de conflitos entre os diversos segmentos de saúde; gerenciamento de departamento de pessoal; gerenciamento de departamento de orçamento público; gestão em administração pública e atividade regulatória em saúde.

Em face desse currículo tão rico apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Maurício Ceschin.

Esse é o meu voto, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo, para que possa fazer as suas considerações.

V. S^a tem o tempo de dez minutos. Claro que podemos prorrogar, se necessário.

O SR. ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras, Ex^{mos} Srs. Senadores, a quem cumprimento na pessoa da Relatora da minha Mensagem no Senado, Senadora Ana Amélia, e na pessoa do Presidente desta Mesa, Senador Moka, senhoras e senhores, bom dia.

Inicialmente, eu gostaria de registrar aqui a presença do Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para a qual fui indicado, Dr. André Longo, um companheiro de valor inestimável, que me honrou com o convite para ir trabalhar na Agência no começo do ano passado, em 2012, e que muito me honra hoje aqui.

Gostaria também de agradecer o empenho do Presidente Moka e da Senadora Ana Amélia, Relatora, para que acontecesse esta reunião extraordinária que está se realizando.

Devo também pedir desculpas aos Senadores que compõem esta Comissão. Ontem, eu procurei todos os Srs. Senadores para que pudéssemos discutir ideias, para que eu pudesse expor um pouco o meu ponto de vista, mas não consegui falar com todos. Falei com alguns, a quem agradeço a paciência, e peço desculpas aos que não consegui contatar para conversar. Mas gostaria de deixar aqui registrado o meu compromisso de que, se aprovado for nesta sabatina e pelo Plenário, eu construirei uma agenda propositiva com esta importante Casa, o Senado Federal. Portanto, não faltarão oportunidades para que essas conversas e tantas outras possam acontecer aqui, em respeito à importância do Senado Federal.

Feitos esses registros, eu gostaria de dizer que dispensei o PowerPoint em razão do tempo e da movimentação das Casas legislativas, mas ele está pronto e à disposição dos Senadores, das assessorias, de quem quiser. Eu vou deixá-lo com a secretaria da Comissão de Assuntos Sociais; ficará à disposição uma apresentação minha resumida, mas dispõe sobre minha história.

A Senadora Ana Amélia relatou aqui sobre as minhas aptidões gerais, que constam do meu currículo e constam também do relatório. Eu me preocupei em registrar algumas realizações minhas.

Eu sou advogado e trabalho com saúde suplementar desde os 17 anos. São mais de 15 anos, quase 20 anos, trabalhando na saúde suplementar, e de 2012

para cá, há um ano e meio, eu trabalho na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Achei importante realçar as realizações feitas na Agência Nacional de Saúde das quais eu pude participar, e que a Senadora Ana Amélia já apontou no seu relatório.

E também realçando algumas dessas realizações, eu gostaria de falar que, com a nossa gestão, em nível operacional – ainda hoje, eu estou como diretor-adjunto de gestão da Agência –, nós conseguimos contribuir principalmente para o lançamento do espaço da qualidade, que é uma ferramenta virtual, no Portal da ANS, destinada a esclarecer melhor o consumidor que pretende adquirir um plano de saúde.

Hoje essas informações estão bem organizadas. Há um ícone no Portal da ANS, e nós ajudamos a construir isso na área de conhecimento e qualidade do conhecimento da Agência. E eu pontuei isso como uma realização em prol do consumidor, em prol da sociedade.

Nós realizamos a primeira pesquisa de satisfação dos consumidores em 2012, sob minha gestão como adjunto na ANS. A pesquisa de satisfação era realizada de maneira indireta, ou seja, era feita uma aferição a partir das reclamações, as demandas oferecidas perante a Agência. Nós passamos, em 2012, a ligar não só para os reclamantes, mas a pesquisar junto a todos os beneficiários de plano de saúde – uma amostra, claro –, passamos a pesquisar a satisfação deles com a qualidade dos planos. Divulgaremos os resultados dessa pesquisa em breve. A Agência divulgará essa pesquisa em breve, possivelmente até agosto. E esse é também um fato primeiro, único, que merece destaque na minha gestão, que teve a minha contribuição.

Também destaco a recomposição do quadro dos servidores da Agência. Em 2012, nós conseguimos convencer tanto o Ministério da Saúde como do Ministério do Planejamento sobre a necessidade de recomposição de 81 servidores de carreira. Tivemos a participação forte do RH, que está subordinado a mim hoje, na Agência Nacional de Saúde, em nível operacional – óbvio –, como adjunto. E também conseguimos convencê-los da necessidade de enfrentamento do passivo de processos. Realizaremos também concurso para contratação de 200 temporários. Isso é algo que aponta para uma reestruturação da Agência, para atingirmos uma melhor eficiência no processo fiscalizatório e na regulação dos planos de saúde.

Tenho a honra de dizer que contribuí com esses fatos, além de ter tornado a arrecadação da Agência, que também está na Diretoria de Gestão, na gerência financeira, mais eficiente. A arrecadação da Agência

no ano de 2012 foi 25% mais eficiente em relação à de 2011.

Reconheço que a Agência tem muito a melhorar do ponto de vista de arrecadação, sem dúvida. Mas nós já apontamos para algumas melhorias – 25%, eu imagino que seja uma percentual expressivo. E também pudemos contribuir, em 2012 e 2013, para essa melhoria de eficiência.

Acaso aprovado por esta respeitável Casa, além de dar continuidade a esse trabalho que comecei a desenvolver na Agência, em nível operacional, como adjunto, eu gostaria de, agora então em nível de direção e, portanto, de decisão, contribuir com uma agenda regulatória da ANS, que foi construída para o biênio 2013-2014. Ela foi construída pelos diretores, com a participação técnica dos servidores da Agência, também com minhas contribuições, com contribuição e ajuda da sociedade como um todo, e que está posta.

Ela tem sete eixos principais e foca na garantia de acesso e qualidade assistencial; sustentabilidade do setor; no relacionamento entre operadoras e prestadores; no incentivo à concorrência; na garantia de acesso à informação; na integração da saúde suplementar com o SUS; e na governança regulatória. São sete eixos da agenda regulatória construída para o biênio 2013-2014, com que eu gostaria de contribuir como diretor, se aprovado for.

Além disso, eu tenho três assuntos de que eu gostaria de participar, com especial carinho, da sua condução na Agência, em nível de direção, que são: a implantação de um sistema eficiente de fiscalização, que já está sendo debatido na Casa... Não seria uma criação minha; ele já está sendo debatido, mas que gostaria de participar como advogado. Com um olhar carinhoso na fiscalização, eu gostaria de participar dessa implantação e ter, ao final de um possível mandato meu, uma fiscalização mais eficiente dentro do novo sistema que está sendo debatido na Casa.

Em decorrência, um segundo tema sobre o qual eu gostaria de me debruçar é também relativo a arrecadação. Muito embora eu já tenha anunciado melhoria, eu acho que há muito ainda a melhorar. E, com eficiência, a melhor eficiência do sistema fiscalizatório, que vai desde a origem, da constatação da infração até a condução do processo de multa, também vai impactar na melhoria de arrecadação. Arrecadação é um resultado sobre o qual eu gostaria também de me debruçar na Agência. E um terceiro tema, com especial carinho, eu gostaria também de enfrentar, ajudar, contribuir na reestruturação da entidade para enfrentar o passivo de processo e de ressarcimento ao SUS.

Então, Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Senadores, postas essas questões, eu acho que o melhor

agora seja me submeter à sabatina, aos questionamentos dentro dos assuntos que V. Ex^{as} entenderem necessários. Portanto, agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra ao Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero dizer aos membros desta Comissão que nós vamos proceder à leitura do relatório do Dr. Renato. Então, convido o Senador Jayme Campos, nosso grande Presidente, para assumir a Presidência dos trabalhos, para que eu possa fazer a leitura do relatório. Depois, nós faremos a sabatina dos dois indicados, ao mesmo tempo.

Então, passo a Presidência ao Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Maria Cecília Martins Brito.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

E eu gostaria de convidar o Dr. Renato para fazer parte da Mesa também.

Convido o ilustre Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 57, de 2013 (Mensagem nº 270, de 5 de julho de 2013, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Renato Alencar Porto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga da Sr^a Maria Cecília Martins Brito.

Sr. Presidente, com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, a Presidente da República, mediante a Mensagem nº 57, de 2013 (Mensagem nº 270, de 5

de julho de 2013, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Renato Alencar Porto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato da Srª Maria Cecília Martins Brito.

Anexado à mensagem, foi enviado o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Renato Porto é brasileiro, natural de Teresina (PI), e tem 33 anos.

Graduou-se em Ciências Jurídicas, em 2003, pelo UniCeub, e, em 2007, concluiu cursos de pós-graduação na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com especialização em Vigilância Sanitária, e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com especialização em Processo Civil.

O Sr. Renato Porto é servidor concursado da Anvisa, desde março de 2005.

Nesse órgão, foi coordenador da área de compras da Gerência de Logística, assessor técnico da Diretoria Colegiada, e assessor jurídico da Gerência Geral de Medicamentos.

Ocupa, desde outubro de 2009, o cargo de coordenador da Comissão de Instrução e Análise de Recursos da Gerência Geral de Medicamentos.

Anteriormente à sua atuação na Anvisa, trabalhou como advogado no escritório Alino e Roberto Advogados; foi estagiário no Tribunal Superior do Trabalho e na Procuradoria Jurídica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O indicado participou do VII Fórum Brasileiro sobre Reforma do Estado, realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma do Estado (Ibre); do V Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP); da Conferência Regulação 2008 – Realidade e Perspectivas, realizada pela Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), e também de inúmeros seminários de melhoria da gestão pública.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Renato Alencar Porto para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na vaga da Srª Maria Cecília Martins Brito.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka, Relator e Presidente desta Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Renato Alencar Porto, por dez minutos, para fazer a sua exposição. E convido o Senador Moka para retornar à Presidência desta Comissão.

Com a palavra, Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores.

Gostaria de, inicialmente, agradecer e cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, e também o Senador Moka, pela relatoria do processo.

Faço também um especial agradecimento à Presidenta Dilma Rousseff, por ter indicado um servidor de carreira, o que muito valoriza os quadros do Governo Federal.

Faço um agradecimento especial também aos meus colegas de trabalho do dia a dia, que vejo muitos aqui, que estão litigando comigo em todos os processos.

Agradeço, mais uma vez, o relatório do nobre Senador Waldemir Moka.

Gostaria de dizer também que é com muita honra que me submeto a esta sabatina do Senado Federal.

Como bem exposto pelo relatório do Senador Waldemir Moka, formei-me em Direito em 2003, tive uma experiência no período de 2003 a 2005 no escritório de advocacia Dr. Alino e Roberto e, posteriormente, em 2005, com muito orgulho, fui aprovado no concurso público da Anvisa, no primeiro concurso público da Agência.

Na Anvisa, inicialmente, trabalhei, como exposto no relatório, na Gerência de Logística, numa época em que a Anvisa passava por uma absoluta reestruturação, até mesmo física. Trabalhei também na Gerência Geral de Medicamentos; posteriormente, passei por um período na assessoria técnica da Diretoria Colegiada, e lá destaco alguns projetos de que participei da elaboração, três deles: PRO-REG, um programa governamental, coordenado pela Casa Civil, que auxilia muito todas as agências reguladoras na capacidade regulatória; participei também de um projeto de revisão do Decreto nº 79094, que nos traz o arcabouço técnico e conceitual para toda a Vigilância Sanitária; e participei da formulação e da formatação da Coordenação de Instrução e Análise de Recurso, área em que atualmente ocupo uma coordenação que tem por objetivo subsidiar as decisões da Diretoria Colegiada.

Antes de ocupar a Corec, passei um momento na Gerência Geral de Medicamentos, onde fui assessor técnico e tive a oportunidade de ter contato com diversas matérias relacionadas àquela área e matérias numa área que eu considero absolutamente importante, talvez a área de mais destaque na Anvisa.

Após, como bem relatado pelo Senador Waldemir Moka, passei a ser coordenador da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos, e, nessa oportunidade, concretamente, me debrucei sobre vários processos que foram objeto de discussão na diretoria colegiada,

sempre contribuindo com o melhor aprimoramento da atividade regulatória daquela Agência.

Ao longo desses oito anos, a partir de 2005, eu me dediquei exclusivamente à área de saúde, participando de diversos seminários e diversos eventos de capacitação. Trata-se de uma área por que eu me apaixonei, uma área que, de fato, litiga com a vida de todos. Ou seja, todos nós participamos desse processo regulatório na medida em que consumimos produtos que são regulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e nos submetemos à vida diária de um hospital ou de qualquer área que a Anvisa regule.

E aqui eu faço um parêntese para citar uma expressão que sempre utilizo e com a qual finalizo parte das minhas apresentações. É um lema e um objetivo de vida bem difícil de definir concretamente, mas muito importante: regulação é bem-estar social. Se fizermos bem a regulação, teremos, de fato, um bem-estar social.

A Agência tem um escopo de atuação bastante amplo e eu o dividiria em três grandes áreas de atuação finalística, que são as áreas de produtos que necessitam de registro da Anvisa para ir ao comércio – e aí eu destaco alimentos, medicamentos, produtos para a saúde, diversas áreas; os Senadores têm bastante conhecimento da amplitude da atuação da Anvisa –, a área de fiscalização e controle... Aqui lembro dos meus colegas dos Estados. Nós temos postos nos 27 Estados da Federação. É uma área muito grande, que contempla muitos servidores da Anvisa e que tem, absolutamente, uma responsabilidade muito concreta na fiscalização dos produtos e do dia a dia das pessoas. E ressalto também uma área com grandes desafios, que é a Coordenação Nacional de Vigilância Sanitária.

Para tudo isso, a Anvisa foi, recentemente, reestruturada e passou por uma reformulação no seu organograma, dividindo-se as áreas em cinco grandes diretorias: a Diretoria de Autorização e Registro, a Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, a Diretoria de Controle e Monitoramento, a Diretoria de Regulação Sanitária e a Diretoria de Gestão.

A Anvisa tem se empenhado constantemente – eu posso ser testemunha ocular, há oito anos – na melhoria do seu processo regulatório, e, de fato, essa melhoria vem sendo alcançada. Hoje, somos qualificado com o grau máximo pela OPAS, os nossos registros são homologados por diversas agências internacionais e, internamente, participamos de diversos fóruns de discussão, convidados, muitas vezes, à prevenção de um possível acometimento. O último evento a que fomos convidados a participar, o último fórum, é do Conselho Nacional de Justiça, o Fórum da Saúde. A Anvisa foi convidada a participar. De fato, o Conselho

Nacional de Justiça tem uma responsabilidade muito grande nas diretrizes a serem traçadas para as decisões judiciais. Portanto, é muito importante para a Anvisa participar desse fórum.

Esses são apenas alguns exemplos da metodologia de atuação e da crescente qualificação da Agência.

Destaco também que esse aprimoramento é contínuo e só é possível graças a um corpo técnico altamente qualificado, dedicado e comprometido.

Mais uma vez, cumprimento os meus colegas da Anvisa.

Por fim, acrescento que as melhorias devem ser constantes. A área de regulação sanitária, como quase todas as regulações, é muito dinâmica. Então, portanto, precisamos ter bastante atenção no dia a dia da vida das pessoas para estarmos harmonizados com a regulação.

Por fim, Sr. Presidente, é imbuído desse espírito que eu finalizo, colocando-me à disposição desta Comissão consciente da extrema responsabilidade que é assumir um cargo de tal envergadura, mas confiante e contando com o apoio de todos que, caso seja aprovado, conseguirei alcançar as metas e objetivos, não só os meus, mas os de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a exposição do Sr. Renato Porto, quero passar, agora, à fase da arguição propriamente dita.

Estão inscritos a Senadora Ana Amélia...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Eu tenho compromissos em outras Comissões, de sorte que eu gostaria de saber de V. Ex^a se poderia abrir a votação, ou seja, seu eu poderia votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Na mesma linha do Senador João Alberto, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que abrisse o processo de votação, aguardando, naturalmente pela ordem de inscrição, as indagações que os Srs. Senadores farão aos sabatinados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Há uma decisão do Plenário no sentido de nós, desde já, abriremos o processo de votação, enquanto os Srs. Senadores fazem os seus questionamentos.

Assim, está aberto o processo de votação.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Serei breve, até porque, de fato, a nossa agenda hoje está bastante complicada.

Chamo a atenção para o fato de que o objetivo de uma agência reguladora é fazer a interface entre o Estado e o consumidor ou entre o serviço e o consumidor, e isso é muito relevante. Quanto maior for a transparência nessas relações entre o fornecedor do serviço, no caso os planos de saúde e outros, e os usuários, melhor, porque, hoje, cresceu enormemente a demanda dadas as deficiências do Sistema Único de Saúde.

Então, eu lhe pergunto: com relação a essa transparência, dado o grande volume de reclamações acerca dos serviços prestados pelos planos de saúde, que providências... O senhor insistiu muito que era relevante a questão da fiscalização. Isso é vital para o usuário. Assim, gostaria de saber: qual é o volume de reclamações? Como é que a agência tem administrado essa interface e como os planos têm recebido esse volume grande de queixas na sua relação com a agência?

O senhor também mencionou que uma das suas prioridades será reduzir ou eliminar o passivo existente nos pagamentos que devem ser feitos ao SUS pelos planos de saúde. Assim, eu lhe pergunto: a que se refere esse passivo? Como é que isso se opera e como é que a ANS faz essa cobrança?

Como o senhor é advogado, não tenho dúvida de que será um bom cobrador. Essas, as questões que lhe faço.

Agora, dirigindo-me ao Dr. Renato, lembro que nós aqui fazemos sempre audiências com a Anvisa, de modo que me desculpo por voltar sempre ao mesmo tema, mas a queixa que a gente observa é sobre uma demora muito grande, de parte da agência, em termos de resolutividade, entre a solicitação de liberação de um medicamento e a sua liberação propriamente dita.

V. S^a, ontem, no contato que tivemos, mencionou a questão dos fitoterápicos. Também em relação a eles. Penso que, para um país com a biodiversidade que temos, os fitoterápicos são, sim, de grande alcance social, especialmente na hora em que se fala em atendimento básico e nos programas de saúde da família, por exemplo, programas que o governo está lançando nesta semana. Penso que os fitoterápicos são baratos e têm a ver com a própria capacidade que temos de fornecer as matérias primas à indústria, sabendo que há empresas, algumas centenárias, que operam no Brasil com essa demanda. E ainda mais: países europeus, como a Alemanha, por exemplo, usam muito os fitoterápicos.

Desse modo, queria saber a opinião de V. S^a a respeito dessa demora para a liberação. Se isso é um problema da estrutura da agência, uma estrutura que, digamos, não estaria preparada para enfrentar essa

grande demanda, ou se, de fato, são processos muito lentos, ou se existem poucas pessoas.

No caso dos fitoterápicos, uma resposta que eu obtive, por uma demanda vinda do Rio Grande do Sul, é de que havia uma única pessoa para fazer a análise dos fitoterápicos. Ora, com uma única pessoa, para um país do tamanho do nosso, realmente, é impossível que haja uma agilidade nas liberações – e agilidade, claro, respeitadas as análises técnicas adequadas para a segurança dos consumidores.

Outra questão que eu queria abordar também é a seguinte: há uma demanda – e tenho feito essa pergunta aos candidatos, e V. S^a, que é do quadro da Anvisa poderá responder – relativamente a um medicamento chamado lenalidomida, usado pelos portadores do mieloma múltiplo. Eles estão organizados em associação. Eu até sou autora de um requerimento para a realização de uma audiência pública destinada a debater esse tema. Mas, como dizia, essas pessoas saem do Brasil, aquelas que têm condições financeiras, para fazer o tratamento nos Estados Unidos ou em países europeus, porque o Brasil não aplica o medicamento, que melhora substancialmente a qualidade de vida do portador dessa doença, uma doença degenerativa e sem cura. Mas esse medicamento, segundo informações, proporciona uma melhoria na qualidade de vida desses pacientes.

Então, são essas as duas questões que tenho para o senhor nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Elano e, logo depois, ao Sr. Renato...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom; então, o Senador Humberto Costa fará também os seus questionamentos, e os senhores poderão responder a ambos logo após.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Na verdade, Sr. Presidente, eu não pretendo fazer questionamentos, pois ouvi atentamente as exposições de ambos e, no caso do Dr. Elano, candidato à ANS, não somente ouvi a sua exposição como conheço o trabalho que ele vem executando na agência na condição de adjunto de uma das diretorias. Acredito que nada há de mais justo do que a sua condução, neste momento, para ocupar uma das diretorias da ANS.

Eu tenho certeza de que, lá, V. S^a vai contribuir fortemente para o aprimoramento do trabalho daquela agência, em que pese as muitas e muitas dificuldades que enfrentou ao longo do tempo, até pelo fato de que

nós temos uma regulamentação que é muito recente, de 1998, portanto há 15 anos apenas, mas que já tem marcado de forma muito forte o segmento da saúde suplementar.

Então, eu tenho convicção de que nós estamos fazendo aqui uma excelente escolha.

Da mesma forma, o Dr. Renato Porto, cujo trabalho não conheço precisamente, mas a respeito de quem todas as referências, tanto de pessoas, não só as que trabalham na Anvisa, mas que guardam relação com o setor regulado, bem como integrantes do setor público da área da saúde, são referências importantes sobre V. S^a. E não seria outra a situação na medida em que V. S^a foi indicado pela Presidenta da República.

Então, queria apenas manifestar essas opiniões.

Precisarei votar e me retirar, porque tenho um milhão de coisas a fazer, mas sugiro, inclusive, a V. Ex^{as} que, se for possível, nós votemos, no dia de hoje, não somente os dois candidatos, mas também o Dr. Ivo, que está aqui no limbo há um bocado de tempo. Penso que seria uma coisa muito boa, pois o Brasil ganharia com essas três indicações;

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero dizer ao Senador Humberto Costa que a ação da Presidência e desta Comissão é exatamente no sentido de, ao fazermos essa sabatina, ainda hoje, se for possível e se as Lideranças concordarem, nós fazermos o requerimento de urgência para que possamos, ainda hoje, definir a indicação pelo Plenário do Senado, evidentemente se aqui a Comissão de Assuntos Sociais assim o deliberar.

Agradeço o esforço e a participação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Sr. Elano Rodrigues e, logo em seguida, ao Dr. Renato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Logo após encerrada a votação.

Pois não, Sr. Elano.

O SR. ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO – Sr. Presidente, aproveitando ainda a presença do Senador Humberto Costa, agradeço as honrosas palavras e espero fazer jus a elas uma vez aprovado aqui.

Muito obrigado, Senador Humberto.

Voltando-me aqui aos questionamentos, às ponderações da Senadora Ana Amélia, afirmo que ela tem absoluta razão quando se refere ao crescimento tanto da população que tem acesso a planos de saúde, hoje, ou seja, que tem acesso à saúde suplementar, como em relação ao grandioso aumento do volume de reclamações.

A gente – e digo “a gente”, permitam-me assim dizê-lo, porque hoje estou como diretor adjunto –, na

agência, a identificação que temos é de que há um esclarecimento maior do consumidor sobre os seus direitos, há uma divulgação muito maior, muito mais intensa dos canais de relacionamento da ANS, e isso contribui... Além do crescimento da população que tem acesso aos planos de saúde, esse esclarecimento contribui muito para o aumento do volume de reclamações, de demandas.

Exatamente esse aumento nos fez verificar, com o tempo, com a experiência, que o processo de fiscalização atual pode ser melhorado, pode ser mais eficiente, a partir do momento em que introduzirmos um conceito coletivo, um conceito de coletivização. Então, há um movimento na agência, Senadora, um projeto, que vem sendo discutido competentemente pelos técnicos, notadamente da Diretoria de Fiscalização, com participação de todas as diretorias, sobre emprestar um efeito coletivo a esse olhar da fiscalização.

O que seria isso? Para enfrentar esse volume de demandas e de reclamações, hoje, na agência, deve-se aumentar o rigor na fiscalização, aumentando o valor das multas, mas aglutinando as infrações num processo único, anual, semestral ou trimestral, que ainda está sendo discutido, mas com medidas de impacto até na comercialização dos planos de saúde.

Hoje nós temos, por exemplo, o que é uma medida de sucesso da agência, o monitoramento assistencial. Ou seja: quando demonstrado que a operadora tem problemas assistenciais graves, sérios, ela pode sofrer até a suspensão da comercialização dos seus planos de saúde; ela pode sofrer essa medida cautela de parte da agência.

Então, a ideia é levar um pouco disso, desse raciocínio, desse princípio para a fiscalização como um todo, em que a operadora seja medida por índices e que o critério seja muito mais rigoroso na aplicação da penalidade; porém, sempre com uma visão coletiva, com uma visão de índice, com uma visão do *status* da operadora quanto à conduta dela no todo, à postura da operadora e não quanto às suas condutas pontuais.

Isso diminuiria o número de processos, aumentaria o rigor e tornaria mais efetiva a cobrança, o que me leva ao segundo ponto: uma visão de melhoria da arrecadação a partir do momento em que a gente torna mais eficiente o processo de cobrança, tornando-o mais curto e mais eficaz.

Isso é o que passa pela cabeça. Não quero, aqui, ser o pai da criança, mas isso está sendo discutido e competentemente conduzido pelos técnicos da agência, bem como pelo Dr. Eduardo Sales, o Diretor de Fiscalização atual, que está coordenando esse processo. Ele é o diretor hoje responsável, na agência, por isso.

Eu vejo com muitos bons olhos esse debate e essas ideias dentro da agência e gostaria muito de participar da implantação disso, a fim de minorar o impacto desse volume de reclamações hoje. E, com isso, sendo mais rigorosos, penso que a gente contribui, não apenas sendo mais rigoroso na fiscalização em si, no todo, mas, com o rigor da fiscalização assistencial, a gente tende a educar os planos de saúde, trazendo, pois, um conceito pedagógico, melhorando a qualidade assistencial, melhorando a qualidade regulatória e diminuindo o índice de reclamações, o volume de reclamações na agência quanto a esse aspecto.

Quanto ao passivo de ressarcimento ao SUS, é fato que nós temos um volume grande de ressarcimento. E eu queria aproveitar para registrar a presença do nosso Diretor de Desenvolvimento, o Dr. Bruno Sobral, que é o responsável pela área. Ele vem conduzindo as ações no sentido de proporcionar mudanças grandiosas na agência – ele e o Dr. Maurício Ceschin – quanto ao enfrentamento do passivo ao SUS, com resultados, em 2011 e 2012, recordes no ressarcimento ao SUS pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

E nós temos a ideia, nós temos, inclusive, um pedido – e estamos em conversação – para conseguir temporários específicos para o SUS, a fim de que esses temporários enfrentem exatamente as APACs, os tratamentos ambulatoriais. Hoje, estamos enfrentando o ressarcimento das internações; devemos enfrentar os tratamentos ambulatoriais também. Para isso, a gente também está conversando, discutindo a possibilidade de termos servidores temporários dedicados a isso, ou ainda, na leva de concursos que já está autorizada pelo Ministério da Saúde, dedicar uma parte desses servidores para o enfrentamento desse passivo. E, com isso, imaginamos melhorar ainda mais, batendo recordes e mais recordes com a arrecadação do ressarcimento, sem prejuízo do debate sobre outras medidas para aperfeiçoar esse processo. A discussão, a meu ver, hoje, é premente.

O que poderia ser feito? O método de ressarcimento ao SUS permite uma discussão, demanda uma reflexão sobre a alteração da metodologia. E isso vem sendo estudado, vem sendo discutido. Nós também não nos furtaremos a esse debate.

Senadora, são essas as medidas de enfrentamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, eu indago se V. Ex^a ainda deseja questionar os sabatinados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Não, estou satisfeita com as respostas. Apenas quero dizer que nós, nesta Casa, e esta Co-

missão, Sr. Presidente, estaremos a serviço, pois quanto mais eficiente for uma agência, maior o ganho da sociedade brasileira, e nós estamos aqui trabalhando para isso, para, inclusive, atender o clamor das ruas por melhor qualidade no atendimento à saúde. E tanto a ANS como a Anvisa têm um papel relevante nesse atendimento.

Estaremos juntos numa parceira em benefício da sociedade.

Muito obrigado, Dr. Elano.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Alencar Porto.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Senadora Ana Amélia, é com muito prazer que respondo às suas indagações, e me sinto muito à vontade para fazê-lo já que trabalho há alguns anos na Gerência Geral de Medicamentos.

Quanto ao questionamento a respeito dos fitoterápicos, de fato é uma área complexa, e complexa no sentido da própria análise do processo, ou seja, é difícil estabelecer marcadores para medicamentos fitoterápicos. Existe uma análise bastante complexa sobre esse processo.

Quanto à demora no processo de avaliação de fitoterápicos, nós temos ainda uma deficiência muito grande de servidores na agência. A área de medicamentos tem um volume extraordinário de petições, sejam elas de registro ou de pós-registro, e conta, hoje, com um quadro de 80 a 100 técnicos. Esse número, de fato, está muito aquém da necessidade. O setor produtivo, hoje, é altamente competente e altamente demandante. Portanto, as petições ficam cada vez mais complexas e, por conseguinte, a análise um pouco mais demorada.

A Anvisa, de fato, há muito tempo, já está ciente dessa demanda. Estamos trabalhando no sentido de conseguir resolver, de maneira muito rápida, esse processo. Os fitoterápicos passarão por uma reformulação – tenho conhecimento disso – de maneira que possamos conseguir alcançar atender a esse clamor social por um produto de tal importância para diversos programas, como o Programa Farmácia Popular e os programas de atendimento do SUS, que contribuem bastante para a minimização dos atendimentos mais complexos depois.

Quanto à lenalidomida, esse processo – e também me sinto à vontade no particular – passou já pela avaliação da Diretoria Colegiada e, de fato, não logrou êxito no seu registro, pois houve alguns problemas no dossiê apresentado pela empresa. Isso, no entanto, em nada impede que ela protocole novamente o processo. Ressalto que os pacientes não estão desatendidos –

essa é uma preocupação constante da Anvisa –, pois existem dois outros produtos que podem atender as demandas dos pacientes portadores de mieloma múltiplo.

Assim, agradeço as palavras de V. Ex^a, como agradeço as palavras do Senador Humberto Costa, apesar de já não estar aqui, e agradeço também, por fim, a presença de diversas autoridades, entre elas, dois Diretores da Anvisa: o Dr. Jaime e o Dr. Agenor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, repetir para o Dr. Renato, como já havia feito para o Dr. Ivo, o último sabatinado por esta Comissão para a Anvisa, que o meu interesse não é em relação ao laboratório que produz o medicamento, mas sim em relação aos pacientes. Então, esclareço bem esse ponto.

Quero aproveitar para, cumprimentando-o pelas suas respostas, dizer que fiquei animada especialmente com esse olhar e essa prioridade que a Anvisa está dando, mudando a forma de regulamentação e a análise dos medicamentos fitoterápicos, o que, penso, será um grande acerto.

Ainda queria, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, aproveitar para, antes de encerrarmos, fazer o registro da presença a esta reunião do Sr. André Longo, Presidente da ANS, a quem cumprimento, bem como do Dr. Ivo Bucaresky, que aqui representa o Dr. Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa.

O Dr. Ivo sentou aqui, nesse mesmo lugar onde está o Dr. Renato, numa audiência pública em que nós fizemos uma sabatina muito rica. E foi no momento do concurso para a Anvisa. O Dr. Ivo, casualmente, estava sendo sabatinado e era o responsável pelo concurso. Levantei e li para ele, mais ou menos, metade das mensagens que havia recebido pela Internet, pelo Twitter, porque sou usuária de redes sociais. Li as mensagens das pessoas – tive a cobertura do Presidente Waldemir Moka nesse processo –, solicitando, na maioria dos casos, o cancelamento do concurso público, que envolvia cerca de 125 mil participantes no Brasil inteiro. prontamente, o Dr. Ivo saiu daqui com a missão, discutiui. Fiz uma solicitação para que, assim que a comissão especial que iria examinar encontrasse uma solução, comunicasse à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu estava em Boston, nos Estados Unidos, participando de um seminário, com vários outros Senadores, discutindo as questões da educação, quando recebi um telefonema do Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, dando ciência de que havia sido cancelado esse certame e feito uma multa à empresa cujo serviço havia sido contratado. Eu queria fazer esse registro. Já o fizemos nesta Comissão, mas sempre vale repetir.

Todos – a imprensa, os políticos – costumamos criticar os malfeitos, mas os benfeitos têm que ser destacados. Eu faço questão de reconhecer um gesto de absoluta responsabilidade, competência, agilidade, da Anvisa nesse procedimento. E cumprimento o Dr. Ivo Bucaresky por ter sido o coordenador disso, e coincidiu com o dia da sabatina.

Então, eu queria renovar, Senador Waldemir Moka, os cumprimentos à Anvisa, especialmente na reação que teve a esse episódio, beneficiando aqueles concursados, renovando a disputa para um cargo tão importante de uma agência reguladora como a Anvisa.

Muito obrigada, meu caro Presidente. Ao mesmo tempo, já proponho que as duas indicações, como nós estamos às vésperas do recesso parlamentar, sejam votadas ainda hoje, se possível, tenham a tramitação em regime de urgência no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero conceder a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar o Dr. Renato e o Dr. Elano, que aqui fazem a sabatina, saudar o Dr. André Longo e o Dr. Ivo e registrar, Sr. Presidente, primeiro, o acerto das duas indicações. São duas indicações que engrandecem o serviço público, de pessoas que têm experiência comprovada. Sem dúvida nenhuma, nós temos que dotar as nossas agências, cada vez mais, de especialistas. Eu diria que o desejo da Presidenta Dilma é na direção exatamente das indicações que são feitas aqui, como também da indicação do Dr. Ivo para a Anvisa.

Gostaria, portanto, de saudar e registrar o meu voto favorável. E, na mesma direção da Senadora Ana Amélia – nós temos uma identidade muito grande de pensamento –, pedir a urgência para que possamos votar, hoje, em plenário, o Dr. Ivo, o Dr. Renato e o Dr. Elano, porque, na verdade, hoje, vamos, de certa forma, encerrar esse esforço concentrado que estamos fazendo. Então, peço a V. Ex^a que coloque em votação a urgência dos dois indicados, que o processado possa seguir para a Mesa, porque, às 15 horas, nós iniciaremos a Ordem do Dia e esperamos fazer uma votação maciça na tarde de hoje. Portanto, aprovar os dois nomes para a Anvisa e o Dr. Elano para a ANS ainda nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu estou entendendo, Senadora Ana Amélia, que a Presidência está autorizada a, oralmente, fazer o pedido de urgência para que, ainda hoje, nós possamos submeter, evidentemente se aprovados após o escrutínio, o nome do Dr. Elano e do Dr. Renato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu endosso aqui a posição do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como disse o Senador Humberto, o Dr. Ivo não foi questionado. Ele foi inquirido aqui. Eu me lembro muito bem disso. Eu já disse ao Ivo que tive uma surpresa positiva. Acho que ele conduziu bem o compromisso que ele tomou para si, e o Dr. Dirceu cumpriu. Eu recebi o primeiro telefonema, mas disse ao Dirceu: “Vocês devem muito mais satisfação à Senadora Ana Amélia do que a mim, porque ela questionou. Eu apenas, como Presidente, encaminhei essa questão.” Mas, realmente, a Comissão se sentiu contemplada com a presteza das informações e, principalmente, com a decisão que foi tomada, de que não haveria nenhum prejuízo para aqueles que fizeram concurso. Àqueles que não quisessem fazer mais seria devolvida a taxa de inscrição. Então, toda uma decisão que temos que, realmente, parabenizar.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

O Dr. Renato quer ainda, me parece, em função de colocações de V. Exª, fazer alguma colocação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria também endossar a inclusão do nome do Dr. Ivo Bucaresky no pedido de urgência do processado da Comissão para o plenário para votarmos hoje, às 15 horas, porque eu havia citado apenas os nomes do Dr. Renato e do Dr. Elano para a Anvisa e para ANS, respectivamente, mas incluo, com muito bom grado, o nome do Dr. Ivo Bucaresky para a Anvisa na votação de hoje, endossando a sugestão do Senador Romero Jucá. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu estava ainda aguardando a Senadora Lúcia Vânia. Eu tenho a impressão de que a Senadora Lúcia Vânia ainda vai chegar. A assessoria da Senadora Lúcia Vânia disse que S. Exª está em outra comissão, mas faz questão de vir aqui votar. Estamos aguardando S. Exª. *(Pausa.)*

Eu quero conceder a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Só para acrescentar, Senadora Ana Amélia, que, de fato, o processo de concurso público é muito importante para a Agência. Todos os servidores ficaram altamente atentos. E é um dos processos que está sendo levado a cabo para o incremento dessa capacidade de atender as demandas da sociedade. Absolutamente isso. E a forma conduzida pela comissão foi absolutamente republicana, da maneira mais correta, procedimental, inclusive aplicando a multa, como a senhora informou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia e Senadora Ana Amélia, quero convidá-las para fazermos... Vou encer-

rar. Como não há mais Senadores inscritos, eu quero... Antes de encerrar a votação, eu já quero convidar a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Ana Amélia para promoverem o escrutínio.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, informo para os Srs. Senadores... Eu já encerrei o processo de votação. Eu quero informar também que foram 19 Srªs e Srs. Senadores votantes.

Passamos, agora, ao escrutínio.

(Procede-se à apuração.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Comunico ao Presidente que houve unanimidade dos votos “sim” para o Dr. Elano Rodrigues de Figueiredo. *(Palmas.)*

Foram 19 votos: 18 votos SIM e 1 voto NÃO. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero, então, proclamar o resultado.

O Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo teve 19 votos “sim” e nenhum voto “não”.

Então, aprovado o nome do Sr. Elano Rodrigues de Figueiredo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Parabéns!

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sou eu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar o Dr. Elano e o Dr. Renato e desejar-lhes felicidade e sucesso no novo desafio que vão enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com 18 votos “sim” e 1 voto “não”, foi aprovado o nome do Sr. Renato Alencar Porto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Quero parabenizar o Dr. Elano e o Dr. Renato. *(Palmas.)*

Senadora Lúcia Vânia, há um requerimento do Senador Romero Jucá e da Senadora Ana Amélia para que a Presidência tome as devidas providências a fim de que, ainda hoje, nós possamos levar o nome do Dr. Renato, do Dr. Elano e também do Dr. Ivo, que, segundo o Humberto, está no limbo esperando a votação no plenário do Senado, para que o Plenário do Senado possa ainda hoje também se manifestar soberanamente a respeito dessas indicações.

Concedo a palavra a V. Exª. Quero saber se V. Exª está de acordo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, votado o requerimento de urgência, nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA. ANEXO II. DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia dezessete de julho de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Armando Monteiro e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador José Pimentel. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Autor, com a aquiescência do Relator. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2012 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Presidência

designa Relatora “ad hoc” a Senadora Ana Amélia, em substituição à Relatora “ad hoc” Senadora Angela Portela, que substituiu o Relator Senador Cristovam Buarque na Reunião realizada no dia 10/07/2013. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista. A Comissão de Assuntos Sociais aprova EXTRAPAUTA o Requerimento nº 39, de 2013-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim, solicitando. Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria fica sobrestada nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna.

ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010 – Terminativo – Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas. Autoria: Deputado Silvinho Peccioli. Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Cyro Miranda, em substituição ao Senador João Alberto Souza. Aprovada, em turno único, a Emenda nº 2-CI-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, com a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CI-CAS. (Substitutivo); e rejeitada a Emenda do Senador Arthur Virgílio. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2005 – Terminativo – Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”). Autoria: Senador Paulo Paim, TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007 – Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005. Fica Prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2007 – Terminativo – Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”). Autoria: Senador Paulo Paim, TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007 – Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005. Fica Prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

tivo – Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2010 – Terminativo – Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Relator do Vencido: Senador Humberto Costa. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais rejeita o Relatório da Senadora Vanessa. Grazziotin. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Humberto Costa. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2013 – Terminativo – Altera o § 2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2013 – Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Os convidados serão indicados posteriormente. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2013 – Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão brasileiros, em relação aos investimentos de alto risco, como os realizados nas empresas do Grupo EBX, do empresário Eike Batista, e outras. Para tanto, solicito seja convidado: Senhor João Maria Rabelo – Diretor

da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Às dez horas e dezoito minutos assume a Presidência a Senadora Vanessa Grazziotin, reassumindo a Presidência o Senador Waldemir Moka às dez horas e vinte e um minutos. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011; item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2013; item 9- Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Cyro Miranda e Armando Monteiro e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro não terminativos e seis terminativos.

Eu gostaria, antes de começarmos o exame dessa pauta, por se tratar da última reunião deste semestre, de fazer um breve resumo do trabalho que esta Comissão realizou ao longo deste semestre.

Nós fizemos uma reunião de instalação; tivemos 17 reuniões deliberativas; tivemos 15 audiências públicas; temos uma subcomissão ativa, que é a CASFG-TS; fizemos quatro sabatinas de diretores da Anvisa e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Total de projetos deliberados: 66 projetos. É, realmente, um número, até eu diria, na média desta Comissão, que sempre foi uma Comissão muito ativa, mas é um número, realmente, muito bom.

Tivemos dois projetos de profissões reconhecidas. Nós deliberamos sobre 38 requerimentos; distribuímos matérias, 153. Foram 153 matérias distribuídas aos Srs. Senadores, algumas que vão já relatadas, outras ainda a relatar.

Ofícios expedidos: 151.

Eu ainda gostaria de destacar, neste balanço do semestre, temas que nós discutimos e que tiveram repercussão, com um debate importante nesta Comissão.

Eu começaria pelo financiamento público da saúde. A Casa ouviu o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, os secretários de saúde dos Estados e entidades representativas do setor, e os Senadores desta Comissão aprofundaram o debate para que seja estabelecido o percentual mínimo de 10% das receitas brutas da União a serem aplicados na saúde pública do País.

Pelos levantamentos apresentados na CAS, só em 2011, os Municípios repassaram 20,5% de suas receitas na saúde e os Estados, 12,9%.

Entre os gargalos, a CAS discutiu a judicialização da saúde, a carência de profissionais e a estimativa de que há falta de pelo menos um médico por Município na atenção básica. Concluímos que o subfinanciamento tem reflexos no atendimento de média complexidade, com consequências na assistência.

Outro tema debatido foi a sustentabilidade dos planos de saúde.

Durante a prestação de contas anual da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e as sabatinas para escolha de diretores da ANS, nós, Senadores, discutimos o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.

Os planos de saúde estão entre os campeões de reclamação entre a população. Segundo o Conselho Federal de Medicina, a oferta disponível não é suficiente para atender ao crescente número de usuários.

Cobrança de investimento dos Municípios para o combate à droga. Realizamos audiência pública com o Secretário Nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça, convidado pela CAS e pela Comissão de Educação. Cobramos a designação de recursos para os Municípios onde a situação é mais grave. Não há um único Município brasileiro onde o *crack*, por exemplo, não tenha chegado.

Saúde do homem. A CAS debateu políticas públicas para a saúde do homem, com atenção especial ao crescimento do câncer de próstata. Aliás, a Senadora Ana Amélia foi a proponente dessa discussão e nós, inclusive, ficamos de, em novembro próximo, a exemplo do Outubro Rosa, tentar fazer o Novembro Azul, que é exatamente para chamarmos a atenção para esta que é, sem dúvida alguma, uma das doenças que mais atacam os homens não apenas do Bra-

sil, mas do mundo. Portanto, chamamos atenção para essa questão do câncer de próstata.

Exigência para médicos estrangeiros. Aprovamos o projeto que propõe exigências equivalentes às impostas aos médicos formados no País. O objetivo é transformar em lei a portaria do Ministério da Educação, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, conhecido como Revalida, o qual inclui provas de conhecimento teórico e prático, com testes de habilidades clínicas. O exame será instituído pela União com a colaboração das universidades públicas e do Conselho Federal de Medicina.

Deduções de doação para saúde no imposto de renda. Aprovamos a dedução da base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas de 50% do valor de doações feitas a programas de saúde autorizados pelo Executivo. A dedução pode ser feita até o exercício fiscal de 2017 e pode contribuir para o aumento de recursos para o SUS.

Estatuto da Juventude. Houve envolvimento pessoal da Presidência da CAS para que o projeto fosse votado no plenário do Senado em regime de urgência. É claro que nós fizemos juntos, mas com a força muito grande desta Comissão. Logo depois de ser votado por este Colegiado, foi feito acordo entre os presidentes das comissões e a tramitação foi acelerada. Ouvimos as reivindicações das entidades representativas da juventude e os pontos mais polêmicos foram negociados no Senado.

Projeto contra a discriminação de mulheres no mercado de trabalho. O projeto aprovado na CAS cria mecanismos para prevenir, punir e coibir a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho com medidas de proteção e garantias de oportunidades iguais de acesso, permanência e remuneração nas relações do mercado urbano e rural. As empresas deverão incorporar o respeito e a igualdade entre homens e mulheres como um valor organizacional.

Aposentadoria especial para garis. Trabalhadores que fazem coleta de lixo, seleção de material, reciclagem e varrição de ruas poderão ter aposentadoria especial por exposição a agentes químicos, físicos e biológicos nocivos. O projeto garante o direito ao adicional de insalubridade equivalente a 40% da remuneração e deve ser comprovado o exercício da atividade por 25 anos.

Preferência para as pessoas com deficiência na restituição do imposto de renda. O projeto aprovado concede preferências às pessoas com deficiência na restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física sem prejuízo da prioridade já concedida aos idosos.

Emprego para o jovem aprendiz. Empresas com mais de 50 empregados serão obrigadas a contratar

aprendizes maiores de 18 anos. É o que prevê o PLS aprovado em decisão terminativa nesta Comissão. A proposta altera a CLT, para tornar obrigatória a contratação, definindo o número de aprendizes contratados, seguindo proporções mínimas, que variam de acordo com o número de empregados da empresa.

Duas profissões foram reconhecidas. Regulações de transcritor e revisor de textos em braile para tornar obrigatória a presença dos profissionais na produção de textos em braile. Pelo texto votado na Comissão, poderão exercer essa atividade os profissionais que tenham completado o ensino médio e possuam habilitação reconhecida pelo Ministério da Educação ou entidade representativa de deficientes visuais ou os que tenham exercido atividade por pelo menos três anos antes da promulgação dessa lei.

Regulamentação da profissão de motorista de veículo de emergência, como ambulâncias. O relator da matéria na CAS acatou o relatório aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para exercer a profissão de motorista de veículo de emergência o trabalhador deve portar carteira de habilitação de acordo com a dimensão do veículo: B para os de pequeno porte e D para os de maior porte. Também deve ter experiência mínima de dois anos na categoria habilitada.

Por fim, neste mês, aprovamos a Política Nacional de Tecnologia Social, criando mecanismo para a integração dos saberes popular, científico formal, além de incentivar a organização e o desenvolvimento de atividade de tecnologia social.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, rapidamente, esse foi um resumo das atividades ao longo deste semestre aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Eu quero crer que foi um semestre de intensa atividade, com uma produção, no mínimo, muito boa de projetos e de discussões, debates.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Waldemir Moka, nesta Comissão, não foi necessário o movimento da rua para que a gente trabalhasse com diligência e com afinco sob a sua coordenação para atender temas que são prioritários na agenda das ruas, como é a questão da saúde.

V. Ex^a elencou todas as iniciativas da Comissão e até fez referência aos 38 requerimentos aprovados. Fui autora de 6 requerimentos já aprovados para audiências públicas, como aquele que V. Ex^a teve a delicadeza de lembrar, sobre a saúde do homem. Foi uma iniciativa minha com a Sociedade Brasileira de Urologia, porque os homens, diferentemente das mulheres, são muito descuidados com a própria saúde. Eu costumo dizer que eles cuidam mais do carro, fazem mais revisão

periódica do seu automóvel, têm mais cuidado com o funcionamento do veículo do que com a própria saúde. Mas é assim a natureza. A gente viu nessa audiência que o homem só vai fazer um exame ou um *check up* motivado pela influência da mulher, da namorada, da companheira, da filha ou do filho, mais da filha. É sempre a mulher que o está instigando, provocando e estimulando a fazer o exame preventivo.

Da mesma forma, as mulheres precisam fazer um exame de prevenção, e aqui nós vimos, ao longo de todo o trabalho da Comissão, o quanto a prevenção tem relevância – V. Ex^a é médico, eu não estou ensinando o padre a rezar missa.

Então, fico feliz do seu envolvimento e de nós, em novembro, darmos uma grande repercussão ao Novembro Azul, para, na sequência do Outubro Rosa, mostrarmos a relevância.

Os dados que foram apresentados aqui, Senador Moka, se o senhor lembra, sobre câncer e mutilação de jovens, especialmente em algumas regiões do País, são uma coisa triste, diria vergonhosa até, do ponto de vista do século XXI. Alguns são provocados por descuidos básicos como higiene pessoal, por exemplo. Então, nós podemos fazer uma microrrevolução na saúde.

Queria apenas lembrar, Presidente Moka, que, entre as matérias dos requerimentos aprovados, eu tenho seis para audiências públicas, o primeiro trata de um assunto recorrente, eu tenho até falado sobre os candidatos à Anvisa, que é a questão dos portadores do mieloma múltiplo e a questão do medicamento lenalidomida. Então, essa audiência foi requerida.

Tenho outra audiência para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito; outra para discutir os impactos da isonomia tributária na aquisição de produtos para a saúde; outra para instruir o PLs277, de 2004, que altera a lei para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas; outro ainda para discutir políticas públicas de combate à obesidade – penso que é muito relevante a questão do combate à obesidade; V. Ex^a, como cardiologista, sabe que a obesidade é considerada um fator de extremo de risco pela cardiologia –; por fim, o último que foi aprovado, trata de discutir as perícias médicas do INSS. Aliás, esse não foi aprovado ainda.

O outro requerimento, que vou apresentar, relaciona-se à questão de órteses e próteses, em exame nesta Comissão.

Eu queria registrar – e V. Ex^a lembrou – a questão da sustentabilidade dos planos de saúde e o que os planos fazem: eles passam para o SUS p que deveria ser dos próprios planos.

O Dr. Elano, último candidato sabatinado aqui, falou que uma das metas e prioridades dele era exatamente fazer a resolução desse passivo que há dos planos de saúde para com o SUS.

Eu queria fazer esses registros e dizer que talvez o maior destaque tenha sido mesmo a questão relacionada ao ato médico. Eu queria fazer o registro para que as pessoas que acompanham esta transmissão saibam do envolvimento pessoal de V. Ex^a. Eu sou testemunha – eu não estou fazendo nenhum favor a V. Ex^a – do esforço pessoal na condição não só de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, mas na condição de Parlamentar experiente que vem da Câmara dos Deputados com uma convivência muito grande com a diversidade partidária que há na composição. E a Base do Governo, embora seja maior, não está bem sintonizada com questões como essa do ato médico. Então, embora o tema tenha passado 12 anos na Câmara dos Deputados e no Senado sendo discutido exaustivamente, o Governo resolveu fazer um enfrentamento com uma decisão de acordo com categorias médicas e o Congresso Nacional e, agora, está enfrentando exatamente a dificuldade da compreensão da sociedade em relação a isso, que é nossa preocupação.

E V. Ex^a teve um papel fundamental; esgotou todas as chances. O acordo chegou a ser fechado, só que, lamentavelmente, não foi cumprido. Então, quero fazer esse registro como tributo ao esforço do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais numa matéria tão relevante que diz respeito não à questão de importação, mas à saúde dos brasileiros.

Parabéns a V. Ex^a pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço, mas, evidentemente, esse trabalho é de um conjunto de Senadores e Senadoras.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas há um líder.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está bom, mas eu gostaria de...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de dividir esse mérito com colegas que tiveram atuação, como o Paulo Davim, Ciro Nogueira, Ana Rita, Paulo Paim, num determinado cotidiano, no dia a dia, nessas Comissões.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Na mesma linha da minha colega Senadora Ana Amélia, quero parabenizar esta Comissão de que faço parte com muito orgulho, desde a gestão do Senador

Jayme Campos, que imprimiu um ritmo fora de série. E V. Ex^a não deixou por menos, atento aos clamores de todos os seus pares aqui, nas audiências públicas.

A dedicação e o conhecimento que V. Ex^a tem como Parlamentar já bastante experiente deu para esta Comissão uma vida realmente muito importante.

Em relação ao ato médico, queria fazer uma justiça. Sei que houve um trabalho nesses 12 anos com muita gente envolvida, mas V. Ex^a foi fundamental, não só como Parlamentar, mas principalmente por sua visão médica. Sei até que V. Ex^a teve dificuldade para contornar algumas questões com amigos médicos, colegas seus da Câmara. Realmente se chegou ao que era, para nós, possível e até bom, mas algumas coisas foram desvirtuadas.

Quero registrar aqui também, Senador Moka, a minha amizade pessoal de uma conquista que fiz com V. Ex^a no final de 2011 e, principalmente, em 2012. Devo dizer que quero continuar me dedicando muito a esta Comissão. A saúde é tão vital quanto o tema de que trata a Comissão de que eu e Senadora Ana Amélia participamos, a Comissão de Educação. A saúde também tem de ter um quinhão orçamentário já destinado, porque, senão, não vamos sair dessa mesmice. Tenho certeza de que vamos ter um segundo semestre bem produtivo.

Mais uma vez, parabéns, e que tenham um descanso merecido de, pelo menos, alguns dias, pelo esforço e pelo trabalho deste semestre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda. Sou eu que agradeço sua amizade, que é muito importante para mim nessa convivência fraterna. V. Ex^a é sempre muito atencioso. Muitíssimo obrigado pela amizade.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, eu também não posso deixar de falar sobre a parceria que V. Ex^a estabeleceu nesta Comissão com todos os Senadores e Senadoras. A produção e a qualidade dos projetos decorreram, eu diria em 90%, da sua avaliação. V. Ex^a marcou aqui – e falo isso com muita tranquilidade, já que fui Presidente de Comissão – porque, além de colaborar nos projetos que entende que são justos, tem nos ajudado a articular no plenário. V. Ex^a disse: “Olha, Paim, esse projeto aqui, de fato, é importante, vou falar com o Presidente da Casa para ver se botamos na pauta.” Eu não vou citar para não dar ciúmeira, mas, pelo menos em meia dúzia, V. Ex^a ajudou inclusive no plenário.

Outra questão que quero destacar é que V. Ex^a já perguntou: “Paim, já conversou com o Governo? É

importante, Paim, conversar, porque somos da base do Governo, você é do partido da Presidenta, o Partido dos Trabalhadores, estabeleça o diálogo lá, veja o outro lado da rua, converse. Sou parceiro, mas vamos trabalhar em sintonia, para que não crie constrangimento para a Presidente.”

V. Ex^a tem mostrado uma linha, para mim, exemplar, de equilíbrio, tranquilidade, mesmo nas questões – permita que eu fale que V. Ex^a trata com muito cuidado – dos conflitos dos povos indígenas, quilombolas, dos agricultores instalados nas propriedades de acordo com os documentos que têm. V. Ex^a sempre diz: “Temos que caminhar em uma linha de entendimento e buscar uma indenização justa a quem de direito, ou seja, quem fica na terra fica, quem não fica tem que receber o que tem direito.” Concordo plenamente com a sua tese que tem sido referência para mim em algumas conversas que tenho tido lá no meu Rio Grande.

Em resumo, só posso dizer: parabéns a V. Ex^a. Temos aqui, todos, procurado atender, porque V. Ex^a cobra – e é bom que cobre. Tem projeto e audiência? Então, lá vem minha assessoria: “Olha, Paim, o Waldemir está te cobrando.” Eu respondo: diga que estou chegando.

Então, parabéns a toda a equipe que trabalha com V. Ex^a. Enfim, esta é uma Comissão que continua muito bem, e V. Ex^a tem dado uma dinâmica especial. Fica aqui minha homenagem pelo seu trabalho. Todos nós nos sentimos homenageados quando homenageamos V. Ex^a. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, é exatamente isso. Esta Comissão – e não é de agora, vem desde o Senador Jayme Campos, participei durante dois anos aqui – é ativa, atuante. Há debates aqui, os projetos vêm e é muito raro não conseguirmos votá-los. É realmente uma Comissão muito atuante.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita e, em seguida, ao Senador Paulo Davim.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, demais Senadores, finalizando este primeiro semestre, acho que o momento é propício para que possamos também manifestar um pouco a nossa opinião. De certa forma, é uma avaliação deste primeiro semestre. Eu digo que termino este primeiro semestre com a sensação de dever cumprido. Acho que, nas Comissões por onde passamos, fizemos o melhor que estava ao nosso alcance, em particular, nesta Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, com a qual tenho grande identificação, porque tratamos de temas da área social. É a minha área, a área de assistência social.

Esta Comissão teve uma dinâmica e um procedimento que não deixou a desejar em nenhum momento diante das demais. Portanto, quero aqui parabenizar o Senador Moka, que se esforçou muito para que houvesse essa dinâmica e também a equipe que colabora, os servidores da Casa, os nossos colegas de trabalho, que também nos ajudam muito na Comissão. Sem a presença deles, a Comissão não funcionaria como funciona. Então, parabenizo V. Ex^a pelo trabalho, desejando que o segundo semestre seja tão produtivo quanto este e, se possível, até mais, porque nós queremos sempre melhorar, nós queremos sempre buscar construir o melhor. E dizer que, pelo menos na minha avaliação, a maior parte dos projetos que passaram por aqui asseguram direitos que são fundamentais a nossa população brasileira – em determinados casos, setores da nossa população.

Quero parabenizar pelo trabalho que vem desenvolvendo e dizer que pode contar comigo sempre. Estou aqui a serviço e, então, quero me colocar sempre à disposição desta Comissão e das demais de que nós participamos aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos e que faz também um belíssimo trabalho. Apesar de estar no comando da CDH, ela está sempre presente aqui, atuante nesta Comissão.

Eu tenho certeza de que é um esforço dobrado porque nós sabemos o quanto demanda a Presidência de uma comissão permanente, aqui no Senado.

Parabéns a V. Ex^a.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, nada fortalece mais o trabalho do que o reconhecimento do que foi executado. Por isso que quero me somar a todas as vozes dos companheiros que se manifestaram.

Primeiramente, reconhece o comando da Comissão. Esta Comissão é uma comissão muito dinâmica, uma comissão viva, uma comissão presente, uma comissão que debate assuntos de extrema importância para a sociedade. Até por isso, precisa um comando sóbrio, um comando inteligente, um comando que saiba contemporizar interesses, inclusive. E V. Ex^a faz isso com uma maestria inegável.

Também não funcionaria de uma forma tão exitosa como funcionou se não dispuséssemos de pessoas, funcionários dedicados como são os servidores da Casa que estão nesta Comissão. Todos! Todos são extremamente abnegados, responsáveis, receptivos aos nossos pleitos. São sobretudo pessoas comprometidas

com o trabalho do Parlamento. E merecem aqui o reconhecimento e, por isso, faço questão de fazer esse registro, de sublinhar a importância desses servidores.

Capitaneados por V. Ex^a, conseguimos chegar a um balanço tão positivo neste primeiro semestre de 2013.

Faço isso, porque, se fosse o contrário, muitas vozes estariam dizendo pelos corredores e até aqui mesmo, criticando a ineficácia da Comissão. Então, é importante que a gente tenha hombridade e saiba reconhecer os acertos e o bom desempenho dos trabalhos aqui no Senado Federal.

Fica aqui o meu reconhecimento e quero parabenizar todos os servidores desta Comissão e do Senado, os nossos assessores, que também contribuem para o trabalho exitoso realizado neste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, quero, de público, também, reconhecer o esforço da equipe – é uma equipe mesmo. E aqui dizer que a Dulcília é exatamente o retrato da servidora pública de muita qualidade, de dedicação extrema. Às vezes, eu fico até meio... É impressionante a qualidade dos nossos consultores aqui no Senado, de altíssimo nível.

Se o Presidente não atrapalhar, a Comissão funciona bem.

Vamos passar à nossa pauta, lembrando que os projetos são todos terminativos. Temos quatro não terminativos, inclusive da Angela Portela, que já relatou, mas que não foi votado. Eu queria perguntar à Senadora Ana Amélia se ela pode fazer um resumo, porque eu gostaria de votar esse projeto, cuja relatora...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu ia passar ao item 2 da pauta, mas eu tenho a informação de que V. Ex^a vai pedir a retirada da pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Exatamente, eu já falei até com o Relator, o Senador Pimentel. Eu fui procurado ontem pelo grupo da CNI, comerciantes, representantes das panificadoras e padarias, e eles me pediram um prazo maior porque eles querem contribuir com o aprimoramento da matéria. Aí eu conversei com o Senador Pimentel, que também foi extremamente sensível à solicitação. Ele não está aqui e sei que a iniciativa deveria partir do Relator, mas sei que ele concorda. Por isso faço esse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, a pedido do Senador Paulo Davim, que é o autor da matéria, nós estamos retirando de pauta. Acho que isso é importante, para ouvir ainda mais os segmentos. É um projeto de que nós dois já

tivemos a oportunidade de fazer, em audiência pública, um enfrentamento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em relação ainda a essa matéria, louvo a atitude do Senador Paulo Davim, por ser, inclusive, médico, conhecedor profundo dos efeitos nocivos do tabaco, mas tenho uma preocupação e gostaria que ele em seu relatório pensasse: há um contrassenso, o Governo tem necessidade dessa arrecadação, estimula, cobra imposto altíssimo e é uma das grandes fontes de arrecadação do PIS. Nós precisaríamos acabar com esse falso moralismo. A proibição deveria ser na fabricação. Agora, permite que fabrique, precisa do imposto e depois não quer que venda? Há um contrassenso nisso. Eu acho que o caminho não é esse.

Eu louvo essa atitude do Senador Paulo Davim. Que a gente reexamine esse projeto, reestruture. Sou antitabagista, tenho na família sérios casos de câncer pulmonar. Agora, não pode haver dois pesos e duas medidas: incentivar, precisar do imposto e, de repente, dizer que agora não se pode vender.

Então, quero deixar essa alerta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, já tivemos a oportunidade de debater essa questão da arrecadação, que é bem menor do que as doenças crônicas que o fumo acarreta.

E creio que esse vai ser o nosso debate aqui.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 424, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012.

A Senadora Angela Portela fez o relatório.

Em 10 de julho de 2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais pela Senadora Angela Portela, Relatora *ad hoc*, a Presidência concede vista

coletiva ao Senador Paulo Davim e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

A votação será simbólica.

Consulto o Senador Paulo Davim e a Senadora Ana Rita se há alguma manifestação em decorrência do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação, concedo a palavra agora à Senadora Ana Amélia para as considerações que julgar necessárias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa matéria já foi apresentada aqui.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, que é o autor desse projeto.

O Relator original era do Senador Cristovam Buarque. A Senadora Angela Portela foi a Relatora *ad hoc*, e eu sou “bi” *ad hoc* agora do relatório desse projeto que pretende que a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação seja mandatória para todos os estagiários. No caso dos estágios não obrigatórios, a proposição deste projeto do Senador Paim mantém a obrigatoriedade já prevista de que, além da bolsa ou contraprestação, seja concedido auxílio-transporte.

Não temos dúvidas sobre as vantagens que as atividades do estágio obrigatório trazem para os alunos, em termos de aprendizado e preparação para o trabalho. No entanto, essas atividades também trazem ganhos importantes para as partes concedentes, que passam a contar com a mão de obra dos estagiários, sem os encargos trabalhistas derivados do vínculo empregatício.

Desse modo, os estágios obrigatórios oferecidos a título gracioso, sem qualquer tipo de remuneração para os estagiários, parecem-nos exemplos de exploração inaceitável de mão de obra, e deveriam ser coibidos pela legislação.

A Lei do Estágio já prevê um conjunto importante de benefícios que alcançam os estudantes que fazem tanto estágios obrigatórios quanto não obrigatórios, tais como a contratação de seguro contra acidentes pessoais, a garantia de recesso de 30 dias e a redução da carga horária no período de provas, obtidos no passado recente, esses benefícios constituem avanços importantes trazidos pela normatização da matéria.

Entendemos que a alteração sugerida pelo ilustre Senador Paulo Paim, por meio do PLS nº 424, de 2012, soma-se a esses avanços e, por isso, somos favoráveis à proposição de entender o benefício do Bolsa ou outro tipo de contraprestação acordada entre as partes a todos os estudantes que precisem fazer estágio para concluir a sua formação.

Por isso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de autoria do Senador Paulo Paim, com relatoria dos Senadores Cristovam Buarque e Angela Portela.

Esse é o parecer, Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao autor da matéria, Senador Paulo Paim, e, logo em seguida, ao Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quanto a esse projeto, ainda não houve entendimento final junto às instâncias de Governo, mas ajustamos aqui – o projeto não é terminativo nesta Comissão –, e assegurei aqui, na conversa que tive, que ele vai para a Comissão de Educação, onde é terminativo, e lá, então, nós vamos discutir o mérito com a profundidade devida, em audiências públicas, com a participação, inclusive, do MEC.

Então, votaríamos aqui, não terminativo, vai para a Comissão de Educação, tendo ficado ajustado que lá faremos o segundo encaminhamento com votações e, naturalmente, com audiência pública ouvindo todos os setores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

Em seguida, Senadora Ana Rita.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, com todo respeito ao autor, ao Senador Relator e às duas Reladoras *ad hoc*, eu acho que esse projeto, repito, com todo respeito, não se coaduna com a realidade do que é o estágio obrigatório. O estágio obrigatório é parte da estrutura curricular de quem está fazendo a sua formação. Então, nesse aspecto, não cabe levantar o questionamento se há ou não exploração de mão de obra. Eu creio que instaurar agora a obrigatoriedade do pagamento pelo estágio obrigatório vai, inclusive, desestimular fortemente empresas, instituições que, para atender ao objetivo de um determinado curso, inclusive de universidades públicas, colocam à disposição daquela faculdade a sua estrutura, os seus quadros, dando um apoio, fazendo uma concessão, porque aquele jovem está trabalhando.

Por outro lado, me preocupa também... Eu acho que nós temos que trabalhar no Brasil para ampliarmos e construirmos cada vez mais direitos sociais. Tenho total concordância com isso. Agora, é óbvio que, se nós não centrarmos naquilo que é essencial, nós vamos onerar quem produz o tempo inteiro. Não estou falando de onerar ou reduzir margem de lucro, não; é o custo de trabalhar, é o custo de produzir, é o custo

de fazer serviço, que, no final das contas, termina se voltando contra o emprego.

Então, com todo respeito ao Senador Paim, eu votarei pela rejeição dessa matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Com a palavra a Senadora Ana Rita; depois, o Senador Cyro Miranda e volto ao autor da matéria.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, autor da matéria, e também Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, eu também levantaria uma preocupação que vai na linha do que o Senador Humberto colocou. Eu fico aqui pensando, Senador Paim, e gostaria que V. Ex^a também refletisse sobre isso. Eu acho mais do que justo que o estágio obrigatório seja remunerado, porque ele é obrigatório. E, muitas vezes, se ele não for remunerado, o estudante que precisa fazer o estágio pode ficar impossibilitado de exercer esse estágio obrigatório por condições mesmo de locomoção. Se ele não tem uma remuneração, se ele não tem um apoio financeiro, muitas vezes ele tem dificuldade até de se locomover para o local onde vai realizar o seu estágio obrigatório. Então, acho mais do que justo.

Agora, quando o estágio não é obrigatório, o que é uma prática que contribui para a sua formação também, para o seu aprendizado, o estudante deseja fazer e não é obrigatório, é mais uma forma não só de qualificar sua prática profissional, seu conhecimento profissional, mas, muitas vezes, de ele também participar de programas sociais, prestando uma colaboração, um serviço que é altamente importante para ele como estagiário e também para o público que vai se beneficiar do seu estágio.

Muitas vezes, em algumas universidades, existem grupos de estudantes que oferecem esse tipo de serviço para a comunidade, mesmo dentro da universidade ou em comunidades carentes, comunidades pobres, onde os estudantes vão por livre e espontânea vontade. Eles querem fazer isso. Em alguns casos, a gente sabe que existem programas que estimulam os estudantes a fazerem o estágio não remunerado. Se for obrigatória a remuneração, isso vai causar um custo para a universidade e nem sempre as universidades vão dar conta de suprir esse custo.

Por isso é importante avaliar, porque pode acontecer de esse tipo de prática deixar de existir por conta de uma exigência de pagamento desse serviço. O estudante deixa de exercer aquilo que ele gosta de fazer, que ele quer fazer, sem necessariamente estar

reivindicando um retorno financeiro, e o público deixará de ser beneficiado com essa prática.

Então, Sr. Presidente, eu acho que precisamos refletir melhor, Senador Paim. Eu acho que não são incompatíveis os dois estágios: o estágio obrigatório e o estágio não obrigatório. Quando nós colocamos uma condição para que possa ser realizado em função de uma remuneração, isso pode trazer a exclusão ou a eliminação dessa possibilidade. Eu acho que isso traz prejuízos.

Então, queria que refletissem sobre isso e que o senhor também se manifestasse sobre o assunto.

É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda e, logo em seguida, V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu louvo a atitude do Senador Paim, a preocupação, mas vejo, na prática, e concordo em gênero, número e grau com o Senador Humberto Costa, venho da lide empresarial, recebo todas as semanas centenas de pedidos para encaminhar estágios e dizem assim: “Não estamos preocupados com a remuneração; nós queremos que ele tenha o contato com a prática, o contato com a instituição; é uma maneira de ele começar a ter um entrosamento com essa empresa, com essa instituição onde ele poderá, depois, desenvolver um trabalho.” Isso vai inibir, certamente; vai dificultar, e muito; vai onerar, como tudo o que já foi dito.

Quero lembrar que, no passado, fizeram tanta lei de proteção ao menor, mas tanta lei, que hoje o menor não tem mais espaço para nada.

Se começarmos a cercear, em vez de ampliar esse estágio, será o contrário.

Então, eu sou pela rejeição, com todo o respeito e admiração que tenho pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador autor, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vejam as minhas preocupações aqui nestes anos em que estou no Congresso: toda vez que há um benefício direto que vai atender aos que mais precisam os argumentos surgem de todos os lados. Só vou lembrar um, Sr. Presidente, e aproveito para este balanço de fim de ano: apresentei um projeto da bolsa permanência. Os argumentos que ouvi foram na mesma linha dos que foram falados aqui: “Um absurdo; quem vai pagar isso?; é um absurdo, um absurdo, um absurdo.” Resultado: o MEC implantou a bolsa permanência, que vai de R\$400 a R\$900 para ajuda aos estudantes. Eu só posso bater palma.

Então, eu percebo que algumas iniciativas que esta Casa tem...

Um dia vou falar inclusive do ProUni, de como surgiu o ProUni, que depois foi aplicado e, na época, foi considerado um absurdo. O Paim quer agora incentivar a iniciativa privada a participar do ProUni. O ProUni é um sucesso absoluto. Eu ainda vou escrever um livro contando como surgiu o ProUni.

Esse projeto, no meu entendimento, Sr. Presidente...

Por isso, claro, fico chateado. Naturalmente, vou-me submeter à vontade da maioria, mas vai na contramão das ruas. As ruas estão pedindo, estão com um projeto aqui no Congresso, com os Governadores dando vale gratuito para os estudantes.

Aqui, olhem o que diz: “Um dos motivos é a concessão do auxílio-transporte.” Não é nem gratuito, Sr. Presidente, e o projeto virou um monstro. Não é nem gratuito!

O Governador do meu Estado do Rio Grande do Sul vai dar transporte gratuito para todos os estudantes, inclusive intermunicipal.

Aqui, na Casa, transporte gratuito para todo o Brasil é um debate que vamos fazer, naturalmente, mas, aqui, é o auxílio-transporte.

Auxílio significa que o trabalhador – no caso, aqui, o estudante – poderá ir para lá ou vocês acham que quem vai para lá, nesse estágio que estou colocando como optativo e que, naturalmente, depende da conciliação, tem condições? É um auxílio-transporte, que, no fundo, as ruas estão pedindo, no Brasil e no mundo. E nós nos negamos a dizer que o estagiário teria direito ao auxílio-transporte. Ele ainda vai pagar 6% do salário dele, como todo trabalhador paga. Então, ele tem de ir para lá, não receber nada e viver de vento?

E ainda fui tranquilo, aqui, no meu argumento. Cheguei e disse: é um projeto, porque assumi o compromisso, aqui, com a liderança do Governo quando vieram falar sobre o tema, de que iríamos à Comissão de Educação, faríamos audiência pública, ouvindo todas as partes, já que, aqui, não é terminativo.

Inúmeros projetos aconteceram aqui nesse sentido.

Eu apenas lamento que as ruas digam uma coisa e nós, aqui, vamos exatamente na contramão, quando São Paulo está decidindo pelo chamado custo zero para a passagem dos estudantes, o Rio Grande do Sul e, agora, Goiás também.

Quando a gente pede que o pobre menino, e um menino estagiário, tenha direito a uma ajuda para o vale-transporte, é considerado um projeto que vai quebrar as empresas, pelo que estou vendo aqui.

Eu não consigo entender. Sinceramente, não consigo entender.

Espero que cada um assuma o seu ponto de vista, quero cumprimentar as relatorias do projeto, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que foi o Relator original, cumprimentar a Senadora Angela Portela e cumprimentar a Senadora Ana Amélia, como Senadora *ad hoc*. Mas lamento, lamento mesmo, que, na última reunião da nossa Comissão, nós estejamos negando que o estudante estagiário possa ter o mesmo direito que os outros trabalhadores, que é um auxílio no vale-transporte que as empresas dão para todo mundo, mas que, agora, para esses estudantes, a gente não pode dar.

Lamento, lamento muito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente e Senador Paim, vejam: a proposta de V. Ex^a que está em discussão tem duas questões. A primeira é que o estágio obrigatório seja remunerado.

Vamos fazer, aqui, uma reflexão. Suponhamos que seja uma universidade privada. Ela tem de oferecer o estágio obrigatório. Ela, agora, além de oferecer o estágio obrigatório, vai ter de pagar ao estudante enquanto ele estiver fazendo o estágio obrigatório.

Alguém, aqui, tem a ilusão de que, no cálculo do valor das mensalidades, ela não vai colocar isso como custo? É óbvio que vai. É óbvio que vai.

Imaginem, agora, uma universidade pública, um curso de Medicina, em que o estudante passa o ano no internato. Algumas já oferecem algum tipo de bolsa, mas nós vamos onerar o orçamento dessas universidades, que já é limitado. Vejam bem, é muito bom a gente fazer política social, garantir direito social, mas isso não é o Banco Central, que fica emitindo dinheiro! Há limitação, restrições, existem prioridades que têm de ser objeto desse debate.

Então, a primeira questão concreta é esta: se for privado, vai ter de pagar para o seu aluno e vai cobrar na mensalidade.

Se, hoje, essa instituição pública ou privada... Muitas vezes, acontece que a universidade pública ou privada não tem estrutura para fornecer aquele estágio, então, ela faz convênios com uma empresa privada.

Agora, a empresa que vai abrir o estágio para aquela universidade mandar seus estudantes vai ser obrigada a pagar? Qual o sentido que isso tem?

A outra discussão é sobre o problema da passagem, do auxílio-transporte. Eu até acho que poderia ser objeto de uma discussão, não, também, sem levar em consideração que nós já avançamos um bocado na legislação que trata do estágio.

Antigamente, estagiário não ganhava nada, ganhava a promessa de se empregar mais para frente,

quando ele atingisse 18 anos ou terminasse o curso. Hoje há uma bolsa definida, definição de jornada de trabalho, definição de que esse estágio é para aprendizagem; por isso, chama-se estudante aprendiz. Enfim, até se fossem duas propostas separadas, eu até me disporia a fazer outro tipo de discussão, mas, da forma como está aqui, sinceramente, vamos propor um benefício que, na verdade, não vai existir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, pela última vez, como autor. Senão nós vamos ficar em um debate em que, evidentemente, os argumentos serão necessariamente importantes, mas precisamos concluir essa discussão e, se for o caso, levar o projeto à votação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Amélia havia pedido a palavra antes. Depois, eu encerro, se V. Ex^a permitir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, dificilmente chegaremos a um entendimento sobre essa matéria, pois ela, de fato, contém questões muito sérias. Eu costumo dizer que não há almoço de graça. Sempre que se concede um benefício, alguém paga. O mérito da iniciativa do Senador Paim, de fato, é para evitar uma eventual “exploração” – entre aspas. Não se pode contar isso, porque é obrigatório, fala-se de estágio obrigatório.

Então, a instituição de ensino tem de submeter, seja no curso de Direito, no curso de Medicina e nos demais cursos que exigem, o aluno ao estágio obrigatório. No caso de uma universidade pública, a empresa que vai acolher o aluno que vai se submeter ao estágio obrigatório, a empresa que acolhe o estágio, ou a instituição de ensino que tem de arrumar o lugar para ele fazer o estágio, da mesma forma. Mas em geral cabe ao próprio estudante buscar esse estágio. Então, há dois aspectos: o da instituição de ensino e o do acolhedor. Então, quem paga? Vai dividir? É complexa a operação, a despeito do mérito da questão social.

O Senador Paim lembrou bem o movimento das ruas pelo passe livre, as iniciativas que levaram alguns administradores a agir, mas, para fazerem isso, tiveram de retirar dinheiro de outras áreas. Não houve simplesmente uma concessão. Os Estados e os Municípios estão financeiramente falidos.

O grande problema agora do Senado Federal é o passe livre, proposto pelo Presidente da Casa. Quem vai pagar? Essa é a grande questão.

O mérito existe. A preocupação do Senador Paim é carregada de razão, mas, entre a preocupação social e a aplicação do projeto, a lógica, a realidade, a situ-

ação que nós estamos vivendo hoje. Essa é a grande questão. Então, tem todos os méritos.

Estou entendendo que é difícil encontrarmos aqui um entendimento. O projeto não é terminativo aqui. Há duas saídas: ou o votamos aqui ou permitimos um entendimento para atenuar os óbices e as barreiras para isso e, na Comissão de Educação, onde o projeto é terminativo e cujo Presidente está presente, o Senador Cyro Miranda, se até lá não for possível um entendimento para administrar melhor isso, para que não seja um ônus para todos e até um prejuízo para o estudante, que pode, em alguma medida, ser prejudicado...

Então, a preocupação do Senador Paim é inteiramente compreensível. Não há nenhum Senador aqui que não entenda isso, só que a racionalidade nos faz dizer isso.

Ainda não aprovamos o passe livre para todos os estudantes no Senado Federal, porque não há uma fonte de financiamento para isso e toda sociedade vai pagar. Até aquele trabalhador que leva quatro horas de ônibus, saindo da sua casa, para chegar até a cidade; até ele vai ter de pagar essa conta.

Então, o tema é delicado e muito importante. Socialmente ninguém o discute, mas vamos encontrar uma solução.

Então, proponho ao autor, Senador Paim, que tem muita habilidade ou o próprio Presidente Moka: ou submetemos à votação ou deixamos, porque não é matéria terminativa aqui – o voto não é nominal; é simbólico –, para que a Comissão de Educação, até lá, construirmos alguma alternativa que atenuar os riscos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora, a única pessoa que pode pedir a retirada da pauta é V. Ex^a, na condição de Relatora *ad hoc*.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, está retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – No linguajar lá da minha cidade, “aforante V. Ex^a”.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, “tirante eu”, como se diz na minha terra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, antes mesmo de a Senadora dar sua palavra final, eu queria ainda, como autor, contra-argumentar – a Senadora é Relatora *ad hoc* – primeiramente reconhecendo que falamos tanto em ensino técnico, falamos tanto que todos amamos ensino técnico. Eu vim do ensino técnico e valorizo o ensino técnico como sei que todos aqui valorizam. Inúmeras empresas, Sr. Presidente, cito o exemplo da Marco Polo, em Caxias, que, além de dar a formação para a moçada dentro da empresa, já dá, por exemplo, o vale-transporte. Aqui,

na verdade, vi que o foco foi dado só para a universidade, mas estou falando de todo emprego nacional. Claro que há vinculação com as empresas, e, por isso, a resistência natural, como acontece com todo projeto que aponta esse caminho.

Agora, é engraçado que até nós – eu falava com a Senadora Lídice da Mata – damos o vale transporte para nossas empregadas domésticas corretamente. Corretamente! Pagamos na íntegra, mas não queremos que o estudante estagiário tenha, pelo menos, o direito – trata-se de uma demanda do Brasil todo, das ruas – nem ao vale gratuito, ninguém está propondo gratuito, que têm os outros trabalhadores, ou seja, de pagar apenas 6% do correspondente àquilo que tem direito como ajuda para o vale-transporte. Vamos estar aqui assegurando que ele peque o mesmo ônibus dos outros trabalhadores.

No fundo, Sr. Presidente, o Senador Davim queria fazer aqui uma contribuição, que achei até interessante e que poderíamos encaminhar. Mediante a proposta que ele quer encaminhar, o que eu proporia à Senadora relatora é a primeira proposta que ela levantou e em cujo sentido eu também tinha apontado. Votamos o projeto, vamos para a Comissão de Educação – o Senador Cyro Miranda está aqui – onde faríamos audiência pública. Chamaremos todas as partes interessadas nesse tema para garantir, em resumo, o vale-transporte para o estudante estagiário. Lá, ouvindo a todos, poderemos chegar à conclusão de que dá para aprovar, com algumas alterações ou ainda se ele deve ser arquivado.

Senador Paulo Davim, se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, vou conceder vista à Senadora Ana Amélia, porque acho que, neste momento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vista ela não pode pedir, ela pode pedir a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A retirada de pauta, porque, na condição de relatora, ela pode fazê-lo.

Se formos votar e for rejeitado, V. Ex^a não terá condições de ir para a Comissão de Educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Prefiro, Sr. Presidente, sinceramente – por isso sou contra o voto secreto – que façamos a votação nominal. Tudo bem

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou colocar em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso. Eu só proporia que o Senador Paulo Davim, que quer fazer uma colocação, se V. Ex^a permitir, pudesse fazê-la porque acho que ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, por favor, vamos. Paulo Da-

vim, vamos, senão vamos ficar aqui em um debate que não termina.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero apenas fazer um questionamento regimental a V. Ex^a: é possível fazer uma audiência pública sobre a matéria nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É possível, é uma alternativa. Ainda vamos sobrestar a votação do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, acho que vamos fazer essa audiência pública. Ganharemos tempo com isso, faremos uma discussão mais ampla, e a questão não fica nesse processo de enfrentamento. Aí, poderemos ver a realidade, porque talvez estejamos falando, não somente o autor, de uma realidade diferente daquela que um reitor de universidade possa vir aqui apresentar. É possível que um representante dos trabalhadores também mostre uma realidade da qual não temos o nítido cenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – é uma alternativa. Senador Paulo Davim e, logo em seguida, Senador Armando Monteiro.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Moka, a título de contribuição, vi que se tornou polêmica essa questão do estágio obrigatório. Vêm as questões curriculares e etc. das universidades. A minha proposta é que seja acrescentado que ficaram fora dessa bolsa os estágios curriculares. Então, isso preservaria os estágios obrigatórios nas universidades e escolas técnicas.

Então, ficaria: “O estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação, excetuando-se os estágios curriculares.”

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, temo que essas questões de tentar resolver, elas podem...

Por isso que estou dizendo, a hora que você tira e tem um tempo para fazer isso, podemos criar uma alternativa de uma coisa...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ...que, realmente, chegue aqui de forma mais ajustada.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Mas, de qualquer forma, gostaria de registrar essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, entendo e agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Senador Armando Monteiro.

E, aí, vou dizer o seguinte: vamos ter que encontrar, talvez, essa questão da audiência pública me parece ser realmente uma alternativa também interessante.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, deixando muito claro sempre o respeito que tenho pelo autor e à tentativa da Relatora *ad hoc* de promover o entendimento que evite uma decisão que, ao final, signifique o prejuízo da proposição, acho que o que temos que fazer é deliberar. Uma Comissão tem que deliberar em certas circunstâncias. Fazer audiência pública sobre algo que está absolutamente claro, os seus efeitos, as suas implicações, portanto, é só uma forma de protelar o exame da matéria. Acho que temos elementos suficientes para deliberar com absoluto senso de responsabilidade e, por isso, devemos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

Senador Humberto. É que, aí, o debate não termina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, não vou fazer, só quero lembrar uma questão.

Não existe proibição de, num estágio voluntário, num estágio que, inclusive, é remunerado com uma bolsa prevista por lei, que a empresa dê um auxílio transporte, não é proibido, não é proibido. Outra coisa é dizer que é obrigatório fazer – é completamente diferente. Às vezes, pode ser uma empresa de médio porte, de pequeno porte, enfim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, sem querer fazer aparte a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, só dizer para ele que não vou fazer, não vou para o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não vou permitir isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A outra questão, Presidente, a outra questão é o seguinte:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não vou permitir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Hoje, o Ministério da Educação e Cultura está adotando bolsas, por exemplo, de manutenção para quem é do ProUni. Vamos trabalhar nessa linha, vamos conversar com o Ministério, para que ele possa... E isso aí pode atender a necessidades como transportes e tal. O que não acho correto é ficarmos aqui legislando para os outros fazerem uma série de coisas sem definir se há recursos, se não há, se isso vai pesar. Isso aí não pode.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, consulto V. Exª se reitera o seu pedido de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mantenho o pedido de fazer a audiência pública para ampliar a discussão sobre isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, está concedido...

Senador Paulo Paim, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até submeta à votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos conceder o pedido da Senadora Ana Amélia, marcar uma audiência pública, e a votação, apreciação da matéria, até que se realize essa audiência pública...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone*).

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos fazer o mais breve possível, comprometo-me com V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer, e isso eu queria dizer agora, que concordo com a iniciativa da Senadora Ana Amélia, porque, se eu queria fazer uma audiência pública lá, ela propõe que se faça aqui. Então, não há por que eu discordar da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Então, a decisão é de que está retirado de pauta, com o compromisso de que esta Comissão fará uma audiência pública para discutir, para instruir, melhor dizendo, o projeto e, logo em seguida, submeter à votação.

Temos vários projetos terminativos e temos quórum para deliberar, inclusive projetos que já foram lidos, como é o caso do item 5 da pauta.

Srs. Senadores, o Item 5, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, e o Relator é o Senador João Alberto. E eu pediria ao Senador Cyro Miranda... já foi lido, acho até que V. Exª chegou a debater a respeito deste projeto. Só lembrar o projeto e, logo em seguida, passarmos à votação nominal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

Também relembrar a todos e a mim também, que o projeto tem como objetivo estabelecer os cuidados e procedimentos que devem ser observados pelo proprietário ou morador de imóvel localizado na zona urbana e rural que possuam ou venham a instalar cerca eletrificada e energizada.

Preocupado com a instalação de um número crescente de cercas eletrificadas em todo o País sem que haja um mínimo de uniformidade nos regulamentos que assegurem a segurança dessas instalações, o autor do projeto propôs estabelecer algumas exigências mínimas a serem cumpridas em todo o País. São listadas especificações de ordem mais técnica, tais como a altura do primeiro fio eletrificado, a natureza da corrente e da amperagem, e a distância mínima de recipientes de gás liquefeito de petróleo. Além disso, exige-se a fixação de placas de aviso que alertem sobre o perigo de choque.

No entanto, diz aqui o Relator, Senador João Alberto de Souza, que, embora a cerca eletrificada seja, em princípio, assunto de interesse local e, portanto, matéria de competência municipal, ela se diferencia das demais edificações de interesse local pelo fato de usar energia elétrica. Como a Constituição Federal estabelece, no seu art. 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre energia, conclui-se que a competência para legislar sobre cercas eletrificadas é federal e a proposição está adequada aos ditames constitucionais. Ainda que seja necessário ditar algumas normas mínimas a serem observadas em todo o País, é importante dar às autoridades locais a oportunidade de introduzir regulamentos que reflitam condições locais.

Ou seja, ele aqui diz, Presidente, que isso é de alçada do Município e dos Estados.

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, com uma emenda. Acrescente-se, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, ementa com a seguinte redação: “Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.”

Esse é o relatório do Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Esse projeto já foi aqui lido.

Então, em votação a Emenda nº 2. É um substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, ressalvada a Emenda nº 1, do Senador Arthur Virgílio, e a Subemenda à Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura, que é um substitutivo.

Em votação nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com o Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Cyro Miranda é o Relator, *ad hoc*, voto conhecido.

Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovada a Emenda nº 2, da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a subemenda do Relator.

Aprovada.

Vou colocar em votação a Emenda nº 1, do Senador Arthur Virgílio, que tem parecer contrário do Relator. Quem vota com o Relator vota não à emenda.

Votação nominal.

Eu insisto que quem votar com o Relator está votando contra a emenda do então Senador Artur Virgílio, hoje Prefeito de Manaus.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto, novamente, com o Relator Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Voto vencido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ah, desculpe, é que eu estava entendendo que V. Exª estava se referindo à emenda que está sendo rejeitada.

Voto conhecido, voto do Relator.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Resultado: aprovada em turno único a Emenda nº 2 da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Sociais. É um substitutivo com a Subemenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais e a Emenda nº 2 da Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Sociais. Rejeitada a emenda do Senador Arthur Virgílio.

O substitutivo será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282, combinado com a art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação do *Diário do Senado Federal*.

Da mesma forma, o item 8 também já foi lido.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 63, DE 2010

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações: – Em 03.08.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

– Em 10.07.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

Eu consulto a Senadora Vanessa Grazziotin se quer fazer alguma consideração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não.

Então, está em discussão esta matéria.

Para discutir, o Senador Humberto Costa e, logo em seguida, o Senador Paulo Davim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A minha questão é a seguinte: primeiramente este é um tema sobre o qual – e vários outros temas – que, a depender do desenvolvimento do conhecimento científico, do próprio desenvolvimento de medicamentos, nós podemos ter uma visão que varie no tempo em relação aos eventuais danos, porque alterações da própria droga básica podem acontecer. Portanto, eu acho que este é um assunto que não cabe definir em lei.

Por outro lado, a Anvisa recentemente travou uma forte discussão sobre essa temática quando tratou dos moderadores de apetite e definiu regras muito claras em relação às próprias anfetaminas.

Então, minha proposição seria a de que, em vez de nós aprovarmos uma lei, continuássemos a fiscalizar o trabalho da Anvisa, a quem cabe a responsabilidade de tratar deste tema.

Então, a minha sugestão seria esta: que nós rejeitássemos esta proposta, com todo o respeito ao Senador Marcelo Crivella, que teve a melhor das intenções.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Senador Paulo Davim e, logo em seguida, a Relatora, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Moka, eu vou na mesma linha do Senador Humberto. Eu acho que essas questões deveriam ser regulamentadas – como o são – por resolução da Anvisa.

Não se podem congelar essas decisões, sobretudo no tocante a tratamento, a medicamentos, a opções terapêuticas, a terapias em geral, em lei, porque as descobertas científicas avançam com uma rapidez astronômica.

Todas as semanas, todos os meses há alguma novidade no campo da terapêutica, no campo da farmacologia, de forma que haveria um congelamento das decisões.

Portanto, eu acho que é o tipo de matéria que deveria – como é – ser regulamentada por resolução da Anvisa. Então, a minha posição é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Bom, Sr. Presidente, primeiro quero dizer que, com o conteúdo dessas observações eu concordo plenamente, tanto que, no relatório que apresentei, sugiro

que seja acrescentado à Lei nº 5.991 o art. 57-A, cuja redação diz o seguinte:

Art. 1º
“Art. 57-A
.....

§ 3º Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a regulamentação, o controle e a fiscalização do disposto neste artigo.”

Então, cabe à Anvisa a regulamentação, o controle e a fiscalização desses medicamentos que já foram ditos. Anfetaminas deram muito problema e foram debatidas em inúmeras audiências públicas organizadas pela Anvisa. Num primeiro momento, foi vedada a sua comercialização. Num segundo momento, foi liberada a comercialização.

Então, eu concordo. Acho que o Senado não tem competência, através de lei, de determinar o que pode e o que não pode ser deliberado. Essa é uma competência da agência.

Para os Senadores, quero dizer que compreendo aqueles Senadores que votarão contrariamente, que já manifestaram o voto contrário ao meu relatório, porque o que eu coloco nessa Lei 5.991 já existe na outra lei que determina as competências da Anvisa, Sr. Presidente.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, entendendo a justificativa da nobre Senadora Vanessa Grazziotin, assinando embaixo de tudo o que ela colocou, eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone*) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin é a Relatora, voto conhecido.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone*) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone*) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. *Fora do microfone*) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. *Fora do microfone*) – Não, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSB – GO. *Fora do microfone*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por 11 votos NÃO, o projeto foi rejeitado.

Eu vou designar o Senador Humberto Costa como Relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Pergunto a V. Exª se está apto a relatar o vencido ou se o fará na próxima reunião desta Comissão?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Farei na próxima reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria de retirar da pauta o item 10, PLS nº 185. A relatoria é de minha autoria. Eu gostaria que V. Exª retirasse da pauta para nova análise do meu parecer, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedida a retirada do item 10 pelo Relator, para reexame da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 185, DE 2013

– Terminativo –

Altera o §2º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para elevar o percentual do adicional de periculosidade devido ao trabalhador, caso ele esteja exposto, simultaneamente, a agentes perigosos e insalubres, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2013.

Observações: – Votação nominal.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho um projeto, que é o item nº 6. Nós já estamos no nº 8 e no nº 10. Como temos quórum, peço, se possível, para votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É que eu estava aproveitando os que já tinham sido lidos.

Agora, item 6, cujo Relator é o Senador Armando Monteiro.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2005 – Terminativo –

Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”).

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2007 – Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto.

Observações: – Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são dois projetos, um de autoria do nobre Senador Paulo Paim, o Projeto de Lei do Senado nº 62, que tem por objetivo suprimir o inciso II do art. 134 da CLT, a fim de possibilitar que os empregados menores de 18 anos e com mais de 50 anos possam igualmente ter suas férias fracionadas em dois períodos, como autorizado aos demais trabalhadores, pelo inciso I do citado artigo.

Na justificativa, o autor contextualiza a proposta ao dizer que o parcelamento das férias ocorre, na maioria das vezes, em proveito do próprio trabalhador, que pode assim aglutinar os dias de férias com períodos festivos ou especiais, etc.

Já o PLS nº 286, de 2007, do nobre Senador Valdir Raupp, ao acrescentar novo parágrafo ao art. 134 da CLT, prevê a concessão de férias proporcionais aos empregados que tenham sido contratados há pelo menos seis meses.

Passamos à análise.

Sob o aspecto jurídico-formal, não vislumbramos qualquer óbice às propostas. Elas não afrontam princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais.

É bom que se registre que, atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a concessão do gozo de férias é ato exclusivo do empregador, não necessitando, portanto, de pedido ou anuência do empregado. As férias deverão ser concedidas nos 12 meses após a sua aquisição, em um só período, salvo nos casos excepcionais. Aos menores de 18 anos e aos maiores de 50, no entanto, as férias serão concedidas sempre de uma só vez, sem a possibilidade de fracionamento.

Como se sabe, o descanso anual remunerado é um direito assegurado ao trabalhador e foi elevado, em 1988, ao nível constitucional. Consequentemente, qualquer mudança nessa matéria deve ser analisada com muito critério, por força do princípio da proteção do trabalhador.

As legislações regulamentadoras das condições do trabalho de diversos países, em sintonia com as

transformações da nossa época, flexibilizam suas normas para permitir o parcelamento do gozo de férias.

Em relação ao PLS nº 62, de 2005, chamamos a atenção para o fato de que quase todas as convenções internacionais de trabalho contêm formas de flexibilização quanto à sua aplicação. É o caso da Convenção nº 132, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revista em 1970 e ratificada pelo Brasil em 23 de setembro de 1998. Nela se admite, em seu art. 8º, o fracionamento do período de férias anuais remuneradas, sem restrição aos menores de 18 e aos maiores de 50 anos de idade.

Reproduzimos o art. 8º:

1. O fracionamento do período de férias anuais remuneradas pode ser autorizado pela autoridade competente ou pelo órgão apropriado de cada país.

2. Salvo estipulação em contrário contida em acordo que vincule o empregador e a pessoa empregada em questão, e desde que a duração do serviço desta pessoa lhe dê direito a tal período de férias, uma das frações do referido período deverá corresponder pelo menos a duas semanas de trabalho ininterruptos.

Não encontramos na doutrina trabalhista as razões do legislador ter vedado ao menor de 18 e ao maior de 50 anos de idade o parcelamento do gozo das férias. O indicativo de tal rigidez, todavia, pode estar relacionado à idade com que as pessoas começavam a trabalhar e à expectativa de vida na época da edição da lei.

Como se sabe, até o advento da Constituição de 1988, permitia-se o trabalho do menor a partir dos 12 anos de idade. Certamente, a ele se dispensou um tratamento diferenciado, tendo em vista as condições de trabalho existentes na época e a tenra idade em que se lhe permitia iniciar a atividade laboral.

Já a vedação de parcelamento de férias ao maior de 50 anos de idade pode ter sua explicação na baixa expectativa de vida dos brasileiros, à época, gerando, dessa maneira, um tratamento especial para esses trabalhadores.

Vale ressaltar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida no País passou de 42,7 anos, em 1940, meu caro Senador Moka, para 52 anos, em 1960, mantendo-se estabilizada até 1970, quando saltou para 61,7 anos, em 1980, faixa em que eu particularmente me incluo.

Ainda de acordo com o IBGE, em 2011, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 74 anos, um incremento de 0,31 anos, ou seja 3 meses e 22 dias. E assim houve uma evolução. Já em 2011, por exemplo, para as mulheres, essa expectativa alcança 77 anos.

Assim, a alteração, proposta pelo PLS nº 62, de 2005, é perfeitamente admissível. Ela atende os legítimos interesses do empregador, ao mesmo tempo em que respeita os direitos fundamentais e inalienáveis do trabalhador e, no caso, o direito atinente às férias.

A proposição, ao introduzir flexibilização de norma trabalhista objetivando a sua adequação à realidade presente, observa o princípio de proteção ao trabalhador e torna seus efeitos menos onerosos para o patrão, sem ocasionar prejuízos ou impor excessivos sacrifícios aos trabalhadores menores de dezoito e maiores de cinquenta anos.

Em relação ao PLS nº 286, de 2007, é de se enfatizar que não há precedente legislativo autorizando o gozo de férias antes de o empregado ter completado o período aquisitivo, que é de um ano, exceto quando pactuado por instrumento coletivo na forma de acordo ou convenção coletiva de trabalho, razão pela qual se procura, por este projeto de lei, o preenchimento desta lacuna legislativa.

A proposição possibilita, em caráter excepcional, a concessão de férias proporcionais, o que poderá ser objeto de arbitramento por parte do empregador ou pela via da livre negociação entre as partes.

Sobre as férias proporcionais, em período inferior a um ano, existe, como reforço à tese ora apresentada, o contido na Súmula nº 171, do Tribunal Superior do Trabalho, que assim consigna:

Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses como dispõe o art. 147 da CLT (ex-Prejulgado nº 51).

Assim, no caso de extinção do contrato de trabalho, excetuado por justa causa, o empregado faz jus a férias proporcionais.

Portanto, em princípio, nada obsta a que as férias possam ser gozadas semestralmente, em caráter excepcional, conforme estabelecido nesta proposição.

Por isso tudo, podemos afirmar que ambas as proposições são meritórias, uma vez que refletem com muita propriedade a modernização das relações de trabalho, sem, no entanto, ferir qualquer direito do trabalhador. Assim, tendo em vista o grande alcance social das medidas preconizadas por ambos os projetos, incorporamos o inteiro teor das iniciativas.

Uma única observação vai ao gozo das férias proporcionais aos empregados contratados há, pelo

menos, seis meses, previsto no PLS nº 286, que, por ser uma exceção, entendemos que só possa ser permitida por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Por fim, em atendimento ao preceito regimental, aprovamos o PLS nº 62, de 2005, por ser o mais antigo. Entretanto, embora formalmente rejeitado, o PLS nº 286, de 2007, é aproveitado no texto constante da emenda que, ao final, apresentamos.

Então, fica o nosso voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2005

Altera o art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho para permitir o parcelamento de férias dos empregados menores de 18 e maiores de 50 anos de idade, bem como a concessão do gozo de férias proporcionais aos empregados contratados há, pelo menos, seis meses.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O §2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

.....
§ 2º Mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, ao empregado contratado há, pelo menos, seis meses, poderá ser concedida, em caráter excepcional, o gozo de férias proporcionais, em um só período, após o qual será iniciado novo período aquisitivo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É essa a emenda, Sr. Presidente, e esse é o nosso voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Nós estamos com o quórum exatamente no limite e eu quero aproveitá-lo. Nós temos mais dois projetos que dependem de quórum.

Também vamos encerrar o semestre votando todos os projetos, o que é muito importante.

Concedo a palavra para discutir o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só cumprimentar o Senador Rubens Monteiro. Que bom que ele foi relator! Ele entendeu que o projeto mais antigo deveria prevalecer e a emenda dele amplia o aspecto da livre negociação. Fico feliz que ele tenha sido relator, porque eu já cansei de ver senadores da Casa, por uma ambição política, derrubarem o projeto mais antigo, embora idêntico aquele que surgiu recentemente.

Então, os meus cumprimentos ao Senador Armando Monteiro.

Que bom que V. Ex^a foi o relator, viu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Como aqui nos encontramos, também quero homenagear V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E V. Ex^a tem todos os méritos.

Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005, que tem preferência regimental.

Votação nominal.

O Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCDOB – AM) – Cumprimentando o autor e o Relator, eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cumprimentando o autor e Relator também o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Davim está ali naquela sala, eu pediria que chamassem S. Ex^a.

Senador Eduardo Suplicy.

É o Senador Paulo Davim votando com o Relator.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco /PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator. Também o nosso reconhecimento pelo trabalho que foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSB –GO) – Parabenizando o autor e, principalmente, o Relator Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Armando Monteiro, a quem a Presidência cumprimenta pelo brilhante relatório, tem voto conhecido.

Aprovado, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005.

Fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quanto ao item 07, eu vou pedir ao Senador Paulo Paim que faça a relatoria *ad hoc*.

O Relator original é o Senador Casildo Maldaner.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2007

– Terminativo –

Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria ad hoc: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007.

Observações: – Em 28.05.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a recomendação de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007.

– Votação nominal

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se for possível, quero registrar o meu voto de acordo com o Relator, em função de votação importante que se realiza nesta instante na CCJ, onde também preciso estar presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Infelizmente, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência não pode acolher antes do processo de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas aqui é um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um minuto. Sr. Presidente, primeiro nós temos que fazer uma homenagem ao nosso querido Senador Sérgio Zambiasi, sei que essa também é a posição da Senadora Ana Amélia, pela iniciativa.

Mas, como foi dito, o Relator Casildo Maldaner considerou o projeto prejudicado. Então, nós não estamos rejeitando. É que S. Ex^a entendeu que essa visão já está contemplada mediante Projeto de Resolução encaminhado pelo próprio Executivo. Por isso, o projeto está prejudicado, mas a proposta em si está aprovada.

Por isso, eu acompanho o Relator Casildo Maldaner, elogiando o Senador Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Lamentavelmente, Senador Eduardo, nós perdemos o quórum. Não há como submeter o projeto à votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, pelo menos, eu estava aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Eu tenho, ainda, dois requerimentos extrapauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2012, que altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para dispor sobre a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação para os estagiários. Os convidados serão indicados posteriormente.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas dizer, Senador Waldemir Moka, que esse é o requerimento que foi decorrente da instrução do PLS, em que eu fui Relatora “bi” *ad hoc*, não é? A segunda *ad hoc*, que é de autoria do Senador Paulo Paim e que trata do estágio e da concessão do auxílio transporte.

Apenas esse esclarecimento, Senador. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

O requerimento está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Projeto de Lei fica sobrestado até que a gente realize essa audiência pública.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão brasileiros, em relação aos investimentos de alto risco, como os realizados nas empresas do Grupo EBX, do empresário Eike Batista, e outras. Para tanto, solicito seja convidado: Senhor João Maria Rabelo – Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Waldemir Moka, hoje à tarde, o Senador Paulo Paim, eu e outros interessados estaremos com o Advogado-Geral da União, Dr. Luís Inácio Adams, para tratar de um caso triste e lamentável. Esta Comissão já tratou do assunto, por iniciativa do Senador Paim ou minha: o Fundo Aerus.

Todos já conhecem o drama dos aeronautas e aeroviários em relação a este fundo de pensão que faliu por erros e equívocos e por ausência de fiscalização. No mesmo momento, agora, a aposentadoria complementar é um campo extremamente importante. O fundo de pensão ele é também um agente que ativa a economia. Em país como o nosso, que não tem poupança interna, os fundos de pensão são, digamos, os agentes que ajudam a desenvolver a economia. Mas, para isso, é preciso um rigor muito grande, porque os fundos de pensão envolvem o dinheiro dos trabalhadores que contribuem para os fundos de pensão.

Os fundos de pensão do setor privado têm um rigor – eu mesma faço parte de um fundo de pensão privado – porque isso foi parte de uma política das empresas. Acho que é muito que todas as empresas grandes e médias que possam fazer fundos de pensão para os seus servidores, porque é, como se diz, aposentadoria complementar. Se a gente depender apenas do INSS, Senador Paim, a gente morre de fome, porque é uma aposentadoria muito pequena.

Então, o fundo é muito relevante.

As estatais, como Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras, todas têm um fundo de pensão e movimentam muitos recursos desses fundos de pensão.

Então, a minha preocupação, e por isso o requerimento, é que haja um cuidado muito grande com o dinheiro dos trabalhadores nesses fundos, para evitar que o caso Aerus se repita. Então, essa é a razão desse requerimento, em função do que houve recentemente na economia brasileira, com empresas grandes recebendo dinheiro dos fundos de pensão, representando uma perda de rendimento e, portanto, um prejuízo. Houve até a queda de ações importantes como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, que teve impacto também negativo sobre isso.

Então queremos ouvir na Comissão o Secretário, o titular da Previc, que é o órgão fiscalizador do Governo Federal que atende os fundos de pensão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a preocupação é justa. A Senadora foi muito feliz. Nós vamos hoje para a reunião com o Sr. Luís Adams, o Advogado-Geral da União, com essa mesma preocupação: a situação dos fundos de pensão e a quebraadeira que deu especificamente no Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Nós nos orgulhamos muito de ter encerrado a pauta também aqui nesta Comissão.

Mais uma vez agradeço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras pela presença, pela a determinação, pelo o bom debate e pelo o bom encaminhamento de todas as matérias.

E agradeço também, em nome dos Senadores e Senadoras, toda a nossa equipe aqui, os servidores desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quatorze minutos, do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Antonio Carlos Valadares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 41ª Reunião Extraordinária e 42ª Reunião Ordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2013.** Não Terminativo. Altera o art. 55 da Constituição Federal

para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 17/07/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, nos termos regimentais. Em 05/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antônio Carlos Rodrigues, acolhida parcialmente. Em 07/08/2013, foram apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira as Emendas nº 2, que recebeu parecer contrário, e 3, que recebeu parecer favorável. Em 07/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, acolhida parcialmente. Em 14/08/2013, durante a discussão, o Senador Eduardo Braga reformula o Relatório para alterar a expressão “voto secreto e maioria absoluta” por “voto da maioria absoluta” (constante do art. 55, § 2º, com a redação dada pelo art. 1º do Substitutivo) conforme sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Senhores Senadores. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2006.** Terminativo. Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Em 17/07/2013, foi feita a leitura do relatório. Em 07/08/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza, que recebeu parecer favorável. Em 07/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Votação nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o poder público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009.** Não Terminativo. Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula. **Autoria:** Deputado Clodovil Hernandez. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas Emendas de redação que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A matéria será

apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Luiz Henrique, Pedro Taques e Paulo Davim. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, de 2008.** Não Terminativo. Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. **Autoria:** Deputado Marcelo Barbieri. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável ao Projeto em sua redação original, dada pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta, ficando rejeitadas as Emendas nº 01-CCJ, nº 02-PLEN e nº 03-PLEN. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2009.** Terminativo. Altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2011.** Terminativo. Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Votação nominal. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, de 2012.** Terminativo. Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2012.** Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros. **Autoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, da Emenda nº 1-CMA, e com uma emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Votação nominal. **Resultado:** Aprovado o PLS

nº 359, de 2012, e as Emendas nº 1-CMA-CCJ e nº 2-CCJ. Fica prejudicado o PLS nº 364, de 2012. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Votação nominal. **Resultado:** Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2011- Complementar** – Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 134 de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 16) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2011. Não Terminativo.** Insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, de 2013. Não Terminativo.** Altera o art. 66 da Constituição Federal para modificar o processo de apreciação dos vetos Presidenciais. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos e outros. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2007.** Não Terminativo. Acrescenta inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física). **Autoria:** Deputado Paulo Rocha. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2007.** Não Terminativo. Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração. **Autoria:** Deputado Pastor Frankembergen. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2007.**

Não Terminativo. Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente. **Autoria:** Deputado Elismar Prado. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2007.** Não Terminativo. Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, de 2007.** Não Terminativo. Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Autoria:** Senador Wilson Matos. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2007.** Não Terminativo. Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais. **Autoria:** Senador César Borges. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2007.** Não Terminativo. Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2007.** Não Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2007.** Não Terminativo. Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas. **Autoria:** Senador César Borges. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2007.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO**

DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2007. Não Terminativo. Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, de 2007.** Não Terminativo. Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, de 2007.** Não Terminativo. Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 613, de 2007.** Não Terminativo. Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2008.** Não Terminativo. Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas. **Autoria:** Deputado Inocêncio Oliveira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, de 2008.** Não Terminativo. Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração. **Autoria:** Deputado Luiz Bittencourt. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 2008.** Não Terminativo. Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias. **Autoria:** Deputado Lobbe Neto. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, de 2008.** Não Terminativo. Altera a redação do inciso IX

do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios). **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2008.** Não Terminativo. Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2008.** Não Terminativo. Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir visibilidade dos equipamentos eletrônicos, medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2008.** Não Terminativo. Acrescente-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao “infrator contumaz da legislação de trânsito”. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2008.** Não Terminativo. Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente. **Autoria:** Senador César Borges. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2008.** Não Terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades. **Autoria:** Senador Gerson Camata. TRAMITA EM CONJUNTO COM O **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2009.** Não Terminativo. Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal. **Autoria:** Deputado Lincoln Portela. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, na forma do substitutivo que apresenta, tomando por base o PLC nº 99, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 103 e 128, de 2007; 198, de 2008 e 48, de 2009;

e dos Projetos de Lei do Senado nº 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Pedro Taques, nos termos regimentais. **ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA: ITEM 22) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2005.** Não Terminativo. Altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões). **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2007.** Não Terminativo. Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional de Defesa Civil. **Autoria:** Senador César Borges e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios

parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195. **Autoria:** Senador Alvaro Dias e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2009.** Não Terminativo. Altera a redação das alíneas a, b e c, do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para modificar o percentual de repasse da arrecadação de impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica. **Autoria:** Senador Aécio Neves e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2011.** Não Terminativo. Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2012.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação da PEC nº 31, de 2011, e pela rejeição das PECs nº 65, de 2005, 17, de 2007, 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009, 125, de 2011, e 2, de 2012. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 2012.** Não Terminativo. Altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para estabelecer o voto facultativo. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2012.** Não Terminativo. Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Ro-

doviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pelo reconhecimento do erro formal questionado por meio do Ofício SF nº 978, de 2013 do Senhor Presidente do Senado Federal, além de outros evidenciados neste Parecer, e, com a finalidade de corrigi-los, pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Aprovado o Requerimento 39, de 2013, de urgência para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ. **ITEM 25) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2013.** Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 123, de 2012. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 26) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, de 2013.** Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento”, com o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, que “estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional”, de autoria do Senador Armando Monteiro, por versarem sobre a mesma matéria. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41, de 2013.** Requer a realização de duas audiências públicas com especialistas em direito eleitoral para discussão do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 28) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42, de 2013.** Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário Nacional 25 anos de Democracia pelo Senado Federal, para comemorar o período de vigência da Constituição Cidadã de 1988. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze

horas, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, DE 2013; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2009; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2010; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2011; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras presentes que tomem seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 41ª Reunião Extraordinária e 42ª Reunião Ordinária.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as respectivas atas.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 21.

Sras. e Srs. Senadores, no início dos nossos trabalhos, nesta manhã, cabe a esta Presidência lembrar a V. Ex^{as} que hoje serão realizadas duas reuniões em nossa Comissão. Primeiro, teremos uma reunião ordinária destinada exclusivamente ao exame de proposições legislativas. Constam da pauta 21 itens, sendo oito para exame terminativo e os restantes, 13, para apreciação não terminativa.

A Presidência gostaria de chamar a atenção para o fato de que a maioria desses itens integra a nossa pauta pela primeira vez. Em decorrência dos esforços nos meses de junho e julho, e ainda na primeira reunião de agosto, conseguimos apreciar quase toda a pauta proposta para o primeiro semestre. Dessa forma, reitero: poderemos constatar que a pauta dos temas a serem apreciados é inteiramente nova.

Além de na reunião ordinária, conclamo V. Ex^{as} a permanecerem na segunda reunião, extraordinária, a ser realizada no dia de hoje, tendo em vista importante matéria: a discussão de votações de emendas ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias, emendas que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento, Planos e Fiscalização por parte desta Comissão.

Abro pequeno período para a participação dos Srs. Parlamentares no que diz respeito à pauta.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, em sendo o caso, que colocasse extrapauta a proposta de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário foi o Senador Ricardo Ferraço – e eu já ofereci o relatório –, que trata do voto facultativo, ao menos para que nós pudéssemos fazer a leitura. Neste momento em que a sociedade brasileira debate a maior participação popular, poderíamos debater se o direito fundamental de votar pode ser, ao mesmo tempo, direito e obrigação, ou não. É um tema, penso, que pode ser ao menos lido nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria é importante. Esta Presidência a distribuiu a V. Ex^a, que, como sempre, com rapidez, esmero e eficiência, a traz.

Consulto aos Srs. Parlamentares se podemos admitir a matéria extrapauta. Não havendo nenhuma discordância, a matéria será apreciada.

Consulto o Sr. Senador Pedro Taques. Haveremos de ler apenas o relatório?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É uma matéria importante. Haverei de conceder vista coletiva, para que, dentro de uma programação a ser pautada, nós a apreciemos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É uma matéria importantíssima que V. Ex^a traz, mostrando o desafio desta Comissão em encarar um tema tão importante.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, na condição de Líder do Partido Progressista, eu queria comunicar a V. Ex^a e a esta Casa que o Senador Ivo Cassol, do meu Partido, foi punido pelo Supremo na semana anterior. Estive com o Senador no dia de ontem. Ele vai apresentar embargos. Acredita que esses embargos serão provi-

dos, mas, caso exista qualquer solução negativa, ele tomará uma decisão que crie o menor constrangimento aos Senadores e ao Senado.

Em segundo lugar, eu queria dizer a V. Ex^a que o Senador Armando Monteiro apresentou projeto da maior importância, que está no item 11 da pauta, do qual eu sou Relator, relacionado a problemas de garantias em ações. A Fazenda me mandou algumas sugestões que eu gostaria de examinar. De modo que eu queria solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada pelo Senador Francisco Dornelles a retirada de pauta do item 11. Também registro comunicado da liderança feito por V. Ex^a.

Na forma regimental, está atendido o pedido de V. Ex^a.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 244, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu queria perguntar também a V. Ex^a, pois eu conversei com o Senador Paulo Bauer sobre o item 19 da pauta, se houve a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quanto ao item 19, o Senador Paulo Bauer pediu a retirada de pauta, com a anuência também do Sr. Relator, Senador Gim Argello.

Fica retirado, na forma regimental.

Também fica retirado, a pedido do Sr. Relator Gim Argello, o item 7 da pauta.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 96, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, alterando a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Autoria: Deputado Marcelo Barbieri

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável ao Projeto em sua redação original, dada pela Câmara dos Deputados, com uma emenda de redação que apresenta, ficando rejeitadas as Emendas nº 01-CCJ, nº 02-PLEN e nº 03-PLEN.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos aos nossos trabalhos.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: – Em 17/07/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, nos termos regimentais;

– Em 05/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que recebeu parecer favorável;

– Em 07/08/2013, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dependendo de relatório;

– Em 07/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, dependendo de relatório.

V. Ex^{as}, com esta Presidência, definiram um calendário para recebimento de emendas até a última sexta-feira.

Portanto, o Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, tem agora a oportunidade de defender o seu relatório, com as novas emendas apresentadas até o prazo fatal.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, conforme também debatido na última sessão desta Casa, fizemos questão de conversar com os Senadores que se debruçaram sobre esta matéria, para que nós pudéssemos chegar a um relatório que analisasse todas as emendas e que, ao mesmo tempo, pudesse exercer um debate com a consultoria do Senado, com especialistas na matéria, para que não houvesse nenhuma dúvida.

Vamos, portanto, ao relatório, que, creio, Sr. Presidente, buscou trazer essa segurança jurídica ao Plenário desta Comissão.

Relatório.

Na reunião do dia 17 de julho de 2013, apresentamos a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o nosso relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2013, que altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda de mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

Como já relatado, a PEC pretende inserir dois novos parágrafos, §3-A e §3-B, para prever que seja automática a perda do mandato do deputado ou senador em caso de condenação por improbidade administrativa ou crimes contra a Administração Pública.

Na ocasião, esta Presidência concedeu vistas ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, nos termos regimentais. Posteriormente, o ilustre parlamentar apresentou a Emenda nº 1 – CCJ, com o objetivo de aperfeiçoar o texto de nosso substitutivo, para: a) explicitar que a extinção do mandato em caso de condenação por improbidade ocorrerá apenas se for imposta a pena de perda do cargo ou função; e b) incluir os crimes hediondos na lista dos delitos cuja condenação acarretará a perda automática do mandato.

Na reunião da CCJ realizada no dia 7 de agosto, o Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou duas emendas (Emendas nº 2 e 3 – CCJ). Na ocasião, decidiu a Presidência da Comissão, acolhendo sugestão deste Relator, adiar para o dia de hoje a leitura do relatório sobre as emendas apresentadas, até para que se pudesse realizar o minucioso estudo que a matéria exige. Nesse ínterim, foi apresentada a Emenda nº 4 – CCJ pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Quanto ao conteúdo, esclarecemos que a Emenda nº 2 – CCJ estabelece o “prazo improrrogável de setenta e duas horas, a contar da comunicação do Poder Judiciário”, para que a perda do mandato seja declarada pela Mesa da Casa a que pertence o parlamentar.

Já a Emenda nº 3 – CCJ busca promover duas alterações. Em primeiro lugar, estende a perda automática em virtude de condenação por improbidade administrativa não só aos casos em que a perda do cargo for imposta como pena (tal como se encontra previsto na Emenda nº 1), mas também quando for aplicada a suspensão dos direitos políticos. Por outro lado, visa a estender a perda automática do mandato aos casos em que “a condenação criminal tenha por efeito a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo em sentença transitada em julgado”.

A Emenda nº 4 – CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Valares, acrescenta à lista de crimes que acarretam a perda automática do mandato o delito de lavagem de dinheiro e os cometidos “organização criminosa, quadrilha ou bando”.

As emendas foram apresentadas por Senadores que compõem esta CCJ. Atendem, portanto, ao previsto no inciso I do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Quanto ao mérito, opinamos pela rejeição da Emenda nº 2. Em primeiro lugar, entendemos que o prazo para a declaração da perda do cargo pela Mesa constitui matéria típica de disciplina regimental. Inseri-la na Constituição não se mostra, a nosso ver, conveniente. Além disso, o prazo já poderá ser fixado na própria decisão judicial. E, em último caso, eventual demora injustificada na declaração da perda do cargo de certo poderá ser atacada judicialmente, no caso concreto, pelo suplente interessado em ocupar a vaga, via mandado de segurança.

Diferentemente, recomendamos...

Sr. Presidente esta é uma matéria tão importante!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou pedir licença a V. Ex^a. Já ia tomar providências. Antes de devolver a palavra a V. Ex^a, solicito respeito, pedindo silêncio, a todos os presentes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Diferentemente, recomendamos a aprovação da Emenda nº 3, também apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Com a incorporação da alteração sugerida pelo nobre Colega, encontra-se uma fórmula genérica que permita estabelecer a perda automática do mandato sempre que for aplicada, no processo criminal, a perda do cargo, função ou mandato eletivo. Consideramos, no entanto, que a extinção do mandato, em caso de improbidade, deve ocorrer ape-

nas quando o Judiciário estabelecer a pena de perda da função, e não quando se impuser a suspensão dos direitos políticos.

Com o acolhimento quase total da Emenda nº 3, não se faz necessário descer ao detalhamento de enumerar diversos delitos, como propõem as Emendas nºs 1 e 4, deixando para esmiuçar os crimes que acarretam essa pena à legislação ordinária, atualmente o art. 92 do Código Penal.

Encontra-se, dessa maneira, uma solução de consenso, que incorpora a ideia original da PEC, além de, em essência, atender às legítimas pretensões dos Senadores Antonio Carlos Rodrigues e Antonio Carlos Valadares de não restringir a hipótese da perda automática do mandato àqueles originalmente previstos na PEC.

Como forma, então, de aglutinar essas alterações, apresentamos, Sr. Presidente, novo substitutivo, com o intuito de construir uma solução de consenso no âmbito desta Comissão.

Vamos ao voto.

Por essas razões e motivos, opinamos pela admissibilidade das Emendas nº 1 a 4 – CCJ, e, no mérito, votamos pela aprovação da Emenda nº 3, com a rejeição da Emenda nº 2 e o acolhimento parcial das Emendas nºs 1 e 4, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2013

Altera o art. 55 da Constituição Federal para tornar automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a Administração Pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55.....

§2º Nos casos dos incisos I, II e VI do caput, ressalvado o previsto no inciso II do § 3º, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido

político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§3º A perda do mandato será declarada pela Mesa da Casa respectiva:

I – nos casos previstos nos incisos III a V do caput, ressalvado o previsto no inciso II deste parágrafo, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa;

II – nas hipóteses dos incisos IV e VI do caput, imediatamente [Sr. Presidente, mais uma vez acatando uma sugestão, fruto do debate com diversos Senadores, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, substituímos a palavra “automaticamente” para “imediatamente”], mediante comunicação do Poder Judiciário, após trânsito em julgado:

a) pela prática improbidade administrativa, quando imposta a pena de perda do cargo ou da função pública;

*b) quando a condenação criminal tenha por efeito a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, nas hipóteses previstas em lei.
.....”(NR)*

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, já lido o relatório, eu gostaria apenas de fazer uma justificativa, até por uma questão de gentileza. Neste exato momento, eu deveria estar na cerimônia de entrega da Ordem do Mérito da Defesa, recebendo do Chanceler a Ordem do Mérito da Defesa, juntamente com outros homenageados. Tendo em vista a relevância do tema, a importância e o compromisso assumido não apenas com esta Comissão, mas com V. Exª e com o País, que nos acompanha, não pude ir à cerimônia. Quero aqui, portanto, publicamente, agradecer e justificar a minha ausência, porque estou aqui cumprindo o meu dever e o meu compromisso com relação a um relatório que reputo de elevada importância para a República e para o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga, eu gostaria de, em nome da Presidência desta Comissão, agradecer o extraordinário trabalho que V. Exª fez. Como Líder, soube ouvir, desafiando uma matéria tão importante para a nossa Casa e para o País. V. Exª fez, sem sombra de dúvidas, um trabalho digno do cargo que representa e do caráter e da dignidade que tem como cidadão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, para discussão da matéria. Inscrevo o Senador Rollemberg, o Senador Humberto e o Senador Taques.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Inicialmente, pela ordem. Em seguida, quero inscrever-me, após os Senadores já citados, para debater a matéria.

Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, a cópia da redação final da proposta do Senador Eduardo Braga. Estamos tratando de tema da maior importância, e é fundamental que tenhamos acesso ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Parece-me, inclusive – já quero fazer uma sugestão ao Senador Eduardo Braga –, se não estou enganado, que S. Exª se referiu, no texto que leu, nos casos de apreciação de perda de mandato pelo Congresso Nacional, ao voto secreto. Eu quero sugerir, se ouvi corretamente, que seja incorporado o voto aberto, já que o Plenário do Senado Federal já aprovou esta matéria, ou seja, a proposta de emenda à Constituição relativa aos casos de apreciação de perda de mandato. É apenas uma sugestão inicial. Solicito o texto para uma análise mais minuciosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª será atendido. As sugestões serão encaminhadas à palavra final do Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ilustre Sr. Relator, quero dizer que votarei com o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, embora queira manifestar aqui algumas preocupações.

Tentei, juntamente com a assessoria da Liderança da nossa Bancada, elaborar uma emenda que, infelizmente, não conseguir concluir, nem aprofundar-me no seu conteúdo. Por isso, reservo-me a apresentá-la no plenário. Por quê?

Primeiro, acho que agora está claro que não há qualquer tentativa de protelar este debate, como alguns foram ao plenário dizer, falando que se estava protegendo quem quer que seja. Como é óbvio que agora o Senado vai tomar uma decisão, acho que podemos fazer algumas reflexões.

A primeira delas é que nenhum Poder abre mão facilmente das suas prerrogativas, e isso é fundamental para o equilíbrio institucional, é fundamental para a democracia. Há poucos dias, tivemos aqui a aprovação de duas emendas constitucionais que tratavam da retirada de algumas penas, entendidas pela sociedade, em relação ao Ministério Público e em relação ao Poder

Judiciário, como sendo privilégios. E vimos de forma correta como os integrantes do Ministério Público e da Magistratura fizeram esse debate de modo a que não perdessem uma prerrogativa importante, que é a da vitaliciedade. Por isso, acho que o Congresso Nacional também não pode, de afogadilho, simplesmente porque há um clamor nacional, ou da mídia, ou de quem quer que seja, discutir essas proposições sem um aprofundamento. O que eu entendo é que nós precisamos pensar não diante de uma situação concreta, ou de um fato específico, como muitas vezes se pensa, mas diante de todas as possibilidades.

Vou fazer uma comparação aqui que talvez não seja a mais perfeita, mas é um parâmetro, porque vou tratar de um tema do ponto de vista de Justiça eleitoral. Recentemente, devolvemos aqui à família – ao Brasil, na verdade –, mas especificamente à família do ex-Senador Luís Carlos Prestes, o seu mandato, assim como ontem, a Câmara dos Deputados devolveu à família de vários ex-parlamentares e ao País o mandato de integrantes do antigo Partido Comunista do Brasil que à época foram cassados, juntamente com o Luís Carlos Prestes.

Vejam que foi uma decisão da Justiça que foi encaminhada sem questionamento por parte do Congresso Nacional àquela época. Ora, se nós adotarmos esse encaminhamento de que se faz automática a perda do mandato sem que tenha o Congresso a possibilidade de se manifestar sobre ela, nós poderemos, em alguns casos, estar fazendo justiça, e rapidamente, mas, em outros casos, abrindo mão de usar uma prerrogativa do Congresso quando, assim como aconteceu em 1947, o Poder Judiciário toma uma decisão injusta. E isso não é impossível de acontecer. Não há Poder que não erre. Nem o Papa é infalível, apesar do dogma de infalibilidade da Igreja. Mas ninguém, em sã consciência, nem os integrantes da Igreja, pensa que essa infalibilidade seja absoluta. Então, nós não podemos ter um Poder sobre cuja decisão não possa haver qualquer tipo de questionamento.

Por isso, eu entendo, obviamente, que nós precisamos criar caminhos para evitar a procrastinação. Muitas vezes nós caminhamos pelo roteiro mais simples de eliminar, por exemplo, espaços de recursos e tal, quando, na verdade, o que nós deveríamos fazer era estipular processos mais rápidos, bem mais rápidos. E, portanto, eu entendo que naqueles casos graves, por exemplo, talvez nós pudéssemos usar aquilo que está definido em relação ao crime eleitoral, ou seja, que o Congresso Nacional define essa perda.

Assim, quero manifestar aqui, novamente, meu voto em favor da resolução do relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga, mas gostaria de, sem

qualquer rótulo, fazer essa discussão no Plenário. O Congresso Nacional precisa discutir com absoluto equilíbrio e tranquilidade como fazer com que esses processos andem rapidamente, como fazer com que a justiça se estabeleça, mas não podemos perder de vista, nunca, que o Presidente da República, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário não podem ser absolutos nas suas decisões. Ninguém é infalível.

Então, eu me reservo a apresentar uma emenda que seja objeto da discussão no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Recebo a manifestação do Senador Humberto Costa.

Senador Pedro Taques, com a palavra V. Ex^a, como segundo orador inscrito. Depois o Senador Rollemberg, para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo resultado desse debate.

Uma pergunta tem que ser feita, Sr. Presidente. Será que algum Senador da República, entre os 81, pode dizer que nunca cometerá um crime? Eu não posso dizer isso e tenho certeza de que aqui não há nenhum iluminado que possa dizer que nunca cometerá um crime. Imagine: você sai daqui, Senador Eduardo Braga, um senador, um deputado federal, um parlamentar, atendendo às regras de trânsito, mas comete um homicídio culposo, conforme previsto na legislação de trânsito. Alguém pode dizer que nunca cometerá um crime? Eu não posso dizer isso. Quantos aqui já compraram, Sr. Presidente, cartucho de impressora de um, vamos dizer, executivo de fronteira? (*Risos.*) O art. 334 dispõe sobre isso. Quantos não tiraram cópia de livros? O art. 184 proíbe isso, que você compre filmes piratas, DVDs piratas. Isso é pirataria. Então, ninguém pode dizer que não cometerá um crime nesta sala.

Muito bem. A ideia, eu penso, trazida aqui, é que o mandato parlamentar é protegido pela Constituição porque é um resultado do que nós mais fizemos na História da humanidade, que é lutar para que a arbitrariedade e o absolutismo desapareçam.

Quero dizer com isso, Sr. Presidente, que, buscando no histórico dos debates constituintes, tinha-se a ideia de que o Poder Judiciário, em determinado momento, poderia – um Poder Judiciário não independente – cassar mandatos parlamentares a partir de condenações criminais. O Legislador Constituinte de 1988 buscou proteger o parlamentar nessas situações.

O Senador Humberto Costa trouxe exemplos históricos que são importantes. Com isso, entendo – e quero deixar bem expresso e sem subterfúgio – que determinadas situações, determinadas condenações

não são suficientes para que o parlamentar perca o seu mandato, mesmo existindo suspensão de direitos políticos.

Todos sabemos, Sr. Presidente, que em toda condenação criminal, independentemente da pena aplicada, inclusive pode ser pena de multa, existe a suspensão dos direitos políticos. Existe a suspensão – art. 15, inciso III. E essa suspensão dos direitos políticos possui algumas características, algumas consequências, melhor dizendo.

A primeira delas: quem tem suspenso os direitos políticos em razão de uma condenação criminal transitada em julgado não vota, não pode ser votado, não pode ser servidor público, não pode ajuizar ação popular, não pode representar o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade na Câmara dos Deputados, de acordo com a Lei nº 1.079. Essas são as consequências da suspensão dos direitos políticos.

Na condenação criminal do parlamentar pela prática de crimes contra a Administração Pública e crimes cujas penas sejam superiores a quatro anos de reclusão, deve existir a perda da função pública e também a suspensão dos direitos políticos por óbvio e, por consequência, a perda do mandato eletivo.

A Constituição foi interpretada pelo Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, permita-me fazer esta evolução, recentemente de três maneiras. Na Ação Penal nº 396, que é do Deputado Natan Donadon, o Supremo Tribunal Federal não determinou a perda do mandato. Não foi tocada a questão a respeito da perda do mandato, apenas sendo prevista, de forma genérica, a suspensão dos direitos políticos. Não vou cansá-los com a decisão que assim ressaltou.

Mais adiante, em outra ação penal, na Ação Penal nº 470, o famoso caso do mensalão, por maioria, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que a perda do mandato é decorrência imediata da condenação criminal em razão do art. 15, inciso III. O Supremo Tribunal Federal entendeu, no caso do mensalão, Sr. Presidente, que não é lógico que aquele que tem suspensos os direitos políticos possa exercer mandato eletivo. Por que o Supremo Tribunal Federal assim decidiu? Ele disse o seguinte, trocando em miúdos, para não cansar os Srs. Senadores, que não existe decisão judicial, notadamente decisão da Suprema Corte, que possa, para ser aplicada, depender da manifestação de outro Poder. O Supremo Tribunal Federal disse isso. Disse assim: não é lógico à nossa Constituição o exercício do mandato parlamentar quando recaia sobre o seu titular a reprovação penal definitiva do Estado, suspendendo-lhe o exercício dos direitos políticos e decretando-lhe a perda do mandato eletivo. E o Supremo disse também: não há sentença

jurisdicional cuja legitimidade ou eficácia esteja condicionada à aprovação pelos órgãos do poder político. Isso na Ação Penal nº 470.

Passados alguns meses, dois novos Ministros chegaram ao Supremo Tribunal Federal e, por obra do divino Espírito Santo, esses dois novos Ministros mantiveram a sua posição. E nós fizemos a pergunta aqui na sabatina, daí a importância da sabatina – o Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu e outros Senadores fizemos essa pergunta ao Ministro Barroso e ao Ministro Teori –, e o Ministro Teori disse que já tinha escrito sobre isso e o Ministro Barroso se reservou, aplicando o art. 35 da Lei Complementar nº 35, de 1979, que é o estatuto da Magistratura, não se manifestando sobre isso.

No entanto, os ministros novos mudaram a posição do Supremo Tribunal Federal agora, no dia 8 de agosto de 2013, no caso já aqui citado pelo Líder do PP, Senador Dornelles, do Senador Ivo Cassol, e afirmaram o seguinte: “Cabe à respectiva Casa a decisão a respeito da perda do mandato, afastando-se a aplicação do art. 92 do Código Penal, que trata de perda do cargo”. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal jogou a responsabilidade sobre o Senado e sobre a Câmara dos Deputados.

Essa proposta de emenda à Constituição resolve essa situação. Eu tenho uma proposta de emenda apresentada, e ali justifiquei que entendo, naquele momento histórico da apresentação da emenda, ainda em 2012, que a leitura da Constituição deveria ser aquela tratada no caso do mensalão. Não há como subordinarmos uma decisão do Supremo Tribunal Federal à manifestação de outro Poder.

Essa proposta de emenda do Senador Jarbas Vasconcelos, muito bem relatada pelo Senador Eduardo Braga, resolve essa situação porque determina a aplicação do art. 92 do Código Penal, que diz o seguinte, permita-me, Sr. Presidente, fazer a leitura:

São também efeitos da condenação:

I – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:

a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.

Nada mais razoável que o parlamentar que exerce um ônus público possa defender a Administração Pública. Portanto, se ele for condenado por crime contra a Administração Pública e a pena for superior a um ano, ele deve, imediatamente – o Senador Eduardo Braga consertou aqui, porque a Constituição, em nenhum momento, fala automaticamente; são termos diversos;

fala o art. 5º duas vezes “imediatamente” –, perder o cargo quando for aplicada a pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos. Imediatamente. Porque não é possível, não é razoável que um parlamentar possa receber pena superior a quatro anos, em que o regime pode ser semiaberto ou fechado, e continuar a exercer o mandato. Isso não se afigura como razoável – e isso tudo com o trânsito em julgado. O Senador Eduardo Braga também trouxe a construção da condenação por improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429.

Portanto, Sr. Presidente, vou votar favoravelmente à proposta de emenda à Constituição com a redação trazida pelo Senador Eduardo Braga. Nem toda improbidade exige perda do cargo ou função pública. Nem toda condenação por improbidade administrativa exige suspensão dos direitos políticos e nem toda condenação criminal pode ter, por consequência, a perda imediata do mandato eletivo.

Esta emenda, Sr. Presidente, é de suma importância. Nós precisamos aprová-la, e aqui ela não será aprovada de afogadilho. Eu entendo que o debate foi feito, e nós precisamos, no tempo que é razoável, aprovar esta proposta no plenário e cobrar da Câmara dos Deputados que não deixe esta proposta de emenda à Constituição numa gaveta escura, como existem outras propostas de emenda. Poderia citar só aquela da medida provisória relatada pelo Senador Aécio que está lá numa gaveta escura e nunca se decide, nunca se vota.

Encerro, Sr. Presidente, também concordando com a necessidade, Senador Eduardo Braga, de que aqui esta votação já seja em aberto. Concordo inteiramente: que esta votação para perda do mandato, nesses casos, imediatamente, seja aberta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Rollemberg.

Apenas peço a V. Ex^{as}, que vão discutir a matéria, que se atenham ao prazo regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo esforço que fez para aperfeiçoar uma proposta de um tema tão complexo. E quero também cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, e toda a Comissão de Constituição e Justiça pela maturidade de, ao tratar de um tema relevante como este, não fazê-lo às pressas, mas de forma serena e com profundidade.

Entendo que estamos avançando com a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição. Sem dúvida estaremos avançando no sentido de aperfeiçoar a nossa Constituição.

Avançamos quando aprovamos a Lei da Ficha Limpa, que diz que uma pessoa condenada por um órgão colegiado em segunda instância fica inelegível, portanto, não tinha sentido algum, em casos graves de condenação por improbidade administrativa, por exemplo, transitada em julgado, que essas pessoas pudessem continuar exercendo o mandato. Seria uma grande contradição. Ao mesmo tempo, as emendas apresentadas aqui por alguns Senadores – salvo engano, Senador Antonio Carlos Rodrigues e Senador Aloysio Nunes – vieram aperfeiçoar a proposta no sentido de que, em alguns casos, como citou muito bem o Senador Pedro Taques, não seria cabível a cassação imediata, automática do mandato.

Mas quero, aqui, reiterar a minha preocupação inicial, solicitando ao Relator, Senador Eduardo Braga, que considere essa possibilidade, neste momento em que estamos inclusive discutindo as possibilidades de ampliação do voto aberto. Pessoalmente, defendo a proposta de emenda à Constituição do Senador Paulo Paim, de introdução do voto aberto em todas as modalidades de votação no Congresso Nacional, até para evitar constrangimentos como os que vivemos semanas atrás, na rejeição do nome de dois procuradores que tinham sido sabatinados e aprovados por esta Comissão, e que tiveram seus nomes recusados, em função de que alguns Senadores puderam se esconder atrás do voto secreto.

Entendo que, se de um lado estamos avançando bastante ao definir casos em que a perda do mandato é imediata, por outro lado, estaremos regredindo, não avançaremos se não fixarmos que a apreciação de cassação de mandato de Parlamentar será por voto aberto, porque o teor da proposta de emenda à Constituição, recentemente aprovada, de autoria do Senador Alvaro Dias, diz claramente que “nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta e voto aberto”. Portanto, se não definirmos, nessa proposta de emenda à Constituição, que a apreciação da cassação de Parlamentares será pelo voto aberto, estaremos produzindo um retrocesso.

Esse é meu entendimento e fica esse apelo ao Relator, Senador Eduardo Braga. Mais uma vez eu o parabeno pelo esforço de buscar construir o melhor texto.

Muito obrigado, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou passar para o Senador Eduardo Braga.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, rapidamente.

Meus aplausos ao Senador Eduardo Braga pela fala com que obteve o consenso em relação a essa matéria. Parece-me que há aqui unanimidade. Aproveito apenas o ensejo para fazer um apelo, na esteira do que disse o Senador Rollemberg, acerca de uma proposta já aprovada pelo Senado que está na pauta da Câmara dos Deputados, a chamada “Agenda Positiva”. Segundo informam, há partidos se recusando a indicar nomes para a composição da comissão especial que permitirá a deliberação em Plenário da emenda constitucional que torna o voto aberto nos casos de cassação de mandato.

Por essa razão, Sr. Presidente, creio ser oportuno nesta hora, quando discutimos matéria desse gênero, que diz respeito a exigências da sociedade, fazer, mais uma vez, o apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, e aos partidos que ainda não indicaram nomes para a composição dessa comissão especial que o façam, para que seja finalizada essa proposta na Câmara dos Deputados, consagrando o voto aberto para cassação de mandato, que é um desejo da sociedade. Se for possível ao Senador Eduardo Braga acolher a sugestão do Senador Rollemberg, creio que ficaria de bom tamanho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto. Senador Agripino, Senador Sérgio, Senador Luiz Henrique, Senador Randolfe, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, é para manifestar o meu reconhecimento ao esforço que V. Exª...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quero apenas fazer uma sugestão ao nobre Relator no sentido de que ele suprimisse a expressão “voto secreto”. O texto ficaria “por maioria absoluta”. Por quê? Porque nós já decidimos aqui o voto aberto. A Câmara também pode decidir que seja em toda modalidade, nessa também, a votação aberta. Eu creio que assim ficaria mais adequado e faço esta sugestão ao ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos organizar aqui: Senador José Agripino, depois o Senador Sérgio Souza, o Senador

Randolfe Rodrigues, o Senador Eduardo Suplicy e, agora, o Senador Valadares.

Com a palavra, o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente, para cumprimentar V. Exª pelo esforço que a CCJ está fazendo no sentido de apreciar esta matéria e levá-la a votos e cumprimentar o Relator, que colocou com muita sinceridade aqui o esforço pessoal que fez, abrindo mão até da oportunidade em que receberia uma comenda para estar presente para cumprir a sua obrigação.

Eu acho que ele elegeu a prioridade devida, que é apresentar o relatório, conforme ele apresentou – relatório com o qual eu concordo –, fazendo apenas um apelo para que, nos termos em que ele o colocou, acrescente o fato, pela lógica, pela racionalidade, de que a apreciação, por se tratar de PEC – é uma proposta de emenda à Constituição –, sem incongruência alguma, pode ser por voto aberto, tendo em vista que há decisão do Senado já que, em apreciação de mandatos, o voto é aberto.

Então, quero fazer coro com aqueles que já se manifestaram, cumprimentando o esforço do Presidente da CCJ e do Relator em fazer com que esta matéria viesse à apreciação hoje, para que, rapidamente, possamos enviá-la ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O Senador Eduardo Braga vai se posicionar a respeito dessa sugestão comum – Senador Rollemberg, Senador Luiz Henrique, Senador José Agripino – ao final da participação dos senhores.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com relação ao voto secreto, é fato. Nós já decidimos isso aqui, nesta Comissão, na PEC nº 20, de autoria do Senador Paim, da qual eu fui o Relator. Há uma proposta de emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias já votada pelo Senado, que está na Câmara dos Deputados por votar.

Eu acredito, Senador Eduardo Braga, que suprimir, da forma colocada pelo Senador Luiz Henrique, a expressão “voto secreto” do texto é importantíssimo. É um avanço. Senão nós vamos estar, inclusive, decidindo diferentemente em propostas que tratam de assuntos parecidos com relação ao voto secreto. Eu acho que nós poderíamos corrigir, inclusive, aqui, na Comissão.

Com relação ao mérito desta proposta de emenda à Constituição, Sr. Presidente, ela atende a um preceito do cidadão brasileiro, que deu ao Estado o poder de regular a sua vida, deu ao Parlamento os seus poderes, deu ao Poder Judiciário e também ao Executivo.

O Poder Judiciário condena alguém criminalmente, que vai para a cadeia, com sentença transitada em julgado, e ainda assim tem que ouvir o Congresso Nacional? Essa prática não acontece lá nas instâncias menores. Prefeitos, vereadores condenados criminalmente imediatamente perdem o mandato. Só no Congresso Nacional é que se faz essa interpretação, que não tem uma regra definida.

O próprio Supremo Tribunal Federal decidiu, no início deste ano, uma regra para aqueles que são considerados os mensaleiros e, recentemente, outra regra no caso em que julgou um colega nosso aqui do Senado Federal.

Então, eu acho que nós precisamos de uma regra, e essa regra tem que ser definitiva. Sobre decisão transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal não há mais o que discutir, não é preciso ouvir o Parlamento. Devemos normatizar ou deixar o texto claro. É essa finalidade do que nós estamos fazendo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Nós temos ainda o Senador Randolfe, o Senador Suplicy, o Senador Valadares para encerrar a inscrição para a discussão desta matéria.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, primeiramente queria cumprimentar V. Ex^a por ter, na celeridade devida, pautado este tema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Segundo, eu acredito, Presidente, que caberia, se for possível, até uma moção desta Comissão ou, diria mais, do Plenário do Senado ao Presidente da Casa, intercedendo junto ao Presidente Henrique Eduardo Alves, da Câmara dos Deputados, que tome providências. Veja, me parece que nós votamos a proposta de emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias há quase um ano, há quase um ano, e a Câmara dos Deputados não vota. Eu acho que aqui nós já poderíamos até debater a proposta de emenda à Constituição do Senador Paulo Paim, que vai adiante. Aqui já se debate isso, e lá na Câmara não se vota a proposta de emenda à Constituição que nós já aprovamos aqui, de iniciativa primeira do Senador Alvaro Dias, que termina com o voto secreto pelo menos para os casos de cassação de mandato.

Nós temos casos iminentes a ocorrer, existe uma situação na Câmara a ser julgada agora, de um Deputado Federal, existem situações a ocorrer, e nós ainda

estamos sob a égide do voto secreto. Isso é inaceitável, é inadmissível. Isso não dialoga com o momento atual do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, embora o Senado já tenha feito a sua parte, é fundamental haver um apelo à Câmara dos Deputados para que avance com essa pauta, com essa agenda. Digo isso, Sr. Presidente, porque há uma controvérsia em relação...

Eu quero aqui cumprimentar o Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, pelo seu texto e dirigir-lhe o mesmo apelo feito aqui pelo Senador Luiz Henrique: o ideal é que no §2º conste, ao invés de voto secreto, o voto aberto. Só que eu concordo com a argumentação aqui apresentada pelo Relator Eduardo Braga de que há uma incoerência em aqui nós contemplarmos o voto aberto e não termos resolvido isso na Câmara, não ter a proposta de emenda à Constituição avançando na Câmara.

Não sei se é possível avançar neste texto. O ideal seria que nós conseguíssemos avançar neste texto aqui, concomitantemente avançarmos na Câmara com essa resolução e termos os dois textos já resolvidos, encerrando de vez, não havendo mais a figura do voto secreto. Parece-me que seria o melhor termo, seria o mais adequado. Parece-me que a existência da figura do voto secreto é anacrônica. Mas aquiesço, concordo com a ponderação feita aqui pelo nobre Relator Eduardo Braga.

No mais, quero cumprimentar o Relator pelo trabalho e V. Ex^a por ter pautado este tema. É fundamental hoje apreciar esta matéria e é importante que, para esta matéria hoje apreciada aqui, seja recomendado pela Comissão – obviamente que não cabe urgência, mas cabe recomendação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Uma moção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... um calendário especial dessa proposta de emenda à Constituição para que seja votada pelo Plenário.

Ainda, Sr. Presidente, para de fato concluir, agradeço V. Ex^a. Na semana passada, votamos o Projeto de Resolução nº 05, que institui a ficha limpa. Esta Comissão não tem poder para deliberar a urgência, mas esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Conseguiu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... recomendou a urgência e ontem o Plenário assim resolveu, dando um passo importante, sendo o Senado da República a primeira das instituições republicanas do Brasil a instituir a ficha limpa para a contratação de servidores, e isso se

deve, em muito, à iniciativa de V. Ex^a – é necessário aqui fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a e divido com todos os membros da Comissão, a partir da luminar ideia de V. Ex^a, autor do Projeto com o Senador Simon e com o Senador Taques, a alegria de a proposta do Senado novamente sair à frente nessa matéria tão importante para o Brasil. Parabenizo a V. Ex^a.

Senador Suplicy e Senador Valadares, para colocarmos a proposta em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a, o Senador Vital do Rêgo, o Senador Eduardo Braga, inclusive por terem atendido o apelo veemente que, ainda recentemente, o Senador Jarbas Vasconcelos fez para que essa matéria aqui fosse bem examinada.

Acho que o Senador Eduardo Braga, conforme todos os depoimentos, colocou uma proposta muito próxima do consenso. Há esse apelo para que considere o voto aberto, e eu também faço esse apelo, somando-me aos demais oradores e cumprimentando-o.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... por essa sugestão comum da Comissão, mostrando a harmonia e o entendimento dos Srs. Senadores.

Orador final, para encerrar. Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, é tão somente para apoiar o parecer do Senador Eduardo Braga, em que me sinto contemplado com as emendas que apresentei, de vez que ele, de forma muito inteligente, colocou a possibilidade de cassação imediata, quando a condenação criminal tenha por efeito a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo nas hipóteses previstas em lei.

O nosso Código Penal, no art. 92, já prevê situações relativas à possibilidade de o juiz decretar a perda de mandato.

Então, estou inteiramente de acordo com o parecer e sinto-me inteiramente lembrado e contemplado pelo nobre Relator.

Obrigado a V. Ex^a.

Votarei favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a síntese de V. Ex^a, sempre muito pronto a ajudar na deliberação desta Comissão.

Concedo a palavra, para suas conclusões, ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço ao Ministério da Defesa a homenagem e a honraria que receberia e a que, lamentavelmente, não pude estar presente, por conta do cumprimento do meu dever e do nosso compromisso aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria de fazer aqui uma análise com relação a essa questão do voto secreto. Já me posicionei, nesta Comissão, a favor da derrubada do voto secreto para a perda de mandato. Creio que essa é a vontade, inclusive, da sociedade.

Quando da elaboração desse parecer, consultando os constitucionalistas e consultando a consultoria da Casa, houve a preocupação de não colocarmos aqui o voto aberto, tendo em vista que não houve, até agora, uma decisão do Congresso Nacional para que o voto secreto deixasse de existir para a derrubada de mandato. Inclusive, o Senador Sérgio Souza é Relator da PEC 20, que ainda se encontra no plenário do Senado; não foi sequer concluída no Senado.

No entanto, Sr. Presidente, mantendo a minha coerência de ser, inclusive, a favor da derrubada do voto secreto, quero aqui acatar a sugestão dos Srs. Senadores, no sentido de que possamos transformar o texto do §2º, Senador Luiz Henrique, ouvindo, inclusive, a sabedoria de V. Ex^a, ao longo de tantos anos da vida pública, e, quem sabe, estabelecendo uma segunda oportunidade para, mais uma vez, derrubarmos o voto secreto na cassação de mandato legislativo. Então, a redação do §2º, Sr. Presidente, passaria a ser a seguinte, acatando a sugestão de praticamente todos os Senadores que aqui se manifestaram:

§2º Nos casos dos incisos I, II e IV do caput, ressalvado o previsto no inciso II do §3º, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto da maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou do partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Dessa forma, nós estaríamos atendendo a linha filosófica da PEC 20 e, ao mesmo tempo, estabelecendo, portanto, mais uma oportunidade de derrubarmos o voto secreto através da PEC 18.

Portanto, acatamos a sugestão.

Concedo aqui um aparte, Sr. Presidente, com a anuência de V. Ex^a, ao nosso Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Eduardo Braga, não que isso se fizesse necessário, mas apenas para que tenhamos um conforto. Essa ideia do Senador Luiz Henrique é

absolutamente perfeita, porque a regra na Constituição é o voto aberto; excepcionalmente, o voto secreto, desde que esteja expresso. Caso se retire isso, vai para a regra geral.

Então, quero parabenizar V. Ex^a pela consciência. Aliás, já havia votado igualmente na proposta de emenda do Senador Sérgio Souza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Apenas para deixar claro, Sr. Presidente, o seguinte: o que acontecerá se, porventura, não aprovarmos a PEC 20, seja na segunda votação do Senado, seja na Câmara dos Deputados? Essa PEC que estamos votando hoje, que, pelo que ouvimos de todos os Senadores, será aprovada, passará a ser uma segunda oportunidade para derrubarmos o voto secreto. E, se, porventura, não for derrubado, nós continuaremos, portanto, com o voto secreto, mantido o texto anterior.

Portanto, acato a sugestão e retiro, deixando a expressão “por voto da maioria absoluta”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ao encerrar a discussão, eu renovo as congratulações ao Senador Eduardo Braga pela sensibilidade de V. Ex^a em oferecer ao Senado e ao País mais uma prova inequívoca do Senado Federal a respeito da questão do voto secreto. Esta Comissão apela a V. Ex^a. Nós ouvimos 13 companheiros, todos – a partir do Senador Randolfe, do Senador Rollemberg e do Senador Luiz Henrique – manifestando esse desejo. E V. Ex^a anui de forma solidária, participativa e sintonizada com o que pensa o Senado Federal.

Em votação o relatório, favorável à proposta, nos termos do substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, nesta Comissão. (*Palmas.*)

Parabenizo o autor, Senador Jarbas Vasconcelos, e o Relator, Senador Eduardo Braga.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1 da CCJ, o substitutivo, com as sugestões incorporadas ao texto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, recomendação de urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A recomendação de urgência de calendário especial ao Plenário, proposta do Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aprovada a recomendação.

Vamos ao item 2.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, mantive contato, agora, com o Senador Gim Argello, que iria solicitar a V. Ex^a a colocação do Projeto nº 123, da Câmara, extrapauta, um projeto antigo aqui na Comissão, que cria cargos e fortalece o trabalho da fiscalização da auditoria do SUS na área da saúde. Este projeto é extremamente importante.

Não será possível o Senador Gim estar aqui. Ele me solicitou que pedisse a V. Ex^a não só a inclusão dessa matéria em pauta, mas que eu pudesse, como Relator *ad hoc*, relatar a matéria para que ela possa ir rapidamente ao plenário do Senado, até porque existe um concurso já realizado, que tem prazo para vencimento, e há uma expectativa de fortalecimento dos quadros do SUS no que diz respeito à fiscalização. Já que nós estamos tratando, efetivamente, de melhorar o sistema de saúde no Brasil, a fiscalização é fundamental. Então, gostaria de pedir isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero testemunhar que o Senador Gim Argello está estudando essa matéria e já concluiu as suas observações a respeito em relatório. Todavia, o Senador Gim não pode estar presente à reunião de hoje e pediu a esta Comissão, inclusive, que retirasse de pauta os projetos de sua relatoria. Todavia, também, não obstante a importância desse projeto, solicitou-me o Senador Gim para confiar ao Senador Romero Jucá a relatoria *ad hoc*.

Consulto se não há objeção do Plenário à inclusão da matéria como extrapauta. (*Pausa.*)

Esta Presidência incluirá essa matéria como extrapauta. A matéria será votada ao cabo da reunião.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Ilustre Presidente Vital do Rêgo, da mesma forma, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a inclusão extrapauta de uma PEC de minha autoria, a PEC nº 31, que já foi relatada pelo Senador Aloysio Nunes e que trata de tema extremamente importante em relação à questão federativa. Na verdade, várias outras propostas de emenda à Constituição foram apensadas a essa PEC, que é a PEC originária, que deu entrada em primeiro lugar.

Fui surpreendido aqui pela introdução na pauta ordinária da reunião de hoje de outra PEC, a de nº 33, de autoria do meu ilustre conterrâneo Senador Clésio, que trata de forma mais restritiva da mesma questão.

Como esse parecer já está pronto e já está assinado pelo Senador Aloysio Nunes, inclusive com parecer contrário àquelas PECs que ela haviam sido apensadas, solicito a V. Ex^a que a coloque hoje extrapauta. Ela já está em condições, portanto, de ser votada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto o Plenário se há alguma objeção à proposta do Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

A matéria está incluída extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quanto à matéria a que se refere o Senador Aécio Neves, o relatório do Senador Aloysio foi entregue no dia 12 de agosto. Quanto à Proposta nº 33, do Senador Clésio Andrade, o relatório do Senador Gim Argello foi entregue no dia 9 de agosto. São relatórios muito semelhantes. Durante o curso da reunião, nós queremos compatibilizar e harmonizar esses relatórios, para que a Comissão tenha uma proposta final a esse respeito.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra o Senador Clésio e, posteriormente, o Senador Aloysio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – A PEC nº 33 foi desmembrada, autorizada pela Mesa e aprovada no plenário. Poderíamos votar separadamente as duas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.!

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – As duas são importantes para os nossos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar separadamente as duas matérias.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, consta da nossa pauta, no item 17, a Proposta de Emenda à Constituição nº 16...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Melhorem o som do Senador Aloysio, por favor!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que trata da disciplina do veto.

Eu pediria a V. Ex^a a exclusão da Ordem do Dia dessa matéria, para podermos compatibilizá-la com a recente decisão do Congresso Nacional a respeito do exame do veto. Isso daria oportunidade ao Senador Armando Monteiro, que é o Relator da matéria, de fazer esse exame.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É justa a manifestação de V. Ex^a. Apenas quero, em respeito ao Sr. Relator, ouvi-lo, para retirá-la de pauta. A afirmação de V. Ex^a é por demais pertinente, para compatibilizá-la com a decisão dos Líderes.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ouço o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, concordo com a sugestão do Senador Aloysio. Tenho muita dificuldade de discordar dele em qualquer matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Todos nós, todos nós!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Portanto, a solicitação está atendida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Todos nós temos alguma ou muita dificuldade em discordar de Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É bondade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está retirada de pauta.

Vamos ao item 2 da pauta, Senador Moka.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 65, DE 2006

– Terminativo –

Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: – Em 17/07/2013, foi feita a leitura do relatório;

– Em 07/08/2013, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza (dependendo de relatório);

– Em 07/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
– Votação nominal.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, conversei, agora há pouco, com o Senador Moka e fiz a ele um pedido para que, se fosse possível, não lesse hoje a matéria, para que tivesse a oportunidade de, em entendimento com o Senador Blairo e também com o Senador Armando Monteiro, respectivamente Relator e autor de outra matéria tratando do mesmo assunto, verificar a possibilidade de adotar, sob forma de emenda do Relator, dispositivos constantes desse outro projeto. Com esse objetivo, então, eu pediria, se o Relator concordasse, a retirada de pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero concordar com o Senador Aloysio, conhecedor que sou do projeto do Senador Armando Monteiro, cujo Relator é o Senador Blairo Maggi.

Não vamos ler o projeto, o relatório. Vamos tentar fazer um relatório na forma de emenda. Ou até vamos acoplá-lo, se for o caso, Senador Armando, no sentido de que possamos realmente aproveitar o que há num projeto e o que há no de V. Ex^a. Concordo com isso.

Diferentemente do que disse o Senador Armando Monteiro, tenho muita dificuldade de discordar do Senador Armando Monteiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está retirada da pauta a matéria constante do Item 2. Voltará à pauta na próxima reunião como Item 1.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou pedir ao Senador Aloysio Nunes que faça as emendas que julgar necessárias, para que possamos realmente considerá-las no relatório e fazer outro relatório, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa matéria está pautada há algumas semanas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, eu não sei se poderíamos fazer o requerimento para tramitar conjuntamente

as duas matérias. Aí faríamos juntos, construiríamos juntos para encaminhar ao plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu não tenho nenhuma dificuldade em relação a isso, Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de desobstruir regimentalmente a proposta do Senador Armando Monteiro para vê-la encaminhada, de forma conjunta, à matéria que o Senador Moka está relatando, para a Secretaria da Mesa, competente como é, tomar as providências para atender à manifestação do Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 479, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para autorizar o Poder Público a definir padrões mínimos de salubridade e conforto nos voos comerciais.

Autor: Senador Cyro Miranda.

Relator: Senador Romero Jucá, pela aprovação com emenda que apresenta.

Senador Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Cyro Miranda tenta definir uma distância mínima entre os bancos na questão da aviação comercial civil. Trata-se de matéria que, de certa forma, procura gerar conforto e tranquilidade à população.

O parecer é favorável.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria – acho que todos os Senadores conhecem bem a matéria, com relação a bancos de aviação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir – o silêncio já fala mais alto –, vamos para a votação.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Trata-se de matéria terminativa. Votação nominal. Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES)
– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Acabou de sair.

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá, voto conhecido da relatoria.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Cássio. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Completou.

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

Senador Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Em votação a emenda.

Se os Srs. Senadores concordarem, poderemos repetir a votação do projeto à emenda. (*Pausa.*)

Aprovados o projeto e a Emenda nº 1.

A matéria está encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, é só para fazer constar em ata que acabamos de aprovar um projeto que vai reduzir o número de passageiros nos aviões. Eu gostaria apenas de deixar isto registrado: que tenhamos a consciência de que, reduzindo o número de passageiros, nós vamos aumentar o preço do voo. Essa pode ser também uma medida restritiva, e temos de ter isso constado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feita essa consideração...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou ouvir o Senador Eduardo Amorim, que vai falar pela ordem; depois, o Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu solicito que se retire de pauta o item 16, de que sou Relator, para que possamos melhorar um pouco mais a redação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Retirada de pauta, para reexame, a matéria, pelo Senador Eduardo Amorim. Deferido o pedido de V. Ex^a.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2011

– Não Terminativo –

Inserir dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável à Proposta.)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, a matéria já foi aprovada, eu votei favoravelmente, mas esse projeto nos induz

a uma reflexão a respeito das funções das agências reguladoras. As agências reguladoras foram criadas justamente para que pudessem substituir, em determinadas situações, a função legislativa, através de atos administrativos normativos. A Anac poderia ter regulado isso, mas tudo tem que estar na lei... Votei favoravelmente, mas a Anac poderia ter feito isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

Item 4 da pauta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu pedi vista do item 4. Ainda ontem, conversei rapidamente com o Senador Agripino, e nós ficamos de, nesta semana, ter uma conversa para chegarmos a um bom termo, tendo em vista que o Senador Aloysio é o Relator, e a autoria é do Senador Agripino, com relação à vinda do Presidente do BNDES periodicamente ao Senado Federal. Eu me comprometo de, na próxima semana, nós relatarmos isso. E também peço a retirada de pauta do item 6.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 6, de que V. Ex^a é Relator, tem regimentalmente condições de se pedir a retirada. (É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 85, DE 2009

– Não Terminativo –

Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 apresentada nesta Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações: – Em 17/06/2009, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador

Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foram apresentadas as emendas nº 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto. Em relação ao item

4, eu gostaria de ouvir o autor e o relator com relação ao apelo de V. Ex^a.

Senador Agripino, como autor. A matéria foi pautada na semana passada, voltou a ser pautada nesta semana e continuará na pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, o Senador Sérgio havia me falado ontem, e nós tivemos a oportunidade de conversar sobre o mérito da matéria. O Senador Aloysio já está com o parecer pronto. Eu tenho a posição firmada, mas jamais me negaria a ouvir a argumentação do Senador Sérgio Souza com relação a um fato importante. Assim como veio o Presidente do Banco Central, o Presidente do BNDES precisa vir aqui, pelo menos duas, três vezes por ano, para prestar contas à Comissão sobre as atividades do BNDES. A matéria, na minha opinião, é urgente, mas eu me curvo à solicitação do Senador Sérgio Souza, de uma semana para o estabelecimento do diálogo, com vistas à apreciação e aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o apoio do autor e do Relator da matéria, o Senador Aloysio, nós a manteremos como prioridade da nossa pauta. Na próxima reunião, ela estará entre os primeiros itens da pauta.

Item 5.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe. Senador Rollemberg, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu peço o apoio de V. Ex^a. Já está se tornando algo constrangedor no Senado Federal a dificuldade que as pessoas com deficiência têm de ingressar nesta Casa. V. Ex^a teve uma postura exemplar quando discutimos a Lei Geral dos Concursos Públicos, quando houve uma dificuldade enorme de termos aqui um intérprete de Libras para que os surdos-mudos pudessem compreender o que se estava discutindo.

Está havendo uma dificuldade agora, Sr. Presidente, neste momento, em várias entradas desta Casa: os surdos e mudos que querem acompanhar uma votação na Comissão de Educação, sobre a escola bilíngue, não conseguem se comunicar. É um absurdo, em pleno século XXI, depois de o Senado ter aprovado a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, não haver, permanentemente, intérpretes de Libras para receber pessoas com deficiência que querem acompanhar as votações nesta Casa.

Portanto, apelo a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Justiça, que formalize ao Presidente do

Senado a necessidade de a Casa resolver definitivamente esse problema. É extremamente constrangedor, as pessoas passam a ser meio cidadãos, porque não conseguem ingressar na Casa. Estou saindo agora da Comissão para ir lá, para ver se a gente consegue resolver essa questão. Mas é lamentável que isso esteja acontecendo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por favor.

Está atendida a solicitação de V. Ex^a. Esta Presidência vai encaminhar ao Presidente da Casa o desejo de ver respeitados os direitos desses cidadãos brasileiros, quanto à presença de intérpretes de Libras nas comissões para atendimento àqueles que querem ter uma comunicação cada vez mais importante com este Senado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 97, DE 2009

– Não Terminativo –

Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandez, *in memoriam*.

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas de redação que apresenta.

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

– A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Senadora educadora Angela Portela, que é favorável ao projeto, com a palavra.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou fazer um resumo do relatório.

No que se refere à constitucionalidade do PLC nº 97, de 2009, a nosso ver, nada obsta a sua livre tramitação. No que diz respeito à juridicidade e à regimentalidade, igualmente, não enxergamos óbices que impeçam o seguimento da proposição.

No mérito, somos favoráveis, uma vez que há manifesto benefício para o consumidor, e o ônus imposto ao fornecedor é inexpressivo.

Apenas estamos apresentando duas emendas de redação com o objetivo de aperfeiçoar a proposição. A primeira altera a ementa, para torná-la mais clara e precisa. E a segunda corrige pequeno erro de concordância nominal contido no novo texto que está sendo proposto para o art. 2º da Lei nº 9.870, de 1999.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, a seguinte redação:

“Altera o caput do art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências, para determinar que o estabelecimento de ensino divulgue a lista de material escolar até quarenta e cinco dias antes da data final para a matrícula.”

EMENDA Nº CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao caput do art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 2º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do art. 1º, o número de vagas por sala-classe e a lista de material escolar a ser adquirido pelo aluno, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino.”

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão o relatório da Senadora Angela Portela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo o respeito à Srª Relatora Angela Portela e também à memória do

autor do projeto, eu vou me manifestar contrariamente. É porque eu vejo que, atualmente, há uma ânsia de se legislar sobre tudo, tudo, tudo, tudo, uma certa tentativa de regulamentar a vida social nas suas minúcias, muito além da nossa capacidade de prever a dinâmica desta vida. Então, eu vou votar contra.

Na semana passada ou retrasada, na Comissão de Educação, foi aprovado um projeto de lei que determinava o peso máximo da mochila que o aluno poderia carregar nas costas para entrar no estabelecimento de ensino.

Ora veja, isso obrigaria cada escola a ter uma balança, tipo uma balança de aeroporto, para pesar a mochila e saber se ela tinha 15kg ou mais. Se tiver mais de 15kg, “opa, você não pode entrar! Está com 15,5kg e não pode entrar”.

Eu não vejo qual é o sentido dessa regulamentação minuciosa de tudo. Agora se legisla sobre gorjeta. “Vou legislar gorjeta.”

Há poucos instantes, acabamos de aprovar um projeto de lei que deveria ser objeto de uma regulamentação da Anac e que agora vai virar lei. Enfim, eu vou me colocar contra, com todo o respeito à nossa Relatora, mas eu não concordo com esse tipo de obsessão legislativa.

Então, por essa razão, discordo do projeto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir licença à Senadora Relatora e ao autor do projeto, o Deputado Clodovil, que já morreu – Deus o tenha em bom lugar! –, mas eu vou encaminhar também a votação contrariamente ao projeto.

Nós vivemos hoje – e isso não é culpa da Relatora – um furor legiferante: nós legislamos sobre tudo. E isso faz com que o Estado, por meio do Poder Legislativo, todos os dias, repercuta a sua ação na esfera da iniciativa privada, no espaço privado.

Então, peço licença à Srª Relatora para também votar contrariamente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra a Relatora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de

ênfatisar que o objetivo dessa proposta é dar maior transparência ao processo pedagógico e administrativo na escola, possibilitando, inclusive, que o aluno e a sua família tenham acesso antecipadamente ao material escolar que a entidade educacional vai exigir, a fim de que, assim, o aluno e sua família tenham tempo suficiente de fazer, inclusive, pesquisas de preço. Então, no início do ano letivo, ele terá todo o material necessário para desempenhar bem o seu papel e bem cumprir o processo educacional em sua escola.

Então, a intenção é também garantir a defesa do consumidor, do estudante brasileiro em especial, que estará na escola buscando conhecimento. E gostaria de ênfatisar a importância desse projeto, considerando principalmente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o aluno terá disponível a lista do material escolar exigido pela escola, com tempo suficiente para fazer pesquisa de preços, considerando também que o aluno e sua família são consumidores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB-PB) – Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas da Sr^a Relatora.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Paulo Davim e Luiz Henrique.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB-PB) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB-BA) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta do item 10, uma vez que já acertei com o autor que nós precisamos fazer uma pequena modificação para, então, trazê-lo de volta à análise desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB-PB) – Solicitada a retirada, a matéria continuará na pauta até a próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar a publicação, em meio impresso e eletrônico, dos atos da administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta).

Próximo item.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o boleto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, DE 2010

– Não Terminativo –

Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos.

Observações: – *As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Qual o item, Sr. Presidente? Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB-PB) – É o item 8, à pág. 145.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Sr. Presidente, meu relatório está pronto, entregue e distribuído.

Eu queria fazer um esclarecimento: o Senador Antonio Carlos Valadares apresentou um projeto, sobre o qual me manifestei, em 2009. Nós estamos em 2013, quatro anos depois. Ocorre que, nesse meio tempo, o processo de comunicação via Internet evoluiu muito. Na minha opinião, evoluiu e facilitou o entendimento entre o usuário e o banco, que é o objetivo do Senador Antonio Carlos Valadares, autor da matéria; evoluiu muito no sentido de proteger e facilitar a vida do usuário eventualmente faltoso com o banco.

O objetivo do Senador Valadares, que é perfeitamente compreensível, de proteger o cidadão, o cliente, se aprovado nos termos em que está posto, iria seguramente causar uma grande balbúrdia no sistema bancário, que iria se proteger e terminar criando dificuldades ao próprio processo de compra e de financiamento de compras.

Por essa razão, eu me manifestei, mas o Senador Valadares me procurou, pedindo-me para tentar encontrar – as duas assessorias em contato uma com a outra – um texto que encontrasse consenso entre o objetivo de S. Ex^a, que eu respeito, e a modernidade, que eu defendo, tendo em vista que decorreram quatro anos entre a apresentação do projeto e a data de hoje. E as relações de compra, venda e financiamento estão bastante modificadas ou facilitadas, repito, pela ocorrência da modernidade chamada Internet, *sites* que trazem grandes esclarecimentos e facilidades.

Portanto, tendo em conta o interesse do Senador Valadares e a disposição de diálogo entre o meu gabinete e o gabinete de S. Ex^a, eu pediria a V. Ex^a para retirar de pauta esta matéria e colocar na pauta da próxima reunião, quando tentaremos encontrar um texto consensual para apresentação da matéria, que objetive criar facilidades ao usuário sem criar dificuldade ao sistema financeiro ou bancário, que iria proteger-se e terminar criando dificuldades ao cliente, ao cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A pedido do Relator, com ampla justificativa pertinente à matéria, fica retirado de pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o autor para se manifestar, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu que-

ria agradecer ao Relator, Senador José Agripino, pela compreensão em retirar de pauta esta matéria que é da maior importância. Inclusive, existe outro projeto, outra proposição, de autoria do ex-Senador Colombo, hoje Governador de Santa Catarina. Então, a retirada vai propiciar aos três Senadores a possibilidade de encontrarmos uma solução conciliadora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria continua em pauta para a próxima reunião. Concorda, Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – De acordo, Presidente. De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 9, página 168.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 212, DE 2009

– Terminativo –

Altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações: – *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;*

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu parecer é favorável por uma razão muito simples.

Esta matéria já está regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, apenas ainda não está transformada em lei. E o objetivo do autor é fazer com que uma regulamentação no TSE seja suportada por uma lei, lei que é constitucional, conforme foi assim definido pela CCJ e que eu trago à apreciação dos membros desta Comissão com relação ao seu mérito.

O nosso parecer é favorável, com o pedido do voto “sim” aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, convoco V. Ex^{as} para exercerem o seu voto.

Votação nominal.

José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senadora Ana Rita? Senadora Ana Rita com a palavra. Como vota V. Ex^a? O Senador Agripino ofereceu um relatório favorável ao projeto.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator. Agradeço a V. Ex^a. Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares é voto conhecido, pois é autor do projeto.

Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy?

Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Dornelles

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aécio. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino. É voto conhecido – desculpe.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*) Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*) Completa a lista.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item seguinte:

ITEM 12:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 359, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea.

Autoria: Senador Vital do Rego

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu queria apenas mencionar a V. Ex^a que o item 11 se trata de um projeto da maior importância, de autoria do Senador Armando Monteiro, sobre garantia antecipada de crédito tributário, extremamente importante para o contribuinte e que não traz nenhuma perda à Fazenda.

O Ministério da Fazenda, inclusive, apresentou algumas considerações de natureza formal que eu gostaria de examinar.

Por esse motivo, com a concordância do Senador Armando Monteiro, eu pedi e reitero a sua retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feita a justificativa de V. Ex^a, o projeto nas mãos de V. Ex^a é sempre a certeza de um extraordinário relatório.

(É o seguinte o projeto retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 244, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

Item 12 da pauta (pág. 210):

ITEM 12:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 359, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre a remarcação, o cancelamento e o reembolso de passagem aérea.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 364, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica),

para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2012, da Emenda nº 1-CMA, e com uma emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012.

Observações: - *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;*

– Votação nominal.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esses dois projetos de lei, o de V. Ex^a, o 359, e o de autoria do Senador Ivo Cassol, o 364, tramitam conjuntamente. A matéria sobre a qual versam é a mesma: disciplinar a comercialização do serviço de transporte aéreo de passageiros.

Essas duas proposições foram distribuídas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, onde ocorreu uma audiência pública, requerida pelo Senador Anibal Diniz, em que foram ouvidos representantes da Anac, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda. Não, não, desculpem. Essa audiência não se realizou. Foi requerida, mas não se realizou. Eu não saberia dizer qual foi a razão. Talvez o Senador Anibal Diniz possa nos esclarecer.

Mas, afinal, a Comissão de Defesa do Consumidor emitiu parecer favorável, na forma de uma emenda que acolhe o projeto de V. Ex^a e considera prejudicado o coprojeto de autoria do Senador Ivo Cassol, que, em parte, foi incorporado na forma da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor ao projeto de autoria de V. Ex^a.

Então, o que vem à análise desta Comissão, portanto, é essa emenda proposta pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Eu passo já à análise do mérito, uma vez que não tenho restrição quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O Projeto de Lei do Senado nº 359, de Vital do Rêgo, preserva a liberdade tarifária das empresas aéreas observada na aviação comercial brasileira nos últimos anos, ao prescrever que os valores das taxas para remarcação, cancelamento e reembolso do bilhete aéreo obedecerão às condições especificadas no contrato de transporte aéreo. A diferenciação de tarifas permite a oferta de tarifas promocionais, atrain-

do para o transporte aéreo pessoas que deixariam de viajar caso tivessem de pagar a tarifa mais elevada, com direitos mais amplos e, em consequência, com valores acessíveis a pequena parcela da população.

O projeto busca aperfeiçoar o regime de liberdade tarifária mediante a inserção na lei de dispositivos que coíbem determinadas práticas abusivas ao consumidor. Em primeiro lugar, os consumidores devem ser bem informados, de forma clara e destacada, sobre as regras de remarcação, cancelamento ou reembolso da passagem.

Em seguida, o projeto veda a cobrança de valor superior ao preço do bilhete pela remarcação, cancelamento ou reembolso da passagem. Nesse ponto, propomos uma emenda ao projeto para limitar a cobrança a 10% do valor pago pelo consumidor, de modo a adequar a proposição ao Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2012, recentemente aprovado nesta Casa e em tramitação na Câmara dos Deputados. Além disso, é assegurada ao consumidor a utilização para cancelamento do mesmo canal utilizado por ele para a compra da passagem, garantindo-se ainda um prazo de arrependimento de duas horas após a aquisição do bilhete, de modo a corrigir eventual erro do consumidor.

O projeto acertadamente obriga as companhias aéreas a oferecerem ao consumidor passagem em classe tarifária na qual não incida qualquer restrição ou multa, assegurando a possibilidade de escolha do consumidor conforme o seu interesse e disponibilidade.

Ainda o projeto de autoria de V. Ex^a, Sr. Presidente, colabora para aperfeiçoar a transparência na comercialização de passagens ao consumidor. A obrigatoriedade de informação sobre a quantidade de assentos em cada classe tarifária, o custo e restrições de cada classe e a quantidade de assentos vendidos permite ao consumidor comparar os custos e benefícios entre a aquisição da passagem aérea na tarifa plena ou na promocional, facilitando sua decisão quanto aos riscos de um eventual adiamento da compra da passagem.

Feitas essas considerações, registramos que, conforme o disposto no art. 260, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal, projetos de lei mais antigos têm precedência sobre os mais recentes, quando originários da mesma Casa. Portanto, tendo em vista o comando regimental, propomos a aprovação do PLS nº 359, de 2012, o qual incorpora a contribuição do PLS 364, de 2012, que fica por isso prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Essa discussão seria em razão do princípio da fungibilidade. Uma questão de ordem que poderia ser levantada.

O Projeto de Lei nº 757, de 2011, que é de nossa autoria, prevê um limite para cobrança de taxas de remarcação e cancelamento de voo. É mais antigo do que as proposições em análise, mais antigo que o próprio PLS nº 24, de 2012, que já foi aprovado na CCJ em primeiro turno. Está esperando o turno suplementar.

Essa é uma dúvida que gostaria que fosse resolvida.

Segundo, não seria mais interessante – e essa é uma questão ao Relator – se nós alterássemos o Código Brasileiro Aeronáutico? É muito mais interessante – porque lá, nos arts. 227 a 233, já se trata desse regime – do que criar um regime autônomo.

Então, essas duas indagações gostaria que fossem respondidas, porque o nosso projeto é anterior ao PLS 24, que tem o mesmo texto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de dar a palavra ao Relator, Senador Aloysio Nunes, ouço o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas uma indagação no mesmo sentido que faz o Senador Pedro Taques. Ontem, nós assistimos a uma situação surreal na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, pode tomar a iniciativa de regularizarmos esse tipo de procedimento, que não me parece compatível com o Senado da República do Brasil.

Como pode o projeto que foi deliberado como inconstitucional por esta Comissão continuar tramitando por outras comissões? Isso não tem pé e não tem cabeça. Não faz sentido. É surreal!

Então, parece-me que V. Ex^a, como nosso Presidente, independente do que o Regimento prevê, poderia sugerir que façamos uma mudança para que, de certa forma, possamos dar à Comissão de Constituição e Justiça a condição definitiva de ela deliberar sobre tema dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a tem toda razão, Senador Ferraço, na matéria, inclusive é uma das prioridades na apreciação do novo Regimento. Nós haveremos de fazer uma reforma, por força da lucidez de depoimentos como o de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas essa velocidade com que o nosso Regimento Interno está sendo deliberado não é compatível com a nossa realidade. Precisamos tomar algumas iniciativas, porque estamos aqui há dois anos e meio, e há dois anos e meio ouvimos falar em reforma do nosso Regimento, visando desburocratizá-lo, dá-lhe velocidade, e temas como esse acho que merecem um regime de urgência, para que possamos resolver essas questões que são um vício insanável de origem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, para manifestações, para iniciarmos o voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em relação à primeira objeção do Senador Pedro Taques, já esclareci no meu parecer que o Projeto de Lei do Senado nº 24 já foi aprovado e está na Câmara, e o direito não socorre a quem dorme.

Quanto à segunda objeção, eu precisaria estudar um pouquinho melhor, Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Taques, já conhece a matéria bem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator. E gostaria de registrar no meu voto “sim”, na proposição anterior de votação

nominal, porque precisei estar ali na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feito o registro.

Senador Simon. (*Pausa.*)

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, voto conhecido.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)
Aprovado o projeto.

Projeto seguinte. Item 13, terminativo também.

Consulta se há quórum para continuar os terminativos. (*Pausa.*)

Temos quórum, sim.

Item 13, págs. 233.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 264, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.565, Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atrasos de voo.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Pela prejudicialidade do Projeto.

Sr^a Relatora para manifestação.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs e Sr^{as} Senadoras, o projeto incide justamente na prejudicialidade por outra matéria equivalente ter sido aprovada pelo Senado. Trata-se do PLS nº 114, de 2004, de autoria da então Senadora Serys Slhessarenko, que, em sua redação final, altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Apesar da boa intenção – compreendo todo mérito e a intenção do Senador Humberto Costa –, mas o projeto se encontra prejudicado exatamente por existir um projeto com a mesma iniciativa que se encontra na Câmara, para deliberação, de autoria de uma Senadora do seu próprio Partido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos a voto.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Com a Relatora. Como vota V. Ex^a? Pela prejudicialidade.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – “Sim”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com a Relatora, Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a Relatora.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice, voto conhecido.

Senador Ferraço. *(Pausa.)*

Fica prejudicado o PLS nº 264, e será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Registro o meu voto como “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe. A Presidência não chamou V. Ex^a. “Sim”, Senador Suplicy.

Item 14 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, esta é uma matéria da Senadora Vanessa Grazziotin, que amplia o Conselho da Suframa.

Nós somos favoráveis ao projeto, mas está havendo um questionamento do Governo. Então, para não criar dificuldade na sanção do projeto, eu peço a retirada exatamente para tentar construir uma alternativa que possa atender à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a retirada nos termos regimentais pelo Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 255, DE 2011 – Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 134 de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: - *A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.*

O item 16 foi retirado pelo Senador Amorim. O item 16 foi retirado. Vamos ao item 18.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 417, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, para estabelecer que a demarcação de terras indígenas somente será realizada após a realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: - *A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação*

O Senador está ausente. Em respeito ao Senador Acir Gurgacz, nós vamos retirar de pauta pela ausência do Senador.

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senador Clésio Andrade e outros

Relatório: Favorável à Proposta.

Relatoria: Senador Gim

Ah, é o Item 20, desculpem-me. É do Senador Aníbal Diniz. Vamos ao **ITEM 20**.

Esta matéria exige de todos nós uma atenção. Nós acumulamos diversos projetos que tratam sobre trânsito, que foram consolidados no Projeto de Lei da Câmara nº 99 – eu chamo a atenção de V. Exas –, de 2007.

ITEM 20
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso XX ao caput do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. (Prevê penalidade para estacionamento irregular, em vaga para pessoas portadoras de deficiência física).

Autoria: Deputado Paulo Rocha

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nºs 99, 74, 165, 172, na forma do substitutivo que S. Exa apresentou, tomando como base o PLC nº 99, de 2007, e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 103, 128, 198, 48 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 71, 192, 222, 201, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 103, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso III ao parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que cuida do julgamento da consistência do auto de infração.

Autoria: Deputado Pastor Frankembergen

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 128, DE 2007

– Não Terminativo –

Altera o caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem ser visíveis independentemente da existência ou não de luz ambiente.

Autoria: Deputado Elismar Prado

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 71, DE 2007

– Não Terminativo –

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar nova destinação de parcela das receitas arrecadadas com a cobrança de multas de trânsito aos municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 192, DE 2007

– Não Terminativo –

Dá nova redação aos arts. 54, 55 e 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Senador Wilson Matos

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 201, DE 2007**

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.

Autoria: Senador César Borges

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 222, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o art. 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – para que sejam expedidas 02 (duas) vias do Certificado de Licenciamento Anual.

Autoria: Senador Romero Jucá

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 257, DE 2007**

– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 383, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o § 1º do Art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para redefinir as condições de aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por acúmulo de pontos em infrações cometidas.

Autoria: Senador César Borges

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 401, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o art.159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 462, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 550, DE 2007**

– Não Terminativo –

Inclui novo § 3º no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir que o candidato à habilitação na categoria A esteja habilitado há, no mínimo, um ano na categoria B ou superior e que não tenha cometido infração grave ou gravíssima, nem seja reincidente em infrações médias nos últimos doze meses.

Autoria: Senador Gilvam Borges

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 594, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de

competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

Autoria: Senador Gilvam Borges

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 613, DE 2007**

– Não Terminativo –

Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal, com vistas a aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 74, DE 2008**

– Não Terminativo –

Altera o inciso VI do caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas rodas.

Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 165, DE 2008**

– Não Terminativo –

Altera o art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, sobre notificação de infração.

Autoria: Deputado Luiz Bittencourt

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 172, DE 2008**

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 81-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre placa indicativa de pronto-socorro nas rodovias.

Autoria: Deputado Lobbe Neto

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

Nº 198, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios).

Autoria: Deputada Sandra Rosado

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 19, DE 2008**

– Não Terminativo –

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para fixar referências na avaliação, pelo juiz, do elemento subjetivo nas hipóteses de homicídio e lesão corporal praticados na direção de veículo automotor.

Autoria: Senador Marconi Perillo

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 202, DE 2008**

– Não Terminativo –

Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para exigir visibilidade dos equipamentos eletrônicos medidores de velocidade instalados nas vias públicas e impedir a vinculação do produto da arrecadação de multas à remuneração contratual.

Autoria: Senador Expedito Júnior

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 253, DE 2008**

– Não Terminativo –

Acrescente-se §§ 6º e 7º ao artigo 147, da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório a realização de exame psicológico ao “infrator contumaz da legislação de trânsito”.

Autoria: Senador Romeu Tuma

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 280, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente.

Autoria: Senador César Borges

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 426, DE 2008

– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a terceirização na operação de aparelhos ou equipamentos empregados na fiscalização eletrônica de velocidades.

Autoria: Senador Gerson Camata

**TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

Nº 48, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso VIII ao caput do art. 23 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para acrescentar competência às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatório: Favorável aos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; 74, 165 e 172, de 2008, na forma do substitutivo que apresenta, tomando por base o PLC nº 99, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 103 e 128, de 2007; 198, de 2008 e 48, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nº 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008.

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

É uma série de projetos. Por isso, eu chamei a atenção de V. Ex^{as}.

Vou passar a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em virtude de tratar-se de 24 proposições apensadas, o relatório não poderia ser menor, mantendo o devido respeito ao teor das proposições apresentadas.

Contudo, procurarei fazer uma leitura mais sintética, mas de forma que possa explicar os conteúdos e o teor do voto.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um conjunto de 24 proposições – oito de iniciativa de Deputados e dezesseis de iniciativa de Senadores –, que tramitam em conjunto por força de requerimentos aprovados pelo Plenário do Senado Federal a partir de 2008. Todas elas propõem alterações na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, as quais incidem sobre dispositivos variados dessa lei, com propósitos também diversos entre si.

Ao longo dos anos, a tramitação dos projetos aqui analisados sofreu diversas modificações, fruto da aprovação de sucessivos requerimentos incidentes sobre eles.

Um dos últimos requerimentos apresentados (o Requerimento nº 38, de 2012, de autoria do Senador Marcelo Crivella) pretendia promover a separação das matérias em sete grupos com propósitos afins, além de fazer retornar algumas delas ao regime de tramitação autônoma. Rejeitado o requerimento, o conjunto, então formado por 25 proposições, foi submetido à deliberação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mais recentemente, a aprovação do Requerimento nº 473, de 2013, levou ao desapensamento do PLC nº 135, de 2008, reduzindo-se para 24 o número final de proposições a serem examinadas.

Nenhuma das proposições recebeu emendas.

Em relação ao conjunto das proposições, verifico não haver impedimento insanável à sua aprovação do ponto de vista constitucional, jurídico e regimental, nem quanto à técnica legislativa empregada – salvo alguns poucos casos específicos analisados detalhadamente mais adiante. Todas estão materializadas na espécie adequada de lei, respeitam o princípio da reserva de iniciativa e versam sobre matéria inserida entre as competências da União.

O PLS nº 383, de 2007, que trata de acúmulo de pontos por infração no período de 12 meses coincidentes com o ano civil, descaracteriza a essência do mecanismo da pontuação, enfraquecendo o rigor com que o legislador pretendeu punir os maus motoristas.

O PLS nº 401, de 2007 (notificação dos condutores sobre o término da validade das respectivas Carteira Nacional de Habilitação), também se mostra inviável porque os principais interessados devem ficar atentos aos prazos de validade da CNH.

O PLS nº 550, de 2007, trata de requisitos de habilitação para conduzir motocicleta, que estabele-

ce um tempo prévio de experiência em direção em quatro rodas.

Ora, não será certamente a experiência ou o bom desempenho na condução de veículo de quatro rodas, com características totalmente distintas, que aperfeiçoará o comportamento do condutor de motos. O que, de fato, está carecendo de aprimoramento é o processo de formação desse tipo de condutor, tendo em conta as especificidades do veículo.

O PLS nº 253, de 2008 (exame psicológico obrigatório para condutor considerado “infrator contumaz”, conforme regulamentação do Contran).

Ademais, o exame de aptidão física e mental, exigido para obtenção e para renovação da CNH, poderá eventualmente indicar, se for o caso, a necessidade de investigação mais detalhada, como bem ponderou a razão apresentada à época para o veto apostado ao inciso II do art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro.

No segundo grupo, nós temos o PLS nº 71, de 2007. O objetivo do projeto é transferir parte da arrecadação de multas de trânsito por infração cometida em rodovias federais e estaduais para os Municípios onde ocorreu a infração. Com isso, pretende viabilizar a participação desses entes no combate à violência no trânsito, permitindo que eles próprios executem, nas vias não integrantes de sua jurisdição, com os recursos transferidos, medidas simples de “sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito”, às quais o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro destina a receita arrecadada com a cobrança de multas.

O PLS nº 201, de 2007 distingue-se do anterior por limitar-se às receitas provenientes de multas aplicadas em rodovias federais – desta feita, a pretexto de compensar os Municípios, e respectivas populações, impactados pela presença de grandes eixos rodoviários em seus territórios. Aplicam-se ao PLS nº 201, de 2001, os mesmos comentários feitos anteriormente a propósito do PLS nº 71, de 2008.

PLC nº 103, de 2007 (insubsistência dos registros de excesso de velocidade cometido durante a madrugada). Com o objetivo de evitar episódios de violência contra ocupantes de veículos em circulação durante a madrugada, o projeto pretende que sejam desconsiderados, para efeito de autuação, os registros de excesso de velocidade produzidos por aparelho eletrônico de medição de velocidade no período compreendido entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia subsequente, exceto se a velocidade apurada for superior a 70km/h.

A medida é prejudicial à segurança do trânsito: vias desertas e ausência de fiscalização (no caso, a nulidade dos registros) são fatores que encorajam a

prática de excessos ao volante. Respeitar limites de velocidade não se confunde com parar o veículo, situação em que os riscos de assalto são, de fato, preocupantes.

PLS nº 202, de 2008 (exigência de visibilidade dos equipamentos e vedação à remuneração dos operadores com base no valor arrecadado em multas ou na quantidade de autuações) Pretende disciplinar o uso de equipamentos de fiscalização eletrônica de velocidades, de modo a conter a escalada da chamada “indústria da multa” e irregularidades no fornecimento e na operação dos equipamentos. Para isso, torna sem validade os registros obtidos por meio de equipamentos eletrônicos instalados em locais de baixa visibilidade e impede a vinculação da remuneração contratual do operador do equipamento ao produto da arrecadação de multas aplicadas em decorrência da fiscalização.

Os requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, inclusive a garantia de visibilidade dos equipamentos pelos condutores de veículos, já estão satisfatoriamente fixados na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 396, de 13 de dezembro de 2011. Considero que o órgão de trânsito com jurisdição sobre a via, contratante dos serviços, deve sujeitar-se às regras que regem as licitações e os contratos públicos, não cabendo ao CTB dispor sobre a matéria.

PLS nº 426, de 2008 (nulidade dos registros produzidos por aparelho ou equipamento medidor de velocidade operado por terceiros). Em razão das semelhanças com o PLS nº 202, de 2008, aplicam-se os comentários feitos anteriormente a respeito daquela proposição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço a atenção, essa matéria é extremamente complexa, o Senador Anibal Diniz fez um relatório garimpando conceitos e elegendo prioridades com relação a esse texto e mais de 50 projetos estão envolvidos nessa proposta. Por isso que peço a atenção dos Senhores.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No grupo 4, a gente agrupou projetos de lei que visam à proteção dos portadores de deficiência física, o PLC nº 99, de 2007, o PLS nº 257 de 2007.

PLC nº 99, de 2007 (estacionamento irregular em vaga reservada a pessoa com deficiência). O projeto contribui para a observância à regulamentação do uso dos estacionamentos, em favor da categoria de usuários cujas limitações físicas justificam o privilégio.

Note-se, porém, que o CTB reserva a classificação “gravíssima” às infrações que ameaçam a segurança do trânsito ou de terceiros, o que não se verifica no presente caso. Desse modo, defendendo que o estacionamento irregular em vaga destinada a pessoa com

deficiência física seja considerado infração grave, o que já aumentará significativamente o valor da multa em relação ao que prevê o Código de Trânsito Brasileiro para infração análoga, considerada de natureza leve (art. 181, inciso XVIII). Da mesma forma, defendo que o tratamento proposto estenda-se às vagas de estacionamento destinadas a idosos.

O PLS nº 257, de 2007, determina que as travessias de pedestres situadas nas imediações de estabelecimentos de assistência às pessoas com deficiência visual deverão ser controladas por semáforo equipado com dispositivo emissor de sinal sonoro, de acordo com critérios estabelecidos pelo Contran.

A despeito de o Código de Trânsito Brasileiro não prever expressamente esse tipo específico de sinalização, sabe-se que, na prática, a medida já integra o rol de providências adotadas por iniciativa dos órgãos responsáveis pela sinalização nas respectivas circunscrições.

A generalização da solução, que passaria a ser obrigatória, não seria recomendável como matéria de lei, haja vista que a necessidade e mesmo a viabilidade de sua implantação, como bem lembra a justificativa apresentada pelo autor, vão depender e variar em função de uma série de condições locais, tais como a intensidade do fluxo de pessoas com deficiência visual na travessia e as características do tráfego de veículos.

O PLC nº 128, de 2007 estabelece que as saídas de emergência dos ônibus e microônibus devem estar visíveis para os passageiros independentemente das condições de iluminação no interior do veículo.

Considero que, a despeito da preocupação demonstrada com os passageiros de transporte coletivo em situações de emergência, a lei deve evitar descer a detalhes técnicos dessa natureza, mais compatíveis com os regulamentos administrativos.

A propósito, prevê o Código de Trânsito Brasileiro, em seu art. 107, que os veículos de transporte público de passageiros, individual ou coletivo, “deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade”.

Da mesma forma, também tecemos análise sobre o PLC nº 74, que dispensa a exigência de campainha e espelho retrovisor como equipamentos obrigatórios das bicicletas, o PLC nº 198, que visa a criar condições para que os Municípios realizem, com base em relatórios de ocorrências de trânsito semestralmente fornecidos pelos órgãos de trânsito do Estado a que pertençam, o planejamento da circulação viária e a formulação e a implementação de programas de edu-

cação e segurança do trânsito, com vistas à redução de acidentes.

Dessa forma, nós vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pelo acolhimento dos Projetos de Lei da Câmara nº 99, de 2007; e nº 74, nº 165 e nº 172, de 2008, na forma do substitutivo que apresento, tomando por base o PLC nº 99, de 2007; e pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 103 e nº 128, de 2007; nº 198, de 2008; e nº 48, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nº 71, nº 192, nº 201, nº 222, nº 257, nº 383, nº 401, nº 462, nº 550, nº 594 e nº 613, de 2007; e nº 19, nº 202, nº 253, nº 280 e nº 426, de 2008.

É o parecer, Sr. Presidente, como voto, com o substitutivo em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabenizo o Senador Anibal Diniz, que, com uma gama de projetos dessa natureza, em quantidade imensa, a respeito da legislação de trânsito, conseguiu aprontar um substitutivo que merece a atenção de V. Ex^a.

Em discussão a matéria (*Pausa*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço vista...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques (*Pausa*.)

Vista concedida ao Senador Pedro Taques.

Item 21. Proposta de Emenda à Constituição nº 33.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Clésio Andrade e, pela ordem, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu conversei com meu ilustre conterrâneo, o Senador Clésio, e acertamos aqui, até pela presença, Senador Vital, do Senador Aloysio, Relator da nossa matéria – e V. Ex^a terá de designar um Relator *ad hoc*, na ausência do Relator Senador Gim –, acertei com o Senador Clésio que nós votaríamos primeiro a nossa proposta até pela antecedência, anterioridade. Em seguida, votaríamos a proposta do Senador Clésio, sem que da nossa parte, haja pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não há nenhuma dificuldade, Senador Clésio...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Na sequência, a PEC nº 31 e 33.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – A 31, depois a 33.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos inverter a ordem, na inclusão da PEC do Senador Aécio, depois a PEC do Senador Clésio. Depois o Senador Clésio, também terá o Se-

nador Jucá como o Relator *ad hoc* das matérias do Senador Gim, porque S. Ex^a solicitou-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, há uma solicitação do Senador Pedro Taques, que é Relator de uma proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, que trata da instituição do voto facultativo no Brasil.

V. Ex^a, estou consultando, a colocará em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está em pauta. É matéria extrapauta do Senador Pedro Taques. Logo no início da reunião, S. Ex^a solicitou a inclusão. O Plenário deliberou e já está na carga das matérias que estão extrapauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Eu proporia, então, a 31, a 33 e depois a do Senador Ricardo Ferraço, pedido do Senador Pedro Taques.

De acordo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, já para eu relatar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ainda não. Depois que eu anunciar. Tenho de anunciar primeiro, Senador.

EXTRAPAUTA

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65

Não terminativo

Altera o Art. 159 e o Art. 34 do Ato das Disposições Transitórias, ambas da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões.)

Autoria: Senador Pedro Simon

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2007

– Não Terminativo –

Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

Autoria: Senador Francisco Dornelles e outros

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Autoria: Senador José Agripino e outros

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2009

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional de Defesa Civil.

Autoria: Senador César Borges e outros

TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 35, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera a redação das alíneas a, b e c, do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para modificar o percentual de repasse da arrecadação de impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2011

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 125, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
Relatório: Pela aprovação da PEC nº 31, de 2011, e pela rejeição das PECs nº 65, de 2005, 17, de 2007, 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009, 125, de 2011, e 2, de 2012.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para, agora sim, oferecer o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu ofereço um parecer sobre o conjunto de Propostas de Emendas à Constituição, mencionadas por V. Ex^a, que tramitam conjuntamente.

Essas propostas, Sr. Presidente, já foram escrutinadas amplamente por esta Comissão, pela Comissão de Assuntos Econômicos e o teor delas é amplamente conhecido da Casa.

Eu passo diretamente, Sr. Presidente, à análise.

De acordo com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno, esta Comissão deve opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das propostas que são a ela submetidas. Não há, desse ponto de vista, qualquer limitação às PECs que são submetidas à minha análise, com exceção da PEC nº 125, de 2011, que não observa o disposto no art. 167, inciso X, da Carta Magna, ao admitir que contribuições sociais, pagas pelo empregador incidentes sobre a folha salarial e pelo trabalhador, cubram despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência.

Em relação ao mérito, cinco propostas pretendem solucionar um dos principais problemas do modelo de federalismo fiscal no Brasil, qual seja, a alta concentração de receitas públicas, na esfera federal, em detrimento das demais esferas de Governo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Permite-me V. Ex^a apenas uma brevíssima, e peço escusas por esta interrupção, apenas para que eu me situe aqui.

V. Ex^a está relatando a PEC nº 31? Pelo que entendi, foi essa que o Presidente colocou, agora, em votação.

Como V. Ex^a é um relator muito assediado, estamos agora discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Aloysio, entre todas as matérias que relatou, deu prioridade à análise da PEC 31...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – A PEC 31 é aquela que obriga o Governo Federal; no momento em que oferecer desonerações de tributos que compõem o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, no mesmo exercício, ele fica obrigado a repor os valores dos Estados e dos Municípios. Parece-me que essa seria a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Aloysio para a conclusão do seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vou chegar lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Aécio estava ansioso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidentes.

O fato, Senador, é que estou relatando um conjunto e concluo, finalmente, pela aprovação da PEC 31.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Porque me parece que é a PEC atinge diretamente o ponto que é um consenso amplo entre nós, muito amplo: toda desoneração tributária concedida pelo Congresso Nacional, pela União que incida sobre tributos que são compartilhados entre União, Estados e Municípios deve ser ressarcida, na parte da desoneração. Se o Estado, a União desonerou um tributo que é de competência do Estado, do Município, ainda que parcialmente, essa parte desonerada tem que ser repostada. Ou seja, pretende-se trazer para a Constituição a regra de que não é possível fazer cortesia com o chapéu alheio.

E ela se insere na luta de V. Ex^a – na verdade, foi o tema já do primeiro discurso que V. Ex^a pronunciou, nesta Casa, tão logo aqui chegou –, que é a defesa do federalismo, de um maior equilíbrio fiscal entre União, Estados e Municípios; é a luta contra a concentração tributária, nas mãos da União, agravada com essa prática recorrente de desoneração, concedida na esfera Federal, em detrimento de receitas dos Estados e Municípios.

Esse é o conteúdo da PEC 31, de autoria de V. Ex^a, que eu acolho por entender que ela é, digamos, a mais abrangente e é capaz de atender as preocupações que são comuns a todos os Senadores da República e que V. Ex^a tão bem expressou ao formular a PEC 31.

Por essa razão, voto pela aprovação da PEC 31, de 2011, e pela rejeição das demais propostas que a ela estão apensadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos iniciar o processo de discussão.

Para discutir, Senador Sérgio Souza... Não; para discutir, Senador Ricardo Ferraço – desculpe, não vi V. Ex^a – e, depois, Senador Clésio Andrade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a proposta do Senador Aécio Neves, relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, corrige uma profunda distorção, que vem se aprofundando, a cada dia, no federalismo brasileiro, para além daquilo que o Constituinte estabeleceu, ou seja, a simetria entre os entes federados. Os entes federados precisam exercer todo o seu papel colaborativo, precisam exercer toda a sua solidariedade, e não é isso que temos observado nos últimos anos. Muito pelo contrário, o que temos observado, como disse aqui anteriormente, é uma profunda distorção.

Se pudéssemos usar uma linguagem popular, o que temos observado, Senador Aloysio, é que a União tem feito piquenique na sombra alheia, ao arrepio das receitas municipais e estaduais, sem compensação, agravando o equilíbrio federativo, agravando as receitas estaduais, sobretudo quando você considera que historicamente a União tem subtraído a sua participação no financiamento de algumas questões como a saúde pública, por exemplo.

Por isso mesmo esse projeto, em boa hora, corrige uma distorção flagrante. Eu cumprimento o Senador Aécio Neves pela iniciativa, no desejo que essa Comissão possa deliberar sobre esse tema e que nós possamos aprová-lo no Plenário do Senado com o propósito claro e objetivo de corrigirmos esse equívoco que vem se aprofundando nos últimos anos.

É como voto e como me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço.

Senador Clésio, depois o Senador Cássio, Senador Dornelles.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Senador Aécio Neves e essa importante proposta que todos nós vamos ajudar a aprovar, e reafirmar que a PEC 33, foi excluída do relatório do Senador Aloysio que ela vai votar separado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não consta do relatório do Senador Aloysio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Aécio Neves, reafirma, em primeiro lugar, um pronunciamento e um posicionamento histórico do Senador, que sempre teve, em todos os seus mandatos, uma linha de defesa muito clara do fortalecimento dos

entes federados na repactuação federativa que este Brasil, que o nosso País precisa discutir.

A proposta chega em boa hora, principalmente para que o Congresso Nacional reafirme, perante Estados e Municípios que aqui representamos, o compromisso com a nossa Federação. Até porque, muito recentemente, a Presidente Dilma Rousseff optou pelo veto de um dispositivo aprovado pelo Senado e pela Câmara no critério de repartição do Fundo de Participação dos Estados. Naquela oportunidade, talvez todos possam se recordar, foi aprovado critério semelhante a este. A matéria foi para a sanção Presidencial e este item foi vetado pela Presidente da República, contrariando, inclusive decisões do Supremo, porque em situações análogas, no que diz respeito a isenções que os Estados promovem do ICMS, já há firme e consolidada jurisprudência no que diz respeito a impossibilidade do Estado dispor da cota parte dos Municípios neste incentivo específico; a não ser claro, que haja a anuência, a concordância do Município que receberá o investimento.

Portanto, nada mais justo do que preservar as receitas dos Estados e dos Municípios. E aqui eu costumo sempre lembrar este aspecto que passa despercebido: nós estamos aqui, como Senadores que somos, para representar os Estados. E quantas vezes nós votamos contra os interesses dos Estados?! Então, em defesa dos Estados Federados que nós representamos, estou naturalmente não apenas louvando a iniciativa do Senador Aécio pela coerência de uma vida inteira na luta municipalista, na luta federativa dessa repactuação que o Brasil precisa fazer como conclamando todos os pares para que nós possamos defender os Estados que aqui nós representamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles. Por fim, o Senador Aécio para encerrar a parte de discussão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, em 1985, 70% da arrecadação da União provinha do IPI do imposto de renda. Isso significa que a base de cálculo dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios correspondia a 70% da arrecadação da União. Com o tempo, o que fez a União? Criou contribuições, criou impostos com o nome de contribuições, principalmente a Cofins, e hoje a base de cálculo dos Fundos de Participação, a arrecadação do IPI e do imposto de renda é menos que 50% da arrecadação da União.

Além disso, todos os incentivos dados ao setor privado são baseados em impostos compartilhados e não na contribuição que pertence exclusivamente à União. De modo que toda e qualquer proposta que

fortaleça Estados e Municípios e proíba a União, ou seja, obrigue a União a ressarcir Estados e Municípios favores e benefícios que ela concede com receita que a eles pertence deve merecer a aprovação desta Casa.

Por isso eu me posiciono favoravelmente à PEC do Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o autor, depois o Senador Romero Jucá.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Talvez possa o Senador Jucá falar antes. Parece que eu sou o último inscrito. Eu falo antes do encerramento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela deferência do Senador Aécio, eu quero rapidamente, Sr. Presidente, registrar que vou votar favorável à PEC. Entendo que o texto da PEC diz que a compensação será feita de acordo com a lei e eu defendo que essa compensação não se possa fazer somente com recursos orçamentários do ano, porque eventualmente o País pode enfrentar uma dificuldade econômica grave, precisar fazer algum tipo de desoneração e não ter folga orçamentária para fazer isso.

Então, na lei, nós vamos propor também que, além da compensação orçamentária anual, essa compensação possa ser feita com Letras do Tesouro Nacional emitidas e caucionadas junto a Estados ou Municípios, de acordo com a necessidade, segundo a convenção, exatamente para possibilitar em tese uma ação de emergência. Essa Letra tem valor, pode ser caucionada nos programas previdenciários dos Estados ou Municípios. Essa Letra pode ser colocada em mercado, pode ser vendida. Então, na verdade, é mais um instrumento para que o Governo possa enfrentar qualquer dificuldade conjuntural. Agora, essa dificuldade conjuntural não pode ser repassada para Estados e Municípios da forma como é hoje.

Portanto, no mérito, nós votamos com a proposta do Senador Aécio Neves e, na regulamentação, nós vamos tratar dessa questão da forma como encaminhamos.

Com a palavra, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não apenas eu, mas acredito que grande parte desta Casa, como certamente a maioria dos brasileiros, percebem que nós vivemos hoje uma Federação em frangalhos. Na verdade, federação é hoje uma palavra solta numa folha de papel. O Brasil vive um crescente hiperpresidencialismo ou quase que um Presidencialismo Monárquico, tamanha a força do Governo Federal, obviamente em detrimento de Estados e Municípios.

O Senador Francisco Dornelles, conhecedor profundo, talvez o maior especialista desta Casa em questões tributárias, de forma muito sucinta, aqui resumiu o que vem acontecendo ao longo dos últimos 30 anos. A presença do imposto de renda e do IPI, que compõem o Fundo de Participação no conjunto da arrecadação federal, vem perdendo valor proporcional em razão do crescimento da arrecadação das contribuições que são impostos não compartilhados.

Basta andar por este País para perceber o estado de calamidade por que passa a maioria dos Municípios brasileiros. Boa parte dos nossos 5,5 mil Municípios não chega ao final do ano em condições sequer de honrar com o 13º salário, para não falar na absoluta incapacidade de fazer os investimentos básicos necessários para atender as demandas primárias das suas populações.

Por isso, Sr. Presidente, esta matéria me parece das mais relevantes a serem tratadas na Casa da Federação e busca, mediante um grande esforço, de alguma forma, recompor as receitas dos Estados e Municípios.

No momento em que a Constituição determina no seu art. 159 como é feita a distribuição do produto da arrecadação do imposto de renda e do IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, a Constituição já define que uma parcela desses impostos pertence aos Estados da União. Não é um ato voluntário da União a transferência desses recursos aos Estados e Municípios. Por isso, na elaboração dos orçamentos municipais e estaduais, há previsão desses recursos.

Não quero retirar do Governo Federal sua autonomia e autoridade para eventualmente propor desonerações de determinados setores da economia em razão de problemas circunstanciais, cíclicos – não importa. Mas não se pode permitir que essas desonerações impactem ou contrariem aquilo que prevê a Constituição. E, no momento em que elas adentram, no momento em que elas, de alguma forma, diminuem a receita dos entes federados, obviamente elas estão contrariando a Constituição.

Portanto, a nossa proposta não retira – que fique claro – da União o poder de apresentar, em determinados momentos, propostas de desoneração de impostos para determinados setores da economia, mas ela fica obrigada, no mesmo exercício, a ressarcir os cofres municipais e os cofres estaduais. Nada mais justo, nada mais adequado para, de alguma forma, nós, Senadores da República, reafirmarmos nesta Casa o compromisso com a Federação. Por isso, eu agradeço as manifestações feitas pelos ilustres Senadores. Outras medidas na direção do fortalecimento da Federação deverão vir, mas essa talvez possa ser

a matriz de um novo momento nesta Casa, em que a recuperação da autonomia dos Estados e Municípios passe a ser efetivamente uma prioridade.

Portanto, agradeço a V. Ex^a por ter pautado esta matéria em hora extremamente oportuna, e quem sabe possamos iniciar aqui um processo de resgate da Federação a partir da atuação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB -PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Com a palavra pela ordem, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – Sr. Presidente, ainda que apresente total concordância a todos os argumentos apresentados, eu gostaria de pedir vista desta matéria para um entendimento com a Bancada do Governo e, particularmente, com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que não se encontra presente a esta reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Concedida vista por solicitação do Senador Anibal Diniz.

Vista concedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/PMDB – PB) – O senador Cássio pediu vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB-ES) – Vista coletiva.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Apenas, Sr. Presidente, é uma prerrogativa obviamente do Senador Anibal. Espero apenas que não seja essa mais uma posição do Governo Federal contra os Estados e os Municípios. Espero que seja apenas uma ação individual do ilustre Senador do PT. Mas, infelizmente, o retrospecto que temos dos últimos anos, sobretudo nesses últimos dois anos, é de um absoluto afastamento ou descompromisso do Governo Federal com as questões federativas.

Espero que V. Ex^a possa pautar na próxima reunião esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

Senador Cássio, Senador Ricardo Ferraço. Senador Anibal Diniz. A matéria estará pautada na próxima semana, na forma do entendimento firmado por esta Comissão.

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ?
Nº 33, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senador Clésio Andrade e outros

Relatoria: Senador Gim

Relatoria Ad Hoc: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à Proposta

Com a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB-RR)

– Sr. Presidente, o Senador Clésio Andrade apresenta proposta no sentido de ampliar o repasse de recursos em 3,5% para o fundo que atende aos Municípios, que é composto por arrecadação do IPI do imposto de renda. Por tudo o que já foi discutido neste Senado e no País, pela situação que passa os Municípios brasileiros, nós damos parecer favorável.

O relatório é do Relator, Senador Gim Argello, e eu, como Relator *ad hoc*, também sigo parecer do Relator Gim. E o voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT

– AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Da mesma forma que a matéria anterior, eu preciso fazer o entendimento com a Bancada do Governo e eu peço vista desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Vista concedida. Senador Ricardo Ferraço também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/ PMDB – ES) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Vista coletiva.

As duas matérias estarão constantes da pauta da próxima reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu pediria agora que pudesse colocar agora o PL 123, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Apoio Governo/ PMDB – PB) – Nós temos dois itens de pauta: a proposta que entrou como inicial, do Senador Pedro Taques, uma proposta de autoria do Senador Ferraço; depois, a proposta do Senador Romero Jucá. São os dois últimos itens da pauta.

ITEM 23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 55, DE 2012**

– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer o voto facultativo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável à proposta, com duas emendas que apresenta.

Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda nº 55, de 2012, que tem como primeiro signatário S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

A proposição altera o §1º do art. 14 da Constituição, para tornar facultativo o exercício do voto. A PEC é vazada em dois artigos. O primeiro promove a mencionada alteração no §1º do art. 14 da Carta, dando-lhe a seguinte redação: “O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de 18 anos, e o voto é facultativo para todos, a partir dos 16 anos”.

Já o segundo artigo da PEC estabelece que tais modificações entrarão em vigor na data da publicação da nova emenda constitucional.

Na justificativa, é assinalado que: i) o eleitorado costuma reagir à obrigatoriedade do voto com uma crescente tendência de abstenção e com o aumento de votos brancos e nulos; ii) as sanções pelo descumprimento do dever de votar só são eficazes para quem tem ou pretende ter relações com o Poder Público; iii) a regra do voto obrigatório ignora que deixar de comparecer às urnas também representa um posicionamento político legítimo; iv) o voto compulsório não integra a essência da democracia, tampouco colabora com o avanço da consciência livre, facilitando, ao revés a irresponsabilidade, a irreflexão, o clientelismo e o oportunismo no processo eleitoral; v) países com democracias mais consolidadas adotam o voto facultativo.

Não houve apresentação de emendas, Sr. Presidente.

Vou resumir a análise, se V. Ex^a assim permitir, em razão do adiantado da hora e do princípio da dignidade da pessoa humana, que dá ao cidadão o direito de almoçar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, nós definimos, pela importância dessa matéria, que, pela própria Presidência da Comissão, será concedida vista com prazo para o conhecimento e maior reflexão dos Srs. Parlamentares.

Por isso V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, senhor.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, do Regimento Interno, emitir Parecer, inclusive quanto ao mérito, quando à proposição em exame. Antes de tudo, cumpre registrar que a PEC 55 atende as exigências constitucionais para a tramitação de propostas de alteração da Carta Magna. Aqui, não incidem nenhuma das limitações materiais, circunstanciais ou limitações de qualquer ordem previstas na Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, não vislumbramos ofensa ao art. 60, §4º, da Constituição, que enumera as cláusulas pétreas, entre as quais a do voto direto, secreto, universal e periódico. Tornar o voto facultativo não altera em nada essas outras características que ele, o voto, deve ostentar.

Quando ao mérito, cabe observar que a atual Constituição brasileira manteve a tradição do voto obrigatório, iniciada pelo Código Eleitoral de 1932.

Os debates sobre o voto facultativo durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 foram intensos, prevalecendo, no entanto, a visão, ao meu juízo paternalista, que implica o Estado tutelar o cidadão ao impor-lhe a obrigação de escolher os seus representantes, em que pese a nossa Carta Política consagrar a soberania e a supremacia do povo sobre o Estado.

Aqueles que perfilham a obrigatoriedade do voto entendem basicamente que a medida conduz ao elevado comparecimento de eleitores às seções eleitorais por ocasião das eleições, evitando assim que venha ser alegada a ilegitimidade dos eleitos quando a maioria dos eleitores deixar de participar da eleição.

Tal argumento, com todo o respeito, não se mostra muito consistente, quando constatamos que os países influentes no panorama mundial, que praticam democracia representativa e que servem de modelo para os demais, não têm as suas eleições contestadas em razão do número de eleitores que foram às urnas.

Entendemos que a qualidade de uma democracia não se deve unicamente à participação quantitativa nas eleições. Ainda mais se esta for obtida mediante constrangimento legal.

O fato de o eleitor comparecer a uma seção eleitoral não significa que ele esteja interessado nas propostas dos candidatos e dos partidos políticos. Um número significativo de eleitores vota em branco ou anula o seu voto, de forma deliberada como protesto.

Assim, o sistema político termina por ser levado ao descrédito pela constatação da existência de um número elevado de votos brancos e nulos, para não

se mencionas abstenção que cresce a cada eleição, pela desmotivação do eleitor.

É temerário concluir que uma postura de parte do eleitoral de não comparecer às urnas signifique necessariamente falta de comprometimento cívico. O não exercício do direito do voto é revelador, em muitos casos, do inconformismo do eleitor com a política que se pratica no País ou com as opções de candidaturas que lhes são apresentadas, e essa não deixa de ser uma forma legítima de manifestar opiniões políticas.

Com a manutenção da obrigatoriedade do voto, o eleitor encontra outras formas de expressar esse seu descontentamento, votando nulo ou em branco.

E mesmo a perspectiva de punição não é capaz de evitar elevados índices de abstenção, que tende alcançar 20% do eleitorado. É bem verdade que parte desse percentual se deve à desatualização dos cadastros da Justiça Eleitoral. De qualquer modo, não acreditamos que a participação consciente dos cidadãos no processo eleitoral possa ser garantida pelo recurso à via impositiva, tampouco a abstenção signifique, necessariamente, uma falta de comprometimento cívico.

A recusa em participar do processo eleitoral, tanto quanto o voto nulo, é uma maneira de se posicionar politicamente. A regra da obrigatoriedade do voto se baseia, portanto, na visão de que o Estado deve tutelar o eleitor, ensinar-lhe o valor e a importância do voto, mesmo que, para tanto, tenha de recorrer a mecanismos coercitivos contra aqueles que se recusarem a exercer aquilo que é considerado um direito seu. Ora, parece muito difícil conciliar a noção de direito com a imposição de seu exercício. Se o cidadão não é livre para optar entre votar ou não, ele não tem, em verdade, um direito, mas sim um dever.

Sr. Presidente, eu faço aqui uma viagem pelo mundo no direito comparado de alguns países da Europa e da América Latina que tratam do voto obrigatório e facultativo, eu trago pesquisas feitas pelo Alô Senado.

Encerro o parecer dizendo que, diante do exposto, entendemos que já é hora de adotar o voto facultativo. O povo brasileiro é maduro o suficiente para dispensar qualquer tipo de tutela estatal nesse âmbito. A decisão sobre o voto deve competir a cada cidadão, de acordo com a sua consciência e as suas convicções políticas.

Comungamos, assim, com os autores da proposta quanto ao mérito, mas sugerimos uma pequena alteração de redação que apresento, Sr. Presidente. Cabe aos partidos políticos e aos candidatos convencer o eleitor de que a sua participação no processo eleitoral seja significativa. Aí, cada candidato vai ter que fazer o proselitismo de sua posição político-ideológica e convencer o eleitor, que é o mais importante, a comparecer para votar.

É esse o parecer, cumprimentando o autor da proposta, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

O Presidente da Comissão, de ofício, conforme preestabelecido com os Srs. Líderes, concede vista para conhecimento dos Srs. Senadores a respeito do tema.

O tema seguinte. Matéria extrapauta. Nós temos, ainda, alguns requerimentos para votar e também a reunião seguinte extraordinária para analisar as emendas que a Comissão recebeu para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O último item, portanto, da reunião ordinária.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 123, DE 2012

– Não Terminativo –

Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Romero Jucá

Relatório: Pelo reconhecimento do erro formal questionado por meio do Ofício SF nº 978, de 2013 do Senhor Presidente do Senado Federal, além de outros evidenciados neste Parecer, e, com a finalidade de corrigi-los, pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Aprovado o Requerimento 39, de 2013, de urgência para a matéria.*

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi feita essa consulta pelo Presidente do Senado. O Senador Gim Argello esclarece no seu relatório todas as questões, apresenta três emendas que sanam os pontos

levantados, portanto equilibra e corrige o Parecer 173 com essas três emendas.

O nosso parecer, seguindo a posição do Senador Gim Argello, é pela aprovação do Parecer 173, com essas três emendas que apresenta, sanando, assim, as questões levantadas.

O parecer é favorável pela aprovação do Projeto 123, da Câmara dos Deputados, que é extremamente importante para a saúde pública brasileira e para outros setores do serviço público, mas especialmente a questão da auditoria da saúde é um ponto que tem que ser reforçado no País, nós queremos isso, estamos trabalhando para mais verbas na saúde, estamos fazendo um esforço aqui para dar mais recursos para Estados, Municípios e o próprio Governo Federal. Portanto, paralelamente a esse encaminhamento de recursos, é preciso ter uma estrutura efetivamente fiscalizar a correta aplicação do dinheiro público.

O parecer é favorável, e nós somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer favorável, do Senador Gim Argello, agora chancelado e certificado pelo Senador Romero Jucá, ao reconhecimento dos erros formais, com três emendas que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu parablenizo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... os senhores funcionários.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu gostaria de pedir urgência da Comissão para a matéria, para ir a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Urgência solicitada por todos os Senadores que estão aqui. Semioticamente já o fizeram.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 123, de 2012

Autoria: Senador Romero Jucá

Em discussão a urgência. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

Agora, podem aplaudir. Os senhores estão de parabéns. Um abraço.

(Manifestação das galerias: palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar os requerimentos agora, e depois iniciarmos reunião extraordinária.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento”, com o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2012, que “estabelece regras e critérios mínimos para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional”, de autoria do Senador Armando Monteiro, por versarem sobre a mesma matéria.

Autoria: Senador Armando Monteiro

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41, DE 2013

Requer a realização de duas audiências públicas com especialistas em direito eleitoral para discussão do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.

Autoria: Senador Pedro Taques

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42, DE 2013

Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário Nacional 25 anos de Democracia pelo Senado Fede-

ral, para comemorar o período de vigência da Constituição Cidadã de 1988.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Em discussão os três requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião ordinária.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Raulo Rodrigues, Inácio Arruda, Ana Amélia, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza e Ciro Nogueira. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a votação das matérias terminativas. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2012 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer, pela rejeição do projeto, é aprovado, com

os votos contrários dos Senadores Anibal Diniz, Ângela Portela e Inácio Arruda. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa à presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, para relatar o seguinte item: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou litero-musicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer é favorável, com as emendas nº 1-CDR e nº 2-CDR. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Reassume a presidência o Senhor Senador Cyro Miranda, que retoma a ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é

aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Ana Arraes, que “Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, que “Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é rejeitado por 13 (treze) votos, com o voto contrário do Senador Alvaro Dias. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. Logo após, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Itens 10 e 11 – Extra-Pauta**). Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta: **Extra-Pauta, Item 10: Requerimento nº 46, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, nos próximos dias 29 e 30 de agosto, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB que tem como tema ‘Plano Nacional de Educação – PNE, Expansão da Educação Superior com Qualidade – Desafios e perspectivas’, a ser realizado na cidade de Aracaju – Sergipe”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 47, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer “... nos termos regimentais, seja incluído na lista de

convidados relacionados no Requerimento n.º 37/2013, o nome do Advogado João Carlos Muller, especialista em direito autoral, para participar nesta Comissão, de Audiência Pública que irá instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 465/2012, que Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado n.º 465, de 2012, está sobrestado na Comissão para a realização da Audiência Pública. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vou inicialmente passar aos itens não terminativos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2012 – Complementar – Não Terminativo –

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição

Observações: 1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos

2 – Na reunião do dia 13/8/2013, foi concedida vista coletiva

Houve pedido de vista e, como não foi apresentado nenhum substitutivo ou emenda, continua em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Apenas, Presidente, para lembrar o que o nosso parecer, apresentado na última reunião, procurou destacar.

Primeiramente, a questão da inconstitucionalidade. Embora esta Comissão não seja a Comissão de Constituição e Justiça, não podemos ignorar que este projeto vem com vícios de inconstitucionalidade, afrontando especialmente o art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Deveria tratar, neste caso, de isenção de tributos de forma ampla e não apenas no caso concreto específico, como o faz em relação à todo-poderosa FIFA.

Quanto à questão da constitucionalidade, creio que é visível, e não haveria discussão. Fixar formas e condições para concessão de benefício não se confunde com autorizar a isenção para um caso específico. O presente projeto não trata de normas gerais que definam a forma, tampouco quais as condições para a concessão de benefícios pelos Municípios.

Mas esta questão que é sempre essencial e preliminar, da constitucionalidade, não é a única razão para rejeitarmos essa proposta. A razão maior é de mérito.

A FIFA é toda-poderosa, não depende desses recursos para a sua sobrevivência, para a sua manutenção. Ao contrário, sairá do Brasil com um lucro fantástico de mais de US\$5 bilhões.

Ela vem, afronta a nossa legislação, estraçalha a nossa Constituição, governa o nosso desgoverno e ainda retira recursos dos Municípios através de uma isenção dessa natureza, em que pese o fato de o projeto ser falho por não impor obrigatoriedade no que diz respeito à concessão dessa isenção. Até nisso o projeto falha tecnicamente e agrava a sua situação de inconstitucionalidade.

Portanto, por todas as razões já expostas na última reunião, nós mantemos a nossa posição e pedimos aos Srs. Senadores que rejeitem essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Quero lembrar que esta matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, que irá realmente analisar os efeitos econômicos.

Ficamos sempre muito em dúvida, porque temos necessidades. Eu e o Senador Paim lutamos muito por verbas para aqueles com dificuldades especiais e para os aposentados, a quem isso foi negado. De repente, nós nos defrontamos com um projeto desses para isentar uma instituição bilionária que não precisa disso.

Então, eu acho que as suas ponderações são válidas.

Para discutir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a permissão de V. Ex^a, preciso recuperar o fôlego primeiro, pois saí de outra comissão.

Senador Alvaro Dias, eu corri o máximo para acompanhar o seu relatório e votar com V. Ex^a, porque essa situação, Presidente Senador Cyro Miranda, é injustificável em um país que tem necessidades, carências, em especial os nossos Municípios.

Primeiro, sob todos os pontos de vista, é injustificável essa matéria; é injustificável do ponto de vista do Pacto Federativo. A parte mais frágil e mais penalizada no Pacto Federativo é o Município.

Na semana passada, nós debatíamos aqui nesta Comissão de Educação o quanto os Municípios são penalizados, o que os Municípios passam para viabilizar a educação básica e o pouco que a União passa para viabilizar a educação básica; ou seja, o quanto os Municípios sem estrutura sofrem para arcar com as suas responsabilidades e com quão pouco a União contribui para que os Municípios arquem com suas responsabilidades.

Agora, a União quer impor aos Municípios mais isso, porque se trata de uma imposição da União. A União impõe aos Municípios que renunciem à sua receita; impõe aos Municípios que vão ser sede da Copa do Mundo que renunciem à sua receita do Imposto Sobre Serviços em nome de nome de uma entidade internacional reconhecidamente corrupta. E em função de quê? Para atender aos favores dessa entidade internacional.

Sr. Presidente, nós já ficamos – com perdão da expressão – de cócoras demais por causa dessa instituição internacional. Não é possível, não é aceitável que o Estado brasileiro se submeta tanto a essa entidade internacional. Não há razão alguma, não há tema algum de razoabilidade que justifique o voto em função dessa matéria. Não se justifica se há acordo anterior que o Brasil tenha firmado. Seria interessante ouvirmos autoridades do Estado alemão para saber se eles firmaram tantos compromissos para se submeterem tanto para sediar a Copa do Mundo na Alemanha, anteriormente. Seria importante ouvirmos autoridades japonesas e sul-coreanas para saber se eles se sub-

meteram tanto para sediar uma Copa do Mundo em seus territórios. Não há razoabilidade e justificativa, se o Congresso Nacional brasileiro, o povo brasileiro não foi consultado de que teria de pagar um preço dessa magnitude para sediar uma Copa do Mundo em seu território.

Eu não vou detalhar o que nós já tivemos de aprovar aqui, neste Congresso Nacional, em função de sediar esse certame internacional de futebol. Eu não imaginaria que nós chegaríamos a tanto, ou seja, sacrificar a parte mais fraca do Pacto Federativo, que são os Municípios, submeter ainda mais a parte mais frágil do Pacto Federativo e chegar ao cúmulo do absurdo de submeter a soberania nacional à FIFA, que é a renúncia dos Municípios que vão sediar os jogos da FIFA, em função da renúncia tributária.

Ora, há pouco tempo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, houve um debate vasto sobre a isenção tributária para livros. A área econômica do Governo sempre se opõe veementemente ao reprojetado que faz isenção tributária; sempre se opõe a qualquer tipo de redução da carga tributária; sempre se opõe à redução de receita. E quando é para sacrificar Municípios, reduzindo receita, encaminha com urgência projetos para o Congresso Nacional, simplesmente pela submissão à Federação Internacional de Futebol Associados.

Não considero aceitável a aprovação desta matéria. Portanto, Sr. Presidente, quero manifestar o meu voto favorável ao relatório do Senador Alvaro Dias, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, eu quero aqui parabenizar o Senador Alvaro Dias pelo seu parecer.

Voto pela rejeição. Não vou entrar no mérito da discussão, se é uma exigência ou se foi um compromisso do Governo brasileiro para com a FIFA, para que aqui sediássemos a Copa. Os argumentos apresentados pelo Senador Randolfe já esgotaram a questão.

Eu quero aqui deixar claro e, mais uma vez, pontuar que não é possível que o Congresso Nacional continue aprovando projetos que penalizem os entes da Federação, que já estão em situação de pré-insolvência. Os Estados e Municípios estão com dificuldades enormes.

Dias atrás, saiu uma matéria sobre 20 Estados da Federação brasileira com relação ao seu equilíbrio fiscal, preocupante. Se formos descer aos Municípios,

vamos verificar que a maioria deles está já inadimplente, não podendo nem receber convênios transferidos de Estados e de Municípios.

Lá no meu Estado do Pará, dos 144 Municípios instalados, menos de dez estão aptos a receber transferência. Então, nós não podemos aprovar um projeto aqui em que o Governo Federal vem e isenta algo que não é dele, o imposto municipal, argumentando compromissos coma FIFA. Ele que ponha recursos; já foram gastos.

A sociedade brasileira está nas ruas mostrando o desapeço em relação os gastos com a Copa das Confederações, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, em detrimento de gastos necessários ao atendimento à saúde, à educação, à segurança e à infraestrutura. Não podemos ir contra o que está acontecendo no nosso País.

Mais ainda: quando se trata de fazer justiça com os entes federados, Estados e Municípios, o Governo Federal se coloca em oposição, como faz agora, quando vamos apreciar hoje o veto que resolveria o problema. Qualquer renúncia fiscal que o Governo Federal venha a fazer... Eu próprio tenho um projeto que já está para completar dez anos no Senado, que trata desse mesmo assunto e não anda: de que, para qualquer renúncia, o Governo Federal o faça dentro da parte que cabe a ele. Nós aprovamos isso no Congresso Nacional, e a Presidenta vetou – vamos apreciar esse veto. E o Governo faz campanha para que o veto seja mantido. Ou seja, por quê? Porque é parte que cabe a ele, cada vez concentrando mais receita em detrimento de um Estado que fica quase unitário.

Em função disso, vou votar com tranquilidade pela rejeição do projeto, segundo o parecer do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, sei que, depois que as ruas foram tomadas por protestos, ficou muito mais fácil a gente se opor a tudo que diga respeito às atividades da Copa do Mundo. Mas, na realidade, houve um esforço tanto do Governo Federal, com o Presidente Lula, quanto de todos os governadores que eram candidatos a sediar a Copa do Mundo.

Na realidade, havia 17 candidatos até o final da decisão. Foram escolhidos 12 Estados, 12 capitais, e todos esses Estados, se buscarmos os compromissos

assumidos, invariavelmente assinaram os cadernos de encargos com as obrigações que foram estabelecidas pela FIFA, e que não são específicas para o Brasil, mas para todos os países onde acontecem os jogos da Copa.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Alvaro Dias, se possível, no sentido de retirar essa matéria de pauta e fazer um voto em separado com as devidas observações feitas pelo Senador; se fosse possível, fazer um voto substitutivo, de tal maneira que pudéssemos ter essa matéria aprovada, sem prejuízos para esses Estados e Municípios onde ocorrerão os jogos. Isso porque essa isenção específica à FIFA é uma imposição que está presente nos cadernos de encargos anteriores à tomada de decisão que o hoje Senador Aécio Neves, à época Governador do Estado de Minas Gerais, assinou juntamente com o Presidente Lula; que o Governador de São Paulo assinou com o Presidente Lula; e os demais governadores dos Estados, onde foram selecionadas as capitais para serem sedes, assinaram conjuntamente esses cadernos de encargos.

Esses são compromissos que antecedem à decisão da FIFA em escolher o Brasil como sede. Nesse sentido, eu pediria ao Senador Alvaro Dias se é possível construir esse caminho, para que não tenhamos uma paralisação dessa ação. Há um apelo aqui do Ministro dos Esportes, há um apelo do Governo no sentido de que não tem como fazer diferente, sobre algo que já foi assumido, em que há compromisso prévio, lá atrás. Seria um grande prejuízo impedir que uma cidade, uma capital deixe de ser sede, depois de todos os investimentos já feitos nessas 12 sedes para a Copa do Mundo de 2014, uma vez que a Copa das Confederações já passou e sobre ela já não haverá mais efeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para dizer se consente ou não na retirada de pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Rapidamente, não há possibilidade de atender esse pleito do Senador Anibal Diniz, em que pese o respeito que devoto a ele. Ainda há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu o acompanhei rejeitando um projeto que retirava recursos dos Municípios.

Entre ficar com os cadernos da FIFA e a Constituição do Brasil, fico com a Constituição do Brasil. Por isso, não temos como aprovar essa proposta sem afrontar a Constituição Federal, além de estarmos afrontando a Lei de Responsabilidade Fiscal e reduzindo os já escassos recursos de Municípios brasileiros em favor da poderosa FIFA, que leva daqui um lucro de mais de US\$5 bilhões. É evidente que a FIFA não vai

tirar a Copa do Mundo daqui só porque vamos rejeitar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Alvaro dias, pela rejeição, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O meu voto é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Dois votos contrários.

Três votos contrários.

A matéria está rejeitada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como esse debate vai se dar na Comissão de Assuntos Econômicos, acho que essa proposta muito bem argumentada aqui pelo Senador Anibal poderá ser construída lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mesmo porque os Municípios estão de acordo com o projeto do Governo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lá pode ser construído um entendimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o relatório foi aprovado, e o projeto foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente, o projeto foi rejeitado.

Ele segue, então, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu não entendo como o nosso Regimento possibilita que um projeto rejeitado vá a outra comissão, se ele já foi rejeitado. É um Regimento que precisa ser alterado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concordo com V. Ex^a.

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É bom, Senador Alvaro, que seja revisto isso no reestudo do Regimento que está sendo feito.

Eu só queria comentar com o Senador Anibal Diniz, quando ele fez referência de aqui ser contra só porque é para a Copa do Mundo. Não é isso, Senador Anibal Diniz; não é por ser para a FIFA, não.

Eu sou contra qualquer projeto que venha reduzir transferências a Estados e Municípios. Esse é o ponto de discussão.

Eu disse, ao iniciar as minhas palavras, que eu não entraria nem na questão do mérito, porque o Se-

nador Randolfe já tinha discutido de forma bastante profunda. Eu voto aqui contra qualquer projeto que venha trazer redução de transferências para Estados e Municípios, em função da situação em que eles se encontram. A não ser, Senador Anibal, que o seu Estado do Acre, que os Municípios do Estado do Acre sejam diferenciados dos Estados brasileiros e dos Municípios brasileiros. Se assim o for, V. Ex^a que está votando dessa forma tem razão. Senão, eu acho que V. Ex^a teria de ouvir o governador, nosso companheiro aqui no Senado Tião Viana, e os prefeitos dos Municípios do Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Como tenho uma Relatoria não terminativa, passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a um projeto não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 206, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com as emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS 206, de 2012, em análise, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, com o propósito de que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuá-

rio, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Louvável a iniciativa da ilustre Senadora Ana Amélia ao argumentar que, quando o hóspede de hotel ou motel utiliza o equipamento colocado à sua disposição, tal exibição ocorre no âmbito privado. Embora o estabelecimento, no seu conjunto, seja de utilização coletiva, a unidade em que se dá a hospedagem não tem essa característica. O mesmo, evidentemente, não se pode dizer dos saguões e demais espaços de uso coletivo de tais estabelecimentos.

Portanto, o meu voto é pela aprovação do PLS 206, de autoria da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Informo a todos os Senadores que temos três terminativos, mas todos foram lidos. Se pudermos votar esse que é não terminativo, simbolicamente, em seguida o Presidente vai votar outros três terminativos, todos os que já foram lidos. Por isso, eu faço um apelo para que não se retirem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, com a devida vênia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a devida vênia do Relator, Presidente, dessa matéria, pelo fato inclusive de já ter tratado essa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pedir vista?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... recentemente aqui na Casa, eu queria pedir vista dessa matéria, para nós poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E até posso... Até sugiro, com a devida permissão do Presidente e do Relator, que seja concedida vista coletiva, para não demandar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vista coletiva concedida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ... muito tempo. E semana que vem nós poderemos apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para, de imediato, nós irmos aos projetos terminativos.

Passo a palavra ao Presidente, Senador Cyro Miranda, que assume a coordenação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Falta ainda apenas um Senador.

Então eu tenho um último projeto terminativo, que eu vou pedir para que o Senador Flexa Ribeiro seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 217, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Cyro Miranda, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. O item nº 2 tem como Relator o Senador João Alberto de Souza. Então, faço a leitura do parecer do nobre Senador.

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 217, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que faz duas alterações na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.

A primeira alteração determina que o valor pago pela matrícula seja incluído no valor total das anuidades ou semestralidades escolares.

Já a segunda estabelece que a multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a 20% do valor pago pela matrícula.

O objetivo alegado pelo autor para a primeira sugestão é o de evitar a cobrança de uma 13ª parcela de mensalidade, a título de matrícula ou reserva de vaga.

A segunda sugestão, por sua vez, pretende evitar que a escola se recuse a restituir, sob a alegação de custo administrativo, o valor pago antecipadamente, no caso de desistência do estudante.

O projeto tem decisão terminativa desta Comissão. A ele não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre

educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 217, de 2009, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

As duas medidas propostas no projeto buscam, de fato, proteger o usuário de serviços educacionais privados. No entanto, contrariamente ao alegado na justificção, a primeira sugestão não impede a cobrança de uma 13ª parcela, uma vez que a Lei nº 9.870, de 1999, faculta a apresentação de *planos de pagamento alternativos*, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado nos termos legais. O que o projeto faz é simplesmente estipular aquilo que os órgãos de defesa do consumidor já consideram como certo, a saber: o consumidor deve ter o valor pago pela reserva de vaga ou matrícula descontado do total da anuidade, normalmente dividida em doze (anuidade) ou seis (semestralidade) parcelas mensais e iguais.

Com efeito, faz sentido que as escolas cobrem pela matrícula ou reserva de vagas. Isso garante a elas certa segurança sobre o total de alunos matriculados, permitindo-lhes, por conseguinte, fazer o planejamento administrativo e pedagógico para o período letivo seguinte. Contudo, essa importância deveria ser abatida na primeira mensalidade do próximo período letivo, o que a proposição não assegura.

Desse modo, a redação do projeto poderia ser aperfeiçoada, a fim de adequá-la melhor à interpretação que os órgãos de defesa do consumidor vêm conferindo à lei.

Pela análise, Sr. Presidente, vamos diretamente ao voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009, na forma da emenda substitutiva a seguir apresentada.

EMENDA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO.

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009, que altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre a forma de pagamento das anuidades ou das semestralidades escolares e a fixação de valor máximo de multa pelo cancelamento da matrícula.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 5º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma do disposto neste artigo, terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a oferta aos alunos, seus pais ou responsáveis de plano

de pagamento alternativo, cujo montante não pode exceder o valor total anual ou semestral.

.....
§ 7º O valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, constituindo-se na primeira das parcelas referidas no § 5º.

§ 8º A multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a vinte por cento do valor da primeira parcela da anuidade ou semestralidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação, o PLS 217 de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em segundo, suplementar nos termos do dispositivo do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoría/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz. (Pausa.) Está vindo.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, autor.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

A matéria está aprovada.

Vamos ao Item 1, que já foi lido e encerramos a sua discussão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 344, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria foi aprovada e será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos do disposto do art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 331, DE 2012
– Terminativo –

Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a. KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR^a. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 75, DE 2012
– Terminativo –

Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.

Autora: Deputada Ana Arraes;

Relator: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Favorável.

Na reunião de 13 de agosto, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Não tendo quem queira discutir a matéria, está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias saiu.

Senadora Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

A matéria está aprovada.

O SR. PRESIDENTE – Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 29, DE 2013

– Terminativo –

Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.

Autoria: Deputado Arthur Oliveira Maia

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: favorável.

Na reunião de 13 de agosto de 2013, a matéria foi lida. Iniciada a discussão.

Encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues? *(Pausa.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ele não gostou da ideia de “raça brasileira”, não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A gente pode mudar a raça.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu, conhecedora da matéria.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp? Voto conhecido.

Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Manga Larga agradece.

Aprovado.

Senador Alvaro Dias também...

Só dois itens para terminar e já lidos.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 271, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela rejeição.

Observação: na reunião de 13 de agosto, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Quem votar com o Relator vota pela rejeição.

Encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Não. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Voto a favor do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, um voto contra o Relator. Senadora Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

Com o registro de um voto contra, a matéria está rejeitada, com voto contrário do Senador Alvaro Dias. Item 9 – último item.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 43, DE 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

Autoria: Senador Marcelo Crivella**Relatoria:** Senador Paulo Bauer, pela rejeição.

Na reunião de 13 de agosto de 2013, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

A matéria está em discussão.

Quem vota com o Relator vota contra.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a. ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senadora Maria do Carmo.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Não. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O projeto, por unanimidade, foi rejeitado.

Agradecendo a paciência de todos e a presença, antes de encerrar, submeto à apreciação das Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e dos Ex^{mos} Srs. Senadores um requerimento de minha autoria.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO Nº 46, DE 2013**

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, nos próximos dias 29 e 30 de agosto, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) que tem como tema “Plano Nacional de Educação – PNE, Expansão da Educação Superior com Qualidade – Desafios e perspectivas”, a ser realizado na cidade de Aracaju – Sergipe.

Autor: Senador Cyro Miranda

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço a companhia do Senador Inácio e da Senadora Maria do Carmo, que vai nos receber.

Aprovado o relatório.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, mais uma vez, a presença...

Há o aditamento de um requerimento do Senador Paulo Bauer.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO Nº 46, DE 2013**

Requeiro nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 37/2013, o nome do Advogado João Carlos Müller, especialista em Direito Autoral, para participar, nesta Comissão, de Audiência Pública que irá instruir o Projeto de Lei do Senado nº 465/2012, que altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.

Autor: Senador Paulo Bauer

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecendo, então, definitivamente, a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, encerro a presente reunião, convocando para a próxima terça-feira, às 11 horas, reunião deliberativa.

Muito obrigado. Boa tarde!

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, João Alberto Souza, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico a(o)s

Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a cerimônia de formatura dos estudantes do SENAI e SENAC em cursos ofertados pelo PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, a ser realizada no dia de hoje, terça-feira, às 15h, na Serraria Souza Pinto – Av. Assis Chateaubriand nº 809, Centro, Belo Horizonte – MG. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Convite vai ao arquivo. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 7: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria, ad hoc, do Senador Flexa Ribeiro, ao **Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 8: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Paulo Paim, ao **Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Alice Portugal, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher)”, **que tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática ‘História e Cultura Indígena Brasileira’, e dá outras providências”, **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges, que “Altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos pri-

meios socorros no ensino fundamental e médio”; **Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil”; **Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia”; **Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina ‘Educação Financeira’ nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio)”; **Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania”; **Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio”; **Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Belini Meurer, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais”; **Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Níura Demarchi, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nº 79 e nº 171, de 2009 e dos Projetos de Lei do Senado nº 31, nº 143, nº 155 e nº 371, de 2008; nº 279, de 2009; e nº 95, nº 232 e nº 254, de 2010, que tramitam em conjunto. A matéria é lida e

iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CDR/CE e nº 2-CDR/CE, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Item 10 Extra-Pauta**). Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta: **Extra-Pauta, Item 10: Requerimento nº 48, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que requer “... nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no dia 9 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do ‘Congresso Internacional ABED de Educação a Distância’, a ser realizado na cidade de Salvador – Bahia”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010; Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013 – Complementar e Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 188 de 2008**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**,

Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado.

Comunico às Srs. e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a cerimônia de formatura dos estudantes do Senai e Senac em cursos ofertados pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, a ser realizada no dia de hoje, terça-feira, às 15 horas, na Serraria Souza Pinto, Avenida Assis Chateaubriand, nº 809, Centro, Belo Horizonte.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao Arquivo.

Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Eu gostaria, Presidente, de pedir a gentileza da inversão de pauta. O meu Item é o 9.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não. Submeto às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores o pedido da Senadora de inversão de pauta. (*Pausa.*)

Concedido.

Senadora, há dois projetos não terminativos não lidos. São substitutivos, aliás. Já foram aprovados. Só vou ler o enunciado.

Trata-se do item 7: Turno suplementar ao substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009.

O substitutivo de autoria do Senador Flexa Ribeiro ao PLS nº 217/09 foi aprovado na reunião do dia 20/08/13.

Como não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria é dada como

definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

E também o Item 8: Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012.

O substitutivo de autoria do Senador Paulo Paim ao PLS nº 344/12 foi aprovado na reunião do dia 20/08/13.

Como não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com muito prazer, concedo a palavra à eminente Relatora Maria do Carmo, para que faça a leitura do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2009 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio conteúdo que trate dos direitos da mulher).

Autoria: Deputada Alice Portugal.

Relatoria: Senadora Maria do Carmo.

O relatório é pela rejeição do presente projeto e do PLC nº 171, de 2009; PLS nº 31, 143, 155, 371, de 2008; 279, de 2009; e 95, 232 e 254, de 2010, que tramitam em conjunto.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente, vou ler a análise do projeto.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação dos projetos em tela respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

As proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, pois, de acordo com o art. 22 da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (inciso XXIV).

Uma vez que a sugestão se refere, em quase todos os casos, às atividades curriculares das esco-

las de ensino fundamental e médio, cumpre recordar as disposições pertinentes da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Com o objetivo de respeitar a diversidade cultural de um país tão vasto como o Brasil, o *caput* do art. 26 da LDB estipula que os sistemas de ensino e suas escolas são os responsáveis pela elaboração dos currículos plenos dos níveis fundamental e médio. De acordo com esse dispositivo, os “currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Todavia, a LDB não deixa de estabelecer princípios curriculares comuns, a fim de fortalecer a identidade nacional e de facilitar a continuidade dos estudos, nos casos de transferências de estudantes. Assim, em seu art. 9º, inciso IV, a LDB estipula a incumbência da União de definir competências e diretrizes e bases para nortear os currículos e conteúdos mínimos das três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), de modo a assegurar formação básica comum.

Por se tratar de questão a ser analisada por especialistas, o próprio Congresso Nacional delegou a órgãos técnicos a tarefa de decidir sobre as linhas curriculares gerais da educação básica. É o que fez, em antecipação à LDB, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, ao determinar que a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) tem a incumbência de deliberar sobre as diretrizes curriculares da educação básica propostas pelo Ministério da Educação (MEC) (art. 9º, §1º, alínea “c”, da redação dada à Lei nº 4.024, de 1961).

Cabe chamar a atenção, no contexto das diretrizes curriculares, para o princípio da interdisciplinaridade e para os chamados temas transversais. A ideia de transversalidade indica a tentativa de construir uma ponte entre os conhecimentos aprendidos e as questões da vida real. Essa abordagem assume estreita relação com a interdisciplinaridade, que questiona a segmentação entre as diferentes áreas de conhecimento e aponta para a necessidade de se buscar uma inter-relação entre temáticas tratadas em campos aparentemente distintos do saber.

Para ilustrar a questão, lembremos: a Resolução nº 2, de 2012, da CEB/CNE, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, por exemplo, em seu art. 14, inciso VIII, dispõe que “os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de

forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização”.

No mesmo artigo, a resolução alerta contra o risco do estabelecimento de carga curricular excessiva, ao determinar que “os componentes curriculares devem propiciar a apropriação de conceitos e categorias básicas, e não o acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos” (inciso IX). Ademais, “além de seleção criteriosa de saberes, em termos de quantidade, pertinência e relevância, deve ser equilibrada sua distribuição ao longo do curso, para evitar fragmentação e congestionamento com número excessivo de componentes em cada tempo da organização escolar” (inciso X). A respeito da integração curricular, o artigo estipula, ainda, que “a interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento” (inciso XIII).

A respeito do estudo de direitos e de princípios de cidadania, temas recorrentes em proposições sobre currículos, muitas vezes voltados para parcelas específicas da sociedade, a LDB, em seu art. 27, inciso I, por exemplo, determina que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Também sobre o tema, a referida resolução do CNE estabelece que as escolas devem orientar-se, entre outros elementos, pelos “direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se sua educação de forma integrada, permeando todo o currículo, para promover o respeito a esses direitos e à convivência humana” (art. 13, inciso IV).

Esses esclarecimentos procuram evidenciar que, uma vez definidas linhas curriculares gerais, não deveria o Poder Público Federal fazer constar, em lei, os conteúdos a serem estudados nas escolas do País, bem como as estratégias pedagógicas para desenvolvê-los, pois essa é uma atribuição eminentemente técnica, própria dos educadores, dos responsáveis, nos conselhos e secretarias de educação, bem como nas escolas, pela definição dos componentes curriculares, do seu conteúdo e da sua carga horária.

Caso contrário, pode-se dar origem a uma prática inusitada e passível de críticas à ação do Congresso Nacional: os inúmeros conteúdos a serem estudados nas escolas, bem como as estratégias pedagógicas,

passariam a ser objeto de legislação específica, sendo subtraída dos educadores a competência para decidir sobre a matéria.

Importa esclarecer que essas considerações não desprezam a importância de determinadas disciplinas e conteúdos curriculares que costumam ser objeto de projetos de lei avulsos. Apenas indicam que sua formalização como componente curricular, em lei, pode ser perniciosa, quando cria sobrecarga para estudantes e professores ou depende de recursos humanos e materiais que não se encontram disponíveis. Pode, ainda, ser inócua e tida como oportunista quando se trata de temas já previstos, independentemente de prescrição legal explícita em uma série de documentos, que vão desde os pareceres e resoluções do CNE e dos conselhos e secretarias estaduais e municipais de educação até as propostas pedagógicas das escolas.

Em suma, julgamos recomendável que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte evite dispor sobre os currículos escolares, salvo linhas gerais presentes na LDB.

Assim, como CDH, julgamos relevantes os temas abordados pelos projetos, mas entendemos que o foco de nossa análise deve ser a inconveniência de proceder a diversas mudanças curriculares por meio de lei.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 79, de 2009, e 171, de 2009, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 31, de 2008; 143, de 2008; 155, de 2008; 371, de 2008; 279, de 2009; 95, de 2010; 232, de 2010; e 254, de 2010.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Eu vou sobrestar a discussão porque esta matéria é terminativa e nós não temos quórum.

Passo, com muito prazer, a palavra ao eminente Senador Cássio Cunha Lima, Relator do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 291, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Com a palavra o eminente Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda, autor da propositura que tenho a honra de relatar, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda.

A proposição visa a incluir novo parágrafo no art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para determinar que os programas de mestrado passem a ter, como principal objetivo, a formação de docentes para os cursos de educação superior. O dispositivo sugerido pretende estabelecer, ainda, que o grau de mestre constitua-se na titulação mínima exigida nos concursos de ingresso para as carreiras de docentes com atuação exclusiva na educação superior das instituições públicas.

A cláusula de vigência estabelece que a lei em que se transformar o projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que o incremento nas matrículas da educação superior, verificado nas últimas décadas, não foi acompanhado de um aumento na qualidade do ensino. Em parte, isso se deveria à falta de capacitação pedagógica dos docentes que atuam na graduação e na pós-graduação, bem como a não exigência de uma titulação mínima para os candidatos ao magistério na educação superior.

A proposição foi distribuída para a análise exclusiva deste colegiado e não recebeu emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CE opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre educação, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, entre outros temas. Assim, a matéria tratada pelo PLS nº 291, de 2012, enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

Por se tratar de apreciação em caráter terminativo, a CE deve se pronunciar, além do mérito, sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. No que se refere a esses aspectos, não identificamos óbices que impeçam a aprovação da matéria ou falhas que precisem ser sanadas por meio de emendas.

No mérito, julgamos que o PLS nº 291, de 2012, parte de um diagnóstico acertado. De fato, muito pou-

ca ênfase tem sido dada à formação didática dos futuros professores da educação superior. Os saberes pedagógicos são sistematicamente negligenciados nos cursos de pós-graduação, onde, conforme dispõe a LDB (art. 66), ocorre a preparação para o magistério nesse nível de ensino. A perspectiva dominante é de que “quem sabe fazer, sabe ensinar” e, portanto, bastaria o domínio dos conteúdos e a formação científica como pesquisador – que prevalece nos cursos de mestrado e doutorado – para que o futuro professor estivesse habilitado a ensinar nas faculdades e universidades do País.

Na prática, diversas pesquisas apontam a necessidade de fortalecer a formação pedagógica dos docentes da educação superior, investindo em ações de capacitação inicial e aperfeiçoamento continuado para a atividade do magistério. A docência, em sentido pleno, requer uma prática reflexiva, que não restrinja o professor ao papel de transmissor de conhecimentos e saberes sistematizados por terceiros ou resultantes de suas próprias pesquisas acadêmicas. E, para isso, é preciso investir na formação própria do docente, para além de sua preparação científica como pesquisador.

Não obstante, parece-nos que o componente de preparação para o magistério na educação superior não deveria transformar-se no principal objetivo dos cursos de mestrado oferecidos no País. Com o crescimento das exigências de qualificação no mercado de trabalho, muitos profissionais buscam a pós-graduação *stricto sensu* com propósitos distintos da atuação acadêmica. Além disso, nem todos os que almejam uma carreira de pesquisador – que requer, geralmente, a passagem pelo mestrado para cursar o doutorado – estão voltados para o magistério, direcionando-se a empresas de ponta, institutos de pesquisa e outros setores de inovação científico-tecnológica.

Por isso, sugerimos estabelecer que a formação para a docência na educação superior seja componente integrante dos cursos de mestrado, mas sem transformá-la em seu principal objetivo. Assim, as cadeiras didático-pedagógicas, monitorias, práticas supervisionadas ou outras iniciativas de formação para a docência – cujo formato deve ser definido em cada instituição de ensino, tendo em conta o preceito constitucional da autonomia universitária –, passariam a ser componentes obrigatórios dos programas de mestrado.

No que se refere à exigência do diploma de mestrado para os concursos de ingresso nas carreiras docentes da educação superior em instituições públicas, a medida parece-nos acertada. Na última década, o Brasil dobrou o número de mestres e doutores titulados por ano. Em 2010, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 41 mil

mestres e 12 mil doutores se formaram no País. Não haveria, portanto, carência de profissionais titulados para concorrer às vagas dos concursos de professor.

Finalmente, julgamos mais adequado inserir as modificações pretendidas pelo projeto no dispositivo da LDB que trata especificamente da preparação para o magistério na educação superior, no caso, o art. 66 da norma, e não o art. 44, objeto de alteração pelo PLS em comento. Vale mencionar que a própria expressão utilizada pela LDB (“preparação para o magistério da educação superior”) merece ser alterada para refletir o propósito de que os professores da educação superior também devam ter uma formação docente plena, que abranja não só conteúdos específicos e competências científicas, mas também saberes didático-pedagógicos.

Feitas essas modificações, que consolidamos em substitutivo à matéria, somos da opinião de que o PLS nº 291, de 2012, deve ser acolhido por este Colegiado.

E o voto, diante do exposto, é pela aprovação do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Agradeço-lhe, como Presidente desta Comissão, e coloco a matéria em discussão.

Como autor, queria agradecer profundamente a V. Ex^a por seu relatório, no qual deixa uma transparência total. O seu substitutivo vem enriquecer ainda mais esse projeto. Muito obrigado em meu nome.

Passo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu não sou autor e, portanto, não deveria agradecer, mas, como brasileiro, quero agradecer ao senhor, como autor, e ao Senador Cássio, pelo parecer. Este é um daqueles projetos que nos faz pensar: “Por que não havia sido feito ainda? Como é que ninguém ainda havia tomado a iniciativa?”.

Um dos problemas mais sérios que nós temos na educação brasileira, em todos os níveis, é o despreparo de ser professor. São matemáticos, físicos e geógrafos que não sabem ser professores. Existe uma maneira de ser professor, é uma linguagem que é ensinada. Nem todos têm vocação, como nem todos têm vocação para a música, mas é uma linguagem que se aprende.

Nós estamos desprezando esse lado. Fechamos as escolas normais, nas quais sobretudo as jovens aprendiam a ser professoras. Não damos, com a devida ênfase, técnicas de didática nos cursos licenciatura e também não o fazemos nos cursos de mestrado, cujo nome já diz “mestre”: é para ser professor.

Hoje em dia se corrompeu muito no sentido positivo – sei que aqui é possível usar “corromper” –, se mudou muito o conceito de mestrado para ser apenas o complemento do mau curso universitário. O mestrado

do virou uma espécie de complementação do que não se aprendeu no curso de graduação e manteve-se o nome de mestrado.

Temos que mudar isso. O mestrado tem que ser, sim, um aprendizado além da graduação, mas também uma preparação além do aprendizado para o exercício do magistério para aqueles que forem se transformar em professores. Nossa esperança é que a maior parte dos que vão ser mestres sejam de fato mestres.

Eu li um dia desses uma frase de Brecht que dizia o seguinte: “Tristes os tempos em que a obviedade tem que ser dita”. E eu ultimamente estou descobrindo que eu sou um propagador de obviedades. Eu acho que eu não digo nada que não seja óbvio, mas, lamentavelmente, é preciso dizer o óbvio, como, por exemplo, que mestres sejam mestres. E o seu projeto de lei tenta ajudar nisso, dando técnicas a esses jovens que vão fazer o mestrado.

Vai haver muita resistência a isso, muitas reações contrárias, pelo acomodamento, pelo comodismo e pelo reacionarismo de ser contra todas as mudanças. Então, vai haver reação, mas creio que devemos ir em frente. É um bom projeto e eu lamento que o Brasil tenha demorado tanto tempo para ter um Senador que o apresentasse.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam, muito obrigado por suas palavras, mas eu quero lhe dizer que o senhor é que me inspirou a apresentar esse projeto. Numa conversa informal em meados de maio, se não me engano, ou abril de 2012, nós estávamos falando de vários assuntos e V. Ex^a o citou. Eu, então, fiquei com aquilo, fui para casa pensando naquilo e estudei mais o assunto. O senhor foi o inspirador desse projeto. Então, veja que... Aliás, eu aprendo muito aqui com V. Ex^a em função de sua capacidade de decodificar alguns assuntos da educação, à qual vem se dedicando a vida inteira, inclusive como ministro. Isso nos proporciona um aprendizado de muita coisa e esclarece também. Eu agradeço, mas o senhor é o inspirador desse projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fico muito orgulhoso e honrado por ter sido o inspirador do projeto, como professor. Mas, como Senador, fico lamentando não o ter apresentado!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado pela oportunidade.

Continua em discussão.

Vou sobrestar esta discussão em função de ser terminativo o projeto e nós não termos quórum.

Passo agora à votação do Item nº 3, que já foi lido, de autoria da Senadora Ana Amélia e minha relatoria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 206, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou litero-musicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com as emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR

Observações:

1 – *Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática*

2 – Na reunião do dia 20/8/2013, foi concedida a vista coletiva

Não houve nenhuma manifestação por escrito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o projeto está em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Ana Amélia, autora do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer aos Senadores e ao Relator.

Essa matéria pode suscitar alguns questionamentos pelos próprios artistas em relação à questão de direito autoral, mas ela nasceu exatamente de um questionamento dos setores de hotelaria da região da serra do meu Estado.

A Suzete Bertolucci disse que a empresa não está cobrando direito autoral, mas extorquindo de quem presta serviço. Onde já se viu dizer que TV é som ambiental? Nós, da cidade de Gramado, Canela, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, nos sentimos roubados, é o termo que ela usa, essa é a palavra. Sendo um polo turístico, acho que pensam que ganhamos rios de dinheiro. Sou a favor de pagarmos som ambiental no café da manhã. Mas TV nos apartamentos é som privado. Então, ela admite nas áreas de uso coletivo, como a do café da manhã. Agora, ser cobrado do quarto, que é um lugar privado, onde se liga a televisão, aí realmente precisamos discutir.

Então, eu queria agradecer aos Senadores.

Essa matéria, como aqui não é terminativa, passará ainda por duas Comissões temáticas. Temos que acomodar os interesses não só de um lado, mas deve-

mos ver também o outro lado, da sociedade, que paga a conta, os consumidores e os próprios empreendedores.

Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Cyro, apenas para dar apoio ao projeto, acho que, de fato, às vezes, com boa intenção, se radicaliza tanto que se tem um mau resultado.

O artista quer que sua música seja tocada e ele receba a renda, mas, se ela não for tocada em certos ambientes, ele nunca vai receber renda, porque não vai ser ouvida nos ambientes mais amplos. Então, creio que é um bom projeto. E impede uma coisa absurda: daqui a pouco você estará em casa numa festa, tocando uma música, e vai ter que pagar direito autorai!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito bem lembrado, Senador.

Parabéns, Senadora Ana Amélia. Fazemos votos de que, sendo terminativa na CCT, seja aprovado.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores para que seja incluído extrapauta o seguinte:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no dia 9 de setembro, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do “Congresso Internacional ABED de Educação a Distância”, a ser realizado na cidade de Salvador – Bahia.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Resultado: Aprovado

Não havendo objeção das Srªs e dos Srs. Senadores, fica aprovado o requerimento.

Obrigado.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se têm mais alguma colocação a fazer.

Em virtude de termos a Presidência da República em visita a esta Casa, no plenário, não temos quórum.

Não tendo nada mais a tratar, agradecendo a paciência e a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e das senhores e dos senhores, convido a todos para a audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 284, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência

pedagógica para os professores da educação básica. A autoria do requerimento é do Senador Randolfe Rodrigues e a reunião destinada a instruir a seguinte matéria: PLS nº 284, do Senador Blairo. Convidados: Yvelise Arcoverde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional; Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, representante da Undime; Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Danilo de Melo Souza; e Helena de Freitas, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação.

Acho da maior importância essa audiência pública, pois é um projeto muito bem estruturado do Senador Blairo Maggi. Estão saindo os pedagogos das faculdades e indo direto para as salas de aula. Então, esse projeto do Senador obriga a uma residência de 820 horas para que eles tenham um embasamento prático.

Então, fica o convite para esta audiência amanhã, às 10 horas.

Mais uma vez agradeço a todos e desejo-lhes um bom dia.

Até amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência

Pública, atendendo ao Requerimento nº 41/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues, destinado a “**Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que ‘Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica’**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e Secretário de Educação do Município de Florianópolis/SC; Senhor Danilo de Melo Souza, Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho de Secretários de Educação – CONSED; Senhora Yvelise Arco Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Senhora Helena C. L. de Freitas, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação – ANFOPE e Senhor Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.** Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, dos Senhores Edegar da Cunha e Clóvis Hilário da Silva, Vice-Prefeito e Vereador do Município de Araricá – RS, respectivamente. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, autor do Requerimento, e o Senhor Senador Roberto Requião. Neste momento, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, apresenta proposta no sentido de solicitar aos expositores da reunião, o envio de sugestões concretas ao aperfeiçoamento da matéria, no prazo de duas semanas. Logo após, a presidência consulta os expositores a respeito da proposta formulada pelo Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Danilo de Melo Souza, Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho de Secretários de Educação – CONSED e a Senhora Yvelise Arco Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, prontificaram-se a encaminhar sugestões a esta Comissão, no prazo estipulado. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio**

Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 41, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Sr. Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, do PR do Mato Grosso, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para instituir a residência pedagógica para os professores de educação básica.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados e também de informar que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e que ainda pode ser acompanhada pelo endereço www.senado.gov.br/tv-canal2. Esse é o endereço para os internautas que quiserem acompanhar e tenham interesse nessa matéria tão relevante para a educação.

Eu quero, em primeiro lugar, informar que sou Vice-Presidente da Comissão de Educação. O Senador Cyro Miranda, sempre muito atento, pediu-me que viesse substituí-lo, porque ele tem uma agenda na Infraero de muita importância para o Estado dele. Por isso, eu estou aqui cumprindo a missão com muito bom grado.

Peço desculpas a todos os convidados. Esta audiência estava marcada para as 10 horas e é às 10h31. Então, há um atraso de meia hora. Peço essas desculpas e digo que é praxe não só o requerente estar presente, mas há outras Comissões, como podem acompanhar na TV Senado, em que estão membros desta Comissão. É um dilema que nós não consegui-

mos ainda resolver, que é a superveniência de trabalhos nas demais Comissões.

Mas eu pedi ao Dr. Júlio Linhares que proceda à anotação de tudo o que for dito aqui, para que o Relator desta matéria, que é o Senador Cyro Miranda, tenha conhecimento das condições.

E eu digo novamente que o requerimento desta audiência foi do Senador Randolfe Rodrigues. Então, é sempre conveniente que o requerente compareça às audiências para acompanhar, já que manifestou interesse no assunto.

Eu queria pedir a colaboração dos senhores expositores no sentido de, se pudessem, consubstanciar a exposição em 10 minutos, podendo ser prorrogada por até 15 minutos, para que a gente possa ter uma ideia e, eventualmente, um debate mais amplo sobre o assunto.

Então, eu passo a palavra ao Secretário de Educação de Florianópolis, Dr. Rodolfo Joaquim da Luz, que é também Líder da União Nacional de Secretários de Educação (Undime).

Muito obrigada.

O SR. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ –

Bom dia, Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentar todos os integrantes desta mesa. Realmente, 10 minutos é um tempo extremamente curto. Nós vamos então, tentar fazer aqui uma síntese.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Secretário, acontece que eu, talvez, pelo vez de ter sido jornalista durante muito tempo – às vezes, dispunha de dois minutos para expressar uma opinião; aliás, menos, trinta segundos – eu penso que as pessoas sempre podem. Mas, desculpe-me. O senhor terá tempo.

O Senador Randolfe Rodrigues, o autor do requerimento, está presente. Então, faremos dessa forma. E, certamente, os questionamentos do Senador Randolfe enriquecerão o debate.

Com a palavra, o Secretário de Educação de Florianópolis.

O SR. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ –

Eu estou aqui representando a Undime, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que visa justamente integrar esse trabalho e, também, ser uma voz da educação municipal, tanto em âmbito do Estado quanto nacional, uma vez que aqui no Congresso Nacional são aprovadas todas as leis e muitas delas incidem diretamente sobre a vida do Município e, em especial, no caso da educação, das Secretarias de Educação.

Por isso, a Undime tem um papel relevante. Ela foi criada em 1987 e, desde então, a voz do Município no campo da educação tem sido colocada em todos os

âmbitos. Acredito que, com isso, não só com a ampliação dos encargos que os Municípios têm tido – hoje a educação infantil pública é quase que exclusivamente dos Municípios, o ensino fundamental gradativamente tem sido transferido para os Municípios, e também a educação de jovens e adultos nesse campo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Secretário, eu peço a sua licença, já que o senhor enfatizou a relevância dos Municípios. Está participando aqui da audiência o Vice-Prefeito de um Município gaúcho, Araricá. Eu queria saudar o Vereador Clóvis e o Vice-Prefeito Ademar, para reforçar a relevância dessa matéria, em relação à competência e à exigência que se requer das municipalidades.

O SR. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ –

Então, vamos direto ao projeto, à emenda de um novo parágrafo ao art. 65 da LDB, que trata justamente da formação docente, aliando a teoria à prática. Hoje, já há obrigação de no mínimo 300 horas nos cursos de licenciatura, e a tendência é de que sejam mais. Agora, há o parágrafo único, que coloca que:

Art. 65

Parágrafo único. Aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a residência pedagógica, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei.

Então, na realidade, não é uma obrigatoriedade. A residência seria oferecida, mas não seria uma etapa obrigatória. De qualquer forma, o objetivo é enfatizar, como na residência médica e na residência de enfermagem – a médica que é a clássica que nós temos no País –, justamente o incentivo à prática, mas também tendo uma complementação de teoria.

Eu gostaria aqui de lembrar que aos Municípios, principalmente, a LDB e a Constituição estabeleceram a obrigatoriedade de atendimento dos 4 aos 17 anos, a partir de 2016. Isso já significa um novo encargo, já que, até então, a obrigatoriedade era apenas no ensino fundamental. No antigo primário eram quatro anos; depois, oito anos; e estão em implantação os nove anos. Isso significa também a ampliação de novas obrigações para o Município, em mais um ano de escolarização e, agora, a partir da pré-escola, passa também a ser a escolarização obrigatória, não na típica escolarização, mas na obrigatoriedade de atendimento.

Também o texto do Plano Nacional de Educação já prevê que, até a metade do Plano Nacional de Educação, metade das crianças de 0 a 3 anos devem estar no sistema educacional. Portanto, em relação

às creches para crianças de 0 a 3 anos, cuja oferta hoje no Brasil é de 18%, em cinco anos da vigência do plano, nós teríamos que passar de 18% do Brasil para 50%, no mínimo. A proposta original era ao final do Plano Nacional de Educação.

Lembro também, que nós estamos ainda em implantação não do piso nacional, mas da hora-atividade. A hora-atividade significa contratação de novos professores.

Além disso, também no Plano Nacional de Educação nós temos a Meta 15, que prevê, em regime de colaboração, que em um ano de vigência nós deveremos ter também – todos os professores – a formação específica em nível superior, obtido em licenciatura na área de conhecimento comum. E a Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica. A Meta 17: valorizar os profissionais do magistério nas redes públicas, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do plano. E a Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para todos os professores.

Hoje, no Brasil, nós temos 1,3 milhão de matrículas em licenciaturas, não só na pedagogia, que seria a incidência maior no projeto de residência docente. Aqui também são ingressantes, em torno de 600 mil alunos. E se formam em torno de 400 mil/ano. Portanto, nós temos uma perda significativa.

Em termos da rede hoje existente na educação infantil, 43% não têm formação superior, e 56% têm formação superior. E, nos anos iniciais, 68% com formação superior e 31% sem formação superior.

Aqui também nós temos as diferenças salariais entre as diversas profissões – esses dados são de 2009 – e o professor de educação infantil em nível normal. Naquela época ainda não estava sendo aplicado plenamente o piso e havia uma diferença significativa. E no próprio Plano Nacional de Educação se prevê a equiparação salarial entre os professores e as demais profissões equivalentes.

Só para se ter uma ideia, isso significaria chegar, digamos, aos salários médios de economistas, advogados, engenheiros. E não seria nem o caso de médicos, em que a diferença já é mais significativa.

Então, sobre o projeto, especificamente, qual a razão de oferta de residência pedagógica apenas para educação infantil e séries iniciais? O projeto, na justificativa, fala que seria para tratar de melhorar a alfabetização e o letramento. E nós sabemos perfeitamente que sem alfabetização e letramento nós não temos o desempenho posterior nos demais graus de ensino.

Entretanto, hoje, nós temos um programa nacional, que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que é o investimento na capacitação dos professores que estão na rede, envolvendo todos os professores nessa face, que seria uma forma mais imediata de nós termos uma melhoria significativa nesta formação.

A própria alteração da LDB, com a Lei nº 12.796/2013, prevê – ao contrário do que estava na LDB, que aceitava temporariamente a formação em nível médio – a possibilidade de manter a formação em nível médio, modalidade normal, para os professores de educação infantil e séries iniciais, o que não seria um avanço significativo.

Com relação à oferta da residência pedagógica, quem seria responsável por ela? Eu entendo que seriam as universidades, que já têm dificuldade, principalmente, na parte de estágios e na prática dos cursos de licenciatura, porque certamente não seriam os Municípios que ofertariam essa residência pedagógica. Se assim fosse, nós teríamos novos encargos, que onerariam o Município sem ter acréscimos também de receita.

Como seria realizada essa residência pedagógica é outra interrogação. Hoje, nós temos o Pedro II, que está fazendo uma residência pedagógica, a Unicamp, mas são poucas as experiências que temos. E isso significaria também uma infraestrutura universitária distribuída por todo o País, o que obviamente, não ocorre.

Partindo também do pressuposto da necessidade de articulação entre teoria e prática, a residência pedagógica será organizada e acompanhada pelas instituições credenciais autorizadas junto ao Conselho Nacional de Educação ou também junto aos Conselhos Estaduais de Educação. Isso teria que ser na regulamentação.

Agora, eu lembro que a residência médica tem uma Comissão Nacional de Residência Médica, que credencia uma residência em qualquer local do País, com muitas exigências. E daí a qualidade. E a residência médica é de dois a cinco anos, dependendo da especialidade.

Depois, quem seria responsável pela emissão de certificados? Eu entendo que as instituições de nível superior. Seriam as públicas e as privadas? E nós já temos hoje – pelos dados que coloquei ali, mas aos quais não dei ênfase –, também, em 1,3 milhão de alunos, uma grande parte de alunos da educação a distância. Na educação a distância, um dos pontos mais críticos é exatamente a parte de estágios. Já na presencial não é fácil, imaginem na educação a distância.

Então, finalizando, na justificativa do projeto aparece a preocupação com os resultados nas avaliações.

Pelo Ideb, que é a avaliação nacional que temos hoje, onde nós estamos melhor, já em termos de 5,2, é exatamente nos anos iniciais. E nos anos finais, onde a residência não atuaria, é onde o desempenho é exatamente o mais precário.

No final, não há no PL qualquer previsão sobre a obrigatoriedade da residência pedagógica a todos os professores que atuarão na rede, tanto no ensino infantil quanto no fundamental. E não poderia haver, porque os requisitos de ingresso na carreira dependem de cada edital e de cada um dos Municípios.

E também teríamos que colocar que essa é uma decisão que deve estar dentro do Sistema Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação, que já prevê a qualidade das escolas com base no CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial). E nós queremos, no final, que sejam investimentos não só na formação, na carreira, mas em toda a infraestrutura necessária para que nós tenhamos essa qualidade.

E há necessidade de formação de um modelo integrado nessa formação de professores. Então, mais do que só uma residência, nós teremos que pensar muito na formação que hoje nós oferecemos, em nível superior, nas nossas licenciaturas, notadamente na Pedagogia, ampliando, sim, a prática, aliando a prática à teoria.

Então, concluindo, eu cito aqui a primeira presidente da Undime, Edla Soares, dizendo que a Undime é “uma invenção humana que permitiu denunciar um modelo de relacionamento autoritário entre os entes federados e propor as bases para uma reflexão, que inclusive, contribuiu para elaborar o texto constitucional”, com o qual houve a previsão do investimento em educação, tornando, assim, a base da educação para o desenvolvimento da educação bem mais consistente, que foi a Constituinte de 88. O que nós precisamos é torná-la efetiva.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Secretário Rodolfo Joaquim da Luz.

Foi uma exposição absolutamente objetiva. Acho que isso ajuda bastante o entendimento de um tema tão relevante. Não é tão simples quanto parece. São requisitos maiores.

Eu passo a palavra ao Secretário de Educação e Cultura do Tocantins, que é do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Dr. Danilo de Melo Souza.

O senhor tem a palavra.

O SR. DANILO DE MELO SOUZA – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Eu gostaria de parabenizar o Senado e os Srs. Senadores pela iniciativa de trazer esta discussão tão importante. Afinal de contas, nós não estamos tratando da formação de um profissional qualquer. Embora todo profissional, em toda área, seja importante, nós estamos tratando daquele que forma os rudimentos, a base estruturante da democracia e do projeto civilizatório do País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Secretário, apenas para realçar, o projeto é de autoria do Senador Blairo Maggi. A relatoria nesta Comissão é do Presidente, Senador Cyro Miranda. E esta audiência está acontecendo por requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que está presente na audiência. Apenas para deixar o caminho que a Casa tomou em relação ao assunto. Obrigada.

O SR. DANILO DE MELO SOUZA – Registrado.

E nós consideramos então o tema muito importante, muito caro, para nós do Consed, que representamos o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação. E, obviamente, agradecemos também o convite para discutir esse tema que para nós é muito importante.

Eu já começaria pegando aqui o gancho do colega da Undime, Prof. Rodolfo, dizendo que a nossa perspectiva desse projeto deveria ser mais ambiciosa. Nós temos que pensar a educação básica como um todo e não só as séries iniciais e a alfabetização.

Acho que o Brasil precisa aprender com experiências que existem no próprio País e em âmbito internacional e fazer valer aquelas que melhor possibilitem a construção desse novo projeto de educação.

Pode passar a primeira lâmina, por favor.

Quero destacar que na formação dos professores do Brasil nós temos um histórico do déficit de alfabetização desses próprios professores, que reproduzem e chegam até a universidade com déficits de alfabetização e déficits culturais importantes, que acabam limitando, digamos assim, o desempenho satisfatório e qualitativo de muitos desses profissionais da educação.

Acho que uma das coisas que contribuem para que o nosso professor seja vitimado por diversas doenças, principalmente no campo psicológico, está relacionada também a essa preparação insuficiente, fruto de um processo de escolarização que foi, na maioria dos casos, tardio, incompleto e inconsistente.

Todas as pesquisas que mostram o perfil dos estudantes de licenciaturas, dos professores, denunciam isso. Ao contrário de outros países, são estudantes que tiveram um percurso escolar difícil, problemático, com muitas lacunas, e que chegam à universidade para um projeto de currículo e de formação com vários problemas, inclusive no estágio.

Eu posso dizer isso não como gestor da educação, mas como professor formador de professores, já que milito na educação, como professor, há pelo 22 anos, e só na universidade, na formação de professores, há pelo menos 12.

Então, toda a nossa discussão é como construir realmente uma reflexão consistente, teórica e prática, para que esse futuro profissional que está no processo de formação possa realmente chegar ao âmbito da sala de aula com condições de fazer a intervenção e a gestão pedagógica com a eficácia que nós todos esperamos e que o País espera.

Acho que, em relação aos currículos e principalmente aos estágios, fazemos essa autocrítica. As instituições que pesquisam a formação de professores no Brasil, todas elas, fazem essa reflexão sobre a fragilidade dos estágios profissionalizantes e sobre o pouco contato efetivo que esses profissionais têm no contexto da escola, fazendo a mediação pedagógica. Os estágios são meramente formais, burocráticos. Muitas vezes, a própria escola não compreende e não constrói, digamos assim, uma condição para que aquele futuro professor possa ser ali devidamente acolhido e possa fazer as suas experiências, aprendendo com aqueles que já estão ali há algum tempo.

Eu destacaria que nós temos que pensar, já que há essa disposição e o Senado dá essa grande contribuição para todos nós, que não precisamos inventar a roda.

O modelo dos países de alto desempenho mostra que os profissionais da educação têm, sim, um período em que efetivamente mergulham no que a gente chama de chão da sala de aula e ali permanecem por certo período. Cada país tem a sua maneira de fazer. A França tem uma maneira de fazer, etc.

Parte dessas experiências aconteceu aqui no Brasil. Eu coloco aqui como destaque o projeto do governo Montoro. Mas Quércia e Montoro foram quem, de certa forma, iniciaram um dos projetos interessantes, os CEFAMs – existem outros por aí –, em que realmente estava previsto que a formação daquele profissional que estava se formando para o magistério das séries iniciais era construída em regime integral. E parte dessa carga horária que esse futuro profissional efetivamente passava em sala de aula, ou na escola, ou estudando a teoria pedagógica, era remunerada pelo Estado. De forma que, inclusive, contribuía com o perfil do próprio profissional da área do Magistério, estudante do Magistério, que geralmente são profissionais com uma renda às vezes insuficiente para se manter nos estudos, tendo muitas vezes que... Lembro muito – fui professor, inclusive na Universidade Federal – de alunos que trabalhavam o dia inteiro às vezes

no comércio, às vezes como empregadas domésticas, para poder sustentar, ter condições de pagar o ônibus e o lanche e permanecer na universidade. Isso é algo muito conhecido de todos nós. Precisamos pensar que o projeto de formação de professores do Brasil é um projeto de País, não é um projeto qualquer, não é um projeto de formação de um profissional.

Destacaria uma experiência que tivemos na Secretaria Municipal de Palmas, quando estive na condição de secretário, na capital do Tocantins. Implantamos, primeiramente, a partir de um projeto que estava relacionado à educação especial, um projeto de educação precoce, em que não só os profissionais das licenciaturas, mas também da área de saúde faziam estágios acompanhados de seus professores e recebiam uma bolsa, uma complementação financeira efetivamente. Eles conseguiam se manter nas suas instituições estudando e fazendo toda uma reflexão, um aprendizado, vivenciando ali nas APAEs e nas escolas, onde tínhamos alunos especiais, fazendo um processo de estimulação precoce.

Depois evoluímos a uma parceira interessante com a Universidade Federal do Tocantins; na parceira chegamos a ter 300 estudantes de licenciatura, que atuavam nos nossos CMEIs, porque não temos a creche clássica. Em Palmas implantamos um modelo em que a creche e pré-escola estão juntas, que concebemos como CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil –, onde tínhamos essa quantidade enorme de profissionais atuando efetivamente, em alguns casos até substituindo a mão de obra de profissionais da educação, mas principalmente vivenciando o cotidiano, a experiência de uma sala de aula de educação infantil.

Coloco a importância da questão da residência pedagógica seguida de uma bolsa efetivamente. Não que queiramos fazer tudo neste País bolsa para isso e aquilo, mas é preciso ter um aporte financeiro para que esse estudante permaneça na escola, na universidade e possa aprender na escola com os mais experientes. Isso ajuda a aproximar mais as universidades da comunidade e, o que é mais importante, a construir uma relação de aprender a fazer fazendo, que é algo cada vez mais, digamos assim, defendido pedagogicamente.

Por fim, não podemos deixar, desperdiçar a grande experiência, a cultura acumulada dos bons profissionais da educação, dos bons gestores de sala de aula, que precisam continuar nesse processo de engajamento, de incentivo das novas gerações, para que possam efetivamente contribuir para a melhoria da educação como um todo.

E aí a sugestão que coloquei no início, que acho relevante: a inclusão de toda a educação básica. Precisamos pensar a abrangência desse projeto, para que

possamos superar a cultura do fracasso escolar e fazer como no exemplo de Anísio Teixeira, pensar a escola pública como uma máquina que produz a democracia. Então, a escola pública é a instituição mais importante deste País, se pensarmos a construção da nossa identidade, do nosso futuro e da nossa cidadania.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Governo/PP – RS) – Parabéns, Prof. Danilo pela exposição, tanto quanto a do Dr. Rodolfo. Fiquei aqui encantada ouvindo a exposição dos senhores.

Passo agora, de imediato, a palavra à Diretora de Apoio à Gestão Educacional, da Secretaria de Educação Básica do MEC, Profª Yvelise Arco-Verde.

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Bom dia a todos. Queria registrar aqui a importância de estarmos discutindo novamente formação de professores, um tema bastante caro para todos nós educadores e para toda a sociedade brasileira. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela condução dos trabalhos; o Senador Randolfe Rodrigues pelo encaminhamento da questão; e o Senador Cristovam Buarque, com quem é sempre um prazer discutir, sendo um Senador que realmente traz a idéia de um paradigma educacional diferente e que luta por isso; e o meu carinho especial ao Senador Roberto Requião, que foi meu Governador enquanto estive na Secretaria de Estado do Paraná.

Cumprimentar também os participantes da mesa, Secretário Rodolfo, de Florianópolis; Secretário Danilo, Secretário Estadual de Tocantins; companheiros do Consed; Helena, nossa companheira de discussões de formação de professores; e o Gilmar pelo CNTE.

A apresentação que eu preparei não vai muito distante do que já foi falado e creio que a gente acaba repetindo muito, por isso vou procurar ser mais rápida para não ficar repetitivo.

Trouxe aqui algumas reflexões de três ordens: primeiro, sobre o próprio projeto apresentado, com histórico da proposta, que vou passar rapidamente, pois já foi falado. A idéia é acrescentar um parágrafo à LDB, tratando da residência pedagógica para professores da educação infantil e das séries iniciais. Apresenta-se uma justificativa em relação ao processo de alfabetização, à desvalorização da carreira docente e às modificações do processo de formação dos profissionais da educação; trata de uma discussão rápida sobre as universidades brasileiras, sobre a qualidade dessa formação, e a insuficiência posta na lei de somente 300 horas para o estágio previsto na formação.

Também traz alguns esclarecimentos, porque muda o projeto inicial, que era um projeto do Senador Marco Maciel e falava sobre residência educacional, passando agora a residência pedagógica. Essa resi-

dência não se caracteriza como um pré-requisito para atuação profissional, ou seja, ela não é obrigatória; o certificado pode ser utilizado nos processos seletivos, de acordo com as redes de ensino – poderia acontecer isso, e utilizado como estratégia de atualização profissional.

De que profissionais trata? Como já foi dito é da educação infantil e dos anos iniciais. E o que propõe é esse estágio no formato de residência pedagógica. Tudo isso já foi falado, então vou passar rapidamente.

O que existe e o que é consolidado em termos da nossa história educacional? Retomei as nossas velhas leituras sobre formação profissional e vemos que já em 1835 – nós temos uma história bastante longa – já existia algum cuidado na formação, mas um cuidado que sempre, de um lado, tentava ser efetivado por lei e, de outro lado, de não se cumprir aquilo que está estabelecido por lei e encontrarmos ainda uma fragilidade no processo de formação.

Hoje o que temos? Temos a Lei nº 9.394, que foi apresentada pelo Secretário Rodolfo. Eu não vou voltar a essas questões, mas só lembrando que temos estruturado esse processo de formação que busca uma formação sólida. Nós temos um paradigma muito forte da relação teoria/prática, que é posto em todos os documentos educacionais dos últimos anos, e um aproveitamento das experiências de formação dos nossos professores.

No formato temos a União como responsável em regime de colaboração; responsável pela formação inicial, formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

Desculpe, estou passando rapidamente porque já foi falado. Eu não quero ser repetitiva.

No Conselho Nacional de Educação, temos documentos que mostram que, quando foram regulamentados tanto o Fundef como o Fundeb, houve uma ampla discussão se fez no Conselho Nacional de Educação sobre esses profissionais do magistério. E já temos alguns documentos que nos apóiam nessas discussões e nos encaminhamentos junto às universidades e às instâncias formativas.

Temos as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e também a discussão do ano passado, que acabou de ser homologada pelo Ministro, que é a discussão do piso salarial profissional e dos profissionais, a questão da carreira. Eu acho importante retomar isso, porque entendo que a discussão para a residência pedagógica como proposta tem que ser discutida no caráter mais amplo de formação dos profissionais da educação.

Temos também uma lei que foi difícil de ser implantada, mas já está em atividade nas nossas uni-

versidades e nos cursos de formação, que é a Lei de Estágio, que acho importante retomar e que mostra o estágio como um momento educativo, um momento de formação, aliado ao processo formativo e não mais àquele momento final, onde a pessoa vai conhecer a realidade e depois não volta mais para essa discussão. Então ela faz parte desse projeto, de um projeto maior de formação dos nossos alunos.

Também temos o Decreto nº 6.755 – quero até dar o reconhecimento à Profª Helena, que foi uma grande defensora dessa discussão do Sinafor, da Política Nacional de Formação para Profissionais do Magistério da Educação Básica, que ainda não conseguimos colocar exatamente implementada da forma como foi prevista. Mas é importante retomar que a discussão posta no Decreto nº 6.755 indica para a CAPES a responsabilidade dessa articulação da formação tanto inicial quanto a continuada. Junto com as Secretarias do MEC, faz-se a proposta de formação dos nossos profissionais da educação.

O que tenho também para trazer, eu acho que pela visão do Ministério, é importante retomar esse programa. O Pibid se tornou um grande programa de apoio à iniciação à docência, maior até do que o próprio programa de apoio ao desenvolvimento à ciência, que era a grande força da Capes. Ele passou a ser realmente uma valorização, um incentivo, uma motivação para os nossos licenciandos, para os nossos alunos da graduação.

É um programa que tem uma qualidade muito boa, é um programa bastante reconhecido, mas ainda, embora o número de bolsistas seja grande – tivemos no ano passado 52 mil e, neste ano, 75 mil bolsistas – é ainda incipiente frente à realidade brasileira, em se formam quase 200 mil profissionais por ano, dos quais nem todos têm a possibilidade de ter essa bolsa de apoio e, principalmente, a possibilidade de estar na escola pública desenvolvendo trabalhos, para conhecer essa realidade, para conhecer essa escola.

O Pibid já é concreto, já é um programa. Como diz a Profª Carmen, da Capes, a gente já pode encher o maior estádio de Brasília, colocando os alunos, 75 mil estudantes, que já temos no Pibid, que incentiva, de fato, essa formação, essa relação na escola, embora ainda esteja situado nas grandes universidades brasileiras.

Sabemos que grande parte dos professores das redes estaduais públicas principalmente – isso falo pelo meu Estado Paraná – não vem diretamente das universidades federais e das grandes universidades estaduais; grande parte dos nossos profissionais vêm das universidades privadas, de universidades peque-

nas e têm, muitas vezes, uma formação a distância, que muitas vezes é deficiente.

Então, quando se fala de um aporte de programas, realmente o Ministério tem suporte, mas, ainda dentro de uma visão infelizmente trazida da nossa história educacional, há uma discussão elitista, uma discussão seletiva ainda educacional, porque não conseguimos chegar aonde tem que chegar de fato.

O programa funciona colocando alunos que recebem uma bolsa para estarem presentes, acompanhando atividade da escola durante o ano.

(Soa a campanha.)

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – O valor da bolsa é de R\$400,00 para esses estudantes.

Temos postos os princípios da política nacional de formação, e queria já fazer minhas conclusões em função do tempo.

Para fazer a análise da residência pedagógica, precisamos voltar a uma visão de totalidade. Não podemos descolar da visão formação dos profissionais da educação, não podemos desvincular – isso já foi falado pelo Rodolfo e pelo Danilo –, de uma visão de sistema e de nível da educação básica. Estamos, nessa proposta, falando só de educação infantil e séries iniciais e temos que ver a educação como um todo. Se não é obrigatório, necessariamente na precisaria estar em lei, porque os programas já existem, leis já existem, como eu trouxe.

De fato, o que precisamos é do cumprimento do que já está posto. Cursos e programas de formação precisam de uma avaliação sistemática, como eu disse, não das nossas grandes universidades, que funcionam com algumas deficiências, mas funcionam bem. Mas precisamos estar atentos àquelas universidades que realmente formam professores que irão atuar nesses processos de formação de nossos alunos. O programa tenta recuperar, então, eventuais falhas que realmente essas falhas existem nos nossos processos formativos.

Pensamos que, para dar a garantia de um processo formativo, vamos precisar de alguém na escola acompanhando os nossos alunos, porque esse aluno que está se formando não vai poder ficar sozinho. O nível de absenteísmo dos professores nas nossas escolas é muito alto, e o risco desses graduandos – até de nível médio – substituir professores lá na ponta é muito grave. O estágio implicaria essa etapa ainda formativa e não como tapa-buraco daquilo que pode acontecer na prática. Pela realidade, a gente sabe que esse é um risco muito grande.

Queria destacar que já existe o Pibid, como falei, os programas de atualização e de formalização, como o Pacto de Alfabetização, são muito interessantes, assim como programas de formação continuada. Eles

podem dar respostas a muitas dessas dúvidas que são colocadas aqui nessa proposta.

Enfim, queria dizer que, para as escolas da rede pública de ensino, sempre que o aluno graduando estiver lá, vai ser uma excelente oportunidade para rede ser oxigenada pelas discussões da academia e do processo formativo. Da mesma forma, é muito interessante que na universidade haja o espaço em que o aluno que está na escola traga as discussões da escola.

Cabe, entendo eu, não apresentar uma proposta de LDB, mas rever essa proposta numa visão maior de totalidade do processo formativo.

Queria só esclarecer que já temos o programa de residência no Colégio Pedro II, em São Paulo. Foi recentemente lançado e está na mídia esse programa, e temos em outras instituições do Brasil essa proposta.

Na semana passada, o Ministro Aloysio Mercadante esteve aqui na Casa, na Câmara dos Deputados, e apresentou a proposta de residência docente, ou seja, há uma intenção do MEC em dar continuidade a esses programas e em ampliá-los. Como eu disse, já temos 75 mil bolsas, podemos pensar realmente em ampliar algumas bolsas a mais, mas a discussão, entendo eu, tem que ser bem mais profunda na concepção de formação dos nossos professores.

Vou parar por aqui e me coloco à disposição para as demais questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Governo/PP – RS) – Muito obrigada, à Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC, Profª Yvelise Arco-Verde, que, como seus antecessores que expuseram aqui, demonstram não só um conhecimento profundo daquilo com que trabalham, mas, até na aparência, um amor, uma dedicação e um grande compromisso com essa causa. Quero cumprimentá-los.

Passo, de imediato, a palavra à Helena Freitas, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Com a palavra Helena.

A SRª HELENA COSTA LOPES DE FREITAS – Bom dia.

Queria, em primeiro lugar, em nome da Anfope – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação –, saudar a iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para discussão do Projeto de Lei nº 284, que trata da residência pedagógica.

Primeiro, acho importante dizer que, do ponto de vista da Anfope, referendamos as colocações que foram feitas aqui pelos colegas, pela Profª Yvelise, pelo Prof. Danilo e pelo Prof. Rodolfo, no tocante à neces-

sidade que temos de compor hoje uma política nacional e global de formação dos profissionais de educação.

Nós temos um conjunto de iniciativas que vão se configurando um tanto fragmentadas e, do nosso ponto de vista, isso vai se dar na Conae 2014 com a proposição que, inclusive, já vem da Conae 2010: de instituição do que nós estamos chamando de um subsistema, dentro do Sistema Nacional de Educação, de formação dos profissionais de educação, que vem na linha do Decreto nº 6.755, de 2009.

Bom, parte do que está na minha apresentação o Prof. Rodolfo já colocou também. Vou passar muito rápido.

Nós consideramos que isso compõe o que hoje nós poderíamos analisar como a condição do trabalho docente na educação básica. E aqui nós temos um quadro bastante perverso – se pudéssemos dizer assim –, o que nós estamos chamando “exclusão na entrada” – essa primeira coluna.

A segunda coluna diz respeito a vagas oferecidas no ano de 2010 nas licenciaturas presenciais e a distância em Pedagogia. O número de inscritos ali, que é a terceira coluna, é, portanto, muito menor do que o número de vagas oferecidas pelas instituições, e o número de ingressantes é muito menor em relação ao número de inscritos e até em relação às vagas oferecidas. Então, o que nós podemos identificar hoje é que há certo estrangulamento em nosso sistema de formação. Nós poderíamos, provavelmente, estar formando muito mais profissionais, para cobrir até as áreas de ciências, Química, Física, Biologia, no entanto esses profissionais se evadem, como o Prof. Rodolfo também já mencionou em sua apresentação, por conta de um processo de valorização que ainda não atingiu patamares elevados, a exemplo do que acontece em países mais avançados.

E aqui estão as matrículas: nada diferente do que o Prof. Rodolfo apresentou. Como vocês veem, hoje já se criou certo consenso em torno de quais são os nós do problema de formação; nós não falamos nada tão diferente uns dos outros.

Aqui: hoje também um quadro difícil que temos em nosso País, que é a formação dos professores que estão no exercício do trabalho. Por aí nós vemos que, na pré-escola, grande número de professores em formação está em instituições privadas, e os do ensino médio vão se aproximando mais de uma formação em instituições públicas.

Acho que vale a pena destacar que a questão da regulação do setor privado e do acompanhamento dos cursos de licenciatura tem que ser mais intensificada em nosso País, principalmente pela SESu e, agora, pela Capes, que assume a discussão da formação.

Então, nós temos um grande número de cursos de formação de professores em instituições privadas a distância e noturnos. Foi a esse quadro que o Prof. Danilo se referiu.

A imensa maioria, 80% a 90%, dos estudantes de licenciatura pertencem às classes populares, ou seja, têm que decidir, no seu estudo, se destinam seus recursos para o pagamento do ônibus com o qual eles têm que chegar à instituição, se fazem uma refeição ou se tiram cópia do material que lhes é oferecido. Essa condição não pode ser esquecida.

Hoje também temos uma condição docente em relação à qual ainda precisamos avançar na Conae 2014, que é a discussão da jornada de trabalho do professor em apenas uma escola. Hoje essa condição da educação pública não passa alheia aos estudantes quando eles vão para a escola, seja pelo Pibid, seja pelos estágios. Eles vivem tanto as condições de felicidade, de alegria – do trato com as crianças, de projetos inovadores –, quanto às contradições e os dilemas e os desafios que hoje estão postos para todos os professores da escola, por não concentrarem seu trabalho em apenas uma escola, dobrar período, dobrar jornada etc. Ainda temos, do nosso ponto de vista, uma discussão para fazer sobre isso.

Com relação ao conteúdo da formação, nós também temos alguns dilemas nos cursos de licenciatura, para além da discussão de que grande parte deles está em faculdades isoladas ou integradas, não está em universidades. Isso faz diferença quando nós pensamos na articulação ensino-pesquisa-extensão, que é onde nasce a possibilidade de termos projetos inovadores de formação. Portanto, há o afastamento das faculdades e centros de educação da formação inicial hoje, na medida em que cursos de pedagogia em faculdades isoladas e faculdades integradas.

Sobre a formação na pós-graduação, temos hoje também a idéia de que o objeto da educação, tratar dos componentes do currículo da educação básica e da organização da escola, não faz parte de grande parte das licenciaturas, principalmente para a formação do 6º ao 9º anos que temos em nosso País. Então, isso vai criando também um componente para nós não conseguirmos dar conta da formação na educação básica.

Eu queria trazer aqui algumas questões com relação à discussão de por que para nós da Anfope é importante pensar, de alguma maneira – seja residência pedagógica, seja extensão do Pibid ou os programas de acompanhamento do professor iniciante – esse programa recente do programa do Ministério de bolsas para estudantes do ensino médio que desejam ser professores, como uma política articulada, que vem em um contínuo e que chega até o acompa-

nhamento do professor que já passou por residência pedagógica ou por outra forma de uma imersão maior no tempo dos estágios: o acompanhamento dos anos iniciais do que se chama período probatório, porque a decisão sobre se o professor continua ou não por mais quatro ou cinco anos se dá nesse período por parte do novo professor.

Então, oferecer nos sistemas de ensino as condições necessárias para que esse estudante permaneça é condição também para que possamos ter, efetivamente, os melhores profissionais que venham, sim, com essa opção com que eles vêm para as licenciaturas, da forma como vêm, por necessidade de trabalho, mas que nós, na universidade, possamos trabalhar com essa juventude que chega do ensino médio querendo ser professor de uma maneira muito diferente daquela como hoje trabalhamos.

Há uma potencialidade quando nós pensamos na contradição que é – e o Prof. Danilo também se referiu a isso – termos a juventude das classes populares, que são os filhos de trabalhadores que lidam com as dificuldades nas licenciaturas, porque carregam tanto as positivities como as dificuldades de sua trajetória na educação básica na escola pública. Mas é essa condição que também dá a essa juventude a possibilidade de ter um compromisso maior com as crianças que estão na escola pública e que pertencem, digamos assim, à sua própria condição também.

Então, a discussão do que é o compromisso social, ético ou político dos licenciandos com a escola pública, que hoje, muitas vezes, está ausente dos cursos de formação, é essencial.

(Soa a campanha.)

A SRª HELENA COSTA LOPES DE FREITAS –

Então, acho que há uma série de condições organizativas estruturais das escolas, como a questão do piso e carreira; a jornada e concentração em uma escola; a redução do número de alunos por sala, a questão da seriação, os ciclos que foram implementados com as diretrizes da educação básica; os turnos de funcionamento.

Nós temos em uma cidade como Campinas, por exemplo, ainda escolas em que há quatro turnos; que mantêm períodos do meio, das 11h às 15h.

Eu tenho outra condição também: hoje, esse aluno que estaria no estágio pré-profissional, que poderíamos chamar de residência docente – não é o estágio curricular; seria um estágio maior, de maior extensão, de 800 horas – tem de encontrar também na escola a perspectiva de ver qual é o futuro que ele tem como profissional de educação. E isso não se faz se ele não encontra na escola outras condições: na atribuição de sala; na existência do trabalho coletivo; de como fun-

ciona a Hora de Trabalho Docente Coletivo, o HTPC; a questão do currículo e também a perspectiva de incentivos de projetos de trabalho e de investigação que esse professor tem que encontrar na sua residência pedagógica, ou como queiramos chamar, o que não é possível de ser vivido no período de estágio.

Então, é preciso distinguir esses dois momentos. Não é a mesma coisa.

Então, só para finalizar, penso que nós temos algumas necessidades que já vêm desde as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, de 2002: discutir, com essa visão de competência em contraposição com uma base comum nacional, que é a defesa da Anfope.

Os programas especiais de formação de professores em exercício têm que ser avaliados também pela Capes, e é o caso do Parfor; e a valorização das licenciaturas no interior das instituições universitárias.

Temos também necessidade de discutir uma política de formação contínua como um estatuto para a carreira, para o magistério nacional.

E aí – já me referi a isso, de como nós entendemos essa questão –, a mobilização da juventude do Ensino Médio Magistério para a profissão, fortalecendo a carreira docente.

Quanto à gestão democrática, temos também fóruns hoje em cada Estado. São os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, que têm de ser trazidos para essa discussão de como em cada Estado nós fortalecemos essa formação de professores.

Apoio aos licenciandos: nós temos de transformar o Pibid e o Prodência, da Capes, em políticas permanentes, como parte de uma política global.

Há ainda a questão da residência pedagógica e docente e o acompanhamento dos professores iniciais como política de Estado.

Acho que essa é uma contribuição bem rápida. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Helena Freitas, também pela competente exposição a respeito da abordagem do lado, da representação de um aspecto fundamental, que é a formação.

Eu gostaria, para encerrar a parte das exposições, passar a palavra ao último expositor, o Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Gilmar Soares Ferreira.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – Muito bom dia.

Cumprimento a Mesa e os Senadores presentes na pessoa da Senadora Ana Amélia.

Vou fazer a leitura de um texto da CNTE, para que possamos ser objetivos em relação ao tempo.

Trata-se da análise da CNTE sobre o Projeto de Lei do Senado nº 284/2012.

A análise a seguir refere-se aos principais pontos do Projeto de Lei do Senado nº 284, que visa introduzir parágrafo único ao art. 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de autoria do Senador Blairo Maggi, cujo Relator é o nobre Senador Cyro Miranda.

Já em seu preâmbulo, o PLS enseja uma contradição: altera a Lei nº 9.394 para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica, mas, no parágrafo único, propõe um corte para os que atuam na alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental.

Assim dispondo, aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a residência pedagógica, etapa ulterior da formação inicial, com um mínimo de 800 horas de duração e bolsa de estudo, na forma da lei.

Ou seja, a política destina-se a parte dos docentes, criando quebra de isonomia na formação de profissionais que, na maioria das vezes pertencem ou irão pertencer a uma mesma carreira com cargo único de professor.

Convém lembrar que o referido projeto de lei, que atualmente tramita em caráter terminativo nesta Casa, é uma segunda versão do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, de autoria do ilustre Senador Marco Maciel, que visava não só incluir a residência educacional no arcabouço jurídico educacional, como também implementar a controvertida certificação, já rejeitada em alguns projetos do Senado e da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado nº 284, no entanto, se limita a versar sobre a residência pedagógica de forma direta, introduzindo novo elemento no processo de formação, qual seja, uma etapa subsequente à formação inicial para um magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, etapa essa destinada apenas aos professores que atuarão na educação infantil e ensino fundamental, anos iniciais, desconsiderando o escopo maior de exigências da formação de professores no País.

Para justificar o propósito de seu instituto, o projeto de lei busca inspiração na prática da residência médica e sua nova versão ratifica um diagnóstico, incompleto, do primeiro projeto de lei do Senado, que afirmou: “O País enfrenta seriíssimos problemas de qualidade na educação básica, que têm sua origem na deficiência da alfabetização de nossas crianças.”

É preciso reconhecer, sim, que o País convive por séculos com problemas na educação básica, principalmente pela forma como os entes federados tratam

esta política. Mas afirmar que a origem dos problemas da educação básica reside apenas na deficiência da alfabetização de nossas crianças se traduz em um equívoco e em uma leitura superficial da questão da qualidade educacional, situação essa agravada, por exemplo, pela demora do Congresso Nacional em votar o Plano Nacional de Educação, que atualmente se encontra nesta Casa, que tramita há três anos e que contém inúmeras políticas sistêmicas capazes de interferir na qualidade de toda a educação básica e superior.

Esse equívoco de diagnóstico revela a fragilidade da proposição da residência pedagógica, mesmo porque o contexto da residência médica nas faculdades de Medicina é constituído de um processo mais amplo na formação dos médicos, formados em número abaixo do necessário, que vem acompanhada de uma intensa formação teórica e prática, com dedicação exclusiva do estudante, situação não vivenciada na formação de professores no País.

O problema maior, em nossa concepção, é que o Projeto de Lei 284 fecha os olhos para as diferenças fundamentais da realidade na formação desses dois profissionais, o que tornaria a residência pedagógica pouco eficaz para preparar adequadamente os profissionais para o desenvolvimento da sua profissão.

O Projeto de Lei do Senado nº 284 também aborda, sem o devido aprofundamento em sua justificação, questões estruturantes da carreira docente. Lamentavelmente, uma segunda contradição se vê instalada nessa abordagem, pois, não obstante a aprovação do piso salarial profissional nacional do magistério em 2008, o Congresso Nacional tem rejeitado sistematicamente projetos de lei que visam instituir diretrizes nacionais para as carreiras dos profissionais em educação, questão chave para a qualidade da educação com equidade nacional.

Pesquisas apontam que a baixa atratividade de profissionais para o magistério se deve mais aos baixos salários e às precárias condições de trabalho nas escolas públicas do Brasil do que propriamente na questão da formação, uma vez que a maioria dos planos de carreira prevê a destinação de tempo para a formação continuada, espaço de ressignificação do conhecimento que, aliada às condições de valorização salarial e melhores perspectivas de dedicação profissional, poderia, em curto espaço de tempo, oferecer elementos fundamentais para a superação dos problemas de aprendizagem em nossas escolas.

A justificação do Projeto de Lei do Senado nº 284 enfatiza um sério problema na formação profissional dos educadores ao afirmar que – abro aspas:

“De modo geral, a formação inicial para o magistério na educação básica vem sendo feita em cursos superiores de qualidade duvidosa, muitas vezes no período noturno, sem contemplar uma adequada articulação entre teoria e prática.”

Todavia, essa percepção da justificação do projeto de lei padece de superficialidade, uma vez que, de forma histórica, o Estado brasileiro não logrou condições para garantir a formação desses profissionais, que são responsáveis por indiciar pequenos cidadãos e cidadãos no mundo das letras e do conhecimento, justamente aqueles e aquelas que serão os futuros profissionais de diversas áreas no desenvolvimento do País.

A formação docente se transformou em uma mercadoria de baixa qualidade em muitas instituições credenciadas, com o amplo aval dos Poderes da República. E não há residência pedagógica posterior que dará jeito na formação inicial mal realizada.

Por outro lado, a justificação do Projeto de Lei nº 284 afirma que o estágio supervisionado no magistério “tem se mostrado insuficiente para assegurar o preparo dos profissionais para a realidade escolar, especialmente na fase de alfabetização”.

Com certeza, o estágio profissional na formação de professores constitui um problema na formação dos mesmos, sobretudo porque ele não existe de fato. As instituições formadoras não mantêm qualquer vínculo com as escolas públicas. E quando os estudantes das licenciaturas se aventuram em um estágio, esses geralmente não são devidamente acompanhados.

Mas querer resolver esse problema com a instituição da residência pedagógica e apenas para os profissionais de uma etapa da formação dos estudantes é desconsiderar o esforço necessário para uma formação integral de estudantes e dos próprios profissionais da educação.

Mudar a regra do estágio profissional supervisionado, sem tocar na realidade de dissociação entre teoria e prática existente no seio das instituições formadoras é desconsiderar os desafios da formação profissional de professores do País.

Mudar a regra do estágio profissional supervisionado sem exigir uma relação umbilical entre instituições formadoras e as escolas de educação básica no País também é desconsiderar os desafios da formação profissional na educação no País.

Dentre os desafios do estágio supervisionado, aprovado em lei, está o da inserção da instituição formadora e do próprio formando em uma realidade de escola amparada por um processo capaz de proporcionar à comunidade escolar os espaços e formas de atuação profissional autônoma, com capacidade de enfrentar e resolver problemas que são intrínsecos

à relação ensino/aprendizagem. E é fundamental o vínculo direto da instituição formadora de professores com as escolas.

Como considerações finais, entendemos que, tal como proposto, o atual projeto de lei não aponta possibilidades de reverter problemas graves que interferem na qualidade da educação...

(Soa a campanha.)

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – ...tal como dos precários vínculos profissionais existentes nos entes federados, a exemplo do meu Estado, o Mato Grosso, que registra hoje mais de 50% dos professores na rede estadual de ensino, em regime de contrato precário e temporário, sendo-lhes negado, inclusive, a remuneração pelo trabalho extraclasse, preceito já regulamentado em lei federal

Caso a residência pedagógica seja aprovada de forma estanque, sem considerar as outras problemáticas e a própria realidade estrutural das redes de ensino do País, em breve veremos denúncias a partir de nossas escolas similares àquelas constatados nos prontos-socorros, onde muitas vezes o atendimento médico vem se dando de forma precária por estudantes, estagiários ou enfermeiros, sem a devida fiscalização do Estado.

De forma geral, o atual projeto de lei carece de políticas sistêmicas de educação, e seu propósito deveria vir antecedido de outras políticas públicas como as de carreira, de formação inicial e continuada e de condições de trabalho, incluindo aí a de salário.

Neste caso, há sérios riscos de o atual projeto de lei, em sendo aprovado, não configurar melhorias para o processo de formação profissional, agravando a precarização das condições de trabalho dos educadores, bem como sujeitando a imensa maioria dos estudantes de Pedagogia a uma nova formação, sem garantias de qualidade e de um acompanhamento dos Poderes Públicos, podendo ainda a proposta significar mais uma brecha para o aprofundamento das relações de mercado neste espaço da formação.

Todos os problemas da educação básica decorrem da ausência de tratamento dessas questões dentro de uma visão sistêmica, regulamentando o papel de cada ente no atendimento da educação nacional e nas condições de valorização profissional dos educadores.

Querer resolver o problema da baixa aprendizagem sem tocar nas questões estruturais, buscando interferir apenas em uma etapa da formação é desconsiderar os reais problemas da educação neste País.

Nesse diapasão, e a nosso ver, o projeto de residência pedagógica não agrega a dimensão sistêmica, embora pudesse complementar a formação acadêmica,

caso prevísse os elementos necessários a sua plena consecução.

A ausência de critérios de financiamento e de gestão para concessão de bolsas são dois agravantes que põem em risco a execução e a credibilidade da proposta.

Deixar para definir as competências financeiras e as formas de operacionalização em lei específica subtrai o caráter de urgência e a relevância do projeto, além de que incorre no risco de desvirtuá-los.

Finalmente, alguns desafios a serem superados pelo atual projeto de lei:

- Definir a fonte de financiamento que preserve simultaneamente as políticas de valorização dos salários e das carreiras dos profissionais de educação, pois, caso contrário, a profissão de professor continuará não atraindo a juventude;

- Inserir o debate sobre a residência pedagógica nas políticas nacionais de formação de professores, nas diretrizes de carreira, que precisa ser regulamentada em lei neste Congresso, bem como nas conferências de educação voltadas à construção do Sistema Nacional de Educação Articulado, a fim de se iniciarem as tratativas junto aos sistemas de ensino, responsáveis diretos pela aplicação e financiamento da proposta.

- Ampliar a abrangência da residência para todos os profissionais do magistério, Pedagogia e demais licenciaturas e estipular a natureza da residência e seu vínculo ou substituição com os atuais estágios acadêmicos.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Sr. Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, vinculada à Central Única dos Trabalhadores, que, como nós dizemos, detonou o projeto, embora aqui fale em “ampliar a abrangência da residência pedagógica para todos os profissionais do magistério, não só Pedagogia, mas também licenciaturas. Então, pelo menos aqui, há entendimento a respeito disso.

Como a audiência foi requerida pelo Senador Randolfe Rodrigues, ele tem preferência no questionamento aos expositores, e também está inscrito o Senador Roberto Requião.

Passo a palavra imediatamente ao Senador Randolfe Rodrigues e, em seguida, ao Senador Roberto Requião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Caríssima Presidente, Vice-Presidente desta Comissão, Presidente em exercício, Senadora Ana Amélia, serei bem breve.

Creio que esta audiência cumpriu seu objetivo. Quero cumprimentar todas as senhoras expositoras e senhores expositores desta audiência pública. Reitero, esta audiência cumpriu seu objetivo.

A idéia desta audiência, a qual eu propus, foi instruir a apreciação do PLS nº 284, que chegou a esta Comissão, de autoria do Senador Blairo Maggi, com relatoria do Senador Cyro Miranda.

Os questionamentos, o que foi apresentado pelo conjunto dos integrantes dessa Mesa e, em especial, os questionamentos últimos, apresentados pelo Gilmar, da CNTE, sobre o projeto, apresentam um conjunto de lacunas. Em que pese o mérito do projeto, dizem claramente que a matéria tem uma série de lacunas.

Sr. Presidente, não acho esse projeto adequado, e é importante que sejam levados ao Senador Cyro Miranda, Presidente desta Comissão, Relator da matéria, os questionamentos que foram apresentados nesta audiência pública. É importante que sejam levados, até em consideração aos questionamentos últimos apresentados aqui pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, por duas razões.

Primeiro, porque acredito que, diante desses questionamentos, não seja possível nós votarmos essa matéria já na semana que vem. Segundo, eu queria aqui apresentar uma sugestão à Comissão e aos expositores. Seria importante recebermos sugestões de propostas concretas de aperfeiçoamento dessa matéria. Em que pese a matéria, também é uma oportunidade para esta Comissão, para o tema tratado. O tema tem o seu mérito, e foi apresentado aqui pelo conjunto dos expositores, que é a questão da residência pedagógica.

Então, eu queria trazer aqui uma provocação aos expositores e à Comissão. A provocação aos expositores seria traduzir esta audiência pública em proposições, em sugestões concretas ao projeto, por parte do MEC, por parte da CNTE, por parte do Consed, por parte da Anfope, por parte da Undime. Essa é a primeira.

E a segunda provocação é a nós mesmos, da Comissão, Senadora Vice-Presidente, Presidente em exercício Ana Amélia: nós termos a tolerância devida para receber essas provocações, receber essas sugestões da sociedade organizada, da sociedade civil, e analisarmos essas sugestões da sociedade civil aqui nesta Comissão.

Estão presentes nesta Mesa e nesta audiência pública as principais organizações da sociedade organizada da educação brasileira: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação, a União Nacional dos Secretários de Educação e a Associação Nacional de Formação de Profissionais de Educação, além do Ministério da Educação.

Então, acredito que é necessário aproveitar esta oportunidade e traduzir as sugestões dessas entidades a esse projeto de lei, e dar o prazo devido. Não é deixar a matéria em berço esplêndido. Eu acho que duas semanas é um tempo razoável para recebermos essas sugestões e as analisarmos no âmbito da Comissão e no âmbito da relatoria do próprio Senador Cyro Miranda, para preenchermos o que foi apontado aqui como eventuais lacunas da matéria.

É uma sugestão que trago à Comissão, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu preciso, Senador Randolfe Rodrigues, consultar os expositores se aceitam a solicitação feita por V. Exª, e limitar, com eles, o tempo de retorno à Comissão de Educação, especificamente ao Relator da matéria, porque o dono do tempo e do trabalho é o relator da matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É claro. Logicamente, Presidente, o que estou fazendo é uma provocação bilateral, que necessitará de um acordo entre as partes, entre o Relator da matéria, que é o Senador Cyro Miranda, obviamente, e os que aqui estão presentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quero lhe dizer, para fazer justiça ao Relator, pela democracia como age nesta Comissão e também nas relatorias que tem, que uma das perguntas dele era exatamente esta que vou repetir: Para o Relator da matéria, quais sugestões ou alterações os senhores julgam pertinentes no texto original.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pronto, então já temos a disposição do próprio Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas ressaltar e destacar a disposição do Senador Cyro Miranda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então eu consulto a Professora Helena, o Professor Rodolfo, o Danilo, a Yvelise, o Gilmar, embora o Gilmar já tenha consubstanciado no documento que trouxe... Então, na verdade está aqui, embora aqui haja alguns desafios a serem superados, que já estão escritos.

Mas se quiserem, digamos, tornar mais claro – queremos isso, isso e isso –, definir o que pretendem, eu consulto se estão dispostos a isso e qual é o tempo que entendem seja necessário para devolver à Comissão de Educação algumas sugestões. Penso que, para serem práticas, têm que ser coisas bastante

sucintas, isso, isso e isso, porque a efetividade para a elaboração é mais prática.

Começo com a Helena.

A SRª HELENA COSTA LOPES DE FREITAS –

É uma pergunta difícil essa. Sem dúvida, eu acho que nós que estamos aqui na Mesa, Senadora, temos uma representação dos diferentes segmentos que hoje são responsáveis pela questão da formação.

Nós temos as universidades, temos entidades das universidades, e a Anfope é uma dessas, a Consed e a Undime, que são as instituições que hoje, como Município e Estado, contratam professores e, portanto, lhes dão essa condição de trabalho, o Ministério da Educação, responsável pela política, e a CNTE, que representa, portanto, o segmento dos professores.

Ou seja, se nós não conseguirmos chegar a um... O que é esse consenso? Acho que o Gilmar aponta questões claríssimas de quais são, aponta os problemas, mas ele dá indicações. A CNTE dá indicações. O Professor Rodolfo e a Yvelise também. A Anfope também tem proposições. Podemos colocar, agora, não sei, tenho minhas dúvidas, se isso se configurará como uma mudança em relação ao PL; se conseguirmos dar essa configuração de PL.

Aí eu gostaria de ouvir os colegas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então passo a palavra ao Professor Rodolfo.

O SR. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ –

Eu considero, obviamente, muito relevante a posição do Senado de ouvir as entidades, quero cumprimentar a todos pela iniciativa, e não podia ser diferente numa Casa do povo. Embora represente os Estados, mas representa o povo de um modo geral.

O que foi colocado aqui amplia a concepção de formação continuada dos professores. Na realidade, nós temos um Plano Nacional de Educação, e o apelo é que se aprove o Plano Nacional no Senado com a maior urgência, porque um País que está há três anos sem plano já fica sem a continuidade de uma política de Estado para a educação, de que nós precisamos.

E, no Plano, há previsão, um dos sustentáculos da qualidade da educação, é a formação de professores, não há dúvida nenhuma. Agora, como fazer essa formação é um debate que tem de ser contínuo, amplo, envolvendo não só os que formam, que são as universidades, e já vimos aqui que não são só as universidades, mas as escolas isoladas e também a educação à distância, que tem o seu mérito, mas também tem as suas dificuldades. E quem emprega? Na realidade, na prática são principalmente as secretarias municipais e estaduais de educação, nesse campo específico. E todos nós sabemos que tem que ser aperfeiçoado.

Agora, criarmos mais uma etapa, que não é obrigatória, mas se torna uma meta a ser atingida, sem uma análise mais profunda dos próprios cursos de formação, e vendo a realidade brasileira, 1,3 milhão de alunos das licenciaturas, com a dificuldade que teríamos de implantar um novo sistema de residência que chegasse exatamente àqueles que necessitam... Porque, muitas vezes, o que vamos fazer, quem vai oferecer são aquelas universidades que já têm melhor condição. E, como foi dito aqui, nem sempre esses professores são os nossos professores.

Então, eu ainda insistiria, acho que é louvável a iniciativa da residência pedagógica, docente, enfim, mas nós deveríamos, antes de transformar em mais uma etapa legal, fazer a experimentação. O próprio Ministro da Educação anunciou que quer fazer a residência docente. E nós, a partir dessa experiência e da capacidade de oferecermos efetivamente, aí, se necessário, transformarmos em lei.

E depois, também, a questão básica é a melhoria hoje dos cursos de licenciatura, senão vamos transferir para outra etapa. Antes era o curso Normal. Não foi suficiente, vamos para o curso superior. Agora, vamos transferir para a residência. E todos vão retirando a sua responsabilidade.

Acho que o Pibid é uma boa iniciativa. Nós deveríamos ampliar o Pibid, nós deveríamos oferecer mais condições para que os alunos que estão na graduação realmente tenham mais tempo para se dedicar. Aí, sim, as bolsas são bem vindas na graduação. E melhoria da qualidade. Senão vamos transferir. Na realidade, quando vamos contratar, há essa deficiência.

Outro ponto que foi citado pelo Secretário Danilo, na experiência de Palmas, é o que nós gostaríamos. Antes de contratar o professor, ter um tempo, ou, depois de contratado, aí temos o exemplo do Itamaraty e outros, fazer um curso de formação longo, mas remunerado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Judiciário também.

O SR. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ – Então, nós temos um período, e sempre não se faz isso por quê? Porque quando se contrata as dificuldades são grandes, já se coloca na sala de aula.

Então, talvez, a proposta seria essa: ao invés de se fazer mais um projeto, mais um parágrafo na LDB, a proposta é meditar mais do que duas semanas, incluindo no âmbito do Plano Nacional de Educação essa proposta de revisão completa da área.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Professor Rodolfo, eu lhe agradeço muito e, pelo que a Helena falou e o senhor falaram, primei-

ro, estamos aqui com um farto material que foi trazido e distribuído pelos expositores.

Senador Randolfe, o material trazido por todos eles foi distribuído a todos nós, é o material das exposições feitas. As colocações da Professora Helena e do Professor Rodolfo até agora, vou ouvir também os demais, já sinalizam que estamos discutindo o PNE nesta Comissão também, que seria o momento atual. Até porque este projeto apenas cria a possibilidade, e ela não é obrigatória.

E, como disse a Yvelise, já existe uma política nessa área, como estava falando o secretário do Professor Rodolfo, é competência da Casa Legislativa tomar iniciativa e fazer. Quando há possibilidade de você casar com iniciativas do Poder Executivo, da mesma natureza e área, eu não vejo nenhuma dificuldade de fazer essa intersecção.

Mas, de qualquer maneira, é preciso ouvir o Professor Danilo e, depois, a Yvelise e o Gilmar.

Finalmente, queria dar um tempo de três minutos a cada um, dentro dessa sugestão do Senador. Aqui já foi expresso pelos dois que façamos isso dentro do âmbito do debate do PNE.

O SR. DANILO DE MELO SOUZA – Considero relevante a proposição da Professora Helena e do Professor Rodolfo. Acho que o PNE é que deve nortear toda essa grande discussão, mas acredito que precisamos abrir também uma discussão importante sobre a reformulação da LDB, que carece realmente, pois são quase duas décadas de uma legislação que precisa ser melhorada. Houve um esforço, naquele momento, na década de 90; e agora nós precisamos pensar que o País é outro e precisamos retomar essa discussão.

O mais importante é que toda essa discussão sobre esse projeto e sobre outros sistemas correlatos à educação precisa continuar. Porém, nós temos de ter como meta, como lógica, a ideia de superação dos impasses, porque nada nos impede de tomar algumas decisões no momento, fruto do que conseguimos avançar, para que, lá na frente, retomemos novamente, porque é assim que a democracia se faz.

Nós não conseguimos num só momento, digamos assim, numa só votação, num só momento específico da legislação, contemplar tudo aquilo, até porque é uma vivência histórica e o legislador vivencia isso também.

De qualquer forma, o Consed se coloca à disposição, para que nós possamos encaminhar sugestões, no prazo de duas semanas. Acredito que isso é possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Secretário Danilo de Melo Souza.

Passo a palavra a Yvelise.

Em seguida, ao Gilmar.

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Bem, eu creio que já ficaram bastante claras as posições de todos da Mesa, e temos o material farto que foi encaminhado.

Entendo que são outras ações, além do PL, que estão sendo necessárias discutir. Lembro-me de uma metáfora aqui em que o paciente está no hospital e apresentamos um *band-aid* para pegar um pedacinho só da situação que tem de ser resolvida.

Mas, de qualquer forma, eu queria registrar que eu trouxe as contribuições da Secretaria de Educação Básica e que entendo como muito importante escutar a Secretaria de Ensino Superior e a própria Capes, que é responsável pelo processo de formação.

Eu procurei trazer aqui alguns dados do Pibid e da formação dos professores, mas não me sinto à vontade por responder pelas secretarias das quais eu não faço parte, a não ser pelo próprio Ministério.

Compreendo que talvez esse prazo de duas semanas fosse interessante até para ouvir essas instituições. E eu posso me comprometer nesse sentido de buscar, junto aos meus pares, do Ministério, alguma contribuição que possa trazer algum ganho ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É muito bem-vinda a sua sugestão, que a Comissão acolhe, em nome do Presidente Relator, Senador Cyro Miranda. E ficamos, então, aguardando.

Por fim, passo a palavra ao Gilmar.

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – Cabe reforçar aqui que nós, da CNTE, entendemos que ou o País enfrenta as questões estruturantes na educação pública nacional ou todas as medidas que forem votadas, forem adotadas, não surtirão o efeito necessário. Nós estamos falando aqui de um tripé fundamental, que se chama: formação, carreira e condições de trabalho.

Lamentavelmente, nós estamos há 14 anos sem uma diretriz nacional para que possamos olhar no retrovisor da história e dizer se nós alcançamos as metas a que nós nos propomos, porque o Plano de Educação, que esteve em vigência, entre 2001 e 2010, não tinha patamares do ponto de vista de financiamento da educação.

Portanto, há 14 anos, nós estamos sem condição de estabelecer essa avaliação e há a demora que nós temos, nesta Casa, de votar o Plano Nacional de Educação, que inclusive vai exigir da sociedade todo um dispêndio, um esforço, do acampamento que nós, da CNT, instalaremos aqui a partir do dia 30.

Então, são questões fundamentais em que precisamos intervir.

Por exemplo, eu falo da experiência da minha casa, de uma alfabetizadora que, todo início de ano, com trinta ou mais alunos em sala, precisa elaborar quatro planos de aula. Essa é a realidade da educa-

ção que nós temos em nível de País. São questões de dedicação exclusiva de profissionais da educação, de professores que, lamentavelmente, têm a dupla, a tripla jornada, em função de um salário que não garante as condições de sobrevivência desses profissionais.

Ao estabelecermos debates como esse, sem interferir nas questões estruturantes e garantir as questões estruturantes da educação nacional, nós vamos continuar desperdiçando os recursos da educação, que já são, em muitos casos, escassos...

(Soa a campanha.)

O SR. GILMAR SOARES FERREIRA – ...e em outros, inclusive, com desvio de finalidade, comprovado pela atuação sindical e pelo estudo que nós temos, quotidianamente, na aplicação dessas receitas.

Então, esta é a posição da CNTE. Nós entendemos que esse projeto, sem a condição do Plano Nacional de Educação e de uma condição estruturante, não surte efeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Gilmar. As suas ponderações e sugestões também serão levadas em consideração, como apresentadas aqui pela entidade que o Gilmar representa.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião, que está inscrito para os questionamentos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu avalio esse projeto do Blairo Maggi como uma iniciativa positiva para levantar a discussão sobre o problema. Positiva por quê? Porque, no Brasil inteiro e no meu Estado, quando assumimos o Governo, Yvelise, com uma presença muito grande de um sentimento de privatizar a educação e o ensino público, de acabar com a formação de professores...

Então, quando o Blairo propõe um estágio, uma residência pedagógica, pelo menos ele está apoiando a melhoria do ensino público. Agora, é claro, o projeto tem defeitos: ele não define como vai ser feito isso, não define os recursos e não tem, com seriedade, nenhuma perspectiva de ser aprovado, porque ele não se estrutura.

Agora, por outro lado, tirando a acidez do Gilmar na crítica do projeto, que eu acho desnecessária, porque, para trabalhar com educação, nós precisamos de aliados e não de adversários... Da forma como você colocou a sua exposição escrita, você está transformando o Blairo, que teve a intenção, a meu ver, um pouco ingênua de melhorar a qualidade de formação do ensino público, num adversário. Não é por aí. Nós precisamos de aliados.

Não é o Congresso que está segurando exatamente o Plano Nacional de Educação. Eu presidi esta Comissão por 2 anos. Quando cheguei ao Senado, eu

acertei com o Aloysio Mercadante que eu seria o relator na Comissão de Educação, porque eu avocaria o processo; acertei na Comissão de Constituição e Justiça que eu seria o relator.

Mas daí o PT resolveu pedir para vir para a Comissão de Economia. Eu conversei com o Ministro Mercadante e o Ministro pediu ao Presidente da Comissão que me desse a relatoria. Eu assumi o compromisso de apresentar o relatório em 15 dias. Eu iria me reunir com algumas pessoas do Ministério da Educação, iria requisitar alguns técnicos que trabalharam conosco, no Paraná, para o nosso projeto, e em 15 dias nós apresentaríamos o projeto.

Mas o PT insistiu. Comandava a Comissão; colocou o Senador Pimentel como Relator e está dormindo até hoje num embananamento completo, porque se está subordinando um projeto de educação a algumas circunstâncias econômicas que acabam sendo insuperáveis. Então, está parado por uma decisão de Governo; não do Mercadante, não minha, mas do Partido dos Trabalhadores. Eles embananaram o processo de uma forma absoluta. Isso já devia ter sido votado.

Agora, o que eu acho desse processo todo? De pouco vale fazer uma residência pedagógica. O nosso problema... A residência pedagógica, a proposta, ela se suporta no reconhecimento de que a formação está muito ruim. Isso é verdade.

Eu colocaria como alternativa a isso tudo, Yvelise, o que nós fizemos no Paraná. Nós partimos para uma proposta de formação continuada. Nós vinculamos as universidades estaduais ao projeto; nós transformamos a nossa proposta numa política de governo que passou a fazer parte da legislação brasileira e foi integrada constitucionalmente; nós partimos de um pressuposto constitucional de que a despesa com a educação era de 30% na Constituição do Estado do Paraná; nós aparelhamos as universidades do Paraná para fazer a formação continuada. Vamos ter um estágio onde? Por quem? Com que recurso? Com que estrutura? É vazio o projeto nesse sentido. Há uma boa intenção, e ele não se reafirma na viabilidade.

Nós contratamos professores nas universidades estaduais e criamos cursos específicos de formação continuada de professores; nós criamos mais dois níveis de acesso à carreira dos professores; nós tiramos os professores da sala de aula por um ano e os colocamos por um ano num processo de formação continuada em cadeia – eles trabalhavam também com professores que estavam na rede – num segundo ano, com 25% da carga horária.

Bom, eu, durante o período em que fui Presidente da Comissão de Educação, tentei montar um projeto semelhante. Seria um projeto de formação continuada

dos professores brasileiros, não com aquela visão do Cristovam Buarque, da federalização, mas da federalização do custo. Esses professores em formação continuada teriam um salário diferenciado, um piso nacional razoável, considerável, verdadeiro, e esse piso seria financiado pelo fundo nacional de educação, mas as universidades estariam dentro, o piso do curso de formação, e seria estabelecido dessa forma. Então, estaríamos tratando da formação, estaríamos tratando da carreira, estaríamos tratando do financiamento. Eu não consegui montar isso, eu tive oposição, até dificuldade com a Consultoria do Senado. Cada vez que você tentava reunir um grupo de pessoas para tratar disso você, ao invés do apoio, tinha a crítica. Quer dizer, não querem fazer o piso, isso está encalacrado na cabeça dos quadros profissionais da República.

Então, acho que por aí conseguimos caminhar de alguma forma, com o fundo nacional de educação financiando, porque a federalização do Cristovam, do ponto de vista corporativo, pode até ser interessante. A União paga, vamos ter um salário bom. Ela acaba com a criatividade dos professores nos Municípios, ela centraliza um pouco isso. Acho que por aí deixa de ser interessante.

A Ana Amélia sabe que sou apaixonado pelo sistema finlandês. Até 15 dias atrás, andei na Finlândia olhando mais de perto isso, trouxe o pessoal da Finlândia para a Comissão de Educação, mas gostaria que a Yvelise, que foi minha Secretária de Educação por algum tempo, e foi uma das formuladoras do programa do PDE, junto com vocês, mas a partir dela, fizesse uma análise da possibilidade de a gente montar um projeto de verdade, porque o que nós vimos são bandeiras. Dez por cento do PIB. Todo mundo sabe que isso é uma sinalização, que o PIB não tem nada a ver com a arrecadação da União, não tem nada a ver com os impostos que são arrecadados. E se o PIB cair? Nós fechamos a educação pública no Brasil? E a perspectiva é de que caia, pois estamos numa crise, que atinge hoje a Itália, a Espanha, Portugal, a Grécia, que pode chegar aqui também. Eu, por exemplo, acho que o equivalente a 10% do PIB ou 10% da receita, hoje, para uma revolução na educação, seria pouco. Na sequência não, na sequência seria demais, porque a carência de investimentos em estrutura, em formação, em escolas, equipando as universidades para se preparar para uma formação continuada, para um processo, exigiria muito mais do que isso.

Yvelise, o que eu pediria a você é que fizesse uma exposição rápida de como solucionamos isso e que vocês avaliassem, por exemplo, esse tipo de proposta, o Fundo Nacional de Educação financiando um piso verdadeiro. Por exemplo, quando saiu aquele piso

nacional, o Paraná foi contra. Nós pagávamos mais do que o piso, e o piso não funcionaria, numa análise nossa, porque cada Município do Paraná tem um plano de cargos e salários diferenciado. Então, uma prefeitura, por exemplo, que tivesse alguns prefeitos responsáveis, que tivesse feito um plano de cargos e salários de verdade, podia ir para R\$9 mil, R\$10 mil, o que não poderia pagar, e a outra, que não tinha salário nenhum, com o piso continuava sem salário algum, porque o piso é, realmente, insignificante para pagar um professor. E o piso acabaria atrapalhando alguns projetos nossos lá. Mas, Yvelise, uma consideração sobre a possibilidade de a gente montar aquele nosso processo de integração da universidade com a formação das universidades públicas, uma ancoragem no fundo nacional de educação, e transformar isso numa política de Estado, não numa proposta de gestão de um período do Ministério da Educação ou de secretarias estaduais ou municipais de educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Roberto Requião, essa é a sua questão para a representante do Ministério da Educação, Yvelise. Passo a palavra à Professora Yvelise para a sua manifestação, lembrando que o Senador Roberto Requião foi um exemplar presidente desta Comissão, sucedido pelo Senador Cyro Miranda. Então, ele tem muito comprometimento com a causa, além de tudo, pela experiência vivida como Governador do Paraná por mais de uma vez, além da sua qualidade de gestão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Aproveito para dizer que não saiu o Plano Nacional de Educação porque o PT não quis. Agora, se não quis para fazer muito melhor do que eu faria, vamos ver, mas impediu que nós discutíssemos e aprovássemos. Pediu para ir para a Comissão de Economia, que estava na mão do Delcídio, que ia me dar a relatoria, no compromisso de 15 dias com o Mercadante, mas eles exigiram a relatoria e o negócio está parado até hoje, numa confusão monumental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, a Profª Yvelise.

A SRª YVELISE ARCO-VERDE – Eu quero também registrar o meu reconhecimento e deixar público o excelente governador, especialmente na área de educação, que tivemos, o Governador Requião, um governador voltado, de fato, para a educação e reconhecido pelos trabalhadores da educação no Estado como alguém que fez avançar de fato a nossa proposta e a área de educação, que pegamos bastante carente em 2003.

Eu me alongaria muito falando do programa do PDE; quero ser rápida. Talvez o meu maior testemu-

inho aqui seja no sentido de que, desde 2007, quando eu saí da Superintendência de Educação, que tinha como secretário Maurício Requião – trabalhávamos muito juntos –, assumi a Secretaria de Estado e, na sequência, assumi o Consed, por diversas vezes, vim a esta Casa, o Senado, e ao Ministério da Educação para apresentar o PDE, que é o Programa de Desenvolvimento do Estado, por meio do qual fizemos realmente um processo de formação, que não era só um processo de formação, mas um processo de articulação da universidade com a educação básica. A Helena foi diversas vezes lá no Estado, conheceu a proposta e também viu os frutos dessa proposta. A universidade mudou sua perspectiva em relação à educação básica, porque ela passou a entrar na escola básica e trazê-la para dentro da universidade. Foi um projeto amplo de rediscussão, inclusive curricular, do que se ensina dentro da escola, com um processo formativo dos nossos professores, que, sem dúvida nenhuma, trouxe modificação no quadro da qualidade educacional do Paraná. Não foi por acaso que – e não gosto de registrar isto no sentido de *ranking* –, sempre tínhamos as melhores colocações do Paraná: em primeiro lugar no Ideb e em diversos outros programas avaliativos realizados tanto pelo Ministério como por outros institutos.

Creio, Governador, que talvez um dos maiores reconhecimentos tenha sido o fato de o próprio Ministro Aloysio Mercadante, na época do Fernando Haddad também, ter me chamado para assumir o Ministério da Educação e a direção. Com certeza, foi por esse programa que desenvolvemos, um grupo muito bom de trabalho. Não fui eu sozinha. Reconheço o trabalho de uma equipe toda. Estou atualmente na Direção de Apoio à Gestão Educacional, que trata especificamente do Programa de Formação Continuada. A minha proposta – estou há quatro meses dentro do Ministério – é justamente implementar esse programa que veio já na discussão e já incorporado a muitas propostas do próprio do Ministério da Educação, como o Pacto da Alfabetização, que visa justamente colocar a universidade lá na escola, tem o mesmo princípio que está posto no PDE, lá no Paraná, que infelizmente está perdendo um pouco agora aquilo que nós propusemos na época, e os outros programas do Ministério da Educação, da Rede de Formação, que tem a universidade como nossa referência, fazendo um processo de formação lá na ponta, na escola, para que ele possa realmente fazer essa articulação e fazer desse professor um professor que pensa, um professor que a gente chama de sujeito epistêmico, ou seja, uma pessoa que pode produzir conhecimento, e não está ali como mecânico, simplesmente para refazer e transmitir saberes que

às vezes não têm muito sentido nem para ele, nem para os alunos.

Então, foi um programa intenso, que temos buscado incorporar, dentro do Ministério da Educação, às novas propostas de formação continuada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Profª Yvelise.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora, isso tem que funcionar com financiamento bem claro. Nós acompanhamos isso com um livro didático feito pelo magistério, um livro dialético. Todo ano era modificado, discutido com os professores da universidade e os professores da nossa rede. Virou política de Estado. Veio junto com a obrigação constitucional de investir 30% na educação do Paraná. Quer dizer, viabilizamos o financiamento. Mas a gente tinha que... E aí eu estou com você, Gilmar: tem que pegar isso por inteiro, jogar pesado. Tem que ter dinheiro mesmo.

Agora, vocês vejam bem – vai a crítica ao Senado da República: se nós levantarmos a fantasia dos 10% do PIB, nós vamos ter gente fazendo discurso no plenário, mas, para discutir uma proposta e a viabilização dela, estou eu e o Randolfe aqui, na Comissão, por uma série de circunstâncias, inclusive de haver 30 comissões se reunindo ao mesmo tempo. Nós não estamos levando a sério. São bandeiras que funcionam mais do ponto de vista eleitoral: 10% do PIB para educação! Isso é uma sinalização que não significa rigorosa e absolutamente nada, porque ela não está dentro do Orçamento e acaba sendo pretexto para não pôr dinheiro no orçamento da educação.

Agora, temos oportunidade do pré-sal, e podemos colocar, no Senado, Senador, a metade das tais emendas constitucionais para saúde e educação, mas V. Exª sabe que esse dinheiro do pré-sal é dividendo do fundo e isso vai funcionar daqui a 12, 15 anos. Então, nós não estamos enfrentando o problema.

Agora, preservo a boa intenção do Blairo. Ele pelo menos reconheceu que a formação de professores está ruim e tentou colocar uma residência, que é a proposta que se coloca para a Medicina e até para o SUS. Mas eu concordo com você que não resolve nada. Formação de professor é uma formação continuada, como é na Finlândia, como nós começamos a fazer no Paraná, e tem de ser política de Estado. As nossas universidades, Senadora Ana Amélia, foram ampliadas fisicamente para poder funcionar esse programa, para que ninguém dissesse: “Não tem espaço.” Foram construídas salas de aula e departamentos, com equipamentos, computadores. Abrimos concursos para professores que iam ter a tarefa específica na formação. Eu queria trazer essa experiência para o Senado,

para o Congresso Nacional, mas eu não consegui, porque as bandeiras foram a do PIB, a do pré-sal e outras bandeiras que não passam, lamentavelmente, de bandeiras. Elas não estão amarradas em dinheiro, não estão amarradas numa mudança concreta da legislação, não estão amarradas em metas, como as metas que foram estabelecidas no nosso plano, que, aliás, foi montado por mim e pelo Darcy Ribeiro, na época em que eu presidia, no meu primeiro mandato, a Comissão de Educação. Sem amarração, sem dinheiro, sem projeto específico, sem o como fazer estabelecido em lei, nós não vamos a lugar algum.

Conclusão: a intenção dessa proposta do Blairo é maravilhosa, a consequência é nula.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião, pela avaliação crítica das mazelas que vivemos nesta Casa para encaminhar propostas que têm um grande objetivo, que é o de melhorar exatamente o padrão e a qualidade da educação em nosso País, valorizando os agentes e os protagonistas da educação, os professores e os servidores da educação, tendo como foco, preocupação e objetivo o dar ao aluno – a grande busca de qualidade é o aluno – uma educação como nós queremos todos. Então, isso apenas, nessas suas declarações, revela os nossos dilemas aqui, assim como também nas exposições feitas.

Eu queria aproveitar agora para agradecer novamente a atenção do Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Secretário de Educação do Município de Florianópolis; ao Danilo de Melo Souza, Secretário de Educação e Cultura do Estado de Tocantins, que representa aqui o Conselho de Secretários de Educação (Consed); a Yvelise Arco-Verde, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, da Secretaria de Educação Básica do MEC; a Helena Freitas, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope); e ao Gilmar Soares Ferreira, que é Secretário de Formação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Agradeço a disponibilidade do Danilo de oferecer, em 15 dias, algumas sugestões e também a iniciativa da Yvelise de manter contato com a Capes e a Secretaria de Ensino Superior para enriquecer a relatoria do Senador Cyro Miranda.

Esta reunião foi convocada na forma de audiência pública atendendo ao requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues para a realização deste debate, instruindo o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para

instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica.

Não havendo mais nada a tratar, renovo os agradecimentos em nome do Presidente desta Comissão, Senador Cyro Miranda. Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2013.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia três de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Kátia Abreu, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima e João Vicente Claudino, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, José Agripino e Gim. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a cerimônia de formatura dos estudantes do SENAI e SENAC em cursos ofertados pelo PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, a ser realizada no dia de hoje, terça-feira, às 15h, na Serraria Souza Pinto – Av. Assis Chateaubriand nº 809, Centro, Belo Horizonte – MG. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O Convite vai ao arquivo. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (ver Item 11, Extra-Pauta). Logo após, a Presidência inicia a deliberação da pauta. Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2013, de

caráter não terminativo, de autoria dos Deputados Maria do Rosário, Aldo Rebelo, Beto Albuquerque, Carlos Eduardo Cadoca e Roberto Santiago, que “Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a votação do Item 1 da pauta, dos seguintes atletas representantes do Movimento Atletas pela Cidadania: Senhora Carmem de Oliveira, primeira brasileira a vencer a prova feminina da Corrida de São Silvestre, em 1995, e recordista sul-americana na Maratona de Boston, em 1994; Senhor Hudson de Souza, bicampeão nos 1500m nos Jogos Panamericanos, em 2003 e 2007, e tricampeão da Copa Ibero-americana nos 3000m, em 2000; e Senhor Ronaldo Costa, vencedor da Maratona de Berlim, em 1998, bronze nos Jogos Pan-americanos, em 1995, e vencedor da Corrida de São Silvestre, em 1994. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que “Regulamenta a duração do mandato dos Presidentes das Federações Estaduais de Futebol e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012 é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis, prejudicando o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2013, que tramita em conjunto e a emenda a ele apresentada. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2012, de cará-******

ter terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Alice Portugal, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher)”, que tramita em conjunto com os seguintes projetos: **Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática ‘História e Cultura Indígena Brasileira’, e dá outras providências”, **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges, que “Altera o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio”; **Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “Dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil”; **Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senado Jefferson Praia, que “Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia”; **Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina ‘Educação Financeira’ nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio)”; **Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino**************

fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania”; **Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio”; **Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Belini Meurer, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais”; **Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Níura Demarchi, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, assim como, os Projetos de Lei do Senado nº 31, nº 143, nº 155 e nº 371, de 2008; nº 171 e nº 279, de 2009; nº 95, nº 232 e nº 254, de 2010, que tramitam em conjunto, são rejeitados por 15 (quinze) votos. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador Wellington Dias, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, que “Cria a Comenda do Mérito Ambiental”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o parecer favorável é aprovado. **Item 10: Requerimento nº 50, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer “... nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Relações Exteriores (CRE), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde”. O Requerimento é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 49, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de homenagear a delegação brasileira vencedora da 11ª Copa do Mundo de Futebol Social, composta pelos jogadores Darlan Martins (Cantagalo, Rio de Janeiro, eleito o melhor jogador da competição), Vinícius Araújo (Rocinha, Rio de Janeiro), Douglas Batista (Jardim Ângela, São Paulo) e Robson Martins (Campo Limpo, São Paulo), além do técnico, Pupo Fernandes, e do presidente da Associação Brasileira de Futebol Social, Guilherme Araújo”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010 e Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Há número regimental. Declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Sr^s. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Senador Cristovam, V. Ex^a havia pedido para incluir extrapauta. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um requerimento e uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vamos ao requerimento extrapauta.

Submeto a inclusão extrapauta do requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, para realização de audiência pública.

As Sr^{as} Senadoras e os Sr^s. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Por gentileza, Senador Cristovam, queira ler o seu requerimento para votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É uma audiência para prestar homenagem a quatro jovens.

Primeiro quero dizer, Senador, que da mesma maneira que existe a Copa do Mundo da FIFA, há 22 anos existe uma Copa do Mundo dos Excluídos. É uma Copa onde os jogadores são escolhidos entre meninos de rua, moradores de rua, jovens, que treinam e são levados para um país e fazem uma Copa. Cinquenta e seis países, se eu não me engano, participam dessa Copa.

Em 2010, foi no Rio de Janeiro; este ano, foi na Polônia, e o Brasil ganhou. Inclusive o melhor jogador da Copa escolhido foi Darlan Martins, que é do Cantagalo, Rio de Janeiro; Vinícius de Araújo, da Rocinha, do Rio de Janeiro, foi o outro jogador; Douglas Batista, Jardim Ângela, São Paulo e Robson Martins, Campo Grande, São Paulo. Além disso, o técnico, Pupo Fernandes e o Presidente da Associação Brasileira de Futebol de Salão. Existe uma FIFA também deles. FIFA do futebol social – desculpem-me – e não de salão. E a minha proposta é no sentido de convidá-los a vir aqui para prestarmos uma homenagem. Eu acho que esses jovens merecem, sim, uma homenagem pelo esforço que fizeram e pela vitória que trouxeram para o País.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está em discussão o requerimento do Senador Cristovam Buarque para que sejam convidados os jogadores Darlan Martins, Vinícius Araújo, Douglas Batista e Robson Martins, além do técnico Pupo Fernandes e do Presidente da Associação Brasileira de Futebol Social, Guilherme Araújo.

As Sr^{as} Senadoras e os Sr^s. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos também requerimento em pauta; vamos aguardar a Senadora Ana Amélia.

Sobre a mesa, Projeto de Lei nº 200, de 2013 – terminativo, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 253 – terminativo, que passo a ler:

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

O Projeto de Lei nº 253 tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 200, de autoria do Senador Mário Couto.

Eu pediria a gentileza ao Senador Cristovam Buarque de ser o Relator *ad hoc* do item 1. Este Projeto de Lei, Senador, altera a Lei nº 9.615, de 24 de março, e institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, para fixar regras da reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes das entidades desportivas e é de autoria do Senador Cássio Cunha Lima que tramita em conjunto com o projeto do Senador Mário Couto, que vai na mesma direção.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, eu fico muito satisfeito em ser o Relator deste projeto, porque, Senador Cássio, eu tenho um projeto que põe que ninguém pode ser reeleito mais de uma vez: dirigente de futebol, líder sindical, presidente de sindicato, Deputado, Senador. Então, esse se situa na mesma linha, concentrando-se para os dirigentes de futebol.

Nós entendemos – eu vou direto à análise – que é da competência do Congresso Nacional legislar sobre desporto, nesse caso, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal.

A Lei nº 9.815, de 24 de março de 1998, que se pretende alterar, graças ao projeto do Senador Cássio, “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Quanto ao mérito, entendo que o PLS nº 253, de 2012, efetivamente, aperfeiçoa a disciplina legal do fun-

cionamento das entidades de direção do esporte em nosso País, e corresponde à sua necessária dimensão democrática, por atender tanto ao princípio republicano, ao estipular limites ao mandato e restrições à elegibilidade de parentes, como também à transparência que deve reger o funcionamento dessas instituições.

São essas as razões por que entendemos que a matéria é digna de encômios, pois corresponde ao mais legítimo interesse da sociedade brasileira. Por isso merece ser aprovada por esta Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Impõem-se tão somente pequenos ajustes visando o aperfeiçoar e facilitar a interpretação do dispositivo. Sendo assim, conveniente incluir na redação do art. 1º a vedação de repasses de recursos públicos para aquelas entidades que não atenderem aos requisitos estabelecidos nesta lei, bem como entender a vedação de recondução por dirigentes que já ultrapassaram o limite aqui estabelecido.

Do mesmo modo, necessário corrigir a data contida no art. 2º do PLS tendo em vista o período transcorrido desde a apresentação do projeto até aqui. É aconselhável que não se fixe expressamente nova data, tendo em vista as incertezas do processo legislativo, de quanto tempo será necessário até que esse projeto de lei vire lei. De outra parte, é aconselhável que a matéria lá contida seja norma transitória da própria proposição e não inserida na Lei nº 9.615, de 1998.

Quanto ao PLS nº 200, de 2013, resta igualmente meritório. Cuida-se, entretanto, de proposição cujo escopo normativo se restringe a um aspecto daquele que é normatizado pelo PLS nº 253, de 2012: enquanto o primeiro trata de todas as entidades esportivas, o segundo cinge-se àquelas de único desporto, o futebol. Assim, seu propósito encontra-se contemplado pelo disposto no Projeto de Lei nº 253, de 2012.

Com isso, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012, com a emenda apresentada e com a consideração e sugestão de ser declarado a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 200, de 2013.

Sr. Presidente, é este o parecer da Senadora Lídice da Mata, que eu tive a honra de ler.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Nós temos aqui nesta Comissão uma combinação, e alteramos o regime, de que quando o relator se ausenta, não vem por duas reuniões, na terceira nós nomeamos *ad hoc*. No entanto, a Senadora Lídice da Mata pediu que fosse dada a relatoria *ad hoc*.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cássio, V. Exª gostaria de fazer algumas considerações?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^o. Senadores, a proposta em discussão, de minha autoria, tem por objetivo criar regras que estabeleçam limites na reeleição de dirigentes de federações e confederações esportivas. Tive o cuidado de não personalizar nem parecer casuística a medida, concedendo um período de transição, exatamente para despersonalizar a iniciativa, mas atendendo a um comando da própria sociedade, em que federações diversas já adotaram essa regra, como é o caso da confederação de basquete e do próprio Comitê Paralímpico, de forma tal que estamos adequando à realidade das normas que vigoram para o sistema eleitoral brasileiro como um todo.

Há sempre o argumento contraditório, que são entidades privadas. Mas sabemos todos que muitas delas recebem, de forma direta ou indireta, recursos públicos. E mesmo aquelas que não recebem nenhum recurso público lidam com um dos maiores patrimônios e materiais do povo brasileiro, como é o exemplo claro do futebol.

Portanto, peço apoio aos meus pares à iniciativa, que tem o respaldo de atletas, de entidades, para que nós possamos aprimorar a nossa legislação, respeitando os mandatários atuais, mas, no futuro próximo, criando regras, impedindo a perpetuação de personalidades à frente de federações e confederações de esportes, de uma forma geral, em nosso País.

É esse o objetivo da minha propositura ora em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cunha Lima.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós temos que fazer a diferença entre as entidades que têm proprietário e as que têm dirigente. O proprietário é dono, aí, não temos que limitar nada do ponto de vista de prazo. Ele passa para os herdeiros, inclusive, sem nenhum problema. Mas quando se trata de dirigente de entidade, mesmo que não financiada pelo Governo, mas é entidade de interesse público, creio que devemos ter normas nacionais que regulamentem. E uma delas, muito boa, é essa apresentada pelo Senador Cássio: limitar o tempo de duração para evitar o que hoje a gente sabe que há por aí, que é a cartolagem, não só nos esportes, mas até em outras entidades, que merecem ser analisadas de forma a serem democratizadas.

Por isso, eu fiquei feliz ao ler o parecer que deu a Senadora Lídice, que tem o espírito do que eu teria feito se fosse o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Buarque.

Foi muito feliz o Senador Cássio Cunha Lima, quando coloca isso em igualdade com as outras leis já vigentes, inclusive a Lei Eleitoral e as demais. Quer dizer, não é justo que uma coisa que não é de propriedade privada seja tratada de um modo diferente.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Enquanto aguardo o quórum, eu sobrestarei a discussão.

Acredito que, dentro de mais 10 ou 15 minutos, nós deveremos ter quórum.

Aproveitando a presença do Senador Cássio Cunha Lima, passo ao item 6, de relatoria de S. Ex^a:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Com a palavra, o nobre Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Cyro Miranda, mais uma vez faço minha saudação aos meus pares, Senadoras e Senadores.

Passo à leitura do relatório.

Vem à apreciação desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2012 (Projeto de Lei nº 3.044, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Sandes Júnior.

O projeto em exame obriga os sistemas de ensino, de todos os entes federados responsáveis pela oferta de educação básica, a criar e manter bibliotecas escolares em todas as escolas públicas, além de provê-las com profissionais capacitados, no prazo de cinco anos a contar da publicação da lei em que se transformar. Para tanto, a proposição acrescenta os arts. 27-A e 27-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional.

Para justificar a iniciativa, o autor argumenta que o acesso a bons livros, além de formar o hábito e o gosto pela leitura, está na base da construção de horizontes que extrapolam as referências pessoais dos alunos. Assim, complementa, é preciso universalizar as bibliotecas escolares.

Examinada em decisão terminativa no âmbito desta Comissão, a proposição não recebeu emendas.

Passo à análise.

De acordo com o art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar as matérias de natureza educacional, como é o caso do objeto da proposição em exame. Ademais, respeitando o disposto no art. 91, § 1º, do citado diploma legal, a manifestação desta Comissão será terminativa, a exigir, portanto, análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No que respeita ao exame de constitucionalidade do projeto, o Congresso Nacional está legitimado a dispor sobre matérias sujeitas à competência legislativa da União, conforme disposto no art. 48, *caput*, da Constituição Federal. Enquadram-se, pois, entre essas, as proposições que digam respeito a diretrizes e bases da educação nacional, haja vista a previsão do art. 22, inciso XXIV, da Carta Magna.

As bibliotecas escolares constituem importante recurso auxiliar ao aprendizado e à consolidação do conhecimento acadêmico e geral, e ao cabo, para o exercício da cidadania. Além disso, para muitos estudantes de nossas escolas públicas de educação básica, essas bibliotecas constituem um dos poucos meios de contato com a leitura fora do ambiente de sala de aula.

Em adição, cabe destacar a preocupação do projeto com a disponibilidade de profissionais com formação adequada para gerir esses equipamentos. Trata-se de medida indispensável para imprimir efetividade à finalidade das bibliotecas. Igualmente, é crucial para a qualificação das obras oferecidas ao alunado e à orientação de leitura e estudo.

Sendo assim, no mérito, o projeto é digno de ratificação por esta Casa Legislativa. Todavia, cumpre-nos questionar alguns pontos da iniciativa.

Uma dificuldade visível para implementação da inovação está associada ao custo e à contratação quanto à indisponibilidade de bibliotecários. Igualmente crítica é disponibilidade desses profissionais em quantitativo suficiente para prover as mais de cem mil escolas rurais de pequeno porte em funcionamento no País.

Para contornar tal limitação, o projeto condiciona a efetivação da medida atinente ao recrutamento de bibliotecários aos meios (orçamentários e financeiros,

decerto incluídos) disponíveis nos sistemas de ensino. A nosso juízo, esse problema poderia ser parcialmente contornado com a previsão, no mesmo dispositivo, de agrupamento de unidades escolares sob responsabilidade de um mesmo profissional. Entretanto, a atuação dos bibliotecários como mediadores entre alunos e a literatura, consoante disposição do § 2º do art. 27-B, exige presença constante do profissional na escola. A par disso, será imprescindível, em muitos casos, harmonizar os dois dispositivos.

A propósito dessa mediação, impõe-se ponderar a capacitação dos bibliotecários para a tarefa. É que os egressos dos cursos de graduação em Biblioteconomia têm se tornado cada vez mais gestores de informação. Sob esse prisma, é indiscutível sua contribuição à organização e gestão das bibliotecas, no entanto, a formação recebida na universidade em geral não está voltada para a missão de formação de leitores.

Esse é um problema que o Senador Cristovam discute permanentemente nesta Comissão e que procuro destacar também no aspecto específico das bibliotecas.

Não bastasse isso, a medida desconsidera o conjunto de profissionais da educação propriamente ditos que já atua no mister da mediação entre alunos e a leitura: “professores readaptados” e “técnicos em biblioteconomia e multimeios didáticos”. Assinale-se, ainda, que o Ministério da Educação desenvolve programa de formação em nível médio de tais técnicos, com competência explícita para orientar as leituras dos alunos.

Ainda em relação ao mérito, cumpre lembrar que, por mandamento constitucional, a educação constitui dever do Estado. Sendo assim, parece-nos inadmissível que a medida não alcance as escolas particulares, as quais só atuam no ensino mediante permissão ou supervisão do Poder Público. Por essa razão, corrigimos essa falta na emenda substitutiva que ora oferecemos ao projeto.

A propósito, realocamos a obrigação de criação de bibliotecas para os dispositivos da LDB atinentes às competências e atribuições dos entes federados em matéria educacional, excluindo o conteúdo dos mencionados §§ 1º e 2º do art. 27-B do projeto. Por oportuno, incluímos no substitutivo prazo de três anos, que reputamos razoável, para a implementação da mudança.

Com essas modificações, cremos ampliar o mérito da proposição e torná-la mais adequada em relação aos aspectos de juridicidade e técnica legislativa, de modo a nada restar a obstar o seu trâmite e a sua aprovação.

Passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012 (Projeto de Lei nº 3.044, de 2008, na origem), com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CE

(Ao PLC nº 28, de 2012)

Suprima-se os §§ 1º e 2º do art. 27-B acrescentado à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012.

A emenda está devidamente publicada no avulso, Sr. Presidente. São estes o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima. Eu o parabeno pelo seu relatório, principalmente pela emenda que V. Exª coloca, pois eu estava preocupado, ao ler aqui que as escolas particulares não teriam a mesma obrigatoriedade. Com isso, o senhor as inclui e também valoriza e estimula a profissão do bibliotecário, que hoje está praticamente esquecida, diminuindo dia a dia, e ainda dá oportunidade para que isso se estabeleça no prazo de cinco anos, ou seja, ninguém pode dizer que não é exequível.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cristovam, sem objeções?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sem nenhum problema, apenas quero apoiar a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, sobresto a discussão, aguardando quórum. Faltam três Senadores. Vamos ver se, com sorte, conseguimos atingir o quórum para que possamos fazer a votação nominal dos terminativos.

Passo ao item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

Autoria: Deputada Maria do Rosário e outros

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável.

Observações: 1- Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com muito prazer, concedo a palavra ao nobre Senador e também grande educador Paulo Bauer para que relate o projeto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero mencionar que não é sempre que a gente relata um projeto número um do ano, que é o caso deste da Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Diz o Senador Cássio Cunha Lima que só tem um mesmo. *(Risos.)*

Mas é, sem dúvida nenhuma, um projeto muito importante e que tem relevância especial para o Estado de Santa Catarina, onde existe um sistema universitário comunitário muito expressivo, muito vigoroso, que há muitos anos presta relevantes serviços para a sociedade e para a educação de Santa Catarina.

Também é bom mencionar que o mesmo modelo existe, mas em tamanho reduzido, no Estado do Rio Grande do Sul.

Apresento o relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 1, de 2013, de autoria da Deputada Maria do Rô-sário e de outros 17 Deputados.

O objetivo da proposição é instituir um marco regulatório específico para as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Para tanto, os 14 artigos do PLC são dispostos em três capítulos. O capítulo 1, que abrange os arts. 1º a 5º, trata da definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias de educação superior.

A definição das ICES engloba as seguintes características: constituição como associações ou fundações de personalidade jurídica de direito privado, inclusive quando instituídas pelo Poder Público; patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou do Poder Público; finalidade não lucrativa, atendendo aos requisitos de não distribuir parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, de aplicar integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades e de manter sua contabilidade devidamente escriturada; garantia de transparência administrativa e destinação do patrimônio a instituição congênere, em caso de extinção.

Entre as prerrogativas estabelecidas pelo projeto para as ICES, destacam-se: acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento dirigidos a instituições públicas; recebimento de recursos orçamentários do Poder Público para o desenvolvimento de atividades de interesse público; direito de apresentar proposta de prestação de serviço público quando o Estado pretender ampliar ou oferecer novo serviço, de modo alternativo à provisão direta por entidades estatais e desenvolvi-

mento de parcerias com órgãos públicos para a oferta conjunta de serviços públicos.

Adicionalmente, o projeto condiciona a qualificação como ICES a demonstrações contábeis, gestão transparente e existência de conselho fiscal.

Nos arts. 4º e 5º, a proposição dispõe sobre os procedimentos administrativos junto ao Ministério da Educação para a obtenção da qualificação como “comunitária” pelas instituições de ensino superior que cumpram com os requisitos estabelecidos na definição.

Do art. 6º ao 9º, o PLC trata do chamado (abro aspas) “termo de parceria” (fecho aspas), instrumento jurídico concebido para operacionalizar a cooperação entre o Poder Público e as ICES.

Os arts. 10 a 14 contêm as disposições finais. Resaltamos, nesse capítulo, o art. 12, que veda às ICES o financiamento de campanhas político-partidárias ou eleitorais, e o art. 13, dispositivo que prevê que as instituições criadas por lei estadual ou municipal antes da Constituição de 1988, de que trata o art. 242 da Carta, sejam consideradas mantidas pelos entes instituidores, assegurando a esses entes o produto do Imposto de Renda incidente sobre suas folhas de pagamento.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado em caráter conclusivo pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, a matéria foi distribuída à CE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 1, de 2013, que recebeu, ainda, moção de apoio encaminhada pela Câmara Municipal de Chapecó, no Estado de Santa Catarina.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de instituições educativas e culturais, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros assuntos correlatos. Desse modo, a análise sobre o mérito do PLC nº 1, de 2013, respeita as competências regimentalmente atribuídas a este colegiado.

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, por sua vez, serão apreciados no âmbito da CCJ, conforme dispõe o art. 101 do RISF.

O PLC em comento originou-se de ampla mobilização protagonizada pelas entidades representativas do segmento comunitário, tais como a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), a Associação Catarinense das Fundações

Educacionais (Acafe), a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee).

No cerne desse movimento, encontra-se a justa reivindicação do setor pela definição de um marco legal específico, que reconheça suas particularidades e sua contribuição para a educação superior no País, superando a dicotomia público-privada adotada atualmente na legislação.

É preciso situar a análise do projeto no contexto fático e jurídico da educação superior brasileira, para compreender sua importância.

O surgimento das instituições comunitárias remonta à década de 1930, com a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nas décadas seguintes, foram inauguradas diversas instituições de ensino superior impulsionadas pela sociedade civil, especialmente comunidades religiosas católicas e evangélicas associadas ao Poder Público local, em particular nos Estados da Região Sul. Essas instituições suprimam, em grande parte, a ausência do Estado na oferta de educação superior nessas localidades, mormente no interior, e hoje estão presentes também nas demais regiões do País.

A Constituição Federal, no art. 213, reconheceu a existência do setor educacional comunitário, juntamente com o setor confessional ou filantrópico, permitindo-lhes a destinação de recursos públicos, desde que comprovem finalidade não lucrativa, apliquem seus excedentes financeiros em educação e assegurem a destinação de seu patrimônio à outra instituição congênera ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

O art. 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a seu turno, classifica as instituições de ensino mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado em particulares, em sentido estrito; comunitárias; confessionais e filantrópicas. Nos termos da LDB, as instituições de ensino comunitárias são aquelas constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

Assim, o segmento comunitário da educação, segundo a LDB, integra o setor educacional privado. Não obstante, existem diferenças importantes entre as instituições desse segmento e as instituições de ensino particulares, em sentido estrito. Em primeiro lugar, destaca-se a finalidade não lucrativa das ICES. Além disso, a gestão das ICES é regida por práticas participativas de deliberação colegiada. Finalmente, sua motivação original, que ainda hoje perdura, é a

de suprir lacunas deixadas pelo Estado na oferta de educação superior.

Essas diferenças configuram as ICES, de maneira clara, como exemplo da categoria denominada “público não-estatal”, em que se encontram as organizações do terceiro setor. De fato, muitos dispositivos do projeto – inclusive a previsão de termo de parceria para disciplinar a cooperação com o Poder Público – foram diretamente inspirados na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP), que trata do terceiro setor.

Cumprе ressaltar que o reconhecimento do segmento comunitário como um grupo diferenciado e específico no conjunto dos provedores da educação superior privada não envolve uma novidade como proposta legislativa. O assunto chegou a constar do projeto de reforma universitária encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 2006, por meio do Projeto de Lei nº 7.200, daquele ano. Entretanto, como o projeto não avançou na Câmara dos Deputados, o tema quedou pendente de regulamentação.

Sabemos que alguns dispositivos da proposição, por definirem uma série de atribuições específicas e normas procedimentais para o MEC, deverão ter sua constitucionalidade detidamente examinada na CCJ. Não obstante, do ponto de vista do mérito educacional, não temos dúvidas sobre a relevância do projeto e do reconhecimento que ele traz para a educação superior comunitária.

Acrescento ainda, Sr. Presidente – não consta do relatório – a minha manifestação de aplauso à Deputada Maria do Rosário, hoje Ministra de Estado, que foi autora da proposta, interpretando o sentimento e o desejo das instituições e de suas entidades representativas.

É importante adicionar que pude discutir este projeto com o Ministério da Educação em todos os seus níveis. É preciso mencionar o esforço e o apoio do Secretário Executivo do Ministério, o Dr. Paim, que contribuiu muito para que houvesse dentro do Ministério a compreensão e o apoio necessários a este projeto no mérito que ele precisa alcançar em termos de análise educacional.

Claro que esperamos que a CCJ aprove. Eu também devo dizer a V. Ex^a e a todos os pares que em Santa Catarina, onde temos o maior número de estudantes universitários *per capita* do Brasil, nós devemos este fato e esta condição principalmente às instituições comunitárias, criadas por lei municipal, que funcionam há mais de 30 anos em alguns lugares, outras são mais recentes, que efetivamente prestam um serviço relevante, com um detalhe: todo aluno paga para estudar nessa instituição. Agora, o que não é concebível e aceitável é que uma instituição comunitária, que não depende

do Governo para funcionar, que cobra do aluno que paga com empenho – claro, muitas vezes favorecido por programas públicos de bolsa e tudo mais – não possa realizar convênios e receber recursos públicos para prestar serviços ao próprio Governo em condições muito favoráveis, com custos muito inferiores e com qualidade maior.

Por isso, o meu voto, Sr. Presidente, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2013, que tem na origem o nº 7.639, de 2010.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Parabéns, Senador Paulo Bauer, pela acuidade e pela minúcia do seu relatório.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, sou filha da PUC, no bom sentido, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que foi a primeira instituição que teve e continua tendo um papel relevante na formação acadêmica de gaúchos e gaúchas ao longo do tempo.

No meu Estado, as universidades de ensino superior, chamadas comunitárias, floresceram graças a uma união e a uma parceria muito especial e solidária até, da comunidade, dos líderes, sejam eles da área acadêmica, política ou profissional, para suprir a falha a que o Estado não conseguia atender na área do ensino superior. Nós temos áreas de excelência em praticamente todo o Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, do Senador Paulo Bauer, não é diferente. Recentemente, o Governo, com muita acuidade, com muita atenção criou um programa substituindo algumas dívidas por bolsas de estudo nessas universidades. Foi uma iniciativa importante, porque elas têm as responsabilidades, e essa substituição acabou assegurando às universidades comunitárias a abertura de um número muito grande de vagas para estudantes carentes.

Então, penso que a iniciativa de criar as condições de um marco regulatório para esse setor... Queria saudar aqui também o Secretário Executivo da Abruc (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), José Carlos Aguilhera e também o Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade de Santa Cruz do Sul, no meu Estado, o João Pedro Schmidt, que também, claro, têm interesse e apoiam a iniciativa.

Então, claro, esta é uma Casa democrática e penso que se pode aprovar. Não é terminativo aqui, ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça, mas eu queria expressar esse ponto de vista. Aliás, quero

dizer que só estudei porque tive bolsa de estudos na Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na faculdade de Comunicação Social que eu fiz, não vou dizer quando para não ficar parecendo aqui que sou uma Senadora do passado.

Muito obrigada, Presidente.

Parabéns ao Relator, Paulo Bauer e ao autor do projeto!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com certeza, não foi num passado muito distante, Senadora Ana Amélia.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, como não é terminativo, coloco-o em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que concordam com o projeto de lei permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

A matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como terminativa.

Temos quórum, vamos trancar as portas para que possamos votar pelo menos os terminativos.

Eu gostaria de registrar as presenças dos atletas Carmem de Oliveira, representante da associação Atletas pelo Brasil; Hudson de Souza, representante da associação Atletas pelo Brasil; e Ronaldo Costa, representante da associação Atletas pelo Brasil. Os senhores sejam muito bem-vindos!

Vamos colocar em votação o item 1, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, e como Relator *ad hoc*, o Senador Cristovam Buarque.

Favorável ao presente projeto, com a emenda oferecida, e pela prejudicialidade do PLS nº 200, de 2013, e da emenda a ele apresentada pelo Senador Cristovam Buarque, que tramita em conjunto.

A matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Voto conhecido, porque ao ler o parecer da Senadora Lídice eu estava de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, com o Relator, parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cássio Cunha Lima, autor, voto conhecido. Aliás, não pode votar, mas é conhecidíssimo.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Por unanimidade, aprovado.

Pergunto as Sr^{as} e aos Sr^s. Senadores se mantêm o voto à emenda? (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos ao item 6, que já foi lido:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 28, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cássio Cunha Lima, voto conhecido.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada.

Temos mais duas matérias terminativas.

Item 8, normal, não é em conjunto, aliás, já foi lido na reunião de 27/08/2013:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 291, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Bancada de Aracaju presente.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, parabenizando o autor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha Lima?

Voto conhecido. E obrigado pelo relatório.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada.

Vai ao turno suplementar:

ITEM 9

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 254, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela rejeição do presente projeto e do PLC nº 171, de 2009; do PLS nºs 31,143, 155, 371, de 2008; 279, de 2009; 95, 232 e 254, de 2010, que tramitam em conjunto.

Observações: Na reunião do dia 27/8/2013, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Encerrada a discussão. *(Pausa.)*

A matéria está em votação.

Quem vota com a Relatora vota pela rejeição do projeto.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*
Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.
Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está rejeitada.

Temos agora o item 5, do Senador Valdir Raupp.
Matéria não terminativa:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2013 – Complementar – Não Terminativo –

Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundeb.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário.

2- A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/08/13.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{es}. Senadores, o art. 1º do PLS explicita que a alteração se dará por meio de modificação no supracitado artigo da LRF, enquanto o art. 2º da propositura dispõe sobre a cláusula de vigência.

A justificação se pauta por explicar o impasse vivido pelos Estados, Municípios e Distrito Federal para cumprir os dispositivos de três leis – a LRF –, que impõe rígidos limites aos gastos com pessoal e severas penas aos que os infringirem; a Lei nº 11.494, de 2007, que regulamenta o Fundeb, financiando todas as novas matrículas na educação básica e priorizando o pagamento dos profissionais do magistério; e a Lei nº 11.738, de 2008, conhecida como a Lei do Piso dos Professores, que lhes garante ganhos salariais reais a cada ano. Tentando superar o impasse, a proposição exclui as despesas ao abrigo das últimas duas leis do câmputo de despesas com pessoal.

Nesse sentido, somos de parecer totalmente favorável ao mérito do projeto, principalmente por enfrentar o problema e contribuir para que outras pseudossoluções (como a terceirização de serviços educacionais) não prosperem no campo educativo.

No tocante à redação do projeto, são necessários dois reparos: (I) na ementa, para grafar, por extenso, o nome do fundo a que se refere à sigla “Fundeb”; e (II), no inciso que se propõe acrescentar, para substituir “junho” por “julho”, este o nome correto do mês de publicação da Lei nº 11.738, de 2008, e para eliminar uma crase.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013 – Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1– CE (DE REDAÇÃO)

(Ao PLS nº 14, de 2013 – Complementar)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013 – Complementar:

Acrescenta o inciso VII ao §1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

EMENDA Nº 2– CE (DE REDAÇÃO)

(Ao PLS nº 14, de 2013 – Complementar)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VII do § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2013 – Complementar:

VII – as despesas com pagamento de professores, destinadas ao cumprimento do disposto na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e realizadas com recursos oriundos das transferências a que se refere a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, só por conta dos limites de pagamento – o projeto mexe com a Lei de Responsabilidade Fiscal –, eu gostaria apenas de pedir vista do processo antes da votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vista concedida ao Senador Wellington Dias, por cinco dias.

O projeto volta à pauta na próxima semana.

Eu tenho aqui o item 7, e eu pediria ao Senador João Claudino que seja Relator *ad hoc*. É matéria não terminativa:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 188, DE 2008

– Não Terminativo –

Cria a Comenda do Mérito Ambiental.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Inácio Arruda

S. Ex^a abre mão da relatoria para o Senador João Vicente Claudino.

A matéria é terminativa no Plenário.

Indico o Senador João Claudino, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Sr^s. Senadores, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 188, de 2008 (Projeto de Lei nº 6.608, de 2006, na Câmara dos Deputados), do Deputado Bernardo Ariston, que cria a Comenda do Mérito Ambiental.

A proposição é composta de dois artigos. Pelo primeiro, cria a Comenda do Mérito Ambiental, a ser concedida anualmente a pessoas naturais ou jurídicas que se tenham destacado por ações em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O parágrafo único do referido artigo determina que os critérios para a concessão da Comenda serão estabelecidos em regulamento.

Pelo art. 2º, a proposição determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à proposição. Análise.

Em primeiro lugar, trata-se de matéria de competência legislativa concorrente, nos termos do disposto no art. 24, VI, da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48 da CF), sendo legítima, portanto, a iniciativa parlamentar sobre o tema.

Em segundo lugar, no aspecto material, o teor da proposição em exame não atenta contra qualquer norma constitucional. Tampouco se verifica vício de injuridicidade. Por fim, no que diz respeito à redação, a proposição está adequada ao que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que

dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O voto, Sr. Presidente, conforme o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador João Claudino, pela relatoria *ad hoc*.

Coloco em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai ser terminativa no plenário.

Item 10:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Relações Exteriores (CRE), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Ex^{mo} Sr. Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Sr. Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Cyro Miranda, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, este requerimento já foi praticamente acordado na própria Comissão de Assuntos Sociais, com a presença de vários Líderes, como a Senadora Ana Rita, da Comissão de Direitos Humanos, e a do Senador Waldemir Moka, da Comissão de Assuntos Sociais, além do Senador Pedro Taques, que foi o requerente de uma audiência pública na CAE. Ele pediu a presença do Ministro Guido Mantega, mas prefiro centrar o

debate com as Comissões, que são várias, para termos uma economia de trabalho, em função de que o tema suscita, em algumas áreas, questionamentos, e precisamos de esclarecimentos.

Então, estou propondo essa audiência pública, que não é só da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas também das de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Relações Exteriores, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana de Saúde, para contratar coletivamente médicos de Cuba para o Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados o Ex^{mo} Ministro Alexandre Padilha, da Saúde, e o Sr. Joaquim Molina, representante do Brasil na Organização Pan-americana de Saúde.

Como foi discutido ou polemizado na Casa, volto a enfatizar o porquê de Cuba. Não há outra natureza a não ser o fato de que é o único país em que há um acordo coletivo de trabalho. No caso da Argentina, da Espanha, de Portugal ou de outros países, não é um acordo país a país, que é exatamente o caso de Cuba. Então, precisamos fazer esse debate para termos os esclarecimentos necessários às dúvidas levantadas ao longo desse processo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, até por economia processual, unindo as seis Comissões que estão interrelacionadas.

O requerimento está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s. Senadores, estamos próximos do término desta reunião, e eu não poderia deixar de trazer uma palavra de felicitação a V. Ex^a e a toda a equipe desta Comissão. Simbolizo esse agradecimento na pessoa do Júlio e de todos os colaboradores, porque, depois de décadas de tentativas de discussão e, sobretudo, votação da matéria que foi aprovada há poucos instantes. Sob seu comando, sob sua liderança serena e firme, competente e diligente, conseguimos atender a um reclamo da sociedade brasileira, principalmente da comunidade desportiva

do nosso País, criando regras para a reeleição dos dirigentes esportivos, evitando que federações passem 40 anos, quatro décadas sob o mesmo comando. E foi graças ao tirocínio, à liderança, à competência, ao vigor, à dedicação, ao empenho e ao denodo que V. Ex^a tem desenvolvido à frente desta Comissão que conseguimos a vitória.

A matéria segue, agora, para a Câmara dos Deputados e lá, tenho certeza de que os representantes do povo brasileiro haverão de analisar com a presteza e a agilidade necessária.

Eu não gostaria de sair daqui hoje sem trazer essa palavra de felicitação, esse abraço reconhecido, extensivo que é também à Relatora, Lídice da Mata, que, mesmo não estando presente, cumprindo missão oficial, designou o Senador Valadares para que pudesse desempenhar a função, como o fez o Senador Cristovam Buarque, de forma que estamos todos felizes e côncios das nossas obrigações cumpridas.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cássio Cunha Lima pelas palavras e pela bondade que tem para com este Presidente, mas quem tem que agradecer somos todos nós desta Comissão e, em particular, o Congresso Nacional, pela sua obra – essa autoria de V. Ex^a, que vem realmente resgatar um hiato que nós temos nesse ponto legislativo, deixando à deriva totalmente esse ponto que aqui foi colocado, inclusive por V. Ex^a, que não é uma matéria de cunho particular. Isso não tem dono. Isso realmente tem muitos donos, e é da maior importância para o País. Parabéns pela sua autoria, mais uma vez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, da mesma forma, eu gostaria de fazer aqui um triplo reconhecimento. Primeiro, ao autor da matéria, o Senador Cássio Cunha Lima; depois, à Senadora Lídice e a V. Ex^a, por terem pautado essa matéria aqui nesta Comissão.

Presidente, Senador Cássio, o Brasil tem dois patrimônios. Eu fui Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que cuidou do trato de um desses patrimônios, que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito que cuidou do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Ela cuidou do trato de um patrimônio, que foi o direito autoral. Um desses

patrimônios a que me refiro é a música popular brasileira. O outro patrimônio é o futebol brasileiro. São dois patrimônios, e eles são cuidados e tratados por entidades ditas, abre aspas, “entidades de direito privado”, fecha aspas. Se nós tivéssemos dimensão do que significa para o povo brasileiro o que é a música brasileira e o que é o futebol, talvez fosse necessário um cuidado maior para tratar desses dois patrimônios do povo brasileiro, que é a música brasileira e que é o futebol brasileiro.

Lamentavelmente, são dois patrimônios que têm sido muito maltratados. A música, no trato feito pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Nesse, o Senado deu uma belíssima contribuição aprovando o PLS nº 129. Ainda há muito a ser feito.

O outro é cuidado por uma entidade que é uma verdadeira caixa-preta. Se, em relação ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, nós conseguimos ainda colocar a mão para desbaratar a caixa-preta que lá está, no que tange à CBF, nós não conseguimos. Essa se tentou de todas as formas, mas isso é uma caixa-preta blindada de tudo quanto é jeito.

E V. Ex^a, Senador Cássio, com essa iniciativa, começa a colocar o dedo, a mão, nesse ninho de marimbondos. Começa a desbaratar esse esquema que está lá montado. Não é só no âmbito da Confederação Brasileira de Futebol. É no âmbito das federações. O que mantém a Confederação Brasileira de Futebol são os esquemas das federações estaduais de futebol.

Não é possível um País como o nosso, um País que, no futebol, é pentacampeão mundial, um País que participou de todos os certames mundiais de futebol até hoje, um País que, se o futebol foi trazido para cá pelo Charles Muller e foi inventado pelos ingleses, não tem canto que joga tão bem esse esporte tido pelos pés quanto aqui. Imagina se esse esporte, que nós jogamos tão bem, fosse tão bem administrado e não houvesse tanta corrupção, quanto é jogado pelos atletas que aqui temos.

Então, nós temos que ter coragem de desbaratar os esquemas que há no futebol brasileiro. E V. Ex^a, com essa iniciativa, dá um passo importantíssimo, Senador Cássio. Eu não poderia deixar terminar esta reunião importantíssima da Comissão, sem fazer o registro da coragem que V. Ex^a teve e da disposição que o Presidente teve de pautar essa iniciativa legislativa que fixa que, pelo menos, põe um limite, dá um freio de arrumação. Impedir a reeleição dos dirigentes dessas federações já é um freio de arrumação. Vamos agora dar outros passos para desbaratar esses esquemas que existem no futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado Senador Randolfe pelas palavras, pela ponderação.

Agradecendo as presenças das Senadoras e dos Senadores que por aqui passaram no dia de hoje e desejando um bom-dia e uma boa semana de trabalho, eu encerro a presente reunião, convidando-os para a próxima terça-feira, no horário das 11 horas, para mais uma reunião deliberativa da nossa Comissão de Educação Cultura e Esporte.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater a exploração do gás natural de xisto, seus efeitos na política energética e na economia do setor, bem como o aspecto ambiental do método de extração por meio do fraturamento de rochas e injeção de águas e produtos químicos no subsolo, em atendimento aos Requerimentos nº 31/2013, de autoria do Senador Luiz Henrique, e nº 42/2013, de autoria do Senador Delcídio

do Amaral. Comparecem como convidados: Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia – MME; Flávio Soares do Nascimento, Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA; Antônio Guimarães, Secretário Executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Sílvio Jablonski, Chefe de Gabinete da Agência Nacional do Petróleo; e Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, concedendo, a seguir, a palavra aos convidados para exposição pelo prazo de dez minutos. Após, usam da palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana para apresentação de perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência encerra a presente reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 27/08/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

No momento oportuno, farei a votação.

A presente reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, atendendo aos Requerimentos nºs 31 e 42, de 2013, de autoria Luiz Henrique e Delcídio do Amaral, respectivamente, destinados a debater a exploração do gás de xisto e seus efeitos na política energética e na economia do setor, bem como os aspectos ambientais do método de extração por meio do fraturamento de rochas e injeção de água e produtos químicos no subsolo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, foram aprovados nesta Comissão,

no dia 11 de junho de 2013, os Requerimentos nºs 31 e 42 de 2013 do Eminentíssimo Senador Luiz Henrique da Silveira, solicitando audiência pública com a proposta de debater a exploração de xisto.

Em seu requerimento, o senador explica que: “Tendo em vista que os Estados Unidos estão extraindo gás natural de xisto pelo sistema de fraturamento (*fracking*) e obtendo o produto ao custo de 20% do que o oferecido no País; e tendo em vista que o *fracking* é feito pela injeção de bilhões de litros de água, misturada a produtos químicos a profundidades superiores a mil metros; e tendo em vista que a nova realidade do gás norte-americano poderá afetar, ainda mais, a competitividade da indústria nacional, sobretudo da cerâmica, metalurgia, petroquímica e têxtil, que são intensivas no uso desse combustível fóssil”.

Foram convidados para a discutir o assunto o Sr. Alvaro Toubes Prata – Secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Dr. Silvio Jablonski, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Sr. Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL); Sr. Antonio Carlos Migliari Guimarães, Secretário de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP); Sr. Clayton de Souza Pontes, representante do Ministério de Minas e Energia; Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente.

O gás de xisto, também conhecido como *shale gas* ou gás não convencional, está prestes a começar a ser explorado no Brasil. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) marcou para outubro o primeiro leilão de blocos de gás, no entanto tal exploração está longe de ser consenso no que diz respeito a custo/benefício para o Brasil.

O gás xisto se encontra em formações sedimentares de baixa permeabilidade e, diferentemente do gás convencional, que migra das rochas onde foi formado para rochas reservatórios, este gás fica aprisionado. Essa característica inviabilizou por muito tempo a extração desse gás, visto que não havia tecnologias capazes de retirá-lo de dentro das formações de xisto.

Esse paradigma foi quebrado com a técnica de perfuração horizontal dos poços e o advento do fraturamento hidráulico, processo esse que consiste em bombear, sob alta pressão, uma mistura de água e areia junto com outros produtos químicos no poço, a fim de fraturar as formações de xisto, permitindo a liberação do gás.

Na reportagem feita por Daniel Rittner ao Jornal Valor Econômico, o Secretário de Energia dos EUA,

Ernest Moniz, disse que a revolução do xisto muda a geopolítica do petróleo. Conforme a reportagem:

Há uma “revolução do xisto” em curso nos Estados Unidos: ela já despertou investimentos de US\$100 bilhões na indústria americana, derubou as tarifas do gás e promoveu a abertura de um milhão de postos de trabalho em meio à maior crise econômica do país desde 1929. E essa “revolução” tende a culminar em uma nova geopolítica do petróleo: com um aumento contínuo de sua produção, a América do Norte deverá alcançar sua independência energética, em aproximadamente uma década.

[Segundo Ernest Moniz:] *Seremos exportadores e importadores ao mesmo tempo, mas o resultado líquido poderá ser zero. [No dia 16 de agosto] [...] após um almoço com dezenas de empresários na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de reuniões com autoridades brasileiras, ele [o secretário] fez um relato detalhado das transformações energéticas em andamento no país que mais consome combustíveis fósseis no planeta [no caso, os Estados Unidos]. Com a exploração de recursos não convencionais, o preço do gás natural está hoje em US\$ 3,50 por milhão de BTU, menos da metade do que valia uma década atrás.*

Antigas usinas térmicas movidas a carvão, um insumo caro e poluente, estão sendo progressivamente substituídas por novas plantas que usam gás natural. E a indústria petroquímica vive um período de crescimento com a oferta de matérias-primas associadas ao gás de xisto.

As condições objetivas, incluindo tecnologia, infraestrutura de transporte, mercado consumidor e impactos ambientais, para exploração e consumo de gás de xisto no Brasil recomendam cautela.

O geólogo Olavo Coleta Junior, assessor da diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP), disse em entrevista ao Jornal Valor Econômico que estima em dez anos o prazo necessário para que o País venha a ter alguma produção do gás se forem realmente confirmadas perspectivas favoráveis em alguma das cinco bacias sedimentares mais promissoras.

Precisamos ficar alertas. O desconhecimento do Brasil nessa área é tamanho que até a estimativa de reservas recuperáveis mencionadas pela própria ANP e pelo BNDES foi feita pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos e por sua Agência Nacional de Energia, que já fazem pesquisa para a exploração do gás não convencional desde a década de 1970.

As reservas de xisto representam 10% do total de petróleo e 32% do gás disponível no planeta. A maior parte desse mineral está concentrada em poucos países. Dessa forma, não há como desconsiderar uma fonte de energia dessa magnitude para o desenvolvimento do Brasil, assim como não podemos desconsiderar o desconhecimento do impacto que ela pode causar!

O Brasil, na corrida para a exploração do xisto, precisa refletir sobre alguns pontos: uma das maiores reservas desse gás está na Bacia do Parecis em Mato Grosso, onde se formam duas grandes bacias hidrográficas, a Amazônica e a Platina; outra grande reserva está sob o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água do Brasil.

A grande questão é: qual o impacto que a exploração de xisto traria para essas áreas?

Não existem estudos científicos que comprovem a segurança dessa exploração. O mundo hoje está voltado para a busca de energia limpa.

Dessa forma, é preciso cautela e, mais do que tudo, é preciso conhecimento, mais estudos e comprovações de que o custo-benefício na exploração do xisto será satisfatório não só financeiramente, mas, principalmente, satisfatório à população, ao meio ambiente e ao Brasil como um todo.

Por esses motivos, estamos trazendo a esta Comissão técnicos especializados no assunto para definir e dirimir dúvidas e debater sobre o tema.

Convido para vir à Mesa o Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério das Minas e Energia, e tomar assento; o Sr. Flávio Soares do Nascimento, Especialista em Recursos da Agência Nacional de Águas – ANA; Dr. Antonio Guimarães, Secretário Executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Sr. Alvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Silvio Jablonski, Chefe do Gabinete da Agência Nacional de Petróleo – ANP; Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel.

Sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão de Meio Ambiente. Agradeço a presença do Senador Luiz Henrique entre nós.

Passarei a palavra, então, ao primeiro convidado para fazer uso da palavra, conforme a relação que aprovamos no Senado Federal.

Inicialmente, cada um terá 10 minutos para colocar seus pontos de vista, fazer sua explanação. Se houver necessidade de mais tempo, poderemos conceder mais cinco minutos. Também, na volta, na hora das perguntas das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, os senhores

terão tempo de recolocar ou de refazer algum ponto de vista, mas não iremos, de certa forma, interrompê-los no seu debate.

A campanha, depois do tempo programado, um minuto do término, toca automaticamente, independentemente do Presidente da Comissão.

Enfim, quero desejar a todos uma boa discussão. Digo eu que é uma discussão importante. É a primeira vez que, aqui no Senado Federal, se monta uma Mesa como esta para a discussão de um tema tão importante, que vem sendo pautado pelos jornais, pela mídia, pela área econômica do mundo, já que, nos Estados Unidos, se faz uma verdadeira revolução sobre esse assunto.

Então, penso que nós, brasileiros, não podemos ficar de fora desse assunto. Creio que um dos melhores ambientes para começarmos a debater é a Comissão de Meio Ambiente, já que a exploração desse tipo de gás, a forma de extração, obviamente tem impactos ambientais, e nós precisamos conhecê-los, saber quais são, de que tamanho são e como poderemos preveni-lo para o futuro, se é que existem problemas mais profundos, que não ainda foram aqui discutidos.

Então, concedo a palavra ao Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia.

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – Bom dia a todos! Bom dia, Senadores Blairo Maggi, Luiz Henrique e demais participantes da Mesa e da plateia.

Trabalho no Ministério, e buscaremos destacar os principais elementos que consideramos importantes para a política energética nacional e também para o desenvolvimento do País, lembrando aí da importância da responsabilidade em relação a esse tipo de recurso não convencional que se está iniciando aqui.

Bem, aqui temos a nossa curva de produção de petróleo e gás natural nos últimos treze, quatorze anos, contando com 2013. Podemos perceber aí o crescimento forte da nossa produção nesse período todo e, ao final, a partir de 2012, tivemos um aumento, certo descolamento da produção de gás natural, mantendo ela a tendência de crescimento, enquanto que a de petróleo, tivemos uma relativa redução.

Mais ou menos em 2008, tivemos uma insegurança no fornecimento do gás, com relação à importação da Bolívia, e o Governo tomou algumas iniciativas, chamadas de Plangás – Plano Nacional do Gás. Com isso, tivemos a entrada em produção de várias reservas de gás não associado, que está mantendo a tendência de crescimento.

Aqui, para oferta de gás natural, ao invés de termos aqui a nossa expectativa de produção a partir de reservas provadas, há a importação de gás, por meio

do gasoduto Brasil-Bolívia e, aqui, a possibilidade de importação por GNL.

Quer dizer, temos uma expectativa forte de manutenção do gás como importante elemento na nossa matriz energética. Nos estudos conduzidos pela EPE, vinculado ao Ministério das Minas e Energia, consideramos que é muito importante buscarmos, sempre aumentarmos a oferta desse energético, visando ao atendimento da geração termoeleétrica principalmente.

Como podemos ver aqui, toda essa parte aqui, a partir de 2013 até 2022, a nossa expectativa de aumento do uso do gás para outras demandas que não sejam termoeletricas. Aqui, temos a expectativa de contratos para fornecimento para geração termoeleétrica a gás e, em amarelo, as térmicas, que são as bicomcombustíveis.

Havendo necessidade de acionamento das térmicas, porque, uma vez que o (*ininteligível*) hidrológico é meio irregular – não temos controle –, é importante manter sempre disponibilidade desse recurso, que contribui diretamente para a base da matriz de energia elétrica.

Aqui, em preto, temos a expectativa de oferta total. Então, consideramos que o aumento da oferta de gás natural é muito importante para garantirmos essa questão da segurança energética.

Bem, dos recursos não convencionais, esse é um gráfico meio padrão, mostrando os tipos de acumulação. O que estamos buscando é essa rocha geradora. Nessa 22ª rodada, que, depois, o Silvio vai destacar, falar um pouco mais sobre a rodada, a nossa expectativa é que as empresas, ao invés de perfurarem, buscando atingir o gerador, ou o reservatório, que ficaria na rocha superior ao gerador, que eles deem continuidade às suas perfurações, atingindo a rocha geradora, de modo a permitir que possamos fazer uma efetiva avaliação do nosso potencial de recursos não convencionais de gás natural.

Então, a perfuração vai ter que atingir uma parte mais profunda do perfil sedimentar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Essa rocha geradora normalmente está abaixo de mil metros de profundidade?

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – A rocha geradora vai ter algumas características: vai ter que haver matéria orgânica, vai ser, em geral, um folhelho, podendo ser, às vezes, um carbonato, mas, em geral, ela vai estar mais profunda para permitir que ela tenha a pressão necessária, com a finalidade de contribuir para a geração do petróleo e também o tempo geológico necessário.

Esperamos que os tipos de recursos não convencionais, que são os mais comuns – areias betuminosas, xisto betuminoso. Em Irati, em São Mateus do Sul, no

Paraná, há um folhelho, é o folhelho Irati. Então, naquela parte ali, ele está ainda imaturo, não chegou a atingir a janela de geração. Por isso, ele tem que ser cozido no processo de extração do petróleo. Há óleo pesado e ultrapesado. Na Venezuela há muita reserva desse tipo de óleo. Aqui, a gente tem a expectativa de haver metano em minas de carvão. No Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina, há carvão. Seria possível fazer a prospecção desse gás nesse tipo de sedimento.

E temos o *tight gas* – temos a expectativa de que isso possa ocorrer aqui na bacia do São Francisco –, que é o gás aprisionado em sedimentos pouco permeáveis, e o *shale gas*, que também é um sedimento pouco permeável, que é um folhelho e ocorre principalmente na rocha geradora, numa posição um pouco mais profunda. A rocha, na história geológica dela, deve ter atingido essa profundidade de geração, colocando-se numa temperatura entre 80° e 130°, e isso garante que com o tempo geológico haja a liberação do hidrocarboneto.

Bem, aqui temos um mapa mostrando as principais bacias sedimentares, onde temos a expectativa de ocorrência de recursos não convencionais. O Silvio também deverá falar um pouco mais sobre isso aqui. Então, olhando aqui o potencial total, na expectativa, a quantidade de formações que a gente tem disponível chega a algo em torno de 14,6 trilhões de m³ de gás. É um volume considerável. As expectativas confirmando-se, a gente realmente teria uma grande quantidade de gás natural. Isso sem contar a Bacia Amazônica. Na 12ª rodada, a gente deve ter uns blocos aqui na bacia do Acre.

Bem, então, da parte do Governo, uma iniciativa que foi conduzida pela EBX, a empresa OGX, na bacia do Parnaíba, nós tivemos lá o desenvolvimento de umas reservas de gás, numa situação em que o volume não era suficiente para construir um gasoduto para exportar, para permitir que o gás pudesse ser liquefeito ou dar qualquer outro tipo de uso. Então ele instalou uma termelétrica. A gente imagina que esse tipo de solução possa ser dada para as diversas acumulações que sejam identificadas nas áreas que estão sendo colocadas em licitação. Você usa localmente o gás na geração termelétrica e pode com isso disponibilizar essa energia nas linhas de transmissão. Contribui para a segurança energética do País.

Então, nessa região nós temos diversos campos. Esse campo Gavião Real começou a produzir em janeiro. E temos vários campos em desenvolvimento, e alguns descobertos e em avaliação. Na 11ª rodada, todos os blocos ofertados nessa bacia foram arrematados, mostrando o interesse do empresariado, das

empresas de petróleo e gás, pela descoberta de gás nessa região.

Bem, aqui temos a nossa malha de linhas de transmissão e as bacias sedimentares, onde a gente mostra que qualquer dessas bacias, várias dessas bacias em que estão sendo...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CLAYTON DE SOUZA PONTES – ... ofertadas áreas, na 12ª rodada a gente vai ter condição de – com pouco investimento – fazer o aproveitamento desse recurso energético.

Aqui os principais folhelhos geradores da bacia do Parnaíba, São Francisco, Paraná, Parecis, e temos a bacia do Acre, que está fora da figura.

Bem, aqui, com relação à forma de aproveitamento desse recurso, você em geral faz uma perfuração e consegue com isso drenar uma grande área, diferentemente de uma exploração de recurso convencional, onde você teria que fazer várias perfurações, ou então teria que fazer poço horizontal.

Aqui a geometria dos poços. O pessoal vai falar um pouco mais depois.

Bem, aqui, só para discutir as características da exploração e da produção desse tipo de reservatório não convencional. Em geral, a fase de exploração convive também com as atividades de desenvolvimento, porque cada ponto que você identifique com características propícias, que sejam mais prolíferos, que são os chamados *sweet spots*, você vai buscar desenvolver aquele ponto e vai continuar a exploração do restante da área da sua concessão.

Então, isso aqui é um ponto que a gente buscará adequar no contrato para atender a essa especificidade do desenvolvimento dos recursos não convencionais.

Aqui é o processo de produção, relativamente parecido, só que a parte da estimulação, que é característica dos não convencionais, você tem, aqui, ela sendo usada intensivamente. Tenho certeza de que os colegas também vão dissertar sobre isso.

Então, se você só fizer uma perfuração e não estimular, você não vai produzir aquele recurso.

Com relação às questões ambientais, da nossa avaliação e da nossa decisão de buscar produzir a partir desses recursos não convencionais, a gente considera que a tecnologia atual, onde você busca fazer o revestimento dos aquíferos ou, então, de áreas que possam trazer danos aos aquíferos, como áreas que sejam mais salinas, você, tendo revestimento específico dessas áreas, você vai ter uma possibilidade de produzir, principalmente nessa profundidade, a cerca de mil a 3 mil metros de profundidade, com a segurança de que o fraturamento e a injeção de qualquer

fluido ocorram de forma controlada para não ter um dano ambiental.

E na nossa expectativa de desenvolvimento da produção, ele deverá ser licenciado em conjunto pelo Ibama, pelos Aemas... Essa discussão ainda está sendo conduzida no âmbito do Governo. E essas atividades, ocorrendo com a devida transparência, como a gente espera, a gente vai ter, desde o início do desenvolvimento dessas atividades, um controle e uma confiança da sociedade de que a atividade será conduzida de forma responsável.

Bem, aqui são regras... A Agência Nacional de Energia, que creio que é a fonte de todos nós – todo mundo busca essa bibliografia –, ela tem lá, com base na experiência americana, uma série de iniciativas que você deve conduzir para garantir que todo o processo ocorra de forma responsável.

Bem, da nossa parte, associado à política energética, a gente busca também desenvolver a indústria de bens e serviços, e, com isso, preocupados com a disponibilidade de equipamentos, que são específicos para o desenvolvimento dessas reservas não convencionais, a gente tem uma necessidade maior e intensiva de sondas, de bombas de grande porte, de grande capacidade, de pessoal treinado, além do conhecimento geológico, você tem que, realmente, para saber onde está o folhelho que vai ser perfurado com poço horizontal, você tem que ter uma física mais precisa. Com isso, a gente espera que o meio ambiente seja preservado.

Lá, para essa segunda rodada, a gente está buscando conduzir adequações necessárias para que a gente consiga, nesse primeiro momento, garantir que essa atividade ocorra com a devida segurança e atenda também ao investidor.

Bem, então, finalizando, a gente considera que a exploração do gás não convencional é importante para contribuir para o desenvolvimento do País. Nossa expectativa é de que, com isso, a gente tenha geração de emprego e renda em nível regional, já que a atividade está bem distribuída em várias unidades da Federação.

A adoção das melhores práticas vai permitir que esse aproveitamento ocorra de forma responsável, o que vai contribuir fortemente para a segurança energética e ainda garantindo a preservação do meio ambiente.

A gente considera a demanda por equipamentos e sondas um desafio, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade para o investidor nacional, o fornecedor de bens e serviços da indústria petrolífera.

Por fim, essas jazidas de gás não convencional, principalmente nas proximidades de mercados consumidores ou das linhas de transmissão, porque grande parte do País está interligada, elas vão contribuir, vão permitir que esse recurso seja aproveitado com grande

rapidez, contribuindo também para a redução de tarifa, já que os investimentos para a produção dessa energia termelétrica, caso a opção seja pelo uso desse gás.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Clayton.

Eu passo a palavra ao Sr. Marcelo Soares do Nascimento, da Agência Nacional de Águas. *(Pausa.)*

O SR. FLÁVIO SOARES DO NASCIMENTO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Blairo Maggi, cumprimentar os demais Senadores integrantes da Comissão de Meio Ambiente e os demais colegas que integram a Mesa aqui nesta audiência pública, assim como os participantes desta audiência.

A minha participação neste debate é como integrante especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas. Ela será mais dirigida a uma avaliação dos recursos hídricos nas áreas onde estão previstas as atividades; ou seja, onde estão selecionados os setores e os blocos. Então, a ideia é de que, nesse processo de fraturamento hidráulico, normalmente o retorno do líquido usado para fazer o fraturamento hidráulico em profundidade, com toda a questão da engenharia da construção do poço, ou seja, a cimentação, ele acaba causando um impacto, principalmente na parte superficial do poço, no retorno desse líquido, constituído exatamente do gás e do líquido utilizado para fazer o fraturamento hidráulico em profundidade.

Então, a ideia é de que, quando ele chega à superfície, quais são os possíveis impactos que eles poderiam causar onde, no mundo inteiro, há uma correlação direta com a questão dos recursos hídricos? Então, essa apresentação vai procurar mostrar quais são aqueles aquíferos, ou seja, aquelas rochas onde circula a água, que se encontram na superfície, onde esses blocos estão previstos, estão locados; esses blocos para fazer a licitação. Então, a ideia é fazer essa abordagem.

Este é um mapa dos aquíferos, elaborado pela gerência de águas subterrâneas da ANA, onde se encontram plotados os vários blocos em cada bacia sedimentar prevista para essa décima segunda rodada, como a Bacia do Acre, a Bacia do Parecis, a Bacia do Parnaíba, a Bacia Sergipe/Alagoas, a Bacia do Recôncavo, a Bacia do São Francisco e a Bacia do Paraná.

Agora, especificamente, nós temos a Bacia do Acre. O predomínio dos aquíferos... São dois aquíferos, esse em amarelo mais claro seria o Aquífero Solimões, que tem uma característica litológica. É constituído por um material argilo-arenoso, enquanto esse mais vermelho *bordeaux* é o Aquífero Içá, que é um pouco mais arenoso e, em consequência, tem uma condutividade hidráulica maior.

Então, nesse sentido, a gente aborda os blocos relacionados à sua posição. Em cima do Aquífero Içá, ele acaba tendo uma vulnerabilidade maior com relação a esses líquidos de retorno da perfuração, que poderiam estar em contato ou com problemas da cimentação do poço, onde a obra de engenharia, como foi colocada, é bem segura com relação a isso. Mas é aí que normalmente, no mundo inteiro, pode aparecer algum problema relacionado a essa fase de retorno desses líquidos.

Outra coisa: essa abordagem da caracterização dos aquíferos tem uma característica regional, ou seja, não tem uma precisão de um estudo local, o que, normalmente, quando se vai realizar um projeto de exploração, é necessário. Então, é um aquífero que tem a característica de vulnerabilidade, mas com informações regionais. Ele tem essas características. O Aquífero Solimões é mais argilo-arenoso, e o Içá tem uma predominância mais arenosa.

Aqui temos os blocos posicionados sobre esse aquífero em azul escuro, roxo, que é o Parecis. Os blocos estão sobre o Aquífero Parecis, que pega grande parte do norte de Mato Grosso.

O Aquífero Parecis se caracteriza por uma importante área de recarga. Ele é constituído de rochas também arenosas. Essas áreas de recarga têm relação direta com os principais afluentes da margem direita do Amazonas, em especial o Xingu e o Tapajós. É um aquífero que, por essas características litológicas e hidráulicas, acaba contendo uma grande reserva hídrica. Ao mesmo tempo em que permite essa circulação de água, poderia permitir a circulação de contaminantes.

Na Bacia do Parnaíba, vemos que os blocos pegam os Aquíferos: Poti-Piauí, que está na parte mais sul dos blocos; o Pedra de Fogo; e, mais na parte norte, o Aquífero Motuca.

Em função exatamente dessas características litológicas e hidráulicas, esses aquíferos acabam tendo uma condutividade variável. Por exemplo, o Aquífero Poti-Piauí é uma porção mais arenosa, então acaba tendo a condutividade hidráulica de média para alta. Enquanto isso, o Pedra de Fogo, devido a intercalações de silixitos, acaba tendo condutividade baixa. O Motuca tem condutividade baixa a média. Tudo isso reflete na vulnerabilidade desses aquíferos.

No caso da Bacia de Sergipe e Alagoas, essa parte predominante onde se encontram os blocos é o Aquífero Barreiras, em amarelo. O Aquífero Barreiras é de constituição areno-argilosa e tem uma condutividade hidráulica média que vai refletir na vulnerabilidade média à contaminação. Ele ainda tem um agravante: abaixo do Barreiras, há o Aquífero Marituba, que é importante e tem expressivas reservas hídricas que se posicionam logo abaixo do Aquífero Barreiras.

Temos aqui o Aquífero do Recôncavo, em que predominam as rochas da formação do Aquífero São Sebastião, do Barreiras (em amarelo), e o do Ilhas, em tom mais bordô. São aquíferos que têm essa característica de vulnerabilidade, em função da litologia e da condutividade hidráulica, variando de média a alta. Ele tem um problema que se agrava: está situado exatamente na região metropolitana de Salvador e no Polo de Camaçari. Então, essa vulnerabilidade aumenta com risco de contaminação, dadas as circunstâncias em que se encontra.

Na Bacia do São Francisco, assim como ocorreu na Bacia dos Parecis, há uma predominância muito grande desse tom roxo no Aquífero Urucuia.

Urucuia é uma grande área de recarga de águas, que tem essa característica também arenosa. Daí a condutividade hidráulica dele também ser maior; permite, então, a circulação de água. Ele tem uma relação direta com os rios na superfície e acaba também tendo esse problema de potencial risco à contaminação. E ele tem uma importância grande, inclusive, na questão da vazão do São Francisco: contribui com 40% da vazão média do rio São Francisco o Aquífero Urucuia.

Na Bacia do Paraná, os blocos estão inseridos sobre os dois aquíferos: o Aquífero Bauru e o Aquífero Serra Geral.

O Aquífero Bauru é um aquífero sedimentar, que permite a circulação de água pelos vazios dos poros e apresenta, com isso, uma condutividade hidráulica. Daí a sua vulnerabilidade.

E o Serra Geral são os basaltos. Ele permite a circulação de água através de fraturamentos horizontais. E ele tem uma característica também: posiciona-se logo acima do principal aquífero da Bacia do Paraná, que é o Guarani. Então, de certa forma, ele se posiciona protegendo o Aquífero Guarani. Mas tanto ele, através das fraturas, como o Bauru permitem essa circulação de águas. Daí, também, essa vulnerabilidade.

Outra característica: esses aquíferos têm uma importância muito grande, no Estado de São Paulo, principalmente, porque a maior parte das cidades de São Paulo é abastecida por águas subterrâneas. No Bauru, já se observa contaminação por nitratos em algumas cidades, como é o caso de São José do Rio Preto, o que mostra a vulnerabilidade do Aquífero à contaminação.

Então, o que eu tinha a abordar era mais nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Flávio Soares do Nascimento, da Agência Nacional de Águas.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Antonio Guimaraes, Secretário Executivo de Exploração e Produção

do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

V. S^a tem 10 minutos e mais 5 se for necessário.

O SR. ANTONIO CARLOS MIGLIARI GUIMARAES – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite do Senador Blairo Maggi e desta Comissão para que o IBP pudesse participar, trazer aqui a posição e alguns esclarecimentos por parte da indústria. Entendemos ser importantíssimo este fórum e o papel que o Senado tem em esclarecer a população, esclarecer a sociedade com relação à atividade de exploração e produção e no que concerne aqui ao que está em discussão, a exploração do gás não convencional.

Temos uma atividade que é exercida ao longo do mundo. Muito já se fez, e, às vezes, precisamos ter a certeza de que entendemos quais são as reais questões em que temos que focar – e, como sociedade, cabe a nós um desenvolvimento sustentável e proteger os nossos recursos – e aquelas questões em que, na verdade, a tecnologia, o desenvolvimento e o cuidado necessário já são conhecidos, e já temos uma atividade que vem sendo desenvolvida sem ter havido nenhum impacto. Então, o que queremos preservar é o desenvolvimento sustentável da atividade.

Vou falar um pouco sobre o IBP. Vou aproveitar que o colega da ANA falou sobre as questões ambientais, vou focar praticamente toda a minha apresentação nas questões ambientais e falar sobre algumas percepções que existem, alguns fatos: a importância de esclarecimento com relação à indústria e os avanços tecnológicos que têm havido e que têm colaborado para que essa atividade se desenvolva, principalmente no momento em que o Brasil já se insere nessa discussão, quando a curva de evolução tecnológica e de processo já está bastante avançada, e como isso nos beneficia.

Então, o IBP, primeiramente, é uma fundação. Foi fundada em 1957. Começou praticamente junto com a indústria do petróleo no Brasil, com a Petrobras. É uma empresa que tem mais de 220 empresas associadas, que cobrem do poço ao posto. Ele tem como missão prover o desenvolvimento do setor nacional de petróleo, gás e biocombustíveis, visando a uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável. É um instituto independente, o que para nós é muito importante.

A nossa inteligência vem de mais de 1.700 representantes. São especialistas da indústria dos vários setores de governo, e isso que faz com que o IBP tenha uma inteligência, um conhecimento de mercado. Ele atua também provendo cursos, eventos, normatização, ajudando e qualificando a indústria a atuar no setor.

Bom, o colega já mostrou o que é o recurso não convencional, quer dizer, nós temos a rocha formadora.

A rocha formadora geralmente está a uma profundidade bastante grande, como o colega mencionou, para que existam as condições de pressão e de temperatura para que se forme petróleo e gás. A partir dessa rocha formadora, o gás e o petróleo normalmente se deslocam, e eles vão procurar regiões onde exista uma formação. Existe um selo mecânico, um selo de rocha que permite a acumulação desses volumes de óleo e gás, para que tenhamos os reservatórios convencionais. Então, reservatório convencional nada mais é do que um tanque, formado por uma estrutura rochosa, geralmente com uma quantidade de água embaixo. Então, você tem uma quantidade bem-definida.

O que é o recurso não convencional, como o colega mencionou? É quando você vai buscar o recurso de petróleo e gás na rocha geradora. Então, ele está disperso por toda a rocha, e geralmente são vários quilômetros e quilômetros de rocha formadora. Então, esse recurso está disperso na natureza.

Para que seja explorado esse recurso, e muito já foi feito pelo não convencional, existem realmente preocupações – como sociedade, e nós temos que considerar – que são reais. São os *issues*, são as questões nas quais vamos ter que focar e ter certeza sobre os processos de licenciamento tanto pela parte ambiental quanto pela parte regulatória da ANP, para ter certeza de que as reais questões estão sendo consideradas.

Existem aquelas percepções. São as questões que mal tratadas ou não tendo a informação correta evoluem e, às vezes, se tornam verdadeiros mitos. Em vez de ser um fato real, ele passa a ser um fato percebido, mas não real.

Em relação à indústria, como todos temos como princípio a sustentabilidade, o nosso objetivo com engajamento, com todos os *stakeholders*, com todas as entidades responsáveis é ter certeza de que a gente cria esse entendimento.

Governo e indústria. Com o conhecimento já existente e a experiência desenvolvida em outros países, como a gente diz, as lições aprendidas de sucessos e insucessos, que a gente traga para o Brasil aquilo que a gente chama de as melhores práticas.

Bom, eu vou começar, até focando, para que a gente possa ser bastante objetivo, naquelas questões que a gente diz que são os reais *issues*, as questões reais e os desafios da indústria. E que não são diferentes de qualquer outra indústria ou qualquer outra atividade de petróleo, ou seja, em terra, ou em mar, ou atividades de mineração, ou atividades industriais, que são questões que tipicamente, quando se tem um empreendimento, as empresas têm que olhar seus projetos, elas têm que cuidar, e elas têm que desenvolver um projeto que busque, como a gente quer um

desenvolvimento sustentável, ressaltar os benefícios positivos do desenvolvimento e mitigar, e eliminar os potenciais riscos negativos que qualquer atividade tem.

Então, aqui, estamos falando de alguns dos potenciais riscos negativos da atividade da exploração do gás não convencional, que são reais, que é a questão do tráfego de caminhões, uma vez que você vai ter caminhões circulando, para que você possa transportar materiais e água; a questão da capacidade de resposta e emergência, que é tratada em qualquer atividade, e é um plano normal das atividades – na exploração do pré-sal, em alto mar, na exploração de petróleo na Bahia, existem planos de emergência, o que é normal –; e a questão da supervisão regulatória adequada, que hoje já existe muito bem estabelecida no Brasil e é exercida pela ANP.

Com relação ao desenvolvimento em terra, torna-se real a questão do uso da terra, pois, na medida em que você tem que desenvolver e perfurar poços, você precisa de um espaço de terra para colocar os equipamentos. Portanto, é uma questão real.

Existe a questão do uso e do tratamento da água, uma vez que será injetada água nos poços, assim como é utilizada na produção de petróleo, seja em alto mar ou em terra, o que já existe no Brasil. Portanto, isso já existe no Brasil, e não será diferente em relação à exploração do não convencional, assim como na proteção dos aquíferos, que já é um *issue* hoje. A perfuração de qualquer poço de petróleo deve ser feita para proteger esses recursos naturais.

O engajamento e o apoio da comunidade no entorno. Quando se faz uma exploração em alto mar, você está longe da comunidade, mas aqui você estará próximo da comunidade, onde o barulho, a movimentação e a quantidade de pessoas podem incomodar a comunidade que está no seu entorno.

E a transparência na atividade, na comunicação e naquilo que está se fazendo em termos de projeto, produtos que estejam sendo utilizados, para que a comunidade conheça a atividade.

Tudo isso já faz parte do que se considera comum dentro de um processo de licenciamento ambiental. E é importante desmistificar que essas questões não são conhecidas. Elas são conhecidas e já são tratadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Bom, agora eu quero falar um pouco sobre percepções e fatos. Quer dizer, dentro desses *issues* reais, que entendemos que existem, nós temos que considerar o que são os fatos e o que são as percepções.

Muito se fala em fraturamento hidráulico, em *fracking* – que é a forma americana de dizer –, que é uma metodologia de estimulação de poço. Estimulação de poço é uma coisa muito antiga. Tem sido feita inclusive no Brasil há muitos anos. Inclusive em *offshore*, hoje,

na produção de petróleo, é comum a estimulação de poços e injeção de água. Não é uma atividade nova. O fraturamento hidráulico em terra, nos Estados Unidos, se faz desde 1940. Então, olhar o fraturamento hidráulico como uma atividade nova que traz um risco novo para a exploração do petróleo é um mito. Não é uma verdade, não é um fato. O fato é que já existe desde 1940. E 90% dos poços produtores de petróleo nos Estados Unidos usam o fraturamento hidráulico. Imaginar que esse é um risco novo que está se trazendo para a indústria não é fato.

Neste momento, o Brasil estará se beneficiando, porque vamos trazer o que há de mais avançado em termos de tecnologia de fraturamento hidráulico, quando essa atividade passar a ser desenvolvida. Nós, dentro da curva de desenvolvimento dessa indústria, estamos nos aproveitando de toda lição aprendida do que já foi desenvolvido no mundo. Esse é um fato importantíssimo.

Vou falar rapidamente sobre o que é o fraturamento hidráulico. Ao perfurar um poço, chega-se à rocha geradora. O que faz o fraturamento hidráulico? Como não é um poço, não é um tanque, como eu mostrei no primeiro eslaide, do que seria o gás convencional, o não convencional significa que nós temos uma região de rocha geradora que tem que ser perfurada. Utiliza-se, então, injeção de água. A água, a alta pressão, cria pequenas fissuras na rocha, que abrem espaço para que o gás possa fluir. Se não, ele não sairá da rocha. Isto significa fraturamento hidráulico: você cria, artificialmente, uma forma de o gás ou o óleo se movimentar e sair de onde está alocado.

Outro mito que se discute muito é que o gás vai contaminar o lençol freático. É uma questão importante, que foi levantada pelo colega da ANA. Existem recursos importantíssimos no Brasil para preservar. A indústria é responsável e comprometida com o desenvolvimento sustentável, e a grande questão aqui é de engenharia, de como se projetam e como se constroem os poços. Então, nesses mais de um milhão de poços construídos nos Estados Unidos até hoje, não há notícia significativa de que tenha havido qualquer contaminação do lençol freático. Por quê? Por causa da tecnologia que é utilizada na construção dos poços, em que se utilizam várias camadas quando da perfuração, passando pelo lençol freático e fazendo toda a cimentação e colocação dos tubos, chamados *casings*, que vão muito abaixo da camada do lençol freático. Então, a gente costuma dizer dentro da indústria que o grande fator para prevenir a contaminação do poço é a construção propriamente dita do poço, a construção do poço, a construção do poço. Não há nada mais importante do que a engenharia em construção do poço. É isso que vai preservar os recursos

que nós temos. E, se executado por empresas que têm a capacitação e a tecnologia para fazer, a exposição ao risco seria mínima.

Aqui o colega já mostrou. Esse é um quadro utilizado pelo próprio departamento de energia dos Estados Unidos, explicando por que eles se sentem confortáveis com essa questão. Porque toda perfuração vai muito abaixo do lençol freático, em que se vão instalando e cimentando todos esses *casings*, esses tubos, que vão muito abaixo. As empresas, depois, colocam um tubo dentro desses *casings*, um tubo de aço contínuo, que vai desde a superfície até a região onde vai ser feita a produção do gás e o fraturamento. E esse tubo é revestido depois com um material plástico que, na indústria, a gente chama de *coating* plástico, que evita corrosão, que pode comprometer toda a capacidade de proteção que esses tubos têm. Então, essa estrutura toda é o que nos garante a qualidade do poço e a segurança dessa produção.

Nos Estados Unidos surgiu – até Hollywood tratou de uma forma um pouco mais pitoresca – a questão do risco de haver, digamos, um escape desses gases. Ou seja, quando a pessoa abrisse a torneira, viesse a sair gás, pelo fato de elas terem poços, e que esses poços venham a produzir gás.

Essa é uma questão muito conhecida da natureza – o colega já mostrou –, a exsudação de gás natural. Quer dizer, quando se trata de poços de superfície, é um fato natural se ter produção de gás natural e esse gás borbulhar na superfície. Então, existem poços que são perfurados, poços rasos, em que, se se acender um fósforo, ele queima, porque há gás nesses poços rasos.

Aqui nós estamos falando de profundidade de mais de três mil metros, onde serão perfurados esses poços para produção de gás. E o risco de esses poços, de que o fraturamento seria de 100 a 200 metros, poderem ter um escape de gás para a superfície é praticamente nulo. Então, nós estamos tratando de questões e de dimensões completamente distintas. Não é gás que aflora na superfície; é gás de três mil metros de profundidade.

Outra questão que se costuma comentar é que os operadores vão tentar economizar na construção do poço, descumprindo regras e parâmetros acordados com o órgão ambiental ou com o regulador, para fazer poços baratos.

Quando a gente coloca em contexto quanto custa um poço em terra *versus* o tamanho da exposição a multas e o tamanho da exposição a risco e de meio ambiente, para tentar economizar US\$100 mil, US\$200 mil, o que custaria para se fazer apropriadamente o poço – e que seja US\$1 milhão ou US\$2 milhões *versus* o potencial de exposição –, só se for um operador completamente irresponsável. E a agência reguladora

tem primado por fazer um processo de seleção para que nós tenhamos no Brasil empresas responsáveis operando e desenvolvendo essa atividade. Então, eu considero que, se os operadores forem selecionados de forma apropriada, esse risco será bastante baixo.

Outra questão que costuma ser colocada é a da possibilidade de poluição por produtos químicos que vão ser injetados junto com a água injetada no poço, para fazer o fraturamento hidráulico, e que pudessem vir a comprometer e a poluir a água.

Interessante notar que, primeiramente, da quantidade de água injetada nos poços, 90% é água; 9,5% é areia, porque é a areia que tem o papel mecânico de fraturar a rocha. Então, é água com areia. Os pequenos grãos da areia é que mantêm os poros abertos. Então, na grande maioria, o que se utiliza é água e areia. E existe ainda, no que é injetado dentro dos poços, 0,5% que cai naquela situação que o mercado americano vivenciou, discutindo que esses seriam os verdadeiros contaminantes da atividade. E por quê? Porque, inicialmente, esses produtos constituíam um segredo industrial. Então, quem detinha esse segredo não o divulgava. Assim, o concorrente, ao ver que eu tinha uma performance melhor, criticava o produto que não tinha dizendo que eu estaria utilizando produtos que pudessem contaminar o meio ambiente.

O que houve com a evolução tecnológica e a abertura e transparência da indústria? Hoje, a composição desses produtos é absolutamente transparente e conhecida. Todos nós conhecemos, e quem quiser conhecer a gente pode mostrar a composição dos vários produtos que existem no mercado. São basicamente produtos que a gente conhece: detergentes e sabões, produtos usados até para fazer cosméticos, como grãos alimentícios, que fazem parte da composição química. E até porque você precisa ter esse tratamento da água para que ela atinja o efeito esperado.

Outra questão que costuma ser discutida – e eu acho que ela tem mesmo de ser debatida – diz respeito à utilização da água, ou ainda que a água que retorna do poço será, depois, disposta de maneira inadequada e, com isso, poderá vir a contaminar os nossos rios e lagos. Ressalto que todo o processo é regulado, ou seja, para que a empresa possa efetivar essa operação, ela terá uma licença ambiental onde isso será discutido com o órgão ambiental, seja relativamente à quantidade de água utilizada, seja relativamente ao tipo de contaminantes que saem. Neste particular, a qualidade da água é medida na entrada e na saída do poço. Depois, essa água é tratada, e toda a disposição dessa água é regulada e acordada com o órgão ambiental. Então, a água, depois de tratada adequa-

damente, aí sim, pode ser disposta e recolocada nos rios e nos lagos, se esse for o destino.

Hoje em dia, a tecnologia já nos beneficia, como País, porque, atualmente, 85% da água é reciclada. Existem outras disposições energéticas que utilizam muito mais água do que o próprio desenvolvimento da atividade não convencional.

Outra questão é que existem tecnologias. Hoje, que esperamos estejam disponíveis no Brasil, que já não utilizam a injeção de água. Então, isso está evoluindo numa velocidade muito grande. Modernamente, já se injetam CO² e nitrogênio para fazer esse fraturamento, e já está sendo desenvolvida uma tecnologia de injeção de GLP em forma de gel. Então, se tudo isso evoluir, provavelmente, essa não será uma discussão daqui a alguns anos.

Ainda outra questão é que se utiliza muita água. Como eu disse, pode ser que, eventualmente, nem se utilize mais água no futuro, visto que estamos numa curva de evolução. Contudo, mesmo naquilo que se utiliza hoje, só para colocar em perspectiva... Todos nós gostamos de jogar ou de assistir a um jogo de futebol. Um campo de futebol utiliza 2 milhões de litros d'água para irrigação. Digo isso só para termos uma ordem de grandeza. Um poço ou o desenvolvimento de um poço não convencional pode utilizar de 8 a 18, quer dizer, não se trata de nada fora de parâmetros que se conheça, ou seja, não é uma utilização de água absurdamente grande que vá contribuir para a escassez de recursos hídricos.

Outra questão importante que eu também gostaria de tratar é a tentativa de se correlacionar a ocorrência de terremotos com a atividade de exploração não convencional. Muito interessante é que – e vou até dizer “graças a Deus” –, no Brasil, algumas empresas estão tentando explorar e descobrir gás não convencional na Bacia do Rio São Francisco, e houve ali um terremoto antes da atividade acontecer. Então, fica claro que o terremoto não tem correlação com a atividade de exploração ou de perfuração não convencional. Só para se ter uma ideia, um caminhão passando na rua – e todos sentimos aquele pequeno tremor quando está num prédio – produz um abalo sísmico de dois graus da escala Richter. Geralmente, três graus é imperceptível. A perfuração e toda atividade têm um *log*, têm uma percepção na escala Richter de 0,01 graus. Então, é importante que se entenda que a atividade não causa terremotos. Esse é um dos mitos da indústria.

Por fim, como último elemento, costuma-se dizer – e isso foi uma verdade, e é um dos *issues* que a gente tem de olhar –, porque foi uma verdade e não é mais, a questão de utilização do solo. Então, no passado, antes de a tecnologia ter-se desenvolvido, fazia-se exploração fazendo vários poços. Com o desenvolvi-

mento da tecnologia, hoje em dia, o que se tem de não convencional no desenvolvimento de uma atividade de exploração é um único *site*, uma única locação, em que, a partir dessa locação, vários poços são feitos.

E tudo isso foi possível com o desenvolvimento da tecnologia hoje conhecida como perfuração horizontal, a primeira evolução tecnológica, que evita se tenha de fazer vários poços verticais, como este aqui. Então, isso permitiu um avanço tremendo da indústria do petróleo.

E o segundo desenvolvimento importante em termos de poços foi o desenvolvimento direcional. Então, além de se poder fazer um poço, a partir dessa mesma locação, pode-se fazer em várias direções diferentes, 360 graus. Então, com uma única locação, consegue-se cobrir 30, 40, 50 poços que, anteriormente, seriam feitos individualmente. Então, graças a Deus, hoje, estamos num momento em que o Brasil vai começar a desenvolver essa atividade quando esse tipo de tecnologia também já está disponível. Então, de novo, ressalto que estamos entrando numa era em que a fase tecnológica já reduz muito esse risco. Isso aqui é só para mostrar a evolução tecnológica e como isso trouxe benefícios.

Tentando concluir, o importante de toda essa discussão é que a efetiva aplicação de uma regulamentação e de todas as tecnologias existentes seja cuidadosa para impulsionar o desenvolvimento dessa nossa indústria de forma sustentável. Todos nós queremos prevenir qualquer incidente. E o que nós queremos como objetivo final é que se tenha o desenvolvimento da indústria baseada e que a gente tenha esse resultado final, com todos os benefícios positivos que essa atividade pode trazer para o Brasil.

Queria agradecer ao Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Antonio Guimarães.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Alvaro Toubes Prata, que é Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Senador Luiz Henrique da Silveira, demais Senadores presentes, colegas da Mesa, senhoras e senhores, a contribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é no sentido de criar condições, instrumentos e programas para que nós possamos nos qualificar científica e tecnologicamente para a exploração do gás que está preso no xisto. Essas tecnologias são tecnologias transversais. O Brasil é um país muito grande, com a matriz energética muito diversificada, e a experiência mostra que, em função dessa grande necessidade que

temos de nos tornar mais e mais competitivos, nós precisamos, sim, fomentar e dar condições para que possamos dominar essas tecnologias.

Nesse contexto, eu quero rapidamente cobrir alguns aspectos. Estamos falando de gás, estamos falando de energia. Rapidamente, quero trazer aqui o panorama energético, mencionar um pouquinho a questão da cadeia produtiva de petróleo e gás, os desafios, os desafios associados aos gases não convencionais, embora já tenha sido muito bem explorado aqui pelos colegas que me antecederam. Vou tratar um pouco da política de ciência, tecnologia e inovação, e mencionar um importante instrumento que é colocado a serviço das empresas e algumas conclusões finais. É claro que tentarei falar rapidamente sobre esses temas.

Como primeiro aspecto, lembro a grande importância que temos dado às energias renováveis. Então, aqui estão exemplos de fontes de energias renováveis e áreas que são motivo de grande atividade por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Lembro que o País tem uma posição de destaque na matriz energética da parcela de energias renováveis. Da energia consumida no mundo, da energia utilizada no mundo, 13% são renováveis. Nos países mais desenvolvidos, em torno de 7%. E, no Brasil, 44% da sua matriz energética representa energia renováveis. Se olharmos essa matriz energética com detalhes, perceberemos uma grande diversidade: o óleo e derivados, gás natural e carvão, a energia nuclear, a hidroeletricidade, a cana. É importante para o País manter e perseguir essa diversidade.

Em relação aos nossos recursos energéticos, quero chamar atenção para um dado que sempre impressiona e que nem sempre é explorado: o Brasil é a única nação que possui grandes recursos energéticos, com muito potencial de ser utilizado, mas que não o são em sua plenitude. Por exemplo: os nossos recursos energéticos, se associados ao carvão, são quatro vezes maiores do que os recursos energéticos do petróleo, e, no entanto, não fazemos uso do carvão como poderíamos. Se olharmos a nossa matriz energética, esse componente da energia renovável se destaca ainda mais: 89,4% da eletricidade no Brasil é gerada a partir de energias renováveis. No mundo, são 19,6%; nos países da OCDE, 16%.

Expandindo essa matriz energética, percebemos que a parte hidráulica representa um grande potencial, mas, mais e mais, biomassa, vento e outras fontes de energia compõem essa matriz energética.

O primeiro aspecto a ser destacado e a ser mencionado é o fato de que o Brasil, dada sua riqueza, seu potencial e a posição que ocupa, precisa explorar, de maneira muito diversificada, seus recursos energéticos.

cos, todos eles. Precisa também investir em desenvolvimento tecnológico para que ele possa fazer isso com eficiência e com sustentabilidade, atendendo a suas demandas econômicas e sociais.

Mencionei o grande uso que fazemos da hidroeletricidade e quero destacar que esse grande uso ainda tem um potencial de crescimento muito grande. Ou seja: do ponto de vista energético, o Brasil possui um grande potencial em todos os seus aspectos.

Em relação ao setor de petróleo e gás, temos grandes desafios. O Brasil já avançou muito. É destacada a condição que o Brasil assume mundialmente do ponto de vista tecnológico em relação às possibilidades e à condição que tem de explorar e produzir petróleo sob diferentes condições. Isso representa um grande potencial econômico, e há grandes investimentos associados a petróleo e gás.

Novamente, as tecnologias associadas a um determinado setor, associadas a uma determinada condição, de maneira geral, sobretudo nessa área, são utilizadas em outros setores. Há muito que precisa ser feito; precisamos inovar, precisamos buscar novas tecnologias, precisamos aumentar o nosso ganho em escala, promover a competitividade e, é claro, há um espaço muito grande para que possamos mais e mais qualificar recursos humanos.

Um aspecto interessante a ser destacado é a componente ligada às micros e pequenas. Oitenta e cinco por cento (85%) das empresas representam essa cadeia de petróleo e gás, com grande potencial de crescimento. Há uma necessidade muito grande de aumentar os investimentos para permitir que essas empresas se tornem em empresas que se apoiem em desenvolvimentos tecnológicos inovadores e, com isso, se tornem empresas competitivas. É claro que o setor requer exigências e especificações rigorosas, e isso favorece o desenvolvimento tecnológico e inovação. E a demanda por bens e serviços segue crescendo. Em 2020, estima-se que estejamos falando aí de US\$400 bilhões.

Outro aspecto a ser destacado, no perfil das empresas da cadeia de petróleo e gás, é que 76% dos fornecedores concentram suas vendas tão somente no mercado doméstico. Então, é preciso que possamos dar condições para que essas empresas se tornem competitivas e ampliem, inclusive, os seus horizontes.

Há proposições claras associadas às políticas para o desenvolvimento do setor de petróleo e gás no sentido de nos qualificarmos em vários aspectos, e menciono aqui algumas delas, como gerar e disseminar conhecimento e inovação ao longo de toda a cadeia, incrementar a produtividade e aprimorar processo de produção local, fortalecer atividades industriais em três a cinco polos produtivos e assim por diante.

Em relação ao xisto e aos gases não convencionais, já exploramos isso aqui anteriormente, e, hoje, temos um potencial muito grande de gases acumulados nessas rochas geradoras, que são de difícil extração, daí usarmos o termo não convencional de extração, porque é preciso que possamos fragmentar essas rochas mecanicamente, termicamente, quimicamente, e isso requer uma tecnologia mais sofisticada como mencionado anteriormente. Foi mencionada, aqui a tecnologia de extração do gás de xisto, que requer uma grande quantidade de água, para que possamos fracionar essas rochas e disponibilizar esse gás.

Há reservas consideráveis no mundo de gases não convencionais, inclusive na América Latina; as reservas convencionais estão em azul mais claro; em diferentes tons de azul, temos os gases não convencionais, mostrando que há reservas nos cinco continentes. Embora as reservas convencionais sejam maiores do que as não convencionais, são da mesma ordem de grandeza, e precisamos dominar as tecnologias de exploração dessas reservas.

Esse é o inventário, os recursos estimados e aqueles que ainda estão por estimar com precisão. E destaco aqui, também, o que outros já mencionaram a questão do gás não convencional em xisto muito convergente aqui com o nosso Aquífero Guarani, um dos maiores do mundo.

Esses são os inventários detalhando o potencial dos países. Vemos que o Brasil tem um potencial de gases não convencionais, notadamente aquele proveniente do xisto, e o Brasil precisa dominar essa tecnologia, associada à extração desse gás.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, através das suas agências e dos seus instrumentos, provê condições para que o setor industrial se qualifique para a extração desse gás. Eu mencionei anteriormente algumas das agências, menciono as secretarias que se preocupam com isso e destaco aqui a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e também a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, muito ligada às questões ambientais, para que o desenvolvimento tecnológico e inovação ocorra no contexto das políticas ambientais.

A área de petróleo e gás é uma das áreas estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Essas áreas estratégicas fazem parte do sistema consolidado de ciência, tecnologia e inovação, que envolve os diferentes setores. O Brasil, hoje, tem amadurecimento, tem planejamento, tem estratégias a serem perseguidas e caminha em harmonia com essas estratégias; e o setor governamental, através dos seus diferentes ministérios, das políticas econômicas

e sociais e políticas industriais, está alinhado com essas estratégias.

Essa integração da política de ciência e tecnologia e da política industrial permite, então, que possamos estabelecer condições para que esse desenvolvimento tecnológico ocorra favorecendo a nossa indústria.

Destaco, então, novamente, que, na questão de formação de recursos humanos, petróleo, gás e carvão integram os nossos programas prioritários. Aqui menciono o programa Ciência sem Fronteiras, que tem dado particular atenção a essas áreas de petróleo e gás, gás convencional e gás não convencional; a atuação das nossas diferentes agências, as agências tanto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação quanto do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e outros ministérios, atuando em todas as fases, na fase da pesquisa mais científica, na fase do desenvolvimento tecnológico e na fase de ampliar a escala dessa inovação e dessa produção.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Eu quero destacar aqui o lançamento desse grande programa do Governo Federal, o Inova Empresa, com recursos substanciais, em vários instrumentos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Grande parte desses recursos associados a investimento direto, mas recursos ligados à subvenção, não reembolsáveis e também renda variável, capital de risco, dando condições ao setor industrial para que ele possa realizar projetos envolvendo desenvolvimento tecnológico e, no caso aqui, sobretudo, ligado a gases não convencionais. Parte desses recursos proveem das nossas agências, e estou destacando aqui os recursos que vêm das nossas agências. Esses recursos atuam em diferentes cadeias, que se interligam nos seus interesses. Petróleo e gás é uma área que tem consideráveis quantidades de recursos, e dentro dessas ações estratégicas nós temos um capítulo especial para a área de gás não convencional, dando condições, então, para que o setor industrial disponha de instrumentos, disponha de recursos para atuar em desenvolvimento tecnológico nessas áreas. Um edital próprio a ser destacado é o Innova Petro, que atua especificamente na área de petróleo e gás.

Há uma carteira de projetos de petróleo e gás bastante ampliada por parte da Finep – certamente não terei condições de detalhá-la aqui – que contempla diferentes focos tecnológicos, envolvendo, inclusive, parcerias com o que temos de melhor no nosso conhecimento científico e nas nossas instituições acadêmicas.

Por fim, concluo dizendo da necessidade que temos de usar essa oportunidade para gerar tecnologia,

formar recursos humanos e tornar viável e dominar essa cadeia associada aos gases não convencionais. O Brasil tem reservas suficientes de gases não convencionais, de gás de xisto, de modo a permitir o desenvolvimento de tecnologia e da indústria nacional.

Informações adicionais associadas aos nossos programas e aos projetos ligados à cadeia de petróleo e gás estão disponíveis no nosso Ministério. Quero destacar a Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais ligadas a energias e recursos minerais, aqui representadas pelo Coordenador Eduardo Soriano.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Alvaro Prata.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Silvio Jablonski, que é Chefe de Gabinete da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. SILVIO JABLONSKI – Bom dia a todos. Eu queria, em nome da Dr^a Magda Chambriard, nossa Diretora-Geral, agradecer a oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre o tema dos recursos não convencionais.

Devo dizer que vou ser breve porque grande parte da minha apresentação se transformou rapidamente num clone da apresentação do Antonio Carlos Migliari Guimarães, do IBP, pois buscamos fontes similares. Vou tentar fazer uma aproximação um pouco diferente e mostrar figuras que vocês já viram duas, três vezes aqui, mas tentando mostrar alguns aspectos distintos.

Essa figura, por exemplo, é emblemática do que vimos aqui, mas eu queria, neste caso, somente reiterar a importância dessa camada selante aqui – está escrito *seal* –, que é fundamental para conter. Quando o gás ou o petróleo se forma na rocha geradora, ele tende a migrar para uma rocha reservatório, que é uma rocha sedimentar, que é essa *sandstone* que está aí. Ele pode se conter na forma de grandes reservatórios convencionais, que é isto aqui, e pode também, eventualmente, tanto o óleo quanto o gás, ficar preso em formações na rocha geradora ou mesmo em setores pouco permeáveis da rocha reservatório.

Mas o que é importante aqui? Se não houvesse esta capa selante aqui, onde está escrito *seal*, nenhum petróleo estaria disponível para exploração, porque todos eles teriam subido até a superfície e se perdido como exsudações. Essas exsudações são encontradas em qualquer lugar do mundo, em oceanos, até hoje. Só que o gás não convencional não vai exsudar porque existe aquela rocha selante, que vai ser muito importante – daqui a pouco vamos ver por quê.

Em relação ao gás, por que estamos tão interessados em gás? O Brasil tem uma reservada provada, que é aquela em que podemos obter, com economicidade e com a tecnologia atual, em torno de 460 bilhões de

metros cúbicos, que, em unidades americanas, seriam 16Tcf. Vamos guardar este número: 16Tcf. Existe uma reserva total, que é mais teórica, participação de gás associado e não associado, que aqui não é relevante.

Nós temos uma produção de 70,6 milhões de metros cúbicos por dia. Dessa produção, grande parte em *offshore* também, nós reinjetamos cerca de 10 milhões; nós queimamos ou perdemos cerca de 4 milhões; e consumimos, no processo de exploração e produção, transporte e, às vezes, nas unidades de produção de gás natural, cerca de 17 milhões. A oferta que nos resta está em torno de 40 milhões. Como o nosso consumo é de 75 milhões, nós importamos 36 milhões – como o gás natural da Bolívia – como gás liquefeito de petróleo. Então, estamos contribuindo, com recursos nacionais, com somente 53% da nossa necessidade.

Por que nós queimamos? Por questão de segurança ou por falta de dutos que tornariam a produção não econômica.

Por que reinjetamos? Também, às vezes, por falta de dutos e, às vezes, porque não há necessidade de transformar esse gás num mecanismo de elevação do óleo. Então, faz parte do processo, e o fato é que nós precisamos de gás.

Onde nós vamos buscar esse gás? Como a gente já viu, há indícios de gás não convencional ao longo do Brasil, mas nós temos 29 bacias sedimentares principais, com 7,5 milhões km², sendo que apenas 4,5% concedidos.

A ANP tem também um braço operacional em que nós temos um programa plurianual de geologia e geofísica. Nós estamos gastando R\$1,8 bilhão em cinco anos. Já gastamos R\$500 milhões em projetos concluídos. Temos R\$600 milhões em andamento e mais um tanto ao longo dos próximos anos.

Nosso trabalho se dá na forma de levantamentos sísmicos, geoquímicos em que procuramos indícios – ou melhor, nós contratamos empresas que fazem isso. Hoje a gente tem indícios, como todo mundo viu já nas outras apresentações, na Bacia do Parecis, na Bacia do Paraná, na Bacia do São Francisco, e os campos em desenvolvimento ali na Bacia do Parnaíba.

Mas, em termos de gás não convencional que não produz exsudação, nós fizemos uma regra de três um pouco mais sofisticada comparando com Barnett Shale, que é um dos grandes depósitos americanos. Lá eles têm 30 TCF. Vamos lembrar que a nossa reserva provada de gás convencional é de 16 TCF. Aplicando um análogo, nós constatamos quais são as nossas volumetrias de rochas adequadas e aplicamos o análogo à densidade que a gente tem no Barnett Shale.

Chegamos à Bacia do Parnaíba com 64 TCF; Parecis, 124 TCF; Recôncavo, 20 TCF; e no Paraná, que

é uma conta da agência de energia americana, 226 TCF, que é o número que nós não endossamos. Esses números são números ainda não precisos, mas mostrariam a possibilidade de ampliação bastante grande das nossas reservas, de dobrar, triplicar, quintuplicar o que nós temos hoje.

O que nós estamos oferecendo na 12ª Rodada de licitações? Estamos oferecendo 240 blocos, agora em novembro de 2013, uma área total de 164 mil km². Estamos na Bacia do Acre, no Acre; estamos na Bacia do Parecis; Paraná; São Francisco; Parnaíba; Recôncavo; Sergipe e Alagoas.

Essa Rodada não é uma rodada específica para gás não convencional; é uma rodada para gás em terra, e ela pode seguir uma carreira, um trajeto em y. Primeiro, vai-se às jazidas convencionais e, se o concessionário encontrar gás não convencional, ele pode partir para uma segunda fase exploratória, com novas regras, novas qualificações. Então, o gás não convencional hoje no Brasil não é uma realidade amanhã. Ninguém vai ler o jornal de amanhã dizendo que se descobriu gás não convencional. O gás não convencional é um processo, um projeto de dez anos, a que nós vamos chegar caso tenhamos a felicidade de encontrar esses reservatórios.

Aqui eu vou passar muito rápido, que é o que todo mundo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – O senhor pode voltar, por gentileza? Eu precisava fazer um registro aqui.

O SR. SILVIO JABLONSKI – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Essa rodada é em outubro?

O SR. SILVIO JABLONSKI – Não, é em novembro. Nós temos a rodada do pré-sal em outubro...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só porque começa pelo Acre. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Nós vamos fazer uma expansãozinha ali para o gás...

O SR. SILVIO JABLONSKI – Pois é, estamos fazendo um grande *action*, fazendo um acordo com eles. Mas o Acre está ali em ordem alfabética.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A pobre Santa Catarina é como o Japão: não tem recurso mineral, só inteligência. (*Risos.*)

O SR. SILVIO JABLONSKI – Note só... Veja bem, Senador, nós estamos falando da Bacia do Paraná. E a Bacia do Paraná não fica apenas no Paraná; ela cobre uma grande área de São Paulo. O nome das bacias não estão relacionados especificamente ao Estado. Nós temos a Bacia de Santos, que não fica em Santos; de Campos etc.

O gás não convencional – já foi falado aí, mas vou só mudar um pouquinho o enfoque – exige poços direcionais e horizontais; ele exige o fraturamento hidráulico; ele tem uma vazão declinante. Quando se descobre um poço, ele vai ter uma vazão muito rápida e depois ele vai declinar ao longo do tempo. Então, isso leva o concessionário a se obrigar a fazer perfurações sucessivas. Essa é uma característica do processo.

Em termos de água, a gente falou em torno de 10 a 20 mil metros cúbicos por poço. Nos Estados, que é a informação que a gente tem, isso corresponde a menos de 1% do total utilizado para todos os demais usos da bacia.

Vamos fazer uma conta. Um indivíduo, uma pessoa, num país desenvolvido, gasta de 100 a 200 metros cúbicos de água por ano. Isso significaria uma aldeia de 100 pessoas consumindo água durante um ano. A gente vai ver que os campos de golfe dos Estados Unidos gastam muito mais água do que isso aí.

Essa água pode ser recuperada? A recuperação varia de 10% a 70% da água utilizada. E do que volta, que é chamado de *flowback*, o reúso varia entre 20% e 100% do volume de água produzida; o restante é injetado em poços dedicados ou acumulado.

Isso é a foto de uma instalação nos Estados Unidos com dois tanques grandes de acumulação de água, que a gente pode ver que não é um tanque apenas escavado. É um tanque protegido com reservatório, com revestimento, para que essa água não permeie, não percole o solo. Depois, ela vai ser removida e tratada. É uma água que, conforme já foi dito, tem, basicamente, água e argila.

Qual seria, então, o risco de contaminação de aquíferos? Como a gente viu, a distância entre as fraturas – porque a gente vai fraturar – e os aquíferos são de cerca de mil a 3 mil metros. Então, como eu disse, a rocha selante, a mesma que impede o hidrocarboneto de fluir é a mesma rocha que vai impedir que essas microfraturas, com essas substâncias que a gente colocou na água, que são substâncias orgânicas e também aquilo que volta do reservatório, jamais atinjam o lençol freático. Então, as microfraturas se estendem, pela experiência americana, por 180 metros. E a gente tem esses poços, conforme foi mostrado aí, com um encapsulamento, que é utilizado nos Estados Unidos.

Hoje, a gente tem que pensar também que todo poço em terra no Brasil atravessa um aquífero. Não tem outra maneira de fazer, porque a rocha sedimentar tem água e tem óleo, eventualmente. Quando a gente tem muita sorte, ela tem óleo; quando a gente tem sorte, ela tem água.

Indução sísmica é muito pequena. Teria que haver uma combinação com as falhas preexistentes. Isso já foi colocado pelo colega.

E no caso do fraturamento, quando a gente chegar daqui a cinco ou seis anos ao fraturamento, isso vai passar pelo licenciamento ambiental específico. Em princípio, como o poço está dentro da fronteira de um Estado ou um Município, o licenciamento não seria federal. Porém, a Lei Complementar nº 140 avoca a possibilidade de fazer o licenciamento de atividades específicas, decididas a partir de uma comissão tripartite, que já existe hoje, formada por Estado, Município, Governo Federal e Conama. Então, é bem provável, pelo que se diz aí, que, ao chegar ao fraturamento, o licenciamento passe para o órgão federal.

Eu aumentei, inflacionei ali o milhão do colega para 2 milhões de poços, que é a fonte da OGP. Dois milhões de poços, desde 1940, já utilizaram fraturamento sem contaminação de reservatório.

O número de poços perfurados nos Estados Unidos – aí para gás não convencional – tem aquela tendência ascendente com 10 mil poços em 2011. E ali é aquela questão dos poços múltiplos a partir de uma única locação.

Quantos poços nós perfuramos no Brasil até hoje desde o início da era do petróleo no Brasil? Vinte e sete mil poços, para tudo, *offshore* e *onshore*. Os Estados Unidos perfuram 20 mil poços ao ano, para diversos recursos.

O problema é a relação com a comunidade que a gente vai ter, podendo ter, de repente, numa área verdejante, tráfego de caminhões, como já foi colocado...

Isso é uma instalação na Inglaterra, que também é uma instalação considerada padrão para gás não convencional. E a gente vai ter situações assim também nos Estados Unidos, no Texas, onde nós temos a torre para a produção de gás dentro do ambiente urbano.

Então, nos Estados Unidos, de fato, isso já se transformou numa situação regular que faz parte da vida das pessoas em termos de energia. Para nós, da ANP, a gente pensa que o grande problema hoje está na relação dos gasodutos. Os Estados Unidos têm uma malha de gasodutos gigantesca, coisa que nós não temos. Se a gente colocar as bacias promissoras com os gasodutos, a gente vai perceber uma falta de infraestrutura de dutos que permitam o escoamento desse gás. É claro que, como foi também aventado, a gente tem as linhas de transmissão. Mas aí nós precisamos ter a termelétrica na boca do poço, perto do poço, para transmitir a energia elétrica e não o gás. Mas nós temos tempo para isso; nós temos, acredito, cerca de 10 anos para chegar ao problema. Ocorre

que um problema que será resolvido daqui a 10 anos tem que começar a ser equacionado hoje.

Então, para terminar, o que nós achamos é que o gás não vai surgir de hoje para amanhã. O gás não convencional, nos Estados Unidos, veio do esgotamento do gás convencional. Então, as bacias eram extremamente bem conhecidas, o que favoreceu a busca desse gás que estava oculto, imerso lá na rocha geradora, Nós não temos esse conhecimento.

A 10ª Rodada de Licitações da ANP tem por objetivo tanto o gás convencional como o não convencional, mas ela vai produzir gás e conhecimento. Nós estamos exigindo no contrato, como já foi comentado aqui, que pelo menos um poço seja perfurado até a rocha geradora. A única bacia onde isso não é mandatório é na Bacia do Acre, pois nós não acreditamos que possa haver... Não é que não possa haver gás não convencional, mas por ser muito difícil a condição de obter gás não convencional no Acre devido à Floresta Amazônica e todas aquelas condições que podem impossibilitar a atividade. Mas gás convencional, sim.

Então, o gás não convencional oferece uma oportunidade importante. Nós já temos tecnologia. Nós temos que afastar o fantasma do problema ambiental, O problema ambiental existe, Não existe nenhuma forma de produção de energia no mundo, seja eólica, seja solar, que não produza algum impacto ambiental. A questão é mantê-lo nos níveis de tolerância que a sociedade exige, de tal maneira que a gente possa mitigar, impedir ou compensar qualquer problema.

Hoje, os Estados Unidos produzem 20 vezes o que o Brasil produz de gás natural, Dessas 20 vezes, 46% já são gás não convencional. Se a gente chegar a um patamar, não digo este, mas um patamar satisfatório de produção, nós vamos ter uma redução de custo. E, como o colega apresentou, para o Brasil interessa ter todas as possibilidades de tornar a nossa matriz o mais heterogênea possível.

Para que serve o gás? Se a gente partir para uma economia de biomassa, de vento, de sol, o gás é um *back-up*. Quando a água do reservatório está baixa, quando não ventar ou quando não houver sol, a gente tem que ter um *back-up*. Como nós vemos hoje aqui, com todo o potencial hidrelétrico, nós estamos acionando as térmicas. Contudo, vamos acionar térmicas com carvão? Melhor não! Melhor que nós tenhamos o gás natural se ele está abundante e se ele está barato.

Era isso que eu queria apresentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Dr. Silvio.

Passo a palavra ao Sr. **Reginaldo Almeida de Medeiros**, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

O SR. REGINALDO ALMEIDA DE MEDEIROS – Bom dia a todos!

Senador Blairo Maggi, obrigado pelo convite. Agradeço a presença dos Senadores. Para nós da Abraceel, é uma oportunidade muito marcante estar aqui apresentando alguns pontos de reflexão sobre essa questão da política energética e da exploração do gás.

A Abraceel é a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia. Hoje, temos um mercado livre de energia na eletricidade, nós temos uma diretriz da Lei do Gás no sentido de que devemos ter um mercado de gás. Todavia, mas, no momento, não temos, efetivamente, um mercado de gás no Brasil em que os consumidores possam escolher de quem comprar o gás, uma vez que não temos oferta suficiente.

A razão da minha presença aqui foi um aditamento ao requerimento de convocação desta audiência feito pelo Senador Delcídio do Amaral, tendo em vista que, recentemente, eu, representando o Fórum das Associações Pró-Mercado de Gás Natural, visitei, em missão oficial do Governo, representado aqui pelo Parlamento, o setor de gás nos Estados Unidos. E, de alguma forma, nós produzimos um relatório, que será objeto de algumas considerações que farei aqui, estabelecendo um paralelo entre o que existe nos Estados Unidos e se isso é aplicável ou não no Brasil.

O primeiro ponto aí é sobre o fórum. Quem é o fórum? O fórum é formado por 15 entidades que trabalham no sentido de desenvolvimento do mercado de gás natural. Estão nesse fórum os comercializadores, os grandes consumidores, o próprio IBP, associações de consumidores como Abividro, como a Associação Nacional dos Consumidores, a Associação Nacional de Grandes dos Consumidores, a própria Firjan, do Rio de Janeiro, Associação dos Produtores Independentes de Energia. Todas essas entidades têm interesse no desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil. E o ponto de estrangulamento, neste momento, é a questão da oferta de gás natural. Daí o nosso grande interesse nessa questão da oferta de gás não convencional.

O fórum esteve presente com a Frente Parlamentar – só recordando que essa Frente Parlamentar Pró-Gás Natural é composta por 213 Deputados e 15 Senadores de todos os partidos políticos. O Presidente é o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e o Vice-Presidente é o Senador Delcídio do Amaral.

Então, a Frente procura atingir três objetivos: a garantia do suprimento para o consumo, a uniformização das regulamentações estaduais – a cadeia do gás tem uma diferença no que se refere à cadeia de energia elétrica, porque a distribuição é de regulação

estadual e isso traz certa dificuldade no que se refere à regulamentação do mercado do gás aqui, no Brasil – e outro ponto, quando foi criada tanto a Frente quanto o Fórum no ano passado, era a abertura de novas rodadas de licitação. Essas novas rodadas foram abertas. Estamos falando da 22ª Rodada de Licitação. Estávamos há cinco anos no Brasil sem novas rodadas de licitação, o que não permitia a ampliação da oferta que é indispensável para que exista o mercado de gás.

Essa missão oficial à qual me referi é da Frente Parlamentar. Participaram essas associações. A coordenação foi do Deputado Mendes Thame. Tivemos a participação do Governo do Estado do Paraná. O objetivo era olhar essa experiência americana. O período foi de 07 a 10 de maio. A organização foi da Embaixada brasileira em Washington. O que nós visitamos aí foi a Associação dos Produtores, a Brazil Underhill Service, que é uma organização que procura facilitar os negócios do Brasil, dos Estados Unidos junto ao Congresso americano. Estivemos no Congresso americano, no Departamento de Estado, na Secretaria de Energia dos Estados Unidos, no sink tank e também estivemos lá na Johns Hopkins University.

O que eu vou apresentar é um pouco da percepção desse grupo de pessoas que esteve visitando os Estados Unidos.

O ponto central é a que se deu esse rápido sucesso dos Share Gas nos Estados Unidos. Primeiro, e o ponto fundamental, é o elevado preço do gás entre 2004 e 2007. No período de 2004 a 2007, o gás, nos Estados Unidos, estava na faixa de US\$10,00/milhão de BTU. No momento, o preço do gás no mercado spot americano está na faixa de US\$4,00/milhão de BTU.

Estivamos lá nos Estados Unidos visitando a Associação dos Produtores e eles garantem um contrato firme de gás de qualquer quantidade por dez anos a US\$6,00/milhão de BTU. No Brasil, hoje, no mês de maio, a nossa indústria compra o gás a US\$17,00/milhão de BTU. Portanto, temos uma dificuldade enorme para nossa indústria referente ao preço de gás, lembrando que o nosso objetivo principal é a abertura do mercado de gás no Brasil. E só há mercado de gás se houver aumento de oferta e só há preço baixo se houver mais oferta. Essa é uma grande dificuldade que a indústria brasileira passa nesse momento. Muitas empresas estão fechando suas portas. Eu menciono o polo cerâmico do Estado de São Paulo. Cinco empresas das dezessete existentes estão fechando as portas este ano, em função do preço do gás, porque toda indústria converteu as suas instalações para utilizar gás – está utilizando gás –, e, no momento, não está tendo condições de competir com o produto e algumas fábricas estão fechando. Outros setores industriais também passam pelo mesmo problema nesse momento. Eu cito, em particular, a indústria química,

que tem esse problema. Por isso que a questão do preço do gás é fundamental e ele só existirá se aumentar a oferta de gás.

Aí a questão da tecnologia. Isso já foi bastante explorado.

Agora, um ponto adicional aqui que eu mencionaria é essa tecnologia do *fracking*, que foi desenvolvida nos Estados Unidos não pelas grandes empresas, mas pelas pequenas empresas, aproveitando aquele momento do preço do gás muito alto, lá por 2004, 2005. Isso teve um grande desenvolvimento nos Estados Unidos.

Um ponto também diferente dos Estados Unidos e aqui do Brasil é que, nos Estados Unidos, lembrando, a propriedade do subsolo pertence à empresa ou ao proprietário do solo. Aqui no Brasil, é exigido um leilão público para que se explore o gás ou o petróleo ou todas as outras riquezas minerais, em função da nossa Constituição.

Então, esse impedimento que não existe nos Estados Unidos possibilitou o rápido desenvolvimento nos últimos cinco anos dessa tecnologia que melhorou a questão da tecnologia do Share Gas. A baixa taxa da indústria também do Share Gas nos Estados Unidos. Então, houve um incentivo muito grande, não só incentivo fiscal, não só do governo central, mas também dos governos dos estados.

Ampla acesso a financiamento a baixas taxas de juros e a existência de muitas modalidades de investimento.

Outro ponto fundamental é o baixo custo de perfuração. É um ponto que é bastante diferente do que acontece aqui no Brasil e que já foi mencionado é que, lá, existia previamente uma vasta rede de gás, que permitiu que se formasse e que se ampliasse um mercado de gás, porque, na existência do gasoduto, rapidamente o gás vira uma *commoditie*, e essa pressão competitiva permitiu que se reduzisse o preço do gás. Aqui no Brasil, nós temos dificuldade na rede de gasoduto existente.

Um outro ponto também é a questão do controle ambiental e o esforço de se adotarem as melhores práticas. A própria indústria, como mencionado aqui, tem uma preocupação muito grande de que não exista algum acidente grave que possa prejudicar todo o desenvolvimento do gás. Então, a própria indústria estimula o desenvolvimento de melhores práticas para que se evite a existência de um acidente grave e isso venha a impedir, por pressões das populações, o desenvolvimento da indústria.

Qual o impacto disso aí no que se refere também à produção de energia elétrica? É importante mencionar um dado relevante. Entre 2007 e 2012, os Estados Unidos reduziram em 12% a sua emissão global total de CO₂. Isso foi devido à substituição da geração a carvão pela geração a gás.

(*Soa a campanha.*)

O SR. REGINALDO ALMEIDA DE MEDEIROS

– Então, aí está a projeção do preço de energia elétrica para 2017 nos Estados Unidos. Vejam que toda a produção de energia elétrica, o custo marginal é muito favorável ao custo marginal da geração a gás. Isso deve reduzir também o preço da energia elétrica da produção da energia elétrica nos Estados Unidos.

Alguns pontos de atenção lá que a indústria menciona sempre e que aqui, de alguma forma, também foram abordados. Primeiro, a busca pela indústria das melhores práticas para que se evite a instalação da indústria em áreas de forte concentração populacional, fontes locais de suprimento de água, a contaminação de aquíferos, a gestão de emissão de produtos químicos. Isso é uma preocupação muito grande, tanto da indústria quanto das autoridades.

Políticas ambientais, exportações e nosso consumo doméstico.

Então, hoje, com essa oferta de gás, há uma preocupação muito grande de abrir novos mercados. Estão-se abrindo novos mercados para desenvolvimento de locomotivas a gás, no desenvolvimento do gás veicular. A indústria está trabalhando muito para que se abram novos mercados para o gás.

E um ponto central aqui para nós é a questão da exportação do gás. Os Estados Unidos, segundo projeção deles lá, em 10 anos, deverão ser autossuficiente em energia. Não que eles vão se transformar num exportador líquido de energia, mas eles serão autossuficientes. Como a economia americana tem uma forte tradição de um mercado de energia, esse mercado de energia terá reflexo no mundo todo. Já hoje essa redução do preço do gás nos Estados Unidos tem reflexo em outros mercados. Parte significativa dessa produção de carvão mundial que foi deslocado dos Estados Unidos pela presença do gás, hoje, entra na Europa, e a própria Alemanha está aumentando a sua geração a carvão. Então, é de se esperar que haja uma grande modificação no mercado energético mundial nos próximos anos em função desse próprio aumento da oferta do gás nos Estados Unidos.

Outro ponto que também é importante é que agora, eles estão trabalhando a tecnologia não só para produzir gás, mas para produzir também óleo. É um ponto de atenção, porque eles estão trabalhando a tecnologia também para ampliar a produção de óleo.

Um ponto central que também acho que é aplicável no Brasil, conforme já abordado pelos meus colegas aqui da Mesa, é a questão da aceitação do gás não convencional. A indústria, lá, faz um trabalho muito forte junto à população para levar a informação correta sobre reais riscos dessa nova tecnologia. Aqui, tanto o IBP como os outros colegas fizeram esses esforço para trazer a infor-

mação correta. Eu acho que é com base na informação correta que as autoridades podem tomar as decisões.

Um ponto importante a ressaltar é que essa indústria, na visão dos americanos, está vivendo apenas a primeira onda de exploração e está aprendendo com as lições que tem. A perspectiva hoje, pelo menos na administração Obama, é que os Estados Unidos terão um papel fundamental na economia mundial em função da existência, pela primeira vez na história americana, de produção de uma energia barata que, na visão deles, vai atrair indústrias que, antes, saíram dos Estados Unidos e, agora, estão voltando para lá em função da disponibilidade de uma energia barata.

Como todos sabem, ao longo da história do desenvolvimento dos países, a fonte barata de energia é uma das causas do desenvolvimento dessa sociedade.

Na visão dos americanos, tentando pegar o gancho aqui da questão ambiental, o risco ambiental para a atividade econômica parece suportável para a sociedade e, do ponto de vista do benefício econômico que isso traz, o país deve seguir firme nessa nova tecnologia, porque, na visão deles, isso permite uma produção de gás a um preço bastante competitivo no mundo todo.

Todo esse material que colhemos nessa viagem que procurei brevemente trazer aqui para os senhores está disponível no *site* da Abraceel. Eu posso enviar para os Senadores e todos os presentes aqui esse material, que é muito rico.

Como ponto final, eu queria ressaltar aqui que nós, as associações que compõem esse fórum, temos uma preocupação muito grande com a abertura do mercado aqui, no Brasil. É muito importante que se abra o mercado. O exemplo americano do rápido desenvolvimento dessa tecnologia foi que existia previamente um mercado aberto, o qual tem uma direção para aquele energético que reduz o preço final para o consumidor. O preço final para o consumidor é muito importante. E a existência de forças competitivas que induzam o consumo do energético mais barato é um fator fundamental do desenvolvimento econômico e social de um país.

Basicamente era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo Medeiros.

Devido ao adiantado da hora, eu, de imediato, passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Luiz Henrique, para suas considerações, e, depois, ao Senador Jorge Viana.

Senador Luiz Henrique, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós reque-remos a realização desta audiência pública para que possamos iniciar a avaliação dos efeitos econômicos e ambientais da extração do gás não convencional.

Evidentemente que essa novidade vai provocar mudanças não só na economia brasileira, no seu relacionamento com a comunidade internacional, como vai provocar mudanças profundas na economia mundial. Essas mudanças, efetivamente, haverão de gerar novos horizontes geopolíticos, fazendo com que a região do Oriente Médio perca a importância que tem hoje como conjunto de países exportadores de petróleo.

O que gostaríamos de saber é exatamente isto: o Brasil deve aproveitar esse tipo de produção de energia barata ou deve ater-se a cuidados ambientais e refutar do ponto de vista dos riscos ambientais que são produzidos pelo *fracking*, pelo fraturamento hidráulico, de contaminação dos lençóis freáticos, de utilização massiva de água, de utilização de produtos químicos e tudo que envolve esse sistema que é efetivamente uma novidade?

Por outro lado, as economias brasileira e americana não são complementares. O Brasil sempre levou vantagem em relação aos Estados Unidos por dispor de energia barata, principalmente a hidráulica, o que fez com que os Estados Unidos expatriassem suas empresas, principalmente no setor petroquímico, no setor cerâmico praticamente foram reduzidas de maneira muito forte a sua indústria têxtil. Esse processo vai gerar o repatriamento dessas indústrias, com graves prejuízos para a economia nacional.

No dia 24 de julho, dialogando com estudantes e professores na Hofstra University, o Presidente Obama celebrava, com uma efusividade absoluta, essa nova realidade da energia barata no seu país. E dizia aos estudantes: vocês vão deixar de buscar emprego nas nossas empresas na Índia, na China, no Brasil, porque vamos trazer nossas empresas de volta.

Leio aqui um texto daquela exposição do Presidente que foi levada ao ar pela CNN, mais ou menos duas horas de exposição, onde ele diz o seguinte:

Vamos produzir agora mais gás natural do que qualquer país da Terra. Estamos prestes a produzir mais do nosso próprio petróleo do que o que compramos no exterior, pela primeira vez em 20 anos. Com a nova revolução americana em energia, estamos realmente preparados para reverter as forças que castigaram a classe média por tanto tempo e reconstruíram uma economia onde todos que trabalham duro podem chegar à frente.

Essa questão se me afigura não muito simples. Em várias partes do mundo, mesmo nos Estados Unidos, há reações fortes a esse sistema de extração de gás. O Estado de Nova York, que é o segundo potencial de exploração, proibiu o

fracking. Vários estados alemães, onde há presença forte de gás de xisto, proibiram também. A França proibiu; a Austrália proibiu.

E nós vimos recentemente uma megamanifestação diante da Casa Branca pedindo que os Estados Unidos não explorem o gás de xisto em território federal e em reservas indígenas.

O secretário de energia dos Estados Unidos, em entrevista recente, fez um vaticínio ainda mais efusivo que o presidente, dizendo que, em 2020, os Estados Unidos serão autossuficientes em energia.

E o que é importante assinalar é que o secretário já não fala em produção de Share Gas a US\$6 por milhão de BTU, a US\$4, já falam a US\$3,50. O que representa algo próximo a 85% do preço que nós praticamos no nosso País.

Em síntese, nós já vivemos um processo de desindustrialização por outras razões, como baixo investimento em infraestrutura, baixo investimento em inovação, pela ciclotimia do câmbio, alta carga fiscal, peso da burocracia. E vivemos agora essa grande ameaça.

Por isso, Presidente Blairo Maggi, considero essa audiência como de alta relevância e penso que, a partir dela, o Senado como um todo se debruce sobre essa questão, partindo da indagação: nós vamos, por precaução ambiental, abdicar do gás de xisto? Ou nós, que temos reservas muito promissoras, vamos adotar esse sistema para que a nossa economia não perca, ainda mais, o seu nível de competitividade?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, caso queira fazer alguma intervenção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para cumprimentar.

Penso que o Senador Luiz Henrique já mostrou a relevância desta audiência. Trata-se de um tema novo para o Brasil e para o mundo, mas muda a matriz energética da maior economia do mundo. Não é pouca coisa. Se não quisermos ficar para trás, temos que aprofundar o debate, buscar conhecer essa matéria, entendendo que a geografia do petróleo e de outras fontes de energia muda, com os Estados Unidos fazendo uma opção pelo gás de xisto. É um fato.

Então, isso para o Brasil, que é um grande consumidor e um grande produtor de energia pelo potencial, nós temos que fazer. E estamos inaugurando aqui o debate. Pena ser hoje o dia em que a Presidenta da República vem ao plenário do Senado e, além do mais, temos uma série de

trabalhos, como os colegas sempre dizem, que são inconciliáveis. Portanto, não é nenhum desrespeito para com os convidados.

Cumprimento todos os convidados aqui presentes, especialmente o Presidente Blairo, o autor do requerimento e o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Consulto o Senador Aloysio Nunes se quer fazer algum comentário. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, eu infelizmente estava relatando matéria em outras Comissões, assim sendo, não pude estar presente. Lamentei imensamente ter perdido parte desta audiência, mas vou consultar as notas taquigráficas da reunião para me interar do teor dos depoimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente,, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria só enfatizar a importância que cada um dos debatedores deu a esta audiência pública e o nível de subsídio que nós obtivemos, o que aumenta mais a nossa convicção de colocar essa questão como item absolutamente prioritário nas preocupações do Senado e do País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu consulto nossos convidados se algum dos senhores tem alguma colocação a fazer antes de eu encerrar a reunião. Normalmente, concedemos mais cinco minutos para cada um, para que possam fazer o uso da palavra, mas, como nós temos Plenário daqui a alguns minutos, quatro ou cinco minutos, eu gostaria de saber, então, se algum dos senhores tem alguma coisa a colocar. Caso contrário, infelizmente, deixaremos para outra oportunidade, porque não faltarão oportunidades para discutirmos esse assunto no Senado.

Mas, por favor, se alguém quiser fazer uso da palavra, fique à vontade. *(Pausa.)*

O SR. REGINALDO ALMEIDA DE MEDEIROS – Apenas um ponto. Deixar registrado que é muito importante quando se fizer uma audiência desta natureza chamar pessoas ligadas ao mercado. Porque o pessoal que está ligado ao mercado

é, efetivamente, quem conhece as necessidades do consumidor, as necessidades do produtor. É importante que se traga a visão do mercado, porque nos Estados Unidos isso só aconteceu – essa revolução dos últimos cinco anos – porque lá existia um mercado.

Nos últimos cinco anos, nós não tivemos efetivamente um mercado de gás aqui, no Brasil, a despeito da aprovação da Lei do Gás. Então, é muito importante que participem, numa audiência desta natureza, não só os representantes governamentais, mas também os representantes do mercado.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado. Nós faremos isso oportunamente.

Há outras comissões também, como a Comissão de Infraestrutura, que trata mais especificamente do assunto investimento. Nós, nesta Comissão, tratamos mais pelo veio da questão ambiental. Portanto, a ideia desta audiência pública era dar um pontapé inicial, já que nós não tivemos nenhuma reunião sobre esse assunto.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado, foram muito importantes as colocações de V. S^{as}, além do aprendizado no dia de hoje. Eu pelo menos não conhecia absolutamente nada do assunto. Mas agora saio com algum conhecimento, relativamente pequeno, mas consigo decifrar o que é uma coisa e o que é outra agora.

Muito obrigado, senhores.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Convocarei a nossa reunião ordinária logo em seguida. *(Pausa.)*

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, APÓS A 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CMA, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin e Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara abertos os trabalhos e passa à **PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, de 2013**, que “Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento, do Senhor Ministro das Cidades, **AGUINALDO VELLOSO BORGES RIBEIRO**, para prestar esclarecimentos acerca do cancelamento da missão da ONU, cujo objetivo era avaliar a situação do acesso à água e saneamento no País”. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Adiado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, de 2013**, que “Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 20 de setembro de 2013, em local a ser definido, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2013**, que “Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o sr. **JOÃO AUGUSTO HENRIQUES**, ex-diretor da BR Distribuidora, para que, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa prestar os devidos esclarecimentos sobre suas denúncias de existência de um esquema de corrupção na

Petrobras para favorecer parlamentares, partidos políticos e campanhas eleitorais”. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Resultado: Adiado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 48, de 2013**, que “Requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, seja extinta a “Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 – CMARIO20P” para a criação da “Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos”, aprovada no Requerimento nº 33, de 2013 – CMA, tendo em vista que o Regimento Interno limita a 4 o número de subcomissões que podem funcionar simultaneamente em uma Comissão”. Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Adiado. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, de 2013**, que “Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Justiça; 2. Representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos; 3. Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo; 4. Representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; 5. Representantes da empresa Siemens. Autoria: Senador Wellington Dias e outros. Resultado: O Requerimento foi lido e, conforme entendimento adotado pela Comissão, será apreciado em reunião posterior. **ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 50, de 2013**, que “Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 2. Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô;

3. Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM; 4. José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM; 5. José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 6. Luiz Carlos David Frayze, ex-Presidente do Metrô; 7. Décio Tambeli, ex-Diretor da CPTM; 8. José Jorge Fagali, ex-Presidente do Metrô; 9. Sérgio Avelleda, ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial); 10. Nelson Scaglioni, ex-gerente de manutenção do Metrô; 11. Ademir Venâncio, ex-Diretor da CPTM; 12. Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE; 13. Robson Marinho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE)”. Autoria: Senador Wellington Dias e outros.

Resultado: O Requerimento foi lido e, conforme entendimento adotado pela Comissão, será apreciado em reunião posterior. **ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 51, de 2013**, que “Requerem, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para criação de um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)”. Autoria: Senador Wellington Dias e outros. Resultado: O Requerimento foi lido e, conforme entendimento adotado pela Comissão, será apreciado em reunião posterior. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 27/08/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi/Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passemos, então, à pauta. Há o requerimento nº 2, que será votado na manhã de hoje, assinado pelo Senador Rodrigo Rollemberg e por mim subscrito que passo a ler:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 46, DE 2013

Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 a 20 de setembro de 2013, em local a ser definido, como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros
Observações: *O Requerimento foi lido na reunião do dia 20/08/2013 e está pronto para deliberação.*

Portanto, o submeto à votação.

Eu subscrevo esse mesmo requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi/Bloco União e Força/PR – MT) – Agora farei a leitura de três requerimentos extrapauta para a ciência dos membros desta Comissão, que serão inseridos na pauta da próxima reunião para deliberação.

REQUERIMENTO N° 49. DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes

convidados: 1. Representante do Ministério da Justiça; 2. Representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos; 3. Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo; 4. Representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; 5. Representantes da empresa Siemens.

Autor: Senador Wellington Dias e outros

REQUERIMENTO Nº 50 DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 2. Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô; 3. Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM; 4. José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM; 5. José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 6. Luiz Carlos David Frayze, ex-Presidente do Metrô; 7. Décio Tambeli, ex-Diretor da CPTM; 8. José Jorge Fagali, ex-Presidente do Metrô; 9. Sérgio Avelleda, ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial); 10. Nelson Scaglioni, ex-gerente de manutenção do Metrô; 11. Ademir Venâncio, ex-Diretor da CPTM; 12. Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE; 13. Robson Marinho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Autor: Senador Wellington Dias, também pelo Senador Humberto Costa e demais Senadores.

REQUERIMENTO Nº 51 DE 2013

Requeremos, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Coontrole, para criação de

um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitano (CPTM).

Autor: Senador Wellington Dias e outros

Esses três requerimentos constarão da pauta da semana que vem, para que possamos deliberar sobre eles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, embora não haja deliberação sobre esse assunto, para manifestar o meu estupor diante do teor desses requerimentos que V. Ex^a acabou de ler. Não há outra palavra. Estupor, indignação. Estranheza seria fraco. É realmente algo que me parece absolutamente inadmissível. Há aqui simplesmente uma tentativa de instrumentalizar uma comissão do Senado Federal para a batalha política eleitoral. Só isso! Não há mais nada além disso nesses três requerimentos subscritos pelo Senador Wellington Dias e por outros Senadores. Só isso.

É uma curiosidade seletiva, em primeiro lugar. Vamos analisar a formação de cartel ocorrida no âmbito do transporte metropolitano de São Paulo, que está sendo apurada pelo Cade e outras instituições, inclusive o Ministério Público. Por que só São Paulo? Eu sou plenamente a favor de se apurar tudo que aconteceu em São Paulo ou que deixou de acontecer em São Paulo. Nunca tive nenhum problema. Inclusive fui Secretário dos Transportes Metropolitanos, e minhas contas foram absolutamente aprovadas, não houve nenhuma ressalva no Tribunal de Contas, nada.

E mais: eu tive acesso, Sr. Presidente, a toda a documentação relativa ao acordo de leniência da Siemens com o Cade. São mais de 1.000 páginas. Analisei uma por uma. Não há sequer uma menção – nenhuma! – à participação de agentes públicos naquela operação. Nenhuma! De políticos, de dirigentes do meu Partido, de dirigentes de outros partidos, de dirigentes do Metrô. Nada! No entanto, o primeiro requerimento convoca toda a diretoria e as ex-diretorias, inclusive com a menção de má-fé ao se referir ao Sr. Sérgio Avelleda, ex-Presidente do Metrô, afastado por

determinação judicial, deixando de dizer que foi também reintegrado por determinação judicial.

Uma curiosidade seletiva! Por que não vão examinar a formação de cartel na CBTU, uma empresa federal, investigação que já está sendo hoje conduzida pelo Ministério Público? Cartéis que já estão sob a mira da CGU. A CBTU é uma empresa federal para fornecimentos de trens, reformas de trens e outros fornecimentos em metrô e trens metropolitanos que são construídos pela CBTU. Por que a curiosidade do PT aqui, nesta Comissão, se volta apenas para São Paulo? Sabe por que, Sr. Presidente? Todos nós sabemos. Isso aqui é campanha eleitoral. Só isso. É a tentativa de instrumentalizar uma comissão do Senado para campanha eleitoral, para disputa política politiquêira. Só isso!

Sr. Presidente, nós vamos participar da deliberação da audiência pública que V. Ex^a transferiu para a semana que vem, para manifestarmos com ainda mais vigor, ainda mais indignação o nosso repúdio a esse tipo de manobra politiquêira do PT nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Eu, antes de encerrar esta reunião, queria só comunicar que na semana que vem, no dia 3, então, vamos apreciar esses requerimentos e também os requerimentos de autoria de V. Ex^a, que pedem também a investigação de vários pontos com respeito à Petrobras, e eles entrarão na pauta então na semana que vem, já que hoje nós não tínhamos número suficiente de Senadores para colocar em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O requerimento que apresentei diz respeito a algo inequívoco. É uma denúncia de um lobista que diz ter havido pagamento de propina para a concretização de um negócio da Petrobras. Refere-se à compra de uma refinaria na Argentina.

Acontece que nesse caso, além das declarações que foram reproduzidas pela revista *Época*, há uma gravação, há um vídeo, há um áudio em que esse senhor reafirma as informações que deu. Provavelmente ele não virá. A essa altura está lá em Dubai, refugiado em Dubai ou não sei onde.

Mas o meu requerimento diz respeito a algo absolutamente inequívoco, que foi comentado por todo mundo aqui, no mundo político, no mundo jornalístico, que gerou a maior das preocupações e o desejo de saber exatamente o que aconteceu. Esses três requere-

mentos são – reafirmo – uma manobra politiquêira do mais baixo nível que está sendo tramada pela bancada do PT aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Declaro encerrada esta reunião e convoco então para terça-feira, às 8h30min, dia 3, a próxima reunião desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia três de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Jorge Viana, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Eduardo Amorim e Fernando Collor. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. A Presidência faz, então, breve resumo sobre as reuniões anteriores, ocorridas em 27 de agosto de 2013 e passa a palavra ao Senador Acir Gurgacz. **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Aviso nº 1.458, de 30 de agosto de 2013, que encaminha o relatório de atividades do TCU referente ao segundo trimestre do exercício de 2013, enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato nº 2/2009 da CMA. **LEITURA DE REQUERIMENTOS. REQUERIMENTO Nº 52, DE 2013 – CMA**, que “Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno

do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado para comparecer no plenário desta Comissão o Engenheiro João Augusto Rezende Henriques para que possa esclarecer as denúncias que apresentou na revista *Época*, publicada em 10 de agosto de 2013”. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **REQUERIMENTO Nº 53, DE 2013 – CMA**, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugere sejam convidados: Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; Senhor Joaquín Molina – representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde”. Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Rodrigo Rollemberg. **REQUERIMENTO Nº 54, DE 2013 – CMA**, que “Nos termos do inciso II do 2º do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), audiência pública conjunta para discutir o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 18, de 2013, autoria do Tribunal de Contas da União (AVISO nº 00703 de 05/06/2013, na origem), que Encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento da auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, com as seguintes presenças: Ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz; Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; e Representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Passa-se à **PAUTA. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC.**

E CONTR Nº 48, de 2013, que “Requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, seja extinta a “Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 – CMARIO20P” para a criação da “Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos”, aprovada no Requerimento nº 33, de 2013 – CMA, tendo em vista que o Regimento Interno limita a 4 o número de subcomissões que podem funcionar simultaneamente em uma Comissão”. Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. **ITEM 7) OFÍCIO “S” Nº 20, de 2013 – Não Terminativo**, que “Encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da ANEEL referente ao exercício de 2012”. Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Relatoria: Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pelo conhecimento, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e CI para instrução dos membros dessas Comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e CI para instrução dos membros dessas Comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, e posterior arquivamento. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2008 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000”. Autoria: Deputada Nice Lobão. Relatoria: Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CCJ/CMA (substitutivo). **ITEM 9) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, de 2009 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (caso registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados)”. Autoria: Deputado Celso Russomano. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2009 – Não Terminativo**, que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a

fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda”. Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE). Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 162/2009, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ, e pelo arquivamento do PLS nº 291/2009. Resultado: Concedida vista do projeto ao Senador Acir Gurgacz, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2012 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações”. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo). **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2012 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas”. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senadora Kátia Abreu (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. **ITEM 12) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2010 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana”. Autoria do Projeto: Deputado Miguel Martini. Relatoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 13) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, de 2007 – Terminativo**, que “Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, de modo a permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de construção de moradias populares”. Autoria: Senador Mário Couto. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 71, de 2009 – Terminativo, que “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 172/2007, com uma emenda, e pela rejeição do PLS nº 71/2009. Resultado: Aprovado o PLS nº 172, de 2007, com a emenda nº 1-CMA, apresentada durante a discussão, e rejeitado o PLS nº 71, de 2009, por unanimidade. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2013 – Terminativo**, que “Altera o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para vedar a utilização de sistemas de cobrança, tais como comandas, cartões eletrônicos ou similares, que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados”. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2013 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências”. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **As demais matérias foram retiradas de pauta.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE 03/09/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A 27ª Reunião Extraordinária da CMA tratou da audiência pública para debater a exploração do gás natural do xisto, seus efeitos na política energética e na economia do setor, bem como os aspectos ambientais do método de extração por meio de fraturamento de rochas e injeção de água e produtos químicos do subsolo, em atendimento aos Requerimentos nº 31 e 42, de 2013, da CMA, de autoria dos senadores Luiz Henrique e Delcídio do Amaral, respectivamente.

O evento contou com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério do Ministério de Minas e Energia (MME); o Sr. Flávio Soares do Nascimento, Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA); o Sr. Antônio Guimarães, Secretário Executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo Gás e Biocombustíveis (IBP); o Sr. Alvares Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI); o Sr. Sílvio Jablonski, Chefe de Gabinete da Agência Nacional do Petróleo; e também o Sr. Reginaldo Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL).

Os debatedores apontaram a produção de gás de xisto, no Brasil, como relevante para dinamizar a economia e afirmaram que a exploração não convencional de gás apresenta impactos ambientais controláveis equivalentes a outras modalidades de produção energética.

Por outro lado, o Senador Luiz Henrique lembrou manifestação em frente à Casa Branca que pediu a interrupção da exploração do gás de xisto por conta de impactos ambientais, como o excessivo uso de água nos poços.

Os tremores de terra decorrentes das explorações e o risco de contaminação de aquíferos e que a exploração dos recursos está proibida também na Alemanha, na França e na Itália, porém lembrou que o Brasil enfrenta o fechamento de indústrias e a queda de emprego, opinando que o Senado precisa se debruçar sobre essa questão.

Após a audiência pública, tivemos uma breve reunião deliberativa onde foi aprovado o Requerimento nº 46, de 2011, da CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, a qual subscrevo, que requer a realização por esta Comissão da exposição Cerrado Vivo, no período de 11 de setembro de 2013, em local a ser definido como parte das atividades em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado.

Bom, esse foi o resumo da nossa reunião de quarta-feira passada.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para fazer a sua manifestação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Sr. Presidente.

Na última sexta-feira, nos fizemos uma audiência chamada de Ciclo de Palestras e Debates lá em Guajará-Mirim. Embora essa reunião tenha sido feito através da Comissão de Agricultura, Sr. Presidente, entendo que é pertinente nós também fazermos o relatório do que fizemos nessa reunião aqui nessa Comissão de Meio Ambiente.

Só para conhecimento, o Município de Guajará-Mirim possui 24.783 km² de área, Sr. Presidente. E desses, 22.000 km² são destinados a reservas. Eu cito aqui todas elas, por exemplo, a Terra Indígena Igarapé Lage; Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto; Reserva Biológica do Rio Ouro Preto; Reserva Extrativista Pacaás Novas; Terra indígena Rio Negro/Ocaia; Terra Indígena Pacaás Novas; Reserva Biológica Traçadal; Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau; Parque Nacional Pacaás Novas; Terra Indígena Sagarana; Terra Indígena Rio Guaporé; Parque Estadual Guajará-Mirim, Reserva Extrativista Rio Cautário e Reserva Extrativista Barreiro das Antas; Parque Nacional Serra da Cotia. O total da área de unidade de conservação: 22.553 km², ou 93% do Município de Guajará-Mirim correspondem a unidades de conservação e reserva em geral.

Nós levamos o tema para debater em Guajará-Mirim, onde nos deparamos com uma situação para a qual eu já tinha chamado a atenção dos Srs. Senadores e da população brasileira, durante os debates sobre o Código Florestal Brasileiro.

Trata-se da limitação para a atividade econômica, principalmente agrícola, imposta pelo estatuto da Reserva Legal de 80% das propriedades na Amazônia.

O Município de Guajará-Mirim possui 93% de seu território com cobertura florestal protegidos por unidades de conservação e reservas indígenas.

A agricultura e a pecuária encontram potencial para a expansão do Município, no entanto, encontram limitações legais e físicas, pois quase não há mais espaço para a expansão agrícola devido à proteção ambiental.

Por conta disso, até os agricultores que trabalham em áreas já transformadas encontram dificuldades para trabalhar. Como nos relatou o agricultor Leinilson Monteiro Cavalcanti, da Associação dos Produtores da 5ª Linha do lata. Segundo ele, a comunidade inteira está sofrendo com as restrições impostas pelos órgãos ambientais e com a falta de assistência técnica por parte das agências de fomento da agricultura.

De acordo com o Leinilson, os órgãos ambientais impedem os métodos de manejos tradicionais, como a coivara para a queimada do pasto de capoeiras ou de áreas degradadas. E eles não possuem equipamentos nem técnicas para realizar a destoca da sua terra, para torná-las apta para o arado. Nesse caso, percebemos a importância da redução da reserva legal para 50% das propriedades, conforme definimos no Código Florestal para os Municípios da Amazônia com de 80% da sua área protegida por unidades de conservação ou terras indígenas. Se não fosse esse instrumento, a atividade agrícola, que já se encontra limitada, seria praticamente inviável no Município de Guajará-Mirim.

Eu entendo que, se o Município tem 93% de reserva, os 7% restantes que ainda incluem a cidade e os distritos poderiam ser livre de ter que preservar ainda 50%, pois o Município todo já tem 93% de reserva, Sr. Presidente, sobrando apenas 7%, incluindo a cidade e os distritos.

Eu entendo que nós poderíamos debater e eu farei um estudo mais aprofundado nesse sentido para que não haja necessidade de termos reserva legal nesses Municípios e nesses casos.

Nessas reuniões que realizamos, discutimos formas alternativas para promover o desenvolvimento sustentável do Município e chamamos a atenção para outro instrumento de gestão que incluímos no Código Florestal, que trata do pagamento por serviços ambientais.

Esse mecanismo financeiro tem sido muito propagado como uma alternativa às atividades produtivas, no entanto, ainda não vi o mesmo ser aplicado com êxito em nenhum lugar da Amazônia ou do Brasil.

Creio que é preciso fazer valer a legislação que aprovamos também quando ela prevê a compensação financeira para o produtor que preserva. É muito fácil apenas multar o agricultor que corta algumas árvores ou faz uma coivara para limpar o terreno e passar o arado. Mas parece que o governo não está preparado para pagar o agricultor que promove a preservação.

Particularmente na Amazônia, não podemos mais ser penalizados por proteger florestas e não termos nenhuma compensação financeira como contrapartida.

Diante da dificuldade em se implantar esses mecanismos de pagamento por serviços ambientais aos agricultores, creio que temos que pensar em formas alternativas de desenvolvimento desses Municípios com mais de 80% de seus territórios protegidos. O que não podemos é deixar os produtores rurais desses Municípios sem assistência técnica para que possam incorporar práticas sustentáveis em suas lavouras sem créditos e até mesmo sem energia, como ocorre em muitos Municípios de Rondônia.

Uma alternativa neste caso é outra possibilidade criada pelo Código Florestal que permite que a área da reserva legal seja averbada em outro local da mesma titularidade e do mesmo bioma. Porém, mais do que isso, precisamos pensar em projetos integrados de desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do extrativismo.

Nesse particular, é competência da Suframa, que tem nas suas atribuições a promoção de desenvolvimento do interior da Amazônia em parceria com governos estaduais e municipais, instituições de pesquisas, entidades de classe e cooperativas. É competência da Suframa viabilizar projetos de apoio à infraestrutura econômica, à produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento, e formação de capital intelectual e ainda capacitação, treinamento e qualificação profissional dos Municípios da Amazônia.

Isto foi o que cobramos do Superintendente da Suframa, Dr. Thomaz Nogueira: que a Suframa exerça com efetividade sua competência, investimento na cidade e coordenando a elaboração de projetos visando o desenvolvimento da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Um dos motivos pelos quais a Suframa não está investindo de maneira que deveria para o desenvolvimento da Amazônia é o fato de que, por exemplo, em 2012, a Suframa arrecadou R\$480 milhões a título de taxas de serviços administrativos. Porém, R\$300 milhões foram retidos pelo Governo Federal para formação do superávit primário.

Entendo que não podemos deixar que todo esse dinheiro arrecadado na Amazônia seja utilizado para compor o superávit primário do País e não seja investido no desenvolvimento da Amazônia. Ou seja, se não bastasse o contingenciamento dos recursos da Suframa pela União, ainda não recebemos nada em troca por preservar e cuidar da floresta na Amazônia.

Já solicitei audiência com os Ministros da Indústria e Comércio, Planejamento e Fazenda para que a gente possa debater essa questão do contingenciamento do que a Suframa arrecada na Região Amazônica e não aplica na região, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas colocações, agradecendo a V. Ex^a o tempo a mim dispensado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, que representa o Estado de Rondônia. Cumprimento-o pela audiência pública realizada no seu Estado.

As questões ambientais, como V. Ex^a colocou, realmente são diferentes em cada uma das regiões. Temos uma legislação nacional e que, em determinados Municípios, a exemplo do que acontece em Rondônia, acontece também em Mato Grosso, no Amazonas, no

Acre, os Municípios não têm a mínima condição de expandir, crescer, porque as reservas praticamente tomam conta de todo o território, como V. Ex^a colocou, 97%...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) –... Noventa e três por cento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Noventa e três por cento, sobrando 7% para o uso. Então, é uma situação muito pequena...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Incluindo as cidades, os distritos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) –...situação pequena e que merece sim uma atenção. Lembro-me de que discutimos isso no Código Florestal. Havia até uma emenda para não houvesse a obrigatoriedade da reserva para os Municípios que atingissem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Oitenta por cento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Oitenta por cento, não é? À época já fazíamos essa discussão. Então, agora encontramos alguma coisa mais grave ainda, de 93% do território fechado.

Eu quero fazer aqui a leitura dos avisos.

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que o aviso estará relacionado na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso ficará à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão.

– Aviso nº 1.458, de 30 de agosto de 2013, que encaminha o relatório de atividades do TCU referente ao segundo trimestre do exercício de 2013, enquadrado no inciso IV do art. 2º do Ato nº 2/2009 da CMA.

Leitura de requerimentos. Farei a leitura de três requerimentos que foram recebidos nesta Comissão, apenas para a ciência dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Quanto ao conteúdo, conforme procedimento adotado por esta Comissão, faremos a votação na próxima reunião deliberativa.

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado para comparecer no plenário desta Comissão o Engenheiro João Augusto Rezende Henriques, para que possa esclarecer as

denúncias que apresentou na revista Época, publicada em 10 de agosto de 2013.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Informo que o Requerimento nº 47, de 2013, da CMA, item 2 da pauta, tem o mesmo teor desse requerimento. Dessa forma, caso seja aprovado, tornará prejudicado o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura, Esportes (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro que sejam convidados os Exm^{os} Srs. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, e o Sr. Joaquín Molina, Representante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Rodrigo Rollemberg.

REQUERIMENTO Nº 54, de 2013

Nos termos do inciso II do art. 58 da Constituição da República e dos arts. 93 e 103 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), audiência pública conjunta para discutir o Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle nº 18, de 2013, autoria do Tribunal de Contas da União (Aviso nº 703, de 5/6/2013, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.382/2013-TCU do Plenário, proferido nos autos do processo nº TC038495/2012-4, acompanhado do relatório de voto que fundamentam, referente ao levantamento da auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate

às queimadas e incêndios florestais com as seguintes presenças: Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Aroldo Cedraz; Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai); Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; e o Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e também um representante do Ministério do Meio Ambiente autoria do Tribunal de Contas da União (AVISO nº 00703 de 05/06/2013, na origem), que Encaminha cópia do Acórdão nº 1382/2013 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC038.494/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao levantamento da auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais, com as seguintes presenças: Ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz; Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai); Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Antes de passarmos à pauta, quero comunicar que foram retirados da pauta de hoje os itens nº 1, 2, 4, 5, 6, 14 e 16, que foram solicitados pelos seus autores, por não estarem presentes ou por outros motivos.

(São os seguintes os itens adiados:)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento, do Senhor Ministro das Cidades, AGUINALDO VELLOSO BORGES RIBEIRO, para prestar esclarecimentos acerca do cancelamento da missão da ONU, cujo objetivo era avaliar a situação do acesso à água e saneamento no País.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, DE 2013

Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. JOÃO AUGUSTO HENRIQUES, ex-diretor da BR Distribuidora, para que, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa prestar os devidos esclarecimentos sobre suas denúncias de existência de um esquema de corrupção na Petrobras para favorecer parlamentares, partidos políticos e campanhas eleitorais.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, DE 2013

Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Justiça; 2. Representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos; 3. Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo; 4. Representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; 5. Representantes da empresa Siemens.

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 50, DE 2013

Requerem, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal

a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados: 1. Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 2. Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô; 3. Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM; 4. José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM; 5. José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano; 6. Luiz Carlos David Frayze, ex-Presidente do Metrô; 7. Décio Tambeli, ex-Diretor da CPTM; 8. José Jorge Fagali, ex-Presidente do Metrô; 9. Sérgio Avelleda, ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial); 10. Nelson Scaglioni, ex-gerente de manutenção do Metrô; 11. Ademir Venâncio, ex-Diretor da CPTM; 12. Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE; 13. Robson Marinho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 51, DE 2013

Requerem, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para criação de um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2011

– Terminativo –

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela rejeição

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.)

Então, vamos ao item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2013

Requer, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja extinta a “Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20” para a criação da “Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos”, aprovada no Requerimento nº 33, de 2013 – CMA, tendo em vista que o Regimento Interno limita a 4 o número de subcomissões que podem funcionar simultaneamente em cada Comissão.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Observações: O Requerimento foi lido na reunião do dia 20 de agosto.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

ITEM 7
OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2013
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual da Aneel referente ao exercício de 2012.

Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pelo conhecimento, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e também para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para instrução dos membros dessas comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, e posteriormente o arquivamento.

Eu quero pedir ao Senador Acir Gurgacz para ler o relatório do Senador Luiz Henrique do item nº 7. Já vamos encaminhar a V. Ex^a. Como o Senador Luiz Henrique não está presente, eu solicito ao Senador Acir Gurgacz que faça, então, a leitura desse item nº 7. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O relatório é do Senador Luiz Henrique e tenho a honra de fazer a relatoria *ad hoc*.

Tramita nesta Comissão o Ofício nº S/20, de 2013, que encaminha ao Senado Federal cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual, relativo ao ano de 2012, de lavra da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Doravante nos referiremos a esse documento apenas como relatório.

Vamos à análise.

Compete a esta Comissão, entre outras atribuições, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, a Aneel, como integrante da administração indireta, pode ter os seus atos de gestão fiscalizados por esta Comissão.

De início, cabe destacar que o envio do Relatório de Gestão da Aneel ao Senado Federal é iniciativa espontânea da diretoria colegiada dessa Agência, não havendo dispositivo legal que vincule o seu envio diretamente a esta Casa. Nesse sentido deve-se louvar a iniciativa da sua diretoria, que, com isso, fortalece a prática da transparência dos seus atos de gestão perante a sociedade brasileira.

O envio do Relatório não substitui a necessária presença do Diretor-Geral da Aneel no Senado Federal para prestar contas da gestão da Autarquia, anualmente, em reunião conjunta da CCJ, CAE e CI, nos termos do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal. Ainda assim, é oportuno o seu recebimento

previamente a essa reunião para que se produzam subsídios necessários à participação dos nobres Pares membros dessas Comissões na oitiva anual do dirigente máximo da Aneel.

Além de suas funções precípuas de regulação e fiscalização, a Aneel é executora de políticas públicas do governo federal e se submete aos Programas Temáticos e aos de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado definidos no Plano Plurianual 2012/2015, aprovado neste Congresso Nacional. Dentro do Programa Temático Energia, de responsabilidade do MME, a Agência participa do Objetivo nº 47: “Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade”.

A qualidade de fornecimento é medida pelos indicadores coletivos médios anuais, denominados Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O DEC informa quantas horas, no ano, uma região ficou sem energia, e o FEC, quantas vezes faltou energia. Quanto menores esses indicadores, melhor é o nível de qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica. Cada região tem sua meta de DEC e de FEC estabelecida pela Aneel, e elas podem diferir entre regiões, em função do grau de maturidade da expansão do sistema elétrico regional.

Como é bastante grande a análise, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex^a para ir diretamente ao voto, só finalizando a análise.

Isso mostra que o modelo de regulação do setor elétrico, aprovado no Congresso Nacional e aplicado pela Aneel com algum grau de discricionariedade, está finalmente mostrando sua eficácia, pois foi possível inverter a tendência de alta acima da inflação que vinha caracterizando as tarifas de energia elétrica até 2005. Após dezoito anos de aplicação do modelo de regulação pelo preço, já é possível ver o resultado palpável do compartilhamento, com os consumidores, dos ganhos de eficiência obtidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia.

O voto, Sr. Presidente.

Voto pelo conhecimento do Ofício S/20, de 2013 e seu Relatório anexo, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e CI, para instrução dos membros dessas Comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, nos termos do art. 96-A do RISF, e pelo seu arquivamento.

Esse é o voto do nobre Relator Luiz Henrique, que eu tenho a honra de apresentar como *ad hoc*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Está em discussão, então, o parecer.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento, pelo envio de cópias para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para instrução dos membros dessas comissões previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel e posterior arquivamento.

Item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

Autoria: Deputada Nice Lobão

Relatoria: Senador Luiz Henrique (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Acir Gurgacz, do Estado de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) Muito bem, Sr. Presidente.

Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 45, de 2008 (PL nº 7.566, de 2006, na Casa de origem), que *dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.*

Análise.

De acordo com o inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA examinar matérias atinentes à proteção dos recursos naturais e ao controle da poluição.

Como se observa, o objeto central do PLC nº 45, de 2008, é disciplinar a proteção e a gestão do patrimô-

nio cultural subaquático nacional, que, para os fins da lei pretendida, compreende os vestígios da existência do homem, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, que estejam submersos. Essa gestão, segundo o projeto, estará a cargo das autoridades marítima e federal de cultura.

Embora a oitiva da CMA não constasse do despacho original do PLC, esta Comissão deverá pronunciar-se sobre o mérito da matéria em virtude do Requerimento nº 1.084, de 2012.

Assim, no que tange às competências regimentais da CMA, e por considerar que o objeto do PLC não impactaria o meio ambiente, não há, a nosso ver, impedimento para acatar a proposição.

Ademais, tanto o texto original do PLC quanto a Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo) preveem a obrigatoriedade de o projeto de pesquisa para intervenção no patrimônio cultural subaquático nacional – a ser apresentado pelo interessado aos órgãos competentes – conter plano de prevenção e controle dos riscos ou danos à segurança da navegação, à equipe do projeto, a terceiros e ao meio ambiente (art. 8º, XII).

No mérito, uma análise acurada da proposição será feita pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a quem compete, regimentalmente, opinar sobre a proteção do patrimônio cultural do País.

Por fim, reconhecendo o esforço feito pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa no aperfeiçoamento da matéria, recomendamos a aprovação do PLC nº 45, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008 (PL nº 7.566, de 2006, na origem), na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado Senador Acir Gurgacz. Está em discussão o Projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

ITEM 9**TRAMITAÇÃO CONJUNTA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, DE 2009**

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializam combustíveis adulterados).

Autoria: Deputado Celso Russomano.

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2009**

– Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 162/2009, nos termos do substitutivo aprovado na CCJ, e pelo arquivamento do PLS nº 291/2009

Com a palavra, então, o Senador Ivo Cassol, como Relator *ad hoc* desta relatoria.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Senador. O projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dá nova redação, e o Projeto do PLC nº 162, de 2009, que altera a Lei nº 9.857.

Análise.

Cabe à CMA opinar, dentre vários temas, sobre aqueles atinentes à defesa do consumidor e à atividade de fiscalização e controle do Estado. As relações entre consumidor e vendedores de combustíveis se enquadram nesses temas e, portanto, o assunto está na competência regimental desta Comissão.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente e não há mais o que tratar a respeito nesta Comissão.

Destaca-se o caráter meritório da proposição ora analisada. A comercialização de combustíveis em de-

sacordo com a especificação técnica é uma infração de extrema gravidade. Os combustíveis adulterados provocam defeitos e perdas de rendimentos nos veículos e máquinas que os utilizam, causando, assim, grandes prejuízos aos consumidores. Além disso, o uso de combustíveis adulterados pelos veículos automotores gera impacto ambiental indesejado pela sociedade.

Destaque-se aqui a expansão do escopo de uma fiscalização, caso se identifique a adulteração de combustíveis realizada por um determinado distribuidor, atende aos nobres princípios da defesa do consumidor e da preservação do meio ambiente, na medida em que visa coibir o consumo do combustível adulterado, o qual tende a ser menos eficiente e mais poluente.

Finalmente, cabe considerar que o conteúdo do PLS nº 291, de 2009, foi incorporado ao PLC nº 162, de 2009, mediante o Substitutivo supramencionado, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, e que o PLC nº 162, de 2009, tem precedência sobre o PLS nº 291, de 2009, nos termos do art. 206, inciso II, a, do Regimento Interno (RISF).

Do voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, o voto, considerado o mérito, é pelo arquivamento do PLS nº 291, de 2009, e pela aprovação integral do PLC nº 162, de 2009, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, que foi Relator *ad hoc*.

Está em discussão o projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A pedido da autora, inclusive, eu gostaria de pedir vista ao projeto, para que possa discutir com mais detalhes. Então, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedida vista, então, do projeto ao Senador Acir Gurgacz.

Item 10:

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2012**

– Não Terminativo –

Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012, não terminativo. Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Blairo Maggi.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 18, de 2012, do Senador Ciro Nogueira.

Em suma, a aludida proposição busca: vedar que as prestadoras de serviços de telecomunicações concedam descontos com base em critério subjetivo, observado o princípio da justa competição; proibir concessão de descontos por prazo inferior a doze meses; e obrigar as concessionárias a cientificar o usuário do término do desconto com antecedência mínima de trinta dias.

Em relação à tramitação, a matéria foi distribuída à CMA logo após sua leitura inaugural no Plenário.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Foi-nos outorgada a relatoria da proposição, após a designação dos Senadores Sérgio Souza, Blairo Maggi e Lobão Filho, os quais não puderam ultimar o mister de relator por motivos diversos.

Após a análise desta Comissão, a matéria será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos e, em seguida, para decisão terminativa, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A proposição trata de matéria inserida na competência da União, conforme dispõe o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual compete à União legislar privativamente sobre direito das telecomunicações.

Igualmente, a iniciativa parlamentar da matéria, bem como sua apreciação pelo Congresso Nacional, respalda-se na Constituição Federal, especialmente nos seus arts. 48 e 61.

Está configurada, portanto, a constitucionalidade formal da proposição.

No tocante à constitucionalidade material, observa-se que parte da matéria esbarra em preceitos da Constituição Federal, conforme se evidenciará mais abaixo, quando tratarmos do seu mérito.

No âmbito desta Casa Legislativa, a proposição, por tangenciar tema de defesa do consumidor, convida a análise da CMA, conforme art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Anota-se que parte da proposição não se reveste de juridicidade, consoante se explicará mais abaixo. O

restante da matéria, porém, preenche os pressupostos da juridicidade, pois há: adequação do meio eleito (normatização da matéria via edição de lei) para o alcance dos objetivos pretendidos; inovação no ordenamento jurídico; generalidade dos comandos normativos; potencial coercitividade da norma; e compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, entendemos que apenas parte da proposição merece prosperar, com pequenos ajustes, nos termos explicitados a seguir.

Em primeiro lugar, anota-se que a concessão de descontos pelas concessionárias com base em critérios subjetivos não necessariamente é repugnável. Realmente, há muitos casos em que o próprio interesse social recomenda que as operadoras ofereçam condições vantajosas a determinadas pessoas expostas a certas vulnerabilidades, como os idosos, as pessoas com deficiência, os menores, os desempregados, as pessoas com doenças crônicas, etc. Ademais, é justo que a operadora, premiando os clientes com histórico de adimplência e de fidelidade, conceda-lhes benefícios tarifários. Como se vê, o subjetivismo no deferimento de descontos nem sempre é condenável.

Ora, a proposição em exame vedou a concessão de descontos com base em “critério subjetivo”, sem individualizar esse conceito, de maneira que, ante a vagueza do comando do normativo, a sua rejeição é medida que se impõe.

Além do mais, a proibição genérica de descontos com base em um conceito vago poderá atentar contra os princípios constitucionais da livre iniciativa econômica e da defesa do consumidor, pois, além de representar uma restrição injustificada à atividade econômica, pode causar prejuízos a determinados grupos de consumidores que potencialmente se beneficiariam da benesse tarifária.

Em segundo lugar, a pretensão de censurar descontos por período inferior a 12 meses tropeça nos princípios constitucionais da livre iniciativa econômica e da defesa do consumidor. Com efeito, nesse ponto, a proposição legislativa sob exame limita desproporcionalmente a atividade econômica e desestimula a concessão de descontos pelas concessionárias, o que será danoso aos consumidores.

Por fim, no que tange à obrigatoriedade de a prestadora de serviços de telecomunicação comunicar o término dos descontos tarifários com antecedência mínima de 30 dias, a proposição é digna de acolhimento. É verdade que o Código de Defesa do Consumidor e a própria Lei Geral de Telecomunicações asseguram ao consumidor o direito à informação; todavia, inexistem nesses diplomas previsão específica de que as presta-

doras de serviços de telecomunicação devem proceder na forma do projeto.

Sublinhe-se que a cientificação dos consumidores não é medida onerosa às concessionárias, dada a possibilidade de serem utilizados meios eficazes e pouco onerosos de comunicação, como a própria fatura mensalmente disponibilizada.

Nesse ponto, sugerimos que a proposição legislativa seja expressa em outorgar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a incumbência de especificar os meios adequados para essa notificação dos consumidores, visto que outras vias eficazes e não onerosos de cientificação podem ser identificados por essa Autarquia de acordo com as particularidades de cada espécie de serviço de telecomunicação.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva:

“Art. 107

Parágrafo único. Os usuários beneficiados com os descontos de tarifa deverão ser informados sobre seu término com antecedência mínima de trinta dias, pelo meio a ser indicado definido em ato normativo da Agência Nacional de Telecomunicações. (NR)”

Art. 2º O art. 129 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. Os usuários beneficiados com os descontos de tarifa deverão ser informados sobre seu término com antecedência mínima de trinta dias, pelo meio a ser definido em ato normativo da Agência Nacional de Telecomunicações. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Esses são o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 18, de 2012. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado pelo Relator, a Emenda nº1 da CMA.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação

Observações: – *A matéria será apreciada pela CAE, e em decisão terminativa, pela CCJ.*

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o relatório, como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Como V. Exª já relatou, Sr. Presidente, a iniciativa acresce dispositivos ao art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, para determinar que as companhias ou sociedades anônimas fiquem obrigadas a apresentar anualmente Relatório de Sustentabilidade. Nos termos do projeto, o documento deverá ser colocado à disposição dos acionistas até um mês antes da data marcada para a realização de assembléia-geral ordinária.

Análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta comissão a análise do projeto.

Nesse contexto, se insere o PLS nº 289, de 2012. O Relatório de Sustentabilidade é prática já consagrada no mundo empresarial e objetiva divulgar o desempenho ambiental, social, econômico e de governança da organização.

Embora esse relatório seja uma plataforma fundamental para comunicar os impactos positivos e negativos relativos à sustentabilidade – e já venha sendo adotado por empresas em vários países –, o panorama no Brasil, relata o autor do projeto, ainda estaria aquém do desejado, uma vez que “apenas 21% das companhias de capital aberto divulgam o documento, (...) e somente o fazem por exigência dos investidores estrangeiros”.

Ainda conforme o autor da proposição, “essas informações [desempenho socioambiental] são essenciais para balizar o comportamento de acionistas, tanto nacionais quanto estrangeiros, bem como dar ciência a esses grupos de como o capital por eles investido

é empregado no trato das questões socioambientais das corporações”.

Fica claro que, para a consecução do desenvolvimento sustentável, modelo que foi cunhado e reforçado pelas conferências internacionais sobre meio ambiente – defendido por todos nós –, entre as quais a Eco-92 e a Rio +20, todas as conferências do clima, é preciso adotar uma economia que considere as questões socioambientais nas ações práticas, e não apenas na teoria.

É certo, ainda, que os desafios para enfrentar temas como os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo – reconhecidamente causa de degradação do meio ambiente – não se relacionam somente com aspectos técnicos, mas passam por questões de justiça social e de responsabilidade política.

A propósito, já há protocolos estabelecidos para orientar a estrutura dos Relatórios de Sustentabilidade, como os documentos de referência elaborados pela organização não governamental internacional GRI (Global Reporting Initiative), fundada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Essas diretrizes estão disponíveis gratuitamente para os interessados e, segundo a entidade, podem ser aplicadas por corporações de qualquer tamanho, tipo e setor.

Dessa feita, somos favoráveis a tornar obrigatória a todas as companhias ou sociedades anônimas a divulgação anual de Relatório de Sustentabilidade, com a certeza de que essa medida contribuirá para maior comprometimento da área empresarial e transparência em suas ações.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

Eu quero destacar que esse relatório extremamente bem-feito, do qual fiz apenas a leitura, é tão meritório quanto o projeto que nós ora analisamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 12:

ITEM 12
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.

Autoria: Deputado Miguel Martini

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– Em reunião realizada em 09/07/2013, o projeto foi aprovado nos termos da emenda nº 2-CMA (Substitutivo), por unanimidade.

– A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

O projeto não está em discussão, uma vez que já foi aprovado na reunião passada.

Não havendo quem queira discutir e não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós terminamos a fase dos projetos não terminativos e temos agora alguns projetos terminativos. Como não há ainda quórum para deliberar, se algum Senador ou alguma Senadora quiser utilizar da palavra, eu concederei o tempo necessário para que possa fazer a sua manifestação.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Serei breve, até para que todos possam se pronunciar.

Primeiro, eu quero, mais uma vez, destacar a importância do projeto que nós acabamos de aprovar, um projeto factível e que vem contribuir, e muito, sem dúvida nenhuma, para os cuidados que as empresas brasileiras têm que ter com o meio ambiente, sem gerar qualquer custo, porque cuidar do

meio ambiente é cuidar, inclusive, da boa dinâmica de uma empresa.

Sr. Presidente, na realidade, eu pedi a palavra porque, na semana que vem, V. Ex^a vai realizar, nesta Comissão, uma audiência para tratar da questão da mineração no Brasil. Eu havia apresentado um requerimento, que foi aprovado, para que discutíssemos o problema da produção da silvinita no Brasil. A silvinita, como todos nós sabemos, é o minério a partir do qual se produz o potássio. O potássio está entre os três elementos mais utilizados na agricultura do Brasil para correção de terra, de solo e tudo o mais.

O Brasil tem um déficit – e quem trabalha com agricultura sabe do que estou falando –, um enorme déficit na balança comercial, em decorrência da compra desse produto. E o Brasil, Senador Flexa, tem uma grande reserva de potássio, de silvinita, e parte dela, talvez a maior, esteja localizada no meu Estado do Amazonas.

Há muitos anos, e muito próximo à cidade de Manaus, a princípio, descobriu-se uma grande reserva, entretanto muito profunda, no Município chamado Nova Olinda do Norte. Agora, há pouco tempo, uma empresa canadense descobriu, na outra margem do rio, outra reserva gigante no Município de Lábrea. O Município de Lábrea fica distante de Manaus 120km, 130km. O que significa dizer que nós temos uma grande área com a incidência desse minério, Sr. Presidente.

Então, eu só gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^a. Nós estamos convidando muitas pessoas para esta audiência. É claro que todos não poderão falar, mas um conjunto de seis prefeitos deve vir até aqui, de Municípios que compõem a área onde está localizada a reserva de potássio. Seriam seis prefeitos. Queremos a presença da Petrobras, a presença da empresa Potássio do Brasil, que é uma empresa canadense, além de Deputado Estadual, que deverá vir, e outras autoridades.

Então, eu gostaria que, e possível, a gente conseguisse a participação de pelo menos três pessoas representantes do meu Estado nesta audiência pública, que será na próxima terça-feira, aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziotin.

Vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do item 13, que faça a leitura do seu relatório. Nós não temos ainda quórum qualificado para fazer a leitura. Se tivermos quórum, votamos. Se não, fica dado como lido para uma próxima reunião.

É o item 13, Senador Flexa:

ITEM 13

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2007

– Terminativo –

Altera o §2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, de modo a permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de construção de moradias populares.

Autoria: Senador Mário Couto.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para definir a destinação da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 172/2007, e pela rejeição do PLS nº 71/2009.

Informo que a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer pela aprovação do PLS nº 172/2007, e pela rejeição do PLS nº 71/2009.

Senador Flexa, V. Ex^a não vai poder relatar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Agradeço a sua intenção. Pedirei, então, ao Senador Valdir Raupp que relate o item nº13, como Relator *ad hoc* desse projeto.

Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioridade/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 172, de 2007, e o PLS nº 71, de 2009, alteram o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), dispositivo que trata da apreensão dos produtos e instrumentos decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O PLS nº 172, de 2007, altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que estabelece que, caso os produtos apreendidos sejam perecíveis ou madeiras, serão avaliados e doados a instituições científicas,

hospitalares, penais e outras com fins beneficentes. O projeto acrescenta como passíveis de receberem a referida doação as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos voltadas para o desenvolvimento de programas de construção de moradias populares.

O PLS nº 71, de 2009, retira o termo “madeira” do texto original do §2º, adiciona dois parágrafos e renumera os atuais §§3º e 4º do art. 25 da Lei de Crimes Ambientais. O novo §3º, incluído pela proposição, delibera que, no caso de madeiras, essas serão avaliadas qualitativa e quantitativamente, para serem doadas ao Município em que foram extraídas, ou, na impossibilidade de ser identificada a sua origem, ao Município em que foram apreendidas, para utilização em projetos em benefício da população carente. O §6º, também acrescentado pelo projeto, obriga o Ministério Público a acompanhar os procedimentos previstos no dispositivo.

As proposições foram analisadas anteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou o PLS nº 172, de 2007, e rejeitou o PLS nº 71, de 2009.

Não foram apresentadas emendas às proposições no prazo regimental.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2007, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2009.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Em discussão o projeto.

Senadora Vanessa Grazziotin, para discutir o projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na realidade, estou conversando aqui com um dos autores do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Fazendo o entendimento final.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. O que estamos percebendo, Sr. Presidente, é que há o projeto do Senador Flexa, que está apensado, há também um projeto do Senador Mário Couto, enfim, vários projetos que estão apensados, e o Senador Amorim, quando fez o relatório, agora apresentado pelo Senador Raupp, fala da destinação da madeira, salvo engano, para a construção de casas populares.

Eu acho esse termo muito limitante, Sr. Presidente, mesmo porque hoje não são muitas as casas populares construídas no Brasil. Então, acho que poderíamos colocar: “destinação para fins sociais, conforme

definição do poder público.” Ficaria muito mais amplo e poderia ser utilizado. Por exemplo: carteira escolar. Não pode ser utilizado para fazer carteira escolar?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pontes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Grande problema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então? Eu acho que poderíamos fazer essa emenda aqui agora, ou o Relator acatar e já apresentar nova redação para que não demoremos mais a votar o projeto, que é bom, mas, na minha opinião, tem essa limitação, de acordo com o autor, que apresentou o Senador Flexa, cuja proposta era muito mais ampla.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Está acatado. Acho que tanto para a construção de pontes, carteiras escolares, móveis de entidades beneficentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – ... porque casas de madeira, hoje, quase não se constroem mais. Mesmo na área rural, já se constroem casas de alvenaria. O Programa Minha Casa, Minha Vida está construindo mais de 2 bilhões de casas...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – não se usa madeira mais nem para fazer as tesouras em cima.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, quase tudo é concreto. Está acatada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Eu solicitaria a V. Exª que peça ao Secretário para formalizar e colocarmos no processo.

Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Na linha da Senadora Vanessa, Senador Blairo Maggi, o projeto de minha autoria que está apensado dá uma destinação ampla às madeiras apreendidas, segundo o órgão fiscalizador; não limita a utilização. O Senador Ivo Cassol bate, todas as vezes, nesta tecla de que as madeiras, por exemplo, da hidrelétrica de Belo Monte, estão amontoadas, e o Ibama até hoje não deu destinação para elas. Grande parte dessa madeira está apodrecendo. Então, é preciso que haja uma legislação para que essas madeiras, todas elas que forem apreendidas por alguma irregularidade, não se percam e venham a ter utilidade para a sociedade.

Mas de forma ampla, não especificamente para casas populares.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos, então, à votação.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 71/2009.

Aqueles que votam com o Relator, já com a emenda, votam “não”.

Como vota... A relação, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com o Relator é voto “não”, Sr. Presidente? Só para esclarecer, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Aqui comigo está... Em votação o projeto, voto “não”.

Desculpem-me. É que são dois projetos aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Aqueles que votam com o Relator votam “sim”.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos lá, então.

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Voto com o Relator, incluindo, evidentemente, a emenda, porque entendo que é oportuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Voto “sim”, do Senador Acir.

Como vota o Senador Valdir Raupp? (*Pausa.*)

Voto conhecido.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vota com o Relator.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Voto com o Relator.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Voto com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vota com o Relator.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator e com a emenda proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator e com a emenda.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com o Relator e com a emenda.

A outra votação eu vou repetir, se V. Ex^{as} concordarem, com o voto “não”, para derrubarmos o outro. (*Pausa.*)

O Projeto de Lei do Senado nº 172/2007 é aprovado por nove votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

O Projeto de Lei do Senado nº 71/2009 é rejeitado, também por nove votos a zero.

Vamos em frente, então.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu queria solicitar a V. Ex^a uma gentileza: sou Relator do Projeto de Lei do Senado nº 72, já estou com o parecer dele em mãos, já está na sua mesa, é não terminativo. Portanto, a votação é simples, e gostaria que o colocasse em pauta e já me autorizasse a lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Ivo Cassol, eu vou aceitar, sim, colocar o projeto extrapauta, mas eu gostaria que V. Ex^a aguardasse um pouco, porque temos ainda um item para votarmos que é terminativo, e, como temos quórum, vou proceder à votação do item nº 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2013

– Terminativo –

Acresce o art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer prazo para obrigar o fornecedor a prestar as informações necessárias para a quitação do débito do consumidor.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: pela aprovação com duas emendas.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp, de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu estou pedindo para retirar de pauta esse projeto, para melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Então, está retirado de pauta o Item 17, do qual o Senador Valdir Raupp era Relator.

Então, vamos ao Projeto de Lei do Senado nº 72, da relatoria do Senador Ivo Cassol.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela rejeição.

Passo a palavra, então, ao Senador Ivo Cassol. Antes, coloco em votação a inclusão desse relatório.

Os Srs. Senadores que concordam com essa proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Está aprovada.

Com a palavra o Relator Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a esta Comissão, para apreciação, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 72, de 2013, que dispõe sobre “Normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências”.

Muito ao contrário. A única realidade conhecida e comprovada estampa o oposto, ou seja, que andou bem o constituinte ao acreditar na eficácia da gestão privada e autônoma do Sistema S, e na soma de esforços, leia-se público mais privado, para optar pela sua não integração à Administração Pública Direta ou Indireta. Tanto assim, que para além dos claros termos do citado art. 240 da CF, ao lidar com as espécies jurídicas que compõem a Administração Pública, o art. 37 da CF nominou os Poderes da União, dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios, as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, mas não os serviços sociais autônomos.

A Constituição não permite a aprovação de norma que possa causar retrocesso, nem à sociedade e, no caso concreto, os trabalhadores que são os consumidores desses serviços, aceitarão leis que venham prejudicar o patamar já alcançado.

Cabe destacar que, nos termos dos seus regulamentos, parte substantiva dos serviços prestados pelos serviços sociais autônomos são gratuitos, bem como que essas entidades, através de mecanismos de autorregulação, construíram um eficiente sistema normativo para a contratação de bens e serviços. Além disso, prestam contas regulares ao Tribunal de Contas da União (TCU), com a efetiva participação da Controladoria-Geral da União (CGU), que conferem segurança no controle e na fiscalização de suas administrações. Em complemento, tem o dever de publicar na internet os seus orçamentos, as suas receitas e sua execução orçamentária, a estrutura remuneratória, por força de normas contidas na LDO, o que confere transparência e permite o controle social.

A meu ver os serviços sociais autônomos já estão suficientemente regulamentados, não carecendo de outras normas, sobretudo aquelas que tenham por objetivo mudar suas naturezas.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos ao voto.

Ante o exposto, em razão de tudo que até aqui se expôs, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2013, e consequente arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol pela relatoria do Projeto de Lei nº 72, de 2013.

Está em discussão o relatório do Senador Ivo Cassol.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Senador Ivo Cassol.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião e convoco outra para terça-feira próxima às 8h30.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL****ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e dezessete minutos do dia oito de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Cyro Miranda, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, João Capiberibe, Sérgio Souza, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação das matérias da pauta. O Senador Aníbal Diniz solicita inversão da pauta para apreciação do item 10. A solicitação é aprovada. O Senador Eduardo Suplicy solicita apreciação, também antecipada, dos itens 9, 22 e 24. A solicitação é aprovada. ITEM 10 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Anibal Diniz, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispensa o visto de turistas estrangeiros para visita à Região Amazônica e ao Pantanal.” Adiado. ITEM 21 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Defesa, CELSO AMORIM, a prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do incidente de revista, por agentes do governo boliviano, na aeronave da Força Aérea Brasileira utilizado por Sua Excelência em viagem oficial à Bolí-

via, ao final de 2012.” Retirado pelo autor. ITEM 9 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o Relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. ITEM 22 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 66, DE 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos nos termos do inciso II do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública in memoriam pelos dez de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ocorrido, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá, no Iraque, com as seguintes personalidades: – Representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; – Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; – Representante das Organizações das Nações Unidas no Brasil; – Profª Carolina Larriera.” Aprovado. ITEM 24 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 64, de 2013, de autoria do Senador Lindbergh Farias, subscrito, também, pelo Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao cidadão norte-americano Edward Joseph Snowden e ao jornal britânico The Guardian, na pessoa de seu correspondente Glenn Greenwald, por terem revelado ao mundo o esquema internacional de espionagem do governo dos EUA, que viola sistematicamente o direito à privacidade e à inviolabilidade das correspondências, consagrado em diversas convenções internacionais.” Aprovado, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques, Cyro Miranda e Jarbas Vasconcelos; e votos favoráveis dos Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Eduardo Suplicy; o Presidente votou favoravelmente à aprovação da Matéria. ITEM 25 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 65, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, também subscrito pelos Senadores Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Humberto Costa e a Senadora Ana Rita, que “Requeremos, nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública conjunta

da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim que sejam ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, o escritor Frei Betto, Dom Frei Cláudio Hummes, XVIII Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, XVII Arcebispo de São Paulo, Dom Giovanni D’Anielloe, Núncio Apostólico no Brasil, e o teólogo e escritor Leonardo Boff, com o objetivo de estas Comissões do Senado serem informadas acerca do legado da visita do Papa Francisco para a América Latina, principalmente no tocante à redução das desigualdades sociais, bem como para o fortalecimento das relações do Estado brasileiro com o Estado do Vaticano.” Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 26 – MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.” O Presidente concede ao Relator, Senador Jorge Viana, para proferir o Relatório. Usam a palavra para discutir a Matéria os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2008, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição.” TRAMITA EM CON-

JUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm³, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2010, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências.” TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin pelo prazo regimental. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica adiada a discussão e a votação da Matéria. ITEM 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2012, de autoria da CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, que “Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. O Senador Randolfe Rodrigues requer urgência na tramitação deste Projeto. O requerimento é aprovado. ITEM 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2008, de autoria da CPI – Pedofilia – 2008 (CPI), que “Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, para proferir o Relatório. Na discussão, usam a palavra os Senadores Magno Malta e Pedro Taques. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva pelo prazo regimental. ITEM 7 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Matéria. EXTRA-PAUTA: ITEM 27 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 67, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Com base no artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos da Casa no período de 04 a 13 de setembro do corrente ano, por ter sido convidado pelo Ministro da Defesa da Suécia, Comissão de Assuntos Exteriores, Defesa e Forças Armadas da República Francesa, para participar de agendas conforme programação anexa. Comunico nos termos do artigo 39, inciso I do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País no período de 04 e 13 de setembro do corrente. O Presidente designa Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que proferirá o Relatório. Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 68, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar das vulnerabilidades do Estado brasileiro no setor cibernético, constatadas

recentemente com a denúncia de espionagem norte-americana. Agências governamentais dos EUA estariam fazendo acompanhamento, em larga escala, de e-mails e ligações telefônicas a nível internacional, de cidadãos e empresas, inclusive no Brasil. Para discutir a segurança cibernética no Brasil recomendo a presença dos seguintes convidados: • Gen. Div. José Carlos dos Santos – Chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), do Comando do Exército; • Dr. Raphael Mandarino Júnior – Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); • Dr. Otávio Carlos Cunha da Silva – Diretor do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações (CEPESC), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), também da estrutura do GSI; • Dr. José Antonio Carrijo – Coordenador de Criptografia do CEPESC/ABIN/GSI; • Sr. Roberto Godoy – Jornalista do Estado de São Paulo; • Dr. Salvador Raza – Diretor do CETRIS (Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança).” Aprovado. ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 69, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento RRE nº 49 de 2013, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a inclusão do seguinte convidado: • Michel Levy – presidente da Microsoft Brasil.” Aprovado. ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 70, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do programa relativo ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que visa atender às necessidades de comunicação satelital do Estado brasileiro. Considerando-se que o Brasil carece de um satélite para transmissões seguras, especialmente de caráter estratégico, e que as recentes denúncias de espionagem, por parte dos Estados Unidos, expuseram de forma evidente as nossas vulnerabilidades nos setores espacial e cibernético, a CRE promoverá debate a respeito. Serão convidados autoridades e especialistas dos órgãos e entidades envolvidos no programa do SGDC, em especial ligados aos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência,

Tecnologia e Inovação, para os esclarecimentos necessários sobre a evolução do programa e sobre o aporte de recursos financeiros. Bem como, em especial, sobre em que medida o SGDC tornará as comunicações brasileiras mais seguras, reduzindo a fragilidade no setor, tendo em vista a situação atual de dependência externa ser inaceitável para a soberania brasileira.” Aprovado. ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 71, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito, também, pelo Senador Inácio Arruda, que “Requeiro, nos termos do Inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com representantes do Parlamento haitiano, sobre os seguintes temas: • negociações entre empresas brasileiras e haitianas; • entrada do Haiti no Parlamento Latino – Americano (Diplomacia); • criação de representação diplomática do Haiti no Brasil para tratar de assuntos relevantes como imigração no Norte do Brasil (MRE); • formação de universitários haitianos no Brasil.” Aprovado. ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 72, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional crie um Grupo de Trabalho composto por 3 (três) Senhores Senadores, destinado a acompanhar e propor ações em relação ao desenvolvimento das negociações envolvendo a pretensão da empresa norte-americana Amazon Inc de deter a exclusividade do nome .amazon na internet.” Aprovado. ITEM 18 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 73, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal encaminhe manifestação formal contrária a pretensão da empresa Norte-Americana Amazon Inc de registrar o nome de domínio do primeiro nível de “.amazon”, sem o devido consentimento dos Países Amazônicos, a ser encaminhada ao Comitê Assessor Governamental da ICANN, por ocasião de reunião a ser realizada em Durban, na África do Sul, entre os dias 14 e 18 de julho de 2013.” Aprovado. ITEM 19 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 74, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a aquiescência do Colegiado, solicite à Presidência do Senado Federal a colocação de Banner na página institucional da Casa para a divulgação da campanha Nossa Amazônia – Diga NÃO à privati-

zação do nome da Amazônia!” Aprovado. ITEM 20 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 75, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a aquiescência do Colegiado, solicite à Presidência do Senado Federal que encaminhe manifestação do Senado Federal Brasileiro aos Parlamentos dos Países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, conclamando-os a realizarem campanha com o fito de proteger o nome da Amazônia da pretensão da empresa norte-americana Amazon Inc de deter a exclusividade do nome .amazon na internet.” Aprovado. ITEM 23 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 76, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir as propostas de mudanças na organização da Agência Brasileira de Cooperação, órgão que atualmente integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores. Em visita oficial à África, em maio passado, a Presidente Dilma Rousseff anunciou a criação de uma nova agência de cooperação técnica e promoção comercial para África e América Latina, o que tem despertado temores sobre o futuro da ABC.” Usa a palavra para discutir o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado. ITEM 29 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 78, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 23, de 2013, convidando o Embaixador Clodoaldo Hugueney, consultor de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA, para participar da audiência pública com a finalidade de debater as relações comerciais do Mercosul.” Aprovado. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012, de autoria do Deputado Mauro Mariani, que “Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.” Adiado. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, para prever nova hipótese de alíquota zero do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior; altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo do REINTEGRA; isenta o lucro sobre a venda dos bens

e serviços discriminados do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL); altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para alterar a base de cálculo do IRPJ sobre os serviços que menciona.” Adiado. ITEM 11 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 39, de 2012, de autoria do Senador Gim, que “Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências.” Adiado. ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 183, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Congratulações à Sua Eminência o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, por sua eleição como novo Papa, Bispo de Roma e líder mundial da Igreja Católica.” Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 28 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 77, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012, que “Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências.” Aprovado. ITEM 30 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 79, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos sobre a denúncia do jornalista Glenn Greenwald de que empresas de telecomunicações atuantes no Brasil manteriam acordo(s) de envio de dados de comunicações de cidadãos brasileiros para companhia estrangeira sediada nos EUA, a qual, por sua vez, repassaria essas informações ao NSA. Com esse propósito, convidamos representantes de empresas de Telecom com atuação no Brasil para prestar os necessários esclarecimentos sobre a existência de acordos de cooperação que mantêm com congêneres norte-americanas.” Aprovado. ITEM 31 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 80, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Em virtude das declarações do Senhor Glenn Greenwald dadas a esta Comissão em 06 de agosto de 2013, requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para participar da audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovada

nos termos do Requerimento nº 62, de 2013-CRE, destinada a “discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de emails e ligações de brasileiros”, sejam convidados representantes das seguintes empresas de telecomunicação: – Telefônica S/A; – América Móvil; – Oi – Telemar Norte Leste S/A; – TIM Brasil S/A.” Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Relações e Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho aos Srs. Senadores dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Gostaria de propor, se possível, uma inversão de pauta, para que eu pudesse fazer a relatoria do item 10, que é um acordo bem simples para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores se há alguma objeção à solicitação do Senador Anibal. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu também gostaria de acrescentar, em virtude de que ambos fomos convidados para uma reunião com a Presidenta às 11 horas, e que teremos de, no horário devido, nos ausentar.

Sou relator também de um dos itens e agradeço se ele puder ser apreciado logo após o do Senador Aníbal, assim como gostaria que sejam apreciados os requerimentos que são de responsabilidade minha e de outros Senadores, que já foram lidos na reunião passada, para apreciação hoje. Um item é relativo ao Sr. Edward Snowden e outro relativo a convite para que as autoridades eclesiais e também Leonardo Boff

e Frei Betto possam aqui nos falar sobre o legado da visita do Papa. V. Ex^a inclusive assinou esse requerimento. O terceiro é referente à homenagem aos dez anos do falecimento de Sérgio Vieira de Mello.

Sobre isso, permita-me acrescentar que o Itamaraty realizará uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello no Rio de Janeiro, na segunda-feira, com a presença do Presidente Ramos-Horta. Eu havia pensado em termos aqui, nessa homenagem, a presença do Presidente do Timor-Leste, mas, infelizmente, fui informado de que ele não terá meios de chegar aqui em tempo na segunda-feira. Seria ótimo se ele pudesse participar. Então, acho que vamos ter que pensar em outra forma. Penso em fazer um pronunciamento na própria segunda-feira, em homenagem aos dez anos do falecimento de Sérgio Vieira de Mello.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não havendo objeção, vamos fazer a alteração da pauta, passando para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 39, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Anibal Diniz tem a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 117/11, de 28 de março de 2011, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, no dia 8 de setembro de 2010.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 333, de 2011, decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Apresentada ao Plenário da Câmara dos Deputados em 08 de julho de 2011, a matéria recebeu a chancela daquela Casa em 21 de março de 2013. No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 39, de 2013, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para o relator signatário em 05 de junho de 2013.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

Da Análise.

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre o Brasil e o Reino do Lesoto que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e o desenvolvimento socioeconômico dos dois países, com ênfase no desenvolvimento sustentável, por meio da colaboração entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos de cooperação nas áreas consideradas prioritárias que estimulem o progresso técnico.

Ao longo dos seus dez artigos, o acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica entre os dois países, estabelecendo os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das Partes adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao progresso técnico, assim como regras relativas aos documentos, informações e dados obtidos em virtude da sua implementação e ainda à remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado.

Segundo o Artigo II, o acordo se materializará quando se desdobrar em ajustes complementares, negociados caso a caso, obedecendo ao espírito de cooperação bilateral consagrado no ato internacional em tela.

Pelo Artigo III, estipula-se que os ajustes complementares indicarão as instituições executoras e os componentes necessários à sua implementação, inclusive com a participação de instituições dos setores público e privado, organismos internacionais e organizações não governamentais. As Partes contratantes contribuirão em conjunto ou separadamente para a implementação dos programas e projetos, bem como poderão buscar financiamentos de agências internacionais, programas regionais e outros doadores.

Segundo o Artigo IV, serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas e projetos da cooperação técnica, tais como avaliar e definir áreas comuns prioritárias, examinar e aprovar projetos de trabalho e avaliar os resultados dos programas e projetos implementados.

O Artigo V estipula que documentos, informações e dados obtidos em função da implementação do acordo não deverão ser divulgados a terceiros sem consentimento prévio da outra Parte.

Nos termos do Artigo VII, cada Parte concederá ao pessoal designado pela outra Parte para exercer funções no seu território: vistos, conforme a regra de cada Parte; isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os seis primeiros meses de estada; isenção de impostos sobre a renda quanto a salários e cargos de instituições da Parte que os enviou; e imunidade jurisdicional, no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito do acordo, além de facilidades de repatriação em situação de crise.

O acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes e entrará em vigor a partir da data de recebimento da última das notificações de ratificação. Terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das Partes.

Na Exposição de Motivos nº 64, de 8 de fevereiro de 2011, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, assinala-se a importância do presente ato internacional, por atender à disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo, consideradas prioritárias, de forma a estimular o progresso e o desenvolvimento dos dois países.

Segundo o informe ministerial, a cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, organismos internacionais, assim como organizações não governamentais de ambos os países.

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com o Reino do Lesoto, esperando-se seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Diante do exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2013.

É como voto, Sr. Presidente, pela aprovação do PDL nº 39, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Senador Eduardo Suplicy solicita inversão de pauta.

Vamos ao item 9.

A palavra é do Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes do Senador Suplicy, eu poderia fazer um pedido? É que eu fui procurada pela assessoria do Senador Mozarildo. Ele não poderá vir, por questão de saúde, à nossa reunião no dia de hoje e pede para adiarmos o debate e a apresentação do relatório do item 6, que é projeto da autoria do Senador e que eu estou relatando. Então, eu solicito a retirada, se possível, do item 6 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Item 6. Vamos avaliar.

(*É o seguinte o item adiado:*)

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2011

– Terminativo –

Dispensa o visto de turistas estrangeiros para visita à Região Amazônica e ao Pantanal.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem também. Eu, como tenho um encontro no Ministério da Indústria e Comércio, pediria também a gentileza, se puder, dentro do possível, da inversão de pauta. Meus itens são 4 e 5.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu sou autor de um requerimento que está na Ordem do Dia da reunião de hoje. Eu não sei qual é o item, porque eu estou sem o papel. Acho que não há mais papel nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós aprovamos aqui... Nós deliberamos aqui que não distribuíamos mais o processado, considerando que trabalhamos com *tablet*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Foi uma decisão da Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Perfeito. Não contesto, acho que a natureza agradece. As árvores agradecem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Como é que é?

Agora estou sem o meu *tablet* aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O item 21 é o requerimento do Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É o item 21. Eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: eu queria retirar esse requerimento. Ele não faz mais sentido. O Ministro já deu as explicações a respeito do incidente, que são, no meu entender, amplamente satisfatórias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não. Vamos, então, subtraí-lo da pauta.

(*É o seguinte o item retirado:*)

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Defesa, CELSO AMORIM, a prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do incidente de revista, por agentes do governo boliviano, na aeronave da Força Aérea Brasileira utilizado por Sua Excelência em viagem oficial à Bolívia, ao final de 2012.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Em sendo possível, depois das inversões aqui já deferidas, eu quero pedir que seja mantida a ordem, tendo em conta um preceito aristotélico que fala sobre a natureza das coisas, porque o item 1 vem antes do item 2, se puder ser mantido. Depois dessas duas preferências que já foram à inversão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De pleno acordo.

O SR. PEDRO TQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nenhuma objeção a essas, mas se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a está de pleno acordo agora ou depois que relatar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De pleno acordo em função do imperativo presidencial. A Presidente resolveu hoje receber – e há muito tempo aguardávamos – a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra, então, é de V. Ex^a para que nós possamos correr contra o tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há quanto tempo estávamos aguardando?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. A palavra é de V. Ex^a para que nós possamos ganhar tempo.

O SR. PEDRO TQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu não quero impedir esse encontro amistoso e inédito entre o PT, Sr. Presidente, longe de mim. Então, eu abro mão aqui do imperativo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra está com V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, refere-se ao acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em 26 de abril de 2010, em Brasília.

É um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e o Governo de Santa Lúcia, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e o desenvolvimento socioeconômico dos dois países com ênfase no desenvolvimento sustentável, e a criação de mecanismos de cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias ao progresso técnico.

O acordo dispõe, em doze artigos, as condições para a cooperação entre os dois países, estabelecendo os princípios gerais pelos quais os organismos de ambas as partes adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao progresso técnico, assim como regras relativas aos documentos, informações e dados obtidos em virtude de sua implementação e, ainda, à remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado.

Há inúmeros artigos que estão sintetizados na exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores em exercício, que acompanha a mensagem e em que se assinala a importância do presente ato internacional por atender à disposição de ambos os governos de ampliar as ações já iniciadas nos campos da segurança e da saúde, bem como desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo, consideradas prioritárias, de forma a estimular o progresso e o desenvolvimento dos dois países.

A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, organismos internacionais, como organizações não-governamentais.

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. A matéria contém dispositivos semelhantes aos encontrados em outros acordos de cooperação firmados pelo Brasil, evidenciando o objetivo de nossa política externa de estreitar os laços de amizade entre os povos e de, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável e o progresso tecnológico.

É importante ressaltar que o Brasil vem tecendo laço de cooperação com Santa Lúcia há vários anos. Em 2007, o Brasil abriu sua Embaixada em Castres, Capital do País; também a Petrobras assinou acordo de cooperação com a Hess Oil St. Lucia, empresa petrolífera local para armazenamento de óleo bruto e exportação para terceiros mercados.

O Brasil também prestou assistência humanitária a Santa Lúcia após a passagem do furacão Thomas, em 2010, que causou um prejuízo estimado em 34% do PIB de Santa Lúcia.

Em razão dessa crescente aproximação, nossas exportações para Santa Lúcia cresceram de US\$4 milhões, em 2006, para 2,7 bilhões, em 2010.

Portanto, essa cooperação, que deve se concentrar na agricultura e na assistência ao treinamento de policiais, será altamente frutífera.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, meu voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2013, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria segue à Secretaria.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 38, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Maioria/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Maioria/PT – SP) – Pergunto se eu poderia muito brevemente deixar para apreciação e dizer uma palavra sobre a justificativa dos requerimentos, já que, daqui a 10 minutos mais, terei que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ao Item 22.

A palavra é de V. Ex^a, ou, se V. Ex^a puder, pode propor também a discussão e o encaminhamento em bloco desses quatro requerimentos.

Vamos ao Item 22.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Maioria/PT – SP) – Muito bem, rapidamente, Sr. Presidente.

Refere à realização de audiência pública *in memoriam* pelos dez de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ocorrido, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá, no Iraque, com a representação do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, representante da ONU e da Prof^a Carolina Larriera.

Acontece, Sr. Presidente, que haverá, ao longo da segunda-feira, justamente no dia 19 de agosto, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Itamaraty e com a presença do Presidente do Timor Leste, ex-Prêmio Nobel da Paz, conforme mencionei, uma cerimônia durante o dia todo, e essas pessoas estarão lá para esta finalidade. Até fui convidado, mas avalio que será, então, mais próprio fazer no plenário uma manifestação de homenagem ao Sérgio Vieira de Mello e todos nós poderemos participar conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – item 24.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Maioria/PT – SP) – Com respeito ao item 24, para que seja apresentado voto de louvor ao cidadão Edward Snowden

e ao Jornal britânico *The Guardian* na pessoa de Gre-enwald, que esteve aqui ainda há poucos dias.

V. Ex^a já leu o requerimento de solidariedade a essas duas personalidades.

O terceiro item refere-se...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Item 25.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Maioria/PT – SP) – ... à proposta assinada por mim, pelo Senador Pedro Simon e por diversos outros Senadores, inclusive por V. Ex^a e pelo Senador Aníbal Diniz.

Propõe-se, para que seja examinada a extraordinária relevância e o legado da visita do Papa Francisco, que possamos aqui ouvir Dom Raymundo Damasceno, Presidente da CNBB; Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro; Frei Betto; Dom Cláudio Hummes; Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo; Dom Giovanni D'Aniello, que é o Nuncio Apostólico, e ainda o teólogo e escritor Leonardo Boff, autor do Livro *Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?*

Tanto Frei Betto quanto Leonardo Boff deram extraordinária contribuição por seus artigos e análises sobre a relevância da visita tão positiva do Papa Francisco ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão, em bloco, os requerimentos do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não me solidarizo com esse voto de louvor ao Sr. Snowden. Eu não sou muito chegado a espião. Mesmo espião arrependido não é exatamente a minha praia. Então, eu não me solidarizo com esse requerimento.

O meu voto é contrário ao voto de louvor. Aliás, porque acho absolutamente irrelevante a Comissão de Relações Exteriores do Senado mandar um voto de louvor para o Snowden. Isso e nada é a mesma coisa. Eu acho que nós devemos cuidar de coisas mais sérias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação os requerimentos, em bloco, do Senador Eduardo Suplicy, já com a manifestação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, concordando com os outros requerimentos, exceto com esse requerimento, pela manifestação que acaba de fazer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votem...

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acompanho o voto do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Aloysio Nunes Ferreira votam contra o requerimento de um voto de aplauso ao Sr. Snowden, o Sr. Glenn Greenwald.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente aos demais requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu também acompanho o Senador Aloysio e o Senador Jarbas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É contra o voto do Senador Cyro Miranda.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Expressando o meu respeito ao Senador Suplicy, eu também acompanho a divergência do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estão consignados os votos contrários.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Foi derrubado. A maioria é contrária.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso que eu estou contabilizando. *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu sei que o senhor está contabilizando e já encerrou a discussão, mas esse é um tema dos mais importantes. Eu não sei se era para tanto um voto de louvor à atitude desse cidadão. Eu não sei se chega a tanto.

Eu vou acompanhar o Senador Suplicy, mas ressaltando que esse cidadão, se lá nos Estados Unidos, ele é considerado criminoso, para as demais Nações mundiais não pode ser no mesmo nível. O que está aparecendo para nós, brasileiros, é apenas a ponta de um *iceberg*.

Nós, autoridades, ou qualquer cidadão brasileiro não podemos admitir, em um País que talvez seja a maior democracia do mundo – o Brasil – espionagem de qualquer natureza, porque não há mais segurança, não só para as autoridades ou para os poderes constituídos, não; mas para o cidadão brasileiro. O cidadão

brasileiro que, em algum momento, utilizou a Internet, as redes sociais, enviou um *e-mail* ou escreveu uma mensagem num celular pode estar sendo monitorado em algum lugar.

Então, nesse sentido, vou acompanhar o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu vou propor o seguinte, então: vamos votar os três requerimentos em que não há divergência, *o.k?* Em seguida, passamos à votação desse requerimento.

Então, ficam aprovados os outros três itens.

(São os seguintes aprovados:)

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 66 , DE 2013

Requeiro, nos termos nos termos do inciso II do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública in memoriam pelos dez de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ocorrido, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá, no Iraque, com as seguintes personalidades:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil;
- Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Representante das Organizações das Nações Unidas no Brasil;
- Prof^a Carolina Larriera.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 65, DE 2013

Requeremos, nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim que sejam ouvidos o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Orani João Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, o escritor Frei Betto, Dom Frei Cláudio Hummes, XVIII Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, XVII Arcebispo de São Paulo, Dom Giovanni D’Anielloe, Núncio

Apostólico no Brasil, e o teólogo e escritor Leonardo Boff, com o objetivo de estas Comissões do Senado serem informadas acerca do legado da visita do Papa Francisco para a América Latina, principalmente no tocante à redução das desigualdades sociais, bem como para o fortalecimento das relações do Estado brasileiro com o Estado do Vaticano.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Observações:

O Senador Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Humberto Costa e a Senadora Ana Rita assinam este Requerimento.)

Eu peço que os Srs. Senadores se manifestem em relação à proposta de um voto de aplauso ou de louvor, encaminhada pelo Senador Suplicy.

Então, são contra: o Senador Aloysio, o Senador Pedro Taques, o Senador Cyro Miranda; contra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Como bem disse o Senador Sérgio Souza, aí existe a ponta do *iceberg*. No instante em que nós tivermos conhecimento da metade do *iceberg*, da parte mais profunda do *iceberg*, seria o momento de a Comissão tomar uma providência, porque louvor significa, etimologicamente, adoração a Deus, seria glorificação, aplauso.

Eu não posso aplaudir alguém que ainda está na ponta do *iceberg*.

Então, eu gostaria que constasse a justificação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero primeiro ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Primeiramente, eu quero cumprimentar o Senador Suplicy pela iniciativa. Quem participou não só da audiência pública, com a presença do jornalista Glenn, mas de todas as anteriores sabe o quão importante é esse assunto, o quão grave, frágil é esse assunto.

Acho que alguém que vem a público, diante do mundo inteiro, e divulga documentos que até então eram não secretos, mas ultrassecretos – e documentos de interesse da humanidade, de todos; não é só de governos não, mas de todos – merece, de nossa

parte, desde já, aplausos pela coragem e pelo serviço que prestam à humanidade.

Então, voto a favor da proposta do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

Nós temos quatro votos contra e temos quatro votos a favor. Diante desse empate, eu exercerei o voto como Presidente, votando favoravelmente, reconhecendo os méritos e a iniciativa do Sr. Snowden, ao revelar ao mundo essas violações por parte do Governo norte-americano, de que não só o nosso País foi alvo, mas um conjunto de outros países.

(É o seguinte o item aprovado:)

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 64, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao cidadão norte-americano Edward Joseph Snowden e ao jornal britânico The Guardian, na pessoa de seu correspondente Glenn Greenwald, por terem revelado ao mundo o esquema internacional de espionagem do governo dos EUA, que viola sistematicamente o direito à privacidade e à inviolabilidade das correspondências, consagrado em diversas convenções internacionais.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Observações: O Senador Eduardo Suplicy assina este Requerimento.)

Sou informado pelo Senador Jorge Viana de que o Senador Pedro Taques e o Senador Cyro Miranda fizeram uma permuta, permitindo que também o Senador Jorge Viana possa chegar pontualmente à reunião das 11 horas.

ITEM 26

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Eu aproveito para cumprimentar S. Ex^a o Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, que muito nos honra com sua presença nesta Comissão, esperando que o Senador Jorge Viana possa manifestar o seu voto e nós possamos ser céleres em razão da elevada e estratégica relação do nosso País com o Japão.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, queria, antes de mais nada, registrar, Presidente Ricardo Ferraço, a sua decisão, inclusive em caráter excepcional, permitindo que eu pudesse fazer a leitura extrapauta dessa indicação.

Queria, por outro lado, agradecer o nosso Vice-Presidente Jarbas Vasconcelos, que, por conta da relação de trabalho que tenho de anos com o indicado, o Embaixador André Corrêa do Lago, prontamente me passou a relatoria. Aqui faço um agradecimento especial ao Senador e também ao querido colega, como o é o Senador Pedro Taques, Cyro Miranda. Aliás, o meu desejo era de que V. Ex^a, Senador Pedro, que é da nossa Base, pudesse estar junto na nossa reunião, mas hoje é uma reunião só com alguns petistas, só com os Senadores ...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É o meu desejo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É desejo, mas é que a boa educação manda que só se compareça aonde se é convidado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois é.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu não posso ser o que se denomina na gíria de bicão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Jorge Viana devia ter-se encarregado desse convite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, mas é porque hoje é uma conversa com os Senadores do PT, mas certamente vou defender que todos os Senadores da Base, que foram eleitos conosco, possam ter a oportunidade de apresentar também as suas preocupações, como faremos daqui a pouco.

Mas enfim, eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentando os demais colegas, fazer o registro de que fez questão de estar aqui presente o Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, que está aqui ao lado.

Nesta Comissão, nós temos um apreço enorme pelos profissionais que orgulham esse País e atuam no Itamaraty. Isso tem sido demonstrado diariamente nos nossos trabalhos.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 63, de 2013, Mensagem nº 304, de 29/07/2013, na origem, da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. André Aranha Corrêa do Lago, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japa, uma das mais cobiçadas embaixadas, pelo que se segue.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação, feita pela Senhora Presidenta da República, do nome do Sr. André Aranha Corrêa do Lago, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental, o caso do Embaixador Corrêa do Lago é um caso clássico da diplomacia brasileira.

Ele é filho da diplomacia. Ele nasceu em Paris, sendo sua mãe filha Oswaldo Aranha. Ele é filho de embaixador, assim como a sua esposa é filha de embaixador. Ele vem de uma ligação familiar histórica das mais importantes. É de uma família tradicional que saiu do Rio Grande do Sul, ainda na época do Getúlio Vargas, e que se fixou no Rio de Janeiro.

O pai dele estabeleceu uma regra familiar: quando completavam 15, 16 anos, os filhos tinham que morar no Brasil, fazer sua formação aqui no Brasil. E foi assim que ele disse que conviveu na adolescência, de certa forma, pouco com os próprios irmãos, porque, quando completavam aquela idade, tinham de vir morar no Brasil, se formar aqui, buscar uma profissão aqui e, depois, seguir a vida. E assim aconteceu com ele.

O Embaixador é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1982, ingressou no curso de preparação de carreira diplomática do Itamaraty, titulou-se Terceiro Secretário em 1983, tornou-se Segundo Secretário em 1987, Primeiro Secretário em 1993. Foi Conselheiro em 2000, ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2005 e, a Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as primeiras funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores está a Assessoria

de Departamento de Meio Ambiente. O Embaixador Corrêa do Lago é um dos primeiros diplomatas do Brasil a mergulhar na busca do conhecimento na área ambiental – foi aí que nos conhecemos –, conhece profundamente todos os organismos multilaterais, internacionais, governamentais ou não governamentais vinculados a essa área, passou em praticamente todos os setores que têm algum vínculo com a questão ambiental, participou das grandes conferências que o mundo viveu como articulador. Inclusive agora em Doha esteve trabalhando junto com o Embaixador Figueiredo, com a Ministra Izabella e com o Embaixador Patriota. Também trabalhou intensamente na Rio+20.

Então, tem um currículo de peso. Poucos países no mundo têm em seus quadros de diplomatas uma pessoa tão preparada como o Embaixador André Corrêa do Lago. E no exterior, como Primeiro Secretário, foi Primeiro Secretário na Embaixada de Washington, na Embaixada de Buenos Aires e na Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas.

Então, de fato, acumulou uma experiência muito rica, que certamente orgulha a família de diplomatas que também ocuparam os mais importantes cargos, como seu pai e seu avô, nos postos mais cobiçados da diplomacia brasileira.

De igual forma, o posto no Japão é um dos mais importantes postos da diplomacia brasileira. Encontrase, no Brasil, a maior colônia nipodescendentes vive aqui. A nossa relação comercial com o Japão é também da maior importância e, de igual forma, a quantidade brasileiros vivendo no Japão é, no momento presente, significativa. É a segunda maior comunidade de brasileiros no exterior, depois dos Estados Unidos; a quarta maior comunidade de estrangeiros no Japão, atrás da China, Coreia e Filipinas.

A situação jurídica da permanência dos nacionais em solo japonês é, em geral, regular; a grande maioria da comunidade tem residência permanente.

As relações diplomáticas foram estabelecidas pelo Brasil há quase 120 anos, ainda por meio da celebração do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Esse instrumento está perto de completar 120 anos.

Concluindo, Sr. Presidente, queria só dizer que, do ponto de vista comercial, é o segundo maior aliado comercial do Brasil no continente asiático, o sexto do mundo, e é o quinto maior destino das exportações brasileiras e a sétima fonte de nossas importações.

No campo político, merece destacar a circunstância de ambos os países comporem – juntamente com a Alemanha e Índia – o chamado G4, grupo dos Estados que pleiteiam a expansão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; a parceria nipo-

-brasileira se faz sentir por igual em outros domínios, por meio de projetos de cooperação técnica e sempre com destacado grau de sucesso.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação desse profissional que compõe o quadro do Itamaraty para ocupar um dos mais importantes postos da diplomacia brasileira, da representação diplomática brasileira em Tóquio.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço mais uma vez a compreensão de V. Ex^a e dos meus colegas, que me deram a possibilidade de fazer a leitura. Obviamente, V. Ex^a dará o encaminhamento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dentre esses seus colegas, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exato. Foi o primeiro a quem me referi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira; em seguida, pela ordem, o Senador Randolfe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, há muitos anos, tinha curiosidade de conhecer o texto – se é que houve o apanhamento, se a imprensa registrou – do discurso que o Ministro Oswaldo Aranha pronunciou à beira do túmulo de Getúlio Vargas. Há muito tempo. Só conheço a fotografia e o gesto corajoso do Ministro. Poucos companheiros de Getúlio Vargas o acompanharam até o fim, como Tancredo Neves acompanhou, como Oswaldo Aranha acompanhou. E é um discurso que todos dizem que foi um discurso memorável de Oswaldo Aranha, que era um grande orador.

Não veja o Embaixador Corrêa do Lago nisso como nenhuma tentativa de... Não quero que isso seja visto como captação de sufrágio, mas, se, por acaso, nos papéis da família, se encontrar esse texto, ficaria muito feliz se pudesse ter conhecimento do texto. Ainda que fosse uma transcrição imperfeita, gostaria de ter acesso; há muitos anos que procuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Aloysio. Senador Randolfe, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, de antemão, quero aproveitar a solicitação feita pelo Senador Aloysio.

Ficará grata a Comissão se ela o texto for distribuído para todos os membros. Essa é uma obra, é uma peça para a história do Brasil. Mesmo que seja transcrição imperfeita, mesmo que seja taquigrafada, é uma obra da oratória, é um discurso memorável. Desde que eu cursava História, tinha notícias desse célebre discurso do eminente Osvaldo Aranha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a tinha pedido a palavra, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeitamente, é que eu não poderia deixar de fazer essa consideração à fala do Senador Aloysio.

O pela ordem é para duas questões: em primeiro lugar, para registrar o voto favorável em relação à moção de louvor apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy sobre o Sr. Snowden e o jornalista Greenwald. Cheguei após a votação, mas, se aqui estivesse, não deixaria de fazer o registro do meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos consignar o registro de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em seguida, Sr. Presidente, ainda em relação ao depoimento prestado na última quarta-feira pelo jornalista Glenn Greenwald, V. Ex^a apresentou um requerimento, que foi aprovado. Gostaria, se ainda couber nesta reunião, de apresentar um requerimento aditivo ao de V. Ex^a, para que sejam convidados a prestar esclarecimentos esta Comissão as seguintes empresas de telecomunicação: a Telefônica S/A, a América Móvel, a Oi – Telemar Norte Leste S/A, e a TIM Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos incorporar, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obviamente que isso é em virtude das declarações do Sr. Glenn Greenwald dadas a esta Comissão no seu depoimento, no último 6 de agosto, que, no meu entender, tornam impreteríveis esses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para emissão do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ler o relatório já?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a pediu a inversão da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso, exatamente. O senhor tem que colocar o pedido de vista primeiro.

Eu só pedi essa intervenção para dizer que nós estávamos em discussão e fomos para outro caminho agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Randolfe pediu pela ordem, eu concedi o pela ordem, e ele fez uma viagem, mas...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, eu não sei se há necessidade de pedir vista ou a vista é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos em seguida passar a palavra à V. Ex^a.

Ratificando, em discussão, o parecer do eminente Senador Jorge Viana.

Não havendo quem queira discutir, aprovado o parecer.

Nós vamos conceder vista coletiva para que, em razão disso, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras possam aprofundar o entendimento do parecer do Senador Jorge Viana, as relações bilaterais históricas com o Japão, e possamos programar e planejar a sabatina do Embaixador, com o discurso memorável do Ministro Oswaldo Aranha, que, seguramente, seduzirá uma parte relevante desta Comissão.

Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para a leitura do parecer de V. Ex^a em relação ao Item 4.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

O PLS nº 4, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, modifica a legislação tributária federal para isentar do IPI as operações que envolvem máquinas, equipamentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, no caso adquiridos com a finalidade de produção de leite.

Em 2011, foram apresentados vários requerimentos do Senador Romero Jucá, que também tramitaram em conjunto nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Relações Exteriores; Meio Ambiente; Agricultura e de Direitos Humanos.

Eu vou à análise, Sr. Presidente.

Entre todos os projetos de lei apensados – vários projetos foram apensados a este, inclusive, acredito, que o da Senadora Grazziotin – havia sido despachado, antes da tramitação em conjunto, para a CRE, que já aprovara o seu conteúdo, em 6 de agosto de 2009, somente o de nº 463/2008. A matéria contida nesse

PLS foi incorporada ao art. 11 do Substitutivo aprovado pela CE. Portanto, a análise da iniciativa que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, será restrita ao conteúdo desse projeto de lei.

Como já analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, não há vício de competência nem de legitimidade na proposição.

O Substitutivo aprovado pela CE refere-se à concessão de benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), à Cofins e à Contribuição para o PIS/Pasep, cuja competência para disciplinar é da União, a teor dos arts. 149 e 153, inciso IV, da Constituição Federal. Desse modo, a lei federal pode regular o assunto, e, conforme previsto nos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional disciplinar matéria relativa a Direito Tributário e ao Sistema Tributário.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional,

Em relação aos demais aspectos formais e espécies normativas, a proposta é compatível com o texto constitucional. Os ajustes são necessários para a obtenção de precisão, permitindo que o texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance normativo, visto que a discriminação dos produtos sujeitos à isenção está ampla e genérica, o que não corresponde à necessidade da especificação presente na tela de incidência do IPI.

Dessa forma, propõe-se a alteração da redação do art. 11, do Substitutivo aprovado pela CE, para que se molde aos termos utilizados no TIPI.

Superada a análise formal, passa-se à análise do conteúdo. Nesse sentido, verifica-se que não há incompatibilidade material de proposição, na medida em que o projeto corrige distorções do sistema jurídico ao estender a isenção de IPI para a Casa e Gabinete Militares.

No âmbito federal, a Casa Militar da Presidência da República foi sucedida pelo Gabinete de Segurança Institucional. Esse órgão possui, entre outras atribuições, a de zelar, assegurando o exercício do poder da Polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado e do Vice-Presidente da República e respectivos familiares dos titulares dos órgãos essenciais à Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades, quando determinado pelo Presidente da República, bem assim pelas seguranças dos palácios presidenciais da residência do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Por seu turno, as Casas Militares dos Estados e do Distrito Federal têm como de suas principais fun-

ções a segurança pessoal do Governador e de seus familiares. Dessa forma, esse órgão também exerce atividade institucional, não sendo razoável a ausência de extensão do benefício fiscal que atualmente é reconhecido apenas aos órgãos de segurança pública, afinal a isonomia tributária prevista no art. 150, inciso II, da Constituição Federal, garante aos contribuintes que se encontram em situações similares tratamento semelhante.

Atualmente, estão isentas de IPI apenas aquisições de aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, veículos para patrulhamentos policiais e armas e munições. A proposição inclui os equipamentos de inteligência policial e informática, de sinalização acústica e visual veicular. A alteração legislativa promove, assim, ganhos para a prestação do serviço público e benefícios financeiros para os entes públicos.

Em relação à prestação do serviço de segurança nacional, o benefício fiscal promoverá o aparelhamento dos órgãos públicos, o que fortalece as instituições na missão de combate e prevenção aos crimes.

Finalmente, a isenção proposta é vantajosa para a União, pois eventual queda de arrecadação do IPI é compensada com a economia do imposto na aquisição dos produtos pelos órgãos federais. Não se pode esquecer que, do montante arrecadado do IPI, a União só fica com 42% do total, em virtude de a arrecadação dos impostos compor os fundos de participação (FPE, FPM e Fundos Regionais) e o Fundo de Compensação de Exportadores. Para os Estados e o Distrito Federal também é vantajosa a isenção, pois, embora haja a redução do repasse de recursos dos Fundos Constitucionais, a economia com o IPI será maior, haja vista a diminuição no preço dos produtos adquiridos.

Em virtude da não cumulatividade do IPI, em que o valor pago é uma operação é compensado com o valor devido na operação seguinte, seria necessária a inclusão de dispositivo para garantir a manutenção do crédito relativo às operações anteriores, sob pena de o benefício não ter efetividade em determinadas funções.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo da CE, com apresentação da Subemenda a seguir e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/2007, 590/2007, 174/2008, 181/2008, 240/2008, 449/2008, 463/2008, 45/2009, 277/2009, 305/2009, 347/2009, 380/2009, 160/2010, 197/2010 e 130/2011.

SUBEMENDA Nº 01 – CRE, DE 2013

Dá-se ao art. 11, da Emenda nº 1, da CE, Substitutiva ao PLS nº 4, de 2007, a seguinte redação:

Art. 11 O art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Ficam isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública, Casas e Gabinetes Militares ou órgãos correspondentes da União, dos Estados e do Distrito Federal:

.....
IV – os equipamentos de proteção individual; mv2012-08746

V – os instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som, e suas partes e acessórios;

VI – as máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; e

VII – os aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização visual e de sinalização acústica para veículos.

Parágrafo Único. Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo:

I – às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos neste artigo; e

II – ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente aos produtos originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante dos produtos com a isenção de que trata este artigo.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª tem toda a prerrogativa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedida a vista à Senadora Vanessa Grazziotin.

(É o seguinte o item cujo relatório foi lido e ao qual foi concedida vista:)

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007

– Não Terminativo –

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Autoria: Senador Alvaro Dias

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, DE 2007

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2008

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.

Autoria: Senador Renato Casagrande

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2008**

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

Autoria: Senador Alvaro Dias

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2008**

– Não Terminativo –

Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2008**

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2009**

– Não Terminativo –

Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Flávio Arns

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2009**

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição.

Autoria: Senador Flávio Arns

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2009**

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2009**

– Não Terminativo –

Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2009**

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

TRAMITA EM CONJUNTO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2010**

– Não Terminativo –

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm³, no

mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2010

– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romeu Tuma

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação – CE, com apresentação de 1 (uma) subemenda, e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 347/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11.

Observações:

1) Em 11/09/2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovou parecer favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senados nºs 589, e 590 de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463 de 2008; 45, 277, 305, 347, e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010 e 130, de 2011.

2) A Matéria vai à Comissão de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária, de Assun-

tos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

Passamos ao item 5, também designado ao Senador Cyro Miranda, para que, em seguida, possamos finalmente ir ao item 1, de relatoria do Senador Pedro Taques.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, que tramita nesta Comissão em caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, pretende regular a promoção de Cabos especializados, de Taifeiros-Mor e de Sargentos do Quadro Especial do Exército.

O art. 1º da proposição determina que os Cabos estabilizados e os Taifeiros-Mor do Quadro de Acesso para a promoção a Terceiro-Sargento tenham promoção retroativa à data em que completaram quinze anos de efetivo serviço.

O art. 2º dispõe que os sargentos do Quadro Especial do Exército na reserva remunerada, reformados ou no serviço ativo, tenham direito, na inatividade, à promoção a Subtenente, se a data de ingresso no Exército Brasileiro ocorreu até 31 de dezembro de 1995.

O art. 3º regula a promoção a Subtenente, enumerando os requisitos necessários, alternativamente.

O art. 4º condiciona a graduação de Subtenente a datas de ingresso na inatividade ou de instituição de pensão militar.

O art. 5º, por seu turno, fixa a extensão do benefício a militares oriundos do Quadro Especial, falecidos na atividade ou na inatividade, nas condições que especifica.

No art. 6º são colhidas as condições do termo de acordo para o gozo dos benefícios instituídos pela proposição em exame, inclusive com efeitos na seara judicial.

O art. 7º prevê que a promoção referida será efetivada mediante requerimento administrativo do interessado.

O art. 8º, finalmente, determina que o disposto na proposição da qual ora nos ocupamos não implica interrupção, suspensão, renúncia ou reabertura do prazo prescricional.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Análise.

Novamente aproveitamos os argumentos já percorridos por pareceres da Comissão que nos antecedeu no exame da matéria até ser considerada com especial seriedade a questão da previsão de promoção retroativa ao cargo de Terceiro-Sargento e de Subtenente

à mingua de ingresso em escola preparatória pela via legal e da frequência com aproveitamento nos cursos respectivos.

O conjunto desses elementos desaconselha inteiramente a manifestação favorável desta Comissão.

Por todo o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, nesta Comissão.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como este projeto é terminativo na Comissão de Relações Exteriores e não havendo quórum, vamos prorrogar a sua deliberação para uma próxima sessão.

(É o seguinte o item cuja votação foi adiada:)

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre a promoção de Cabos estabulizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Em 25/04/2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou parecer contrário ao Projeto.)

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Pedro Taques, para que possa finalmente emitir seu parecer, agradecendo a gentileza de ter permitido que seus colegas pudessem relatar, por outras agendas, outros projetos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, eu quero expressar meu voto de louvor a V. Ex^a por isso.

Sr. Presidente, peço autorização da Comissão para fazer um relato sintético e breve da matéria que está, de forma pormenoriza, analisada no relatório escrito, que, em razão do avanço tecnológico, se encontra nos *tablets* distribuídos.

Este projeto de lei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fruto dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, instalada após o acidente aéreo da Gol, de 29 de setembro de 2006.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, onde recebeu parecer favorável, nos termos do substitutivo apresentado, e vem agora a esta

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para aprovação, não sendo terminativa a decisão.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental, Sr. Presidente.

Análise.

O projeto cumpre todos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, a proposta é muito bem-vinda para tornar o espaço aéreo nacional mais seguro para a aviação, tendo em vista inclusive o aumento contínuo do número voos em nosso território, decorrente do maior acesso aos brasileiros de transporte aéreo. A segurança será ampliada por meio da prevenção decorrente de uma completa investigação dos acidentes que venham a ocorrer no espaço aéreo nacional. Para isso, o projeto estabelece marco legal mais coerente com a investigação de acidentes aéreos, adequando o nosso ordenamento jurídico interno às disposições da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, também conhecida como a Convenção de Chicago, à qual o país aderiu e que foi promulgada internamente pelo Decreto nº 21.713, ainda de 1946.

Assim, ao finalmente alinhar a lei nacional aos critérios daquela convenção à qual o país vinculou há mais tantos anos, o Congresso Nacional reforça a consistência do ordenamento jurídico interno.

A tarefa de investigação é conferida pelo projeto a um sistema integrado de instituições e procedimentos coordenado pela Força Aérea Brasileira. Nada mais apropriado, Sr. Presidente, tanto pelo profissionalismo e excelência técnica da nossa Força Aérea, reconhecidos em nível internacional, quanto pelo fato de que é ela a única organização que, entre nós, tem domínio da arte e ciência de todas as modalidades de navegação aérea, usando todo o leque de tecnologias disponíveis.

Isso faz com que seja exatamente a Força Aérea a Agência Governamental com maiores capacidades para bem cumprir as finalidades atribuídas pela lei a este sistema.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa contempla estes objetivos em sua plenitude, veiculando a essência do marco regulatório necessário à investigação de acidentes aéreos no país.

Eu tencionava, Sr. Presidente, inicialmente propor a aprovação do mencionado substitutivo na sua integralidade, porém, após a honrosa designação para a relatoria, recebi ponderação do Poder Executivo, por meio da Secretaria da Relações Institucionais da Presidência da República, em prol de modificações pontuais de redação que incorporassem preocupações supervenientes de vários órgãos governamentais.

Mesmo levando em conta a excelência do trabalho feito na Comissão de Constituição e Justiça, debruçei-me sobre cada uma das reivindicações do Poder Executivo e nelas encontrei pleitos razoáveis que aperfeiçoam o texto já aprovado naquela Comissão de Constituição e Justiça.

Acolho-as na forma de um novo substitutivo.

Descrevo tais mudanças de forma minuciosa no relatório, reiterando de que, de nenhuma forma, afetam o mérito já contido no substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Há, à parte, algumas modificações redacionais de pura técnica legislativa. Destaco:

1 – A extensão da obrigação de informar a autoridade policial no art. 88-D, a qualquer indício de crime;

2 – A explicitação, no art. 88-G, dos procedimentos necessários à formalização do pedido judicial de busca e apreensão;

3 – Exclusão do inciso I, do art. 88-J, uma vez que este apenas repete dispositivos do Código de Processo Civil, já válidos em caráter geral;

4 – A especificação mais clara, no art. 88-P, do contexto da proteção a cenário de incidentes, especificando o prazo dessa proteção, a responsabilidade por ela e a sua finalidade;

5 – No mesmo artigo, a exclusão da Previsão Genérica de “Proteção pelas Forças Armadas”, uma vez que já são contempladas pela definição de “autoridade policial competente”, quando assim dispuser a legislação específica;

6 – Acréscimo ao art. 88-F da competência de cada Força Armada investigar os acidentes com as suas aeronaves, de forma a preservar as linhas de hierarquia e disciplina inerentes ao funcionamento das instituições militares, com a indispensável ressalva de que a normatização técnica desse procedimento será de competência ao próprio órgão central do sistema.

7 – A redação mais específica do art. 88-I, §2º, acerca dos princípios que norteiam o tratamento das fontes de informação que menciona.

Por fim incorporo ao texto, Sr. Presidente, deste dois dispositivos já aprovados por esta Casa, por meio do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2009, que tratava, de forma mais sumária, das mesmas finalidades desse projeto.

Os dispositivos que resgatamos, a pedido do Executivo, não haviam sido plenamente incorporados ao texto atual. O mencionado substitutivo foi aprovado, em

seu mérito, pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, e tem parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. A inclusão desses pontos consensuais já aprovados pelo Senado e por todas as instâncias onde tramitou na Câmara dos Deputados colocará no mesmo texto legal todos os dispositivos legais que tratam da investigação de acidentes aeronáuticos no Brasil. São eles:

I) a inclusão de um novo artigo 86-A, deixando explícita a finalidade única da investigação Sipaer como mecanismo de prevenção de acidentes e permitindo a emissão de recomendações públicas a qualquer tempo, para que resultados já fundamentados possam ser aproveitados sem demora na prevenção de acidentes; e

II) a modificação do artigo 302, inc. III, alínea “V”, para que a responsabilidade de notificação de acidentes ocorra não somente em relação à aeronave de propriedade do operador ou permissionário, mas, sim, a qualquer aeronave sob sua responsabilidade, abrangendo casos de aluguel, *leasing*, que representam a maior parte da frota das empresas aéreas comerciais nos dias de hoje.

Desta feita, o voto é o seguinte: pelas razões expostas, voto pela aprovação do PLC nº 102, de 2012, nos termos do substitutivo apresentado.

E, para fins de transparência, recebi este projeto para relatar no dia 17 de abril de 2013 e, em razão dessas reuniões, só hoje posso apresentá-lo a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão o relatório do Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Comissão, nos termos da Emenda nº 2 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Substitutivo.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências.

Autoria: CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

Em 04/04/2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1 CCJ (Substitutivo).)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Presidente, nós vamos voltar ao item 1 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Finalmente vamos passar ao item 1 da pauta, após diversas intervenções.

Com a palavra, S. Ex^a Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Veja que não traz nenhum benefício relatar o item 1 da Ordem do Dia. (*Risos.*)

Eu pedi sua atenção, Magno, porque envolve...

Sr. Presidente, fui designado Relator da presente matéria, e chamo a atenção do Plenário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, que altera a Lei nº 6.815, de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

No sentido de facilitar a compreensão do projeto, é necessário que se faça um breve histórico de sua tramitação.

Essa proposição nasceu como fruto do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e seu objetivo, à época, era o de atualizar a redação da Lei do Estrangeiro para compatibilizá-la com a Constituição Federal, estabelecendo que o Supremo Tribunal Federal é o órgão judicial competente para decretar prisão preventiva do extraditado.

Essa matéria, na sua origem, foi inclusive relatada por mim e, levemente, é trazida à tona, numa discussão agora, às vésperas do recesso parlamentar, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como se eu tivesse arquivado essa matéria ou tivesse sido relapso na sua relatoria.

A matéria passou vários meses comigo, porque o então ministro da Justiça, o atual Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pediu-me para sustar e designou três pessoas do Tribunal, duas delas bastante desenvoltas, para a gente discutir a matéria. Isso levou mais de quatro meses, inclusive essa discussão para que a gente fizesse essa adaptação, votasse aqui no Senado e enviasse à Câmara, o que demandou muito tempo.

Após a sua aprovação no Senado, a matéria seguiu para a Câmara dos Deputados. Naquela Casa, após longa tramitação, o projeto foi aprovado na forma de uma emenda substitutiva. Portanto, o que passaremos a analisar é o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto do Senado.

O Substitutivo atualiza o art. 80 da lei, que não foi tratado pelo Projeto do Senado, para incluir o Ministério da Justiça como órgão competente para receber o pedido de extradição. Essa mudança se justifica porque o Ministério da Justiça tem um papel de autoridade central em diversos tratados de cooperação jurídica internacional dos quais o Brasil é signatário. Além disso, o Substitutivo altera os arts. 81 e 82, tratados no Projeto do Senado.

A Redação do art. 81, dada pela Câmara dos Deputados, ficou mais bem delineada a cerca da função a ser desempenhada pelo Ministério da Justiça. O dispositivo prevê que o Ministério analisará os pressupostos formais de admissibilidade do pedido de extradição, exigidos pela própria lei ou pelos tratados firmados pelo Brasil.

Após análise, encaminhará o pedido para apreciação do Supremo Tribunal Federal; caso contrário, o pedido será arquivado por decisão fundamentada do ministro.

O art. 82, proposto pelo Substitutivo, define que o pedido de prisão cautelar com fins extradicionais pode ser formulado ao Ministério da Justiça, que o encaminhará ao Supremo Tribunal Federal. O pedido de prisão só se justifica caso haja apresentação simultânea ou imediatamente anterior à formalização do pedido de extradição pelo Estado interessado.

Dessa forma, caso o Estado requerente não tenha solicitado a extradição, não cabe a prisão cautelar, evitando a ameaça à liberdade de locomoção.

Os §§1º e 2º do art. 82 apresentam inovações significativas no que se refere à forma de apresentação do pedido de prisão cautelar.

No §1º o Substitutivo estabelece expressamente que o pedido pode ser apresentado por qualquer meio que assegure a comunicação por escrito, como correto – fax ou mensagem eletrônica –, o que aumenta a segurança jurídica.

Destaco, portanto, que no texto do Substitutivo há a atualização do papel do Ministério da Justiça como ente responsável e central na análise dos requisitos de admissibilidade dos pedidos de prisão e extradição, o que possibilita o cumprimento da atual disciplina de cooperação jurídica internacional no Brasil.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, com adequação. Eu não posso emendar o projeto, porque ele já veio da Câmara. É uma emenda redacional, nos seguintes termos: alteração da expressão “prisão preventiva” por “prisão cautelar”, que foi feita no texto do projeto, e não esquecer a ementa do projeto, em que há uma coisa incorreta.

Eram essas as considerações que tinha a fazer sobre o projeto. Ele voltou da Câmara melhor do que saiu do Senado.

O SR. PRESIDENTE Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jarbas Vasconcelos.

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Jarbas, eu tive o prazer de assinar esse projeto quando era Presidente da CPI da Pedofilia e passo a dizer por que ele nasceu e por que o interesse dessa lei no Brasil.

Nós somos um dos poucos países que não tem a difusão vermelha. Só para alertar as pessoas que nos veem, que nos ouve, que não têm conhecimento, quando o Cacciola fugiu do Brasil e foi para a Itália, ninguém podia fazer nada, porque o Brasil não tinha aderido ao sistema de difusão vermelha com a Itália. A difusão vermelha é exatamente um acordo que possibilita a extradição do sujeito que tem mandado de prisão no país de onde ele se evadiu. O Cacciola ficou tranquilo. Até passavam aqui imagens dele andando de moto na Itália, mas um dia ele se esqueceu e foi passar o fim de semana em Mônaco, com quem nós temos o acordo, e ele foi trazido para cá; não foi nem na Itália.

Quando nós fomos começamos a CPI da Pedofilia, Senador Ricardo Ferraço, e conseguimos abrir o sigilo do Google aqui no Brasil, nós detectamos, Senador Randolfe, que o Brasil é o paraíso de pedófilos com mandado de prisão nos seus países e que se evadem para cá, e nós não podemos fazer nada, nada. Evadem-se para cá, já entendendo que o Brasil é um paraíso, vendido lá fora para turismo sexual. Esse é o lugar para vir, porque não tem... Realmente os caras têm mandado de prisão e fogem para cá. E nós viramos um paraíso.

E até me angustiou demais, porque eu achei que naquele afã – o Brasil vivendo, sendo pautado pela CPI da Pedofilia, com essa violência, entre os três maiores abusadores do Planeta em consumo de pedofilia na Internet, o primeiro do mundo –, que nós íamos aprovar isso rápido, Senador Aloysio. E vem essa murrinha, murrinha... E quero dizer que não por esta Casa e nem pela Câmara. Esse puxa e estica é do Ministério da Justiça, que é quem mais tinha conhecimento dessa matéria.

E por isso eu vou pedir vista, porque – falando igual a um advogado que há lá em Cachoeiro, que era um cabo da polícia – eu desconcordo. Ele participou de uma audiência em que estavam avaliando um terreno e disse “Eu desconcordo com a ‘avaliação’ de V. Ex^a”.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Nossa, no caso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, a “avaliação” de V. Ex^a, não. Eu só desconcordo com o texto que veio da Câmara. Acho que nós precisamos examinar melhor, porque, se o sujeito tem mandado de prisão por abuso de criança no país dele e bate aqui dentro, se ninguém pedir, o Ministério se sente à vontade para dizer “arquiva isso, porque nós estamos cerceando o direito e a liberdade desse cidadão.” Liberdade de ir para onde? De ir para as praias do Espírito Santo abusar de criança? De descer para qualquer outro lugar que ele quiser, para praticar o crime dele? Então, acho que nós temos que avaliar melhor por essa razão.

E como foi pensando nas crianças do Brasil e nesse tipo de criminoso nojento – nós temos um monte aqui –, que se desloca dos seus países para vir aqui atrás de turismo sexual, é que eu peço vista, para que nós possamos avaliar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Este tema é de suma importância. Nós estamos de há muito no Brasil precisando de um código para estabelecer a cooperação jurídica internacional em matéria penal, para que isso tudo seja resumido a um mesmo instrumento normativo, a um mesmo instrumento legislativo.

A qualificação do que se denomina de autoridade central, que é a busca que o Senador Magno Malta está aí, com razão, querendo, essa necessidade da difusão na linha vermelha, que é um instrumento de que a Interpol se utiliza...

Eu faria só de uma indagação: esse projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, não vai para lá?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em seguida...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Em seguida vai para a CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele vai, conclusivamente, para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Está certo. Então, eu vou deixar para me manifestar na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda assim o Senador Magno Malta mantém o pedido de vista?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedida vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu me coloco à disposição do Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pede vista na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedida vista nesta Comissão. V. Ex^a pode também fazer esse debate mais jurídico na CCJ.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É porque a minha dúvida é a seguinte: se deixar para pedir vista na CCJ, nós vamos ter que aprovar aqui, é isso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – É melhor ele pedir vista, ele tem dúvida sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Bom, fica concedida vista ao Senador Magno Malta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E eu me coloco à disposição do Senador.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – É melhor ele pedir vista e trazer na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica concedida vista ao Senador Magno Malta, para aprofundar os estudos em relação a essa proposta.

(É o seguinte item ao qual foi concedida vista:)

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 126, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.

Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI)

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados, com a adequação redacional da Ementa nos seguintes termos: alteração da expressão “prisão preventiva” por “prisão cautelar”.

Observações:

A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Item 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vista coletiva em razão do requerimento verbal de V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para relatar o item 7:

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 32, DE 2013

– Não Terminativo –

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão e dá outras providências.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A Matéria vai à Comissão Diretora.

A palavra é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Estou só esperando dados, Sr. Presidente, para poder ler o relatório, que não está aberto aqui.

A tecnologia é boa, Sr. Presidente, mas às vezes demora. Está aqui.

Projeto de Resolução do Senador Cristovam Buarque, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão.

O relatório, Sr. Presidente.

O projeto foi distribuído a este órgão colegiado e à Mesa Diretora.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, V. Ex^a, a quem agradeço, designou a minha

peessoa para relatar a matéria no dia 14 de maio do corrente ano.

A proposição institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil/Azerbaijão, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

O art. 3º dispõe que a cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de visitas parlamentares, realização de congressos, seminários, simpósios, permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa, intercâmbio de experiências parlamentares e outras atividades compatíveis com os objetivos do grupo. O Grupo Parlamentar, de acordo com o Projeto, deverá reger-se pelo regulamento interno.

Na justificação, o autor destaca que o Azerbaijão tem Produto Interno Bruto nominal de aproximadamente de US\$60 bilhões e crescimento da economia de cerca de 1% ao ano. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 62% do PIB, seguido do setor de serviços, 32%, e agrícola, 6%. Assinala também que a formação do Grupo Parlamentar permitirá maior aproximação entre os membros do Poder Legislativo de ambos os países e o fortalecimento das relações bilaterais já existentes.

A influência, Sr. Presidente, dos Paramentos nas relações internacionais, é bom destacar, vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como a União Interparlamentar, o Parlamento Latino-Americano e outros.

Por essa tendência, é possível identificar também um interesse maior entre os Parlamentares pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. Em decorrência disso, ressaltamos que é um projeto importante e que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Portanto, o voto é favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 32, de 2013, do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/ PMDB – ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente, permaneçam como se encontram.

Eu peço ainda a S. Ex^a que possa relatar requerimento que solicita viagem de alguns Senadores, a convite do Ministro da Defesa da Suécia e da Comissão de Assuntos Exteriores e Defesa das Forças Armadas da República francesa, para participarem de agendas, conforme programação anexa.

Passo a palavra a S. Ex^a para que possa emitir o parecer.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM.) – Sr. Presidente, agradeço também a designação.

Como V. Ex^a já leu, é o requerimento de 2013, de autoria de V. Ex^a, com base no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que requer licença dos trabalhos da Casa, no período de 4 a 13 de setembro do corrente ano, por ter sido convidado pelo Ministro da Defesa da Suécia, Comissão de Assuntos Exteriores e Defesa das Forças Armadas da República francesa para participar de agendas, conforme programação anexa: “Comunico, nos termos do art. 39, inciso I do mesmo diploma legal, que estarei ausente do país no período de 4 a 13 de setembro deste ano”

O Requerimento, Sr. Presidente, visa o atendimento de um convite, como já dito, formulado pelo Ministro da Defesa da Suécia e Comissão de Assuntos Exteriores e Defesa das Forças Armadas da França, para participar de programação que está em anexo.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam, se estiver de licença ou em representação de serviço da Casa ou, ainda, em missão política e cultural de interesse parlamentar.

Em cumprimento do disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente no período de 4 a 13 e, portanto, solicita que sejam tomadas as providências necessárias.

Diante do exposto, Sr. Presidente, pela importância do evento, pela significação do convite, voto a favor da aprovação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o parecer da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 67, DE 2013

Com base no artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requereu licença dos trabalhos da Casa no período de 04 a 13 de setembro do corrente ano, por ter sido convidado pelo Ministro da Defesa da Suécia, Comissão de Assuntos Exteriores, Defesa

e Forças Armadas da República Francesa, para participar de agendas conforme programação anexa.

Comunico nos termos do artigo 39, inciso I do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País no período de 04 e 13 de setembro do corrente.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

Ratifico, ainda, a aprovação do item anterior, o item 7.

Item 13:

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar das vulnerabilidades do Estado brasileiro no setor cibernético, constatadas recentemente com a denúncia de espionagem norte-americana. Agências governamentais dos EUA estariam fazendo acompanhamento, em larga escala, de e-mails e ligações telefônicas, em nível internacional, de cidadãos e empresas, inclusive no Brasil. Para discutir a segurança cibernética no Brasil recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Gen. Div. José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), do Comando do Exército;
- Dr. Raphael Mandarinó Júnior, Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- Dr. Otávio Carlos Cunha da Silva, Diretor do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações (Cepesc), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), também da estrutura do GSI;
- Dr. José Antonio Carrijo, Coordenador de Criptografia da Agência Brasileira de Informações;
- Sr. Roberto Godoy, jornalista do Estado de São Paulo;
- Dr. Salvador Raza, Diretor do Cetrus (Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Ou seja, trata-se de requerimento para discussão da forma como o Estado brasileiro está se preparando para esse tipo de proteção, não apenas ao Estado

brasileiro, não apenas às empresas que trabalham no Brasil, mas, evidentemente, a proteção aos cidadãos.

Esta Comissão tem-se debruçado sobre esse tema, mas a ideia é a de que nós possamos aprofundar o debate, conhecendo as estratégias, conhecendo os planos que o Governo está desenvolvendo, de forma a aperfeiçoar a proteção cibernética do Estado brasileiro.

Em discussão o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 69 , DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento RRE nº 49 de 2013, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros. Para tanto, recomendo a inclusão do seguinte convidado:

- Michel Levy, presidente da Microsoft Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Este requerimento já foi aprovado nesta Comissão. Inclusive, temos agenda, na semana que vem, para ouvirmos ouvindo Facebook, Google e Microsoft. Faltava a aprovação do requerimento do convite ao Sr. Michel Levy, que é o representante da Microsoft no Brasil.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há também outro requerimento nessa mesma direção, para promoção de debate nesta Comissão tendo como escopo, objetivo tratar do programa relativo ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que visa atender às necessidades de comunicação satelital do Estado brasileiro, considerando-se que o Brasil carece de um satélite para transmissões seguras, especialmente de caráter estratégico, que toda a vulnerabilidade do Brasil

ficou muito caracterizada nesses últimos episódios pela constatação de que temos oito satélites, e que nenhum deles é de propriedade brasileira. São satélites alugados com os quais o Brasil gasta, anualmente, US\$650 milhões.

Governo brasileiro tem programas e projetos visando a construção de um satélite geoestacionário, e a ideia é a de que possamos trazer à Comissão autoridades e os especialistas para conhecer o estado da arte desse projeto que há tempo o Governo brasileiro apresenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 70 , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do programa relativo ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que visa atender às necessidades de comunicação satelital do Estado brasileiro. Considerando-se que o Brasil carece de um satélite para transmissões seguras, especialmente de caráter estratégico, e que as recentes denúncias de espionagem, por parte dos Estados Unidos, expuseram de forma evidente as nossas vulnerabilidades nos setores espacial e cibernético, a CRE promoverá debate a respeito. Serão convidados autoridades e especialistas dos órgãos e entidades envolvidos no programa do SGDC, em especial ligados aos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação, para os esclarecimentos necessários sobre a evolução do programa e sobre o aporte de recursos financeiros. Bem como, em especial, sobre em que medida o SGDC tornará as comunicações brasileiras mais seguras, reduzindo a fragilidade no setor, tendo em vista a situação atual de dependência externa ser inaceitável para a soberania brasileira.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quem são os convidados para esse debate?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – Já temos os nomes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O tema, sim; para depois vir o cacho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos aprovando um requerimento “guarda-chuva” para depois trazeremos especialistas, não apenas do Governo, mas especialistas do mercado. A ideia é a de que nós possamos ir para além desse problema conjuntural de espionagem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim. Aí, o tema do satélite geoestacionário é da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – É isso. A ideia é fazer uma discussão acerca do conhecimento que precisamos ter do real estágio de fragilização do Estado brasileiro em relação a essas questões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É porque a espionagem é do tempo dos faraós egípcios, pois os Estados espionam-se uns aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – Item 16:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 71, DE 2013

Requeiro, nos termos do Inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com representantes do Parlamento haitiano, sobre os seguintes temas:

- negociações entre empresas brasileiras e haitianas;
- entrada do Haiti no Parlamento Latino – Americano (Diplomacia);
- criação de representação diplomática do Haiti no Brasil para tratar de assuntos relevantes como imigração no Norte do Brasil (MRE);
- formação de universitários haitianos no Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PC do B – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Os próximos requerimentos – Requerimentos n^{os} 17, 18, 19 e 20 – tratam daquela questão da Amazon, do pedido que ainda tramita na ICANN, da empresa Amazon, para ter a exclusividade da utilização e o registro genérico, portanto, desse termo Amazon na Internet. E todos os requerimentos tratam desse assunto.

V. Ex^a solicitou, durante uma audiência pública, que eu apresentasse sugestões de forma a que esta Comissão pudesse agir de forma mais incisiva. Então, as sugestões que eu estou apresentando estão contidas nesses requerimento. Um deles diz respeito ao encaminhamento de um pedido, uma manifestação desta Comissão perante ICANN, a empresa, para que não se conceda o registro.

Há outro, que seria para o Conselho de Assessoramento Governamental (GAC), não há mais necessidade, porque a notícia boa é que, na última reunião que tiveram na África do Sul, eles aprovaram, por unanimidade, o pedido dos governos brasileiro e peruano para que não fosse concedida a licença exclusiva. Então, não há mais necessidade de ir mais ao GAC.

Um dos requerimentos é, portanto – repito –, para a ICANN; o outro é uma solicitação para que o Presidente do Senado se dirija ao Presidente dos outros Senados de países amazônicos, para que também se manifestem de uma forma mais contundente; o terceiro é a designação de três pessoas para que pudessem acompanhar essa questão junto à ICANN.

Sr. Presidente, então seriam esses os conteúdos dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco da Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a requer, portanto, votação em bloco.

Há algum Senador ou Senadora que manifeste alguma objeção? (*Pausa.*)

Se não há, vamos passar à fase de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.

(*São os seguintes os itens aprovados:*)

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 72, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional crie um Grupo de Trabalho composto por 3 (três) Senhores Senadores, destinado a acompanhar e propor ações em relação ao desenvolvimento das negociações envolvendo a pretensão da empresa norte-americana Amazon Inc de deter a exclusividade do nome .amazon na Internet.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 73, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal encaminhe manifestação formal contrária a pretensão da empresa Norte-Americana Amazon Inc de registrar o nome de domínio do primeiro nível de “.amazon”, sem o devido consentimento dos Países Amazônicos, a ser encaminhada ao Comitê Assessor Governamental da ICANN, por ocasião de reunião a ser realizada em Durban, na África do Sul, entre os dias 14 e 18 de julho de 2013.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 74, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a aquiescência do Colegiado, solicite à Presidência do Senado Federal a colocação de Banner na página institucional da Casa para a divulgação da campanha Nossa Amazônia – Diga NÃO à privatização do nome da Amazônia!.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 75, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a aquiescência do Colegiado, solicite à Presidência do Senado Federal que encaminhe manifestação do Senado Federal Brasileiro aos Parlamntos dos Países integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, conclamando-os a realizarem campanha com o fito de proteger o nome da Amazônia da pretensão da empresa norte-americana Amazon Inc de deter a exclusividade do nome .amazon na Internet.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.)

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 76 , DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir as propostas de mudanças na organização da Agência Brasileira de Cooperação, órgão que atualmente integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores. Em visita oficial à África, em maio passado, a Presidente Dilma Rousseff anunciou a criação de uma nova agência de cooperação técnica e promoção comercial para África e América Latina, o que tem despertado temores sobre o futuro da ABC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Isso tem ocorrido mediante a organização ou superposição de várias agências cumprindo objetivos basicamente comuns. A ideia é que possamos discutir aqui os rumos, possamos discutir aqui a importância da cooperação como estratégia de política externa do nosso País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, um esclarecimento por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pelo que eu entendi, a Presidente Dilma anunciou que haveria mudanças nessa agência. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não apenas mudanças nessa agência como a criação de uma agência específica no âmbito...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim. Para isso, ela teria que mandar um projeto de lei para o Congresso. É uma agência brasileira governamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Seria uma agência brasileira, que passaria a constar da estrutura do Ministério.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E esse projeto ainda não foi encaminhado ao Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda não foi encaminhado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é que esperemos o projeto chegar aqui no Congresso para que possamos ter uma audiência pública mais proveitosa, mais objetiva, a partir de um texto de uma proposta concreta, e não apenas de uma anúncio vago.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas a ideia é discutir aqui não apenas esse ponto, mas discutir aqui o próprio espaço, o próprio histórico da Agência Brasileira de Cooperação, que é uma estrutura do Ministério das Relações Exteriores que vem sofrendo uma desidratação, vem perdendo importância ao longo dos últimos anos. A cooperação é uma das mais importantes estratégias que um país tem para estabelecer relações com outros países. Portanto, a ideia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Parece-me mais objetivo, se esse anúncio da Presidente Dilma tiver alguma consequência, não sei se o terá, discutirmos a partir já de uma proposta concreta. Porque muitas vezes a Presidente anuncia e depois...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não efetiva, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A ideia é discutir também a própria existência da Agência Brasileira de Cooperação. Em discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Nós teremos aqui, no dia 20 de agosto, uma audiência pública com a presença de importantes especialistas do Mercosul. Estarão aqui o Dr. Ivan Rammalho, representante do Alto Comissariado, portanto, é o principal executivo do Mercosul, e o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, representando a Fiesp. Teremos representantes também da Confederação Nacional da Indústria e estamos propondo a presença do Embaixador Clodoaldo Hugueney, Consultor de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura.

A ideia é que possamos ter as entidades que representam a indústria nacional e possamos ter também representantes da Confederação Nacional da Agricultura, para que possamos aqui fazer o enfrentamento dos temas que estão relacionados nas relações comerciais do Brasil com os nossos parceiros do Mercosul.

Portanto, o requerimento é para que possamos também aprovar a presença do Sr. Embaixador Clodoaldo Hugueney, Consultor de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 78, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 23, de 2013, convidando o Embaixador Clodoaldo Hugueney, consultor de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA, para participar da audiência pública com a finalidade de debater as relações comerciais do Mercosul.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, encaminho um pedido de urgência ao item 3, que já foi aprovado nesta reunião. Trata-se do PLC 102, que foi relatado pelo Senador Pedro Taques e que dispõe a proteção às investigações do sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Solicito urgência desta Comissão para ser encaminhado ao Plenário; ou melhor, a recomendação de urgência desta Comissão ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós aprovamos o requerimento do Senador Pedro Taques e a ideia é a de que possamos encaminhar esse processado à Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Recomendar a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em votação o requerimento verbal do Senador Randolfe Rodrigues.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, vamos encaminhar à Mesa Diretora, para que esse processo possa ser deliberado pelo Plenário da Casa.

Há um último requerimento, que solicita audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 80, DE 2013

Em virtude das declaração do Senhor Glenn Greenwald dadas a esta Comissão em 06 de agosto de 2013, requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para participar da audiência pública a ser realizada nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovada nos termos do Requerimento nº 62, de 2013-CRE, destinada a “discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitoraram milhões de e-mails e ligações de brasileiros”, sejam convidados representantes das seguintes empresas de telecomunicação:

- Telefônica S/A;
- América Móvil;
- Oi – Telemar Norte Leste S/A;
- TIM Brasil S/A.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a ser discutido, vamos encerrar a presente reunião, agradecendo às Sr^{as} Se-

nadoras, aos Srs. Senadores e a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA OR- DINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALE- XANDRE COSTA.

Às catorze horas e vinte e cinco minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE). Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, Sérgio Souza, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena; e os Senhores Deputados Carlos Zarattini, Eduardo Azeredo, Urzeni Rocha, Hugo Napoleão, Nelson Marquizeili, Alfredo Sirkis e Oliveira Filho. Deixam de comparecer os demais parlamentares. É aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA para a apresentação, debate e diálogo, relacionado ao Projeto FX-2, relativo à aquisição de caças para a Força Aérea Brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2013. O Presidente convida os expositores o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica – FAB; e o Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC, para comporem a Mesa. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião, e manifesta pêsames pelo falecimento do Brigadeiro Rui Moreira Lima. Em seguida, concede a palavra a cada um dos expositores. Após as exposições, o Presidente apresenta seus questionamentos aos expositores, que o respondem e, na sequência, usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Deputado Carlos Zarattini, o Deputado Hugo Napoleão, o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Alfredo Sirkis, o Deputado Eduardo Azeredo e o Senador Jorge Viana.

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito faz suas considerações finais. O Presidente tece comentários sobre o assunto debatido e apresenta seus cumprimentos aos expositores. Passa-se à 2ª PARTE: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 31, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.” Relator, Senador Eduardo Lopes. Sabatina realizada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão. Relator, Senador Jorge Viana. Sabatina realizada. Os Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô e André Aranha Corrêa do Lago são convidados a compor a Mesa. A Senadora Ana Amélia solicita a inclusão de item extrapauta, e o Senador usa da palavra. Os expositores fazem suas explanações. Usam a palavra o Senador Eduardo Suplicy, o Deputado Alfredo Sirkis (convidado), o Senador Jorge Viana e o Senador Pedro Simon. Os Embaixadores respondem aos questionamentos. A reunião é tornada secreta às dezessete horas e vinte e um minutos e reaberta às dezessete horas e vinte e três minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia e como escrutinadores a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. EXTRAPAUTA: ITEM 3 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. ITEM 4 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), da Câmara dos Deputados, que “Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.” O Presidente

concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. Às dezessete horas e onze minutos assume a presidência o Senador Jorge Viana, em seguida, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, assume-a o Senador Eduardo Suplicy. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A primeira parte da nossa reunião tem o propósito e o objetivo de fazermos um debate e um diálogo acerca do Projeto FX-2.

Convido para estar à mesa conosco o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, e o Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.

Senhoras e senhores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. oficiais, registro, com enorme prazer, a presença entre nós do Embaixador Rubem Barbosa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para a apresentação, debate e diálogo, relacionado ao Projeto FX-2, relativo à aquisição de caças para a Força Aérea Brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2013.

O Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo itens como simulares, logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro, no desenvolvimento de um caça de quinta geração.

Essa plataforma de múltiplo emprego está prevista para ser a espinha dorsal da aviação de caça brasileira, padronizando, após outras aquisições, no médio e longo prazo, toda a frota de aeronaves de combate, com uma redução significativa dos custos de suporte logístico.

Na verdade, um primeiro processo, visando à compra de caças foi motivado ainda em 2001, mas acabou por ser cancelado em 2005, devido à conjuntura econômica nacional. Entretanto, permaneceria latente a carência por tais meios, considerando-se a

eminente desativação dos Mirage III, cuja vida útil foi finalizada ao término de 2005.

Nesse cenário, foi adotada uma solução paliativa, com a aquisição de aeronaves usadas Mirage F-2000, junto à França, o que não eliminou o problema operacional detectado e apenas diminuiu a urgência da Força Aérea Brasileira.

Já a versão atual do processo de aquisição de caças, o chamado Projeto FX-2, teve início ainda em 2008. Naquela oportunidade, no bojo da estratégia nacional de defesa, vislumbrou-se a oportunidade de o País aproveitar o poder de compra dos caças e exigir, por meio de atividades de transferência de tecnologia e cooperação industrial, o desenvolvimento de nossa indústria de defesa.

Adicionalmente, estava posta a necessidade de reafirmação geopolítica do Brasil, coerente com as suas aspirações internacionais. Assim, demandava-se uma aeronave que, de fato, sustentasse o papel do Brasil no contexto regional, sabendo-se que outros países sul-americanos já dispunham de caças de desempenho superior. Ou seja, a aquisição dos caças não deveria estar limitada aos aspectos técnico-militares e sim, inserida em um contexto mais abrangente.

De acordo com esses parâmetros, foi emitido pelo Estado Maior da Aeronáutica, ainda no mesmo ano de 2008, depois de acurado processo, o relatório que pré-selecionou as aeronaves Boeing F-18, Dassault Rafale e Saab Gripen.

Posteriormente, no início de 2010, o relatório final foi enviado ao Ministério da Defesa. Desde então, o processo vem sofrendo sucessivos adiamentos e se arrastou por tanto tempo que os próprios Mirage 2000, adquiridos como paliativos, já têm a sua desativação prevista para dezembro deste ano, o que coloca o nosso País em um eminente apagão nas nossas Forças Aéreas.

Atualmente, seguem indefinidos os rumos do Projeto FX-2. Não tendo ainda o Governo Dilma declarado nenhuma intenção quer sobre o fabricante, quer sobre o que seria escolhido e tampouco sobre quando a escolha será feita. O que, sim, está definido, com clareza meridiana, é a obsolescência da frota de combate da Força Aérea brasileira, que não condiz com as aspirações do Brasil de maior protagonismo internacional, em especial com o desejo manifesto de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assim, adiar por mais tempo uma decisão tão relevante e estratégica como esta é aumentar a cada dia a incompatibilidade do País em desempenhar um papel de protagonismo no colegiado das Nações Uni-

das, isso sem falar na ausência de condição básica e necessária para exercer plenamente sua soberania.

Finalmente, caso não sejam autorizadas as aquisições, pode-se dizer e afirmar concretamente que um vazio inaceitável, em termos de capacidade de defesa de nosso espaço, estará sendo consolidado.

Para debatermos o Projeto FX-2, temos a honra de receber em nossa Comissão o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, destacado e brilhante profissional piloto de caça, com larga e exitosa trajetória na Força Aérea brasileira.

Filho de emigrantes japoneses e nascido no interior de São Paulo, na cidade de Pompeia – ele me permitiu, autorizou que dissesse a data de seu nascimento – a 12 de abril de 1942. A partir de então, trilhou todos os postos da carreira militar, atingindo o degrau máximo em 31 de março de 2003. Com mais de 6 mil horas de voo, inclusive em aviões como o F-5 e o próprio Mirage, frequentou com destaque diversos cursos operacionais, tais como os de piloto de caça, líder de esquadrilha e líder de esquadrão.

Exerceu também vários cargos de relevo de sua instituição, entre eles o de Combatente da Base Aérea de Canoas; Adido junto à Embaixada do Brasil na Inglaterra, Comandante-Geral de Apoio, Comandante-Geral de Operações Aéreas e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, apenas para citar alguns dos degraus que o Comandante Saito, ao longo da sua exitosa e vitoriosa carreira, pôde ocupar.

Em 21 de fevereiro de 2007, assumiu o Comando da Aeronáutica.

Antes de passar a palavra a V. S^a, desejo fazer um registro de pêsames, por parte desta Comissão, pelo falecimento do Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima, na madrugada desta 3^a feira, no Rio de Janeiro, aos 94 anos de idade. O Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima, herói de guerra, faleceu no Hospital Central da Aeronáutica, onde estava internado havia dois meses.

Maranhense, da cidade de Colinas, onde nasceu em 12 de junho de 1919, ingressou na Força Aérea Brasileira assim que a instituição foi criada em 1941, após ter passado pela Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro.

Herói de guerra, o então Tenente Moreira Lima foi piloto de combate no primeiro grupo de aviação de caça da Força Aérea Brasileira, durante a 2^a Guerra Mundial. Nos céus da Itália, ele executou nada mais nada menos do que 94 missões, nos anos de 1944 e 1945, com a aeronave P-47, sempre sob o fogo cerado da artilharia alemã.

Neste momento de luto para a Força Aérea Brasileira e para o Brasil, a Comissão de Relações Exte-

riores e Defesa Nacional se associa às homenagens a tão ilustre brasileiro.

Passo a palavra a V. Ex^a, Comandante Saito, para que possa, pelo tempo que desejar, fazer as explicações e estabelecer o diálogo não apenas com o Senado, porque esta é uma audiência pública mista entre o Senado e a Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JUNITI SAITO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente agradeço a homenagem prestada por V. Ex^a ao nosso herói de guerra Brigadeiro Rui Moreira Lima, que infelizmente faleceu hoje de madrugada.

Queria também agradecer essa oportunidade de estar aqui, a convite de V. Ex^a, para falar alguma coisa sobre o FX-2.

Inicialmente, gostaria de apresentar a nossa responsabilidade, em matéria de controle de espaço aéreo e também de defesa aérea. Como os senhores sabem, o nosso Sistema de Controle do Espaço Aéreo é dual tanto para tráfego aéreo civil como para defesa aérea.

Temos uns dos mais modernos sistemas de controle de espaço aéreo. São 8,5 milhões de km² do Território nacional. Juntamente com o Exército e a Marinha, nós mantemos a soberania do espaço aéreo. Temos também a zona econômica exclusiva de 3,5 milhões de km², totalizando uma defesa de 12 milhões de km² para manter a nossa soberania.

Se também colocarmos aqui a nossa responsabilidade de controle de acordo com acordos internacionais, são mais 10 milhões, totalizando uma área de 22 milhões de km² de monitoramento, controle e defesa. Nós prestamos SAR até o meridiano 10^o, em caso de acidentes e controle.

E, de uns tempos para cá, temos todo o controle Atlântico Sul, monitorado via satélite. Para aqueles aviões que têm equipamento a bordo, nós controlamos, e o controlador, em Recife, tem essa visualização de todo o tráfego, voando nessa área do controle Atlântico.

Então, senhores, se somos quem controla o espaço, quem faz a defesa aérea, significa que nós damos proteção ao espaço aéreo brasileiro.

Diria que, para fazer face ao controle e à defesa aérea do nosso continente também da área de águas jurisdicionais, temos equipamentos compatíveis, faltando apenas somente o nosso Projeto FX-2 para completar essa defesa de maneira bastante eficiente.

Gostaria de passar a palavra agora ao Brigadeiro Crepaldi, Presidente da comissão que faz estudos e análises, junto com a sua equipe, para esse Projeto

FX-2. Ele vai apresentar a metodologia que aplicamos para avaliação de várias propostas.

Por favor.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO

– Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ex^{mo} Sr. Senador por São Paulo, Eduardo Suplicy, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares e autoridades presentes, bem como toda a audiência.

Conforme colocado pelo Brigadeiro Saito, o nosso objetivo aqui é trazer aos senhores alguns detalhes sobre o processo de seleção da aeronave FX2.

A necessidade estratégica do Projeto FX2 está inserida nesse cenário que o Brigadeiro Saito acabou de apresentar para os senhores.

O guia máximo hoje para a Força Aérea, em termos de aquisição e planejamento dos seus recursos de defesa, é a nossa Estratégia de Defesa, que consideramos um marco para a defesa nacional.

Como todos os senhores sabem, a estratégia da nossa defesa define três eixos principais, os chamados eixos estruturantes. São eles: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria de defesa e a composição dos efetivos das Forças Armadas. Então, toda ação da Força Aérea se baseia nesses três eixos estruturantes.

Cabe lembrar o que diz a nossa EDN: “O Brasil é pacífico por tradição e por convicção” e, mais além, “Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças”.

No âmbito da Estratégia de Defesa são definidos os objetivos estratégicos da Força Aérea brasileira. Ressaltamos a prioridade da vigilância aérea, o poder para assegurar a superioridade aérea local, a capacidade de levar poder militar a qualquer parte do País e o domínio de potencial estratégico. E, dentro do objetivo de poder para assegurar a superioridade local, destacamos claramente a necessidade da adequação da frota de vetores de combate no período de 2015 a 2025.

Dentro da ideia dos três eixos de capacitação das Forças Armadas e reorganização de nossa indústria, é claro que devemos, com os nossos projetos, capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.

E ainda, no seu capítulo relacionado à Força Aérea, ela mostra claramente quais seriam as soluções possíveis para o Projeto FX2: “Serão buscadas parcerias com outros países, com o propósito de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação

de produtos de defesa nacionais”. E, além: “Convém solução híbrida, que providencie o avião de combate dentro do intervalo temporal necessário, mas que o faça de maneira a criar condições para a fabricação nacional de caças tripulados avançados”.

Ainda dentro do instrumento de Estratégia de Defesa, temos o Livro Branco de Defesa e, no seu Capítulo V, o Plano de Articulação com Equipamento de Defesa, o famoso Paed. Então, dentro das prioridades da Força Aérea, temos a capacidade personal da FAB. Dentre os vários subprojetos, destacamos Subprojeto Aeronave de Caça Multimissão F-X2.

Então, como os senhores podem ver, esse conjunto de subprojetos atende claramente àquelas necessidades que nós temos para fazer cumprir a missão, naquele cenário que o Brigadeiro Saito colocou para os senhores desde o início.

Como a Força Aérea hoje planeja a aquisição de seus sistemas, de suas aeronaves, de seus mísseis? A Força Aérea usa o conceito de ciclo de vida, e, em média, esse ciclo de vida dura 40 anos. Então, esse ciclo de vida é dividido em nove fases, que começam quando alguém detecta a necessidade de uma nova aeronave, de uma modernização de aeronave, de um novo míssil.

A partir dessa detecção de necessidade, é sofrido todo um processo de análise de viabilidade: se esse processo será fabricado, se será adquirido, se será desenvolvido, se será modernizado, tudo levando em conta riscos, prazos, custos e benefícios. É definida uma estratégia de realização e, a partir daí, partimos para a definição dos requisitos técnicos, logísticos e industriais, a fim de atender este conceito ciclo de vida. A partir daí, partimos para a fase de desenvolvimento e aquisição, produção e implantação. É importante destacar que, na fase de implantação, estão definidas todas as necessidades de infraestrutura, de recursos humanos, de treinamento de pessoal, para que esse novo sistema seja operado pela Força Aérea Brasileira. No seu período de utilização, uma média normalmente de 15 anos, se decide ou não pela revitalização, modernização, quando, então, se vai planejar a desativação. Hoje, em média, na Força Aérea, os nossos equipamentos de voos têm voado uma média de 40 anos, um pouco acima da média mundial.

Para que se garanta a proposta mais vantajosa para a Administração, um dos instrumentos hoje aplicados pela Força Aérea nós o chamamos de Processo de Seleção. Então, enviamos pedidos de oferta e recebemos essas ofertas. Essas ofertas são exaustivamente avaliadas no que se refere a riscos, aos requisitos que coloquei para os senhores, na avaliação de custo e principalmente hoje em dia na questão de transferência

de tecnologia. É, então, emitido um relatório preliminar que, por sua vez, vai dar base junto às empresas que façamos com todas as concorrentes clarificações de cada uma das dúvidas, visitas técnicas às fábricas e aos centros de desenvolvimento, voos de avaliação de cada um dos aviões e o que nós chamamos de reuniões *face to face*, reuniões cara a cara, em que tanto o órgão contratante como a própria empresa têm a possibilidade de tirar as suas dúvidas de imediato.

A partir daí, de todo esse trabalho, são solicitadas as ofertas revisadas. Normalmente as ofertas melhoram, em termos de preço, em termos de ofertas tecnológicas. É feita uma nova avaliação da oferta revisada, em consequência, o relatório e avisamos as empresas que elas têm a oportunidade de emitir a última oferta, a melhor e última oferta. Essa melhor e última oferta é entregue pelas empresas, fazemos a avaliação dessa última oferta, quando, a partir dela, emitimos o relatório final dessa avaliação. É aí que encaminhamos esse relatório para a ratificação pela autoridade decisora.

Em relação ao cronograma do Projeto hoje chamado FX-2, dentro daquele conceito de ciclo de vida, já em 1995, a Força Aérea Brasileira percebeu a necessidade de que seus vetores estratégicos já estariam alcançando um limite em que teria que se planejar: vou modernizar, vou adquirir ou vou desenvolver? Em 1995, já foi emitido o requisito operacional da futura aeronave FX. Em agosto de 1996, é enviado o pedido de informações. Em julho de 2000, a Presidência da República aprova o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Em setembro de 2001, a Comissão emite um pedido de oferta para o então Projeto FX. Em março de 2003, o Projeto FX BR é suspenso por restrições orçamentárias. Já em fevereiro de 2005, nós recebemos oficialmente a ordem de cancelar o projeto e, em dezembro de 2005, temos a desativação do Mirage III, quando, então, o Governo brasileiro celebra com a França um acordo para o aporte de aeronaves Mirage 2000, para que tivéssemos uma solução interina no que se refere à defesa aérea do País. Em abril de 2008, é autorizada a reativação do projeto, agora com o nome Projeto FX-2; em junho de 2008, são enviados pedidos de informações e, em outubro de 2008, foram emitidos pedidos de oferta. A partir de todo aquele processo que descrevi aos senhores, em janeiro de 2010, foi a entrega do relatório final ao Ministério da Defesa.

Dentro desse cronograma e dentro daquele cenário que o Brigadeiro Saito colocou, dos nossos 22 milhões de quilômetros quadrados, temos a desativação do Mirage 2000 em dezembro de 2013.

Então qual é o objetivo do Projeto FX-2? Selecionar uma aeronave multiemprego. O que é multiemprego?

É uma aeronave que pode servir como plataforma tanto para a defesa aérea como para ataque ao solo e à superfície. Então, a grande vantagem é se ter uma padronização e, com isso, redução do custo logístico.

Para substituir, no curto prazo, os aviões Mirage F-2000 e, no longo prazo, os F5 modernizados, os nossos A1 modernizados, a fim de modernizar e padronizar a frota da Força Aérea, com vistas ao cumprimento da missão constitucional, reduzindo os custos logísticos e possibilitando o desenvolvimento da indústria de defesa nacional com foco na transferência de tecnologias.

No Projeto F-X2, hoje, são três os concorrentes: a Marinha americana, com a empresa Boeing apresentando aeronave F-18 Super Hornet; o Consórcio Rafale, das empresas Dassault, Snecma e Thales, com aeronave Rafale; e a empresa Saab, com a aeronave Gripen NG.

Então, qual foi o problema que se antepôs para a Força Aérea no que se refere à seleção? O problema consiste em comparar e selecionar sistemas complexos. Entende-se por sistema complexo o conjunto de bens e serviços associado à gerência de aquisição, operação, suporte de uma frota de 36 aeronaves de multiemprego por todo seu ciclo de vida e todas as suas implicações sistêmicas.

Qual é o objetivo do trabalho? Classificar os concorrentes do Projeto F-X2 em relação aos requisitos do Comaer a fim de assessorar as autoridades competentes na tomada de decisão. Então, eu volto a frisar que o objetivo do trabalho é assessorar as autoridades competentes na tomada de decisão.

Aqui tem uma figura rápida do cronograma; os pedidos de ofertas foram emitidos em outubro; a análise das ofertas; as reuniões *face to face* – cara a cara, como eu falei aos senhores –; as visitas técnicas e voos de avaliação; a análise das ofertas revisadas; a análise da última oferta. E permeando todo esse trabalho da comissão, várias clarificações, inúmeras reuniões sobre transferência de tecnologia e reuniões sobre o custeio do projeto como um todo.

Hoje em dia – é importante dizer –, foram gerados mais de 121 volumes de documentos com mais de 28 mil páginas e despendemos mais de 26 mil homens/hora de trabalho. É interessante também dizer que, desde o início das atividades, em 1995, já passaram pela gerência nove gerentes do FX-2.

Dentro do processo, como foi feito esse processo? Foram selecionadas áreas de avaliação: a primeira área técnico-operacional, uma área logística, uma área industrial, uma área comercial, uma área de risco e uma área de contrapartidas tecnológicas e industriais também chamadas de *offset*.

Na técnico-operacional, o que foi levado em conta? As características técnico-operacionais da aeronave, capacidade de sobrevivência, tecnologias embarcadas, potencial de crescimento e desempenho em voo.

Na parte logística: o plano de apoio logístico integrado, confiabilidade, manutenibilidade, disponibilidade, desdobrabilidade, suporte ao armamento e suporte ao simulador.

Na parte industrial: planos de certificação, de adequação e de produção, gerenciamento de configuração do equipamento e os planos de qualidade.

Na área comercial, o mais importante são os custos de aquisição e os custos de operação e suporte ao longo do ciclo de vida, como eu falei aos senhores.

Além de tudo, fizemos a avaliação da área de risco ter as incertezas relacionadas a todas as áreas: operacional, logística, custos, industrial, de transferência de tecnologia e contratual.

Na área de contrapartidas, são as duas áreas principais: a de transferência de tecnologia e a área de cooperação industrial.

Na área de contrapartida, qual foi a postura da Força Aérea? Tendo em vista a importância do FX-2 e as possibilidades que esse projeto abria para o parque industrial aeroespacial brasileiro, as indústrias nacionais foram convidadas a se manifestar em relação a quais eram os gargalos tecnológicos e que a indústria entendia ser necessário sanar para que tivéssemos a capacidade de produzir aeronaves de caça avançada. Essas áreas de interesse foram definidas pelas próprias indústrias nacionais. Então, aviônicas e sensores; fusão de dados e consciência situacional; *network in warfare*, guerra em rede; integração do motor; seção reta radar, que é aquela questão muito importante para efeito de avião invisível; sobrevivência e vulnerabilidade; integração de armamentos e novas configurações; integridade estrutural. Essas áreas de interesse foram definidas por aqueles, hoje, que detêm a capacitação e o conhecimento tecnológico no Brasil. Isso que foi solicitado às ofertantes.

Da mesma maneira, na parte de cooperação industrial qual é a intenção da cooperação industrial? É que a Força Aérea Brasileira e o parque industrial brasileiro tenham a capacidade de manter esse sistema, essa aeronave durante toda sua vida autonomicamente. Então, esse conjunto de contrapartidas tecnológicas e industriais foi feito em conjunto com a nossa indústria.

Aqui não vou entrar em detalhe com os senhores. Há os fatores, e cada um associado com a definição. A consideração final quem tem de fazer são os senhores.

O relatório final classificou os concorrentes do Projeto F-X2 em relação aos requisitos, a fim de assessorar as autoridades competentes na tomada de

decisão. Então, essa postura da Comissão e da Força Aérea teve sempre como base esse cenário que o Brigadeiro Saito colocou para os senhores, essa necessidade de atender essa imensidão de missões, em conjunto com o determinado na nossa Estratégia Nacional de Defesa.

Cabe aqui mostrar para os senhores um exemplo marcante dessa preocupação da Força Aérea Brasileira. Aqui é uma linha do tempo desde a criação da Embraer até os dias de hoje. Então, os senhores sabem que a Força Aérea Brasileira sempre caminhou lado a lado com a Embraer, sempre acreditou na Embraer e sempre investiu na Embraer.

Desde a criação da Embraer, nos idos de 1969, a Força Aérea Brasileira, o Governo brasileiro vem aportando contratos que, de uma maneira ou de outra, vêm permitindo que a Embraer galgue saltos tecnológicos que lhe permitam, com a sua tecnologia dual, ganhar novos mercados. Quando eu digo Embraer, não é só Embraer, mas a cadeia de produtores que vem em volta da Embraer.

Então, com o desenvolvimento e a aquisição do Bandeirante, demos primeiro passo para a criação e o início das atividades industriais da Embraer. Com a montagem do Xavante na Embraer, ainda nos idos de 1970, dominamos o processos e métodos de fabricação seriada de aeronaves. Com o contrato e o desenvolvimento da aeronave Tucano, do nosso Bandeirulha e do nosso Xingu, primeira aeronave pressurizada com calda em T, essa tecnologia permitiu futuramente que a Embraer vendesse a aeronave Brasília com sucesso no mercado regional americano e ainda desenvolvesse outro sucesso comercial, o EMB-145.

Com o projeto binacional, patrocinado pelo Governo brasileiro junto com o governo italiano, com o desenvolvimento do AMX, houve o salto fundamental para a Embraer no que se refere a desenvolvimento de sistema de missão e o conceito *fly-by-wire*, que permitiu o maior sucesso da Embraer hoje, que é a família de aeronaves 170/190.

Posteriormente, nos idos de 1990, veio o Super Tucano, uma aeronave totalmente desenvolvida pela Embraer, com 99 aeronaves já entregues para a Força Aérea Brasileira, inclusive hoje com sucesso. Digo para os senhores que faz uns dois meses foi escolhida pela Força Aérea americana. E é uma aeronave nacional.

Juntos, o Super Tucano e o Projeto Sivam capacitaram a Embraer no domínio da integração de sistemas e *softwares* de missão de aeronave. Hoje, os contratos de modernização do F5 e do A1 propiciaram que a aeronave A4, da Marinha do Brasil, fosse modernizada no âmbito da Embraer, totalmente nacional.

Hoje, o maior salto que a gente entende na Embraer, com investimento total do Governo brasileiro, é o novo transporte militar médio e reabastecedor KC-390, que vai permitir à Embraer o domínio total da tecnologia *full fly-by-wire*, que tem grande impacto tecnológico e industrial; novos processos de manufatura; a questão do avião virtual; manutenção preditiva e parcerias estratégicas.

Às vezes pode parecer para os senhores alguns termos mais técnicos, mas essas pequenas frases representam muito em termos de tecnologia para a Embraer.

Então, da mesma maneira há o entendimento hoje da Força Aérea de que o F-X2 certamente vai trazer esse salto tecnológico ainda maior para a Embraer, para capacitar para o futuro a Embraer e o nosso parque industrial.

Muito obrigado, senhores.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – o Comandante Saito deseja complementar, dar alguma informação adicional, relacionada ao Projeto FX-2?

O SR. JUNITI SAITO – Não, Presidente. Coloque-me à disposição dos Parlamentares para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Comandante, Brigadeiro Saito, Brigadeiro Crepaldi, de 1995 a 2013 são praticamente 18 anos. Nós estamos lidando com essa prioridade há 18 anos.

Qual é nível de fragilidade do espaço aéreo brasileiro? Essa demora não poderia nos levar a uma afirmação de que estaria havendo por parte do Estado brasileiro algum tipo de prevaricação ou mesmo omissão em adotar uma decisão e oferecer uma resposta a essa questão que vem frequentando os governos – me perdoem a expressão – como uma novela mexicana: tem começo, tem meio e não tem fim?

Recentemente, nota da imprensa a propósito de artigo relacionado ao Projeto FX-2, em publicação especializada, diz que o comando da Aeronáutica, entre outras observações, aborda a questão da prevista desativação dos Mirage 2000, em dezembro de 2013. “Negando com veemência a especulação de que a desativação dessas aeronaves é uma manobra de pressão do comando da Aeronáutica sobre o Governo Federal”. Adicionalmente esclarece: “Enquanto a decisão final do Governo Federal não é anunciada, o Comando da Aeronáutica tem um planejamento definido para a defesa área do País, que não ficará desguarnecida e que não envolve novas aquisições, por exemplo, de caças F-5”. Dentre algumas hipóteses especuladas, poderiam ser

tomadas iniciativas que vão desde a extensão da vida útil dos Mirage 2000 – eu gostaria que V. S^{as} pudessem falar sobre esse cenário, essa possibilidade – até a aquisição de caças F-16, usados, passando por *leasings* de jatos Saab Gripen, junto à Suécia. Há algo de concreto relacionado a esse tipo de especulação?

Ainda no mesmo contexto, vem fundamentada notícia de que as Força Aérea estaria fazendo gestões para vender os Mirage 2000, já havendo feita essa solicitação ao governo francês em função da cláusula *end user*, que impedirá a sua revenda? Há, efetivamente, algum estudo dessa natureza?

Eu ficaria, por ora, com esse dois questionamentos.

Passo a palavra a V. S^{as} para que, em seguida, nós pudéssemos socializar, pois o Deputado Zarattini pede a palavra.

O SR. JUNITI SAITO – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Vamos falar sobre a fragilidade da defesa aérea.

É claro que a Força Aérea, desde 1995, está trabalhando para que nós possamos ter na Força Aérea uma aeronave no mínimo de quarta geração. Agora, não acredito que o Governo esteja prevaricando quanto a uma extensão da decisão no prazo. O senhor sabe que o Brasil é um País em desenvolvimento. O Brasil precisa de recursos para aplicação em saúde, educação, enfim, nas necessidades básicas para desenvolvermos. Então, não acredito. É questão orçamentária, é questão de prioridade. Acredito nessa hipótese.

A outra pergunta que o senhor fez, nós, Força Aérea, e eu representando a Força Aérea como Comandante, não faço pressão ao Governo. Não é do nosso feitio fazer pressão; nós apenas colocamos a realidade dos fatos. Com a desativação do F-5, do Mirage, neste ano, no dia 31, nós vamos trazer para cá os nossos F-5 modernizados, com míssil compatível com a defesa aérea, e fazer a defesa aérea da melhor maneira possível. É claro que... Não é o ideal? Não. Mas vamos fazer uma defesa aérea o melhor possível.

Quando se fala em desativação dos Mirage 2000, muita gente acha: Não, vamos investir mais para estender essa vida! Esses aviões foram comprados em 2006 para voar mil horas cada aeronave, em cinco anos, e essa marca foi atingida em 2011. E pudemos, com um esforço muito grande da parte logística, estender essa vida para 2013. Mas não é só o avião em si; o avião, para nós, é uma plataforma de arma, ele tem que carregar armas. Ora, se nós não temos armas... Todos os mísseis nossos estão vencidos e vão vencer agora no final do ano. Então, nós não precisamos ter um avião para fazer sobrevoos, desfiles... Precisamos ter um avião para defesa aérea. Então, é por isso que

nós resolvemos desativar os Mirage 2000 e, em seu lugar, trazer os nossos F-5.

O senhor falou em *leasing*. O Governo, por lei, não pode fazer um *leasing*. Nós podemos, no máximo, é arrendar, digamos assim, uma quantidade x de aeronave.

Quanto à venda dos Mirage 2000, nós estamos estudando uma maneira agora de ver o que nós vamos fazer com os Mirage 2000. Para isso, se formos vender, nós temos que ter *end user* da França, autorização da França, para vender para um País, naturalmente de relacionamento da França também.

Então são essas considerações que eu gostaria de fazer para o senhor a respeito dessas questões aí.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – São muitas e muitas horas. São pelo menos 120 mil páginas, como disse aqui o Brigadeiro Crepaldi, a respeito de todas essas premissas para se chegar à conclusão do melhor equipamento, considerando um conjunto muito amplo de variáveis, que foi aqui apresentado à comissão ou às comissões.

A essa altura a que conclusão chegou a nossa Aeronáutica sobre o melhor modelo, o equipamento que mais atende às necessidades e às características do nosso País, a considerar não apenas as características técnicas, mas também as considerações geopolíticas?

O SR. JUNITI SAITO – Presidente, foram 121 volumes, e mais de 28 mil páginas de trabalhos executados por mais de 26 mil homens/hora.

Sobre a pergunta que o senhor fez sobre qual o melhor equipamento, veja bem: são três concorrentes, nós temos com todos eles um termo de confidencialidade. Antes do anúncio pela autoridade competente, no caso a Presidenta, nós não podemos divulgar essa opinião. Sinto muito, Senador, mas eu não posso divulgar essa preferência da Força Aérea. Os dados estão lá com a Presidenta. Ela com certeza vai levar em consideração o parecer técnico, eu diria o parecer técnico do Comaer e também, naturalmente, do ponto de vista geopolítico, do ponto de vista de estratégia política, como País, ela deverá tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se a Presidenta, portanto, quiser tomar a decisão, os elementos estão disponíveis para que ela possa fazê-lo.

O SR. JUNITI SAITO – Tem todos os elementos para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Zarattini. Em seguida, Senadora Ana Amélia. É pela ordem?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria, junto à pergunta que V. Exª fez, como o Comandante Saito não... E seria próprio não respon-

der uma pergunta da natureza dessa que V. Exª fez – Qual é o modelo que é o melhor? –, mas eu apenas acrescentaria à sua pergunta uma pergunta que pode ser respondida por V. Exª.

Um dos grandes objetivos, como resultado dessa aquisição, seria a transferência tecnológica. Para uma indústria, que é a indústria aeronáutica, em que o Brasil tem hoje uma *performance*, uma posição internacional já, eu diria, invejável, com a Embraer. Então, do ponto de vista estratégico dos projetos, pergunto se todos eles estão dispostos a abrir a caixa preta tecnológica para os projetos brasileiros na indústria aeronáutica?

O SR. JUNITI SAITO – Há ofertante que diz que vai abrir toda a caixa preta; há ofertante que diz que vamos abrir parcialmente. E o que eu posso dizer, Senadora Ana Amélia – muito obrigado pela pergunta – é que a senhora tem toda a razão. O foco principal desse projeto não é só comprar um avião de prateleira e, sim, desenvolver, junto com parceiro escolhido, uma tecnologia avançada.

Então, a tecnologia avançada a gente consegue fazendo junto. Muita gente diz: ‘Olha, eu vou transferir tecnologia!’ Mas, se chegar e dizer: ‘Olha, a tecnologia é esta aqui’, a gente não vai aprender. É fazendo junto que a gente aprende, como fez a Embraer, no Projeto AMX. No Projeto AMX a Embraer ficou apenas com 28% de todo o sistema do avião e, ao longo dos anos, conseguiu assimilar toda a tecnologia de construção de uma aeronave daquele porte e desenvolver a aeronave a jato para uso comercial.

Então, a senhora tem toda a razão. Isso é muito discutível. Transferência de tecnologia, não basta dizer que se quer. É preciso também ter um parque industrial capacitado para receber essa transferência de tecnologia. É também fazendo junto que a gente consegue aprender toda a tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Zarattini, V. Exª pediu a palavra.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Bom, Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e cumprimentar todos os membros aqui desta audiência. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante, quero cumprimentá-lo e também o Brigadeiro Crepaldi, que nos atendeu, como membro de uma recente delegação de Deputados em São José dos Campos, e também nos fez uma exposição bastante detalhada de todos os projetos da Força Aérea Brasileira.

A Senadora Ana Amélia já fez boa parte da minha pergunta, O essencial de fato nesse projeto é a questão da transferência de tecnologia e ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Peças também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Exato.

E a possibilidade de nós termos autonomia do desenvolvimento, da manutenção e do desenvolvimento de novas tecnologias, a partir dos conhecimentos que o Brasil vier a ter com esse projeto.

Então esse assunto me parece assim que é uma pedra de toque, não é? Então, se o senhor pudesse avançar um pouco mais nas comparações entre essas discussões, porque sempre a informação que nós temos é, como o senhor falou, que a Suécia, fabricante do Gripen, é a que se propõe a desenvolver projetos mais conjuntamente; os franceses, através da Dassault, têm uma proposta de transferência de toda a tecnologia; e os americanos ainda têm restrições, ao que nos consta, sobre autorizações do Congresso Americano para que essa transferência ocorra. Então, talvez, o senhor pudesse nos dar mais algum detalhe sobre essa questão.

Mas eu queria também levantar mais outras duas questões. A primeira é a seguinte: recentemente nós tivemos a notícia de que a um projeto importante para a nossa indústria aeronáutica, o KC-390, se associou a esse a Boeing. Quer dizer, a Boeing passou a fazer parte do projeto e, logicamente, isso implica também que, possivelmente, quando o projeto já estiver já produzindo, nós vamos ter vendas para todo o mercado que hoje a Boeing atinge, principalmente Estados Unidos.

E também a notícia de que, depois de uma longa luta, a Embraer conseguiu vencer uma disputa comercial para a venda de Super Tucanos para a Força Aérea americana.

Então, são dois elementos importantes. A Embraer é, logicamente, a principal empresa aeronáutica brasileira, mas é uma empresa privada e com interesses específicos.

Nós gostaríamos de saber o seguinte: com referência a estas duas iniciativas – a participação da Boeing no Projeto KC-390 e a venda do Super Tucano –, existe alguma relação ou algum peso dessas decisões por parte dos Estados Unidos na questão do contrato brasileiro para a construção do FX-2? Quer dizer, isso, de alguma forma, vai nos influenciar? Existe algum acordo? Existe alguma coisa que levou a que houvesse tanto a participação da Boeing como a compra do Super Tucano pela Força Aérea em relação ao Projeto FX-2?

E a segunda questão, Brigadeiro. Nós temos também um projeto de defesa antiaérea. E temos aqui uma série de desenvolvimentos que estão em curso. Um deles é o do CTA. Nós temos lá os nossos projetos no CTA, que visitamos lá e que são projetos bastante promissores, e temos uma indústria, que é a Avibras. Aliás, o Senador Suplicy foi muito importante aqui no

Orçamento do ano passado para aprovar um acréscimo de recursos no projeto Astros 2020.

Quanto a essa defesa antiaérea, nós tivemos recentemente o anúncio de que estaríamos comprando baterias de defesa antiaérea russas.

Então, nos parece uma contradição com a Estratégia Nacional de Defesa. Se a Estratégia Nacional de Defesa propõe que nós façamos aqui o desenvolvimento, a fabricação e até aceitemos a transferência de tecnologia – e nós temos aqui o conhecimento necessário para, pelo menos, termos o início desse desenvolvimento de defesa antiaérea –, como é que se chegou a essa questão dessa compra? Nós não entendemos ainda direito o que ocorreu nessa relação com essa defesa antiaérea russa.

Então, nós achamos contraditório com aquilo tudo que a gente vem discutindo, votando no Congresso a partir, mesmo, de posicionamento do Executivo e de toda a discussão da Estratégia Nacional de Defesa, que foi elaborada a partir das nossas próprias Forças Armadas e debatida em todo o País, com colaboração da sociedade civil.

Então, eu gostaria de ter mais informações sobre transferência de tecnologia e essas outras duas questões, se o senhor pudesse nos fornecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me aditar a pergunta do Deputado Zarattini na questão da transferência de tecnologia.

Na avaliação de V. S^{as}, quais são as tecnologias mais críticas de que o País precisa nesse processo e como as ofertas dessas três competidoras do Programa FX-2 atendem a essa necessidade? Qual a visão da Aeronáutica a respeito daquilo que é importante na transferência, enfim, de tecnologia e como as propostas que estão colocadas podem atender ao interesse nacional?

O SR. JUNITI SAITO – Obrigado, Deputado Carlos Zarattini, o Brigadeiro Crepaldi colocou lá quais são as áreas em que nós pedimos para que houvesse transferência de tecnologia, numa conversa conjunta com nossas indústrias de defesa. São estas as áreas de interesse: aviônica e sensores, fusão de dados e consciência situacional – isso aqui é uma guerra eletrônica em rede –, integração do motor, a seção reta radar, sobrevivência e vulnerabilidade, integração de armamentos e novas configurações, integridade e estrutural. Então, todos esses itens que nós pedimos, instados pelas nossas indústrias de defesa, foram atendidos por todos os participantes.

Quanto à transferência de tecnologia, Deputado, é interessante observar que esse relatório nosso foi

fechado no final de 2009 e encaminhado à Defesa no início de 2010. Portanto, já faz três anos e meio. Nesse ínterim, os ofertantes vieram falar comigo se poderiam melhorar a oferta. Eu disse: “Sim, mas escreva e, se possível, se houver alguma objeção do Governo, que diga que está autorizado esse tipo de transferência de tecnologia”. Então, todos eles fizeram uma melhoria nas ofertas – e essas melhorias estão sendo analisadas agora pela nossa Copac, a Comissão gerente desse projeto –, de maneira que houve melhoria de todos eles nessa oferta de transferência de tecnologia. Tanto a Saab quanto a Boeing fizeram bastantes melhorias, principalmente a Boeing.

Quanto a essa parceria da Embraer com a Boeing, isso é uma parceria privada; não é uma parceria com a Força Aérea, é uma parceria privada. Eu acho que é uma estratégia que a Embraer adotou, principalmente no que se refere ao KC-390, em que assinaram um memorando de entendimento, um acordo de que a Boeing poderia comercializar o KC-390 em países onde a Embraer não tivesse penetração e a Boeing tivesse. Então, é uma parceria que não tem nada que ver com o Projeto FX-2.

E também a escolha da Usaf sobre o Super Tucano também não tem que ver com esse projeto do FX-2. É uma parceria que a Embraer fez com a Boeing, uma venda que a Embraer fez com a Boeing, aliás, para a Usaf, que não está incluída nos quesitos do Projeto FX-2.

Quanto à artilharia antiaérea, Deputado, nós não recebemos nada ainda. Dizem que a Copac, a comissão, é que vai efetuar a compra, mas não recebemos nada. Eu acredito mais que essa compra se deveu aos projetos de grandes eventos que nós temos no ano que vem: a Copa do Mundo e também, em 2016, as Olimpíadas. Por quê? Porque, para desenvolver um produto desse tipo, vamos levar anos.

A Avibras, com toda a sua capacidade, vai levar um bom tempo ainda para desenvolver um míssil antiaéreo de curto e de médio alcance, porque, se não fosse isso, já teria desenvolvido esse míssil, o que não é o caso.

Nós temos alguns mísseis sendo desenvolvidos com parceria, por exemplo, com a África do Sul, míssil ar-ar; temos míssil sendo desenvolvido pela Mectron. O senhor sabe; o senhor faz parte da Comissão de Defesa. Então, existe esse início, que está sendo desenvolvido e que leva anos. Nós estamos, nesse início, com a África do Sul desde 2006, se eu não me engano. São sete anos, e ainda não está pronto.

De maneira que essa aquisição do Governo eu reputo, eu afirmo que deve ser tendo em vista os grandes eventos em que nós precisaremos de defesa

antiaérea e porque o nosso Exército não tem ainda equipamento suficiente. Deve ser por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E, no quesito transferência de tecnologia, V. S^a afirma que as competidoras estão muito próximas umas das outras em relação à igualdade de oportunidade. É isso? Ou seja, elas atenderam aos pré-requisitos que a Força Aérea Brasileira entendeu como premissas.

Deputado Hugo Napoleão, a palavra é de V. Ex^a.
(Pausa.)

Enquanto o Deputado termina a sua ligação...

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Não, já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, terminou? Então, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comandante, quero apenas dizer a V. Ex^a que houve sempre preocupação com relação ao foguete geoestacionário, ao satélite geoestacionário, sobretudo em função das últimas notícias, amplamente divulgadas, de ingerência do governo dos Estados Unidos com relação a informações dos outros países. Como há três concorrentes, houve notícia de que já teria vencido a Thales. Isso corresponde à verdade ou são só indícios? Já houve decisão acerca dessa matéria?

O SR. JUNITI SAITO – Já. Foi divulgado hoje, inclusive, nos jornais,...

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Ah, foi? Ah, pois é.

O SR. JUNITI SAITO – ... que a Thales Alenia foi a vencedora, digamos assim, do satélite geoestacionário.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – O que, a meu ver, pessoalmente, gera um pouco mais de tranquilidade, aparentemente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Brigadeiro, no programa FX-2, quais são as garantias de que teremos a total autonomia sobre as aeronaves adquiridas, notadamente os códigos-fontes, sem os quais não há autonomia? Sabendo que o governo alemão acaba de cancelar uma compra de *drones* americanos por ter sido negado o acesso ao código-fonte, como V. S^{as} estão avaliando essa questão?

O SR. JUNITI SAITO – Olha, código-fonte é uma coisa, uma tecnologia que ninguém vende, ninguém dá. A própria Embraer não dá código-fonte dos nossos aviões para ninguém, nem vende. É uma coisa muito sensível. Não é porque vai, digamos assim, descobrir alguma coisa. Não, é porque o código-fonte, hoje, sig-

nifica o seguinte: tudo passa pelo código-fonte. Mexer no código-fonte pode ocasionar até acidente. Então, o fabricante tem muito receio de que, dando capacidade para o comprador mexer no código-fonte, isso possa ocasionar acidentes aéreos por interferência indevida no seu sistema nervoso de computação. Então, é uma coisa que vamos ter de aprender.

A Embraer, por exemplo, hoje, mexe e remexe no nosso F5, no código-fonte, em tudo. Então, é uma coisa que vamos adquirir ao longo de anos. Agora, não é uma coisa que o pessoal diga: “Não, eu vou dar.” É muito difícil isso acontecer com o código-fonte, tendo em vista essa sensibilidade em interferir até na segurança de voo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a considera, então, que, caso um dos competidores ofereça acesso ao código-fonte, isso representa uma vantagem comparativa muito importante para o interesse nacional?

O SR. JUNITI SAITO – Em tese, seria. Eu digo em tese, porque é preciso ver, na prática, se é isso mesmo que vai acontecer no futuro, se essa promessa será cumprida, porque não adianta simplesmente dizer que vai passar o código-fonte. Temos que aprender como desenvolver um código-fonte. É isso que nós queremos. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas esse é um dos nossos grandes objetivos.

O SR. JUNITI SAITO – Um dos grandes objetivos, que a gente persegue, fala, cobra, mas não é fácil. Não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela fala de V. S^a, a impressão que temos é de que esse projeto não está paralisado nem no comando da Aeronáutica e nem no Ministério da Defesa. Está dependendo de decisão presidencial, é isso?

O SR. JUNITI SAITO – É isso mesmo. O nosso Ministro tem envidado esforços para que haja uma decisão, a Presidenta já sinalizou, mais de uma vez, a preocupação com esse projeto e já disse que vai tomar decisão em curto prazo. Ela também está muito preocupada com essa demora. Na medida em que o vai Brasil vai sendo ator importante no cenário internacional, é preciso ter Forças Armadas bem equipadas, bem treinadas e, por que não dizer, também bem remuneradas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, prezado Comandante da Aeronáutica, Tenente

Brigadeiro do Ar Juniti Saito, e Sr. Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi Affonso, primeiro, muito grato pelas informações que nos prestam.

Eu gostaria de lembrar que temos a história, já de muitos anos, de décadas, de uma vocação muito pacífica de promover a paz, especialmente na América do Sul, com nossos vizinhos, mas também no âmbito dos três continentes da América e mesmo com os vizinhos logo adiante, no Oceano Atlântico. Temos uma relação pacífica, diferentemente de situações tais como as que vivem países do Oriente Médio na última década, em que, por vezes, lemos notícias de que aviões bélicos estão voando para lá e para cá, ali perto de Israel, da Síria, da Palestina, do Iraque e de outros, ou lá no Afeganistão e Paquistão. Felizmente, eu acho que os senhores responsáveis pela defesa nacional têm a preocupação que, ao mesmo tempo, leva em conta essa nossa vocação, felizmente, de termos uma relação também de paz com os nossos vizinhos.

Então, acredito que isso deva proporcionar uma condição de decisão muito responsável. Não se trata de uma questão de, na semana que vem, termos de, possivelmente, enfrentar um ataque ao nosso espaço aéreo e assim por diante. Acredito que isso já signifique algo muito importante, mas, conforme ambos aqui colocaram, nós temos de ter uma defesa, e isso eu compreendo.

Agora, eu gostaria de lhe perguntar: sob o ponto de vista, digamos, do orçamento das Forças Armadas, em especial da Aeronáutica, se o senhor puder nos dar uma ideia, por exemplo, neste ano, qual é o orçamento da Aeronáutica dentro do Orçamento brasileiro? E quanto representará a compra desses 36 caças previstos?

Eu, aqui, estava fazendo uma conta: se o preço da menor unidade é da ordem de US\$50 milhões e da mais alta de 110 milhões, teríamos algo como R\$1,8 bilhão até R\$2,16 bilhões, do mais em conta ao mais caro. Então, eu lhe pergunto, também: o plano de pagamento, imagino, deve ser ao longo de alguns anos. Quanto isso representará, digamos, no orçamento da Aeronáutica, para que tenhamos em conta que peso isso terá com respeito às demais prioridades de gastos?

Eu imagino que a Presidenta Dilma deve estar, como V. S^a também, olhando esse aspecto. Há tantas demandas, e a demanda de termos a devida defesa de nosso espaço aéreo tem que levar em conta o quanto podemos gastar, as nossas possibilidades. Agradeço muito se o senhor puder nos dar esses dados.

Queria também lhe perguntar algo. Ainda ontem uma agência internacional, no caso, a Reuters, perguntou minha opinião. Será que esses episódios relativos à espionagem, ao Sr. Edward Snowden, ao fato de que

houve a quebra daquilo que consideramos importante na Constituição brasileira, o sigilo das comunicações telefônicas, de *e-mail* e tudo, o que de alguma forma nos preocupou a todos – e aqui tivemos audiência sobre isso –, perguntou o jornalista, por acaso, seria de molde a impedir, por exemplo, que o Brasil adquirisse dos Estados Unidos da América esses caças?

Vou dizer a minha opinião, que já dei, mas agradecerá se V. S^a pudesse refletir também sobre essa questão. Eu mencionei: olha, o Brasil tem uma relação muito positiva, de décadas, que tem até melhorado durante os Governos do presidente Lula e da Presidenta Dilma, com os Estados Unidos da América. Esse problema, é claro, nos preocupou, tanto que aqui o debatemos bastante e, salvo engano, está presente hoje o Ministro de Estado John Kerry, dialogando com as autoridades brasileiras e acredito que esse problema será significativamente superado pelas autoridades da Defesa do Governo brasileiro em diálogo com os Estados Unidos. Todos nós do Congresso Nacional estamos também preocupados com a superação desse problema, inclusive, acompanhando um possível novo marco regulatório dessas comunicações na ONU, como pode ser. Então, eu respondi que achava que isso não vai impedir uma eventual compra. Mas agradeço se puder informar se eu respondi com correção a essa pergunta, que é de interesse internacional, sem dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Alfredo Sirkis, V. Ex^a pede a palavra, mas antes faço só um outro questionamento que nos foi enviado, Brigadeiro, que é o seguinte: é fato público e notório, amplamente divulgado pela mídia em geral, que havia divergência entre o relatório preparado pela Aeronáutica e o Ministério da Defesa. Ainda existe esse conflito ou não há mais conflito na gestão do Ministro Celso Amorim? Qual a informação que V. S^a pode prestar com relação ao relatório da licitação? O atual Ministro trabalha com o relatório da Aeronáutica, com o do seu antecessor ou redigiu outro relatório paralelo? V. S^a dialoga diretamente sobre esses aspectos com Sua Excelência a Presidente ou o faz através do Ministro da Defesa?

Antes que responda, vou passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis para que possa dirigir o seu questionamento a S. S^a o nosso comandante da Aeronáutica.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Brigadeiro, boa tarde.

Bom, o equipamento da nossa Força Aérea depende evidentemente de um planejamento de contingência em relação a cenários de conflito que espera-

mos nunca se verifiquem, mas é obrigação ter plano de contingência para esses cenários.

Nós temos uma produção nacional que tem respondido muito bem à demanda de avaliação de caça capaz de ataques ao solo. Vemos, inclusive, situações na Colômbia em que os supertucanos brasileiros foram usados de forma extremamente eficiente e cumpriram sua tarefa muito bem.

Entendo que aqui estamos falando de caças que basicamente seriam acionados no improvável, mas sempre possível, cenário de conflito entre países e não entre um país e uma força irregular ou até um ataque contra unidades em solo. Nesse caso, são caças que teriam de se contrapor, pelas suas características, a alguma aviação existente, de algum país concreto. Então, nesse sentido, evidentemente, é sempre um critério importante observar os equipamentos que os países vizinhos têm para manter paridade ou mesmo uma superioridade, dada a importância que o Brasil tem. Então, temos de analisar o equipamento da nossa aviação de caça sempre com olho naquilo que os países vizinhos têm. E, basicamente seriam a Argentina, de um lado, e, por outro lado, é o caso da Venezuela, que vem comprando muitos equipamentos militares nos últimos anos.

Eu perguntaria, dentro dessa perspectiva e sem desejar saber do conselho que foi dado à Presidente da República, apenas para procurar entender os critérios do que seria o mais importante. O mais importante seria um tipo de aeronave que nos assegurasse, inequivocamente, uma superioridade aérea, independentemente de podermos dominar, na sua plenitude ou não, essa tecnologia, com base na transferência; ou um tipo de aeronave sobre o qual possamos ter domínio integral da sua tecnologia, podendo, eventualmente, até vir a fabricá-la em Território nacional? Então, o que é mais importante? E até que ponto, dentro desses critérios, estamos considerando o que nossos vizinhos estão fazendo em termos de aquisição de aeronaves similares, dentro do conceito de que o Brasil realmente deve manter um potencial de superioridade aérea no continente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Brigadeiro, a palavra é de V. S^a.

O SR. JUNITI SAITO – Anotei as perguntas aqui. Vamos ver.

O Senador Eduardo Suplicy perguntou sobre força, não é? Realmente não temos problema nenhum com nossos vizinhos. Nossos problemas foram resolvidos pela via diplomática, há muitos anos. Temos, sim, cooperação. Então, a própria estratégia nacional de defesa diz que a nossa capacidade deve se basear na capacidade de dissuasão não contra os países vizi-

nhos, mas para preservar as nossas riquezas de água, de produtos agrícolas, de petróleo. Enfim, devemos ter poder de dissuasão para desencorajar qualquer aventureiro. Não contra os países vizinhos, mas contra um eventual conflito de grande porte. Então, temos de ter essa capacidade de dissuasão. É isso o importante.

Quanto ao orçamento, este ano fomos contemplados, em números, com valor em torno de R\$5,6 bilhões, entre custeio e investimento. Nós, da Aeronáutica, normalmente ficamos em 50% para investimentos e 50% para custeio. É claro que toda vez que há um corte, digamos assim, a gente tem de contemporizar e tentar sobreviver.

Então, dentro desse orçamento, quanto à aquisição de novos caças, só para esclarecer V. Ex^a, eu diria o seguinte: nós, uma vez decidido, vamos levar de oito a doze meses para assinar o contrato, de forma que de tudo aquilo que nós exigirmos como requisitos sejam 100% cumpridos pela empresa vencedora, e isso leva tempo. São negociações diuturnas e que levam normalmente de oito a doze meses,

Ora, dentro do nosso orçamento, temos capacidade de assimilar. Vários contratos já estão vencendo e terminando, e podemos inserir no nosso orçamento quantia substancial desse contrato, se porventura for aprovado pela Presidenta. Então, exatamente o quanto eu não tenho condição de dizer agora, mas temos condições de assimilar, dentro do nosso Orçamento, como temos feito até hoje, pois 50% do nosso Orçamento são para investimento – melhoramento, aquisição de novas aeronaves, revitalização, e assim por diante.

Quanto a...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT – SP) – Comandante, só um acréscimo. A previsão de custo aproximada do projeto FX2 de quanto é? E, quanto ao financiamento, existe alguma negociação?

O SR. JUNITI SAITO – Sim, tudo isso foi conversado; algumas empresas dizem que não é preciso pagar nada na hora, só sendo necessário começar a pagar após o recebimento do último avião, num prazo de oito ou dez anos.

O primeiro avião nós só vamos receber, mesmo assinando contrato hoje, daqui a quatro ou seis anos.

Bom, quanto à sua posição sobre espionagem, acho que o senhor deu uma resposta condizente com o seu conhecimento. Não tenho condições de avaliar, digamos assim, se a espionagem vai influenciar no projeto futuro. Não sei. Acho que o Governo, o senhor mesmo tem...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me, Brigadeiro: decisão tomada hoje, de oito a dez meses, validando as propostas...

O SR. JUNITI SAITO – Contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E mais quatro ou cinco anos para começar a receber o primeiro equipamento.

O SR. JUNITI SAITO – Perfeito. Equipamento que nós desenhamos; que nós pedimos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – De quarta geração.

O SR. JUNITI SAITO – De quatro e meio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quatro e meio. Mas, daqui a cinco ou seis anos, nós teremos equipamento de que geração no mercado?

O SR. JUNITI SAITO – Eu acho que vai ficar entre quatro e quatro e meio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou seja, o fluxo financeiro de uma aquisição como essa é bastante razoável, portanto.

O SR. JUNITI SAITO – É bastante razoável.

Bom, quanto ao relatório da Aeronáutica e Ministério da Defesa, a nossa avaliação, Senador, é uma avaliação técnica. Eu acho que o Ministério da Defesa tem todas as condições, inclusive a Presidenta, de fazer uma avaliação político-estratégica. Então, não há conflito. Nós cumprimos com o nosso papel, e o Governo toma a decisão de acordo com sua avaliação político-estratégica. Assim, eu acho que deve ser.

Sobre o cenário do conflito, eu já disse que não temos nenhum problema com nossos vizinhos. Então, hoje, nós estamos modernizando, capacitando, reequipando para ter um poder dissuasório. Capacidade. Capacidade de desencorajar qualquer tipo de ameaça, etc., de maneira que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUNITI SAITO – Sobre a pergunta do Deputado, quanto à característica do nosso projeto: é um avião de múltiplo emprego, que serve tanto para defesa aérea quanto para ataque ao solo.

Depois, o senhor fez mais uma pergunta, de que não estou me lembrando aqui.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Permita-me só uma observação em relação a essa questão estratégica. É claro que é altamente embaraçoso a gente pretender que alguma coisa que a gente faça tenha a ver com os nossos vizinhos, mas o fato é que, por exemplo, examinando relatórios que recentemente vieram à tona, vemos que, durante todo um período da nossa história, em que, por um lado, havia uma forte aliança entre os regimes dos respectivos países, caso Brasil/Argentina, mas ainda assim se estudavam contingências de um potencial conflito com a Argentina. Isso está nos jornais de domingo. Havia uma comparação

que se fazia entre a Força Aérea argentina à época e a Força Aérea brasileira, e se concluía até que, naquela época, a Força Aérea argentina estava mais capacitada para um conflito do que a Força Aérea brasileira.

É evidente, e é esse o pressuposto do qual o Brigadeiro parte – é o nosso pressuposto; temos relações excelentes, graças a Deus e ao Barão do Rio Branco, com todos os nossos vizinhos –, porém coisas imprevistas acontecem a todo momento. Quem diria, por exemplo, que um país como a Síria iria acabar em uma guerra civil? Há três anos, quem poderia prever um cenário desse tipo? Quem poderia prever um colapso do Leste, que a União Soviética ia acabar? Ninguém previu isso. Então, coisas acontecem na história, que são totalmente imprevisíveis. De fato, quando se olha para a capacitação militar, é necessário, parece-me, olhar também o contexto comparativo dos países vizinhos. Se for, com toda franqueza, para resistir a uma eventual agressão dos Estados Unidos, realmente não adianta comprar aviões nos Estados Unidos, e qualquer avião que tivéssemos não seria o tipo de resistência que teríamos que fazer na hipótese, digamos, delirante de um conflito com uma grande potência hegemônica.

Em relação aos nossos vizinhos, acho apenas que é de bom alvitre haver claramente, se não uma superioridade do Brasil, ao menos uma paridade em matéria de equipamento. E a resposta que o Brigadeiro deu com relação a prazos me deixa um pouco preocupado. Por quê? Porque vejo que a Venezuela adquiriu certo número de aviões de caça da Rússia, se não me engano, cuja capacidade e características eu não seria capaz de atestar; não saberia dizer se eles, de fato, são o estado da arte da produção russa. De qualquer maneira, existe essa capacidade no continente, esse equipamento que foi adquirido e que é um equipamento moderno.

Por outro lado, temos o Chile, que se reequipou, a Argentina, que se reequipou. E nós?, O que vejo é que estamos com os nossos F-5, os nossos Mirages, que são bastante obsoletos, e que essa situação vai perdurar durante mais ou menos seis anos, não é isso? De quatro a seis anos, o que não chega a ser dramático, dada a situação de paz que temos no continente, a ausência de qualquer conflito em perspectiva.

Eu diria que não é confortável essa situação de, durante seis anos, estarmos em inferioridade aérea em relação a alguns dos nossos vizinhos.

O SR. JUNITI SAITO – Bem, a política do Governo e do Ministério da Defesa hoje é cooperação com os países vizinhos na América do Sul, é poder de dissuasão, capacidade de dissuasão contra qualquer tipo de ameaça de outros países. É com esse enfoque que estamos trabalhando. Ora, é claro que estamos

preocupados, não só o Comando da Força Aérea, mas os próprios Senadores estão preocupados com essa demora na decisão, mas há uma perspectiva clara, sinalizada pela Presidente, de que essa decisão será tomada a curto prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Eduardo Azeredo. Em seguida, Senador Jorge Viana, após o que estaremos concluindo o nosso diálogo com os nossos Brigadeiros. Teremos uma segunda etapa da reunião, em que estaremos sabatinando S. Ex^{as} os Embaixadores dos Países Baixos e do Japão.

Com a palavra V. Ex^a

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr Comandante, Sr. Presidente, quero primeiro saúda-lo e lembrá-lo de que estamos aqui, a Comissão praticamente toda, tanto na Câmara como no Senado, a favor desse projeto. Já são 12 anos, podemos dizer, que esse assunto vem rolando e vem sendo discutido. Dezoito? São 18 anos. Por outro lado, como o senhor coloca, o desembolso desse recurso vai se dar com mais de dez anos pela frente, porque temos um ano para resolver, depois há mais quatro anos para entregar, e depois o pagamento será feito na entrega dos últimos. Assim, vamos ter um desembolso com mais de dez anos.

Parece-me, então, muito razoável que o Brasil faça esse tipo de gasto tendo em vista a situação em que está hoje a atual frota. Aqui, quero tomar um pouco essa informação.

Estivemos, Comandante, visitando a Embraer e vendo o projeto KC-390,, em certo momento, colocou-se que a modernização dos caças atuais teria sido suspensa, certo? Teria sido suspensa. E ficou aquela conversa: suspendeu por quê? Teria que se dar decisão final da compra? E, se não a suspender, aí parece que se está empurrando-a por mais um tempo. E, também se modernizar, é mais ou menos como a terceira faixa em estradas: faz-se a terceira faixa, e a duplicação é empurrada para frente. Então, se se faz uma modernização *up-to-date* mesmo, ela empurra a compra para frente.

Então, basicamente, eu queria essa informação sobre a situação dos atuais caças.

Só lhe dou uma informação, Comandante: eu estive em Itajubá há duas semanas e pude ver que está perfeito, que a fábrica está lá com todas as linhas de montagem ocupadas, com os helicópteros. O novo helicóptero da Presidência estava pronto. A linha, realmente, é muito, muito bem feita e já está completa. O Governo já está fazendo um novo aeroporto. Então, estão indo bem pelo menos as notícias mineiras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Deputado.

O SR. JUNITI SAITO – Deputado Azeredo, obrigado pela pergunta.

Acho que a Embraer não comunicou para nós isso aí. Mas não é verdade. A modernização continua. Por quê? Nós já recebemos 46 F5s modernizados. Nós estamos colocando mais 11, e o primeiro avião deve ser entregue ainda neste ano.

O AMX é um projeto grandioso também, está sendo modernizado, e vamos receber o primeiro avião modernizado em setembro. Pode ser que a gente não o pague. Mas eu vou receber o avião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu lhe agradeço muito.

Ainda vai falar o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria cumprimentar o querido Brigadeiro Saito.

Tenho uma admiração e um respeito pelo senhor, e não me custa nada repetir isso.

Eu queria cumprimentar também o Brigadeiro José Augusto, com quem até tive o privilégio de trabalhar no período anterior ao meu mandato de Senador. Vejo o seu compromisso com nosso País.

O que estamos discutindo aqui e que, em boa hora, o nosso Presidente Ricardo Ferraço traz para esta Comissão é que, de fato, passou da hora de o Brasil tomar uma decisão. Ainda à época do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já havia a busca dessa decisão. Quanto tempo se passou!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dezoito anos!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quanto tempo se passou! E, agora, nós vemos publicada na imprensa a aposentadoria dos Mirages 2000. Então, consumimos todo o tempo que tínhamos e, agora, não temos tempo nenhum, a não ser as circunstâncias, que são favoráveis, porque não há a iminência de nenhum conflito. Mas não se adquirem esses aviões por causa de iminência de conflito.

Num país continental como o nosso, com a dimensão que está ganhando, que tem o papel de ser um dos países emergentes mais importantes do mundo, não se pode ficar numa indefinição sobre tema tão relevante. A gente discute pré-sal, discute a Amazônia. A agenda se ampliou do ponto de vista da defesa nacional. São 16 mil quilômetros de costa, somos um País continental, e não temos os equipamentos necessários para que as Forças possam atuar. Esse é um fato. Temos até planos.

Eu queria, aproveitando esta oportunidade, Presidente Ferraço, fazer um breve comentário.

Se observarmos um pouco esse mapa do mundo que temos aqui, na nossa Comissão de Relações Exteriores, veremos que, após o conflito da Segunda Guerra Mundial, a França resolveu não se alinhar com os russos e com os americanos. O General De Gaulle falou: “Eu vou desenvolver algo”. E era um país que havia sido o centro da destruição. E ele resolveu apostar em trabalhar essa área de defesa. O resultado está aí: a França, hoje, disputa com as grandes nações nessa área, em todos os aspectos.

Numa maneira não tão grandiosa quanto a decisão de De Gaulle, a Aeronáutica do Brasil, o Brasil também tomou uma decisão quando construiu a Embraer: “Nós também não nos vamos alinhar nem com os franceses, nem com os americanos, nem com outro que produz. Nós vamos trabalhar o nosso avião”. E o resultado é que o Brasil, hoje, está inserido, graças ao trabalho feito por uma das Forças, com ênfase na Aeronáutica, que V. Ex^a coordena e lidera.

Neste momento, o Brasil não pode cair na armadilha perigosa de apenas fazer uma compra. Talvez, por isso, nós estejamos demorando. Fazer uma compra é fácil: verifica-se qual o menor preço e qual a melhor relação custo-benefício, e se compra. Mas é isso que nosso País tem de fazer?

Trabalhei, na época, com os helicópteros. Eu vi o desejo de V. Ex^a de tentar trabalhar algo que não fosse uma compra. Tinha a ideia de comprar helicópteros russos e tinha a possibilidade de trazer uma fábrica de helicópteros para cá. Qual foi a opção que o Presidente Lula fez? Trazer uma fábrica de helicópteros, com os problemas que podem vir junto. Pensando em quê? No Brasil ser uma referência e um ponto de venda para os vizinhos e para a África, quando nada, nesse grande mercado que temos. Mas também se pensou, quando se compraram os helicópteros, no pré-sal, lá no meio. Nós temos que ter aeronaves que possam ter autonomia de mais de 300 quilômetros, ir e voltar, e agora o Brasil já está fabricando. Inclusive agora eu vi o anúncio de que vai fabricar o modelo civil. Eu tenho muita satisfação em ter sido Presidente do Conselho da Helibras nesse período. De alguma maneira, coloquei meu nome nesse projeto patriótico.

Então, não quero me alongar, mas eu queria dizer que, pelo pouco que convivi, aprendi, vi e ouvi, o Brasil hoje também tem um dilema: quem tem satélite não tem domínio de nada. Quem lança tem. Quem lança e tem o satélite é outra coisa.

Nós vivemos a guerra das Malvinas, ocorrida aqui no vizinho, e vimos que os Estados Unidos promoveram um apagão com as Forças da Argentina. Fizeram um apagão. Disseram: “Vocês estão cegos agora. Formação zero.” E, num acordo com a Inglaterra, daquele

jeito que sempre fizeram, historicamente, conseguiram fazer algo sobre o qual tinham domínio, da comunicação – e seguem tendo.

Eu queria um comentário do senhor. Não tenho nenhuma dúvida de que, se a opção do Brasil, que para mim é acertada, for a de não fazer uma compra, mas tentar ter aqui uma base de produção de equipamentos como essa, ou seja, domínio em tecnologia, ter fábrica com transferência de tecnologia – esse é o desafio que nós temos; eu queria um comentário do senhor –, isso para mim implica montar uma base aérea – veja bem! –, uma base industrial e aérea do país que for nosso parceiro.

Eu sempre tive uma visão sobre essa questão do avião. Nunca entrei no mérito, nunca tratei dela, nunca fui demandado para tratar. Eu tratei um pouco da questão dos helicópteros, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que um projeto com essa dimensão, com essa visão estratégica... Eu acho que o senhor foi modesto aqui, quando disse que o Governo é que tem que decidir. Não. A estratégia do Brasil surge, ela tem origem, a fonte é nas nossas Forças: na Marinha, na Aeronáutica e no Exército. Então, nós estamos tratando de um posicionamento estratégico também. Eu sei que o relatório é técnico, mas na hora de se decidir a estratégia, as Forças é que trabalham isso. Os governos são passageiros. As Forças são permanentes.

O que eu queria colocar aqui na Comissão é que, na hora em que o Brasil tomar uma decisão, se a decisão não for só uma compra, for montar uma base industrial de desenvolvimento de tecnologia, de se apropriar de tecnologia, nós vamos estar montando uma base compartilhada com o país que for nosso parceiro.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC)– Então, se comprarmos os aviões americanos, nós temos que saber que traremos para o Brasil uma base área americana, com tudo o que implica isso. Se fizermos parceria com a França, nós vamos trazer uma base aérea francesa para cá. Se fizermos isso com os suecos, ou com quem for, vamos trazer. Essa é uma questão fundamental sobre a qual temos que decidir.

Portanto, se eu tiver errado muito, eu quero que V. S^a possa corrigir.

No mais, trata-se de uma decisão complexa. Toda hora há uma circunstância temporária que afeta isso, uma crise econômica ou outra, mas nós estamos fazendo um debate sobre como será o Brasil nos próximos 50 anos. É uma decisão que tem que ser tomada pelo Estado brasileiro, e não pelo Governo. E pensar o Brasil como um todo, principalmente sobre o papel estratégico que o Brasil tem para cumprir, com a sua

própria Nação e com os vizinhos que se escoram no Brasil e com os africanos também que, de alguma maneira, pensam estabelecer parceria estratégica com o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Brigadeiro Saito, a palavra é de V. S^a.

O SR. JUNITI SAITO – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Acho que V. Ex^a foi bastante feliz, porque participou daquele projeto da Helibras. Sabe como trabalhamos. Jogamos duro, V. Ex^a sabe disso, e não tenha dúvida de que, na hora em que a Presidenta escolher uma empresa, nós vamos arrancar tudo o que eles puderem fornecer para nós. Não tenha dúvida quanto a isso. O nosso pessoal é muito competente. Estão há mais de 30 anos nessa área de escolha, de contratos, de maneira que, não tenha dúvida, vai haver uma base aérea da empresa que for vencedora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Brigadeiro Saito, Brigadeiro José Augusto, nós agradecemos muito a disponibilidade e o tempo de V. S^{as} aqui na Comissão de Defesa. Evidentemente que entendemos bastante os limites, compreendemos bastante a economia das palavras, mas queremos revelar a preocupação com a fragilidade do espaço aéreo brasileiro. A impressão que ficou é que essa não é uma responsabilidade da Aeronáutica. Ficou a impressão de que a Aeronáutica está envidando todos os esforços no sentido de sensibilizar o Governo, o Poder Executivo, de uma forma geral, para que essa possa ser uma prioridade adotada pelo Governo.

É importante que V. S^a tenha a dimensão de que o Senado da República, o Congresso brasileiro, enfim, manifesta a sua preocupação com a demora e com o nível de fragilidade do espaço aéreo brasileiro. Mas nós confiamos na reputação da Força Aérea Brasileira, confiamos na forma nacionalista e patriótica com que nossos oficiais lideram a Força Aérea Brasileira, e precisamos que V. S^{as} tenham a noção de que nós estamos do lado de cá muito preocupados e dispostos a qualquer esforço que possa ser útil – com o nosso radar, o nosso GPS de providência legislativa –, para que, a exemplo de tantos programas em que não há recursos contingenciados, programas como esse, que há dezoito anos frequenta a agenda brasileira, e, se decidido agora, mais oito ou doze meses para a convalidação e validação de propostas, e mais quatro ou seis anos para a entrega.

Nós estamos falando de um horizonte de aproximadamente 30 anos. Em 30 anos, muitos países mundo afora reaparelharam suas forças aéreas. Não obstante a nossa situação de parceria e de cooperação com os

nossos vizinhos, o fato objetivo é que nós nos sentimos absolutamente fragilizados. E queremos manifestar a V. S^a, na condição de Comandante da Força Aérea Brasileira, na condição de Tenente-Brigadeiro do Ar e Comandante da Aeronáutica, a nossa preocupação com o nível de fragilidade.

Portanto, passo a palavra a V. S^a para as manifestações finais, com os nossos respeitos e as nossas considerações pela carreira de V. S^a e pela credibilidade e reputação da Força Aérea Brasileira.

O SR. JUNITI SAITO – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, muito obrigado pela oportunidade de estarmos aqui para expor eu diria, mais do que preocupação, a expectativa de que haja uma decisão breve sobre esse aspecto. Eu tenho grande esperança que a Presidenta tome essa decisão em curto prazo, pois é isso que ela tem demonstrado em todas as oportunidades em que conversamos sobre o assunto. Essa também é uma expectativa dos Parlamentares e, eu diria, do povo brasileiro, que quer ver essa decisão ser tomada em breve espaço de tempo.

Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, me permita apenas dizer, como segunda-feira teremos dez anos da...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PT – ES) – Nós vamos continuar aqui, pois temos sabatina. Eu só vou me despedir aqui do nosso Brigadeiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Segunda etapa da nossa reunião.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Autoria: Presidente da República

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39,

combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Convido S. Ex^{as} os Srs. Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô e André Aranha Correia do Lago, para que nós possamos proceder às sabatinas juntamente com os Srs. Senadores. (*Pausa.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nós tivemos dois momentos desta reunião da Comissão de Relações Exteriores: para ouvir – e eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa de ter trazido novamente o debate sobre a questão dos caças – a posição da Aeronáutica, e eu queria aproveitar esta segunda parte para ver a possibilidade de incluir extrapauta a questão relacionada ao acordo de aviação civil que já está tramitando na Casa. Trata-se do PDS 176 e PDC 872, de 2013 na origem, desse acordo de segurança da aviação civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, que foi assinado em 2010. Então, se for possível, após a sabatina dos dois Embaixadores, ficaria grata a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com certeza vamos acolher a proposta de V. Ex^a e incluirmos o requerimento de V. Ex^a como extrapauta.

O Senador Eduardo Suplicy também tem um requerimento a ser feito.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim. Na semana passada, Presidente, aprovamos o requerimento que o Senador Pedro Simon, eu e diversos Senadores também assinamos, no sentido de que possamos aqui realizar, em colaboração com a CDH, onde foi aprovado hoje de manhã o mesmo requerimento, uma audiência com algumas das principais autoridades da Igreja Católica Brasileira, como Leonardo Boff, Frei Betto, D. Raymundo Damasceno, D. Cláudio Hummes, D. Odilo Scherer e D. Orani Tempesta, para falarmos sobre o legado da visita do Papa Francisco ao Brasil de tamanho significado.

Sobre isso, acho que seria interessante marcarmos uma quinta-feira e eu posso colaborar com V. Ex^a na consulta com...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Faremos isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E por outro lado, também aprovamos o requerimento nesta Comissão – este apenas aqui – para uma homenagem a Sérgio Vieira de Mello, cuja morte se deu há 10 anos numa tragédia, num atentado em Bagdá, no Iraque.

O Itamaraty promove, com a presença do Presidente Ramos Horta, do Timor Leste, uma homenagem a ele na manhã do dia 19, e nós poderíamos aqui, se V. Ex^a assim concordar e conforme o requerimento já aprovado, às 18h30 de segunda-feira, realizar a homenagem – acredito que a própria Sr^a Carolina Larriera poderia vir, após a cerimônia no Rio, a tempo de chegar aqui –, com representantes da ONU, do Itamaraty e do Ministério de Direitos Humanos também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos o requerimento de V. Ex^a e vamos envidar esforços em comum para realizarmos essa homenagem a esse grande brasileiro que tanta colaboração deu à cultura da paz em nosso Planeta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra a S. Ex^a o Sr. Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô para a sua exposição acerca da proposta de V. Ex^a coordenar os trabalhos e a missão diplomática brasileira junto aos Países Baixos.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ – Muito obrigado, Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço. Queria também saudar o Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Lopes, Relator da minha sabatina, e os Srs. Senadores membros da Comissão.

Queria, primeiramente, dizer que me sinto muito honrado de ser designado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República para a Embaixada do Brasil na Haia. Considero a oportunidade em que se me oferece um voto de confiança no trabalho que venho realizando há algumas décadas no Itamaraty, procurando defender, da melhor maneira possível, os interesses do País nos temas e nos postos em que atuei.

Queria apresentar algumas considerações sobre os Países Baixos e o trabalho que pretendo realizar frente à Embaixada na Haia caso conte com a distinta aprovação do Senado Federal. Para tanto, inicialmente, importante situar os Países Baixos no contexto das nações e a sua relação com o Brasil.

A Holanda é um pequeno país em sua dimensão geográfica; ocupa apenas 41.500km², ou seja, mais ou menos do tamanho do Estado do Rio de Janeiro, onde vivem perto de 17 milhões de pessoas. Mas é grande

a sua dimensão econômica, com um PIB de quase US\$800 bilhões, com uma renda *per capita* em torno de US\$47 mil, praticamente igual à dos Estados Unidos. E é grande também o seu comércio exterior: em 2012, exportou US\$560 bilhões e importou US\$505 bilhões, o dobro dos números do comércio exterior brasileiro. E é também grande o papel que a Holanda desempenhou na história, como bem conhecemos, que se singulariza pela vocação comercial, como se pode atestar pela fundação da Liga Hanseática, no século XIV, até a constituição da União europeia, nos dias atuais, passando por sua contribuição à disseminação dos valores ocidentais pelos quatro cantos do mundo na chamada Era dos Descobrimentos. Não precisaria falar também da importância da obra de holandeses em diferentes campos: na filosofia, com Erasmo de Rotterdam, Spinoza; no direito, com Grotius; nas artes, com Rembrandt, Rubens, Vernet, Vicent van Gogh e tantos outros. Mas é grande também a sua ação internacional no fortalecimento dos direitos humanos, do direito humanitário, do direito internacional, do desenvolvimento sustentável.

Portanto, é inestimável a sua contribuição para a formação do mundo moderno, e, neste ponto, a sua relação com o Brasil assume significativa importância.

Rapidamente, sobre a política do Reino Unido. É um regime monárquico constitucional, parlamentarista. O Chefe de Estado é o Rei William Alexander, que vem de assumir o trono em abril último. O Chefe de Governo é Mark Ruttle, do Partido Popular para a Liberdade e Democracia, considerado um partido liberal; e o seu governo é apoiado por uma coligação com o Partido Trabalhista e a Democracia Cristã.

Apresenta duas décadas ou mais de contínua estabilidade política, mas, nos anos recentes, observase certo acirramento das tensões em decorrência do aumento de fluxos de imigrantes e refugiados políticos, sobretudo de países muçulmanos e do Leste europeu, o que propiciou o crescimento de grupos de extrema direita, contrários à abertura do país a trabalhadores estrangeiros e refugiados.

Quanto à política externa, a Holanda tem priorizados os seguintes eixos: direitos humanos, democracia, liberalização do comércio, União Europeia, multilateralismo, desarmamento, não proliferação, segurança internacional, direito internacional e o desenvolvimento sustentável. Mantém uma política externa alinhada à Otan, da qual é membro fundador; tem fornecido tropas e apoio material às intervenções feitas sob a égide daquela organização, como nos conflitos da antiga Iugoslávia, no Afeganistão e na Líbia. Também apoiou a invasão britânico-americana ao Iraque.

Dentro espaço europeu, apoia a ampliação da União Europeia para inclusão de países balcânicos e do Leste, desde que sob a garantia de respeito à democracia e aos direitos humanos.

No Oriente Médio, a Holanda tem mantido postura, em geral, pró-Israel no conflito entre Israel e Palestina, sem deixar, no entanto, de fazer críticas à política de assentamentos israelenses nos territórios ocupados.

No conflito sírio, favorece a saída de Bashar al-Assad como forma de viabilizar uma solução política.

No Irã, perfila-se com a posição europeia, que defende o estabelecimento de limites ao programa nuclear iraniano.

Na América Latina, os Países Baixos consideram o Brasil um país prioritário. Em consequência, somos alvo preferido do governo e da comunidade empresarial neerlandeses em suas ações de cooperação em geral, em especial para o comércio e o desenvolvimento.

A economia dos Países Baixos, como se pode ver pelas cifras de seu comércio exterior, depende fortemente das trocas externas. As exportações respondem por quase 67% do PIB, enquanto que no Brasil, como sabemos, elas chegam a pouco mais de 10%. Essa dependência é determinante na definição das prioridades externas do país e é por isso que o Brasil vem assumindo maior importância na política externa holandesa.

Também é importante para a Holanda fortalecer a liberalização dos mercados nos fóruns multilaterais e nas negociações regionais. Ela apoia a negociação de um acordo de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul. Em razão da sua privilegiada posição geográfica com o porto de Roterdã, o segundo do mundo em movimentação de cargas e a porta de entrada da Europa, assumem grande relevância para a economia holandesa as atividades de logística, transporte e processamento de bens primários que se beneficiam dessa localização geográfica.

Carente de matérias-primas, a Holanda em grande quantidade para seu reprocessamento e reexportação, sobretudo aos países europeus. Transportes e serviços e manufaturas destacam-se, assim, como os setores mais importantes de sua economia.

Por ter uma economia fortemente vinculada à europeia, inclusive à Zona do Euro, a Holanda sofre as consequências da atual retração econômica da Europa. Para o corrente ano, seu crescimento econômico deverá ser nulo ou próximo de zero. Também busca reduzir seu elevado déficit fiscal para pelo menos 3% do PIB com medidas de contenção de gastos e de eliminação de subsídios.

Com relação às suas relações com o Brasil, podemos dizer que elas têm sido marcadas pela cordialida-

de, pela inexistência de controvérsias e pelo interesse recíproco na sua intensificação. Creio desnecessário lembrar aqui a relação histórica de nosso passado colonial entre o Brasil e a Holanda. O comércio bilateral se notabiliza pelo enorme desequilíbrio favorável às exportações brasileiras, conforme bem observado pelo Sr. Relator em seu parecer. Em 2012, o Brasil obteve um superávit de quase US\$12 bilhões com os Países Baixos, um número em grande medida explicado pelo fator Roterdã: importação de bens primários do Brasil para seu reprocessamento e reexportação aos países europeus.

A Holanda é o quinto maior parceiro comercial do Brasil e o comércio bilateral alcança quase 4% das nossas trocas com o exterior. Esse comércio tem crescido significativamente: 270% entre 2006 e 2012. No passado recente, apresentou, porém, um leve declínio em virtude da redução em geral dos preços obtidos pelas exportações brasileiras e da queda da atividade econômica na Europa.

Tanto quanto pude apreender em minha análise sobre a situação das relações bilaterais, o Brasil desfruta de boa visibilidade na Holanda. Contribuem para tanto o desenvolvimento político-institucional e econômico brasileiro e as características culturais do nosso País, que projeta uma imagem de um povo pacífico e aberto que preza a democracia, o estado de direito e os direitos humanos e a busca pela justiça social e pelo crescimento econômico. São valores de que o povo neerlandês também comunga. O Brasil é visto como um baluarte de estabilidade e desenvolvimento que se irradia positivamente pela América do Sul.

Em diplomacia, como sabemos, os resultados são medidos também pelo número de acordos subscritos e pela troca de visitas de alto nível.

A lista de acordos bilaterais é extensa. Inicia-se, em 1906, com o Tratado de Limites, que demarca as fronteiras entre o Brasil e a então colônia do Suriname e abrange uma ampla gama de temas, que vão desde vistos até cooperação em diferentes áreas, inclusive em bioenergia, transporte marítimo, etc.

Quanto às visitas, eu salientaria em particular as feitas pelas altas autoridades holandesas num passado mais recente, entre as quais a do Rei William Alexander e a rainha Máxima, na altura ainda príncipes herdeiros. Os príncipes vieram em 2012, à frente de vários ministros e numerosa missão empresarial. Do nosso lado, o Presidente Lula visitou os Países Baixos, em 2008, e o Ministro Antonio Patriota vem de fazer uma visita à Holanda, em julho último. Mas vários ministros, governadores e autoridades brasileiras também estiveram recentemente na Holanda, em visita de trabalho.

Eu queria salientar a importância dos Países Baixos como a origem de parte importante de investimentos produtivos no Brasil que vêm sendo feitos há muitas décadas. Só para lembrar, empresas do porte de Philips, Unilever, Shell, Banco ABN AMRO, Akzo-Nobel, Makro, entre outros; mas o inverso também é verdadeiro e já se verifica presença importante de empresas brasileiras na Holanda, como a Petrobras, a JBS, a BR Foods, a Embraer, Braskem, entre outras.

Diante desse quadro e caso confirmada minha nomeação, pretendo trabalhar no sentido de continuar a aproximação política entre os dois países; elevar ainda mais as correntes de comércio de investimentos e de turismo; fomentar a cooperação tecnológica e educacional, com incremento de estudantes e pesquisadores, ao amparo do programa Ciências sem Fronteiras; estimular a promoção da cultura brasileira; e apoiar a comunidade brasileira residente nos Países Baixos, cerca de 20 mil. Importará, também, acompanhar de perto a atuação dos Países Baixos no âmbito da União Europeia, em particular em temas de interesse do Brasil.

É isso, Srs. Senadores. Agradeço a atenção dispensada. Estou à disposição para eventuais comentários adicionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Piragibe.

Passo a palavra à S. Ex^a o Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Muitíssimo obrigado. Presidente, é um prazer estar aqui com os Senadores, Deputados. Eu queria agradecer ao meu Relator, não só por essa oportunidade, mas também porque, há muitos anos, trabalhamos juntos na área do desenvolvimento sustentável. Acredito que essa é uma das dimensões mais importantes para as relações do Brasil com o mundo e um dos elementos que mais tem atraído o interesse do mundo pelo Brasil.

Eu queria também comentar que, ao falar do Japão, a gente pensa imediatamente na comunidade japonesa no Brasil. Nós tivemos hoje o Comandante da Aeronáutica aqui, que simboliza justamente essa proximidade entre o Brasil e o Japão.

Caso seja aprovado pelo Senado, vou ter a honra de ser o representante da segunda economia no mundo em desenvolvimento na segunda economia do mundo desenvolvido. O Japão é um país bem conhecido de todos. Vou rapidamente mencionar alguns aspectos da política atual, porque o país está passando por mo-

mentos muito importantes, também da sua economia, mas, sobretudo, dessa relação entre o Brasil e o Japão, que, como todos sabem aqui, vem se intensificando nos últimos tempos.

O Japão é a terceira economia do mundo, porque foi ultrapassado pela China em anos recentes. Tem um PIB de US\$6 trilhões, uma população de 127 milhões, mas, sobretudo, um PIB *per capita* muito similar ao da Holanda, de 46, e a décima posição no IDH. É um dos países menos desiguais do mundo. É um país, portanto, com uma experiência extraordinária na dimensão social também.

O tamanho do Japão, que sempre impressiona pela sua forma, é um pouco maior do que o Mato Grosso do Sul, um pouco maior do que a Alemanha e um pouco menor do que o Paraguai. Às vezes, a gente não se dá conta dessa dimensão.

Os grandes desafios que o Japão tem no momento estão ligados, entre outros, à população decrescente e, evidentemente, envelhecida, e a uma economia estagnada há praticamente 20 anos. Portanto, a chegada do Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, em dezembro, com uma vitória muito grande na Câmara Baixa, permitiu uma nova fase na política no Japão, que vai se acentuar agora, porque, há alguns dias, ele ganhou também a eleição da Câmara Alta. O Primeiro Ministro Shinzo Abe tem uma claríssima mudança na política tradicional japonesa, tanto na área econômica como na área política. Ele tem intenções de fazer mudanças consideráveis na dimensão política, inclusive, eventualmente, mudanças na Constituição, que, como se sabe, é uma Constituição escrita pelos Estados Unidos, que está em vigor desde 1947 e não foi mudada. Ele precisa de dois terços para fazê-las. Ele não tem dois terços na Câmara Alta, mas, em função do possível sucesso da sua política econômica, ele poderia avançar no sentido de ter grandes mudanças políticas.

Quais são essas mudanças políticas? O país vem sendo visto, em anos recentes, como um país que vem perdendo muito sua relevância internacional, em grande parte pela emergência da China. No entanto, o Japão, como todos lembram, é, além de uma economia muito importante, também uma fonte de tecnologia, de inovação extraordinária. O retorno do Japão como um país de maior importância econômica, política e militar tem também uma dimensão que é esta relação difícil que o Japão tem com alguns de seus países vizinhos, que são cada vez mais importantes.

O Japão, por exemplo, tem as forças armadas, chamadas de forças de autodefesa, com uma atuação muito limitada. No entanto, é o sexto orçamento militar no mundo, depois dos cinco do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Primeiro-Ministro Shinzo Abe – eu gostaria de comentar ainda mais isso –, vê uma ameaça, isso é dito publicamente, no crescimento das forças armadas da China. Como todos têm acompanhado, há uma série de tensões, entre os dois países, relacionadas a questões das ilhas disputadas por ambos. O que aconteceu, nos últimos anos, que essas questões não foram tão levantadas? É que, nos últimos 20 anos, o Japão teve 15 primeiros-ministros. Só agora o Japão tem um governo com a perspectiva de ficar três anos no poder e, portanto, fazer mudanças eventuais, como eu disse, na questão também da Constituição.

Mas, o grande ponto e o grande interesse que o Japão tem hoje é com relação à sua política econômica, Abenomics, como é chamada, em referência aos Reaganomics, política do Reagan que revolucionou a economia americana. O Shinzo Abe pretende fazer a mesma coisa com o Japão, o que ele chama de “as três flechas”. A primeira flecha é o estímulo fiscal, a segunda flecha é o estímulo monetário e a terceira são mudanças estruturais, pensando no crescimento a longo prazo. Eu poderei entrar em maiores detalhes sobre isso depois, caso V. Ex^{as} assim o desejem. Mas o fato é que tem que se ver que o Abenomics não é apenas o renascimento do Japão de um ponto de vista econômico, é também um renascimento do ponto de vista de segurança nacional, de importância regional.

Onde entra o Brasil nisso tudo? Acho que nós podemos relembrar rapidamente os pontos altos dessa relação entre o Brasil e o Japão, que permitiram criar esses laços profundos. Claro, todos têm em mente a data de 1908, que foi a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil. Hoje temos mais de 1,5 milhão de brasileiros de origem japonesa.

No pós-guerra, o Japão teve uma relação especial com o Brasil, onde começou vários investimentos, antes de poder ter uma atuação maior em outros mercados, nos quais depois passou a ser extremamente dominante. Por exemplo, a primeira fábrica da Toyota fora do Japão foi no Brasil, em 1958.

E, nos anos 60, na década de 60 e 70, o Japão foi o principal parceiro do Brasil em cooperação técnica e tecnológica, com várias consequências que vários aqui conhecem – como o Prodecet, que permitiu o desenvolvimento da soja no cerrado e que revolucionou a nossa agricultura.

Mas, depois de vários anos de relação muito construtiva na dimensão econômica, nós tivemos o nosso período de crise, que desestimulou muito os investimentos do Japão aqui. E, quando nós começamos a sair da nossa crise, eles entraram na deles. E nós tivemos, portanto, uma sequência de duas crises que nos afastaram.

Talvez um projeto simbólico para esse reencontro entre o Brasil e o Japão tenha sido a TV digital, em 2006, quando o Brasil fez uma opção por uma tecnologia japonesa – um pouco nessa discussão que nós estamos tendo sobre os jatos, mas em outra dimensão. Era do maior interesse dos Estados Unidos, da Europa, de vários parceiros ter essa escolha feita pelo Brasil. E nós escolhemos o sistema japonês e temos trabalhado com o Japão para que esse sistema seja adotado na América Latina, na África e em outros mercados.

Do ponto de vista político, é muito importante também nós lembrarmos que o Japão faz parte com o Brasil do G4, que é o grupo, junto com a Alemanha e a Índia, dos candidatos mais fortes a uma ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Portanto, também do ponto de vista político, o Brasil e o Japão têm se aproximado de maneira considerável.

E essa nossa amizade também foi testada e muito bem recebida pelo lado japonês no momento do terremoto e da crise de Fukushima, em que a solidariedade brasileira foi claríssima. Inclusive, o nosso Chanceler Patriota esteve no Japão. Foi uma das primeiras autoridades estrangeiras a ir ao Japão para prestar a solidariedade do povo brasileiro e levar a ajuda, das mais diversas formas, que o Brasil apresentou.

Inclusive, foi prestada aqui uma homenagem ao Embaixador atual no Japão, Marcos Galvão, porque todas as autoridades japonesas me disseram que a atuação da Embaixada do Brasil no momento do terremoto em Tóquio foi absolutamente exemplar. Contrariamente a outras, não provocou pânico, não incitou aqui que os seus cidadãos se preocupassem em excesso e conseguiu contribuir para um espírito de calma que foi da maior importância para a vida logo após o terremoto no país.

Hoje, nós estamos tendo um aumento do investimento, portanto, a partir dos anos 2000.

Foi muito importante a visita do Presidente Lula, muito importante a visita do Primeiro-Ministro Koizumi ao Brasil um pouco antes da crise de 2008, ou seja, o Japão estava tendo uma política econômica de certo êxito, estava voltando a crescer, mas, com a crise de 2008, voltou a ter um problema.

Apesar disso, o aumento de investimentos no Brasil tem sido notável. Inclusive, esta semana, a Honda anunciou que vai fazer uma segunda fábrica no Brasil. E temos um potencial extraordinário de cooperação na área de portos, na área de pré-sal e, evidentemente, na área de ciência e tecnologia e na acadêmica e educacional, como nós sabemos.

A comunidade brasileira no Japão é uma das principais preocupações e interesses da Embaixada no Japão. Nós temos três consulados gerais no Japão

para acompanhar a vida diária dessas pessoas, mas a relação política com o governo japonês a respeito dessa comunidade é tratada pela Embaixada. Essa comunidade brasileira no Japão já chegou a ter mais de 310 mil brasileiros morando no Japão com suas famílias. E houve, pouco a pouco, uma diminuição. Inclusive, o governo japonês incentivou o retorno de alguns brasileiros, pagando para que eles voltassem ao Brasil e, eventualmente, mais tarde, quando a economia melhorasse, poderiam voltar ao Japão. Também, depois do terremoto, houve uma diminuição considerável. Portanto, hoje, os números estão em volta de 190 mil, mas a vida dessa comunidade é extremamente importante. O Governo brasileiro tem acompanhado isso de muito perto, tanto na dimensão das escolas, na questão dos colégios, na questão previdenciária, na questão de prisioneiros. Tudo isso tem sido objeto de uma atenção muito especial do Governo brasileiro.

Há também uma dimensão bastante excepcional na relação entre ambos, que é esse grande entendimento entre os parlamentares dos dois países. Isso é uma coisa que tem sido extremamente positiva. Os parlamentares brasileiros são recebidos de maneira excepcional no Japão. Atualmente, o vice-primeiro ministro, que é o ministro das finanças, é um grande admirador do Brasil, morou no Brasil e preside o grupo de parlamentares de amizade com o Brasil lá no Japão. Ele tem demonstrado que não é um exagero nós considerarmos que temos uma relação especial com o Japão por causa dessa comunidade. Ao contrário, graças a essa comunidade, nós temos um potencial extraordinário de uma relação cada vez mais forte.

Caso seja aprovado, eu acho que nós temos um potencial extraordinário de aproximação com o Japão, inclusive por essas circunstâncias políticas complexas que o Japão está tendo na própria Ásia. O principal país onde o Japão investe hoje é a China, mas, como todos sabem, a relação com a China é difícil. Houve reações negativas a produtos japoneses e a investimentos japoneses na China em meses recentes. A relação com a Coreia e com os demais vizinhos também é extremamente complexa.

Então, o Brasil e o Japão são dois países que não têm absolutamente nenhum obstáculo na relação. Eu acredito que a Embaixada poderá continuar a fazer um esforço muito grande para o aumento dos investimentos japoneses e, também, para cada vez melhor atender a população brasileira no Japão.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador André Aranha Corrêa do Lago.

Submeto a S. Ex^{as}, os Srs. Senadores, se desejam, fazer uso da palavra, e, de maneira especial, nosso convidado, o Deputado Alfredo Sirkis.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Ricardo Ferraço, cumprimento ambos os embaixadores, Piragibe dos Santos Tarragô e André Aranha Corrêa do Lago, desejando muito sucesso nas missões diplomáticas que farão no reino dos Países Baixos e no Japão. Ambos vão para países dos mais desenvolvidos hoje no mundo, com renda per capita, a dos Países Baixos, próxima de US\$50 mil, e a do Japão, da ordem de US\$46 mil. Ambos os países têm coeficientes Gini de desigualdade dos mais baixos.

Nós conseguimos melhorar bastante desde os anos 90, quando tínhamos o coeficiente Gini superior a 0,60, e gradualmente foi diminuindo, de 0,59 para 0,519 o nosso último. Enquanto isso, o reino dos Países Baixos está com seu último coeficiente Gini de apenas 0,31 e o do Japão também muito baixo, de 0,329. Ambos, assim, constituem exemplos para todos nós.

Eu acho muito relevante o que ambos disseram da excepcional qualidade de relacionamento de nossos governantes, de nosso povo. O Japão tem um número de brasileiros muito importante ali, uma interação formidável! E também os holandeses têm uma relação ótima com o Brasil, conforme ambos aqui assinalaram.

Gostaria de dar a ambos o meu livro Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta, e dizer como essa proposta da renda básica de cidadania vem ganhando força em ambos os países.

O Japão criou, em 2010, a rede japonesa da renda básica, para propugnar que mais e mais esse assunto seja considerado. Em que pese ter coeficiente Gini baixo, a ideia ganha grande número de entusiastas no Japão.

Nos Países Baixos, economistas como Walter E. Van Trier e Robert Van der Veen estão ali interagindo bem próximo a Philippe Van Parijs, que é da Bélgica, mas interage muito com a Holanda – alguns economistas holandeses foram fundadores da Basic Income European Network, que, a partir de 2010, se tornou Basic Income Earth Network.

Eu gostaria de lhes mostrar – e vou encaminhar a ambos – como é que a proposta ganha tamanha força. O fundador da Bien e principal autoridade sobre o tema acaba de publicar um artigo, em 3 de julho último, sobre o dividendo euro, a proposta da renda básica para colaborar para que a Europa, com o euro, venha a ter a renda básica, até para resolver muitos dos seus problemas de estagnação, de depressão.

O Prof. Philippe Van Parijs faz uma comparação do continente europeu com os Estados Unidos da América, informando que, num estado norte-americano, se houver uma depressão, as consequências ali serão muito mais amenizadas pelo fato de haver o dólar válido para os 50 estados norte-americanos, e também um sistema pelo qual um estado ajuda o outro a minorar significativamente as consequências de uma recessão que comece em algum lugar. Por outras razões, ele também coloca que, para a União Europeia, será muito positivo criar uma renda básica universal para todos os seus habitantes.

Eu quero aqui lhes dar esse material, esse artigo, como um estímulo para que ambos venham a conhecer mais aprofundadamente esse tema, me colocando à disposição para colaborar com ambos e desejar muito sucesso.

Parabéns aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputado Alfredo Sirkis, V. Ex^a, como nosso convidado, tem o uso da palavra. Em seguida, o Senador Jorge Viana.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, eu estava aguardando o momento em que o Eduardo ia introduzir o seu assunto favorito, e vejo que ele fez isso muito a propósito.

Eu tenho a satisfação de conhecer ambos os países. Na Holanda, tive a inspiração para as ciclovias cariocas. Antes de começar a implantar esse projeto, estive em Amsterdã, no ano de 1993, para justamente buscar essa inspiração. No Japão, estive em 1995, em Saitama e em Tóquio, no congresso do Iclei. Então, conheço razoavelmente ambos os países. Penso que o Brasil estará muito bem representado pelos dois experientes e brilhantes diplomatas aqui presentes.

Gostaria de formular algumas questões a respeito, especificamente, do Japão. Quanto à Holanda, parece-me que há uma situação de grande estabilidade dentro da Comunidade Europeia. Não há nenhum conflito potencial que a envolva, nenhuma dificuldade no horizonte. Já no caso do Japão, há dois aspectos que me chamam a atenção e gostaria de ter um pouco a avaliação do Embaixador André Corrêa do Lago.

Do ponto de vista estratégico, o Embaixador notou muito bem, digamos, a fase nova que se abre com o atual governo, com uma política econômica inovadora, meio que neokeynesiana, depois de duas décadas de monetarismo e políticas ditas de austeridade, então, nesse sentido me parece algo muito interessante e inspirador até para a própria Europa. No entanto, há um aspecto que me preocupa que é, paralelo a isso, certo panchão, certa tendência nacionalista.

Ao contrário da Alemanha, que soube exorcizar de forma radical os seus demônios da Segunda Guerra Mundial, o Japão mantém uma postura um tanto ambígua em relação àquele conflito. E essa ambiguidade tem gerado grande mal-estar por parte de países que foram, na época, vítimas do militarismo japonês, basicamente no caso da China e da Coreia do Sul.

Uma coisa que é notada no comportamento do governo japonês – entra governo, sai governo – é a famosa visita ritual ao templo onde estão os restos mortais de criminosos de guerra que foram fuzilados pela ocupação americana em função das atrocidades que cometeram não só contra prisioneiros de guerra, mas, sobretudo, contra a população indefesa da China e da Coreia na época do conflito da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, nunca houve claramente uma exorcização por parte do governo japonês de todos esses episódios que permitissem que o Japão estabelecesse uma relação em pratos limpos mais ou menos calcada na maneira com que hoje a Alemanha se relaciona com a Polônia, com a própria Rússia, antes com a União Soviética, com o povo judeu de uma forma geral e com Israel, embora eu não ache que Israel necessariamente represente o povo judeu, mas houve um esforço da Alemanha, profundo, no sentido de exorcizar esses demônios; o mesmo não aconteceu com o Japão. Claro que admitem atrocidades, mas não houve uma política de mesmo calibre. Então, isso já cria uma série de tensões históricas, digamos assim, tanto para governos quanto para populações.

Recentemente, passou a haver uma assertividade maior do Japão do ponto de vista nacionalista, e um bom exemplo disso foi a famosa disputa em torno das ilhas também reivindicadas pela República Popular da China.

Nós temos um relacionamento excepcional com uns e outros, o Brasil. Hoje, a China é o nosso principal parceiro comercial. Temos interesses imensos no desenvolvimento dessa relação com a China. Por outro lado, temos, como foi muito bem sublinhado pelo Embaixador André Corrêa do Lago, uma relação histórica com o Japão.

Minha primeira pergunta seria ao Embaixador: como o Brasil se coloca nessa situação delicada? E também pergunto se, pelo fato de nós não termos as injunções de outras potências, temos a possibilidade até de exercer algum tipo de papel nesses conflitos, construtivo, mediador etc.

A minha segunda pergunta diz respeito mais a algo que é da especialidade do nosso querido Embaixador, por isso eu até lamento a sua ausência, que é a questão climática. Ganhamos um grande embaixa-

dor no Japão, mas perdemos um grande negociador na área climática.

Nota-se um retrocesso recente do Japão na questão climática. O Japão foi palco da assinatura do Protocolo de Quioto, é um país do Anexo I do Protocolo de Quioto, e, recentemente, se desvinculou desses compromissos e a sua política tem sido menos assertiva, do ponto de vista climático, do que foi no passado. Objetivamente, até por conta das consequências do desastre nuclear e da necessidade que o Japão teve rapidamente de aumentar a produção das suas termelétricas a carvão, houve um aumento considerável das emissões do Japão nesse período.

Então, as minhas duas perguntas, uma de natureza estratégica e outra de natureza climática: como nós vamos nos posicionar e como vamos procurar influir nesses dois processos?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, obrigado. Colegas Senadores e Senadoras, eu queria cumprimentar o Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô e desejar-lhe uma missão de êxito nos Países Baixos. Sei que o período por que a Europa passa não é dos melhores, mas todos nós aprendemos com essa assertiva chinesa que as crises também são oportunidades, e eu não tenho dúvida de V. S^a vai cumprir bem essa missão de representar a Presidente Dilma e o nosso País nessa missão. Desejo sorte e sucesso ao senhor.

Eu queria também cumprimentar o querido e bom amigo André Corrêa do Lago e dizer que acabei de receber dele – ele parece político bom, porque político ruim assume compromisso, e não cumpre; mas político bom assume e cumpre – o compromisso de nos trazer o discurso dessa figura que é parte da história bonita do Brasil, Oswaldo Aranha – eu tive oportunidade de ler, é fantástico –, da despedida que ele fez em São Borja, quando do enterro de Getúlio Vargas. É realmente algo fantástico. Vou pôr no meu *site*; vou reler. É amor pelo Brasil o tempo inteiro.

Eu queria dizer que me associo ao Sirkis. De fato, nós temos no Embaixador André Aranha Corrêa do Lago um dos grandes negociadores do Brasil nesse tema contemporâneo, estratégico, fundamental, que é a questão do clima, do meio ambiente. O Itamaraty realmente acumulou – Figueiredo, V. S^a e outros – uma *expertise* que é nova e que começa a se impor. Eu não tenho nenhuma dúvida de que – ouvi isso essa semana do próprio representante do PNUD no Brasil, que acompanha bem esse tema – não fosse a ação de V. S^a, de Figueiredo, da própria Ministra Izabella, do próprio Patriota, o insucesso da Rio+20 teria sido

flagrante. Mas houve movimentos e hoje eu sei – na próxima reunião da Assembleia Geral da ONU deve estar sendo apresentado o primeiro relatório, o esboço preliminar do que devem ser os indicadores de desenvolvimento sustentável – que o legado da Rio+20 é muito importante.

Presidente Ferraço, eu nunca fui observador na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas talvez este ano, o Presidente Renan me indicando, eu vá como Vice-Presidente do Senado. É histórico. Provavelmente, lá será apresentado o primeiro relatório, o relatório preliminar do pós-Rio+20 que trata dos critérios, do esboço do que serão os critérios para definir o que é desenvolvimento sustentável, etapa fantástica que, se empoderada, se levada em conta pelos senhores do mundo, no caso os dirigentes das grandes nações, pode ser um avanço.

Eu queria colocar para V. S^a, além de meus cumprimentos, só um ponto. Por pura coincidência, esta semana também deverá – o Presidente estava me falando – ser colocada na pauta a renovação do acordo Brasil na ITTO, a presença do Brasil na ITTO, ausente há mais de dois anos do ponto de vista formal.

A ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais) tem sede no Japão. Eu a acompanho desde 1987. O senhor também chefiou várias missões. Não tenho dúvida de que a agenda florestal do Brasil, ambiental, está mudando, porque, em vez de ocupar as maiores manchetes dos jornais com aumento do desmatamento – a notícia ruim não só corre mais rápido do que a boa, como ocupa espaços generosos em relação à boa –, o Brasil agora diminui ano a ano o seu desmatamento, o que começou fortemente no Governo do Presidente Lula, com a Ministra Marina, e segue agora com a Ministra Izabella. Deixa de ocupar as grandes manchetes, toma um espaço cada vez menor nos jornais. Na grande imprensa internacional, que tanto divulgou o aumento do desmatamento no Brasil, esse tema praticamente desapareceu, mas não é notícia a redução do desmatamento.

O fato é que também vejo uma diminuição da importância desse tema do meio ambiente, das florestas, no Brasil. E isso não pode ocorrer. O Brasil tem a maior área de floresta tropical do mundo. O que nós conseguimos plantar de floresta até hoje, em 500 anos, foi um pouco mais de 7 milhões de hectares. Isso é nada! A China tem ano que planta isso de floresta.

Não consigo identificar o endereço das florestas no Brasil. Como engenheiro florestal e Senador, eu não sei onde é, porque o Serviço Florestal Brasileiro não reúne nenhuma condição para isso.

Depois do novo Código Florestal, nós temos que estabelecer uma prioridade para essa agenda. Estou

falando isso porque a ITTO, que tem sede em Yokohama, no Japão, reúne mais de 140 países que discutem essa agenda do uso, do manejo das florestas.

Não tenho dúvida de que, por esse lado, é uma oportunidade que vamos ter de fazer com que o Brasil volte a ter um papel importante, de protagonista nessa organização e, ao mesmo tempo, de que esse tema possa, de alguma maneira, ocupar um espaço relevante na agenda do País. O Brasil participa com 4% do PIB florestal no mundo. Isso é nada. Se bem trabalhado esse tema, ele tem uma possibilidade, um potencial do tamanho do agronegócio no Brasil – é assim que eu faço o paralelo – ou maior ainda, com as possibilidades que tem.

Então eu queria ouvi-lo um pouco e solicitar de V. S^a certo compromisso em fazer com que o Brasil volte a assumir um papel de protagonista junto a essa organização.

No mais, não tenho dúvida de que V. S^a vai, quem sabe, fazer com que essa relação, que já existe e é tão forte entre os povos brasileiro, japonês e descendentes, possa ganhar uma força maior ainda do ponto de vista econômico e estratégico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Desculpem-me. Eu estava colhendo as assinaturas com a OAB.

Ainda que rapidamente, quero dizer a V. Ex^a que nunca me esqueço de um fato. Era o segundo ano da faculdade de Direito, eu estava no aeroporto do Rio Grande do Sul, dia 24 de agosto, quando o corpo do Dr. Getúlio veio e foi para São Borja. E tenho nos meus ouvidos as palavras do Dr. Oswaldo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O senhor conseguiu ouvir, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele estava lá.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu estava ali. Eu não sei como entrei num daqueles aviões. Era uma carona. Empurrado para cá, empurrado para lá, eu, que tinha ido gurizinho para olhar, quando vi, estava dentro do avião.

Foi impressionante o discurso do Dr. Oswaldo Aranha. Aliás, eu conheci muito o Dr. Oswaldo. Tive a oportunidade de conhecê-lo lá na casa dele, em cima

do morro. Eu era presidente do centro acadêmico, gurizinho, e ele falava comigo como se eu fosse um embaixador, por um tempão enorme. Eu ficava impressionado, porque ele falava, conversava: “Não, porque o Churchill, isso assim, assim”. Daqui a pouco ia à biblioteca, pegava um livro, estava a dedicatória do Churchill para ele. Eu assisti e senti naquela oportunidade.

Não dá para dizer hoje o que pensava Getúlio, porque o Getúlio pensava várias coisas, cada uma de acordo com o cara com quem ele estava falando, para que agradasse ao fulano. Eu acho que o Getúlio, se estivesse vivo, diria para o Tancredo que o candidato dele era o Tancredo, para o Jânio que era o Jânio e para o Oswaldo que era o Oswaldo.

Todos que estavam ali ficaram impressionados com o discurso de Dr. Oswaldo.

Eu me lembro de que, logo depois dali, começou o movimento para o PTB, o Partido Trabalhista, lançar a candidatura do Dr. Oswaldo. Mas aí o Juscelino teve uma atitude muito competente.

O Juscelino não era o candidato preferido do PSD. O candidato da elite do PSD era o Dr. Nereu Ramos, que era o grande nome do partido. Enquanto o Oswaldo Aranha se apresentava para ser o candidato do PTB à Presidência da República, o Juscelino foi lá e convidou o Jango para ser vice dele. Uma decisão corajosa, porque o filho do Jango tinha sido demitido do Ministério da Agricultura, afastado do Ministério do Trabalho, porque tinha decretado aumento salarial, do salário mínimo, numa proporção que os militares consideraram uma provocação. Houve o célebre manifesto dos coronéis. O Getúlio, à revelia dele, dizem, começou a cair no momento em que assinou a demissão do Jango.

Então nós achávamos – e eu estava moço no MDB – que a grande vitória, a grande chance que nós tínhamos era a candidatura do Dr. Oswaldo. Nós não imaginávamos esse lance de Juscelino e nunca imaginávamos que, àquela altura, com tudo o que tinha acontecido, o Jango teria chance de ser candidato a vice e ganhar.

Mas digo com toda a sinceridade: aquela geração de homens... O senhor não é gaúcho. É carioca?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Daquela geração de 1930, eu sempre tive uma preferência e admiração pela genialidade do Dr. Oswaldo. Acho que realmente o seu pensamento, a sua ideia, a sua rápida passagem pela ONU, a sua atuação como Ministro das Relações Exteriores e como Embaixador faz dele um dos maiores vultos da história brasileira.

Eu felicito V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a, pelo sangue e pela história, não só tem orgulho, mas tem condições de ser a representação do grande nome que foi o Dr. Oswaldo Aranha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na condição de interino na Presidência, reafirmo a satisfação de ter sido Relator deste momento histórico, dessa história que começou lá atrás, mas segue adiante com a indicação de V. S^a para nos representar no Japão.

Então eu queria agora passar a palavra para os dois indicados e logo em seguida vamos ao escrutínio dos votos.

Por gentileza, o Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô.

O SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ – Muito obrigado.

Creio que não tenho mais nada a dizer. Agradeço os comentários e os votos de êxito e queria apenas reiterar o meu compromisso de que procurarei desempenhar essa nova função com toda a dedicação e com todo o interesse que o nosso País merece e buscar estabelecer uma relação profícua – ainda mais profícua – entre o Brasil e os Países Baixos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Embaixador. Passo agora ao Embaixador André Aranha Corrêa do Lago para suas considerações.

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Muitíssimo obrigado, Senador.

Bom, começo as palavras para o Senador Eduardo Suplicy. Realmente, essa agenda tem melhorado a imagem do Brasil no mundo. Ou seja, quando um país como o Japão ou os países europeus olhavam para o Brasil, um dos elementos mais negativos ao ver o nosso País era a desigualdade. O fato de o Brasil hoje ser um líder entre os países em desenvolvimento na luta para que a desigualdade diminua, de ter lutado pela renda básica e de todo esse processo contar com a ação internacional do Brasil, acredito que, na nossa relação com o Japão, só nos aproxima ainda mais. E há uma relação um pouco até com a questão do desmatamento que o senhor levantou, Senador. Este era um outro aspecto em que o Brasil era visto com enorme má vontade: a desigualdade, mas também a questão da nossa incapacidade de lidar com o desmatamento. Vou aos seus comentários em um minuto.

Então, agradeço muito ao Senador e eu gostaria muito de recebê-lo lá. Espero que possamos ter um grande diálogo lá no Japão sobre a Ásia, porque realmente essa é uma agenda que, sobretudo para os

países mais ricos, é absolutamente essencial, tendo em vista que nenhum dos países ricos está encontrando uma solução para a questão de manter a qualidade de vida que esses países conseguiram atingir nos anos 90.

Com relação ao Deputado Sirkis, de quem agradeço muito as palavras generosas, sim, de fato, há essa política mais nacionalista do primeiro-ministro. Por exemplo, uma grande data vai ser daqui a dois dias, no dia 15 de agosto, que é a data do fim da guerra no Japão. Esperam para saber se ele irá visitar o templo Yasukuni. Porque, provavelmente, vários membros do governo dele visitarão o templo e há uma grande expectativa de se ele vai visitar o templo, o que seria um sinal extremamente mal interpretado pelos vizinhos.

De fato, o Japão lida com a guerra de uma maneira completamente diferente da Alemanha. O senhor tem toda razão. É muito impressionante, inclusive, porque há essa tensão entre os países, entre a Coreia, as duas Coreias, o Japão e a China. Outro dia eu estava lendo um artigo muito interessante que apontava que o primeiro-ministro do Japão é neto do principal burocrata em Manchukuo, na Manchúria, ocupada durante a guerra. O avô dele foi um alto funcionário, depois primeiro-ministro. O pai da atual Presidenta da Coreia também esteve muito ligado a essa questão e, evidentemente, na Coreia do Norte, nem é preciso falar que são duas gerações de líderes que vêm dessa guerra contra o Japão, algo absolutamente chave. E é a mesma coisa na China, porque o novo líder, o Li, é de uma dessas famílias heroicas da revolução. Os antepassados também lutaram contra o Japão. Então, além da história, há nos próprios personagens desses países uma relação com a guerra muito forte.

A principal preocupação, Deputado Sirkis, eu acredito, é dos Estados Unidos, porque eles têm um acordo com o Japão e, se houver um incidente entre o Japão e a China, os Estados Unidos têm que se colocar do lado do Japão. Isso não é, evidentemente, uma perspectiva que anime o lado americano.

Para o Brasil diretamente, é evidente que temos muita simpatia com as duas declarações importantes que o Japão fez: uma, em 1993, sobre aquela questão das escravas sexuais da Coreia; e outra, em 1995, sobre o reconhecimento das atrocidades de guerra.

Há vários membros do governo que dizem que se poderia voltar atrás nessas duas declarações. Então, há realmente um período de tensão na região para os próximos meses e anos que vai ter que ser observado. Realmente veremos de que maneira o Brasil e outros países poderão prestar apoio para que a situação na região não se torne mais tensa.

Com relação ao clima, eu agradeço muito as palavras de V. Ex^a e também as suas com relação à mi-

na ação na mudança do clima, de fato, o Japão não é mais um líder nessa área na dimensão multilateral.

O Japão teve vários grandes problemas acentuados, inclusive, pelo acidente de Fukushima, porque todos sabem que a energia nuclear, apesar de poder provocar acidentes como o que aconteceu em Fukushima, é uma opção favorável à mudança do clima. Então, o Japão já tinha mudado uma grande parte da sua energia para a nuclear a fim de diminuir as suas emissões de fósseis, que estão voltando – eles estão aumentando, de fato, as suas emissões.

Mas nós temos que pegar o lado mais positivo do desenvolvimento do Japão que é a parte de ciência e tecnologia e do quanto o Japão está investindo em inovação e buscando soluções que poderão vir a ser extremamente positivas para o combate à mudança do clima.

Com relação ao senhor, Senador Jorge Viana, meu Relator, eu agradeço muito também as palavras sobre a Rio+20. E, quanto à ITTO, eu acho que o senhor falou, de maneira muito clara, sobre essa mudança do Brasil, sobre como o Brasil é visto com relação às florestas e como o País as vê.

O Brasil, na realidade, desde Copenhague, é o país que mais reduziu as suas emissões, graças ao combate ao desmatamento, mais do que qualquer outro país, sem obrigações de reduzir.

Então, nós, que olhávamos para a floresta como algo que nos fragilizava, na realidade, vemos hoje a floresta ao contrário, como algo que nos fortalece.

Nós sabemos também que o combate ao desmatamento é muito frágil, já que o desmatamento pode recomeçar. É preciso uma atenção muito grande com relação a isso. Mas eu acredito que o Japão pode ser um grande aliado nesse sentido, inclusive com relação ao Fundo Amazônico.

O senhor pode contar comigo em Yokohama. Estaremos lá assegurando que... Vai ser... Agora vai passar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Será apreciado na próxima reunião na Comissão e, depois, em plenário.

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Como vai ser apreciado na próxima reunião, será uma maravilha. Chegaremos juntos, se Deus quiser, ao Japão.

Evidentemente, agradeço as palavras do Senador Pedro Simon, que já saiu. Eu queria dizer que, quando eu estive aqui, no momento da leitura da minha mensagem, dois Senadores me pediram para trazer uma cópia. E eu cumpri o pedido dos Senadores. Por isso, eu trouxe a cópia do discurso do meu avô, de quem, obviamente, eu me orgulho muito. É uma responsabili-

dade muito grande continuar na família, tendo ele feito tantas coisas positivas para o nosso País.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Agradecemos muito, porque é muito bonito esse pronunciamento de homenagem a Getúlio Vargas do Embaixador e Chanceler Oswaldo Aranha.

Permita-lhe perguntar: ele, então, era...

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Pai da minha mãe.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pai da sua mãe. Seu avô, então.

Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu declaro encerrada a votação.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta neste momento.

Peço, por gentileza, aos que contribuíram com esta prestigiosa audiência que aguardem o seguimento dessa fase da reunião.

Se possível, queria poder contar com a contribuição da Senadora Ana Amélia e do Senador Suplicy para que se possa fazer...

(Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é tornada secreta às 17 horas e 17 minutos e reaberta às 17 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A reunião está reaberta.

Comunico a aprovação, por unanimidade – conforme nos informa a Secretária que colaborou com a apuração dos votos, Senadora Ana Amélia –, por 11 votos, do Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô e do Embaixador André Corrêa do Lago.

Aproveito, em nome do nosso Presidente, para cumprimentar ambos os Embaixadores e desejar sucesso a eles.

A Senadora Ana Amélia pede para que entre extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 176, de 2013, não terminativo.

Quero cumprimentar, antes, os dois Embaixadores. *(Pausa.)*

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, caro Senador Suplicy, serei bem breve porque esse é um acordo sobre segurança da aviação civil entre o Governo brasileiro e a União Europeia, que foi assinado aqui em Brasília em julho de 2010.

Dispensaria até destacar a relevância de um acordo dessa natureza, porque ele pretende intensificar a cooperação bilateral entre o Brasil e a União Europeia

no setor de segurança da aviação e qualidade ambiental, proporcionando adaptação recíproca à crescente tendência de projetos de fabricação e manutenção multinacionais, bem como intercâmbio de serviços de produtos aeronáuticos civis.

O tratado é composto por 16 artigos e 2 anexos: um referente a procedimento para certificação de produtos aeronáuticos civis e outro a procedimento para manutenção aeronáutica de aeronaves e componentes que se destinam a serem nelas instalados.

Pelo acordo, os agentes técnicos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pelo Brasil e da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (Easa), pela União Europeia, serão as autoridades escolhidas para implementar os acordos e os objetivos convenionados.

Além disso, foi criado o Comitê Conjunto das Partes, a partir de representantes de cada lado, que será responsável pela eficácia do acordo.

Ademais, o acordo prevê regras de suspensão das obrigações de aceitação recíproca de confidencialidade, de racionalidade na previsão dos custos e de respeito a outros acordos internacionais firmados pelas partes, apesar de substituir os acordos porventura existentes entre a República brasileira e os Estados-membros da União Europeia, no que respeita às matérias abrangidas pelo presente acordo.

Por fim, regula consultas e solução de controvérsias e estipula as tradicionais regras de entrada em vigor, denúncia e emendas do tratado.

Desse modo, louvamos a iniciativa desse mecanismo bilateral de cooperação que objetiva qualificar a navegação aérea e fortalecer a parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia.

O meu voto é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2013, por sua conveniência e oportunidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu coloco em discussão o relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 176, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da matéria.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Eu queria solicitar, Presidente, regime de urgência para encaminhar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Não há necessidade? Então, eu agradeço a providência de ter incluído extrapauta a matéria para exame aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pedindo a compreensão dos Senadores Suplicy e Ana Amélia, em relação a essa matéria a cujo respeito eu acabei de conversar com o Embaixador no Japão, eu gostaria de ver se um dos colegas poderia assumir a Presidência para que, extrapauta também, eu pudesse, com a mesma eficiência e rapidez da Senadora Ana Amélia, ainda com a presença dos dois colegas, fazer a leitura, como Relator, desse acordo, que é da maior importância.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Senador Jorge Viana, para ler o parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2013, não terminativo, tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradecendo aos colegas e apreciando essa matéria que tem um apelo estratégico muito grande para o País, eu peço o apoio dos colegas da Comissão de Relações Exteriores para que possam ratificar a aprovação a esse projeto que revalida o acordo internacional do nosso País com outros países na organização de madeiras tropicais.

Esse tratado foi concluído em Genebra em 27 de janeiro de 2006 e, a partir da sua aprovação em caráter não terminativo aqui, vai para o Plenário. Aprovado pelo Plenário, ele cria as condições para que o Governo brasileiro volte a fazer parte oficialmente da ITTO, organização internacional de madeiras tropicais, e, com isso, atuar na definição de políticas estratégi-

cas da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

Eu já pude fazer um debate sobre a matéria e, por achá-la conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, jurídica e regimental, eu dou meu voto e peço o voto dos colegas pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2013.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu quero só aplaudir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem, com a minha concordância.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 175, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação da matéria.)

Nada mais havendo a tratar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O meu requerimento já foi aprovado e serão tomadas as providências para a audiência pública de homenagem ao Sérgio Vieira de Mello, na próxima segunda-feira, às 18h30, aqui, assim como serão tomadas as providências para, numa quinta-feira, possivelmente em agosto ainda, termos audiência de homenagem para discutirmos o legado da visita do Papa Francisco ao Brasil.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é tornada secreta às 17 horas e 17 minutos,*

reaberta às 17 horas e 20 minutos e encerrada às 17 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quinze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Roberto Requião e o Senador Luiz Henrique. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira que requer inclusão de item extrapauta. Aprovada. O Senador Cyro Miranda também requer inclusão de itens extrapauta. Aprovada. Inicia-se a apreciação da PAUTA – 1ª PARTE: ITEM 1 – Deliberação das emendas a serem apresentadas ao PLDO nº 02 de 2013-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.” Relator: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: foram aprovadas as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades: Emenda nº 1 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020; Emenda nº 2 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON; Emenda nº 3 1N47 – Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 500T; Emenda nº 4 13DE – Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIS-GAAZ); Emenda nº 5 2510 – Ensino Profissional Marítimo. Foram aprovadas as Emendas de texto: Emenda nº 6 – item 61 – Aquisição de Blindados Guarani; Emenda nº 7 – item 61 – Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária; Emenda nº 8 – item 61 – Construção de Navios Escoltas; Emenda nº 9 – item 61 – Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas; Emenda nº 10 – item 61 – Elaboração do Projeto de

Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz); Emenda nº 11 – item 61 – Ensino Profissional Marítimo; Emenda nº 12 – item 61 – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020; Emenda nº 13 – item 61 – Missão de Paz; Emenda nº 14 – item 61 – Projetos Estratégicos Decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa; Emenda nº 15 – item 61 – Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz; Emenda nº 16 – item 61 – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB; Emenda nº 17 – item 61 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON; Emenda nº 18 – item 61 – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger). Resultado: Aprovadas. EXTRAPAUTA: ITEM 2 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.” Designado Relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que profere o Relatório. Aprovado. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 890, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, que se realizará na cidade de San José, Costa Rica, entre os dias 22 e 24 de agosto de 2013, com ônus para o Senado Federal. Comunica, ainda, que estará ausente do País nos dias 21 a 26 de agosto de 2013.” O Relator, Senador Cyro Miranda, profere o Relatório. Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 897, DE 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, com a finalidade de participar de encontros com os parlamentares do Parlamento Tcheco, além de encontros com Deputados da Assembleia Nacional da República Eslovaca, no período de 1º a 7 de setembro de 2013. Comunica ainda, no termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2013.” Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 898, DE 2013, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal e no disposto no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, em atendimento aos serviços da Embaixada da República Eslovaca e da Embaixada da República Tcheca, no Brasil, transmi-

tindo convites dos Paramentos dos países citados, no período de 1º a 7 de setembro do corrente.” Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 900, DE 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior em atendimento aos serviços da Embaixada da República Eslovaca e da Embaixada da República Tcheca, no Brasil, para participar de uma série de encontros entre os parlamentares do Parlamento Tcheco, além de encontros com Deputados da Assembleia Nacional da República Eslovaca, no período de 1º a 7 de setembro de 2013. Comunica, ainda nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2013.” Aprovado. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 901, DE 2013, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que “Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e o disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, em atendimento aos serviços da Embaixada da República Eslovaca e da Embaixada da República Tcheca, no Brasil, para participar de uma série de encontros entre os parlamentares do Parlamento Tcheco, além de encontros com Deputados da Assembleia Nacional da República Eslovaca, no período de 1º a 7 de setembro de 2013. Comunica, ainda nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2013.” Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 907, DE 2013, de autoria do Senador Jorge Viana, que “Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal e no disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, em atendimento aos serviços da Embaixada da República Eslovaca e da Embaixada da República Tcheca, no Brasil, para participar de uma série de encontros entre os parlamentares do Parlamento Tcheco, além de encontros com Deputados da Assembleia Nacional da República Eslovaca, no período de 1º a 7 de setembro de 2013. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2013.” Aprovado. 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo Governo dos Estados Unidos, que monitorou milhões de mensagens de e-mails e ligações telefônicas de brasileiros. Participam como expositores:

Bruno Magrani, Gerente de Relações Governamentais do Brasil Facebook; Marcel Leonardi, Diretor de Políticas Públicas do Google Brasil; e Alexandre Esper, Diretor-Geral Jurídico e de Relações Institucionais da Microsoft Brasil. O Presidente convida a comporem a Mesa os expositores desta reunião. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião. Em seguida, o Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. Então o Presidente apresenta seus questionamentos aos expositores, que os respondem e, na sequência, usam a palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente tece comentários sobre o assunto debatido e apresenta seus cumprimentos aos expositores. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tramita no Congresso Nacional já há algum tempo um projeto de decreto legislativo tratando de um acordo de reciprocidade de dispensa de vistos entre o Brasil e a República da Geórgia. Essa proposição já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está no Senado. V. Ex^a designou o Senador Requião para dar o parecer e ele já devolveu.

Gostaria de consultar V. Ex^a se seria possível colocar extrapauta esta matéria, pois é um tema, penso eu, que não envolve polêmica, até porque a Geórgia já há um bom tempo concede dispensa do visto para cidadãos brasileiros que queiram visitar aquele país no período de até um ano. A proposta que está tramitando agora é no sentido de o Brasil oferecer a reciprocidade de um visto de 90 dias.

A Geórgia é um pequeno país, espremido por uma grande potência, a Rússia, que não hesitou em recorrer às armas para abocanhar uma parte de seu território, o que gerou um enorme problema de deslocamento de populações. Creio, então, que seria um gesto correto e, ao mesmo tempo, que vai na linha da reciprocidade de tratamento entre os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira requer e vejo com muita pertinência que possamos incluir extrapauta esse tratado de supressão de visto com a Geórgia, que é uma iniciativa bilateral que nós estabelecemos com os países que revelam esse nível de simetria com o nosso País.

Se não houver objeção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, vamos incluir o tema extrapauta. (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tenho aqui dois requerimentos: um é em bloco, que eu gostaria que fosse incluído extrapauta, visando licenciar alguns Senadores para uma viagem muito próxima. Pediria esta vênica a V. Ex^a para ser incluído.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos incluir. Apenas informo que temos uma audiência pública e temos que caminhar, senão vamos incluindo temas, invertendo pautas, enfim...

O primeiro item da pauta desta reunião é para avaliação, no prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das nossas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na condição de Relator, nós incorporamos um conjunto de emendas que foram apresentadas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores. Ressaltamos o acolhimento das emendas apresentadas pelos Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Romero Jucá, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Ou seja, nós trabalhamos estabelecendo a inclusão e as metas dos programas de implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020; do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras, o Sisfron; da construção dos navios-patrolha oceânicos de 500 toneladas; elaboração do projeto de arquitetura do sistema de gerenciamento da Amazônia Azul; ensino profissional marítimo; ou seja, foram metas construídas em absoluta convergência com as nossas Forças Armadas, com o Ministério da Defesa.

Ressalto também que atendemos às emendas dos Senadores Anibal Diniz, Francisco Dornelles e Mozarildo Cavalcanti, como emendas de texto.

Por último, esclarecemos à Comissão que, no momento oportuno, estaremos empenhados junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na análise das emendas, procurando a aprovação das prioridades das Forças Armadas brasileiras.

Diante do exposto, estamos submetendo à apreciação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, no sentido de que esta Comissão possa deliberar a respeito da apresentação das emendas e do relatório que foi distribuído a S. Ex^{as} para discussão e deliberação.

Em discussão, portanto, o nosso relatório da Comissão de Relações Exteriores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo item da pauta é a solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira para que possamos deliberar e possamos, até mesmo, conhecer o parecer apresentado pelo Senador Roberto Requião, que não está presente. Consulto V. Ex^a se, V. Ex^a quem fez o requerimento, pode operar como relator *ad hoc* da matéria, que estabelece simetria na supressão de vistos entre o Brasil e a Geórgia.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 122, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Roberto Requião (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

Com fundamento no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 56, de fevereiro de 2013, submete ao Congresso o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre isenção parcial de vistos para portadores de passaportes comuns, celebrado em Brasília em 26 de agosto de 2011.

O acordo já foi apreciado pela Câmara e foi também examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania naquela Casa, tanto na Comissão de Relações Exteriores, quanto na Comissão de Constituição e Justiça.

Foi recebida no Senado Federal em junho de 2013 e está agora na nossa Comissão.

O Relator signatário deste texto que estou lendo, o Senador Roberto Requião, após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas, devolveu-o, sempre com a celeridade que caracteriza o trabalho do Senador Requião, à nossa Comissão, para que possamos apreciá-lo.

Não há nenhum vício quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. O acordo é singelo, mas é um importante acordo internacional para estabelecer um fluxo mais ágil em um intercâmbio entre os dois países, o Brasil e a Geórgia, que decidiram firmar o instrumento em análise em que definem a isenção de visto em passaporte no trânsito entre os países. O acordo segue o padrão dos demais instrumentos de isenção de visto aprovados pelo Congresso Nacional e já aprovados rotineiramente na nossa Comissão.

A dispensa de visto introduzida pelo presente acordo não exime os nacionais do Estado de uma parte contratante da obrigação de cumprir as leis e os regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território de cada parte contratante.

Lembra ainda o Relator Roberto Requião que a Geórgia tem um Produto Interno Bruto de US\$7,7 bilhões e é uma das mais prósperas repúblicas da antiga União Soviética, embora tenha tido sua economia prejudicada pelo colapso do bloco socialista e pelos conflitos que se seguiram, inclusive com intervenção armada, como lembrei, da Rússia em seu território.

Há importantes reservas de petróleo, carvão, ferro, molibdênio, mármore, alabastro e mercúrio. A energia produzida por termelétricas e hidrelétricas chega a ser exportada. A indústria se destaca no campo petroquímico, siderúrgico, automobilístico e têxtil, entre outros.

A Geórgia é um país de trânsito para petróleo, subprodutos de petróleo e gás da Ásia para a Europa. Há muitos projetos nos setores de energia e logística. Além dessas áreas, a Geórgia tem um forte setor agrícola. São atividades que, além do turismo, pode-

rão despertar o interesse dos brasileiros e georgianos para maiores intercâmbios. E esperamos que isso seja incentivado com essa isenção de vistos.

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Proponho que a nossa Comissão sugira urgência no encaminhamento ao Plenário e na deliberação da matéria, se for regimentalmente cabível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos proceder a todo o esforço na direção de deliberarmos de forma conclusiva no Plenário desta Casa esse acordo.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, que se realizará na cidade de San José, Costa Rica, entre 22 e 24 de agosto de 2013, com ônus para o Senado Federal. Comunica, ainda, que estará ausente do País nos dias 21 a 16 de agosto de 2013 a Senadora Vanessa Grazziotin.

A Senadora requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar a referida missão oficial no exterior, com ônus para o Senado Federal. Em sendo autorizada a participação no referido evento, comunica que, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, estará ausente do País dos dias 21 a 26 de agosto, quando desempenhará a referida missão, conforme convite anexo. O requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin se faz acompanhar do convite do Presidente do ParlAmericas, Sr. Randy Hoback, e do Presidente a Assembleia Legislativa da Costa Rica, Sr. Luis Fernando Mendoza Jiménez.

Da análise, Sr. Presidente.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que a ausência do Senador

quando incumbido de representação da Casa, ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda em seu art. 4º a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a comissão que tiver maior competência.

Diante do exposto, tendo em vista a importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 890, de 2013.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) –

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que se manifestam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:)

ITEM Nº 2

REQUERIMENTO Nº 890, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da 10ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, que se realizará na cidade de San José, Costa Rica, entre os dias 22 e 24 de agosto de 2013, com ônus para o Senado Federal. Comunica, ainda, que estará ausente do País nos dias 21 a 26 de agosto de 2013.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Requerimento.)

Senador Cyro Miranda, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O segundo requerimento, Sr. Presidente, é um requerimento em bloco, com a mesma natureza, de nºs 897, 898, 900, 901 e 907, de 2013, respectivamente dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, Jarbas Vasconcelos, Lídice da Mata e Jorge Viana, que requerem, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, em atendimento aos ofícios da Embaixada da República Eslovaca e da Embaixada de República Tcheca no Brasil, transmitindo convite dos Parlamientos dos países citados.

Os Senadores requerem, nos termos do art. 55, III, da Constituição, autorização para desempenharem a referida missão oficial no exterior, com ônus para o

Senado Federal. Em sendo autorizada a participação no referido evento, comunicam, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarão ausentes do País no período de 28 de agosto a 08 de setembro, quando desempenharão a referida missão, conforme convite anexo. Os requerimentos se fazem acompanhar dos convites dos senhores Milan Cigan, Embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Eslovaca, e Filip Kanda, encarregado de negócios da Embaixada da República Tcheca.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que a ausência do Senador quando incumbido de representação da Casa, ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda em seu art. 4º a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou Comissão que tiver a maior importância.

Diante do exposto, Sr. Presidente, em vista da importância dessa missão, meu voto é pela aprovação dos requerimentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senado Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é apenas para uma precisão das datas porque a missão propriamente dita se estenderá do dia 31 de agosto ao dia 6 de setembro. As outras são datas para deslocamento. A missão oficial é abrangida por esse período a que acabo de me referir: 31 de agosto a 6 de setembro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aqui, Sr. Presidente, está notificado o período de ausência, não o período da missão. É evidente que a missão sendo nos países tchecos, V. Exª não poderia sair daqui no dia 31 e chegar lá no mesmo dia 31. Então, por isso, pede autorização do dia 28 e retorno no dia 8, ou seja, dias imediatos aos da missão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*É o seguinte o item aprovado:*)

ITEM Nº 3

REQUERIMENTO Nº 897, DE 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, com a finalidade de participar de encontros com os parlamentares do Parlamento Tcheco, além de encontros com Deputados da Assembleia Nacional da República Eslovaca, no período de 1º a 7 de setembro de 2013. Comunica ainda, no termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 28 de agosto a 8 de setembro de 2013.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Requerimento.)

A segunda parte da nossa reunião destina-se à audiência pública com o propósito de dar continuidade à apuração das denúncias relativas à rede de espionagem conduzida pelo governo norte-americano nas comunicações telefônicas e eletrônicas de pessoas e empresas ao redor do mundo, conforme requerimento aprovado nesta Comissão. Para tanto, gostaríamos de convidar, para estar à mesa conosco, os Srs. Bruno Magrani, Marcel Leonardi e Alexandre Esper, que representam, respectivamente, o Facebook, o Google Brasil e a Microsoft Brasil.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado, tem sido um importante foro de debate sobre as consequências de um mundo interligado por instrumentos de comunicação cada vez mais abrangentes e sofisticados. Aqui, nesta Comissão, ouvimos as principais autoridades brasileiras a respeito de informações veiculadas pela imprensa nacional e mundial sobre a portentosa rede de coleta de dados encabeçada pela agência de segurança nacional americana, a agora popular NSA.

Nas semanas recentes, tivemos oportunidades de ouvir os Ministros de Relações Exteriores, da Defesa e Comunicações, além de outras autoridades que têm mantido o Parlamento brasileiro atualizado sobre as explicações nem sempre convincentes repassadas pelo governo de Washington acerca das gravíssimas denúncias encontradas em documentos oficiais e ultrassecretos da NSA vazados pelo ex-funcionário da Booz Allen, terceirizada da NSA, Edward Snowden.

No início deste mês, demos oportunidade ao jornalista norte-americano Glenn Greenwald, canal para

boa parte dos vazamentos do Sr. Snowden para, aqui, apresentar a sua visão sobre a temática.

A partir dessas suas reportagens, começamos a entender um pouco melhor a extensão e abrangência dessa inaceitável rede de espionagem mundial alegadamente colocada a serviço do combate ao terrorismo internacional.

Por meio do seu depoimento a esta Comissão, pode-se conhecer detalhes da poderosa máquina de espionagem que se tornou a NSA. Os programas revelados por Snowden mostra que o governo norte-americano dispõe de meios concretos para monitorar potencialmente grandes contingentes de cidadãos privados, empresas, autoridades e instituições governamentais brasileiras.

As explicações iniciais transmitidas pelo governo norte-americano, mediante seu Embaixador no Brasil, Sr. Thomas Shannon, revelaram-se muito superficiais, à luz das evidências de que programas de espionagem, tais como o XKeyscore do NSA, conseguem acessar o conteúdo de correspondências eletrônicas de usuários das maiores empresas de Internet do mundo, não por coincidência sediadas nos Estados Unidos da América.

A argumentação original da NSA de que se trata apenas de coleta de metadados foi atropelada pelas revelações sobre o programa XKeyscore. Segundo os próprios documentos da NSA, a mencionada ferramenta eletrônica teria capacidade de invadir toda e qualquer comunicação transmitida pela Internet.

O jornalista Greenwald parece não haver cometido nenhum exagero ao se referir ao programa como o mais poderoso programa de espionagem já conhecido até aqui no mundo.

Outro programa de espionagem revelado através dos documentos vazados da NSA, conhecido como *Prism*, evidenciaria densos vínculos de cooperação de empresas de tecnologia e comunicação norte-americanas com agências de segurança daquele país encabeçadas pela NSA.

Segundo consta do material revelado até aqui pelo Snowden e pelo *The Guardian*, empresas como Microsoft, Google e Facebook mantinham acordos com a NSA para lhes facilitar o acesso aos seus servidores. Significa dizer que a NSA estaria contando, em tese, segundo denúncias, com a ajuda dessas empresas para fazer monitoramento eletrônico de forma generalizada, abusiva e clandestina.

Essas gravíssimas denúncias estão a revelar que os mecanismos excepcionais de combate ao terrorismo previstos na legislação norte-americana, no notório Patriot Act, e na Fisa, estariam repercutindo muito além do território americano. Caso confirmada essa suspeita, o que se tem, na prática, é que empre-

sas norte-americanas como as citadas, entre outras, estariam dando aplicação extraterritorial a dispositivos da legislação dos Estados Unidos da América, o que seria abusivo, ilegal e ilegítimo.

Para esclarecimentos a respeito dessas denúncias, nós gostaríamos de ouvir os representantes das companhias que nos honram com suas presenças aqui na Comissão.

Concedo, inicialmente, a palavra ao Sr. Bruno Magrani, que é o representante do Facebook no Brasil. V. S^a dispõe do prazo para uma abordagem a respeito dessas denúncias que foram feitas e a visão oficial, a impressão do Facebook Brasil a respeito dos fatos que estão relacionados.

A palavra é de V. S^a.

O SR. BRUNO MAGRANI – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Bruno Magrani e sou responsável por políticas públicas no Facebook Serviços Online do Brasil. Nessa função, tenho o privilégio e a responsabilidade de representar a empresa perante o Congresso e o Governo brasileiros.

Nas últimas semanas, houve grande cobertura e interesse da imprensa a respeito da natureza e do escopo das requisições feitas por governos para prestadores de serviços *on-line*, no curso de investigações envolvendo segurança nacional e como empresas, como o Facebook, respondem a essas requisições.

Nós acreditamos que empresas e governos devem ser o mais transparentes possível sobre essas questões com as pessoas que usam serviços *on-line*.

Embora o Facebook Brasil não gerencie o serviço Facebook, eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje para descrever um pouco dessas práticas e nossas políticas nessa área.

Só para dar a estrutura da minha fala, na intervenção de hoje, eu pretendo: (1) falar um pouco do Facebook e da nossa missão; (2) descrever os processos rigorosos que adotamos para responder a qualquer requisição de dados que é feita, de acordo com os nossos termos de serviços e com a legislação aplicável; (3) compartilhar com V. Ex^{as} o recente anúncio que fizemos sobre a natureza limitada e restrita das requisições de dados que recebemos do governo norte-americano; (4) e, por fim, discutir as implicações, tanto positivas quanto negativas, que esse debate pode ter nas considerações no Congresso Nacional na discussão sobre o marco civil da Internet.

Primeiro, a missão do Facebook é ajudar a dar às pessoas o poder de compartilhar e tornar o mundo mais aberto e conectado. Mais de 1,15 bilhão de pessoas de mais de 190 países usam o Facebook no seu dia a dia, incluindo mais de 76 milhões de pessoas no Brasil.

O Facebook permite que cada um desses usuários compartilhe informações, tais como fotos, vídeos, atualizações de *status* e mensagens com seus amigos e familiares. As pessoas que usam Facebook confiam na empresa para armazenar suas informações. E nós tratamos a responsabilidade de merecer e manter essa confiança com extremo comprometimento e seriedade.

Nós entendemos que as pessoas somente se sentirão confortáveis em usar o Facebook para se comunicar se elas tiverem absoluta confiança na integridade e segurança de suas informações. Por isso, nós trabalhamos duro para manter o mais alto padrão quando tratamos de segurança de dados.

Um passo importante que tomamos para promover a confiança que as pessoas depositam em nossos serviços é ser transparente sobre as políticas que se aplicam às informações que guardamos. Por exemplo, nossas diretrizes para autoridades policiais que detalham número limitado de situações nas quais fornecemos dados em atendimento à requisição estão disponíveis em nosso *website*, de modo que qualquer pessoa interessada possa entender como analisamos detalhadamente qualquer requisição que recebamos.

Outra maneira de garantirmos a confiança dos usuários nos nossos serviços é através do fornecimento de ferramentas intuitivas e de fácil uso, que permitem as pessoas escolherem com quem desejam compartilhar suas informações, no exato instante em que a publicação é feita. Por exemplo, quando uma pessoa publica algo no Facebook, ela pode clicar na configuração da audiência, que fica logo ao lado da barra de *status*, e determinar quem poderá ver aquela publicação.

Por fim, promovemos a confiança dos nossos usuários por meio dos nossos termos de usos de serviços, que deixam claro o nosso comprometimento com nossos usuários e as nossas políticas com relação aos dados. Nossos termos de uso regulam, então, essa relação do Facebook com aqueles que usam o serviço e a nossa política de uso de dados descreve com o Facebook coleta e usa as informações que recebe de seus usuários.

Além disso, o Facebook realiza campanhas educativas para levar essas políticas ao conhecimento das pessoas e garantir que elas consigam fazer uso efetivo das ferramentas de controle de privacidade.

Somos únicos no processo que usamos para avisar previamente nossos usuários sobre qualquer alteração nas políticas de uso de serviço e possibilitar a sua efetiva participação no processo decisório sobre essas alterações. O Facebook também oferece uma central de atendimento *on-line* bem como uma equipe de suporte ao usuário que funciona 24 horas por

dia e oferece esses serviços em dezenas de línguas, incluindo o português.

Eu gostaria de tratar agora das políticas e práticas do Facebook com relação a atendimento às requisições de dados vindas de governo e autoridades de investigação.

Confiança e segurança são princípios norteadores para o Facebook. Assim, quando governos e autoridades policiais solicitam dados, nós examinamos cada pedido cuidadosamente de modo a garantir que o procedimento correto foi seguido e que toda a legislação aplicável foi respeitada. Somente, então, fornecemos a informação de acordo com o nosso termo de serviço e legislação aplicável.

De acordo com a nossa diretiva transparente consolidada para lidar com requisições de autoridades de investigação, autoridades brasileiras podem submeter requisições de dados no curso de investigações oficiais diretamente ao Facebook, por meio do nosso *website*, por *fax* ou por *e-mail*.

Para garantir que esses processos sejam bem compreendidos, representantes do Facebook já ofereceram orientação e treinamento a membros da polícia brasileira, especialmente para aqueles cujo foco é Internet e segurança de crianças e adolescentes. Portanto, as autoridades brasileiras já estão familiarizadas e fazem uso desses procedimentos.

O Facebook adota processos rigorosos de análise para lidar com requisições vindas de qualquer autoridade de investigação. O Facebook analisa cuidadosamente cada pedido para garantir que atendam a todos os requisitos fixados na letra da lei e requer uma descrição detalhada do embasamento legal e factual que motivou aquele pedido.

O Facebook pede também esclarecimentos quando acredita que os requisitos legais não foram atendidos e, com frequência, conseguem limitar o escopo de pedidos se eles forem muito amplos ou vagos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO MAGRANI – Todos os pedidos. Nós tratamos todos os pedidos da mesma maneira. Analisamos todos os pedidos da mesma forma.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela oportunidade. É que a alegação que foi feita aqui pelos depoentes na reunião anterior é que essas empresas, inclusive o Facebook, estariam servindo-se como fundamento jurídico para o envio dessas informações, no que diz respeito a cidadãos brasileiros, da legislação norte-americana. Essa é a alegação.

O SR. BRUNO MAGRANI – Eu vou tratar já desta questão. Eu vou chegar lá na questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, o senhor vai tratar.

O SR. BRUNO MAGRANI – Eu vou chegar lá na questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não. É que se trata de um ponto delicado.

O SR. BRUNO MAGRANI – Está ótimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO MAGRANI – Não! Por favor, à vontade.

Nos últimos meses, houve grande cobertura na imprensa sobre a extensão das requisições de dados do governo norte-americano para prestadores de serviços *on-line*, bem como sobre a maneira como empresas como Facebook respondem a tais pedidos. Grande parte dessa cobertura tem sido imprecisa e equivocada. Imediatamente após a publicação das primeiras notícias, Mark Zuckerberg, fundador e presidente executivo do Facebook, afirmou publicamente que:

O Facebook nunca fez parte de nenhum programa para dar aos Estados Unidos ou qualquer outro governo acesso direto aos seus servidores. Nós nunca recebemos um pedido em branco ou uma ordem judicial de nenhuma agência do governo, solicitando informações ou metadados por atacado e, se tivéssemos recebido, nós contestaríamos energicamente tal pedido.

Mark também pediu que governos fossem muito mais transparentes sobre as medidas adotadas para manter a sociedade segura. Nossos esforços não param por aí. O Facebook tem reiteradamente demandado que autoridades norte-americanas permitam mais transparência e flexibilidade nos pedidos que envolvam questões de segurança nacional.

Como resultado desses esforços, o Facebook publicou, no final do último semestre, um relatório de transparência que inclui todas as requisições do governo norte-americano, incluindo aquelas relacionadas a questões de segurança nacional que a empresa tinha atendido até então, algo que nenhuma empresa havia feito até o momento.

Esse relatório mostra um número bastante limitado desses pedidos de dados. Para que se tenha uma ideia, no período de seis meses, finalizado em 31 de dezembro de 2012, menos de 0,00002% – ou seja, são quatro zeros depois da vírgula – das contas ativas no Facebook foram objeto de requisições de dados de qualquer órgão do Governo norte-americano, incluindo autoridades municipais, estaduais, federal, inclusive criminal e de segurança nacional.

Esses pedidos não se referem somente à segurança nacional. Eles cobrem um grande leque de as-

suntos, que vão desde pedidos de delegados de polícia trabalhando em casos de crianças desaparecidas a pedidos no curso de investigações sobre roubos até questões de segurança nacional e ameaças terroristas.

Com mais de 1,15 bilhão de usuários no mundo, isso significa que somente entre 18 e 19 mil contas do Facebook foram efetivamente objeto de qualquer tipo de solicitação governamental. Quero enfatizar isso para mostrar que não houve nenhum acesso em grande escala. Não houve simplesmente esse acesso. Esses acessos, mais uma vez, incluem qualquer tipo de pedido – nível federal, estadual e diversos tipos de investigação em curso.

Esse pequeno percentual nos ajuda a colocar em perspectiva essa discussão e coloca um fim nas alegações falsas em algumas das coberturas recentes sobre a frequência escopo dos pedidos de fornecimento de dados que o Facebook recebe.

Só para finalizar, então, eu queria ressaltar que nós temos acompanhado as discussões que atualmente vêm acontecendo no Congresso Nacional acerca do marco civil da Internet, que é um projeto de lei importantíssimo para criar a base legal e o crescimento da Internet no Brasil, bem como para estabelecer as fundações da sociedade da informação nos próximos anos.

O Facebook apoia os princípios da rede aberta, da liberdade de expressão, da proteção da privacidade e da inovação que são abraçados pelo marco civil.

Nós parabenizamos o processo cuidadoso e democrático de discussão do marco civil nos últimos anos.

Contudo, temos algumas preocupações a respeito das discussões recentes de mudança do Projeto de Lei para que se passe a exigir dos prestadores de serviços *on-line* que mantenham dados dos brasileiros no Brasil. O armazenamento de dados é um desafio enorme e essencialmente técnico. A decisão a respeito da estrutura e local de armazenamento de dados que vivem uma otimização na oferta dos serviços é bastante complexa.

Conforme foi falado em audiência pública recente na Câmara dos Deputados por representante da sociedade civil e de outras empresas, a exigência de armazenamento de dados local acarretaria em enormes custos e ineficiências nos negócios *on-line* no Brasil, frustrando a inovação e prejudicando a economia brasileira. Essa exigência de armazenamento local implicará uma barreira para que os próprios brasileiros usufruam esses serviços e não necessariamente atenderiam aos objetivos pretendidos.

Na prática, enquanto a extensão do impacto em serviços gratuitos como o Facebook seria bastante significativa, é particularmente importante considerar o impacto que essa medida poderia ter em *start-ups* –

pequenas empresas e novas empresas de tecnologia –, tanto brasileiras como internacionais que queiram fornecer serviços a brasileiros. Uma exigência como essa, que vem sendo debatida, frustrará a inovação e criará barreiras desnecessárias para empresas nascentes.

E acreditamos que não há espaço no marco civil para tal.

Era isso que eu tinha a tratar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado Sr. Bruno Magrini, representante do Facebook.

Passo a palavra a sua manifestação ao Sr. Marcel Leonardi, representante da Google Brasil, para a sua manifestação acerca da conjuntura do tema que estamos tratando aqui.

O SR. MARCEL LEONARDI – Perfeito.

Em nome da Google Brasil, queria agradecer ao Senador Ricardo Ferraço e os demais Senadores presentes pelo convite, é uma honra poder colaborar com a elucidação desses fatos em relação ao Congresso de uma maneira geral.

Como defensores da transparência, o Google acredita que é de extrema importância garantir que o Congresso Nacional tenha os fatos. Eu trabalho na equipe de relações governamentais do Google Brasil, que é uma das empresas do Google, e vou fazer o meu melhor aqui para responder às perguntas que V. Ex^{as} tenham, mas evidentemente, se houver outros assuntos aparecerem, estarei à disposição.

Muito tem sido dito sobre essas revelações a respeito do programa Prism nos Estados Unidos. A Google Inc., que é a matriz norte-americana da Google que responde a essas solicitações às agências norte-americanas, também foi envolvida nessa controvérsia. Embora a Google Brasil, onde eu trabalho, não tenha nenhum papel nisso, a Google Inc., por meio do David Drummond, que é o nosso Diretor Jurídico global, vice-presidente sênior da companhia, foi inequívoca sobre o assunto em três pontos que quero enfatizar aqui.

Em primeiro lugar, ele afirmou que a Google Inc. não aderiu ao Prism, nem a qualquer outro programa de vigilância governamental de qualquer governo no mundo. Esse é o primeiro ponto. Inclusive, antes de a mídia entrar em contato com a empresa, o Google nunca tinha sequer ouvido falar de Prism.

Ele também afirmou que a Google Inc. não fornece acesso aos sistemas da Google a qualquer governo, incluindo o governo dos Estados Unidos, e que a Google não permite instalação de equipamentos do governo em propriedades do Google para fins de vigilância. Ou seja, esse é um ponto que também deve ser bem enfatizado.

Ou seja, não existe nenhuma porta dos fundos, nenhuma porta lateral, nenhum alçapão, nenhum mecanismo de acesso direto a essas informações. E é claro que vários governos ao redor do mundo já sugeriram e continuam sugerindo que fizessem a instalação de *hardware* de vigilância nas redes do Google ao longo desses anos. A empresa, no entanto, sempre se recusou.

A Google Inc. fornece dados de usuários aos governos apenas de acordo com a lei. A Google tem uma equipe jurídica que analisa cada pedido individualmente e, muitas vezes, contesta esses pedidos quando eles são genéricos, quando eles são especulativos e, principalmente, quando eles não seguem o devido processo legal. Quando é obrigado a cumprir esses pedidos, porém, a Google entrega os dados às autoridades. Nenhum governo tem a capacidade de extrair dados diretamente dos nossos servidores ou redes.

Também queria enfatizar a necessidade de mais transparência sobre o processo e esta audiência pública só vem reiterar e confirmar esse ponto. É bastante positivo que essas alegações tenham suscitado um debate sério e oportuno sobre a necessidade de se encontrar um melhor equilíbrio entre os direitos fundamentais, as liberdades civis e a segurança nacional. Ninguém contesta que existam ameaças concretas que os países enfrentam hoje e é claro que os governos têm o dever de proteger os seus cidadãos. Porém, existe essa atual falta de transparência sobre a natureza da vigilância governamental nos países democráticos, que tem enfraquecido as liberdades que a maioria dos cidadãos tanto preza.

E a Google tem insistido na defesa dessa transparência há anos. Além de ter lançado o Relatório de Transparência em 2010, sendo a primeira empresa que passou a divulgar o número de solicitações de dados de usuários em casos criminais que foram recebidos e honrados nos Estados Unidos, assim como em demandas governamentais de todo o mundo, incluindo, no caso do Brasil, as autoridades judiciárias. Então, há um *site* do Google, chamado Relatório de Transparência, que divulga estatísticas globais a respeito das requisições desses dados.

Com permissão do governo dos Estados Unidos, por conta de legislação local, em março deste ano, a Google passou a publicar informações sobre as eventuais cartas de segurança nacional, as conhecidas National Security Letters, que venha a receber.

A lei dos Estados Unidos geralmente exige que as empresas mantenham em sigilo essas requisições de dados nos casos de segurança nacional. E a Google pediu ao Fisa, que é o tribunal de vigilância de inteligência nos Estados Unidos, autorização para publicar

informações sobre esses tipos de solicitação e outros tipos de solicitação que envolvem essa discussão de segurança nacional, incluindo as que são feitas perante esse tribunal do Fisa.

O Fisa é aquele dispositivo jurídico norte-americano, até para já avançar um pouquinho na pergunta do Senador Aloysio Nunes, sobre essa questão do arcabouço jurídico americano. Existe uma legislação lá que trata dessa questão do fornecimento de informações para fins de inteligência, que são avaliadas por esse tribunal específico.

Se a Google pudesse publicar esses números abertamente, e por enquanto não pode, não houve ainda resposta a esse nosso pedido, eles mostrariam que o cumprimento dessas requisições relativas a leis de segurança nacional dos Estados Unidos está muito aquém dessas alegações exageradas que apareceram e estão sendo feitas na imprensa até hoje.

E com permissão do Senador Ricardo Ferraço, Presidente aqui, e com permissão do Plenário, eu gostaria de oferecer a todos os Senadores aqui presentes cópias traduzidas dessa petição que a Google apresentou a esse tribunal americano, o Fisa, Tribunal de Vigilância de Inteligência Estrangeira nos Estados Unidos, e de uma carta que uma ONG americana chamada CDT, Centro para Democracia e Tecnologia, que foi assinada conjuntamente pela Google, pela America Online, pela Apple, pela Facebook, pela Microsoft, as empresas aqui presentes, pelo Twitter, e várias outras empresas, também por associações comerciais e investidores, carta essa que foi enviada a representantes do Governo dos Estados Unidos, exigindo exatamente o que a gente destacou aqui: mais transparência a respeito desse cenário de vigilância governamental.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Marcel Leonardi, representante da Google Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Esper, Diretor da Microsoft Brasil.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Muito obrigado. Serei breve.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, representantes da imprensa, demais convidados e autoridades presentes, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o tempo e a disponibilidade dos Srs. Parlamentares e a oportunidade de me pronunciar em nome da Microsoft Brasil. Logo adiante, tratarei do tema que é objeto central desta audiência pública.

A história da Microsoft no País está próxima de completar 25 anos. E nesse período pudemos acompanhar de perto a evolução do Brasil em diversos aspectos,

sobretudo econômico, tendo compromisso irrestrito com o País. Um exemplo é o investimento de cerca de R\$200 milhões, anunciado no final do ano passado, em projetos dedicados ao fomento de pesquisa, inovação e empreendedorismo no País.

Além disso, o Brasil foi pioneiro na criação de uma subsidiária 100% nacional focada na aceleração de *start-ups*, a Microsoft Participações. Estabelecemos uma rede de parceiros locais, por meio da qual visamos apoiar empresas emergentes com base na tecnologia, de norte a sul do País, tendo sido inclusive escolhidos pelo Governo Federal para fazer parte do projeto *Start-up* Brasil, parte do programa TI Maior.

Somado a isso, gostaria de reforçar que, ao longo desta década, temos promovido investimentos consistentes no sentido de impulsionar também o desenvolvimento da economia local por meio dos nossos produtos e serviços. O Brasil foi escolhido para abrigar a única fábrica do nosso console de videogames Xbox, além da China. Esse parque industrial, que fica na Zona Franca de Manaus, também é dedicado à produção de jogos. Com isso, conseguimos inclusive reduzir o preço desses produtos com os consumidores brasileiros, o que representa uma grande satisfação para a companhia.

Destaco aqui outros dois marcos da operação brasileira da Microsoft. Primeiro, o estabelecimento de um centro de dados para suportar a demanda de clientes corporativos por serviços de computação na nuvem. Segundo, a instalação, na cidade de São Paulo, do maior centro de tecnologia da companhia na América Latina, o MTC.

Fica claro, portanto, o empenho da Microsoft com o fomento da competitividade nacional. Atualmente, a Microsoft gera no Brasil oportunidades diretas para 18 mil empresas parceiras e 424 mil profissionais, numa operação que vem ganhando cada vez mais relevância em todo o mundo.

Colaborar para que a tecnologia possa ter um impacto social e econômico e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros é prioridade da Microsoft. Para se ter uma ideia, somente nos últimos dez anos, a empresa investiu por volta de R\$170 milhões em programas de cidadania corporativa e responsabilidade social em todos os Estados do Brasil, em parceria com mais de mil instituições locais, como o Instituto Ayrton Senna e o Olodum, impactando diretamente 11 milhões de cidadãos brasileiros.

Sobre a recente repercussão dos temas ligados ao governo americano na mídia, é essencial reforçar que, para a Microsoft, privacidade e segurança dos seus usuários são princípios invioláveis. A empresa trabalha incessantemente para preservá-los sob qualquer circunstância. Gostaria de afirmar que a Microsoft

não fornece a nenhum país, governo ou instituição, sob nenhum pretexto, acesso irrestrito a dados de seus clientes de qualquer parte do mundo. A proteção das informações dos nossos clientes é o que norteia a atuação da companhia no Brasil e em todos os países em que está presente.

Reitero o compromisso da Microsoft com o Brasil, seus cidadãos e suas empresas.

Agradeço novamente a oportunidade de me pronunciar nesta Casa em nome da Microsoft Brasil e coloco-me à disposição para qualquer dúvida que se apresente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos passar agora à fase de algumas perguntas, alguns questionamentos, visando ao enfrentamento de algumas questões ou algumas verdades, que até aqui se transformaram em mitos.

Como V. S^{as} avaliam as denúncias que foram feitas, não apenas pelo *The Guardian*, mas por importantes veículos da imprensa brasileira?

Pelo que V. S^{as} afirmam aqui, essas informações são todas infundadas, não há qualquer tipo de relacionamento das companhias com a Agência Nacional de Segurança do governo norte-americano. Todas essas informações divulgadas, então, são falsas? O Sr. Snowden é um mentiroso?

Como as companhias de Internet, as companhias que V. S^{as} representam avaliam, de maneira objetiva, as informações que foram veiculadas até aqui, não apenas para a população brasileira, mas mundo afora?

V. S^{as} afirmam que, do ponto de vista oficial, não houve qualquer tipo de colaboração das companhias que V. S^{as} representam com a Agência Nacional de Segurança, mas eu acho que vale para todos.

As companhias de V. S^{as} estão protegidas por sistemas em que possam afirmar que não há nenhuma chance, nenhuma alternativa dos provedores das companhias que V. S^{as} representam serem violados?

V. S^{as} podem afirmar que, do ponto de vista clandestino, os provedores das companhias de V. S^{as} não foram violados através desses programas denunciados pelo Snowden, como, por exemplo, o Prism e o XKeyscore?

Como V. S^{as} avaliam essa questão que eu coloco aqui de maneira preliminar?

Facebook.

O SR. BRUNO MAGRANI – Como eu já mencionei anteriormente, nós nunca participamos de nenhum programa do governo americano ou de qualquer outro programa para garantir acesso direto aos nossos dados.

Eu tenho plena confiança na segurança dos sistemas do Facebook. Os sistemas do Facebook, inclusive,

já passaram por algumas auditorias, por alguns órgãos que protegem a privacidade, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Os sistemas do Facebook foram considerados absolutamente satisfatórios do ponto de vista da privacidade. Eu tenho absoluta segurança em dizer que o sistema é absolutamente seguro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – E como V. S^a analisa o fato de a grande mídia brasileira e internacional ter especulado com informações tão graves a respeito desse fato que V. S^{as}, de maneira muito clara, estão a desmentir?

O SR. BRUNO MAGRANI – Olha, Senador, na verdade, como, inclusive, já fez parte de algumas declarações da empresa, nós soubemos desses programas por meio da imprensa. Então, antes do que foi divulgado pela imprensa, nós não tínhamos nenhuma informação sobre isso.

Todos os pedidos de dados que são feito ao Facebook acontecem de acordo com as legislações aplicáveis. Como eu falei, nós analisamos individualmente cada pedido que é feito pelas autoridades. As autoridades fazem pedidos no curso das investigações, sejam criminais, sejam para localizar uma pessoa desaparecida, sejam no caso de segurança nacional. E nós analisamos individualmente. Nós temos um setor de privacidade e jurídico que analisa cada um desses pedidos e nós respondemos a esses pedidos se eles estiverem adequados com a lei. Qualquer outro tipo de acesso que não seja esse é inexistente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Sr. Marcel, representante da Google. A pergunta é comum.

O SR. MARCEL LEONARDI – Senador, a realidade é que o sistema jurídico norte-americano criou há muito tempo essa legislação – essa legislação que eu mencionei, a Fisa, é da década de 70, não é nem recente. E a falta de transparência nessas requisições, aliada ao fato de que os dados são entregues por meio dessas requisições submetidas a esse tribunal, cujas decisões são secretas, ou seja, a falta de transparência nesse procedimento fez a coisa escalar na imprensa de uma tal maneira como se houvesse algum tipo de acesso direto, algum tipo de coisa.

Mais uma vez, reiterando o que foi dito aqui, não há. Nenhuma das companhias aqui presentes, eu falo pela Google obviamente, permite que isso aconteça. Por um motivo muito simples: qual é a base de existência dessas companhias? É a confiança que o usuário deposita nos nossos serviços. *On-line* nós temos um cenário em que os custos de migração para outros serviços são praticamente inexistentes. A pessoa não está mais satisfeita com o Google, ela migra para um outro buscador. A pessoa não quer mais utilizar o

Gmail, ela migra para um outro sistema. O custo de se fazer isso é clicar, criar uma nova conta de usuário, e a gente nota isso no dia a dia.

Então, talvez, Senador, e aqui é uma especulação, o fato de não existir transparência suficiente sobre como essas requisições são processadas por conta dos requisitos que a legislação americana impõe a essas empresas faz com que o discurso fique um pouco confuso e passe impressões que não são verdadeiras. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – E V. S^a considera que o sistema está de certa forma preparado para defender-se de invasões dessa natureza nos provedores de vocês?

O SR. MARCEL LEONARDI – Naturalmente, eu não tenho como especular sobre as capacidades do governo americano. Eu conheço a qualidade e a confiança dos servidores que o Google apresenta. E, sim, assim como qualquer outra empresa de tecnologia desse porte, nós temos tanto auditorias regulares, como nós temos bastante orgulho da capacidade de segurança que os nossos servidores oferecem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Sr. Alexandre Esper.

O SR. ALEXANDRE ESER – Muito obrigado.

Eu queria dividir a resposta, Senador, se o senhor me permitir, em três pontos. Primeiro, com relação à mídia. A Microsoft acredita na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa. Então, o que a mídia escreveu foi o que a mídia levantou com relação a fatos. Esses fatos não precisam ser necessariamente verdadeiros sob todos os aspectos. A mídia pode ter tido percepções ou impressões. O grande ponto que está em discussão é exatamente que as empresas ou a participação das empresas ou como as empresas operam em relação ao tema.

A segunda parte da resposta seria como a NSA opera e em relação a isso eu não tenho elemento para discutir ou até como as empresas operam. O que eu posso garantir para o senhor é o seguinte: a Microsoft utiliza tecnologia de ponta para impedir que haja invasões nos seus sistemas, seja o sistema próprio, sejam os sistemas relativos aos seus clientes. Exatamente o que eu coloquei na minha fala inicial foi que nós temos dois pilares básicos com relação aos nossos clientes corporativos e consumidores: segurança e privacidade. Para isso, a Microsoft investe pesadamente em sistemas de segurança que impedem o acesso direto, ou seja, uma invasão.

E o que nós fazemos, com relação ao terceiro ponto é: evidentemente, nas situações em que haja um processo legal, uma ordem judicial, uma ordem de autoridades, nós cumprimos essa ordem. Cumprimos

nos Estados Unidos, no Brasil, em todos os outros países em que nós operamos.

Então, é um posicionamento que a companhia tem com relação à legalidade dos processos. Eu não tenho como avaliar se houve algum tipo de utilização por parte das agências de governo com relação a acessos de outras naturezas. O que eu posso confirmar e garantir é que nenhum usuário da Microsoft jamais teve seus dados devastados de maneira direta ou irrestrita por qualquer agência do governo em qualquer lugar do mundo, não só nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^{as} acham que se esses centros específicos de armazenagem de cada uma das companhias ficassem localizadas no Brasil, os sistemas de segurança e privacidade seriam melhores ou isso é indiferente na avaliação das companhias? Há, inclusive, pleitos do Governo brasileiro, do Ministro Paulo Bernardo, para que as companhias decidam por esses centros de armazenagem no Brasil, evidentemente, o que sinalizaria efetivamente maior controle e maior preservação e até obediência às regras nacionais.

Como é que as companhias avaliam isso?

O SR. BRUNO MAGRANI – Bem, Senador, inclusive agradeço a oportunidade para falar sobre essa questão mais uma vez. Acho que, usando o exemplo da rede social, se eu tenho um amigo que está em outro país, e eu envio uma foto para ele, essa informação trafega. Então, se eu coloco informações, como foi proposto, de brasileiros aqui, existe um problema técnico: se a informação não pode sair daqui, como é que eu vou poder adicionar um amigo ou me comunicar com ele em outro país?

Historicamente, a forma que tem sido usada para garantir a segurança dos sistemas é a criptografia. Eu acho que investimento em criptografia e segurança é a forma mais eficaz para evitar qualquer tipo de acesso não autorizado. Os servidores são colocados ao redor do mundo, obedecendo a um critério de eficiência técnica. Como é que o serviço pode ser mais eficaz, como é que o serviço pode ser mais rápido para o usuário?

A obrigação de ter *datacenters* no Brasil não será eficaz. Ela simplesmente degradará o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É indiferente, portanto, na avaliação da Facebook?

O SR. BRUNO MAGRANI – Na verdade, eu acho que degradará os serviços de Internet a colocação de *datacenters* aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por quê?

O SR. BRUNO MAGRANI – Por que ele não obedecerá a esses critérios de eficiência. Então, o exemplo,

como eu falei, de, se eu adicionei um amigo em outro país, essa informação precisa trafegar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas é indiferente do ponto de vista... Permita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É, isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Indiferente do ponto de vista da proteção da privacidade.

O SR. BRUNO MAGRANI – Sim, sim, perdão. Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É, nesse aspecto.

O SR. BRUNO MAGRANI – Isso, sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É indiferente nesse aspecto. Quer dizer, esse centro de armazenagem localizado aqui ou localizado no Vietnã é a mesma coisa?

O SR. BRUNO MAGRANI – É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Marcel.

O SR. MARCEL LEONARDI – É indiferente, também, Senador, por um motivo técnico adicional. Normalmente, o que está em jogo é qual é a empresa que controla o acesso aos dados. Hoje, com a computação em nuvem, com tudo que tem acontecido na evolução desse setor, o que se constata, menos uma preocupação em relação à localização física dos dados, que, no caso de larga escala de informação, acabam sendo distribuídos em centros de dados ao redor do mundo, justamente por conta da melhor disponibilidade desses dados para o usuário final. E, então, o que é realmente importante é quem controla esses dados e dentro desse cenário de quem controla esses dados, acaba sendo indiferente se o armazenamento é feito em um país, em um determinado território ou em outro. Até com a evolução tecnológica isso pode ser armazenado em outros lugares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Eu vou, na verdade, complementar as informações, Senador. Eu acho que nós vivemos várias fases, a humanidade viveu várias fases de sociedade. Nós tivemos sociedades industriais e hoje a gente vive na sociedade do conhecimento e da inovação. E nessa época, o que está acontecendo é que as barreiras e as fronteiras físicas caíram. Essa é uma realidade. A comunicação flui no que diz respeito à Internet ou no que diz respeito à

tecnologia da informação, as informações fluem livremente, elas fluem de um país para outro, elas fluem entre empresas e a segurança tem que acompanhar essa tecnologia.

Ou seja, quando a gente fala de segurança hoje em dia, falamos em segurança tecnológica. A segurança não é física. Não adianta eu botar um monte de guarda armado porque não é isso que vai proteger o dado. O que vai proteger o dado é criptografia, o que vai proteger o dado é a utilização de *softwares* atualizados de qualquer natureza. É isso que protege o dado nesta época tecnológica.

Então, sobre esse aspecto de ter o *datacenter*... Inclusive, a Microsoft já possui um *datacenter* no Brasil, vendo no Brasil a possibilidade de instalação de outros no futuro. Isso está em avaliação pela companhia. Mas não é – isso eu posso afirmar – o fato de ter a obrigatoriedade ou não que vai diferenciar qualquer decisão. Por quê? Porque, novamente, a segurança é feita de maneira digital. Então, um *datacenter* localizado no Brasil é tão seguro quanto um *datacenter* localizado em qualquer outro país do mundo se você tiver as ferramentas e as tecnologias necessárias para a proteção desses dados.

Então, isso não vai diferenciar de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer questionamentos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Cyro Miranda. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu tinha três perguntas, mas duas o senhor já fez. Então, tenho uma única: considerando a aplicação fraudulenta das tecnologias de monitoramento do tráfico na Internet, não seria prudente que o projeto do marco civil, considerado pronto para a aprovação pelas empresas aqui representadas, fosse profundamente revisto pelo Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra a V. S^{as}. Sr. Bruno.

O SR. BRUNO MAGRANI – Bem, Senador, mais uma vez, agradeço pela pergunta. Eu acho que o marco civil é um projeto único pelo fato de que ele foi construído de maneira absolutamente democrática, através de um processo totalmente descentralizado, através das próprias redes sociais, através da Inter-

net. Ele teve contribuição de usuários, de empresas, de diversos setores.

O Facebook já se posicionou favoravelmente em relação ao projeto. Eu acho que o projeto, na forma como está, tem a capacidade de estabelecer as fundações para o desenvolvimento da Internet no Brasil. Eu acho que qualquer alteração no marco civil, depois de todo esse processo que foi feito, seria um pouco perigosa. Então, nós temos visto essa proposta recente, que, inclusive, comentei aqui, para supostamente resolver essa questão, como uma solução que não resolve o problema a que ela se propõe.

Então, na verdade, eu gostaria de, mais uma vez, afirmar que o Facebook apoia o marco civil da maneira como ele está.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Marcel.

O SR. MARCEL LEONARDI – Do mesmo modo, Senador, o Google já declarou o seu apoio público, no ano passado, ao marco civil da Internet. É importante lembrar que o marco civil teve esse debate colaborativo que o Bruno comentou, e, ao longo do tempo, recebeu muitas contribuições. O Relator da matéria na Câmara teve o cuidado de elaborar diversas audiências públicas, convidando, praticamente, todos os setores.

Acho que é importante sempre recordar que não vai ser uma alteração de última hora que vai conseguir resolver um problema que é fundamentalmente outro. Aqui, talvez, a discussão que esteja em jogo são os poderes que a legislação americana dá ao governo americano em relação à proteção de dados de usuários no mundo como um todo.

O Brasil, se quer fomentar a Internet, não quer prejudicar essa grande motora da economia, que já representa um percentual do PIB maior do que o próprio setor de mineração e tem crescido a passos largos, deve ter essa preocupação de manter essa legislação específica sobre a Internet com esse caráter principiológico, que vai trazer esse investimento por questão de melhoria da competitividade, por questão de melhoria do cenário político regulatório e não dentro desse sistema de querer, digamos assim, resolver um problema em última hora.

Então, acreditamos que o marco civil, da maneira como foi proposto agora, sem essas alterações que foram sugeridas, estaria o.k. para votação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Alexandre Esper.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Na verdade, a Microsoft é favorável a qualquer iniciativa que aprimore o setor. E o marco civil é uma legislação extremamente importante. O que a Microsoft gostaria de colocar como opinião bastante firme diz respeito à uniformidade des-

as legislações. Quer dizer, qualquer reação, na nossa percepção, do País a fatos que estão acontecendo agora e que possam modificar um projeto que está sendo discutido há anos pode levar a um isolamento do País, pode ser o contrário. Se um único país estiver com uma legislação diferente da do resto do mundo, a potencialidade é que ele se isole.

Então, entendemos que o marco civil já foi objeto de diversas discussões, com oportunidades de participação das mais diversas representações da sociedade: pelas empresas, pelas associações, pelas entidades políticas, pelos próprios consumidores, e a Microsoft entende que o próximo passo deveria ser a avaliação final do projeto e a aprovação na forma como se encontra.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quer dizer que, mesmo depois desse episódio de fraude, o senhores acham que o marco civil não contribuiria mais em nada? Ele está completo.

É isso que eu entendi. Ele foi feito, discutido em uma outra fase também. Não sei se ele levou profundamente o que aconteceu.

Então, pela visão das empresas, o marco civil está completo, independente desse último episódio de fraude?

O SR. BRUNO MAGRANI – Sobre o marco civil especificamente, o que vou comentar, eu acho que o marco civil tem em seus pilares a proteção da privacidade. Eu acho que ele faz de maneira muito eficaz.

Então, realmente só reafirmando da forma como ele está.

O SR. MARCEL LEONARDI – Do mesmo modo, Senador, houve uma preocupação do próprio Relator, quando recebeu a matéria, vindo do Executivo, acrescentar dispositivos para fortalecer ainda mais essa garantia de privacidade, garantia essa que obviamente já está na Constituição Federal, já está no Código Civil. E uma garantia que se aplica indistintamente a um cenário em ebulição, em que os acontecimentos ainda estão sendo avaliados etc.

Eu acho que a preocupação e a inteligência do projeto estão exatamente nisto: preservar esses direitos fundamentais sem eliminar outras garantias tão importantes quanto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Eu acredito, Senador, que a grande inteligência do marco civil foi exatamente a discussão desses temas antecipadamente.

Então, do modo como ele está colocado hoje, já endereça esses temas de maneira efetiva. Eu não acredito que uma modificação vá corrigir o problema central que está sendo discutido nesta Casa. É um problema maior do que a legislação nacional. É uma discussão entre Estados, é uma discussão entre governos.

Então, na nossa opinião, esse marco civil estaria entre as legislações mais modernas e efetivas do mundo, do modo como está proposto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a minha primeira questão diz respeito a esse empenho do Governo brasileiro, especialmente do Ministério das Comunicações, de que esses dados sejam armazenados no Brasil.

A resposta dos nossos convidados abordou o aspecto econômico e tecnológico dessa questão, mostrando a inconveniência da adoção dessa medida sob esse aspecto.

Mas eu volto a uma questão que fiz ao representante do Facebook, que é a questão jurídica: com que base legal se faculta o acesso a autoridades governamentais desses dados que estão hospedados em outros países? É a legislação brasileira, quando se trata de cidadãos brasileiros, ou é a legislação de outros países?

Eu pergunto se o fato de esses dados estarem hospedados em outros países não levaria a essa extraterritorialidade na aplicação da lei, em relação aos cidadãos brasileiros, quando se trata de pedido de informação de autoridades governamentais.

Eu gostaria de colocar a questão sob esse aspecto, o aspecto jurídico: qual é a base legal?

A segunda questão: pareceu-me ter havido uma contradição, talvez eu tenha entendido mal, entre o que disse o representante do Facebook e o representante da Google. Isso porque o representante da Google disse que o balanço das informações que foram pedidas pela agência norte-americana de segurança não pode ser divulgado em razão de questões legais norte-americanas, que a Google está diligenciando para que possa divulgar os dados. Divulgar não o conteúdo, mas seguramente número de pedidos, a natureza de pedidos.

Já o representante do Facebook se referiu a um número de 19 mil, natureza de pedidos, a questão de pessoas desaparecidas, investigações criminais. Eu

perguntaria se aí estão incluídos também pedidos que vêm dessa agência de segurança norte-americana.

Agora, uma pergunta específica em relação ao Google: dois jornais brasileiros, especificamente o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, em algumas reportagens, disseram que quem usa o Gmail não tem privacidade. E há uma notícia no jornal *The Guardian* de ontem de que um advogado da Google, em uma ação que tramita na justiça norte-americana, diz que os usuários do Gmail não têm garantia da total privacidade. Não sei se o senhor tem notícia desse fato. Gostaria de ouvir o seu comentário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – As palavras do jornal *The Guardian* e desse advogado do Google – aspas: “Pessoas não podem se surpreender caso seus *e-mails* sejam processados pelo provedor do *e-mail* no curso da entrega”. Essa é a fala textual que está anunciada não apenas na imprensa brasileira, como no jornal *The Guardian*.

Mas passo a palavra aos nossos convidados, começando aqui pelo Sr. Bruno.

O SR. BRUNO MAGRANI – Bem, Senador, sobre a questão da territorialidade, é difícil estabelecer onde os dados estão. Os dados estão espalhados pelo mundo. Como eu falei, esses *datacenters*...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu sei, mas se alguém, se o governo norte-americano, ou o governo de onde quer que seja, pede informações ao meu respeito, esse pedido vai ser respondido à luz da legislação do país que requereu as informações ou à luz da legislação brasileira? A segunda pergunta, subsidiária dessa, é se a localização desses dados, o país onde eles estão hospedados, tem alguma relevância para esse efeito, à observação da lei brasileira, da lei nacional. Essa é a minha questão.

O SR. BRUNO MAGRANI – Obviamente, como uma empresa global, o Facebook tem que cumprir com as diversas leis aplicáveis de onde ele opera. Então, como eu falei, o Facebook analisa da mesma forma qualquer pedido de acesso a dados que é feito. E aí ele vai analisar, naquele caso específico, qual é a lei aplicável. Eu não tenho informações sobre questões específicas, mas ele analisa, naquele caso, qual será a lei aplicável.

Então, obviamente, se vem um pedido de um governo x, mas de cidadãos localizados em um outro país, a gente vai analisar se cabe aquele tipo de pedido ou se não tem nada a ver, e aí vai entrar em um critério de quais são os requisitos de validade do pe-

dido. Se o pedido é feito de acordo com os requisitos legais, nós cumprimos aquela requisição.

Quanto à questão da territorialidade, de onde estão os dados, como eu falei, os dados são dinâmicos. Em determinado momento, pode ser mais conveniente acessá-los de algum servidor por aqui ou, em algum momento, pode ser mais conveniente acessá-los de um servidor que esteja em outro país. Então, isso é dinâmico, isso varia o tempo todo.

Quanto aos dados que eu mencionei, eu queria inclusive aproveitar para dizer que sim, nós fizemos um pedido ao governo americano para divulgar esses dados, e nos foi permitido divulgar esses dados no agregado. Então, é por isso que eu só posso trazer esses dados incluindo todos os pedidos. Mas, sim, esses dados incluem também os pedidos de segurança nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Voltando à questão... Essa é uma questão delicada. Se há um pedido do governo norte-americano, dessa agência norte-americana, de informações, de acesso a dados de um cidadão brasileiro, é a Google Brasil quem responde a essa solicitação? Se eu quiser contestar a legitimidade desse acesso, vou ter que me dirigir à justiça americana ou posso aqui acionar a Google Brasil? Essa questão tem... a Google ou o Facebook... Se a localização desses dados interfere no deslinde dessa questão, que pode surgir.

O SR. MARCEL LEONARDI – Senador, o que realmente importa, do ponto de vista jurídico, que é a pergunta que V. Ex^a está fazendo, não é a localização dos dados. É a nacionalidade da empresa que controla esses dados. Qual é o resultado prático? Se houver uma ordem judicial de autoridade americana exigindo dados do cidadão brasileiro e essa ordem judicial é direcionada à Google americana, essa informação, por ser uma ordem judicial válida nos Estados Unidos, direcionada a empresa americana, vai ser cumprida lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Lá, segundo as leis de lá?

O SR. MARCEL LEONARDI – Segundo as leis de lá. Por que isso? Porque a legislação americana prevê a possibilidade de que isso aconteça. Qual seria, então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu pergunto: e se a informação não estiver lá nos Estados Unidos, estiverem em outro país?

O SR. MARCEL LEONARDI – Não é relevante o local da informação, porque a empresa americana teria acesso à informação onde quer que ela estivesse.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Onde quer que ela estivesse.

O SR. MARCEL LEONARDI – Qual seria, então – talvez adiantando um ponto que o Senado gostaria de resolver –, a maneira de assegurar maior privacidade para o usuário brasileiro? É justamente fazer com que a legislação brasileira assegure uma salvaguarda mais forte para exigir, por exemplo – estou aqui dando uma sugestão –, que o Judiciário brasileiro tenha que controlar essa entrega de dados de cidadãos brasileiros. Agora, isso é uma sugestão de *lege ferenda*, se isso vai acontecer ou não é uma questão...

A realidade é: o direito americano tem essa possibilidade, as empresas americanas estão sujeitas a isso, como quaisquer outras empresas, e a recíproca é verdadeira, se uma autoridade judiciária brasileira exige um dado de um cidadão americano, mas a empresa brasileira tem condição de responder, pode ser que isso seja fornecido diretamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quer dizer, a ideia é funcionar como sigilo bancário, quer dizer, para quebrar um sigilo bancário em outro país é preciso autorização do país onde vai ser quebrado.

O SR. MARCEL LEONARDI – Seria um caminho possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Bom, no caso da Microsoft, nós atendemos às ordens legais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – A *legis facienda* trabalha isso.

O SR. ALEXANDRE ESPER – ... em qualquer país do mundo em que nós operamos.

No caso do Brasil, por exemplo, vou dar um dado, porque se falou muito sobre a justiça americana: nós divulgamos, no ano passado, com relação ao calendário 2012, o ano corrido 2012, todos os pedidos e todas as aberturas de dados de pedidos judiciais, de pedidos legais no mundo inteiro. No caso do Brasil, nós recebemos da Justiça brasileira e de outras autoridades 2.214 pedidos relativos a 4.176 contas, e 100% deles foram endereçados.

Então, no seu ponto, Senador, eu acho que a questão da localização dos dados acaba sendo irrelevante. Na nossa percepção, na percepção da Microsoft, é muito mais o respeito e o atendimento às normas legais vigentes no país onde ocorre a operação. No caso do Brasil, os dados estão disponíveis, eu tenho esse relatório, inclusive Brasil e outros países do mundo.

Então, a questão localização de dado para fins jurídicos, no nosso caso, é irrelevante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – No caso específico, o Face-

book divulgou o conjunto de demandas que recebeu da Agência Nacional de Segurança norte-americana, revelando, no conjunto agregado, a pouca e baixa demanda. No caso, de Google e Microsoft, essas informações também não estão disponíveis?

O SR. MARCEL LEONARDI – Elas podem ser disponibilizadas, mas a autorização que o governo americano dá é individual. Então, o Facebook obteve essa autorização e pôde divulgar os dados deles. O Google também está lutando para conseguir a mesma autorização e divulgar os nossos dados, e assim sucessivamente. Não existe uma autorização genérica que é concedida às empresas do setor para poder divulgar esses dados. Infelizmente é no nível individual.

O SR. ALEXANDRE ESPER – No caso da Microsoft, Presidente...

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas, no caso do Google, o Google solicitou a informação, qual é o nível de demanda, qual é o nível de informação?

O SR. MARCEL LEONARDI – Solicitou diretamente àquele Tribunal de Inteligência americano, o Fisa, e ainda não houve resposta, mas estamos aguardando o processamento desse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

Dr. Alexandre, por favor.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Presidente, na verdade, a Microsoft se encontra na mesma situação do Google. No dia 16 de julho deste ano, foi feito um pedido para o Procurador-Geral do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Sr. Eric Holder, eu queria passar às suas mãos o original desse pedido, que está em inglês, e uma tradução. Por enquanto, ainda não houve autorização para que esses dados sejam divulgados amplamente, mas esse pedido foi efetuado. O texto integral, com as características do que se pediu exatamente, inclusive respeitando, no caso dos Estados Unidos, a Constituição americana, com relação ao direito ao acesso das informações, que foi a base dessa solicitação, e aguardamos essa autorização para que possa ser divulgado em todas as subsidiárias do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há um questionamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira em relação à privacidade ou não, à segurança ou não da utilização do Gmail, a partir de uma informação de veículos brasileiros, ou do *The Guardian*, por conta de um advogado ou do departamento jurídico, enfim, do Google.

O SR. MARCEL LEONARDI – O que houve ali, Senador – e hoje, felizmente, as matérias corrigindo

essas notícias de ontem já começaram a aparecer na imprensa, tanto brasileira, quanto internacional –, o Google, no curso de uma determinada ação judicial, estava esclarecendo um precedente judicial americano, que existe desde 1979, que diz basicamente o seguinte: que ninguém que forneça informações a um meio de comunicação que vá processar dados pode ter uma expectativa de privacidade em relação àquele próprio meio. Traduzindo isso em português claro: não posso ter uma expectativa de privacidade que é a minha companhia de telefone, por exemplo, não saiba para quais números eu liguei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL LEONARDI – Exato.

E o que o trecho da petição que está até pública, já *on-line*, esclarece: que usuários de serviços de *e-mail* que não são Gmail não poderiam ter expectativa de que o Google não processasse as informações quando alguém envia essa mensagem para destinatários que usam Gmail, ou seja, não se trata de dizer que usuários do Gmail não têm privacidade, que as informações são coletadas. Muito antes pelo contrário, o Google se orgulha da segurança e da privacidade que oferece nos produtos. Era um argumento jurídico para esclarecer: “Olha, você envia mensagens para um destinatário que tem Gmail, você não pode esperar que o Google não vá processar essas informações, porque, se não processá-las, como o Google vai entregar a mensagem para esse destinatário? Não tem como.

Foi uma não notícia – se me permite o português –, e não há nada de novo aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O senhor abordou o problema das companhias telefônicas. Houve uma negativa geral de que essas empresas representadas aqui pelos nossos convidados tenham qualquer tipo de vulnerabilidade ou de leniência em relação a pedidos de informação que não obedeçam à legislação. Poderia estar havendo pelas companhias telefônicas?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na avaliação de V. S^{as}, já que as companhias de Internet não são porta e janela para esse tipo de violação, tecnicamente falando, as companhias telefônicas poderiam ser vulneráveis a isso?

Dr. Bruno.

O SR. BRUNO MAGRANI – Olha, Senador, acho que não me cabe comentar sobre as práticas e sobre as políticas das companhias telefônicas. Do ponto de vista técnico, obviamente, como é feito para investigação policial, é possível; mas, além disso, não tenho nenhum outro comentário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Marcelo.

O SR. MARCEL LEONARDI – Da mesma maneira, não tenho mandato para falar em nome das telefônicas, as empresas de telefonia, mas, do ponto de vista técnico, sim. Assim como se grampeia o fluxo de informações de comunicação de voz, é possível... Inclusive o que se especulou é que, talvez, a capacidade técnica do NSA seja nessa linha, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ESPER – Da mesma forma, infelizmente, não tenho elemento para opinar com relação às telefonias. Acho que talvez seja um diferencial o tipo de provimento de serviço que é dado. Então, enquanto as empresas de tecnologia conseguem prover conteúdo, conseguem prover *e-mails*, prover meios de comunicação, meios de inserção de dados, as empresas de telecomunicação promovem essa comunicação, ou seja, o dado sai de um lugar, sai de uma de nossas empresas, e vai para outro por meio de empresas de telecomunicações.

Agora, quais são os sistemas que eles utilizam para garantia desses dados, fica um pouco complicado de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A nossa próxima audiência pública será inclusive com as companhias de telecomunicação, sobretudo as companhias brasileiras ou não, mas que operam no Brasil, e que têm aliança e parceria com as companhias norte-americanas.

Temos uma previsão de uma audiência pública para fazer o enfrentamento dessas questões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Há uma tensão aí entre as companhias dos senhores e as companhias da infraestrutura, que se manifesta inclusive na discussão do marco civil da Internet, o que está travando o avanço do marco civil da Internet na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto os Srs. Senadores se há mais algum questionamento, mais alguma pergunta? Senador Aloysio, Senador Cyro Miranda, alguma pergunta adicional?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não. Somente queria agradecer a disponibilidade dos senhores, e me sinto contemplado com as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço muitíssimo a presença de V. S^{as}, os esclarecimentos, a disponibilidade, para que possamos continuar investigando todos esses fatos.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Eduardo Suplicy**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à **PAUTA**: Audiência Pública in memoriam pelos dez anos de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ocorrido, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá, no Iraque. O Presidente concede a palavra ao Senhor **Alberto Fonseca**, Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz – DSAP do Ministério das Relações Exteriores. Passa a palavra a Senhora Júlia Barros Shirmer, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e após ao Senhor Carlos Mussi, Diretor da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Por fim, o Presidente concede a palavra a Senhora Carolina Larriera, professora e viúva de Sérgio Vieira de Mello. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião destina-se à audiência pública in memoriam pelos dez anos de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ocorrido, em 19 de agosto de 2003, em Bagdá,

no Iraque, conforme o Requerimento nº 66, de 2013, de minha autoria.

O Presidente de nossa Comissão, Senador Ricard Ferraz, tinha um compromisso hoje e honrou-me com o convite para que, então, como autor do requerimento, fosse o Presidente desta reunião.

Informo aos convidados que o tempo destinado às suas exposições será o que considerarem adequado para fazer a homenagem a Sérgio Vieira de Mello.

Concedo a palavra ao Sr. Alberto Fonseca, Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz (DSAP) do Ministério das Relações Exteriores, que aqui representa o Ministro Antonio Patriota.

Quero aqui registrar que, hoje, o Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, prestou uma bonita homenagem a Sérgio Vieira de Mello, com a presença do nosso Ministro Antonio Patriota e, inclusive, do ex-Presidente do Timor-Leste, prêmio Nobel da Paz, José Ramos-Horta, que também expressou a sua homenagem. A Sr^a Carolina Larriera estava ali presente e poderá até nos contar um pouco, durante a sua fala, a respeito do que aconteceu hoje, lá no Itamaraty.

Tem a palavra o Sr. Alberto Fonseca.

O SR. ALBERTO FONSECA – Muito obrigado, Senador. Autoridades presentes, boa noite.

Em primeiro lugar, cabe-me trazer os cumprimentos do Ministro Antonio Patriota aos presentes, e eu me sinto muito honrado por estar aqui representando o Sr. Ministro.

Trata-se de uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado *in memoriam* pelos dez anos de falecimento de Sérgio Vieira de Mello, no exercício do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que ocorreu em 19 de agosto de 2003, em Bagdá, no Iraque.

Além das autoridades que o Senador Suplicy acabou de mencionar, tivemos também a presença da Subsecretária Valerie Amos, no Rio de Janeiro, hoje no seminário, que ocupa o cargo que então ocupava Sérgio Vieira de Mello quando de sua morte. É a Subsecretária-Geral de Assuntos Humanitários da ONU.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas que trabalha também no Iraque?

O SR. ALBERTO FONSECA – Também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ela hoje trabalha no Iraque?

O SR. ALBERTO FONSECA – Não, não, não. A Subsecretária fica em Nova York.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certo.

O SR. ALBERTO FONSECA – Mas o Sérgio Vieira de Mello, quando faleceu, tinha aceitado um convite

do Kofi Annan – bem, estou falando mais do que... – para ir para Bagdá, por quatro meses, para ser o seu representante especial, naquela época. Estou falando certo? (*Pausa.*)

E o cargo que ele tinha ocupado antes, não é? Quando ele faleceu, já não tinha...

A SR^a CAROLINA LARRIERA (*Fora do microfone.*) – Tinha inaugurado o Escritório de Assuntos Humanitários, que hoje a Valerie Amos ocupa.

O SR. ALBERTO FONSECA – Que hoje é o OCHA.

A SR^a CAROLINA LARRIERA (*Fora do microfone.*) – Esse cargo ele ocupou em 98.

O SR. ALBERTO FONSECA – Está certo. Muito bem.

De todo modo, umas palavras rápidas.

Coube-me representar aqui o Sr. Ministro Patriota porque a organização do seminário coube ao nosso departamento, Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

Por meio de sua experiência de vida e de sua morte trágica e prematura, Sérgio Vieira de Mello, talvez melhor do que ninguém, simboliza não somente a extraordinária diferença que pode ser feita por uma única pessoa, mas também a difícil realidade que a humanidade hoje enfrenta.

De certa forma, a história de Sérgio e das outras vítimas do terrível atentado perpetrado contra a sede das Nações Unidas em Bagdá, em 19 de agosto de 2003, é também história de nossa época, marcada por distúrbios e desafios.

Inspirando-se na combinação de idealismo e realismo de Sérgio Vieira de Mello, o seminário que ocorreu hoje teve por objetivo homenagear o indivíduo e o trabalhador humanitário, as duas facetas, as duas dimensões de Sérgio Vieira de Mello.

Convidamos os participantes a refletir sobre os desafios enfrentados hoje pela comunidade internacional, sob o prisma das lições que podem ser tiradas da dedicação de Sérgio, ao longo de sua vida, para consolidar a paz e cuidar das vítimas dos conflitos.

Desde as primeiras missões de campo, em Bangladesh, Sudão, Chipre, até missões cada vez mais complexas, em Moçambique, Peru, Camboja, Líbano, Kosovo, Fiji, Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello construiu uma carreira que conciliou notável talento no campo operacional, político e diplomático; apoio aos refugiados, mediação, desminagem, resolução de conflitos, reconstrução pós-conflito, as tarefas eram múltiplas, mas sempre guiadas por um objetivo maior: a consolidação da paz. No entanto, terá a comunidade internacional, desde então, avançado em direção à paz sustentável?

Alguns dados nos fazem, inevitavelmente, lembrar de nossas limitações e desafios. Do final de 2002 a 2011, houve um aumento perturbador da ordem de 102% no número de refugiados e deslocados internos, de acordo com as estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a ACNUR. Esse aumento é resultado tanto de conflitos prolongados quanto de novos conflitos, cujas causas subjacentes nós não temos conseguido eliminar.

Existe, hoje, um amplo reconhecimento da estreita interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Estamos plenamente convencidos dos efeitos positivos do desenvolvimento para a prevenção de conflitos e da necessidade de superá-los de forma sustentável caso eles venham a ocorrer. No entanto, a comunidade internacional tem reduzido paradoxalmente seu compromisso com a assistência ao desenvolvimento enquanto dedica cada vez mais recursos financeiros para propósitos militares, inclusive o desenvolvimento e a modernização de armas nucleares. Basta dizer que, em 2010, os gastos militares globais ultrapassaram US\$1.6 trilhão, cerca de US\$4.6 bilhões por dia, o que, por si só, equivale a quase o dobro do orçamento anual regular da ONU por dia. Ao mesmo tempo, as despesas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, conhecido pela sigla, em inglês, ODA, foram de apenas US\$128 bilhões em 2010, contra US\$1,6 trilhão em armas.

Além disso, medidas adotadas no âmbito dos conflitos contemporâneos contribuíram para espalhar a instabilidade, ao invés de mitigá-la. A comunidade internacional deve ter disposição e determinação para avaliar as consequências dessa situação. É fundamental que se renovem os princípios, regras e normas do Direito Internacional acordados internacionalmente. É preciso maior enfoque sobre as obrigações contidas na Carta da ONU, que deve ser o ponto de partida dessa empreitada.

Todos os esforços de Sérgio Vieira de Mello nas áreas de assistência humanitária, respeito aos direitos humanos, prevenção, mediação e outros meios de resolução pacífica de conflitos e reconstrução pós-conflito fazem parte de um legado que deve ser honrado e perpetuado.

Com base nessas considerações, espera-se que tanto o seminário que ocorreu hoje, no Rio de Janeiro, com a presença das autoridades já mencionadas, quanto esta homenagem de hoje sirvam para uma reflexão em que acadêmicos, funcionários públicos, representantes de organizações internacionais, a sociedade civil, a mídia, com a repercussão, como disse aqui o Senador Suplicy, da sessão, que será retransmitida em várias oportunidades, para que as pessoas

analisem as lições apreendidas pela carreira e também as lições da morte trágica de Sérgio Vieira de Mello e que as pessoas possam suscitar, à sua maneira, soluções criativas e construtivas para os desafios de nossos tempos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Alberto Fonseca, que é o Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz do Ministério das Relações Exteriores por seu belo pronunciamento em memória de Sérgio Vieira de Mello.

Passamos a palavra agora à Sr^a Júlia Barros Shirmer, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que, portanto, aqui representa a Ministra Maria do Rosário.

A SR^a JÚLIA BARROS SHIRMER – Boa noite a todas e a todos.

Senador, muito obrigada pelo convite. Eu agradeço, na pessoa de V. Ex^a, a toda a Mesa e agradeço em nome da Ministra Maria do Rosário, que, infelizmente, não pôde comparecer a esta solenidade, mas que estende aqui o seu agradecimento e o reconhecimento da importância desta homenagem feita hoje a Sérgio Vieira de Mello.

Na verdade, nós pensamos um pouco no que poderíamos falar numa data como esta e acho que o tom das homenagens que têm sido prestadas em torno desses dias do aniversário de falecimento de Sérgio Vieira de Mello tem sido um tom de enaltecer essa construção de direitos humanos, essa figura humanista, do direito humanitário, que foi e segue sendo na memória de todos, enfim, e em estudos que foi Sérgio Vieira de Mello.

Então, eu acho que esse evento de hoje, no Rio de Janeiro, que também teve um tom nesse sentido de falarmos sobre direitos humanos, sobre o que tem acontecido em relação a esse tema, o que tem sido construído nos últimos anos, tem o tom que ele – aí eu vou fazer uma pergunta à Carolina –, mas eu acredito que o tom que ele gostaria que fosse dado a essa homenagem seria o de nós falarmos sobre direitos humanos e sobre a construção de direitos humanos. Eu acho que isso contempla a memória dele.

Então, nesse sentido, eu gostaria de expor aqui, em nome da Ministra Maria do Rosário, algumas das nossas ações, o que nós temos feito na área internacional, mas não só isso, porque nós acreditamos também, principalmente em relação à construção de direitos humanos no Brasil, especificamente, que a área internacional tem impulsionado e ajudado muito na construção interna de estruturas, principalmente em direitos humanos.

Então, gostaríamos de fazer aqui um breve relato dessa estrutura tão nova, tão jovem ainda, que é a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e perpassar um pouco, nesses 10 anos, nos anos que nós estamos fazendo essa homenagem, a quantidade de mudanças que houve em relação à estrutura da Secretaria de Direitos Humanos, especificamente da Presidência da República. Então, na verdade, é a forma que nós achamos que melhor contempla a memória de Sérgio Vieira de Mello.

Na verdade, o Sr. Alberto já falou alguma coisa sobre a biografia de Sérgio Vieira de Mello e acho que as outras pessoas que estão compondo a Mesa também falarão mais, mas, primeiramente, nós não podemos nos esquecer de falar um pouco sobre essa pessoa de visão tão humanista, de formação tão humanista, que foi Sérgio Vieira de Mello e sobre como ele fez a sua trajetória em todos os países por que passou, com seu intenso trabalho em tão diferentes lugares, de crises, de problemas, mas também sobre o seu olhar – isto também é contado por algumas memórias, principalmente nesse livro que o Senador Eduardo Suplicy já citou –, sempre atento para o Brasil e para as mudanças que estavam ocorrendo fora, mas que poderiam projetar em mudanças dentro do Brasil. Ou seja, ele, apesar de internacionalista, uma pessoa do mundo, como chamamos, foi uma pessoa que nunca deixou de voltar seus olhos também para o Brasil. Então, é muito importante afirmarmos isto aqui também.

Sobre a estrutura da Secretaria e o trabalho que nós temos feito, podemos dividir a nossa estrutura entre uma assessoria internacional, que trabalha, basicamente, com o sistema interamericano de direitos humanos, que fica ligado à Organização dos Estados Americanos, e também outro mandato, que é um mandato ligado às Nações Unidas, as relatorias, principalmente, que temos feito e também ao Mercosul, à estrutura do Mercosul, principalmente com enfoque na rede das altas autoridades em direitos humanos.

Mas nós também temos uma área que acredito que teria sido uma área de maior apreço para a pessoa que foi Sérgio Vieira de Mello, que é a área da cooperação internacional. Nós estamos desenvolvendo um trabalho bastante relevante nessa área, um trabalho que converge esforços de uma série de países em torno da discussão e da construção de direitos humanos, de políticas públicas em direitos humanos. Claro que é um trabalho ainda bastante pequeno para o tamanho do desafio. Isto também foi dito pelo Sr. Alberto. Na verdade, nós temos no Sérgio Vieira de Mello uma pessoa, um indivíduo que teve muitos desafios, como todos nós temos em direitos humanos, e uma pessoa de enorme capacidade para enfrentar esses desafios.

Então, nós nos vemos, também, diante, muitas vezes, desses enormes desafios e acredito que figuras como ele, principalmente pessoas jovens, impulsionam e dão estímulo e promovem muitos sentimentos. Então, muitas vezes nós nos sentimos diante de muitos desafios. Como eu disse, é uma estrutura muito jovem dentro da Presidência da República, na verdade, nesse formato, uma estrutura a partir de 2010, e, então, eu acho que essa figura é muito importante até para que nós possamos vencer esses desafios todo dia e crescer e promover nosso trabalho da melhor forma.

Dentro da cooperação internacional, nós temos alguns programas que trabalham com a figura e o fomento da figura e proteção da figura do defensor de direitos humanos. Nós fazemos esse trabalho com alguns países e com o PNUD, que muito nos auxilia nesses projetos, e também realizamos um trabalho de combate à violência homofóbica e um que seria com a população de rua, também para defesa e promoção dos seus direitos.

São projetos bastante específicos que estão sendo trabalhados no âmbito dessa cooperação regional e bilateral também. Nós também temos um foco que tem que ser mais bem explorado e que, com certeza, seria também do agrado da figura de Sérgio Vieira de Mello, que é a Cooperação Sul-Sul, com alguns projetos bastante importantes, e temos um projeto muito importante, muito caro à Ministra Maria do Rosário, que é a cooperação com o Haiti. Já houve algumas missões de cooperação para o Haiti em relação a algumas matérias, principalmente matéria relacionada à pessoa com deficiência. Então, nós temos uma cooperação técnica bem interessante com El Salvador, com a Colômbia e algumas outras como organismos internacionais.

Mas eu também gostaria de falar um pouco, já que Sérgio Vieira de Mello vivenciou e trabalhou tanto, porque também trabalhou na construção de um projeto das Nações Unidas, dedicando muito de sua vida a essa construção, eu gostaria de reportar que também o mecanismo de revisão periódico e universal, que, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, é um instrumento, hoje, muito importante, com tendência a ser o grande instrumento de fiscalização de direitos humanos pelos pares, países sabatinando outros países em relação a todos os temas de direitos humanos. Eu acredito... Claro que é algo ainda em construção. O Brasil passou pelo seu segundo período, segundo momento de sabatina, no ano que passou, mas acredito também que esse exemplo e esse engajamento do Estado brasileiro dentro desse processo teriam alegrado muitíssimo a Sérgio Vieira de Mello.

Então, eu acredito que, com essas pequenas palavras, a Ministra Maria do Rosário e a equipe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República rendam sua homenagem, e rendem todos os dias, fazendo o trabalho que fazemos, a Sérgio Vieira de Mello.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr^a Júlia Barros Schirmer, que, ao nos expor os diversos programas da Secretaria de Direitos Humanos do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, da Ministra Maria do Rosário, diz-nos da sua afinidade com os objetivos de vida de Sérgio Vieira de Mello. Assim, meus cumprimentos por suas palavras.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Carlos Mussi, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e que aqui representa a Organização das Nações Unidas, onde trabalhou Sérgio Vieira de Mello.

Tem a palavra o Sr. Carlos Mussi.

O SR. CARLOS MUSSI – Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer, em nome da equipe da ONU no Brasil, pelo convite e também ressaltar a importância de realizar esta audiência pública para homenagear uma pessoa tão importante para a Organização e exemplo para brasileiros como foi o Sérgio Vieira de Mello.

Eu queria também cumprimentar os demais membros da Mesa, a Sr^a Julia Shirmer, da Secretaria de Direitos Humanos; o Sr. Alberto Fonseca, Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz (DSAP), do Itamaraty; e especialmente cumprimentar a Prof^a Carolina Larriera, companheira do Sérgio Vieira de Mello.

Como já foi bem colocado aqui pelos meus colegas, o Alberto, e pela Julia sobre o papel do Sérgio Vieira de Mello, sobre sua história, eu queria colocar alguns pontos, uns mais pessoais, do Sérgio Vieira de Mello. Não tive a oportunidade nem a honra de conhecê-lo, mas eu creio que hoje o conheço muito através do livros, dos documentários, dos depoimentos. Em vários seminários, a Carolina já esteve aqui no Brasil algumas vezes, a própria Samantha veio lançar o livro. Então, o Sérgio ficou uma pessoa muito presente para nós, da equipe da ONU.

Além do exemplo dele como funcionário internacional, de realizar funções com êxito, como o Alberto descreveu, ele tem uma característica muito difícil para brasileiros que é ir além do Brasil. É algo muito difícil para nós, brasileiros. Muitas vezes, a gente acha que o mundo centra-se a partir do Brasil e desta perspectiva. O Sérgio conseguia ver o mundo como um todo. Claro

que nunca perdendo a brasilidade, os seus contatos, como bem colocou, mas ele pôde dar um salto a mais que é muito difícil, mesmo para funcionários de carreira da ONU. É difícil tentar ter essa visão do mundo e a importância dessa visão e qual o papel dos diferentes mecanismos, de diferentes pessoas.

E aí entram alguns ideais – desculpe-me, Carolina, eu vou pegar do que eu aprendi do Sérgio. Então, por favor, me corrija.

Primeiro, eu sempre coloquei que o Sérgio é um grande defensor do multilateralismo. Por mais que a gente o associe a uns momentos de impasse das grandes potências no Iraque, ele era um grande defensor desse multilateralismo. E isso vem desde a sua formação, ainda na França, suas batalhas sobre o papel das grandes potências, o jogo. Isso ele tinha muito ciente, como também a importância dos países em desenvolvimento, os demais países participarem ativamente e terem essa voz. Então, eu acho que essa era a grande batalha, vamos dizer, macro – desculpem-me o economês, mas temos três economistas aqui, a própria Carolina e o Senador Suplicy – do Sérgio.

Depois, havia as batalhas micro. E aí entra algo que sempre achei importante e creio que a própria Carolina colocou no artigo de hoje, que é a capacidade do Sérgio de ouvir a respeito dos povos onde ele trabalhou. As imagens dele sempre o mostram em contato com as pessoas, ouvindo. Ele viveu uma palavra que o Papa Francisco colocou, que é a ideia do diálogo. Sempre, nas fotos ou pelo menos nos documentários, sempre aparece ele conversando, falando com as pessoas. E acho que isso foi o que possibilitou muito do sucesso operacional dele. Ele não se trancava dentro do escritório, mas ia conversar com as pessoas. O próprio exercício diário dele de correr todos os dias, de ver as pessoas mostra também a importância de ouvir, respeitar e ser efetivamente um servidor internacional; não só um funcionário, mas um servidor para as comunidades para as quais ele trabalhou e para as quais ele teve um papel fundamental.

Outro ponto – e aqui puxo um lado mais cepalino – é que ele tinha uma visão integrada do desenvolvimento, ou seja, não somente ele considerava a parte econômica de produção, de renda, de emprego, mas também uma perspectiva dos direitos. Quer dizer, nas suas atuações no Timor Leste, ele já trazia o que hoje é um jargão, uma prática, quer dizer, perspectivas de direitos nas ações de desenvolvimento. E isso inclui não somente a parte de direitos humanos, mas também a ideia de proteção social, a ideia de como criar transparência, *accountability*, usando o jargão inglês. Isso também está muito nítido no exercício de que a própria Carolina participou no Timor Leste. Temos aí,

talvez, 12 anos, 15 anos do Timor independente, ainda com todos os desafios, e está aí um trabalho que se consolidou.

Creio que outra mensagem do Sérgio, que a Julia colocou, é a ideia da cooperação. A cooperação tem que ser ampla entre os países, entre os organismos, ou seja, não somente uma cooperação técnica, mas uma cooperação humana, seja em momentos de emergência, para a paz para as áreas de conflito, mas também uma cooperação para o desenvolvimento. E, claro, entra muito também a Cooperação Sul-Sul, isso dentro desse esforço de multilateralismo.

Por último, um ponto que a Julia colocou e que acho pode ser um segundo grande legado do Sérgio, nesse caso para o Brasil, foi que coloquemos a perspectiva dos direitos humanos nas nossas políticas nacionais. Creio que, muitas vezes, os desenhos de políticas de desenvolvimento esquecem os aspectos dos direitos humanos ou não colocam a devida importância para os aspectos dos direitos humanos, dos aspectos sociais. E o que estamos observando é que, muitas vezes, essas políticas começam a ser implementadas e começam a ser questionadas. Projetos são impedidos de sua execução, por questionamento das comunidades locais, às vezes por meio de protestos. Ou seja, ao não se investir na perspectiva de direitos antes de começar uma política de desenvolvimento, muitas vezes você vai ter um ônus lá na frente por sua não realização.

Eu acho que esses seriam alguns pontos dos vários que o Sérgio nos deixou. Mas eu gosto muito dos dois: o macro, ou seja, da importância do multilateralismo; e o segundo micro, que é a ideia do diálogo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Carlos Mussi, representante da ONU e da Cepal e que, como diretor da Cepal aqui em Brasília, destacou-nos as qualidades maiores de Sérgio Vieira de Mello no sentido de sempre estar promovendo o diálogo, conforme o Papa Francisco aqui muito enfatizou, assim como também a cooperação entre todos os órgãos e todos os países para a promoção da paz.

Agora, eu concedo a palavra à Sr^a Carolina Larriera, professora e viúva de Sérgio Vieira de Mello, que, nesses últimos tempos, tem realizados estudos na Universidade de Harvard e trabalhado bastante em pesquisas, tanto na Argentina, quanto no Brasil.

Gostaríamos muito que pudesse nos falar aqui da pessoa de Sérgio Vieira de Mello, e, se me permite, eu faria algumas indagações. A Julia tem algumas indagações, e, se os demais quiserem saber mais, têm toda a liberdade de perguntar.

No livro de Samantha Power, ela mostra que ele tinha um grande interesse em Kant. Sobre tudo para pegar um trecho das histórias bem interessantes, quando ele esteve no Camboja, sempre com o intuito de promover o melhor entendimento para que se pudesse parar a guerra e a violência que havia ali, até por iniciativa do Khmer Vermelho, ele, como representante da ONU, estava lá preocupado em como é que seria possível conversar com os membros do Khmer Vermelho, ainda mais tendo em conta que eram pessoas que haviam se envolvido em atos de guerrilha, de violência e até de assassinatos. E aí é que há uma passagem em que ele foi reler algumas obras – ou alguma obra em especial que muito o havia impressionado quando ele estudou Filosofia na França – sobre como era importante dialogar com as pessoas. Mesmo que elas tivessem cometido ações que poderiam ser condenadas, sobretudo o importante era ver que perspectivas essas pessoas tinham para o futuro, e, se houvesse, portanto, um interesse muito grande de se promover a paz, era essa a perspectiva que ele precisava levar em conta.

Então, se puder nos contar um pouco sobre quais eram os pensadores, filósofos e economistas e mesmo lideranças na história do mundo que tiveram influência sobre Sérgio Vieira de Mello, eu lhe pergunto: em que medida pessoas como aquelas que se caracterizaram pelos métodos da não violência, tais como Mahatma Gandhi, Martin Luther King, tiveram influência sobre as ações, os métodos, as fórmulas de pensar de Sérgio Vieira de Mello. Por acaso ele, em algum momento de sua vida, teve a oportunidade de observar de perto, eventualmente até... Ele nasceu em 1948; portanto, nos anos 60, ele já era adulto; por acaso ele teve a oportunidade de, nos anos 60, interagir com Martin Luther King Jr.?

No próximo dia 28 de agosto, nós teremos os 50 anos de *I have a dream*, quando Martin Luther King Jr. reuniu mais de 200 mil pessoas diante do Memorial de Abraham Lincoln, para fazer um dos mais belos discursos da história da humanidade, em favor de que se pudesse aprovar a nova lei dos direitos civis, dos direitos iguais de votação. Isso ocorreu no momento em que a América vivia um verão abrasador, que cidades como Detroit, Los Angeles estavam sendo objeto de incêndios por quarteirões, em parte por causa das ações dos Black Panthers e outros. Foi quando ele conclamou a população, às vezes até por atos de desobediência civil, como uma senhora que se sentou no ônibus na parte reservada apenas aos brancos, e só saiu de lá carregada pela polícia. Ações como essa ele estimulava, mas sempre ações caracterizadas pela não violência. Foi então que, naquele momento em que

a América vivia situações tão difíceis, ele conclamou o povo a realizar marchas, protestos e ações, mas não violentos. Quando seriam comemorados os cem anos da abolição da escravidão, em 28 de agosto de 1963, ele conclamou o povo a ir a Washington D.C. para estarem diante do monumento de Abraham Lincoln, que havia decretado o fim da escravidão. E eis que o então Presidente John Kennedy chama Martin Luther King e diz a ele: “Olha, esse pessoal vem aqui e vai destruir a capital; imagine essa multidão aqui”. E Martin Luther King respondeu: “Não, nós vamos realizar uma manifestação pacífica.” E foi então que ele conclamou o povo a acreditar que era possível uma solução de transformação. Conclamou todos a recusarem o chá do gradualismo, daqueles que dizem que as transformações vão acontecer com o tempo, porque senão a América estava numa situação tão terrível que iria viver um novo verão abrasador. Mas também “não vamos aceitar tomar do cálice do veneno, do ódio, da guerra, da vingança, da violência; vamos sempre confrontar a força física com a força da alma”.

Ora, as atitudes, as ações de Sérgio Vieira de Mello muitas vezes tinham, digamos, uma afinidade com essas diretrizes. Então, agradeceria se pudéssemos falar, prezada Prof^a Carolina Larriera, um pouco da formação do Sérgio Vieira de Mello, a senhora que o conheceu tão bem.

Tem a palavra a Sr^a Carolina Larriera, por favor.

A SR^a CAROLINA LARRIERA – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigada por ter-me convidado a esta homenagem tão sentida e por ter convidado ao Sr. Carlos Mussi, da Cepal; à Sr^a Julia Barros Shirmer, da Secretaria de Direitos Humanos; e também ao Sr. Alberto Fonseca, do Ministério das Relações Exteriores. Sinto-me muito honrada de ter sido convidada neste momento tão especial.

Estes dez anos que se completam do atentado terrorista são uma data muito triste para todos nós que trabalhamos pela paz, sobretudo para os brasileiros, pela morte de um brasileiro que era um grande idealista. Um grande idealista, embora pragmático, mas sempre lutador pela paz e pelos direitos humanos.

Eu queria dizer, até para começar, que, embora o trabalho de Sérgio tinha sido reconhecido internacionalmente tardiamente – só foi descoberto no final dos anos 90 –, eu queria marcar que foi este palco mesmo, a Comissão de Relações Exteriores, liderado pelo Senador Suplicy, quem fez as primeiras homenagens. E fez também, em 2007, outras ações mais contundentes para tentar apurar informações relacionadas com o atentado que tirou a vida de Sérgio e de 21 de meus colegas no Iraque e do qual eu mesma sobrevivi.

Este palco em 2007 apelou para tentar, sem sucesso, infelizmente, apelar à condenação de pena de morte de Majmoud Aziz, um terrorista detido que, apesar de ter expressado a intenção de testemunhar, foi condenado à morte e executado antes de poder prestar testemunho.

Eu acho que este palco é o palco mais adequado para lembrar e prestar a homenagem ao meu companheiro, até porque pelo idealismo que ele encarnava, por ter crescido numa época muito especial, como o Senador Suplicy bem falou, nos anos 60, anos de grande transformação, anos de grande ativismo e onde a consciência de intervir de Sérgio foi despertada.

Ele estudou Filosofia, seus primeiros estudos foram de Filosofia, embora durante o secundário fosse o aluno favorito de seu professor de Química aqui no Brasil, no Rio de Janeiro. Ele era um fã de Kant e, sobretudo, usou os princípios de Kant, do categórico imperativo, que na Filosofia de direitos humanos das Nações Unidas foi transformado no categórico humanitário, que diz que o sofrimento humano não pode ser tolerado e exige uma ação, exige uma ação concreta de todos nós.

Eu acredito que a semente dessa consciência nasceu da educação de Sérgio, da formação de Sérgio aqui no Brasil, num tempo em que no Brasil transitavam grandes diferenças, ele era testemunha dessas diferenças e ele carregou essa profunda sensibilidade que o fez capaz de observar situações e tentar fazer uma contribuição de algo que ele conhecia de primeira mão. Se Sérgio hoje estivesse vivo, ele estaria extremamente orgulhoso de conhecer, por exemplo, uma cidade como o Rio de Janeiro pacificada, segura e onde tantas diferenças que marcavam os anos 60, quando ele era adolescente, têm sido superadas, mesmo com os desafios que continuam e que todos sabemos bem dos últimos meses, que também são uma indicação do compromisso, do envolvimento da população. Ele teria ficado muito orgulhoso de observar o País que ele tanto amava e a trajetória até 2013.

Eu queria falar um pouco do compromisso que Sérgio tinha, como alto funcionário internacional, com a paz, dos ideais que ele tinha e da trajetória que foi tão pródiga, que na sua vida se refletem nos episódios mais importantes e mais ressonantes dos últimos 40 anos. A sua atuação como mediador nas hostilidades do Oriente Médio, especificamente no Líbano, em 1982; a remoção dos vestígios da guerra fria com a pacificação do Khmer Vermelho e a repatriação de 400 mil refugiados cambojanos nos anos 90; seus esforços para negociar um fim ao massacre na Bósnia. E a mais difícil, mas finalmente exitosa experiência reconhecida hoje da ONU que foi aquela de liderar, junto com

os patriotas timorenses, a independência de um país que tinha sido destruído, devastado pelas tropas colonialistas da Indonésia, e que teve realizado o sonho de converter-se num país independente.

Pela primeira vez as Nações Unidas concretizavam o sonho escrito na carta de fundação, na Carta das Nações Unidas de 1945, de construir, desde o início, a institucionalidade de um país.

Pela presença da Sr^a Júlia, queria também destacar que, no momento de sua morte, Sérgio ocupava a posição de Alto Comissário dos Direitos Humanos, o cargo mais alto no sistema das Nações Unidas para os direitos humanos. O cargo que muitos falam que é a consciência do mundo. Ele acabava de substituir a Mary Robinson, que tinha sido Presidenta da Irlanda, e tinha sido colocado na posição de direitos humanos, nesse rol tão transcendente.

Ele ocupava o posto de direitos humanos e foi também designado representante especial para o Iraque, com base em Bagdá, onde nós também residíamos.

Cabe destacar a simultaneidade dessas duas funções, porque, em 2003, essas duas funções faziam com que muitos, no âmbito internacional, realmente indicassem a certeza de que Sérgio Vieira de Mello iria ser o mais idôneo sucessor de Kofi Annan como Secretário-Geral das Nações Unidas.

Eu fui vítima também daquela tragédia. Eu acompanhava o Sérgio no Iraque e devo dizer que, em que pese o *status* de funcionária da Organização, realmente não encontrei gestos de reparação e amparo por parte das Nações Unidas, da burocracia das Nações Unidas, que tinha me confiado, que tinha confiado à minha equipe, em agosto de 2003, a tarefa de representá-la no lugar que naquela época era o canto mais quente no mundo.

No momento do atentado eu era companheira de Sérgio Vieira de Mello. Vivíamos uma relação afetiva tão profunda como solidária, porque tinha nascido nos primeiros anos a reconstrução do Timor Leste, em condições de grande diversidade, num território que tinha sido devastado pela guerra e uma ocupação que custou ao povo timorense quase a metade de seus habitantes.

Depois da exitosa missão de Sergio no Timor, regressamos a Nova York, onde nossa vida se desenvolveu com relativa serenidade. Isso nos permitiu uma vida normal, viagens normais. Também as oportunidades de visitar minha família na Argentina, em repetidas ocasiões, país onde ele passou os primeiros anos da sua infância, e também as oportunidades de compartidas fartas refeições na casa da Dona Gilda, sua mãe, em Copacabana, Rio de Janeiro, para onde sempre regressava, porque esse era o seu lugar no mundo. A visita a fazer com patagônicos, a neve, o silêncio eterno.

Foi em Nova York que Sergio recebeu a notícia de sua designação como alto comissário dos direitos humanos, e poucos meses depois de ocupar esse cargo, em Genebra, foi nomeado para o Iraque.

Por isso que se pode compreender os fatos facilmente. O cenário de nossos afetos sempre tinha sido dominado pela precariedade, pelo risco e pela incerteza. Mas, para além do fantasma da tragédia, nossa relação se fortaleceu, e juntos transitamos com intensidade os últimos instantes de sua existência.

Infelizmente, a teoria de hoje, as especificidades do atentado estão ainda não claras, e no solene silêncio em que se sepultou o atentado, sei que há uma única voz que se pode levantar para reivindicar a real história de um dos homens mais importantes e influentes da nossa época: é a voz do Brasil. O País o qual ele amava e com o qual ele se identificava profundamente, apesar, precisamente, da sua intensa vida internacional e da necessidade de laços existenciais de afeto.

Celso Amorim, hoje Ministro da Defesa do Brasil e que durante quase uma década esteve à frente da Pasta das Relações Internacionais, deu o passo inicial.

Recentemente, em julho de 2013, apenas um mês atrás, nosso último livro. Ele se pergunta: “Não sou dado a teorias conspiratórias, mas é difícil lembrar desse episódio sem me perguntar se o ponto fraco, pela ótica de segurança, não era deixado fraco propositalmente, até para desviar os eventuais ataques do alvo mais procurado: a administração militar norte-americana.”

Essa reflexão chega dez anos depois, no momento do décimo aniversário do nosso atentado.

O Ministro Amorim conta no seu relato, no seu livro *Breves narrativas diplomáticas*, que, dois meses antes do atentado, Sergio havia confessado que a situação no Iraque era dramática, que ele estava muito preocupado, que cada dia havia mais problemas com a coalizão de ocupação, mas que, com a ajuda do Brasil, poderia dar uma dimensão – e aqui a referência às palavras do Sr. Carlos Mussi – multilateral. Ele acreditava no multilateralismo e que a solução para o Iraque seria o multilateralismo e também que a solução para a nossa segurança seria esse caminho.

Esse foi o último encontro do Ministro Amorim com Sergio, durante a conferência do Fórum Econômico Mundial (The World Economic Forum), que, naquele ano, teve lugar no Mar Morto da Jordânia, em 21 e 22 de junho de 2003.

Passados dez anos, eu tenho a certeza de que isso, por fim, é o começo. E isso eu digo hoje, quando o Senador Suplicy organiza uma audiência pública para comemorar os dez anos da morte do Sérgio, do meu profundo amor ao Sérgio, e o faço com o propósito de

destacar a luta que Sérgio encarnou no mundo que tanto precisa e, porém, persiste em negá-la.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Prof^a Carolina Larriera, por esse depoimento tão belo sobre Sérgio Vieira de Mello. Acredito que será importante estimular o Itamaraty, o Ministro Antonio Patriota e também o Ministro da Defesa, Celso Amorim, para que possam continuar na averiguação melhor de tudo aquilo que aconteceu com ele próprio e com o Sérgio Vieira de Mello. Vou procurar, até como hoje Presidente interino, mas membro da Comissão das Relações Exteriores, dialogar com ambos os Ministros a respeito dessa sua preocupação de como o Brasil poderia colaborar para desvendar, ainda melhor, tudo o que aconteceu com Sérgio Vieira de Mello.

Quando Sérgio Vieira de Mello foi designado para ser o representante da ONU no Iraque, eu tive a vontade de conversar com ele. Não o conhecia pessoalmente. O Iraque, um país que tem uma enorme reserva petrolífera, estava vivendo, depois da queda de Sadam Hussein e com a administração dos Estados Unidos, ainda um clima de muito conflito, de revoltas, de atentados, que continuam a acontecer até hoje. Quase todo mês, surge uma notícia de que ali, numa mesquita ou num mercado de Bagdá ou de alguma cidade do Iraque, alguma bomba explodiu ou houve algum atentado, por vezes, de pessoas suicidas, que levam no seu corpo explosivos e causam a morte de dezenas de pessoas.

Isso já ocorria em 2003. Foi, então, que eu resolvi telefonar para Sérgio Vieira de Mello, me comunicar com ele. Era maio de 2003. Eu disse a ele: quem sabe, para o objetivo de democratizar e pacificar o Iraque, poderia ser sugerido às autoridades do Iraque que levassem em conta um exemplo, tal como o do Alasca, que instituiu um dividendo nesses últimos 30 anos, pago a todos os seus residentes, a partir dos 25% dos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo e dos recursos naturais, que formaram o fundo permanente do Alasca. Primeiro, pagou trezentos, quatrocentos, quinhentos dólares por ano a cada um dos seus residentes. Eram 300 mil em 1976, quando isso foi aprovado. Hoje são cerca de 700 mil. Em 2008, ano em que se pagou o maior dividendo, pois o preço do petróleo naquele ano estava bastante alto, foram US\$3.269 por pessoa. Numa família de pai, mãe e três crianças, eram US\$16.300.

Isso é, em verdade, a experiência prática bem-sucedida de uma renda básica de cidadania, pela qual tenho batalhado tanto aqui no Brasil e que já é objeto de lei, aprovada desde 2003, sancionada pelo

Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004 – trata-se da Lei nº 10.835 – mas que diz que ela será um dia implementada, por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família.

Transmiti a Sérgio Vieira de Mello, por *e-mail*, a proposta, e ele, quando recebeu, quatro dias depois me respondeu, por *e-mail*, que ele achava muito interessante e que iria transmitir às autoridades responsáveis pela administração do Iraque.

Acontece que durante o Reconciliation Summit, ou seja, o encontro de cúpula sobre o Iraque, ocorrido em julho de 2003 na capital da Jordânia, Amã, ali o Embaixador Paul Bremer III fez um pronunciamento cujo conteúdo, na íntegra, eu li, onde ele, explicitamente dizia que seria interessante que o Iraque seguisse o exemplo do Alasca para proporcionar a todos os iraquianos uma participação na riqueza do país.

E, no dia 1º de agosto de 2003, eu estava em uma audiência com o Prefeito Dib, de São Bernardo do Campo, quando recebo um telefonema no meu celular: aqui é Sérgio Vieira de Mello; olá, como vai? E tal. Pedi para interromper um pouco a audiência, mas, estava na frente do prefeito. E ele me disse: olha, quero lhe dizer que a proposta que você fez está sendo bem aceita e até uma missão do Banco Mundial, que este aqui na semana passada, disse que é uma proposta factível. E eu fiquei muito contente. Mas, infelizmente, 18 dias depois, ele sofreu o atentado – aliás, você também, Carolina – e veio a falecer.

Se me permitem contar, em 2007, fui convidado para almoçar um dia com o ex-primeiro ministro do Iraque, Al-Jaafari, que estava visitando o Brasil, pelo Sr. Jalal, que é o presidente da Câmara de Comércio Brasil Iraque. E eu contei ao Al-Jaafari isso que tinha ocorrido no diálogo com Sérgio Vieira de Mello. Então ele me disse que gostaria muito que eu fosse ao Iraque.

Programei de ir na semana santa de abril de 2007. Entretanto, o Ministro das Relações Exteriores pediu que o Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães viesse ao meu gabinete e dissesse, como o fez: “Eduardo, nós pedimos a você para não ir ao Iraque agora, porque a situação ali está muito perigosa. Se, de repente, ocorre ali um atentado contra você ou um sequestro ou alguma coisa, vai causar um enorme problema para o Governo brasileiro”. Logo que ele saiu do gabinete, eu assistia ao jornal da Globo Hoje, e eis que apareceu a entrevista de Ban Ki-moon, em Bagdá, na Assembleia Nacional do Iraque, quando ele, de repente, dá um salto, pois havia estourado uma bomba a 50m dele, matando algumas pessoas. Aí eu disse: “É melhor não ir agora mesmo”.

Quando chegou outubro daquele ano, o Embaixador Bernardo Azevedo me telefonou e disse: “Senador Suplicy, acho que agora está mais tranquilo. Podemos ir”. Em janeiro de 2008, eu fui para o Iraque e fiz uma exposição ao Presidente da Assembleia Nacional do Iraque, ao Primeiro-Ministro, a cinco ministros. Até há um pequeno vídeo... Acho que você já assistiu, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Assistiu. Nele, eu conto esse relato inteiro.

E faz um pouco mais de um ano e meio que vieram visitar o Brasil dois assessores do Presidente do Iraque, que foram convidados para um almoço comigo e com o embaixador, em que eles me disseram que, de alguma maneira, aquela proposta estava sendo seriamente considerada pelo governo iraquiano. E me mostraram o texto da lei em que se dizia que toda a riqueza do petróleo do Iraque pertence ao povo do Iraque. Essa lei não chegou a ser, que eu saiba, ainda inteiramente implementada. Eu estou aguardando. Liguei, na sexta-feira, para o Sr. Jalal, o Presidente da Câmara de Comércio Brasil Iraque, que participou desse diálogo todo, mas não tenho ainda informação precisa de que em pé está isso no Iraque.

Quando eu voltei do Iraque, aconteceu que, por acaso, eu tinha visitado o Rio de Janeiro numa ocasião em que o Presidente José Ramos Horta estava visitando o Brasil, e tivemos a oportunidade de encontro em que estava também a Prof^a Carolina Larriera. Eu tive a oportunidade de relatar essa história para José Ramos Horta, e ele, então, me disse: “Eu quero muito que você vá ao Timor Leste para fazer essa proposta”. Em junho de 2008, eu segui para o Timor Leste e ali fiz essa exposição novamente para as autoridades do governo do Timor Leste, inclusive para o então Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, para a Ministra das Finanças, para o Ministro do Planejamento, para diversos ministros. Também fiz uma exposição na Assembleia Nacional do Timor Leste, também sempre lembrando de Sérgio Vieira de Mello, a quem eu muito agradeço essa oportunidade. Isso aí me fez ainda estar mais ligado a essa pessoa.

Eu recomendo a todos os brasileiros e brasileiras que conheçam melhor a vida de Sérgio Vieira de Mello. Há diversas publicações, entre as quais este livro de Samanta Power: *O homem que queria salvar o mundo – uma biografia de Sérgio Vieira de Mello*, a qual foi editada no Brasil pela Companhia das Letras, uma das principais editoras. É um livro tão bem-feito. Eu tive oportunidade, quando foi lançado o livro, de ouvir a Samanta Power, no auditório da Livraria Cultura,

quando também foi passado o documentário sobre a vida de Sérgio Vieira de Mello. Até perguntei, há pouco, se, por acaso, a TV Senado teria o documentário aqui disponível, pois poderíamos até passá-lo, mas acho que não está disponível...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não tem. Mas eu gostaria de sugerir à TV Senado que, quando for retransmitida a nossa reunião, ela possa ser completada com o documentário sobre a vida de Sérgio Vieira de Mello.

Eu pergunto ao Sr. Alberto Fonseca, a Júlia Barros Shirmer e ao Sr. Carlos Mussi se desejam fazer alguma pergunta sobre Sérgio Vieira de Mello à Prof^a Carolina Larriera, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quer o vídeo da viagem ao Iraque?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, pronto.

Há um vídeo feito pelo Sérgio Kalili com um documentário da minha visita ao Iraque, em janeiro de 2008. São 20 minutos. Se quiserem, ele está pronto para ser exibido. Com isso, podemos concluir esta audiência. Todos estão de acordo que passemos isso como conclusão?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É um vídeo que eu acho bastante interessante.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O que aconteceu? *(Pausa.)*

Não há como consertar? Como?

O que é que se faz? *(Pausa.)*

O senhor sabe como... *(Pausa.)*

Há como corrigir ou não tem jeito? *(Pausa.)*

Não está respondendo? *(Pausa.)*

Então, temos que interromper? *(Pausa.)*

Então, acenda a luz. *(Pausa.)*

Infelizmente, houve algum problema na transmissão desse vídeo. Ele tem aproximadamente 20 minutos. Ele estava em 16 minutos. Passaram-se 16 de 23, 4 minutos, mas vocês puderam ter uma ideia.

Eu continuei essa explicação para diversos Ministros e também no jantar que Al-Jaafari, o ex-Primeiro Ministro e líder da Assembleia Nacional do Iraque, fez para cerca de 50 pessoas, onde estavam presentes Parlamentares, o Presidente da Corte Suprema e cinco Ministros de Estado. Nessa ocasião, brinquei com eles, dizendo que, para que houvesse melhor unidade dos sunitas, dos xiitas, dos curdos e de todas as raças, eles poderiam instituir uma renda básica de cidadania igual para todos. Isso promoveria um sentimento maior de solidariedade entre os 30 milhões de iraquianos. Acontece que tudo foi recebido com maior atenção, respeito e carinho, inclusive tinha antes conversado com o Pelé, que teve a gentileza de enviar-me uma camisa do Santos Futebol Clube e outra da Seleção Brasileira escrita *To Iraq all the Best e Peace in Iraq*. Quando dei essas camisas para o ex-Primeiro Ministro Al-Jaafari e, depois, para...

(Reinicia a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vai começar de novo.

(Continua a exibição de vídeo.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O que acontece? É o aparelho ou é a fita? *(Pausa.)*

Não consegue? *(Pausa.)*

Falta pouco: quatro minutos. *(Pausa.)*

Não dá? *(Pausa.)*

Parou mesmo? *(Pausa.)*

Infelizmente, houve um novo defeito, e teremos que aqui interromper.

Enquanto se transmitia esse vídeo, o Sr. Jalal, que foi o Presidente da associação de amizade Brasil-Iraque de comércio e indústria, me telefonou e disse que obterá do Embaixador do Iraque, nestas semanas, informações sobre a tramitação da lei relativa à utilização das reservas do petróleo no Iraque, porque, segundo me informou o ex-embaixador, que agora foi substituído, o Iraque, de alguma forma, aprovou a ideia de seguir – ou pelo menos uma boa parte – aquilo que eu havia sugerido.

Assim, nós concluímos esta reunião especial da Comissão de Relações Exteriores em homenagem ao querido brasileiro Sérgio Vieira de Mello, um exemplo para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Alberto Fonseca, Chefe da Divisão de Segurança Alimentar, Desenvolvimento e Paz, aqui representando o Ministério de Relações Exteriores, portanto, representando o Ministro Antonio Patriota; Sr^a Julia Barros Shirmer, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos

da Presidência da República, que aqui representou a Ministra Maria do Rosário, a quem agradeço muito; Sr. Carlos Mussi, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que aqui representa a ONU; e Sr. Jorge Chediak, que esteve na homenagem a Sérgio Vieira de Mello, hoje, no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Prof^a Carolina Larriera, companheira desta tão bela jornada de Sérgio Vieira de Mello.

Que todos os brasileiros e brasileiras possam conhecer mais aprofundadamente o trabalho deste excepcional brasileiro, herói nacional e do Planeta Terra – Sérgio Vieira de Mello!

Muito obrigado a todos.

Damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Roberto Requião, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro**. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Ruben Figueiró**. Deixam de comparecer os demais Senadores. É aberta a Reunião. Passa-se à **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater as relações comerciais no âmbito do Mercosul; requerida pelo Senador Ricardo Ferraço, por meio dos RRE nº 23 e 78 de 2013; participam como expositores: **José Augusto Coelho Fernandes**, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Roberto Giannetti da Fonseca**, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREX da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; **Embaixador Clodoaldo Hugueney**, Consultor de Assuntos Internacionais da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e **Ivan Ramalho**, Alto Representante-Geral do Mercosul. O Presidente convida os expositores a comporem a Mesa. Em seguida, o Presidente concede a palavra a cada um dos

expositores. Então o Presidente apresenta seus questionamentos aos expositores, que os respondem e, na sequência, usam a palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Ana Amélia e Ruben Figueiró. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente comunicou o envio de correspondência ao Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha, referente à detenção do Sr. David Miranda, no aeroporto de Heathrow, em Londres. O Presidente apresenta seus cumprimentos aos expositores. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito boa tarde, Sr^{as} e Srs. Senadores, há número regimental. Declaro aberta a presente reunião, que tem por objeto a audiência pública visando debater as relações comerciais do Brasil com os demais membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O debate de alto nível que hoje estaremos realizando conta com a presença de experientes e competentes profissionais e estudiosos da temática das relações comerciais, tanto em âmbito regional como em âmbito global.

Convido para que possa tomar assento à Mesa os nossos convidados, começando pelo Dr. Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do Mercosul; José Augusto Coelho Fernandes, Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria; Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Sr. Embaixador Clodoaldo Hugueney, Consultor de Assuntos Internacionais da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Agradeço muitíssimo a presença dos nossos convidados para este que consideramos um debate da maior importância, não apenas para o nosso País, mas imagino que de forma compartilhada para os países que socializam conosco o esforço e o desafio de um Mercosul que possa atender a todos os seus objetivos.

Passo a palavra para o Dr. Ivan Ramalho para que, na condição de Alto Representante-Geral do Mercosul possa fazer uma apresentação do estado da arte do nosso Mercosul, das nossas ameaças, das nossas oportunidades, da visão que V. S^a está tendo a respeito dos desafios que precisam ser superados para que o Mercosul possa, de fato e de direito, se consolidar como

uma ferramenta com enorme capacidade de produzir desenvolvimento para os seus membros.

Com a palavra V. S^a.

O SR. IVAN RAMALHO – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Agradeço bastante o convite e a oportunidade de, com muita honra, participar desta audiência da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Não poderia, evidentemente, perder a oportunidade de agradecer mais uma vez a todos os Senadores que integram esta Comissão, pela aprovação do projeto que instituiu a função de Alto Representante-Geral do Mercosul. Muito obrigado. Agradeço a todos e agradeço, de maneira muito particular, o empenho ao Presidente Senador Ricardo Ferraço.

Quero cumprimentar também os meus companheiros da Mesa, Embaixador Clodoaldo, Roberto Giannetti da Fonseca, José Augusto Coelho, pessoas com as quais já tive oportunidade de trabalhar em diferentes momentos durante a minha passagem tanto pelo governo Fernando Henrique quanto pelo governo Lula, sempre na área de comércio exterior e sempre nos processos de integração, especialmente aqui na América do Sul.

Cumprimento todos os presentes também, como o Senador Requião, com quem estive juntos recentemente na posse do Presidente do Paraguai. Foi um prazer estar lá com o senhor.

De início, quero dizer para os senhores que assumi a função de Representante-Geral do Mercosul há exatamente um ano, no mês de agosto do ano passado. Portanto, estou completando agora um ano na função. É uma função nova no Mercosul. Estamos ainda, digamos, em processo de organização administrativa, de definição das funções – não atingimos ainda todas as funções inerentes ao cargo –, de concurso, de equipe, mas tem sido um trabalho bastante interessante, uma oportunidade muito grande.

Estou particularmente muito feliz com isso, porque estou entre aqueles que sempre acreditaram no Mercosul, sempre acreditou que o Mercosul tem um papel de extraordinária importância para o Brasil e para toda a América do Sul.

Vou aproveitar o meu tempo para fazer uma rápida apresentação com informações atualizadas sobre o Mercosul, pois é importante que as tenhamos até para auxiliar no debate do qual todos os senhores vão participar aqui conosco.

De início, lembro que temos hoje, após o ingresso da Venezuela, um Produto Interno Bruto de US\$3,3 trilhões no Mercosul. Isso corresponde a 83% do PIB de toda América do Sul. Temos uma população de 276 milhões de habitantes,

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN RAMALHO – Um pouco superior a US\$2 trilhões. Certamente a maior parte deste PIB é brasileiro, assim como a população.

Temos uma população de 276 milhões, ou seja, um dos maiores mercados consumidores, uma extensão territorial extraordinária, hoje indo desde o Caribe até a Patagônia.

É sempre importante lembrar que o Mercosul começou, em 1991, com US\$5 bilhões e hoje estamos com aproximadamente US\$60 bilhões. O crescimento nesse período foi o dobro do crescimento do comércio mundial como um todo. E o comércio exterior desses cinco países que são hoje estados-membros do Mercosul, incluindo a Venezuela, somando importações e exportações, já se aproxima bastante de US\$1 trilhão. Significa, portanto, que Mercosul é seguramente um dos mais importantes e mais representativos mercados das regiões do comércio mundial.

No ano passado, tivemos no Mercosul um investimento externo total de US\$84 bilhões. Não estou fazendo aqui comparação. Prefiro não fazê-las. Sei que existe preocupação, naturalmente, com outras áreas, mas quero lembrar aos senhores que os países que integram, no caso da América do Sul, outros organismos são também associados do Mercosul.

Lembro, mais uma vez, que represento o Mercosul como um todo. Estamos hoje no mandato brasileiro, mas o representante geral no mandato brasileiro representa todo o Mercosul.

Próxima, por favor.

Nós não estamos, seguramente, paralisados, estamos com um processo de expansão. Tivemos, durante a cúpula, aqui mesmo no Brasil, o anúncio do ingresso da Bolívia – a Bolívia já está com o protocolo de adesão –, e, com relação ao Equador, foi criado já um grupo de trabalho *ad hoc* para a incorporação também do Equador.

Já estive, mais de uma vez, nesses países.

Estive também na Guiana e Suriname. São países que fazem fronteira com o norte do Brasil. Os dois já assinaram os acordos de associação, já são Estados associados agora. E posso dizer aos senhores que temos uma perspectiva bastante positiva de que também Guiana e Suriname virão, em breve, a ser Estados-membros do Mercosul.

Então, já temos hoje cinco Estados-membros do Mercosul, e temos quatro com perspectiva bastante grande de ingresso: Bolívia, Equador, Guiana e Suriname.

Como os senhores sabem – muitos aqui acompanham, de maneira muito próxima, toda a questão das negociações comerciais –, as iniciativas do Mercosul

nessa área também alcançaram os países da Costa do Pacífico, como o Chile, o Peru, a Colômbia e o próprio Equador, que agora quer também ingressar como Estado-membro do Mercosul.

Existem acordos de livre comércio que estão em pleno vigor. Com isso, na prática, as iniciativas do Mercosul, ao longo de todos esses 20 anos, já transformam a América do Sul em uma área de livre comércio. Falta apenas a Guiana e o Suriname, que já se associaram também. Evidentemente, só não será incluída a Guiana Francesa, que faz parte, evidentemente, da França e da União Europeia.

Portanto, com o ingresso da Guiana e de Suriname, toda a América do Sul, de certa forma, em um grau um pouco maior ou um pouco menor, está integrada como uma associação, realmente, do Mercosul, incluindo os países que integram hoje a chamada Aliança do Pacífico: Chile, Peru e Colômbia.

Neste ponto, com relação à Aliança do Pacífico, eu gostaria de fazer um comentário. Essa é uma associação – todos têm acompanhado – que tem divulgado o intuito dos seus dirigentes de estabelecer procedimentos de grande facilitação comercial. Ainda não foram concluídos. Havia uma data, 30 de junho, foi postergada para 30 de julho, mas ainda não houve esse acordo. Mas o anúncio que tem sido feito é de ampla facilitação comercial.

Eu, como representante do Mercosul, participei da cúpula da Aliança, realizada em Cali, no mês de maio deste ano, e retornei com a convicção de que os principais objetivos da Aliança não a colocam em posição de rivalidade com o Mercosul. Em muitos pontos, inclusive, existem convergências. A Aliança, por exemplo, anunciou uma liberalização comercial, da ordem de 90% dos itens comuns do universo tarifário, que ainda não foi implantada – foi projetada para junho, mas ainda não foi implantada.

Esse nível de 90% não é mais avançado do que o que já foi alcançado no Mercosul. O Mercosul tem isso já como decorrência de uma rede de acordos bastante mais antiga e já plenamente consolidada.

Mas o mais relevante, nessa questão, é que os países que integram a Aliança do Pacífico já são também associados do Mercosul. Existem tratados em vigor, que estabelecem grandes níveis de desgravação e de facilitação, inclusive com concessões mais amplas do Mercosul.

O Mercosul, em muitos desses acordos, se os senhores quiserem estudar... Alguns aqui são especialistas, conhecem esses acordos com bastante profundidade e sabem que o Mercosul, traduzindo em uma linguagem um pouco mais popular, digamos assim, está dando mais do que recebendo. O Brasil,

inclusive, já concedeu praticamente 100% de desgravação. E as propostas que têm sido feitas pelo Brasil e pelo Mercosul como um todo são, na verdade, de antecipação dos cronogramas de desgravação. Portanto, o Mercosul está sempre tomando uma atitude em relação aos acordos que existem hoje na América do Sul, uma atitude de ampliar a facilitação e de reduzir os períodos já previstos para desgravação que estão nesses acordos.

Certamente, por isso, os países da Aliança têm hoje com o Mercosul um comércio da ordem de US\$20 bilhões/ano, muito próximo do comércio que eles têm entre eles mesmos.

Os acordos que o Mercosul já assinou os senhores conhecem. Está aí uma projeção de alguns tratados de livre comércio, outros de preferência fixa. Temos algumas negociações que estão em vigor e algumas negociações que estão sendo feitas, além dos acordos que estão em vigor.

E, com relação à União Europeia – sei que é um dos acordos em que, naturalmente, todos têm uma atenção maior –, os países, nessa fase, todos eles estão elaborando suas propostas. A ideia é que, até o final do mês de setembro, todos possam ter suas propostas para, então, realizar uma discussão conjunta, no âmbito do Mercosul, já que negociações que passem por cobrança de tarifas comuns são estabelecidas conjuntamente, de acordo com a decisão que existe hoje dos países, que é a Decisão nº 32.

Existem, também, outras possibilidades bastante importantes.

Agora mostro aos senhores, muito rapidamente – não quero tomar muito tempo de todos – uma informação que acho relevante.

Próximo, por favor.

Esta é uma estatística oficial do Governo brasileiro, do Siscomex. Como os senhores sabem, tivemos, aqui no Brasil, no primeiro semestre, um déficit expressivo da balança comercial; tivemos uma redução das exportações brasileiras – as exportações caíram, nesse primeiro semestre, 1,5% –, todavia, não por culpa do Mercosul. Como os senhores podem ver, no primeiro semestre, em que pese todo esse resultado negativo, as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram 4,4%.

Portanto, o resultado negativo da exportação brasileira foi uma decorrência, principalmente, do desempenho para os Estados Unidos, -14%; para a União Europeia, -6%; África, -6%. Repito: para o Mercosul, tivemos crescimento de 4%. E, com relação à Argentina, apesar das dificuldades que conhecemos, que são notórias, e das preocupações dos exportadores, em seus negócios com a Argentina, para a Argentina

nós tivemos um recorde de crescimento: o maior crescimento da exportação brasileira, no primeiro semestre deste ano, foi para a Argentina, com 9,1%. Essa é uma estatística oficial.

Próximo, por favor.

Queria, Senador, ainda que não seja esse o tema da audiência pública, que trata, naturalmente, de negociações internacionais e tudo mais, lembrar a dimensão social do Mercosul. Acho muito importante lembrar sempre que o Mercosul não é apenas um tratado de livre comércio, como existem hoje muitos no mundo, que privilegiam, evidentemente, a livre circulação tão somente de mercadorias. Estou trazendo apenas aqui alguns exemplos de muito do que o Mercosul já conseguiu alcançar, tanto do ponto de vista de trabalhadores, acordo de residência, cooperação tecnológica, enfim.

Lembro, inclusive, que temos um instituto social, com sede no Paraguai; temos um tribunal arbitral, com sede no Paraguai; temos um instituto de direitos políticos, também, com sede em Buenos Aires. Enfim, o Mercosul não se restringe a comércio de mercadorias, ainda que esse seja, inegavelmente, um tema de extraordinária importância para todos os países, inclusive para o Brasil.

A próxima (*Pausa*.)

Uma boa prova da preocupação social do Mercosul nos é dada pelo Focem, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, que destina a grande maioria dos seus recursos para reduzir as assimetrias que temos no bloco.

Então, os senhores podem verificar que a grande maioria dos projetos aprovados e dos recursos destinados pelo Focem foram destinados exatamente ao Paraguai e também ao Uruguai, exatamente as menores economias do nosso bloco.

Muito rapidamente, Senador. Muito obrigado pelo tempo que o senhor nos deu. Foi uma apresentação bastante rápida, uma síntese talvez de como vemos o Mercosul neste ano de 2013.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Ivan Ramalho, que passa a impressão de que o Mercosul vai bem, muito obrigado.

Quero saber se essa é a opinião do Dr. José Augusto Coelho, que representa a Confederação Nacional da Indústria e, de igual forma, o Dr. Roberto Giannetti.

Eu gostaria que V. S^a pudessem falar, sob o ponto de vista da indústria nacional quais são os obstáculos e os desafios que estamos enfrentando no Mercosul.

O Mercosul está com o céu de brigadeiro, como desenha o Dr. Ivan Ramalho, ou nós estamos diante de mais ameaças do que oportunidades?

A palavra está com V. S^a.

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES

– Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Senhores Senadores, senhoras e senhores, eu acho que tenho uma apresentação (*Pausa.*)

O ponto de partida de qualquer processo de integração – por favor, pode passar – é a estabilidade de regras.

Na semana passada, eu visitava Cuiabá, visitava uma empresa que tinha como principal objetivo reduzir 15% nos seus custos de produção. É uma empresa de mercado nacional, uma empresa superinteressante e está localizada em Cuiabá. E ela se perguntava como poderia manter-se, como poderia ganhar esses 15%. Na estratégia dela, ela teria de verticalizar um pouco para tirar margem do seu fornecedor e, dado que em um dos produtos, o custo de energia era muito elevado, a estratégia era: “eu tenho de fazer essa pequena fundição no Paraguai”.

Ora, eu não vejo nenhum problema em relação a isso. É para isso que os processos de integração servem. Se o custo da energia no Paraguai é mais barato, e isso é lógico, essa empresa terá a sua sobrevivência perante a China, perante outros mercados, construindo uma determinada equação de custos.

Agora, esse empresário, ao mesmo tempo, fazia algumas perguntas.

Por favor, pode passar. (*Pausa.*)

Eu posso tomar as minhas decisões de exportação, importação e investimentos com segurança sob estabilidade de regras? As ações de política comercial seguem as regras do bloco? Ou seja, eu vou amarrar todo o meu barco no Paraguai. Será que vai aparecer algum Moreno dentro do Paraguai que vai segurar as minhas exportações? Obviamente, quando digo Moreno estou me referindo ao Guillermo Moreno, o Secretário da Argentina. Os contratos de investimento serão respeitados?

Então, a primeira coisa importante em qualquer processo de integração é estabilidade de regras. Essa é uma questão chave.

Na nossa visão, o Mercosul, apesar de todo esse ativo que o Ivan mencionou, está sob tensão. Por quê? Temos um conjunto acima da média de contenciosos comerciais, principalmente com o nosso principal parceiro; alguma insegurança institucional, ou seja, movimentos recentes inclusive no campo político; processos de adesão, com regras frágeis, não muito claras, como foi o caso da própria Venezuela; uma agenda de aprofundamento paralisada, ou seja, com coisas muito im-

portantes para serem feitas, que não estão avançando na velocidade devida e temos um conjunto de países com visões muito distintas sobre as suas agendas econômicas, o que dificulta a coesão e a capacidade de termos uma agenda mais ambiciosa.

É óbvio que eu sempre poderei listar um conjunto de temas que estão avançando, mas também posso listar um conjunto de temas que não estão avançando na devida medida, e todo esse conjunto gera a dificuldade de se construir uma agenda externa.

Então, seguindo, os problemas existem. O Mercosul é importante, especialmente para indústria brasileira, mas, pensando em uma estratégia global, é possível que ele não seja suficiente. Ou seja, eu tenho de ter um Mercosul forte como plataforma para alcançar esses nossos desafios.

Obviamente, qualquer reflexão sobre o Mercosul tem que ter como referência o fato de que ele é uma união aduaneira, e isso tem efeitos positivos para o Brasil. Talvez até se eu fosse um País pequeno, eu tivesse uma visão diferente sobre isso, outra estratégia. É um mercado importante para as manufaturas. Ou seja, 26% das nossas manufaturas vão para o Mercosul e isso não é pouco importante.

E eu acho que outra dimensão importante que temos de ter como referência é que essa discussão de cadeias produtivas globais no mundo... Mas quando vamos examinar as cadeias produtivas, elas, no fundo, são muito regionais. Ou seja, a grande cadeia produtiva é China, Taiwan, Japão e aqueles outros países da região. Ou seja, o papel da cadeia produtiva regional é muito importante.

Então, se penso em criar um espaço, um ecossistema industrial para o Brasil, essa arquitetura regional é extraordinariamente importante, porque ela vai me possibilitar, inclusive, ter estruturas de custo diferenciadas. Ou seja, de repente uma empresa no Brasil está podendo sobreviver porque ela conseguiu um custo de energia mais barato no Paraguai. Dessa forma, ter essas múltiplas possibilidades é muito importante.

Então, esse quadro mostra o quão importante é o mercado do Mercosul para a manufatura brasileira. Certamente, é o mais importante e tem crescido ao longo do tempo. Teve uma queda em 11.

No entanto, o mundo está sob transformação. E isso traz a pergunta sobre qual é a nossa estratégia. Ou seja, como o Brasil deve se posicionar e como o Mercosul deve se posicionar nesse mundo?

O fato é que os acordos de comércio voltaram a fazer parte da estratégia mundial de retomada do crescimento. Vocês observem que, mesmo com a crise econômica de 2008, o movimento foi de crescimento dos acordos de comércio em todo mundo. A

Coreia do Sul, por exemplo, talvez tenha sido o país que mais conseguiu acordos expressivos. Ela fez um com a União Europeia e outro com os Estados Unidos nesse período.

Então, é algo que está na agenda.

E por que cresce essa rede global de acordos? Há várias causas. O primeiro foi o fracasso até o momento de Doha. Espero que, na reunião de Bali, possamos ter alguns avanços, principalmente em termos de facilitação de comércio na área de agricultura.

A China exigiu um conjunto de respostas dos mais diversos países em termos de estratégia. Então, as alianças do Pacífico, do Transpacífico etc. podem ser entendidas também como um esforço de construção de respostas em relação ao papel da China na economia mundial.

As cadeias globais de valor também têm conduzido a determinados padrões de acordos bilaterais, regionais ou plurilaterais, inclusive com ingredientes que não costumavam estar presentes nos acordos comerciais.

A própria crise: os Estados Unidos e a Europa passam a se mover em busca de um acordo no Atlântico Norte, com a perspectiva de usar os acordos como uma forma...

Quando olhamos a rede global de acordos, lembramos do espaguete do Bhagwati. O Senador Requião certamente tem uma tradição familiar italiana, possivelmente ali no Paraná, e isso lembra um espaguete.

E esse é o espaguete do mundo. Quando discriminamos por regiões, o Brasil – observem – é um pouco menos denso do que vamos observar nos principais países das Américas. México, Peru e Chile têm hoje uma rede muito importante.

O fato é que o Brasil tem perdido mercados. Eu não quero aqui associar a perda de mercados do Brasil apenas ao problema de ausência de acordos comerciais. As causas são muito mais complexas e abrangentes. E, obviamente, na raiz dessa causa, está a perda de competitividade. Ninguém passa imune a uma valorização expressiva que tivemos do câmbio e a todos os problemas de competitividade que temos na nossa economia. Então isso se reflete nisso.

E observem que o Brasil tem perdido *market share* por razões para vários países nas Américas. Perdemos cerca de US\$6 bilhões nesse período. Mas observamos que, se os acordos não explicam tudo isso, eles têm alguma importância que precisa ser avaliada no conjunto da estratégia que venhamos a desenvolver.

E o Brasil tem perdido, também, mercado junto ao seu principal sócio. Perdemos 8,4 pontos percentuais em seis anos. Para isso também, há múltiplas razões. Quer dizer, há, obviamente, todo um conjunto

de contenciosos com a Argentina, que afetaram nosso País de forma expressiva. Mas, também, há a entrada mais forte da China nesse período em todos os mercados do Mercosul.

O fato é que o potencial de acesso dos acordos é um sinal de alerta. Quanto ao Chile, o potencial de acesso aos mercados é quase de 82% do mercado global. O Brasil é de 10%. Só que aqueles 10% ali são uma enorme sobre-estimativa. É possível que aquilo ali eu tenha que reduzir pelo menos de 40% a 50%. Por quê? Porque, para manter a mesma metodologia, a nossa equipe que construiu esse quadro teve que incorporar a Índia como um mercado total. Só que eu tenho apenas 500 produtos negociados com a Índia. Só que um país como o Chile tem poucos acordos de margem de preferência. A maior parte dos acordos deles são acordos de livre comércio. Da mesma forma estão o México, a Coreia do Sul, a UE. Então, certamente, para o caso brasileiro – talvez Peru, etc. – haja uma sobre-estimativa nesses valores. Mas acho que isso dá um sinal de alerta ao qual nós temos que ter atenção.

Então no Brasil, no cenário global das negociações, quer dizer, na década de 1990 e 2000, as posições defensivas eram prevaletentes, tanto no setor privado quanto no governo. Então as coisas não deixaram de ocorrer não apenas por ações de governos, mas também do próprio setor privado.

E a agenda sul-sul, em geral, gerou acordos limitados. Quer dizer, um acordo com a Índia, até o momento, como eu mencionei, abrange apenas 500 produtos. Israel e Palestina não chegam a ter um mercado tão expressivo para o Brasil.

Só que esse debate está sob mudança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES

– Perfeito. Exato; exato.

Só que – eu acho que talvez seja a própria motivação desta reunião – temos hoje uma preocupação com a exclusão do Brasil. Ou seja, dado que cobrimos menos de, talvez, 6% do comércio global com os nossos acordos, há uma sensação, um desconforto do que pode representar esse isolamento frente às novas iniciativas.

Eu não garanto que todas essas novas iniciativas venham a ocorrer. As dificuldades de implementação delas serão muito grandes. E eu costumo dizer que qualquer cemitério – São João Batista ou Recoleta –, se criar uma área para as zonas de livre comércio, vai ganhar dinheiro, porque quantos acordos de livre comércio foram pensados e depois não se desenvolveram, não é?

Então, sempre há um risco – está ocorrendo no Pacífico, no Atlântico Norte – de que não consiga avançar.

Mas o próprio setor privado, dentro da indústria, dentro da agricultura, vem se perguntando se dá para se continuar com o tipo de agenda que temos até o momento. Então, há várias questões que afetam a estratégia do Brasil hoje nas negociações.

Em primeiro lugar, a própria ambição de Doha, que está encolhendo, quer dizer, pode virar um acordo de facilitação de comércio em Bali. A China impõe uma revisão de estratégia para todos os países. O desvio de comércio; ou seja, se um sujeito entra em um país que concorre conosco com tarifa zero – e eu entro com cinco – estou perdendo mercado ou está sendo muito mais difícil, para mim, ser competitivo nesse mercado.

O Brasil apresenta baixa presença nas cadeias globais de valor. Essa é uma questão sobre a qual temos que refletir; ou seja, o desenho das nossas políticas não converge em direção a esse modelo de produção global. Temos que a competitividade é o cerne, o coração dos nossos problemas, e o próprio Mercosul tem tido os seus problemas, que já foram mencionados.

A pergunta, então, é: o que fazer? O fato é que não é no Tratado de Assunção que existe a principal restrição. Há uma resolução, uma decisão que estabelece o compromisso dos estados-partes de negociar de forma conjunta os acordos de natureza comercial.

E há espaço para flexibilização. Já ocorreram em algumas iniciativas e, talvez, neste momento, a questão chave seja: devemos testar o grau de flexibilização com o Mercosul, União Européia?

Agora, se eu não tiver resultado aqui, estou com um belíssimo problema para a estratégia comercial brasileira. Então, não posso continuar com um grau de restrição tão elevado para as minhas escolhas.

Eu acho que este é o grande momento, é o grande teste, e a diplomacia brasileira tem que, de fato, colocar como seu objetivo viabilizar um acordo usando a flexibilidade que o Mercosul oferece.

Qual sumário eu faria neste momento, para finalizar? Primeiro, nós temos uma fragilidade institucional crescente do Mercosul. Eu recordo que há alguns anos nós tínhamos, no setor privado, reuniões mensais com as nossas contrapartes do Uruguai, Paraguai e Argentina, no âmbito empresarial, para discutir agenda de trabalho, como fazer que as aduanas funcionassem 24 horas, “n” questões.

Esse diálogo desapareceu. Ele virou um diálogo anual. Se é que existe. Não conseguimos mais inclusive botar na mesma mesa Uruguai e Argentina para discutir temas de comércio e investimento entre si. Sem falar nesses outros.

Segunda questão. A importância da estabilidade das regras. Se eu tenho uma empresa no Estado do Paraná e ela acha que é interessante se integrar com outra na Argentina e ela vai fazer um fluxo de bens e serviços, se isso passa a depender de um funcionário da administração, não tem como se integrar. Ela tem que ter segurança de que independentemente do humor do presidente da República, do secretário de Comércio, etc., aquele fluxo vai ocorrer, porque a decisão de investimento ocorreu com base na noção de que haverá estabilidade de regras. Então nunca é excessivo demonstrar essa questão.

O ponto três é a necessidade de priorizar objetivos econômicos com mais força. É óbvio que em processos de integração, a dimensão política sempre tem um peso. Mas em vários momentos da história recente o peso político tem sido muito mais elevado do que o peso econômico nas decisões.

Outro ponto importante, e esse faz parte, eu acho, do diálogo da diplomacia comercial com o Senado: quando um país tem uma estratégia comercial, essa estratégia comercial precisa estar clara, tem que ter monitoramento e acompanhamento. A sensação que dá, no nosso espaço do Brasil, não apenas neste ano, mas sempre, é que se o negociador fizer, alcançar resultado ou não alcançar resultado tudo continua como antes. Talvez seja até bem elogiado se não alcançar o resultado.

Então eu acho que essa é uma questão na qual precisamos ter um sistema de gestão mais bem definido, e talvez, com a confusão que hoje há no ambiente institucional do Mercosul eu tenha que explorar estratégias bilaterais. Ou seja, se não dá certo com um, eu tenho que fazer avançar determinadas agendas no campo bilateral dentro do próprio Mercosul.

Outro ponto que re-enfatizo. O Mercosul é importante para a indústria brasileira. Não estamos querendo aqui uma estratégia de apagar a luz, mas, sim, de construção, de juntar forças para que isso possa ocorrer. Agora, temos que ter claro que a estratégia comercial brasileira vai além do Mercosul. Ela não é suficiente. Então eu não posso fazer com que o rabo balance o cachorro na nossa estratégia.

Temos desafios para a agenda externa do Mercosul. A agenda para integração regional das cadeias é muito importante. Ou seja, como mencionei, criar esse ecossistema é irrelevante, e aqui há uma agenda, na região, que vai além do Mercosul, ou seja, passa pela América do Sul, questões de logística, infraestrutura, que merecem atenção.

Há o caminho da flexibilidade, em que o teste é a União Européia e o Mercosul, neste momento, e se a

flexibilidade não for suficiente, acredito que nós temos o desafio de construir uma nova estratégia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Roberto Giannetti, a palavra é de V. S^a, para um sobrevôo relacionado à visão que a Fiesp tem sobre os desafios do Mercosul.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desde que não seja um mergulho muito profundo.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – De países emergentes só se pode esperar mergulho, não é, Senador? De países emergentes ou submergentes tem que ser mergulho.

Bom, Senador Ricardo Ferraço, muito obrigado pelo convite.

Senador Suplicy, Senador Requião, senhores e senhoras, acho que esse tema é extremamente importante para a indústria brasileira, e nós agradecemos que ele tenha sido destacado para esta audiência pública, porque a sociedade brasileira está num momento de reflexão sobre os destinos do Mercosul.

Aquilo que o nosso colega Ivan Ramalho colocou, que foi chamado pelo Senador Ferraço de um céu de brigadeiro, de fato o Mercosul tem seus méritos. As estatísticas, os números, a história mostra que houve, de fato, vários pontos relevantes de evolução comercial, política, etc.

Mas também, eu concordo, *ipsis litteris*, com o que o meu amigo José Augusto Coelho Fernandes, da CNI, acaba de colocar. A Fiesp, como parte da indústria brasileira, certamente concorda com a visão que foi colocada pela CNI na íntegra.

Mas cabe adicionar algumas reflexões novas, ou, pelo menos, complementares ao que foi colocado até aqui. Primeiro, vamos lembrar um pouco do histórico. E volto ao ano de 1994, quando foi dado um passo muito importante na criação da união aduaneira pelos quatro países membros fundadores do Mercosul. Naquela época, se tivéssemos feito a pergunta a nós mesmos, “estamos prontos para uma união aduaneira?”, seria difícil de responder, porque, certamente, a ambição de ter uma união aduaneira no Mercosul, talvez seguisse até um pouco a referência da União Européia, era uma ambição desejável.

O que não se mostrava seguro é se ela era exequível, dada a assimetria dos países membros e, principalmente, a falta de convergência macroeconômica, que, desde então era um ponto de discussão e política entre analistas interessados no tema.

Países com assimetria notória, flagrante, com falta de convergência de políticas macroeconômicas em relação a câmbio, em relação à política fiscal, monetária, certamente iriam enfrentar um grande desafio para construir uma união aduaneira.

E o que nós assistimos ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000, e nessa época eu assisti, eu diria, de camarote, porque estava no Governo Federal como secretário executivo da Camex, foi o início do desmoronamento da confiança entre os parceiros do Mercosul, confiança essa que era fundamental para que se construísse uma união aduaneira com regras estáveis, como colocou bem José Augusto, com a construção de uma agenda macroeconômica comum.

E eu lembro aqui que quando o Brasil, no segundo mandato do Governo Fernando Henrique foi obrigado a fazer a flutuação do câmbio, houve uma oposição agressiva da Argentina, principalmente, que até hoje ecoa nos nossos ouvidos. E não era de se esperar que, dois anos depois, a própria Argentina entrava em profunda crise cambial, e veio aqui a Brasília pedir que se colocasse em exceção mais de mil nomenclaturas da Tarifa Externa Comum de bens de informática e bens de capital para que se tivesse um alívio, para que eles pudessem importar esses bens de capital e esses bens de informática com tarifa zero, mesmo que os outros continuassem com a tarifa mais elevada. O Brasil concedeu, esperando que fosse uma exceção temporária, porém permanece até hoje.

Então o que nos incomoda, hoje, no Mercosul? Eu, como Diretor de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, vejo dois pontos críticos hoje no Mercosul que precisam ser reconsiderados se nós temos alguma esperança de que o bloco continue evoluindo, ou de que a União Aduaneira subsista.

Primeiro, o excesso de exceções e perfurações na tarifa. Não é crível, não respeitável que nós tenhamos uma União Aduaneira, com Tarifa Externa Comum, e tenhamos algo ao redor de 20 ou 30% das nomenclaturas, se não mais, com tarifas de exceção para um ou para outro país.

A lista de exceção era para ter terminado em 2006. Foi prorrogada duas, três, quatro vezes. Mais duas listas de exceções foram criadas recentemente, por causa da crise. Paraguai, Uruguai e Argentina têm 400, 500, 600 – cada um tem um número diferente – itens adicionais de exceção na lista.

Algumas regras de definição de produtos, por exemplo, a Resolução nº 8, Desabastecimento, não são seguidas pelos países membros. O Brasil apresenta os seus pleitos e os outros países não dão resposta. Às vezes por questão até de emergência. Passam-se

três meses, seis meses, um ano e nós não temos resposta dos países membros.

Então a falta de convergência, a falta quase de respeito entre os países membros, infelizmente, hoje, não é uma exceção, é uma regra.

A Argentina pratica licença não automática para um número excessivo de produtos, a declaração juramentada é algo absolutamente atípico, anormal, para não dizer inaceitável, em um acordo de União Aduaneira, mesmo até um acordo de livre comércio. Isso impõe às empresas brasileiras absoluta insegurança sobre a relação comercial com a Argentina.

Já houve dezenas de casos em que produtos ficaram parados na fronteira prejudicando a sazonalidade ou a própria qualidade do produto, que perdeu validade. Portanto, há prejuízos para a indústria brasileira de alimentos, de produtos perecíveis, mesmo de matérias primas, de autopeças. Fábricas às vezes ficam paradas por falta de suprimento, por problemas de aduana, problemas de regras não tarifárias obtidas ao acaso e que prejudicam o relacionamento intrazona do Mercosul.

O segundo ponto que nos irrita, para não usar outra expressão, no Mercosul, é a falta de compromisso em negociações bilaterais ou regionais do bloco. Já não é a primeira vez que nós assistimos a posição negociadora do bloco se pautar pelo chamado mínimo denominador comum. Ou seja, a pior proposta dos quatro é a que prevalece, porque é aquela que vai servir de base para negociação. Os outros, que tenham posição mais agressiva, não conseguem impor aos mais defensivos uma negociação de melhor qualidade.

Então, a chance de sucesso e a ambição comercial se reduzem às vezes ao insucesso ou a quase nada, como foi o caso da negociação com a Índia. Então, a frustração que nós temos, como País, como economia, de estar desintegrado ou excluído do mundo cresce a cada dia.

Com o fracasso da negociação de Doha, o regionalismo passou a ser a tônica das negociações internacionais, e o Brasil não conseguiu absolutamente nada, a não ser Palestina e Israel, e alguma coisa aqui na América do Sul e 500 produtos com a Índia. É o máximo que nós conseguimos nesse universo de acordos comerciais já realizados pelo mundo.

A nossa frustração nesse aspecto de negociação internacional é absolutamente imensa. A indústria brasileira se vê cada dia mais excluídas das cadeias produtivas globais e, pior, com desvio de comércio dos nossos parceiros a favor dos nossos concorrentes, inclusive dentro do Mercosul.

Caso notório que nós temos como referência é o caso da linha branca na Argentina. O controle de

importações do Brasil, inclusive estabelecendo cotas, não foi para proteger a indústria argentina, foi para aumentar a importação da China. É aceitável isso dentro de um acordo de livre comércio? Um acordo de União Aduaneira?

Então, senhores, para ser bastante objetivo e concluir aqui a minha colocação: não se trata aqui de destruir o Mercosul, ninguém está falando disso. Ele continua sendo importante como destino da exportação de produtos manufaturados, produtos de boa qualidade. Devemos reconhecer que somos superavitários no Mercosul. Mas nós olhamos o Mercosul, hoje, com uma posição quase estagnada, é difícil crescer mais do que já crescemos no Mercosul, e, ao contrário, nos impõe declínio em relação aos outros blocos do mundo. Porque enquanto eles se integram e criam preferências tarifárias entre si, desviam comércio daquilo que o Brasil poderia estar vendendo para a Colômbia, para o Chile, para o Peru, para o México, para a Europa e o Japão, etc.

Recentemente, agora em junho, eu estive por uma semana no Japão, realizando um trabalho conjunto CNI-Fiesp, para criar uma agenda de um acordo de cooperação econômica com o Japão. A primeira pergunta que o japonês faz é a seguinte – a autoridade japonesa, não estou falando só de empresários: mas vocês estão falando em nome do Brasil ou em nome do Mercosul?

Se nós dissermos que estamos falando em nome do Mercosul, o diálogo quase se encerra, porque eles não acreditam que possa prosperar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Não querem.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Não querem.

Como Argentina e Venezuela vão concordar com alguma coisa? Quer dizer, aí temos outro problema, que é o viés político. O viés político passou a predominar no Mercosul sobre o interesse comercial e econômico, que deveria ser a ênfase de um acordo de União Aduaneira e livre comércio – sem tirar o mérito dos aspectos sociais, políticos, de integração que o Ivan Ramalho muito bem apontou.

Mas essa não pode ser a essência. A essência tem que ser econômica, porque se não houver a econômica, o resto não se constrói, não se mantém. E nós estamos excluídos, na relação com Japão, Estados Unidos e União Européia, se tivermos que negociar em conjunto com Argentina e Venezuela. Infelizmente, essa é a realidade.

Então, a posição da Fiesp é a seguinte, em resumo: ou nós conseguimos fazer negociações bilaterais com velocidades diferentes, dando oportunidade aos

outros membros do Mercosul de nos acompanharem, se quiserem, ou vamos, de uma vez, ter coragem de adotar que o Mercosul não pode mais ser uma União Aduaneira, até porque não é, e trazê-lo à realidade de um acordo de livre comércio, como é a Nafta. Há longo tempo, Estados Unidos, México e Canadá, cada um faz o acordo que quiser, e entre si têm tarifa zero, mas não precisam ter a mesma tarifa externa comum. Cada um decide qual é a sua política tarifária.

A União Aduaneira tem sido, no momento, mais ônus do que bônus para o Brasil. Então, eventualmente, não conseguindo fazer a flexibilização a que o José Augusto se referiu, não devemos ter receio de chamar realmente à realidade, de tornar o Mercosul um acordo de livre comércio e não mais uma União Aduaneira.

Sem dúvida, é um desafio, não é uma tarefa fácil, merecem avaliação os impactos que isso possa ter, mas talvez seja necessário. É melhor prevenir do que ficarmos isolados do mundo.

O tempo vai passando e a nossa falta de ativismo comercial se torna cada dia mais flagrante, em prejuízo da indústria brasileira, da geração de emprego e de desenvolvimento econômico em nosso País.

Era isso que eu tinha para dizer, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Roberto Giannetti da Fonseca.

Embaixador Clodoaldo Hugueney, V. Ex^a é um dos mais experientes embaixadores do Brasil, vem de uma experiência muito exitosa, esteve quase cinco anos chefiando a missão diplomática do nosso País na China.

Com essas contradições e com essas ameaças, qual é o futuro do Mercosul?

Com a palavra V.S^a.

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Muito obrigado, Senador. Eu queria em primeiro lugar agradecer o convite que V. Ex^a estendeu a mim e à CNA para estar aqui representados no dia de hoje, Cumprimento os Senadores presentes no plenário.

Eu até me sinto muito confortável porque conheço todos os debatedores há muito tempo, e, na realidade, existe uma confluência grande, apesar das aparentes divergências, pelo seguinte: esses temas que estamos debatendo hoje aqui não são temas de hoje; são temas que estão presentes, como o Roberto indicou, há muito tempo na vivência do Mercosul. Quer dizer, na realidade, essas dúvidas sobre Mercosul são antigas. Por exemplo, a dúvida sobre união aduaneira ou zona de livre comércio tem pelo menos dez, quinze anos em que se debate dentro do Mercosul. E se discute a possibilidade de haver uma mudança e de se passar da ambição por uma união aduaneira, que podia ser

preservada em longo prazo, para uma zona de livre comércio e dar mais liberdade aos sócios.

A explicação dessas questões é longa, foi analisada inúmeras vezes, mas ela tem a ver, do meu ponto de vista, com três grandes ordens de fatores. A primeira é que existem certos fatores estruturais que tornam esse processo de integração difícil, e o primeiro deles é a própria dimensão do Brasil num contexto da integração.

Se olharmos a integração europeia e a dimensão da Alemanha – e, no começo, as dificuldades que ocorreram no processo de integração europeia entre a Alemanha e a França, dada a dimensão da economia alemã –, a gente vai entender que não é fácil levar um processo desse. Essa diferença foi crescendo ao longo do tempo em termos de PIB, em termos de estrutura industrial. Então, apesar das dificuldades da estrutura industrial brasileira hoje, na realidade, ela foi se modernizando muito mais do que a estrutura industrial da Argentina.

A essas dificuldades estruturais se aliam dificuldades conjunturais que, durante certos períodos de tempo, como o Roberto de novo indicou, tornaram praticamente impossível o diálogo. Quando a Argentina tinha uma política macroeconômica baseada em câmbio fixo, e o Brasil tinha outra completamente diferente, ou não tinha política econômica, dadas as dificuldades que estávamos enfrentando, era impossível fazer avançar o processo de integração. Então, são essas vicissitudes que estão presentes ao longo de todo o processo.

O tema da ambição foi colocado aqui também. Os acordos colocaram objetivos extremamente ambiciosos, mas não criaram as bases reais para se chegar a esses objetivos. Como consequência disso, ao longo do tempo esses temas vão voltando à mesa, e várias vezes se tentaram processos de relançamento, refundação do Mercosul. Infelizmente, nenhum desses processos levou à superação das dificuldades do Mercosul.

Ao final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu coordenei um grupo de 28 personalidades que produziram um livro de conclusões sobre o que fazer com o Mercosul. O Roberto participou dessa discussão, acho que o José Augusto também; o Pedro Motta Veiga participou pela CNI. Então, na realidade, isso ficou no livro, nada aconteceu. Quais foram as saídas?

Como não se avançava naquilo que eu acho, como o Roberto, como o José Augusto, como o Ivan, que é o ponto central de um processo de integração dessa natureza – que é o econômico e o comercial – procurou-se a sobrevivência. Então, como não se conseguia avançar em direção a uma tarifa externa comum, ao respeito às regras, à harmonização de políticas

comerciais, à harmonização de políticas antidumping, de defesa comercial, sem falar em harmonização de políticas macroeconômicas – porque, aí, sim, nunca conseguimos avançar minimamente – partiu-se para alternativas que procuraram manter uma vida para o Mercosul.

Entre essas alternativas que aqui foram mencionadas e são extremamente meritórias, há a cúpula social, os avanços na área de diplomas, na área de residência etc. Há o processo de alargamento, que é válido, mas, como apontado aqui, é válido por expandir o universo do Mercosul para hoje representar os números que o Ivan indicou, que são extremamente significativos em termos de PIB e em termos de população. Mas, na realidade, ele padece do fato de que foi feito sem o aprofundamento do Mercosul.

Então, sem dar estabilidade às regras, sem melhorar as regras do processo de integração, sem caminhar em direção a uma união aduaneira, o processo de alargamento, digamos, acabou contribuindo para fragilizar o percurso do bloco em relação a um maior processo de convergência.

Um resultado que foi muito importante nesse período recente – o Ivan ressaltou – foi o Focem. Ou seja, um dos temas centrais que dificultaram o Mercosul e a sua consolidação eram as assimetrias enormes entre os países. O fato de ter sido feito um sacrifício, ter sido criado um fundo com uma contribuição majoritária brasileira, uma contribuição mais importante da Argentina, em benefício do Uruguai e Paraguai, acho algo meritório.

Para não me alargar muito, porque acho que os temas foram tratados e não vejo contradição entre as visões aqui na mesa, eu queria dizer que está chegando o momento em que vai ficando difícil manter a ideia do Mercosul como uma ideia atraente, uma ideia que promove interesse e convergência, se não levarmos a sério o Mercosul. E levar a sério o Mercosul tem a ver, fundamentalmente, com a questão da estabilidade das regras. Para mim, isso envolve sacrifícios do Brasil e envolve a exigência de sacrifício dos demais. Mas é um tema fundamental, porque, sem estabilidade das regras, por mais que o processo siga e o processo seja uma visão apoiada por todos, ele é algo que vai perdendo credibilidade.

Isso que o José Augusto apontou, de que é difícil hoje reunir empresários para discutir o Mercosul e para chegar a entendimentos nos países do Mercosul em nível empresarial, é algo que mostra que a essência desse processo econômico e comercial está muito fragilizada. Passou-se a trabalhar muito mais com exceções às regras do que com as regras. Então, não há processo de integração e, sobretudo, não há pro-

cesso de integração profunda, que é um processo de união aduaneira, que possa conviver com exceções permanentes às regras e com a multiplicação das exceções às regras.

Eu termino mencionando o tema da agenda externa, porque acho que esse tema é hoje muito importante por dois motivos, como apontado aqui. Primeiro porque, apesar de terem sido obtidos resultados na nossa região e na América Latina nas negociações entre o Mercosul, países da Aliança do Pacífico e outros países da região Sul-americana, o fato é que a agenda externa do Mercosul não tem consistência, não corresponde ao que deveria ser uma agenda externa de um bloco importante, e não corresponde, seguramente, a uma estratégia comercial do Brasil. Esse é um ponto.

Mas o ponto que eu acho mais importante e que também foi salientado aqui é que mundo está mudando, e está havendo um relançamento de negociações comerciais. E as negociações que agora estão propondo vão mudar a face da estruturação do comércio internacional.

Quanto aos Estados Unidos e União Européia – não minimizo as dificuldades; como diz o seu Augusto, o cemitério está cheio de acordos de livre comércio, e esse é um acordo extremamente difícil de ser negociado –, se esse acordo for negociado, vai fixar padrões para o resto do mundo.

Ao lado disso está se negociando o Trans-Pacific Partnership com toda a região do Pacífico. A China, apesar das dificuldades com o Japão, continua perseverando na tentativa de construir com o Japão e a Coreia um acordo trilateral de grande magnitude.

Então, isso nos vai colocando numa posição excêntrica em relação a todos esses movimentos, o que vai nos criar os problemas que foram aqui apontados: falta de integração em cadeias produtivas globais e perda de participação em mercado. Isso vai ocorrer seriamente, e, como já foi apontado aqui, vem ocorrendo.

Assim, acho que, nessas condições, temos que fazer um esforço para relançar a única negociação hoje significativa que existe na mesa do Mercosul, que é a negociação com a União Europeia, porque a Alca ficou para trás, a OMC não se concluiu – a Rodada de Doha. Então, sobrou a negociação Mercosul-União Europeia.

E eu não minimizo de novo as dificuldades para essa negociação, mas ela hoje é estratégica. Para mim, é muito importante que possamos credibilizar a esse processo. Se não for possível caminhar com os sócios, que o Brasil e aqueles outros países que estejam em condições de fazê-lo possam avançar na negociação com a União Europeia.

Uma última palavra sobre o agronegócio, sobre o setor agropecuário. O setor agropecuário brasileiro, na

realidade, se entende bem com o setor agropecuário do Mercosul. Por quê? Porque os quatro países são muito competitivos na área agrícola. Essa competitividade dos países na área agrícola facilita um processo de harmonização de posições, à diferença do que ocorre na indústria.

Acho que esta é uma dimensão que deveria ser explorada nesse processo de negociações internacionais e de relançamento de uma agenda externa do Mercosul: utilizar o setor agropecuário como forma de facilitar a harmonização de posições entre os sócios e como forma de promover uma agenda ofensiva no plano externo.

As cadeias produtivas que são cada vez mais importantes no setor industrial também são importantes no setor agropecuário, e isso pode ser um elemento importante para dinamizar essa agenda de negociação.

Era o que eu queria dizer, indicando que eu, como todos os que estão aqui, batalhei muito pelo Mercosul e pela sua construção. Hoje, devo reconhecer que o Mercosul segue como um objetivo fundamental, porque são nossos vizinhos, porque temos que construir esse espaço integrado, mas ele está, efetivamente, enfrentando um déficit muito importante.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem. Gostaria que me inscrevesse, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador. Pela ordem Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo /PT – SP) – Eu sou o próximo orador inscrito, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Roberto Giannetti, Ivan Ramalho e o Clodoaldo Huguene, o nosso embaixador, pelas exposições feitas.

Se me permite, eu deixaria só uma observação, porque como o Brasil exportou US\$31 bilhões quando foi criado o Mercosul, em 1991, e em 2011 US\$256 bilhões, parece-me um avanço muito significativo para não reconhecer no Mercosul algo muito relevante. Eu espero talvez voltar aqui, mas peço licença por ser o próximo orador no plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por ordem de inscrição, nós temos o Senador Roberto Requião e, em seguida, a Senadora Ana Amélia, mas julgo ser importante que pudéssemos ouvir o Dr. Ivan Ramalho. S. Sª é brasileiro, mas, na condição de Alto Representante-Geral do Mercosul, imagino tenha o desafio de equalizar

e de harmonizar todas essas questões, entre tantas que foram abordadas aqui, sobretudo as questões que dizem respeito à falta de estabilidade, de regras, de perspectivas.

Como V. Sª está encarando esses desafios – essa é a pergunta que queria fazer. Acho que nenhum de nós aqui tem dúvida da importância. Sempre me lembro da frase do Ministro Celso Lafer, que diz que Mercosul não é opção, é destino. Todos nós temos absoluta convicção da importância do Mercosul para todos nós, não apenas para o Brasil. Mas é evidente que estamos andando de lado, é evidente que estamos patinando, é evidente que os problemas vão se acumulando no tempo e a ausência de perspectiva, à luz, inclusive, das novas alianças que estão se firmando no mundo.

Nós pegamos aqui os dados relacionados ao desvio de comércio: as importações totais da Argentina elevaram-se em 11,4% no primeiro quadrimestre de 2013 em relação a 2012. No mesmo período, as importações originárias do Brasil apresentaram aumento de 2,4%, enquanto as provenientes da China cresceram 26%. As exportações brasileiras para a Argentina perderam participação em onze setores; em nove setores, como químico, farmacêutico, autopeças, couro, brinquedos, bens de informática, telecomunicações, enfim, isso ocorreu de maneira paralela ao aumento das importações originárias da China.

No mesmo período, o Brasil teve aumento de participação nas importações da Argentina em dez setores.

Para a indústria, eu queria perguntar: diante dos indicadores macroeconômicos da Argentina e da importância do Mercosul e da Argentina para a indústria manufatureira brasileira, se nós tivermos um agravamento da conjuntura ou da estrutura econômica da Argentina, qual é o impacto disso para a indústria brasileira e de que maneira os senhores estão percebendo o Governo brasileiro não apenas preocupado, mas adotando providência para uma..

A Argentina tem desafiado a lei da gravidade. Isso não nos parece ir muito longe. Qual é o impacto disso para a indústria brasileira. Eu gostaria de ouvir V. Sª e, sem seguida, vou passar a palavra ao Senador Requião.

O SR. IVAN RAMALHO – Muito obrigado, Senador. Eu tenho que ser um pouco repetitivo, até porque nem todos os Senadores estavam aqui também quando eu fiz a minha apresentação inicial.

Tomo a liberdade de apresentar novamente a exportação brasileira para o Mercosul no primeiro semestre deste ano. São dados oficiais do Governo brasileiro.

O maior crescimento das exportações brasileiras no semestre foi exatamente para a Argentina: 9%. O déficit da balança comercial brasileira, a queda

das exportações brasileiras, repito, foi em virtude da queda para Estados Unidos, União Europeia e África. Crescemos para o Mercosul 4%. Para a Argentina, que nego são muitas as dificuldades, eu convivi com elas durante dez anos como Coordenador da Comissão Bilateral Brasil-Argentina e sei que elas existem, sem dúvida alguma, mas agora eu vou adicionar um dado a esse crescimento de 9%, já que estamos aqui na presença da indústria: 90% de tudo que o Brasil exporta para a Argentina são de produtos industrializados, manufaturados.

Eu tive a colaboração, durante muitos anos, do Embaixador Clodoaldo tentando mudar o quadro da exportação brasileira para a China, mas nós sabemos que para a China o Brasil continua vendendo 80% de produtos básicos, minérios de ferro, soja em grão.

Noventa por cento de tudo que o Brasil exporta de manufatura para o Mercosul, especialmente a Argentina, é manufatura. Daí a importância – e compreendo a queixa da Fiesp, a preocupação da CNI com relação a isso, porque é um mercado que tem, para o nosso produto manufaturado, para a nossa indústria, uma importância extraordinária.

Então, como resolver esses problemas? Nós temos de fazer o mesmo que já fizemos durante muitos anos – Janete sabe disso: encontrar soluções negociadas. Da síntese de tudo que foi discutido aqui, Senador, acho que não houve nenhuma grande divergência entre todos os que falaram.

A questão principal que está sendo colocada, na verdade, é essa questão da união aduaneira *versus* área de livre comércio. Alguns têm este entendimento hoje de que o Mercosul deveria voltar a ser uma área de livre comércio. Outros, não, acham que deveria prosseguir sendo uma união aduaneira. Eu vou dar aqui a minha opinião.

A minha opinião é a seguinte: nós não devemos, de forma alguma, andar para trás. Se a gente deixar de ser união aduaneira e passar a ser área de livre comércio, a gente vai estar dando um passo importante atrás, vamos estar enfraquecendo o Mercosul, enfraquecendo-o bastante. O Mercosul tem uma importância extraordinária, principalmente para a indústria brasileira. Eu acho que a indústria brasileira perde com isso. Porque, se nós fizermos isso, e todos puderem fazer negociações bilaterais individualmente, o que isso significa? Não será só o Brasil que vai fazer; os nossos sócios também vão fazer, os nossos sócios, que são compradores de produtos da indústria brasileira.

Então, digamos, um negociador da Venezuela, que é grande compradora de produtos industriais brasileiros; um negociador da Argentina, que é grande compradora, crescente, inclusive, e crescimento expressivo

de 9% – os dados que o senhor citou são do primeiro semestre; e estou colocando aqui um dado bastante atualizado, do semestre todo –, esses negociadores desses países, podendo fazer negociações bilaterais – e aí voltamos ao acordo com a União Europeia que o Embaixador está citando muito bem –, o que vai acontecer? Eles vão negociar o quê? Eles vão negociar aqueles produtos industrializados que os países deles importam, principalmente do Brasil. Ou seja, nós vamos perder, a indústria brasileira, neste caso, do meu ponto de vista. Talvez eu esteja errado, mas é minha opinião muito sincera. Eu acho que a indústria brasileira, se isso acontecer, poderá perder muito, porque esses produtos que nós vendemos a esses parceiros nossos no Mercosul de hoje serão, certamente, objeto de oferta nas negociações, usando como exemplo, principalmente, a União Europeia.

Então, eu acho que é um risco bastante grande para a indústria brasileira, do meu ponto de vista, e também para os países menores, as economias mais pobres, como o Paraguai e o Uruguai, que precisam de investimentos. Hoje, um investidor, principalmente na área industrial, quando faz um investimento em um país menor, está mirando os 270 milhões de consumidores do Mercosul. Ele não está, evidentemente, tendo em mira apenas aqueles consumidores paraguaios e uruguaios, que são países menores.

Ora, se voltarmos a ser uma área de livre comércio, esse investidor não vai mais ter essa garantia. Por quê? Porque ele não sabe se o produto que ele vai fazer lá... um exemplo muito próximo do real: uma fábrica de autopeças que se esteja instalando no Uruguai, no Paraguai ou mesmo na Argentina, evidentemente tem em mente fornecer para a indústria automotiva brasileira também, que tem mais de 20 fábricas de automóveis. Concordam? Como ele vai fazer isso se ele sabe que, numa negociação bilateral, o Brasil poderá ofertar esse produto num acordo com a União Europeia?

Então, esses países menores, do meu ponto de vista, serão prejudicados, ainda que nesses países existam também pessoas que defendem esta mesma posição de negociações bilaterais, mas acho que eles serão mais prejudicados do que beneficiados. E, no caso brasileiro, vejo com maior preocupação a indústria, que tem, de fato, como um dos seus principais clientes exatamente os países do Mercosul.

Por isso, eu acho que nós devemos insistir para que as negociações ocorram; concordo que a negociação com a União Europeia tem uma importância extraordinária. O Governo brasileiro está apoiando, agora mesmo marcando data, inclusive, para concluir as propostas, mas acho que temos de encontrar solução para que ela seja feita em bloco e não individual-

mente. Acho que esse é o principal ponto da audiência pública, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quero cumprimentá-lo, Ferraço, pela iniciativa da audiência pública. Gostei muito da exposição dos três representantes do setor privado e, sem sombra de dúvida, da garra do Ivan na defesa do nosso projeto. Colocaram com muita clareza a problemática, mas, como diria o Garrincha, faltou que nos aprofundássemos na “solucionática”.

Eu aprecio especialmente a exposição do Clodoaldo Hugueney, um ceticismo bem informado. E eu me senti aqui como na presença dos pais fundadores do Mercosul. Mas eu sou um filho, porque fui o presidente da Comissão Mista depois que o Alfonsín renunciou. Ajudei a negociar, inclusive, com o Fundo Monetário, a dívida da Argentina, à época.

Acho que o ceticismo é saudável, porque, afinal de contas, não posso imaginar que alguém esteja pensando um projeto que prejudique a evolução industrial, comercial e a soberania brasileira. Mas acho que há alguns equívocos na visão. E o ceticismo é saudável, porque o cético não acredita, mas tem uma vontade enorme de voltar a acreditar. Eu acho que vi, ou tive pelo menos essa impressão, no depoimento do Clodoaldo Hugueney. Vai mal o Mercosul como ação de governo.

O nosso Ivan Ramalho, que fez uma exposição brilhante e trouxe dados interessantíssimos, por exemplo, era, juntamente com o Samuel Pinheiro Guimarães, uma espécie de viúva Porcina do Mercosul, porque ele era sem nunca ter sido. Durante muito tempo, ficou parado o projeto de criação do cargo de alto representante. Eles eram altos representantes, estavam lá no Uruguai e cometiam falsidade ideológica, porque nós não havíamos aprovado isso.

Resolvemos isso aqui na Comissão, com a ajuda do Ferraço e a minha participação. Eu recebi a mensagem num dia, relatei no mesmo dia e, no dia seguinte, o Ferraço pôs em votação. E, hoje, o nosso Ivan Ramalho é o Alto Representante-Geral do Mercosul, cargo que passou muito tempo sem existir.

A última reunião, aqui em Brasília, dos Presidentes, aquela em que veio o Hugo Chávez, resumiu-se num almoço, porque não houve nenhuma proposta colocada. Nós não estávamos pensando muito nisso. E, fugindo um pouco, em cima daquelas políticas sociais de trânsito de brasileiros, paraguaios e uruguaios. Mas nós não aprofundamos o processo.

Ora, estabelecendo uma premissa para o que eu vou dizer em seguida, nós, num bom momento, tínhamos, na nossa produção industrial, a participação de

31% do PIB brasileiro. Hoje, nós estamos com 13% e não é pelo Mercosul; estamos com 13% porque existe o Mercosul, que ainda está comprando produtos industrializados brasileiros, senão esse número estaria bem mais baixo do que isso.

Eu estou vindo da Rússia, como também a nossa Senadora Ana Amélia. E seguramente nem eu nem ela nos encontramos com Snowden. Mas estivemos dando uma olhada na Rússia, conferindo dados da economia. Eu fiquei mais em São Petesburgo, e a Senadora Ana Amélia, em Moscou.

A Rússia era 70% da URSS. A Rússia saiu, acabou a URSS. E a situação da Rússia hoje é *sui generis*. Acho que a Rússia foi vítima da dissolução da URSS, mas talvez tenha sido a primeira vítima da corrida tecnológica. Ela colocou Sputnik em órbita antes dos Estados Unidos, construiu aviões maravilhosos, mas se esqueceu da prática de utilizar a ciência e a tecnologia na produção industrial.

Ela não produz um embutido. Você não encontra em São Petesburgo um produto russo. Você não encontra um sapato, uma roupa. E até o artesanato russo hoje, desgraçadamente, é produzido na China. Então, é a primeira vítima. E ela é a vítima da própria dissolução daquele mercado, porque a URSS, além dos desmandos ideológicos, era um mercado e sustentava esse processo todo. Industrialmente, a Rússia acabou. Ela é um *shopping center* de marcas internacionais famosas.

Eu não acredito que, se o Brasil saísse desse processo, subsistiria alguma coisa no Mercosul. O Brasil, como a Rússia tinha da URSS, tem 70% do Mercosul. Mas vamos lá.

O que temos de notícia mais recente do Mercado Comum Europeu? Eu vi a crítica do Mercosul. Precisamos superar o Mercosul. Mas por que não nos aprofundamos um pouco mais na crise europeia?

Os países da União Europeia resolveram reduzir o seu custo interno. Foram de forma pesada na educação, na saúde, na previdência, e resolveram reduzir o seu custo interno para quê? Para exportar. Exportar para quem, Ivan? Para os 277 milhões de habitantes desse potencial Mercosul. Nós não temos condição alguma de fazer um acordo comercial bilateral com a União Europeia ou com países da União Europeia, porque o desespero deles é colocar os seus produtos no mundo. E, evidentemente, o único mercado disponível é o nosso.

Agora, nós nos deparamos com os Estados Unidos, com o nosso velho amigo Obama, aquele que tudo vê e tudo escuta, propondo-se a dobrar as exportações americanas em cinco anos. Para onde? Para a União Europeia, que não quer importar mais nada,

mas quer exportar. Nós somos o alvo desse projeto de exportação norte-americana: dobrar as exportações em cinco anos.

Então, não vejo como a gente possa fazer um acordo bilateral interessante. E o nosso Mercosul hoje é a união aduaneira. Se acabar a união aduaneira, acabou o Mercosul.

Temos problemas com a Argentina? Sim, temos. Agora, eu faria reparos em alguns dados colocados pelo nosso José Augusto Coelho Fernandes. Extrapolar problemas comerciais com o Paraguai e com o Chile é um pouco exagerado, porque eles não têm significação na proposta do Mercosul do ponto de vista econômico, puramente econômico. Do político, terão sempre. E eu tenho um vezo político que não é o que foi colocado pela Mesa, o vezo econômico.

O Paraguai significa, hoje, o quê? R\$14 bilhões de Produto Interno Bruto. Mas a Venezuela significa R\$450 bilhões. E está numa crise de falta de produtividade semelhante à soviética, vivendo de exportação de minério, de petróleo, sem produzir nada. A Venezuela é o oxigênio de que nós precisamos para sobreviver como País – Brasil, Argentina – neste momento da crise europeia e da própria crise norte-americana.

Os Estados Unidos começam a sair da crise. O que significa isso? Significa que vamos ter menos dinheiro no Brasil. Nós já estamos apelando para o capital especulativo. Nós já tiramos o IOF dos investimentos estrangeiros. Na época, o Lula tinha tirado alguma coisa, o Fernando Henrique, outra. E nós vamos ter um prejuízo e vamos sofrer duramente.

Eu sou Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Eurolat (Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana). Eu estive em Vilnius há coisa de 30 dias. A constante da conversa de todos os economistas alemães, ingleses, italianos, franceses era o que nós vamos sofrer daqui para frente, em função do esforço de recuperação dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A China está acomodando a sua situação, preocupando-se um pouco com o mercado interno e pensando em exportar. A mesma coisa, o Japão. Que acordo bilateral nós vamos conseguir fazer com esses países, que dependem, neste momento específico, nesta circunstância, brutal e unicamente da possibilidade de exportação para esse mercado latino-americano? Agora, que está faltando ação do Governo brasileiro, que está faltando estabilidade nas regras, está faltando! Mas é por falta fundamentalmente nossa.

A impressão que eu tenho é de que aquela política externa brasileira que foi inaugurada – olha, me pesa um pouco dizer isso; vou fazer um elogio ao Fernando Henrique, ao PSDB – naquele encontro em

Brasília pelo Fernando Henrique desapareceu. Não há esforço algum.

O Parlasul não se consolidou até hoje. Nós estamos há dois anos e meio sem conseguir fazer uma reunião. Por quê? Porque os governos não se esforçam para que isso aconteça.

Eu acho que a única saída que nós temos diante dessa circunstância toda, até porque o único superávit comercial significativo que nós temos no mundo hoje é com o Mercosul – nós não temos com mais ninguém –, é voltar a apostar nisso, aproveitar esse caminho traçado pelo Huguene, o conhecimento adquirido, as informações, jogar pesado nisso e conversar com a União Europeia, mas não em acordos bilaterais país a país; em acordo bloco a bloco. Claro que vamos ter problema com a Argentina, com quem temos problemas políticos internos, nacionalismo, xenofobia, problemas eleitorais. Mas eu, pessoalmente, não vejo outra saída. E vamos entrar nessa política sustentando esse nosso bloco.

O Mercosul é basicamente a Argentina, com seu PIB significativo, a Venezuela, que se equipara, e o Brasil. E aí precisamos de um pouco de generosidade do Brasil para a articulação desse processo todo, mas, muito mais do que de generosidade, de iniciativa e da garra demonstrada pelo Ivan na defesa do projeto que lhe cabe nesse nosso Governo.

Vocês me perdoem: eu não vejo nenhuma possibilidade de fazer um acordo bilateral com quem tem sua única possibilidade de sobrevivência na ocupação do nosso mercado. Nós vamos acabar primarizando definitivamente a nossa economia. Que tal, Ivan, fazer um exercício e retirar desses 13% de participação da indústria no PIB o que nós exportamos para o Mercosul? Vai sobrar quanto, Giannetti? Não sobra nada. Realmente não sobra nada.

Então, eu acho um equívoco, uma ilusão, imaginar que nós vamos abrir isso com acordos bilaterais. Esse enclave paraguaio, o Cartero, grande industrial fabricante de cigarro, parece que fabrica Hollywood, fabrica Camel, fabrica tudo isso; não contrabandeia nada, porque ele vende dentro do Paraguai. Os outros é que compram e exportam, o que não seria um contrabando; quando muito um descaminho.

A saída está ainda na sobrevivência do Mercosul. Agora, o Governo tinha que assumir essa proposta, e não a está assumindo. Acho uma ilusão pensar que nós vamos ter acordos bilaterais com países falidos que procuram o nosso mercado desesperadamente. O nosso destino é ser a grande fazenda produtora de produtos primários. Na mão desse arranjo global, só nos resta isso, ou o Mercosul.

Então, perdoem-me por discordar fundamentalmente, mas outorgo a vocês a visão que eu tenho, que são céticos. Os céticos têm vontade de acreditar. Acho que vocês precisavam, representando os setores industriais e produtivos brasileiros, acreditar um pouco mais nisso e acreditar bem menos nos acordos bilaterais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, consulto V. Ex^a. Parece-me oportuno ouvir os representantes da indústria e, em seguida, ouvi-la, se V. Ex^a assim admitir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Manda quem pode obedece quem tem juízo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quem tem juízo aqui sou eu, e quem manda é V. Ex^a.

Dr. Roberto Giannetti e Dr. José Augusto, a palavra está com V. S^{as}.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Senador Roberto Requião e Ivan Ramalho, que me precederam, gostaria de fazer alguns reparos aos pronunciamentos que V. Ex^{as} fizeram.

Vejam só, falando em confiança. Nós temos uma grande confiança na indústria brasileira, na capacidade de competição e reação da indústria brasileira nesse mercado global. De fato, a nossa agenda hoje, no momento, na conjuntura atual, é de competitividade. Nós precisamos, de forma absolutamente significativa, aumentar a competitividade da indústria brasileira, introduzindo novas tecnologias, introduzindo novos processos, mas, principalmente, nós todos estivemos e estamos prejudicados na competitividade por fatores exógenos, fora do parque da indústria.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Fora do Mercosul.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Um pouco fora do Mercosul também, mas também dentro do Mercosul. Permita-me citar, por exemplo, a questão de logística, a questão de tributos, a questão de câmbio, a questão de custo de capital, para citar quatro fatores. E isso não é de hoje. Volto a lembrar um momento – permitam-me a nostalgia –, como Secretário-Executivo da Camex, quando eu lancei um plano, em 2001, de exportação brasileira que alinhava exatamente esses quatro fatores de desvantagem competitiva do Brasil. E o que nós fizemos nestes últimos 12 ou 13 anos? Muito pouco.

Por exemplo, a questão do câmbio. A questão do câmbio foi fatal para o Brasil.

Senador Roberto Requião, outro dado mais impressionante do que os 13% da participação da indústria no PIB é que, retirando a Argentina, desculpe, não vai acabar a indústria brasileira. Cai para 11% ou 11,5%. O resto é mercado interno.

Nós quase não exportamos produtos manufaturados para a Europa, muito menos para a China, é verdade. Para os Estados Unidos, até que a exportação de manufaturados é boa: 60% ou 70% da pauta, apesar de declinante.

Mas o dado mais importante da nossa perda de competitividade industrial é a balança de manufaturados, que, por acaso, até foi lançada pela Fiesp em 2006, quando nós tínhamos um equilíbrio da balança de manufaturados, – era mais ou menos equilibrada, com superávit ou déficit de U\$2 bilhões ou U\$3 bilhões. Hoje, nós temos um déficit de U\$100 bilhões na balança de manufaturados. Então, a nossa decadência na competitividade industrial é absolutamente gigantesca.

Cito o caso, Senadora Ana Amélia, da indústria de calçado. Eu assisti com tristeza, eu era conselheiro da Azaleia, à decadência da indústria brasileira, porque os chineses tiveram a competência de criar escala de produção gigantesca. Quando eles não tinham qualidade e *design*, o que fizeram? Contrataram alguns milhares de gaúchos com experiência de 15 ou 20 anos na indústria calçadista e levaram para a China para fazer controle de qualidade e *design*. E eles foram muito bem remunerados, serviram à indústria chinesa, não tinham evidentemente um vínculo, um *made in Brazil*; para eles era um processo transitório. E a China hoje tem 80% ou 90% do mercado mundial de sapatos.

Então, esse processo de desindustrialização do Brasil...

Quantas vezes nós fomos criticados e até ofendidos por analistas de pensamento liberal ou, às vezes, até de jornalista desinformado que dizia: “Essa desindustrialização não existe; isso é uma balela da Fiesp, da CNI; isso é conversa de empresário chorão”. Não é conversa de empresário chorão. Nós perdemos U\$100 bilhões na balança de manufatura, perdemos milhões de empregos industriais de qualidade.

Eu sou da geração dos anos 70, 80, que exportou os primeiros caminhões, tratores, veículos, equipamentos, máquinas. Fui à África 70 vezes, fui à China, fui ao Japão, fui à Coreia; vendi aço na China, Senador Requião. E os chineses me disseram: “Queremos uma contrapartida”. Eu não tinha o que comprar na China. Sabem o que eu comprei? Artesanato. Não havia outro produto para trazer da China para o Brasil em 1985. Nada. Hoje, somos invadidos pelos produtos chineses.

Então, faltou ao Brasil estratégia de médio e longo prazo em competitividade industrial. É possível recuperar? É. Estamos fazendo, segunda-feira, na Fiesp, um grande seminário sobre a reindustrialização. É disto que nós precisamos: acreditar na nossa capacidade. Por isso, acredito nos acordos comerciais.

A situação de falta de competitividade não é estática; é dinâmica. Nós podemos recuperar, sim, com investimento, com tecnologia e também com câmbio, que foi o que nos faltou durante uma década. Como exportar? Acho um milagre que a gente tenha sobrevivido com o câmbio de R\$1,60. Reclamávamos cotidianamente na imprensa. Os senhores viram. É só olhar no Google. Coloquem lá: Fiesp e câmbio. É uma notícia por dia. Nós fomos os principais críticos. Inclusive, fizemos, com o apoio do Congresso, mudança na legislação cambial. Os senhores se lembram de que nós tivemos de mudar uma lei de 1932, da centralização do câmbio, que impedia o exportador brasileiro de manter suas reservas no exterior. Era obrigado a vender o câmbio...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Foi a troca da inclusão social pela desindustrialização.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Exato. Nós fizemos a desindustrialização.

Então, eu tenho confiança de que nós podemos, sim, não em todos os setores, mas em inúmeros, manter uma competitividade suficiente para podermos negociar acordos equilibrados, com negociação competente, e não entreguista: vamos abrir nosso mercado e não exigir nada em troca. Por exemplo, olhem a questão de alimentos! O mundo precisa do Brasil. Não tenho dúvida disso. A CNA, melhor do que ninguém, pode dizer isso. Não é vender matéria-prima, soja em grão. Estou falando de vender carne industrializada, estou falando de vender frango, proteína animal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas esse é o impasse fundamental em todos os nossos acordos com o Mercado Comum Europeu. Eles não aceitam nenhuma abertura.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Mas é o momento de sabermos negociar bem. Se não aceitarem, não tem acordo. É questão de...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Negociar a morte deles? Eles não aceitam porque não têm condição de aceitar, muito menos hoje.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Mas eles já estão mudando. Por exemplo: a indústria de frango na França já acabou, a tal Doux. Até tinha no Rio Grande do Sul a Frangosul, mas já acabou também. Sabem, é uma questão de tempo também. Eles também estão, em alguns fatores, declinantes.

Para concluir – estou me estendendo muito –, quero só fazer um comentário, Senador Ferraço, que é o seguinte: se acabar a união aduaneira na Argentina, não vai acabar a exportação brasileira para a Argentina. Longe disso, porque a Argentina é defensiva na

tarifa. Eles vão continuar com tarifa alta contra o resto do mundo. Quem vai ter zero e continuar a ter zero lá é o Brasil. Isso eu estou dizendo porque converso com a união industrial argentina todos os meses. Eu sei disto: eles vão manter tarifas altas para defender a indústria deles de sapatos, de testes e tal, em que não têm a menor condição de competitividade, essa, sim, por problema estrutural, porque eles não investem na indústria deles há décadas.

Além do mais, falo com pesar, mas vejo com muito pessimismo a situação macroeconômica, sobre a qual o Senador Ricardo Ferraço perguntou antes, tanto da Argentina quanto da Venezuela. É morte anunciada, infelizmente. Como pode um país com reservas declinantes, com controle de câmbio excessivo, continuar? Inclusive, empresas brasileiras que têm subsidiárias lá não estão conseguindo mandar dividendos para cá, pararam de investir, estão desinvestindo, estão saindo da Argentina. O país vai entrar de novo num problema de escassez cambial grave.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas nós também.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Não tanto quanto eles. Nós estamos bem melhor. Desculpe, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Há uma crise anunciada.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Não. O Brasil está longe disso ainda. Não vou dizer que não haja essa perspectiva. Com 80 ou 90 bi de déficit em conta corrente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com todas as reservas que nós temos, com desnacionalização da indústria, remessa de juros, essa nossa política, nós entramos de cabeça numa crise cambial.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Ainda não. Existe o risco, mas estamos longe dele.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ainda não, mas logo mais adiante.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Agora, a Venezuela também perdeu completamente o controle de inflação e câmbio. O problema é que, na Venezuela, não há um setor industrial ou produtivo que subsista, a não ser petróleo. Então, começa a haver o seguinte também: nós não recebemos o pagamento das exportações. Nós temos uma lista chamada Cadivi (Comisión de Administración de Divisas), da Venezuela; e são mais de 50 empresas brasileiras hoje com mais de U\$1 milhão para receber da Venezuela. Exportar e não receber é outro problema.

Então, esse comentário de acreditar nesses parceiros do Mercosul como excelentes, estamos longe disso. Eles, infelizmente, são parceiros complicados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, não sei se o Dr. José Augusto quer complementar alguma informação, que revelasse preocupação ou mesmo expectativa ou perspectivas da Confederação Nacional da Indústria em relação ao tema.

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES – Estou bastante alinhado com o Roberto. Estamos trocando figurinhas.

Primeiro, quero dizer que acho que tanto eu quanto o Roberto enfatizamos que o Mercosul e a América do Sul são estratégicos para a indústria brasileira. Enfatizei que 26% das nossas exportações de manufaturados vão para o Mercosul.

Essa discussão de união aduaneira, zona de livre comércio, acho que todos nós concordamos com isso, é uma discussão complexa. Nós temos, obviamente, a tarifa da TEC (Tarifa Externa Comum), que foi uma tarifa balizada pelo Brasil. E eu, se fosse um país pequeno naquele momento, não estaria confortável com a TEC; eu preferiria ter graus de liberdade. E não há dúvida de que, se eu passo de uma união aduaneira para uma área de livre comércio, vou perder margem de preferência em relação a terceiros mercados.

Acho que, no fundo, o que nós estávamos colocando aqui... Quer dizer, o Senador Requião usou algumas expressões: “precisamos assumir”, “precisamos jogar pesado nisso”. Acho que essa é a questão. Eu tenho de ter uma estratégia muito clara ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Conhecida.

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES – Exato. Conhecida em relação ao Mercosul, porque ninguém está querendo aqui desligar o Mercosul. Não é essa a intenção. Agora, o que nós colocando é que o mundo também está passando por transformações. Se o Mercosul não avança, crescem as instabilidades, em que eu não posso fazer comércio, não posso fazer investimentos, etc., o valor relativo do Mercosul vai diminuindo. Então, é justo o Brasil se perguntar qual é a sua melhor estratégia. É disso que nós estamos falando.

Em relação a um acordo com a União Europeia, acho que a gente define um acordo dessa natureza ao examinar as ofertas. Eles vão examinar as nossas ofertas, e nós vamos examinar as ofertas deles, para tomar a decisão: se o acordo vai ser assinado ou se vai para o Cemitério São João Batista. Acho que essa é a questão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E vamos discutir as propostas inicialmente com o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, a palavra, finalmente, é de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os expositores pela qualidade da argumentação e dos pontos de vista expressos aqui. Não tenho a mesma veemência do meu querido amigo Senador Requião, mas talvez o vezo jornalístico me dê pontualmente os temas que vamos tratar.

Eu acompanho, como jornalista, a situação de um Estado, Embaixador Hugueney, que é vítima da situação geográfica – está do lado da Argentina e do Uruguai –, no sentido positivo, de estar próximo de dois grandes países que nós admiramos muito, inclusive no futebol, com os quais temos as divergências mais profundas.

Então, é nessa condição que eu começo com o que V. Ex^a falou, na verdade, na origem. O Mercosul nasceu para quê? Para os países se unirem e fazerem a complementaridade, termo que se usava há 15, 20 anos. Nas reuniões que eu ia em Buenos Aires, nos anos 80, os presidentes Sarney e Alfonsín tentaram até criar uma moeda comum, que seria o gaúcho, o *gaucho*. E aquilo tudo acabou; e, em vez da complementaridade, passou a haver concorrência. Então, não é juntar Argentina, Uruguai e Paraguai com o que cada um pode complementar e vender com selo do Mercosul para terceiros mercados. O que aconteceu? Acabou havendo disputas e, claro, também o Brasil, o maior mercado dentro desse bloco. Então, aí começou simplesmente isso, dentro da área comercial.

Eu, como Senadora eleita pelo Rio Grande do Sul, tenho de defender o meu Estado e, no caso do meu Estado, toda a pauta é absolutamente concorrente. É arroz, é trigo, é vinho, somos produtores de frutas de clima temperado, somos produtores na área dos manufaturados de calçados, a que se referiu o Dr. Giannetti, e somos produtores de máquinas agrícolas, sendo o maior produtor de máquinas agrícolas do País.

Exportamos para onde? Para a Argentina. Quando a Dona Cristina tem algum problema lá ou o governo argentino, a primeira coisa que faz é criar uma briga com... Sobrou para o Rio Grande do Sul! Ela diz que não vai mais importar máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul e diz para as empresas que exportam 60% da produção para a Argentina irem para lá produzir. Então, essa é, digamos, a contradição do espírito

solidário – embora amigos, amigos, negócios à parte – dentro dessa união aduaneira.

Então, no caso do Rio Grande do Sul, o arroz todo é produzido às vezes por gaúchos que vão para lá, porque o ambiente competitivo de que falou o Giannetti é muito melhor.

No Paraguai, fui pagar a conta do hotel e fiquei impressionada com os custos de uma refeição em Assunção. Por que é tão barato? É porque não tem tributação; a carga tributária é pequena.

O que acontece com relação aos lácteos? Hoje nós somos grandes produtores de lácteos, mas vivemos uma crise de lácteos. O que acontecia? Vinham lácteos da Holanda, que, ao chegar ao Uruguai, ganhavam selo do Uruguai. Não havia exigência de certificação de origem. Então, nós pagamos o preço disso.

Trigo nem se fala. Somos os maiores importadores de trigo.

Então, quando a Argentina ou o Uruguai têm problemas... Toda a carne ovina vendida nas churras-carias brasileiras, que é ótima, vem do Uruguai, mas o Brasil não vende um frango para o Uruguai. Qual é a reciprocidade? Não é porque o país é pequeno, mas, se ele está vendendo tanto para cá, acho que a questão da reciprocidade tem de valer de algum modo nesse aspecto.

No caso dos calçados, a Argentina impôs as licenças prévias, cotas, uma série de barreiras. O que fez? Está importando da China. Substitui o Brasil, que está do seu lado, para trazer lá do outro do mundo, da China. É mais barato? É. Por quê? Competitividade.

A assimetria no campo da agricultura: comparando-se o custo de uma máquina agrícola de um agricultor gaúcho, ou de um rolo de arame fabricado no Rio Grande do Sul vendido no Uruguai, eles custam no Uruguai a metade do preço. Então, essa assimetria cria algumas dificuldades no setor em que o senhor é especialista para o meu Estado e, imagino, para o Paraná, do Senador Requião. E isso depende de nós, depende de o Governo brasileiro entender e dar uma condição e um ambiente mais favorável ao processo.

Então, eu queria exatamente nessa questão...

Hoje, há um outro dado. O Uruguai criou, na sua fronteira, para desenvolver uma área deprimida – e fez muito bem –, uma política de *free shops*. Então, são milhares de brasileiros, gaúchos na maior parte, mas também de Santa Catarina e Paraná, que vão lá comprar, porque convém. Aí, fizemos uma lei criando *free shops* do nosso lado. O que o Uruguai fez? Imediatamente, aquilo que era só permitido para estrangeiros comprarem passou a ser liberado para os uruguaios. Ou seja, aquilo que poderia ser uma disputa, ele já resolveu, antes que nós criássemos a regulamentação

dos *free shops*. Então, eles estão muito mais rápidos do que nós. Nós estamos aqui patinando.

Sobre essa questão das assimetrias, eu queria um comentário seu.

Para concluir, estive agora, com a honrosa presença dos Senadores Requião e Luiz Henrique, na posse do Presidente do Paraguai. Ele fez um discurso muito pragmático, numa linguagem, eu diria, empresarial, muito claro, com começou, meio e fim. Falou muito na questão da previsibilidade econômica e da segurança jurídica, termos que são necessários no ambiente, e da necessidade de acordos bilaterais, ressaltando o Brasil e a Argentina; de acordos regionais e de acordos multilaterais. Em nenhum momento, em todo o discurso de 40 minutos, ele usou a palavra Mercosul, porque as feridas abertas no processo de *impeachment* no Paraguai ainda não foram cicatrizadas, e vai demorar um pouco para isso ser resolvido.

Então, penso que, talvez, ter incluído o ingrediente político-ideológico em um processo que tem um viés mais econômico e comercial para fazer isso andar... A China não é ideologia; a China é pragmatismo comercial. Por isso, é a oficina do mundo hoje.

Então, estamos ainda cuidando de algumas questões com uma visão que, ao invés de ajudar, está perturbando o ambiente do relacionamento regional. Mas eu, como o Senador Requião, embora não cética, acho que ainda não desligaram os tubos da UTI do paciente. Tomara que dê certo!

Essa reação do acordo da Aliança do Pacífico é uma reação natural, digamos, às frustrações em relação a esse bloco. Eu, que ajudei – ajudei não; divulguei isso modestamente como repórter – hoje, vejo com tristeza que não se tenha avançado tanto quanto poderia ter acontecido, em função de todos esses empecilhos.

Em relação à União Europeia, por fim, também por ser de um Estado de produção agrícola e por ter alguma informação, o Brasil é altamente competitivo... Desculpe-me. É altamente produtivo, mas perde competitividade. Aí, nós esbarramos numa proteção que a União Europeia dá à sua produção agropecuária. Esse é o setor mais protegido da União Europeia, é o setor mais protegido dos Estados Unidos e do Canadá.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E Japão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E do Japão. Não dá para mandar arroz para lá. Exatamente, Requião. Bem lembrado.

Então, o setor agropecuário é vital. Agora, para os financistas internacionais no debacle que acontece financeiro e imobiliário, o olhar é a força que o setor de produção agropecuária tem no mercado globaliza-

do. O mundo vai ser salvo, a economia mundial, por produção de alimentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Ruben Figueiró deseja fazer uso da palavra?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu estou aqui para ouvir. Sou de Mato Grosso do Sul, apreciei muito a exposição dos senhores. Quando cheguei aqui, já estava concluindo a sua exposição o Embaixador Clodoaldo Hugueney. Aliás, sou esposo de uma prima dele, a Cléa. Vim aqui mais para cumprimentá-lo.

Tenho uma posição definida com relação ao Mercosul, e o meu ponto de vista segue a linha do Dr. Roberto Giannetti, que foi reforçada aqui pela Senadora Ana Amélia. Aprendi bastante e estou convencido de que tenho condições de fortalecer o meu ponto de vista, inclusive para defender os interesses do meu Estado, que é limítrofe com o Paraguai, país que está sofrendo muito com essa hostilidade que, infelizmente, os outros países associados ao Mercosul cometeram contra ele. É preciso que se analisem também os aspectos políticos dessa questão.

Mas fiquei muito satisfeito em ouvi-los e quero cumprimentá-los por isso. Posso dizer-lhes que reuniões como essas, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, são muito produtivas para esclarecer melhor o que é hoje o Mercosul. Não é aquele sonhado pelos presidentes Sarney e Alfonsín.

Muito obrigado. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Aos representantes da indústria eu questiono, sobretudo em razão da fala do Dr. Giannetti: se houver um agravamento da conjuntura macroeconômica, sobretudo na Venezuela e na Argentina, qual é a repercussão disso para a indústria manufatureira brasileira? Qual é o peso, qual é o impacto disso? E que tipo de sensibilidade ou que tipo de diálogo as entidades que V. S^{as} representam têm feito com o Governo, na direção de fazer o Governo brasileiro melhorar o tom em torno de alternativas para tudo aquilo que está no centro das nossas preocupações, que é o fortalecimento do Mercosul?

Em momento algum, eu vi aqui qualquer divergência em relação à ausência desse objetivo, que é reforçar o Mercosul, mas uma avaliação muito clara e muito nítida de que, se nada for feito, o Mercosul não terá vida longa, e nós precisamos que ele tenha vida longa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO COELHO FERNANDES – Senador, acho que o senhor tocou no ponto central hoje de alguns países vizinhos. O problema deles não

está necessariamente nem no Mercosul; está na sua agenda doméstica, uma agenda que, inclusive, vai além daquilo em que o nosso comissariado pode atuar. Então, nós temos um problema de gestão macroeconômica em ambos os países, a que o senhor fez referência, que gera preocupação. É óbvio que uma nova crise na Argentina afeta as nossas exportações, afeta a capacidade de remessa tanto na Argentina quanto na Venezuela. Ninguém está torcendo para que isso ocorra.

Acho que há um fato positivo hoje. O fato de o Brasil ter uma taxa de câmbio real mais favorável permite também aumentar o grau de liberdade da reação empresarial no País. Ou seja, eu posso ter condições de buscar novos mercados com o nível de taxa de câmbio que hoje se aproxima do valor de 2,4. Então, isso dá um grau de liberdade a mais.

Eu diria que o problema central dessas duas economias é a gestão doméstica: política fiscal, inflação, etc. Espero que esses não sejam problemas que tenhamos de enfrentar aqui.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Eu queria enfatizar nessa sua pergunta, Senador Ricardo Ferraço, que o prejuízo principal para a indústria brasileira, por exemplo, seria na indústria automotiva. Um ponto de destaque que não foi muito colocado aqui na estrutura do Mercosul é o acordo automotivo. O acordo automotivo, por exemplo, daria um baque para o Brasil da ordem, estou imaginando, de 440, 500 mil automóveis/ano, o que não seria desprezível. Estamos falando em cerca de 20% da produção brasileira, que é hoje por volta de 3,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E que têm como destino a Argentina.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Têm como destino a Argentina e países vizinhos. Quer dizer, a consequência, no conjunto do Mercosul, vai ser muito grande.

E, em alguns setores que estão mais bem integrados – químico, papel e celulose, metatúrgico, metais, aço –, certamente haverá repercussões nos dois lados. Quer dizer, vamos perder capacidade exportadora, porque eles vão deixar de comprar ou vão comprar menos. E, provavelmente, produtos que nós compramos da Argentina, sobretudo alimentícios, também sofrerão as consequências dessa ruptura macroeconômica, cuja ocorrência é quase previsível.

Há alguns indicadores que, pela própria experiência sofrida do Brasil nos anos 80 e 90, conhecemos um pouco, na nossa epiderme; quando acontecem, aparecem esses sinais, e a crise é inevitável.

Olhem a questão do mercado de câmbio paralelo na Argentina. Hoje, temos um câmbio oficial de 5,50 e, um câmbio paralelo de 11. A primeira coisa que o argentino faz é fazer a reserva em dólar, porque passou a forma de poupança, de reserva de valor deles. Então, quando começa a haver esse tipo de atitude, e as reservas do Banco Central estão declinantes...

Tivemos, na semana passada – estou falando com certa atualização – a presença do economista Roberto Lavagna, ex-ministro da economia no Governo argentino, que, inclusive, fez aquele plano de recuperação da dívida e foi candidato à presidência da república. Ele está muito cético e, talvez, com a esperança de que o país se recupere. Mas o ceticismo dele tem fundamento: da situação política macroeconômica atual dificilmente se sobressai sem uma política profunda.

Eu escrevi um artigo há algum tempo com um título até bastante sugestivo para quem viveu no Brasil nos anos 70 e 80. O título do artigo é: “O tango do crioulo doido”, porque exatamente nos remete à memória de Stanislaw Ponte Preta, que compôs, em referência ao Brasil, o Samba do Crioulo Doido, quando as coisas inusitadas que aqui aconteciam criavam perplexidade no mundo externo. Hoje, não é o samba do crioulo doido, mas o tango do crioulo doido, quando se vê o Secretário Guillermo Moreno passar a mão no telefone e falar com empresários da Argentina para não comprarem tal produto do Brasil porque está proibido, apesar de isso não estar escrito em lugar algum.

Um exemplo disso são as máquinas agrícolas, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a sabe o que aconteceu. Eles proibiram a importação de máquinas agrícolas do Brasil, desempregaram centenas de milhares de pessoas, estoques foram acumulados, e a regra não estava escrita em lugar nenhum. Ordem imperial do secretário da indústria. E ninguém o desobedece, porque sabe que as sanções serão graves.

Não podemos nos iludir!

Eu falo com certo grau de liberdade, apesar de estarmos aqui em reunião formal do Senado Federal, mas é necessário olharmos com realidade. Senão, a gente fica se enganando, e o pior problema é realmente a ilusão. Então, vamos nos preparar, porque a crise está aí, crise que vai pegar, de fato, primeiro, Argentina e Venezuela – países que não têm condições de sobreviver em uma situação macroeconômica como estão hoje estruturados – e cujo impacto no Brasil não será desprezível. Portanto, temos de preparar, sim, o plano B, que é o que eu falo no artigo: como podemos mitigar os riscos dessa crise, não necessariamente só argentina e venezuelana, mas, vamos dizer, latino-americana?

Ela vem, Senador Requião. Não há dúvida, mas o Brasil não está tão mal na fotografia quanto parece.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas nem tão bem, não é?

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Também não está bem. O nosso déficit em conta corrente tem de ser debatido nesta Casa com o Ministro da Fazenda, porque é um absurdo que, depois de passarmos mais de uma década com restrição externa ao crescimento dos anos 80 e 90, nos venhamos agora, de novo, enfrentar esse problema de déficit em conta corrente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Giannetti, com diminuição de preço de *commodities*, juros altos e remessa de lucro, não tem país que escape de uma crise cambial. Agora, a solução disso seria os governos sentarem e tentarem montar um projeto comum, porque, com crise ou sem crise, o PIB da Venezuela, de exportação de minério de petróleo, vai continuar ao redor de US\$450 bilhões, o que não é brincadeira. Não é o PIB do Paraguai. O Paraguai esperneia aqui, esperneia ali; está jogando um jogo com influência americana, para estabelecer uma cunha e forçar os acordos bilaterais. O Governo do Paraguai assumiu, com a minha presença e a chancela da Senadora Ana Amélia e do Senador Luiz Henrique; no dia seguinte, um tal Exército de Libertação Popular, entrou numa fazenda de brasileiros e matou quatro seguranças.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Cinco pessoas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O que aconteceu no Paraguai é que voltou um governo liberal, para não dizer o velho governo do Paraguai de extrema direita. Então, o conflito lá é tão anunciado quanto a crise da Venezuela e da Argentina. Vai haver conflito social. As propriedades paraguaias têm cinco, seis andares. Um brasileiro que morre não tem condição de testar para os seus filhos, porque ele não tem limite, nem escritura. Então, é um problema que poderia ser resolvido dentro do Mercosul, sob o comando e a batuta ali do Ivan Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A ordem jurídica brasileira, a nossa Constituição Federal, diferentemente da Constituição Federal norte-americana, não reserva ao Senado, muito menos a esta Comissão, protagonismo, ou mesmo hegemonia na política externa brasileira, muito menos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nem direito de veto nós temos, Senador Ferraço. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito menos na sua política comercial externa, enfim. Mas o fato objetivo é que a Comissão de Relações Exteriores vem-se aprofundando e vem sinalizando muitas preocupações em relação a essas questões. Já recebemos aqui o Ministro Pimentel, estamos hoje recebendo V. S^{as} que trouxeram, aqui, luzes para que nós possamos continuar afirmando nossos juízos de valor.

Queremos agradecer muito a presença aqui de V. S^{as}.

Queria passar a palavra, para suas considerações finais, aos nossos convidados, iniciando pelo Embaixador Clodoaldo Huguene, primo do nosso Senador Figueiró.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. CLODOALDO HUGUENE FILHO – Minha família mato-grossense é enorme, e tenho parentes em muitas regiões do Brasil.

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de ter vindo aqui participar de um debate tão rico e de uma discussão tão interessante sobre o Mercosul, que é um tema central para o Brasil. Acho que todos reconhecem isso. Vou ser muito breve e fazer algumas pequenas observações.

A primeira, sobre a questão de união aduaneira e zona de livre comércio. Acho que se deve preservar o objetivo da união aduaneira e seguir trabalhando para tentar alcançar mais solidez na união aduaneira, mas não vejo contradição entre uma união aduaneira e um princípio de negociação em separado. Eu acho perfeitamente possível, caso um sócio não tenha condições de acompanhar no momento a negociação, tentar-se iniciar a negociação e, depois, dar oportunidade para que outros se juntem ao processo negociador.

A segunda consideração que queria fazer é reforçando um pouco o que disseram o Roberto e o José Augusto, no sentido de que, sim, o fato de o Brasil ter mercado no Mercosul para os seus produtos manufaturados é importante, mas isso também cria certas dependências que fazem com que, muitas vezes, não se busquem mercados mais competitivos, que forçariam também um aprimoramento da produção industrial brasileira. Acho que, no momento em que alguns dos problemas, como o problema cambial e outros, estão sendo superados, a indústria tem condições de desenvolver mais competitividade e tem condições de se integrar mais nessas cadeias globais de produção, como no caso, por exemplo, da indústria automotiva, que é uma indústria de cadeias de produção na escala global.

O terceiro ponto que eu queria ressaltar é este da competitividade do Brasil e do Mercosul como um todo, não da Venezuela, mas dos países originais do Mercosul. Na área agropecuária, é realmente uma garantia de crescentes exportações, e acho que isso dá ao Mercosul, em conjunto, e ao Brasil, em particular, uma perspectiva enorme, num futuro em que o problema do alimento vai ser um problema de crescente importância.

Finalmente, eu queria mencionar uma questão que a Senadora Kátia Abreu tem levantado, que é essa questão do acordo âncora e do acordo balão. Eu acho que a gente deve trabalhar duro para que o Mercosul não seja percebido como uma restrição; não seja percebido crescentemente como um entrave. Não é possível ter-se uma união aduaneira e um processo de integração entre países vizinhos que seja percebido pelo empresariado, por setores da sociedade, mais como um entrave do que como um estímulo ao desenvolvimento, ao crescimento do comércio.

Infelizmente, dada a sequência de problemas ao longo dos anos, que não foram adequadamente solucionados, cresce essa percepção de que o Mercosul, mais do que uma oportunidade, está-se transformando num obstáculo. Acho que o teste da negociação com a União Europeia para mim é válido, mas, como o Roberto indicou, nada garante que essa negociação possa ser concluída com êxito. Para ser concluída com êxito, vai precisar que a União Europeia, compareça e coloque na mesa uma oferta agrícola significativa. Do contrário, não vai haver um pacote negociador razoável, mas acho que há uma oportunidade, e essa oportunidade deve ser aproveitada, de a gente colocar na mesa uma oferta e tentar ver se é possível fechar essa negociação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Clodoaldo Huguene.

Passo a palavra ao Alto Representante-Geral do Mercosul, Dr. Ivan Ramalho. Se o senhor puder, inclusive, pediria para dar sinais claros de onde está havendo circunstancialmente, conjunturalmente, impedimento para a conclusão das negociações com a União Europeia, para que possamos conhecer a viabilidade ou o interesse de avançarmos nesse acordo ou não.

A palavra é de V. S^a para as considerações finais.

O SR. IVAN RAMALHO – Muito obrigado, Senador.

Eu só queria lembrar que, quando apresentei aqui o mapa do Mercosul como está hoje, depois do ingresso da Venezuela, destaquei também o ingresso provável da Bolívia, do Equador, do Suriname e da

Guiana. Isso, de uma certa forma, muda um pouco o Mercosul também dentro do Brasil. Quer dizer, agora, outras regiões importantes do Brasil, como a Região Centro-Oeste e a Região Norte passam a ser também vizinhas de países que integram o Mercosul e que estão numa fase de integração. Acredito que isso vai também ajudar bastante a dar uma motivação maior, nessas outras regiões brasileiras, para o Mercosul, que originalmente era tão somente o Cone Sul. E, agora, temos também, com essa perspectiva, além da Venezuela, Bolívia, acho que Equador, que são economias importantes, Suriname e Guiana também com um interesse bastante grande; já se associaram, e acredito que muito brevemente possam ser também Estados membros do Mercosul.

Acho que isso mostra que há um processo, sim, de expansão do Mercosul, e a expansão do mercado consumidor com mais países tem inegavelmente uma importância muito grande nas decisões futuras de novos investimentos em todos os setores industriais.

Com relação à União Europeia, eu queria apenas reiterar também que esse tema foi bastante debatido nas últimas reuniões durante a Cumbre do Mercosul (Cumbre Social del Mercosur) em julho em Montevideu, e os países estão agora comprometidos a apresentarem as suas propostas ainda no mês de setembro, e o Brasil também está em contato com a produção brasileira, tanto com o setor industrial, como também do setor agrícola, para elaborar as suas propostas.

Mantenho o meu ponto de vista e acredito que é possível, com todos apresentando suas propostas, que se chegue a um consenso, a um acordo e a uma proposta razoável do Mercosul para a União Europeia. Eu também concordo com o Embaixador: seria muito importante, muito positivo que esse acordo pudesse ser concluído, mas, evidentemente, como o senhor acaba de dizer, lembrar sempre que não depende apenas do Mercosul. Depende também de qual vai ser a posição da União Europeia, que – todos nós sabemos –, em alguns setores, especialmente no setor agrícola, muitas vezes tem posições bastante defensivas. E outros programas, outros projetos que existem de acordos – eu não quero citá-los para não fazer explicitamente comparações com o Mercosul, com outras propostas que existem – têm enfrentado dificuldades também, ainda que tenham sido tão amplamente noticiadas, em função de posições defensivas, principalmente na área agrícola, que são muitas vezes colocadas. E o Brasil enfrentou isso não só com a União Europeia, mas também em outras negociações.

Mas eu, pessoalmente, acredito que o Mercosul tem todas as condições de ter, ainda neste semestre,

uma proposta para a União Europeia. Vamos esperar que esse acordo, desta vez, possa de fato ser concluído.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Ivan Ramalho.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Roberto Giannetti, agradecendo a presença de V. S^a na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Muito obrigado, Senador Ferraço. Eu é que agradeço o convite.

Quero, para não ser repetitivo e para concluir de forma muito objetiva, dizer que, talvez, estejamos valorizando muito, nesta avaliação que estamos aqui fazendo hoje, as questões especificamente tarifárias. Ao longo dos últimos 30 anos, a proteção tarifária vem perdendo significado. Hoje, as proteções são muito mais de ordem técnica, barreiras não tarifárias, barreiras de especificação técnica, barreiras sanitárias e, às vezes, até questões puramente logísticas ou cambiais que dificultam nossa competitividade exportadora.

Então, tenho confiança de que, com competência industrial, tecnológica, e com competência negocial, o Brasil pode e consegue superar algumas dessas barreiras. Dou um exemplo recente, e talvez os Estados de Paraná e Rio Grande do Sul, aqui representados pelos nobres Senadores Requião e Ana Amélia, vão se lembrar: recentemente, a abertura do mercado do Japão para a carne suína. Sabe quanto representa por ano? US\$1 bilhão, uma decisão do Ministro da Agricultura japonês dizer que está autorizado.

Eu fui presidente da Abiec (**Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne**) nos anos 2007 a 2009 e andei muito pelo mundo, abrindo mercado para a carne brasileira. E sempre me colocavam o problema da febre aftosa. Eu dizia que, em relação a isso, não se pode olhar o Brasil, que é um continente, que todos os Estados, que todo o gado brasileiro tem febre aftosa. De fato, existiram alguns focos, focos isolados, que foram imediatamente controlados. Agora, sempre dou esse exemplo: surpeende-me que delegações do Japão, Estados Unidos e Europa, a primeira coisa que eles querem fazer no dia seguinte à sua chegada ao Brasil é ir a uma churrascaria, ao nosso famoso rodízio. Comem a carne brasileira até se esgotar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Satisfazem-se suficientemente para, depois, poderem dispensar a carne brasileira lá fora. Mas é um ab-

surdo. Tem uma contradição imediata, e eles não têm resposta para isso.

Então, acho que, de fato, nós temos de nos tornar mais competentes na negociação internacional, não só na questão tarifária, mas também nas barreiras não tarifárias. Aí, exige-se a questão da reciprocidade. Se não obtivermos respostas concretas e equilibradas da União Europeia, do Japão, dos Estados Unidos, não tem acordo, e vamos criar restrição também para propriedade intelectual, *royalties*, essas coisas que eles...

Ontem, por exemplo, recebi uma delegação dos Estados Unidos na Fiesp, para discutir propriedade intelectual, tema que nos interessa muito. Não tem a menor dúvida de que é importante para o Brasil. Agora, para respeitar a questão de propriedade intelectual, também temos de ter, na questão de barreiras não tarifárias nos Estados Unidos, algum tipo de reciprocidade; senão, não nos interessa aprofundar essa questão. É preciso haver motivação. E aí eu acho que a negociação é difícil, é complexa, Senador Requião, mas eu não tenho medo de enfrentá-la. Eu sou corajoso e patriota.

Acredito que nós podemos, sim, fazer bons acordos para o Brasil, mas isso exige, evidentemente, preparação, planejamento e estratégia. Não se pode chegar lá despreparado e enfrentar uma situação, às vezes, de desequilíbrio. Por exemplo, o asiático – o japonês e o chinês – se prepara anos para a negociação comercial, e nós, às vezes, agimos um pouco de improviso. Acho que nos falta também competência, autocrítica, inclusive, ao setor privado e não só ao Governo. para negociarmos melhor os nossos acordos.

Obrigado, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Roberto Giannetti da Fonseca.

Passo a palavra ao Dr. Jose Augusto Coelho Fernandes, representante da Confederação Nacional da Indústria.

Agradeço a V. S^a a presença entre nós.

O SR. JOSE AUGUSTO COELHO FERNANDES – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Em primeiro lugar, eu acredito que eu fale não apenas em meu nome, mas em nome de todos os presentes aqui.

Nós voltamos deste debate com os Srs. Senadores com novas ideias, inquietações e perguntas. Então, os senhores transferiram um dever de casa para todos nós. Agradeço todas as perguntas, mesmo aquelas que eu achava que estavam talvez distantes da minha forma de ver o mundo.

Segunda questão: de forma crescente, o interesse econômico do Brasil hoje não se dá apenas no

plano do comércio, mas também no plano do investimento. Essa é uma mudança importante que ocorreu nos últimos anos.

Outro tema da agenda é a qualidade das políticas dos nossos vizinhos. De forma crescente, esse passa a ser um tema da nossa agenda. Então, é importante passarmos também a exportar as boas políticas que temos. Se eu funciono bem na defesa de concorrência, vou exportar essa política. Se eu funciono bem em determinados aspectos de segurança jurídica, isso é importante, porque acho que os nossos interesses estratégicos dependem muito da qualidade da operação dos nossos vizinhos.

Acho que já foi mencionado aqui que o mercado do Mercosul é extraordinariamente importante, mas não é suficiente. Ou seja, a nossa indústria não pode ficar satisfeita nem apenas com o nosso mercado doméstico nem com o mercado vizinho. Então, o nosso sucesso vai depender de conexão com mercados mais amplos, mais sofisticados. E acho que é isso que está na raiz da discussão que tivemos hoje aqui sobre novas frentes de negociação.

Eu entendo, Senador, que, apesar de o senhor ter dito que a Constituição não dá determinados poderes à Comissão de Relações Exteriores, essa capacidade de monitoramento de políticas e de avaliação é um ativo extraordinariamente importante. O Brasil faz pouco disso. Na Austrália, há uma comissão de avaliação de produtividade que, em relação a praticamente todas as políticas relevantes – há quase uma agência independente; as pessoas têm independência –, vai analisando essas políticas, vai dando oxigenação ao debate. E eu acredito que a área de política comercial, a estratégia de política comercial do Brasil conta com os senhores, que têm um papel muito forte em acompanhar esse processo, saber o que está sendo feito, e identificar qual vai ser a meta de avaliação dos resultados, etc. Isso é muito importante. Os senhores estarão gerando um valor importante para toda a sociedade.

Por fim, eu faço referência a um último ponto que o Roberto mencionou: a questão fitossanitária. Eu acho que isso mostra um exemplo de que, se o Brasil colocar no Orçamento – vamos imaginar – US\$40 milhões, o País ganhará, em três, quatro anos, US\$3 bilhões. A gente reclama de vários desses problemas, dizendo: “Ah, não. É o japonês, é o chinês.” Não! Em muitos casos, o problema fundamentalmente está aqui. Quantas vezes nós acompanhamos a vinda de uma missão que não podia receber, mas recebeu de forma inadequada, etc.?!

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Não respondeu o questionamento.

O SR. JOSE AUGUSTO COELHO FERNANDES

– Não respondeu o questionário. As coisas não estavam bem feitas. Então, nós temos condição de mudar. E acredito que essa qualidade da gestão, a qualidade da gestão do Estado é fundamental para essa ação.

Eu gostaria de cumprimentar a Comissão e estimulá-la a continuar esse trabalho.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Por justiça, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas referendando o que disse V. Sª, quero dizer que eu sou gaúcha, mas devo reconhecer que Santa Catarina conseguiu, junto à OIE, a certificação regional de Estado livre de aftosa sem vacinação. Acho que isso se deveu ao empenho daquele Estado pequeno com investimento maciço em controle sanitário.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço aos nossos convidados e, ao encerrar, dou ciência ao conjunto dos nossos Senadores na Comissão de que encaminhamos, nesta data, correspondência a S. Exª o Embaixador Alexander Ellis, Chefe da Missão Diplomática do Reino Unido no Brasil, com o seguinte teor:

Dirijo-me a V. Exª para solicitar esclarecimentos sobre o episódio envolvendo o Sr. David Miranda, que ficou retido no domingo por quase nove horas no aeroporto Heathrow, em Londres, e teve seu telefone, computador, câmara, cartões de memória, DVD e até jogos eletrônicos apreendidos pela polícia.

Quanto à justificativa de que a ação foi baseada na legislação britânica de combate ao terrorismo, não é cabível, uma vez que contra o brasileiro não pesam quaisquer acusações que possam legitimar o uso da referida legislação. A única hipótese levantada até o momento é de que a retenção de David Miranda é uma tentativa de intimidação a seu companheiro, Glenn Greenwald, jornalista americano responsável pela publicação de documentos secretos repassados pelo ex-técnico da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América, Edward Snowden, sobre o esquema norte-americano de espionagem digital.

Dou ciência aos Srs. Senadores, para que esse tipo de violência cometido não apenas contra um cidadão brasileiro possa ser reparado, e o Senado Fede-

ral mereça, por parte da missão diplomática do Reino Unido, um esclarecimento satisfatório a respeito desse lamentável episódio.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 4 minutos.)

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL****ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os demais Senadores. É aberta a Reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Usa a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos que solicita inclusão de item extrapauta. Solicitação atendida, passa-se à deliberação do EXTRAPAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 74, DE 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de tratar do Projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, que tem a finalidade de aumentar a vigilância e a proteção das fronteiras terrestres, em uma faixa de cerca de

17.000 km de extensão que separa o Brasil de 11 países vizinhos e estende-se por dez Estados e 27% do território nacional; em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2013-CRE, de autoria do Senador Ricardo Ferraço; participam como convidados: General de Divisão Antonino dos Santos Guerra Neto, Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército; General de Divisão R/1 João Roberto de Oliveira, Gerente do Projeto Estratégico SISFRON; e Marcus Tollendal, Presidente da Savis Tecnologia e Sistemas S.A. O Presidente convida os expositores a comporem a Mesa. O Presidente faz pronunciamento sobre o SISFRON. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, o Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. Então o Presidente apresenta seus questionamentos aos expositores, que os respondem e, na sequência, usam a palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Delcídio do Amaral. O Presidente sugere que o Senador Delcídio do Amaral apresente um Requerimento para discutir o SISFRON no Estado de Mato Grosso do Sul. Na sequência, os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente tece comentários sobre o assunto debatido e apresenta seus cumprimentos aos expositores. EXTRAPAUTA: ITEM 2 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 75, DE 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. EXTRAPAUTA: ITEM 3 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 78, DE 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o

Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos assume a presidência o Senador Cyro Miranda; em seguida, às doze horas e cinco minutos, assume-a o Senador Delcídio do Amaral; e, finalmente, às doze horas e nove minutos, reassume-a o Senador Ricardo Ferraço. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, que apresenta sugestão de pedido de informações ao Itamaraty sobre implicações referentes à desvalorização do Real e indicação de Embaixadores em missões diplomáticas. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/ PMDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/ PMDB – PE) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex^a que, se possível, fizesse uma inversão de pauta. Tenho pronto o relatório da indicação do Embaixador para a Rússia e não consta da Ordem do Dia. Eu pediria a V. Ex^a que fizesse a inclusão extrapauta e que me desse condições de apresentar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Não apenas é possível, mas também necessário.

Quero agradecer a V. Ex^a a forma diligente com que V. Ex^a está trazendo a esta Comissão o parecer de uma das mais importantes missões diplomáticas de nosso País.

Vou passar, de pronto, a V. Ex^a a palavra, para que V. Ex^a possa proferir o parecer relacionado com a indicação do nosso Embaixador que vai ser sabatinado por esta Comissão para assumir a missão diplomática brasileira junto à Rússia e à República do Uzbequistão.

Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Maioria/PMDB – PE) – Bom, Sr. Presidente, essa matéria me chegou às mãos ontem.

Trata-se da Mensagem nº 74, de 2013, da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

É competência nossa, como se sabe, do Senado Federal, examinar a matéria.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu em Madrid, em 1954. É brasileiro, de acordo com o disposto no art. 129, II, da Constituição de 1946.

Ele ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1974 e se titulou terceiro secretário no ano seguinte. Tornou-se segundo secretário em 1978 e foi, por merecimento, primeiro secretário em 1981 e conselheiro em 1987. Ascendeu a ministro de segunda classe em 1994 e a ministro de primeira classe em 2001, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, ele exerceu a de Chefe da Divisão do Mar da Antártida e do Espaço (1987); Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis (1994); Chefe do Departamento de Temas Especiais (1998); Diretor-Geral do Departamento de Organismos Internacionais (2001).

No exterior, podemos destacar os cargos de conselheiro na Embaixada em Paris (1990); Embaixador junto à Agência Internacional de Energia Atômica (2006); Embaixador representante especial junto à Conferência do Desarmamento (2012); além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior e recebeu diversas condecorações.

A Rússia, cuja capital é Moscou, é o maior país do mundo. Equivale a cerca de duas vezes o tamanho do Brasil. O russo é a língua oficial, entretanto, existem outras 27 línguas regionais.

O sistema de governo é o de República Federativa semipresidencialista. O Poder Legislativo, assim como o brasileiro, é bicameral, porém divide-se em Duma de Estado (450 membros) e (Conselho de Federação) 166 membros.

O relacionamento Brasil/Rússia teve início em 3 de outubro de 1828. Desde então e até o romper da chamada Revolução Russa, as relações foram formais. A distância aliada às dificuldades de comunicação, bem como os respectivos contextos históricos, não propiciaram um intercâmbio mais sólido entre os dois países.

A partir dos acontecimentos de 1917, ano da Revolução Russa, as diferenças ideológicas paralisaram ainda mais a ampliação dos contatos. Com efeito, as relações foram rompidas em duas oportunidades de 1918 a 1945 e de 1947 a 1961.

O relacionamento é retomado em 1961, ainda durante o período da guerra fria. No entanto, ganha novo impulso com a redemocratização do Brasil e a abertura política associada à reestruturação econômica (Perestroika) na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Desde então, com a derrocada do comunismo e o fim da União Soviética, o relacionamento adquiriu novo ímpeto. Tornou-se ainda mais próximo à medida que o Brasil se assemelhava à Rússia como país de grande influência, tanto no contexto global como em seu entorno imediato. Ademais, a Rússia desempenhou papel de protagonista na criação do grupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os chamados BRICS.

As trocas comerciais entre Brasil e Rússia seguem aquém das potencialidades. Em 2008 as duas partes reiteraram o objetivo de elevar o comércio bilateral a US\$10 bilhões. O saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Importamos fundamentalmente fertilizantes e derivados do petróleo, e exportamos, de modo destacado, carnes e açúcar.

Os últimos acordos assinados entre os dois países e que já se encontram em vigor são na área de cooperação técnico-militar e para isenção de vistos de curta duração.

Já na política externa, a Rússia é caracterizada pela construção de um relacionamento mais harmônico com a Europa Ocidental, pelo equacionamento das diferenças que persistem com os Estados Unidos e pela promoção de mecanismos que fortaleçam a voz das grandes potências emergentes, como é o caso dos BRICS.

Com relação ao Uzbequistão, nosso relacionamento foi estabelecido em 1993. Ainda não temos embaixada dentro daquele país e inexistente também a representação permanente aqui em Brasília.

Ambos os países têm diante de si ótima perspectiva de cooperação no campo agropecuário. Vislumbra-se igualmente potencialidade de parceria no setor energético.

No campo político, os países têm posições semelhantes em foros multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao desarmamento. Aquele país manifestou apoio ao pleito brasileiro de ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e apoiou as últimas quinze candidaturas do Brasil em organismos internacionais.

Na esfera comercial, o intercâmbio entre os países é instável, alternando altos e baixos nos valores, fatos acontecidos nos últimos anos. Em 2012, o fluxo comercial chegou a US\$22 milhões, o maior valor desde 2000.

Não há estimativa sobre o número de brasileiros residentes naquele país.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

Em discussão o parecer do Senador Jarbas Vasconcelos.

Nos termos regimentais, nós vamos dar vista coletiva para que a matéria possa ser avaliada pelo conjunto dos Srs. Senadores e Senadoras. Que na próxima reunião nós possamos enfim ter a presença de S. Ex^a o Embaixador indicado pela Presidência da República, para que nós possamos proceder à sua sabatina e à votação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

(É o seguinte o item apreciado:)

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, conhecido como Sisfron, considerado projeto estratégico do Exército brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 44, da Comissão de Relações Exteriores.

Para participarem desta reunião, convido para tomarem assento à mesa o Sr. General de Divisão Antônimo dos Santos Guerra Neto, Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército; o Sr. Marcus Tollendal, Presidente da Savis Tecnologia e Sistemas S.A.; e o Sr. General de Divisão João Roberto de Oliveira, Gerente do projeto Sisfron. Em nome da Comissão, nós queremos muitíssimo agradecer a presença de todos os senhores para um debate tão importante.

O Sisfron tem a finalidade de aumentar a vigilância e a proteção das fronteiras terrestres brasileiras em uma faixa de cerca de 17 mil quilômetros de extensão que separa o Brasil de 11 países vizinhos e se estende por dez Estados brasileiros e 27% do território nacional. Entretanto, apesar da relevância do projeto, o mesmo não vem sendo contemplado com os recursos orçamentários necessários.

A vigilância das fronteiras pelo Sisfron pode contribuir de maneira decisiva para coibir o contrabando de armas e o tráfico de drogas, causadores do aumento da criminalidade e da taxa de homicídios nas cidades brasileiras, com reflexos diretos para a segurança pública e o bem-estar geral da sociedade brasileira. Através de radares e sensores instalados ao longo dos trechos-chave da fronteira nacional, o sistema será capaz de captar e transmitir informações em tempo real sobre ações de criminosos, favorecendo a ação da Polícia Federal, do Ibama, da Receita Federal e de vários órgãos federais, estaduais e municipais. Assim, os atrasos em tal empreendimento podem aumentar o drama da família brasileira com o flagelo das drogas e a consequente escalada da criminalidade, presentes no dia a dia da população brasileira.

Além dos benefícios referentes à segurança pública, outros dividendos do projeto também são evidentes, tais como a geração de empregos, o estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, o fortalecimento da indústria de defesa nacional, sem contar a criação de condições mais adequadas para o atendimento de diversos objetivos sociais, tais como a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e a proteção das minorias indígenas ao longo da nossa fronteira brasileira.

Atualmente, o Sisfron se encontra na etapa de implantação do projeto piloto na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados, Mato Grosso do Sul. Essa fase inicial contemplará o monitoramento de aproximadamente 600km na faixa que acompanha a fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, sendo que o modelo de implantação adotado foi o da contratação de uma empresa integradora nacional, o Consórcio Tepro, formado por

empresas controladas pela Embraer Defesa e Segurança.

No contexto dos enormes desafios representados pela complexidade do projeto como um todo, estimado em R\$12 bilhões, em 10 anos, é essencial que os recursos financeiros necessários para sua implantação possam estar assegurados. Entretanto, levando-se em conta a dosagem orçamentária atual, a conclusão do Sisfron poderá demorar 60 anos para implementação, se persistir a baixa transferência de recursos para a implantação desse sistema.

Por outro lado, levantamentos realizados pelo Exército brasileiro indicam que, no caso de o Sisfron conseguir ser implantado, nós estaremos operando, na prática, a redução efetiva do tráfico de drogas e do tráfico de armas na sociedade brasileira. Portanto, trata-se de um tema de absoluta prioridade para o interesse nacional. Por isso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelos aspectos que nós estamos aqui manifestando, pela capacidade desse projeto influir e impactar positivamente no dia a dia da sociedade brasileira, está realizando esta audiência pública, visando ao debate, visando à socialização, visando ao entendimento da importância estratégica e do impacto desse projeto para a sociedade brasileira e, sobretudo, para dez Estados brasileiros.

Por isso mesmo, nós agradecemos a presença dos nossos convidados e passamos a palavra, de imediato, ao Sr. General de Divisão João Roberto de Oliveira; em seguida, ao Sr. General de Divisão Antônio dos Santos Guerra Neto e ao Sr. Marcus Tollendal, para que possamos socializar e nivelar o estado da arte do andamento desse importante projeto estratégico brasileiro, não apenas para o Exército, mas para o Estado brasileiro.

Passo a palavra...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Sr. General João Roberto de Oliveira, mas antes, pela ordem, ouço o Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a licença do Presidente e dos apresentadores, eu queria saber se nós vamos apresentar relatório relacionado a embaixadores indicados pela Presidenta antes ou depois da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O ideal, Senador, é que nós possamos fazer após. Nós tivemos já aqui uma pauta extraordinária, solicitada pelo Senador Jarbas Vasconcelos, que leu o seu parecer relacionado à indicação do embaixador que vai chefiar a missão na Rússia. Então,

eu solicito a V. Ex^a que, após o debate, nós pudéssemos ouvi-lo e, extrapauta, ouvir o parecer de V. Ex^a abrindo vista coletiva, para que, nos próximos dias, tenhamos a indicação do Sr. Embaixador para a sabatina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tudo bem. Eu só quero dar a minha explicação. É que eu já estava aqui bem antes de começar a reunião, tive que ir à sala do Senador Taques e voltei. Mas não tem problema, porque eu tenho interesse em assistir à palestra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a compreensão de V. Ex^a para que nós possamos iniciar os debates em relação a esse tema. Em seguida, nós vamos ouvir V. Ex^a.

A palavra é de V. S^a.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Sr. Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores aqui presentes, Srs e Srs., em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senador Ricardo Ferraço essa oportunidade que nos é dada, a nós, do Projeto Sisfron, de apresentarmos o projeto. É um projeto de Estado. Não é um projeto do Exército, é um projeto de Estado. Nós agradecemos bastante essa oportunidade de debatermos o projeto, para atender os interesses da sociedade brasileira.

Eu vou fazer uma introdução bastante sintética sobre como o projeto está organizado. Em seguida, vou passar a palavra ao General Santos Guerra, que é o Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. Ele é o gerente da parte principal do projeto, a parte tecnológica, que é o projeto de sensoriamento e de apoio à decisão. O Sisfron é um dos sete projetos estratégicos do Exército e a sua gerência – eu sou o gerente geral do projeto – trabalha lá no escritório de projetos do Exército, que é responsável por coordenar os sete projetos estratégicos do Exército. A autoridade patrocinadora de todos esses projetos é o Chefe do Estado-Maior do Exército.

O projeto Sisfron está estruturado em três projetos componentes. Um é o projeto de sensoriamento e de apoio à decisão. O encargo desse projeto é do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, mais propriamente do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. E o seu gerente, como eu já disse, é o General Santos Guerra, que vai explanar mais detidamente sobre essa parte do projeto e sobre outros aspectos gerais de interesse.

Nós temos um outro projeto, que é a parte de obras e de infraestrutura. São as obras necessárias para dar suporte a toda a estrutura que vai ser implantada com o Projeto Sisfron. Esse projeto de obras e infraestrutura é tratado pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército.

Temos um projeto de apoio e atuação destinado à aquisição de recursos tipo viaturas, embarcações, equipamento para a tropa, para que a tropa possa atuar nas operações interagências, com os outros órgãos e as outras agências governamentais, nas medidas preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre.

Esse projeto é tocado em especial no Comando Logístico do Exército. Também há uma parte no próprio Departamento de Engenharia e Comunicações para o material de engenharia, e na Diretoria de Saúde do Exército para a parte de material de saúde.

Então, são esses os três grandes projetos componentes do Projeto Estratégico Sisfron.

Pelo projeto básico do Sisfron e seu estudo de viabilidade, o Sisfron está orçado em torno de R\$12 bilhões, em 10 anos, sendo que, para a parte de sensoriamento, apoio e decisão, a parte mais tecnológica, é destinada praticamente metade dos recursos. Para a parte de obras e infraestrutura é em torno de 25% e, para a parte de apoio e atuação operacional, em torno de 25% também.

Entretanto, nessa fase inicial, em que estamos desenvolvendo o piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, o forte é realmente essa área aqui, que está em torno de 80%; no projeto piloto está em torno de 80% das necessidades.

Nós temos também os projetos das coordenações regionais, que são três: uma coordenação do projeto no Comando Militar da Amazônia, que tem sede em Manaus; a outra coordenação no Comando Militar do Oeste, com sede em Campo Grande; e a outra coordenação no Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre.

Nessa coordenação do Comando Militar do Oeste, temos também a coordenação do projeto piloto, cujo foco principal é na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e a sede é em Dourados, abrangendo uma faixa de cerca de 650 quilômetros da faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul, desde a divisa com o Paraná, chegando próximo à cidade de Porto Murtinho.

Então, dito isso, vou passar a palavra ao General Santos Guerra, que vai fazer uma apresentação mais detalhada do projeto em si, com foco principal na sua área, que é sensoriamento, apoio e decisão, é a área tecnológica, na qual foi feito um contrato com o consórcio Tepro, formado pelas empresas Savis e OrbiSat, subsidiárias da Embraer para a integração do projeto como um todo.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Senhores, bom dia, muito obrigado pelo convite de estar presente neste plenário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA

NETO – Depois dessa exposição do nosso filme institucional, nós vamos detalhar um pouco o programa para que todos tenham um entendimento mais profundo do que ele é.

Pode avançar.

Então, essas são imagens da nossa belíssima fronteira. De fato, onde hoje começa o desastre que se apresenta nesta Nação, em virtude dos crimes transfronteiriços. Todos os presentes aqui que, assim como eu, recebemos dinheiro público, nosso salário, temos uma parcela de responsabilidade de resolvê-los ou de deixar isso continuar atingindo nossas famílias, não na fronteira mas em todo o Brasil, corroendo as nossas famílias, comprometendo todas as políticas públicas que são demandadas em nível de Governo e até mesmo por este fórum. Hoje se apresenta, nesta Nação, um desastre completo, pelo abandono dessas fronteiras.

Então, já em 2011, um decreto da nossa Presidente instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras. Então, há atenção quanto a esse aspecto através desse plano, que fica instituído para prevenção, controle, fiscalização, repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos da faixa de fronteira.

Dos seus principais artigos, um fala sobre a atuação integrada dos órgãos de segurança pública. Também fala que a implementação se daria através de projetos estruturantes. Então, não basta apenas uma distribuição de recursos, é preciso haver um projeto realmente eficaz, bem planejado, bem concebido, para que o problema comece a ser resolvido.

Nós temos, nesse plano estratégico, duas vertentes. Uma delas, chamada de Sentinela, seria conduzida pelo Ministério da Justiça. Estão ocorrendo ações em torno disso, para, de fato, haver uma melhor vigilância de vários órgãos. Temos também a Ágata, conduzida pelo Ministério da Defesa. Dentro dessa concepção do plano estratégico, o Exército trouxe o seu próprio projeto, que é o Sisfron.

Na Ágata, já está ocorrendo uma grande integração de esforços de toda ordem, seja em nível federal, seja em estadual. Os órgãos que têm competência e responsabilidade têm atuado nas atividades...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA

NETO – Nós temos, em 2011, uma exposição das operações que foram realizadas. Já são várias: 2012, 2012, 2013. Então já estão ocorrendo essas operações. Elas têm uma efetividade temporária. Na hora que se começa a executar ocorre realmente a repressão, a diminuição do crime transfronteiriço. Mas não é possível a permanência da Operação Ágata cem por cento

do tempo. E até a própria eficácia hoje fica um pouco comprometida realmente por falta de uma consciência do crime transfronteiriço que está ocorrendo. Então falta o sensoriamento para uma definição, para um planejamento mais eficaz durante a operação.

O Sisfron pretende oferecer em contrapartida essa melhor consciência através do sensoriamento. É um grande sistema de sensoriamento, apoio à decisão e apoio à atuação integrada, para fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Não é um sistema do Exército, é um sistema de Estado. Nós temos vários tipos de sensores planejados, a parte satelital já em andamento, seja na parte de vigilância ou em comunicações pelo viés da Força Aérea – Aeronáutica. Então, com sua concepção poderíamos dividir em três pilares que é o sensoriamento, buscar dados, reconhecer o que está ocorrendo, identificar locais, pessoas, como ocorre. Então é o lado do sensoriamento. Isso tudo vai a centros de comando e controle, fundem-se dados, compara-se para ter uma consciência, para apoiar uma operação. E depois a própria operação com as agências todas – Receita, polícia – na fase da repressão. Essa é a concepção macro do sistema.

Já está ocorrendo uma grande integração nessa fase de projeto com vários órgãos do Estado. Então já temos atuado com a Polícia Federal, com o Ministério da Fazenda, Receita Federal, polícias militares, para melhorar a eficácia do sistema na medida em que começa a ser implantado. Já tínhamos, desde 2008, na Estratégia Nacional de Defesa, iniciado estudos sobre esse sistema, que na diretriz estratégica da Estratégia Nacional de Defesa define: Organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento, controle... Então a chamada para essa questão já é desde 2008: desenvolver a capacidade monitorar, controlar o espaço aéreo. E traz dentro da estratégia também um viés de capacitar a indústria nacional para responder a essa demanda.

Nós temos também o amparo legal em toda faixa de fronteira, com 570 Municípios focados na área de fronteira em 11 Estados. Então, há uma atuação legal nesses 150 quilômetros que nós temos o projeto em desenvolvimento. Fizemos um grande estudo da sua viabilidade e real necessidade. Então, se os senhores observarem aqui nesses 11 Estados, a questão do tráfico de drogas contamina toda a nossa fronteira em todos esses Estados, mas os outros crimes transpassam todo o Código Penal. Nós temos todo tipo de descaminho na nossa fronteira atingindo vários Estados. A questão da droga é mais séria. Então, justifica o investimento, o projeto através desse estudo.

Um estudo do próprio Senado Federal, em 2007, aponta as causas da violência trazendo em segundo lugar o tráfico e o consumo de drogas, com 26% das causas da violência atribuídas, num estudo desta Casa mesmo.

Um estudo mais recente da ONU (Nações Unidas) aponta a América Latina e o Caribe como a região do mundo com maiores taxas de violência. É onde nós estamos. Aponta forte correlação existente entre as taxas de violência e o tráfico de drogas. A grande produção de drogas em países limítrofes, evidenciando a natureza do crime transfronteiriço.

O Brasil é um importante entreposto – ponto de trânsito – para o tráfico internacional. Não produzimos, mas somos o ponto de trânsito. Encabeçamos a lista como origem de cocaína e *crack* apreendidos no mundo, à frente da Colômbia, Bolívia, Peru, que produzem 100% da folha de coca. Aqui a produção nos três países...

Isso aqui é um estudo de 2013, agora de junho, publicado pelo Unodc.

Em 2012, o Ipea aponta a violência como o principal problema de nosso País. Em 2007, o Ipea mostra que o custo da violência no Brasil equivale a 5% do PIB, que, no ano de 2012, representaria – nosso PIB foi de 4 bilhões e pouco – um prejuízo, só pela violência, de 224 bilhões. Então, o custo da violência em nosso País hoje é de 224 bilhões ao ano.

Como nós não temos estatística dos crimes na fronteira, que não sejam os das drogas, nós resumimos nosso estudo de viabilidade a essa questão. Fomos buscar, no Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária: 22% dos presos têm a tipificação voltada para o narcotráfico; os que estão presos. Tem os que não estão.

Então, de 22% daquele custo da violência, só a questão das drogas, dos crimes transfronteiriços das drogas, representam, por ano, um prejuízo de 49 bilhões à nossa Nação, que é um prejuízo do descaso. Nós temos deixado esse crime crescer em nossas fronteiras constantemente.

O custo anual mínimo da violência, só decorrente do narcotráfico, é de 49 bilhões. Não temos estatística de outros crimes que ocorrem, de todos os outros descaminhos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me... Acho que seria relevante se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Perdão, Presidente Ricardo Ferraço.

Se o senhor puder nos informar como se estima o custo da violência aqui e que elementos estão sendo considerados para se chegar à definição do custo de violência? Acho que é uma informação relevante em virtude de o senhor ter apresentado esse dado.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – O estudo é do próprio Ipea, que apurou o custo anual da violência no Brasil, de toda sorte, de 5%. Todo tipo de violência foi calculado. Nós fomos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – São do que entra... Perdão, a definição... Quais são os componentes do custo da violência? Penso que isso seria relevante sabermos.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Todo o custo de nossos aprisionados, da repressão, do frustramento da política pública de saúde, as questões de saúde voltadas, todos os feridos que são recolhidos para tratamento em função da violência. Então, entra toda sorte de fatores que atingem o cidadão com a origem da violência, seja por armamento, por drogas... Política pública e assim vai...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que, inclusive, nós poderíamos convidar o Professor Ricardo Paes de Barros, o PB, para que pudesse estar conosco aqui nesta Comissão de modo a detalhar os fundamentos e os princípios desse estudo que levaram a essa conclusão.

É oportuno o questionamento de V. Ex^a, porque abre caminho para que nós possamos convidar o economista Ricardo Paes de Barros, que coordenou esse trabalho pelo Ipea.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Essa correlação da violência foi estabelecida por nós, não é? De 22 dos presos. E aí nós chegamos à relação do que se relaciona desse prejuízo total. No nosso estudo de viabilidade 49 bilhões correspondem às drogas.

Outro dado interessante: a nossa economia tem melhorado nos últimos anos, mas a gente observa que as mortes por drogas ilícitas no Brasil acompanham. Então, quanto mais rico fica o país mais drogado fica. É o que representa o gráfico. Ele vai melhorando, e, na correlação com as drogas, a gente vê que as mortes estão subindo.

Dado também triste: 48% dos universitários brasileiros relataram ter feito na vida uso de drogas ilícitas. Se há 50 pessoas neste auditório – todos devem ter filhos –, 50% dos nossos filhos aqui já tiveram contato com droga. Essa é a estatística que se apresenta.

Continuando, o nosso estudo que justifica o projeto mostra a questão da sua viabilidade pelo custo.

Observem que o custo da violência, em 10 anos, vai representar 493 bilhões. O custo do Sisfron está orçado em 12 bilhões. Se tiver uma eficácia apenas de 2,43%, ele já se justifica, se paga. O nosso estudo oferece uma eficácia superior a isso: de 10% a 20% quanto melhor for a integração com os diversos órgãos relacionados à atividade de repressão na fronteira.

Então, nós não vamos resolver o problema da fronteira, ninguém vai resolver a questão nesse tamanho de fronteira. Mas o objetivo é reduzir, sair do descaso, do abandono, da falta de ação para um trabalho mais efetivo que não permita esse crescimento indefinidamente. Esse é o objetivo. É interessante que com 2% ele se paga; ele se paga antes de concluir o sistema, oferecendo uma eficácia até reduzida.

O Exército brasileiro é a instituição nacional com maior capilaridade de presença por toda a extensão do Território nacional. Nós temos 87 organizações militares na zona de fronteira. O Estado brasileiro já paga a presença dessas unidades, mas a falta de aparelhamento, de equipamentos adequados faz com que seja quase uma presença demarcatória. Nós estamos lá garantindo o limite da fronteira, mas com baixa capacidade de “sensorial” e atuar. Então, manter um efetivo desses, mas parcialmente equipado, parcialmente capaz, pode se apresentar até como prejuízo. O Exército brasileiro tem a capacidade de atuar efetivamente, sendo o Estado indutor para garantir, através de investimento, emprego e renda e também atuando na causa, a diminuição do custo de violência. Portanto, o Exército brasileiro é a organização mais presente já na fronteira.

Benefícios que nós esperamos: instrumento de integração regional; ferramenta de cooperação militar com várias forças armadas vizinhas; aumento da presença do Estado; integração entre os órgãos de governo; benefícios militares; aumento da capacidade de vigilância e monitoramento; efetivação da estratégia da presença na nossa fronteira; melhoria da capacidade de apoio às operações de garantia da lei e da ordem e ações subsidiárias; prestação no atendimento das emergências; salto tecnológico; benefício econômico; geração de emprego na indústria nacional.

O projeto foi desenvolvido com vocação nacional. Nesse primeiro contrato, já para o ano de 2014, estão previstos, para a geração na nossa indústria, 7,6 mil empregos, todos eles no Sisfron, nas empresas que estão sendo contratadas, com efeito de renda bastante interessante também.

Benefícios para a sociedade: melhoria de qualidade de vida; ampliar a presença do Estado junto à população de regiões desassistidas; aumento da segurança; benefícios socioambientais – preservação ambiental, proteção da biodiversidade, combate aos

ilícitos ambientais, proteção das nossas populações indígenas da região –; benefícios para a segurança pública – combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas e a todos os tipos de ilícitos na fronteira, ao crime organizado, aumento da segurança nos centros urbanos. E não é só o benefício na fronteira, mas aqui em Brasília. Há menos de um quilômetro daqui, a gente se depara com essa calamidade já atingindo a nossa população, envolvida em *crack*.

Esse é o nosso planejamento de dez anos; já estamos efetivamente com entregas na nossa região, do Comando Militar do Oeste, do Mato Grosso. O sistema é mais forte no início, na região sul do Mato Grosso, mas ele – o nosso Comando Militar do Oeste – atende a todos os dois Estados, em alguns sistemas de sensoramento.

O projeto foi de acordo com as diretrizes do Estado Maior do Exército, tem amparo legal, viabilidade, impacto social relevante; busca autonomia tecnológica; se alinha com todas as ações de governo para a região; pretende ter operação permanente, baixo impacto no cotidiano do cidadão – não incomodar com bloqueios de estradas, para não interferir na questão econômica do Estado –; fortalece a indústria de defesa nacional; se integra a sistemas já existentes como o Sipam; busca sustentabilidade de emprego dual – equipamentos que podem ser usados em área militar e em área civil, como radares, equipamentos de comunicações, de tecnologia da informação –; prospera a indústria nacional para atender à Defesa, mas também ao mercado civil, por causa da similaridade; progressividade de acordo com a capacidade de investimento do Estado; operação interagência – não é um sistema isolado do Exército Brasileiro –; competitividade das licitações, para buscar preços adequados; sustentabilidade ambiental – há uma empresa contratada analisando todos os impactos da instalação do sistema e tratando isso com o Ibama, na busca das licenças –; exportação de bens e serviços com alto valor agregado, trazendo tecnologia para o Brasil, sempre alinhado ao plano maior, o Plano Estratégico de Fronteiras, que vem da nossa Presidente, com a coordenação do nosso Vice-Presidente.

Esta é uma amostra da licitação da fase de implantação, as propostas de empresas, da Odebrecht, Instituto C.E.S.A.R, Synergy; eram caminhões, carrinhos de papéis para a proposta do sistema; uma disputa muito grande entre empresas nacionais, Andrade Gutierrez, aqui em cima – começaram, no total, 15 empresas nacionais apresentando propostas. Hoje, já temos um contrato dessa primeira parte, de R\$839 milhões.

Aqui mostra o consórcio vencedor, composto dessas duas empresas, liderado pelo Dr. Marcus, que vai falar. Setenta e cinco por cento são de conteúdo

nacional; essa parte está vindo do estrangeiro. Até o antivírus vai ser nacional, no nosso sistema; estamos promovendo o desenvolvimento.

Há aqui empresa do Rio; empresa do Paraná; BrasilSat, de São José dos Campos; Agrale, do Rio Grande do Sul; Enecol, na infraestrutura. Então, promove bastante; são 75% no primeiro instante de conteúdo nacional. Isso exigiu um cronograma de implantação pouco prolongado, para permitir a absorção da tecnologia. Se fizéssemos com prazo imposto, muita coisa seria importada. Nós deixamos que o mercado respondesse como ele poderia absorver e trazer a tecnologia para o Brasil. Então, as empresas estão trazendo coisas que nunca tivemos no País, coisas da Alemanha, optônicos, que nunca tivemos no nosso País.

Aqui é uma amostra de equipamentos para trabalhar à noite, observar calhas de rio. Nós não temos esses equipamentos hoje. Muita coisa acontece à noite, como eles serão distribuídos, sensores óticos eletrônicos. Tudo será, num primeiro instante, já montado no Brasil, e alguns iniciam o processo de transferência, o domínio da tecnologia no mercado brasileiro.

Radares produzidos no Brasil, onde serão distribuídos; sensoramento espectro eletromagnético, equipamento que é comprado pela Polícia Federal, Anatel, Marinha, o Exército compra há 30 anos. São 22 que entram agora. Só seis podem ser importados. O restante, o sétimo, já se tem que produzir. Então, agora, nesse momento, nós temos engenheiros na Alemanha, engenheiros das empresas brasileiras, aprendendo, para montar linha de produção, e o equipamento absorver a tecnologia, o *software*, o *hardware*. O sétimo equipamento já tem que ser produzido inteiramente em empresa brasileira. Isso esticou um pouco o prazo de implantação. São equipamentos pequenos, mas vale US\$2 milhões um equipamento desses. Poucas indústrias do mundo. Isso nunca vai deixar de ser comprado.

Então, é um grande estímulo à nossa empresa, à empresa brasileira.

Rádios de comunicações táticas; parte satelital, também boa transferência de tecnologia; a parte de comunicação de micro-ondas, sistema proprietário, seguro. Foi opção do Exército. Nós vamos trazer para cá comunicações de até dois Estados. Já estamos interagindo com o Secretário de Segurança. Então, é um sistema proprietário, para não ficar vandalizado, como temos visto a questão da guerra cibernética.

Infraestrutura. Já temos muitas obras sendo construídas na região, movimentando, então, empresas locais. Muitos equipamentos já foram comprados para apoiar essa atuação: viaturas, equipamentos individuais para permitir a atuação da tropa.

Essa é uma ideia da questão orçamentária deste ano. Temos aqui os valores que estavam previstos em orçamento, inclusive com a emenda do Congresso. Ainda temos 99 milhões contingenciados. Está-se permitindo avançar o sistema, mas, sem investimento adequado, é o País continuar condenado a essas questões dos crimes transfronteiriços, atingindo nossas famílias, desagregando, frustrando toda política pública, corroendo o orçamento, corroendo o nosso PIB por falta de se encarar seriamente essa questão. Então, o Exército se propõe a ter efetividade, mas não resta dúvida de que precisamos de um investimento adequado.

Também tenho que agradecer aqui ao Senador Sérgio Souza, que esta semana fez um brilhante pronunciamento no Congresso sobre essa questão, apoiando o Sistema de Monitoramento de Fronteiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Marcus, do ponto de vista teórico e doutrinário, o projeto nos parece muito bem-fundamentado e evidentemente carregado de muita ousadia, considerando que os Estados Unidos da América, com fronteira um pouco superior a 3 mil quilômetros com o México, por tudo o que representa em termos de capacidade de investimento ainda encontra um conjunto de fragilidades.

Como anda a implementação do projeto que está a cargo do consórcio do qual V. S^a é Presidente? Qual é a compatibilidade que há entre a teoria e a prática na implementação desse importante programa do Estado brasileiro e qual é a compatibilidade que há entre o planejamento e a realidade?

A palavra é de V. S^a.

O SR. MARCUS TOLLENDAL – Perfeito.

Primeiramente, muito obrigado, Sr. Presidente, Oficiais da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores e Presidente desta Comissão.

Vou tentar fazer uma apresentação breve para tentar responder exatamente essas perguntas, esse comparativo sobre a fronteira de outros países – com a brasileira é sempre muito presente.

Sempre temos em vista que as realidades a serem enfrentadas também são muito diferentes. Não necessariamente as soluções que funcionam em outro hemisfério, em outra região do mundo, são as ideais para as nossas condições, principalmente tendo em vista a vastidão da fronteira brasileira e suas condições. Difícilmente encontramos no Planeta fronteiras com as mesmas condições. Então, sempre tivemos clara a visão de que a solução que pode ter dado certo ou errado em alguma outra região do mundo não necessariamente vai dar certo ou errado também aqui no

Brasil. Porque a isso tem que ser, de fato, dedicado – e aí vem muito o que vamos expor aqui – o papel da empresa integradora. Não integradora na visão comercial, como uma intermediária de soluções, mas uma empresa de engenharia de sistemas, que trabalha em cima de requisitos e que oferece, de fato, soluções de engenharia para questões que são únicas aqui no Brasil.

Como roteiro de apresentação, até pelo fato de a Savis não ser uma empresa conhecida do grande público e pelo fato da área em que atua, vamos explicar um pouco por que a Savis e a Orbisat estão tendo a honra de implementar o Sisfron e como, que é exatamente o *status* da implementação, deixando claro que é do sensoriamento e apoio e decisão.

Como o Oliveira já bem colocou, o Sisfron tem três grandes vertentes. Esta aqui é a vertente mais relacionada à tecnologia, que é a que está sendo coberta pelo consórcio. E as diretrizes da gestão da implantação do projeto, que nós estabelecemos no nosso plano de gestão de implantação, obviamente autorizados pelo Exército, que tratam, primariamente, do cumprimento da missão, da autonomia tecnológica, da geração de emprego e renda em solo pátrio e da minimização de riscos, que é algo intrincado dentro da cultura do consórcio e também do Exército, de tentar fazer o máximo com a melhor alocação dos recursos.

A Savis é uma subsidiária integral da Embraer. É o resultado de um processo de diversificação do portfólio da Embraer no mercado de defesa, uma empresa muito relacionada ao setor aeronáutico, mas a grande competência do grupo é a capacidade de integração de sistemas. É o que diferencia o Brasil de vários outros países com vasta tecnologia. No entanto, o Brasil é um importante elemento na indústria aeroespacial brasileira, não por fazer aviões, mas por saber integrar sistemas altamente complexos. A Savis, então, é fruto disso, no sentido de que a estrutura necessária com essa competência de integração para se dedicar a sistemas de defesa, principalmente no que tange a monitoramento de fronteiras e proteção de estruturas estratégicas, deveria ter uma flexibilidade e uma competitividade diferente da empresa mãe, que é a Embraer. Então, a Savis é exatamente o resultado de uma visão empresarial, para que tenha o máximo de eficiência, competitividade e flexibilidade adequadas a sistemas de monitoramento de fronteiras e proteção de estruturas estratégicas. A visão é ser reconhecida como empresa referência pela integridade e excelência no fornecimento de soluções integradas de defesa.

Por que a Savis e a Orbisat é que estão fazendo a implantação do Sisfron? Pois bem, o Exército brasileiro abriu um processo de seleção de empresas para a implantação do Sisfron, e deu oportunidade a vários

grupos empresariais nacionais e conglomerados de defesa internacionais a apresentarem propostas de solução face aos requisitos estabelecidos. O consórcio Tepro foi o único grupo que apresentou proposta sem alianças pré-definidas com grandes conglomerados internacionais. Obviamente, há componentes, elementos importados na proposta, mas o consórcio era o único cem por cento formado por empresas de controle de brasileiros.

O resultado foi uma evidente relevância do domínio dos ciclos tecnológicos necessários, porque é um consórcio formado por duas empresas de defesa. Seu berço é o de defesa. E são empresas de engenharia de sistemas, não necessariamente engenharia *lato sensu*.

O processo foi realizado no ano passado e foi muito rigoroso. Certamente, tirou várias noites de sono de todos os envolvidos, mas com a grata surpresa de, ao final, apresentar um resultado transparente, claro, deixando evidente o processo e evidente também o quão importante é o domínio desse ciclo tecnológico para que se possa oferecer a melhor solução, conforme dito antes, para as condições específicas de Brasil e da nossa fronteira aqui.

E conseguimos... A gente vai endereçar até um pouco mais que as premissas, como dito antes, a geração de emprego e renda no Brasil, o desenvolvimento tecnológico autônomo.

Então, porque as empresas estão envolvidas nisso? Só para explicar o que, exatamente, é o contrato. Pois bem, o Exército Brasileiro, identificadas as necessidades operacionais, atendidas as condicionantes doutrinárias operacionais, definiu um escopo, do qual nascem requisitos técnicos e requisitos logísticos. Ou seja, o que vai ser implantado e como ele deve funcionar para um período determinado que é parte do contrato. O contrato, então, prevê não só a parte de desenvolvimento e implantação, mas a continuidade da operação sustentada por esse consórcio por um período determinado em contrato.

O papel da integradora, então, como dito antes, é o papel de integradora no sentido literal de engenharia de sistemas. A empresa é responsável por fazer todas as definições das integrações físicas e lógicas dessa variedade de meios, equipamentos e subsistemas dispersos territorialmente, mas que precisam funcionar, todos, de forma harmônica, coletando dados, transmitindo dados, analisando, processando e difundindo informações. Esse papel de engenharia... Ou seja, a utilização das ferramentas de engenharia de sistemas dos métodos de gestão de programa é atribuição do consórcio. Dentro disso, logicamente, toda parte de engenharia de sistemas propriamente dito, toda a parte de engenharia relacionada ao suporte logístico

integrado e toda a gestão. Gestão de risco, gestão de cadeia de suprimentos, comunicação, gestão da qualidade, governança, tudo isso é parte do papel da responsabilidade dessa integradora: prover os meios conforme o requisito estipulado pelo Exército Brasileiro.

O *status* da implantação... O gráfico debaixo mostra a distribuição das etapas contratuais, um total de 664 etapas, transcorrendo de 2013 a 2021. Ela é bem dividida em duas grandes fases: a primeira fase, da primeira concentração de etapas, é a fase de desenvolvimento e implantação dos equipamentos, materiais e sistemas, e depois entra num ritmo de suporte logístico integrado, é ter a certeza de que tudo isso que foi adquirido pelo Estado brasileiro e implantado vai estar funcionando e atendendo à missão para a qual os implementou, deixando claro que isso é o contrato do piloto. Não estamos falando do Sisfron inteiro. Sabidamente, o Exército Brasileiro iniciou com uma fase de testes e de piloto ali na região da 4ª CMEC, conforme o General Santos Guerra apontou.

O gráfico de cima é um *zoom* no ano de 2013.

Como o contrato foi assinado em 19 de novembro de 2012, a primeira entrega contratual prevista no cronograma financeiro acontecia em fevereiro. Aí, a curva superior, pontilhada em branco, é o planejado acumulado, o número de etapas acumuladas previstas no ano, e a linha verde é o realizado acumulado. Então, quanto mais próximo está a linha verde da pontilhada, tanto mais a execução está ocorrendo dentro do previsto, dentro do planejado.

Grande parte dessas etapas iniciais é de projetos, dos documentos que fundamentam, explicam e detalham inclusive para a própria rastreabilidade, de todas as decisões tomadas, de como funcionarão todos os sistemas, isso tudo deixa muito amparada a certeza do que está sendo feito e onde o gasto público está sendo alocado e porque e como funcionará. São exatamente esses documentos que fazem todo esse planejamento do processo de implantação e desenvolvimento.

Aí, entrando na questão das diretrizes, o cumprimento da missão, a primeira, a missão primária, o controle contínuo e permanente da fronteira ocidental, é importante a gente ressaltar que, como se diz em defesa, todos os sistemas de defesa são previstos para serem empregados, o próprio emprego das Forças Armadas em situações a princípio função primária de defesa da Pátria em situações hipotéticas de uma anormalidade institucional, uma situação de guerra, uma situação de garantia de lei e ordem. Mas uma coisa que distingue muito esse projeto do Exército e alguns outros, sem sombra de dúvida, é que não se trata de uma hipótese remota de emprego em uma situação de anormalidade. A situação, infelizmente, de

anormalidade é existente. Existe, hoje, como o General bem colocou; e não precisaremos dela em algum momento: precisamos dessa efetividade agora!

Então, quanto ao cumprimento da missão, tudo o que está sendo feito na parte da engenharia de sistemas é para que se permita esse monitoramento contínuo e permanente, e não esporádico e eventual. Como o General também colocou na exposição dele, no tocante a essa efetividade temporária de ações isoladas, a ideia é que a efetividade se apresente durante os 365 dias do ano como um sistema, de fato, do Estado brasileiro, provendo dados, informações e apoio à atuação.

E o fato é que, com a extensão da fronteira, 16.886 quilômetros, é humanamente impraticável imaginar que somente a tropa vai conseguir fazer algo dessa natureza. Só com o auxílio de todo esse aparato tecnológico e funcionando de forma integrada é que se consegue, de fato, cumprir essa missão. E, sem sombra de dúvida – já explicamos aqui várias coisas, o porquê da Savis, o porquê do Sisfron e o porquê do Exército, e é o que também foi abordado pelo General –, o Exército é a única instituição, de fato, de Estado presente por toda a fronteira terrestre. Não há outro. Qualquer outra opção passaria por outra fase de muito gasto público, com certeza, que seria criar as condições para que essa outra instituição pudesse prover. O Exército já está lá.

Então, essa contratação da integradora garante... O papel da integradora, mais uma vez, para o cumprimento da missão é essa parte toda do desenvolvimento e toda essa geração de documentos que respaldam esse planejamento, a implantação propriamente dita e o suporte logístico integrado, que também é uma certa quebra de paradigma, porque não se compra mais agora, no caso do Sisfron, um equipamento que, por algum motivo – se estragar, por exemplo –, para de funcionar. Não é isso. O que foi comprado são equipamentos funcionando e operando. Qualquer problema vai ser atendido imediatamente por esse suporte logístico integrado, que é parte do contrato. É a certeza do cumprimento da missão. E o projeto, então, acontecendo dentro dos prazos.

Além do cumprimento da missão, nós temos de perceber também o quanto esse controle contínuo e permanente da fronteira ocidental é aderente às políticas públicas. Sete das 23 diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa falam especificamente sobre monitoramento e controle. Das 13 diretrizes do Governo, o Sisfron atende diretamente 6 delas, especificamente, como a geração de emprego e renda; a transformação produtiva, como a gente vai apresentar aqui sobre as tecnologias que estão sendo trazidas e implementadas no Brasil; a defesa do meio ambiente, principalmen-

te em áreas remotas; essa transformação científica e tecnológica; e, obviamente, o cerne, que é o combate ao crime organizado e a defesa da soberania nacional, que são diretrizes do Governo. E, obviamente, também a questão de serem perfeitamente enquadrados ao Programa de Aceleração do Crescimento, exatamente pela aceleração do crescimento econômico, pelo poder de compra do Estado, a geração decorrente do emprego, a melhoria das condições de vida da população brasileira em função dos benefícios trazidos à sociedade brasileira pela existência do projeto Sisfron.

No que diz respeito à autonomia tecnológica, o foco é a ampliação das capacitações para o desenvolvimento autônomo do Brasil. E o Sisfron é, sem sombra de dúvida, uma oportunidade única para essa indução a novas capacitações e ampliação da pauta exportadora. Por que nós falamos de pauta exportadora? Nós somos de um grupo empresarial que foi criado pelo Estado brasileiro e que, de fato, tornou-se autônomo e detém toda essa tecnologia capaz de ser empregada num projeto como o do KC 390, do Sisfron, em situações posteriores, sendo que a sustentabilidade do grupo empresarial vem do uso dual da tecnologia, vem da exportação.

Então, é isso o que se busca aqui. O Sisfron abriu o caminho para que algumas dessas tecnologias que não eram detidas no Brasil fossem exportadas, obviamente a partir de um estudo detalhado de mercados potenciais. A gente não pode esperar que vá vender só para o Exército para o resto da vida, como dito. São equipamentos que têm utilidade para o Exército, para a Marinha, para a Aeronáutica, para a Polícia Federal, para a Anatel, para vários outros órgãos e para as nações vizinhas, nações de mercados para os quais nós já exportamos produtos também de alto valor agregado. Então, nós conseguimos perceber essa conciliação de necessidades aqui da Força com o potencial de mercado, para unir os dois, o que, de fato, é o modelo que a empresa vem seguindo há 44 anos. E o gráfico debaixo é o exemplo claro dessa oportunidade que o Sisfron abre, é um quadro que retrata dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que é o saldo da balança comercial brasileira no setor de indústria de alta tecnologia, que é o setor em que países com elevados IDH se focam, e não pelo fato de serem grandes geradores de valor agregado, de riqueza e distribuição de renda.

Infelizmente, o Brasil é extremamente deficitário na indústria de alta tecnologia, que é classificada por padrões da OCDE, em setores, e o único setor em que o Brasil atua de forma positiva, que contribui positivamente para o saldo da balança comercial brasileira, é o de Aeronáutica e Espaço, que é exatamente o fruto

de uma ação de Estado, criando uma indústria aeroespacial brasileira, que é competitiva mundialmente.

O Sisfron vai abrir oportunidades – logicamente, a gente não vai conseguir cumprir o *gap*, mas a gente vai conseguir trazer para o Brasil capacitação na área, por exemplo, de ótica, pelos optrônicos – já apresentado pelo general –; pelos equipamentos de comunicação e itens; um grande sistema de comunicação para toda essa transmissão de dados satelitais, tática e estratégica; material de informática também está presente amplamente no Sisfron. Então, é por isso que a gente vê o Sisfron como projeto amplo, com oportunidade para que haja um poder de compra de indução de capacitação no País. E, obviamente, a sustentabilidade de tudo isso que está sendo feito para atendimento ao Sisfron só vai ser perene caso seja reaproveitado em outro sistema de defesa que, porventura, venha a existir no futuro, e também se as empresas, de forma empresarial, conseguirem achar sustentabilidade para essa tecnologia para outras demandas que não só a do Exército Brasileiro.

Partindo ainda da autonomia, como o general já tinha apresentado, o consórcio conseguiu apresentar uma proposta com alto grau de nacionalização dos meios e equipamentos. Hoje o índice de nacionalização... Índice de nacionalização, para deixar claro, não é um índice arbitrário; o Exército Brasileiro adotou critérios claros, específicos, de cálculo desse índice de conteúdo nacional, existe uma metodologia reconhecida e já aplicada pelo Governo brasileiro para chegar a esse índice. Então, a gente conseguiu trazer uma proposta com elevado índice de conteúdo nacional, mas todas as empresas brasileiras participando aqui são empresas que não estão dentro apenas por serem brasileiras, mas por terem qualidade, preço e prazo adequados ao atendimento da missão. Ou seja, são empresas que certamente estarão juntas para poderem buscar os mercados fora do Brasil, para poderem competir com todos esses outros conglomerados internacionais que competiram conosco aqui no Brasil. Vencemos aqui e podemos juntos também almejar outros mercados.

Obviamente, algumas tecnologias não existem disponíveis no Brasil e tivemos que trazer importadas, mas também amparado por um sólido processo de transferência de tecnologia. Muitas coisas, sabemos que não é viável querer que sejam desenvolvidas e fabricadas no Brasil, porque isso teria um investimento muito alto e levaria um prazo muito longo, mas tudo obedecendo a um *road map* bem claro e bem concreto de avanços progressivos para que a gente possa achar de novo os nichos de mercado e as necessidades de poder conciliá-los.

E sempre a gente tem isso muito forte na nossa cultura, mas também essa é uma questão legal. Propriamente, a Constituição Federal, no art. 219, estabelece que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural, socioeconômico, o bem-estar da população e autonomia tecnológica no País, nos termos da lei federal. É exatamente isso que estamos fazendo de forma concreta no Sisfron.

E a lei complementar também estabelece que o preparo das Forças Armadas é orientado pelos parâmetros básicos, sendo um deles a procura da autonomia nacional crescente, mediante a contínua nacionalização dos seus meios, incluídas pesquisas de desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional.

Então, tudo que estamos fazendo no Sisfron, indústria e Exército Brasileiro não é nada mais que cumprindo a determinação legal e constitucional.

Na diretriz de geração de emprego e renda, dentro de uma metodologia que não criamos, mas de uma metodologia do BNDES que existe, do Departamento Econômico do BNDES, a gente fez alguma adequação. Como há um componente importado, esse modelo de geração de emprego e renda é decorrente de uma demanda, só que a gente fez questão de classificar as demandas como demandas ao mercado nacional e ao mercado internacional, porque, a partir do momento que eu importo equipamento, eu estou gerando emprego fora do Brasil. Então, eu tenho que ter um fator redutor dessa geração de emprego e renda em solo pátrio. Então, a gente considerou, à proporção de um para um, o modelo que foi feito de fato para o Brasil. E, para o conteúdo importado, é de 0,1 para um – obviamente relativo à parte de engenharia e logística relacionada à importação desses equipamentos e os empregos gerados aqui.

É um modelo muito conservador, mas é bem detalhado. Então, a gente chegou ao número de empregos diretos e indiretos por todo o período de 2013-2011, até para que isso fique claro, em todos os subsistemas envolvidos, a gente chega a um total de 7600 empregos em cinco anos, durante toda a execução do projeto.

Mas, obviamente, esses empregos só têm a capacidade de ser perpetuados por serem fruto de uma demanda caso haja os recursos e os meios para continuidade do projeto em si.

Na questão de riscos, a gente faz um acompanhamento de risco permanente e contínuo de rigorosamente tudo que é feito dentro da implantação do projeto, mas para efeito de uma síntese – senão precisaríamos de muito mais tempo –, a causa raiz de todos os fatores de risco que a gente percebe na implantação, seja em todos os níveis de governo, de ministério da defesa,

de exército, de empresas, de fornecedores, traduz-se na questão de priorização. De fato essa é a causa raiz de todo o risco que se embute sobre.

Não sendo priorizado pelo Governo Federal – e percebemos que é priorizado, dada a aderência, as políticas públicas –, essa perda de priorização certamente ocorreria uma não priorização na alocação dos recursos ao Ministério da Defesa.

Dentro do Ministério da Defesa, se não for priorizado face aos demais, o sistema de defesa também vai sofrer riscos de implantação. Se não houver priorização dentro da empresa, se a gente tiver vários outros projetos mais importantes do que o Sisfron, ele seria relegado a um segundo plano. Individualmente, as pessoas trabalhando hoje, se não tiverem a prioridade – isso é fácil de ter, porque é um projeto apaixonante, dado o impacto que tem na sociedade brasileira –, também haveria impacto de não execução, de falta de *performance*.

Em resumo, a falta de priorização é, de fato, o maior risco. Mas como bem apresentado aqui pelo General com dados factíveis, leva-nos, então, a essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permita-me um questionamento. A mídia tem vinculado dados relacionados ao nível de priorização que se configura à medida em que recursos são liberados para que o cronograma possa ser desenvolvido. Em 2012, de um total de R\$327 milhões solicitados, só puderam ser executados R\$172 milhões. Neste ano, o Exército solicitou R\$876 milhões, mas essa cifra não deverá ultrapassar a R\$240 milhões. Como o custo total do projeto é de cerca de R\$12 bilhões em dez anos, o sistema poderá levar décadas para ser implementado caso haja manutenção da disponibilização desses recursos.

Como confirmar na prática isso que V. S^a está afirmando, se as liberações orçamentárias não estão acompanhando aquilo que está sinalizado em seu planejamento?

O SR. MARCUSTOLLENDAL – Presidente, até para que sejamos os mais justos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou os dados que eu estou a relacionar aqui são equivocados?

O SR. MARCUS TOLLENDAL – Os dados são fatos, mas também o outro lado da moeda é que o projeto teve o seu início agora. Então, como todo projeto, é uma curva de Gauss, ele tem um início e vai se acelerando. O fato é que não existe, até hoje; a falta de orçamento pelo menos para o sistema de apoio e decisão contratado não faltaram recursos. Pode faltar no futuro? Poderia. Não é isso que a gente percebe.

Até hoje – e o General é testemunha –, tudo que foi feito foi entregue, foi recebido dentro dos prazos.

A perspectiva futura é, de fato, é não haver a segurança de termos os recursos alocados, mas temos certeza e temos inclusive várias demonstrações do próprio Governo da Administração Federal de que percebem o Sisfron como um projeto prioritário. E a gente tem, sem sombra de dúvida, essa confiança.

Agora, logicamente, seria muito mais fácil e mais tranquila a vida com todos os recursos necessários alocados, aprovados na lei orçamentária – isso é fato. Mas, para que se faça justiça, não se pode jogar pedra sem ter um caso concreto. Hoje, a execução está ocorrendo, os recursos estão disponíveis e não houve impacto ainda esse fato.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por gentileza.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Nós estamos na fase do piloto e, naturalmente, no prosseguimento, já se pensa em uma segunda fase. Nessa fase do piloto, nós estamos atendendo com ênfase à fronteira do Mato Grosso do Sul, mas, já no prosseguimento, pretende-se chegar a atender todo o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre e, para o sul, até Paraná e Santa Catarina.

Então, naturalmente, nessa fase do piloto, como o próprio nome diz, é uma fase em que procuramos validar esses sistemas que estamos colocando, para que, no prosseguimento, tenhamos maior segurança da eficiência e eficácia do sistema ser implantado.

Então, nessa fase do piloto, nós procuramos até selecionar aquelas áreas em que nós tínhamos mais segurança para implantar no momento. E outras nós vamos implantar um pouco mais à frente. Exemplos: Veículos Aéreos Não Tripulados, ainda não há uma legislação brasileira regulando emprego desses veículos. Nós temos algumas experiências pioneiras aqui no Brasil, a Força Aérea no Rio Grande do Sul, que fundou até um esquadrão de Veículos Aéreos Não Tripulados. Temos aquela experiência da Polícia Federal em São Miguel do Iguaçu, no Paraná.

Então, à medida que o projeto vai-se expandido com a inclusão de outros recursos tecnológicos, naturalmente, a necessidade de recursos vai aumentar um pouco mais. Mas, por enquanto, como disse o Dr. Marcus Tollendal, no piloto, para aquilo que nós especificamos, os recursos deste ano são adequados. E se aqueles recursos que hoje estão contingenciados forem descontingenciados se mostrará adequado este ano. Também para o ano que vem o que está se prevendo

seria da ordem – para toda a etapa de 2014 que se prevê – de R\$550 milhões.

No momento em que nós expandirmos os sistemas e colocarmos novos vetores nos sistemas, a necessidade de recurso vai aumentar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Comissão entende a importância desses projetos, por isso continuará acompanhando o desenvolvimento desse projeto e desse programa, pelo impacto que ele poderá ter no dia a dia da sociedade brasileira. Não apenas neste momento, mas também no futuro, nos próximos meses e anos, a Comissão continuará acompanhando e monitorando o desenvolvimento desse projeto, por sua importância e relevância.

A Senadora Ana Amélia pede a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Caros colegas Senadores, apenas para emendar na informação do General João Roberto de Oliveira. Por minha iniciativa, esta Comissão de Relações Exteriores debateu a questão dos DRONES, que, de fato, têm uma relevância grande. Nós propusemos aqui uma rapidez por parte da Anac e dos órgãos reguladores da aviação civil – porque entra na aviação civil e na defesa – em criar esse marco regulatório, já que ela não se prende apenas às questões de uma nova tecnologia para a área da segurança do País, da defesa do País, melhor dizendo, mas também ao aspecto do acesso a uma tecnologia avançada, porque é uma parceria de uma empresa estrangeira com a Embraer na produção desses equipamentos. Então, ganha o País duplamente, podendo até exportar esses equipamentos que são uma inovação.

Como o senhor disse, a pergunta feita pelo Senador Ricardo Ferraço sobre a questão do orçamento é o grande problema, é o grande gargalo, a grande dúvida. Haverá necessidade, com a intensificação do uso dessa tecnologia – e eu sou Senadora pelo Rio Grande do Sul e acompanho o esforço que a unidade de Santa Maria está fazendo, onde há dois drones em operação... Quatro?!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quatro agora. Bom, dois estavam em operação. Melhor, então, que ampliou o número de Veículos Não Tripulados para fazer esse trabalho de suporte tecnológico no trabalho dele. Então, como o senhor está declarando, vai ser necessário ampliar esses recursos para evitar que um projeto dessa envergadura não sofra solução de continuidade, porque ele tem, como eu disse, esses outros aspectos. Então, acho que a sua ponderação está adequada.

Eu queria também perguntar ao General Antonino dos Santos Guerra: nós, quando vivíamos o Sisfron, ele não pega só a questão de defesa, especificamente, a questão do crime na região. Quero saber do senhor qual é a região de fronteira brasileira mais vulnerável hoje? Qual a área mais vulnerável, geograficamente disposta?

Eu queria lhe perguntar também: o governo do Uruguai acaba de criar uma lei liberalizando e autorizando o plantio de maconha no território uruguaio. Nós temos com o Uruguai uma grande fronteira, vários Municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul, com o Uruguai. Do ponto de vista do Sisfron, essa mudança no Uruguai, numa área que o Brasil tem cuidado – embora eu saiba que a Polícia Federal é a responsável pelo controle –, como é que isso está sendo tratado no plano da defesa e do próprio Sisfron, porque, possivelmente, poderá exigir uma atenção mais acurada nesta região, para que não se torne um trânsito de droga para entrar no mercado consumidor brasileiro?

Existem outros aspectos, também, General, que não são ligados à segurança, mas na questão do controle sanitário, controle fitossanitário. Alguns países da região... A economia brasileira hoje está sustentada na exportação da cadeia produtiva da carne, por exemplo. Então, um foco de aftosa na fronteira brasileira pode afetar o rebanho brasileiro. Como é que o Comando do Exército, o Ministério da Defesa, a área que opera o Sisfron tem transversalidade com o Ministério da Agricultura, na defesa agropecuária? Então, se existe isso, dentro do programa, um controle para isso.

São as minhas questões.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – O projeto piloto, que iniciamos em Mato Grosso, foi escolhida a região porque estimamos que seja a mais grave, em termos do crime transfronteiriço, relacionado à droga. Nós começamos no pior lugar, no nosso entendimento, e ele vai se expandir dali. Então, nós já iniciamos a preparação, agora, do segundo contrato. Não podemos terminar esse para elaborar, porque um contrato leva mais de 12 meses para realmente ser licitado. Ele vai avançar agora para o Paraná, onde também temos o entendimento de que é muito grave, na trílice fronteira e dali para baixo.

Então, nós vamos chegar à fronteira do Rio Grande do Sul, mas vai ser devagar. Vamos expandir o sistema do Mato Grosso para o norte e para o sul, para manter equilíbrio, aproveitamento do que já foi feito, estruturas que foram estabelecidas nessa região, servindo, também, às próximas que vão se expandindo.

O sistema é previsto para dez anos. Falou-se aqui de orçamento. Realmente, o que chegou, até este ponto, está suficiente. O ano que vem me amedronta. Eu

preciso de R\$545 milhões para dar continuidade, ano que vem, ao sistema. Ou entramos no PAC, ou esta Casa dê a atenção adequada para que entre já no Orçamento a questão bem-dimensionada para o ano que vem. No PPA estão previstos R\$200 milhões. Vai levar 60 anos, é quase inócuo um sistema ser implantado em 60 anos. Então, há necessidade de esta Casa ter atenção. Ou entramos no PAC, ou entramos de forma adequada dentro do Orçamento do ano que vem, se não é desestimulante até que se implante o sistema, uma expectativa frustrante de se expandir devagar.

A questão dos drones, que a senhora falou, não entrou nessa fase. Foi opção nossa, nós fizemos a escolha, de toda a tecnologia que entrou agora, entre o estado da arte e o mínimo necessário, mas várias coisas interferiram nessa escolha, até a possibilidade de a empresa nacional alcançar aquilo naquele momento.

Então, nós estaremos prontos, no Brasil, com o consórcio estabelecido para os drones, os VANTs, em um ano e pouco. Entra no próximo contrato, mas entra com 100% de conteúdo nacional. Essa é uma opção nossa, de prosseguir com a sustentabilidade de empresa nacional. Há dezenas de empresas que vendem essa tecnologia hoje acessível. Fica até mais barato comprar de fora, mas não tem valor para a gente. Nós não queremos. O Exército Brasileiro não quer. Preferimos, mesmo que haja o custo Brasil, que tenha que esperar alguma coisa, mas o modelo sustentável que a gente possa ter orgulho de sabê-lo produzido no Brasil, que nós temos tecnologia para isso. Nós precisamos apontar, como uma instituição grande que o Exército é, o negócio, garantir, diminuir o risco da empresa nacional, garantir a demanda, porque ela alcança. Como é que nós temos a terceira empresa exportadora de aviões do mundo? É uma tecnologia difícil. Então, todo o resto pode ser alcançado pela empresa nacional. Mas, desde que a instituição pública, que promove o grande negócio, também concilie as suas demandas com a capacidade da resposta do mercado brasileiro, dando-lhe fôlego para sustentar os empregos. Não pode ser espasmo. Nenhuma empresa se consolida com encomendas sinodais. Então, a não existência do Drone agora é opção nossa. Estamos acompanhando o desenvolvimento de empresas nacionais e vamos entrar no segundo contrato, mas ele vai entrar voando... Não é ambicioso como o que existe no mercado internacional hoje, mas é questão de tempo. É tudo uma questão de tempo. Nós temos qualidade, formação, Engenharia, Engenharia de Sistema, tecnologia para isso aí. Então, vai entrar. Nós vamos chegar à fronteira do Rio Grande do Sul, mas vai ser devagar conforme as demandas, conforme o apoio financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, General João Roberto.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – A senhora me permite, Senadora? A senhora me perguntou sobre a faixa que a senhora dizia que é mais crítica. Em todos os estudos feitos para basear a viabilidade do projeto, a maior intensidade desses ilícitos transfronteiriços é justamente na faixa de que eu falei que nós pretendemos atingir na segunda fase, que vai desde Santa Catarina até o Acre, por ser uma fronteira mais permeada, a fronteira do Rio Grande do Sul é mais vivificada, tem também os seus problemas, mas essa fronteira de Santa Catarina até o Acre... E temos em outros pontos mais ao norte também algumas ilhas, por exemplo, a tríplice fronteira – Brasil, Colômbia, Peru. Mas o mais forte é essa faixa de que eu falei que nós pretendemos atingir na segunda fase e, depois, a terceira fase é o complemento.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aproveitando a pergunta da nobre Senadora Ana Amélia, no mesmo sentido, pode-se dizer que os rios, principalmente na Região Amazônica, constituem-se nas principais estradas por onde entram as armas e drogas no Brasil. Nesse sentido, como se dará a atuação do Sisfron para mitigar o tráfego de armas e drogas na região de fronteira? É uma pergunta.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – A Amazônia sempre é um desafio constante. Nós até iniciamos o nosso projeto piloto numa área mais fácil de validarmos os sistemas serem implantados, porque a Amazônia realmente é um desafio. Então, nem sempre a tecnologia que nós vamos usar mais ao sul será mais adequada à Região Amazônica.

Há a questão dos rios. Realmente os rios penetrantes são sempre desafios. Mas nós temos, além do Exército atuando junto às calhas desses rios, o prolongamento dos rios até para o interior, mas nós temos a Marinha, temos a Polícia Federal, que atuam nessas principais calhas. Evidentemente que, em algumas áreas mais remotas, praticamente é só o Exército com seus pelotões de fronteira. Mas, nos pontos hoje mais críticos, nós temos também a Marinha do Brasil, temos a Força Aérea no controle do espaço aéreo e temos órgãos das Forças de Segurança tanto Federais quanto Estaduais. Nessas áreas mais remotas, realmente hoje nós só temos o Exército. E vamos organizar o nosso planejamento para essas áreas com muito cuidado para ver o tipo de tecnologia mais adequada para apoiar essas ações realmente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Senador Suplicy.

Antes do Senador Suplicy, eu só queria fazer uma pergunta ao General Antonino dos Santos. Quando se fala em cronograma, nós temos uma grande possibilidade, infelizmente, de furar, em função do orçamento – se bem que eu acho que está Comissão vai ficar muito atenta para que isso não aconteça –, mas se furar, não tem uma consequência mais grave de se tornarem obsoletos os primeiros equipamentos? Porque se a gente atrasar isso em 10 anos será uma outra realidade.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Sem dúvida. Essa transferência de tecnologia que está ocorrendo nessa fase só é sustentada com novas encomendas. Então, podemos, pela perda de continuidade, perder todos aqueles empregos que foram citados, aquele desenvolvimento, a linha de produção, as capacidades, tudo vai se perder e vão se distribuir de outra forma. Então, vai se andar para trás, se não tivermos uma continuidade. A ideia é chegar a um modelo exportador, onde o Exército é parte da encomenda dessas empresas no futuro. Não será só o Exército que sustentará o desenvolvimento da tecnologia e esses empregos. É o Estado indutor, num primeiro instante, promovendo a transferência da tecnologia, mas a empresa precisa de novas encomendas para ter fôlego, para dar partida, e depois para buscar até mercados vizinhos.

Acredito que, do que a gente tem promovido de transferência de tecnologia, há 90% dos países do mundo que podem se tornar consumidores do que foi induzido aqui pelo Sisfron. Então, precisamos de um orçamento, sim, para dar continuidade, senão voltaremos à estaca zero. Vão, daqui a 10 anos, falar da mesma coisa os nossos filhos, os nossos herdeiros, mas só que o desastre vai ser maior na época.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Ex^{mo} Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, prezados Srs. General de Divisão João Roberto de Oliveira; Antonino dos Santos Guerra, também General de Divisão, e Sr. Marcus Tollendal, Presidente da Savis Tecnologia e Sistemas.

Eu gostaria de fazer uma reflexão para ponderar alguns pontos com os senhores. Fico imaginando que, possivelmente, um dia as fronteiras brasileiras, com os nossos países vizinhos poderão ser quase que como fronteiras que... A Senadora Ana Amélia é testemunha de que há muitos lugares, nas fronteiras brasileiras onde, por serem cidades vizinhas de Municípios – alguns dos quais no Rio Grande do Sul, na

vizinhança com o Uruguai, com cidades uruguaias, com cidades argentinas – os habitantes desses Municípios ora vão para lá, ora vêm para cá. Os senhores sabem que, por exemplo, na União Europeia hoje existe a livre circulação de cidadãos. Quando chegamos a alguns países da Europa às vezes se vê o que se passa por aqui. Aqueles que são cidadãos de outros continentes precisam apresentar passaportes, vistos etc., outros passam por serem membros daqueles Países. Então, acho que, sobretudo, do ponto de vista da integração dos países da América do Sul, do Mercosul, quanto mais avançarmos para termos uma integração, não apenas do ponto de vista da mobilidade, da livre circulação de capitais, de bens e serviços, mas, sobretudo, dos seres humanos, melhor será.

Nós, hoje, temos um contraste com esse tipo de situação em relação ao país mais desenvolvido dos três continentes, que são os Estados Unidos da América que colocaram um muro separando os Estados Unidos de toda a fronteira do México um muro até com choque eletrônico, coisas desse tipo e todo o aparelhamento tecnológico. Os Estados Unidos gastam um volume significativo de recursos com a fronteira do México e com todo o resto da América Latina, diferentemente do exemplo que acontece nas fronteiras dos países, hoje, da União Europeia.

Eu acredito que será muito saudável o dia em que chegarmos a ter essa completa mobilidade de seres humanos. Para isso será muito importante que nós possamos homogeneizar os direitos a cidadania, os direitos sociais, se possível, um dia, do Alasca à Patagônia. Mas, na medida em que pudermos fazer isso entre os países da América do Sul, melhor.

Será isso, um dia, possível, na visão dos senhores, com essa preocupação? E a preocupação é especialmente com o quê? Quando os senhores apresentaram os dados relativos ao custo da violência, eu me permiti perguntar, porque o senhor mencionou que 22% das pessoas encarceradas hoje no sistema penitenciário – que se sabe, está com superlotação –, de alguma maneira, indicou o soldado, estão ligados ao narcotráfico.

Por outro lado, discute-se no Congresso Nacional possíveis modificações no Código Penal referentes à questão do uso e tráfico de drogas. É um debate internacional. Pessoas que merecem todo o nosso respeito, como o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, que têm, por exemplo, exposto o tema junto a outros chefes de Estado, inclusive do México e de outros países, como a Colômbia, e com ex-presidentes da República têm considerado que poderíamos caminhar em uma direção da não criminalização do uso de drogas, de certos tipos.

Nós tivemos, recentemente, a modificação da lei do Uruguai, que vai ser objeto de análise por parte de todos com respeito à permissão, naquele país, em algumas circunstâncias e só para residentes do Uruguai com respeito a um tipo de droga, por exemplo, a maconha – o senhor deve ter acompanhado isso. Isso, de alguma forma, pode ter efeitos às leis. O senhor sabe que, em Portugal, por exemplo, e em outras nações, tem havido modificações nas leis para a utilização de certos tipos de drogas que procuram enfatizar muito mais que se deve evitar a utilização de drogas, mas, sobretudo, pelo aspecto de informação, de prevenir, sobretudo os jovens de quão importante é não se ter a saúde prejudicada.

O senhor mencionou quase metade dos universitários brasileiros, em algum momento, usaram drogas, disseram que o fizeram. Pelo que sabemos, a grande maioria dos universitários possivelmente experimentaram e tudo, mas estão informados de que a utilização de drogas pode afetar negativamente a sua saúde e é preciso se evitar, tomar cuidado, etc. Eu acho que esse aspecto educacional preventivo é muito importante.

À medida que conseguimos ter efeitos muito positivos com a prevenção, a educação e tal, menor será a necessidade de trabalho com respeito aos gastos com envolvimento do narcotráfico e assim por diante.

Bem, eu coloco essas preocupações, porque eu estou procurando estudar esse assunto. Nós vamos, aqui no Senado, examinar um projeto que veio da Câmara sobre a questão relativa às drogas. Estamos na Subcomissão que examina as modificações no Código Penal, examinando proposições.

Eu, por exemplo, avalio – para certos tipos de delitos e, sobretudo, acho que é importante distinguir quando é efetivamente o tráfico daquilo que é o uso de drogas – quão importante seria que pudesse haver mais e mais penas alternativas, as oportunidades de as pessoas se recuperarem.

Há dois sábados, eu estive visitando um centro de recuperação de natureza católica em Jaú e ali fiquei por duas horas. Almocei com 30 rapazes que estão lá e ouvi o testemunho de pessoas que já estiveram algum tempo presas, em diversas prisões, mas ali – graças às formas de orientação, de educação, de práticas até de exercícios físicos, de esportes e tudo – estão conseguindo – alguns com seis meses, outros um pouco mais – se recuperarem e se libertarem da condição que antes foi tão prejudicial a eles quando se envolveram com drogas.

Também estive presente no Hospital São Francisco de Assis, quando o Papa Francisco inaugurou um novo centro de recuperação de jovens que, porventura, estivessem envolvidos com drogas. E ali, isso

foi transmitido em rede nacional por quase todas as emissoras, dois rapazes que tinham tido um profundo envolvimento com drogas, fizeram relatos, deram depoimento pessoal como é que conseguiram, depois de terem até perdido a condição de serem amados por seus familiares e a esposa, e depois de se submeterem às orientações de pessoas que procuraram educar numa outra direção, então, conseguiram se libertar e deram um depoimento ao próprio Papa Francisco, em rede nacional, e foi uma coisa assim muito bonita. O Papa Francisco, quando terminou aquele evento em que ele havia abençoado os doentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas que haviam se envolvido com drogas e estavam agora libertadas até – transmitiu uma coisa bonita que comoveu a todos, de que aqui as pessoas que trabalham estão seguindo o exemplo do bom samaritano.

Eu mais peço aos senhores que respondam a essas reflexões, mas agradeço de nos informarem sobre a importância de estarem cuidando das fronteiras brasileiras, mas eu fico pensando: que bom será o dia em que as fronteiras de nosso País com outros países possam ser lugares de amizade, de até mesmo as pessoas do Exército, que cuidam das fronteiras, deem as boas-vindas, entrem aqui, venham ao nosso País, e que os brasileiros possam ir a qualquer outro país também, com muita liberdade, sem tão grande preocupação. Será que um dia vamos conseguir isso?

Uma pergunta específica: nós sabemos da preocupação dos senhores sobre o tráfico de drogas que vem de outros países para o Brasil. Por acaso, a preocupação é semelhante das autoridades responsáveis pela segurança dos países vizinhos ao Brasil, com respeito ao eventual transporte e tráfico de drogas aqui produzidas para os nossos países vizinhos?

Muito obrigado pelas informações que nos trazem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu acho que esqueceram. Eu me inscrevi há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perdão. Eu não estava aqui quando V. Ex^a pediu a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, mas pode ser. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço desculpas. Passo a palavra a V. Ex^a, em seguida, ao Senador Delcídio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só queria isto, que fossem todos juntos, porque daqui a pouco, ao fazer isso aí, eu ainda tenho um parecer a dar e um requerimento a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bom.

Eu tenho uma pergunta que é muito rápida. Eu achei muito bonito, muito belo, mas eu pergunto: vocês vão dispor de mão de obra preparada, na quantidade e na qualidade, para fazer o sistema funcionar, sem necessidade de esforços grandes para quebrar o galho, digamos assim, uma vez que a mão de obra não está qualificada? Era só essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Ferraço; General Antonino dos Santos Guerra; General de Divisão João Roberto de Oliveira; meu caro Marcus Tollendal também; Sr. Presidente, como as agendas nossas aqui são muito conturbadas, várias comissões funcionando ao mesmo tempo, enfim, eu não tive a oportunidade de acompanhar a apresentação feita hoje aqui na Comissão de Relações Exteriores, mas eu conheço razoavelmente os números e o projeto. A única coisa é que, hoje, eu ia filar a boia lá no Exército para tratar desse assunto, e eu fiquei sem a boia do Exército hoje, porque, como a equipe responsável pelo Sisfron viria aqui a esta audiência pública, vence o mais forte. Portanto, eu sobre nessa, mas eu vou recuperar essa minha agenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas eu acho que a boia continua de pé, Senador. A boia foi adiada, não foi cancelada.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Foi adiada, claro. Mas eu queria só fazer um registro. Primeiro, parabenizar essa iniciativa e esse projeto. Eu sei que outros Senadores aqui perguntaram e questionaram. A Senadora Ana Amélia esteve aqui também, o Senador Cyro, Senador Cristovam, e agora o Senador Eduardo Suplicy, mas se existe um Estado que vai ser diretamente impactado por esse projeto é o Mato Grosso do Sul. Nós temos duas fronteiras extremamente complicadas: uma fronteira com a Bolívia, lá da minha Corumbá; a outra fronteira com o Paraguai, que tem como cidade-polo Ponta Porã.

Esse projeto é fundamental, porque é um projeto de defesa nacional, é um projeto que vai ao encontro

desse desejo de se combater a violência, o contrabando, o tráfico, drogas, esse grande pesadelo da nossa sociedade, e a situação piora dia a dia. Portanto, essa iniciativa é extremamente procedente.

Nós vamos ter Dourados como o quartel-general, se essa é a expressão mais adequada dessas primeiras operações e, evidentemente, toda uma série de equipamentos que estão sendo contratados. É um desafio, sob o ponto de vista tecnológico, mas, pelo que eu compreendi desse projeto, há um esforço do Governo Federal, do Exército, no sentido de trazer as empresas, quer dizer, envolver as empresas nacionais no desenvolvimento desse projeto, e isso, evidentemente, vai trazer tecnologia, inovação. Portanto, ele é um projeto, sob o meu ponto de vista, absolutamente procedente. Já não é sem tempo.

Muitas vezes, Sr. Presidente, questionavam Projeto Calha Norte, enfim, aqueles estigmas que vão se construindo no Brasil. E hoje nós temos uma noção clara de que um país para ser uma grande potência tem que ter forças armadas equipadas, preparadas, qualificadas, tecnologicamente à frente, com inovação e principalmente guardando as nossas fronteiras.

O maior problema do Brasil hoje são as fronteiras. Tem uma música do Milton Nascimento que diz que o Brasil vive de costas para o Brasil, é a turma que vive no litoral. Não conhecem o Brasil profundo, que é o nosso Brasil do Centro-Oeste, é o Brasil da Amazônia, é o Brasil que hoje representa um grande desafio para todos nós, especialmente com relação à defesa nacional. Problemas complexos com países vizinhos, instabilidades políticas, e eu vou mais além, controle sanitário. Mato Grosso do Sul sofreu com a aftosa, inclusive nossa carne bloqueada nos mercados internacionais, porque nós temos fronteira seca, o General conhece muito bem, todos aqui conhecem muito bem o meu Estado e, portanto, nós acabamos importando a aftosa de países vizinhos.

Esse projeto é muito pertinente. E é um projeto que, a despeito da sua total legitimidade, ele encontra dificuldades especialmente na integração com as demais polícias. E esse projeto para funcionar tem que ter integração com as Polícias Militar, Federal e Rodoviária Federal, para que ele efetivamente funcione bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Polícia Ambiental...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Polícia Ambiental, porque esse projeto também vem ao encontro de uma visão de sustentabilidade e de preservação ambiental.

Portanto, eu acho essa audiência pública extremamente relevante. Esse tema é extremamente importante.

Eu inclusive sou estudioso de região de fronteira; eu sou fronteiro também, sou fronteiro com a Bolívia; nasci à 15 quilômetros da fronteira com a Bolívia, então eu sou um interessado nisso. E como disse ao General na última vez que estivemos juntos, esse projeto é extremamente bem-vindo. Esse projeto traz consigo uma preocupação grande sob o ponto de vista de ele trazer desenvolvimento tecnológico, envolver as empresas, quer dizer, é todo aquele sentimento que as Forças Armadas sempre tiveram: valorizar aquilo que é aqui produzido, aquilo que aqui gera emprego, tecnologia... Basta ver o que a Aeronáutica fez com a Embraer, não é? E esse projeto vai na mesma linha também de tecnologia de empresas nacionais.

Mas eu acho que falta um *plus* nesse processo, que são políticas públicas para a região de fronteira. Esse projeto ele ataca a consequência, que é fundamental que se ataque, e tem toda uma série de envolvimento em várias atividades que já foram aqui enumeradas. Mas nós precisamos ter políticas públicas para a região de fronteira. Nós precisamos ter... Quem vive na fronteira tem que ter um tratamento isonômico de um lado e do outro. As políticas não podem servir só para o Brasil, tem que servir para o Paraguai, servir para a Bolívia também. O ir e vir das pessoas que vivem nas regiões de fronteira, reconhecimento de cursos, a utilização, por exemplo, de escolas com dois idiomas. No Paraguai, por exemplo, a gente fala, não é só o Espanhol, o Guarani também, mas o ensino de idiomas que vão ser utilizados por quem vive ali na região de fronteira. Reconhecimento de cursos, eu já falei, equipamentos comunitários, como hospitais. Nós não podemos tratar hospital de fronteira do mesmo jeito que a gente trata hospital em São Paulo ou em Brasília, porque os hospitais brasileiros, os postos de saúde, atendem os nossos irmãos vizinhos bolivianos, paraguaios. Portanto, eles não podem ter um tratamento isonômico, se a gente comparar com o restante do Brasil.

A desigualdade no comércio. Há uma carga tributária intensa do lado brasileiro – agora, recentemente, aprovamos as lojas francas na Comissão de Assuntos Econômicos – e, do outro lado, uma diferença absurda de preços.

Combustíveis. A própria BR Distribuidora, Senador Ferraço, existe em Ponta Porã. É só atravessar a avenida e está a BR no Paraguai. E o preço do combustível é a metade do preço que se paga em Ponta Porã.

Então, temos que entender as vocações regionais e promover projetos de desenvolvimento atrelados a projetos de defesa nacional. Ou seja, nós precisamos ter uma visão holística, uma visão ecumênica de região de fronteira. E não ter ranço de fortalecer as

Forças Armadas, de fortalecer o Exército, a Marinha, a Aeronáutica.

O meu Estado tem uma base naval. Parece incrível, mas tem, lá no Rio Paraguai, em Ladário, vizinha da minha Corumbá. Há uma base área, também, em Campo Grande, forte. Portanto, há todas as condições de se fazer um belo trabalho, mas desde que existam políticas públicas para a região de fronteira também. Isso é fundamental.

Eu venho cobrando isso do Ministério da Integração e do Governo Federal, já perdi a conta. E aparentemente as pessoas não entendem que muitos problemas que acontecem em São Paulo, no Rio de Janeiro, etc., são advindos da fronteira. Mas parece que não entendem. É mais fácil pensar pontualmente, e não conhecer efetivamente a realidade profunda do Brasil.

Eu quero só fazer uma pergunta, para terminar e para concluir, Sr. Presidente. Se o Orçamento previsto para este ano está sendo efetivamente... Se o Governo tem liberado a contrapartida financeira para que esse programa não sofra atrasos e também para que os fornecedores não tenham problema de cumprir com as datas estabelecidas para a entrega de equipamentos, porque esse projeto é absolutamente emergencial. Nós não podemos perder tempo.

E quero já me colocar à disposição do General Antonino Guerra, do General João Roberto e do Marcus, para ser um parceiro, principalmente agora na discussão do Orçamento Geral da União, para garantir esses recursos tão importantes, tão vitais para o meu Estado de Mato Grosso do Sul e para o Brasil.

Ao mesmo tempo, quero elogiar os outros programas, o programa da Marinha, o Prosub, que eu tenho acompanhado também, paralelamente, até em função de o Almirante Otto, que hoje é presidente da Eletronuclear, ter sido o grande comandante desse projeto nuclear da Marinha lá em Iperó. E também o famoso Projeto FX, no qual o Brigadeiro Saito tem trabalhado muito, com sua equipe, e que é também um projeto importante de fortalecimento das Forças Armadas brasileira. Um país potente e influente na comunidade das nações tem que ter Forças Armadas preparadas para isso.

Mais do que nunca, quero parabenizá-los pelo excelente trabalho que têm feito, em nome do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Delcídio, entendendo a profundidade, a legitimidade com que V. Ex^a traz para esta Comissão o tema de políticas públicas para as fronteiras brasileiras, eu penso que esta Comissão poderia até mesmo fazer uma audiência pública no Estado de Mato Grosso do Sul. Nós teríamos um enorme prazer de para lá nos dirigirmos, para que pu-

déssemos vivenciar, em foco, os problemas cotidianos das populações não apenas do lado brasileiro, como com os países que fazem fronteira conosco. E fazermos um debate, um diálogo com as autoridades e com a sociedade, que tem a tarefa e a responsabilidade, eventualmente, as Organizações Não Governamentais que lidam diretamente com esses temas. E trazer para o Senado da República, de maneira conjunta e coletiva, esse tema, que precisa ser enfrentado pelo Senado e pelo Governo brasileiro.

Eu quero sinalizar para V. Ex^a que, se assim entender, eu teria enorme prazer em fazer uma mobilização na Comissão para que pudéssemos organizar uma audiência pública externa, institucional, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que nós pudéssemos fazer um sobrevôo em todos esses temas, que não são apenas conjunturais, que são estruturais, que impactam de maneira imediata o Centro-Oeste, mas de maneira colateral impacta o Brasil, impacta a Região Sudeste e outras regiões a leste. Vou deixar para reflexão de V. Ex^a para que, oportunamente, possamos combinar essa iniciativa.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – V. Ex^a me dando essa oportunidade, vou apresentar, na próxima semana, um requerimento. Já ocorreram algumas audiências públicas lá em Mato Grosso do Sul, mas muito concentradas ainda. Agora uma audiência pública com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dá outra dimensão para esse tema.

Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade até na escolha da cidade. Não sei se Campo Grande, não sei se em Dourados ou Ponta Porã, Corumbá. Inclusive como eu vou estar com a coordenação, com o Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, Comandante Guerra – é como o macaco Simão diz, diz que é o País da piada pronta, é o General Guerra. Não precisa falar mais nada.

Eu me proponho inclusive a coordenar, com o Exército, essa audiência pública, decidir em relação ao Município onde faríamos essa grande mobilização. Esse tema para o Mato Grosso do Sul é extremamente relevante, importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos aguardar a formalização do requerimento de V. Ex^a e, adicionalmente, perguntar aos nossos Generais, que nos honram aqui, se já não está na hora do Sisfron compor o Programa de Aceleração do Crescimento; assim como o programa Prosub, que é da maior relevância e importância, de igual forma o KC-390, ou seja, a Marinha está contemplada com Prosub, a Aeronáutica está contemplada

com KC-390, nós precisamos fazer um esforço coletivo, para que também o Sisfron possa ser acolhido pelo PAC, que, na prática, vai representar recursos não contingenciados, além de uma flexibilidade adicional para que essa movimentação possa se dar, para que essas metas possam ser cumpridas e alcançadas no presente e no futuro.

Quero deixar esse questionamento, do esforço que o Ministério da Defesa está fazendo para incorporar esse projeto no Programa de Aceleração de Crescimento, que é a garantia da disponibilidade dos recursos como sinalizou o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, só para registrar, fruto de uma reunião que tive com toda a equipe do Sisfron, solicitei uma audiência à Ministra do Planejamento e fiz essa solicitação. V. Ex^a tocou no ponto crucial, por isso fiz a pergunta do Orçamento, porque nós temos que carimbar recursos para esse projeto. Se o Governo compreende bem o que representa a fronteira, esse projeto tem que fazer parte do PAC para ele não ter contingenciamento de recursos, senão ele vai atrasar e é uma verdadeira engenharia, precisa ter uma cintura extraordinária para tentar ir administrando atrasos e, eventualmente, falta de recursos, o que prejudica o bom andamento dos projetos e a instalação dos equipamentos e a execução das obras civis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E a capacitação dos recursos humanos, que terão que operar...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E fazer frente a essa grande operação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... esse audacioso e ousado projeto.

Passo a palavra a V. S^{as} para responderem aos questionamentos e às conclusões finais.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Em relação ao PAC é realmente um objetivo prioritário nosso. O senhor tem nos ajudado aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e a da Câmara também tem nos ajudado bastante, assim como o Ministério da Defesa nessa exposição dessa nossa intenção. E acreditamos que isso vá ocorrer.

Fazendo já um prolongamento, porque o senhor perguntou sobre Orçamento, se já estivéssemos incluídos no PAC, não estaríamos vivenciando a situação que temos hoje: de uma previsão de recursos de R\$240 milhões para este ano, inclusive R\$40 milhões de emenda de Comissão, nós estamos, hoje, com mais de 40% contingenciados. Estamos com R\$99 milhões contingenciados. E temos esperança e estamos lutando para que esses recursos sejam descontingenciados

realmente este ano. Se já estivéssemos no PAC, não teríamos esse problema este ano.

Em relação à discussão do Orçamento relativo ao Sisfron para o próximo ano, nós temos um patamar de início de discussão que foi baseado no que normalmente é disponibilizado anualmente, que é na faixa de R\$200 milhões, 200 e poucos milhões. E temos o que necessitamos realmente, que é na faixa de R\$550 milhões, mais propriamente R\$553 milhões. Então, nós temos esse patamar, que não atende todas as nossas necessidades para o ano que vem, que é em torno de 200 e poucos milhões, que é o que o Exército consegue colocar na sua parte do seu orçamento. Foram colocados R\$200 neste ano e, para o ano que vem, o que o Exército consegue colocar para o Sisfron são R\$213, mas estamos buscando essa expansão para chegarmos a R\$553 milhões. Acreditamos que, com a ajuda dos senhores e também dos órgãos do Poder Executivo, consigamos alcançar esse valor, que é importante para nós.

Quanto às políticas públicas, o senhor tem inteira razão. Nos anos de 2008 e 2009, eu pertencia ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e já debatíamos com outros Ministérios. Praticamente quase todos os Ministérios têm programas na faixa de fronteira. E a integração desses programas é muito importante, porque vai minimizar esses impactos que temos hoje, sem dúvida alguma.

Quanto às colocações do Senador Suplicy, eu queria fazer um paralelo com o Sisfron. O Sisfron, primeiro, não busca ação em cima do usuário, mas do traficante. Então, acho que estamos falando a mesma linguagem nesse aspecto: é em cima do traficante. Isso com relação a drogas.

Falou-se muito em tráfico de drogas. Por quê? Como o General Santos Guerra disse, os dados mais concretos que temos em termos de estatísticos são relativos ao tráfico de drogas, mas temos vários outros ilícitos. O Senador Delcídio já falou. Nós temos o contrabando, o descaminho, o controle sanitário. O Exército já participa muito nesse controle sanitário, nas operações que são realizadas periodicamente. Enfim, toda a gama de ilícitos vai ser tratada no âmbito do Sisfron, porque o Sisfron vai implantar meios para justamente tentar minimizar esses impactos.

O senhor falou do outro lado. Nós estamos conversando não só com os nossos parceiros aqui do País, os órgãos federais, estaduais de segurança pública – no Mato Grosso do Sul, nós conversamos bastante, por causa do piloto, com o Secretário de Segurança; ontem mesmo, o Secretário estava lá com o comandante Militar do Oeste tratando desse assunto –, mas também com os países vizinhos. Nós aproveitamos as

reuniões bilaterais que o Exército faz nos países vizinhos e colocamos o que é o Sisfron, chamando esses países para participar, porque os problemas estão dos dois lados, não estão de um lado só como o senhor falou. Então, isso tem sido buscado.

Nós não pretendemos ter muro nenhum, tanto é que o nosso forte está nos recursos tecnológicos. Ao contrário, é aquilo que o senhor falou: permeabilidade de parte a parte, os objetivos são comuns, eles não são objetivos de contenção de um lado ou de outro, são objetivos comuns para resolver os problemas de fronteira.

Quanto à mão de obra, vou deixar para o General Santos Guerra, porque é uma parte mais específica, mas quero dizer que, nas estruturas do Exército que nós temos hoje – foi o Senador Cristovam que perguntou –, nós já temos a previsão de pessoas para operar equipamentos, e essas pessoas vão ser capacitadas para isso.

Vou dar-lhe um exemplo simples: os regimentos de cavalaria lá da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, onde nós estamos fazendo o piloto, têm já na sua constituição as sessões de vigilância terrestre. Elas podem operar radares, equipamentos optrônicos etc. Elas não estão ativas porque não há equipamento. Então, quando nós tivermos os equipamentos, elas serão ativadas e serão capacitadas, inclusive observando o contrato. Essa parte eu deixo com o General Santos Guerra, porque ela envolve o contrato que foi firmado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para complementar e, talvez, ajudar o General. O que eu quero saber é se essas pessoas que serão capacitadas estão capacitadas a serem capacitadas, porque é comum recebermos pessoas para serem capacitadas que não sabem nem o que é regra de três, nunca viram um computador. Então, eu queria saber se vocês estão preocupados com a baixa capacitação daqueles que vão ser ainda capacitados. Uma parte desses equipamentos deve ter termos em inglês. Vai haver pessoas capazes de entender o que está escrito nos manuais ou vai ser preciso traduzi-los?

A dúvida se refere à capacitação daqueles que serão capacitados, se eles vão estar preparados para entender o que vai ser ensinado a eles ou se vai dar muito trabalho a vocês prepará-los.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – O Exército possui, com certeza, a melhor estrutura de ensino deste País. Nossas escolas, nossos oficiais instrutores e professores são altamente capazes.

O Sisfron traz, realmente, novidades, equipamentos novos, tecnologias, mas essa tecnologia, esse ensinamento, esse conhecimento fazem parte do con-

trato firmado com a empresa integradora. Mas isso não representa um desafio muito grande para o Exército em relação ao Sisfron. É uma evolução, mas não é um risco. O risco é, de fato, a continuidade orçamentária, para que possamos instalar o sistema.

Muito obrigado a todos. É uma satisfação muito grande estar nesta Casa na presença dos senhores.

Muito Obrigado, Senador.

Está convidado para a feijoada semana que vem lá.

O SR. JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA – Da mesma forma, eu agradeço também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Não me convida que eu vou, General!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse convite é só para o Senador ou para todos os que nos acompanham aqui na Comissão, General?

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA NETO – Eu costumo pescar com o meu pai em Corumbá. Então, eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em nome da Comissão de Defesa e Relações Exteriores, nós queremos agradecer de V. S^{as}, o General de Divisão João Roberto de Oliveira; o General de Divisão Antonino dos Santos Guerra Neto e do Sr. Marcus Tollendal por suas presenças e pelos esclarecimentos, sinalizando e ratificando elevado interesse não apenas da Comissão e do Senado em continuar acompanhando a implementação desse projeto pela convicção e consciência que temos de sua importância para os Estados de fronteira e por entender que esse projeto, muito mais que um projeto de Governo, é um projeto de Estado e de Nação.

Muito obrigado a V. S^{as} por suas presenças.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

A matéria foi submetida à relatoria de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, ao qual queremos a agradecer a diligência, até porque nos próximos dias estará sendo empossado à frente da Organização Mundial do Comércio o Embaixador Roberto Azevedo. Portanto, se faz necessário que, de maneira diligente, nós possamos concluir essa avaliação aqui no Senado, para que o Brasil possa não ver descontinuidade no assento dessa importante organização.

Passo a palavra a S. Ex^a para emissão do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Ricardo Ferraço, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de ser o Relator desta Mensagem da Presidenta.

Conheço o Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão desde muito jovem, quando fui seu professor no Instituto Rio Branco, e ele foi, eu creio, o melhor aluno da turma de acordo com a classificação. Mas se não foi o melhor, está entre os melhores alunos daquele Instituto, e desde lá sua carreira tem sido extremamente proveitosa para o Brasil e positiva para ele.

Quero iniciar dizendo o Ministro Marcos Bezerra Abbott Galvão nasceu nos Estados Unidos (seu pai era diplomata), em 1959, sendo brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Ingressou para o Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979, tornando-se Terceiro Secretário no ano consecutivo. Na mesma instituição, cursou o Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática (sem o que não se chega a Embaixador), em 1984; e o Curso de Altos Estudos pelo qual defendeu a tese “Globalização: arautos, cétricos e críticos. O conceito, o debate atual e alguns elementos para a política externa brasileira”, um documento que merece ser lido por aqueles que se interessam por política externa. Nesse período, concluiu mestrado em Relações Internacionais pela *American University*, Washington-DC, Estados Unidos.

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se – e não vou ler todas – a assistência da Divisão da América Meridional – II (1980); o cargo de Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil no Instituto Rio Branco (1982); a Direção Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (1992); a docência de Linguagem Diplomática do Instituto Rio Branco (1993); a chefia de gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Amazônia Legal (1993); o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda (1994 e 2005), não só um período longo, mas um período fundamental, quando foi criado e implantado o Plano Real, este é um cargo que merece ser citado, sobretudo vendo que ele vai para uma posição tão importante na OMC,

ou seja, ele ocupou um cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda Pedro Malan entre 1994 e 2005; a subchefia e o cargo de Porta-Voz do gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1998); e a docência de Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco (1999).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros junto à Organização dos Estados Americanos em Londres (1995); Washington (2001); e Japão (2011). Figurou, ainda, como chefe de delegação na V Reunião de Recomposição da AID-15/Banco Mundial. E aí vamos com diversos cargos no exterior ao longo desse tempo até concluirmos na reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20 (Coreia, 2010).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, o Sr. Marcos Bezerra Abbott Galvão foi laureado com as seguintes comendas, diversas comendas, também não vou ler todas: Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Cavaleiro (1981); Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1983); Ordem do Mérito Naval, Brasil; etc., a Grande Medalha Presidente Juscelino Kubitschek, Estado de Minas Gerais, Brasil.

O Ministro Abbott Galvão é convocado a chefiar a missão diplomática brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a South Centre, o que me deixa com muita satisfação, porque já fui por seis anos do Conselho Diretor da South Centre (organização intergovernamental que congrega 51 países em desenvolvimento).

Também vai representar na União Internacional de Telecomunicações e o Centro de Comércio Internacional todas as entidades sediadas em Genebra, Suíça.

Apesar de representar apenas pouco mais de 1% do comércio mundial, o Brasil tomou parte como demandante, demandado ou terceira parte junto ao Sistema de Solução de Controvérsias da OMC em 114 contenciosos, o que mostra a importância do papel do nosso Embaixador junto à OMC.

É o quarto país em número de demandas apresentadas e o oitavo em número de demandas recebidas. Essa vigilância e esse ativismo em prol dos melhores interesses econômicos do país são também reconhecidos nas negociações comerciais junto ao sistema mundial do comércio: não raro, o Brasil lidera ou co-lidera blocos de interesses nas negociações internacionais. A comunidade internacional reconhece a natureza de formador de consenso da diplomacia brasileira junto a esses foros, motivo da eleição do brasileiro Roberto Azevedo à Direção da OMC, à qual poucos países se

opuseram. Em todos esses foros, o Brasil defende o avanço da perspectiva de fomento ao desenvolvimento.

Aqui, Sr. Embaixador, há um parecer feito basicamente pelos consultores. Eu agreguei, de lavra pessoal, como se diz, o seguinte:

A essa análise do currículo do Embaixador Marco Galvão, cabe agregar aspectos específicos de sua carreira. Ainda muito jovem, no início de sua carreira, o Embaixador Marcos Galvão teve oportunidade de participar diretamente do que foi talvez uma das mais dramáticas de nossas negociações internacionais: a reestruturação de nossa dívida externa em Washington.

Desde então, sua experiência em matéria econômica fez dele um dos nossos melhores diplomatas com melhores condições de negociação nesse campo. Isso faz dele um diplomata perfeitamente preparado para ocupar o novo cargo ao qual está sendo indicado como nosso representante junto à Organização Mundial do Comércio.

E mais um ponto que quero colocar: foi notável o seu comportamento como Embaixador do Brasil no Japão durante os eventos ocorridos em 2011, em função da tragédia de Fukushima. Enquanto diversas representações diplomáticas tomaram medidas de autoproteção, inclusive saindo do País, o Embaixador Galvão assumiu todos os riscos pessoais para manter em funcionamento nossa Embaixada.

Durante as mais difíceis semanas, ele cuidou pessoalmente de atender cada brasileiro que se encontrava no Japão, fosse residente ou turista.

O desempenho do Embaixador mereceu o reconhecimento das autoridades e personalidades e todo o país (Japão) e do Brasil. Seu prestígio e sua presença no meio político e intelectual japonês, que já era consolidado, foi ampliado, fazendo dele um dos mais respeitados embaixadores dos diversos países do mundo em Tóquio.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório, salvo dizer da minha satisfação em poder contar com a possibilidade de o Senado, no seu Plenário, aprovar a sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos, nos termos regimentais, abrir vista coletiva, para que possamos, nos próximos dias, receber S. Ex^a o Embaixador Marcos Galvão, para sabatiná-lo e falar da sua exitosa trajetória, tão bem registrada por V. Ex^a, mas também falar sobre os desafios que ele vai assumir como representante do Brasil nas negociações

multilaterais na Organização Mundial do Comércio, nessa conjuntura em que se faz necessária, mais do que nunca, a integração dos países.

Então, fica aberta a vista coletiva para que posamos sabatiná-lo nos próximos dias.

Muito obrigado a V. Ex^a, pela forma diligente com que atendeu à demanda e apresentou o parecer do chefe da missão diplomática brasileira junto à OMC.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para a emissão do parecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 2006, vem a esta Comissão a Mensagem nº 78, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, o Sr. José Roberto de Almeida Pinto nasceu no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1953.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1976. Obteve o grau de Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília em 1983. Em 1994, completou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, quando apresentou a tese “A possibilidade de Ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Posição do Brasil”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1977, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em

1979, a Primeiro-Secretário em 1984, a Conselheiro em 1989, a Ministro de Segunda Classe em 1995, e a Ministro de Primeira Classe em 2003, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Divisão Especial de Avaliação Política da Secretaria-Geral de Política Exterior em 1990; Coordenador e Chefe, substituto, do Gabinete da Secretaria-Geral em 1995; Professor titular de Política Internacional do Instituto Rio Branco em 1991, tendo integrado várias bancas compostas no referido Instituto, entre elas a Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos em 2007. Foi, também, Secretário de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa em 2003.

No exterior, atuou na Embaixada em Roma, como Ministro-Conselheiro e Representante Alternado junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1998; na Embaixada em Caracas, também como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, em 1999; na Embaixada em Tegucigalpa, como Embaixador, em 2005, e no Consulado-Geral em Roma, como Cônsul-Geral, em 2008. Foi, ainda, Embaixador na Guatemala em 2010. Nesse mesmo ano, chefiou a Delegação brasileira à Conferência Internacional de CPLP sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, tendo também presidido a Conferência.

Publicou vários livros, inclusive de poemas, como “Canção do meu Exílio”, em 1979, e Arquipélago Herzog, em 1984, bem como o livro “O conceito de poder nas relações sociais”, em 2008, entre inúmeros outros trabalhos.

Segundo documento informativo do Ministério das Relações Exteriores, em 2006, o Brasil abriu a sua Missão Permanente junto à CPLP em Lisboa. Sua atuação é completamente independente da Embaixada do Brasil junto ao Governo português, tendo em vista o crescente volume de assuntos e iniciativas levadas a cabo pela Comunidade.

Fundada em 1996 e composta por oito países membros – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste –, a CPLP tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática entre estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social e comércio e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Rege-se por princípios como a igualdade soberana dos estados membros, a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e o respeito pela identidade nacional, entre outros.

O processo de criação da CPLP ganhou impulso decisivo na década de 1990, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira.

Desde a sua criação, a CPLP teve atuação político-diplomática intensa, de que são exemplos, entre outros, o envio de vinte missões de observação eleitoral a eleições em seus Estados membros e a cooperação da Comunidade em crises políticas em Timor-Leste, em 2006, e em Guiné-Bissau, em 2006 e 2012.

Em 2011, a CPLP apoiou a candidatura brasileira, do Sr. José Graziano, ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Da mesma forma, em 2013, a Comunidade votou em bloco no candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, normalmente, os embaixadores, quando têm os seus nomes aqui apreciados pelos senhores Senadores, têm feito visita sobretudo aos relatores designados.

Neste caso, em função do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, segundo informa a secretaria da Comissão, ainda estar no exterior, mas em virtude de ser importante ler este relatório para que possamos arguí-lo e apreciar o seu nome na próxima semana é que eu avalei, mas me informa a assessoria que ele ainda deverá fazer a visita, como normalmente costuma ser feito, a este Senador Relator.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, nos termos regimentais fica concedida vista coletiva.

Não havendo mais nada a tratar...

Antes, porém, passo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Ricardo Ferraço, Senador Suplicy, o que eu quero falar talvez não tenha nada que ver aqui com a nossa função; eu quero consultá-los. Mas é uma preocupação que venho tendo ao ler os jornais.

Quando eu vejo que o nosso Real se desvalorizou 20%, 25%, eu me preocupo se isso não vai afetar os nossos serviços diplomáticos no exterior.

Eu fui olhar e vi que o orçamento foi feito considerando o dólar a US\$1,80. A R\$2,40, mesmo que ele não suba mais, R\$0,60, em R\$1,80, subiu 30%. Eu não sei se é função desta Comissão ou não ter essa preocupação, se isso não é problema do Poder Executivo. Mas, de qualquer maneira, acendeu uma luzinha amarela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Talvez pudéssemos fazer um pedido de informação, considerando esses elementos que V. Ex^a apresenta, como o Itamaraty está pensando em enfrentar os seus desafios e de que maneira e de que forma isso pode impedir a continuidade do trabalho da diplomacia brasileira no exterior.

Parece muito pertinente, me parece uma providência. Vamos solicitar à Secretaria que procedo pedido de informação em nome inclusive da Comissão, coletivamente, ao Itamaraty.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 2 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Roberto Requião, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Gim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz pronunciamento sobre episódios relacionados à saída da Bolívia do Senador

Róger Pinto Molina e de seu ingresso em território brasileiro. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque. Passa-se à deliberação dos dois itens da PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.” Sabatina realizada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.” Sabatina realizada. Os Embaixadores Antonio José Vallim Guerreiro e Marcos Bezerra Abbott Galvão são convidados a compor a Mesa. O Presidente abre o processo de votação. Os expositores fazem suas exposições. A Senadora Ana Amélia solicita inclusão de Requerimento de sua autoria como item extrapauta. A solicitação é aprovada. EXTRAPAUTA: ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 82, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Educação, Cultura e Esporte (CE), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde. Aprovado. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Wilson Picler. Faz

uso da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque. Os Embaixadores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às doze horas e quatro minutos e reaberta às doze horas e treze minutos. Atua como secretário o Senador Cristovam Buarque e como escrutinadora a Senadora Ana Amélia. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quinze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Aproveito a reunião de hoje para relatar e, ao mesmo tempo, prestar contas às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e, de igual forma, aos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, à sociedade brasileira, a respeito de minha participação, na condição de Presidente desta Comissão, nos episódios relacionados à saída da Bolívia do Senador Roger Pinto Molina e de seu ingresso em Território brasileiro.

A vida humana é um valor absoluto, que tem peso próprio e cuja defesa se impõe a todas as demais considerações. A vida de um ser humano estava em jogo. Era uma situação limite que não poderia continuar a ser tratada conforme ritmos e cânones diplomáticos, ao sabor das conveniências políticas, tornando-se apenas um item a mais da nossa agenda bilateral, sempre sujeita, durante mais de um ano, a ceder preferência para outras questões.

Ora, durante mais de 450 dias, ao Senador asilado na Chancelaria da Embaixada do Brasil – e não na residência da Embaixada brasileira – em condições de saúde física e mental de um ser humano isolado, sem direito a sol, deu-se um dos possíveis desfechos desse lamentável episódio: a saída da Embaixada e seu transporte ao Território do País, que lhe havia concedido, em ato típico de soberania nacional, asilo diplomático por decisão de Sua Excelência a Presidente da República. A alternativa de desfecho para a grave situação seria a sua morte, por enfarte ou mesmo derrame ou, quem sabe, até mesmo de um suicídio, conforme relato

e laudo de médico que esteve atendendo o Senador Molina na Chancelaria do Brasil na Bolívia.

Penso que a decisão de evacuá-lo da Chancelaria e da Bolívia, ainda que sem o solicitado salvo-conduto, significou salvar uma vida humana. Se isso é verdade, cumpriu-se o espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu art. 14, prescreve: “Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. E cumpriu-se também a letra da Constituição Federal, que, em seu art. 4º do título que consagra os direitos fundamentais, assenta que “a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros princípios, pelos da prevalência dos direitos humanos e da concessão de asilo político”.

Os que possibilitaram esse desfecho, bem-sucedido a meu juízo, merecem reconhecimento e respeito. Da minha parte, eu repetiria, quantas vezes fossem necessárias, minha modesta atuação no episódio, por ter testemunhado pessoalmente o sofrimento que prevalecia na Chancelaria da Embaixada brasileira em La Paz, por ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, por ser cristão e pai de família.

Por acreditar na vida humana como valor universal, eu simplesmente não poderia me omitir. Minha consciência não me permitiria incorrer em tamanha covardia ou omissão.

Dois erros não fazem um acerto. Até compreendo que, no sistema hierárquico que caracteriza a carreira diplomática, é evidente que o encarregado de negócios em La Paz, Ministro Eduardo Saboia, no episódio do Senador boliviano, pode ter agido de uma forma heterodoxa, fora da curva, até porque fora da curva eram a circunstância e a situação em que ele se encontrava.

No entanto, não seria exagero afirmar que foi graças à sua atuação que uma vida foi salva.

Portanto, a meu juízo e também na opinião, quero crer, de milhares de brasileiros, por meio das redes sociais manifestando solidariedade e através da imprensa, de tantos editoriais e comentários, de importantes formadores de opinião pública, a situação funcional do Ministro Eduardo Saboia, em sua carreira no Itamaraty, precisa ser vista contra o pano de fundo da situação do quadro de emergência a que esteve submetido durante meses e meses. Não seria justo, a meu juízo, não seria razoável que o referido diplomata tivesse sua carreira prejudicada por ter tomado, no calor dos acontecimentos, motivado por justificadas preocupações humanitárias, as corajosas decisões que precisou adotar na semana passada.

Ademais, seria didático para o Governo brasileiro e até mesmo para o Itamaraty, em particular, aprender com esse episódio que há assuntos que exigem

enfrentamento e solução, não podendo ser adiados indefinidamente. A meu ver, o que terá acentuado o sentimento de falta e de perspectiva de solução para a situação do Senador boliviano na Chancelaria brasileira em La Paz foi a impressão de indiferença que, infelizmente, devo dizer, o Itamaraty transmitiu.

Comentaristas e observadores que prestam o desserviço de reduzir essa complexa questão a meros esquemas ideológicos, nos quais se descreve o Senador Roger Pinto Molina como criminoso comum, procurando evadir-se da Justiça boliviana, ignoram que o Estado brasileiro, por meio de experimentados diplomatas e de autoridades do Ministério da Justiça, em posição sacramentada pela própria Presidente da República, resolvera, em 11 de julho de 2012, conceder asilo diplomático ao referido político boliviano; ou seja, o Governo brasileiro não era obrigado a conceder asilo político, mas o fez. Se o fez, quero crer, e corretamente, após investigações de que não se tratava de um criminoso comum e, sim, de um perseguido político. Uma vez concedido asilo político, deveria perseverar na conquista do salvo-conduto para uma solução e não o fez.

Considerá-lo, portanto, reles criminoso comum é desprezar a capacidade analítica sofisticada da diplomacia brasileira e da própria Presidência da República.

Ao estender-lhe asilo político, o Estado brasileiro conferiu-lhe tratamento de perseguido político. Não é esta Comissão, não é o Senado da República, muito menos qualquer um de nós, Senadores, que tem a prerrogativa da concessão do asilo político. Se, por outras circunstâncias ou injunções posteriores, o governo boliviano preferiu não outorgar o indispensável salvo-conduto, isso por si só não desconstrói a realidade de que o Senador Roger Pinto Molina havia sido considerado como vítima de perseguição política em seu próprio país pelo Governo brasileiro.

O instituto do asilo diplomático tem raízes históricas que se perdem no tempo e, mais ainda, tem um longo histórico na América Latina. Sequer as ditaduras mais ferozes que tristemente grassaram em nosso continente desrespeitaram o instituto do asilo diplomático, que se consuma como corolário lógico com a emissão de documento que possibilite ao perseguido deslocar-se até outro país.

A propósito, no dia 12 de julho de 2013, na Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, os membros do Bloco, inclusive seus membros associados, como a Bolívia, incluíram na declaração conjunta a seguinte manifestação: “os presentes reafirmaram a plena vigência do direito de asilo, consagrado no artigo 14 da Declaração Universal de Direitos Humanos e, portanto, reiteraram a faculdade que assiste a todo Estado soberano

de outorgar asilo a qualquer cidadão do mundo, em conformidade com as normas de Direito internacional que regem a matéria”.

Alguns dias antes, vizinhos do Brasil, como a Bolívia e a Venezuela, haviam cogitado oferecer asilo ao cidadão norte-americano, Edward Snowden. Por que razão o Senador Roger Pinto mereceria tratamento diferenciado?

À luz, portanto, dessas circunstâncias, agradeço as Sr^{as} e Srs. Senadores pela compreensão, pelas manifestações, tanto favoráveis como contrárias, que contextualizam esse ambiente e fazem parte da elevada necessidade do debate que é motivado pelas diferenças e divergências que temos. Precisamos continuar a tê-las, porque é exatamente esse contraditório que enriquece o debate, enfim, dos mandatos que exercemos em nome do povo brasileiro e dos nossos Estados.

Dessa forma, quero fazer esse esclarecimento às Sr^{as} Srs. Senadores membros desta Comissão. Agradeço pelo debate que, ao longo da semana, pudemos fazer. Houve Senadores que concordaram, Senadores que discordaram, mas tudo isso como fruto da divergência natural de ideias e opiniões que precisam continuar sendo exercidas com absoluta soberania, independência e respeito a cada um dos senhores.

Essa manifestação eu devia às Sr^{as} e Srs. Senadores que fazem parte desta Comissão e aos brasileiros que nos acompanha pela TV Senado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a V. Ex^a. Em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ricardo Ferraço, a mim seria dispensável o relatório que V. Ex^a, com muito rigor, com muita correção e muita transparência, faz nesta Comissão de Relações Exteriores. Mas, diante da sua atitude, renovo os meus cumprimentos.

A sua atitude, do ponto de vista institucional, do ponto de vista político e do ponto de vista republicano, a mim, como cidadã e como Senadora do Rio Grande do Sul, me orgulhou muito. V. Ex^a é um jovem Senador, que chegou a esta Casa comigo, em 2011, e revelou uma tenacidade muito grande, com o respeito institucional das boas relações. Então, foi um ato de coragem de V. Ex^a, destemido pela sua juventude, mas pela sua capacidade, pela sua compreensão de um fato tão complexo quanto esse.

Quero-lhe dizer que a Casa se valorizou muito no episódio – a Casa, digo, pela Comissão de Relações Exteriores e pela atitude do seu Presidente. Fico particularmente grata pela reação do entendimento maior

da sociedade brasileira, apoiando o seu gesto e o do Diplomata Eduardo Saboia. Penso que não podemos transigir quando se trata de defender a vida humana.

É interessante notar, Senador, que, como diz V. Ex^a, agora estão cobrando os processos do Senador boliviano na Bolívia. Essa é uma questão dele com a Bolívia. Não podemos desqualificar o refugiado, ou asilado, por essas questões. Assim como o Governo brasileiro concedeu um asilo a Cesare Battisti, que notoriamente teve envolvimento, foi julgado e condenado pela Justiça, entrou ilegalmente no País – não é o caso do Senador Molina –, estamos avaliando exatamente duas formas de pensar: um pode e o outro não pode.

Penso que, para sermos coerentes, temos de usar a mesma medida no julgamento de casos que tratam de asilo político.

Parabéns, Senador Ricardo Ferraço. Sinto-me muito bem representada nas ações tomadas por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a pela manifestação de solidariedade.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, uma pequena correção, Senadora: ele entrou de maneira ilegal. Mesmo assim, o asilo tem que ser garantido, mas ele entrou ilegalmente. O Brasil não tem como negar isso sem perder a tradição.

Mas não quero emitir juízo sobre o papel do senhor, Senador, porque realmente é louvável, como um esforço de um cidadão brasileiro, Senador, diante de uma pessoa que estava em outro país, no estrangeiro, em condições constrangedoras há 450 dias.

Obviamente, como Presidente da Comissão, se fosse possível, seria melhor ter informado a nós – não vou dizer consultar, nem fazer um debate aqui, porque era impossível, era uma operação clandestina. De qualquer maneira, como Senador, foi uma posição correta.

Agora, quando a gente analisa o serviço diplomático brasileiro, aí vem uma grande preocupação. Vi uma preocupação – e não vou discutir se o Senador Molina estava ou não correndo risco de vida, porque vamos dar um crédito a esses médicos –, mas acho que o diplomata representa não o coração dele, representa 200 milhões de pessoas. Ele me representa. E, como não pode consultar 200 milhões, a cada quatro anos, a gente faz uma eleição e escolhe um Presidente da República, que passa a representar aqueles que votaram nele ou nela e todos os outros. Se quebrarmos essa ideia de que o diplomata representa todo o País e o representa na relação com todos os habitantes do outro país, não apenas com um – o Senador Molina

–, mas com todos os bolivianos, e não para hoje, mas para todo o sempre no futuro, se a gente considera assim, eu diria que o diplomata Saboia merece, sim, estar no altar dos heróis, mas não no escritório da diplomacia; merece ser tido com um dos nossos heróis pelo que fez, mas não dá para elogiar, como estou vendo o Brasil inteiro fazendo – e sei que estou isolado nisso, raríssimos falam o que estou falando, porque é uma simpatia, uma grande simpatia. Politicamente, é um suicídio falar essas coisas, mas visto a camisa do País, visto a camisa da história e olho o outro lado, que é o país vizinho, com o qual teremos que ter relações depois que Evo Morales já tiver passado na história da Bolívia; cem anos depois, a gente terá que ter relação.

E ficam duas marcas: uma é a marca de que incentivamos que, no Brasil, qualquer diplomata, de acordo com o seu nobre coração – veja, quero insistir nisso, sem nenhuma ironia –, tome posições corretas do ponto de vista humano, mas em contradição com o que a Nação brasileira, representada por um Presidente eleito, democraticamente, considera. Isso é muito perigoso daqui para frente, porque se rompe a ideia de que ele representa o País, que fala pela voz do Presidente da República.

Creio que foi um ato humanista, mas não diplomático; ele estava ali como diplomata. Alguns dizem: “Mas para salvar uma vida humana!”. Quero dizer que insisto que é possível que fosse para salvar a vida humana, ele estava próximo, eu não estava; mas, mesmo assim, quando os diplomatas salvaram judeus que iam para o campo de concentração com a morte certa, se comportaram como humanistas, não como diplomatas, tanto que a maior parte deles abandonou a carreira, ou por renúncia ou por perseguição dos ditadores – eram ditadores, não eram eleitos democraticamente.

Mesmo assim, não foi um comportamento diplomático. Foi muito mais nobre do que o diplomático, com muito mais mérito humano do que o diplomático, mas tecnicamente não foi de um diplomata. É isso que me preocupa na maneira como se fez essa operação; preocupa-me também – a gente tem esquecido – o fato de que não foi só ele que acompanhou o Senador; foram dois militares brasileiros. Dois militares brasileiros, armados provavelmente, cortaram o território boliviano, durante um dia inteiro, o que é uma mini-invasão. Não gostaria de ver, no meu País, soldados estrangeiros andando armados, independentemente de ser ou não para salvar um Senador.

Ninguém está falando dos dois fuzileiros navais. Eles desrespeitaram o comando? Se fizeram isso, é muito grave também. Imagine que cada soldado comece a agir conforme o seu coração e aja como soldado e coração. Não, se o coração dele se contrapõe à fun-

ção de soldado, abandone o cargo, o posto de soldado, renuncie a ser soldado. Mas, enquanto for soldado, ele tem que representar o País, lutar pelo País. E quem fala pelo País é a Presidência da República. E olhe que eu tenho sido um crítico ferrenho do Governo brasileiro.

Nesse caso aí, contudo, eu acho que nós temos de analisar o fato do ponto de vista humanista – óbvio –, mas também do ponto de vista do funcionamento do Estado brasileiro. Muitos de nós estamos nos esquecendo do lado do Estado brasileiro. Eu não consigo esquecer isso ao ser Senador. Eu não consigo deixar de elogiar como ser humano o ato de um cidadão, mas não posso elogiar o ato dele como diplomata. Eu acho que, como diplomata, ele deixou de fazer o que devia: representar-me como brasileiro que eu sou. E eu sou representado pela Presidência da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mesmo discordando do meu querido e estimado Senador Cristovam Buarque, respeitosamente, eu acho que o homem tem de ser julgado por suas circunstâncias.

Há 450 dias, esse asilo evoluiu de asilo para cárcere, e o carcereiro era exatamente o Diplomata Eduardo Saboia. Ele estava lá. Ele sabia a circunstância em que ele teve de tomar tal decisão, diante do prazo indefinido, diante das manifestações públicas de autoridades do governo da Bolívia, de que, pela Bolívia, esse cidadão apodreceria na Chancelaria do Brasil. Eu estive lá pessoalmente e vi as condições sub-humanas nas quais ele estava asilado.

Além do gesto humanitário, o diplomata poderia ser acusado se esse Senador se suicidasse ou se viesse a óbito por omissão e prevaricação. Portanto, sinceramente, eu não vejo como não considerar a circunstância. É evidente que a decisão do diplomata foi heterodoxa, fora da curva, porque heterodoxa e fora da curva era a circunstância, assim como a circunstância, por exemplo, do nosso Embaixador em Paris na Segunda Grande Guerra Mundial, que, contra orientação do Estado Novo, acolheu, na Embaixada brasileira, contra a determinação do Governo brasileiro de então, do Estado Novo, judeus, homossexuais e minorias perseguidas naquele ambiente de grande restrição.

Eu quero crer que esse não é um debate que se encerra aqui. Muito pelo contrário. Mas eu acredito sinceramente, Senador Cristovam Buarque, que nós precisamos considerar a circunstância, precisamos considerar a Convenção de Caracas, que determina e estabelece que asilo político é um ato de soberania nacional, e o salvo-conduto é mera consequência do asilo político.

O asilo político, sim, é uma decisão jurídica pronta e acabada, refletida, pensada, decidida e só se dá asilo político a quem não é criminoso comum. Ao longo desse período, nós não ouvimos nenhuma manifestação do Governo brasileiro de suspensão dessa concessão em função disso ou daquilo. E ainda lembro que, durante os anos da ditadura militar brasileira, não foram poucos os brasileiros extraordinários que foram maculados por corrupção e desvio. Juscelino Kubitschek? Leonel Brizola?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A discussão não é esta, Senador. Eu fiz questão de dizer que eu não o julgo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, não. Eu estou apenas discordando de V. Ex^a no quesito da circunstância: como separar o diplomata do ser humano? Onde termina o diplomata e onde começa o ser humano? Em que circunstâncias? Esta é a questão que nós não podemos – acho eu com todo o respeito – deixar de debater: onde termina o diplomata e onde começa o ser humano? Quantas vezes nós aqui, como Senadores, não aceitando determinadas regras, valem-nos contra elas por repúdio?

Então, é apenas essa observação: é preciso considerar a circunstância em que a decisão foi tomada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero analisar considerar isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E lembrar que o dicionário, em geral, é muito rico. Há dois verbos bem diferentes: julgar e avaliar. Eu julgo o Secretário Molina como um homem de coração, humanista e corajoso pra caramba, capaz de fazer o que ninguém faz hoje: pôr a sua carreira em cheque por uma crença humana.

Então, eu o julgo muito positivamente.

Mas quando eu avalio o exercício da diplomacia, eu avalio pensando nas consequências disso para o serviço diplomático brasileiro de hoje, com a Bolívia, e de daqui a cem anos com todos os países do mundo. E aí acho que é uma perda.

Agora, dizer que não dá para separar os dois. Dá; um é profissão, outro é uma crença. Se o Secretário Saboia chegasse a Corumbá e dissesse: “Está aqui a minha carta de demissão. O meu coração é mais forte do que a minha profissão”. Eu só teria aplausos.

Mas são duas coisas: coração e profissão. A gente deve exercer quando se casam as duas. Quando as duas não se casam, a gente escolhe uma; não tenta ficar com as duas, porque, se tentar ficar com as duas, prejudica o País.

Quanto a esses diplomatas, representavam o ditador, não o povo brasileiro, naquela época, e tomaram medidas corretas em relação a judeus que iam para o campo de concentração. Não era um Senador, mesmo constrangido, em uma pequena sala da Embaixada. Ele não foi como diplomata, de acordo com o juramento que fez, talvez erradamente, de seguir o ditador. Tem que analisar, avaliar e tem que julgar. Julgar, eu só julgo positivamente. Julgar, eu só julgo o Saboia positivamente, como ser humano, como homem de caráter e, sobretudo, pela coragem dele, que falta tanto, e, sobretudo, o desprendimento dele de jogar fora, talvez, uma carreira.

Agora, na hora de analisar friamente o papel do diplomata, representando 200 milhões de brasileiros, em que cada gesto hoje repercute pela história no futuro, eu acho que foi, na minha avaliação – avaliação, não julgamento – na avaliação, foi equivocado e prejudicial às relações do Brasil com o mundo, não com a Bolívia e, por muitos anos, até que a História esqueça, porque, até lá, haverá uma desconfiança – haverá uma desconfiança.

Imagine se esse Sr. Assange, por quem eu tenho a maior simpatia, estivesse preso na Embaixada do Brasil em Londres e não na Embaixada do Equador. O Equador já deu o visto, já deu o asilo. A Inglaterra não o deixa sair. Se fosse na Embaixada do Brasil, hoje ela estaria cercada, porque não merece mais confiança, porque um diplomata brasileiro, que decidisse, poderia pegar o Assange e trazer para o Rio de Janeiro, correndo sérios riscos no transcurso, no aeroporto, com alguma artimanha.

Ele está lá na Embaixada do Equador. O governo britânico não dá o asilo; é condenável. O governo boliviano errou, merece nossa ojeriza pelo fato de não ter dado o salvo-conduto. Mas não deu, e a gente não podia mandar um helicóptero resgatar o Senador Molina. O que a gente fez foi um pouco disso. Não foi um helicóptero; foram dois carros. Não foi por decisão da Presidência; foi pela opção de um diplomata.

Eu creio que, como o senhor disse, isso merece muita análise ainda. Eu acho que esse vai ser um tema muito estudado no Instituto Rio Branco, onde eu fui professor durante alguns anos. Vai merecer muito estudo. Mas, à primeira vista, meu julgamento é totalmente positivo, e minha avaliação, totalmente negativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a.

Ouçõ a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu não gostaria, até, de criar um debate aqui, mas a lembrança do Senador Cristovam, comparando o asilo diplomático concedido ao Assange... Lá, ele dá

entrevista; lá, ele fala abertamente, ele faz tudo o que entende, dentro da Embaixada do Equador na Inglaterra. Isso tudo é permitido para ele. Esse Senador boliviano não podia nem receber a família, não podia falar com as pessoas; estava confinado.

Então, são situações diferentes, embora, no mérito, o Senador Cristovam tenha o argumento da questão do salvo-conduto, mas não dá para comparar as situações de asilados.

A Petrobras, como uma parte do Território brasileiro – porque ela é uma estatal e é uma empresa nacional brasileira; ela é de capital aberto, mas é um patrimônio brasileiro, o controle da Petrobras é da União, é nossa –, com uma unidade na Bolívia, foi desapropriada unilateralmente pelo governo da Bolívia. Uma bandeira boliviana foi hasteada naquele pedaço de Território brasileiro. E nada aconteceu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, eu não defendo o governo boliviano, nem o brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu ouvi V. Exª todo o tempo. Então, eu só peço para terminar meu raciocínio, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Tenho enorme respeito por V. Exª.

Por três vezes, aeronaves brasileiras, que são representativas do Estado brasileiro – uma delas levando, em outubro do ano passado, ninguém mais, ninguém menos que o Ministro da Defesa do Brasil, um diplomata de reconhecida competência, o Ministro, Embaixador, ex-Chanceler Celso Amorim –, foram vistoriadas com cães farejadores. Uma, duas, três vezes. Uma delas com parlamentares que têm imunidade parlamentar. Existe imunidade diplomática e existe imunidade parlamentar. Três vezes! Não houve um pedido de desculpas por parte do governo boliviano por esses gestos. Eu considero isto um ato de respeito: pelo menos um gesto de desculpas pelo que aconteceu.

E o Governo brasileiro ficou em silêncio, como acomodou e colocou panos quentes em relação à questão das nossas refinarias na Bolívia. Podia ter feito como fez com o Paraguai, aumentando a tarifa de energia que pagamos ao Paraguai na mudança do acordo de Itaipu. Não. Ficamos quietos diante disso.

Diplomatas brasileiros, com imunidade, submetidos ao vexame de retirar a sua roupa, homens e mulheres, em vistorias pelas autoridades bolivianas. Nenhum pedido de desculpas.

Além disso, a Bolívia fez uma lei legalizando documentação de carros roubados no Território brasileiro e que entravam na Bolívia.

Eu imagino que são fatos de grande relevância, mas, sobretudo, de uma agressão descabida a representantes do Governo, da República Federativa brasileira e do País: as aeronaves, a instituição Petrobras, com a refinaria, e a imunidade que têm os diplomatas. E houve a lei absolutamente lesiva à própria segurança pública do nosso País, com a questão da legalização dos documentos de carros roubados no Território, o que todo mundo sabe que acontece com muita frequência. Então, estamos tendo uma leniência, uma atitude extremamente tolerante.

Eu, como membro da Comissão de Relações Exteriores, Senadora de um Estado que tem fronteira com dois países, o Uruguai e a Argentina, uma convivência de integração histórica, que preservo como questão não só de humanismo, de diplomacia, de inteligência, de cordialidade na relação com os vizinhos, mas como uma imposição das nossas necessidades e das necessidades deles.

Temos de ter essa relação de forma respeitosa, com a tal cordialidade diplomática, e com a reciprocidade. Nesses casos, Senador Cristovam, não houve reciprocidade alguma, mas, pelo contrário, um desrespeito às instituições mais sagradas do nosso País. V. Exª muito insistiu em relação à questão da hierarquia, e eu a respeito muito. Penso que hierarquia é uma questão relevante para fortalecer as instituições, seja na área da diplomacia, seja na área das Forças Armadas. O que estou dizendo é que essa representação que é da Força Aérea Brasileira, com um avião da Força Aérea Brasileira, é a representação do Brasil, do nosso Território. E ela foi desrespeitada. Houve uma violência à presença de uma autoridade numa missão diplomática, como foi o caso do Chanceler Celso Amorim.

Então, se nenhum desses episódios tivesse acontecido, talvez, agora eu estivesse concordando, em parte, com a argumentação de V. Exª.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu acho que esse tema merece...mesmo com dois embaixadores esperando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Até porque nós teremos, inclusive, a oportunidade de trazer a esta Comissão, para uma avaliação de profundidade, não apenas o Diplomata Eduardo Saboia e, de igual forma, o Embaixador Marcel Biato. Esse assunto não se encerra aqui.

Julgo que precisamos revisitar as nossas relações com a Bolívia, até à luz desses graves incidentes diplomáticos que a Senadora Ana Amélia relata,

em que não houve, por parte do Governo e do Estado brasileiro, uma reação à altura, adequada – à altura no sentido da adequação.

Mas ouço V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, o senhor lembrou, ao falar do Embaixador Biato... Quer dizer, na semana em que o Senador Molina entrou na Embaixada, liguei para o Embaixador Biato, que foi meu aluno também no Instituto Rio Branco, para saber o que eu podia fazer. Ele já estava preocupado.

Segundo, Senadora Ana Amélia, longe de mim defender o governo boliviano! Pela sua fala, parece que eu defendo. Longe de mim defender o Governo da Presidenta Dilma, que está desarticulando a economia brasileira – e nós dois somos parceiros nas críticas a isso, ao longo já de alguns anos –; que não faz seu dever de casa na educação de base. E eu denuncio sempre isso. Longe disso!

Só que eu visto a camisa do Brasil. Não consigo pensar por meu Partido, nem mesmo só pelo Distrito Federal, que represento. Por alguma razão, eu visto isso. E não olho só a próxima eleição, mas olho o longo prazo da história brasileira. Isso se consolidou em mim, depois de ter sido candidato a Presidente, mesmo que só com 2,5% dos votos.

Ontem, falei ao Senador Aécio Neves. Ele não é um Senador igual a nós. Ele está como Presidente possível da República. Então, tem de dizer: “se eu fosse Presidente da República, num fato como esse, eu condecoraria o nosso diplomata” ou diria “Senhor, você desrespeitou uma decisão, desrespeitou”.

Agora, isso não justifica que o Governo brasileiro não tenha feito nada a mais. E não sei o que seria possível, fora invadir, não sei. Nem justifica o absurdo de o governo da Bolívia não ter dado o salvo-conduto. Nada disso se justifica. Então, não estou aqui justificando.

Nada justifica o governo boliviano ter colocado cães farejadores no avião do nosso Ministro, legalizar carros roubados, invadir nossa refinaria. E, além disso, nada justifica deixar um cidadão 450 dias num pequeno apartamento onde funciona a Embaixada. Mas um diplomata não poderia, da cabeça dele, por conta de todo esse absurdo, resolver o assunto, achando que foi diplomata. Não ele foi um cidadão de alto coração, de muita coragem, mas não foi diplomata. O diplomata serve à Nação. E a Nação é representada por seu governo, eleito democraticamente, mesmo que eu seja oposição a ele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero crer que teremos oportunidade adiante de aprofundar esse debate, inclusive à luz da consideração das nossas relações com a Bolívia.

Mas agradeço ao Senador Cristovam Buarque, evidentemente, à Senadora Ana Amélia, e vamos à pauta ordinária da nossa Comissão de Relações Exteriores, que, através do seu item 1...

Aliás, comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que a Presidência da República formalizou a suspensão da indicação do Embaixador Marcel Biato para a Suécia. Recebemos ontem a formalidade, de iniciativa exclusiva da Presidência da República, evidentemente, uma indicação que já contava, inclusive, com *agreement* do governo da Suécia. Mas, enfim, essa é uma prerrogativa da Presidência; não há qualquer observação que possamos fazer, até porque é dela a prerrogativa de, em qualquer tempo, nomear e afastar embaixador de qualquer missão diplomática.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e cumulativamente, junto à República do Uzbequistão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas com sede em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Observações:

1 – Em 22/08/2013 foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

A vista coletiva permitiu que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores pudessem apropriar-se das informações, para que pudessemos proceder às sabatinas nesta data.

Portanto, é com muita satisfação que queremos convidar S. Ex^{as}, o Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro e o Sr. Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Enquanto eles chegam, Sr. Presidente, eu poderia usar da palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a, pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito rapidamente. Passei aqui cedo e pedi desculpas, pois não estaria aqui no início...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estávamos sentindo a falta de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nada disso, é que estávamos com o Ministro Gilberto Carvalho discutindo uma PEC de minha autoria que tramita na Câmara e que resgata uma parte da história do nosso País muito importante, que é a história dos soldados da borracha. Depois, quero pautar esse assunto aqui, para ver como esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos ajuda nesse aspecto, porque é uma história toda envolvida com a Segunda Guerra, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a a manifestação, a satisfação da razão de V. Ex^a não estar aqui conosco ainda, mas em uma causa muito justa e muito nobre, com certeza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já que a Senadora falou de um projeto, vou aproveitar – com a licença dos nossos embaixadores, de quem logo começaremos a exposição e a sabatina – para falar de um requerimento de minha autoria, que eu gostaria que V. Ex^a, se possível, pudesse incluir extrapauta na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual é o requerimento de V. Ex^a?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É um requerimento que pretende uma audiência pública conjunta, porque já foi aprovado na CAS, incluindo praticamente todas as comissões, para discutir o acordo feito entre o Brasil e o governo de Cuba em relação à Opas, um organismo multilateral na área de saúde, para que esta Comissão participe juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, uma iniciativa do Senador Pedro Taques, com a Comissão de Assuntos Sociais, com a Comissão de Defesa do Consumidor, com a Comissão de Direitos Humanos, da Senadora Ana Rita. Então, em função de a Opas estar incluída nesse processo, estou incluindo esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em razão da relevância do tema, consultamos as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se têm alguma objeção. Se não houver...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De jeito nenhum, todos apoiamos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos submeter o requerimento extrapauta da Senadora Ana Amélia neste instante.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Vamos, portanto, ao debate, em audiência coletiva das várias comissões, para que possamos, de fato, debater esse tema que chama atenção da população brasileira por sua relevância.

Muito obrigado a V. Ex^a pela iniciativa.

(É o seguinte o requerimento aprovado:)

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 82, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), de Educação, Cultura e Esporte (CE), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba

para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados:

– *Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde;*

– *Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.*

Autoria: Senadora Ana Amélia)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Informo aos Srs. Embaixadores que dispõem do prazo de 15 minutos para suas exposições. Ao final da exposição, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar os indicados, conforme lista de inscrição.

Concedo a palavra a S. Exª, o Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia e, cumulativamente, junto à República do Uzbequistão. A palavra é de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe-me, Embaixador, mas alguns dos Senadores querem participar do debate sobre a reforma política. Eu não estou pensando em sair, mas apenas peço que abra a possibilidade de votação para garantir o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos acolher a proposição de V. Exª, para que possamos proceder à votação, e vamos dar continuidade ao início da sabatina.

A palavra é de V. Exª, Embaixador.

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Ricardo Ferraço, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é para mim uma grande honra ter sido designado pela Srª Presidenta da República para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Rússia e da República do Uzbequistão.

Evidentemente, essa decisão depende da aprovação do Senado Federal, e é para mim uma grande honra também estar presente nesta grande Comissão e responder, na medida das minhas possibilidades, as perguntas que me forem feitas.

A primeira observação que eu gostaria de fazer é que as relações do Brasil com a Rússia são muito antigas. Datam de 1828. Interromperam-se de 18 a 45 e, depois, de 47 a 61, quando foram restabelecidas na época do governo parlamentarista de Hermes Lima.

Eu acho importante assinalar também que, durante o período da Guerra Fria, as relações se desen-

volveram basicamente na área comercial, com base em mecanismos de comércio compensado.

A partir da redemocratização do Brasil e das tentativas de mudança estrutural empreendidas na época do Presidente Gorbachev, criaram-se condições mais propícias para um adensamento das relações entre o Brasil e a Rússia.

E isso deu lugar a que o Presidente José Sarney efetuasse em 1988 a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro a Moscou, depois da visita que D. Pedro II realizou em 1876.

E não ficou por aí. Em 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso também fez uma visita a Moscou. Em 2004, o primeiro Chefe de Estado russo, Vladimir Putin esteve em visita oficial ao Brasil. O Presidente Medvedev também esteve cá, oficialmente, em 2008, e o Presidente Lula esteve também em Moscou em 2005 e 2010, ocasião em que o relacionamento foi elevado à categoria de parceria de parceria estratégica.

Por fim, a Presidente Dilma Rousseff esteve na Rússia em visita oficial em 2012. Foi uma visita muito bem sucedida, em que se discutiram vários assuntos em diferentes esferas.

A coordenação bilateral entre o Brasil e a Rússia se dá no âmbito da Comissão de Alto Nível de Cooperação, que é presidida, do lado russo, pelo Primeiro Ministro e, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República.

Eu tive oportunidade de participar de uma dessas reuniões, em Moscou, em 2005, quando o Vice-Presidente era José Alencar. Eu devo dizer que existe uma fluidez muito grande no relacionamento com a Rússia hoje em dia. Trocam-se opiniões sobre todos os assuntos da agenda internacional, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da Rússia estão em permanente contato telefônico discutindo as grandes questões com que se defronta a comunidade internacional de um modo geral.

Também devo assinalar que o foro dos BRICs, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul proporciona uma oportunidade muito importante para examinar as possíveis convergências de posições entre os países que são membros desse grupo. Esse grupo se reúne no mais alto nível todos os anos. A primeira reunião foi em Ecaterinburgo, na Rússia, nos Urais, lugar onde, aliás, foi assassinada a família do Czar Nicolau II.

Ambos os países têm muita coisa em comum. Ambos são países importantes, com dimensões continentais. O Brasil tem um PIB de aproximadamente US\$2,3 bilhões. O da Rússia chega a quase US\$1,5 bilhões. A nossa população chega a quase 200 milhões; a da Rússia chega quase a 150 milhões.

Eu vou dar alguns dados sobre o comércio entre Brasil e Rússia, mas não vou entrar em grandes detalhes, porque acho que esses temas podem ser um pouco cansativos. Eu vou dizer que em 2012, o Brasil exportou US\$3,141 bilhões para a Rússia. O montante máximo a que se chegou foi US\$4,653 bilhões de exportações para a Rússia. Essa redução de lá para cá se deveu, evidentemente, aos efeitos que a crise internacional desencadeada em 2008 implicou para a economia russa durante alguns anos, embora ela já esteja se recuperando. O Brasil importou da Rússia, em 2012, US\$2,791 bilhões. O saldo é, portanto, francamente favorável ao Brasil.

Ambos os países concordaram em estabelecer uma meta de intercâmbio comercial de US\$10 bilhões no comércio bilateral, o que nunca se conseguiu obter, porém não é uma coisa impossível, pelo menos na minha opinião. Uma vez que se arrefeçam os efeitos negativos da crise internacional, eu espero que seja possível chegar a essa cifra. Nós, basicamente, exportamos para a Rússia carnes (50%), açúcar (24%), fumo (7%), máquinas mecânicas (quase 4%). Nós importamos, basicamente, adubos, combustíveis e borracha.

É importante assinalar que a Rússia é um ator global em razão não só de seu território – é o maior país do mundo –, mas também porque herdou da União Soviética o assento permanente no Conselho de Segurança, que lhe dá o direito de veto em relação a questões da parte de segurança internacional, e ela herdou também o arsenal de armas nucleares que estava estacionado em outras repúblicas soviéticas, tais como a Ucrânia, Belarus e Cazaquistão, por exemplo. E esses outros países, após transferirem essas armas para a Rússia depois da dissolução da União Soviética, aderiram ao tratado de não proliferação de armas nucleares, como países não nuclearmente armados.

O papel da Rússia no cenário europeu começou no século XVIII, com Pedro, o Grande, quando ele fundou São Petersburgo. Desenvolveu-se durante o século XVIII, no período de Catarina, a Grande, com a Guerra dos Sete Anos, e no período do século XIX, sendo a Rússia um dos aliados que derrotou Napoleão. E, depois da Revolução de 1917, principalmente depois da Segunda Guerra, durante a Guerra Fria, evidentemente a Rússia foi um ator global.

Eu gostaria de encerrar a minha breve exposição mencionando o fato de que, para mim, servir na Rússia será um grande desafio, um desafio que encaro com muita humildade, porque fiz praticamente toda a minha carreira no âmbito multilateral, praticamente toda. E, especialmente nos últimos anos, eu me dediquei a assuntos nucleares: fui representante do Brasil, durante cinco anos, junto à Agência Internacional de

Energia Atômica; e estou, há um ano e meio, como representante do Brasil junto à Conferência do Desarmamento em Genebra. Portanto, para mim, será uma experiência nova.

Estive em Moscou três vezes. Inclusive, a primeira delas, foi durante a visita do Presidente Sarney, quando eu havia já negociado com a Embaixada da Rússia aqui o primeiro acordo de cooperação espacial com a Rússia, que deu origem a acordos e contratos subsequentes, que visam, justamente, a obter a cooperação da Rússia para o nosso primeiro veículo lançador de satélite, como assinalai também.

Estive em uma reunião da Comissão de Alto Nível, em que a delegação do Brasil era então chefiada pelo Vice-Presidente José Alencar.

Enfim, para mim, será um desafio muito grande, sinto-me muito honrado e espero estar à altura do desafio que terei pela frente caso esta Casa do Congresso Nacional concorde com a indicação da Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro.

Passo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, indicado para coordenar e chefiar a Missão Diplomática do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

A palavra é de V. S^a.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria saudar o Senador Ricardo Ferraço, Presidente desta Comissão; saudar os demais membros da Comissão; saudar o meu Relator, Senador Cristovam Buarque, que foi meu professor de Economia, em 1979, no Instituto Rio Branco. Espero fazer jus aos ensinamentos dele e ao relatório que fez a meu respeito.

Como para o Antonio Guerreiro, para mim também é uma honra estar aqui. E é uma honra ter sido designado para representar o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e aos demais organismos econômicos nos quais a Missão representa o Brasil.

Como o Antonio, também farei uma exposição breve para termos mais tempo para responder a eventuais indagações de V. Ex^{as}.

Embora a delegação represente, como eu disse, o Brasil junto a diversos organismos, vou concentrar minhas observações na Organização Mundial do Comércio.

Depois da Segunda Guerra Mundial, as potências vencedoras e a então pequena comunidade internacional se uniram para criar organismos que responderiam pela governança econômica internacional. Criou-se,

então, o Fundo Monetário Internacional, criou-se o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido hoje como Banco Mundial, e criar-se-ia a Organização Internacional do Comércio, que acabou não sendo aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos e não nasceu.

Ficou-se, então, com um arranjo provisório, que era o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que funcionou e cumpriu, de 1948 a 1995, esse papel – que depois viria a ser assumido pela OMC – de, progressivamente, regular e liberalizar o comércio internacional.

O Brasil foi um dos 23 fundadores e signatários originais do GATT. Hoje, a OMC tem 159 membros.

Desde a inauguração do GATT, houve diversas rodadas de negociação: inicialmente, sete rodadas, anteriores à chamada Rodada do Uruguai; e, depois, a Rodada do Uruguai, da qual nasceu a Organização Mundial do Comércio e que fluiu de 1986 a 1994.

Com a Rodada do Uruguai, nasce a Organização Mundial do Comércio, que foi, de certa maneira, o primeiro organismo internacional nascido no pós-Guerra Fria, já que a Guerra Fria terminou durante a rodada Uruguai.

A criação da OMC representou uma mudança importante na governança econômica internacional, porque se criou uma organização formal no lugar do GATT, que era um arranjo provisório; incorporaram-se novos temas, em alguns casos parcialmente, como é o caso da agricultura, da propriedade intelectual; e deu-se um salto qualitativo em termos de governança.

Resumindo, a OMC tem três pilares fundamentais. Tem um pilar negociador, que poderíamos assemelhar a um poder legislativo, que é conduzido pelos representantes dos países, seja no âmbito ministerial, seja no âmbito de embaixador, seja no âmbito de demais delegados. Aliás, toda a organização, todos os trilhos da organização são conduzidos pelos governos e não, pelo secretariado, que apenas apoia e assessora os governos. Há um segundo pilar, de supervisão do cumprimento das normas e disciplinas acordadas. E há um terceiro pilar, o da solução de controvérsias – que talvez tenha sido o grande diferencial ou que foi o grande diferencial da OMC –, que poderíamos assemelhar a um poder judiciário, que tem painéis, tem um órgão de apelação e que tem uma importância muito grande, uma importância crescente hoje, tanto para a organização como para o funcionamento do comércio internacional como um todo.

Para países como o Brasil, para países em desenvolvimento, o reforço desse braço judiciário, digamos, do Sistema de Solução de Controvérsias, é muito importante para assegurar que também países

em desenvolvimento tenham meios de exigir e fazer respeitar as regras acordadas.

O Brasil tem sido, como consta inclusive do relatório circulado hoje, usuário regular e bem-sucedido do Sistema de Solução de Controvérsias, inclusive prevalecendo em questões frente às maiores potências comerciais do mundo.

A OMC, ao longo dos seus anos de existência, de 1995 para cá, tem tido um papel muito importante no ordenamento do comércio internacional – é óbvio –, inclusive na prevenção e na dissuasão de surtos de protecionismo, como o que se esperava depois da crise deflagrada em 2008. Os senhores se lembram de que, em 2008, quando surgiu a crise financeira, faziam-se vários paralelos com a crise de 1930 e muitos previam movimentos protecionistas equivalentes aos que aconteceram naquele período do século XX. Isso, como nós sabemos, não ocorreu. O impacto, em termos de aumento do protecionismo deflagrado pela crise de 2008 foi relativamente pequeno. Uma das estimativas que se fazem calcula em 3,6% do comércio total o impacto de medidas protecionistas tomadas de 2008/2009 para cá, o que não é enorme.

É evidente que parte da ausência desse surto de protecionismo não decorre apenas de uma decisão de não o fazer ou de uma decisão de não respeitar regras; decorre também da natureza do comércio internacional hoje em dia, em que grande parte se faz como parte de cadeias de produção, dentro de firmas. Portanto, a adoção de medidas tem impactos que não são meramente de impedir o trânsito de bens transfronteiriços e, sim, de impacto no funcionamento da produção mundial.

O grande desafio que a OMC enfrenta hoje é o de voltar a fazer funcionar o braço negociador, a sua função legislativa. E faz sentido dizer isso no Congresso Nacional. Nós sabemos que não basta ter um judiciário que funcione – que é o caso da OMC hoje em dia –, é preciso que as leis se atualizem e que se ajustem à realidade. Então, em um mundo que está mudando rapidamente, é preciso que as regras, as disciplinas, correspondam às realidades a que se referem, para que possam ser aplicadas pelo Sistema de Solução de Controvérsias, pelo Poder Judiciário, digamos assim. E existe hoje uma situação de impasse nesse braço, nesse trilho negociado dessa função legislativa da OMC.

Como os senhores sabem, em 2001, foi lançada a chamada Rodada Doha de negociações. Portanto, vai fazer doze anos e até hoje essas negociações não progrediram. Essas negociações tinham uma natureza especial, que era a vocação declarada de atender, sobretudo e prioritariamente, aos assuntos de interesse dos países em desenvolvimento, que não tinham sido

ainda contemplados nas rodadas anteriores, como ocorreu, por exemplo, em matéria de agricultura. Vale lembrar que o lançamento da Rodada Doha se deu ainda sob o impacto dos atentados de 11 de setembro de 2001 e tinham certo sentido de combater, havia certa sensibilidade maior a frustrações sociais nos países em desenvolvimento e ao seu potencial explosivo. Então havia um cuidado com isso.

Parte das dificuldades que essa função legislativa encontra hoje decorre também do fato de que nós vivemos num mundo... Houve uma mudança de um passado em que no GATT um pequeno grupo de grandes potências comerciais ditavam as regras, e depois essas regras eram assimiladas pelos demais, para uma situação em que países emergentes e em desenvolvimento também participam da definição e da negociação dessas regras ativamente e com peso crescente.

Então o consenso se torna mais difícil, e a OMC funciona por consenso. Um momento em que isso ficou claro foi na reunião ministerial de Cancun, quando a União Europeia e os Estados Unidos tentaram repetir o que tinham feito em 1992 e 1993: fazer um acordo entre eles sobre o disciplinamento do comércio agrícola e tentar vender esse acordo aos demais membros. O Brasil liderou a criação de um grupo de países em desenvolvimento chamado G-20, que se opôs a isso e impediu que isso ocorresse. Naquele momento ficou muito clara essa mudança da realidade.

Aprender a lidar com isso, sobretudo por parte dos países desenvolvidos, é uma questão de aceitação da realidade e de aprendizado, como ocorreu na transição do G-7 para o G-20, do qual participei como negociador brasileiro, entre 2008 e 2009.

Em parte, essa proliferação de negociações regionais, plurilaterais, megalaterais, com o TTP, TPP, TTIP e RSEP, que é Asean + 6, decorre de um desejo de contornar, digamos, essa presença mais ativa dos países emergentes e de trilhar caminhos laterais.

De qualquer maneira, para o Brasil o GATT e a OMC são fundamentais – a OMC o é e o GATT já o era –, e o Brasil já tinha um papel muito importante no GATT. Talvez fosse mais defensivo do que é hoje, porque hoje temos maior capacidade propositiva e de articulação de acordos.

Há um debate sobre essa questão de GATT *versus* negociações regionais. Não se trata de uma questão de escolha. A OMC é importante para todos os países, mas ela é especialmente importante para países como o Brasil, cujo comércio é distribuído de modo equilibrado entre diversas regiões do mundo; portanto, país que tem interesse numa abordagem mais global da questão da regulação do comércio, mas é do nosso

interesse que as regras se façam mais globalmente e menos por blocos geográficos ou de afinidades.

Só na OMC, por outro lado, e o Brasil é um grande exportador agrícola, será possível, provavelmente, dar os passos que precisam ser dados em matéria de liberalização do comércio agrícola, que ainda está muito atrasado em relação, por exemplo, ao comércio de bens manufaturados. Isso porque há muita resistência em muitos países, inclusive nos principais países envolvidos na liberalização do comércio agrícola, e somente estando todos à mesa e com um elenco maior de temas à mesa se podem fazer, digamos, as negociações e as trocas de atendimento a expectativas e interesses que permitiriam e que permitem um avanço nessa área.

A importância da OMC para o Brasil o levou a lançar a candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio. Primeiro, porque nós tínhamos a convicção de que era hora de a Organização ser dirigida novamente, porque ela tinha sido dirigida apenas uma vez, por um dirigente vindo de um país em desenvolvimento; segundo, pela necessidade de contar com pessoas com capacitação técnica e com experiência da organização; e, terceiro, sobretudo porque estamos diante desse impasse, uma pessoa com capacidade de construir pontes, para que se permita romper esse impasse.

É evidente que, sendo uma organização liderada por governos, cabe aos países fazer isso, mas o Diretor-Geral tem um papel importante de indução do entendimento e de liderança que ele pode exercer. E o primeiro teste será agora na Reunião Ministerial de Bali, no início de dezembro, em que os países esperam fechar um pacote antecipado da rodada que estabeleça ou que pelo menos crie, digamos, a noção, restabeleça o trilho negociador da OMC e comprove a capacidade da OMC de fazer acordos.

Participar desse esforço de negociação e construção de entendimento seria o meu primeiro desafio, caso venha a merecer a confiança e aprovação de V. Ex^{as}, desta Casa.

Estou às ordens, é claro, para responder as indagações que tenham sobre o assunto que me caberia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, S. Ex^a Embaixador Marcos Abbott Galvão.

Vou passar a palavra à Senadora Ana Amélia, mas, antes, queria me dirigir ao Embaixador Marcos Galvão, para que ele pudesse falar um pouco do nosso impasse na relação com os Estados Unidos, no que se relaciona à questão do algodão. Os Estados Unidos estão sinalizando que deverão reduzir ou mesmo

suspender o repasse de cerca de US\$12 milhões por mês aos produtores brasileiros de algodão. Esse pagamento foi um dos pontos de acordo firmado pelos países ainda em 2010 – uma das grandes vitórias, inclusive, do nosso Embaixador Roberto Azevêdo, agora Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio –, para que os americanos não cumprissem esse julgamento, essa sentença, por assim dizer, da Organização Mundial do Comércio, para que eles não fossem retaliados pelo Brasil.

Eu queria que V. Ex^a pudesse falar sobre este episódio e como V. Ex^a entende que esse tema deva ser enfrentado na Organização Mundial do Comércio, na defesa, evidentemente, dos interesses do Brasil.

Também queria perguntar a V. Ex^a, embora muitos considerem ser falso, sobre o dilema do multilateralismo e regionalismo, um contra o outro, um *versus* o outro, e não um complementando o outro. É fato que, como causa ou como consequência do fracasso de Doha, estão em curso vigorosos e ambiciosos processos de configuração de novas alianças e novos blocos econômicos: a parceria atlântica dos Estados Unidos com a União Européia, a Parceria Transpacífica, liderada pelos Estados Unidos; a iniciativa chinesa de parceria asiática, o espaço econômico único da Asean, previsto para 2015; a Aliança do Pacífico com os nossos vizinhos Chile, Peru, Colômbia e México. Além desses, a própria União Européia, se conseguir sobreviver à crise atual – e evidentemente vai conseguir sobreviver – e o Nafta, para não mencionar o nosso Mercosul, apesar de suas grandes dificuldades atuais. Esses são, na prática, exemplos de regionalismos, que parecem limitar o escopo para o necessário renascimento do multilateralismo, como vocação relevante do comércio internacional e integração do Planeta.

Queria perguntar a V. Ex^a: nesse cenário tão pleno de transformações e novos desafios, como evitar a perda e o protagonismo do multilateralismo necessário à relação entre as nações e os continentes?

Mas passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para que ela proceda às suas perguntas. Em seguida, ao Senador Cristovam Buarque e, aí, socializamos as perguntas para os nossos embaixadores sabatinados.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Senador Ricardo Ferraço, muito obrigada.

Queria cumprimentar pelas exposições feitas pelos embaixadores que vão fazer a representação do Brasil na Federação Russa, na República do Uzbequistão e na OMC, respectivamente.

Dirijo-me ao Embaixador Guerreiro.

Como sou de um Estado exportador de carne suína, tenho que cuidar da minha aldeia. O Senador é, pela Constituição, o defensor do Estado, embora tam-

bém, claro, tenha compromissos internacionais. Este é um tema recorrente, Embaixador Guerreiro, nessa relação bilateral. Há sempre muito ruído de comunicação nesta área, e eu gostaria de saber de V. Ex^a o que pode ser feito para melhorar. Esta é a primeira questão – vou ser bem rápida.

A outra: a Rússia, aparentemente, está adotando uma atitude em relação às Nações Unidas e em relação a uma eventual ação militar na Síria que é muito parecida com a do Brasil. A Rússia tem manifestado, primeiro, apoio ao relatório que as Nações Unidas fizeram e também, se apoia, certamente seguirá a recomendação das Nações Unidas, como ontem o nosso novo Chanceler Figueiredo manifestou. O Brasil só apoiará uma ação concertada com a ONU, com o Conselho de Segurança, não uma decisão unilateral de qualquer nação.

São as duas questões para o senhor.

Mas há outra: que espaço temos, no caso do comércio bilateral, em matérias de interesse dos países? Faço essa pergunta porque a Rússia fornece também matérias primas para fertilizantes. Essa é uma área que nós podemos identificar.

Dirijo-me agora ao Embaixador Galvão.

Eu recebi aqui umas perguntas interessantes. Como o Senador Cristovam, lido com redes sociais. O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos apresentou algumas sugestões de questões bem pontuais, porque, no marco dos dez anos da aprovação da Declaração de Doha sobre os acordos tríplices e saúde pública, houve um concurso para identificar propostas de revisão do acordo tríplice para que se atendessem a saúde pública. Quais são as possibilidades de que o acordo tríplice seja, eventualmente, revisado para atender essas questões de ordem social?

Há outra questão que está posta aqui. É que há um pedido feito por países menos desenvolvidos no sentido da extensão do prazo para que o acordo tríplice se torne obrigatório no que se refere à concessão de patentes na área farmacêutica, previsto para 2016. Queria saber também se o Brasil tem posição, porque V. Ex^a representa o interesse brasileiro.

Aqui há uma informação também interessante.

Houve a apreensão de medicamentos genéricos em portos europeus com o argumento de que feriam e lesavam as patentes. Esses medicamentos eram procedentes da Índia e também da China e parte deles se destinava ao Brasil. Em maio de 2010, o Brasil e a Índia ingressaram oficialmente com um pedido de consulta no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias na OMC questionando a legalidade das apreensões desses medicamentos genéricos em trânsito execu-

tadas em portos europeus, mas até o momento não há notícia sobre o resultado dessas consultas. Então, eu encareço...

Por fim, também como Senadora do Rio Grande do Sul, levanto a seguinte questão. Volta-se a falar sobre o acordo Mercosul-União Europeia. Embora não esteja explícito, como diz respeito à questão de protecionismo e comércio, pergunto para, eventualmente, V. Ex^a responder.

No acordo Mercosul-União Europeia há sempre uma restrição. Já nos entendemos em algumas questões relevantes e até sensíveis, mas a questão agrícola parece ser o ponto mais nevrálgico na eventualidade de um acordo entre os dois blocos. Então, eu queria saber se V. Ex^a, por conviver bem com essa área, tem otimismo ou é cético em relação ao futuro desse acordo bilateral.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Cristovam Buarque.

Registro, com prazer, a presença do Deputado Wilson Picler, do PDT do Paraná. Muito obrigado, Deputado, pela sua presença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de colocar as perguntas para os dois Embaixadores. Primeiro, uma sugestão, Embaixador Guerreiro: nós nos acostumamos, ultimamente, a ver Presidente da República e Embaixador como caixeiro viajante do País, tudo em função das relações comerciais. Eu queria propor que o senhor colaborasse com o Brasil, além de suas responsabilidades na parte econômica, dando ênfase à cooperação na área da cultura, na área da educação e da ciência e tecnologia.

O programa Ciência sem Fronteiras, que é uma grande coisa – ninguém pode negar –, peca, a meu ver, por concentrar-se muito em enviar brasileiros ao exterior quando a gente precisava trazer alguns estrangeiros para ficar no Brasil, como os franceses, que criaram a USP, e os americanos, que ajudaram a fazer o ITA. Sem eles a gente não teria feito nenhum desses dois.

Diante da crise europeia e no Leste Europeu, eu creio que – é claro que eu não falo em nome do Governo; então, teria que haver o interesse do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Educação – seria interessante que o nosso Embaixador em Moscou – Uzbequistão menos, nesse sentido – pudesse ajudar na identificação de formas na cooperação na área da cultura – porque, se a gente fosse escolher um país rico em cultura, eu diria que é a Rússia, cultura no sentido do que a gente conhece no ocidente, porque, senão, eu diria que era a China e a Índia –, ciência, tecnologia e educação. Há muito em que a gente pode cooperar.

No que se refere às perguntas, primeiro, qual é o grau de conflito que se pode antecipar entre a Rússia e a China e entre a Rússia e os Estados Unidos? O que a gente pode imaginar que pode haver de contraditório entre os dois?

Outra pergunta – eu sou curioso: por que a Rússia insiste em ficar defendendo o regime sírio, correndo o risco de um isolamento internacional e de um conflito com os Estados Unidos e a Europa Ocidental? Qual é o interesse que está por trás de a Rússia ficar tão enfaticamente a favor do Governo sírio neste momento de guerra civil?

Quanto ao Embaixador Marcos Abbott Galvão, eu queria colocar algumas perguntas: quais os pontos – ele falou um pouco nisso – de conflito que a gente pode antecipar dentro da OMC na relação do Brasil com os demais países? Esse é um ponto. Não os que estão aí atualmente, mas o que a gente pode ter, no futuro, na área de aeronáutica, talvez, na área das nossas *commodities*.

Segundo, as decisões da OMC são orientadas tecnicamente ou existe muito de força política, tal qual nas Nações Unidas? Nações Unidas, com a radicalização de que há um Conselho de Segurança, com cinco membros permanentes. Então, as decisões democráticas são subordinadas à ditadura de cinco países. Mas, na OMC, se o processo é, primeiro, democrático e, segundo, se é técnico, se prevalece a análise técnica sobre as análises políticas. E, nesse caso, tanto técnico como político, qual é a influência da China, hoje, na OMC, e se pode crescer ou não.

Outra pergunta: por que a OMC é tão ausente no debate sobre a crise europeia? É porque, realmente, suas atribuições nada têm a ver com as questões econômicas e financeiras que, hoje, aterrorizam a Europa ou é por falta de algum tipo de interlocução que permita usar também o comércio como instrumento de superação da crise? Ou será porque já se fez tudo que se podia fazer em matéria de comércio na Europa, e isso já não é mais um problema?

Finalmente, se o senhor não concorda que a crise que a gente vive hoje – que a gente centraliza na Europa, mas é mundial – vai bem além não só do comércio, mas da própria economia, e que ela é fruto de um tripé: do ponto de vista econômico, ecológico e financeiro.

Então, nesse sentido, mais do que uma reestruturação da economia, a gente vai precisar dar um verdadeiro salto na concepção do conceito de progresso. Em vez de a gente ficar trabalhando como retomar o crescimento do PIB, se a gente precisa redefinir o que é que a gente quer para o bem-estar da população,

sem vincular esse bem-estar diretamente ao Produto Interno Bruto. É redefinir o conceito de riqueza.

Essas são as perguntas que eu tenho para fazer.

Não deixo de fazer um comentário pessoal. Felicito o Governo brasileiro que, mais uma vez, escolhe candidatos a embaixadas do porte desses dois que hoje nós estamos avaliando, sem qualquer influência política, e, sim, pela competência e pela história de cada um deles no serviço diplomático.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^{as}.

Podemos começar pelo Embaixador Marcos ou pelo Embaixador Antonio Bezerra.

À minha esquerda, portanto, o Embaixador Marcos.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

– Bem, começando pela pergunta sobre o algodão e sobre a situação com os Estados Unidos, a informação que me deram os colegas responsáveis pelo assunto aqui, no Itamaraty, quando cheguei esta semana, é de que não há ainda um quadro cristalizado de redução do pagamento e que, caso esse quadro se confirme e se configure, o Brasil analisará as medidas que tomaria em resposta a esse descumprimento, digamos assim, do compromisso de pagamento.

Quanto à discussão, à pergunta ampla e importante sobre a compatibilidade ou não do multilateral com esses diversos processos que estão em curso, esse, de fato, é um grande desafio que o mundo enfrenta e que o sistema de comércio internacional enfrenta. De fato, multiplicam-se as iniciativas.

Eu próprio, hoje, sirvo no Japão, e o Japão tomou recentemente a decisão, um tanto tardia, de aderir ao processo de negociação da Parceria Transpacífica. Foi o 12º país a fazê-lo e foi uma das bandeiras de campanha do novo Primeiro Ministro Abe.

Como o senhor mencionou, existem outras em curso. Existe a Parceria Transatlântica; existe a parceria Asean+6, que inclui a China; existe a Aliança do Pacífico e existe o Mercosul.

É evidente que esses processos todos precisam ser levados em conta e é evidente que, no caso de diversos países, existe hoje uma concentração de energias políticas nesses processos de negociação e menos na retomada da Rodada de Doha.

Há certa contradição nessa opção, digamos, pelos agrupamentos, ao invés da opção pelo multilateral, porque, a rigor, no final, se nós vivemos num mundo cada vez mais global, nesses processos negociadores todos, por mais abrangentes e amplos que sejam, os maiores, sobretudo, criarão fracionamentos de regras e de normas que vão, por exemplo, gerar custos de transação para as empresas. Então, há uma certa con-

tradição entre falar em cadeias globais de produção, em um mundo em que os negócios se precisam fazer com maior fluidez, e uma ênfase em processos que não são globais de negociação de regras de comércio.

Agora, o fato, como o senhor diz, eles existem. Eles existem e precisam ser levados em conta, porque eles têm impactos mensuráveis. Esses processos geram, para os países, mudanças nas preferências que nós temos no nosso comércio. Eles têm impactos reais, mas eles também têm um impacto psicológico. E é preciso se deixar influenciar por esse impacto psicológico, pela sensação de que se está ficando para trás ou de que se está isolado. Até porque, depois da frustração de alguns atores em Cancun, um dos objetivos declarados do lançamento desse processo era exatamente criar em países que dele não participam a sensação de que não estão participando e o desejo de a ele aderirem em algum momento, aceitando regras que eles tenham gerado entre eles.

Portanto, é um dado importante da realidade. São dados que precisam ser levados em conta; é uma realidade concreta no mundo de hoje. Agora, repetindo: não se pode excluir que esses diversos processos em curso gerem benefícios de liberalização de comércio, de criação de normas e disciplinas, mas eles também podem criar prejuízos.

Mais adiante, quer dizer, o Sistema de Solução de Controvérsias que o mundo tem, por exemplo, é um sistema global, é o sistema da OMC. No final, em tese, nessa proliferação de arranjos megarregionais, regionais, bilaterais, plurilaterais, a ideia é de que eles deságuem, em algum momento teórico, no multilateral, mas não parece ser o caminho mais óbvio para o multilateral caminhar pela segmentação. Agora, é óbvio que isso decorre, em parte do fato de nós vivermos em um mundo em transição de poder, como diz o Senador Cristovam Buarque.

Então, o que alguns desses países, o que alguns desses agrupamentos buscam ao trilhar esses caminhos e não trilhar os caminhos da OMC é trilhar linhas de menor resistência, que eles percebem como de menor resistência. Eles percebem a OMC, com toda a sua complexidade, com uma pluralidade maior de países e realidades, como, talvez, exercícios que exigem mais em termos de esforço negociador e de processo.

Portanto, é um pouco buscar... Não vou chamar de caminho fácil, porque nenhum desses processos negociadores é fácil. Por exemplo, a Parceria Transatlântica será uma construção difícilíssima. Esses são processos difíceis, são processos que fracionam, e a nossa opção preferencial pelo multilateral não deve excluir, por exemplo, a negociação – nem pode – de que falou a Senadora Ana Amélia, por exemplo, entre

a União Europeia e o Mercosul, que se está, digamos, registando. Mas faz sentido para o Brasil – e eu acho que faz sentido para o mundo, aliás – que a opção preferencial seja pelo multilateral.

Eu vejo uma contradição entre falar em cadeias globais e trilhar caminhos regionais e trilhar caminhos de grupos de afinidades, trilhar caminhos de menor resistência, com a expectativa que muitos dos participantes desses exercícios têm, sim, declaradamente, de depois acharem que os demais países vão aderir aos resultados desses processos negociadores por gravidade. Não creio que isso vá acontecer. Pelo menos no que diz respeito ao Brasil, o Brasil não irá depois aderir a acordos feitos sem a sua participação, a normas geradas pelos outros sem a sua participação.

Sobre propriedade intelectual, Senador, vou lhe confessar que eu ainda não cheguei ao posto. São perguntas muito técnicas. Nós sabemos da importância do papel que o Brasil teve, em 2001, na negociação dessa questão dos medicamentos, propriedade intelectual, Aids, etc, mas eu não tenho informações que eu lhe pudesse dar com segurança, por exemplo, sobre possibilidade de revisão do acordo tríplice neste momento.

Entendo que a questão da apreensão dos medicamentos que transitavam pela Europa está resolvida. Então, isso está superado. Houve essa apreensão, sim, mas isso está resolvido. Essa é uma questão sanada. Quanto a essas duas questões que a senhora me fez sobre farmacêuticos e sobre a possibilidade de revisão do acordo tríplice neste momento, eu peço licença a senhora para não responder neste momento. São questões muito técnicas, eu não cheguei ao posto ainda e, no dever de casa que eu fiz em Tóquio, não deu para ver tudo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estão, eu imagino, em exame.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Então, eu lhe peço perdão.

Com relação às perguntas do Sr. Cristovam Buarque sobre pontos de conflito para o Brasil.

Senador, não falaria em pontos de conflito. O Brasil é um ator central na Organização Mundial do Comércio, é um construtor. Temos posições fortes. Temos dois papéis, digamos assim: nós exercemos com vigor a defesa das nossas convicções e dos nossos interesses – nesse sentido, temos uma função polarizadora – e, ao mesmo tempo, buscamos conciliar essa atuação, que é, digamos, de ocupar, em muitas circunstâncias, um dos polos dos processos negociadores, portanto não estando no centro, com uma vocação que nós temos, também – e que credenciou o Roberto Azevêdo a ser eleito Diretor-Geral – para a construção do consenso. Então, essa é uma capacidade que a diplomacia vem

tendo não apenas na Organização Mundial do Comércio, mas lá há sim. É a de, digamos, para usar um termo mais coloquial, “estressar” quando necessário e sempre que necessário; jamais deixar de “estressar” em processos negociadores, quando necessário para a defesa dos nossos interesses, mas, ao mesmo tempo, sempre que possível e sem prejuízo da defesa dos nossos interesses e posições, tentar contribuir para a construção do consenso.

Sobre a pergunta que o senhor me fez foi entre o político e o técnico, eu diria que essa diferença explica a situação da OMC contemporânea. O Sistema de solução de Controvérsias funciona e funciona tecnicamente, daí a credibilidade que ele granjeou em todo o mundo. As decisões são tomadas tecnicamente e são respeitadas como tal. Daí a legitimidade que elas alcançaram.

O processo de negociação e de construção de regras, como é o processo de legislação de um país, por exemplo, aqui no Congresso, é um processo necessariamente político. Os processos políticos se fundamentam em realidades de poder, e um dos desafios que a OMC enfrenta justamente para destravar o seu processo negociador é a transformação da realidade de poder mundial. Transformação essa simbolizada, por exemplo, pela transição do G-7 para o G-20 e pelo maior peso dos países emergentes, em desenvolvimento, nos processos de decisão; pelo reconhecimento pelos países avançados de que sem pelo menos os principais países emergentes à mesa não adianta deliberar, porque não se vai resolver. Isso ficou muito claro na resposta à crise econômica e financeira de 2008/2009.

Quanto à China, evidentemente como a grande potência comercial que é, tem um papel fundamental na OMC. Ela aderiu não faz tanto tempo assim, mas terá um papel crescente na OMC. É natural que esse papel cresça diplomaticamente.

Os chineses – e eu não deveria fazer um comentário sobre países, os diplomatas não costumam fazer – têm, sabidamente, um sentido de longo prazo em sua atuação. Eles chegam mais devagar, normalmente, nos foros de entendimento e depois vão, gradualmente, ocupando o espaço que lhes corresponde. O que está em curso na OMC é exatamente isso. Os chineses enfrentaram um difícil processo de ascensão, que são processos muito complexos e têm um sentimento de ter superado essa fase com, digamos, um exercício que exigiu grande esforço de parte deles. Mas é de se esperar que eles tenham, diplomaticamente, nos processos decisórios da OMC – como já têm, pois já estão no núcleo do processo decisório –, cada vez mais, um papel correspondente ao seu peso no comércio mundial que é, como nós sabemos, muito grande.

Com relação à atuação da OMC na crise europeia, acho que não seria justo dizer que a OMC se omite nessa questão, porque essa questão é tratada primordialmente, em primeiro lugar, pela própria União Europeia. Eu vivi isso no G-20. Havia um sentido no G-20 de que ele não estivesse fazendo o que poderia fazer em relação à crise europeia, mas, tendo participado do próprio processo negociador, nós víamos que muitas vezes era impossível o resto da comunidade internacional se mexer sem que antes a União Europeia se movesse. Então, em muitos casos – a União Europeia é cada vez mais complexa, tem 28 membros –, deliberar e avançar na União Europeia é difícil. Portanto a OMC cumprirá o papel que lhe cabe, que não é, eu creio, muito grande. Mas eu acho que o processo de enfrentamento da crise europeia, dada sobretudo à extraordinária capacidade dos países europeus, que são grandes economias, economias avançadas e têm envolvimento com o Fundo Monetário Internacional, como os senhores sabem, passa, em primeiro lugar, pela Europa. A Europa tem capacidade de responder à crise, em primeiro lugar; aos outros países, ao resto da comunidade internacional é difícil se mexer antes que os europeus tomem as decisões que eles precisam tomar à frente.

Há a ideia de que nós temos, hoje, uma crise que, ao mesmo tempo em que ultrapassa a economia, vai também à política e ao ecológico. Eu não sei se a palavra é crise, mas nós, certamente, vivemos um momento de desafios – diplomatas tem essa mania de não falar em problema, de falar em desafio –, vivemos um momento em que a governança global revela insuficiências em relação às exigências da realidade.

O próprio não relançamento da Rodada de Doha é uma indicação dessa insuficiência de resposta da comunidade internacional aos desafios da realidade, mas em parte, sem querer justificar, mas em parte, sem querer justificar, esses desafios decorrem dessa maior desconcentração do poder na ordem internacional. Sobretudo para os que antes detinham o poder, nem sempre é fácil lidar com essa nova realidade. Daí, eles, por vezes, preferirem caminhos de menor resistência; daí, por vezes, eles apontarem defeitos em foros mais amplos, que, na verdade, esses foros não têm. É óbvio que, quando se ampliam os processos decisórios, as decisões se tornam mais difíceis. É óbvio que os consensos se tornam mais desafiadores para a construção. Mas o fato é que, sim, a governança mundial continua atrasada em relação às necessidades da realidade. Um exemplo muito claro é o Conselho de Segurança. Mas houve avanços da comunidade internacional. Por exemplo, no caso, na área econômico-financeira, houve um bom aproveitamento no sentido de governança

da crise global de 2002 e de 2009 para dar um passo crucial, que foi a substituição do G7 pelo G20 no centro da governança econômico-financeira mundial.

Eu acho que já falei demais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito pelo contrário. É sempre um prazer ouvir a experiência de V. S^a.

Nós estamos premidos pelo tempo, porque estamos sendo convocados ao plenário. Para que nós, então, não percamos a oportunidade, de acordo com o inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383, do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada em secreta, por força de fundamentação constitucional.

Eu gostaria de designar o Senador Cristovam Buarque para atuar como secretário e convidar a Senadora Ana Amélia para acompanhar num processo de escrutinamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, com muito prazer. Mas eu gostaria de ouvir a resposta do Embaixador Guerreiro, mesmo que fosse por um prazo curtinho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não. Eu sou demandado aqui, pressionado pela assessoria da Casa, porque estamos com deliberações em plenário, mas é evidente.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, tornada secreta às 12 horas e 4 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Cumprimentemos o Embaixador Marcos Bezerra Galvão por sua aprovação e indicação para a Organização Mundial do Comércio; não apenas isso, mas para um conjunto de outras organizações econômicas também sediadas em Genebra.

Congratulo-me...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu queria dizer que foram 14 votos, unânimes, aos dois candidatos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É importante a manifestação da Senadora Ana Amélia, que funcionou na condição de escrutinadora, comunicando a eleição, unânime, de dois dos mais experientes e qualificados quadros de nosso Itamaraty.

Em nome da Comissão, desejo cumprimentá-los e desejar, evidentemente, uma missão exitosa à frente, como disse o Embaixador Marcos Galvão, não de seus novos problemas, mas de seus novos e importantes desafios, tanto na Rússia como na Organização Mundial do Comércio. Que V. S^{as} possam ser

bem-sucedidos e que Deus possa abençoá-los em suas nobres e novas missões.

Não havendo mais o que tratar, vamos encerrar a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, tornada secreta às 12 horas e 4 minutos, reaberta às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 38ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia cinco de setembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Suplicy reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Magno Malta, Delcídio do Amaral, João Capiberibe, Roberto Requião, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores: Jorge Viana, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcellos, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, José Agripino e Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação das matérias da PAUTA, na seguinte ordem: ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.” O Presidente designa Relator “ad hoc”, o Senador Cyro Miranda, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim,

que “Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.” Adiado. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.” Retirado de pauta, a pedido do Relator. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, para prever nova hipótese de alíquota zero do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior; altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo do REINTEGRA; isenta o lucro sobre a venda dos bens e serviços discriminados do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL); altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para alterar a base de cálculo do IRPJ sobre os serviços que menciona.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria, com as Emendas nº 1 e 2 – CRE. ITEM 6 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, de 2013, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2013, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Vanesa

Grazziotin, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 852, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Graziotin, que “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a ex-vice-presidente sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka, que foi nomeada para dirigir a Agência da ONU para as mulheres, no dia 10 de julho de 2013.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à Matéria. O Presidente coloca em apreciação a sugestão da Senadora Ana Amélia de que a Comissão solicite prioridade do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na tramitação do Acordo Bilateral Brasil – Argentina sobre localidades fronteiriças, bem como na aposição de assinatura neste Acordo. A Comissão aprova a sugestão e o Presidente solicita que a Secretaria da Comissão officie os Órgãos mencionados. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 86, DE 2013, de autoria da Senadora Vanessa Graziotin, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública, o Embaixador do Reino Unido, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – CRE, para esclarecer as medidas tomadas pelo Governo do Reino Unido, no que pertine a detenção, por autoridades britânicas, do brasileiro David Miranda, enquanto fazia escala no aeroporto de Heathrow, em Londres, com destino ao Brasil.” Retirado de pauta, a pedido da autora. ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 87, DE 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a relevância das negociações regionais entre o MERCOSUL e a União Europeia para o setor agropecuário brasileiro. Fundamentado na motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes pesquisadores e autoridades: Senhora Kátia Abreu, Senadora da República e presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Senhor Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Conselho do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp; Senhor Norberto Martins Vieira, professor do Departamento de Ciências Econômicas

da Universidade Federal São João del-Rei e autor do estudo “Impactos do acordo MERCOSUL-União Europeia para o setor agropecuário brasileiro”; Senhor Renato Baumann, diretor de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e Senhora Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.” Retirado de pauta, a pedido do autor. ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 83, DE 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Eduardo Suplicy, que “Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o Programa Espacial Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: • Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; • Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; e • Sr. Celso Amorim, Ministro da Defesa. Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 84, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a instruir o PLS 246, de 2013, de autoria do Senador José Sarney, que “altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro. Os nomes serão indicados posteriormente.” Aprovado. ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor à posição do Brasil e de outros países de não apoiar uma intervenção militar na Síria sem o devido aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas.” Aprovado. O Presidente lê carta de sua autoria encaminhada ao Presidente dos Estados Unidos. Usa a palavra o Senador Pedro Simon. Então, o Presidente lê, em língua inglesa, essa mesma carta de sua autoria encaminhada ao Presidente dos Estados Unidos. O Presidente solicita que a Secretaria da Comissão officie o Senhor Thomas Shannon, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores e a Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff, Presidente da República, referente à aprovação deste Requerimento. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 183, de 2013, de autoria do Senador Flexa

Ribeiro, que “Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Congratulações à Sua Eminência o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, por sua eleição como novo Papa, Bispo de Roma e líder mundial da Igreja Católica.” Adiado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 317, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Requer, nos termos do § 1º do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, voto de aplauso ao novo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Excelentíssimo Senhor Nicolas Maduro, eleito no dia 14 de abril corrente.” Adiado. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº, DE 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que “Requeiro, nos termos regimentais, voto de censura ao governo do Reino Unido pela detenção arbitrária do brasileiro David Miranda no aeroporto Heathrow de Londres, ocorrido em 18 de agosto passado, por infundadas suspeitas de terrorismo.” Adiado. O Presidente registra a presença da Deputada Jô Moraes. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu queria informar que, como os Senadores Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e o Vice-Presidente, Jarbas Vasconcelos, se encontram em missão de viagem, pediram-me que eu presidisse a presente reunião. Eles viajaram, respectivamente, à Suécia e à França.

Eu preciso fazer uma consideração. Como não sou o mais velho, o Senador Pedro Simon é um pouco menos jovem, eu queria convidá-lo para presidir a Comissão de Relações Exteriores, já que S. Exª está presente e tem esse direito.

Nós temos diversos itens para serem apreciados. Antes de iniciarmos com os requerimentos e os pareceres, eu queria dizer que, em vista da problemática tão séria que está ocorrendo na Síria, e como estão os

chefes de Estado reunidos no G20 hoje em Moscou, avalio que será de grande importância que os Senadores e Senadoras da Comissão de Relações Exteriores possam fazer uma reflexão a respeito. Inclusive os Senadores presentes – Pedro Simon, Cyro, eu próprio, o Senador Capiberibe –, todos nós já assinamos, de comum acordo, um apelo para que não se realize intervenção bélica na Síria antes de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU.

Como temos esses itens, em instantes vamos, quem sabe com mais Senadores, tratar desse assunto tão especial.

Solicito ao Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás, como Relator *ad hoc*, que leia o parecer do Senador Gim Argello a respeito da submissão, pela Presidenta da República, do nome do diplomata Ministro de Primeira Classe Pedro Fernando Brêtas Bastos, do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Por favor, Senador Cyro Miranda, com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente desta Comissão, Eduardo Suplicy, Srs. e Srs. Senadores.

Passo, em seguida, a ler, como Relator *ad hoc*, o relatório feito pelo Senador Gim Argello.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da

Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Senador Roberto Requião pede a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu só queria um esclarecimento.

Uma proposta minha no plenário mudou o rito das sabatinas. Nós estamos obedecendo ao novo rito ou estamos continuando com a maneira antiga de conduzir esse processo?

O novo rito é bem diferente do primeiro e foi aprovado por unanimidade no plenário. Inclusive há interstícios, publicação do relatório, observação pela internet, participação da sociedade civil.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Requião, disseram-me que esses critérios estão sendo observados, sim, inclusive pela Resolução nº 49.

Gostaria que a Mesa e o Presidente se pronunciassem a respeito. Eu apenas estou fazendo uma relatoria *ad hoc*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Qual é a Resolução nº 49?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Resolução 41.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Resolução nº 41, de 2013, diz o seguinte:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

a) curriculum vitae, no qual constem:

.....

II –

a) o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;
b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Bom, então estamos no novo rito?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Inclusive de hoje para a semana que vem, quando se fará a arguição, estará aberta a possibilidade de os brasileiros...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a observação de que algumas reuniões serão secretas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, haverá. Então, está sendo considerada a proposta que foi aprovada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

Então, peço ao Senador Cyro Miranda que prosiga a leitura, com base na nova Resolução nº 41, de 2013.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Continuando o relatório confeccionado pelo Senador Gim Argello e obedecendo ao novo rito.

O Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Consta no documento que o Ministro Pedro Fernando Brêtas Bastos entrou para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, em 1970, e para o de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, três anos após. Em 1977, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro-Secretário no ano consecutivo. No mesmo Instituto, cursou o Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática (1981) e o Curso de Altos Estudos (1994), pelo qual defendeu a tese “Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil”.

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão da América Central e Setentrio-

nal (1978); a coordenadoria-executiva do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1990); a chefia da Divisão da América Meridional-I (1999); a Assessoria Especial do Gabinete do Ministro dos Transportes (2005) e a Direção da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência desta Casa Parlamentar (2005).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros em Washington (1981); Lisboa (1984 e 1992); Lagos (1987); e Assunção (1996). Figurou, ainda, como Representante Político Alternado do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (1999); Chefe de delegação junto à XXVIII^a à XXXIII^a Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (1999 a 2004); Coordenador de Delegação junto às Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (Comab) (1999 a 2004); Representante do Governo Brasileiro junto ao Conselho Superior de Preparação do Projeto Aquífero Guarani (2000 a 2003); Chefe da delegação brasileira junto às Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná (2002 a 2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da bacia do Rio Quaraí; Representante do Ministério das Relações Exteriores junto às Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina (2003 e 2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Grupo de Trabalho para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul (2004).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, o Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos foi laureado com as seguintes comendas: Ordem de Mayo, Argentina, grau de Oficial (1990); Ordem do Mérito, Portugal, grau de Oficial (1990); Ordem Condor de los Andes, Bolívia, grau de Cavaleiro; Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1990); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1994); Ordem do Mérito Aeronáutico; Ordem do Rio Branco, Brasil; Ordem do Mérito Naval, grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, grau de Grande Oficial (2013).

O país para o qual o Ministro Pedro Fernando Brêtas Bastos é indicado para assumir a função de Embaixador, o Canadá, é norte-americano. Seu sistema político é uma monarquia constitucional parlamentarista, com Poder Legislativo bicameral, cujo chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II e o chefe de governo o Primeiro-Ministro Stephen Harper. O contingente brasileiro naquele país é de 30 mil pessoas e o fluxo comercial, de US\$6,152 milhões, é praticamente igualitário em

termos de exportações e importações, sendo o Canadá o principal destino de investimentos brasileiros no exterior (US\$18 bilhões) e será o principal destino de estudantes beneficiados pelo programa Ciências sem Fronteiras (12 mil, nos próximos 4 anos). A cooperação bilateral em comércio e investimentos, infraestrutura, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa e segurança é vasta.

Assim descreve a Chancelaria os pontos de convergência entre os países:

Brasil e Canadá apresentam vários fatores que os aproximam. Ambos detêm identidade de princípios e valores; são sociedades democráticas multiétnicas e multiculturais, com dois dos maiores territórios do mundo (5º e 2º, respectivamente); possuem duas das maiores economias do mundo (6ª e 11ª), que demonstram resiliência diante das incertezas da economia global e caracterizam-se pela diversificação do parque produtivo e da pauta de bens e serviços de exportação; possuem expressivas reservas de água doce; são grandes produtores de alimentos e energia; e compartilham desafios e oportunidades pois vastas parcelas de seus territórios contam com baixa densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas (Amazônia e Ártico canadense).

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013. O Senador Requião está atendido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. Em 25/04/2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou parecer contrário ao Projeto.

2. Em 08/08/2013, lido o relatório foi adiada a discussão e votação da matéria.

Precisamos aguardar o quórum. Aguardemos um pouco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, acatando parcialmente a emenda nº 1 – CRE, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Observações:

1. Em 12/04/2013, realizada Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos nº 42, 2012-CRE e nº 14, de 2013-CRE.

2. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O Senador Requião pediu para ser colocada numa próxima reunião; é isso? Ou o Senador Cristovam pediu, como Relator?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, eu acho que há o pedido do Senador Cristovam e há também o meu, como autor. Por quê? É que, neste momento, da forma como está colocado o projeto, ele pode conflitar com o programa Mais Médicos. E a última coisa que nós queremos é atrapalhar um programa federal. Então, eu acho que um pouquinho mais de reflexão, num processo que já demorou tanto, não faria mal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Amélia. É que a Senadora Vanessa Grazziotin acabou de chegar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu que eu acabei de chegar, Sr. Presidente. Eu só queria dar bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu olhei para a Senadora Vanessa, que acabou de chegar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Gosto muito de ser comparada com a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Perdão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Seu equívoco é imperdoável porque a Senadora Ana Amélia é dez anos mais jovem do que a Senadora Vanessa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – As duas Senadoras são jovens, muito bonitas e trazem contribuições excelentes para esta Comissão e para o Senado Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – E ambas são 30 anos mais moças do que o Sr. Requião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – É bom até essa leveza, quero agradecer ao Senador Roberto Requião, ao Senador Pedro Simon, ao Senador Suplicy.

Na verdade, primeiro, eu queria desejar pronta recuperação ao Senador Cristovam Buarque, que não está aqui por causa de uma pequena cirurgia. Então, a ele desejo pronta recuperação.

Segundo, eu acho que é prudente, realmente. Eu fiz algumas emendas que compatibilizam inclusive com seu ponto de vista naquela audiência pública que aqui fizemos para debater o tema. Eu acho que ficou muito claro até, porque se falava de revalidação automática, e, quanto à palavra “automática”, o próprio Senador Requião – lembro bem – foi muito propositivo, muito sensível àquilo que a área acadêmica ponderou naquela audiência.

Então, eu fiz algumas emendas, Senador Requião, mas, ainda assim, concordo com o senhor de que este não é o momento adequado para o debate, e o Senador Cristovam vai avaliar as emendas que compatibilizam, fazendo diferença entre a questão da graduação, a questão da pós-graduação, a questão do mestrado na revalidação. E determinando prazos para que a revalidação aconteça, não da forma como está

hoje, em que o processo dura anos, e o estudante fica aguardando. Assim, as emendas são para esclarecer.

Eu queria agradecer não só ao autor, o Senador Requião, mas também ao Senador Cristovam Buarque em relação a esta matéria.

Muito obrigada. Foi muito prudente a retirada de pauta desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero também desejar as melhoras para o Senador Cristovam Buarque e agradecer, inclusive, a motivação importante mencionada pelo Senador Roberto Requião, que deseja que a discussão deste projeto não atrapalhe a apreciação e aprovação do Mais Médicos.

Dessa forma, passamos agora ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, para prever nova hipótese de alíquota zero do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior; altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo do REINTEGRA; isenta o lucro sobre a venda dos bens e serviços discriminados do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para alterar a base de cálculo do IRPJ sobre os serviços que menciona.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Passo a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o PLS nº 267, de 2012, regula quatro dispositivos relacionados à tributação sobre a exportação de bens e serviços.

O art. 1º altera a Lei nº 9.481, de 1997, para prever novas hipóteses de alíquota zero do Imposto sobre a Renda (IR) na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, quais sejam: em decorrência de despesas com planejamento de vendas internacionais; e solicitação, obtenção e manutenção de direitos autorais.

O art. 2º prorroga o prazo de vigência do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

O projeto de lei tramitará pela Comissão de Relações Exteriores e posteriormente pela CAE.

Análise.

A matéria apresentada refere-se à concessão de benefícios fiscais relativos a tributos federais, cuja competência para disciplinar é da União.

No que concerne à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados, de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa é compatível com o texto constitucional e o projeto atende à exigência de lei específica. Foram observadas as normas de técnica legislativa apropriadas.

Voto.

Diante do exposto, sou pela aprovação do Projeto nº 267, com as emendas a seguir:

De modo que sou pela aprovação, propondo que se:

- Suprima-se o §1º do art. 1º do Projeto de Lei.
- Suprimam-se o inciso I e os §§ 1º e 2º do art. 3º do Projeto de Lei.

Dentro dessas linhas, eu voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2012, e as Emendas nºs 1 e 2 da CRE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para as devidas providências.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 123, DE 2013

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a dupla tributação da renda ocorre quando a mesma renda de uma mesma pessoa é tributada ao mesmo tempo em dois países diferentes. Ela é consequência da adoção de diferentes critérios de tributação, residência, nacionalidade e domicílio e, muitas vezes, torna situações complexas para aquelas que operam nessas relações internacionais.

O Projeto de Decreto Legislativo aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional, assinado em Brasília, em 2 de setembro de 2010.

O acordo mencionado segue os parâmetros de outros acordos assinados pelo Brasil e o meu parecer é por considerar conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Somos pela aprovação do Projeto Legislativo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos a outro.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voltamos ao item 1, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Voltamos ao item 1, que é a Mensagem 61.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, com-

binado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: Leitura do Relatório, conforme a Resolução nº41, de 2013 – SF.

Concedo a palavra à Sr^a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o indicado, nascido em abril de 1947, ingressou na carreira diplomática em 1975 e tornou-se Conselheiro em 1990, Ministro de Segunda Classe em 1997, Primeira Classe em 2006 e Primeira Classe do Quadro Especial em 2012. Concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1994, com tese intitulada O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York (1991-1994), e na Embaixada em Santiago (1994-1996), Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1996-1999), Ministro-Conselheiro junto à Aladi, em Montevideu (1999-2004), Coordenador-Geral da Coordenadoria-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais (2004-2007), Diretor do Departamento de Integração (2007-2008), Embaixador em Luanda (2008-2010) e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Toronto (de 2010 até a presente data).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Irlanda, cumprindo, o disposto no Regimento Interno do Senado Federal.

A seguir o descrito nessa documentação, informa-se que o Brasil abriu a Embaixada em Dublin em 1991, enquanto a Irlanda abriria Embaixada em Brasília em 2001, intensificando-se relações econômicas. Entre 2007 e 2012, houve acréscimo de quase 27% dos fluxos comerciais, passando de 771,4 a 1.057 milhões de dólares, sendo o saldo da balança comercial desfavorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil importa manufaturados da Irlanda, com destaque a produtos farmacêuticos, químicos orgânicos, instrumentos médicos e máquinas mecânicas. Já nossas exportações

compõem-se de 52,5% de manufaturados, 47% de produtos básicos e 0,5%, de semifaturados.

Esse cenário, evidentemente, sofreu alguns reveses com a situação econômica irlandesa, que passa por época de implementação de medidas austeras negociadas com o FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Contudo, importa registrar que a Irlanda tem concluído com sucesso seu ajuste econômico após receber 85 bilhões de euros para salvaguardar seu sistema bancário e fiscal, bem como garantir formas estruturais.

Igualmente, destaca-se a cooperação no setor educacional, como os programas universitários na área de nanotecnologia aplicada à medicina e à exploração do petróleo, bem como em física aplicada. Ademais, no programa Ciência sem Fronteiras, a Irlanda ofereceu 4.000 vagas em universidades e institutos tecnológicos na modalidade graduação-sanduiche, incrementando população brasileira na Irlanda que, hoje, atinge em torno de 18.000 pessoas.

Salienta-se, ademais, que a República parlamentarista da Irlanda possui forte propensão ao multilateralismo e ao pacifismo, professando opção pelo desarmamento e pela não intervenção militar, salvo se tuteladas por operações das Nações Unidas. Valores esses que devem aproximar os dois Países a intensificarem política externa em comum.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Há um pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, exatamente. Há um pedido de vista coletiva, que será objeto de apreciação na próxima reunião, inclusive com a possibilidade de todos que estão interagindo conosco, de o povo brasileiro formular perguntas, tal como na proposta do Senador Roberto Requião.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, pela ordem, Presidente desta reunião da

nossa Comissão de Relações Exteriores, propor, já que os autores, os requerentes não estão presentes, que passássemos ao item 9, porque a autora, Senadora Vanessa, está presente, e eu sou a Relatora desse requerimento.

Então, solicito a V. Ex^a inverter a ordem, com a aquiescência dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim. Então, passemos ao item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2013

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para a ex-vice-presidente sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka, que foi nomeada para dirigir a Agência da ONU para as mulheres, no dia 10 de julho de 2013.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico muito grata pelo recebimento desta relatoria até pelo gesto muito atencioso da Senadora Vanessa Grazziotin.

Ela solicita que seja inserido em ata um voto de congratulações e aplausos à Senhora Phumzile Mlambo-Ngcuka, Vice-Presidente da África do Sul, no período de 2005 a 2008, por sua recente nomeação para ocupar o cargo de Diretora Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). A política sul-africana substitui Michelle Bachelet, primeira diretora executiva da Entidade, ex-presidente do Chile, que deixa o cargo para concorrer à presidência desse país amigo.

Para tanto, a autora da proposição registra que “a ONU Mulheres é a nova liderança global em prol das mulheres e meninas. A sua criação, em 2010, foi aplaudida no mundo todo e proporciona a oportunidade histórica de um rápido progresso para as mulheres e as sociedades. A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres e meninas ao redor do mundo têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento” das sociedades em todo o Planeta, eu acrescentaria.

O Requerimento tem por fundamento o disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal. Nesse sentido, pode-se considerar tanto voto de aplauso ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Senhor Ban Ki-Moon, que, após consulta aos Estados parte da Organização, indicou a Senhora Phumzile Mlambo-Ngcuka para o posto; ou voto de congratulações à indicada. O teor da justificação oferecida sugere que a derradeira hipótese é a mais adequada para o que se pretende.

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria em exame, opino pela aprovação do Requerimento nº 852, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, no sentido de remessa de voto de congratulações à Senhora Phumzile Mlambo-Ngcuka pela indicação ao exercício do cargo de Diretora-Geral da ONU Mulheres.

Esse é o voto, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que parceria bonita fazem as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Quero registrar a presença da Deputada Jô Moraes, que muito nos honra aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Em discussão o relatório.

A Senadora Vanessa Grazziotin tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só quero agradecer a forma sensível com que a Senadora Ana Amélia proferiu o seu relatório. Acho que o estabelecimento da ONU Mulheres é uma conquista de todas nós, mulheres do mundo inteiro. E ter uma africana substituindo a Presidente Michelle Bachelet é muito importante.

Apenas comunico, Senadora, que já encaminhamos para ela um convite para que, assim que ela tiver data disponível, que venha ao Brasil, para termos atividade que deveremos organizar com ela.

Agradeço à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de pleno acordo com as palavras de ambas e cumprimento-as pela iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu só queria fazer um apelo à Comissão de Relações Exteriores para que interceda pelas vias regimentais junto aos Ministérios da Agricultura e da Saúde para que aponham assinatura a um acordo assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre localidades fronteiriças vinculadas, celebrado em Porto Iguaçu, em 30 de novembro de 2005.

Esse acordo já veio da Câmara. Eu trabalhei porque estava lá dormindo há muito tempo. Veio para

cá, aprovamos o acordo e faltam apenas essas duas assinaturas, segundo informação do Ministério das Relações Exteriores.

Ora, se é para facilitar a vida de quem vive na fronteira, especialmente no Rio Grande do Sul, que temos com a Argentina vários Municípios, é o caso de Uruguaiana, por exemplo, com Paso de Los Libres, ou São Borja, Santo Tomé e tantos outros, precisamos ter essa agilização.

Então, solicito encarecidamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que encaminhe um ofício ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura para a aposição da assinatura, porque são as únicas coisas que faltam para que entre em vigor esse acordo bilateral.

Por fim, há um requerimento que foi apresentado para discutir uma matéria em relação a uma audiência pública. Não sei se isso será possível, mas será posteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Será examinado em sequência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Ah, posteriormente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas eu gostaria...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... se possível, eu ler o item 3, projeto do Senador Paulo Paim de minha relatoria. Embora não tenhamos quórum para deliberar, pediria que fosse lido, e o senhor então...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Será considerado como lido, e, logo que tenhamos o quórum...

Vamos assim proceder.

Primeiro queria apenas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Queria colocar, para apreciação e votação, a sugestão agora formulada pela

Senadora Ana Amélia, de tal maneira que possam, com base nas notas taquigráficas – eu peço atenção ao que está escrito aí...

Com base nas notas taquigráficas da sugestão formulada pela Senadora Ana Amélia, se todos estiverem de acordo, vamos transmitir aos Ministros da Agricultura e da Saúde o apelo aprovado pela Comissão, no sentido de que possam logo apor as assinaturas, tal como sugerido por V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Eu faço isso inclusive em nome da Câmara de Vereadores de Uruguaiana...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – ... que é uma cidade importante de fronteira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A minha observação é muito rápida.

É apenas para retirar o Item 10 da pauta, requerimento de minha autoria. É um convite ao Embaixador do Reino Unido para tratar sobre a detenção de David Miranda, ocorrida lá no Reino Unido.

Eu peço para retirar, Sr. Presidente. Uma vez que a CPI foi instalada, creio que esse seja um assunto que deva ser debatido lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, está retirado o Item 10.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria /PP – RS) – Pela ordem, Senador.

Eu acho que o Senador Cyro Miranda, como já fizemos em outras oportunidades, pode ler, e a votação da matéria fica sobrestada até a obtenção do quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Cyro Miranda, estou informado de que já foi lido o parecer de V. Ex^a, de

tal maneira que basta apenas termos o quórum para a votação terminativa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Logo que houver quórum, nós colocaremos em pauta para votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Eu agradeço e peço também a retirada do meu requerimento do item 12, porque recebi solicitação para que colocássemos outras pessoas nesse requerimento.

Então, peço a retirada do item 12.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Retirados os itens 10 e 12, por solicitação dos respectivos autores.

São os seguintes os itens retirados:

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado para Audiência Pública, o Embaixador do Reino Unido, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – CRE, para esclarecer as medidas tomadas pelo Governo do Reino Unido, no que pertine a detenção, por autoridades britânicas, do brasileiro David Miranda, enquanto fazia escala no aeroporto de Heathrow, em Londres, com destino ao Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater a relevância das negociações regionais entre o MERCOSUL e a União Europeia para o setor agropecuário brasileiro. Fundamentado na motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença dos seguintes pesquisadores e autoridades:

– Senhora Kátia Abreu, Senadora da República e presidente da Confederação de

Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

– Senhor Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

– Senhor Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Conselho do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo – Fiesp;

– Senhor Norberto Martins Vieira, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal São João del-Rei e autor do estudo “Impactos do acordo Mercosul-União Europeia para o setor agropecuário brasileiro”;

– Senhor Renato Baumann, diretor de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

Senhora Ana Paula Zacarias, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Com respeito ao item 11, de autoria do Senador res Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg – e eu também o subscrevi –, coloco agora em discussão.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o Programa Espacial Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados:

– *Sr. Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores;*

– *Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação;*

– *Sr. Celso Amorim, Ministro da Defesa.*

Autoria: Senador Cristovam Buarque e Senador Rodrigo Rollemberg

O atual Ministro das Relações Exteriores é o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, que passa a substituir o Ministro Patriota.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Com respeito ao item 13, como o Senador Randolfe Rodrigues não se encontra, vamos aguardá-lo.

Vamos, agora, aos itens extrapauta, dois requerimentos, o primeiro, de autoria da Senadora Ana Amélia; o segundo, assinado por todos os Senadores presentes, inclusive eu, refere-se à situação da Síria.

Passo a ler o requerimento da Sr^a Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 84, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a instruir o PLS 246, de 2013, de autoria do Senador José Sarney, que “altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro.” Os nomes serão indicados posteriormente.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em discussão o requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS) –

Sr. Presidente, só para salientar que essa matéria foi aprovada ontem pela CAS, sob a relatoria do Senador Paulo Bauer; porém o Senador disse que haviam sido feitas duas audiências. Na verdade, não foram duas audiências públicas, fora solicitadas, mas não foram realizadas.

Assim, como a matéria será terminativa nesta Comissão, eu estou me antecipando para solicitar, quando a matéria for distribuída, que, previa ou concomitantemente à discussão do assunto, possamos promover uma audiência pública sobre esse projeto do nosso ex-Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT-SP) – Muito bem.

Então, os nomes serão encaminhados posteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há ainda sobre a mesa um requerimento assinado por todos os Senadores que compareceram à nossa reunião e por mim próprio, a saber: Senadores Pedro Simon, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Francisco Dornelles, Senador Cyro Miranda, Senador Delcídio do Amaral, Senador João Capiberibe, Sena-

dor Roberto Requião, Senadora Ana Amélia, Senador Flexa Ribeiro e por mim próprio. Enfim, todos os Srs. Senadores que compareceram assinaram esse requerimento que se refere a um voto de louvor à posição do Brasil e de outros países de não apoiar uma intervenção militar na Síria sem o devido aval do Conselho de Segurança da ONU.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor à posição do Brasil e de outros países de não apoiar uma intervenção militar na Síria sem o devido aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

A justificação do presente requerimento está vazado nos seguintes termos:

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil, considerando que o Sistema de Segurança Multilateral, embasado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, se constitui no único mecanismo que permite a realização de intervenções legítima no território dos países membros da ONU; observando que cabe a todos os Estados membros da ONU o respeito e o fortalecimento desse mecanismo internacional que evita o caos das intervenções unilaterais; observando, ademais, que o histórico das intervenções militares unilaterais demonstra que esse tipo de ação não contribui para a paz mundial e para a solução dos conflitos dos países vítimas das intervenções; constatando que, na realidade, as intervenções militares unilaterais tendem a agravar conflitos preexistentes e, o que é mais grave, a aumentar o número de vítimas; assinalando que, no caso específico da Síria, país estratégico do Oriente Médio, uma intervenção militar unilateral teria consequências imprevisíveis e potencialmente muito negativas para aquela sensível região do Planeta; enfatizando que a opinião pública norte-americana é contrária à intervenção unilateral na Síria; considerando que a República Federativa do Brasil rege-se pela sua política externa e pela solução negociada dos conflitos e pela não intervenção; convictos de que a negociação ampla, transparente e não discriminatória é sempre o melhor caminho para solucionar os conflitos e assegurar a paz, manifestamos o nosso aplauso à posição do Brasil e de outros países de não apoiar uma intervenção na Síria sem o devido aval do Conselho de Segurança da

ONU. Ao mesmo tempo expressamos o nosso firme entendimento de que a solução para a terrível tragédia da Síria está numa ampla e transparente, não discriminatória negociação multilateral.

Por último, apelamos a todos os chefes de estado presentes à Reunião do G20, aqui se posicionam favoravelmente a solução negociada.

Assinam: Eduardo Matarazzo Suplicy, Pedro Simon, Delcídio do Amaral, Cyro Miranda, Ana Amélia, Roberto Requião, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles e Senador João Capiberibe.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria só colaborar com esse requerimento de V. Ex^a, dizendo que ontem eu vi nos jornais que a pesquisa americana revelou que 59% da população americana não desejam essa intervenção. Então, também existe o clamor popular dos norte-americanos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Senador Flexa Ribeiro deseja se manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu subscrevi o requerimento de V. Ex^a, acho que o Conselho de Segurança da ONU é realmente a instância que deve definir a intervenção militar na Síria. Agora, nós também temos que verificar que o que está acontecendo lá é algo de muito grave, inclusive com o uso de armas químicas contra a população civil. Então, é preciso que também o mundo esteja atento a essa condição para que isso não se continue e já estende por muito tempo. Acho que, como disse o Senador Cyro Miranda, a população americana numa consulta se colocou contrário, mas o Congresso americano está deliberando sobre a intervenção ou não.

E me parece Senador Cyro que a comissão, não o plenário do Senado, mas uma comissão – não sei se de Relações Exteriores ou qual delas no Senado – já aprovou a intervenção. Então acredito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Dez a sete a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Exatamente, do Senado. Vai agora ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ao plenário do Congresso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Do congresso americano. Exatamente.

Então é importante que não haja essa intervenção militar, mas também é importante, e talvez fosse cabível que a própria Comissão de Relações Exteriores daqui, do Senado brasileiro, se mostrasse preocupado com o que está acontecendo na Síria. Uma menção de desaprovação a essa agressão que está sendo feito ao povo da Síria pelo governo que lá está impondo. Essa é a posição que talvez pudéssemos tomar também. E ao mesmo tempo em que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a qual nós estamos de pleno acordo. Todo o esforço, inclusive para acabar com a utilização de armas químicas e chegar a um entendimento melhor na Síria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É inaceitável a utilização de armas químicas para ocasionar a mortandade de milhares de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de convidar o Senador Pedro Simon para a sua reflexão conclusiva. Pergunto se posso, antes, ler a carta que eu transmiti ao Presidente Barack Obama sobre o assunto e em seguida passarei a palavra ao nosso... e acho que ele vai responder depois de ouvir as suas ponderações.

Então, para o Presidente Barack Obama, aqui está carta que eu encaminhei segunda-feira última, através do Embaixador Thomas Shannon, dos Estados Unidos no Brasil, solicitando que ele faça chegar às mãos do Presidente Barack Obama, que se encontra hoje em Moscou, no G20, em diálogo, inclusive com a Presidenta Dilma Rousseff, com o Putin, o mandatário da Rússia e os representantes das 20 maiores potências.

Gostaria de congratular-me com V. Ex^a pela bonita homenagem que foi feita no último dia 28 de agosto, no transcurso do aniversário de 50 anos do mais bonito discurso de Martin Luther King Jr, 'I have a dream' – Eu tenho um sonho. Nesse dia, V. Ex^a, Presidente Barack Obama, nos lembrou que: "Todas aquelas pessoas que vieram ao Memorial de Abraham Lincoln, diante da violência, se levantaram e partiram com a força moral da não violência. De bom grado, eles foram para a prisão em protesto contra as leis injustas e encheram suas celas com o som das canções de liberdade. Uma vida de indignidades lhes ensinou que ninguém pode tirar a dignidade e a graça que Deus nos concede." Fechamos aspas para o Presidente Barack Obama, em sua bonita homenagem a Martin Luther King Jr., na última quarta-feira. Desejo sugerir que V. Ex^a, Presidente Barack Obama, urgentemente, em face da decisão que anunciou de que os Estados Unidos da

América estavam prontos para promover uma intervenção militar na Síria, lembre-se da principal recomendação de Martin Luther King Jr. em seu discurso 'I have a dream'. Abrindo aspas para aquele tão belo pronunciamento em 28 de agosto de 1963, diante do Memorial de Abraham Lincoln: "Mas há algo que preciso falar para o meu povo, que está no limiar caloroso que nos leva para o Palácio da Justiça, no processo de ganhar nosso lugar de direito, nós não podemos ser culpados de ações erradas. Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade, bebendo do cálice da amargura e do ódio! Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Nós não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes e a cada vez, nós precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma." Fecham aspas para Martin Luther King Jr.

Portanto, tendo em conta o conselho de Luther King, urge que os Estados Unidos e as nações aliadas não lancem os seus meios militares de ataque contra a Síria, mas usem de formas de pressão pacíficas contra o governo sírio, para forçá-lo a parar com o uso de armas químicas [como ressaltou o Senador Flexa Ribeiro] contra os rebeldes e a população civil.

Sinceramente, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Senador do Partido dos Trabalhadores, eleito pelo Estado de São Paulo.

Eu queria, então, pedir ao Senador Pedro Simon que faça as reflexões de conclusão. Acredito, inclusive, tendo em vista o pronunciamento que o Senador Pedro Simon fez ontem, de apelo aos que vão se manifestar dia 07 de setembro, sábado próximo, Dia da Independência, que realizem sim as manifestações, mas, se possível, seguindo tais recomendações, como o uso da não violência.

Senador Pedro Simon fez um apelo aos chamados *black blocs* e anônimos e outros, mas o apelo aqui vai também ao Presidente Barack Obama.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu admiro a ação de V. Ex^a, indo muito além do que tradicionalmente os Senadores fazem. Mas seja qual for o assunto de importância nacional, V. Ex^a está presente. Vejo – e inclusive me impressiona – mais uma oportunidade em que V. Ex^a chega ao Senado às 10h30, porque antes já faz uma missão lá em São Paulo, fica aqui e, às 16h, volta para São Paulo porque tem outro compromisso lá em São

Paulo e, às vezes, até volta à noite para comparecer aqui no Senado.

V. Ex^a, em várias oportunidades, desempenha um papel que nem este, que acho que é próprio do nosso Senado. Eu acho que o Senado brasileiro, dos que eu conheço, desses países mais significativos, é o que tem o relacionamento internacional, principalmente desta Comissão, mais inexpressivo e mais despreocupado com a realidade. Nem a Comissão do Senado se preocupa em aprofundar o debate internacional, nem as personagens do debate internacional se preocupam com o pensamento da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Eu acho a nota de V. Ex^a da maior importância.

Eu fui um dos que se impressionaram com a figura de Obama. Acompanhei sua campanha, acompanhei seus pronunciamentos. E, se analisarmos os pronunciamentos do Presidente Obama como candidato, ele se identifica com toda sua vida como candidato. Senador estadual de primeiro mandato, tinha uma posição pessoal importante; formado em Harvard; ele e sua mulher desempenhavam um papel geralmente sério e responsável. Quando a sua candidatura foi lançada, ela teve como objetivo uma promoção pessoal. Todo mundo sabia que a primeira-dama de Clinton já estava nomeada, ela já tinha os votos mais do que necessários, já estava absolutamente tranquilo de que ela seria candidata.

E mesmo que ela não tenha feito uma boa campanha – ela fez uma boa campanha –, e mesmo que ela tivesse praticado algum equívoco durante a campanha – o que ela não praticou –, mas o Obama se destacou tanto, ele teve uma linguagem tão positiva, ele avançou tanto nos seus discursos moralistas, éticos, sua preocupação com a humanidade, que ele empolgou. Ele começou a empolgar a mocidade dos Estados Unidos que, já há vários pleitos, estava completamente omissa, não participava da campanha, não queria nada com a eleição para presidente. E, nessa vez, estava presente, e a mocidade se impressionou. E foi exatamente essa mocidade que se impressionou com o Obama que iniciou essa nova fórmula de comunicação social. Começaram a formar grupos e mais grupos favoráveis a ele, e ele recusou o apoio oficial – porque nos Estados Unidos há verba pública, o Governo usar uma quantia x, desde que o candidato não aceite quantias populares. Pois o Obama recusou a verba governamental, oficial, para poder usar, e quem usou foram esses rapazes. Ninguém deu mais do que não sei quantos dólares, mas as recepções foram dadas praticamente pela mocidade.

E a campanha dele foi excepcional: de paz, de amor, de ordem, de concórdia. Questões como a pe-

nitenciária de Cuba, uma vergonha. Os Estados Unidos, de repente, pegam um próprio terreno de Cuba, transformam em uma prisão e pegam inimigos de vários lugares do mundo prendem e deixam lá sem julgamento, sem nada, sem absolutamente... Até hoje não tem nenhuma explicação. Está lá uma fábrica de tortura e tudo mais. Obama garantiu que ia terminar. E, eu faço justiça, ele não terminou, mas está lutando para terminar. Parece mentira, mas é o Congresso americano que não está deixando. Primeiro, ele se dirigiu ao Brasil e a vários países para saber se concordam em receber esses presos, porque tem que haver uma forma de soltá-los. Nenhum aceitou. Aí ele falou com os Estados americanos e nenhum aceitou. Aí ele pediu licença para o Congresso americano para a União poder pegar um estabelecimento, uma penitenciária e levá-los para lá, porque o que ele quer é fazer o julgamento e resolver, soltá-los. Também não se aceitou.

Também achei positivo o problema da saúde, que é um problema impressionante. Um país como os Estados Unidos ter o pior atendimento de saúde, social. Lá, todo mundo tem dinheiro e, tendo dinheiro, se pega um seguro-saúde e vai tudo bem. Mas o cidadão que não tem seguro-saúde, que não tem nada, fica na rua; não tem apoio, não tem estímulo, não tem coisa nenhuma. Ele lutou. Não conseguiu o ideal, mas conseguiu...

Mas, nesta parte, de repente, ele entrou em uma posição que não dá para entender. Em relação ao problema na Síria, o impressionante é que a ONU e os países ali... A Rússia e a China são aliadas da Síria, porque ali elas têm uma base, é o ponto de força da Rússia ali na região. O resto é aliado aos Estados Unidos, que também têm interesse ali não só com Israel, mas inclusive com a Arábia Saudita e outros países. Então, cada um defendendo um lado deixaram que as coisas fossem em um crescendo, em um crescendo. Uma coisa simples, singela, que um acordo, um entendimento, uma reunião poderia equacionar o problema, foram deixando.

E, de repente, vem a célebre questão das armas químicas. A ONU ainda não deu uma decisão se houve ou não houve, mas o Obama já decidiu que houve. Então, o Obama, como superdeus do universo, disse que pode haver luta, podem até usar bomba atômica, mas não podem usar armas químicas. Usou armas químicas, os Estados Unidos intervêm. É a linha vermelha. De repente, parece que a Síria teria usado armas químicas. E ele decidiu que vai intervir. Ele pediu ao Congresso americano para intervir.

Interessante é que a Inglaterra está em uma posição muito triste perante o mundo, porque ela, com sua posição, sua história, sua biografia, passou a ser

aquela que carrega a mala dos Estados Unidos; é o “sim, senhor” dos Estados Unidos. O Tony Blair, que era um grande líder, todo mundo noticiava que ele seria o grande nome da diplomacia mundial, pelas suas características, se apagou completamente; hoje, é uma figura até rejeitada na Inglaterra, porque exagerou na sua submissão aos Estados Unidos. O atual primeiro-ministro reuniu a Câmara dos Comuns que, por ampla maioria, disse, pela primeira vez, depois de 30 anos, que a Grã-Bretanha não vai acompanhar os Estados Unidos. É contra a intervenção.

O Conselho da ONU, até agora, é contra a intervenção. A Assembleia Geral é contra a intervenção. Mas o Presidente americano disse que ouviu o Congresso. As pesquisas de opinião pública dizem que 65% dos americanos são contra a intervenção. E ele diz que vai intervir. É um absurdo!

Acho que a nota de V. Ex^a é da maior importância. O Senado brasileiro não está fazendo, ele, mas é o mundo inteiro que está fazendo isso. Desde o Papa até o Parlamento inglês, de todos os cantos, estão aparecendo notas dizendo isso, porque é imprevisível o que vai acontecer. Nesse momento estão todos reunidos em São Petersburgo, na Rússia. Embora seja uma reunião do G20, a informação que se tem é que vão discutir exatamente essa matéria, uma forma de encontrar uma saída para essa matéria. Qual eu não sei!

Não me lembro, olhando para trás, mas não deve ter acontecido um caso tão dramático como o que está acontecendo na Síria. Não há uma bala, não há uma bomba de um país estrangeiro. São eles se destruindo. A metade da Síria está sendo destruída. Cento e cinquenta mil já morreram. Um milhão e trezentos já saíram da Síria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O último dado era de mais de dois milhões de refugiados nos países vizinhos da Síria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Só no país do meu pai, que veio do Líbano, são 150 mil. É um país muito pequeno. Quando foi a luta da Palestina, os palestinos se meteram lá, tomaram conta do sul. Israel bombardeava, e, por eles estarem ali, bombardeou o Líbano inteiro. Agora, está acontecendo a mesma coisa. São 750 mil, 800 mil que já estão no Líbano. Então, isso já é uma questão...

Agora, e a picuinha do Putin, de um lado, e do Obama, de outro lado, eles estão nessa... O Obama está decide e não decide. Quando ele ganhou o Prêmio Nobel, fui para a tribuna dizendo que não deveriam ter dado o Prêmio Nobel, porque o Prêmio Nobel é pelo que se está fazendo. Concordaria se ele tivesse terminando o Governo, mas ele estava começando. “Vamos

ver o que ele vai fazer.” As palavras dele, as ações dele eram muito positivas, mas ninguém pode ganhar um prêmio por aquilo que diz que deve ser feito, mas deve ganhar pelo que fez. Lançando uma piada, pode ser piada: se ele lançasse os projetos do que ele está fazendo, vou pedir para ele devolver o Prêmio Nobel dele, para retirarem, porque é a primeira vez que aconteceu uma coisa dessa.

Está muito engraçado porque ele agora está aliado – a gente vê na televisão – ao candidato republicano que perdeu para ele. É esse candidato que está fazendo a intermediação dele com o Senado. Exatamente a pessoa que ele derrotou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – **John McCain**.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – McCain, a quem ele derrotou. Foram debates importantes que eles fizeram. Ele é o homem que faz a ligação, o entendimento entre o Obama e o Senado Federal, porque, no Senado, os republicanos não têm maioria, mas têm influência.

Acho muito importante essa manifestação de V. Ex^a.

Volto a repetir, acho que, em primeiro lugar, eu faria um apelo. Acho que fez muito bem a Presidenta da República suspendendo. É uma piada! Ia uma missão com três Ministros e mais não sei quem falar com não sei quem que iria receber nos Estados Unidos, para ver o que fizeram com a nossa Presidenta no negócio da investigação. Ela proibiu, e proibiu muito bem. Temos que fazer as coisas com o devido cuidado. A Presidenta suspendeu a viagem aos Estados Unidos.

Os Estados Unidos são uma coisa muito interessante. As pessoas não entendem. Até várias pessoas me perguntaram: “Ela já foi quantas vezes aos Estados Unidos? Por que essa vez é diferente?” É que aos Estados Unidos os Presidentes vão duas, três vezes por ano. Acho que não há dia em que os Estados Unidos não tenham quatro ou cinco Presidentes de países do mundo inteiro. Então, o Presidente americano não tem tempo. Então, o Presidente vai, vai aqui, vai ali, vai não sei onde e não é recebido nem pelo Presidente da República nem por ninguém. Mas existem as visitas chamadas de “visitas de Estado”, que são feitas por convite oficial.

Dessa vez, a Senhora Presidente foi convidada oficialmente. Ela vai, vai ser recebida pelo Presidente do aeroporto, vai almoçar na Casa Branca, vai ao Congresso nacional. Realmente é importante. Mas já estão fazendo onda, falando que a Presidente vai suspender a viagem. O Obama não vai chorar por causa disso. Para ele pouco se lhe dá.

Não se deve fazer esse tipo de comparação, que é ridículo. Iam mandar uma comissão, ela suspendeu, e suspendeu muito bem.

Eu acho que o assunto foi sério. A gente está do outro lado, que é fiscalizar, o que fizeram com ela. Foi sério! Acho que ela está agindo com muita competência. Acho que ela e os países do Mercosul deram uma nota dura e muito boa com relação ao problema do Obama. E deram uma nota dura e muito boa com relação a uma coisa que chega a ser... vou ser sincero, chegar à altura da hora que estamos vivendo e os americanos fazerem esse tipo de... pegar o telefone da Presidência e ver coisas da maior intimidade! Isso para não dizer que estamos às vésperas de lançar a maior licitação da história, que é a questão do petróleo. Vamos abrir agora o lançamento. Em cima de todos esses estudos que foram feitos para fazer esse lançamento, o americano deve estar sabendo de tudo que aconteceu, como vai ser e pode se apresentar.

Eu felicito V. Ex^a. Só estou falando esse tempo todo porque acho que deve passar em vão votar como se fosse uma coisa... Felicito pela posição que a Comissão de Relações Exteriores está tomando, da maior importância e do maior significado.

Nós não podemos aceitar essa posição do Obama e dos Estados Unidos serem o dono do mundo e que se dane a ONU, que se dane o Conselho de Segurança, que se dane todo mundo, o Congresso deixa ir e ele vai.

Acho que ele vai fazer uma grande bobagem se fizer isso. Acho que ele ainda pode recuar.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Pedro Simon, porque falou com a experiência e o acúmulo de quem viveu tantos episódios e que nos trouxe um retrospecto de grande relevância histórica. Certamente a palavra de V. Ex^a acredito poderá ser ouvida, inclusive, pelo Embaixador Thomas Shannon.

Então, tendo em conta que todos assinaram, é necessário colocar em votação.

Todos os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vou solicitar à Secretaria que prepare uma comunicação imediata para o Embaixador Thomas Shannon, para que possa encaminhar o resultado dessa votação; também à Presidenta Dilma Rousseff, até para que ela possa, o quanto antes, quem sabe lá em Moscou, encorajada pelo conhecimento – peço que seja transmitida ao Ministro Luiz Figueiredo, para que ele possa, de pronto, encaminhar à Presidenta Dilma Rousseff – pelo respaldo de recomendações como

as que o Senador Pedro Simon acaba de formular, expressá-las na reunião de cúpula do G20.

Pediria licença, porque podem ser que alguns norte-americanos que estejam nos assistindo não compreendam exatamente todas as nossas palavras, para ler em inglês outra vez a minha mensagem ao Presidente Barack Obama nesta Comissão.

Os Senadores que me dão autorização permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aqui está a carta ao Presidente Barack Obama, que passo a ler:

To President Barack Obama:

I would like to congratulate you for the beautiful homage that you have made, last August 28, during the 50th anniversary of Martin Luther King Jr's most beautiful speech "I Have a Dream".

On that day you reminded us that all of those that came in front of the Abraham Lincoln Memorial, "In the face of violence, they stood up and sat in with the moral force and non violence. Willingly, they went to jail and protest unjust laws, their cells swelling with the sound of freedom songs. A lifetime of indignities had taught them that no man can take away the dignity and grace that God grants us."

I would like to suggest to you urgently – in face of the decision that you have announced that you are ready to promote a military intervention in Syria – to remind the main recommendations of Martin Luther king Jr in "I Have a Dream": "But there is something that I must say to my people, who stand on the warm threshold which leads into the palace of justice: In the process of gaining our rightful place, we must not be guilty of wrongful deeds. Let us not seek to satisfy our thirst for freedom by drinking from the cup of bitterness and hatred. We must forever conduct our struggle on the high plane of dignity and discipline. We must not allow our creative protest to degenerate into physical violence. Again and again, we must rise to the majestic heights of meeting physical force with soul force."

Therefore, taking into account King Jr's advice, it is urgent that the USA and Allied Nations don't launch their military means of attack against Syria and use peaceful ways of pressure to force Syrian Government to stop the use of chemical weapons against the insurgents and the civil population.

Sincerely,

Senator Eduardo Matarazzo Suplicy

Agradeço ao Senador Pedro Simon pelas suas considerações.

Informo que os itens 7, 8 e 13 foram retirados de pauta, pois os relatores não estão presentes.

Em relação ao item 3, terminativo, como não há quórum suficiente, portanto, fica adiado para a próxima reunião.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre a promoção de Cabos estabulizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Fica adiado para a próxima reunião e foi retirado de pauta por solicitação tanto do autor, Roberto Requião quanto do relator, Cristovam Buarque, o Projeto de Lei do Senado nº 399, sobre revalidação e reconhecimento de diplomas de formados no exterior.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2013

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Voto de Congratulações à Sua Eminência o Cardeal Jorge Mário Bergoglio, por sua eleição como novo Papa, Bispo de Roma e líder mundial da Igreja Católica.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2013

Requer, nos termos do § 1º do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, voto de aplauso ao novo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Excelentíssimo Senhor Nicolas Maduro, eleito no dia 14 de abril corrente

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, voto de censura ao governo do Reino Unido pela detenção arbitrária do brasileiro David Miranda no aeroporto Heathrow de Londres, ocorrido em 18 de agosto passado, por infundadas suspeitas de terrorismo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos os presentes pela colaboração.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE AGOSTO DE 2013.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPPLY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Acir Gurgacz solicita ao Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, que seja enviado ofício ao DNIT e ao Ibama para que informem sobre o andamento dos estudos e trabalhos de licenciamento ambiental para a reconstrução do trecho do “meião” da BR-319, rodovia que liga Porto Velho a Manaus, que é de extrema importância para a produção agrícola do Estado de Rondônia. O Senhor Presidente acolhe a solicitação do Senador Acir

Gurgacz e dá início à pauta da presente reunião que se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater o fenômeno da redução da população de colônias de abelhas polinizadoras, conhecido como Colapso de Desordem das Colméias, supostamente causado pelo uso de uma classe de pesticidas conhecida como neonicotinóides, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Luiz Eduardo Pacifi Rangel** – Coordenador-Geral de Registros de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Srª Ana Maria Vekic** – Gerente de Análise Toxicológica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **AN-VISA** (representante de: Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano); **Sr. Marcio Freitas** – Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA** (representante de: Sr. Volney Zanardi Junior); **Srª Sílvia de Toledo Fagnani Ligabó** – Diretora Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – **SINDAG** (representante de: Sr. Eduardo Daher); **Sr. Leonardo de Oliveira Machado** – Assessor Técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Ana Amélia, Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP– AL) – Havendo número legal, dou por aberta esta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que a gente possa conversar com os nossos convidados sobre o tema que será abordado no decorrer da apresentação pelos convidados.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP– AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Saúdo e cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, e também a nossa colega, Senadora Ana Amélia.

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aí, agora sim. Obrigado.

Eu solicito a V. Ex^a, Presidente, que envie ofício ao DNIT e ao Ibama solicitando informações sobre o andamento dos estudos e trabalhos de licenciamento ambiental para a reconstrução do trecho do “meião” da BR-319, rodovia que liga Porto Velho a Manaus, que é de extrema importância para a produção agrícola do nosso Estado de Rondônia.

Eu aproveito a oportunidade, também, para agradecer o apoio de V. Ex^a aos nossos pleitos, em especial à realização do nosso ciclo de palestras e debates, que será realizado nos próximos dias 30, lá na cidade Guajará-Mirim.

Estaremos lá em mais um seminário desta Comissão, para debater os investimentos e parcerias que estão sendo realizados, ou que deveriam ser realizados, no aprimoramento das estruturas e escoamento de produtos agropecuários na área de livre comércio de Guajará-Mirim, e aprimorarmos o desenvolvimento das cadeias produtivas daquela região, que é uma região que tem 98% da sua área em reservas.

Também – não é um assunto desta Comissão, mas aproveito que o Senador Moka chegou aqui –, quero tocar num assunto. Fiquei muito surpreso ontem, Moka, ao ver pela Senadora Ana Amélia, ao ver pelo noticiário a contratação de quatro mil médicos cubanos. Não vejo nenhum problema em médicos cubanos, espanhóis ou portugueses, mas, nas reuniões que fizemos com o Ministro, nós colocamos a preocupação de que esse Programa Mais Médicos não fosse para beneficiar o governo cubano, de que não fosse um programa para isso. E ficou claro que não tinha a menor intenção do Ministro.

Eu fiquei muito contente pela maneira como o Ministro conduziu todo o processo: antes de anunciar qualquer coisa, conversar conosco. Eu não sei se houve uma reunião com relação a essa contratação, de governo para governo, porque fugiu um pouco do Programa Mais Médicos. Fugiu, desviou, e é totalmente diferente daquilo que nós conversamos, acertamos e ajustamos nas reuniões que fizemos, promovidas, muitas delas, por V. Ex^a, que conduziu muito bem as reuniões.

Ontem, eu fiquei surpreso ao receber essa notícia pela imprensa e não numa reunião, novamente, para conduzir o processo, para que tenha total transparência, como foi feito até agora.

Aí, isso pode trazer problemas e, realmente, pode desvirtuar um pouco aquilo que nós entendemos que é da maior importância para nós todos, brasileiros, que é o Programa Mais Médicos, o qual nós defendemos com unhas e dentes, por entendermos, debatermos o assunto com o Ministro, com os demais Senadores e Senadoras. Apoiamos o programa, mas nós tínhamos essa preocupação de que poderia ter um viés político do Governo brasileiro com o governo cubano. Não que eu tenha algo contra, não é isso, mas fui pego de surpresa e isso é o que me deixa um pouco preocupado.

Era essa a colocação.

Eu sei que não é desta Comissão, Sr. Presidente, me desculpe, mas é o primeiro microfone do dia, após esse anúncio, que eu encontro. Eu não poderia deixar de falar sobre esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP– AL) – Eu agradeço a V. Ex^a. As solicitações de V. Ex^a, num primeiro momento, serão atendidas.

Eu acho que essa matéria está na ordem do dia, então, em qualquer momento ela pode ser tratada.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de, antes de iniciarmos o nosso ciclo de palestras, fazer um registro que julgo da maior importância para o Nordeste brasileiro e para parte do Pará, que é exatamente a decisão do Ministério da Agricultura de anunciar a liberação de seis Estados do Nordeste, Senadora Ana Amélia, livre de aftosa com vacinação.

O Ministro da Agricultura, Antonio Andrade, particularmente irá ao meu Estado, Alagoas, no dia 6 de setembro, para por fim a uma espera de 14 anos.

O Ministro vai assinar portaria reconhecendo Alagoas e mais cinco Estados do Nordeste, além do Pará, como zona livre da febre aftosa com vacinação.

Desde 1999, os produtores do meu Estado aguardam com ansiedade a certificação do Ministério da Agricultura. Faço questão de realçar que foi no ano de 1999, portanto, há 14 anos, em que se registrou um único caso de febre aftosa em Alagoas.

Essa meta foi alcançada por uma importante contribuição do Governo do Estado do Alagoas – e eu gostaria aqui de cumprimentar o Governador Teotônio Vilela, por meio da Agência de Desenvolvimento de Alagoas (Adeal) – e, sobretudo, o esforço dos criadores do meu Estado, que obtiveram recorde de vacinação a cada ano, com 100%, nobre Senador Sérgio Souza, de imunização do nosso rebanho.

Com a certificação, que será fornecida agora pelo Ministério da Agricultura, Alagoas e os Estados do Nordeste passam a integrar a lista de outros seis Estados, garantindo qualidade à produção de carne bovina e também do leite.

Segundo o relatório do Ministério da Agricultura, Alagoas recebeu uma das melhores notas da avaliação feita pelo Projeto de Ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa para a regra na Região Nordeste. Essa pontuação é extraordinária, nobre Senador Moka, para quem sempre apareceu com a nota mais baixa do *ranking* nacional.

Ao registrar esse fato, aproveito a oportunidade para agradecer ao Ministro da Agricultura, Antonio Andrade. Logicamente que ele deu sequência ao trabalho que já vinha sendo executado e trabalhado pelos que o antecederam, mas ele teve a felicidade de, na sua gestão, abrir o Brasil praticamente 100% das barreiras de aftosa com vacinação.

Também desejo me congratular com os criadores do meu Estado, que foram os grandes responsáveis para que tal fato pudesse acontecer. Em nenhum momento eles desmereceram ou arrefeceram o desejo de continuar fazendo a atividade, o seu dever de casa.

Agradeço, sem dúvida nenhuma, e parabênizo o Presidente da Federação da Agricultura do meu Estado e, conseqüentemente, o Presidente da Associação dos Criadores, que foi um dos grandes incentivadores para que essa maravilha pudesse acontecer. Ao tempo em que me congratulo com os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão e do Piauí. E também me congratulo com os criadores do Estado do Pará, que também obteve a sua carta de alforria.

Portanto, feito esse registro, gostaríamos de comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia. A audiência tem por finalidade debater o fenômeno da redução da população de colônias de abelhas polinizadoras, conhecido como Colapso de Desordem das Colmeias, supostamente causado pelo uso de uma classe de pesticidas conhecida como neonicotinóides.

A presente reunião tem a presença dos seguintes convidados, que chamo para compor a Mesa:

Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel – Coordenador-Geral de Registros de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr^a Ana Maria Vekic, Gerente de Análise Toxicológica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Sr. Márcio Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Sr. Leonardo de Oliveira Machado, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Ricardo Costa Rodrigues de Camargo, Consultor da Câmara Setorial de Mel e Produtos Apíco-

las do Brasil, e a Sr^a Sílvia de Toledo Fagnani Ligabó, Diretora Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola, Refrigerantes, da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

Gostaria de comunicar aos nossos convidados que, iniciado o processo de explanação, tendo em vista que o número de convidados é bem robusto, vamos estabelecer, para economia de tempo – e, logicamente, o debate é que vai fazer a coisa mais detalhada –, 15 minutos para cada expositor, o que representa uma hora e meia para os seis expositores. Logo após, abriremos o nosso debate para as perguntas de S. Ex^{as}, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras.

Dando início, concedo a palavra, para fazer a sua explanação, ao representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite, na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, e da Senadora Ana Amélia, que provocou esta nossa reunião de debate, e agradecer a oportunidade de estar aqui presente no sentido de trazer um pouco do que o Ibama vem fazendo nessa área e do trabalho que vimos desenvolvendo.

Quero, de antemão, pedir desculpas aos senhores, mas tenho uma viagem agora, às 11h, e terei que me ausentar a partir das 10h. Fico à disposição, inclusive, para, se for o caso, e se possível, antecipar algumas questões que, porventura, minha apresentação suscite, em termos de dúvida.

Gostaria de solicitar que iniciassem a projeção.

Vou, de início, tentar esclarecer algumas questões que suscitam muitas dúvidas e confusões a respeito desse tema. Minha apresentação vai focar, basicamente, na descrição do que é esse fenômeno do Distúrbio de Colapso de Colmeia, que, em inglês, tem a sigla CCD, o que sabemos a respeito da ocorrência de CCD no Brasil e qual é o procedimento que o Ibama está tendo em relação à reavaliação dos produtos eventualmente relacionados a esse fenômeno, que são os neonicotinóides, e, no caso, o Ibama está reavaliando também o Fipronil.

Primeiro, esclarecer algumas confusões que são muito comuns, até porque as próprias organizações não governamentais e os jornais têm uma postura um pouco mais sensacionalista, e não se tem muita noção do que é o fenômeno em si. Há muita confusão em relação a isso. O primeiro esclarecimento, então, é este: a redução da população de colônias, da população de abelhas não é CCD. CCD é um caso particular dessa redução de população, que vou tentar, depois, caracterizar.

Não há evidência científica nenhuma, no mundo inteiro, de que o CCD seja causado pelos neonicotinóides. Isso é uma suspeita, mas não há essa evidência científica. Tanto no Brasil, através do Ibama, a partir de 2012, como na União Europeia, recentemente, a partir de abril de 2013, as restrições de uso impostas ao neonicotinóides não se deveram ao CCD; deveram-se aos efeitos agudos e crônicos sobre o desenvolvimento e sobrevivência das colônias de abelhas, aos efeitos sobre as larvas de abelhas e comportamento das abelhas e ao risco das doses subletais das três substâncias.

Nessa questão das doses subletais é que há suspeita de que haveria uma relação com o CCD, mas a questão é que já se comprovou que essa toxicidade crônica causada pelas doses subletais é uma novidade do ponto de vista da ação dos agrotóxicos em relação ao comportamento das abelhas. E essa é uma preocupação nova em todo o processo de registro de agrotóxico no mundo.

O fenômeno do CCD foi inicialmente identificado na Europa, em 98, e, posteriormente, nos Estados Unidos, em 2006. As populações de abelhas vêm declinando nesses países já há algum tempo, desde a década de 40, e está associado ao início também do uso de agrotóxicos e de um manejo também agrícola diferenciado que levou ao suprimimento ou à supressão dos habitats naturais dessas espécies e etc. Porém, essas taxas eram da ordem de 1% e, nos últimos quatro anos, essas taxas subiram para 29% a 36% – e aí acendeu o sinal de alerta mundial.

Esse mesmo fenômeno foi detectado também nos países da Europa e da Ásia. E as causas desse declínio são várias e a maioria delas – e aí estamos falando de declínio de população – conhecidas. São doenças, falta de alimentação, eu vou citá-las depois. A novidade foi a identificação de um fenômeno até então não identificado, que é o desaparecimento de colmeias. E a forma como se dá esse desaparecimento era então um fato novo, um fato inusitado e que ganhou esse nome de CCD.

Então, CCD é um caso particular do desaparecimento das abelhas, relacionado com algumas características muito próprias. São elas: as colmeias desaparecem e há ausência de abelhas vivas ou mortas dentro da colmeia, mas há a presença de crias e de alimentos. Portanto, é diferente de quando há uma epidemia, alguma coisa assim, em que morre toda a população. Os alimentos e as crias – essa é outra característica importante – não são saqueados imediatamente pelos insetos parasitas. Leva de dois a três meses, a colmeia, para ser atacada, e não há correla-

ção direta com parasitas conhecidos por causarem o desaparecimento ou o declínio da população.

Então, esse fenômeno novo é que chamou a atenção de todos e tem como característica que no início da ocorrência desse fenômeno a quantidade de crias é maior do que a capacidade das operárias de criar, de cuidar delas, há uma concentração de operárias novas na população das colônias – eu peço desculpas pelo erro ali –, há a presença da rainha, a rainha permanece, e há relutância da colônia em consumir o alimento energético ou protéico fornecido.

Possíveis causas do CCD: novos inseticidas – são esses inseticidas sistêmicos –, novos vírus das abelhas, novo tipo de *nosema* – que é um fungo que tradicionalmente ataca as abelhas –, problemas de variabilidade genética, um ácaro que também normalmente está associado a esse problema, falta de alimentos, fungicidas no alimento das abelhas e um sistema de manejo intensivo, porque isso ocorre em países que têm um manejo de colmeias muito distinto do nosso, em que há um estresse muito maior da colônia.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, as abelhas praticamente são criadas em caminhões que percorrem o país de costa a costa, fazendo polinização, prestando serviço de polinização, cobrando por esse serviço. Aliás, o serviço passou de US\$60.00 para US\$200.00 por enxame, dado esse declínio das abelhas. Nós, aqui no Brasil, hoje, não precisamos pagar por esse serviço, nós temos esse serviço ambiental de graça hoje aqui no País, por enquanto, e em alguns lugares, já há esse serviço. Em Campinas, em São Paulo, em algumas regiões de São Paulo já há a prestação desse serviço. Múltiplos fatores, é outra suspeita, então são múltiplos fatores que agem em conjunto, aumentando a suscetibilidade das abelhas às doenças.

No Brasil, não há oficialmente a ocorrência do fenômeno. A mortandade de abelhas no Brasil está associada à aplicação de agrotóxicos, como causa principal – segundo levantamento da Embrapa –, consumo de plantas tóxicas, inanição e as outras doenças conhecidas.

Existem apenas dois casos em que se suspeita que pode ter havido ocorrência de CCD no Brasil. São eles: um caso ocorrido, relatado em Altinópolis, em São Paulo, em agosto/setembro de 2008, que apresentou todas as características de CCD, com dois casos de perda repentina de colônias até então fortes – havia mel, havia pólen, enfim, todas aquelas características que se comentou antes, e foram identificadas a presença tanto dos vírus quanto dos fungos e do ácaro, que, normalmente, aparecem no fenômeno do CCD. Há essa suspeita também de que os fatores múltiplos que interferem na ocorrência do fenômeno levam tam-

bém a um enfraquecimento do sistema imunológico das abelhas, levando a uma maior fragilidade frente aos fungos, vírus e ácaros. E outro caso no centro-oeste de Minas, em 2009, em que um apicultor também relatou situações. Os dois casos estão relatados na bibliografia.

A principal diferença entre o CCD e as perdas de enxame é que, no primeiro caso, após o abandono dos favos, não há um ataque imediato – já comentei isso.

Estima-se que existem, no Brasil – e aí a nossa preocupação maior –, 3 mil espécies de abelhas nativas. É uma realidade completamente diferente; os outros países não têm essa biodiversidade, essa diversidade de polinizadores que temos. E, no Brasil, as abelhas sem ferrão são responsáveis – no nosso caso, não temos mais abelha europeia, só temos abelhas africanizadas; mas não são essas abelhas de origem europeia, hoje africanizadas – por cerca de 40% a 90% das espécies arbóreas.

A grande dificuldade de identificação do CCD no Brasil é a ausência, deficiência, dos nossos programas de monitoramento; os dados limitados sobre áreas e onde as espécies habitam e requerem proteção; os dados limitados sobre a sensibilidade das espécies nativas – todos os estudos que temos ou são com abelhas europeias ou, mais recentemente, com abelhas africanizadas –; e há uma ausência de sistema de notificação de ocorrência de perda de enxame. E nosso setor de apicultura é sabidamente um setor muito informal ainda. Já há uma formalização maior do setor, mas ainda é um setor que tem uma informalidade muito grande; a criação de abelhas, às vezes, é uma subatividade dentro da atividade agrícola, e há pouca notificação e pouco conhecimento em relação a isso, que vem melhorando, mas ainda estamos longe de uma situação como há na Europa e nos Estados Unidos.

A reavaliação dos neonicotinóides e fipronil. Vou descrever rapidamente o processo do Ibama. Iniciou pelo Imidacloprida, em 2012, e a previsão de conclusão é 2014, em função da necessidade de se fazer uma série de estudos, que vou relatar depois, que levam algum tempo para serem desenvolvidos. De lá para cá, fizemos inicialmente uma proibição da aplicação aérea desses produtos, em função da avaliação de risco que fizemos; e, depois, em conjunto com o Mapa, em função da necessidade agrícola de utilização desses produtos, da importância que eles tinham na produção agrícola, fizemos duas medidas de flexibilização, a última delas em dezembro de 2012, que está vigorando até hoje, que liberou, até a conclusão da reavaliação, a aplicação aérea apenas para essas culturas que estão colocadas aí – para as demais culturas, continua a proibição aérea – e manteve a proibição da aplicação em época de floração para todas

as culturas, com exceção do algodão para a safra de 2012/2013, que era o período que precisávamos para desenvolver mais estudos e verificar a possibilidade de existência de substitutos. Isso tudo foi relatado aqui nesta Comissão, em dezembro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Ainda não. Ele ficou liberado na safra 2012/2013 e, agora, está em estudo a possibilidade de ampliação disso. Depende de um estudo que aguardamos ainda alguns detalhes em relação a ele.

A base científica, então, para a tomada de decisão do Ibama é basicamente... – pularei isso porque deixarei, naturalmente, o material aqui, mas aqui está descrito o que o Ibama fez, como que avaliou, como fez a avaliação de risco, a metodologia toda que adotamos, e o que nos levou a fazer as restrições que fizemos.

As conclusões. Foram feitos estudos, cultura a cultura, dose a dose de produto, e tivemos várias conclusões desse trabalho, e, em função dessas conclusões, é que nós verificamos aqui, no final, que a pulverização aérea, mesmo adotando os critérios mais conservadores de deriva, utilizando aquela deriva técnica de apenas 8%, ainda assim o risco era alto para todas as culturas e para todas as situações de aplicação aérea, todas as doses, etc. E, por isso, então, a gente tomou essa medida.

E o que é que está em andamento ainda nesse processo de reavaliação? Resta ainda conhecer exatamente aquela questão que eu tinha levantado no início, que são as questões das doses subletais e os efeitos crônicos, porque isso normalmente não era exigido para o processo de registro de agrotóxico em relação a abelhas no mundo inteiro.

Então, na verdade, o mundo inteiro está revendo o seu protocolo de avaliação de toxicidade sobre insetos polinizadores, a partir desse fenômeno de identificação de que – ah, e não tem nada a ver com CCD, é uma comprovação – o efeito crônico desses agrotóxicos de efeito sistêmico, como os neonicotinóides, gera um resíduo no pólen que não mata a abelha imediatamente, mas causa uma intoxicação crônica que leva a uma série de fenômenos de desorientação e de perda de colmeia, não necessariamente CCD.

Então, nós precisamos avaliar a permanência desses resíduos, e esse é um estudo novo, um protocolo novo – néctar e pólen e a translocação disso ao longo da planta.

Estamos estudando, então, e avaliando os efeitos de curto e longo prazo dessas moléculas sobre abelhas. E, como eu disse, o Ibama não está estudando CCD. Isso é importante entender. Tudo o que eu falei de

CCD aqui é informação que nós temos, mas o nosso trabalho é um trabalho sobre o registro de agrotóxicos, sobre toxicidade, sobre ecotoxicidade.

Então, era isso que eu tinha a dizer. Eu lembro de novo – já projetei esse eslaide da outra vez que eu estive aqui – que nós temos muitas pessoas desta Casa, que passaram por esta Casa e que passaram pela Câmara que defendem e entendem bem o trabalho do Ibama. E o nosso interesse aqui é deixar claro que tanto o Ibama quanto as empresas responsáveis pelo registro, assim como os nossos parceiros Mapa e Anvisa, têm feito o máximo esforço em garantir o nosso papel, estabelecido pela legislação brasileira, de defesa do meio ambiente nessa questão de ecotoxicologia.

Obrigado a todos. Fico à disposição, se houver alguma pergunta e houver a possibilidade de respondê-la imediatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/ PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Considerando que o representante do Ibama deverá se ausentar, eu vou passar a palavra à autora do requerimento, e, logo em seguida, V. Ex^a se manifestará.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, para indagar ao nosso expositor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Eu queria agradecer a todos os que aceitaram o convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em especial ao Dr. Márcio Freitas pela exposição objetiva, clara e absolutamente isenta, do ponto de vista técnico, sobre o que está acontecendo.

Na relação que o senhor mostrou dos produtos em que o cuidado é maior, não existe um que, particularmente, no meu Estado e no Estado de Santa Catarina, é vital, que é a produção de maçãs, que, basicamente, é por polinização. Há algum motivo especial de não ter sido incluída a maçã entre as áreas ou as culturas que estão sendo feitas? Essa é uma questão.

A outra questão, Dr. Márcio, é em que tempo o senhor estima que o Ibama concluirá essas avaliações científicas a respeito do impacto, seja do efeito dos neonicotinóides, que é o agente ativo sobre esse defensivo, seja de um aspecto, como foi dito, não só na Ásia, mas na Europa e nos Estados Unidos, que é a questão ambiental. A mudança do ambiente onde as abelhas vivem também tem um impacto, digamos, de ordem natural, quer dizer, a questão ecológica propriamente dita do impacto que isso pode provocar. V. Ex^a falou, e eu até achei que aconteceu o famoso estresse, que abate não só a nós, mas também os animais, as abelhas, os insetos de um modo geral.

Então, essas questões basicamente. Depois, se eu tiver, eu encaminho a V. Ex^a, que não tenho dúvida de que será atento. Essas são as minhas perguntas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, saúdo todos os convidados e dou as boas vindas à nossa Comissão novamente. É sempre importante estarmos aqui debatendo questões importantes para a agricultura brasileira.

Dr. Márcio Freitas, na última audiência, nós debatemos esse tema com vistas exatamente ao algodão, à produção de algodão, principalmente no Mato Grosso. Nós recebemos aqui uma preocupação por parte dos produtores com relação à produção de algodão naquele Estado e, claro, nos demais Estados brasileiros, e eu gostaria que o senhor nos contasse como anda essa situação dos nossos algodoeiros que têm essa preocupação com relação a passar ou não o inseticida de avião.

Foi liberado em 2012 e, na verdade, nós empurramos o problema para frente. Conseguimos, pelo menos, um ano, mas tem que se achar uma alternativa, uma solução, porque a produção de algodão tem aumentado, tem crescido muito e é importante na economia brasileira, nós não podemos, jamais, deixar de produzir o algodão. E, claro, que eu tenho certeza absoluta e sei que não é essa a intenção do Ibama, nunca foi. Foi ao contrário, dar um suporte para os nossos agricultores, no sentido de podermos produzir, cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas abelhas. E ficou de se fazer um estudo, realmente, como o senhor bem colocou. Só para nós entendermos a quantas andam esse estudos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa deste requerimento que esta Comissão tem por mérito a defesa dos interesses da produção agrícola brasileira. O Brasil, hoje, o segundo maior produtor agrícola do planeta, devemos ser o primeiro dentro em breve, nós temos toda uma condição climática de sermos um país tropical, onde não há sazonalidade, onde a produção, inclusive, ocorre o ano todo e, especialmente nos últimos anos, a ocupação do solo com produção agrícola se dá quase que em tempo integral, não há um descanso.

Nós tínhamos, há dez anos, pelo menos, isso era quase que em todo o país, o zoneamento agrícola,

plantava-se uma safra, tão somente. Haveria aquele tempo de descanso, ou seja, não haveria até mesmo a pulverização. Nós temos que repensar como é que nós devemos agir. A tecnologia avança muito, do ponto de vista de produtividade, da produção, da ocupação do solo, e o meio ambiente, talvez, não consegue avançar na mesma velocidade, se adaptar na mesma velocidade.

É uma preocupação, realmente, eu vi números ali, chegam a 75% os alimentos produzidos no mundo polinizados por abelhas, isso é preocupante e esta audiência pública tem por finalidade esclarecer a membros dessa Comissão, a membros do Congresso Nacional e também ao povo brasileiro, preocupações como essa de encaminharmos solução.

Ainda hoje, pela manhã, via num telejornal que, mais uma vez, o Brasil bateu um recorde do PIB agropecuário. Números de US\$ 440 bilhões, coisa em torno disso, não me lembro ao certo. É resultado da eficiência e do trabalho do cidadão brasileiro, do produtor brasileiro.

Aí, Dr. Márcio, fica uma pergunta: Qual o impacto disso? Por exemplo, se nós limitarmos, por um lado, a utilização de determinados defensivos e qual o impacto se nós não limitarmos isso a médio e longo prazo?

Era a pergunta que eu gostaria.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom, eu vou procurar ser objetivo e breve nas respostas e, naturalmente, fico à disposição para prestar mais esclarecimentos além daqueles que a gente possa fornecer além dessa audiência.

Primeiro, cumprimentá-los pelas perguntas, todas elas muito pertinentes e muito complexas do ponto de vista do papel que nós desempenhamos como órgão regulador dessa atividade muito importante para o País – e cada vez mais importante –, que é a agricultura e a dificuldade que nós temos, até, em estabelecer essa regulação frente aos mecanismos que, normalmente, nós temos no setor e a presença do Estado junto ao setor. Esse é um tema recorrente nessas questões da discussão do agronegócio.

Mas, enfim, vou procurar responder na ordem e dizer, Senadora Ana Amélia, que a questão da maçã foi contemplada. E foi avaliada também a questão do risco. Mas, no caso da maçã, nós temos duas situações particulares. Primeiro, não há aplicação aérea desses produtos. Então, não foi objeto da medida preventiva que nós adotamos. Segundo, a maçã é uma das que mais depende da polinização e dos polinizadores, de uma maneira geral, e das abelhas, em particular. Inclusive, há muito consórcio de abelha com maçã. Portanto, há uma consciência maior dos agricultores

em relação a essa questão da aplicação na floração, etc. Eles mesmos têm essa preocupação, porque, em geral, na fruticultura, essa preocupação da polinização é pertinente. O agricultor sabe que, quando perde polinizador, ele perde produção. Então, o caso da maçã também está sendo reavaliado, está dentro desse processo, mas ele não foi objeto das medidas, ele não apareceu na mídia, não teve essa repercussão, porque não há aplicação aérea, e o impacto maior foi sobre aplicação aérea.

Em relação aos prazos de estudos, o processo de reavaliação, da forma como está regrado nos três órgãos e no Brasil, deve durar em torno de 120 dias, alguma coisa do tipo. Mas nós temos lá um período que é justamente o período em que estamos vivendo nesse nosso processo de reavaliação, que é um período em que o órgão... O processo se inicia com os órgãos solicitando aos registrantes todos os estudos novos que existam a respeito dos fenômenos que estão sendo investigados, sejam eles toxicológicos, ou ecotoxicológicos, ou mesmo de eficiência agrícola.

Quando as empresas apresentam esses estudos, o órgão ambiental pode se sentir satisfeito e concluir o processo ou pode exigir novos estudos. Foi o que aconteceu. Nessa exigência de novos estudos, as empresas necessitaram contratar estudos de campo, que é o caso desses estudos de resíduos. E os laboratórios... E, como são estudos de campo, nós temos de pegar época de floração, época de plantio, etc. Então, nós vamos pegar praticamente uma safra, um ano agrícola para desenvolver esses estudos. Os estudos já estão sendo desenvolvidos. Alguns deles. Os protocolos já estão sendo estabelecidos. E a previsão de conclusão é dezembro, final do ano. Outubro de 2014, devem estar terminando os estudos. Nós vamos recebê-los, aí dar sequência ao processo de avaliação, que é avaliar os estudos, nos reunirmos com os outros órgãos responsáveis pelo processo de reavaliação e apresentar a conclusão, que, depois, é submetida à audiência pública e, finalmente, depois publicada, como resultado da reavaliação, o que pode levar a uma restrição desses produtos, pode levar à restrição de uso, de cultura, de dose e até mesmo ao banimento. Mas a gente está entendendo que o mais provável é que haja restrições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Márcio, esses laboratórios são contratados pelo Ibama ou pelas empresas?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Não. Pelas empresas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pelas empresas que operam nas áreas, sejam produtores de algodão, produtores de arroz, produtores...

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Não, não. Pelas empresas registrantes dos produtos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dos produtos.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – São eles que defendem seus produtos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dos defensivos. São elas que trazem a análise técnica e científica a respeito disso.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Essa é a primeira coisa.

A outra questão que eu queria saber do senhor é sobre os percentuais sob a influência da participação da polinização, da abelha polinizadora no processo produtivo, na média mundial, é 70%. Na Europa, 84%. No Brasil, existe uma estatística sobre isso? Qual é o percentual?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Existem alguns trabalhos. Há um trabalho publicado. O Ministério do Meio Ambiente tem, dentro da Secretaria de Biodiversidade, um trabalho financiado pelo JEF, o fundo mundial de meio ambiente, que trabalha especificamente com polinizadores. Eles têm um trabalho publicado. Está disponível na página do Ministério do Meio Ambiente, em que há dados brasileiros já levantados. Muitos desses pesquisadores foram pesquisadores que nos auxiliaram.

Eu fico devendo maiores detalhes, porque, como eu trabalho na área de substância química, eu não estou praticamente trabalhando com as abelhas em si. Agora, essas informações existem, não no nível de detalhe que a Europa tem, mas nós já temos levantamentos no Brasil em relação a isso. A fruticultura brasileira, por exemplo, está em torno de 90% a importância dos polinizadores. E algumas culturas nós temos perda de... A fecundação é mista, ação mecânica e ação biológica. Então, já se tem estudo no Brasil para café, por exemplo, sobre o polinizador. É em torno de 40% a perda de produção quando não se tem polinizador biológico.

Não sei, Senadora, se consegui lhe esclarecer.

Passaria à segunda questão, que é a do algodão, dizendo o seguinte: naquela ocasião, a nossa preocupação toda é com a defesa dos polinizadores. Qual é o problema com o algodão?

Primeiro, nas outras culturas, o que conseguimos fazer? Mantivemos a janela de proteção do período de floração, que é o período de visitação dos polinizadores da cultura, e liberamos a aplicação aérea ainda sob algum risco, mas até o final da conclusão dos estudos que estamos exigindo do processo de reavaliação.

Qual é a dificuldade de fazer a mesma coisa com o algodão? É que o algodão tem um período de floração que praticamente dura a cultura inteira. Ele é muito grande e pega o período de aplicação aérea dos agrotóxicos. Então, há uma dificuldade em se estabelecer uma segurança maior em relação à visitação de polinizadores na cultura. Nós ficamos inseguros em relação a liberar a aplicação aérea no algodão, sob pena de causarmos um prejuízo aos polinizadores.

O que se fez naquela ocasião? Liberamos para uma safra que era o tempo necessário para – e, aí, ficou a encargo do Mapa coordenar esse trabalho e, depois, o Dr. Rangel poderá explicar melhor – se fazer um trabalho de levantamento, porque temos produtos substitutos, e já entra um pouco na resposta da questão do impacto. Quer dizer, temos produtos substitutos registrados para aplicação aérea, como inseticida. No caso do algodão, para algumas pragas, chega-se a ter 80 produtos registrados, além dos neonicotinóides.

Então, os neonicotinóides não são os únicos produtos que existem para fazer o combate dessas pragas específicas, e essa é a nossa dificuldade também. Havendo produtos alternativos, por que é que não posso restringir? Esse é um estudo que ficou a encargo do Mapa coordenar com a participação de entidades de pesquisa, Embrapa e outras, para tentar delimitar exatamente, primeiro: os substitutos são suficientes? Não são? Segundo, que técnicas alternativas eu tenho de manejo que poderiam proteger mais os polinizadores?

Com base nesses estudos é que vamos rever a nossa posição, quer dizer, vamos manter a janela? Podemos suprimir a janela de aplicação? Então, não temos ainda esses elementos para a tomada de decisão. O Dr. Rangel vai poder explicar isso com mais propriedade.

Votando à questão do impacto, o nosso grande problema em relação a essa questão é o do regulador de uma maneira geral. Nós temos um papel de zelar por um bem público, que é o meio ambiente, no caso do Ibama, naturalmente a Anvisa está aqui com o papel de saúde pública e o Mapa com um papel de garantir a produtividade do setor. Nós três temos uma interface em comum de trabalho muito grande e, por isso, trabalhamos em conjunto, mas são olhares específicos para a questão.

Do ponto de vista ambiental, a grande dificuldade que temos de meio ambiente no Brasil, de uma maneira em geral, é a ausência de conhecimento do meio ambiente brasileiro. Nós temos uma biodiversidade muito grande, que não existe na maior parte dos países do mundo. Essa biodiversidade nos garante uma alta produtividade por um lado e, por outro lado, tanto agrícola como industrial e de serviços. Temos que lembrar – eu

digito isso sempre – que não há atividade econômica que prescindir de recursos naturais, de meio ambiente. Então, temos que ter um cuidado muito grande em relação a administrar, a fazer a gestão desse bem ambiental que temos. E a dificuldade é: como se faz gestão com pouco conhecimento?

Nós não conhecemos, sequer, todas as espécies de abelha nativas que existem no Brasil. Não conhecemos e, a toda hora, está-se descobrindo espécie nova, com comportamento novo, com importância ambiental diferente, com prestação de serviço ambiental que não era conhecido. Então, a grande necessidade que o País tem é investir em pesquisa. Nós temos uma carência muito grande e isso leva a área ambiental a atuar sempre um pouco no escuro. Então, somos criticados por sermos, às vezes, rígidos demais por abusar do princípio da precaução, mas o princípio da precaução veio justamente nesse sentido, quer dizer, quando não se tem conhecimento e se tem uma situação de risco, deve-se agir em nome da precaução.

Eu diria que esse é o drama que nós vivenciamos no nosso dia a dia e o Ibama tem se valido dos seus parceiros e dessa discussão pública de entender o problema do produtor, de tentar equilibrar os interesses do ponto de vista de preservação de desenvolvimento econômico para que a gente possa não parar o País e, ao mesmo tempo, não perder o nosso futuro. Então, eu diria que não consigo lhe responder a não ser dizendo: “Olha, nós ainda precisamos avançar muito em pesquisa, em conhecimento do nosso ambiente brasileiro”. A brincadeira que faço sempre: “A gente sabe manejar eucalipto, a gente sabe manejar pinus, e é um absurdo que a gente faça floresta plantada com espécie exótica, como nós, certamente, temos aqui espécies nativas com muito mais capacidade de adaptação, de produção...”

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Márcio, justamente, não é pelo excesso do controle que nós não difundimos as nossas variedades naturais, as nativas, para uma atividade comercial? Por exemplo, não há pesquisas para o pinheiro, pinheiro-do-paraná, para a araucária, é um absurdo isso, e justamente por esse fato: tem florestas enormes no Paraná, no entanto tem centenas de variedades, tem uma delas no meio, que está em extinção, e tem uma delas que tem a maior parte das árvores. Como você não consegue identificar qual é a variedade que está em extinção, você não consegue, talvez, a pesquisa.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Essa é uma discussão que merece ser aprofundada, eu diria. Nós temos, inclusive, dentro da área ambiental, dentro do Ibama, visões distintas disso. Só para ilustrar e, concordando com a sua tese, numa au-

diência que eu participei aqui, estava o representante da Federação de Apicultura e ele me disse: “Olha, o Ibama restringe a criação de abelhas sem ferrão. Eu só posso ter quarenta enxames; a partir de quarenta enxames, eu tenho que ter licença ambiental”. Aí, eu perguntei para ele: E aí, para a abelha africana também, há essa exigência? “Não, para a abelha africana não há. Essa exigência só existe para abelha nativa”. Agora, no interesse da preservação, é muito mais interessante que a gente crie abelha nativa para a produção de mel do que abelha exótica, não é? Isso vale para todas as outras espécies. Agora, é preciso que haja, primeiro, segurança de parte do regulador para a tomada de decisão em relação a isso e, segundo, entendimento da atividade econômica, da importância econômica que esses bens naturais têm. Agora, de fato, é uma discussão que transcende, aqui, esse fórum, eu já roubei eu acho que muito tempo dos meus colegas e vou pedir licença para deixar essas questões no ar, porque eu acho que esta Casa tem muito mais condições de realizar este debate e nós agradecemos se este debate for realizado e nos trouxer subsídios para o trabalho.

Muito obrigado mais uma vez. Eu agradeço e vou me retirar a hora que for necessário, vou acompanhar o que for possível e agradeço desde já o convite, fico à disposição no Ibama em outras ocasiões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Gostaria de agradecer a explanação do Dr. Márcio e, dando sequência, eu vou conceder a palavra agora à representante da Anvisa, Sr^a Ana Maria Vekic.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tem a palavra a senhora, por favor.

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Obrigada, Senador Benedito de Lira, bom dia aos demais colegas da Mesa, Senadores. Agradecer o convite, eu acredito que a gente tenha pouco a contribuir nesse processo, a gente é um dos entes dessa cadeia de avaliação de agrotóxicos; como o Márcio comentou, cada um tem o seu enfoque, o nosso enfoque aqui é de saúde pública, então a minha apresentação vai se restringir um pouco a nossa atividade, e eu acho que, realmente, o ponto forte foi a apresentação do Márcio. Isso aqui é só para citar que o que pressupõe a nossa atividade foi estabelecido nesta Casa, na Câmara, algumas normas complementares de cada um dos órgãos, algumas normas conjuntas, mas estão baseadas, a Lei nº 7.802 e o Decreto nº 4.074 são os nossos guias primordiais na avaliação, qual é a nossa atividade na gerência geral de toxicologia, que é a gerência que está envolvida na avaliação de agrotóxicos. Então, a gente vai regular,

avaliar, controlar e inspecionar agrotóxicos e outras substâncias químicas de preocupação toxicológica.

Outros processos importantes da nossa gerência é a reavaliação de agrotóxicos, que eu posso mencionar que é uma atividade que, apesar de ter um volume menor, nos consome muito, porque aí que a gente tem que estar à luz do conhecimento atual, a gente tem que ser capaz de discutir muito para uma tomada de decisão, porque, à medida que você concede um registro, você cassar um registro é muito difícil. Então, é onde consome muito da nossa atividade, a capacitação dos nossos técnicos, que tem que ser constante, hoje mesmo eu estou deixando de assistir a uma defesa de dissertação de mestrado de um dos nossos colegas que está trabalhando com modelo de estrutura e atividade, que é para a gente diminuir o sacrifício de animais, então, consome mesmo a nossa atividade, tanto na análise desses processos de reavaliação, porque não é fácil essa tomada de decisão, como no conhecimento que a gente tem que estar atualizado a todo o momento.

Outra questão que eu acho importante falar, que o nosso Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, o Para, ele é um programa que já está no seu 13º ano, eu acho que é um grande ganho para a sociedade e nos permite avaliar aquilo que a gente coloca no mercado como que está sendo aplicado, se está sendo aplicado adequadamente.

E também um programa de assistência das ações de toxicovigilância, que são a Rede Nacional dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica, que é coordenado pela Anvisa em conjunto com o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz.

Bom, como funciona o registro? De acordo com a Lei nº 7.802, nós temos três órgãos aqui envolvidos nesse processo de avaliação, cada um dos quais dentro da sua área de competência, cada um dos quais pode emitir sua opinião, a opinião é decisiva, individualmente de cada um dos órgãos, devido à importância desses três segmentos isolados – meio ambiente, saúde e agronomia, do ponto de vista de eficácia, do ponto de vista de saúde humana e o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, em função das implicações ambientais que esses produtos têm, pela forma de uso e pela contaminação difusa.

O resultado do pleito é a concessão de um registro, esse registro não tem temporalidade, é sem validade. O produto vai para comércio, com base nos dados que a gente tem de monitoramento ou alertas internacionais, ele pode ir para uma reavaliação e, dessa reavaliação, a gente pode ter como resultado uma série de questões que podem ir desde a restrição de algumas formas de aplicação, alguns equipamentos,

restrição total do produto, restrição parcial de algumas culturas. Enfim, esse processo de reavaliação pode chegar a várias decisões diferentes.

Para que a gente possa avaliar esses produtos, a gente tem que estar fundamentado em metodologias internacionalmente aceitas, essas metodologias são discutidas principalmente no âmbito da OECD, elas nos permitem comparabilidade, reprodutibilidade, avaliação de pontos que a gente considera relevantes, tanto do ponto de vista de saúde quanto de meio ambiente, e a uniformidade de tratamento, que é outra questão extremamente importante para nós.

Esses estudos, como o Márcio comentou antes e a Senadora Ana Amélia perguntou, são realizados, patrocinados pelas empresas que requerem o registro, o ônus da prova para comercialização é de quem produz, e, para que esses estudos tenham qualidade, eles têm uma metodologia, um *gardline* adequado, e eles são executados com boas práticas de laboratório, o que nos permite acompanhar um estudo, acompanhar a qualidade do laboratório, o desenvolvimento do estudo, o que nos permite rastrear dados. Enfim, é uma ferramenta importante para nossa tomada de decisão.

Novos protocolos – que aí é o caso muito do que o Márcio está falando, de abelhas, é o que vem se discutindo muito no âmbito da organização da OECD, como eu falei –, e eles têm que ser harmonizados internacionalmente, porque eles têm que ser reproduzidos em todos os países.

Do ponto de vista toxicológico, muitas vezes a gente necessita de estudos que não têm desenhos adequados e, portanto, não são feitos em boas práticas de laboratório, e esses estudos, por sua vez, precisam ser desenhados, ter sua metodologia aprovada pelos órgãos que vão avaliar depois, para saber se eles nos permitem alguma conclusão realmente e provar aquele ponto que se espera que seja positivo ou negativo.

Bom, para a nossa avaliação, a gente avalia os produtos formulados, aqueles que vão a campo, e os produtos técnicos.

Aqui eu falo dos produtos formulados, a gente tem uma gama de estudos, são seis estudos que a gente fala, um pacote de seis dados, que vão nos dar condição de dar segurança ao aplicador do produto, especificamente. Esses dados nos permitem, então, classificar toxicologicamente o produto em quatro classes e nos permitem indicar equipamentos de proteção individual para o aplicador e equipamentos de aplicação. E aí entra um pouco do que o Márcio fala aqui, da restrição que a gente teve da aplicação aérea, a gente também pode ter restrições do ponto de vista de aplicação para o usuário do produto. E, nesse ponto específico, eu gostaria de fazer um comentário, porque

eu acho que há uma necessidade muito grande de a gente evoluir no que diz respeito a equipamentos de aplicação. Por que há essa necessidade? A gente teve uma audiência pública na Câmara, há uma semana, por conta daquela aplicação aérea em Goiânia, que foram contaminadas 42 crianças, e isso é um problema muito grande, porque quase 50% do produto que é aplicado não chega ao seu alvo biológico mesmo. Então, muito vai ser colocado no solo, que pode contaminar lençol freático, muito dele vai sumir por deriva, ou muitas vezes ele não chega ao alvo que está escondido debaixo da folha ou que está na raiz. Então, 50% praticamente do produto se desperdiçam. Do ponto de vista do usuário desse produto é um custo muito alto e do ponto de vista toxicológico e ambiental mais alto ainda.

Com base nesses estudos, com base no produto formulado, também definimos o limite máximo de resíduos que é permitido em cada alimento e que se espera não causar nenhum problema à população que vai consumi-los ao longo da sua vida.

Nós temos também os estudos de mutação gênica e cromossômica, que são estudos restritivos que podem banir o produto se eles forem positivos.

Do ponto de vista de curto prazo e de longo prazo, aqui tenho os estudos que são realizados. Curto prazo com roedores e não roedores; longo prazo e carcinogenicidade; neurotoxicidade, que é um dos pontos geralmente importante e relevante para os inseticidas, que é onde eles atuam nos insetos. Então no ser humano também é uma relevância muito grande. Estudos de reprodução e prole; estudos de efeitos teratogênicos que possam causar problemas nos fetos e nas novas gerações. Esses estudos: mutagênese, reprodução e prole e efeitos teratogênicos são estudos muito caros para nós, porque podem comprometer a população ao longo do tempo. Isso pode ocorrer com abelhas também.

Existe um fenômeno hoje que tem nos preocupado bastante. Porque toxicologicamente falando os estudos têm uma curva de dose e resposta e é uma curva conhecida. E hoje o que estamos encontrando para algumas substâncias é que, no início dessa curva, em concentrações muito baixas, quando a substância é aplicada por um período muito longo, temos efeitos muito severos, e é em longo prazo. Isso é um comportamento toxicológico e ambiental novo para nós, para algumas substâncias em específico.

Quando elas começam a ser administradas em concentrações mais altas, passamos a não ver problemas. Mas em concentrações muito baixas você tem problemas sérios. E esse é um desafio ao conhecimento, é uma questão nova e que vem se estudando muito e que pode ter uma particularidade também com essa questão que está ocorrendo com as abelhas.

Outra questão que pode se levar a alguma plausibilidade de discussão são os efeitos mutagênicos. Pode estar havendo uma alteração num gene dessas abelhas que está causando todo esse problema. Para um desses produtos em específico temos encontrado em alguns casos resultados positivos em um dos estudos de mutagênese. Isso já nos demandou no âmbito da saúde a uma investigação desses estudos, a um acompanhamento desses estudos em laboratório para saber o que realmente estava acontecendo. Só que não conseguimos definir isso como um produto mutagênico mesmo.

Aqui temos as características de proibição do registro. A inexistência de um método do ponto de vista toxicológico falando. A inexistência de método, desativação, antídotos e tratamento para o produto. Efeitos de mutagenicidade, que são esses de que falei. Se comprovados em procariotos e eucariotos estudos de carcinogenicidade também, se positivos, eles impedem o registro. Teratogenicidade. E agrotóxicos que causem desregulação hormonal.

Avaliação dos dois produtos – do técnico, que é aquele que é produzido na indústria, e do formulado – nos permite então chegar à avaliação do risco dietético e avaliar se a população vai poder se expor a esses produtos.

No caso específico de neonicotinóides, vou falar de dois aqui em geral, a cetamiprido e midacloprido, que têm um modo de ação semelhante, outros também. Estritamente do ponto de vista clínico, a absorção sobretudo é digestiva, mas também é cutânea e respiratória para todos esses produtos. Os sinais clínicos são congestão ocular, pouca alteração na pele. Eles podem causar depressão do sistema nervoso central, como eu falei para todos os inseticidas isso é muito comum, menos do que outros grupos químicos eles são mais favoráveis do ponto de vista toxicológico que alguns outros químicos. Eles podem causar confusão, desorientação, euforia, perda de controle, visão embaçada, visão dupla, cólicas abdominais, dor de cabeça, palidez, incoordenação ocular, eles podem levar a movimentos rápidos e involuntários do globo ocular, tremores, espasmos, alterações respiratórias e convulsões. Isso no caso de exposições agudas dos aplicadores. E são sinais que descrevemos em bula para serem identificados pelos profissionais de saúde, mas, como eu digo, em caso de intoxicação grave. Existe a suspeita de provocar alterações cromossômicas, mas não comprovada. Temos pesquisado isso, acompanhado, e não se comprova a necessidade de uma reavaliação mais profunda em função disso.

Quando vamos reavaliar um agrotóxico? Como o registro do agrotóxico não tem prazo de validade,

a exemplo de medicamentos e outras substâncias, vamos reavaliar, abrir esse processo de reavaliação que o Márcio comentou, quando houver evidências científicas que possam demonstrar algum problema do aspecto toxicológico, não identificados durante o momento da avaliação, porque depois que esses produtos começar a ser utilizados, ou então que a ciência venha descobrir novos *endpoints* e eles passam a ser comunicados e registrados, temos que encaminhar o produto para uma reavaliação.

Como falei, as motivações são os resultados que temos tanto do programa de análise de resíduo de agrotóxico em alimentos, como dos dados do Centro de Informação e Assistência Toxicológica, de intoxicações, e as suspeitas da Academia mesmo.

No caso do específico dos neonicotinóides, que é um dos grupos mais comentados, por isso que trouxe aqui, temos monografias para acetamiprido, clotianidina, desse grupo químico, e imidacloprido e tiametoxam.

Estabelecemos uma classificação nessas monografias, a ingestão de área aceitável, quais são as culturas, a modalidade de emprego em que é aplicado – e essa modalidade de emprego, que resalto, tem muito a ver com a questão de resíduos do que qualquer outra coisa – e intervalo de segurança. Todos esses produtos também têm autorização para uso domissanitário. Aqui é só um exemplo de uma das monografias. É um imidacloprido, é uma série de culturas que são autorizadas e essas monografias estão no *site* da Anvisa.

Aqui é só para deixar a apresentação. Depois, se quiserem, é onde temos as nossas informações no *sítio* eletrônico da Anvisa.

Obrigada a todos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Pela ordem, Presidente. Como só tenho uma questão para a Dr^a Ana Maria, acho que posso falar e ficar liberada, Dr^a Ana Maria, agradecendo a sua exposição. É sobre a questão que a senhora expôs sobre os efeitos do neonicotinóide, como agente. Queria saber quantos por cento dos defensivos agrícolas liberados pela Anvisa usam o neonicotinóide como agente ativo na sua formação.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Posso te ajudar?

A SR^a ANA MARIA VEKIC – Por favor, porque não tenho esse dado.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Nós fizemos um levantamento não do...Porque temos grupos por tipologia de agrotóxico. Temos os herbicidas, os fungicidas, os inseticidas e, naturalmente, existem produtos que têm funções, às vezes, em mais de uma dessas tipologias. No caso dos neonicotinóides, o Ibama levantou do ponto de vista de

comercialização, não de registro, mas o quanto eles são comercializados no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Melhor, porque é a parte prática, é o que está em uso, melhor.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – E atende a sua dúvida. Esses produtos vinham tendo um consumo dentro da classe de, dentro de inseticidas eles significavam menos de 5%, aliás, dentro da classe de agrotóxicos eles significavam bem menos do que 2% dos agrotóxicos consumidos no País. Quando abrimos na classe inseticida, eles vinham tendo um consumo da ordem de 5%, 6%, até 2009, 2010. Em função de restrições a outros produtos, eles foram ganhando espaço no comércio, até pelo tipo de ação que eles têm, que é uma ação sistêmica, que acaba levando a uma necessidade de número de aplicações menores do que outros produtos. Então, isso atraiu também os agricultores, no sentido de uma certa economia no uso desses produtos.

Isso levou, então, a patamares que hoje estão beirando em torno de 12% a 15% dos inseticidas consumidos no Brasil. Isso para esses quatro que estão em reavaliação no Ibama, quer dizer, os três neonicotinóides – imidacloprido, tiametoxam e clotianidina – e o fipronil, que é um inseticida que não é do grupo dos neonicotinóides, mas por sua ação aguda – aí já é um pouco diferente – ele está sendo reavaliado pelo Ibama.

Não sei se isso lhe atende, mas o Ibama deve estar publicando agora, ainda este mês, a atualização do relatório de 2012. Vai ser possível, na página do Ibama, acessar esses números de comercialização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Márcio.

Drª. Ana Maria, a senhora abordou um tema, entre todos os relevantes, que me chamou a atenção: é eficiência na aplicação. E isso tem dois aspectos: o aspecto ambiental e o aspecto econômico, porque se você usa e perde o produto, você está jogando dinheiro fora. E, do ponto de vista até do aplicador, ou do comprador, ou do produtor, eles estão perdendo e ainda podendo contaminar o ambiente.

Então, o que sugere a senhora como técnica a ser feita, ainda que como informação? Quem deve fazer essa mudança de paradigma na eficiência da aplicação desses defensivos?

A SRª ANA MARIA VEKIC – O que me ocorre aqui, Senadora, é que, primeiro, a pesquisa tem que trabalhar seriamente nisso. Acho que temos alguns centros de pesquisa no País que já trabalham com isso, mas a pesquisa tem que ser estimulada e muito.

Além disso, credito uma grande responsabilidade ao nosso órgão de normalização no País, que é o In-

metro. O Inmetro deveria atuar talvez em um programa específico – isso é uma opinião pessoal, mas é uma atividade do Inmetro –; e ele deveria fazer um programa voltado a esse tipo de equipamentos de aplicação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada; obrigada Presidente.

O SR. PRESIDENTE. (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço a exposição da Drª Ana Maria e, dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Registro de Agrotóxicos.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado Senador; obrigada Senadora pela convocação. Algumas perguntas que a senhora já fez eu vou tentar também abordar aqui na minha explanação. A minha exposição vai ser mais curta, Senador, só para tentar contextualizar isso aí.

A ideia da minha apresentação especificamente é tentar atualizar os senhores sobre o que tem sido feito desde o momento em que foi startado o processo de reavaliação do Ibama e tudo o que o Ministério da Agricultura, junto com os seus órgãos parceiros, principalmente a Embrapa, tem tentado fazer em termos de busca para esclarecer essas questões e manter a agricultura no seu patamar de produtividade. Então, a ideia era mais ou menos essa.

Lembro que já fomos chamados a esta Casa algumas outras vezes para tentar esclarecer, mas hoje já estamos com essa situação basicamente acomodada nos ministérios.

Iniciando o contexto, eu queria deixar claro, obviamente, que não há divergência nos três ministérios com relação à legitimidade do Ibama em fazer o processo de reavaliação. A legislação de agrotóxicos hoje deixa clara essa competência do Ibama, a competência do Mapa e a competência da Anvisa nessa visão plural sobre os defensivos, os agrotóxicos. Então, entendemos que é legítima, obviamente, essa busca pelo Ibama na questão da reavaliação.

É óbvio que medidas cautelares, como foi o caso do Ibama no que se refere à área, têm um impacto significativo no processo produtivo. Existem contratos sendo feitos. O sistema produtivo que adotamos no Brasil hoje é de larga escala em culturas *commodities*, como soja, algodão, cana, e vão receber um impacto significativo quando você toma medidas restritivas, a exemplo da aplicação aérea. Então, isso nos levou a fazer um debate com o Ibama, tentando achar o melhor caminho para trabalhar essas medidas mitigatórias e preservar o processo produtivo que nós temos.

Acho que foi muito oportuna, Senador, essa sua colocação sobre a diferença da economia, porque o Ministério da Agricultura não trata apenas com a

questão técnica da agronomia – claro, essa é a nossa tônica primária dentro da minha coordenação –, mas estamos sempre com a ótica também da viabilidade econômica desse processo. Portanto, existe uma linha muito tênue entre o fato de o produto funcionar plenamente e ele ser viável. É o que chamamos de eficiência e praticabilidade agrônômica. Ser eficiente é simplesmente matar a praga; ser prático é, de fato, conseguir que o produto seja utilizado no campo com o efeito que o agricultor persegue.

E queria deixar claro que, em último caso, a praticabilidade deve envolver também as preocupações de saúde e meio ambiente, porque, uma vez que haja riscos inaceitáveis à saúde ou ao meio ambiente, esse produto deixa de ter características de praticabilidade. Assim, isso faz parte da missão do Mapa como órgão registrante, inclusive, homologador final dessas substâncias dentro do Governo.

Então, fizemos tudo o que foi possível para gerenciar as medidas para a safra 12 e 13.

O Dr. Márcio foi muito feliz em responder às questões, principalmente do Senador Acir Gurgacz no que diz respeito especificamente à cultura do algodão – eu queria fazer menção, especificamente, à cultura do algodão. Para todas as demais culturas, foi possível, dentro de uma ótica técnica, fazer o gerenciamento do que é possível, do risco em relação à aplicação desse produto. Para a cultura do algodão – eu me sinto confortável em dizer, porque fui pesquisador da Embrapa Algodão no começo da década de 2000 – é extremamente mais complexo fazer o manejo. Hoje, fazemos cerca de 20 aplicações de defensivos, especificamente inseticidas, para manter a cultura protegida das diversas pragas.

As características da agricultura nacional, então, trazem esse risco. É uma cultura que vive em uma linha muito tênue entre a viabilidade econômica ou não. Temos uma flexibilidade em termos de área plantada no Brasil, que chegou a 1, 5 milhão de hectares. Nas safras passadas, eram 800 mil hectares. Ou seja, a incerteza do produtor de algodão é muito grande em relação aos seus riscos. E não são riscos só econômicos, em termos de Bolsa etc. São riscos em relação às suas pragas. Então, ela carece de uma avaliação específica, e temos feito isso com a Embrapa Algodão e outros pesquisadores dessa área com a finalidade de manejar especificamente a safra de algodão, porque realmente ela é muito mais complexa, envolvendo os neonicotinóides.

Os neonicotinóides especificamente são produtos – vou comentar com vocês – que têm uma ação sistêmica residual. Ou seja: uma vez aplicados, eles têm um residual de até 45 dias. Isso dá uma janela de oportunidade e de conforto para o agricultor mui-

to grande. Já os organofosforados, por exemplo, que são substitutos óbvios dos neonicotinóides, têm uma degradabilidade muito grande no meio ambiente. Então, o número de aplicações tem que ser maior. Isso inviabiliza economicamente a aplicação para controle de pragas. Então, esse manejo é extremamente sutil e complicado para o agricultor. Assim, a cultura do algodão é atípica.

Para a cultura da soja, da cana-de-açúcar e todas as outras, foi possível, dentro de uma relação simbiótica entre meio ambiente e agricultura, fazer as restrições necessárias.

Então, como eu estava citando no exemplo, existem diferenças de custo. Quer dizer, em um produto mais moderno e mais tecnológico, reduzo o número de aplicações, mas ele é mais caro. Obviamente as doses são menores, e, na relação custo/benefício da aplicação desse produto, ele acaba sendo mais interessante para o agricultor. Outros produtos que têm efeito também, que são eficientes dentro dessa lógica, acabam tendo um número de aplicações até maior. Isso dentro do que está previsto no regulamento de rótulo e bula. Na hora do desespero, quando se está perdendo a safra, acaba se fazendo até mais aplicações do que essas. Então, é um risco inclusive regulatório e legal que o agricultor acaba correndo quando assume um número de aplicações acima do que está previsto na rotulagem do produto.

Obviamente, eu não poderia deixar de citar a questão do manejo integral de pragas. A integração entre os ingredientes ativos é fundamental para que se atinja o custo de produção. Em determinados momentos, isso fica inviável. Tenho recebido cartas, inclusive dos produtores de algodão, dizendo que não vão plantar algodão este ano devido ao risco que eles têm na falta de uma política agrícola. Quando falo em política agrícola, falo *lato sensu*, Senadora, não apenas de defensivos. Existe o crédito, o seguro etc, mas os defensivos acabam sendo fator limitante inclusive para a decisão de plantar ou não determinadas culturas.

Os trabalhos que foram desenvolvidos neste ano, desde julho até agora, foram, em comum acordo entre Ibama e Ministério da Agricultura, uma avaliação do impacto das principais culturas, ou seja, tentou-se definir como é o manejo, tentou-se entender a fenologia dessa cultura e entender onde esses produtos se encaixariam dentro do manejo. Fizemos isso dentro do que foi possível. E, aí, valendo-me inclusive das dificuldades que o Márcio tem, tenho trabalhado pessoalmente na questão das abelhas. Tenho sido o líder, dentro do Ministério da Agricultura, nessas questões, tanto pela importância do tema quanto pela falta de estrutura que temos. Percebo que existem vácuos téc-

nicos muito grandes. Temos que pesquisar, temos que ir atrás das pesquisas para desenvolver. Então, não conseguimos, nos seis meses que nos foram dados, atingir todos os objetivos propostos. Então, ainda falta, por exemplo, um diagnóstico mais claro dos problemas reais. Precisamos mensurar os impactos de percepções. Recentemente, através de próprios documentários de televisão, identificamos que existem acidentes ocorrendo em diversas regiões do Brasil, com aplicações de produtos em áreas ao lado de regiões apícolas. Esses acidentes existem, precisam ser mensurados.

Existem também os casos das relações não intencionais da presença de apicultores e agricultores. Então, precisamos entender melhor como isso funciona. A indústria, através da coordenação do Ministério, tem desenvolvido ações técnicas, através de questionários e diagnósticos, para tentar entender onde estamos pisando, para saber onde temos que envidar os nossos poucos recursos.

Houve discussão acadêmica e ampla dentro de um *workshop*, principalmente com a questão da Embrapa. Sabemos da pujança, do valor que a Embrapa tem hoje para a pesquisa agropecuária, em todos os sentidos. Então, estamos envolvendo diretamente a Embrapa e todo o sistema de pesquisa com as universidades.

Este aqui é para que vocês tenham uma noção – costume colocar isso porque é ambíguo. Numa visão leiga, parece que não é um problema, afinal de contas, temos dezenas de marcas comerciais de produtos registrados para determinadas pragas. Então, por que não restringir ou aceitar restrição, já que isso é um problema para o meio ambiente? O que venho ressaltar é que, apesar do número de produtos registrados, nem sempre esses produtos estão, a todo momento, à disposição do agricultor. Além disso, o Ministério da Agricultura não pode prescindir de determinada tecnologia – e está se falando de um grupo químico –, porque temos que preservar o manejo integrado. É exatamente isso que vou comentar com vocês.

Então, na reavaliação agronômica que suscitou esse processo, lembro aqui que, no meio do ano passado, argumentamos que nessa tabela existiam dezenas de produtos substitutos aos neonicotinóides – essa é uma argumentação de Governo, de agrônomos que estão na mesa, de reguladores. Então, por que não os agricultores usam outros produtos que não os neonicotinóides? A resposta taxativa: esses produtos não funcionam. Esse é um gatilho regulatório que temos no Governo. Uma declaração com essa intensidade leva o Governo, é um indício que vai levar o Governo a fazer a reavaliação agronômica desse produto, e isso está previsto.

Só que há um problema. Diferentemente da saúde e do meio ambiente, em que a reavaliação é pontual, é específica para uma substância; para a agronomia, você tem que reavaliar o alvo biológico, não necessariamente o produto. O produto, em si, funciona. Você faz um teste em laboratório e verifica que o produto mata a praga. Então, existem relações ambientais, na questão do ambiente agrícola em que está inserida, que precisam ser colocadas.

Essa etapa passou a ser obrigatória a partir dessa declaração dos agricultores acerca da eficiência. Eu não tinha uma metodologia definida sobre isso, não posso usar a mesma metodologia dos colegas de saúde e do meio ambiente. Tive de desenvolver, então, essa metodologia com os nossos pesquisadores. Estamos construindo esses conceitos. Não consegui fazer até o final do semestre, como era previsto, mas imagino colocar isso ao público até o começo do mês de setembro. O conceito específico é a questão da suplementação de controle, ou seja, a questão do manejo integrado.

Então, não há, por exemplo, uma visão antecipada do Ministério de que vai haver restrição ao uso de neonicotinóides ou de organofosforados, ou de piretróides, ou de qualquer outro grupo químico porque eles são ineficientes, e sim porque eles precisam, no contexto, de outras ferramentas de manejo. O indicativo inicial é que acreditamos que essa visão de ineficiência se deve aos fatores de resistência genética que essas pragas têm adquirido aos produtos, pelo uso intenso ao longo dos anos.

Eu queria citar, Senadora, uma questão que tenho chamado de paradoxo regulatório, inevitável nesse processo e que acaba assolando, obviamente, o Ministério da Agricultura e os agricultores. O processo de reavaliação existe e é legítimo, tanto da Anvisa quanto do Ibama. Obviamente, as visões desses dois órgãos são em função das suas missões institucionais, tanto de saúde, quanto do meio ambiente. Tivemos um processo de reavaliação de dois organofosforados, recentemente, tanto do metamidofós, quanto do acefato, por motivos óbvios de toxicidade aguda aos agricultores. Tivemos restrição desses produtos.

Houve um processo de avaliação de outro produto chamado endosulfan. Eu queria deixar claro que o processo foi legítimo, foi dentro do que está regulamentado hoje na legislação de mais moderno. O Ministério participou do processo de avaliação, concordamos, à época, pela proibição dessa substância, em função dos riscos serem maiores do que os benefícios que seriam trazidos. À época, ficou claro que, para a substituição desses produtos, o que tínhamos no mercado, em termos de compensação a esse risco que estava sendo colocado pela Anvisa, eram os neonicotinóides em

mistura com os piretróides. Quando chamo de paradoxo regulatório, falo que as pragas existem, assolam a nossa agricultura, temos, para controle, basicamente...

Existem outras substâncias mais modernas, inclusive, mas eu queria ressaltar basicamente essa dicotomia nesses dois grupos. Se um é proibitivo no meio ambiente e o outro é proibitivo para a saúde, existe uma proibição de um lado e a proibição do outro. E quem acaba sendo proibitivo é a própria agricultura, porque, dentro de um paradoxo regulatório, protegemos a saúde, o meio ambiente, mas a agricultura acaba não tendo opções práticas – é uma coisa importante a ser dita – dentro de um contexto para remanejar.

Obviamente não estou fazendo alusão a não condução de reavaliações, nem a não preservação dos conceitos que estão sendo colocado tanto pelos colegas de saúde e meio ambiente, que são legítimos e necessários.

O Ministério tem acompanhado *pari passu* todo esse processo e ele é parceiro de todas essas decisões. O importante é dizer que, no final, para uma regulação saudável do modelo, é relevante que façamos sempre a relação do risco/benefício e fundamentalmente o exercício da mitigação. Quer dizer, é uma etapa necessária para que possamos conviver com tecnologias de risco.

Então, o que tenho percebido tanto nos gestores atuais da saúde quanto do meio ambiente é que eles realmente esperam do Ministério da Agricultura ações pró-ativas no que diz respeito à mitigação, ou seja, o que o Ministério da Agricultura pode oferecer em termos de esforço junto com os agricultores para a mitigação. Respondendo, Senadora Ana Amélia, à sua indagação com relação à eficiência da aplicação aérea, isso é uma coisa que nós perseguido também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Aplicação em geral.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Aplicação em geral. É.

Qual é o conceito? Sabemos que hoje os aplicadores, quer costais, quer tratorizados, quer aéreos, precisam de um acompanhamento de assistência técnica. Temos desenvolvido conceitos de certificação, que é mais ou menos na linha do que a Drª Ana Maria disse. Quer dizer, para os assessorados de equipes técnicas hoje das universidades, faremos selos de certificação sejam os aplicadores aviões ou pulverizadores. E sempre esses provedores vão ser regulados por especialistas para que a aplicação seja mais eficiente possível.

Sabemos hoje que a falta de eficiência seja no transporte, seja na aplicação, é um fator de perda. Temos uma pujante agricultura, mas, se podemos mitigar as perdas, podemos ampliar. Mesmo sem crescer a área agrícola, nós vamos ampliar muito a nossa pro-

ductividade. Então, esse é um conceito que eu queria apresentar. Obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Luís Eduardo, o senhor falou muito *en passant* sobre a Embrapa. Existe nessa área a possibilidade de criar um defensivo orgânico, biológico para o combate a essas pragas?

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Sim, claro que sim. Na verdade, o último defensivo que foi desenvolvido, o último grupo químico que foi desenvolvido para o controle dessas pragas é um grupo químico chamado diamina, é um grupo químico específico, não é biológico. Mas, para você ter uma noção, a toxicidade e a seletividade desse produto é tão interessante, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde, que pode ser a solução dos riscos que a gente tem dos outros produtos.

Já a questão dos produtos biológicos, a Embrapa hoje é uma das referências internacionais do desenvolvimento dessas tecnologias biológicas. Nós temos tentado estimular as empresas. Entre desenvolver uma tecnologia e patentear-la ou publicá-la e transformá-la numa viabilidade econômica, comercial, existe um grande espaço. Então, temos estimulado que as empresas em consórcio com a Embrapa ou com outras entidades de pesquisa peguem essas tecnologias e as coloquem no campo para que elas tenham acesso aos agricultores, mas é perfeitamente viável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Luís Eduardo.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. Leonardo Machado, assessor técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar e parabenizar a nobre Senadora pela iniciativa desta audiência pública tão importante.

Nesse ponto em que estudamos a questão da redução da população das abelhas, confesso que fiquei um pouco confuso com a situação que foi apresentada aqui, porque, quando começamos a trabalhar essa questão, a primeira bibliografia que procurei em relação a isso foi uma publicação do Ibama do ano passado, da pesquisadora da Bahia chamada Maria Cecília. Ela começa a relatar o problema, dizendo que gênese todo esse problema iniciou-se no fim de outubro de 2006, na região da costa leste dos Estados Unidos, onde, a partir daquele momento, começou a haver uma queda na população das abelhas. O fato foi relatado também na Europa, porém em menor grau. E a própria pesquisadora, na publicação, colocou que esse fenômeno passou a ser conhecido como Desordem do Colapso

das Colônias, o CCD, que foi apresentado pelo representante do Ibama.

Ainda de acordo com essa pesquisadora, isso não é uma novidade. Já ocorreram, desde 1869, mais de 18 episódios de mortalidade das abelhas. Nos próprios Estados Unidos aconteceu em 1880, em 1920, em 1960. Então, a gente está diante de um problema que praticamente toda a literatura que foi pesquisada chama de DCC ou CCD, conforme foi colocado.

Precisamos trabalhar um pouco o que vem ocorrendo. Pelo que pude perceber agora, nem sabemos o que vem ocorrendo, qual é o fato que vem causando a mortalidade das abelhas. Por que vem ocorrendo isso? Será que são só os neonicotinóides? Será que é todo um processo? Ainda dentro dessa publicação, a pesquisadora coloca que o DCC, o Colapso das Colônias, tem diversos fatores. Ela apontou um fator bastante interessante: as ondas eletromagnéticas dos celulares. Aí pesquisei e encontrei uma publicação do *Globo Rural* onde há mais de 86 estudos apontando que a morte das abelhas poderia ser causada por telefones celulares. Então, percebemos que existe muita dúvida em relação a esse processo. A pesquisa, nesse caso, vai ser fundamental. Acho que a conclusão do trabalho que estamos realizando na CNA será essa. Agora, com a apresentação que acompanhei aqui, tenho mais certeza dessa situação, acho que a pesquisa nesse processo vai ser fundamental.

Como foi apresentado, existem vários fatores que têm causado. O que acarretou toda a ação do Ibama foi um trabalho da agência europeia de saúde e segurança alimentar que apresentou três neonicotinóides como os principais causadores desse problema. Porém, sabemos que tanto esse trabalho europeu quanto esse trabalho do FDA, da agência americana de agricultura, são trabalhos não conclusivos. Tanto que a agência ambiental americana não tomou medidas restritivas em relação ao neonicotinóides. Muito ao contrário, nesses últimos meses ela registrou um neonicotinóide tipo como de quarta geração, que é um produto que tem uma eficiência maior do que esses que estão sendo trabalhados agora.

A União Europeia buscou a proibição imediata dos três neonicotinóides que a pesquisa demonstrou. Porém, na União Europeia existe tanta discussão que a própria votação não conseguiu maioria absoluta. Ela conseguiu aprovar, apenas, uma restrição para dois anos da utilização desse produto. Estudando um pouco o que ocorreu na União Europeia, a gente observou que não foi um consenso absoluto. Quinze países votaram a favor dessa restrição, oito países votaram contra e houve quatro abstenções. Encontrei um relato do ministro do meio ambiente do Reino Unido mostran-

do que ele não é a favor. O Reino Unido votou contra a restrição dos neonicotinóides na Europa e mostrou que não há evidências científicas que apoiem a medida. Então, mais uma vez, acredito que a pesquisa vai ser fundamental em todo esse processo.

Falando um pouco da atividade apícola no País, percebemos que é uma atividade que vem crescendo. Conversando com o pessoal representante da atividade aqui no DF, de 2009 para 2010, vimos que houve um aumento de mais de 30% na produção de mel no País. Ele ocupa hoje a 11ª posição, passou a ser o 5º maior exportador de mel do mundo. Então, é uma atividade que vem crescendo e se tornando referência no que diz respeito à produção de mel no País.

É importante a gente colocar isso – e vai ser colocado, também, por outras entidades – que existe uma diferença grande na produção de mel nos Estados Unidos, na Europa e aqui no Brasil. As raças são diferentes, as condições climáticas são diferentes. Aqui eu trouxe um exemplo do que é feito nos Estados Unidos, que é a criação em cima de rodas. Os caminhões transportam essa produção de um lado para o outro. A produção no Brasil é praticamente mais fixa.

No ano passado, no mês sete, o Ibama soltou um comunicado proibindo, em caráter cautelas, a aplicação de três neonicotinóides. O que nós chamou a atenção, na época, foi que a proibição antecedeu os resultados de avaliação. Ou seja, sequer estudos foram feitos aqui no Brasil e ocorreu diretamente uma proibição que causou um impacto muito grande naquele momento.

O Ibama considerou o princípio da precaução. Consideramos os efeitos adversos às abelhas associados aos agrotóxicos, observando estudos científicos em diversas partes do mundo e estudos científicos que caracterizam problemas como o Colapso das Colméias. Consideraram a aplicação aérea no resíduo. Aí a gente chama a atenção: por que não teve uma consideração agrônômica do problema naquele momento? Qual foi a consideração econômica que aquela proibição poderia causar? Qual é o impacto disso dentro de uma sociedade? Acho que esse é um processo que tem de ser avaliado, tem de ser estudado. Os órgãos reguladores têm de ter bastante atenção em relação a isso.

Falaremos um pouco dos neonicotinóides, da importância que esses produtos têm na agricultura brasileira hoje. O Rangel colocou muito bem. É uma classe de inseticidas que tiveram origem na molécula da nicotina. Primeiro, foram comercializados na Europa, em 1990, e nos Estados Unidos a partir de 1992. Eles têm particularidades que traduzem sua eficiência, particularidades químicas e biológicas em função da questão de se translocarem dentro da planta e da questão residual. Então, você tem um ganho de efici-

ência no combate ao inseto e também eficiência econômica, que é evitar um maior número de aplicações. Até o momento, ele tinha sido provado como inativo a vertebrados, uma vez que ele tinha um modo de ação totalmente diferente dos produtos que estavam no mercado naquele momento. Foi o principal substituto dos organofosforados, que tinham sido colocados como os principais produtos no controle de insetos.

Quando observamos a dosagem, vemos, também, o avanço que ele tem. Hoje, a dosagem média dos organofosforados está em torno de um litro por hectare. Na mistura de neonicotinóides e piretróides, as mais utilizadas, essas dosagens caem para 0,2. Então, além de você ter um efeito agrônomo muito bom você tem uma redução interessante da dosagem. Então, esse produto, a partir daí, é amplamente utilizado pela agricultura brasileira. É amplamente utilizado porque ele é eficiente para o algodão, no controle do bicudo, de lagartas, de pulgões, percevejos, da mosca branca, no caso da cana-de-açúcar da cigarrinha, no caso dos citros dos psilídeo, que é o principal vetor para o *greening*, que é uma doença que vem devastando os citros hoje. E, no caso da soja, os percevejos: o percevejo castanho, o barriga verde, o percevejo verde da soja. Então, ele se tornou um dos principais ingredientes ativos no controle dessas pragas.

De acordo com a apresentação do pesquisador chefe da Embrapa numa última audiência pública que tivemos sobre o assunto, o não controle do percevejo, no caso da soja, causa uma redução de 20% na produtividade. Isso em trabalho científico, mas sabemos que, no campo, isso vai muito mais além do que 20%. Ainda segundo esse pesquisador chefe, existem hoje, praticamente, duas opções para o controle do percevejo. Ou a mistura de piretróides e neonicotinóides ou o acefato. Vou mostrar a tabelinha para sabermos por que se chegou a essa situação. Por fim, 20% desse controle de percevejos da soja, no Brasil, é feito por pulverização aérea, devido a questões operacionais que são características da agricultura brasileira.

Então, percebemos que, no ano de 2000, tínhamos várias opções para o controle do percevejo. A partir de reavaliações, a partir de retiradas de produtos no mercado, chegamos a 2013 com praticamente quatro opções para o controle do percevejo na soja.

Essa foi uma tabela, também, extraída do trabalho da Embrapa. Observamos que as misturas que contêm os neonicotinóides perfazem praticamente 50% das opções, e são as mais utilizadas.

Vou falar um pouco do impacto daquela medida, como foi perguntado aqui mais cedo. Com a exclusão dos neonicotinóides, de acordo com alguns levantamentos feitos pelo pessoal da Embrapa, estima-se

uma perda de R\$5 bilhões naquele ano, o que poderá chegar, até 2020, a mais de R\$26 bilhões – isso considerando só a perda na questão da produção agrícola no grão. Quando passamos isso para a cadeia, no total, essas perdas podem chegar a R\$52 bilhões até 2020. Ou seja, se temos um valor bruto da produção, divulgado esta semana, de R\$452 bilhões, seria um impacto considerável se essa medida tivesse sido levada à frente.

Hoje, com essa situação atual, fica proibida a aplicação desses produtos no período de florescimento dessas culturas. Permite-se a aplicação aérea e terrestre no restante do período se você não tiver alternativas no momento. Porém, chamamos a atenção para a soja, para uma característica bem peculiar dela. Em determinados cultivares, que um hábito de crescimento específico, temos flores e vagens no mesmo período. A vagem é a principal fonte de atração e ataque do percevejo, como foi mostrado mais atrás. Então, você tem um problema no caso da soja.

Agora, concordo com o Rangel no sentido de que o caso mais preocupante é o do algodão. Nessa tabela a gente vê por que. Esse foi um trabalho do lapar em que ele pôs o estágio do desenvolvimento e as principais ocorrências de pragas e manejos na cultura do algodão. Percebemos que as principais pragas, como a lagarta da maçã, o bicudo, o percevejo e os ácaros ocorrem, principalmente, no período do florescimento. Então, como ficará o controle dessas pragas se essa proibição de utilização desses produtos, na época do florescimento, for mantida? É um ponto sobre o qual estamos preocupados. É um ponto sobre o qual a gente tem de falar. O Ministério tem trabalhado fortemente em relação a isso.

E a conclusão a que se chega, apesar de ter um pouco de confusão, é a de que não há resultados conclusivos em relação aos neonicotinóides como agentes causadores do DCC. Apesar de o representante do mel falar que esse não é o problema, o que me causa um pouco de estranheza, não há resultados conclusivos em relação a isso. Os inseticidas que possuem em sua formulação os neonicotinóides são fundamentais e importantes para o agronegócio, como foi mostrado aqui. E devido à importância das abelhas e do uso desses produtos, o assunto deve ser amplamente pesquisado. Acho que a gente não vai alcançar nenhum resultado prático e eficiente se não houver pesquisa sobre esse assunto. Esse é o principal fato que tem de ser levado dessa audiência pública.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)
– Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, tenho uma conclusão e depois entrarei no setor industrial.

O objetivo, Dr. Leonardo, de uma audiência pública é exatamente esse. As suas dúvidas também são as nossas dúvidas, porque somos generalistas. O senhor é um técnico, então conhece mais o tema do que nós, que somos generalistas, embora haja Senadores que o conheçam bem, como o Senador Blairo Maggi, na questão do algodão.

Na verdade, esse fenômeno foi o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente que designou de DCC ou o nome que se dê para a Desordem do Colapso das Colméias. Aqui, o documento que a assessoria técnica do Senado Federal, que é muito competente, preparou para a audiência, informa que esse fenômeno, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, é responsável por cerca de 7% das perdas nos Estados Unidos e por um percentual menor ainda na Europa. Que a morte das rainhas parece ser uma das causas mais comuns, chegando a 25% das perdas. A morte da rainha é um fenômeno que pode ser natural ou ambiental, dependendo da natureza. A Ásia e a Oceania possuem 6 milhões de colméias e 200 mil apicultores. Na China, os apicultores têm se deparado com perdas de colméias, muitas diagnosticadas por ataque dos ácaros, que o Dr. Márcio mencionou aqui, e também outras viroses. Portanto, então, também nós temos dúvidas a respeito dessas questões.

O senhor falou aí que o volume da produção de mel aumentou no Brasil. Portanto, a rigor, se houve um aumento, o Brasil estaria um pouco longe desse risco, mas o risco existe.

Como sou Senadora pelo Rio Grande do Sul, quero cantar as vantagens do Estado. Os dois maiores produtores nacionais estão em situações extremas. O maior produtor de mel é o Rio Grande do Sul, com 8 mil toneladas. O Rio Grande do Sul está lá, com clima temperado, inverno rigoroso. Este ano tivemos um inverno muito ruim. O segundo maior produtor está no outro extremo, no Piauí. Então, veja aí.

O senhor falou numa questão de clima, de tempo, de inverno. Qual foi a referência específica a respeito da questão da produção do mel em relação a isso? Ou o senhor estava apenas comparando com a questão do Hemisfério Norte, no caso especificamente dos Estados Unidos e da União Europeia?

O SR. LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – Só mostrando a diferença da criação de abelhas, da produção de mel. Na região da Europa e dos Estados

Unidos, onde temos essa criação, o inverno é bastante rigoroso. Você tem neve e fatores que diferenciam a questão do manejo da produção aqui e lá. Não sou especialista nessa área de mel, mas sei que isso causa alguma interferência na produção.

Talvez essa interferência possa, também, causar efeito nessa questão da mortalidade das abelhas, algo que a gente não sabe e que necessita de pesquisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para terminar, Dr. Leonardo. Como o senhor está representando os produtores, eu insisto na questão levantada pela Drª Ana Maria e o pelo Dr. Luís Eduardo. A Drª Ana Maria falou sobre o Inmetro, e o Luís Eduardo também abordou a questão do ponto de vista das providências questão sendo feitas sobre a avaliação técnica dos equipamentos usados, sejam os costais, os aplicadores, enfim.

Como é que o senhor, que representa a entidade dos produtores rurais, avalia essa questão? E o que a entidade pode fazer para ajudar a disseminar, primeiro, não só pedir à indústria equipamentos mais seguros e mais rentáveis do ponto de vista do uso de um produto dessa natureza?

O SR. LEONARDO DE OLIVEIRA MACHADO – Com bastante preocupação, Senadora.

Sobre essa questão, a visão que a gente tem é a mesma que vem sendo passada há vários anos. Quando se começou todo esse trabalho da agricultura no cerrado, houve um pesquisador bastante importante, que trouxe essa revolução verde para o campo. Ele falava uma coisa muito significativa: o controle químico de pragas tem que ser utilizado como um bisturi e não como uma enxada. O que é isso? Tem que ser feita com precisão. Existem tecnologias para isso hoje.

Quando vamos a essas feiras agropecuárias, buscando referências de pesquisas em pulverização, a gente observa que existe uma tecnologia tão apurada nisso. Hoje existe uma aplicação chamada aplicação eletrostática. Ela consegue aplicar pequenas cargas elétricas na cauda, fazendo com que a gota seja magnetizada indo direto ao alvo.

Quer dizer, a deriva nesse modelo de aplicação é praticamente zero. São tecnologias que estão chegando ao campo, e isso precisa chegar ao nosso produtor. E só vai chegar ao nosso produtor – concordo com o Rangel – com assistência técnica. A assistência técnica é fundamental, porque você tem um equipamento desses no campo já sendo utilizado para grandes produtores, porém, ainda existem pulverizadores que vazam, pulverizadores que não têm uma regulagem de bico adequada, e isso nas várias regiões do País. Então a gente só vai conseguir alcançar esse objetivo de tecnologia de ponta no campo com assistência técnica.

Falando um pouco da instituição, o Senar tem um curso específico para isso. A gente atua no Brasil na regulamentação e na aplicação dos defensivos agrícolas. Esperamos, no próximo ano, potencializar cada vez mais, porque a gente está percebendo que existe hoje uma praga, apesar de não ser o foco aqui, que é a *Helicoverpa*, que está preocupando muito o setor.

Helicoverpa amigera é uma lagarta que se iniciou na Bahia, mas que a gente sabe que, na próxima safra, ela vai ser um problema sério. Ela tem um hábito alimentar bastante vasto, ela causou problema no algodão, mas a gente já sabe que ela está no milho, na soja, no tomate e deve se expandir para várias outras culturas.

Trata-se de uma praga quarentenária, que foi observada no Brasil neste ano, e ela vai obrigar os produtores a ter um controle bastante eficiente. Diante disso, precavendo isso, o Senar deve aumentar os seus custos nessa questão do controle químico. Então, o recado que a gente deixa é isso: assistência técnica é fundamental para um controle eficiente de pragas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra para a sua exposição à Sr. Sílvia Fagnani.

A SRª SÍLVIA DE TOLEDO FAGNANI LIGABÓ – Eu queria agradecer o convite da Senadora Ana Amélia e do Senador Benedito de Lira. Trata-se de um tema de bastante preocupação para a nossa indústria. Vamos falar um pouquinho, primeiro, do Sindag, que é o sindicato que congrega todas as empresas de defensivos agrícolas. Hoje a gente representa 98% do setor. São 50 empresas associadas.

Para começar a falar do tema, acho que a gente não pode esquecer a importância do agronegócio. O agronegócio, historicamente, vem sendo responsável pelo superávit no País. Nós somos o terceiro maior exportador de alimentos do mundo; o primeiro em cana, álcool, suco de laranja, café, carne suína, tabaco, e temos que falar um pouco do emprego de tecnologia no campo.

Na safra de 2011/2012, foram produzidos 166 milhões de toneladas de grãos em 55 milhões de hectares. Se a gente não tivesse o uso da tecnologia e se a tecnologia empregada fosse a mesma de 1972, seriam necessários 155 milhões de hectares. Então, esse vetor de crescimento foi a tecnologia, foi o novo modelo agrícola. Então, a área cultivada cresceu 80% e a produção mais de 500%. Ainda assim, o Brasil é um País super preservacionista. A gente tem de área protegida 28,3%. É o País mais preservacionista do mundo.

É importante observar que exatamente por isso a gente não pode fazer nenhuma comparação com países da Europa, por exemplo. Os países da Europa nem entram nessa lista de países preservacionistas. Dentro do Brasil cabem todos os países da Europa e ainda sobra bastante espaço.

O uso da polinização, sem dúvida, é muito importante. Sem ela a gente observa que teria uma queda de 10% na produtividade agrícola. Só que, também, sem uso de defensivos agrícolas, a queda da produtividade seria de 42%. Então agente tem que achar alguma forma de convivência entre os defensivos e os polinizadores.

A FAO divulgou esses dados, em 2009, mostrando que desde a década de 60 teve um aumento de 45% na população de colméias no mundo. Na Ásia, o crescimento é vertiginoso, de 426%, e na América do Sul, de 86% nesses últimos 50 anos.

É claro, a gente observa uma queda na Europa e na América do Norte e a gente atribui isso aos invernos mais rigorosos lá e a presença do ácaro Varroa. É importante ressaltar que, desde 2010, como na Europa começou a ser mais profissional o uso das colmeias, passou a ter uma estabilidade nessa população.

Por que a gente não pode comparar Europa e América do Norte com o Brasil? Primeiro porque as abelhas são diferentes. A abelha, na América do Norte e na Europa, é da raça europeia. Ela é domesticada, podemos dizer, enquanto, no Brasil, há a predominância da abelha africanizada, que é muito mais resistente.

Por isso, o ácaro *Varroa*, nos Estados Unidos e na União Europeia, tem um impacto devastador sobre as colméias, o que não acontece no Brasil, porque a gente já não tem um ambiente propício para o próprio ácaro, por causa do calor, e as abelhas são mais resistentes.

A alimentação, nesses lugares mais frios, para as abelhas, é muito mais limitada do que no Brasil. Então, aqui, agente geração de pólen durante o ano todo. Há culturas que são visitadas durante todo o ano. E também é importante a questão do manejo que o Dr. Márcio já citou. Lá nos Estados Unidos, é feito o aluguel de colméias, então elas são transportadas por caminhões, são levadas até as áreas de polinização, o que gera bastante estresse nas abelhas. Aqui, no Brasil, não; ele é muito mais simplificado. As abelhas estão, normalmente, próximas das áreas de polinização.

De novo a questão dos invernos mais rigorosos contra os invernos mais amenos. Aqui nós temos duas imagens, uma no Canadá, debaixo de neve, e essa outra, no Nordeste, uma plantação de melão, onde as abelhas são levadas para polinização dentro da área agrícola, mas a situação é bastante diferente.

O importante é ressaltar que existem vários estressores da saúde das abelhas, então essa lista não está em ordem de importância, mas os fatores estressores são o clima, práticas de apicultura, os parasitas, as doenças, os pesticidas, a falta de diversidade genética, as falhas na nutrição e falha da rainha. Existem casos em que a gente verifica que os apicultores não fazem o manejo correto da rainha, então existem perdas por conta disso.

São várias as categorias de fatores que interferem na saúde das abelhas. Então, os fatores externos, então entram, de novo o clima, a água, alimentos, que são fatores, que no Brasil são muito favoráveis. Fatores internos que são os patógenos predadores e os parasitas e a própria resistência das abelhas. Então, no Brasil, por elas serem de uma raça mais resistente existe menor redução na população e os fatores humanos – aquilo que eu acabei de falar –, de manejo da rainha, o conhecimento dos apicultores e até um plano sazonal.

O mais importante: o que a indústria tem feito nesse sentido de preservar as abelhas? A indústria tem buscado alternativas de manejos e práticas agrícolas para mitigação desse risco. Nós estamos atualizando todo o material educativo para apicultores, melipolinicultores, engenheiros e técnicos agrônomos e, também, agricultores.

Estamos apoiando o programa de certificação de aviação agrícola, que é feito pela Unesp em conjunto com o Sindag, de aviação agrícola, de certificação de todos os pilotos. Existe um treinamento que vai de dois a três anos nesse programa de certificação. A ideia é de que a gente consiga treinar nesses três anos 80% dos aplicadores aéreos.

Todas essas atividades fazem parte das ações estabelecidas na instrução normativa conjunta do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente para minimizar esse risco para as abelhas. Em paralelo, estamos intensificando o diálogo com apicultores. Com o Ministério da Agricultura nós vamos fazer um questionário sobre a percepção dos apicultores sobre o uso de agrotóxicos e a redução de população de abelhas. Estamos apoiando ações em publicação de materiais informativos, promovendo fóruns esclarecedores com a pesquisa e treinando os apicultores.

Essas são fotos de treinamentos que já estão acontecendo, principalmente treinamentos feitos pelas indústrias.

Aqui eu trouxe um único caso, dentre vários que a gente conhece, de convívio harmonioso entre agricultura e apicultura, na cidade de Ortigueira no Paraná. Essa é uma fazenda de soja, e as colméias estão a 15m das culturas. Os defensivos agrícolas são empre-

gados nessa área, inclusive o não os neonicotinóides e há oito anos não tem nenhum relato por parte do apicultor de problemas com as colméias advindos dos tratamentos fitossanitários.

Então, a partir do comunicado do Ibama, nós passamos a trabalhar com as seguintes premissas: primeiro, temos que ter a manutenção do crescimento da agricultura de maneira sustentável, as ações têm que ser focadas não só nos produtores agrícolas mas também no entorno das propriedades. Os setores agrícola e de apicultura têm que buscar uma convivência harmoniosa e é preciso fazer a difusão de informação sobre boas práticas agrícolas, aéreas e apícolas.

Conclusões. De novo, a produção agrícola e as abelhas são vitais para alimentar a crescente população mundial. Não existe um único fator responsável pelo declínio da população de abelhas. Os estudos são muito preliminares ainda para se estabelecer qual é a causa, sempre lembrando que a situação de saúde das abelhas é diferente nos hemisférios norte e sul e os eventos ocorridos em outros países não devem ser comparadas à situação local.

Acho que o Brasil tem uma agricultura pungente, suficiente, para que agente conduza estudos internos e não aproveitar estudos que vêm de países com situações completamente diferentes da nossa. A união entre as partes é fundamental. A gente tem trabalhado bastante com a agricultura, o meio ambiente e, agora, os apicultores para poder chegar a um caminho comum.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia para a sua indagação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar a Drª Sílvia e focar, já que a senhora representa a indústria, sobre o que a senhora falou de uma série de políticas que a entidade está tomando para proteger os dois lados, o ambiente e a produção, ou uma produção sustentável, com foco especialmente na questão das colméias polinizadoras.

O que a indústria está fazendo em relação à questão do agente que está sendo mais citado aqui, o neonicotinóide? Esse é o único agente ativo que tem eficácia sobre o combate às demais pragas, sem afetar tanto, na visão da indústria, o ambiente, como é que os senhores estão trabalhando em cima deste que é, até a gora, o vilão do processo, embora o próprio Ibama tenha suspenso a aplicação de quatro defensivos que teriam, digamos, uma ação mais agressiva sobre o ambiente, sobre as próprias abelhas?

A SRª SÍLVIA DE TOLEDO FAGNANI LIGABÓ – Bom, os neonicotinóides foram apontados como vi-

lões da história por causa de um processo iniciado na Europa, e, na Europa, foi adotado o princípio da precaução. Nós não somos favoráveis à adoção desse princípio da precaução porque ele deve ser usado só quando não existem dados científicos para se estudar os riscos do uso do produto. Então, nós defendemos primeiro a pesquisa para que, depois, sejam tomadas as medidas necessárias, que é o que tem feito o governo do Canadá e dos Estados Unidos. Eles identificaram o problema, mas ainda estão levantando dados científicos para tomar qualquer posição.

Os neonicotinóides não são a única ferramenta de controle, mas eles têm uma baixa toxicidade e eles são muito importantes no manejo integrado. Então, o agricultor não pode prescindir dessa tecnologia. Essa é a nossa grande preocupação. Então, nós defendemos que sejam conduzidos os estudos científicos aqui no Brasil e que, se for necessário restringir o uso, de alguma forma, nós vamos restringir, mas que seja feita toda a pesquisa antes de se tomar qualquer medida como foi feito no caso da proibição cautelar do lbama.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Drª Sílvia, para terminar a minha participação, volto à questão levantada pela Drª Ana Maria, pelo Leonardo, assim como pelo Dr. Luís Eduardo sobre a aplicação dos mecanismos de maior eficácia e eficiência na aplicação desses defensivos, para evitar, exatamente, as contaminações, que são efeitos colaterais indesejáveis no mau manejo desses produtos.

A SRª SÍLVIA DE TOLEDO FAGNANI LIGABÓ – Por isso nós estamos investindo nesses programas de certificação da aplicação aérea, que é o que tem sido apontado como o maior problema. Nós, é claro, apoiamos todas as iniciativas da CNA de treinamento dos apicultores, de regulação dos equipamentos e tudo o mais, mas, de novo, todos os relatos que a gente tem de problemas com abelhas aqui no Brasil são de acidentes. A gente tem verificado que são acidentes, por isso que a gente tem que buscar regular todos esses equipamentos e trabalhar em educação e treinamento. Agora, não pode ser culpada uma classe de produtos por causa do mau uso. Então precisamos dar treinamento, precisamos dar educação e precisamos buscar essa regulação dos equipamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Sílvia. Sr. Presidente, eu queria, para encerrar, sei que V. Exª fará o agradecimento aos expositores, eu, particularmente, como requerente da audiência, fiquei muito, digamos, impressionada. primeiro, com a qualidade de todos, cada um na sua expertise, na sua área específica. De fato, como disse o Dr. Leonardo, é uma área que precisamos continuar vigilantes e atentos porque é uma coisa nova, e o Brasil

por ser um país grande produtor agrícola, hoje a polinização é fundamental na produção, na sustentabilidade, os percentuais revelam a importância e relevância disso. Então, temos que continuar abordando isso. Eu queria agradecer muito os esclarecimentos prestados e explicar por que eu requeri essa audiência.

Eu recebi uma mensagem de um representante comercial da capital do Rio Grande do Sul, a nossa Porto Alegre, Renato Zornita, um material de informações sobre isso. Chamou-se a atenção para o problema, e o nosso papel aqui é trazer o que a sociedade tem como inquietação, trazer para o debate. Então, essa foi a razão. Então eu quero agradecer ao Renato Zornita, que é um representante comercial de Porto Alegre, que me mandou esse material e o próprio Sindilegis – estou informada –, vai preparar um seminário sobre essa questão. Já estão levantando dados, e eu acho que, no mundo moderno, a informação é fundamental.

Para não criar – eu diria – um temor, um terrorismo de informação sobre riscos, e a gente ter segurança, sobretudo, segurança no manejo, no consumo até. Daqui a pouco, as pessoas não vão comer mel, porque estão imaginando que a abelhinha ali deu algum problema. Então, a informação é essencial, e essa audiência deu esse caráter.

Queria, por fim, dizer que foi convidado – e eu acho que temos que avaliar todo o processo – o Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), Dr. José Gomercindo Corrêa da Cunha. Foi delegada uma representação da entidade, Sr. Ricardo Costa Rodrigues de Camargo, que, embora tenha confirmado, não veio para cá, não compareceu. Então, registro, porque nós, na Comissão de Agricultura, tivemos o trabalho de fazer o convite a eles. Independentemente disso, a minha assessoria me entrega um documento dessa entidade, da CBA, em que – eu vou resumir no final – ela se manifesta favoravelmente pela manutenção pelas restrições impostas pelo lbama sobre o uso dos pesticidas citados. São nomes um pouco complexos. São quatro pesticidas comprovados como tóxicos para as abelhas, envolvidos no fenômeno do desaparecimento das abelhas em vários países, inclusive no Brasil.

Então, como foi dito aqui, as condições ambientais, climáticas do hemisfério norte não são as mesmas nossas. E vários fatores, como o próprio programa das Nações Unidas revelou, afetam esse tal desequilíbrio ecológico, envolvendo as abelhas polinizadoras, mas recomenda-se cautela, precaução e aumentar o volume de pesquisas.

No mais, agradeço muito ao Presidente, Senador Benedito de Lira, e à assessoria liderada pelo Marcello Varela, pelo trabalho que foi feito, para que, em

um curto espaço de tempo, pudéssemos realizar esta audiência pública. Agradeço também ao Renato Zornitta, lá de Porto Alegre, que foi, digamos, o estimulador de termos provocado a discussão desse tema tão importante, porque o Brasil hoje, como foi mostrado pela Dr^a Silvia, é o maior País, o maior protagonista na produção de comida do mundo, não só proteína animal, mas todas as outras proteínas. Então, não podemos descuidar. O Dr. Luís Eduardo também ponderou muito a preocupação do Mapa de compatibilizar, conciliar a preservação, o que mais se convencionou dizer: produção de alimentos com sustentabilidade.

Então, eu estou satisfeita, agradeço muito a todos que vieram aqui, as entidades que representam: CNA, Anvisa, Ministério da Agricultura, Andef e também ao Dr. Márcio Freitas, que é do Ibama, que deu também uma valiosa contribuição.

Muito obrigada, Presidente, obrigada.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a tem sido uma das figuras mais importantes desta comissão, porque tem provocado, através dos seus requerimentos e com a aprovação logicamente da comissão, audiências públicas da maior importância para o setor agropecuário brasileiro.

Eu, antes de encerrar e de fazer os agradecimentos aos nossos convidados, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Eduardo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria pedir só pela ordem, Presidente, e com a licença do Senador Eduardo Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... eu lhe agradeço as referências sobre a audiência para agradecer o apoio que foi feito numa comissão numa audiência pública ou num debate num seminário em Porto Alegre, na sexta-feira, em que debatemos o endividamento agrícola, particularmente dos pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – E eu tive a oportunidade de vê-la, de assistir pela televisão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pois é, foi muito rico.

E veja só, Presidente, veja o efeito que de uma audiência pública dessa natureza pode ocorrer. Nessa semana, anteontem, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, na verdade, o Ministro interino da Fazenda, Dr. Diogo Oliveira, recebeu um grupo de produtores do Rio Grande do Sul, junto com Parlamentares, liderados pelo Deputado Luis Carlos Heinze. E

eu, naquele mesmo momento, estava realizando aqui uma audiência pública para debater fundos de pensão, tema tão importante quanto. E, quando liguei, ele me atendeu prontamente. Ele disse: “esse foi o tema discutido numa audiência pública em Porto Alegre, pela TV Senado, pela Comissão de Agricultura?” Eu disse: “Foi, Dr. Diogo”.

Então, veja só, houve um aspecto relevante da contribuição que os técnicos do Ministério da Fazenda deram, ou seja, acompanharam essa audiência pública da Comissão. Portanto, estamos fazendo o nosso papel da melhor maneira possível.

Então, agradeço ao Dr. Diogo Oliveira, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, pela forma como encaminhou um assunto tão relevante, que é a questão do endividamento dos agricultores, e a V. Ex^a, por ter também acolhido e agendado aquela audiência, que foi realizada em Porto Alegre.

Obrigada, Presidente, e eu lhe agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu agradeço à Senadora, mas estamos fazendo nada mais, nada menos do que uma obrigação. Como Presidente desta Comissão, logicamente, nosso interesse é que a Comissão vá a mais lugares no Brasil, para, então, fazermos essa interação entre aquele que vive na atividade agrícola no campo ou lá no seu *habitat* com aquilo que, na verdade, é decidido aqui no Planalto, na Esplanada dos Ministérios.

Mas eu concedo a palavra ao nobre Senador, se V. Ex^a desejar fazer algum comentário a respeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ...minha experiência com abelhas e de ter sido, desde menino, quando fui a algumas matas e nas áreas agrícolas...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – E recebeu algumas picadas, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e ter sido picado algumas vezes, mas eu quero muito cumprimentar a V. Ex^a, Presidente, Benedito de Lira, e à Senadora Ana Amélia, pela iniciativa.

Eu pude escutar uma parte das exposições no caminho nesta manhã. Como acontece com todos nós, estou com cinco atribuições simultâneas. Portanto, apenas cumprimento a Sr^a Silvia Fagnani, Luís Eduardo Rangel, Ana Maria, Leonardo Machado, por ter nos ensinado tanto a respeito de como as abelhas se comportam; cumprimento também os órgãos aqui representados que têm contribuído para que a produção brasileira tenha se tornado cada vez mais importante, uma das maiores no mundo na área da agricultura.

Parabéns a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, sei que é aquilo que justificou. Eu gostaria até de pedir desculpas aos nossos convidados por não ter tido aqui uma maior frequência de Senadores, considerando que a nossa agenda é muito pulverizada. Há momentos em que você, ao mesmo tempo e à mesma hora, tem duas, três, quatro comissões a que o Senador terá que comparecer.

Mas, como bem disse a Senadora Ana Amélia, resta-me agora agradecer a presença de todos que vieram aqui para nos prestigiar e fazer com que pudéssemos beber do conhecimento, das ações que têm sido desenvolvidas por cada órgão responsável pela agricultura, pela apicultura, enfim, pelo desenvolvimento deste País.

Eu conversava aqui com o Dr. Eduardo, Senador, que o Ministério da Agricultura, na minha avaliação, deveria ser um Ministério muito mais agraciado com recursos do orçamento da União, porque é ele que, na verdade, transforma – todos sabemos – todos os meses a balança comercial. Ela só aparece no azul por conta do agronegócio. E precisamos ajudar mais, incentivar o Ministério, para que possamos ter, cada vez mais, mais produção e, consequentemente, mais condições para os nossos agricultores, para aqueles que vivem da atividade agrícola.

Então, eu queria agradecer à Dr^a Silvia, ao Dr. Luís Eduardo, à Dr^a Ana Maria, ao Leonardo, ao Machado, que já se ausentou por conta de viagem, e agradecer, sobretudo, à minha querida Senadora, companheira e uma das grandes representantes do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional e mais precisamente no Senado Federal, Ana Amélia tem sido responsável pelos momentos extraordinários por que a Comissão de Agricultura tem passado neste período em que nós estamos à frente desta grande comissão. E, cada vez mais, ela nos traz novidades e produz requerimentos, apoiados logicamente por toda a comissão, para que a gente possa realizar grandes audiências públicas.

Nós teremos agora, possivelmente na próxima oportunidade, uma audiência que eu acho que vai ser muito interessante que é uma audiência pública para tratar da pesca no Brasil. Este País, que tem o maior volume de água doce do mundo, este País, que tem água e sol, este País, que tem solo, que tem essa grandeza maravilhosa, que a natureza nos proporcionou, precisa produzir mais pescado, cuja produção, infelizmente, está muito aquém da capacidade que nós temos de produzir mais. Por isso, resta-nos tão somente, mais uma vez, agradecer a todos. E, como não mais nenhum assunto na pauta, nós damos por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGIS- LATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Sérgio Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações” que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 559, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante.” O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é pela rejeição do PLC 123/2011 e favorável ao PLS 559/2011, que tramita em conjunto, na forma do Substitutivo oferecido. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional asso-

ciado ao patrimônio genético.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista Coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 461, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera o § 1º do art. 106 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a fim de ampliar para até um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 7 (sete) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 343, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 5: Requerimento n.º 30, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque, que requerem “..., nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater sobre o Programa Espacial Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; Sr. Celso Amorim, Ministro da Defesa”. A deliberação do requerimento é adiada. **Item 6: Requerimento n.º 31, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos do Art. 90, Inc. III, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para a realização de debates em torno do tema “ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO E OS INVESTIMENTOS NOS CENTROS DE TECNOLOGIA DAS FORÇAS ARMADAS”, com convite à relação de autoridades abaixo indicadas, sem prejuízo da extensão a outras que se apresentem como essenciais ao debate, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro da Defesa; Excelentíssimo; Senhor General de Exército Enzo Peri, Coman-

dante do Exército Brasileiro; Excelentíssimo Senhor Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra e Comandante da Marinha do Brasil; e Excelentíssimo Senhor Juniti Saito, Tenente-Brigadeiro-do-Ar e Comandante da Força Aérea Brasileira.” O requerimento é aprovado. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA SHALON FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao ESTADO DE GOIÁS para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada AO SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 2013**, de caráter terminativo,

de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJÚ – ASCOMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JATOBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarumã, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS DE BONITO DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 113, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SETOR FAMA E REGIÃO – ASCOMFAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGREJINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc,

é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LAGEADENSE – ARCOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Vital do Rêgo requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 32, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que requer “..., na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discussão sobre o “MARCO CIVIL DA INTERNET – DEBATES SOBRE NEUTRALIDADE DE REDE, PRIVACIDADE E CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, E OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS”, que também é objeto de deliberação pelo Projeto de Lei (PL) n.º 2.126, de 2011, em trâmite na Câmara dos Deputados e estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Para as referidas audiências públicas proponho que sejam convidadas as autoridades, especialistas e instituições abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam vir a ser incluídas com o objetivo de enriquecer o debate: Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Sr. José Francisco de Araújo Lima, Diretor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Sr. Alexandre Hohagen, Presidente do Facebook no Brasil; Sra. Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Deputado Federal Alessandro Molon, Relator do PL no 2.126, de 2011; Sr. Marivaldo de Castro, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL;

Sr. Eduardo Parajo, Presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet – ABRANET; Sr. Carlos Affonso Pereira de Souza, Professor da FGV DIREITO RIO; Sr. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto.Br – NIC.br”. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se inicia nesta data, 20 de agosto de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas Comunicados da Presidência.

O Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque encaminhou à Secretaria da CCT expediente informando que se ausentará dos trabalhos desta Comissão no dia 20 de agosto, hoje, em virtude da sua participação, como palestrante, no evento “Industrialização, Energia, Sustentabilidade e Desenvolvimento”, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, na cidade do Rio de Janeiro.

Informamos também que a Comissão de Ciência e Tecnologia irá promover na data de hoje, a partir das 14 horas, nova reunião, em que será realizada audiência pública para tratar do tema “Governança na Internet no Brasil”.

Essa audiência pública, que decorre de requerimento do Sr. Senador Sérgio Souza, contará com a participação de representantes das seguintes entidades: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Agência Nacional de Telecomunicações; Instituto Nacional de Propriedade Industrial; Núcleo de Coordenação e Informação do Ponto BR; e Comitê Gestor da Internet.

Estamos retirando o Item 1 de pauta a pedido do Relator.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela rejeição do PLC 123/2011 e favorável ao PLS 559/2011, que tramita em conjunto, na forma do Substitutivo oferecido.

Passamos ao item 2, não terminativo, que é o PLS nº 133, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo e relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a presente proposição, de autoria do Senador Vital do Rêgo, visa alterar a Medida Provisória 2.186, de 2001 – aquelas medidas provisórias que estão aí para sempre, sem deliberação –, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no Território nacional, na plataforma continental, e na zona econômica

exclusiva e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

A matéria é de competência desta Comissão, que vai examiná-la em caráter não terminativo.

A proposição objetiva simplificar o acesso à amostra de componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Esse passo é importante, pois o tratamento de várias enfermidades e o desenvolvimento de novos produtos e processos dependem das atividades de pesquisa tecnológica e de bioprospecção. Assim, ampliam-se sobremaneira o potencial de desenvolvimento científico e tecnológico, dado que o Brasil possui uma inigualável diversidade biológica.

A medida provisória referida, que constitui o marco legal sobre a matéria, exige a assinatura do contato de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios sempre que as atividades de pesquisa tecnológica e de bioprospecção forem realizadas com alguma perspectiva de uso comercial.

O referido contrato é o principal instrumento legal por meio do qual são definidos o objeto e as condições de acesso e de remessa de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, bem como as condições para repartição justa e equitativa dos benefícios.

O presente projeto de lei altera o momento em que se dá a assinatura deste contrato – Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios – ao dispor que essa só será exigida “quando as atividades de desenvolvimento tecnológico ou de bioprospecção resultarem efetivamente em um novo produto ou processo comercializável”. Tal alteração é interessante do ponto de vista da dinâmica das inovações que é permeada por incertezas técnicas e econômicas. Com a biotecnologia moderna, praticamente toda pesquisa pode resultar em uma inovação no futuro. Ou seja, sempre há a perspectiva de uso comercial, condicionada às incertezas mencionadas – incertezas técnicas e econômicas. No entanto, deve-se ter em conta que o desenvolvimento de um novo produto ou processo pode demorar vários anos até a sua efetiva comercialização.

A legislação que regula o tema, da forma como está, tem criado mais uma incerteza: a incerteza jurídica, está aqui o autor da matéria. Como definir de antemão a repartição de benefícios de algo que ainda não se sabe quando estará plenamente desenvolvido e qual será o seu impacto real sobre o mercado?

Portanto, a proposição possui o mérito de reduzir a incerteza jurídica, tornando mais ágeis as atividades de pesquisa e de bioprospecção. Ademais, mantém intactos os direitos das comunidades indígenas e de quaisquer outras comunidades locais relativos ao

acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado. Destaca-se que esse acesso continua a depender de autorização prévia para se efetivar. Apenas a assinatura do contrato que é postergada para um momento em que se verificam efetivamente as condições de comercialização e de aproveitamento econômico. Mas de qualquer forma, o acesso ao patrimônio, depende de autorização.

A proposição contribui também para que se chegue mais próximo do balanço ideal entre a proteção da biodiversidade e a utilização dos recursos genéticos para o avanço científico e para a geração de inovações.

A proposição em tela, Sr. Presidente, de autoria do Ilustre Senador Vital do Rêgo que vai ser aprovada vai destravar um gargalo importante que hoje obstaculiza o desenvolvimento de novas tecnologias, a partir da utilização do nosso patrimônio genético.

O meu voto, portanto, é pela aprovação.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

Eu já conversei com o autor, Senador Vital do Rêgo, e peço a compreensão do Relator, porque há interesse, inclusive da Embrapa, em participar do aprimoramento e do aperfeiçoamento desse projeto, que é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Vista concedida, Senadora Angela Portela.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sem querer adentrar em nenhum comentário, haja vista o pedido de vista regimental, solicitado pela Senadora Angela Portela; e, certamente, com a sua volta, eu peço que a Presidência dê prioridade à apreciação desse projeto, mas eu não podia deixar de agradecer ao Senador Aloysio Nunes Ferreira pela presteza e rapidez com que S. Ex^a encaminhou esse relatório, que trata da nossa biodiversidade.

O Brasil, ao longo dos últimos anos, vem aceleradamente perdendo competitividade na pesquisa, principalmente em face da imensa biodiversidade que nós temos, que é um potencial imensurável para o desenvolvimento de produtos e de processos ligados à área de cosméticos, farmacêuticos e derivados.

Essas travas, esses gargalos, como disse o Relator, aprisionam a possibilidade de novos canais e novas expectativas de desenvolvimento nesse setor. O projeto visa efetivamente reduzir esses gargalos.

Por isso peço, de forma empenhorada a V. Ex^a, que apoie a vista da Senadora Angela Portela e possa inseri-lo na pauta dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O projeto será de prioridade absoluta, Senador Vital do Rêgo.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vista coletiva concedida, Senador Alfredo Nascimento.

Vamos para o item 4, retirado a pedido do Senador Flexa Ribeiro.

(É o seguinte o item retirado:)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.)

O Senador Vital do Rêgo tem um requerimento extrapauta. Vamos para o requerimento?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu apresento extrapauta um requerimento. Certamente, V. Ex^a tem sido um dos maiores defensores e, através da Comissão que preside, tem ardorosamente solicitado à Câmara dos Deputados a apreciação do marco civil da Internet.

A cada dia é mais vexatória a nossa posição perante organismos internacionais com relação à leniência do Congresso Nacional de analisar esta matéria, que já foi amplamente discutida na Câmara dos Deputados através de comissão especial, de comissões técnicas, está pronta para a pauta e de forma estranha – poderia justificar desta feita – não há da parte da Câmara dos Deputados a determinação de trazer à deliberação do Plenário.

Eu trago, com apoio de V. Ex^{as}, um requerimento para trazer ao Senado a discussão, inobstante a matéria estar parada, até para demonstrar ao País que o Senado não vai ficar leniente – repito – a essa matéria. E que, tão logo chegue à Casa, já estaremos com a instrução, digamos assim, feita, já estaremos avançados para deliberar.

Por isso, esta é uma Comissão de mérito, é na CCT que faremos um amplo debate sobre esse mar-

co civil que regula a zona cinzenta da comunicação no mundo hoje globalizada, a maior comunicação globalizada. Para tanto, peço que V. Ex^{as} aprove uma audiência pública trazendo o Presidente da Anatel; o Secretário das Comunicações, do Ministério das Comunicações; o Diretor da Abert; o Presidente do Facebook Brasil, o Instituto de Defesa do Consumidor; o Relator do Projeto 2.126, que é o Deputado Molon; o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; o SindiTelebrasil, a Abranet, a Fundação Getúlio Vargas e o diretor presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

São duas audiências para a instrução dessa matéria, Sr. Presidente.

É a justificativa do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apoio enfaticamente a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, porque realmente essa matéria na Câmara dos Deputados foi exaustivamente instruída. O Relator, o Deputado Alessandro Molon, fez um belíssimo trabalho, ouviu todo mundo que tinha que ser ouvido e tomou algumas opções. Uma opção importante que ele tomou e que está gerando a maior celeuma é a questão da liberdade...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Neutralidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... neutralidade da rede, que opõe os internautas às empresa de telecomunicação. E é isso que está impedindo a deliberação na Câmara. Quer dizer, é algo que tem que ser discutido às claras e tem que ser deliberado.

De modo que acredito que essa iniciativa do Senador Vital do Rêgo tem uma enorme relevância política, porque acrescenta um elemento de pressão política para que essa matéria seja decidida pela Câmara e possa depois ir ao Senado, porque o Relator da matéria, o Deputado Molon, apresentou um substitutivo que deverá voltar para o Senado. O que não pode ocorrer é uma matéria dessa importância ficar pendente de deliberação. Isso não é possível.

Eu, como usuário desses serviços, além de legislador, estou no meu direito de ver o Congresso decidir sobre o assunto. De que lado vai ficar o Congresso nessa história?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero só fazer um adendo na tentativa de colaborar com a explicitude da matéria.

Numa linguagem médica, o Senador Aloysio atingiu a jugular ou a carótida na descendente anterior do projeto. O problema é exatamente a neutralidade da rede.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ora, é preciso colocar em votação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Interfere de forma tão vital no andamento do projeto que simplesmente não se vota na Câmara. E somente trazendo a matéria para a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado é que nós poderemos dar, inclusive, uma colaboração, Senador Aloysio, para que a Câmara possa ter um indicativo do Senado de como pensa sobre essa matéria da neutralidade da rede.

As discussões, as audiências públicas vão certamente dar um norte sobre essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Às vezes é mais prático, Senador Vital, ficar neutro, não é? Os interesses se contrapõem e, às vezes, é mais fácil ficar neutro. Às vezes, falta coragem ao Congresso para tomar algumas decisões polêmicas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois é, Senador. Há tanta coisa irrelevante, como regulamentação de profissão disso ou daquilo, mas esse é um tema que está aí e precisa ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Acho que nós temos que ter coragem – não é, Senador Aloysio? – de tomar algumas decisões. E nós temos que tomar essa decisão, sim, Senador Vital.

Parabéns pelo requerimento.

Em votação o requerimento do Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*É o seguinte o item extrapauta aprovado:*)

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 32, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas Audiências Públicas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discussão sobre o “MARCO CIVIL DA INTERNET – DEBATES SOBRE NEUTRALIDADE DE REDE, PRIVACIDADE

E CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, E OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS”, que também é objeto de deliberação pelo Projeto de Lei (PL) nº 2.126, de 2011, em trâmite na Câmara dos Deputados e estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Para as referidas audiências públicas proponho que sejam convidadas as autoridades, especialistas e instituições abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam vir a ser incluídas com o objetivo de enriquecer o debate: • Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL • Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações • Sr. José Francisco de Araújo Lima, Diretor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT • Sr. Alexandre Hohagen, Presidente do Facebook no Brasil • Sra. Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC • Deputado Federal Alessandro Molon, Relator do PL no 2.126, de 2011 • Sr. Marivaldo de Castro, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça • Sr. Eduardo Levy, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL • Sr. Eduardo Parajo, Presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet – ABRANET • Sr. Carlos Affonso Pereira de Souza, Professor da FGV DIREITO RIO; Sr. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto.Br – NIC.br

Autoria: Senador Vital do Rêgo.)

Vamos passar aos projetos sobre as rádios.

Se houver quórum, nós votaremos no final.

O item 7 é o PDS nº 107, de 2013, com relatoria do Senador Alfredo Nascimento, a quem concedo a palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2013, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 107, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos para o item 8, PDS nº 90, de 2013, com relatoria da Senadora Angela Portela, a quem concedo a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Shalon FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Shalon FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senadora, relate, por favor, os itens 9 e 10.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente.

O item 9 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2013 que aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 117, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada ao Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de

Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 10 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, competente Senadora Angela Portela.

Senador Vital do Rêgo, por favor, relate os itens 11 e 12.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – O item 11 trata da outorga de autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracaju para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Após análise detida desta Comissão feita pelo Senador Flexa Ribeiro e exame da documentação que não evidenciou violação das formalidades, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracaju (Ascoma) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sobre o item 12, trata-se da outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarumã, Estado de Goiás. após detida análise desta Comissão, não foi detectada nenhum vício de constitucionalidade nem violação ao regramento normativo que impõe esta Comissão. Por isso, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarumã, Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador.

Para o item 13, concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 95, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Unidos de Bonito de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Para a leitura do Item 14, concedo a palavra ao Senador Bendito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2013 (nº 700, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Setor Fama e Região (ASCOMFAR) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Setor Fama e Região (ASCOMFAR) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Para o item 15, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, como Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zezé Perrella, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2013 (nº 348, de 2011, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Igreja FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igreja, Estado do Rio Grande do Sul.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Igreja FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igreja, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa.

Agora, vamos ao último, item 16, com relatoria do Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso parecer é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Lageadense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

As matérias estão em discussão.

Em votação os itens:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 107, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 90, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA SHALON FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 117, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao ESTADO DE GOIÁS para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 47, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada AO SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

ITEM 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 72, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJÚ – ASCOMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 109, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JATOBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarumã, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 95, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS DE BONITO DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 113, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SETOR FAMA E REGIÃO – ASCOMFAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 63, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGREJINHA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 76, DE 2013**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA LAGEADENSE – ARCOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação.

Não havendo quem queira discuti-las, como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Alfredo Nascimento?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Há mais um item terminativo a ser votado, que é o item 3.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2012**

– Terminativo –

Altera o § 1º do art. 106 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, a fim de ampliar para até um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação.

Indico o Senador Vital do Rêgo como Relator *ad hoc*.

Nós precisamos de todos os Senadores presentes para ser votado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu peço aos Srs. Senadores que permaneçam, se puderem, na Comissão. O item 3 é muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É muito rapidinho. Por favor, senhores.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É rápido. É do Senador José Agripino. Trata-se de um item que propicia um prazo maior para...

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Esse projeto é do Valdir Raupp?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – É um projeto do Senador José Agripino, Sr. Presidente... o relatório é do Senador José Agripino, é um

projeto de lei do Senador Valdir Raupp, aqui presente, que amplia para um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial. Hoje, esse pedido é de 180 dias, contados da ata de depósito.

O que o autor, o Senador Valdir Raupp, apresenta é que esse pedido seja ampliado, de acordo com os signatários da Convenção de Paris, em um ano. Com o aumento do prazo em até um ano, pretende-se propiciar, segundo o Senador José Agripino, corroborado por este Senador *ad hoc*, a oportunidade para maior proteção internacional aos desenhos industriais registrados no Brasil. A dilatação desse prazo, de acordo com o autor, estaria em consonância com a legislação de países com ampla experiência na questão da propriedade industrial, tais como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2012, de autoria do Senador Valdir Raupp, tão bem relatado pelo Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem mais queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG.) – Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Alfredo Nascimento?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Aprovado.

Vamos só a um requerimento.

Item 6 da pauta:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 31, DE 2013

Requeiro, nos termos do Art. 90, Inc. III, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para a realização de debates em torno do tema “ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO E OS INVESTIMENTOS NOS CENTROS DE TECNOLOGIA DAS FORÇAS ARMADAS”, com convite à relação de autoridades abaixo indicadas, sem prejuízo da extensão a outras que se apresentem como essenciais ao debate, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. • Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro da Defesa; • Excelentíssimo Senhor General de Exército Enzo Peri, Comandante do Exército Brasileiro; • Excelentíssimo Senhor Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra e Comandante da Marinha do Brasil; e • Excelentíssimo Senhor Juniti Saito, Tenente-Brigadeiro-do-Ar e Comandante da Força Aérea Brasileira.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos nós temos conhecimento de que as três Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica, têm forte atividade em ciência, tecnologia e inovação. Lembro aqui que alguns anos atrás, quando presidia a Comissão de Ciência e Tecnologia, tivemos aqui a presença do General Diretor da área de ciência, tecnologia e inovação do Exército, que inclusive propiciou uma ida dos membros da Comissão até o Rio de Janeiro, para que esses centros fossem visitados.

Ora, todos nós defendemos investimentos para a ciência, tecnologia e inovação como um ponto determinante do desenvolvimento do nosso País.

O requerimento tem como objetivo trazer os três comandantes e o Ministro da Defesa para que eles possam, numa audiência pública, mostrar a todos os Senadores membros da Comissão o desenvolvimento em cada uma das forças da área de ciência, tecnologia e inovação. Com certeza absoluta, dependendo do interesse dos Srs. Senadores membros da Comissão, nós podemos visitar *in loco* essas áreas de desenvolvimento, tanto do Exército quanto da Marinha e da Aeronáutica.

Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem, Senador Flexa.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(Pausa.)

Aprovado.

Apenas um aviso para encerrar.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 32, de 2013, de autoria desta Presidência e do Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, informamos que a CCT realizará, na próxima semana, nos dias 27 e 29, terça e quinta, duas audiências públicas para tratar do tema Marco Civil da Internet, debate sobre neutralidade de rede, privacidade e conservação de dados pessoais e outras controversas.

Também, deliberação desta presidência em realizar a sequência de audiências públicas sobre o tema Internet, que se dá no sentido de otimizar a agenda da CCT e propiciar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores maior amplitude nos debates de forma contínua, permitindo, assim, a formação de um melhor conteúdo e massa crítica para a oportunidade da discussão do projeto do Marco Civil da Internet nesta Casa.

As audiências serão realizadas com interatividade entre o Senado Federal e a sociedade, por meio do Portão e-Cidadania do endereço do Senado e também pelo Alô Senado, telefone 0800-612211. Qualquer cidadão poderá encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados por intermédio desta presidência, além de acompanhar pelo portão a transmissão ao vivo dessa reunião. Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas sim quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Cada Senador ou Senadora e o próprio cidadão poderão acessar os comentários e perguntas na página do portal e-Cidadania desta Casa.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Um bom-dia a todos!

(Iniciada às 09 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2013**

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Vital do Rego, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Sérgio Souza. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 06/2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Sérgio Souza e Luiz Henrique, **nº. 15/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Sérgio Souza, e **nº. 29/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Zeze Perrella, que requerem “a realização de audiência pública destinada a informar aos membros desta Comissão sobre a governança da internet no Brasil, incluindo os critérios para deferimento e registro de domínios na internet; o modelo de arbitragem de conflitos para nomes e domínios; o orçamento destinado ao setor, suas fontes de arrecadação e os meios de fiscalização e controle na alocação desses recursos; e o papel do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI no registro de marcas e sua interface com o registro de nomes e domínios da internet”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jorge de Paula Costa Ávila, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; Rafael Henrique Rodrigues Moreira, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Comitê Gestor da Internet no Brasil; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.BR; Hartmut Glaser, Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.

BR; e Marcelo Bechara de Souza Hobaike, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Findas as apresentações, o Senhor Senador Anibal Diniz, Presidente Eventual, franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Sérgio Souza. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dezessete horas e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lave a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da audiência pública, que é realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 6, 15 e 29, da CCT, todos de 2013, de autoria respectivamente dos Ex^{mos} Srs. Senadores Sérgio Souza e Zeze Perrella, aprovados em reunião da nossa Comissão, debateremos a governança da Internet no Brasil e outros temas correlatos.

Temos, então, a honra de convidar para composição da Mesa o Sr. Marcelo Bechara de Souza, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. Jorge de Paula Costa Ávila, Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi); o Sr. Hartmut Glaser, Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil; o Sr. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); o Sr. Rafael Henrique Rodrigues Moreira, Secretário Substituto de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Composta a Mesa, esta Presidência oportunamente informa que esta reunião contará com a utiliza-

ção dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados por intermédio desta Presidência. Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Por lá é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como por meio do Mural do Cidadão enviar seus comentários ou perguntas. As perguntas também poderão ser apresentadas por meio do telefone do “Alô Senado”: 0800 612211.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme o definido nos termos de uso desse portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas sim contra o cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão, com a finalidade do debate. Cada Senador ou Senadora e o próprio cidadão poderão acessar os comentários e perguntas na página do portal e-Cidadania.

Tratando agora do tema da audiência, é importante considerarmos que a discussão sobre a governança e o gerenciamento dos recursos da Internet no Brasil encontra guarita juntamente no amplo debate que vem sendo travado em torno do projeto que institui o Marco Civil da Internet. Estamos em um momento em que responsabilidades, critérios e características da rede devem ser definidas, pois o usuário comum está em limbo de indefinições, e isso resulta, por vezes, em situações em que, em detrimento dos usuários, os interesses econômicos das operadoras, provedoras e outras empresas que exploram a rede prevalecem.

Recentemente, vimos a discussão em torno do uso do domínio “.amazon”, em que a empresa de comércio virtual Amazon requereu o seu registro exclusivo. Essa situação despertou sentimentos contrários em vários países, tendo o Brasil liderado uma forte pressão diplomática na comunidade internacional. O assunto encontrou eco inclusive nesta Casa, com vários Parlamentares declarando o seu apoio a esse movimento. Sabidamente, a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), rejeitou o tal pedido por considerar que o termo seria de uso comum por vários países sul-americanos.

Conflitos como esse são comuns. A iniciativa do Senador Sérgio Souza em colocar o assunto em debate é acertada e o momento é oportuno, em face da discussão sobre o Marco Civil da Internet.

Dando, então, continuidade aos nossos trabalhos, informo que cada um dos expositores terá o prazo individual inicial de 15 minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão. Ao final, passaremos a palavra aos Srs. Senadores autores dos requerimentos, e, em seguida, aos demais Senadores, na ordem de inscrição.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, apresentando comentários ou questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Vamos iniciar, então, as nossas exposições, com o Sr. Hartmut Glaser, Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, a quem passamos a palavra.

O SR. HARTMUT GLASER – Boa tarde.

Ex^{mo} Sr. Senador Perrela, Presidente da CCT, em nome de quem eu quero saudar todos os presentes, é um privilégio especial, uma honra muito grande estar aqui representando o Comitê Gestor da Internet no Brasil e apresentar o modelo brasileiro de governança da Internet. Eu tenho alguns eslaides, que vou deixar à disposição da Casa e que poderão depois ser usados também para a devida publicação e divulgação.

Eu quero iniciar com alguns eventos importantes da Internet no Brasil. Eu acho que é muito importante fundamentar a história da Internet em nosso País.

A primeira conexão da Internet no Brasil ocorreu em outubro de 1988, ainda usando uma Internet que hoje nós não usamos mais. Chamava-se Bitnet. Em abril de 1989, nós recebemos a delegação do “.br”. O “.br” é o domínio de topo, é o domínio mais alto, abaixo do qual nós registramos todos os demais nomes. Esse domínio foi registrado em 1989 e foi concedida, então, ao Brasil – não quero entrar em detalhes; isso é história –, a primeira conexão com o protocolo que atualmente usamos, o protocolo conhecido como TCP/IP. A primeira conexão foi em janeiro de 91. Como havia uma expectativa, que felizmente se cumpriu, de a Internet brasileira evoluir, crescer, então, em maio de 91, foi feita uma definição de como seria usada essa estrutura debaixo do “.br” e foi montada uma hierarquia – “com.br”, “org.br”, “gov.br”, “net.br”, uma série de domínios debaixo do “.br” –, uma decisão que cabe exclusivamente ao Brasil, ao Comitê Gestor. Essa decisão, essa definição foi feita em maio de 91 e, nessa época, a Internet no Brasil era, de certa forma, usada mais na academia, nas universidades, nos centros de pesquisa, em alguns órgãos do Governo, mas começou, obviamente, uma tendência de um uso cada vez maior.

Quando chegou 95, nós tínhamos na ordem de mil domínios no Brasil, mil nomes registrados abaixo do “.br”. Houve uma decisão de dois ministérios na época – o MCT (Ciência e Tecnologia) e MC (Comunicações) – de criar um Comitê Gestor através de uma resolução interministerial. Então, em maio de 95, nasce o Comitê Gestor na sua primeira configuração.

Um outro fato muito importante é que, em outubro de 97, o sistema de registro de nome de domínio foi totalmente informatizado; o processo hoje é um processo

automático, e o importante não é só registrar o nome de domínio, mas é também dar a sua visibilidade na Internet como um todo. E isso acontece hoje de meia em meia hora. Imagine que um domínio está sendo registrado agora, às 14h20; às 14h30, se ele atendeu à exigência, esse domínio já pode estar no ar.

E uma outra coisa que se discute muito hoje são os pontos de troca de tráfego. O primeiro ponto de troca de tráfego que o Brasil instalou e montou ocorreu em novembro de 97. Estamos falando em algo que hoje está na mídia, que hoje está na discussão nacional e internacional, e o Brasil foi pioneiro também nesse sentido, já no ano de 97.

Rapidamente, alguns números. Por esses números, eu não ponho a minha mão no fogo, não são números 100% garantidos. Mas nós esperamos que, agora em 2013, possamos fechar com 50% da população brasileira tendo acesso à Internet. Eu faço a devida ressalva: não significa que ele tenha seu próprio acesso; ele pode estar usando isso no seu trabalho, na escola, numa *lan house* ou, obviamente, na sua casa também. Mas devemos fechar o ano com 50% da população brasileira – esse número hoje está entre 48% e 49% –, a metade da população tendo acesso à Internet através de algum provedor, seja ele privado, público, de escola, de *lan house* ou de trabalho. Falta muito para a gente alcançar padrões de países de Primeiro Mundo. Nós temos países onde essa penetração da Internet chega a 80%, 90%, e o Brasil precisa, obviamente, também expandir sua inclusão digital.

Esta é a curva de crescimento dos nomes de domínio. O fim da curva, aqui em cima, está hoje em 3,3 milhões de domínios. Eu mencionei que, em 95, eram mil domínios; hoje nós temos na ordem de 3,3 milhões de domínios debaixo do “.br”.

Precisamos ressaltar que a Internet não funciona dentro de um país com unicamente com os domínios que usam o “.br”; nós temos muitos que usam um genérico. Eu vou citar um exemplo, sem fazer propaganda: a Globo tem o globo.com, ela não usa “com.br”; ela deve ser proprietária – deve não, ela é, mas ela usa na sua mídia globo.com.

A Internet não vai funcionar no Brasil apenas com os domínios “.br”. Todos os domínios podem ser operados nessa rede da Internet. Então, nós temos hoje, aproximadamente, um número da ordem de 20% de brasileiros que não usam domínios “com.br” como domínio de topo. Vinte por cento estão usando, provavelmente, outros domínios. Então, isso daria 4 milhões de domínios brasileiros entre os “.br” e não “.br”.

Comitê Gestor da Internet.

O importante é falar sobre o nosso modelo de governança. Qual a base legal do CGI, do Comitê Gestor

da Internet no Brasil? Eu mencionei rapidamente que uma portaria interministerial, em 1995, criou o CGI e, depois, já no governo do Presidente Lula, houve um decreto presidencial, em setembro de 2003, dando, então, a configuração final do Comitê Gestor.

Ele foi criado para atender todos os serviços de Internet no País com o objetivo, em primeiro lugar, de dar, realmente, uma qualidade, assegurar uma qualidade técnica, uma eficiência, seguindo padrões internacionais. A Internet é uma; nós não temos Internet do Brasil ou Internet de outros países. Nós nos comunicamos através de uma rede e nós precisamos seguir padrões internacionais. É óbvio que alguns países sofrem porque não têm conseguido, talvez, todos os padrões, mas o Brasil se destaca, hoje, por uma liderança muito grande nessa área. Nossa Internet, com Certeza, segue padrões e recomenda padrões para os usuários e para os provedores.

Principais atribuições.

Primeiro, coordenar nome de domínio debaixo do .br.

Então, todo serviço de registrar o nome, qualquer que seja, debaixo do .br passa através do Comitê Gestor. Temos páginas, temos todo um sistema instalado, totalmente informatizado, de acesso para qualquer pessoa, inclusive muito simples de preencher.

O nome de domínio é apenas uma regra mnemônica para eu acessar um endereço na Internet. O endereço é o número IP. Só para simplificar: numa lista telefônica, de um lado estão os nomes e do outro, os números. E a lista telefônica me dá a relação entre o nome e o número. Na Internet eu tenho o nome de domínio relacionado ao endereço IP. Esses números IP, esses blocos IP também são distribuídos para os provedores, para as teles, para as empresas, pelo Comitê Gestor aqui no Brasil.

E ainda existe o ASN, que são sistemas autônomos... Dentro do sistema da Internet existem sub-redes que têm certa autonomia. Esses blocos, então, são conhecidos debaixo de um número chamado ASN.

Recomendar procedimentos, normas, padrões operacionais para a Internet. Eu sublinho a palavra “recomendar”. O Comitê Gestor recomenda, não regula, mas recomenda, estabelece diretrizes com o uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil, propõe programas de pesquisa e desenvolvimento, medidas regulatórias sempre no sentido de proposta de recomendação e adota medidas necessárias para garantir que a gestão da Internet no Brasil seja realmente compatível com os padrões internacionais e aceita pelos demais órgãos da cúpula da Internet como um todo.

Como funciona no Brasil?

Princípios básicos usados para a nossa governança.

É uma participação multissetorial.

Os quatro setores da sociedade brasileira têm direito, têm assento no Comitê Gestor, começando com o Governo, mas as empresas, o terceiro setor, as ONGs e a própria academia têm assento. Eu já vou falar na composição com mais detalhes.

É um processo democrático. Todos os representantes que não são do Governo são eleitos pelos seus pares. É um processo democrático *bottom up*. Os colégios eleitorais elegem seus representantes sem nenhuma interferência de alguma entidade externa. E todo esse processo é transparente, é público, é publicado nas nossas páginas, na *web*, todos os mecanismos são públicos e podem ser acompanhados pela sociedade como um todo.

Só um parêntese. Esse modelo impactou tanto outros países, que hoje nós temos uma consulta constante sobre detalhes do procedimento, sobre como funciona, e recebemos convites para representar o Brasil em eventos internacionais e falar desse modelo vencedor.

Composição dos quatro setores. O Governo tem nove membros, o setor empresarial tem quatro membros e o terceiro setor também tem quatro membros. O setor acadêmico tem três que são eleitos – *bottom up* –; e tem um notório saber que representa um pouco a história da Internet no Brasil e mantém um pouco da continuidade da origem da Internet no Brasil.

Esses 21 conselheiros membros elegem o secretário, que no momento sou eu, representando então essa posição. Nós temos uma reunião mensal a que todos os conselheiros comparecem. Os nomes, tanto do Governo como dos outros, são publicados no *Diário Oficial*. Os nove do Governo são representados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério das Comunicações, os dois Ministérios que deram a origem, lá em 1995; e posteriormente a Casa Civil e o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) foram agregados, bem como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Defesa, o CNPq, a Anatel e o Conseci (Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação). Então, esses nove lugares pertencem ao Governo.

O número dez é o notório saber e os outros – quatro, quatro, três – onze são eleitos. No caso do segmento empresarial, há uma subdivisão já no decreto da criação do Comitê Gestor. Um deve ser obrigatoriamente um provedor de acesso e conteúdo. São os provedores que nós usamos – Terra, UOL ou outro qualquer. Um deve ser obrigatoriamente de infraestrutura. Então, compete ao segmento de telecomunicações,

através dos seus órgãos, eleger o representante. Outro obrigatoriamente deve ser dos fabricantes de bens de informática para telecomunicações, portanto *Hard Software*; e um representa grandes usuários empresariais. Só para dar um nome aqui, grandes usuários é a CNI, a Fiesp, a Febraban, a OAB. Então, grandes usuários se inscrevem no colégio eleitoral e participam da escolha de um representante do setor empresarial.

No caso das ONGs, do terceiro setor, não dá para subdividir, é muito complicado. Então, eles elegem quatro. E no setor acadêmico, através de entidades de classe, associações científicas, sociedades ligadas à pesquisa e desenvolvimento elegem três representantes.

O processo democrático é como eu falei. As entidades representativas dos três setores formam colégios eleitorais. O setor empresarial está subdividido. Os colégios eleitorais lançam os seus candidatos e há uma eleição eletrônica totalmente auditada, transparente e confiável que, então, indica para cada posição os eleitos; e cada eleito também tem um suplente.

Todo processo é discutido no CGI. As regras são transparentes, as consultas são públicas. Nós estamos num processo eleitoral agora. Acabamos de fechar o período para a candidatura das pessoas jurídicas, para formar os colégios eleitorais. Um grupo que forma a comissão eleitoral está validando a documentação, para ver se as entidades têm legalidade e realmente representam o seu setor. Então, nos próximos dois meses, dois meses e meio, haverá validação dos colégios eleitorais. E antes do fim do ano haverá o lançamento dos candidatos pelos diversos segmentos, para uma eleição totalmente democrática, eletrônica. E todos esses assuntos, todos os resultados – como diz aí – são públicos e estão na *web* para acompanhamento de qualquer pessoa.

O importante que é necessário sublinhar é que o Comitê Gestor não é pessoa jurídica, é um grupo de trabalho nomeado ou criado por um decreto, mas o trabalho do dia a dia tem implicações legais, jurídicas; e o próprio decreto do Presidente Lula previu a saída para criar um braço executivo, que se chama Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. É uma entidade jurídica sem fins de lucro que executa e implementa as decisões do Comitê.

Portanto, o CGI é o órgão máximo que tem o poder para aprovar projetos. Então, o NIC.br recebe a incumbência. Depois, o meu colega Demi Getschko falará mais sobre a parte do NIC.br.

O NIC.br tem uma assembleia. Todos os ex-conselheiros do CGI, desde 1995, fazem parte dessa assembleia. Os ex-conselheiros têm palavra, têm voz, não têm voto, mas os atuais 21 têm, então, direito a

voto, compõem a assembleia do NIC e podem, então, escolher o Conselho de Administração, a Diretoria do NIC, que tem uma estrutura mais ou menos como está representado aí – não aparece na primeira linha os ex-conselheiros, mas eles estão ao lado desses todos que estão aí cima, os 21. Temos sete que formam o NIC, a diretoria, com quatro grandes áreas de atuação: Registro, que cuida dos domínios; Sert, todo o aspecto de segurança da Internet; Cetic, o nosso Departamento de estatística – é muito importante saber como a Internet altera a nossa sociedade, qual é o impacto, na área econômica, na área de saúde, na área de educação. Então, nós medimos o impacto da Internet na evolução do nosso País em vários aspectos e nós temos um grupo que avalia, que vai a campo ver o impacto nos domicílios, nas empresas. E nós temos, então, esse grupo de estatística muito forte –; Ceptro, um departamento que cuida de novos projetos; e o W3C é o que se preocupa com *standards*, com padrões com uma ênfase na sensibilidade.

Então, resumindo mais uma vez os trabalhos que são executados pelo LIC e é importante mencionar a última linha, o NIC é o centro operacional do LACNIC. O LACNIC é um registro de IPs para a América Latina e Caribe. A região foi dividido, o mundo foi dividido em cinco regiões, umas das regiões é a América Latina e o Caribe. Então, nós recebemos um bloco grande de endereços para toda a América Latina. E essa estrutura está numa entidade chamada LACNIC – eu tenho o privilégio de representar o Brasil na diretoria do LACNIC –, mas o bloco que o Brasil recebe vem do LACNIC. E nós, então, operamos a parte técnica lá nas instalações nas facilidades do Comitê Gestor. E aí estão todos os *sites* que os senhores podem consultar para receber as informações específicas sobre as atividades tanto do CGI como do NIC e de todos os seus departamentos.

Agradeço o privilégio de poder rapidamente o CGI e me coloco à disposição para eventuais perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Secretário Hartmut.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Demi. O sobrenome é complicado para mim. Como?

O SR. DEMI GETSCHKO – Getschko.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Com a palavra, o Sr. Demi.

O SR. DEMI GETSCHKO – Agradeço ao Senador Perrella o convite para estar nesta audiência.

Eu vou rapidamente passar para alguns conceitos da Internet, complementando mais ou menos o que o Glaser disse e depois os senhores os questionamentos que acharem mais interessantes.

Já foi praticamente comentado, eu só queria ressaltar alguns pontos importantes que são os seguintes: o BR foi registrado em 1989, como foi dito. O BR é um domínio chamado *country code top-level domain*. Isso significa que ele é um domínio referente a um código de país. O que quero dizer com isso? É preciso tomar muito cuidado com isso, porque a delegação de um domínio desse tipo não envolve nenhum trâmite político ou institucional entre países, porque quem delegou isso aí foi o Diretor do IANA, Jon Postel, já falecido, que delegava essas coisas aos grupos que trabalhavam com Internet naquela região. Então, na verdade, é um problema de comunidade.

Na maioria dos casos, quem recebeu o domínio de país foi uma instituição acadêmica. Então, por exemplo, no Chile, quem recebeu o ponto “cl” foi a Universidade do Chile; na Alemanha, quem recebeu o ponto “de” foi uma ONG que hoje se chama DNIC; idem na Inglaterra. Em alguns países, isso acabou em mãos mais, digamos, oficiais. Na Argentina, está na chancelaria. Essa delegação sempre foi uma ação entre integrantes da Internet.

Então, precisamos tomar muito cuidado com isso. Ao dizer o domínio brasileiro, na verdade, a gente estaria, de alguma forma, restringindo o Brasil ao “br”, como foi dito. Isso não é verdade. Você poderia ter o Brasil indo muito bem na Internet sem o “br” funcionar. Em vários lugares do mundo, a presença dos domínios genéricos “.com.net” é maior do que os domínios de país. Nós tivemos a sorte ou, talvez, fizemos trabalho bem executado, e o “br” vai muito bem no Brasil. Mas poderia ir muito mal e o Brasil poderia continuar indo muito bem na Internet sem ter um domínio funcionando com o código do seu país instalado lá. Na Espanha, por exemplo, logo no começo da Internet, o “.es” era desprezível, no geral, porque a Espanha tinha um procedimento burocrático complicadíssimo para estar debaixo do “es”. Quando eles viram que, com isso, simplesmente, todo mundo migrou, de mala e cuia, para o “.com”, viram que o “es” seria irrelevante e abriram completamente as comportas.

Posso dizer, a nosso favor, que nunca mexemos na política do “br”. O “br” nunca foi nem muito aberto nem muito fechado. Ele tentou se equilibrar dentro da balança. Por exemplo, o “br” sempre foi restrito a entidades que têm CNPJ ou CPF, portanto brasileiros ou localizados no Brasil. Nós nunca abrimos para o mundo como, por exemplo, a Alemanha. O “de” é aberto para entidades de fora da Alemanha. Isso poderia ser ruim

para nós sob o ponto de vista da expansão, mas dava uma garantia de que qualquer pendência jurídica seria resolvida entre brasileiros. Por outro lado, a gente nunca exigiu nenhum tipo de papel para registrar, exceto alguns casos específicos que não vou comentar, porque isso seria contra, digamos, a ideia da Internet.

Só para dizer, então, que o Brasil foi delegado em 89, seis anos antes da criação do Comitê Gestor. Naquela altura do campeonato, o pessoal que trabalhava com o registro era o pessoal da Fapesp, no qual eu estava envolvido também. O RNP criou o primeiro *backbone* em 91, ainda totalmente acadêmico. A gente costuma misturar *web* com Internet, mas *web* é uma coisa e Internet é outra. A *web* chega em 93. Nós ganhamos autonomia nos números IP em 94, bem antes de ser criado o LACNIC também. Em seguida, a Embratel começou o uso comercial. E o Comitê Gestor é criado em 95 para dar uma estrutura a isso. O Comitê Gestor simplesmente assume o que está acontecendo no sentido de que avaliza aquilo lá e dá uma estrutura um pouco mais formal. Na verdade, a linha é absolutamente ininterrupta, desde 89 até agora, e vem da mesma forma. Não houve nenhum tipo de ruptura no cenário.

Só para consolidar o que estou dizendo, o que eu quis dizer aqui na página anterior, por exemplo, é que a Internet, como a gente conhece, começa a rodar em 82, por isso ela completou, ano passado, 30 anos. Nós vamos fazer 25 anos ano que vem, o “br”. Tanto isso é razoável que, se você olhar aqui a curva de domínios, uma curva histórica de domínios, não tem nada nessa região. Na verdade, o negócio começa a disparar por volta de 96. É exatamente quando o Comitê Gestor é criado, quando a Embratel passou a dar acesso é que a coisa cresceu no mundo e no Brasil. Então, nós crescemos juntos com a tendência mundial, no mesmo ritmo. Esse aqui, só como curiosidade, é o comunicado da Embratel, de dezembro de 94, anunciando o acesso à Internet de pessoa física via Renpac, naquela altura de campeonato, em velocidades espantosas de 9,6 bits por segundo ou, para quem não é tão ousado, 2,4 bits por segundo.

A Internet clássica, como falei, que continua funcionando, tem órgãos basicamente constituídos por voluntários. O órgão mais alto de administração da Internet é construído por voluntários e se chama IAB – Internet Architecture Board. Foi criado em 82 e, segundo minha definição, cuida da ortodoxia da Internet, a mantém dentro dos seus conceitos originais de abertura, abrangência etc. e tal.

Os outros órgãos importantes aqui, os mais importantes, são o IETF, que gera todos os padrões da Internet. Os padrões da Internet, ao contrário, por exemplo, dos padrões de telecomunicação, são gerados em

discussão aberta três vezes ao ano, onde todo mundo participa e não há *membership*, quer dizer, você não representa ninguém, você representa a si mesmo. Isso é, digamos, a base da filosofia da Internet em termos de padrões. A IANA entregava normas de números até 88. Isso sofreu algumas alterações posteriormente. Bom o IETF, então, gera os padrões. Os padrões podem ser padrões, padrões mesmo, podem ser *best praxis* ou podem ser só informações, não vamos entrar em detalhes sobre isso.

O que eu queria ressaltar é que no trabalho do IETF fica claro, sempre, que para que a Internet funcione e continue crescendo, como cresce, espantando todo mundo, ela precisa ser simples em seu núcleo; se não, não seria escalonável, não cresceria. O que significa simples no núcleo? Não se pode querer, da Internet, coisa que ela não consegue fazer. Ela nunca vai validar se você, de fato, é o João. Ela nunca vai validar se alguém está se passando por outro. Ela não vai criptografar seu *e-mail*. Tudo isso você tem de fazer, se quiser, nas bordas da rede. As bordas, você faz o que você quiser; a rede em si tem que ser leve, ela tem que simplesmente entregar pacotes, entregar pacotes de um lado para o outro, desesperadamente. E, para fazer isso, ela tem que ser neutra também, ela não pode entrar no mérito dos pacotes, ela não pode dizer: “Esse pacote eu entrego, esse pacote eu não entrego”. Ela tem que entregar todos os pacotes que foram entregues a ela na melhor forma possível. Se ela não puder entregar, ela joga fora o pacote, e alguém se encarrega de retransmitir depois. Isso fez a Internet ser o que ela é.

Bom, aqui há alguns conceitos, não vou perder tempo com isso, temos que ser conservadores no que fazemos e liberais do que aceitamos dos demais.

O que é importante para a Internet funcionar? A Internet não tem nem uma coordenação central forte, nem uma chave de desliga, nada disso. A Internet é uma coleção de milhares de redes autônomas, sistemas autônomos que cooperam espontaneamente, mas algumas coisas têm que ser coordenadas, senão, não funcionariam. Por exemplo: os nomes têm que ser coordenados porque, se os nomes não forem coordenados, você não pode ter dois com o mesmo nome, vai dar confusão. Os números têm que ser coordenados, e essas coisas são fundamentais para a rede funcionar.

Os nomes são coordenados através de uma estrutura em árvore, chamada de DNS, que é aquela que mostrei, como Mockapetris e Postel definiram em 84, é uma estrutura que funciona muito bem. Essa estrutura está ancorada em alguns servidores raiz, que são parte das discussões hoje. Servidores raiz são a raiz das listas telefônicas da Internet, não passa tráfego nenhum

por lá, exceto o de resolução de nome para número. Então, são treze servidores raiz históricos, aliás, vi até o mapa deles em algum lugar. Estão aqui. Esses são os treze servidores históricos que estariam localizados desse jeito: praticamente nos Estados Unidos, Europa e Japão, mas têm uma tonelada de servidores espelho, e nós temos o orgulho de ser o País que é o segundo no mundo com mais espelhos. Quer dizer, o Brasil tem aqui uma coleção de espelhos dos servidores raiz aqui, de forma que somos muito sólidos nessa área aí e não temos problema com isso.

Então, o que tem nessa raiz dos servidores raiz? Os nomes que, antigamente, eram chamados genéricos, que são esses nomes de três letras que eram originalmente todos norte-americanos e, depois, alguns viraram genéricos, por exemplo, o “Edu” continuou norte-americano, na acadêmica norte-americano, o “com” virou genérico, o “gov” continua governo norte-americano, o “net” virou genérico, o “org” virou genérico, o “mil” continua segmento militar americano, o “ind” foi feito para as organizações internacionais. E os de país, como comentei, Argentina, Brasil, Suíça, Tuvalu, são os códigos de país.

Os códigos de país têm autonomia para estabelecer, como eles querem, fazer a árvore. Então, em 91, reunimo-nos na Fapesp e decidimos que, debaixo do “br” era bom não abrir direto, não abrir “joão.br”, como a Alemanha abriu. Acharmos que era melhor ter “com.br”, “net.br”, “org.br”, “ind.br”, “info.br”, o diabo “br”, para manter uma semântica, e, de novo, parece que foi uma decisão acertada porque nos permitiu, depois, criar, por exemplo, “leg.br” para o Legislativo, “jus.br” para o Judiciário. Se isso estivesse disponível, alguém criaria “leg.br” para lego, sei lá para o quê. Quer dizer, reservamos o segundo nível para usos específicos, para ter uma semântica no domínio brasileiro.

Muito bem, então, indo rápido aqui. Em 94, acontece uma mexida, não vou perder tempo com essa alteração aí, o fato é que é criada a ICANN para cuidar daquilo que a IANA fazia. Então, a IANA que entregava nomes de números, agora, passa a ser uma função de ICANN. A ICANN é um organismo que cuida simplesmente de nomes e números, ela não tem gestão no trânsito, ela não tem gestão na distribuição do que o “br” faz, se cobramos ou deixamos de cobrar, se temos um segundo nível aberto ou fechado, se usamos o governo de baixo do “br” ou o contrário, quer dizer, tudo isso é transparente, ela não se mete com isso. O que ela faz, na verdade, é cuidar, eventualmente, de novas inserções na raiz, ela tem um programa grande de novos domínios genéricos, vimos o rescaldo disso com a discussão sobre o “amazon”, graças a Deus, aparentemente, foi bem, então, não vamos ter proble-

ma com isso, e ela tem debaixo dela, então, algumas entidades de suporte a partir de endereços, a partir de genéricos e a partir de países, se formos ver onde estamos. Então, teremos aqui está a região dos genéricos, aqui estão os endereços LACNIC, RIPE e companhia.

Bom, a Internet tem essas características que conhecemos: colaboração, sinergia, não ter regulação na forma tradicional, os padrões são criados por IETF. Vou correr rápido com isso. Eu só queria lembrar algumas coisas muito interessantes nessa área. Vimos aquela transparência da Embratel, a gente lembra que a Lei de Moore, que foi criada em 65 pelo criador da Intel, ele chutou que, a cada dois anos, a cada 18 meses, a complexidade dobraria pelo mesmo preço, e isso tem se mantido até agora, quer dizer, se vocês olharem lá nos anos 70, tínhamos *kilobits* por segundo, nos anos 80, *megabits*, depois, *gigabits*. Hoje, estamos na região dos *terabits*, quer dizer, tudo continua, essa Lei de Moore continua funcionando, continuamos dobrando a cada 18 meses, o que é muito bom.

A Internet tem evoluído, logo temos que ir para o IPv6, que vai permitir que cada um de nós tenha mais endereços do que toda a Internet tem hoje, quer dizer, cada um individualmente terá mais endereços do que a Internet inteira hoje tem, para que você possa dar endereço para tudo, na sua casa, seus botões, qualquer coisa que você queira. Está aqui o tamanho, IPv4 é essa quantidade de endereço 2³² e IPv6 é um negócio que não dá para dizer o que é, é um negócio absolutamente descomunal.

Só para comentar esse negócio dos novos genéricos eu pessoalmente nunca fui favorável à criação de novos genéricos, mas a ICANN decidiu o contrário, decidiu criar, quer dizer quando eu estava lá eu votei contra, mudaram depois, então o NIC participou do processo, já que mudou o ritmo, você tem que participar do novo esquema. Nós pedimos dois domínios que seriam usados pelo NIC, eventualmente, e por enquanto ainda estão em fase de concessão, o bom e o final, e nós somos o *back end*, no sentido de que nós somos a máquina que vai operar três outros domínios nacionais.

Então o Brasil tem esses cinco pedidos, pelo menos. Tem mais uns três pedidos brasileiros que não estão ligados à gente. Esses cinco estão ligados a nós, o “GLOBO”, o “RIO”, por causa das Olimpíadas e dos jogos, etcétera e tal, e o “UOL”, que é um provedor famoso, vão teoricamente poder operar domínios, de novo, domínios que não são BR, mas são domínios no Brasil. E nós seríamos a máquina atrás disso.

Aqui eu trouxe um *slide* antigo, de 93, onde dois cachorros conversam e o cara diz para o cachorro de baixo: “Olha, bom na Internet é que você pode traba-

lhar e ninguém sabe que você é um cachorro.” Então, em 93, ninguém sabia que você era um cachorro. Mas agora em 2013 não só sabem que você é um cachorro como sabem que ração você come, qual é o seu peso, que tipo de pelo você tem, quer dizer, a privacidade foi de fato de alguma forma solapada pelo que acontece na Internet hoje. Temos que ficar muito atentos então a isso. Quer dizer, hoje todos sabem que você é um cachorro. Então é muito complicado.

Esses assuntos são discutidos nos fóruns de governança. Tem aí vários fóruns de governança, vai ter um em Bali este ano, não vou perder tempo com isso, o CGI, já foi dito que quer, a composição já foi. O CGI criou uma coisa muito importante que é um decálogo que gerou a ideia do marco civil. Esse decálogo defende conceitos da internet. Então aí os conceitos que a gente acha que são preciosos para a internet são definidos aqui: liberdade, governança, universalidade, diversidade, neutralidade, inimitabilidade, padronização, etcétera e tal.

E do NIC, onde eu chegaria agora então, já foi dito que ele tem esses órgãos, o Ceptro, o Cert e o Cetic. O NIC recebe todos os seus recursos do registro brasileiro e os reaplica em atividades, primeiro do próprio registro, tem que funcionar muito bem, nós temos máquinas em Brasília, Rio, São Paulo, na Alemanha, nos Estados Unidos, em Seul, na Coreia, porque nós temos que garantir que o BR resolve em todo lugar do mundo com agilidade e graças a Deus tem ido bem nessa área, nunca tivemos problemas.

Então até a Alemanha teve problemas, nunca tivemos isso aí. O Brasil é o quinto maior domínio do mundo. Perde para a Alemanha, Inglaterra, Holanda e China. E perde também para a comunidade europeia, mas isso não é um domínio, é uma coleção, não é?

Então o que fazemos? Aí registramos domínios. Esse dinheiro é usado para criar pontos de troca de tráfego para distribuir gratuitamente a hora oficial brasileira, para participar de medição de banda larga, etcétera e tal, estatísticas, cartilha de segurança que saiu agora no *site* da Unesco, saiu a nossa cartilha lá, traduzida em inglês, dizendo que é uma excelente ferramenta para navegar sem se submeter a riscos. Então sugiro aí que quem quiser consultar o *site* da Unesco tem lá a cartilha do Cert e o escritório W3C.

O Registro então registra nome de domínio e opera DNSSEC e DNS, que são dois serviços de domínio. Ele aloca números IPv4 e IPv6 e sistemas autônomos e dá suporte ao LACNIC, como foi dito.

Só para lembrar qual era o conceito original de domínio, tem aqui o RFC 1591 do Postel, de março de 94, que define delegações e domínio, dizendo que o conceito de direitos e propriedade de domínio são

inadequados. Você tem que tratar de responsabilidades e serviço à comunidade. Ele disse também que se houver disputa entre domínios, entre dois caras que quiserem disputar entre si, a única função do Registro nosso é colocar o pessoal em contato. Eles vão ter que entrar no mérito da disputa. A gente nunca entrou no mérito da disputa.

E ali diz mais, que o nome domínio não tem conceito não tem *status* de *trademark*, não tem *status* de marca, e cada um que pede é responsável por não violar a marca de alguém outro, quer dizer é responsabilidade de quem pede tomar cuidado com isso. E cada domínio tem que ter um contato administrativo, um contrato técnico, o que respeitamos rigorosamente.

Quanto ao crescimento, já foi dito, estamos com três milhões de domínios, três milhões e trezentos.

Regras básicas de nome de domínio. Funciona em toda a Internet assim: o primeiro que chega leva, se tiver disponível. Se tiver disponível, é seu. Se você registrou os seus dados serão mostrados no WHOIS, quer dizer você não pode registrar um domínio anonimamente. Se você registrou, os seus dados serão exibidos no WHOIS, até para proteção da comunidade e proteção sua também, porque pode ter homônimos. De repente é um conteúdo horroroso lá com homônimo seu. Se nós não tivermos os dados exibidos no WHOIS você não vai conseguir se defender. Na hora de reservar o nome, essa é uma característica só brasileira, você não precisa pagar, você pode pagar mais tarde.

Por que a gente fez isso? Porque se você tem uma boa ideia, até conseguir gerar um boleto, pegar um cartão de crédito, essa ideia pode ser roubada por alguém, que nunca se sabe, podia estar olhando por cima do seu ombro. Então, você pode reservar o nome na hora em que você tiver a ideia, você entra reserva o nome e não precisa pagar, reserva o nome, pagar depois, tem um tempo para pagar, evidentemente. Isso não é um caso só do registro brasileiro.

Nós oferecemos também DNS, DNSSEC gratuito, quem quiser usar o nosso serviço usa, quem não quiser não usa. Nós não enviamos boletos pelos Correios, porque isso deu um monte de fraudes, uma porção de pessoas gerando boletos falsos. Então, se você quer pagar, você imprime seu próprio boleto no seu próprio computador, a partir do nosso sistema, e paga ou paga no cartão de crédito.

A nossa anuidade é de R\$30,00, desde 2003, não se mexeu nisso; tem também R\$15,00, dos domínios “emp.br” e R\$10,00 do domínio “nom.br”, para a pessoa física gastar menos, de for o caso, e tem grátis. Se for Governo ou Legislativo ou Judiciário ou universidade, você não paga domínio.

O domínio não pago após seis meses vai a um processo chamado liberação em que vemos se tem um candidato, mais de um candidato ou nenhum candidato. Se não tem nenhum candidato, ele volta para *first come, first served*, porque ele volta a ser virgem; se tem um candidato só o candidato leva; se tem mais de um candidato ninguém leva, porque não sabemos decidir quem é o primeiro visto que esse domínio já teve uso, então é um domínio... É um critério muito brasileiro, em que podem reclamar: “Olha, vocês poderiam fazer muito mais recursos, liberando.” Olha, a gente prefere não ser injusto nunca, em nenhuma situação etc. e tal.

Finalmente, se houver conflito de donos de domínio, a gente tem um sistema chamado Saci foi criado há uns quatro anos atrás, um sistema administrativo, não é um sistema de arbitragem, é um sistema administrativo, mas usando a câmara de arbitragem, a câmara Brasil/Canadá, ou outras câmaras, você pode ter um parecer sobre se você tem ou não direito àquilo e nós não entramos no mérito novamente. Se não houver contestação, a gente assume o resultado da Câmara.

O “br” mantém a semântica, então, pessoas físicas e jurídicas têm um tratamento diferenciado, pessoas jurídicas sem restrições, pessoas jurídicas restritas, por exemplo, para “org” e “br” é preciso ser organização sem fins lucrativos, precisa mostrar isso num papel. Para nós, é prejuízo ter de analisar papel para garantir o registro disso, mas eles gostam, porque estão entre irmãos. Sabem que todos que estão aqui são sem fins lucrativos.

São pessoas jurídicas especiais o “jus.br” para o judiciário, o “b.br” para os bancos, o “leg.br” para o Legislativo. Eles têm todos assinatura, da DNSSEC, o que dá uma segurança muito maior e garante *contra fishing* bastante. Pessoas físicas, o caso de domínios de R\$10,00, o “nom.br”, “blog.br”, “flog”, “wiki”, profissionais liberais etc. e tal.

Isso está tudo no *site*.

Agora, cabem os registros. Dos PTTs, o Hartmut falou, aqui tem os PTTs que existem o Brasil, tudo isso é mantido com o dinheiro do registro brasileiro. Temos 22 PTTs atualmente, desde Americana, em São Paulo, até Vitória. Esses pontos azuis são os PTTs. Esse é o PTTs maior, que temos em São Paulo. São todos pontos passíveis de se conectar a ele, você pode se conectar a partir do NIC mesmo, a partir da Vivo, a partir da USP, a partir da Telium ou a partir da Eletropaulo, ou seja, são os pontos onde você pode se conectar a isso. Essa é a distribuição dos pontos de conexão em São Paulo. Dá para ver que fica em cima da parte do Rio Pinheiro, essa região central, onde têm os *data centers* em geral e aqui também na região de Barueri, onde está Terramark e Alphaville. Essa é a curva de

agregado de PTT, de todos os PTTs. Já estamos acima disso, estamos em 220 gigas. Esse aqui tem uma semana de atraso, estamos em 220 gigas.

Essa é a tal cartilha da UNESCO, a Cartilha do Cert, sobre navegar é preciso, mas não é necessário você expor sua segurança. Aqui tem um monte de documentos que estão fazendo agora, estão fazendo fascículos a cada mês sobre senhas seguras, transações bancárias seguras, que são usadas para uso em geral.

Esses são os dados que o Cetic gera de estatísticas: crescimento da Internet no Brasil, domicílios com acesso à Internet, velocidade que cada escola tem, escolas públicas e privadas, as escolas privadas têm as velocidades um pouco maiores que as públicas, como a criança e o adolescente usa a Internet, quantos por cento usa, se usa todos os dias, se usa de vez em quando. Isso está tudo disponível aberto do Cetic.br, pode baixar isso aí, é uma enorme pesquisa do *Kids On-line* que acabamos agora, o *Kids On-Line* aqui em cima, terminou há dois meses.

Aqui é interessante, porque tem a resposta do aluno e do pai do aluno. Por exemplo, pergunta-se para o aluno, onde você usa Internet? E 42% dos alunos dizem na escola, os pais dizem que 38% na escola. Então, precisa ver se os pais dos alunos estão sincronizados. Na casa de amigos. 34% dos estudantes usam na casa de amigos, os pais acham que são só 21%. É bom até para ver qual o grau de conhecimento dos pais em relação ao que os alunos fazem.

Quem tem perfil na rede social, de novo, a posição entre o que os pais acham e o que os filhos acham. Os pais que acham que os filhos tenha sido constrangidos na rede por algum motivo, os pais não acham, a maioria dos pais não acha, os alunos acham mais, os filhos acham que há coisas que incomodam na Internet. Você pode ver que há mais consciência nos alunos do que nos pais aqui, mas isso, de novo, fica disponível. Há um monte de coisas aqui. E o escritório W3C apresenta os padrões da *web*, como falei, desde 1993.

Há uma frase do Tim Berners-Lee dizendo que temos que defender a Internet, que temos que defender a abertura, que não podemos trabalhar num mundo fechado. O mundo atualmente é aberto. Há uma do Vinton Cerf dizendo que, se a Internet é o espelho do mundo, as coisas boas e ruins estão refletidas na Internet. E, se você não gosta do que vê, não adianta quebrar o espelho. Quer dizer, o mundo está sendo refletido lá. Se quebrar o espelho, você só quebra a reflexão da realidade e não a realidade em si.

Temos que lembrar que não existe a Internet do Brasil. Existe a Internet no Brasil, tanto que o Comitê Gestor se chama Comitê Gestor da Internet no Brasil, porque não existe a Internet do Brasil. Graças a Deus,

porque, senão, teríamos ilhas não comunicantes. Temos que tomar muito cuidado sobre legislação, porque a legislação pode ser obsoleta rapidamente.

Termino com a invocação de irmos em frente com o marco civil, dizendo que é fundamental proteger o ambiente da rede, a cadeia de valor, a inovação e o próprio internauta. É fundamental proteger a privacidade, aquela história dos cachorrinhos que mostrei. É fundamental que se responsabilize, adequadamente, a cadeia de valor, porque, senão, você vai eliminar iniciativas brasileiras. Quer dizer, se eu crio um *blog* e serei responsável porque alguém escreveu uma bobagem nele, eu não vou criar o *blog*. Quer dizer, vai inibir a ação de empreendedores brasileiros se você responsabilizar erradamente a cadeia de valor. A Internet tem que ser neutra em todas as suas camadas: não só na infraestrutura, que a Anatel já cuida, mas na camada de conteúdo, na camada de acesso, etc. e tal.

É basicamente isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Sr. Demi.

Passamos a palavra para o Sr. Marcelo Bechara de Souza, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Com a palavra, o Sr. Marcelo Bechara.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Queria cumprimentar o Senador Zeze Perrella, Senador pelo meu querido Estado de Minas Gerais. Queria cumprimentar aqui todos os companheiros de Mesa, especialmente o Demi e o Glaser, que são companheiros lá do Comitê Gestor da Internet.

Eu sou representante da Anatel no Comitê Gestor da Internet no Brasil. Minha apresentação tem três eslaides: a primeira é a capa e a última, obrigado. Então, eu vou fazer a apresentação falando só a partir desse eslaide aqui, que, na verdade, tenta resumir um pouco daquilo que foi muito bem falado. Eu acho que muito feliz a colocação da minha apresentação após a manifestação dos Profs. Glaser e Demi, porque eles ilustraram, de forma bastante completa, o que é a governança da Internet no Brasil, o que isso significa, o que isso representa e a importância que se dá.

Para falar de Internet, para falar de governança da Internet no Brasil não dá para não tratar a questão de forma histórica. Por quê? Porque a própria Internet, em maior ou menor grau, tem uma influência e vem sendo influenciada por acontecimentos e fatos históricos. Ela nasce na década de 60 – não ainda Internet –, lá no modelo militar, no âmbito da Guerra Fria, nasce dentro de um conceito de um projeto militar; depois, passa a ser desenvolvida; tem uma forte visão do ponto de vista acadêmico, momento, então,

em que ela começa a ter uma história efetiva aqui no nosso País – mais ou menos entre 1988, 1989, quando você tinha a interligação de redes de ensino e a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa). Em 1991, como foi dito aqui, a Fapesp assume essa responsabilidade pela administração do registro de nomes de domínio e de número. E, finalmente, em 1995, é criado o Comitê Gestor da Internet.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Sr. Marcelo, gostaria de pedir desculpas aos senhores, pois estou sendo convocado para uma reunião do Líderes, onde vamos discutir a questão dos vetos presidenciais, e, infelizmente, tenho que me retirar. Eu peço desculpas aos senhores.

Convido o Senador Sérgio Souza para ocupar a Presidência.

O SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Prosseguindo, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Senador Sérgio Souza que assume a Presidência dos trabalhos.

Em 1995, vem a famosa Norma nº 4, momento em que é instituído o Comitê Gestor da Internet no Brasil. E aí faço então uma reflexão do ponto de vista histórico para mostrar que àquela época começava a implantação de um modelo mais comercial da Internet no Brasil, ou seja, havia efetivamente uma comercialização da Internet em que ela deixava um pouco o ambiente acadêmico, mas ainda era fortemente influenciada por esse ambiente acadêmico.

Se nós observarmos a composição do Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 1995, por força da portaria que foi interministerial – o Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações conceberam esse grupo –, você tinha alguns representantes do Governo, notadamente o Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem sempre coube a coordenação dos trabalhos, o Ministério das Comunicações, o Sistema Telebras, lembrando que o Sistema Telebras ainda era estatizado – o processo de desestatização só iria efetivamente ter início em 1997 e ser concluído em 1998, com a criação da Anatel e da Lei Geral de Telecomunicações –, o CNPq, então entidade acadêmica de pesquisa; RNP, uma entidade acadêmica de pesquisa, e uma comunidade que tinha um representante da academia, um dos empresários, um dos usuários e um dos provedores de serviços.

Você vê ali então que, no momento da gênese da governança, materializada por portaria no Brasil, havia uma concepção da Internet muito focada ainda no ambiente acadêmico, uma vinculação com a Fapesp e efetivamente uma Internet puramente discada. Essa era a realizada da Internet, extremamente elitizada e ainda para poucos, em razões da tecnologia.

O tempo passa, e dentro da linha histórica, eu coloquei alguns grandes acontecimentos do mundo na criação da Internet. Temos ali, por exemplo, o Google, em 1998; o Facebook e o Gmail, em 2004; em 2005/06, o YouTube, depois o Twitter; e finalmente, em 2013, o caso Edward Snowden, que é talvez o tema em voga principal sobre a questão da segurança e da privacidade na Internet.

A discussão sobre segurança e privacidade sempre permeou a tecnologia. Ela não é nova. Sempre que se discutiu a questão de segurança, a questão da privacidade, esse binômio segurança/privacidade, a busca por esse equilíbrio sempre foi uma pauta que vem acompanhando a história da tecnologia e, consequentemente, a história da Internet no mundo.

Quando chega em 2003, primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aquela portaria é alçada a um nível de decreto presidencial. Por que decreto presidencial? Por força da Constituição, compete ao Presidente da República, art. 87, a organização da administração pública. Então, entendeu o Senhor Presidente da República à época que deveria haver uma evolução do processo de governança.

E aqui eu gostaria de deixar muito clara a minha opinião pessoal, apesar de estar representando a Anatel, sobre evolução do processo de governança. Veja que em 2003, de nove membros do Comitê Gestor da Internet no Brasil passamos para 21, por quê? Porque havia a necessidade de uma ampliação da participação da sociedade civil, seja ela sociedade civil representada através do terceiro setor, seja o próprio setor empresarial, que também compõe a sociedade civil. Ainda uma visão importante para comunidade científica e tecnológica em menor nível do que se observamos do que você tem na primeira versão. Mas, ainda assim, um vínculo importantíssimo com a comunidade científica (*Pausa.*) Obrigado, Professor. O bom de se estar ao lado de um professor é que ele te ajuda a lecionar.

E aí o que acontece? Você tem ali uma participação, uma ampliação da participação dos representantes do Governo. Você passa a ter o Ministério do Desenvolvimento, o MDIC, o Ministério do Planejamento; a própria Casa Civil; o CNPq ainda mantém... A Agência Nacional de Telecomunicações – nós já estamos falando de 2003, ou seja, já uma agência montada, estruturada, consolidada, responsável pela infraestrutura, pela regulação de infraestrutura que dá suporte à comunicação através da Internet. O notório saber, que está aqui presente, é o Demi; o setor empresarial com quatro representantes; o terceiro setor, a comunidade científica; e um representante do Fórum Nacional de Secretários de Assuntos em Ciência e Tecnologia. Existe um fórum de secretários para trazer uma voz

de algum representante – que não é da administração federal, mas que também compõe uma estrutura de governo – para que permita a formação desse modelo multissetorial.

Veja que, nesse momento – e eu trouxe dados de 2002 –, a Internet discada era a maioria esmagadora no Brasil! Hoje, se nós observamos – e aqui temos a curva de crescimento –, eu só trouxe aqui da banda larga fixa. Os números discados em 2002 representavam 65%; a banda larga ainda era 22%.

Hoje, a conexão discada ainda existe. Por incrível que pareça, pessoas ainda fazem conexão discada neste País. O número está, graças a Deus, caindo. Hoje, está na ordem de 7%, e a banda larga fixa representa 67% em relação às conexões fixas.

Temos que lembrar que se formos levar em consideração já que nesse período nasce a mobilidade, o processo de Internet móvel, hoje, temos 80 milhões de conexões móveis no País. Somados a um pouco mais de 20 milhões de conexões da banda larga fixa, o Brasil já passou 100 milhões de acessos à Internet banda larga. Isso porque, cada vez mais, a experiência da mobilidade passa a acompanhar.

Então, nós tínhamos um modelo aqui em que na época da conexão discada havia alguém que colocava você na rede e depois você se retirava dela. Hoje, o conceito mudou. O conceito é *always on-line*. Você passa o tempo inteiro conectado. Você tem ferramentas de mobilidade e portabilidade que basta você ligar para estar conectado à rede. A expectativa é de que isso possa acontecer onde quer que você esteja.

Então, a história caminha. Estamos vendo um crescimento vertiginoso. A partir, então, de 2001, temos o evento do 11 de setembro, que refuto como sendo o início do século XXI – para mim, o século XXI começou no dia 11 de setembro –, porque traz ao mundo todos os novos paradigmas de segurança e de proteção em relação à questão do chamado terrorismo.

Eu gosto muito de citar um livro de Richard Clark que trabalhou na Secretaria de Estado nos governos Reagan, Bush pai, Bush filho e Clinton, que escreveu um livro sobre a *cyber guerra*, o livro é conhecido como *Cyber War*, ainda sem tradução no Brasil. No momento em que Richard Clark escreve isso, ainda existe uma visão romântica da Internet.

Eu refuto que o romantismo da Internet morreu em 2013. A partir das denúncias que, no fundo, todo mundo já sabia. Eu acho que ninguém tinha dúvida de que havia um monitoramento por parte dos órgãos de controle por órgãos de segurança dos Estados Unidos. Ninguém tinha dúvida sobre isso. Mas quando isso se torna público, quando isso vem a público causa uma perplexidade, envolvendo inclusive o Brasil, que

passou a ser um país, segundo as denúncias que foram colocadas, dos mais vigiados. Isso fez com que o Secretário de Estado John Kerry viesse, na semana passada – ou na retrasada, parece-me que na semana passada –, ao País prestar esclarecimentos e o Brasil se colocasse, do ponto de vista diplomático, em um ambiente de questionamento.

Quando falamos de governança da Internet, o que eu gostaria de dizer? Esta governança da Internet, que foi tão bem colocada aqui pelos representantes do Comitê Gestor, seu secretário e o presidente do NIC, é uma governança muito voltada para a padronização-funcionamento da rede; é uma governança muito voltada para visões propositivas. Eles não falaram aqui, mas, se não falaram eu passo em branco, mas uma das coisas interessantíssimas e importantes que o Comitê Gestor da Internet fez foi o decálogo, um decálogo de princípios em que você consegue ter um processo de orientação da Internet – ah, o Demi mencionou; é que o Demi foi rápido, mas ele mencionou – e é necessário então eu ressaltar a importância desse decálogo.

Em 2013, eu coloquei ali: “.nome”, “.cidade”; “.você”. O Senador Presidente, Zeze Perrela, falou do caso do “.amazon”, em que a grande empresa de comércio eletrônico queria fazer o registro do “.amazon”, e nós tivemos, como País, que nos opor a isso em razão de a Amazônia ser um patrimônio brasileiro, e nós não termos interesse em que isso seja levado à comercialização. Uma briga que está sendo muito bem conduzida pela diplomacia brasileira, pelo próprio Comitê Gestor da Internet no Brasil e que inclusive teve eco aqui dentro desta Casa. A Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas, levantou a voz até em representação ao Estado que tão bem defende aqui nesta Casa.

Então, quando eu digo que o romantismo da Internet morreu, e quando eu digo que a governança da Internet evoluiu, eu proponho uma reflexão: nós precisamos evoluir o processo de governança da Internet.

Eu vejo ali, por exemplo, os representantes do segmento empresarial – eu coloquei que são quatro representantes –; quem são os representantes do segmento empresarial? Para se ter uma ideia, isso também já foi citado aqui, são: primeiro, provedores de acesso e conteúdo da Internet. Ora, provedores de acesso e conteúdo da Internet hoje, e cada vez menos, não são mais a mesma figura. Era muito comum no começo da Internet que aquele que provia o acesso era aquele que provia o conteúdo. Hoje, os grandes provedores de conteúdo não mais proveem o acesso, porque quem acaba provendo o acesso e a conexão são as próprias empresas de telecomunicações, que são provedores de infraestrutura.

Há toda uma questão de indústria, o setor empresarial de usuário, mas eu acho que é preciso ter uma ampliação da governança da Internet. Existem vários órgãos de Governo que, de alguma forma legítima, reivindicam uma cadeira. Você não tem uma representação do Ministério da Educação – e nós temos a educação a distância –; você não tem uma representação do Ministério da Cultura; você não tem uma representação do Senado e da Câmara. Eu acho que talvez fosse importante ter uma representação do Poder Legislativo no âmbito do Comitê Gestor da Internet no Brasil, assim como já acontece no Conselho Consultivo da Anatel. Eu vejo o Igor Vilas Boas aqui, que já foi membro do Conselho Consultivo da Anatel, foi meu colega lá.

Então, a governança tem funcionado muito bem, mas eu acho que a história da Internet, seus avanços e mudanças precisam e devem provocar uma reflexão sobre um processo de evolução dessa governança; governança esta, inclusive, que aumente a participação da sociedade civil.

A sociedade civil é muito maior do que a sociedade civil que hoje está representada. Não que os representantes que lá estejam não o façam com a devida qualidade e decência, porque o fazem, mas eu acho que hoje a sociedade civil é muito maior. Nós temos um ambiente das redes sociais que, em 2003, não havia. As redes sociais foram fundamentais para eclodir uma série de manifestações.

Será que essas pessoas; será que esses jovens, esses usuários da Internet estão sendo efetivamente representados? Eu não sei, eu não tenho resposta para essa pergunta, mas eu acho que é esse o debate e essa reflexão que nós temos que ter em relação à governança.

A governança precisa evoluir para não ficar para trás do processo de evolução da Internet. Você passa a ter outros organismos, como é o caso do Exército Brasileiro, que é o responsável pela *ciber* segurança; isso está lá no nosso livro branco de Defesa Nacional: ao Exército Brasileiro cabe a *ciber* segurança. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República tem preocupações do ponto de vista da segurança das infraestruturas críticas, ou seja, existe uma preocupação.

Hoje a Internet não é uma terra sem lei; ela é um ambiente, aliás, onde os negócios e o dinheiro fizeram com que ela se viabilizasse. A frase que o Demi colocou é a mais pura realidade, ou seja, eu não acredito em mundo virtual, o mundo virtual não existe. A Internet é um mundo real, só que ela é um mundo real que se tem através de ferramentas tecnológicas. Eu gosto de

falar em mundo *on-line* e em mundo *off-line*, não de virtualização.

Poderíamos ficar aqui horas conceituando a teoria da virtualização – o Professor Pierre Lévy tem uma tese sobre isso, sobre a mudança gravitacional do eixo da virtualização, mas não vem ao caso. Passa-se a impressão de algo que não é palpável, mas é um lugar no qual as pessoas são ofendidas e ofendem, no qual se cometem crimes – nós já temos uma lei de crimes: foi aprovada no Congresso Nacional a chamada Lei Carolina Dieckmann.

Então, o Marco Civil da Internet – para concluir, Sr. Presidente, desculpem eu estar fazendo colocações aqui além do tempo necessário –, a aprovação do marco civil é fundamental, é fundamental que a Câmara dos Deputados aprove o Marco Civil da Internet e o traga para debate nesta Casa. E por quê? Porque este é exatamente o momento propício de nós preservarmos os princípios constitucionais consagrados. Não seria necessário um marco civil para defender valores como privacidade, segurança, soberania, isso já está na Constituição da República. Os nomes de domínio têm sua natureza jurídica definida na Constituição da República. Não são marcas, não são patentes, mas são signos distintivos e, como signos distintivos, também devem ser protegidos – está aqui o presidente do Inpi para falar sobre signos distintivos melhor do que eu.

Então, o que eu defendo é um processo de evolução da governança em que nós possamos fazer uma ampliação. Eu acho que o Governo tem que ser minoria no Comitê Gestor da Internet. Quando eu falei aqui, por exemplo... O Ministério da Justiça não faz parte do Comitê Gestor da Internet. Quando falo aqui em nome da Justiça, da Educação, da Cultura e talvez de outros ministérios, eu posso passar a falsa impressão de que quero inchar o Comitê Gestor com representantes de Governo para esvaziar a participação da sociedade civil. Ao contrário: eu quero é que a sociedade civil, empresarial e não empresarial, tenha uma participação ainda maior, mas que seja hoje uma participação que não reflita 2013, mas dez anos depois de 2013. Eu não sei se essa governança que nós temos hoje dá conta de atender todas essas demandas.

Em relação à questão da administração de registros e nomes de domínio, eu não tenho dúvidas em relação à qualidade e à competência do NIC.br. Sei que há um projeto de lei que tramita nesta Casa para tratar disso, mas eu vejo esse projeto de lei como completamente desnecessário. Eu acho que o decreto presidencial já dá toda a autoridade necessária e o NIC vem fazendo isso com maestria. Então, sob o ponto de vista da administração das infraestruturas, de nomes

de domínio e dos blocos IPs, nós estamos extremamente bem guarnecidos e representados.

O que eu acho efetivamente é que é preciso ampliar o debate. Eu até me coloco aqui de forma provocativa diante do Senado da República, que é uma casa de sábios, mas é que o que nós vemos hoje é uma completa desfamiliarização dos senhores Senadores em relação a esse tema. Por quê? O tema é novo e você tem alguns poucos Senadores, principalmente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, que se envolvem com ele e que são conhecedores profundos do tema – lá na Câmara dos Deputados também –, mas acabam sempre sendo os mesmos. Por quê? Porque passa a ser um assunto muito fechado, um assunto de *heavy users*, um assunto de quem gosta de tecnologia, e o debate é da sociedade, é muito maior.

Talvez, trazer o próprio Congresso Nacional para dentro da governança possa fazer uma aproximação de pontas fundamental para, inclusive, criar maior qualidade para o processo legislativo e dar todas as garantias e defesas de que a nossa Internet precisa. Que aquela reta seja contínua e continue próspera e que episódios como o que estamos vivenciando hoje, o caso Edward Snowden, sirva como um aprendizado para buscarmos... Acho que o Brasil pode dar uma lição sobre transparência. Lei alguma vai impedir espionagem. Quem acha que alguma lei, marco civil ou qualquer outra legislação vai impedir espionagem está na mesma era da ingenuidade da Internet romântica.

Uma vez eu brinquei com o Comitê Gestor e eu vou fazer essa brincadeira aqui: para mim, na Internet, não vale a lei de Gabriela, “eu nasci assim, eu cresci assim, eu sou mesmo assim, vou morrer assim”. A lei de Gabriela não vale para a Internet, a Internet evolui. Então, é preciso que a legislação e a governança evoluam junto com ela.

Peço mais uma vez desculpas ao Sr. Senador Sérgio Souza por ter me excedido e agradeço em nome da Anatel pelo convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Marcelo Bechara de Souza, por suas colocações. Com relação ao tempo, não houve nenhum prejuízo; ao contrário, houve um acréscimo principalmente de informações importantes. Parabéns pela forma como fez a sua explanação.

Passo a palavra ao Sr. Rafael Henrique Rodrigues Moreira, que é Secretário Substituto de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). V. S^a detém do tempo regulamentar.

O SR. RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Quero agradecer, Senador Sérgio Souza, Senador Zeze Perrella pelo convite, parabenizar aqui nossos amigos Hartmut Glaser e Demi pela exposição

técnica sobre como é estruturado o registro de domínios e como é a governança da Internet. Agora, a gente sabe também que estamos num momento de discussão política do tema, não só no Brasil como no mundo.

É importante frisar, em primeiro lugar, que a questão de governança da Internet no mundo, toda essa discussão que tem chegado ao Brasil sobre como estruturar o registro de domínio, como funcionam os números e a codificação dessa estrutura de engenharia, nós percebemos que há e sempre houve uma tentativa e uma discussão técnica entre os provedores de aplicações, leia-se grandes ou pequenos grupos econômicos que se utilizam da rede, e também a discussão com detentores e provedores das infraestruturas de telecomunicações. Então, é natural que haja, isso acontece sempre em âmbito internacional, uma tentativa de captura da gestão e da governança da Internet não só nacionalmente como internacionalmente.

Quando reparamos, por exemplo, movimentos como da União Internacional de Telecomunicações, no sentido de tentar, via determinados dispositivos internacionais, buscar esse controle da Internet, vemos, por outro lado, um barramento a essa ação por parte de outros países que gostariam que a Internet fosse como foi constituída. Eu discordo completamente com a posição do Conselho da Anatel, do ponto de vista de que a governança da Internet hoje está em cheque por uma questão de segurança. Não se pode misturar uma coisa por outra. Governança da Internet é uma coisa, segurança de cada nação, segurança com equipamentos seguros com certificação, homologação e uso de *software* e hardware seguros, com a análise de dados, com lei de proteção de dados pessoais, são coisas distintas, lembrando de que para essa área avançar nós precisamos de três blocos importantes do ponto de vista legal.

Primeiro bloco, o Marco Civil da Internet na concepção original da forma como ele foi concebido e apoiado inclusive pelo Comitê Gestor da Internet com toda a composição da representatividade da sociedade civil organizada do Governo e da Academia e do setor privado.

Segundo bloco, uma lei de proteção aos dados pessoais que permita a estruturação jurídica de questões do tipo soberania de dados, transferência internacional de dados, questões referentes à própria privacidade ou uma autoridade reguladora dessa proteção de dados pessoais nos mesmos moldes que a União Europeia tem feito e que hoje, inclusive, é um dos modelos internacionais da estruturação legal dos aspectos referentes à proteção de dados pessoais.

E outra discussão, que o Presidente do Inpi aqui mencionou, referente a direitos de propriedade intelectual.

tual na rede. Esses são os três grandes marcos normativos que pavimentam o desenvolvimento de uma economia digital que é baseada exatamente nesses instrumentos que foram criados técnicos ao longo do tempo.

Basta ver o seguinte: saiu uma reportagem muito interessante e completa no *The New York Times*, nos Estados Unidos, comparando empresas que eram líderes em determinados segmentos no passado, 20 anos, 25 anos atrás, e atualmente do ponto de vista da área de tecnologia. É interessante ver que das dez principais empresas mais inovadoras do mundo, citadas exatamente por grandes especialistas, nove são referentes a área de tecnologia da informação em comunicação. Não é à toa que essa discussão tem também tomado inclusive discussões do dia a dia, por exemplo, do americano médico. É uma área que cresce de importância não só aqui no Brasil como internacionalmente do ponto de vista de economia, do ponto de vista de usos e hábitos, costumes com o advento das mídias sociais, com a mobilidade que chamamos, tem um termo técnico para isso, computação perversa ou computação ubíqua, que é cada um ter o seu dispositivo móvel e acessar a Internet a partir desse dispositivo móvel.

Então, essa governança da Internet a gente tem lembrar muito bem que o Brasil é o modelo, uma referência internacional na forma como ela foi construída. Os avanços que aconteceram a partir da constituição do Comitê Gestor da Internet, a partir de 95, depois em 2003, mostra exatamente uma composição que chamamos de *multistakeholder*, um termo inglês para dizer que exatamente você tem ali vários atores envolvidos. O Governo é uma minoria, tem nove membros no caso do Brasil.

Por que isso é importante internacionalmente? Muita gente se pergunta por quê? Porque, há muitas vezes, a tentativa de países, isso é bom frisar, países que gostaria ou utilizam do poder estatal para censura da rede. Nós vamos lembrar muito bem países que gostam de utilizar exatamente um poder estatal no sentido de censura, de levar essas discussões para alguns fóruns internacionais.

Por outro lado, há países que gostariam que a Internet continue como está exatamente pelos próprios modelos inovadores por empresas, por exemplo, que só conseguiram constituir serem grandes atualmente como o Google pela existência de um modelo na Internet como ele foi estabelecido hoje.

E o Brasil então tem o Governo como minoria, você tem ali – já foi mostrado – diversas entidades representativas e não é à toa que, em todos os fóruns internacionais, o Brasil é extremamente elogiado pelo

modelo adotado e pelo modelo constituído, basta ver desde The Internet Governance Forum, que é um bloco da ONU de discussão IGF sobre a governança da Internet no mundo, até, por exemplo, nas discussões relativas a ICANN, que é de fato uma entidade que organiza o registro de domínios no mundo.

É bom frisar um outro ponto também: a participação e a coordenação intragovernamental, no caso brasileiro, também é muito elogiado internacionalmente. Apesar de a ICANN ter esse registro, ela tem um bloco chamado GAC, que é um Conselho de Assessoramento Governamental, em que representantes dos governos das diversas nações se assentam para essa discussão. E o Brasil tem uma coordenação intergovernamental muito interessante, que eu gostaria de frisar.

Num primeiro momento, nós temos, por exemplo, a Anatel, que, pela Lei Geral de Telecomunicações, é importante deixar isso muito claro, é a responsável pela infraestrutura de telecomunicações. Então, todas as partes referentes a discussões internacionais e a gestão da infraestrutura de telecomunicações, que é uma camada embaixo, a Anatel participa representando o Governo brasileiro.

Na ICANN há uma discussão e uma participação conjunta entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, entre o Ministério das Relações Exteriores e entre o Ministério das Comunicações em temas referentes a alguns tópicos que abrangem registros de domínios etc.

É muito interessante a participação e a atuação do Ministério das Relações Exteriores na gestão internacional, digamos, da Internet. Ou seja, isso toma exatamente por esse misto público/privado, que tem a cara da Internet no mundo inteiro, isso acaba refletindo na própria gestão e governança da Internet no Brasil. Acaba então criando um modelo em que você espelha tanto os aspectos do público e privado da constituição da rede mundial, levando em consideração as possibilidades de inovação, de *startups*, que são empresas de bases tecnológicas brasileiras que se utilizam da rede e dos modelos que a rede como ela foi constituída para gerar negócios, inclusive, para o Brasil – veja grandes grupos nacionais que foram constituídos e hoje exploram várias atividades econômicas na rede – até por exemplo toda essa discussão referente à participação do Brasil em comissões como WCITs, a parte toda referente à Comissão de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento das Nações Unidas, em que o Ministério das Relações exteriores, por atribuição legal, tem uma participação efetiva, uma participação de atuação inclusive de barramento, de tentativas de aumento ou da parte pública da gestão internacional, da governança internacional da Internet, quanto da

parte da gestão privada. Então, tem que haver de fato um equilíbrio nisso. É uma tentativa exatamente do País de manter esse equilíbrio não só nacionalmente como também nas discussões internacionais.

Por exemplo, como a ICANN tem um aspecto privado e tem um grande potencial a gerador para a própria economia americana, pela própria estrutura de governança americana, muitas vezes é extremamente relevante a participação de outros países no sentido de equilibrar as extensões do regime internacional que, muitas vezes, é privado e se desdobra para o regime público e vice-versa. Então, exatamente pelo caráter público-privado da rede é extremamente importante uma gestão compartilhada. Por isto que nós vemos com muito bons olhos, e não é à toa que toda estratégia e toda execução na Internet brasileira do “.br” é muito elogiada não só aqui, no País, como também internacionalmente, é porque envolve esse conjunto de atores diversificados, o que exige, portanto, uma coordenação intragovernamental muito grande.

Outro ponto também muito interessante que chama a atenção... Bom, do ponto de vista de segurança, já que esse ponto foi tocado, nós estamos participando ativamente dos esforços do Governo brasileiro, porque, nessa área, uma coisa é você garantir, no curto prazo, algumas medidas legais, algumas medidas de garantia do ponto de vista das relações entre países, mas o que vai ser feito para garantir maior segurança da rede brasileira. Para isso, a gente sabe que nós temos que deter autonomia e conhecimento tecnológico. E autonomia e conhecimento tecnológico passam exatamente por grandes investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Tem que haver empresas brasileiras, empresas que conheçam como a infraestrutura é montada, a homologação de equipamentos seguros, uso do poder de compra com tecnologia nacional. Ou seja, são temas que não necessariamente são confrontados na governança da Internet. Os sistemas de segurança têm que ser confrontados do ponto de vista de, primeiro, infraestrutura de comunicações, onde o Brasil vai passar um cabo submarino, onde vai estar um ponto de troca de tráfego, quais são os equipamentos que estão nesse ponto de troca de tráfego, qual a encriptação segura desse *hardware* que vai estar na ponta, qual o tipo de *software* que roda nas máquinas, por exemplo, dos Srs. Senadores aqui, na Casa, qual o tipo de *software*, se ele não tem um conceito técnico, que ele tenha uma espécie de *backdoor*.

Eu posso, por exemplo, programar um determinado *software* para ele remeter toda vez que você entra com seu dispositivo móvel na Internet, todas as informações do seu *e-mail* etc. com determinado servidor. Quem homologa de fato esses equipamentos tem uma

certificação segura? Então, esse é um ponto em relação ao qual a gente precisa às vezes ter um pouco de cuidado de não... Inclusive na discussão do Marco Civil da Internet, para a gente conseguir, ao mesmo tempo, garantir um Marco Civil da Internet que envolva as questões de privacidade, de neutralidade de rede, porque você não pode desbalancear a relação concorrencial entre provedores de infraestrutura e detentores do conhecimento ou das aplicações de Internet numa camada alta. É necessário exatamente manter esse equilíbrio concorrencial.

Ao mesmo tempo, você precisa garantir uma proteção de dados pessoais que não necessariamente envolve, inclusive do ponto de vista técnico, armazenamento de todos os dados, por exemplo, no País. Como que a infraestrutura de rede vai suportar um armazenamento, por exemplo, de dados integralmente feitos no País? Como que isso impacta os modelos de negócio de diversas empresas nacionais ou empresas internacionais que atuam no segmento do País e que investem aqui, no País?

Então, a gente tem que exatamente separar o Marco Civil da Internet, proteção de dados pessoais e propriedade intelectual na rede. Ao mesmo tempo, a nossa ideia inclusive está nesta Casa, é uma proposta segundo a qual nós apoiamos este projeto que, na verdade, organiza – digamos – do ponto de vista legal, o registro de nomes de domínios, por quê? Porque, de fato, nós operamos hoje com base exatamente no decreto presidencial.

Há uma leitura de acordo com a qual a gente poderia dar exatamente uma garantia legal muito mais forte ao processo via uma lei que estabelecesse exatamente sobre registro de nomes de domínios. Não estou falando sobre governança na Internet, que é um aspecto mais amplo, mas sobre nomes de domínios. O PL versa sobre registro de nomes de domínios e dá essa autorização legal ao Comitê Gestor da Internet, ao NIC.br, de operar. Isso não tem a ver com a composição da governança da Internet, não tem a ver com o número de membros, não tem a ver com a expansão do seu escopo de atuação.

O projeto de lei que foi relatado aqui fala estritamente sobre registro de nomes de domínios. É o “.br”, como ele é feito, como ele deve ser operacionalizado. Então, do nosso ponto de vista, ele dá uma segurança legal da operação existente atualmente, que é feita, de forma bastante competente pelo NIC.br.

Concluo, dizendo que este é um tema que vai permear cada vez mais essas discussões tanto na Câmara quanto aqui, no Senado. É um tema que cresce. A sociedade, cada vez mais, é conectada. Cada vez mais, você tem uma expansão do uso de dispositivos

móveis, você tem uma infraestrutura de telecomunicações para suportar isso que precisa crescer cada vez mais. Então, a sociedade, que passa a ser uma sociedade do conhecimento e da informação, da informação e do conhecimento, passa a demandar, cada vez mais, instrumentos legais que envolvam exatamente garantias para operação tanto do ponto de vista dos costumes, das mídias sociais quanto do ponto de vista das operações econômicas que geram nessa rede.

Eu cito um dado interessante, para concluir, para ver como este tema vai subir de relevância e, cada vez mais, vão existir mais audiências públicas como esta que vão discutir temas referentes à economia digital. Primeiro, olhando publicidade: a publicidade na Internet, hoje, já é referente a 60% em relação a todas as outras mídias. Quarenta por cento completam o total, somado rádio, TV. Quando nós olhamos, por exemplo, que a maior receita publicitária no Brasil é a segunda, terceira ou quarta maior, nós começamos a enxergar, cada vez mais, um número grande de empresas exatamente na Internet. Quando nós olhamos as transações do comércio eletrônico em comparação com o comércio real, nós vemos um crescimento extremamente abrupto em que o comércio eletrônico brasileiro chega a uma cifra de R\$52 bilhões de operações anuais.

Então, cada vez mais, este tema vai tomar uma relevância muito grande. Eu acho que é de extrema relevância, de extrema importância que o Senado Federal esteja envolvido – e com bastante conhecimento dos Senadores, sobre os diversos blocos e os diversos pesos nessa balança.

Com isso, eu queria agradecer ao Senador Anibal Diniz pela chegada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Rafael.

Passamos imediatamente a palavra ao nosso último expositor, o Sr. Jorge de Paula Costa Avila, que é Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA AVILA – Senador, eu gostaria inicialmente de agradecer ao Senado nas pessoas dos Senadores Sérgio Souza, Anibal Diniz e Zeze Perrella pelo convite. É sempre uma satisfação poder falar nesta Casa legislativa, que tanta contribuição traz para o debate no Brasil e para o regramento da nossa sociedade.

Eu acho que há dois temas que são muito complexos e que se entrecruzam neste debate que a gente está conduzindo neste momento, que são exatamente os direitos de propriedade intelectual na Internet e o tema mais geral da governança da Internet.

Até por uma questão de posição, eu acho que a parte que me cabe comentar com mais detalhe aqui

diz respeito aos aspectos comerciais, aos aspectos concorrenciais desta discussão, especialmente o tema dos nomes de domínio e de sua relação com os sinais distintivos de maneira geral, com as marcas e outros signos distintivos que são regidos pela Lei da Propriedade Industrial.

Eu acho que vale a pena a gente adotar a abordagem histórica, como vem sendo adotada pelos que me precederam aqui, nesta Mesa. Eu acredito que seja realmente por razões históricas que, mundo afora, os nomes de domínio sejam hoje atribuídos por entidades que não têm vinculação, em geral, com os escritórios nacionais de propriedade intelectual, com os escritórios nacionais de propriedade industrial, com os escritórios nacionais responsáveis pelo registro de marcas, de nomes comerciais e de signos distintivos de maneira geral. O único país que a gente notícia de que esse registro seja hoje operado pela autoridade de propriedade industrial é Andorra. Foi feita uma pesquisa exaustiva. Pode ser que exista essa atribuição para algum escritório semelhante ao ILP em outro país do mundo. O único que a gente tem informação de que faz isso hoje é Andorra.

No Brasil, não foi diferente. O INPI não participou dos debates iniciais sobre a questão da regulação dos nomes de domínio. Ele não foi convidado originalmente a participar desses debates e também não se apresentou a eles. Eu, pessoalmente, estou no INPI há quase dez anos. Muitas poucas vezes, a gente teve oportunidade de conversar sobre este tema e sobre a complexa relação entre nomes de domínio e marcas registradas no Brasil. Eu acho que parte disso se deve à trajetória histórica da Internet, por ter nascido em outro campo, no campo da ciência, ter tido um trilhar completamente separado do trilhar da propriedade intelectual no mundo inteiro; parte se deve à peculiaridade da trajetória da propriedade intelectual no Brasil, em que o INPI sempre, ao longo de muitos anos, foi uma instituição muito separada do contexto do ambiente científico e tecnológico brasileiro, uma trajetória que apenas começou a ser revertida, eu diria, há cerca de dez anos. O relativo isolamento e a pouca compreensão no ambiente de negócios brasileiro sobre o papel da propriedade intelectual eu acho que explica também, em parte, a razão pela qual o INPI foi mantido afastado dessa discussão por tanto tempo.

Não obstante, no mundo inteiro, há severos conflitos entre o registro de nomes de domínios e o registro de marcas. Essa problemática surgiu em todos os países onde a importância comercial da Internet foi crescendo ao ponto de a Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), há alguns anos, criar um serviço de mediação e arbitragem especificamente para

tentar dar conta desse problema. No Brasil, a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual criou um Centro de Mediação e Arbitragem, que aparentemente opera bem, mas opera em escala muito reduzida frente ao potencial de problemas que isso, na verdade, pode acarretar. Eu acho que precisamos realmente discutir esse tema com mais profundidade.

O INPI, neste momento, vem implantando um serviço semelhante ao da Ompi para dirimir controvérsias entre detentores de marcas. Não estamos oferecendo, neste momento, serviço para controvérsias entre nomes de marcas, entre marcas e nomes de domínio. Mas estamos estruturando e começando a operar um Centro de Mediação e Arbitragem para dirimir conflitos entre detentores de marcas ou pretendentes ao registro de uma marca que potencialmente conflite com uma marca já existente.

Eu acho que a experiência da Ompi pode servir de orientadora, que a experiência da ABPI (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual) deve ser observada com atenção e que talvez devêssemos, em algum momento, observar se seria desejável ou não atribuir ao INPI algum papel formal na solução de controvérsias envolvendo o nome de domínios e marcas.

Na verdade, essa é uma pergunta primeira para uma pergunta mais geral. A pergunta mais geral é se deveria ou não caber ao INPI algum papel mais abrangente no sistema de registros de nomes de domínio. Eu acho que esse é um debate que precisa ser enfrentado. Eu, pessoalmente, nunca tive a oportunidade de me aprofundar no tema, de discuti-lo com quem tem mais experiência no trato do registro de nomes de domínio, notadamente com a Registro.br e com a NIC.br. O que ocorreu, e eu acho que foi bastante interessante, numa reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação, é que, ao final, muito rapidamente, eu conversei com um representante da NIC.br, não tenho certeza se foi com o Demi, muito rapidamente sobre o tema, e surgiu a sugestão de eventualmente se criar uma classe de nomes para a desambiguação de nomes de domínio quando isso estivesse ocasionando prejuízo aos detentores de marcas ou aos consumidores eventualmente lesados pelo equívoco que um nome de domínio semelhante a uma marca pode acarretar.

Eu acho que essa solução de se criar uma classe de nomes de domínio desambiguadores pode resolver em parte o problema, mas há que se reconhecer que existe um problema mais geral. O problema mais geral é que, de fato, há o uso oportunístico de marcas registradas como nomes de domínios por terceiros. Isso configura claramente uma situação de concorrência desleal que lesa não apenas os produtores detentores dos nomes de marcas como potencialmente os

consumidores que são enganados por esses nomes de domínio que imitam marcas conhecidas de outros concorrentes.

Tal qual no campo marcário, especificamente, esse problema só existe se o nome de domínio é idêntico ou muito semelhante operando em uma atividade idêntica ou afim à atividade detentora do nome de marca, ou seja, não há conflito entre o nome de domínio no campo, por exemplo, da comercialização de livros e uma marca registrada para a aviação civil. Esse tipo de conflito, tal qual no campo das marcas, não ocorre. No entanto, se uma empresa de transporte aéreo tem uma marca conhecida e se uma agência de turismo se aproveita dessa marca, você evidentemente tem uma situação de concorrência desleal. Em muitas situações, quando se entra nesses *sites* que imitam marcas, se encontra todo um *dressing*, um conjunto de cores, uma apresentação desse *website* cujo nome é semelhante ou idêntico a uma marca conhecida, imitando as cores, imitando toda a identidade visual da empresa prejudicada.

Eu acho que esse é um problema real. Configura para mim claramente que você tem concorrência desleal e tem possível dano, ocasionado não apenas ao detentor da marca como também aos consumidores, e acho que precisamos nos deter um pouco sobre esse assunto.

Primeiro, eu gostaria de fazer a observação de que não temos nenhuma razão para não aceitar o princípio geral de que o respeito às marcas registradas e construídas pelas empresas traz inúmeras vantagens tanto para as empresas quanto para os consumidores. Trata-se de uma situação em que há desambiguação, ou seja, de evitar que esse comportamento ocorra. Ao final, isso traz benefícios para todos. Não traz benefícios apenas para alguns, em detrimento de outros. O princípio geral do respeito aos sinais distintivos construídos com respeito à reputação é um princípio que se considera como um ótimo de Pareto, ou seja, aquilo que é bom para todos e que não produz dano a ninguém.

Um outro princípio importante é que o Inpi tem como função precípua zelar pela Lei da Propriedade Industrial, zelar pelo respeito à propriedade intelectual no Brasil e evitar combater todo tipo de concorrência desleal.

Então, me parece haver uma clara oportunidade de colaboração entre o Inpi, o Comitê Gestor da Internet e o NIC-br nesse campo. Eu acho que a alternativa que nós aventamos naquela ocasião, de se criar uma classe de nomes de domínio desambiguadores, é um exemplo de cooperação possível. Deve haver outras. Parece-me importante que nós, de fato, tragamos para dentro do tema mais geral da governança da Internet

o tema do respeito aos direitos de propriedade intelectual na Internet e, em particular, o respeito aos signos distintivo e às marcas construídas pelas empresas.

Para finalizar, eu gostaria mesmo de pensar e de sugerir que se debatesse a conveniência de se estabelecer certos princípios ativos a isso em lei. Eu acho que a Lei da Propriedade Industrial no tema que ela trata da concorrência desleal, nos capítulos dos artigos em que a concorrência desleal é tratada, talvez seja suficiente para, numa batalha judicial, você garantir que os direitos marcários sejam respeitados. Mas como a via é indireta, o custo dessa judicialização pode ser muito grande, ou seja, para se conseguir consolidar uma jurisprudência com relação a esse tema pode demorar muito. Então, eu acho que seria conveniente para o País que tentássemos, talvez, produzir um marco legal que deixasse clara a necessidade de que os nomes de domínio sejam atribuídos de maneira a respeitar os direitos marcários.

Acho que há um princípio que podemos manter – não vejo nenhuma contradição com esse princípio –, no sentido de que o registro seja feito da maneira mais leve possível. Há situações em que o registro de propriedade intelectual se dá de maneira automática e apenas em casos de contestação se procedem a exames ou a outras atividades que podem tomar algum tempo e introduzir algum peso ao procedimento. Esse é o caso, por exemplo, do registro de desenhos industriais. O registro dos desenhos industriais é um registro automático no Brasil. Qualquer pessoa que crie um desenho industrial comparece ao INPI, e o desenho é automaticamente registrado. Apenas no caso de haver uma contestação, aquele desenho é examinado, e, eventualmente, o registro anulado.

Então, eu acho que, para nomes de domínio, talvez uma maneira que não introduziria muito peso na forma de gerir os nomes de domínio seria criar a possibilidade de uma anulação – e essa possibilidade ampla já existe, evidentemente – mais expedita, em um procedimento administrativo de anulação do registro do nome de domínio, quando esse nome de domínio ferir direitos marcários. Acho que isso seria uma possibilidade, e aqui é um campo onde pode haver colaboração entre o INPI, o Comitê Gestor da Internet, o NIC.br, as instituições envolvidas e partícipes desse processo.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade de me manifestar aqui e dizer que o INPI conta também com uma academia da propriedade intelectual, que é um centro de discussões, pesquisas e debates sobre propriedade intelectual. Esse é um tema que, evidentemente, desperta interesse e pode ser objeto de tese de doutorado, pode ser objeto de seminários, pode ser objeto de estudos conjuntos entre o INPI,

a Anatel, o Comitê Gestor da Informática, o Senado brasileiro etc.

É isso.

Muito obrigado, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Obrigado.

O Sr. Getschko gostaria de mais um adendo.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu queria pontuar alguns tópicos levantado pelo Presidente do INPI que eu acho que foram muito bem levantados.

Em primeiro lugar, o principal problema que aconteceu na Internet, no começo, foi evidentemente um desconhecimento da economia tradicional do que a Internet apresentava. Muita gente dormiu no ponto na época em que a Internet começou a registrar domínios.

Nós nunca corremos atrás de recurso no registro brasileiro. Tomamos várias iniciativas que são absolutamente contraproducentes do ponto de vista de aumentar a arrecadação de receita. Por exemplo, logo no começo da Internet – e eu testemunhei isso na minha frente, estávamos lá sentados na Fapesp –, de todos os cartões de crédito e bancos conhecidos alguém pediu o registro debaixo do “com.br”. Obviamente, o sujeito não era detentor nem dos cartões de crédito nem dos bancos. De forma unilateral – na época não era automático, o registro era feito à mão –, quem era responsável era Alberto Gomide, que trabalhava lá também, ele falou: “Olha, eu não vou dar esses registros para esse pessoal, porque isso certamente não representa uma atitude lícita. Eles estão querendo enganar a população”. É evidente que isso o expunha a uma atitude, digamos, personalista de dizer “não darei esses domínios”, já que estavam disponíveis. Então, o que nós fizemos foi – na época, estava começando a funcionar – uma restrição: só um domínio por CNPJ poderia ser registrado, de forma que o sujeito não poderia amealhar. No mundo era possível registrar quantos quisesse, e esse é outro ponto: você tem que tomar muito cuidado com o que faz, porque, se você vira não competitivo, simplesmente desaparece do mapa e deixa de ser importante. A no.com, por exemplo, pagou US\$50 o registro. Não quiseram nem saber se era um, ou dez, ou quinze, ou o que é CNPJ? Não há nada a ver. No caso brasileiro, nós fechamos para um por CNPJ e, estranhamente, tivemos reclamação inclusive dos proprietários de marca que queriam registrar diversas marcas debaixo do mesmo CNPJ. Nós dissemos: “Não é o momento, porque, se abrímos para mais de um, nós vamos ter uma pletora, uma enxurrada de pedidos inadequados”. Isso durou uns três anos.

Nesse mesmo período, nós fizemos outra coisa também ligada ao INPI: nós pedimos ao INPI que nos

desse – e na época existia – uma lista chamada lista de marcas de notório, marcas famosas, marcas... eu não me lembro do que era... de renome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMI GETSCHKO – Isso. Exatamente.

Pegamos todas aquelas marcas e registramos em nome do CGI, que passou a ser o dono de marcas famosas, porque o primeiro que chega leva. Nós chegamos antes exatamente para garantir que, quando aparecesse o indigitado que estaria certamente dormindo no momento, isso não fosse mais um motivo de problema. Quando a Telefônica veio para o Brasil, ela não se preocupou em registrar o domínio Telefônica; quando a America Online começou a criar lá fora, não se preocupou em registrar isso. Temos casos que se arrastaram na Justiça por muito tempo. Graças a Deus, atualmente, são muito mais raros.

Então, abrimos para 10% do CNPJ e evidentemente tem que seguir o que o mundo faz. Hoje, não há restrições para se registrar por CNPJ, mas realmente os conflitos diminuíram muito. Nós conseguimos limpar o terreno às custas de uma retenção séria na atividade de registro para evitar que isso fosse usado de uma forma irresponsável.

Então, não temos mais uma lista de marcas *a priori* que possam ser usadas, porque hoje a definição de marca de notório renome é uma definição recursiva, ela é porque ela é. É como o Tostines: é mais fresco porque vende mais ou vende mais porque é mais fresco. Não sabemos exatamente qual é a definição de marca de renome, mas estamos abertos à colaboração. Existem domínios no mundo que trabalham com *trade marketing*, por exemplo, que não aconteceu, porque acabou com o *take low*, podemos usar com desambiguação.

Como falei, trabalhamos nesse estrito limite de não sermos liberais a ponto de que se criem riscos e não sermos conservadores a ponto de sermos irrelevantes. Continuamos exigindo CNPJ e CPF, continuamos exigindo residência no País e quando pudermos chegar antes de alguma coisa chegaremos. Se temos o domínio disponível e é um domínio perigoso, chegaremos antes e registraremos.

Por exemplo, CG registrou por conta própria um monte de palavras de baixo calão não porque quisesse criar um dicionário de palavrões, mas porque não é bom deixar disponível. Se está disponível uma palavra ruim e se vimos que está disponível, por que nós mesmos não registramos? Não há nenhum motivo. O primeiro que chega leva, não é isto? Então, temos o direito de chegar e levar.

Então, só queria fazer este comentário e dizer que estamos realmente acompanhando isso. Criamos um

comitê de resolução rápida de conflitos, que é o Saci. Várias câmaras de arbitragem estão participando e estaríamos muito felizes se o INPI e a ABDI também se envolvessem no processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza. O senhor gostaria de fazer um complemento antes?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só gostaria de lembrar que daqui a dois ou três minutos, às 16 horas, vamos começar a Ordem do Dia. E aí vamos ter...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, será um complemento bem rápido da sua parte e depois passo imediatamente a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. HARTMUT GLASER – Muito rapidamente. Hoje, o registro do nome domínio é feito sob um contrato registrado que está disponível no *site* e o requerente assume total responsabilidade pelo nome que registra. Portanto, a ação é entre esse requerente e um eventual outro que não se satisfaça. E nós atendemos imediatamente qualquer ação judicial para cancelar esse nome de domínio.

Então, hoje a regra é muito rigorosa. Não queremos que qualquer um peça – e esse qualquer um, por favor, entre aspas –, mas existe uma válvula de escape, que já foi usada, de cancelar o nome de domínio se por algum momento o outro lado se sentir prejudicado. Assim, existe um canal que já foi usado e já conversamos sobre isso numa gestão anterior a sua no sentido de cooperar dentro do possível para fugir ao máximo de problemas desnecessários.

Só reforçando que já existe esse canal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Sérgio Souza é o proponente desta audiência pública e, juntamente com o Senador Presidente Zeze Perrella, foi quem apontou os nomes de todos os nossos convidados.

Então, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Pelo adiantado da hora e pelo fato de o Senado, nas terças e nas quartas-feiras, ter atividades realmente exaustivas, não temos um quorum maior aqui na Comissão, o que é uma pena, porque este é um

assunto talvez dos mais importantes no momento para o Brasil e para o mundo.

Estamos vivendo um momento de total insegurança. É lógico que temos toda uma discussão e já aprovamos aqui no Senado Federal a questão dos crimes eletrônicos para tentar diminuir fraudes bancárias e assim por diante. Temos outra discussão e sabemos do tamanho da abrangência da Internet no comércio. Estamos discutindo aqui no Senado Federal a importância de se tributar inclusive o ICMS, para que isso funcione para todos os Estados e não somente para um ou dois Estados, como é hoje, e faz uma diferença substancial nas receitas dos Estados brasileiros.

Nós sabemos que o cidadão brasileiro, o cidadão de qualquer país utiliza cotidianamente a Internet para várias finalidades: estudo, saúde, pesquisa, lazer. Meu filho de quatro anos de idade acessa a Internet para fazer joguinhos. Lógico que a gente limita isso, de acordo com a idade e com o conteúdo.

Internet hoje é algo tão ou mais importante como qualquer ação de governo. Eu acho que nós temos de rever uma série de situações, principalmente, Marcelo, no que diz respeito à privacidade e à segurança.

V. S^a disse, com bastante tranquilidade, que todos sabiam. Não sei se todos sabiam. Eu acho que talvez as autoridades sabiam dessa invasão, mas o cidadão brasileiro não sei se sabia. Eu acho que, se nós colocarmos isso de tal forma que todos sabiam e que acontece de fato, o cidadão brasileiro ou o cidadão do mundo inteiro vão dizer: “Não vou mais ter conta bancária na Internet, não vou mais movimentar, não vou acessar ou mandar um *e-mail*, uma mensagem, porque, se isso fica em algum lugar guardado de tal forma que um dia possa ser utilizado para o bem ou para o mal, não sei se quero isso para a minha vida”. Enfim, não sei se o cidadão brasileiro quer isso.

Analisem o seguinte: nós estamos aqui só hipoteticamente imaginando que os Estados Unidos da América usam dados colhidos pelo mundo todo e têm uma legislação que permite espionar todo o mundo; antes permitia inclusive o próprio americano, mas depois se restringiu, e hoje o americano não pode ser espionado eletronicamente. Mas pode espionar todo o mundo, e faz isso porque é lá nos Estados Unidos que estão todas aquelas empresas, entidades que fazem o controle. Inclusive, pelo que ouvi aqui, quem libera os blocos é a iCAM, com sede nos Estados Unidos. Ela é quem libera os blocos para o registro.

Pergunta primeira: quanto a esses registros que são feitos lá nos Estados Unidos da América, o brasileiro custeia isso, paga alguma coisa por isso?

Segundo: os dados que se movimentam são armazenados lá? A legislação brasileira, lógico, prin-

cipalmente a Constituição brasileira proíbe a invasão à privacidade, a invasão a dados e assim por diante, mas a legislação americana permite. E, se as empresas, se os dados estão lá, quem disse que eles estão errados, inclusive porque eles têm uma lei que permite isso? Então, que segurança nós temos? Não está no momento de nós avançarmos um pouco mais e termos uma organização internacional para controlar a Internet? Controlar no sentido de segurança e privacidade, como nós temos a Organização Mundial do Comércio, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas e assim por diante. Nós não estamos no momento de avançar um pouco mais o trabalho benfeito, pelo que ouvi até agora, que o CGI.br e o NIC.br têm feito para o registro?

Vou fazer aqui alguns questionamentos. Parece-me razoável, pela evolução de pouco mais de mil, há vinte anos, para três milhões hoje... Inclusive até se justifica não ter aumento do custo da tarifa que se paga dos R\$30, porque o aumento dos pedidos de registro é muito mais, é muito superior, e a manutenção acredito que seja bem baixa. E é anual, não é?

Então, eu acho que nossa preocupação, neste momento, tem de ser voltada muito mais à segurança das informações, e saber se é do CGI ou do NIC a competência para promover e para prover isso.

Lógico, o marco regulatório, o marco legal é para ver como vamos utilizar a Internet no Brasil, como vamos criar regras para isso e tudo o mais; mas, no ponto de vista de segurança, está previsto isso ou não está? Como é que nós vamos avançar a tanto?

Não sei se o marco legal é a solução, se ele sozinho resolve. Sinceramente, não consigo visualizar isso. Eu acho que nós temos que avançar por um organismo internacional, pois não é uma questão só do povo brasileiro, é uma questão também dos ingleses, dos russos, da Europa quase como um todo, imaginem os países do Oriente Médio, os países asiáticos e assim por diante. Lógico, sem perder a liberdade que se tem na Internet. Eu acho que a Internet veio de tal forma que ela expressa naturalmente a liberdade. A liberdade seria inclusive um sinônimo de Internet.

Eu tenho aqui algumas perguntas anotadas e peço licença para ser um pouquinho até prolixo. Muitas já foram até colocadas, de certa forma.

A Resolução nº 8, de 2008, do Comitê Gestor de Internet no Brasil, em seu art. 7º, permite que o CGI.br reserve para si – e foi dito aqui – nomes de domínios que ainda não estejam distribuídos: marcas, nomes, palavras e assim por diante. Tal prerrogativa, sem que os critérios para essa reserva especial estejam definidos objetivamente e que sejam claramente conhecidos pela sociedade, tem gerado desconforto, suspeitas,

direcionamentos e muitas vezes um sentimento de insegurança para os que dependem da Internet para sua atividade econômica, mas têm o seu pedido de registro de domínio indeferido sem uma razão talvez muito clara. Gostaria, portanto, de indagar o seguinte aos senhores que são gestores tanto do NIC quanto do CGI: existe algum amparo constitucional ou infra-constitucional para que o CGI.br estabeleça as restrições à livre iniciativa sobre as atividades econômicas exercidas com suporte da Internet, haja vista que o CGI.br impõe as condições para o registro de domínio, atribuição do endereço de IP e determina os preços para o registro?

Outra pergunta: qual foi o instrumento jurídico usado pela iCAM, que é a corporação da Internet para atribuição dos nomes e números, para delegar a gestão da Internet, para delegar a gestão do “.br” no Brasil? Quem são os signatários desse instrumento jurídico e quando ele foi firmado? Muita coisa está ali, que é na portaria interministerial e depois veio o decreto. Houve alterações desse instrumento jurídico desde a sua assinatura?

Pelo que eu entendi, até o marco regulatório talvez resolva parte disso, mas a última alteração foi em 2003. E foi colocada aqui pelo Dr. Marcelo a importância talvez, agora neste marco de 2013, de que nós passemos a ver a Internet de forma diferenciada e não só como um instrumento de compras, lazer, mas como um instrumento importante como a figura dos cachorrinhos. Inclusive lá era o segredo: “o bom é que ninguém sabe quem está aqui do outro lado; agora, você não só sabe a cor, a raça, mas o que come, o tipo de sangue e assim por diante, e é utilizada. E aqui nesta Comissão, por vezes, já ouvimos palestrantes dizerem que os dados da Internet são utilizados, sim, comercialmente – nós sabemos disso. E aí vem a parte da espionagem, porque você pode utilizar os dados inclusive para saber que tendência está ocorrendo no Brasil, que tipo de crescimento, para mover inclusive a economia do Planeta. A gente tem que tomar um pouco de cuidado. Talvez seja até um pouco de teoria da conspiração, mas essa ponta do *iceberg* apareceu nos últimos dias e estava inclusive refletida numa foto agora há pouco.

Eu fui informado – aí é outra questão – de que as mesmas pessoas figuram, há mais de 15 anos, como representantes do Brasil perante o ICCAN. V. S^a avalia que, depois de tantos anos, essas pessoas terão independência para defender as posições do interesse do Brasil em situações de conflito, a exemplo do caso do Amazon?

Outra pergunta: quais são os critérios adotados pelo CGI.br para adoção dessa reserva especial? Como

não entendi que há um critério especificamente, mas a ideia de “se todo mundo pode, por que eu também não posso?”, mais ou menos isso, pergunto: como o CGI.br resolve os conflitos para certo domínio – entendi que, se há dois pedidos, não se dá para ninguém, mas não sei se essa é a fórmula mais correta – que seja de interesse de algum requerente ou esteja enquadrado nessa reserva especial?

Com que frequência o CGI resolve reservar a si certo domínio ainda não distribuído? Existe uma estimativa atual da quantidade de domínios reservada ao CGI? Quantos domínios o CGI tem reservados para ela?

Qual o grau de transparência? Os candidatos a um mesmo domínio têm acesso público a algum diferencial que dê ao concorrente preferência para ter deferido o seu pedido de uso de domínio? Os candidatos a um mesmo domínio têm informações públicas e transparentes sobre quem são os seus concorrentes àquela determinação de domínio?

Na hipótese de dois ou mais candidatos válidos requerendo o mesmo domínio e sem que nenhum deles possua algum diferencial de preferência, porque o CGI.br opta por não conceder o registro – parece com a pergunta anterior – a nenhum deles ao invés de concedê-lo a quem o requereu primeiro?

Como se dá a relação de registro entre o CGI.br e o INPI?

Sabemos que, pela Resolução nº8, de 2008, quem detém registro no INPI tem esse diferencial do registro para ter a preferência no pedido em nome do CGI.br. Então, quem tem registro no INPI tem preferência para pedir o registro no CGI.br, mas a recíproca é verdadeira?. Quem tem o nome no domínio CGI.br tem preferência para o registro no INPI? Aí, são gerados os conflitos. Talvez o marco legal venha para dirimir questões como essas.

Qual é o orçamento anual do NIC.br e quais as fontes dos seus recursos? São somente as taxas pagas? Quanto custo ao CGI.br anualmente manter o direito e a capacidade de gerenciar os nomes de domínios e endereços de IP relativos ao “.br”. Algum recurso arrecadado é repassado ao ICANN? A quem presta contas, se o faz? Não fui investigar. Há outros investimentos feitos pelo NIC?

Existe algum controle social ou controle externo – e aí vem a prestação de contas – em relação à destinação dos recursos orçamentários arrecadados pelo NIC.br?

O Governo brasileiro realiza avaliações sobre os projetos executados pelo CGI.br?

Levando em conta que a arrecadação dos endereços IPs tendem a crescer de forma expressiva, demonstrada aqui nos gráficos, uma vez que estamos

numa era de comunicação entre máquinas, indago como aplicar o excedente econômico financeiro para manter a qualidade técnica e a inovação no ambiente da Internet. E ainda: com o excedente, os preços dos recursos tendem a cair no curto prazo? Sim ou não?

Qual a relação da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – com o NCI.br? A Fapesp ainda gerencia os recursos financeiros arrecadados com a designação de nomes, domínios e endereços de IPs no Brasil?

Sr. Presidente, mais especificamente com relação ao INPI, hoje, o prazo para registro – aproveitando a presença de S. S^a, o Sr. Jorge de Paula Costa Ávila –, o prazo legal, é 36 meses. V. S^a não acha que esse prazo é um pouco exagerado? Hoje, até pelo advento da tecnologia, nós não poderíamos diminuí-lo?

Hoje, no Brasil, um dos fatores que impactam diretamente no custo Brasil – e que é um diferencial que faz com que nosso perca em concorrência com países vizinhos, mas em especial aos países asiáticos o custo interno, e a burocracia é um dos fatores que mais pesam. É lógico que, atrás da burocracia, há outros fatores também, inclusive todas as licenças necessárias. Mas, neste caso especificamente, o prazo não pode ser reduzido? Não é este momento?

Seriam esses os questionamentos, Sr. Presidente, agradecendo e parabenizando todos os expositores pelas explicações e informações trazidas aos Senadores, a esta Casa e ao povo brasileiro, que nos vê pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Sérgio Souza, o senhor sugere alguém para começar a responder as questões?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pode ser na ordem das exposições.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem das exposições. Então, com a palavra, o nosso primeiro expositor.

O SR. HARTMUT GLASER – Obrigado pelas perguntas.

Eu vou precisar de um expediente. Em primeiro lugar, trata-se de uma série de perguntas para as quais eu não trouxe respostas, embora sejam números, são informações que obviamente estão disponíveis. Darei algumas informações, bem rápidas.

Foi mencionado que as mesmas pessoas estão há 15 anos do ICANN. Isso é mentira, isso não existe! A resposta é específica. Essa informação, para mim, é uma informação de má fé que não posso aceitar de forma alguma, uma que vez que a Icann tem processo eleitoral, tem um processo claro e transparente e que não depende do CGI. A ICANN é uma internacional, é uma ONG, debaixo das leis americanas. Obviamente

não concordamos com todos os seus procedimentos; estamos participando, dentro do possível, para contribuir com uma eventual alteração. Mas não existe nenhum representante que esteja há 15 anos, a não ser pessoas que, por indicação, participem de comissões de trabalho, cujo trabalho é voluntário, sem nenhum vínculo empregatício, sem nenhum vínculo direto com a instituição.

Outra pergunta se referiu aos blocos de IP que são liberados pela ICANN. Eu poderia usar, como paralelo o IT, que uma vez dividiu o mundo e fez um código para cada país – o Brasil tem o código 55 – e nem por isso demonstra qualquer controle e qualquer interferência. No caso da divisão desses 4 bilhões de números que existem no IPV4, houve uma distribuição que cabe tanto para Europa quanto para Ásia, e não há nenhum vínculo que implique algum controle.

A ICANN é, como eu tentei mostrar na minha primeira intervenção, faz a relação entre os 13 computadores, que hoje tem centenas de cópias no mundo todo, e o nome de domínio e o endereço IP. Então, nada mais é do que uma lista telefônica. Não há nenhuma relação no sentido de controle de qualquer coisa. A Internet não passa pela ICANN. O trânsito, o tráfego, o conteúdo não passa pela ICANN. Eu vou lá e pergunto: “Quero mandar um *e-mail* para “.de”, na Alemanha, e vai-se dizer que é preciso seguir uma rota que os próprios roteadores acabam indicando. Então, parece-me que a parte conceitual não está muito firme nesse sentido. Eu faria...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E passam por onde os dados? Quem arquiva os dados?

O SR. HARTMUT GLASER – Os arquivos são armazenados nos grandes administradores de conteúdo. Portanto, se nós, por exemplo, temos um nome de domínio do Facebook – o Facebook tem, o Google tem o Gmail, por exemplo –, ou então do Twitter, essas grandes redes administram. É claro que uma empresa internacional de comunicações, uma Global Crossing ou outras empresas relacionadas com o trânsito que realmente têm a fibra ótica que liga os Continentes.

O Brasil tem vários pontos de chegada da fibra ótica. O mais famoso, o mais importante... Hoje os cabos terminam todos em Fortaleza, então, ali chegam três, quatro, cinco cabos de fibra ótica. Ali as empresas, então, têm o seu equipamento, os seus computadores e poderiam, ou aqui ou na outra ponta, obviamente, ter acesso a informações. Mas nós precisamos desvincular isso totalmente de ICANN. Não tem nada que ver com ICANN.

Eu diria que a forma mais fácil de responder é na junta comercial onde se registra a base da Internet, onde nós registramos os domínios.

Uma outra informação que foi dita é como foi o contrato entre o comitê gestor e ICANN. O Ponto BR é muito mais antigo. ICANN nem existia. ICANN foi criado em 1998. O Ponto BR está no Brasil desde 1989.

Então, eu não sei bem como essas dúvidas surgiram, mas, para mim, eu peço, data vênha, acesso a essas perguntas e responderia aquelas que estão ao meu alcance ou com meus colegas talvez como uma forma mais cuidadosa. E a Casa teria essas informações todas, uma vez que uma série de respostas depende de outras informações. Não sei se isso é praxe, o meu colega Demi também pode responder algumas indagações, mas eu acho que nós dependeríamos de ter essas perguntas e respondê-las então, de uma forma mais cuidadosa, com a devida atenção que o assunto merece.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente. Eu imagino que a Comissão tem um mecanismo para receber essas contribuições todas que vão enriquecer ainda mais as respostas com informações mais precisas.

Sr. Demi.

O SR. DEMI GETSCHKO – Bom, vou me ater um pouco mais aos mecanismos de registro, já que foi uma das perguntas feitas. Primeiro, temos de ter sempre em mente que qualquer domínio funciona em qualquer país. Então, a gente toca o BR do jeito que a gente considera, evidentemente, mais vantajoso para a comunidade de Internet brasileira que usa o BR, mas evidentemente outras alternativas estão presentes. Então, se alguém acha que R\$30,00 é muito barato, ou não é, tem alternativas em Tokelau a custo zero, tem alternativas a U\$8,00 na “.com”. Todas elas funcionam igualmente bem no Brasil.

Nós tentamos criar, debaixo do BR, um clima de proteção aos registrantes de forma que tivéssemos alguma semântica. E, como eu falei, nós temos a vantagem de que nós não corremos atrás de recursos, quer dizer, os recursos que o BR recebe servem perfeitamente para tocar a operação do registro e são revertidos em atividades como um ponto estratégico de tráfego, de segurança, como aquelas estáticas que eu mostrei aqui. Então, o primeiro ponto que eu queria ressaltar era esse.

Quando se diz, por exemplo: “O CGI registrou um domínio dele”, como eu falei, o primeiro que chega num domínio livre registra. Não tenho nenhum motivo para deixar um registro como, por exemplo, “internet.br” disponível para alguém, porque ninguém vai ter razão para registrar “internet.br” se nós evidentemente

estamos vendo aquele domínio disponível. Nós vamos registrá-lo e mantê-lo para nós. Não há nenhum caso de domínio registrado lá no CGI que tenha sido usado para qualquer atividade sequer de criar um sítio. Ele é simplesmente usado para evitar que esteja disponível inadequadamente. Então, vale aqui o *first come first served* – o primeiro que chega leva. E quem quiser esse nome em outros lugares pode pegar. Quem quiser um palavrão debaixo do “com” ponha debaixo do “com”. Quem quiser em outra área aquele palavrão específico estará reservado. Paciência. Quer dizer, se alguém se sentiu ofendido por não ter acesso ao palavrão, poderá utilizá-lo em outro domínio que não o “.br”.

Outra joia da coroa, na minha opinião, é o nosso processo de liberação. Quando foi dito que, quando dois pedem, ninguém leva, esse não é um caso de um domínio novo. No caso do domínio novo, o primeiro que chega leva. É o caso do domínio usado, quer dizer, quando alguém devolve um domínio. Eu não sei mais quem é o sujeito que está lá na fila. Não dá para saber quem é o primeiro da fila em um domínio usado. Ele perdeu a corrida. Naquela altura do campeonato, alguém sentou em cima, alguém usou o domínio e ele está devolvendo esse domínio por não querer mais usá-lo, não quer mais pagar. Então, o critério que nós criamos, de novo, é um critério que não privilegia o recurso “.br”. Ao contrário: se fôssemos gananciosos por receita, nós faríamos um leilão. Quem dá mais pelo domínio “samba.com.br”? Um monte de gente vai dar alguma coisa por isso. Todos os nossos domínios sempre foram cotados em R\$30,00 por ano, seja ele “samba”, seja ele “guaxupé” ou qualquer coisa.

No caso do domínio devoluto, nós não temos um critério justo de atribuição desse domínio a ninguém, porque nós não sabemos quem é o segundo da fila. Nós sabemos que o primeiro da fila não gostou, devolveu, não quer mais trabalhar com aquele domínio, temos um domínio devoluto e, se ninguém está interessado nele, volta a estar disponível ao primeiro que chegar, mas, se houver dois interessados, não temos como resolver o problema. Então, é nesse sentido que não entregamos, para não fazer injustiça. Poderíamos fazer um leilão. Se fizéssemos um leilão, um deles levaria baseado no poder econômico. Não sei se é um critério adequado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O senhor não tem como resolver porque não sabe quem herdou primeiro.

O SR. DEMI GETSCHKO – Não sabemos. Porque esse domínio já teve um dono.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sim, sim.

O SR. DEMI GETSCHKO – Quando aquele dono chegou, o domínio era novo, não usado, ele foi o primeiro a chegar e tem direito a ele.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Entendi.

O SR. DEMI GETSCHKO – Todos os que chegaram depois não conseguiram porque já havia alguém usando.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas aí não há o registro do momento em que se entregou o domínio? O IP não registra isso?

O SR. DEMI GETSCHKO – Não. Depois que se entregou o domínio para alguém, novos pedidos não têm sentido, quer dizer, já há alguém com aquele nome. Alguém quer “mapping.com.br”. Se alguém tem “mapping.com.br” ninguém vai conseguir isso. Eu não sei qual é a intenção de obter aquele domínio depois do momento inicial. Então, num segundo momento, o cara do “mapping.com.br” devolveu, faliu o “mapping”. Quem vai ter direito a esse nome? Eu não sei. Esse nome já tem uso.

Isso é muito perigoso. Digamos que foi um nome usado para domínio de sítio de família e até há lá as fotografias, as pessoas estavam acostumadas a olhar os filhinhos, os cachorros, e isso cai na mão de um sujeito que está fazendo um sítio de material adulto, quer dizer, é muito ruim reaproveitar nomes de domínio devolvidos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O nome do domínio agrega o conteúdo anterior? Ele mantém?

O SR. DEMI GETSCHKO – Não, não. Não agrega, mas se você estava acostumado a ir lá para visitar a família X, você volta lá normalmente com a intenção de visitar a família X, e encontra um negócio estranho no lugar. Então, para nós é muito ruim que alguém devolva um domínio e o disponibilize de uma forma inadequada. Nós tomamos muito cuidado com isso. É contraproducente para nós, porque nós temos uns três ou quatro mil domínios que não são delegáveis nessa fase atual, por quê? São domínios bons, foram abandonados pelo dono original, mas nós não temos nenhum critério justo para entregar a alguém. Nós preferimos não entregar a ninguém. Poderíamos fazer um leilão. O único critério justo talvez fosse um leilão, quer dizer, por poder econômico, alguém vai e leva o domínio.

Quando temos dois ou três concorrentes e o domínio é, sei lá, “mapping”, um deles tem a marca “mapping”, o outro chama “padaria nova esperança” e outro chama “microempresa sapatos limitada”, obvio que o sujeito que tem o nome “mapping” tem mais razão de pedir o “mapping” do que a sapataria e a padaria. En-

tão, esse sujeito tem, como foi dito no caso da INPI, um *flag*. Ele diz: “Olha, estou competindo, mas eu tenho a marca”. Eu falo: “Bom, então, você é mais igual que os outros e você vai levar o domínio”.

Bom, por esse critério, qualquer sugestão lançada seria extremamente bem-vinda. Nós sabemos que, quando você tem um domínio que não é delegado, tem gente que cria mecanismos mentais para poder usar aquilo de alguma forma e isso gera uma tensão. Para nós certamente seria mais razoável leiloá-lo. Mas não fizemos nada disso por enquanto porque nós sempre consideramos que isso não é uma fonte de receita baseada em poder econômico. Essa é uma das hipóteses.

Deixe-me dar uma última resposta na parte da delegação do BR. Eu falei: “Não há nenhum papel, em lugar algum, que diga que o BR foi delegado de alguma forma oficial, porque os domínios de países são domínios de código de países, não têm nada a ver. Eram delegados por um sujeito que faleceu, chamado Jon Postel, que delegava à comunidade de Internet local que trabalhava naquilo. Por isso, a Universidade do Chile ganhou “.cl”. Por isso, o pessoal da Fapesp ganhou o Ponto BR: porque era o pessoal que trabalhava com aquilo na época. Não há nada oficial em cima disso. Na verdade, o Brasil construiu em volta disso o comitê gestor e deu uma blindagem ao processo, mas o processo era absolutamente entre integrantes da comunidade de redes inicial. Então, mais do que quisemos...

No caso de quererem usar contra mim, há 25 anos sou responsável pelo Ponto BR, aliás, não responsável, mas tenho um contrato administrativo desde 1989...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMI GETSCHKO – Não tem nada a ver com o eu saber, tem com estar naquela posição, naquele momento, trabalhando na área e ter ganhado a confiança de que a comunidade estava, de alguma forma, sendo servida adequadamente. Então, é só um contrato administrativo, não tem nenhum envolvimento de nada, não se vota em nada, mas é o que foi levantado, no caso dos 15 anos. O meu caso é pior: são 25 anos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Jorge de Paula.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA AVILA – Eu só queria ouvir ainda do Sr. Demi a questão orçamentária que não...

O SR. DEMI GETSCHKO – Questão orçamentária. Bom, primeiro, sempre temos de lembrar que isso, como falei, não é um órgão público. É um órgão privado, sem fins de lucro, que tem uma assembleia geral, que é o Comitê Gestor, que tem a representação de todos os segmentos e examina as contas religiosamente uma

vez por ano. Nossa conta de receita é muito simples de fazer: são três milhões de domínios, alguns gratuitos, mas estes são pouca coisa, a R\$30,00 por ano. Nossa receita é ao redor de R\$90 a R\$95 milhões por ano.

A manutenção do próprio sistema de nomes e domínios não é barata, porque há máquinas nos Estados Unidos, na Coreia, na Alemanha – no Brasil, há várias. Então, não tenho os números de cabeça, mas uma porcentagem disso – 30% a 40% – é diretamente no negócio de domínios. E todo o resto foi naquele monte de coisas que mostrei aí, pontos de troca de tráfego. Quer dizer, o CG (Comitê Gestor) diz que o excedente será usado para trabalhar em carteiras de segurança. Geramos *n* versões, sete anos de estatísticas sobre o crescimento da Internet, Kids on Line, o que as crianças... Quer dizer, são coisas como contratar o Ibope, contratar a Ipsos para fazer pesquisas que interessam ao conhecimento do CG e interessam inclusive a políticas públicas; o pessoal olhar lá e dizer que há um problema a ser sanado, coisas do tipo.

Então, estamos muito tranquilos. A prestação de contas está no *site*, é tranquila, e a conta é muito fácil de fazer: são R\$30,00 vezes três milhões.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – A receita, sim, mas a questão...

O SR. DEMI GETSCHKO – A despesa está descrita lá. A despesa direta, na atividade do registro, deve ser por volta de 30% disso. O resto é excedente, aplicado em ações que o CG considera... Por exemplo, os pontos de troca de tráfego são coisas bastante caras. Estamos inclusive construindo um *data center* em São Paulo, porque o ponto ao redor de São Paulo é o quarto conjunto do mundo. Não é pouca coisa. Temos bastante responsabilidade. Se dois caminhões pegarem três postes cheios de fibra ótica, vamos ter um problema aí. Isso precisa ser duplicado com extremo cuidado. E nós estamos fazendo isso com bastante cuidado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas investimentos também em fibra ótica? É isso?

O SR. DEMI GETSCHKO – Não, investimento em *data center* para hospedar um *site*, cópia do nosso, de forma que, se três caminhões baterem nesse poste, a gente tem cópia de outro lado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Entendi.

O SR. DEMI GETSCHKO – Esse é o tipo da coisa que não dá para fazer cópia em *software*; quer dizer, é um problema físico, e é preciso ter um segundo caminho e um caminho independente: um por uma ponte e outro pela outra ponte.

Há *n* perguntas que eu precisaria responder com cuidado, mas reconheço que perdi, digamos, o ritmo

nas perguntas. Há muitas perguntas. Se for possível mandar, teremos todo o cuidado em responder.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Isso, eu vou mandar depois tanto ao Secretário Glaser e ao Dr. Demi as perguntas para que a gente possa receber aqui na Comissão.

O SR. DEMI GETSCHKO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Um internauta aqui do DF mandou uma pergunta para três dos debatedores. Aproveitando o embalo, Sr. Demi, o internauta Marco Reis pergunta qual a sua avaliação sobre a qualidade da banda larga oferecida no Brasil, e ele se refere à abrangência, rapidez e estabilidade.

O SR. DEMI GETSCHKO – Nós temos um sistema de medição, Simet (*Sistema de Medição* de Tráfego Internet), um sistema de medição da banda larga que fizemos por nossa conta. Não é o sistema que a Anatel e as teles ungiram, que é o sistema inglês, o SamKnows, mas nós temos o nosso sisteminha, distribuído gratuitamente a quem quiser; há um *software* chamado Simet, e caixinhas que podem ser instaladas e medir a Internet.

Temos uma medição bastante extensiva da Internet brasileira, e isso pode ser visto no sítio do Simet.br, e eu diria o seguinte: é preciso tomar muito cuidado quando se fala em banda larga, porque uma coisa é a banda larga fixa, e outra coisa é a banda larga móvel, que depende de circunstâncias de momento, depende de outros fatores.

Então, primeiro, não se devem colocar no mesmo pacote a banda larga fixa e a banda larga móvel. A banda larga fixa em grandes centros urbanos tem desempenho bastante razoável no que a gente conseguiu medir. Em áreas mais remotas, por falta de infraestrutura de fibra chegando lá, a coisa é mais complexa. Temos no Brasil uma briga diferente; quer dizer, é diferente a necessidade de um internauta num grande centro metropolitano, onde ele quer baixar um filme em 3D, em alta resolução, e alguém num lugar mais remoto que quer simplesmente ver um filme no YouTube ou passar um *email* ou entrar num sítio. Então, isso é muito diferente, e temos um mapeamento bastante extensivo disso que pode ser usado e pode ser visto por quem quiser no Simet.br. nosso sítio de monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ao Marcelo Bechara, além das perguntas formuladas pelo Senador Sérgio Souza, o internauta Marco Reis pergunta: “o senhor considera a governança satisfatória, do ponto de vista de segurança dos dados da comunidade usuária”?

O SR. MARCELO BECHARA – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz. Queria agradecer as perguntas do Senador Sérgio Souza e dizer que, do ponto de vista de registro de nome e domínio, as duas grandes pessoas que estão aqui ao seu lado certamente vão responder, porque o senhor fez uma bateria de perguntas interessantes. Eu mesmo gostaria de ter muitas dessas respostas e que fossem disponibilizadas... Tenho certeza de que o NIC tem toda transparência na tratativa das suas questões.

Quando falei rapidamente sobre a questão desse sentimento de vigilância, talvez eu tenha dito “todo mundo”. “Todo mundo”, obviamente, não significa todo o mundo, todas as pessoas. Eu quis dizer que, a partir do momento em que se utiliza determinado *site* e, depois, se começa a receber *emails* indesejáveis, como *spam*, aqueles seus dados foram vendidos, foram comercializados. Há a própria questão de *cookies*, *pop-ups*, que são formas de fazer direcionamento, inclusive de estratégias comerciais do ponto de vista da sua navegabilidade.

Então, a sua navegação na Internet, de alguma forma, sempre foi vigiada, seja para interesses comerciais e agora, definitivamente, foi colocada para interesses tidos de segurança, porque determinado país está fazendo isso. 1984, livro de George Orwell, já falava do chamado *big brother*, que tinha mais ou menos uma concepção semelhante.

Então, eu não considero realmente isso uma grande novidade. Evidentemente, da forma como foi colocada para a comunidade internacional a partir daí, acabou causando uma perplexidade, e acho que temos de dar respostas a isso, em que pese lei nenhuma vir a bloquear qualquer tipo de iniciativa de espionagem. Acho que será necessário muito trabalho, muita governança... Foi a esse fim de romantismo que eu quis me referir.

A Internet nasceu no ambiente militar. Acho que, de certa forma, esse episódio mostrou um pouco do resgate dessas origens. Em relação à pergunta do internauta, são coisas diferentes. A governança da Internet, como eu a enxergo, da forma como ela se encontra hoje no Brasil, é uma governança muito mais principiológica; é uma governança muito mais de diretrizes sobre o bom funcionamento da rede. Aí, você tem políticas nesse sentido, de segurança; visões que o comitê coloca, através de um decálogo; uma tratativa nas discussões internacionais. É muito diferente, por exemplo, quando se está falando de uma segurança em nível de aspectos militares. Em que pese ter um representante do Ministério da Defesa lá, isso não é papel do Comitê Gestor da Internet. Esse é papel de Estado.

Então, a questão de segurança tem de ser vista sob o olhar da necessidade. Às vezes, a questão da segurança é muito mais do ponto de vista da privacidade. Aí, cabe um papel importante do Ministério da Justiça.

A ideia do Marco Civil da Internet é dar um pouco mais de robustez a esse processo, e acho que a aprovação do Marco Civil poderia trazer exatamente um pouco mais de ferramentas nesse sentido. Em relação à questão dos armazenamentos de dados, é iniciativa de um debate proposto pelo Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo. E eu de uma certa forma coaduno com a posição do Sr. Ministro: somos um país que temos peso do ponto de vista da Internet mundial – lideramos, seja em terceiro e quarto lugares; às vezes, lideramos literalmente em primeiro lugar *sites* de relacionamentos, *chats*, *microblogs*, e o brasileiro gosta muito de usar a Internet, tecnologia, principalmente os jovens. Então, que o País possa ter um pouco mais de respeitabilidade, e essas empresas tenham um olhar diferenciado; por exemplo, colocar aqui os *data centers* para armazenamento de dados.

O Superior Tribunal de Justiça teve muita dificuldade porque a Google diz que seus dados não ficam aqui, mas nos Estados Unidos, sob a legislação americana. “Vocês não têm nada a ver com isso”. Quer dizer, o STJ diz que, sim, tem a ver com isso. Na época do Orkut, que também já era ligado ao pessoal da Google, o Ministério Público sofreu e muito, porque o Orkut, em determinado momento, era um poço de irregularidades e ilegalidades. Era problema do Orkut? Não, mas as pessoas o usavam e faziam divulgação de produtos entorpecentes, que eram comercializados; e principalmente questões de pornografia, voltadas para a área infantil, comumente chamadas de pedofilia, mas é pornografia infantil. E o Congresso Nacional deu resposta a isso no Estatuto da Criança e do Adolescente, mudando o art. 241. Já há decisão, desde 1998, do STJ, ou salvo engano, do Supremo Tribunal Federal, na época da BBS Internet, falando sobre isso.

Então, não dá para tratar Internet como se fosse uma coisa fechada, como se uma lei fosse resolver. A Internet é um reflexo no mundo. Senão, seria a mesma coisa de se fazer uma legislação para resolver todo o Brasil.

Havia um Ministro. Não me lembro qual era o Ministro ou qual era o jurista mineiro que dizia que “bastava ter uma lei, no Brasil, com dois artigos: 1º – Todo brasileiro tem que ter vergonha na cara. 2º – Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.” É claro que isso não acontece na prática porque é preciso ter um processo de construção da legislação de acordo com as necessidades. Veja, por exemplo, a regulação bancária. Eu acho que, do ponto de vista do registro

de nomes de domínio, não precisamos de lei. Essa é uma visão... Falo aqui em nome do Ministério das Comunicações, porque já li o parecer do Ministério das Comunicações, e é contrário. Uma legislação sobre registro de nomes de domínio vai engessar demais uma coisa que está funcionando bem.

Sobre questões de privacidade, acho que precisa, sim, da criação da legislação de proteção ao banco de dados. Acho que é preciso fazer uma reflexão sobre a nossa legislação de direitos autorais e de propriedades intelectual, porque, apesar de serem recentes, de 1996 e 1998, já há questões que precisam ser tratadas de forma um pouco mais atualizada e sofisticada.

Em relação ao marco civil da Internet, que está na Câmara dos Deputados, na Casa ao lado, e depois vem para cá – certamente nesta Comissão – para debate, acho que é uma oportunidade extraordinária de dar resposta ao internauta Marco Reis, que fez a pergunta, com preocupação, certamente, sobre a questão da governança sob o ponto de vista da privacidade. Aí, é outra visão de governança, não essa governança aqui. Acho que é uma atuação muito mais protetiva, inclusive de órgãos de segurança. Afinal de contas, quem tem que dar segurança para você na rua, quando há alguma questão, é a autoridade pública. Por que na Internet vai ser diferente?

Então, é preciso entender a Internet. Muitas vezes, sem qualquer crítica ao Congresso, Senador – muito pelo contrário, acho que esta é a casa do povo, de onde vêm as grandes reflexões – temos que tomar um pouco mais de cuidado com o excesso de positivismo, de achar que leis resolvem problemas. Leis não resolvem necessariamente problemas. Ações públicas é que resolvem problemas. Acho que a nossa Constituição da República já dá guarida a muitas delas, mas entendo que, se temos que fazer esforço neste momento, refuto esse esforço no marco civil da Internet e no fato de tratar com maturidade, por exemplo, a discussão sobre o armazenamento de dados no País por parte de grandes provedores, que ganham muito dinheiro aqui, e inclusive pagamos aqui com cartão de crédito como se operações internacionais fossem. O Ministro Paulo Bernardes chegou a brincar que somos quase um paraíso fiscal dessas empresas porque toda a tributação é lá. O Congresso Nacional tem que estar imbuído desse processo. Afinal, é legislação de natureza tributária. Isso tem que ser constituído por lei, tem que vir daqui. Essas são questões específicas que precisam ser vistas. Acho que, sem dúvida alguma, esta é a Comissão adequada para dar respostas a todas as questões que estão criando certas inquietudes como a que manifestou esse internauta que fez a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Rafael Henrique.

O SR. RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Bom, concluindo, acho que podemos afastar, primeiro, a divisão do debate entre gestão da Internet ou governança da Internet e aparte de segurança.

Um ponto aqui ficou muito claro, pela própria exposição sobre registro de domínios: como funciona, a lógica por detrás, como foi construído historicamente todo o processo. Acerca da parte de segurança, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi pioneiro, em 2011, na discussão sobre leis de proteção de dados pessoais, à época, juntamente com o Ministério da Justiça. Já entendíamos isso não somente por causa da questão tanto da privacidade, mas, sim, por causa da emergência de uma tecnologia chamada computação em nuvem. Ao enxergar o grande potencial do uso da computação em nuvem, a União Europeia, por exemplo, se moveu na direção de constituir um marco de proteção de dados pessoais muito bem-sucedido do ponto de vista dos negócios das empresas europeias.

Percebendo essa movimentação e percebendo a adesão de empresas a utilizarem exatamente esse conceito de computação em nuvem, começamos esse debate junto ao Ministério da Justiça. Não é à toa que se contrataram consultores, à época, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para tratar do tema proteção de dados pessoais – Danilo Doneda é atualmente a pessoa no Ministério da Justiça responsável pelo tema. Então, falando tecnicamente sobre segurança da informação, hoje, armazenar dados no País poderia resolver um problema legal, que é exatamente o que foi citado pelo representante da Anatel, ou seja, a necessidade de se ter, do ponto de vista do Direito brasileiro, a adoção de normas por parte das empresas de aplicativos da Internet, aplicações da Internet, no oferecimento dessas bases de dados. Do ponto de vista técnico, não faz muito sentido. Por quê? Porque se pode ter os dados aqui, mas ter o espelho nos Estados Unidos, do mesmo jeito.

E como a NSA atuou do ponto de vista técnico? De fato, ela pediu essas bases de dados a determinados provedores lá fora e, com aquele conjunto grande de dados, aplica ferramentas, chamadas de *big data*, grandes dados, tratamento de grandes dados massivos. E, de forma técnica, eles conseguem buscar padrões desses dados. Então, eles conseguem cruzar, por exemplo, o que o Senador Sérgio fez, aonde foi, qual o tipo de *e-mail* enviou. Mas isso tudo, como? Coletando essas informações de uma base de dados e colocando-as tecnicamente dentro da base de dados da NSA, para trabalhar essa maçaroca de informações, como muitos dizem tecnicamente.

Temos que entender também que a legislação brasileira tem um determinado alcance, que é exatamente o da própria soberania do País, alcance nacional. E a Internet tem essa dificuldade. Por exemplo, há agora um novo Youtube de sete segundos, chamado Vimeo, que é a maior tendência nos Estados Unidos, é uma febre, e está totalmente hospedado fora do país. Então, como vamos ter o alcance para esse conjunto de empresas que não estão registradas no País do ponto de vista do marco normativo? Elas atuam lá fora, você pode hospedar na rede o conteúdo que é espelhado lá fora. Então, é um tema extremamente complexo não só do ponto de vista jurídico, como também do ponto de vista técnico. Por quê? Porque não se consegue, de certa forma, cobrir o Brasil e garantir que somente as informações fiquem aqui. É exatamente o princípio da rede, de não se criarem piscinas, ou seja, que ela fosse exatamente uma teia global conectada.

Então, isso é extremamente complexo, mas acreditamos que, avaliando internacionalmente o que outros países fizeram, uma saída seria exatamente essa discussão de que a lei de proteção de dados pessoais constitua um marco normativo para soberania e transferência de dados internacionais. E, daí, empresas para operarem no Brasil, tal como ocorre na União Europeia, precisariam de ter o mesmo nível de proteção de dados pessoais daquelas empresas que manipulam dados de cidadãos brasileiros fora do Brasil no mesmo nível instituído na legislação brasileira.

E há um dado interessante: no Mercosul, por exemplo, o Brasil é o único país que não tem ainda uma lei de proteção de dados pessoais. Esse sempre foi um ponto que discutimos. E, na época, ainda não tinha a emergência do tema com tanta força, para separarmos – é a conclusão da minha participação aqui, na Comissão – que exatamente essa posição de governança da Internet e registro de domínios é um ponto. Eles, de fato, são as listas telefônicas como o Prof. Glaser definiu muito bem. O conteúdo e a questão de segurança vamos atacar como? Com *hardware* e *software* seguros, certificação e homologação de equipamentos, desenvolvimento de uma política industrial científica, tecnológica na área para o País e, ao mesmo tempo, uso do poder de compra para esse tipo de equipamento.

Acreditamos que, de fato, o armazenamento seguro de informações... Por exemplo, você pode acessar um *site* e ser monitorado com *pop up*, mas tecnicamente você pode usar, por exemplo, páginas criptografadas. Eu mesmo já enviei vários *e-mails* aqui, do Governo brasileiro, totalmente criptografados. Então, mesmo que o meu pacote fosse interceptado na comunicação, o interceptador não conseguiria ver o conjunto dessas

informações, a não ser que ele aplicasse ferramentas de supercomputação para quebrar o ciframento, o que, também, envolve muita tecnologia.

O que começamos a perceber nessa área da Internet? Que o conhecimento tecnológico e a sofisticação dos ataques, das manipulações das informações e do acesso a essas bases de dados começa a ter um nível tão alto de desenvolvimento que é necessário, de certa forma, investir e capacitar o País nessa direção. Esse é o principal ponto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Sr. Jorge de Paula Costa Ávila.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA AVILA – Muito obrigado.

Antes de responder diretamente as perguntas do Senador, eu gostaria de pedir desculpas ao companheiro da Anatel. Eu não tinha conhecimento do debate sobre a legislação sobre nomes de domínio no Ministério das Comunicações. Também não é intenção nossa sugerir que se legisle extensivamente sobre isso. A única sugestão que aventei foi a de se avaliar a possibilidade de, nos capítulos da LPI que fazem menção à concorrência desleal, eventualmente se introduzir alguma referência explícita à possibilidade de se fazer concorrência desleal na Internet por meio da apropriação de marcas registradas como nomes de domínio.

Seguramente, não é necessário, mas pode ser conveniente para facilitar o trabalho do Judiciário e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

Indo agora diretamente para as questões levantadas pelo Senador. Primeiro, é um pouco complicado pensar em direitos de precedência. Não sei nem como o NIC.br opera, porque não há uma correspondência biunívoca entre marcas e nomes de domínio. Os nomes de domínio são um só, e as marcas são por classe. Ou seja, o mesmo nome pode ser registrado como marca para diferentes empresas desde que em classes de produtos diferentes, classes de serviços diferentes. Então a correspondência é complexa.

Parece-me que a gente precisa realmente se preocupar em evitar que se registrem nomes de domínio em setores de atividade idênticos ou afins àqueles setores de atividade em que há outro detentor de marca registrada naquela classe.

Portanto, eu acho que o problema se coloca muito mais no momento do registro do nome de domínio do que no momento do registro da marca, porque pode haver várias marcas idênticas desde que em categorias distintas.

O INPI pode oferecer continuamente uma relação, mas eu não sei se tem feito isso. Ele fez menção ao fato de que o INPI, em algum momento do passa-

do, ofereceu a lista. É evidente que essa lista pode ser atualizada semanalmente, mensalmente. Enfim, a todo tempo surgem marcas de alto renome, marcas que são notoriamente conhecidas, reconhecidas no Brasil. E podemos continuamente informar se já funciona assim.

O INPI atuou recentemente, há cerca de dois ou três anos, para anular o registro de nomes brasileiros em outros países que foram registrados como marca. O caso do cupuaçu e do açaí foi para a mídia, e a gente atuou com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, o INPI brasileiro também atuou bilateralmente com um órgão equivalente no exterior. E o resultado disso, no final, foi que nós produzimos uma relação de nomes de produtos brasileiros ou nomes de regiões brasileiras que não entendíamos passíveis de serem registrados como marca em lugar nenhum do mundo. E essa lista foi distribuída para todos os INPIs do mundo.

Eu acho que alguma coisa semelhante pode ser feita no campo dos nomes de domínio. Poderíamos pegar esses nomes que são tipicamente brasileiros e não permitir que eles sejam registrados como nomes de domínio em parte nenhuma do mundo.

Essa experiência, essa história do cupuaçu com o açaí no Japão ocorreu em 2008, 2009.

Passo ao tema do *backlog* e ao tema do atraso na concessão de marcas e patentes no Brasil.

A concessão de marcas tem uma regulação, como a concessão de patentes, muito distinta da regulação de concessão de nomes de domínio ou de desenhos industriais. Para desenhos industriais há um pequeno *backlog* por razões outras, mas poderia não haver nenhum, porque o registro é quase automático.

Para marcas e patentes, é necessário um exame técnico, um exame formal. A legislação, a Lei de Propriedade Industrial é muito detalhada quanto à natureza do exame que deve ser feito antes de ser concedido o direito exclusivo ao uso daquela marca ou daquela patente.

Já houve ocasião em que esse processamento... A minha história com o INPI começa em 2003, quando o Ministro Furlan me convidou. Esse problema era tão grave em 2003 que o INPI corria o risco de conceder marcas em mais de dez anos e patentes em mais de 20 anos.

Eu tive a oportunidade de coordenar um grupo de trabalho para fazer um diagnóstico do que estava acontecendo no INPI. E a conclusão desse grupo de trabalho com relação ao *backlog* foi a mais simples possível. Na verdade, o INPI não operava porque não tinha condição de operar a contento. Não dispunha de recursos humanos nem de meios materiais, automação, computadores. Havia um total desaparecimento

tanto humano quanto físico do escritório, o que impedia que os registros fossem feitos de maneira satisfatória.

A gente fez um *benchmarking* e, naquela ocasião, constatou que o INPI precisaria ter, pelo menos, três vezes mais examinadores de marcas e três vezes mais examinadores de patentes. O INPI contava, na ocasião, com cerca de 130 examinadores no total para marcas e patentes, e isso foi trazido ao Congresso Nacional.

O processo do Governo brasileiro para isso é muito complexo, ou seja, o INPI precisou convencer o Ministério do Desenvolvimento, precisou convencer o Planejamento, precisou convencer a Casa Civil, e precisou remeter ao Congresso Nacional essa questão para ser discutida.

O Congresso Nacional foi até muito ágil, me parece. Quando o projeto chegou aqui, a gente teve a oportunidade de ir a várias comissões explicar por que aquilo não era uma defesa de um inchaço de máquina pública, mas efetivamente necessário, com base numa comparação de produtividade feita com todos os INPIs do mundo – não tiramos os números da cartola –, e o Congresso Nacional aprovou, só que, quando o Congresso Nacional aprovou o número que havíamos pedido em 2004, já estávamos em 2007, e a demanda sobre marcas e patentes felizmente havia crescido muito no País. Porque a economia brasileira acelerou, e o número de marcas solicitadas e no número de patentes solicitadas por brasileiros e estrangeiros no Brasil aumentou muito. Já era quase, nessa ocasião, 80% maior do que quando nós fizemos o levantamento de necessidades em 2004.

Nós procedemos ao concurso de admissão de pessoas que no setor público também é complexa. Quando finalmente em 2008 as pessoas chegam ao escritório, já tínhamos o dobro da demanda para a capacidade implantada. Nós tínhamos saído de uma situação em que tínhamos um terço do que precisávamos e tínhamos evoluído, é verdade, para termos a metade do que precisávamos.

Então fizemos imediatamente outro pedido. Dessa vez nós levamos em conta a expectativa de crescimento da demanda. Nós projetamos a demanda que estaria presente para marcas e patentes em 2015. Isso foi apresentado novamente pela mesma trajetória ao Ministério do Desenvolvimento, ao Ministério do Planejamento, à Casa Civil, ao Congresso Nacional; e o Congresso Nacional finalmente aprovou isso há cerca de 60 dias. Se agora formos ágeis na admissão, vamos solucionar esse problema.

A demanda que foi estimada está próxima do que de verdade temos observado no País. Um projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso Nacional permite que operemos com a demanda que esperamos atin-

gir apenas em 2015. Então, se formos ágeis agora na contratação de examinadores, vamos ter condição de operar em prazos regulares quando comparado com o prazo que se observa no resto do mundo.

Para marcas em particular, o INPI estabeleceu como nove meses o tempo ideal entre o depósito da solicitação de uma marca e a concessão da marca. Esse prazo de nove meses não pode ser diminuído por força do próprio processamento previsto em lei. Uma vez que alguém pede uma marca, esse pedido é publicado e se abre um prazo para que partes que possam se sentir prejudicadas apresentem oposições. Essas oposições são comunicadas ao interessado e novamente corre um prazo para que o interessado contraponha razões às razões apresentadas pelo adversário.

Então o conjunto do processamento toma um tempo que não pode ser reduzido a zero, a não ser que se simplificassem os procedimentos legais. Agora eu acredito que com o trabalho que vem sendo feito nos últimos anos no INPI que tenhamos realmente conseguido resolver o problema. Ou seja, do ponto de vista formal, ele está resolvido. Falta uma etapa que é concretizar a contratação desses servidores que o Congresso Nacional nos autorizou há cerca de dois meses.

Quando falo isso, faço sempre uma ressalva, Senador, porque às vezes pode parecer que é um ato de pouco empenho pedir simplesmente o aumento do número de pessoas. Eu tenho que lhe dizer que no INPI se fez muito mais do que simplesmente aumentar o número de servidores. O aumento do número de servidores foi acompanhado de um esforço muito grande de automação, de otimização de processos, o que nos permitiu projetar essa lotação ideal para o INPI com base nos melhores índices de produtividade, observados nos mais modernos escritórios semelhantes ao INPI do mundo, que são os escritórios norte-americano, europeu, coreano e japonês. Acho que vamos ter um escritório padrão primeiro mundo, padrão internacional. Já no ano que vem poderiam entregar isso como um produto, um resultado desse período de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Nós já estamos encerrando a nossa audiência pública, mas eu passaria ainda, para uma consideração, ao Sr. Demi, e, logo em seguida, para uma resposta, ao Sr. Glaser, que tem que pegar um voo.

Antes de terminar, vamos ouvir o Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É só uma questão de que não me lembro ter ouvido a resposta. A relação da Fapesp com o CGI.

O SR. JORGE DE PAULA COSTA AVILA – A relação da Fapesp com o CGI. Historicamente a coisa começou na Fapesp e não tem relação nenhuma atualmente. A Fapesp é a fundação de amparo e pesquisa e o CGI é isso aí.

Eu queria fazer um comentário sobre o que foi falado sobre marcas e analogia com nomes e domínio. Na verdade posso dar uma resposta feliz para isso. No caso do Brasil, como nós deixamos o segundo nível fechado, há alternativas para homônimos, o que não há, por exemplo, na Alemanha. Na Alemanha, por exemplo, se o cara tem uma palavra alfa, “alfa.de” é a única opção dele. Aqui podemos ter “alfa.com.br”, “alfa.ind.br”, “alfa.adv.br”, “alfa.psi.br”, quer dizer, nós temos *n* alternativas. É claro que o “com.br” chama a atenção direta, mas a marca estaria onde? No “alfa” ou no “com.br”? Em suma, essa é uma discussão complicada. Essa é a parte boa da notícia, ou seja, temos uma possibilidade de homonímia no Brasil bastante ampla.

A parte ruim da notícia é que, com a entrada de novos domínios genéricos do ICANN, o Velho Oeste volta a surgir, com a corrida por reservas. E é preciso prestar atenção para não dormir no ponto, porque volta todo esse processo. Eles têm lá uma *cleaning house* para *trademarks*, que precisa ser visto e avisado; o pessoal que tem marcas no Brasil precisa tomar cuidado com isso, porque, senão, vai ter que correr de novo atrás do prejuízo. Este é um dos motivos pelos quais a gente era contra a criação de novo dos genéricos, porque se cria, de novo, essa competição desenfreada atrás de bons nomes.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Glaser, o internauta Marco Reis pergunta se o senhor considera que os serviços ofertados no Brasil têm qualidade e eficiência comparáveis aos demais países com níveis similares de utilização da Internet. Se não, quais restrições o senhor faria aos serviços atualmente prestados?

O SR. HARTMUT GLASER – A resposta é muito fácil, não porque eu considero o serviço de primeiro mundo, mas porque os outros dizem que é equiparável à melhor qualidade.

Eu acabo de voltar de um treinamento que nós fazemos anualmente. Uma pessoa que conhece a Internet desde os seus primórdios, um professor da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, resolveu que, como estava ficando velho, segundo ele, precisava formar gente nova. Então, resolveu criar o que ele chama de *Summer School on Internet Governance*. É uma escola na qual ele procura fomentar, principalmente para países em desenvolvimento, o conceito da Internet, a história da Internet, o que é fundamental para que uma governança seja realmente de primeiro nível. E ele me convida anualmente para participar desse treinamento. Dessa forma, o Brasil é reconhecido por outros para que a gente possa treinar a nova geração da Internet.

Como disse, acabo de voltar desse curso, do qual participei pela quinta vez, mostrando o modelo

da governança da Internet no Brasil. Realmente, é um modelo de qualidade. No nosso serviço – e eu falei isso rapidamente no início –, 48 vezes por dia, hoje, incorporamos os novos domínios dentro da zona de resolução do DNS da Internet. Se aquele requerente atendeu a todas as exigências e tem o seu provedor, como eu mencionei naquele momento, às 14h20... Mas, agora, às 17h05, se ele pedir o seu domínio, às 17h30, o domínio está funcionando. Poucos países do mundo têm essa agilidade.

E uma coisa que é muito importante: nós temos vários países – e não quero mencionar nomes – que não se preocuparam com casos de emergência, de contingência. Mencionamos várias vezes, o Professor Demi e eu, que nós temos todos os domínios hoje replicados, no Brasil e fora do Brasil, como contingência. Então, se por acaso – e sempre uso o pior exemplo –, o nosso prédio em São Paulo sofrer um 11 de setembro e dois aviões o derrubarem, a Internet brasileira não para; ela continua funcionando. Isso porque nós temos, dentro de São Paulo, uma contingência; temos uma aqui em Brasília; temos ainda outra no Rio de Janeiro; bem como em vários países, por meio de convênios de cooperação bilateral. Isso nos custa o equipamento, mas são convênios de troca de informação. Nós fazemos para eles o que eles fazem para nós.

O Brasil, hoje, realmente, tem um reconhecimento internacional. O pessoal costuma dizer que estamos entre os 10 melhores; eu vou ser mais modesto e dizer que estamos entre os cinco melhores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Maravilha de informação!

Bom; agradecendo imensamente as contribuições do Sr. Jorge de Paula Costa Ávila, do Sr. Hartmut Glaser, do Sr. Marcelo Bechara de Souza, do Sr. Rafael Henrique Moreira e do Sr. Demi Getschko, declaramos encerrada a presente reunião, convocando outra reunião ordinária da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia para a próxima terça-feira, às 8h30min.

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 05 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia onze de julho de dois mil e treze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor

Senador Anibal Diniz, reúne-se a Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil, com a participação de membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, os Senhores Senadores Zeze Perrella, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento. O Presidente O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº. 01 de 2013-CCTSTTR e 03 de 2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Luiz Henrique e Vital do Rêgo, que requerem “... nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Excelentíssimos Senhores José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro – EB; Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá – MG; Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu – GO; e Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana – RJ. Justifica a ausência o Excelentíssimo Prefeito do Município de Presidente Figueiredo –AM, Senhor Neilson da Cruz Cavalcante. Findas as apresentações, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Luiz Henrique. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Anibal Diniz**, Presidente da Subcomissão Temporária para Elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de Terras Raras no Brasil

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil, ambas da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realizam nesta data, 11 de julho de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Damos, então, início aos trabalhos da nossa reunião conjunta, que é realizada em atendimento aos Requerimentos de nº 3, de 2013, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 1, de 2013, da Subcomissão Temporária de Terras-Raras, ambos da autoria do Exmº Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, Relator da Subcomissão, para discutir ações para os minerais estratégicos para o País com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor.

Convidamos, então, à mesa, os Exmºs Srs. José Fernando Iasbech, General de Brigada do Exército Brasileiro e gerente do Projeto Proteger; Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas; Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá, Estado de Minas Gerais; Sr. Maurides Rodrigues Nascimento, Prefeito do Município de Minaçu, Estado de Goiás; Pedro Jorge Cherene Júnior, Prefeito do Município de São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro. Temos outros dois convidados representando prefeituras, a quem convidamos a tomar assento mais à frente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a nossa última audiência pública destinada a reunir informações, elementos e sistematizar alguns conhecimentos que vão ser úteis na construção do relatório que será preparado pelo Senador Luiz Henrique – e temos o prazo até o 30 de agosto para apresentarmos esse relatório.

Exatamente por ser a última das nossas audiências públicas, eu pedi que nós construíssemos um memorial de tudo que foi feito até agora, de tal maneira que a gente possa, além da apresentação dos expositores convidados de hoje, fazer uma memória de tudo o que foi realizado nas outras audiências públicas até aqui.

Sr^{as} e Srs. Senadores e demais presentes, previamente às exposições pelos nossos ilustres convida-

dos, faremos um breve apanhado sobre as atividades desta Subcomissão até a data de hoje.

Com esta quinta audiência de hoje, encerramos – na realidade, hoje é a sexta audiência – o ciclo de debates proposto pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, nosso Relator, para a instrução da Subcomissão. Com vários e ricos debates, desde a sua instalação, em 2 de abril último, foram seis reuniões desta Subcomissão. Já contabilizando os convidados ora presentes no dia de hoje, foram 23 expositores, entre empresários, autoridades públicas ligadas aos órgãos do Executivo, Prefeitos, especialistas e juristas, além da participação das Embaixadas do Japão e da Austrália.

A amplitude das temáticas abordadas serviu para que nós, Senadores e Senadoras membros desta Subcomissão de Terras-Raras, tivéssemos mais conhecimento e uma ampla visão sobre o assunto. Todos os expositores tiveram oportunidade de apresentar os pontos de vista pessoais e das respectivas representações, e ainda houve, durante o curso do nosso ciclo, o anúncio pelo Governo Federal do envio da proposta de Marco Regulatório da Mineração para o Congresso Nacional.

Todo esse cenário fortalece ainda mais os nossos trabalhos e reforça a convicção de que o aperfeiçoamento do arcabouço legal em torno do setor de mineração é uma premissa necessária e essencial ao desenvolvimento do País.

Destacarei algumas passagens que refletiram a dimensão dos debates neste Plenário. Abre aspas para o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, Sr. Carlos Nogueira:

“Os bens minerais como um todo integram um setor que abarca o conhecimento em especial da Geologia para que tenhamos uma mineração forte, uma mineração competitiva, tecnologicamente responsável. Temos que ter o conhecimento geológico do nosso território. [...] As nossas diretrizes, ter uma governança pública, eficaz, que promova a utilização dos bens minerais extraídos para o interesse nacional, agregação do valor e promoção da sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva” – fecha aspas.

O Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Alvaro Toubes Prata, declarou que – abre aspas:

“A cadeia produtiva dos minerais de Terras-Raras envolve diferentes processos trabalhosos que requerem conhecimento extremamente especializado e o Brasil tem condições de

dominar cada uma dessas etapas da cadeia produtiva de Terras-Raras” – fecha aspas.

Já o Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Sr. Fernando Antonio Freitas Lins, nos alertou que – aspas: “Os riscos são aqueles que nós brasileiros já conhecemos, da descontinuidade. O risco é haver uma desarticulação, ou seja, os governos, os entes governamentais não se articularem e a indústria não se articular” – fecha aspas.

Ainda na linha da questão do processo produtivo, o Superintendente Geral da Fundação Certi, Sr. Carlos Alberto Schneider, apresentou a seguinte afirmação – aspas: “Considera-se que o Brasil tem jazidas superiores à China hoje. O que nós temos que fazer é implementar esse processo produtivo” – fecha aspas.

Pelos representantes das indústrias de mineração, destacamos a posição apresentada pela empresa Mineração Serra Verde, que, pelo seu Diretor, o Sr. Paulo de Tarso Serpa Fagundes, novamente presente hoje em nossa audiência, declarou especial preocupação com – aspas – “a suspensão das novas outorgas para lavras e a retenção do processo de licenciamento que se arrastam desde 2011 e vêm penalizando muito esse setor tão estratégico para a nossa economia” – fecha aspas.

A questão do monopólio da CNEN em relação à extração e manuseio de materiais radioativos foi levantada a partir da exposição do Sr. Alair Veras, representante da Indústrias Nucleares do Brasil.

Na audiência realizada no dia 6 de junho, tivemos uma mesa eclética e abrangente. Destacamos várias posições, tais como, pelo Ibram, foi-nos passada uma visão ampla sobre todo o setor de mineração no Brasil, apontando que os minerais estratégicos devem ocupar posição relevante e específica dentro do nosso Plano Nacional de Mineração; pelo Sr. Paulo César Ribeiro Lima, especialista e consultor da Câmara dos Deputados, foi-nos destacada a questão da pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva ao setor de alta tecnologia como sendo a saída e o caminho para o fortalecimento dessa indústria e que isso também deverá passar por uma decisão política; o Dr. Adriano Cançado Trindade nos trouxe uma visão voltada aos aspectos jurídicos da discussão, ressaltando que o aprimoramento do marco regulatório deve estabelecer um campo ainda mais amplo, que é o estabelecimento de uma política mineral integrada que fortaleça a exploração dos recursos em minerais, inclusive aqueles considerados estratégicos como os elementos de terras-raras.

Vimos também a exposição pelo Prof. José Farias de Oliveira, pela COPPE, que nos apresentou o

Projeto do Trem de Levitação Magnética, como sendo uma das novas aplicações para o superímãs.

Foram muitas as contribuições. De tudo isso, podemos destacar, então, como premissa necessária e mais importante para a continuidade desta discussão, a de que não cresceremos somente fortalecendo a indústria de mineração, pois, além do fato de não serem os elementos de terras-raras exatamente raros, a oferta mundial de matéria-prima tende a aumentar. A tendência é que, daqui para frente, a indústria de transformação e de alta tecnologia desenvolva ainda mais as aplicações de produtos a partir dos elementos de terras-raras.

Por isso é que poderemos extrair como conclusão mais forte desses debates a de que o Brasil deve investir em toda a cadeia produtiva de forma articulada e perene, pois a evolução para o setor exige, como em qualquer processo inovativo, um bom ciclo de anos até a sua consolidação.

Foram citadas algumas indústrias, tais como a de ímãs e geradores eólicos, catalisadores, produtos para a indústria do petróleo, aplicações em equipamentos de alta tecnologia e até aplicações para as futuras baterias para os veículos elétricos.

Mesmo ante esse cenário amplo, é essencial, contudo, que as nossas mineradoras estejam fortalecidas no processo extrativo e que possam garantir o fornecimento da matéria-prima a uma indústria nacional em atividade.

Os movimentos registrados pela atuação irregular da China no bloqueio da exportação dos elementos de terras-raras nos deixam este alerta: não podemos permitir e investir no desenvolvimento de uma indústria que fique à mercê do fornecimento mundial desses minerais, quando temos aqui, no Brasil, talvez uma das maiores jazidas do mundo.

Daí a importância de partirmos de um marco regulatório consolidado para o setor de mineração como um todo e com especial atenção aos minerais estratégicos.

A proposta que sairá desta Subcomissão trará uma visão especializada sobre os elementos de terras-raras e contemplará as necessidades para o setor, mas servirá de embrião para uma discussão voltada aos minerais estratégicos, aí incluídos os elementos de terras-raras.

Durante a tramitação do marco regulatório da mineração, certamente haverá a junção das discussões, aperfeiçoando-se ainda mais o debate e os resultados. E tenho certeza, Senador Luiz Henrique, de que, com as contribuições todas que recebemos, ao longo dessas audiências, V. Ex^a terá todas as condições de dar uma grande contribuição para fazer com que esse

marco regulatório seja o mais atento possível a essa necessidade de tratamento especial aos minerais de terras-raras.

A Subcomissão de Terras Raras entrará agora no processo de discussão e análise de todo o conteúdo produzido durante as nossas audiências públicas.

O prazo inicialmente estabelecido para a conclusão dos trabalhos é 30 de agosto próximo, mas ficará a cargo do nosso eminente Relator a evolução dos trabalhos, inclusive pela realização de eventuais novas diligências.

Feito esse apanhado dos trabalhos, passaremos agora à exposição pelos convidados, cada um com o tempo inicial de 15 minutos, podendo ser acrescido, caso seja necessário, para as suas exposições.

Além do Exército, temos aqui os Prefeitos de Municípios produtores dos elementos de terras-raras, que poderão nos passar a sua experiência e abordar também as questões de natureza ambiental ligadas ao assunto.

Eu gostaria, para começar os debates de hoje, de passar a palavra ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, Prefeito de Presidente Figueiredo.

Há uma justificativa da ausência do Sr. Neilson da Cruz Cavalcante, que teve um problema de saúde e não pôde se fazer presente.

Então, passo a palavra ao Sr. Jeová Moreira da Costa, Prefeito do Município de Araxá.

Sr. Jeová, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEOVÁ MOREIRA DA COSTA – Bom dia a todos! Quero agradecer a oportunidade de participar deste momento, que, para nós, de Araxá, é histórico, e dizer que estou aqui como Prefeito de Araxá pela terceira vez, Prefeito este que busca nas suas ações aquilo que é a razão de toda a nossa vida: desejar ao próximo uma sobrevivência com dignidade.

Araxá é uma cidade que podemos dizer que hoje é um paraíso de 100 mil habitantes. Temos lá uma riqueza mineral fantástica, alicerçada na exploração do nióbio, explorada pela Companhia Brasileira de Mineração (CBMM), que é um exemplo de excelência da excelência. Hoje, 70% da nossa arrecadação é graças à produção mineral da CBMM.

Por outro lado, nós tivemos, na década de 70, um investimento fantástico na nossa cidade, com a exploração de outra riqueza mineral, que é o fosfato. Hoje, essa exploração é feita pela Vale Fertilizantes, que a gente entende que é um dos eixos estruturantes do agronegócio brasileiro.

Recentemente, fomos informados da existência de terras-raras dentro do rejeito da exploração do nióbio e dentro também da exploração do fosfato.

Então, nós, Prefeitos, estamos aqui – e entendo que esse é o sentimento de todos os prefeitos de municípios aqui presentes – para sensibilizar o nosso Exm^o Sr. Senador Luiz Henrique, Relator desse marco regulatório da exploração de terras-raras, no sentido de fazer com que possamos colocar nos nossos Municípios o conhecimento, entendendo que é necessário o Brasil avançar e trazer o conhecimento para explorar essas riquezas.

Dentro desse programa, o nosso Governo municipal tem idealizado a Cidade Tecnológica. É dentro desse cenário que estou aqui hoje, para a gente defender essa tese. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Senador Zeze Perrella, que está contribuindo para que a gente avance nesse projeto. Então, a Cidade Tecnológica que estamos desenhando para Araxá é justamente alicerçada nessa excelência de tecnologia que hoje é explorada pela CBMM do nióbio. Para o conhecimento dos senhores, hoje, somos responsáveis por 95% da exploração de nióbio do mundo. Como bem disse o nosso Presidente da CBMM, José Tadeu, lá eles não vendem a pedra de nióbio, eles vendem a tecnologia, informando como fazer ali um produto de excelência e um produto de eficiência para a humanidade.

Então, a Cidade Tecnológica que estamos querendo desenhar está pautada dentre todos os objetivos desta audiência pública, que é a capacitação de mão de obra, a participação das universidades e dos centros de pesquisa, a cooperação internacional, e fazer essa cadeia produtiva. Como Araxá está localizada no centro do País, nós entendemos que lá existe espaço para a gente instalar um centro de pesquisa para avançar no Brasil em termos de pesquisa e conseguirmos novos produtos com essas riquezas minerais existentes no nosso País.

O que Araxá já fez? Nós já desapropriamos um prédio antigo, o Instituto Colombo, que vai estar ligado com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, para instalar um intercâmbio com as universidades internacionais. Então, vamos ter alojamentos para receber os professores e os estudantes internacionais, assim como também os nossos estudantes brasileiros para irem às universidades internacionais. Lá, haverá, com a Internet, uma sala virtual, onde vão acontecer a comunicação e os debates em tempo real.

Nós desapropriamos uma área na 262, onde vamos instalar o Centro de Pesquisa; conseguimos, com o Governo de Minas, uma receita de R\$10 milhões e a prefeitura está entrando com R\$7 milhões.

Entramos em contato com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, que já é realidade, que vai implantar um braço na nossa cidade. Nós já temos Cefet

lá há mais de dez anos, com cursos de ensino superior. Entramos em contato com outras universidades internacionais, que se dispuseram a fazer contratos e a participar dessa ideia, que estamos lançando, de fazer uma cadeia produtiva dentro dos minerais existentes em nosso Município.

Estamos, ao mesmo tempo, como Araxá é uma cidade que está no centro do Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e noroeste de Minas, onde o agronegócio é muito fortalecido, estamos estabelecendo contatos com as câmaras de comércio de Israel, da China e da Costa do Marfim. O Instituto Colombo é aquele prédio que fica na Bacia do Barreiro, que desapropriamos, com recursos da prefeitura, e onde vai funcionar o cérebro da Cidade Tecnológica.

Aqui é um pátio da Expominas, onde estamos fazendo um trabalho junto com o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Codemig, para se implantar ali a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Essas são as localizações, dentro da topografia do Município de Araxá, da CBMM, da Vale Fertilizantes, da MbAC, uma empresa canadense que está com um projeto de explorar as terras-raras em nosso Município.

São as outras empresas que estão dispostas a fazer essa parceria com o Município de Araxá.

Estamos trabalhando no sentido de buscar a cadeia de produção dos minerais existentes em nosso Município. Repetindo, as parcerias com as quais estamos entrando em contato e que estão dispostas a entrar nesse projeto que estamos desenhando.

Era isso o que eu gostaria de deixar aqui registrado.

O nosso entendimento como Prefeito, como pessoa que está ali ao lado do cidadão, é de que o Congresso Nacional, através desse Marco Regulatório da Exploração de Terras-Raras, tem a possibilidade de fortalecer os Municípios. O que gostaria de deixar registrado é que se deve estabelecer um *royalty* para os Municípios mineradores para que possamos instalar ali essa cadeia de produção e ter ali alicerçado o nosso futuro e o das novas gerações em cima do conhecimento, e que a gente não fique, daqui a anos, com essa mesma situação que observando da realidade nos Municípios mineradores.

No mais, estamos abertos a perguntas, abertos a outras colocações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)
– Obrigado, prefeito Jeová Moreira, da cidade de Araxá.

Passamos a palavra agora ao Prefeito do Município Minaçu, Maurides Rodrigues Nascimento.

O SR. MAURIDES RODRIGUES NASCIMENTO
– Bom dia a todos e a todas. Para mim é um prazer muito grande estar aqui fazendo parte desta audiência

e vendo o tamanho da discussão sobre esse minério que temos o privilégio de possuir em nosso Município.

Sabemos nós que o Brasil passa por um momento delicado na área da economia. O País encontra dificuldade para crescer por conta de uma série de aspectos importantes, como cenário externo conturbado, problema de infraestrutura, alta carga tributária, além de outros fatores. É fundamental que o País continue avançando em questões fundamentais para o desenvolvimento de nossa economia, mas é importante que essas leis não afetem a competitividade dessas empresas; caso contrário, elas podem optar por investir em outros países.

Há, em Minaçu, um projeto em curso que pode revolucionar não apenas o nosso Município, mas o País.

A Mineração Serra Verde, uma empresa do Grupo Mining Ventures Brasil assinou com o Governo de Goiás um protocolo de intenções para construção de uma planta destinada ao aproveitamento de uma jazida de terras-raras, conjunto de elementos químicos utilizados em diversas indústrias na cidade de Minaçu.

O documento prevê que a empresa fará investimento entre R\$300 milhões e R\$600 milhões para instalar uma unidade de extração e beneficiamento, que produzirá concentrado de terras-raras para o mercado nacional e internacional a partir dos minérios encontrados no local.

A primeira etapa do projeto depende da implantação e operação da planta piloto, ainda em 2013, cuja guia de autorização será ainda pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Uma segunda etapa do projeto com aplicação de mais de R\$600 milhões de investimentos, entre 2018 e 2023. Será o processamento em Minaçu o concentrado para obter a sua separação em terras-raras e individuais, com teor de pureza de 99,99%.

Atualmente, a única fornecedora desses materiais é a China. Para o Brasil é fundamental atrair investimentos e incentivar empreendedores para que essa segunda etapa do processamento das terras-raras seja feito no País. Com isso, o Brasil deixará de ser um mero exportador de matérias-primas neste importante setor de mineração para colocar-se na vanguarda do domínio dessa tecnologia de ponta, com amplos benefícios para sua economia.

Com o início da operação prevista para 2016, o projeto em Minaçu, da Mineradora Serra Verde, será o primeiro a produzir terras-raras críticas com baixo custo de classe mundial no Brasil.

O Congresso está discutindo o marco regulatório de mineração que chegou em junho. É importante que esse debate seja feito com muita cautela para

não comprometer investimentos já anunciados e em curso no País.

Na verdade, vemos hoje que nós, Prefeitos, enfrentamos as dificuldades com a comunidade. Sei que é um trabalho de muita responsabilidade e, às vezes, depende muito de leis, mas assim como nós Prefeitos estamos reivindicando a liberação dessas mineradoras, também estamos prontos para fiscalizar.

O que queremos é que os senhores tenham mais uma atenção voltada para o aceleração desses processos para que, na verdade, consigamos pôr em prática esses produtos que são bons para nossos Municípios, para nossos Estados e para a Nação.

Colocamo-nos à disposição, Minaçu está aberta para colaborar e não podemos negar que temos um grande desejo de que essa mineradora instale-se com urgência, porque, na verdade, o nosso Município recebeu duas represas e trouxe muitos trabalhadores e concluiu a obra. Estamos lá com uma população precisando de emprego e vemos hoje que essa mineradora é uma solução para nosso Município.

Peço aos senhores que ajudem o nosso Município que tem o privilégio de ter esse minério. Também deixamos claro que sabemos do impacto ambiental que essas mineradoras trazem, mas estamos lá para fazer justiça, para fiscalizar.

Essas são as minhas palavras, deixo aqui o meu agradecimento a todos.

Meu agradecimento a todos.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Sr. Prefeito Maurides Rodrigues. Pela ordem...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Queria apenas me justificar porque estou presidindo uma comissão do lado, da CCT, junto com a Relações Exteriores, onde estamos tratando do tema dos grampos.

Só queria cumprimentar os Srs. Prefeitos, General lasbech, nosso Presidente Anibal Diniz, meu querido amigo Jeová Moreira, Prefeito da nossa querida Araxá e Pedro Jorge, Prefeito de São Francisco.

Os senhores me desculpem, mas realmente tenho que sair, porque estou presidindo lá. Quero dizer a vocês da tranquilidade que ficamos quando vemos uma comissão importante como essa sendo presidida por um Senador do quilate do Senador Anibal, que conhece o tema, preocupado com o tema e a relatoria do nosso papa das relatorias do Senado, que é o Senador Luiz Henrique.

Então, para tranquilidade dos senhores, estão em muitíssimas boas mãos. Vamos ajudar no que for

necessário para que realmente essa coisa saia do papel. Vamos para as ações.

Um abraço a vocês.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Zeze Perrela, que é o nosso Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, justificando a sua não presença a esta audiência pública.

Pergunto ao Sr. Tasso Mendonça Júnior se gostaria de complementar alguma informação relacionada à cidade de Minaçu.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Gostaria de cumprimentar o Senador, demais membros da Mesa e as pessoas que estão no plenário, o que gostaríamos de complementar, como chefe de gabinete da gestão da mineração, que seria uma secretaria executiva da área de mineração em Goiás, que o Município de Minaçu e o próprio Estado de Goiás têm a característica de ser bastante rico em minerais e minerais estratégicos.

Minaçu, por exemplo, é o único portador de amianto crisotila do Brasil e uma das duas únicas do mundo que produz. No entanto, o Município sofre com dificuldades, como o Prefeito tem citado, e o Estado de Goiás tem procurado apoiar a cidade e o próprio Estado no desenvolvimento tecnológico e mineral do Município.

Ele sofre com as ações para banimento do amianto, que é uma campanha eminentemente mercadológica, que tenta tirar do mercado uma fibra perfeitamente utilizável, haja vista que se procurou no Município vítimas do amianto, e em todas as certidões de óbito não se encontrou uma única vítima. Por outro lado, agora, ao desenvolver jazidas de terras-raras, a companhia sofre ainda em obter autorização para que tenha guia de utilização para iniciar a lavra experimental do elemento terras-raras, por uma questão de marco regulatório, em relação ao qual solicitamos aos Senadores e autoridades parlamentares que agilizem essa questão do marco regulatório.

Como estava conversando com os Prefeitos, acreditamos que o patrimônio mineral é um patrimônio a ser desenvolvido. Penso que sofremos da síndrome da exploração portuguesa do nosso ouro, que veio, tirou o nosso ouro e levou embora. Na verdade, esses bens estratégicos são bens a serem desenvolvidos. Debajo do chão, eles valem muito.

Então, temos que valorizar o que temos entre as orelhas, ou seja, o nosso cérebro. Então, a nossa campanha do Governo do Estado de Goiás junto com o Município de Minaçu é no sentido de que possamos agilizar essa exploração de uma forma viável, de uma forma que traga benefício para o Município, para o Estado e para o País. Mas a nossa preocupação hoje com

o marco regulatório é de que o Governo, após discutir quatro anos esse marco, que acreditamos que foi com pouca transparência, chega ao Congresso e sofre 370 emendas, ou seja, parece-me que foi pouco discutido para que tenha tido tantas emendas.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só lembraria ao ilustre visitante que o Código Florestal, de que fui relator, teve 1.787 emendas, quer dizer, o número de emendas ao Código Mineral é menor do que eu imaginava.

O SR. TASSO MENDONÇA JÚNIOR – Eu até explico isso, Senador, porque até o nosso Código hoje é bom, o Código em vigor é bom. Penso que ele é mal gerido. Então, a nossa preocupação é exatamente essa, porque o Código chegou e vai precisar ser regulamentado. E também porque essa ação está paralisando a atual atividade, ou seja, a emissão de guias, a emissão de portarias.

Então, é um apelo que o Governo de Goiás, juntamente com o Município de Minaçu, faz ao Congresso, para que nós agilizemos esse novo marco, assim como o Código Florestal, que acredito esteja eivado de sucesso em sua implementação. Que possamos democraticamente discutir esse Código, com uma visão bastante desenvolvimentista para a mineração, porque acredito que a questão mineração seja tão representativa quanto a questão do Código Florestal, porém o impacto ambiental dela é bem menor, porque é localizado.

Então, o nosso apelo é que possamos discutir com muita responsabilidade e agilidade essa questão de que depende o desenvolvimento dos Municípios e dos Estados.

É isso que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Tasso Mendonça Júnior.

Agora passo a palavra ao Sr. Pedro Jorge Chereene Júnior, representante do Município de São Francisco de Itabapoana.

O senhor tem a palavra.

O SR. PEDRO JORGE CHEREENE JÚNIOR – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero agradecer o convite a oportunidade de participar desta audiência pública. Estou Prefeito do Município de São Francisco pela primeira vez.

O Município se localiza no extremo norte do Estado do Rio, já na divisa com o Estado do Espírito Santo, ao lado de dois Municípios milionários, que são Campos dos Goytacazes e São João da Barra, onde há hoje o grande empreendimento do Porto do Açúcar, ao lado do Espírito Santo, Município de Presidente Kennedy. Mas, apesar de estar cercado por Muni-

cípios produtores de petróleo, o nosso Município de São Francisco é considerado limítrofe, com 63km de litoral, com extensão territorial de 1.111km², fazendo o Município ser o terceiro maior em extensão territorial do Estado do Rio. A população é estimada em, mais ou menos, 42 mil habitantes, com o segundo pior IDH do Estado do Rio.

Então, nós temos um grande desafio, desde quando assumi o mandato, em 1º de janeiro, de realmente transformar a realidade, melhorando, acima de tudo, a qualidade de vida da nossa população.

Nós temos no Município de São Francisco uma unidade da INB, na localidade de Buena, onde, há cerca de 70 anos, há a extração da monazita, sendo que, mais ou menos, há cerca de um ano, houve a suspensão dessa extração. Eles hoje comercializam a monazita estocada para a China. Assim que eu assumi, preocupado com perspectiva, de que sempre a gente ouve falar no Estado do Rio, de um possível fechamento da unidade da INB, na localidade de Buena, eu logo procurei e tive uma agenda com a Presidente da INB na cidade do Rio de Janeiro, até para aprofundar um pouco mais.

Fiz algumas solicitações de pesquisa na área do Município de São Francisco. Na oportunidade fui muito bem recebido e já fui atendido na minha solicitação. Eu havia solicitado naquele momento que uma equipe de técnicos da própria INB fosse ao Município e fizesse o levantamento de áreas com monazita a serem exploradas, até preocupado com o impacto social, porque é a única indústria do Município, que tem como principal fonte econômica a agropecuária. Estava muito preocupado com o impacto do desemprego, já que muitas famílias dependem da atividade da unidade no Município.

Há mais ou menos 20 dias essa solicitação foi atendida. A equipe de técnicos já esteve no Município fazendo um estudo e levantamento de possíveis áreas a serem exploradas na extração da monazita. Esses relatórios serão repassados à Prefeitura, mas como isso foi há apenas 20 dias, ainda estou no aguardo desses relatórios. Espero ter uma boa notícia para o Município, que INB continue atuando por alguns anos.

Ao que me foi informado, ela continua no Município numa meia-vida de oito anos, mesmo não tendo outras áreas para serem exploradas. Pelo menos haverá uma permanência de oito anos na unidade aberta no Município de São Francisco.

Da mesma forma fui informado, até pela própria INB, de que a gente não se enquadra muito na questão da exploração de terras-raras, até porque na área de São Francisco o que há e o que se explorou, ao longo desses anos, foi a monazita, havendo hoje sete

mil toneladas estocadas, que estão sendo comercializadas pela China.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade e o convite e dizer que venho aqui hoje com o principal objetivo de aprender e levar conhecimentos. Tenho certeza de que, com a explanação que ouvi de colegas Prefeitos e os da própria plenária, que vai poder falar, vou levar conhecimentos para colocarmos em prática e ajudando na parceria no Município de São Francisco.

Mais uma vez agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui hoje participando desta audiência pública.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Prefeito Pedro Jorge Cherene Júnior.

Passamos, imediatamente, a palavra ao General de Brigada José Fernando Iasbech, gerente do projeto estratégico Proteger e que representa nesta audiência o Exército Brasileiro.

Com a palavra, o Sr. General .

O SR. JORGE FERNANDO IASBECH – Ex^{mo} Sr. Senador Diniz, Senador Luiz Henrique e Senadora Lídice da Mata, sejam as nossas primeiras palavras também de agradecimento. É uma oportunidade que muito honra o Exército poder estar com os senhores participando desse intercâmbio de ideias.

Um general nosso amigo certa feita comentou uma fábula antiga: se dois viajantes se cruzassem na estrada, cada um carregando um pão e trocassem os pães, cada um sairia com um pão; se cada um trouxesse uma ideia e houvesse o intercâmbio, cada um levaria consigo duas ideias.

Eu tenho a oportunidade especial de aprender com os senhores e de aplaudir o esforço de todos os senhores nesse trabalho hercúleo. Imagino quanto trabalho não deu ao senhor, Senador, essa relatoria, toda a articulação aqui envolvida. Nós vemos a vibração, o brilho nos olhos dos Prefeitos que trabalham por suas comunidades. Desejamos votos de muito sucesso, desde o início.

O Exército se solidariza com os esforços da sua população e busca se capacitar para melhor servir ao nosso País. Nesse sentido, fui distinguido com a oportunidade de ser o gerente de um projeto estratégico do Exército chamado Proteger.

Peço paciência a todos para passarmos um pequeno vídeo, que nos situará no contexto do projeto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JORGE FERNANDO IASBECH – Agradeço muito a todas as senhoras e os senhores pela atenção.

Vamos, então, discutir sobre o projeto Proteger em si, serei bem breve para não cansá-los.

Vamos trabalhar num roteiro simples sobre o conceito do projeto, atividades desenvolvidas e alguma coisa que poderíamos, considerando o fórum que aqui se debate de mineração, o que o Exército tem podido apoiar, embora muito modestamente, e poderá ampliar o apoio com o tempo. Assim pretendemos: contagiar uma informação.

Sobre o conceito do projeto, a finalidade é que, assim como os senhores desenvolvem um esforço muito grande para que a nossa capacidade de produção cresça, o Exército, como os senhores viram no filme, busca transformar-se, porque o País cresce em ritmo acelerado. Nenhuma Força Armada tem o direito de querer ser maior do que o país, mas não pode ser menor do que o país a que serve, deve estar à altura da potência estratégica que o Brasil já é hoje, para poder acompanhar o desenvolvimento da sua sociedade.

Nesse sentido, o Exército deve capacitar-se para oferecer uma cooperação entre agências que seja permanente – hoje ela é episódica – e que amplie, com isso, a capacidade de proteção à sociedade. Os países em verde já têm um sistema unificado no nível nacional, e, dos BRICS, apenas o Brasil ainda não o possui. Há iniciativas isoladas. Nós conversávamos com o Dr. Jeová, o Prefeito de Araxá, sobre a força da integração, e é isso que nós buscamos.

O projeto reconhece, como todos sabemos, que nenhuma instituição é tão forte quanto todas juntas. Nós buscamos exatamente capacitar o Exército, para que sirva de mais um instrumento de integração aos inúmeros Ministérios que se esforçam já nesse sentido e as várias instituições governamentais que trabalham nessa área.

E o Exército interpreta que ele tem capacidade de exatamente apoiar bem, porque, quando nós analisamos o histórico das operações recentes – são centenas de operações/ano, hoje o Exército está desenvolvendo 57 operações no País. Quando temos um trabalho conjunto, voltado para a segurança ou defesa, esse é o percentual de tropas do Exército envolvidas nas operações. Isso porque o Exército é a força mais numerosa e porque os maiores desafios do País – nós reconhecemos – estão em terra. E ele é a força terrestre. Quando nós observamos as atividades desenvolvidas, o projeto nasceu no seu conceito em 2011; em 2012, foi apresentado ao Governo Federal, que iniciou alguns trabalhos; e as atividades que podemos desenvolver no período já nos deram bastante aprendizado, enriqueceram bem o conceito; oficiais trabalharam meses remapeando a infraestrutura crítica do País ou estrutura estratégica, como queiramos chamar.

Partimos de um trabalho muito bem elaborado pela Presidência da República, capitaneado pelo Ga-

binete de Segurança Institucional da Presidência da República, que elenca, num mosaico de segurança institucional, 368 estruturas. No nosso remapeamento, consideramos que, embora de menor importância, mas pela interdependência que possuem, haveria outras 276 que necessitariam ser monitoradas.

O exemplo da interdependência fica muito claro no evento de Itaberá, em 2009: quando houve o curto na subestação de Itaberá, caiu Itaipu. Eram aproximadamente 0h25 da noite. Itaberá é uma subestação pequena, mas o curto derrubou Itaipu, e, quando caiu Itaipu, também caiu Angra, porque não se sustentou. Duas horas depois, a primeira turbina de Itaipu já estava ligada; cinco horas depois, todo o sistema estava religado; 36 horas depois, ainda faltava água em São Paulo e Rio.

Então, a interdependência do sistema é que nos chamou a atenção: como é importante que todos os pontos sejam monitorados e como é fundamental aquilo que nós comentamos: a integração, que todos trabalhem juntos. É por isso que o Exército busca capacitar-se para poder oferecer uma pronta resposta de melhor qualidade ao País.

O conceito se desenvolveu a partir de trabalhos que o Exército historicamente já desenvolvia, com base na sua distribuição territorial. Cada um desses símbolos é uma unidade do Exército espalhada pelo País. Em todo o Território Nacional, nós já temos o planejamento subdivido em áreas de proteção integrada, cada área de proteção integrada tem, como primeira subdivisão, as subáreas de proteção integradas, sob responsabilidade de um general de duas estrelas, um general de brigada; essa subárea se subdivide ainda em setores de proteção integrada sob a responsabilidade de batalhões, regimentos, grupos, unidades do Exército, que já têm todas as infraestruturas da sua área mapeadas e uma parte delas já inclusive reconhecida *in loco*.

Criamos, com isso, uma base de dados: são 36 mil campos de informação sobre a nossa infraestrutura crítica, com todo georreferenciamento correspondente, que é, digamos assim, a primeira base de inteligência para o futuro centro que foi apresentado no filme, que esperamos implantar no próximo ano.

Também identificamos e ampliamos a nossa capacidade de contraterror. Esse é o retrato da participação dos militares do Exército agora na Copa das Confederações, conduzindo as atividades de contraterror do País, sempre sob a coordenação do Ministério da Defesa – nós somos uma das forças coordenadas pelo Ministério da Defesa.

Falando um pouquinho sobre aquele centro, que é o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres

Interagências, a finalidade dele é exatamente integrar esforços dos vários setores, desde os grandes eventos que o Brasil sediará, como o meio ambiente, como a nossa infraestrutura crítica, para que, trabalhando juntos, consigamos ter o intercâmbio de informações com sistemas de apoio à decisão que nos permitam antecipar ações e oferecer uma pronta resposta.

Já há uma área pronta no Exército disponível para isso. A ideia é também que ela se capilarize pelas unidades móveis do Exército, que terão toda a base para integração com as agências locais, apoiando essas agências.

Como um comentário adicional, dentro do arcabouço de inteligência e informação concebido no projeto, há um incremento do que nós chamamos, no campo militar, de geoinformação, uma parte da qual pode apoiar as atividades de mineração, porque a primeira cartografia básica é encargo legal no País ser desenvolvida pelo Exército.

Se nós tivermos a orientação de demanda e os recursos necessários, poderemos trabalhar preparando toda essa base para que depois se faça exatamente a prospecção daquilo que realmente temos de disponibilidade. Já temos alguma coisa mapeada, os Municípios são testemunha disso, mas, pelo que temos lido nos relatórios, Senador Luiz Henrique, ainda não se tem a segurança de ter mapeado todo o País. Estaríamos longe, ainda, disso.

Para que se faça o mapeamento geológico é preciso ter, primeiro, a cartografia básica, para poder se ganhar muito em tempo nessa exploração e na inteligência, a fim de se fazer a prospecção com uma inteligência prévia.

Então, essas são algumas imagens geradas pelo sistema de cartografia do Exército.

Esperamos não tê-los cansado muito com a nossa apresentação e nos colocamos à disposição para as perguntas ou orientações que o senhor tiver, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, General José Fernando Iasbech.

Registramos aqui também a presença da Senadora Lídice da Mata, que muito nos honra estando conosco nesta audiência.

Passo a palavra imediatamente ao Ex^{mo} Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, que é o Relator desta Subcomissão Temporária de Terras Raras.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Sr^a Senadora Lídice da Mata, nossos ilustres convidados, o objetivo fundamental da criação desta Subcomissão também presidida pelo Senador Anibal Diniz é o de

fazer com que o País tenha uma política de desenvolvimento científico na área mineral relativa aos 17 elementos de terras-raras.

O Brasil já perdeu a grande oportunidade de hoje dividir com a China a liderança nesse processo não apenas de mineração, mas também de industrialização, passando por todas as fases, desde a seleção, a concentração, porque o Brasil adotou uma decisão de submeter-se ao mercado.

A China desenvolveu grandes jazidas, como a de Baotou, uma grande oferta, barata, de matéria-prima nessa área.

O que fez o Brasil? Fez o mesmo que os Estados Unidos. Os Estados Unidos fecharam a sua grande jazida Mountain Pass, e o Brasil praticamente abdicou da continuidade no processo de domínio da tecnologia. Os Estados Unidos tinham razões estratégicas para isso, porque estavam estabelecendo relações econômicas muito fortes com aquele país, deslocando as indústrias americanas que perderam competitividade para o leste asiático. Mas o Brasil não tinha nenhuma razão política, estratégica, diplomática para fazê-lo. O Brasil simplesmente tomou a seguinte decisão: “Isso está tão barato, para que nós vamos gastar dinheiro investindo nisso?” Essa foi a decisão, decisão equivocada; aliás, a segunda decisão equivocada que nós adotamos. A outra foi nos anos 40 e 50, quando nós nos tornamos exportadores de *commodities* de minerais estratégicos como o tório e o urânio e abdicamos, embora tivéssemos uma massa crítica de cientistas muito importantes, embora tivéssemos centros de excelência já desenvolvidos, mais que os italianos, que, no entanto, foram capazes de, na Via Panisperna, desenvolver o processo de desaceleração do átomo, comandado pelos físicos Enrico Fermi e Ettore Majorana... Mas nós, não; nós vamos exportar monazita, vamos exportar tório e urânio e ainda não temos o submarino nuclear, embora estejamos loucamente necessitando deles, posto que, na Guerra das Malvinas, por exemplo, se os argentinos tivessem um submarino nuclear não teriam sido derrotados no conflito.

Pois bem. O objetivo, então, é este: fazer com que o Brasil tenha uma decisão política de investir no desenvolvimento científico e tecnológico nessa área. E dentro dessa decisão política, o Brasil tem que integrar a iniciativa pública com a iniciativa privada. Nós não podemos continuar deixando o setor privado fora de participação no manuseio e na elaboração de produtos radioativos, que hoje é um monopólio da CNEN. Então, esse é um assunto que o Brasil precisa resolver, até porque os elementos de terras-raras, em sua grande maioria, aqueles que foram já identificados no País estão associados com minerais radioativos.

A primeira questão é a autonomia científica e tecnológica. A segunda, estabelecer uma possibilidade de integração de esforços entre o setor público e o setor privado, eliminando esse monopólio paralisante do manuseio de elementos minerais radioativos. O terceiro objetivo é fazer com que o setor de mineralogia, e aí entra o setor de terras-raras que é sobremaneira estratégico, tenha um marco regulatório que permita a sua expansão no sentido de ser progressivamente exportador de produtos de valor agregado e reduzidamente exportador de produtos *in natura*, de *commodities* minerais.

O grande desafio brasileiro hoje é continuar com grande presença no comércio exterior na venda de minerais e de produtos agrícolas, mas sem renunciar, pelo contrário, buscando desesperadamente agregar valor aos produtos para que nós tenhamos uma equação, no mínimo, de 50% por 50%.

Sou de um Estado onde dois terços das exportações são de produtos industrializados de valor agregado. Mas essa é uma exceção. Santa Catarina é uma exceção ao Brasil. O Brasil exporta dois terços de *commodities* e quando se refere ao *commodity* mineral isso se torna efetivamente muito mais grave, até porque se sabe que uma tonelada de um mineral *in natura* vai valer mais, vai valer igual, às vezes, há alguns centigramas de matéria-prima beneficiada.

Nesse ponto, eu tenho entusiasmo com algumas iniciativas do setor privado e também agora do Governo nessa área. O Ministro Raupp criou um grupo especial para desenvolver o projeto de produção de imãs de terras-raras a partir dos elementos de terras-raras. O projeto prevê, dentro da visão ortodoxa da política brasileira, uma iniciativa pública que gere um processo de produção de imãs de terras-raras através da construção de um laboratório-indústria.

Quando aqui estive o diretor da CBMM, ele nos disse que, a partir da constatação de uma grande quantidade de cério, lantânio e outros minerais raros no nióbio, que aquela empresa lá em Araxá está desenvolvendo um projeto para a produção de uma planta industrial a partir daqueles minerais já existentes em depósitos da empresa; ou seja, ela já tem depósitos de minerais que foram separados do nióbio na produção industrial. É uma empresa mundial, é um *case* mundial a empresa araxaense – ela tem, se não me engano, filial em Cingapura, nos Estados Unidos, na China –, e com poder de rapidamente passar por uma produção industrial em escala. Então, eu raciocinei aqui: por que o Governo vai fazer isoladamente esse laboratório-indústria? Por que não se associa com a companhia brasileira localizada em Araxá para fazê-lo com menos dispêndio de dinheiro público e mais eficácia?

O nióbio é um exemplo a ser seguido no Brasil. O Brasil tem mais de 90% das reservas mundiais, mas não vende *commodity* de nióbio. Houve muito contrabando, foi denunciado no passado; na verdade, nós vendemos produtos beneficiados, fundamentais hoje para as novas ligas de aço, para as novas ligas da indústria aeronáutica, espacial e para todos esses elementos que nos apoiam nas nossas atividades. Então, o caminho que a gente tem é a partir do que já foi separado do nióbio que está lá depositado.

Outro caminho que nos deixa muito entusiasmado é o exemplo da Mineração Serra Verde, em Minaçu. Gozado, foi um vaqueiro... Ninguém prestava atenção naquela pedra verde e um vaqueiro, um tal de José Cerqueira, disse: “Isto aqui é minério importante.” Isso resultou, após exame laboratorial em São Paulo, nesse projeto que eu acredito que vá desenvolver, a partir de terras-raras, sem presença de mineral radioativo. Essa é a vantagem da usina de Baotou, na China. Há grande perspectiva de encontrarmos, no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste, grandes jazidas de mineral de terras-raras sem ou com pouca presença de tório e urânio.

Ora, o General lasbech centrou num ponto fundamental, que vai possibilitar o nosso desenvolvimento científico e autonomia nessa área: a cartografia. Nós não sabemos o que temos, o que possuímos. Então, o Brasil – e o Projeto Proteger pode ser a grande alavanca disso – tem que unir esforços dos Estados e dos Municípios – hoje nós temos uma vantagem fantástica, que são as imagens de satélites e os novos sistemas digitais, como o GPS e tal – para poder ter o mais rapidamente o conhecimento do que nós possuímos de minerais estratégicos.

Eu descobri recentemente que o Monte Everest é uma homenagem ao cartógrafo-chefe do rei. O que fizeram os ingleses na Índia, no Paquistão, no que era a Grande Índia? Cartografaram todo o país. Foi um dos projetos prioritários do vice-reinado da Inglaterra na Índia. E o chefe desse grupo de cartografia chamava-se Everest, George Everest. Então, vejam, a importância da cartografia: a maior montanha do mundo recebe o nome do chefe da equipe que fez a cartografia.

Uma das coisas fundamentais efetivamente é inventariar o que nós temos. E quem pode fazer isso são os cartógrafos brasileiros.

Eu fiquei muito satisfeito com a visão que os nossos prefeitos têm desse processo, aliás, uma decisão que o Senador Anibal e eu tivemos foi chamar os prefeitos, porque eles que estão com a mão na massa, eles que estão ali sentindo os problemas. Evidentemente que toda mineração tem um resíduo ambiental, toda. Não há mineração que não gere um resíduo ambiental. E essa é outra questão a ser bem definida

no marco regulatório, de modo a fazer com que a política ambiental seja um suporte da mineração e não um entrave a ela, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável.

Eu queria, então, fazer esses comentários, cumprimentar o Senador Anibal Diniz pela visão geral que ele já deu dos trabalhos aqui desenvolvidos e dizer que tão logo nós providenciemos aquilo que vamos chamar de rascunho, anteprojeto do anteprojeto do marco regulatório sobre essa matéria, nós enviaremos a todos os senhores que estiveram aqui nos prestigiando com as suas informações, com os seus conhecimentos.

Nós aprendemos muito nessas audiências e agradecemos a presença dos senhores e gostaríamos que se possível nos ajudassem essa tarefa que o Congresso quer fazer e precisa desenvolver nessa área.

O País apresenta hoje um hiato entre a sociedade e as instituições, há um hiato, há um descrédito em relação às instituições há um agravamento de questões críticas na saúde, na segurança, na infraestrutura, na educação e uma das razões é que em geral nós já temos uma sociedade digital e governos analógicos. Há um descompasso entre o setor público e a sociedade, tanto que é tão grande a presença dos instrumentos digitais nas mãos do povo, que essas manifestações não tiveram líder e foram simplesmente interconectadas pela Internet.

Então, partindo do quadro geral para o quadro da mineração que é um dos setores fundamentais para o nosso desenvolvimento para o futuro desse país, para o futuro da geração de emprego, posto que o Brasil todo pode se considerar uma das superjazidas minerais mais importantes do mundo, diversas, nós não temos apenas diversidade biológica, a maior diversidade biológica do mundo, a maior diversidade mineral do mundo, também, talvez uma das maiores.

Então, dentro disso é que nós queremos trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado Senador Luiz Henrique.

Eu consulto aos senhores expositores se alguém gostaria ainda de usar a palavra para alguma consideração? (*Pausa.*)

Se todos se dão por satisfeito, eu gostaria de reafirmar aqui, Senador Luiz Henrique, o quanto me senti honrado em ter sido convidado por V. Ex^a para presidir esta Subcomissão de Terras Raras, fundamentalmente voltada para o estudo e o entendimento de algo que, para mim, era completamente desconhecido. Esses momentos que tivemos juntos aqui ao longo dessas seis audiências públicas, para mim, foram extremamente enriquecedores.

Então, quero agradecê-lo aqui de público perante todos os presentes pela oportunidade que V. Ex^a me proporcionou. Sinto-me cada vez mais admirador da boa política e vejo que V. Ex^a, como um decano da boa política brasileira, age com a energia de um jovem completamente entusiasmado em produzir coisas boas para o Brasil.

Então, V. Ex^a para mim é um exemplo a ser seguido e quero dizer que me senti muito honrado em poder ter compartilhado contigo esses momentos. E tenho certeza de que esse marco, essa proposição, esse anteprojeto, esse esboço, esse rascunho que V. Ex^a coordenará daqui para frente, será algo muito interessante e, certamente, vai dar o ponto de partida para

essa definição desse marco regulatório. Eu tenho certeza de que isso vai ser muito importante para o Brasil.

Agradeço muito a contribuição de cada um dos expositores, os que estiveram aqui presente hoje e os que também participaram das outras audiências públicas, desta audiência pública de hoje e os trabalhos dessas audiências públicas porque esta foi a última audiência desta Subcomissão de Terras Raras.

Então, muito obrigado a todos, muito obrigado a todos os presentes.

E assim declaramos encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

